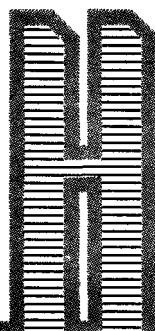




# ASSEMBLÉIA



# República Federativa do Brasil NACIONAL CONSTITUINTE DIÁRIO

ANO I — SUPLEMENTO AO Nº 95

QUINTA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA — DF

## ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

### Atas das Comissões

COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	Reunião	Data
I — COMISSÃO DA SOBERANIA E DOS DIREITOS E GARANTIAS DO HOMEM E DA MULHER .....	—	—
I — a) Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais .....	—	—
I — b) Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias .....	—	—
I — c) Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais .....	—	—
II — COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO .....	—	—
II — a) Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios .....	—	—
II — b) Subcomissão dos Estados .....	—	—
II — c) Subcomissão dos Municípios e Regiões .....	4ª	22-4-87
III — COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E SISTEMA DE GOVERNO .....	—	—
III — a) Subcomissão do Poder Legislativo .....	—	—
III — b) Subcomissão do Poder Executivo .....	—	—
III — c) Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público .....	—	—
IV — COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO ELEITORAL, PARTIDÁRIA E GARANTIA DAS INSTITUIÇÕES .....	—	—
IV — a) Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos .....	3ª	22-4-87
IV — b) Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança .....	1ª (Inst.)	7-4-87
IV — c) Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas .....	—	—

COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	Reunião	Data
V — COMISSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, ORÇAMENTO E FINANÇAS .....	—	—
V — a) Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição e Receitas .....	—	—
V — b) Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira .....	—	—
V — c) Subcomissão do Sistema Financeiro .....	—	—
VI — COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA .....	—	—
VI — a) Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica .....	2ª	22-4-87
	3ª	23-4-87
VI — b) Subcomissão da Questão Urbana e Transporte .....	2ª	13-4-87
	3ª	22-4-87
	4ª	22-4-87
VI — c) Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária .....	8ª	28-4-87
	9ª	29-4-87
	10ª	30-4-87
VII — COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL .....	—	—
VII — a) Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos .....	instalação (Not. Taq.)	—
	14ª	7-4-87
	15ª	4-5-87
VII — b) Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente .....	2ª	5-5-87
	3ª	8-4-87
	4ª	9-4-87
VII — c) Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias .....	4ª	13-4-87
	12ª	6-5-87
VIII — COMISSÃO DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO .....	—	—
VIII — a) Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes .....	8ª (Registro)	15-4-87
	9ª	21-4-87
	10ª Extr.	21-4-87
	11ª	22-4-87
	12ª	23-4-87
VIII — b) Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação .....	—	—
VIII — c) Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso .....	13ª	6-5-87
IX — COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO .....	6ª	2-6-87
ERRATA		
Na Ata da Comissão da Ordem Econômica, publicada no DANC, de 1º/5/87, Suplemento ao nº 53, página 159, coluna 3, <b>onde se lê:</b> Ata da 2ª Reunião, <b>leia-se:</b> Ata da 1ª Reunião.		
Publique-se por omissão, no DANC, de 1º/5/87, Suplemento ao nº 53:§§		
VI — COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA .....	2ª	13-4-87
VIII — COMISSÃO DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO .....		
VIII - b) Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação .....	1ª (Instalação) (Not. Taq.)	7-4-87
	2ª (Not. Taq.)	9-4-87

## COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

### Subcomissão dos Municípios e Regiões

#### ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e sete, às dezessete horas e trinta minutos, reuniu-se a Subcomissão dos Municípios e Regiões, sob a Presidência do Constituinte Luiz Alberto Rodrigues, na Sala B-3, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, em Brasília, DF, com a presença dos Senhores Constituintes: José Dutra, Aloysio Chaves, Mauro Miranda, Eliezer Moreira, Maurício Fruet, Sérgio Brito, Lavoisier Maia, Denisar Arneiro, Ivo Cersósimo, Waldeck Ornélas, Alexandre Puzyna, Vitor Buaziz, Mello Reis, Luiz Freire, Raul Ferraz e Firmo de Castro. Ata — Depois de lida e discutida, foi aprovada ata da reunião anterior. Ordem do Dia: Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente informou que a reunião destinava-se à elaboração da agenda dos trabalhos da próxima semana. Posto o assunto em discussão, participaram dos debates os Senhores: Waldeck Ornélas, Maurício Fruet, Mello Reis, Raul Ferraz, Alexandre Puzyna, José Dutra, Mauro Miranda e Eliezer Moreira, ficando aprovado o seguinte calendário: Dia vinte e oito de abril, às nove horas e trinta minutos — Painel sobre o tema: "O Vereador e a Constituição", com a participação das seguintes entidades: União dos Vereadores do Brasil — UVB e da Confederação Nacional das Associações dos Moradores — CONAM. Dia vinte e nove de abril, às nove horas e trinta minutos — Painel sobre o tema: "Disparidades Municipais", com a participação das seguintes entidades: a) Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais; b) Associação dos Municípios do Amazonas; c) Federação das Associações dos Municípios do Estado do Maranhão; d) Associação dos Municípios de Santa Catarina. Dia trinta de abril, às nove horas e trinta minutos — Painel sobre o tema: "O Município e a Reforma Tributária". Participantes: a) Dr. Ozias Monteiro Rodrigues — Secretário de Finanças do Amazonas; b) Dr. Ozires Azevedo Lopes — Diretor da Escola Superior de Administração Fazendária — ESAF; c) Dr. Heron Arzua — Advogado Tributarista; d) Dr. Francisco de Paulo Carneiro Giffoni — Técnico da Secretaria de Planejamento. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada às dezoito horas e trinta minutos, a presente reunião, a qual foi gravada e será publicada no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**. E, para constar, eu, Iná Fernandes Costa, Secretária, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, Constituinte **Luiz Alberto Rodrigues**

## COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO ELEITORAL, PARTIDÁRIA E GARANTIAS DAS INSTITUIÇÕES.

### Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos ATA DA 3ª REUNIÃO

Aos vinte e dois dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e cinquenta e seis minutos, na sala da Comissão de Relações Exteriores do Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, sob a Presidência do Senhor Constituinte Israel Pinheiro Filho, com a presença dos Senhores Constituintes José Melo, Luiz Soyer, Robson Marinho, Ronaldo Cezar Coelho, Rospide Netto, Waldir Pugliese, José Agripino, Jayme Santana, Luiz Marques, Saulo Queiroz, Aírton Cordeiro, Francisco Rossi, Paulo Delgado e Lídice da Mata. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos, sendo lida e aprovada, por unanimidade, a Ata da reunião anterior. A Senhora Constituinte, Lídice da Mata, expõe que os convidados viriam, de muito, enriquecer os trabalhos, mas que se deva dar mais ênfase a matéria específica da Subcomissão. O Senhor Constituinte, Aírton Cordeiro, solicita que os convites sejam endereçados aos Presidentes e Secretários Gerais dos Partidos Políticos, bem como aos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Paraná e de outros Estados que queiram aperfeiçoar o sistema eleitoral. O Senhor Constituinte, Saulo Queiroz, insiste no convite do Senhor José Guedes Vilela, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, por se tratar de um grande especialista e autoridade no assunto. O Senhor Constituinte, Luiz Soyer, afirma que, se preciso for, e a bem dos trabalhos da Subcomissão, retiraria o seu convite ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, mas insiste com a presença de quatro Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais de Estados diferentes. O Senhor Presidente comunica ao plenário que, nesta reunião, deverá ser decidida a quantidade de audiências e se a convocação seria individual ou coletiva. O Senhor Constituinte, Saulo Queiroz, a título de colaboração, sugere que os convites devam ser dirigidos às Comissões Executivas dos Partidos Políticos, para que estas indiquem o especialista no tema. A Senhora Constituinte, Lídice da Mata, sugere à Presidência que, juntamente com os convites, sejam enviados calendários dos trabalhos. O Senhor Constituinte, Ronaldo Cezar Coelho, pede que seja aumentado o número de audiências e a inclusão do Presidente do Serpro. Continuando os trabalhos, o Senhor Constituinte, Luiz Soyer, sugere que sejam realizadas as audiências à noite. O Senhor Presidente se declara favorável ao aumento do número das audiências e que cada expositor teria um tempo de vinte minutos acompanhando, sempre que possível, uma pauta para não fugir do assunto debatido. Com a palavra, o Senhor Constituinte, Aírton Cordeiro, sugere esentantes dos Partidos Políticos e os juristas façam exposições com painéis, para melhor esclari-

recimento aos presentes. O Senhor Constituinte, Robson Marinho, propõe que seja fixada, de início, em cinco audiências e o Senhor Constituinte, Luiz Soyer, é favorável ao número de oito. O Senhor Presidente concorda com a proposta apresentada, no sentido de que nas terças, quartas e quintas-feiras, as audiências sejam realizadas na parte da manhã e à noite; pede, ainda, que sejam definitivamente escolhidos os nomes, para que o Relator possa elaborar uma minuta de pauta e propõe, ainda, a suspensão da sessão por quinze minutos. Antes de suspender a sessão, o Senhor Constituinte, Paulo Delgado, é a favor de várias audiências na mesma reunião; porém, chama atenção dos Senhores Constituintes, que existem três grandes temas para serem discutidos pela Subcomissão: Partidos Políticos, com os seus representantes junto aos Tribunais Regionais Eleitorais; sistema de voto, problema da eleição e o eleitor, e o poder econômico. O Senhor Presidente, com a aprovação do plenário, suspende a sessão por quinze minutos Reabrindo os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Relator, Constituinte Francisco Rossi, para que faça a leitura do esquema montado, afim de que seja colocado em regime de discussão e aprovação. Com a palavra, o Senhor Relator procede a leitura da pauta das próximas reuniões, nos seguintes termos: primeira reunião, dia vinte e oito de abril, às nove horas e trinta minutos, audiência com os Presidentes dos Partidos Políticos PMDB, PDC, PC do B e PDT; e, às dezoito horas e trinta minutos, PFL, PT, PTB e PCB; segunda reunião, dia vinte e nove, às nove horas e trinta minutos, visita ao Serpro; e, às dezoito horas e trinta minutos, audiências com os Presidentes dos Partidos Políticos PL, PDS, PSB e PV; terceira reunião, dia cinco de maio, às nove horas e trinta minutos, audiência com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais do Paraná, Amazonas e Ceará; quarta reunião, dia seis de maio, às nove horas e trinta minutos, audiência com dois Juristas e dois Cientistas Políticos; e, às dezoito horas e trinta minutos, com dois juristas e dois Cientistas Políticos; sendo os Juristas José Guilherme Vilela, Arnaldo Malheiros, Orlando Carvalho, João Gilberto, Rene Dotti, Francisco Assis Brandão, Cícero Dumont, Representante do Cebrap ou Cedec; e os Cientistas Políticos Alberto Goldman, Bolivar Lamounier, Francisco Weffort ou Maria Vitória Benevides, Cândido Mendes, Paulo Sergio Pinheiro; quinta reunião, dia sete de maio, às nove horas e trinta minutos, audiência com os Jornalistas Villas Boas Correia, Carlos Chagas, Castelo Branco, Walder de Góes, Mino Carta e Elio Gaspari. Com a palavra, o Senhor Presidente, após a leitura do Senhor Relator, põe a pauta das próximas reuniões em discussão; e, como nenhum Senhor Constituinte usou da palavra para discuti-la, o Senhor Presidente colocou em votação que, por unanimidade, foi aprovada. Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Constituinte Paulo Delgado insiste na presença da Cebrap ou Cedec, por se tratar de Institutos de alto nível e de grande trabalho científico sobre o sistema eleitoral; e o Senhor Luiz Soyer pede, novamente, a inclusão do Dr. Francisco Assis Brandão, como Jurista. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, às onze horas e vinte minutos, cujo teor será publicado, na íntegra, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, convocando os Senhores

Constituintes para a próxima reunião a ser realizada dia vinte e três de abril, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte pauta: discussão das sugestões recebidas. E, para constar, eu, Sérgio da Fonseca Braga, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

*ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DO SISTEMA ELEITORAL E PARTIDOS POLÍTICOS, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 1987.*

*PRESIDENTE: CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO*

*PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE: CONSTITUINTE JAYME SANTANA*

*SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE: CONSTITUINTE LÉLIO SOUZA*

*RELATOR: CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI*

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Está aberta a reunião. O Sr. Secretário procederá à leitura da ata.

É lida a ata da reunião anterior.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Sr. Presidente, pela ordem. (Assentimento da Presidência.)

Já havia conversado com o Secretário Sérgio Braga sobre a omissão, na ata, das sugestões que fiz de nomes na reunião passada: da Professora Maria Vitória Benevides, da Professora Maria do Carmo Campelo de Souza, de um representante do CEBRAP, de São Paulo, e de um representante do CEDEC, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — V. Exª será atendido. Solicito ao Sr. Secretário que inclua na ata os nomes indicados pelo nobre Constituinte do PT, Paulo Delgado.

Em discussão a ata. (Pausa.)

Com a palavra a Srª Constituinte Lídice da Mata

A SRª CONSTITUINTE LÍDICE DA MATA — Só estou achando um pouco grande demais a nossa relação de nomes. Relativamente à ata, gostaria de levantar já essa questão, ou seja, que vissemos melhor, na distribuição do tempo, de que forma vamos reduzir. Acho mesmo que deveria ser de forma radical, para que possamos atingir os objetivos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Continua em discussão a ata. Esse é um dos assuntos da pauta da reunião de hoje. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Vamos entrar agora na Ordem do Dia dos nossos trabalhos.

Conforme o texto da ata lida pelo nosso Secretário, a reunião de hoje tem como objetivo não só definir os nomes que participarão das audiências públicas que, pelo nosso Regimento Interno, podem ser no máximo 8 e no mínimo 5, como também decidir sobre o nosso calendário, nosso cronograma de trabalho. Encarregou-se o nosso Relator, Constituinte Francisco Rossi, de apresentar.

Vamos começar a discutir, em primeiro lugar, o nosso calendário. Depois discutiremos os nomes; e, aí, atenderemos à questão de ordem da nobre Constituinte do PC do B, Lídice da Mata.

Com a palavra o nosso Relator, Constituinte Francisco Rossi

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Preparei um esboço do fluxograma em cima dos prazos do Regimento, lembrando aqui que, no dia 11, terei de apresentar o relatório com um anteprojeto.

Evidentemente, deixei em aberto alguns dias — sábados e domingos — disponíveis e duas quartas-feiras que ainda temos pela frente. Coloquei cinco dias para audiência. Acho que já podemos partir para a primeira audiência amanhã, porque o nosso prazo é exíguo. Teríamos na sexta-feira, quando normalmente a Casa se esvazia, os debates da matéria de pauta. Na segunda-feira, a mesma coisa. Na terça, audiência Quinta, audiência. Quarta-feira deixei em aberto. Sábado e domingo, não sei o que poderíamos decidir a respeito. Na outra semana, a mesma coisa.

Logo de manhã, lembrei ao Presidente que seria talvez oportuna — deixaria também aqui como uma sugestão — a possibilidade de contarmos um dia com a presença do Presidente da comissão temática, o Constituinte Jarbas Passarinho, e do Relator, Constituinte Prisco Viana, para que pudéssemos trocar idéias com os mesmos. Eu, pessoalmente, seria simpático ao dia 6 de maio, que seria o dia mais próximo do encerramento do prazo que tenho para apresentar o relatório com o anteprojeto.

Está feita a sugestão. Todos os outros dias serão em função do Regimento, quando então teríamos nosso prazo para encaminhamento do anteprojeto da Comissão, esgotável no dia 25.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Está em discussão. (Pausa.)

Com a palavra a Srª Constituinte Lídice da Mata.

A SRª CONSTITUINTE LÍDICE DA MATA — Na sua observação, o Sr. Relator destacou 5 dias apenas para audiência. Acho que esse é o prazo em que devemos trabalhar mesmo.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Deixei em aberto, porque devemos ser práticos, aqui.

A SRª CONSTITUINTE LÍDICE DA MATA — Exatamente. Acho que devemos trabalhar com este plano de haver apenas cinco audiências, porque acredito devêssemos dar certa prioridade à discussão da matéria em pauta. Por isso, estou discordando do debate de a matéria em pauta realizar-se às sextas-feiras, porque todos sabemos que a praxe é de um dia de grande esvaziamento, e temos, ainda, nesse dia, sessões da Assembléia Nacional Constituinte, pela manhã. Então, acho que deveríamos modificar a discussão dos debates de matéria da pauta de sexta-feira para, exatamente, dar oportunidade de que pudéssemos enfatizar a discussão desta subcomissão em torno de matérias que dizem respeito ao objetivo, à existência da subcomissão, e as audiências serem consideradas como um processo de enriquecimento desse debate. Vamos trabalhar mesmo com as matérias que forem dirigidas a esta Subcomissão e as contribuições que aqui surgirem em relação à formulação de opiniões e elaboração da matéria constitucional. Por isso, concordo com a questão da existência de apenas cinco audiências, mas discordo de colocarmos os debates das matérias em pauta apenas nas sextas-feiras. Entendo que deveríamos fazer uma modificação, en-

contrarmos outros dias para os debates; só temos uma segunda-feira, que é um dia acéfalo. Então, na verdade, é decretar que não vai haver discussão de matéria em pauta. Estamos nos reunindo com o **quorum** mínimo, mesmo assim difícil de ser obtido. Se colocamos na sexta-feira e na segunda-feira, não teremos discussão das matérias em pauta. Então, gostaria de sugerir uma modificação nesse aspecto.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, gostaria de aduzir a seguinte sugestão: que convocássemos para vir debater conosco pessoas ligadas diretamente aos partidos políticos, preferencialmente os presidentes ou os secretários-gerais, que são as pessoas que detêm melhor a mecânica da organização partidária. No que toca ao sistema eleitoral, os Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, sobretudo, os dos Estados preocupados em aperfeiçoar o sistema de votação, de apuração. Tivemos ainda, recentemente, o recadastramento que foi um passo importante. O Paraná já se preocupa em tornar eletrônica a votação e a apuração. Permito-me, aqui, sugerir a presença do Presidente do TRE do Paraná para que esteja conosco, com vistas a fazer uma exposição sobre este trabalho que o Estado do Paraná vem desenvolvendo, e a presença de juristas ligados à área eleitoral.

Permitir-me-ia, sem que isto signifique qualquer demérito a quem ofereceu proposta, excluir a regionalização do debate, trazendo, por exemplo, presidentes de Seções Regionais dos partidos políticos. Entendo que deveríamos ficar mais no plano nacional para esta matéria. E aproveitar a experiência daquelas pessoas que, envolvidas com a organização partidária e com o sistema eleitoral, têm realmente o que nos oferecer.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Respondendo ao nobre Constituinte Ailton Cordeiro, devo dizer a V. Exª que uma minuta da pauta foi enviada aos gabinetes dos Srs. Constituintes, esclarecendo tudo que V. Exª acabou de frisar. Em primeiro lugar, seriam os presidentes dos partidos políticos com representação na Assembléia Nacional Constituinte. Sugerimos mais um presidente do Partido Verde, que ainda não está registrado; só para saber seus pontos de vista. Este seria um dos pontos: se deveríamos convocar ou não os presidentes do partido. Em segundo lugar, a convocação de figuras nacionais, tais como cientistas políticos, especialistas em matéria eleitoral e partidária. Realmente, houve algumas sugestões de Presidentes de Tribunais Eleitorais.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — E de partidos também, segundo consta aqui da redação

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Está em discussão. Vamos encerrar, hoje, a presente reunião, discutindo esse assunto.

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIROZ — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIRÓZ — Ainda dentro da linha do Constituinte Airton Cordeiro, do Paraná, entendo que, de fato, para que haja um enriquecimento dos debates seria necessário a presença, aqui, de estudiosos do assunto, principalmente de juristas. Infelizmente não estive presente na última reunião, mas, na análise dos nomes sugeridos, se ainda houver tempo, pedira ao Presidente a inclusão do ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, José Guilherme Vilela, que, indiscutivelmente, é um dos maiores especialistas deste País no assunto, e tenho absoluta convicção de que iria, sem dúvida, com a sua experiência acumulada ao longo de seis mandatos sucessivos do Tribunal, enriquecer o nosso trabalho nesta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Continua em discussão

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Sr. Presidente, quando indiquei o nome do Dr. Francisco Assis Brandão, Presidente do PMDB, de Goiás, não o fiz tendo apenas como Presidente do PMDB, absolutamente, mas por S. S<sup>a</sup> ser, em Goiás, a maior autoridade em legislação eleitoral. Mas, reconhecendo a escassez do tempo e que S. S<sup>a</sup> é figura exponencial em um Estado e não de âmbito nacional, entendendo o pragmatismo da nossa missão, retiraria, a bem do desenvolvimento dos nossos trabalhos, o nome do Dr. Francisco Assis Brandão. Insistiria apenas naquela proposta de que, se possível, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e quatro Presidentes de TRÊs de quatro Estados de condições econômico-sociais diferentes para que tenhamos uma noção dos diversos problemas que surgem na prática. Retiro, pois, o nome do Dr. Francisco de Assis Brandão, a bem da celeridade dos nossos trabalhos, e insinuasse outro aspecto a que me referi

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — A Presidência agradece a colaboração do Constituinte Luiz Soyer.

É preciso repetir aos Srs. Constituintes que temos de tomar duas decisões: em primeiro lugar, se vamos adotar cinco ou oito audiências públicas. Em segundo lugar, muitos dos Srs. Constituintes que não compareceram na última reunião, se a audiência terá três a quatro debatedores. Seria uma espécie de uma mesa-redonda. Isto foi uma sugestão da Presidência, a fim de estimular mais o debate e reduzir o tempo também. A experiência indica que um expositor toma muito tempo e a tendência é haver um pouco de monotonia. Uma pauta prefixada — três ou quatro debatedores numa mesa-redonda — dariamos oportunidade de convocar, pelo menos, se forem adotadas cinco audiências, vinte expositores. Caso contrário, o número deverá ser muito reduzido. Porque só partidos políticos são doze, já tomaríamos aí três reuniões — três vezes quatro são doze — se adotássemos uma prática de convocarmos quatro presidentes de partido de cada vez. Essa sugestão precisa ser decidida hoje. Se vamos adotar cinco e qual o sistema de convocação; se é individual ou coletivo.

Registre-se que o uso da palavra "convocados" é praxe regimental

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, prefiro mudar porque a observação foi feita tendo em vista contarmos com a possibilidade desses convites não serem aceitos por outros motivos

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIRÓZ — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIRÓZ — Sr. Presidente, ainda com o intuito de colaborar para a eficiência dos nossos trabalhos, sugeriria que o convite ao partido não fosse — acho importante a presença dos partidos discutindo a matéria, — específico ao Presidente e fosse à executiva do partido para que ela designasse alguém, de tal ordem que tivéssemos aqui — isso não é nenhum demérito aos presidentes dos partidos — indicado pelo partido, de fato, um especialista no assunto, dentro do quadro partidário.

O SR. CONSTITUINTE (Israel Pinheiro) — Fica registrada a sugestão de V. Ex<sup>a</sup>

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE LÍDICE DA MATA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE LÍDICE DA MATA — Sr. Presidente, também buscando contribuir para agilizar mais, acho que deveríamos começar a raciocinar juntando a lista e relação de nomes com os nossos prazos. Como V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, falou há poucos instantes. Temos cinco audiências, se convidamos representantes de todos os partidos na Constituinte, teremos doze representantes; poderíamos dividi-los em quatro pessoas. Então, seriam três vezes. Ficariamos com mais duas audiências. Então, acho que deveríamos começar retruando as pessoas — não analisando o mérito de cada uma delas, obviamente que não teríamos condições de fazer isso — mas, principalmente, buscando esse entendimento. Por exemplo, o Constituinte Paulo Delgado apresentou o nome de quatro pessoas, dois representantes de entidades e mais duas pessoas. É possível o Constituinte estabelecer uma prioridade em torno dessas pessoas, que mantivéssemos uma prioridade em termos de quem seria o mais importante para que convidássemos, para que fôssemos diminuindo o nome de pessoas, o número de convidados. Temos a sugestão do Presidente do TSE, e mais de quatro Presidentes de TRÊs. Então, se esbelecemos isso, já seriam mais cinco pessoas, poderia ser uma mesa redonda única, atro, cinco, só com os Presidentes dos TRÊs e o Presidente do TSE, num só dia. Ficariamos, portanto, com um dia reservado e poderíamos utilizá-lo para entidades e personalidades políticas, juristas ligados à matéria. Teríamos, portanto, que escolher, na minha opinião, cinco nomes, ou quatro com essas características, que seria, no caso, — mais duas pessoas, e escolheríamos outra pessoa. Foi sugerido aqui, também, um jurista. Nós dessa forma, iríamos fechando as datas. Temo que discutamos muitas sugestões e isso dificulte a amarração das coisas.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Com a palavra o Sr. Constituinte Ronaldo Cezar Coelho.

O SR. CONSTITUINTE RONALDO CEZAR COELHO — Gostaria de dizer que realmente é importante receber o Presidente e agora não mais o Presidente e sim os indicados pela Executiva de cada Partido político representado na Assembléia Nacional Constituinte. Acontece que guardar 80% das audiências para os representantes dos partidos políticos, eu acho que nós vamos concentrar muito tempo sobre o mesmo assunto, sob o mesmo aspecto que aqui vamos debater. Suspeito de que ao ouvir três presidentes de partidos ou representantes de partidos, no final de três, quatro presidentes, nós não teremos muito mais a discutir, por isso queria sustentar que eminentes juristas, representantes de Tribunais Eleitorais, o Presidente do SERPRO, que, por favor, proponho que se coloque na lista ou à discussão, ele que tem um trabalho pronto e muito bem desenvolvido de apuração e votação eleitoral eletronicamente. Faria mais sentido aumentarmos talvez o dia de audiência, quer dizer, fazermos também audiência nas segundas-feiras e concentrarmos os cinco representantes numa única audiência; em cada audiência cinco representantes com direito à palavra por 20 minutos, e seguindo a partir daí debates. Então teríamos, no final, duas horas e meia de debates, período em que cada um teria direito a 20 minutos de exposição. É mais do que suficiente para que se escolhessem os pontos básicos que quisessem abordar. Eu temo que se guardássemos — seguindo a recomendação da colega Lídice da Mata — quatro reuniões só para receber representantes de Partidos políticos, estaríamos perdendo um precioso espaço de audiências de outros segmentos da sociedade.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Sr. Presidente, em outra Comissão de que participo tem-se feito essas audiências também no período da noite. Sugeriria dobrar o número de audiências, fazendo-as também à noite.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — A sugestão de V. Ex<sup>a</sup> é muito oportuna, porque realmente se V. Ex<sup>a</sup> pegarem o fluxograma proposto pelo nosso Relator, ele tem dois dias vazios: quarta-feira dia 29, e quarta-feira dia 6 de maio. Poder-se-iam aproveitar esses dois dias para aumentar o número de audiências.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — O próprio Relator apresentou a sugestão de que nós tivéssemos uma reunião conjunta com o Presidente e o Relator.

Temos que desdobrar para amanhã e para a noite.

O meu ponto de vista é de que, quanto mais audiências, melhor. Acho que nós devíamos aproveitar o prazo máximo de oito audiências. Porque, realmente, o Constituinte Ronaldo Coelho disse uma coisa muito importante. Durante a exposição e após o término da exposição com os debates nós já estamos discutindo os nossos temas, os assuntos pertinentes à nossa subcomissão, o que fica até mais oportuno, porque vamos começar a discutir com pessoas de fora da Casa e, posteriormente, discutiremos entre nós, entre os Constituintes, qual o ponto final em função das informações, os pontos de vista dos expositores. Não

vejo inconveniente em aumentar o número de audiência, eu acho que sempre é útil, a experiência tem mostrado isso. O que acho perigoso é uma só — e insisto nesta tese —, pois, aí, fica realmente um pouco monótono. Mas fora disso, quatro de cada vez, como o Constituinte Ronaldo Coelho propôs, que sejam 20 minutos. Em primeiro lugar, pauta fixada; ele já recebe a pauta, para não fugir da pauta porque também é um outro grande vício que acontece com os expositores que aqui comparecem, eles extrapolam muito a pauta. Com a pauta demarcada e o tempo prefixado podemos ter um grande rendimento da experiência dessas figuras ilustres.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente e Srs. Constituintes, eu acho que temos que provocar discussão em torno das matérias que vamos tratar.

Então, sugeriria fizéssemos três grandes painéis — um painel sobre partidos políticos, um painel com juristas e um painel com o Presidente dos TRE —, para que na confrontação das idéias, pudéssemos colher algumas inovações para a legislação eleitoral, e isso nós só vamos escolher se tivermos a discussão. Por exemplo: pegamos um partido de ideologia socialista e um partido de ideologia mais conservador, e vamos confrontar as idéias desses dois partidos e saber o que é que nós podemos retirar disso. Então, com três grandes painéis reuniríamos um número maior de pessoas e depois as demais audiências seriam, quem sabe até, para grupos menores, de dois, três, quatro convidados.

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIROZ — Sr. Presidente, captando o raciocínio da Constituinte Lídice da Mata, eu sugeriria que, primeiro, discutíssemos quanto ao número de sessões, se cinco, se oito; e se nós faríamos essas reuniões também à noite. Diante disso, nós teríamos a definição do número de espaço que nós teremos para, depois, partimos para os demais aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Vamos colocar então em votação a respeito do número de audiências. Quantas seriam? Oito ou cinco?

O SR. CONSTITUINTE ROBSON MARINHO — Sobre esta questão eu entendo que nós temos que fixar, inicialmente, cinco audiências, porque na própria evolução das discussões nós poderemos chegar à conclusão de necessidade de mais audiências e poderemos direcionar o convite para outras, pessoas ou outras entidades que não estão no momento cogitadas. Então, eu acho que devíamos, inicialmente, fixar em cinco, usarmos uma mesma audiência no período da manhã e no período da noite, desdobrado. Quer dizer, convidamos quatro Partidos políticos de manhã, outros quatro à noite. Inicialmente, um painel sobre Partidos políticos; depois o Presidente do TSE e três Presidentes de TRE. E aqui incluiria o Presidente do SERPRO nesse painel. E, no terceiro painel, juristas, reconhecidamente atuantes na área da legislação eleitoral, e fecharmos com cinco audiências. E em o fazendo de manhã e à noite, nós teremos sempre a possibilidade de prazo ainda para fazermos as três audiências restantes, direcionando para aquilo que se mostrar necessário, para onde nós queremos fazer os convites.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Em discussão a proposta do Sr. Constituinte Robson Marinho.

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIROZ — Sr. Presidente, eu sou a favor de oito. Isto, pela própria questão dos convites, para ser mais prático.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Mas o Constituinte Robson Marinho não é contra oito; ele propõe uma solução intermediária, ou seja, fixar em cinco, podendo chegar a oito, dependendo do desdobramento das discussões.

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIROZ — Mas eu creio que nós já deveríamos, em princípio, fixar em oito. Eu entendi a proposta dele, mas eu acho que já deveríamos fazer em oito, que nós teremos uma programação completa, fechada e já teríamos uma previsão do que iria acontecer, quem seriam os convidados. Esta é a sugestão.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — No caso da proposta do nobre Constituinte seria desdobramento à noite; então seria uma outra audiência, e estaríamos infringindo o Regimento.

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIROZ — Mas como eu coloquei, não.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Nobre Constituinte Francisco Rossi, entendi perfeitamente a sua proposição. A audiência apenas seria suspensa e retornaria à noite, o que não configuraria mais de uma.

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIROZ — Mas poderia, eventualmente, ser considerada uma outra audiência à noite, no caso de nós atingirmos oito audiências.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SOYER — Permita-me um esclarecimento? O Regimento diz oito audiências ou oito dias para a audiência?

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIROZ — Até oito audiências; no mínimo de cinco e no máximo de oito audiências.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — A proposta do Constituinte Robson Marinho é realmente boa, e o Constituinte Saulo Queiróz captou bem. Nós podemos iniciar uma audiência pela manhã e terminar à noite, não teríamos mais de oito, mas teríamos tempo para convocar mais de quatro; possibilidade de chegarmos até oito audiências, se for necessário também, porque, às vezes, não há necessidade. Acho que a proposta do nosso Constituinte Robson Marinho é mais abrangente, é mais elástica.

O SR. CONSTITUINTE ROBSON MARINHO — Ainda a título de colaboração, e numa linha defendida pela Constituinte Lídice da Mata, com isso talvez pudéssemos fazer uma adequação melhor do fluxograma, no sentido de marcarmos essas audiências, no período da noite, para as terças ou quartas-feiras, quando há uma presença, de fato, expressiva de membros da Subcomissão em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Acho a proposta de V. Ex.<sup>a</sup> muito boa. Gostaria, até, que definíssemos essa questão e colocássemos à noite, quando não houver oportunidade de se

colocar durante o dia, por limitação de tempo. Acho que o Sr. Relator já captou bem a idéia.

Em princípio, fica aprovada a proposta do nosso Constituinte Robson Marinho, com perspectiva de ser atendido o constituinte Luiz Soyer, de as audiências se estenderem até oito, e preferencialmente à noite, nas terças e quartas-feiras. Eu faria, então, um apelo ao nosso Relator que apresentasse, na reunião de amanhã já o nosso fluxograma final.

Quanto aos nomes, é extremamente difícil. Solicitaria do nosso Plenário que indicasse um Relator para que ele, em contato com todos os membros da Subcomissão, pudesse realmente fazer uma seleção dos nomes, e amanhã, sim, nós viríamos aqui com os nomes para serem realmente votados. Porque é difícil, agora, uma definição.

O SR. CONSTITUINTE ROBSON MARINHO — Acho que a definição **a priori** dos painéis, ou seja, dos temas, é fundamental para que possamos trabalhar, depois, os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Os temas, sim, não os nomes.

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIROZ — Os nomes seriam consequência dos painéis. Vejam V. Exas, se vamos ter três painéis, com Partidos políticos, sem embargo da opinião do Constituinte Ronaldo Coelho, acho que nenhuma Comissão trata tanto do interesse de partidos políticos como a nossa Subcomissão. É a própria vida, o futuro dos Partidos políticos. E, no instante em que convidarmos os presidentes de alguns partidos e de outros não, sem dúvida que estaríamos mun ato de discriminação inaceitável. Segundo, a legislação que vamos apresentar. Sob o ponto de vista de embasamentos constitucionais, pode liberalizar a formação de partidos, ela pode fechar. Então, são posições que, sem dúvida, se entrecrocaram de tal ordem que ficaria até difícil selecionar o presidente ou o representante de quais partidos estariam e quais não. As posições, eventualmente, podem ser extremamente distintas neste particular. Por isso mesmo, eu acho que, se nós vamos chamar representantes dos Partidos, e com essa amplitude que já estamos imaginando, é fundamental que se chamem, pelo menos, todos que têm assento na Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIROZ — Acho que nós deveríamos definir **a priori** os painéis. Veja V. Ex.<sup>a</sup>, só como exemplo: todos os Partidos políticos que têm assento; são doze, seriam três sessões com quatro representantes de cada Partido. Nós iríamos ouvir todo o universo. Depois o aspecto formal, ouvindo representantes de tribunais eleitorais, seja daqui, do Superior, como de regionais, à escolha; outro painel, para ouvir juristas sobre vários temas, e outro para ouvir cientistas políticos, que não são especialistas de fato em legislação eleitoral, mas que são cientistas do fato político e que seria importante. Por aí já teríamos cinco painéis.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — V. Ex.<sup>a</sup> está defendendo painel ou reunião?

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIROZ - Painel. Eu estava mais preocupado com a audiência, e a idéia de quantas audiências seriam consu-

midas com esses painéis. Eu imagino, fundamentalmente, três painéis.

O SR. CONSTITUINTE ROBSON MARINHO — Partidos políticos, os presidentes dos partidos políticos, os presidentes dos tribunais eleitorais, juristas e outro com cientistas, são quatro.

Sr. Presidente, estamos pensando a mesma coisa, já a nível de proposta. Relamente, nós consumiríamos duas audiências públicas para os partidos políticos sendo que uma das audiências se dobraria no período da manhã e no período da noite. Então, ouviríamos, num mesmo dia, quatro representantes de partidos políticos de manhã, quatro no período da noite. Na segunda audiência pública, ouviríamos os 4 restantes. Então, consumimos duas audiências públicas. Em seguida, nós ouviríamos, no período da manhã, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e o Presidente do SERPRO, e na mesma audiência pública, no período da noite, ouviríamos três Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais; consumimos mais uma audiência pública, portanto, três. Na quarta audiência pública, ouviríamos, no período da manhã, um jurista e um cientista político e, à noite, novamente um jurista e outro cientista político. Então, consumimos quatro audiências públicas e ouvimos esses três segmentos, até aí quatro segmentos.

O SR. PRESIDENTE — (Israel Pinheiro) — V Exa pode incluir dois juristas e dois cientistas políticos.

O SR. CONSTITUINTE ROBSON MARINHO — Dois juristas e dois cientistas políticos. A data das audiências e quem seriam as pessoas convidadas, definiríamos hoje. Quem serão os cientistas, quem serão os juristas, quais os Tribunais Regionais que vamos ouvir. Porque os presidentes dos partidos ou representantes dos partidos não têm como mudar; os representantes do Tribunal Superior Eleitoral e dos Regionais é só definir os Estados. Nós já deixaríamos hoje tudo definido, em termos de data, de nomes, horários, e, ao final, ou no decorrer dessas audiências, nós iríamos deliberando sobre novas audiências públicas; teríamos aí datas e as audiências, conforme sugestão do Constituinte Saulo Queiroz as audiências se concentrarem às terças e quartas-feiras, ou até quinta, se necessário. Porque, por exemplo, nunca há propostas de realizar-se uma audiência pública no feriado de 1º de maio, porque nós vamos expor o convidado e vamos nos expor.

Apresento, concretamente, essa sugestão que, se os companheiros concordarem, nós poderíamos começar a avançar: quais os Estados dos Tribunais Regionais Eleitorais seriam convidados, quais os juristas e quais os cientistas políticos.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Concorde com a proposta, mas teríamos que precisar. O que ele está dizendo são reuniões; cada reunião pode ter várias audiências, então poderíamos fixar duas reuniões para os partidos políticos, com várias audiências, uma audiência de manhã, outra audiência à noite, dentro da mesma reunião, senão confundiríamos com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — V. Ex. está certo; o Regimento Interno fala em reunião.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — A reunião pode ter várias audiências, pode ser

uma reunião ininterrupta que vá da manhã à noite. Gostaria que esta questão fosse discutida nos termos que já levantamos na nossa reunião passada que é se convocarem para as audiências públicas, segundo temas que mais interessam a nossa Subcomissão. Aí, penso que, ao se fazerem os convites, devemos levar em conta que existem três grandes temas que podem abarcar toda a preocupação que deve ter nossa Subcomissão, segundo meu ponto de vista. Uma delas é a questão dos partidos políticos. Quer dizer, neste aspecto, convocar-se-iam para as reuniões e as audiências na discussão dos partidos políticos não somente os presidentes de partidos políticos, mas se procuraria colocar junto com os presidentes de partidos políticos, também o representante do Tribunal Regional Eleitoral para que nós tivéssemos, ao mesmo tempo que a discussão sobre o partido político, tivéssemos também a discussão sobre o que representa, hoje, para a justiça eleitoral brasileira, o sistema eleitoral que temos no País. Porque, é evidente que cada Constituinte, ao apresentar um nome para audiência pública, ele visa uma determinada proposta de emenda constitucional, ele tem uma determinada visão da Constituição brasileira no que tange ao nosso tema.

O outro tema é sobre o sistema de voto no Brasil. Nós devemos, ao fazer as convocações e os convites, levar em consideração que precisamos de ter uma discussão aprofundada sobre o problema da eleição, do eleitor e do voto no Brasil. Quer dizer, convidando-se, então, cientistas políticos de diferentes posições em relação a esses temas. É por isso que, quando fiz quatro sugestões de cientistas políticos e duas entidades dos cientistas políticos, foi exatamente com o objetivo de mesclar outros cientistas políticos ou entidades que têm posição diferente sobre o sistema de voto, do eleitor e o sistema das eleições.

E o terceiro grande tema que eu penso é o tema da questão do poder econômico no sistema eleitoral brasileiro. Precisamos ver quais entidades, quais personalidades nós traremos aqui, para discutir a questão do poder econômico, para que isso nos auxilie a propor emendas à Constituição brasileira, ou fixar artigos na Constituição brasileira que levem a deter o abuso do poder econômico nas eleições. Se não tivermos o cuidado de definir quem vem aqui, ao mesmo tempo com esses temas, os temas básicos da nossa Subcomissão, podemos ter, por exemplo, o equívoco de ter na Mesa quatro Presidentes de tribunais eleitorais, falando simplesmente da maior ou menor sofisticação da apuração nos seus Estados, sem que isso gere uma contribuição maior para a discussão que nos interessa aqui. Então, a sugestão que eu faço é que o Relator, ao montar os blocos dos convidados, leve em conta as sugestões em relação e estes temas: partidos políticos, eleição, eleitor e voto e o poder econômico nas eleições.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Eu acho que o assunto já está devidamente esclarecido. Então, eu faria uma proposta. Nós poderíamos encerrar por meia hora a atual reunião para que o Relator possa transformar todas as sugestões, colocá-las no papel, para que, reaberta a reunião possamos votar e aprovar.

É a sugestão que faço. Gostaria de saber a opinião do Plenário, se concorda com a suspen-

são da reunião por meia hora ou quinze minutos, para dar tempo de se colocar no papel tudo isso.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Eu só gostaria que levasse em conta aquela sugestão da Constituinte Lídice da Mata, em relação às sextas-feiras com a qual concordo. Devemos modificar o dia dos debates da matéria em pauta para outro dia da semana que não às sextas-feiras.

O SR. CONSTITUINTE ROSPIDE NETTO — Sr. Presidente, antes de suspender a reunião a respeito do que falou o Constituinte do PT, Paulo Delgado, quanto aos três temas prioritários, acredito que são de grande valia e de grande importância, inclusive o seguinte: a dos convidados, dos cientistas políticos ou juristas, eles devem, enfim, falar sobre um tema específico. Por exemplo, no caso do voto. Alguém que é a favor do voto proporcional e do voto distrital, para que nós possamos, efetivamente, fazer a comparação. Da mesma forma, com relação aos partidos políticos, é evidente, cabe ao presidente ou representante dos partidos dar sua visão. E também no aspecto do poder econômico, mas, principalmente, acredito que um dos grandes temas a ser debatido é o problema do voto, que é o voto distrital e o proporcional. Este aí nós devemos ter muita atenção.

Gostaria que o Relator, no momento que estivesse fazendo a análise, exatamente entre os cientistas políticos buscasse aquele que é a favor do voto distrital e aquele que vai defender o voto proporcional.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Está suspensa a reunião.

*(Suspensa às 10 horas e 45 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 10 minutos.)*

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Estão reabertos os nossos trabalhos. Pediria ao nosso Constituinte, Relator Francisco Rossi, que fizesse a leitura da proposta que foi montada durante o intervalo, do nome e das datas, para termos o fluxograma definitivo e colocarmos hoje em votação e decisão final.

O SR. RELATOR (Francisco Rossi) — Bem, acertamos aqui os 5 dias destinados às audiências. O primeiro seria no dia 28 de abril, e teríamos pela manhã representantes dos Partidos PMDB, PDC, PC do B e PDT, e à noite os representantes do PFL, PT, PTB, e PCB. Para a segunda reunião havíamos aventado, inicialmente, a presença dos partidos políticos pela manhã, mas aqui convencionou-se que poderíamos talvez comparecer ao SERPRO e à noite, teríamos a presença dos representantes do PL, do PDS, do PSB e do Partido Verde. Então, cumpriríamos no dia 29 a segunda reunião com as audiências. A terceira seria no dia 5 de maio — quinta-feira, dia 30, seria destinada aos debates — teríamos a terceira reunião com a presença dos Presidentes dos TRE do Paraná, do Amazonas e do Ceará, e mais o Presidente do TSE. Audiências, teríamos somente na parte da manhã. No dia 6 de maio teríamos a quarta reunião, pela manhã, com a presença de juristas — há uma relação aqui — como Arnaldo Malheiros, Orlando Carvalho, João Gilberto, Rene Dotti e Cícero Dumont. E, à noite, teríamos a presença de cientistas políticos; Bolívar Lamounier, Francisco Weffort ou D. Maria Vitória Bene-

vides, Cândido Mendes, Alberto Goldman e Paulo Sérgio Pinheiro. E teríamos a última reunião para audiência no dia 7 de maio, com a presença de jornalistas. Foram relacionados aqui os jornalistas Villas-Bôas Corrêa, Carlos Chagas, Castello Branco, Walter de Góes, Mino Carta e Hélio Gasperini.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que aprovam a proposta queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O SR. CONSTITUINTE RONALDO CEZAR COELHO — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma proposição. (Assentimento da Presidência.)

Gostaria de propor que, no caso de os convidados, especialmente, por exemplo, os Presidentes dos Tribunais, por estarem de férias ou por qualquer outra razão de impedimento — não puderem comparecer, a Presidência os substituiria por outros Presidentes.

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIROZ — Dentro da mesma linha, também no caso dos juristas e cientistas políticos.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Sr. Presidente, na lista que aí está genericamente colocada como juristas, sugiro que se incluam representantes do CEBRAP ou do CEDEC, são dois centros de estudos políticos que se especializam exatamente no estudo de legislação partidária e sistema eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Não poderia V. Ex<sup>a</sup> sugerir nomes?

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Bem, que se convidasse o instituto e ele indicasse quem viria.

O SR. CONSTITUINTE ROBSON MARINHO — Gostaria de lembrar ao Constituinte Paulo Delgado que dentre os cientistas políticos aí relacionados há membros do CEDEC e do CEBRAP.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Dentro da proposta que fiz que se discutisse por tema, o professor Francisco Weffort pertence ao CEBRAP a proposta que fiz de convite ao Professor Weffort é pela compreensão que ele tem de partidos políticos, inclusive, no período da República Populista, com obras publicadas, e não como membro de estudos do CEBRAP, que são feitos com outro objetivo. Pode-se, por exemplo, pelo CEBRAP indicar o Senador Fernando Henrique Cardoso, para vir aqui, membro do CEBRAP também. A direção do CEBRAP hoje está diferente, não é a mesma da época que o Professor Francisco Weffort fazia parte. Então, não há incompatibilidade em se manter o CEBRAP.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Não há problema, temos horário vago.

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIROZ — Sr. Presidente, sem querer aborrecer, volto a insistir no nome de José Guilherme Villela. Passei muito tempo nos tribunais e sei que neles, ele granjeou uma experiência muito grande como especialista em legislação eleitoral, durante os seis anos, em que foi Ministro do Tribunal Superior

Eleitoral. Insisto porque tenho absoluta convicção de que a sua presença, sem dúvida, enriqueceria muito, porque é ele um homem que viveu com muita profundidade esses momentos de modificação da nossa legislação eleitoral, após o advento da Nova República, e tem idéias muito importantes sobre como deve ser aperfeiçoada essa legislação eleitoral e também a legislação dos partidos políticos.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — O Constituinte Saulo Queiroz será atendido na sua reivindicação. Se tivermos além de oito, podemos desdobrar a reunião pela manhã e pela noite, como ficou aqui decidido. Há ainda vaga. Uma ou outra sugestão pode ser apresentada, em termos de indicação de nome de jurista ou cientista político. Assim, acho que todos foram atendidos.

O SR. CONSTITUINTE SAULO QUEIROZ — Sr. Presidente, diante dessa nova realidade, e considerando que até já havia conversado com o Dr. Francisco Assis Brandão, em termos de Goiás, eu havia retrado a proposta pensando naquele outro sentido. Diante dessa hipótese, solicitaria então a inclusão do nome do jurista Dr. Francisco Assis Brandão, como jurista e não na qualidade de Presidente do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Se não houver mais sugestões, vamos dar por aprovada essa questão.

Para amanhã, quinta-feira está convocada uma reunião às 9 horas e 30 minutos. Gostaria de ouvir sugestões, porque amanhã a pauta é livre. Inicialmente, minha sugestão é de que comecemos amanhã, a discutir as sugestões já encaminhadas à Subcomissão, das quais V. Ex<sup>a</sup> já possuem cópias.

O SR. CONSTITUINTE AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, é possível encaminhar, neste momento, alguma proposição?

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Tem-se que encaminhar à Mesa, e ela, então, distribui cópias.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Com a palavra o Constituinte Paulo Delgado.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO — A proposta da Constituinte Lídice da Mata em relação à sexta-feira, o Relator vai incorporar no cronograma?

O SR. PRESIDENTE (Israel Pinheiro) — Não. Se surgir a necessidade, poderemos discutir a questão.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 11 horas e 20 minutos.)

### Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança

#### ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO)

Aos sete dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às doze horas e quinze minutos, na sala da Comissão de Agricultura, Ane-

xo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, sob a Presidência eventual do Senhor Constituinte Hélio Rosas, com a presença dos Constituintes Arnaldo Martins, Asdrubal Bentes, Carlos Benevides, Daso Coimbra, José Tavares, Raimundo Lira, Roberto Brant, Sadie Hauache, Ezio Ferreira, Ricardo Izar, Telmo Kirst, César Maia, Ottomar Pinto, José Genoíno e Alarico Abib. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou instalada a Subcomissão e esclareceu que iria proceder à eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes, convidando, nos termos regimentais, os Senhores Constituintes Arnaldo Martins e Sadie Hauache para funcionarem como escretinadores. Realizada a eleição, e verificando-se a coincidência do número de sobrecartas com o de votantes, apurou-se o seguinte resultado: para Presidente, Constituinte José Tavares, 15 votos, em branco 1 voto; para Primeiro-Vice-Presidente, Constituinte Raimundo Lira, 15 votos, em branco 1 voto; para Segundo-Vice-Presidente, Constituinte Daso Coimbra, 14 votos, em branco 2 votos. Foram proclamados eleitos Presidente, Primeiro-Vice-Presidente e Segundo-Vice-Presidente os Senhores Constituintes José Tavares, Raimundo Lira e Daso Coimbra, respectivamente. Assumindo a Presidência, o Constituinte José Tavares agradeceu em seu nome e dos Constituintes Raimundo Lira e Daso Coimbra a honra com que foram distinguidos. Em seguida, designou o Constituinte Ricardo Fiúza para relatar a matéria. Usaram da palavra, pela ordem, os Senhores Constituintes Asdrubal Bentes, José Genoíno, Ottomar Pinto, Carlos Benevides e Hélio Rosas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, às treze horas e dez minutos, cujo teor será publicado, na íntegra, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, convocando os Senhores Constituintes para a próxima reunião a ser realizada dia nove de abril, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte pauta: Elaboração do roteiro dos trabalhos da Subcomissão. E, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**ANEXO À PRESENTE ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE DEFESA DO ESTADO, DA SOCIEDADE E DE SUA SEGURANÇA, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 1987, ÀS 12:15 HORAS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO:**

Presidente: CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES

Primeiro-Vice-Presidente: CONSTITUINTE RAIMUNDO LIRA

Segundo-Vice-Presidente: CONSTITUINTE DASO COIMBRA

Relator: CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA (ÍNTGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rosas) — Presentes 16 Srs. Constituintes que integram esta Subcomissão. Havendo número legal, declaramos aberta a presente reunião, que tem por objetivo a eleição dos Membros da Mesa da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segu-



rança, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

Convido para secretariar os trabalhos os Constituintes Arnaldo Martins e Sadie Hauache.

A presente escolha, por eleição dos Membros, que dirigirão esta Subcomissão, foi precedida de acordo partidário entre os diversos Partidos que compõem a Casa e ficou estabelecido, pelo acordo, que seriam candidatos à Presidência o Constituinte José Tavares, a 1.º Vice-Presidente o Constituinte Raimundo Lira, e a 2.º Vice-Presidente o Constituinte Daso Coimbra, tendo ficado definido que o Relator será o Constituinte Ricardo Fiuza, do PFL.

Foram elaboradas as cédulas e a Mesa vai chamar os Srs. Constituintes pela ordem da lista de presença, para que se proceda à votação.

*(Procede-se à chamada para a votação.)*

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rosas) — Votaram 16 Srs. Constituintes, sendo 20 os integrantes da Comissão. Houve maioria absoluta de votos. A Presidência, pela inexistência de suplentes e pelo não comparecimento dos titulares, apesar da segunda chamada, declara encerrada a votação e solicita aos Srs. Constituintes que compõem a Mesa procedam ao escrutínio dos votos.

*(Procede-se à apuração.)*

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rosas) — A Presidência anuncia o resultado da votação.

Presidente — Constituinte José Tavares — 15 votos. (Palmas.)

1.º Vice-Presidente — Constituinte Raimundo Lira — 15 votos. (Palmas.)

2.º Vice-Presidente — Constituinte Daso Coimbra — 14 votos. (Palmas.)

A Presidência, em razão do resultado da votação, proclama eleitos os Srs. Constituintes: para Presidente, o Constituinte José Tavares; para 1.º Vice-Presidente, o Constituinte Raimundo Lira, e para 2.º Vice-Presidente, o Constituinte Daso Coimbra.

A Presidência agradece o auxílio dos Srs. Constituintes Arnaldo Martins e Sadie Hauache e convida o Presidente eleito, Constituinte José Tavares, a assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) - Quero, inicialmente, agradecer a manifestação de apoio e confiança dos meus colegas desta Comissão. Na seqüência, cumprindo o que estabelece o nosso Regimento, anuncio a designação do Relator desta Subcomissão: o Constituinte Ricardo Fiuza.

Acho também que devemos definir o roteiro de trabalhos desta Subcomissão. O Regimento estabelece o prazo de 45 dias, mas não diz nada mais no que tange ao funcionamento da Subcomissão. Como para todos nós tudo aqui é novidade, temos procurado, na medida do possível, desde que não prejudique os trabalhos, agir de acordo com a experiência do funcionamento das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que sempre funcionaram nos dias normais de trabalho das duas Casas. E quando havia funcionamento de Subcomissão, a própria Comissão respectiva estabelecia o funcionamento da Subcomissão. Por exemplo, a Comissão de Constituição e Justiça, que sempre foi a mais importante da Câmara e do Senado, em razão de por ela tramitarem todas as iniciativas, de vez em quando, tinha necessidade, devido a

matérias de grande relevância, de criar Subcomissões. Era exatamente a própria Comissão que estabelecia o rito de funcionamento dessas Subcomissões. Não sei se seria o nosso caso aqui, porque temos um prazo, fixado pelo Regimento e, evidentemente, temos que fazer o possível para cumpri-lo.

Gostaria que os meus colegas desta Comissão pudessem contribuir com suas sugestões, já que, como eu disse, não temos um roteiro estabelecido. Creio que é de fundamental importância para o bom êxito dos trabalhos, para o cumprimento das atribuições conferidas a esta Subcomissão, que tenhamos, evidentemente, um mínimo de roteiro a ser seguido.

Com isso deixo a palavra livre para quem desejar se manifestar.

O SR. CONSTITUINTE ASDRUBAL BENTES — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Asdrubal Bentes.

O SR. CONSTITUINTE ASDRUBAL BENTES — (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) — Antes de responder a questão de ordem do nobre Constituinte Asdrubal Bentes, gostaria de corrigir uma falha, própria de quem está começando, que é a de dar posse a meus colegas Membros desta Subcomissão. Convoco o nobre Constituinte Raimundo Lira, Vice-Presidente, e o nobre Constituinte Daso Coimbra, 2.º Vice-Presidente, para que me honrem com suas presenças à Mesa e se considerem empossados. (Palmas.)

Constituída a Mesa, cabe-me colocar em discussão a proposta do nobre Constituinte Asdrubal Bentes, como primeira idéia da Presidência destes trabalhos: a elaboração de um plano, um roteiro, uma pauta de funcionamento desta Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte José Genoíno.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Dentro do nosso cronograma de trabalho, e como hoje há eleição nas Subcomissões e amanhã haverá na Comissão de Sistematização, seria necessário fixarmos aqui, o mais rápido possível, dia e hora de reunião desta Subcomissão, para aprovarmos o roteiro de trabalho. Podíamos realizar uma reunião na quinta-feira, pela manhã, e já nessa reunião definir o roteiro, a sistemática de trabalho da nossa Subcomissão, tanto no que diz respeito ao roteiro propriamente dito, como também algumas normas que não estão contempladas inteiramente no Regimento Interno da Constituinte, que será tarefa da Comissão — definir, por exemplo, normas mínimas de funcionamento interno da própria Subcomissão. Eu agregaria à proposta do nobre Constituinte Asdrubal Bentes esta minha sugestão: na reunião de hoje fixarmos a data da reunião da Subcomissão para aprovar o roteiro de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) — V. Ex.ª sugere seja quinta-feira, pela manhã?

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Só não sugiro amanhã porque haverá reunião da Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) — Mas é na parte da tarde.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Podemos fazer a reunião à tarde.

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) — Temos dificuldades, porque teremos reunião da nossa Bancada, do PMDB.

Acho que procede a colocação do nobre Constituinte José Genoíno, que se soma à proposta do nobre Constituinte Asdrubal Bentes, de fixarmos a reunião para quinta-feira, às 9 horas e 30 minutos, quando então traríamos um mínimo de sugestões de funcionamento desta Subcomissão, que seriam submetidas à análise dos companheiros.

O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ottomar Pinto, pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO — Sr. Presidente, existem matérias do interesse desta Subcomissão que chegarão aqui mandadas pela Mesa da Constituinte. Outras matérias serão apresentadas ou propostas pelos Membros integrantes desta Subcomissão. Seria interessante que, ao propor o sistema de trabalho, ficasse explicitado quem vai relatar, por exemplo, as matérias que vêm da Mesa — se a escolha será por sorteio, por preferência de cada, qual o tempo para defender essas matérias, para discussão, e para que sejam objetos de votação nesta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) — Esse é um dos problemas que teremos que enfrentar aqui e que V. Ex.ª coloca com muita propriedade. O nosso Regimento não desce a esse detalhe, mas o da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal abordam o assunto. Creio que temos que aplicá-los, porque é norma do Regimento da Constituinte aplicar, subsidiariamente, os dois regimentos, em caso de ausência de norma como no caso específico. Acho que não nos cabe outro caminho a não ser seguir os dois regimentos — o da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal. E poderemos, na oportunidade, analisar, se for o caso.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS BENEVIDES — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Carlos Benevides.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS BENEVIDES — Sr. Presidente, em que pese o interesse de diversos constituintes em participar deste grande momento brasileiro, sugiro a V. Ex.ª designar um funcionário da Câmara ou do Senado, para que ficasse responsável pelo aviso das reuniões, dos eventos que porventura acontecerão durante os nossos trabalhos. Essa constante lembrança, pelo funcionário, é muito necessária para que as ausências diminuam.

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) — Gostaria de comunicar que esta Subcomissão tem dois

secretários, o Clayton e o José Augusto, que terão essa tarefa. A Presidência, na medida do possível, vai colaborar com eles, a fim de manter os colegas devidamente informados, a tempo, dos compromissos das reuniões desta Subcomissão. Nisso, seremos bastante zelosos.

Aproveito para solicitar a colaboração e a compreensão dos meus companheiros. Todos temos uma atividade bastante complexa, difícil, e temos que nos transformar muito para poder corresponder. É importante, dentro do prazo limitado que temos, a presença de todos; que todos compareçam dando, com sua presença, sua contribuição efetiva, para que possamos cumprir com nossa missão de Subcomissão e, ao mesmo tempo, de Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE HÉLIO ROSAS — Sr. Presidente, peço a palavra

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Hélio Rosas

O SR. CONSTITUINTE HÉLIO ROSAS — Apeenas para, complementando a sugestão formulada agora, informar que estou preparando todos os meus endereços, para entregar aos senhores secretários e sugerir que todos façam isso, para facilitar a comunicação, que realmente é importante.

O SR. PRESIDENTE (José Tavares) — V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Acho de extrema importância que se atualizem os endereços, porque é frequente verificarmos dificuldades dos nossos secretários em localizar os companheiros constituintes; alguns moram em hotel, outros moram com outros colegas. Seria interessante, se possível, o endereço certo para serem localizados numa emergência.

Agradeço a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>

Não havendo mais quem deseje fazer uso da palavra, quero reafirmar a minha gratidão pela confiança que V. Ex.<sup>a</sup> depositaram em mim, no Constituinte Raimundo Lira e no Constituinte Dasso Coimbra. Quero também lembrar que a nossa próxima reunião será na próxima quinta-feira, às 9 horas e 30 minutos, nesta sala, que será o local de nossas reuniões durante o período regimental.

Agradecendo a presença dos colegas, o apoio recebido, concito a todos para, juntos cumprirmos o nosso mandato de realizar uma Constituição à altura das aspirações do nosso povo.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 6 minutos.)

## COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA

Subcomissão de Princípios Gerais,  
Intervenção do Estado,  
Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica

### ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezessete

horas e quarenta e sete minutos, em sala do Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, sob a Presidência do Senhor Constituinte Delfim Netto, com a presença dos seguintes Constituintes: Virgildásio de Senna, Vladimir Palmeira, Jalles Fontoura, Gilson Machado, Antônio Carlos Franco, Raquel Cândido, Delfim Netto, Roberto Campos, Gil César, Marcos Lima, Ismael Wanderley, Luiz Salomão, Antônio Ueno, Rubem Medina, Gustavo de Faria, Joaquim Bevilacqua, e Ronaldo César Coelho. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos e passou à leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foram indicados os nomes de representantes de entidades para serem ouvidos em audiência pública no âmbito da Subcomissão, tendo usado da palavra na oportunidade os Senhores Constituintes Joaquim Bevilacqua, Virgildásio de Senna, Roberto Campos, Marcos Lima, Raquel Cândido, Vladimir Palmeira, Gil César, Jalles Fontoura, Luiz Salomão, Antônio Carlos Franco e Gilson Machado. O Senhor Presidente, atendendo à solicitação dos Senhores Constituintes Antônio Carlos Franco e Gil César, apoiada pelo Plenário, resolveu apresentar uma relação, baseada nas sugestões apresentadas, contendo os nomes de representantes de entidades e de pessoas com especialização na área temática da Subcomissão, para ser submetida à deliberação do Plenário na próxima reunião, a fim de serem expedidos os convites. O inteiro teor dos debates será publicado, após a tradução das notas taquigráficas e o competente registro datilográfico, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, às dezoito horas e quarenta e oito minutos, convocando os Senhores Constituintes para a próxima reunião a ser realizada amanhã, dia vinte e três de abril, às nove horas e trinta minutos, para continuação do debate de Matéria Constitucional. E, para constar, eu, Ione Ramos de Figueiredo, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. Constituinte **Affif Domingos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PRINCÍPIOS GERAIS, INTERVENÇÃO DO ESTADO, REGIME DA PROPRIEDADE DO SUBSOLO E DA ATIVIDADE ECONÔMICA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 1987, ÀS 17 HORAS E 47 MINUTOS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO, CONSTITUINTE DELFIM NETTO.**

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) - Não temos número ainda. Vou tomar a liberdade de inverter a ordem da pauta, deixar a leitura da ata para o fim. Se os Srs. Constituintes concordam, podemos começar conversando sobre as indicações de nomes, em continuação ao trabalho de hoje cedo.

Os Srs. Constituintes que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Então, vamos dar prosseguimento aos trabalhos.

A palavra está aberta aos Srs. Constituintes.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA — Sr. Presidente, sugiro, para audiência pública do tema "Subsolo, União e os Estados", "Monopólio Estatal do Petróleo e outros Monopólios", o Engenheiro Ozires Silva, Presidente da Petrobrás, já que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, abriu a discussão para a sugestão de nomes.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Sr. Presidente, um dos pontos que vale a pena esta Subcomissão discutir, é se o número de pessoas que vão compor esses painéis deve ser aumentado ou reduzido — 4 é número razoável —, ou se alterar-se-ia esse número, para se permitir a presença de outros painelistas.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA — Gostaria de manifestar-me a respeito, Sr. Presidente (Assentimento da Presidência.)

Pelo Regimento da Subcomissão, temos 20 minutos para a exposição de cada expositor. Com os debates, teremos aí cerca de 50 ou 60 minutos, dependendo do interesse que a questão possa gerar.

Acredito que o número de 4, que V. Ex.<sup>a</sup> sugeriu no ordenamento dos trabalhos, seja adequado. Teremos aí de 4 a 5 horas de trabalho. Mais do que isto seria de difícil organização e aproveitamento, inclusive, da matéria discutida.

Esta é a minha posição.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Roberto Campos

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, permito-me fazer algumas sugestões sobre nomes de personalidades a serem convidadas

No tocante ao primeiro item — "Princípios Gerais da Ordem Econômica", tenho a sugerir o nome do Sr. Abram Szajman, Presidente da Associação Comercial de São Paulo, e do Dr. Amaury Temporal, da Associação Comercial do Rio.

No tocante ao tema "Subsolo, União e os Estados", além do Coronel Ozires Silva, que é uma escolha natural, como Presidente da Petrobrás, sugiro outra escolha natural, o Presidente do Ibrami — Instituto Brasileiro de Mineração, Dr. João Manhõ Nunes. Este Instituto abrange um universo de mais de 200 empresas, ou, para ser preciso, 271 empresas, sendo, talvez, o grupo mais autorizado e credenciado para se pronunciar sobre o problema do regime do subsolo.

No tocante à "Nacionalidade de Pessoas Jurídicas e Reserva de Mercado", sugiro dois eminentes empresários, um deles o Sr. Jordano Romi, das Indústrias Romi, e, outro, o Sr. Eugênio Staub, da Gradiente. Um abrangendo a indústria pesada; o outro, a eletrônica.

O SR. CONSTITUINTE MARCOS LIMA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Marcos Lima.

O SR. CONSTITUINTE MARCOS LIMA — Sr. Presidente, já encaminhei, e estou ratificando oralmente, para audiência do dia 4 de maio, sobre o tema "Subsolo, União e os Estados", os nomes do Presidente do Sindicato Nacional do Estanho — Sr. Samuel Assag Anan, do Presidente da Associação Brasileira dos Mineradores de Ouro — Dr. Antônio Dias Leite Neto; e do Presidente do Sindicato Nacional dos Garimpeiros — Sr. Roberto Athaide

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Sr. Presidente, peça a palavra

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Concedo a palavra à nobre Deputada Raquel Cândido.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Reitero o convite, para a primeira reunião do dia 27, à pessoa do Presidente Ronaldo Lopes Garcia, do Conselho Nacional dos Economistas, e do Professor Paulo Timm, da UnB, e mais do ilustre Professor de Sociologia Hélio Jaguaribe. Para o dia 4, reitero o convite à Conage, à União Nacional dos Garimpeiros da Amazônia, Sr. Altino Machado, e à CPRM. Ainda para explicar sobre a matéria de reservas estratégicas, o Almirante Gama e Silva. Para o dia 6, o convite ao eminente Presidente da OAB, e ao eminente empresário nacional José Ermírio de Moraes, no ramo de mineração brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — V. Ex.<sup>a</sup>, por gentileza, encaminhe por escrito à Mesa os convites.

O SR. CONSTITUINTE MARCOS LIMA — Sr. Presidente, todos esses convidados terão oportunidade de falar? Como seria esse critério?

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Estamos recolhendo os nomes primeiramente, porque todos não poderão ser convidados. Vamos ter que escolher alguns desses nomes. Vamos fixar o número de painelistas, e, então, escolheremos, dentro dessa lista. Se houver um número maior de convidados do que se imagina, teremos que escolher alguns.

O SR. CONSTITUINTE MARCOS LIMA — Assinalo que estou de pleno acordo com as indicações da Constituinte Raquel Cândido. Só pondero que uma das minhas propostas se choca com uma das indicações, é o mesmo assunto praticamente. Pela minha proposta, estou convidando o Presidente do Sindicato Nacional dos Garimpeiros. A Constituinte Raquel Cândido quer convidar o Presidente da União Nacional dos Garimpeiros da Amazônia. Teríamos os garimpeiros do Nordeste e de Minas Gerais. O assunto é mais nacional. Assinalo este aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vladimir Palmeira.

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — Já fiz as indicações por escrito. Sugiro, Sr. Presidente, que se dêem as indicações por Comissão, para poder encaminhar mais rapidamente, porque são muitos nomes. Então, se comece por Comissão: a primeira Comissão faz a indicação, e resolvemos aqui qual será a indicação.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Estamos recolhendo todas as sugestões, e, depois, vamos verificar se em alguma Comissão há mais do que 4.

Suspeito, realmente, que a proposta do nobre Relator seja razoável quatro pessoas para serem ouvidas por reunião me parece bastante razoável.

Obviamente, se pretendemos fazer uma discussão proveitosa, precisamos trazer pessoas com opinião no mínimo divergente.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Sr. Presidente, peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Concedo a palavra à nobre Constituinte Raquel Cândido.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Para contraditar o meu colega Marcos Lima. Não é possível que, não conhecendo o quartelamento das multinacionais sediadas na Amazônia Ocidental, possamos ter aqui uma representatividade, de fato, de Estados longínquos da Federação

Minas Gerais tem a sua plenitude, é um Estado eminentemente minerário. Aqui não é lugar de querelas pessoais, de querelas estaduais. O Brasil é muito grande, e a oportunidade, impar. Ou juntamos de Sul a Norte os interesses totais, ou, então, vamos legislar em causa própria

A União dos Garimpeiros da Amazônia Legal representa um contingente de quase 200 mil garimpeiros, vivendo na pior forma de vida humana que possa haver, como é o caso de Serra Pelada, como é o caso do Garimpo do Madeira, como é o caso da única província estanífera da Federação deste País, que está sediada entre Rondônia e o Amazonas.

Querer-nos furtar, de maneira mesquinha, uma apresentação, uma única província estanífera neste País, através da Portaria nº 195, é querer negar o avanço democrático e a conceituação de uma nova Constituinte moderna, de acordo com a cara do Brasil, porque a Amazônia Legal é Brasil.

Estou de pleno acordo que venha o Presidente da União dos Garimpeiros. Nós, que somos do Norte, sabemos como se dá a nível de sindicato, a nível de associação, quais os interesses, quem é quem nesse jogo. Longe de querer desmerecer o honrado Presidente do Sindicato dos Garimpeiros. Pelo contrário, ele tem o nosso apoio. No entanto a União dos Garimpeiros tem, na sua praticidade na Amazônia Legal, um conhecimento profundo, inclusive com várias profissões desconhecidas pela CLT, coisa essa que não é muito bem discutível, porque não há conhecimento de causa. Por exemplo, se conhece aqui o que é a profissão do sequeiro? O catador? Do mergulhador? Do homem que trabalha no aeroporto? São várias profissões oriundas da profissão do garimpeiro, que se tem de discutir com profundidade e conhecimento de causa.

Se existem dois Estados e duas regiões com problemas concernentes, profundos, à mineração do País, a Amazônia avoca para si, porque ela tem no seu bojo, só em matéria de exportação quase 30% do estanho deste País, afora todos os outros minérios que estão acontecendo com as pesquisas, hoje acabamos de saber com relação ao próprio petróleo uma descoberta recente.

Então, é fundamental que, pelo menos uma vez na história, não sejamos apenas receptáculos

dos problemas sociais deste País, de Minas, do Paraná, da Bahia, como o maior receptor de migração deste País, mas que possamos falar aqui da nossa angústia e da nossa falta de infra-estrutura e daquilo que produzimos para fora do País. Sequer temos energia. São problemas seriíssimos que estão correlacionados. Basta um fato, volto a dizer: É o problema da única província estanífera ainda, imposta através da Portaria nº 195, nos idos de 1979, de uma forma escandalosa, de forma humilhante, de onde se tiraram 200 mil homens amarrados e os colocaram em búfalos da FAB, sem saber para aonde iam, com a promessa vã de que se industrializaria com a ida das mineradoras para aquela região. O que temos hoje, são buracos geradores de leishmaniose, que ataca a garganta de migrantes que não tem anticorpos e vão colonizar as áreas já fechadas pela mineradora, porque ao mercado internacional faz muito bem esta baixa, lá fora, quando é do seu interesse. É questão que está correlacionada inclusive, com a colonização, em especial, com a Portaria nº 195 e com o maior índice de migração deste País.

O SR. CONSTITUINTE MARCOS LIMA — Sr. Presidente, só para finalizar.

Não foi meu propósito excluir ninguém de ser convidado. Simplesmente não convidei ninguém de Minas Gerais, porque como temos — e o Presidente assinalou — somente 4 convidados, possivelmente — e assinala — haveria um conflito. Ponderei que o Presidente do Sindicato Nacional dos Garimpeiros evidentemente tem um conhecimento maior do que o Sindicato de Minas Gerais. Esse Sindicato Nacional dos Garimpeiros, salvo engano, é do Pará. Não estou convidando nem de Minas, nem do Nordeste, nem da Amazônia. Se for possível escutarmos todos evidentemente seria o ideal

Assinala, nesse conflito que haveria, que o Sindicato nacional conhece, inclusive os problemas da região dos garimpeiros de Rondônia.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Com a palavra o Constituinte Gil César.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, na reunião informal, até discutimos um pouco o assunto da realização dessas reuniões externas. Naquela oportunidade fiz algumas sugestões, a Deputada Raquel Cândido, outras. Imaginei que seriam consideradas hoje. Ocorre o fato de que alguma sugestão minha foi objeto de indicação de outro Constituinte, como é o caso do nobre Constituinte Joaquim Beviláqua, que sugeriu o nome do Presidente da Petrobrás. Havia sugerido o nome do Presidente da Vale do Rio Doce. Para que se tenha um quadro da política atual setorial, é importante que se ouça o DNP, para se ver a política atual, como está sendo aplicada, por que está sendo aplicada dessa maneira. E também um representante do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, porque, dentro do quadro da política atual, vamos ouvir a sociedade e propor as mudanças que cada um de nós julga oportunas.

Vou fazer as sugestões por escrito, conforme recomendado, e caberá à Mesa incluir ou excluir

aqueles nomes que já constam de uma ou mais sugestões.

Acredito também, pela proposta do Relator, seja razoável o número de quatro. Estou sugerindo sete nomes, mas acredito que haverá um consenso na exclusão de alguns desses nomes. Esta reunião está programada para o dia 4. As sugestões que faço agora se referem ao tema do dia 4. Para o dia 27 só tenho uma, e vou justificá-la, que é a da Federação dos Clubes dos Diretores Lojistas do Brasil. Quando se fala em clube, se pensa que é uma entidade recreativa. Esse clube reúne os logistas. No meu Estado, Minas Gerais, são 132 mil, microempresas e pequenas, às vezes. Portanto, é uma visão nacional do problema da microempresa que lida no comércio. É importante, e faço somente esta sugestão para o dia 27.

O SR. CONSTITUINTE JALLES FONTOURA — Sr. Presidente, siguro para a audiência do primeiro tema, de Princípios Gerais, o nome do Dr. Inácio Mourão Rangel; para a audiência do tema nº 2, do "Subsolo", a Sociedade Brasileira de Geologia e a Associação dos Engenheiros da Petrobrás; finalmente, para a audiência com respeito ao "Planejamento Econômico do Estado", o Dr. Rogério Ladeira Furguim Wemeck.

São as sugestões que passo por escrito a V. Exª

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, para o tema "Intervenção do Estado na Ordem Econômica, a Preservação de Valores", e dos "Princípios Gerais" indico o Prefeito Roberto Saturnino Braga, que tem uma tradição no Congresso Nacional de discussão dessas questões.

No tema do "Subsolo e Monopólio Estatal do Petróleo," indico o Jurista Osny Duarte Pereira. No tema nº 3, "Nacionalidade da Pessoa Jurídica, Capital Estrangeiro", indico o Engenheiro Leonel de Moura Brizola, Presidente do Partido Democrático Trabalhista. Para o tema "Planejamento Econômico do Estado na Sociedade Democrática", indico o Engenheiro Antônio Guarno, Presidente da Flupeme — Federação das Pequenas e Médias Empresas do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Continua em discussão.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, um esclarecimento.

As indicações, hoje, serão para todos os temas ou poderão ser feitas outras indicações posteriormente?

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Melhor seria se pudéssemos, para poder convidar as pessoas, esgotar os temas mais avançados. A última audiência será no dia 7 de maio. Não temos tanto tempo assim, temos dez a quinze dias. O ideal seria que pudéssemos dar todos os nomes hoje. (Pausa)

Se não há mais nenhuma sugestão de nomes, colocamos em votação, em primeiro lugar, a proposta de que sejam quatro painelistas em cada tema.

Se os Srs. Constituintes concordam com esta proposta, podemos prosseguir.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Um esclarecimento, Sr. Presidente.

O Regimento aprovado nesta Subcomissão prevê a intervenção dos convidados por apenas 10 minutos. Vai prevalecer esta norma regimental?

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Vinte minutos em cada uma das reuniões. A idéia seria de quatro painelistas. Teríamos 80 minutos, supondo que eles, como nós, obedeçam rigorosamente ao horário.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — E haveria debate?

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Certamente tem que haver debates. Devemos reservar, no mínimo, uns 40 minutos para que os Membros da Comissão arguam os painelistas, o que deixa uma hora para cada painalista.

Quatro me parece um número razoável. Fariam uma reunião de manhã. Essas reuniões começariam às 7 horas e 30 minutos e terminaríamos às 9 horas e 30 minutos, 10 horas.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, consulto o Relator se acha apropriada a discussão em nosso plenário do caso específico de um problema tributário — o Imposto sobre Minérios. S. Exª acha apropriada essa discussão ou não?

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — É pertinente a matéria. Devemos aprofundar esta discussão, mesmo como subsídio à Comissão de Tributação, com informações ou com indicações. Não é regimental, mas esta Subcomissão pode encaminhar à Comissão de Tributação sugestões relativas à matéria.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, continuando, solicito a alguns dos meus Colegas ou à própria Mesa que dirige os trabalhos se conhecem algum especialista no assunto que possa vir participar de um painel, pela importância que tem o Imposto sobre Minério no setor mineral.

A SRA CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Sr. Presidente, só para complementar o que o Constituinte Gil César acaba de colocar.

Acompanhamos a reunião dos prefeitos dos municípios mineiros do País e ouvimos uma explanação consubstanciada, de muita profundidade, através do Prefeito Napoleão, de Barroso, Minas Gerais. Foi uma discussão profunda. Não sei se esse prefeito é tributarista, mas foi o grande líder da reunião do último Encontro dos Prefeitos e Vereadores, realizado na Câmara, com relação a uma nova propositura à Constituinte.

Tomei a ousadia de colocar o nome do Prefeito Napoleão, representando os municípios mineiros do Brasil, pois foi de uma felicidade incrível em todos os encaminhamentos com relação à cobrança do IM e à reforma do Código Tributário.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, se me permite, continuando a discussão da minha sugestão com relação ao IM e à abordagem da Constituinte Raquel Cândido, temos em Minas uma entidade que representa 120 cidades mineradoras, uma associação específica das cidades mineradoras.

O caso citado pela Constituinte Raquel Cândido, o Prefeito Napoleão era presidente da entidade representativa de todos os municípios, a Associação Mineira de Municípios.

Agradeço a lembrança da Constituinte Raquel Cândido. A minha sugestão se refere a um especialista em tributação minerária, um homem que esteja no assunto, e que, infelizmente, não conheço.

Gostaria que os Constituintes, talvez o Deputado Gabriel Guerreiro, que não está aqui, ou o Deputado Marcos Lima, que foi presidente da Comissão de Minas e Energia, sugerissem o nome de um homem que viva o assunto há muito tempo, para que se possa discuti-lo.

Em relação à proposta que abordei ligeiramente na reunião informal que realizamos a propósito dos municípios mineiros, em princípio dela discordo — por isso a minha preocupação —, quando se modifica o critério de dar ao município 70%, 20% ao Estado e 10% à União, pela seguinte razão, e quero discutir o assunto: em princípio, discordo, sem entrar em maiores profundidades no mérito. Por quê? Porque vamos concentrar a renda em determinadas cidades-pólos, com aqueles problemas de migração interna que já estão acontecendo em meu Estado.

O Estado aí aparece com a obrigação de, dentro de critérios regionais, inclusive de microrregião, fazer uma distribuição de renda, de maneira que se evitem concentrações de renda, como é o caso que citei da tribuna do Congresso, o caso específico de Congonhas, cujo prefeito suspendeu a cobrança de água, de IPTU, de ISS, porque tem uma arrecadação muito grande de IM e ICM, pois 55% da Açominas está dentro do Município de Congonhas, enquanto, por exemplo, o Município de Belo Vale, ao lado de Congonhas, não tem receita adequada para atender às condições necessárias de vida da sua população.

Por isto que estou insistindo, sem critérios estaduais ou regionais, sem prejuízo da presença do Prefeito Napoleão, realmente um homem que lida com os problemas municipais há muito tempo, a presença de um especialista que tenha um enfoque neutro sobre o assunto, a não ser nos relatar o quadro atual, e, como se vê, há possibilidade, como li num documento da Seplan, da extensão de Imposto sobre Minérios.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Com relação a especialista em matéria tributária, tenho dois ou três nomes de pessoas de altíssima qualificação, pessoas como o Dr. José Luiz Bulhões Pedreira e o Sr. Jaime Barros. Podemos convidar o Dr. José Luiz Bulhões Pedreira, que certamente nos esclareceria o assunto.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Faço minha a sua indicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Se todos estão de acordo com o número de quatro painelistas, consideramos esta proposição aprovada.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, à luz de proliferação de sugestão de nomes, um algarismo de 4 pessoas como limite é irrealista. Proponho 6 painalista para cada tema.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Deveríamos, talvez, reduzir o tempo para 15 minutos.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Seria melhor reduzir para 15 minutos e ter-se um elenco mais variado de personalidades.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Se imaginarmos em 4 horas uma reunião razoável, teríamos, na realidade, 240 minutos, e 75 minutos utilizados pelos painelistas. Depois, daríamos 25 minutos para que os Srs. Constituintes pudessem arguir os painelistas. Acomodariamos, num prazo de 4 horas, 6, em vez de 4.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Sr. Presidente, estamos retornando a uma matéria vencida. O assunto já foi submetido à consideração do Plenário, e, salvo o Plenário julgar necessário rever, já é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Não, não pus em votação, nenhuma vez, o assunto. Fiquei ameaçando, para que as pessoas se manifestassem plenamente. De forma que não votamos ainda.

Poderíamos colocar em votação agora 6 painelistas, e acomodariamos os 6 num horário de 4 horas.

Quem estiver de acordo com esta proposta queira por favor, permanecer sentado. (Pausa.) Está aprovada.

Vamos agora à discussão dos 6 nomes.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Sr. Presidente, peço à Assessoria da Mesa faça a consolidação das indicações.

Enquanto isto, peço a V. Ex<sup>a</sup> que, na alteração da pauta da reunião, aproveitemos o tempo com a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Convido o nobre Constituinte Joaquim Beviláçqua para que faça a leitura da ata

*(É lida e aprovada a ata da reunião anterior.)*

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Se o Presidente me permite, informo aos membros da Subcomissão que não foi possível ainda o entendimento com a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte acerca do problema do calendário dos trabalhos.

Procuramos a Assessoria e a Secretaria da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, mas as informações ainda são precárias. De tal modo que as tenho a nível de trazer ao conhecimento da Casa, e peço que o prazo seja dilatado até amanhã. É possível que amanhã já tenhamos as informações finais sobre a possibilidade de esticar o nosso cronograma de trabalho. Esta parte não foi devidamente gravada, conforme mostra o mapa da Comissão. Houve discussão em plenário sobre as informações a serem feitas pela Subcomissão.

*Continuação da discussão em plenário sobre as indicações a serem feitas pela Subcomissão. Parte não gravada, conforme indicação do mapa da Subcomissão.*

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Srs. Constituintes, estamos aqui com um problema de escolha.

Na primeira Comissão, há a sugestão de 16 nomes; na 2ª Comissão, a sugestão de 22 nomes; na 3ª Comissão, a sugestão de nove nomes; na 4ª, a sugestão de 4 nomes, e na 5ª, a sugestão de 2 nomes.

Poderíamos tentar resolver o problema da 1ª Comissão. Deveríamos usar critério de ouvir pessoas com opiniões divergentes que representassem as várias linhas de pensamento da sociedade, de tal forma que tivéssemos aqui uma visão razoavelmente completa da realidade.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sugiro a V. Ex<sup>a</sup> que o Sr. Relator faça uma sugestão da distribuição desses nomes, mediante os critérios propostos por V. Ex<sup>a</sup>, porque o Relator teve o cuidado de preparar o roteiro e os diversos temas a serem discutidos. S. Ex<sup>a</sup> está em melhores condições para propor a subdivisão desses nomes.

Se o Plenário aceitar, seria aprovado, se não, passaríamos à discussão

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS FRANCO — Além do Relator conforme o Constituinte Gil César quer, pode também haver a colaboração da Presidência da Mesa, e posta em votação no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — De fato, nós só temos duas possibilidades de resolver isso: ou se defere à Mesa a possibilidade de escolher, e depois submeter ao Plenário, para aprovação, ou temos de passar por um processo de votação, que será extremamente penoso.

Submeto aos Srs. Constituintes se aceitam a proposta do ilustre Constituinte Gil César. Procuraremos, amanhã, apresentar à Subcomissão os seis nomes que nos parecem representar o universo de cada assunto, e o Plenário, depois, decidirá se aceita, se acrescenta ou se modifica.

O SR. CONSTITUINTE GILSON MACHADO — Solicito seja lido para o Plenário os nomes sugeridos para cada uma das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Comissão nº 1, Comissão dos Princípios Gerais: Osny Duarte Pereira, Carlos Lessa, Amaury Temporal, César Rogério Valente, Inácio Mourão Rangel, Abram Szajman, Conage, Sindicato dos Engenheiros da Petrobrás, Mário Henrique Simonsen, Newton Reis, Confederação Nacional das Indústrias, Ronaldo Lopes Garcia, Paulo Timm, Fernando Gabeira, Mário Fortes, Artur João Donato.

Para a Comissão nº 2 — "Subsolo, a União e os Estados" — Roberto Saturnino, Aureliano Chaves, Ozires Silva, João Marinho Nunes, Sociedade Brasileira de Geologia, Associação dos Engenheiros da Petrobrás...

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, permita-me uma questão de ordem. (Assentimento da Presidência)

Desconfio que a consolidação feita pela Secretaria da Mesa cometeu um engano, trocando indicações que fiz. A menos que alguém tenha indicado o Prefeito Roberto Saturnino Braga para discutir o tema "Subsolo, a União e os Estados". Propus na Comissão de Princípios Gerais, onde ele não consta, e aparece nessa outra.

A mesma coisa em relação à Conage, que, a meu juízo, não faz sentido estar na Comissão de Princípios Gerais, e, sim, na de "Subsolo, a União e os Estados". De modo que houve uma inversão aí.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Lamentavelmente, V. Ex<sup>a</sup> fez realmente, a proposta, do

nome do ilustre Prefeito Roberto Saturnino para a Comissão nº 2

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Mas o título aí é outro, desculpe-me

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Não, "Subsolo, União, Monopólio Estatal", etc.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Retifico, o nome da Conage foi proposto para a Comissão nº 2, no dia 4 de maio; o da CPRM também

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, peço desculpas. Copiei do formulário antigo para o novo, não sabia que tinha sido mudado, e cometi esse equívoco. Apenas transcrevi no mesmo espaço sem ler os títulos.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Melhor seria consolidarmos isso direito, apresentarmos isso de manhã, já com a nossa sugestão, e, aí, todos terão oportunidade de aceitar ou não a sugestão.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS FRANCO — Pela ordem, Sr. Presidente (Assentimento da Presidência.)

V. Ex<sup>a</sup> citou o companheiro Rubem Medina, colocou entre os palestrantes o Dr. João Donato — Presidente da Confederação do Estado do Rio de Janeiro, e eu havia pedido que fosse alguém da Diretoria da Confederação.

Então, o meu poderia praticamente não existir, e existiria o Artur João Donato, que é Diretor da Confederação.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Eu também abriria mão do Professor Paulo Timm, da UnB, para que seja substituído pelo Professor Ronaldo Lopes Garcia, e, no lugar do Professor Hélio Jaguaribe, poderia ficar o...

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Não, agora tenho a impressão de que vamos começar a mudar tudo outra vez...

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — É porque apareceu o número de 16, Sr. Presidente! Já podíamos, agora, inclusive, em consenso, ir desistindo das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — V. Ex<sup>a</sup> está desistindo ou apresentando outro nome?

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Estou desistindo!

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — As desistências estão abertas.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — E o Professor Hélio Jaguaribe, na substituição do Professor Fernando Gabeira.

O SR. PRESIDENTE (Delfim Netto) — Se V. Ex<sup>a</sup> estão de acordo, faremos isto: amanhã cedo, realizaremos a reunião às 9 horas e 30 minutos e começaremos a discussão temática.

Está encerrada a reunião.

*(Encerra-se a reunião às 18 horas e 50 minutos.)*

Subcomissão de Princípios  
Gerais, Intervenção do Estado,  
Regime da Propriedade  
do Subsolo e  
da Atividade Econômica

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e trinta e seis minutos, em Sala do Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, sob a Presidência dos Senhores Constituintes Roberto Campos e Afif Domingos, com a presença dos seguintes Constituintes: Raquel Cândido, Vladimir Palmeira, Gil César, Roberto Campos, Virgildásio de Senna, Marcos Lima, Jalles Fontoura, Renato Johnsson, Luiz Salomão, Irapuan Costa Júnior, Antônio Ueno, Gilson Machado, Joaquim Bevilacqua, Gabriel Guerreiro, Rubem Medina, Ronaldo Cezar Coelho e Afif Domingos. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos e passou à leitura da Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão a relação, elaborada pela Mesa, contendo os nomes de representantes de entidades e de especialistas na área temática da Subcomissão para serem ouvidos em audiência pública, a qual foi aprovada com alterações. Usaram da palavra, na oportunidade, os Constituintes Virgildásio de Senna, Luiz Salomão, Vladimir Palmeira, Raquel Cândido, Renato Johnsson, Gil César, Irapuan Costa Júnior, Jalles Fontoura, Roberto Campos, Gabriel Guerreiro, Marcos Lima, Gilson Machado e Ronaldo Cezar Coelho. O Constituinte Vladimir Palmeira levantou questão de ordem sobre o processo de votação do item III da relação proposta, na parte referente à aprovação de uma das autoridades indicadas, a qual foi respondida pelo Senhor Presidente com o esclarecimento de que o resultado da votação já havia sido anunciado, não comportando, portanto, qualquer questionamento a respeito. Falaram, ainda, sobre o assunto os Senhores Luiz Salomão, Raquel Cândido, Gil César e Virgildásio de Senna. O inteiro teor dos debates será publicado, após a tradução das notas taquigráficas e o competente registro datilográfico, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, às treze horas e três minutos, convocando os Senhores Constituintes para a próxima reunião a ser realizada hoje, dia vinte e três de abril, às dezessete horas e trinta minutos, para continuação do debate de matéria constitucional. E, para constar, eu, Ione Ramos de Figueiredo, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**ANEXO À ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PRINCÍPIOS GERAIS, INTERVENÇÃO DO ESTADO, REGIME DA PROPRIEDADE DO SUBSOLO E DA ATIVIDADE ECONÔMICA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1987, ÀS 10 HORAS E 36 MINUTOS, ÍNTEGRA DO APA-**

**NHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO, CONSTITUINTE DELFIM NETTO.**

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Existindo **quorum** e na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, dou início a esta reunião, na esperança de que a minha Presidência seja um meteoro fugaz. Logo, deverá chegar o Dr. Afif Domingos, que assumirá o bastão.

Declaro aberta a reunião.

Convido o nobre Constituinte Jalles Fontoura a proceder à leitura da Ata.

*(É lida e aprovada a ata da reunião anterior.)*

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Dentro da Ordem do Dia, teríamos que aprovar os nomes de entidades ou pessoas convidadas, que foram discutidas pela Mesa e deverão ser submetidas a este Plenário. Eu passaria a palavra, então, ao nosso ilustre Relator, Constituinte Virgildásio de Senna, para que pudesse, nos dar uma explicação a respeito.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por delegação da Subcomissão, o Presidente Delfim e o Relator, em virtude da apresentação de 16 nomes a serem convocados como expositores para o tema de nº 1, 22 para o tema de nº 2, 9 para o tema de nº 3; 3 e 2, respectivamente, para os temas de nº 4 e 5, a Mesa, por delegação da Comissão, tentou, aproximadamente e dentro do espírito de que os painelistas deveriam expressar, sempre que possível, a gama de pensamentos acerca da matéria que permeia a nossa sociedade, apresenta e está nas mãos dos Srs. Constituintes, a proposição que contempla 6 nomes, 5 painéis com 6 painelistas em cada uma dessas audiências. Esses nomes são uma proposta para ser debatida, modificada, alterada, acrescentada, enfim, aquilo que for necessário ao pleno e total, se possível, conhecimento da Comissão, a respeito da forma e entendimento sobre cada um desses aspectos, que serão ventilados nesses painéis. De forma que, Sr. Presidente, eu lhe devolvo a palavra para que, se achar por bem, comece a ser votada ou alterada a relação apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Este é um trabalho que foi desenvolvido pelo ilustre Presidente com o Sr. Relator, tendo em vista, como aqui já foi explicado, os vários nomes apresentados e a Mesa chegou a uma solução de consenso para ser submetida ao plenário.

Pergunto ao Plenário se tem alguma observação a ser feita sobre os nomes propostos e os Srs. Constituintes que desejarem fazer uso da palavra, por favor, citem os nomes para efeitos dos registros taquigráficos.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, a despeito do esforço dedicado e abnegado do Sr. Relator e do Sr. Presidente, foram cometidos alguns equívocos que, espero, tenham sido não intencionais. O primeiro diz respeito ao debate pela nacionalidade da pessoa jurídica, à reserva de mercado, onde a composição dos nomes apontados pelo Sr. Relator e pelo Sr. Presidente, obviamente, não expressam a pluralidade das visões do problema do capital estrangeiro.

Aqui estão reunidos três empresários da maior expressão — do capital nacional com articulações com o capital estrangeiro ou não — um ilustre e brilhante advogado, ligado ao empresariado, Dr. Bulhões Pedreira, um representante da SEI — parece-me que escapou o nome do atual titular, recentemente substituído, e o Prefeito de Barroso que, aqui apontado como pessoa que entendia de IUM — Imposto Único sobre Minerais. Não sei qual a tendência política e ideológica do Sr. Prefeito de Barroso mas, recentemente, a despeito da sua competência, da sua representatividade do povo de Barroso, não me consta tenha participado, no momento, de fóruns relevantes sobre o debate do capital estrangeiro. Na condição de são, indiquei o Engenheiro Leonel de Moura Brizola, ex-Governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, único governante que teve uma atitude relevante em matéria de soberania nacional em relação ao capital estrangeiro e que representa, certamente, um pensamento diverso de muitos daqueles que foram indicados para compor esse painel. Infelizmente, não tive a minha indicação acolhida pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Relator. Eu gostaria de reiterar esta indicação com a certeza de que V. Ex.<sup>as</sup> haverão de convir que, se queremos democratizar o debate, colocando diferentes visões do problema, cumpre acolher uma visão diferente, completamente oposta a esta dos painelistas já indicados pelo Sr. Relator e pelo Sr. Presidente, em relação aos quais não tenho nenhuma reserva. Queria apenas reiterar a indicação que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Perfeitemente!

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Pois não! Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA (Intervenção fora do microfone) — Meu nome é Vladimir Palmeira, do Rio de Janeiro. Ora, para acolher, em parte, o critério de avaliação do nobre colega sobre esta primeira Comissão, onde eu queria colocar uma entidade, uma pessoa — se adotado um critério qualquer, por exemplo, sobre a intervenção do Estado; eu queria que a Federação Nacional dos Engenheiros estivesse presente; eu queria que entrasse uma visão, no plano assim mais modesta, da Federação Nacional dos Engenheiros... na Comissão nº 2, aqui, acho que está faltando a Conage — Coordenação Nacional dos Geólogos — que tem uma posição nítida, tem trabalhado aqui, procurado resultados. Então, é uma questão polêmica, a questão do petróleo. Faltou a Associação dos Engenheiros da Petrobrás, porque o Coronel Osires vai defender a política oficial. Essa Associação tem toda uma política, inclusive sobre o contrato de risco, e é natural que, num tema tão importante, ela esteja presente.

Faço, estas observações porque são apenas essas três entidades, com representações, entre trinta nomes, e eu pediria que elas participassem. Sendo que na primeira parte a Associação Nacional dos Engenheiros e, no segundo tema, a Associação dos Engenheiros da Petrobrás e a Conage.

A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Comungo da mesma propositura do companhei-

ro Vladimir Palmeira, com relação ao Conage Temos aqui o Instituto Brasileiro de Mineração, que nem sequer foi questionado. E todos têm conhecido e sabido qual tem sido a posição, a nível nacional, do IBRAM, ligado diretamente ao DNPM. Ficaram de fora dessa propositura o DNPM e o CPRM. Mas o Conage, houve um consenso entre uma discussão de representação de garimpeiros, e nós abrimos mão da nossa propositura para que o Conage ficasse aqui representado no embate que o Presidente daquela coordenação já está acostumado a fazer e sabe que é sempre desigual. Então, vejamos bem: tem aqui o Conage, no lugar do presidente do Sindicato Nacional dos Garimpeiros. Foi colocado pelo colega Constituinte Salomão, o não conhecimento profundo, a nível nacional, do Prefeito Napoleão, de Barroso. O Prefeito Napoleão, de Barroso, foi o líder e era Presidente da Associação dos Prefeitos, dos Municípios minerários do Brasil até, acredito, o começo do mês passado. Esse prefeito esteve aqui representando cerca de 2.500 prefeitos no último encontro, dentro do Congresso Nacional. Eu fico admirada, no momento em que se pede que a base seja aqui representada, e nós sempre estamos a reputar que tenhamos nomes nacionais, de conhecimento nacional, de representatividade nacional, que muitas vezes desconhecem o que é que se passa num longínquo município, como o de Ariquemes ou até mesmo no de Barroso, que foi colocado de certa maneira com desdém, e o que ele representa no contexto deste País, com relação à produção de matéria-prima

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Só quero esclarecer que eu me referi ao Prefeito de Barroso, respeitosamente, não quanto à sua representatividade enquanto prefeito de um município que contribui para a produção mineral deste País, apenas me referi neste painel em que ele foi incluído, a meu juízo, por equívoco, que é o referente à nacionalidade da pessoa jurídica e da reserva de mercado. Imagino, não sejam temas da predileção do Sr. Prefeito Napoleão. V. Ex<sup>a</sup>, ontem, indicou-o para discutir a questão da distribuição do IUM

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Concordo plenamente.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Era só isto que eu queria salientar.

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Eu vou concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: ontem, nós colocamos determinados nomes, inclusive com proposituras, e a propositura da Reforma Tributária com relação ao IUM não foi feita por mim. Foi endossada, foi lembrada como o Presidente da Associação dos Prefeitos de um município minerário, município esse que é em Minas Gerais, e não tenho, politicamente, nenhum interesse, a não ser a visão nacional dos municípios minerários que ficam com o resto, com buracos apenas. A colocação no painel do Prefeito não coube a mim, prezado companheiro Salomão, não coube a mim e eu acho que procede a sua propositura. Foi uma forma de compo-

sição e uma lembrança oportuna, porque os municípios estão aí, falindo, e nós temos, hoje, milhões e milhões de cruzados do IUM que estão ali para serem distribuídos, quer seja nova visão tributária emergencial, quer seja numa nova propositura constitucional da Reforma Tributária. Isso existe de fato. Quem colocou nesse painel não fui eu, me lembrei do nome e o indiquei. O que se lamenta ainda, com relação ao II painel, é a falta da representação daquele que é garimpeiro. E que nós, nem eu, nem o Constituinte Marcos Lima conseguimos, para abrir aqui um espaço para o Conage, representação de classe dos geólogos, que cavoucam, mas que, antes de cavoucarem, encontrarem as minas, quem realmente abre as picadas e farejam o minério deste País é o garimpeiro. E eu tenho certeza que o Presidente do Conage irá colocar isso, mas sem sombras de dúvidas, é o geólogo, não abrirá mão. Nessa colocação diz-se que o garimpeiro é um vândalo, é um responsável pela evasão, que o Brasil, não sei o que lá, o responsável é o garimpeiro, o que é uma mentira. Nós vamos ficar sem representatividade desse homem que descobre e que não tem ainda a visão de ali requerer. Então, veja, Sr. Presidente, para que o Conage, a representação dos geólogos, que estão enclausurados em gabinetes com ar condicionado, sem poder sequer cavoucar, porque o DNPM é um mero repassador de mapas ao capital estrangeiro, porque o garimpeiro e capitalista nacional não têm condições, tenho dito isto em todos os locais, de fazer uma política minerária neste País. O próprio geólogo ficou sem ter mais condições de pesquisar dentro do seu próprio País, porque se estipulou, inclusive, o contrato de risco. E, aí, concordo com o Constituinte Vladimir, que quer a representação dos engenheiros aqui, para se contrapor a um homem que, obviamente, defende uma política de governo.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Eu pediria, então, à nobre Constituinte que formulasse a proposta, porque, assim, encaminharemos as várias propostas, para depois discutirmos.

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Eu já vou concluir, Sr. Presidente.

Temos que fazer o comentário, Sr. Presidente, para que haja justiça, para que haja equilíbrio nisso aqui.

O Conage só pôde ficar representado aqui porque nós suprimimos a figura do garimpeiro. Houve um consenso para que a representatividade de classe dos geólogos do Brasil, através do Conage, ficasse representado. Então, continuo fazendo um apelo, inclusive para que esse painel suba para 7, que possamos compor geólogos, o IBRAM, a Sociedade Brasileira de Geologia, e consigamos colocar outro item para que haja representatividade dos garimpeiros. E retiro a propositura do prefeito Napoleão, que foi colocada não sei por quem aí, para que haja uma propositura de uma outra coisa que está neste painel de nº 3, desequilibrada, que é a representação do empresário nacional. Nós temos aqui, do meu conhecimento, empresário nacional da mineração, chamado Ermírio de Moraes. O resto é tudo capital estrangeiro. Fica um desequilíbrio, porque nós não temos condição de ter aqui a apresentação de uma discussão mais profunda, vamos dizer, do interesse do empresário nacional. Inclusive

a colocação do companheiro Salomão com relação à reserva de mercado. Nós não temos representação para um equilíbrio aqui.

Eu só fiz este comentário, na parte que me diz respeito, que é a lamentação da discriminação daquele homem que trabalha com a bateia. Mas abro um parêntesis, por ter sido a pessoa que indicou o nome do prefeito Napoleão, para que isso seja tirado fora.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Faça a sua proposta objetiva, nobre Constituinte.

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — É que se abra um outro item de nº, para a representação do garimpeiro e que se retire o nome do prefeito Napoleão, para que tenha um homem de representatividade e até de vida prática, concreta, de atuação política, administrativa com relação à reserva de mercado e à nacionalidade da pessoa jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — V. Ex<sup>a</sup> está propondo então a inclusão de mais um nome e não de mais um tema. Então, seria um tema de nacionalidade da pessoa jurídica, de reserva de mercado?

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — A sua proposta é a inclusão no tema 2, que é subsolo...

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — De mais um nome..

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) —...de mais um nome, que seria uma representação do CONAGE.

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Do garimpeiro. O CONAGE já ficou representado aqui.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Não, se não nós vamos nos confundir aqui.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Só para esclarecer, porque a Constituinte Raquel Cândido está imaginando que já foi apresentado a V. Ex<sup>a</sup> uma proposta aqui negociada por alguns Constituintes no sentido de aumentar a representatividade do painel nº 2, e que consistiria — ela não chegou a explicitar essa proposta — na substituição do Sr. Robson Ataíde, Presidente do Sindicato Nacional de Garimpeiros, pela CONAG. Mas essa proposta não chegou a ser apresentada, Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> anotasse, em lugar do nº 3, Roberto Ataíde, o Presidente da CONAGE e, em lugar do Presidente da União dos Garimpeiros da Amazônia Legal, Sr. Altino Machado, ficaria o Almirante Gama e Silva.

Essa proposta foi negociada por um grupo de Constituinte aqui, porém a Deputada Raquel Cândido, na sua última intervenção, está propondo que se acrescente mais um representante.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Eu queria lembrar que os nomes ou que os números de participantes foram aprovados na reunião de ontem: é matéria vencida. Portanto, aqui nos cabe discutir nomes. Existe uma proposta da Mesa e depois nós vamos estudar como encaminhar a votação.

A SRª CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Tudo bem. Dentro desta composição em que entra o CONAGE e a representação do Almirante Gama e Silva, para falar de reservas estratégicas, é ótimo na composição que nós discutimos, mas é preciso se lamentar, embora seja matéria vencida a falta dessa representação, e que procede a colocação do Deputado Salomão, com relação ao prefeito Quer dizer, na medida em que você flexionar e abre mão mas, à medida que você reivindicar, é matéria vencida, não pode, tudo bem. Todo mundo fica contente quando você abre mão de um prefeito que não tem a devida representatividade ou a sua idoneidade para falar determinado assunto, se compõe e não tem discussão: agora, na hora que se lamenta, aí nem querem que se comente.

O SR. CONSTITUINTE RENATO JOHNSON — Tendo em vista a proposição da ilustre Deputada Raquel Cândido, de retirada do nome da indicação do Dr. Napoleão, Prefeito de Barroso, no 3º painel, que trata da nacionalidade da pessoa jurídica e da reserva de mercado, eu gostaria de indicar o Presidente da BAILE, Aldo Lorenzetti, que representa efetivamente uma entidade que é parte da indústria elétrica e eletrônica e que teria muito sentido em ser ouvido aqui por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Anotada a propositora.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, estou acompanhando atentamente as discussões e a respeito do Prefeito de Barroso, já que se trata do meu Estado, as colocações que foram feitas. A proposição não foi minha, mas da Colega Raquel Cândido; O Prefeito de Barroso foi Presidente da entidade que representa os prefeitos de Minas Gerais e se transformou num líder nacional, no que diz respeito às propostas municipalistas. Ele tem uma visão municipal e se envolveu no setor mineral porque, evidentemente, o imposto sobre os minérios, no meu Estado particularmente, tem uma expressão muito grande. Portanto, eu não concordo, em hipótese alguma, por eleter essa visão municipalista e a visão prática do problema de aplicações de recursos em outros níveis de Governo, a nível do município. Inclusive já discuti isto aqui, já fiz algumas colocações a respeito do Prefeito de Barroso e foi minha, a sugestão de que viesse aqui um especialista no assunto. Pedi à Mesa até que indicasse esse especialista, mas eu acho fundamental, que além dos ilustres empresários aqui presente, venha homem que tenha a visão do município, e por ele ter essa visão do município e como a geração de recurso, a nível de município, volta para o município, eu acho fundamental a participação dele, nesse ou em qualquer outro painel; e tenho a tranquilidade em fazê-lo, pois não foi minha a indicação, e sim da colega Raquel Cândido.

Quando às outras colocações feitas, em se acrescentar esse ou aquele nome, concordo com a Mesa em se preservar o nome de seis, porque a minha preocupação, e quero insistir nisto, é me informar corretamente sobre os diversos assuntos, porque eu me considero um cidadão brasileiro mal informado, apesar de ter 30 anos de vida pública. Então eu me considero um cidadão mal informado, embora tenha trabalhado em todos os níveis de Governo. Portanto, havia sugerido a presença do Departamento Nacional de Produção Mineral, porque, se existe uma política mineral

neste País, eu acho que não existe, mas se existe é ele que a formula; então é importante a participação do diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Quero antecipar alguma coisa que pretendo dizer aqui, porque pode haver dúvidas a respeito de algumas colocações porventura faça ou venha a fazer, e já fiz na primeira reunião informal desta Comissão O que acho fundamental é a descentralização do Poder.

O meu Estado — a minha cara colega Raquel Cândido está preocupada com o novo Estado, que é Rondônia — o meu Estado, cujas origens estão em cima do setor mineral, conhece 10% do seu território; quer dizer ela é incapaz de gerar políticas, de produzir políticas no setor mineral, por exemplo, e no setor de energia, porque essas políticas centralizadas, do jeito que estão, não permitem ao Estado formulá-las e ao mesmo tempo, quem não tem informações não formula política. Quero encerrar isso, mas acho fundamental, nessa escolha feita em que se colocou o Presidente do Sindicato Nacional dos garimpeiros e a União dos garimpeiros da Amazônia legal, concordo com a colocação a respeito da Conage, da mesma maneira que seria importante a Federação Nacional de Engenheiros — eu sou engenheiro. Pois bem, nós não estamos ouvindo aqui, no caso específico do item 2, o órgão que formula a política mineral, para que possamos debater com esse organismo. Então, a minha sugestão, já que se vai pôr em discussão modificações no item 2, conforme proposto, que se retirasse o Sr. Roberto Ataíde e colocasse a Conage. Coloco também, na discussão, a presença do DNPM e insisto na presença do prefeito Napoleão. Há preocupação de ser este ou aquele tema, mas ele tem a visão municipalista, que é fundamental, e vejo que aqui no contexto geral das pessoas presentes, não gosto até de discutir nomes, porque não os conheço todos, mas insisto na presença do prefeito de Barroso.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE IRAPUAN COSTA JÚNIOR — Temos que ser cartesiano se o Banco Central, hoje, é quem tem as medidas dos problemas econômicos do País, emissão de moeda, emissão de títulos, evolução da dívida externa e daí por diante. Por isso, faria uma proposição: no lugar do ex-Ministro Antônio Dias Leite, ou do Dr. Nilton dos Reis, nós trazermos alguém do Banco Central, em condições de dar uma ampla exposição a esta Comissão. Talvez até não um diretor, mas um técnico de alto nível, que tivesse em mãos um elenco de dados que pudesse nos oferecer. Eu poderia apresentar um nome oportunamente. Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Há outro painel, no qual eu gostaria de propor à proposição do ilustre Relator, que é o das empresas estatais o seu controle pela sociedade. Aí estão presentes os Drs. Eliezer Batista, Presidente da Vale do Rio Doce, Júlio Colombo, da Sest, Nelson Mortada, que também foi da Sest, Rogério Ladeira Furquim Verneck, Ibis Gandra, Frederico Bastos. Apesar de conhecer muitas dessas pessoas e não conhecer o Sr. Ibis Gandra, por exemplo, parece-me que nenhum deles tem uma tradição, sobretudo aqui na Casa do Congresso Nacional e

refletindo sobre a questão do Estado, como a do ex-Senador e atual prefeito do Rio de Janeiro, Roberto Saturnino Braga. Vejo certo defeito nessa formulação, o fato de haver dois burocratas ligados ao controle das estatais, os Srs. Júlio Colombo e Nelson Mortada, que podem ter controlado as estatais, mas não têm nenhuma reflexão doutrinária e teórica sobre esta matéria apenas ficaram controlando lá, a meu juízo até controlando muito mal.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — É a substituição do Sr. Nelson Mortada pelo Dr. Roberto Saturnino Braga que V. Exª quer?

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — Eu estava propondo que entrasse a Famerj, a Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro, porque quem deve controlar o Estado não tem propriamente nenhuma visão da sociedade civil a respeito do Estado. Só tem especialistas estatais. Então eu queria a Famerj, que é uma associação que se tem preocupado em controlar, pelo menos, a parte em matéria de serviço público, de saúde, de transporte, entendeu? E dar uma outra ótica a isto, porque senão a gente só tem especialista mesmo de dentro do Estado. Eu queria uma visão mais de fora do Estado também.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Em que Comissão?

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — Na Comissão Empresas Estatais e seu controle pela sociedade, porque senão aqui não tem controle, só vem gente do Estado mesmo, para não se controlar, talvez.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, eu solicitaria da Mesa, parece que a dúvida não é só minha, que esclarecesse qual é o perfil do Sr. Rogério Ladeira Furquim Verneck e do Sr. Ibis Gandra.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Eu pediria que o nobre Constituinte e Relator Virgildásio de Senna que por favor nos esclarecesse, a respeito dos critérios e a respeito do perfil das pessoas indicadas, para poder elucidar a discussão que está acontecendo.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Pois não. É claro que não é tarefa fácil, neste universo de indicações, e no universo de toda a sociedade, pinçar entidades ou figuras que contribuam definitivamente para uma visão não distorcida, uma visão do problema enfocado, dentro da visão particular de cada um.

No primeiro caso, o nome do Professor Mário Henrique Simonsen, que é um Professor, ex-Ministro, e aparece aqui nos princípios da ordem econômica, como homem ligado ao sistema financeiro nacional e internacional, com capacidade de contribuir numa formulação clara e esclarecer os Constituintes sobre diversos outros aspectos.

O Mário Amato é representante e vem aqui declarar o ponto de vista da grande empresa nacional, como Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a visão da grande empresa.

O Sr. Milton dos Reis, que é Presidente da Confederação das Pequenas Empresas e Diretores Lojistas daria, no particular, uma visão sobre os



princípios gerais da ordem, vinculada à visão da microempresa.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, eu apenas solicitei a respeito de dois nomes.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Pedi que o ilustre Relator fizesse a exposição dos critérios porque, existindo dúvida a respeito até de nomes apontados, ele teria então a resposta e, se por acaso há já pessoas que não sejam conhecidas, aqueles que os conhecem, por favor se manifestem para justificar o perfil dos ilustres convidados.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — O Dr. Gil Duarte Pereira é um jurista, homem de pensamento e de ação política, claramente vinculado a uma corrente de pensamentos e acho que não exige maiores esclarecimentos da Comissão.

O Dr. Inácio Mourão Rangel foi membro do **staff** econômico do Presidente Getúlio Vargas; foi Secretário de Planejamento; é um homem do sistema BNDE, professor de Economia com vários trabalhos publicados, alguns se tornaram clássicos, como o livro sobre a inflação brasileira e a dualidade básica da economia brasileira. É presidente da Ordem dos Economistas do Brasil.

E o ex-Ministro Antônio Dias Leite tem uma visão destes problemas. Uma visão **in** de dentro do Governo e uma visão **out** como professor que é hoje, de Economia, na Universidade do Rio de Janeiro.

Estas foram as condicionantes que marcaram a escolha destes 6 primeiros nomes. É claro que este trabalho foi feito ontem, ao fim da nossa reunião ordinária, com propósito de conciliar as indicações apresentadas pelos Srs. Constituintes com os compromissos de uma visão ampla, divergente dos problemas que seriam aqui relatados.

A segunda Comissão, do Coronel Osires, que vai tratar sobre subsolo, a União e o monopólio estadual do petróleo, não podia deixar de ter a presença de uma pessoa que está funcionando em duas estatais, uma das quais ele próprio montou, desenvolveu e transformou em vitoriosa e uma outra empresa estatal com 27 anos de experiência nacional e uma das maiores empresas do mundo.

O segundo nome, Dr. João Marinho Nunes, é Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração e um nome indicado pelos Srs. Constituintes, todos eles indicados, não há, praticamente, a não ser nas duas últimas Comissões, cujos nomes dos indicados não coincidem com o número de vagas, nomes que fossem propostos pela Mesa.

O Dr. Roberto Athaide é um nome indicado pelos Srs. Constituintes e Presidente do Sindicato Nacional de Garimpeiros.

O quarto é a Sociedade Brasileira de Geologia que procurou esta Mesa e a Comissão, informando que, como nenhuma outra entidade se preparou para contribuir para a Assembléia Nacional Constituinte, distribuindo 4 mil questionários, recebendo resposta de quase 40%, informatizando esses dados que recebeu e que teria contribuição significativa como entidade acima de problemas localizados, quer do ponto de vista empresarial, com uma visão nacional do problema. A indicação que nos chegou, nos pareceu oportuno ouvir esta entidade.

O Professor Barbosa Lima Sobrinho, não precisa que se diga, é o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, homem ligado há muitos anos à luta nacionalista brasileira, em defesa do Tesouro e que pareceu necessário ouvir e trazer o seu pensamento aqui, porque representava, também, e acabou de fazer nesta Casa palestras em nome da Associação dos Engenheiros da Petrobrás que é, no caso, um dos seus arautos mais conhecidos. Ao colocar o Dr. Barbosa Lima Sobrinho nesta Comissão nos parecia estar contemplando também a Associação de Engenheiros da Petrobrás da qual ele é conhecido porta-voz.

O terceiro nome, Altino Machado, atendia uma indicação da nobre Constituinte Raquel e é uma figura ligada à visão mais elementar do problema de mineração, do problema do subsolo, que é a garimpagem. Pareceu, então, à Mesa, que estas indicações contemplaram um leque possível de oportunidade.

A terceira Comissão é importantíssima. Vai definir uma empresa brasileira, que é a reserva de mercado da sua conveniência ou não. Nos pareceu que isto trazia implícito várias questões teóricas. A Constituição precisa e deve ser um documento de uma vida não muito efêmera, não baseada, exclusivamente, exclusivamente, insisto, no conjuntural.

O Dr. Bulhões Pedreira é um formulador, pessoa muito conhecida. Temos, sabidamente, divergências com ele. Mas é um nome que precisa ser ouvido, porque tem uma contribuição a dar. Várias e importantes leis desse País passaram pela sua contribuição importantíssima. E nos pareceu necessário ouvi-lo.

A indicação do Sr. Jordano Romi é de um industrial de uma indústria tradicional, não de uma atividade de ponta, de uma atividade industrial tradicional e nos parecia necessário ter a visão dessa indústria no que toca e no que diz respeito à nacionalidade e à reserva de mercado.

O Sr. Eugênio Staub, indicado pelo nobre Constituinte Roberto Campos daria esta visão de uma atividade de ponta, de alta tecnologia ligada à indústria eletroeletrônica.

O Sr. Antônio Ermirio de Moraes daria à Comissão a visão de um grande industrial brasileiro, de uma empresa genuinamente brasileira, com uma visão de livre empresa, e etc, ligada a esta visão e a estes problemas de mercado e nacionalidade da empresa. A SEI, cujo nome não está indicado, mas expressa uma corrente de opiniões na mesma visão do Sr. Eugênio Staub, está mais vinculada a uma posição de reserva de mercado nacionalista, etc, nos parecia absurdamente procedente ouvir. O terceiro nome atendia a uma indicação da nobre Constituinte Raquel Cândido e parecia à Casa, por decisão, de que o problema de imposto sobre minerais deveria ser contemplado nos exames feitos por esta Subcomissão, por isso foi aqui indicado.

Terceiro tema que é o tema das empresas estatais e seu controle pela sociedade. O que está em jogo aqui é como exercer o controle destas empresas, para que numa sociedade democrática elas não se transformem em verdadeiros leviatãs. E foi isto que indicou a forma de convocar as pessoas. E Dr. Elieser Batista é um homem que daria isto: a visão de uma grande empresa nacional ligada à mineração. O atual Presidente da SEST daria a visão do controle dessas empresas,

num regime da transição democrática, da passagem para a democracia. O Sr. Nelson Mortada que foi o primeiro controlador dessas empresas no regime autoritário diria qual foi a sua experiência na montagem desse controle e na visão autoritária desse controle. O professor Rogério Ladeira Furquim Werneck e professor da PUC formado em Harvard, em doutorado especializado sobre problema de controle das estatais. É uma figura que nos pareceu oportuna, foi uma indicação nossa, e ele daria uma contribuição escolar legal sobre este assunto.

O Sr. Ibis Gandra é uma indicação do professor Delfim Netto, professor da Universidade de São Paulo, e segundo as informações, o número de pessoas não compunha a lista necessária e pareceu ao nosso Presidente que essa figura tinha uma contribuição a dar. Frederico Bastos falaria a respeito das empresas estatais e seu controle pela sociedade, a visão propriamente jurídica; foi Procurador nessa área da CEST e hoje é Ministro do Tribunal de Contas. Tem a visão do controle legal no Tribunal e a visão do jurista que tratou sobre a matéria. Júlio Chacel é uma figura da Fundação Getúlio Vargas; João Paulo dos Reis Velloso é um planejador que fez os últimos planos do desenvolvimento nacional; Luiz Paulo Rozemberg daria sobre o planejamento a visão do Palácio, como assessor que foi do Presidente da República; Antonio Guring é Presidente indicado de uma entidade apresentada pela subcomissão; cujo nome atendemos; o professor Fábio Comparrato é professor da Universidade de São Paulo e um nome muito conhecido que traria o pensamento da USP. E nos pareceu necessário trazer o pensamento da outra corrente econômica do País influente, decisiva, que é a UNICAMP, e como não tínhamos o nome deixamos a indicação em aberto.

É este, Sr. Presidente, o perfil que norteou uma reunião de uma hora, no fim da tarde a indicação dos nomes.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Muito obrigado, nobre Relator e sei das dificuldades de se compor um quadro destes. Gostaria de chamar a atenção de que o problema da exiguidade de tempo pois a primeira Comissão ou o primeiro grupo para discussão temática está marcado para o dia 27 de abril. Então os Srs. vejam a exiguidade do tempo que teremos que expedir os convites, confirmar as presenças. Então assim eu pediria que se nós pudéssemos, com a maior objetividade possível, ainda pela manhã, dentro do horário regimental, sairmos com uma solução, para que possamos fazer, de imediato, a Subcomissão funcionar, porque nos parece até uma exigência da opinião pública. Então dentro dos princípios absolutamente aceite e das colocações aqui feitas para melhorar ainda mais o quadro, que tivéssemos o máximo de objetividade para podermos encaminhar a votação onde, inclusive, já fiz aqui as anotações das propostas a serem feitas, para que tenhamos condições de imediata votação.

Algum constituinte ainda quer fazer uso da palavra? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE IRAPUAN COSTA JÚNIOR — Sr. Presidente, peço a palavra para dar um esclarecimento a esta subcomissão, já que desejo fazer uma alteração na minha proposta onde eu havia proposto a substituição do ex-Mi-

nistro Antônio Dias Leite por um elemento do Banco Central não especificado, substituindo essa proposta por outra: Dr. Paulo Oscar França, Consultor Especial do Banco Central no tema Empresas Estatais e seu Controle na Sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Seria a de nº 4; quer dizer, então, que V. Exª substitui a sua proposta, ou melhor, explicita sua proposta que, ao invés de ser um representante do Banco Central, V. Exª indica o nome do Sr. Paulo Oscar França.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Em substituição a quem?

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Não sei como será conduzida essa votação, porque o Constituinte Wladimir Palmeira indicou o Presidente da FAMERJ em lugar não especificado dentro desse mesmo grupo?

O SR. CONSTITUINTE IRAPUAN COSTA JÚNIOR — É. Estou fazendo a mesma indicação.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Por enquanto estamos aqui colhendo as sugestões para poderemos organizar a forma de votação, de comum acordo, com nosso ilustre relator.

O SR. CONSTITUINTE JALLES FONTORA — Sr. Presidente, peço a palavra. Acho que realmente nós deveríamos resumir o mais rápido possível, principalmente na primeira reunião do dia 27, sobre os Princípios Gerais. Há quase uma concordância com relação a todos estes nomes. Com relação ao segundo tema: O Subsolo há também já um concerto com relação à inclusão da CONAGE indicando o Almirante Gama e Silva nos lugares dos nº 3 e 6. Seriam os Srs. Roberto Athayde e Altino Machado.

Acho que V. Exª poderia colocar em votação encerrando, já que não há ninguém contra. Com relação ao tema nº 3, a inclusão do ex-Governador Leonel Brizola no nº 6, no lugar do Dr. Napoleão, o Prefeito de Barroso. Então, finalmente a inclusão do Sr. Paulo Oscar França no tema do dia 7: Empresas Estatais; seria essa a nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Eu pediria àqueles que ainda não fizeram uso da palavra eu daria preferência para depois retornar ao assunto. Por favor.

O SR. CONSTITUINTE GILSON MACHADO — Sr. Presidente, peço a palavra. Eu faria um apelo aos colegas desta subcomissão no sentido de que sejam objetivos, porque estou vendo que estamos tomando rumo que vai tumultuar o processo. Porque eu mesmo, como Constituinte, apresentei alguns nomes que deveriam ser convidados e não os estou vendo escolhidos entre aqueles que aqui foram selecionados.

Por outro lado, vejo que outros constituintes tiveram seus nomes acatados pela direção dos trabalhos. Então isso vai criar um tumulto muito grande, porque no caso de a Presidência aceitar substituições também vou propor 3 substituições, o que vai voltar à estaca zero de ontem. Então, depois das palavras do relator, faria um apelo aos presentes e à Mesa, para que déssemos poderes à Mesa em escolher ou modificar o que está aqui expresso, e aqueles que não forem acolhidos ou selecionados para virem debater ao vivo, que nós façamos aos indicados um pedido para que nos mandem por escrito, a todos os membros

desta subcomissão suas idéias, a respeito de cada um dos temas, para que possamos, também, ter conhecimento daqueles que não foram selecionados, das suas opiniões sobre os temas aqui expostos. É a minha proposta objetiva, que se dê, finalmente, poderes à Mesa, ao relator e ao Presidente para a escolha dos nomes sugeridos e aqueles que não forem acatados sejam notificados para encaminhar por escrito as suas propostas.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Com a palavra V. Exª

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, uma única indagação, aliás, eu teria duas indagações.

A primeira: o que significa a expressão Unicamp? Há alguma pessoa que tenha isso em vista? Porque a atual política econômica que nos levou à hiperinflação e à moratória foi cozinhada a partir dos laboratórios da Unicamp.

Será prudente escolhermos uma outra escola de pensamentos para aqui nos ilustrar. E eu sugeriria, uma vez que há uma indefinição de nomes no campo de Unicamp, um nome concreto, de uma personalidade que acumulou reservas cambiais, ao invés de desgastá-las: Dr. Afonso Celso Pastore.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Eu gostaria de lembrar ao Constituinte Roberto Campos que, pela exposição feita pelo ilustre Relator, ali teria representantes de 2 escolas, esse seria o critério.

Um seria da Universidade de São Paulo, então se lembrou o nome da Universidade de Campinas, Unicamp, cujo nome seria, então, lembrado.

Então, foi nos parece, um critério de representação de universidade. Houve escola de pensamento. Então, dentro dessa representação de escola de pensamento de duas universidades foi esse o critério, pelo menos o que foi aqui exposto pelo ilustre Relator. Se tem alguma modificação, pederia, então, ao Constituinte, que explicitasse.

Quer dizer, a sua proposta que no lugar onde se lê — Unicamp, ler-se-ia o nome de Afonso Celso Pastore — essa é a sua proposta.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — A segunda dúvida, Sr. Presidente, seria então na Comissão nº 5, era a última que ainda não tinha nenhuma proposta.

A segunda observação a fazer seria que, para minha surpresa, apareceu, também, aí, ontem não havia sido mencionada, ao que me lembre, no tema nº 3 — Nacionalidade da Pessoa Jurídica — também uma figura abstrata, sei que é uma figura abstrata nesse papel — é uma realidade dolorosa na existência brasileira.

A SEI todos sabemos, defenderá um ponto de vista de cassação do direito econômico de produzir informática, em benefício de certos grupos cartoriais e em detrimento de usuários.

Se vamos ouvir aqui a expectoração da SEI, tenhamos que dar algum direito aos usuários de informática de serem ouvidos.

Eu teria um nome concreto a propor: Dr. Jorge Fischer, conhecido perito em Direito de Usuário.

Os usuários da informática têm que estar aqui representados. Então, seria uma adição.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Muito obrigado, Senador.

O SR. CONSTITUINTE GABRIEL GUERREIRO — Com relação ao tema que será discutido pelas empresas Estatais sob o controle pela sociedade, preocupa-me um pouco a relação de nomes, na medida em que aqui, na sua esmagadora maioria, aparecem nomes que conviveram com o processo desenvolvido até aqui neste País, do lado oficial, do lado do Governo: o Sr. Eliezer Batista, um homem de longa tradição na vida da empresa estatal, a Vale do Rio Doce, que tem uma visão muito boa da operacionalidade da Vale do Rio Doce no mercado internacional, principalmente, mas ele tem essa visão numa empresa que conviveu, inclusive, com o sistema desses 20 anos que se passaram aí e acho que a contribuição dele é importante.

O Sr. Júlio Colombo é a visão oficial agora.

O Sr. Nelson Mortada, me parece uma visão que já está ultrapassada, mas muito semelhante a do Sr. Júlio Colombo, inclusive passaram pelos mesmos caminhos.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Permite-me um aparte, Constituinte Gabriel Guerreiro?

O SR. CONSTITUINTE GABRIEL GUERREIRO — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Acho que essa inclusão do Dr. Nelson Mortada pode ter sido algum desejo do Relator, do Presidente, de nos fazer experimentar sensações horríveis, que eu quero esquecer.

Quero dizer, acho que é uma coisa meio sadomasoquista incluir o Sr. Nelson Mortada numa comissão que visa, exatamente, a abrir o controle das empresas estatais pela sociedade.

Acho inteiramente injustificável. Acho que essa proposição, só posso entendê-la como uma intenção sadomasoquista, porque representa exatamente tudo que não queremos repetir na Constituição brasileira.

O SR. CONSTITUINTE GABRIEL GUERREIRO — O Constituinte Luiz Salomão colocou o nome do atual Prefeito do Rio de Janeiro, que acho uma pessoa de longa luta, inclusive por esse controle. Saturnino Braga seria um nome interessante para ser ouvido.

Nosso Relator-Geral da Comissão, o Constituinte Severo Gomes, também tem todo um comportamento, pelo menos, de pesquisa, com relação e esse controle das estatais.

Talvez nós pudéssemos ouvi-lo. O nome de Saturnino Braga tem uma longa tradição...

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Veja que essas propostas são exatamente para trazer-mos pessoas de fora, as de dentro já têm garantido o seu espaço.

O SR. CONSTITUINTE GABRIEL GUERREIRO — Então, a minha preocupação é essa, que não se oficialize demais, porque o que temos de oficial não é uma experiência das mais agradáveis em matéria de controle de estatais.

Por exemplo: o Sr. Eliezer Batista, porquanto lhe seja dado o crédito de ter conduzido uma

grande estatal brasileira, não me parece que ela seja o exemplo melhor de empresa controlada pela sociedade.

Fui funcionário da Vale do Rio Doce por muito tempo, trabalhei para ela.

Quem conhece os pensamentos que formularam o Programa Grande Carajás e como ele foi formulado sabe muito bem disso. Então, eu gostaria de ver alguém que se tivesse contraposto a esse pensamento oficial. Acho que o nome do Sr. Saturnino Braga é um nome aceitável para isso.

De modo que, esta é a minha preocupação; é um setor extremamente importante, e temos que pensar num nome, mais de fora da ordem oficial.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Muito bem.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Dentro, me parece, dos objetivos da Mesa e dos colegas que já se manifestaram, por que não iniciamos os nossos trabalhos discutindo e aprovando os nomes propostos para o primeiro tema?

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Eu estava esperando os nobres Constituintes terminarem de fazer suas propostas específicas, para que a Mesa, então, tentasse coordenar a votação e a forma de votação, para que saíamos com a solução agora de manhã.

A idéia é que nós, exatamente, agora peguemos tema por tema, vistas as propostas que foram feitas, e separei as propostas por tema, para que, então, possamos proceder à votação.

Tema nº 1: os que concordam com a proposta da Mesa permaneçam como se acham. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — Sr. Presidente, tínhamos feito um conchavo aqui, inclusive com o nobre Relator, para tirar, então, o Sr. Antônio Dias Leite e colocar uma Federação.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Mas veja, nós temos uma proposta que foi feita, então, em primeiro lugar, tenho que votar a proposta, e se a maioria votar pela proposta que está aqui, ela é aceita. Se a maioria não votar pela proposta que está aqui, então entraremos no detalhamento das modificações feitas. Acho que é o mais certo e o mais democrático.

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — Faço um apelo à Presidência pelo seguinte: só podemos ser a favor do que está aqui, sabendo qual é a proposta alternativa; Não se é a favor da abstrata.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Mas veja, já existe uma proposta que foi feita pela Mesa.

Ontem, eu não participei da reunião, mas foi dada uma delegação à Mesa para que ela, diante dos nomes propostos, fizesse uma proposta para ser discutida em Plenário. Portanto, existe uma proposta da Mesa que vai ser submetida à votação. Não sendo aceita pela maioria dos membros, aí vamos...

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — Eu queria dar um encaminhamento diferente.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Acho que democracia é o desejo da maioria. Portanto, se a maioria não aprova a proposta feita pela

Mesa, vamos levar em conta as modificações havidas.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Perfeitamente.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Mas o pedido do Constituinte Vladimir Palmeira, a que me associo, não é de que discutamos os outros nomes, apenas de que os conheçamos.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Perfeitamente. Posso dizer que as propostas que foram feitas resumindo e até eu peço, poderá ter havido alguma falha da minha parte em termos de anotação, as propostas feitas são as seguintes:

“Número 1: da inclusão dos representantes dos engenheiros.”

Como o número de membros é de 6, imutável, a inclusão de um engenheiro significa a exclusão de um nome. Então, coloco em votação a proposta original, a proposta feita pela Mesa.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitada a proposta da Mesa, vamos analisar a proposta de inclusão. Temos a proposta da inclusão de um representante dos engenheiros. Peço ao prezado Constituinte que formulou a proposta especificamente o representante de engenheiro.

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — Proponho Jorge Bittar, da Federação Nacional dos Engenheiros, no lugar de Inácio Rangel.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Os que estão de acordo com a proposta, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A proposta é a substituição de Inácio Mourão Rangel pelo nome do engenheiro Jorge Bittar. (Pausa.)

Aprovado

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Eu tenho um certo temor quanto à data, mas me parece que 1º de maio, por ser uma data universal, não entra no calendário. Assim, dia 27 é dia útil.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — V. Exª tem a palavra.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Eu havia, ontem, proposto ao Presidente e ao Relator que consultassem a Mesa da Constituinte para indagar da possibilidade de uma translação de eixos, por 15 dias, de vez que houve 15 dias de extensão do prazo para apresentação de propostas o que fez que todo o calendário ficasse defasado por 15 dias, o que seria muito mais realista. Convidamos para um intervalo menor do que uma semana, 10 dias, eminentes personalidades que provavelmente quererão e deverão preparar documentos para submetê-los a esta Subcomissão, o que nos interessaria, porque realmente teríamos documentos escritos, com breves exposições orais dos interpelados. Imaginar que isso tudo possa ser feito com antecedência de 2, 3 dias ou apenas 1 semana é, ao meu ver, irrealista, e talvez com certo grau de desrespeito às personalidades envolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Perfeitamente, eminente Senador; a informação que temos é que não haverá nenhuma alteração, de prazo, comunicada pela Mesa da Constituinte. A Mesa procurará fazer sugestões, esperando da Mesa da Constituinte faça modificações mas, por enquanto, nós temos que trabalhar com o calendário extremamente apertado que nos deram. Vamos então marcar esta reunião para o dia 27 e solicito da secretaria urgentes providências para a comunicação, entrar em contato, e peço até aos Constituintes envolvidos, que fizeram as propostas, que ajudassem a Secretaria na localização dos convidados, para que tenhamos o sucesso, desta primeira reunião, na segunda-feira.

O SR. CONSTITUINTE GABRIEL GUERREIRO — Sr. Presidente, pela ordem.

Quero fazer uma observação com relação ao segundo item, sobre a CONAGE que foi acertado ser incluída, eu queria que fosse colocado logo o nome especificamente do Presidente, que é Vanderlino Teixeira de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Nós temos aqui várias propostas do segundo item.

A proposta de V. Exª é a respeito da CONAGE — Coordenação Nacional dos Geólogos — com o nome do Sr. Vanderlino Teixeira de Carvalho.

O SR. CONSTITUINTE GABRIEL GUERREIRO — Uma nova proposta é a da Sociedade Brasileira de Geologia que também será representada.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Mas a Sociedade Brasileira de Geologia não foi alterada.

O SR. CONSTITUINTE GABRIEL GUERREIRO — Mas eu quero dar o nome: Elmer Prata Salomão, que é o atual Presidente.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, uma observação dentro da sugestão de V. Exª, com referência aos nomes do primeiro tema: não seria possível já a secretaria se comunicar com as pessoas propostas?

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Pelo Regimento, quem deve fazer a comunicação é a Primeira-Secretaria da Mesa da Constituinte. Esta comunicação, através do nosso trabalho de secretaria, imediatamente será feita.

Peço aos Srs. Constituintes que tenham ligação com os nomes aqui propostos, entrarem em contato, confirmando-lhes o convite, pedindo a confirmação inclusive da presença, porque pode ser que algum deles esteja viajando e assim teríamos que promover uma substituição, ou ele não viria.

Faço uma proposta para que, em primeiro lugar, se por acaso houver algum nome que não possa atender ao nosso convite, seja delegado à Mesa, entre os nomes propostos, o poder de substituição, caso haja um impedimento específico. É uma forma prática que teremos. Se V. Exª delegam esse poder, a Mesa promoveria a substituição, caso não houvesse confirmação.

O SR. CONSTITUINTE GABRIEL GUERREIRO — Nobre Presidente, eu gostaria, no caso de substituir nomes, que tentassem substituir por linhas de pensamento semelhante.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — O único que peço é a delegação à Mesa, devido à exiguidade do tempo.

Temos as seguintes propostas no item 2: a inclusão da Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS.

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — Retiro a sugestão de inclusão atendendo à ponderação do companheiro Relator, em função da proposta de acordo feita aqui.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Outra proposta: colocar o DNPm.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, retiro a proposta, considerando que já houve entendimento da maioria dos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — A inclusão do Presidente do Conaee, com o nome proposto: Vanderlino Teixeira de Carvalho.

A inclusão do nome do Almirante Gama e Silva.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, votaria pela proposta original de se manter Altino Machado, em União dos Garimpeiros da Amazônia Legal, ao invés do Almirante Gama e Silva. As extrapolações econômicas do Almirante Gama e Silva levam a erros macroeconômicos, e o que fizerem os garimpeiros só poderá levar a erros microeconômicos.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Agradeço a interferência do nobre Constituinte, mas faço a opção pelo Almirante Gama e Silva, porque ele vai ao macro.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Vamos, então, recordar aqui as propostas: retirada da colocação do DNPm e da Associação dos Engenheiros da Petrobrás; mantidas a do Presidente do Conage e a do Almirante Gama e Silva. A substituição que está aqui sendo proposta é substituir o nome de Roberto Athaide, Presidente do Sindicato Nacional dos Garimpeiros, pelo do Presidente do Conage, Vanderlino Teixeira de Carvalho. Esta é a proposta nº 1.

Proposta 2 — Substituir Altino Machado, União dos Garimpeiros da Amazônia Legal, pelo nome do Almirante Gama e Silva.

E tem uma 3ª que não é proposta, mas é explicitação, a Sociedade Brasileira de Geologia, representada por Elmer Prata Salomão.

São estas as propostas.

O SR. CONSTITUINTE MARCOS LIMA — Sr. Presidente, peço a palavra

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Perfeitamente!

O SR. CONSTITUINTE MARCOS LIMA — A convocação do Presidente Elmer Prata Salomão, da SBC, já está incluída, só que ele não foi nomeado. Houve um cuidado muito próprio do companheiro Constituinte Gabriel Guerreiro em nominar, explicitar o nome do nosso convidado, quanto a isso não há votação, eu acredito, não há substituição.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Estou colocando aquilo porque, em primeiro lugar tenho que colocar em votação a proposta original da Mesa. Em primeiro lugar dizendo aqui quais foram as modificações ou as explicitações solicitadas. Então, no caso do item 4, foi uma explicação,

explicitar o nome. Na hora da votação vamos colocar, simplesmente, o nome, porque não há discussão a respeito da Sociedade Brasileira de Geologia, que foi aceita. Então, já votaremos o nome explicitado.

O SR. CONSTITUINTE MARCOS LIMA — Eu gostaria ainda de esclarecer que, de acordo com esse entendimento que fizemos aqui, a votação seria não a primeira ou a segunda seria uma única votação, é a nossa proposta, substituindo os 2 de uma só vez, e não um e outro. É a 1ª proposta que foi o consenso.

A outra que poderá haver seria a substituição, então, da proposta feita pelo Constituinte Roberto Campos.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — A proposta do Constituinte Roberto Campos é a da manutenção do nome de Altino Machado, e da não substituição pelo nome do Almirante Gama e Silva.

O SR. CONSTITUINTE MARCOS LIMA — Esta é uma proposta.

Outra proposta que é a nossa e de alguns Constituintes que se entenderam aqui sena a substituição do nº 3, Roberto Athaide, pelo Presidente do Conage Vanderlino Teixeira e Carvalho. E a substituição do 6 pelo Almirante Gama e Filho.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Perfeito. Então são duas as propostas. primeiro a proposta original da Mesa, sem nenhuma alteração.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A 1ª proposta foi rejeitada.

Vamos então, agora, à segunda proposta e vou submetê-la, por item, já que existe uma proposta de 1 dos itens discordantes.

Quanto ao item 1, não há objeção.

Em votação o item 2. (Pausa.)

Não há oposição

Em votação o item 3: Roberto Athaide, Presidente do Sindicato Nacional dos Garimpeiros; substituição pelo Presidente do Conage, Vanderlino Teixeira de Carvalho.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a alteração permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Última proposta, última alteração.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, só para um esclarecimento. O que é Conage?

Temos aqui uma superprodução de geólogos — Coordenação Nacional e Sociedade Brasileira de Geologia. Muitos geólogos são ideólogos.

Sr. Presidente, permita-me uma observação, não é observação, seria apenas esclarecimento. Não vou criar problemas; vou assegurar a V. Exª que iremos ouvir muito mais ideologia do que geologia.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Perfeitamente!

O SR. CONSTITUINTE GABRIEL GUERREIRO — Só para um esclarecimento. A Sociedade Brasileira de Geologia não é uma Sociedade de Geólogos; ela envolve desde empresários a empregados de todas as universidades, pesquisadores,

geólogos inclusive, mas envolve paleontólogos, engenheiros etc....etc.... Não é uma entidade de geólogos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Perfeitamente. A proposta do item 6 é do Constituinte Roberto Campos: manutenção do nome de Altino Machado, Presidente da União dos Garimpeiros da Amazônia Legal.

Em votação a proposta nº 6.

Os Srs. Constituintes que tiverem de acordo com a proposta do nobre Constituinte Roberto Campos permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a proposta do Constituinte Roberto Campos.

Vamos fazer a recontagem. Vamos explicitar muito bem. O Constituinte, Senador Roberto Campos, é pela manutenção. A proposta alternativa é a substituição pelo Almirante Gama e Silva. Está correto agora? Vamos esclarecer bem para que não haja dúvidas. A 1ª proposta, vou explicitá-la muito bem para que não haja dúvidas. É a manutenção do nome de Altino Machado, da União dos Garimpeiros da Amazônia Legal.

Os que estiverem de acordo com a manutenção do nome permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Muito bem, são 7. De 15, 8 estão a favor.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Tem 1 voto pendente aqui, Sr. Presidente.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — São 7 mais uma abstenção. 7 a 7 e mais 1 abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Se está empatado, resta ainda o voto do Relator e o do Presidente.

Vamos, então, fazer a votação novamente para efeito de concluirmos.

Temos 15 nomes presentes, inclusos o Relator e o nome do Presidente.

Se houve a votação, está aprovada a modificação.

Item — Nacionalidade da pessoa jurídica; reserva de mercado.

Temos, aqui, as seguintes propostas:

Incluir o ex-Governador Leonel Brizola.

Incluir o Presidente da Abine — Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica.

Incluir usuários de informática — foi outra proposta feita, porque não estão contemplados.

Excluir o Prefeito de Barroso.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — De quem é a proposta de exclusão do Prefeito de Barroso?

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — De Raquel Cândido; faz parte do conchavo. A proposta está na mesa. Depois, iremos discuti-la. Agora, aqui vai ficar complicado. Temos três inclusões para uma exclusão proposta.

Em primeiro lugar, queria votar a proposta original da Mesa, que inclui, sem nenhuma alteração os nomes dos Drs. Bulhões Pedreira, Jordano Romi, Eugênio Staub, Antônio Ermírio de Moraes, um representante da SEI e o Dr. Napoleão, Prefeito de Barroso.

Peço ao Plenário atenção na fala da proposição para que a votação seja consciente.

Quem estiver de acordo queira permanecer sentado (Pausa)

Rejeitada.

Vamos, agora, à votação e acredito que a votação tenha que ser feita primeiro pela exclusão

A exclusão proposta é a do Prefeito de Barroso.

A substituição, nós temos para uma exclusão, 3 inclusões. voto a exclusão, abro a vaga, e nós vamos, então, discutir as inclusões, discutindo nome por nome, porque ninguém mais propôs a exclusão de outro nome, a única proposta de exclusão que nós temos, porque não posso aumentar o número de vagas.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Se nós aprovamos a proposta original do Relator e todas as outras propostas contemplam a substituição de Napoleão.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Eu explicitarei as alterações.

A exclusão explícita é do nome do ilustre Prefeito de Barroso, e esta exclusão sendo aprovada eu abro a vaga e passo a votar, nome por nome da Comissão inclusive, até por coincidência, ele é o último nome. Se os outros nomes forem aprovados, nós faremos então a inclusão neste último nome que, dentre os protestos, reuniram o consenso.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, pela ordem

O critério adotado por V. Ex<sup>a</sup>, e até quero louvar o nosso Relator, mais uma vez, pela exposição que ele fez, justificando a inclusão deste ou daquele nome, o que me pareceu quase completa e justificando, inclusive, a delegação que foi dada à Mesa para a escolha desses nomes. Mas, da maneira como V. Ex<sup>a</sup> coloca o problema agora, explicitamente, excluindo um nome — porque existe uma proposta da exclusão do nome — eu quero propor, como eu não havia conversado com o colega Raquel sobre este assunto, e parece que do conchavo que aqui se verificou e estou participando dele na medida em que me informo, acho que é melhor analisar o problema de uma maneira diferente. Porque, se nós vamos excluir um Prefeito que tem uma visão local, como já expliquei anteriormente, nós temos aí 3 grandes empresários que poderiam também, um deles, sair da Comissão. Porque nós temos aqui o Sr. Jordano Romi, Presidente das Indústrias Romi, o Sr. Eugenio Staub, como bem justifica o nobre Constituinte Roberto Campos; o Presidente da Gradiente e uma figura extremamente conhecida de todos nós, o Dr. Antonio Ermírio de Moraes. Portanto temos 3 nomes de grandes empresários, e o interessante é que todos eles estão localizados no Estado de São Paulo, que é a locomotiva do País.

Portanto, em vez de substituir um modesto prefeito, que tem a visão municipalista, nós devemos considerar a substituição de um desses 3 empresários.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Queria lembrar ao ilustre Constituinte que a Mesa esta refletindo as propostas do Plenário, nada mais, nada menos fizemos do que, simplesmente, explicitar as propostas de inclusão e de exclusão, votando em primeiro lugar em bloco, e agora partindo para a votação, onde existe uma proposta de exclusão, que se estiverem todos de acordo, nós excluimos e, depois, vamos discutir, porque, na

própria votação, da forma como nós vamos encaminhar, nós teremos que citar nome por nome para efeito de votação.

No caso, a proposta de exclusão do nome do Prefeito de Barroso, eu coloco em votação. Se os Srs. não excluem, ele continuará — não estará excluído — e aí nós vamos discutir os outros nomes.

É um critério de eliminação que a Mesa é obrigado a fazer.

O SR. CONSTITUINTE GILSON MACHADO — Sr. Presidente, gostaria de propor a exclusão do representante da SEI, para que abra vaga, a fim de que os outros possam sugerir e votar.

Eu proponho a exclusão do representante da SEI.

O SR. CONSTITUINTE GABRIEL GUERREIRO — Existe no Brasil uma entidade chamada Associação das Cidades Mineradoras do Brasil. Essa associação vem fazendo um esforço muito grande sobre a questão dos Municípios mineradores brasileiros. Já fizeram alguns congressos e acho que essa entidade merece representatividade, porque os Municípios têm sofrido neste País agruras terríveis na questão mineral e não são ouvidos em nada.

Então, ao invés de se ouvir um Prefeito de uma cidade como Barroso, nós deveríamos ouvir a Sociedade da Associação das Cidades Mineradoras.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Nobre Constituinte nós já temos aqui as propostas que foram encaminhadas a Mesa, e nós temos, para efeito da rapidez dos trabalhos, trabalharmos em cima das propostas de inclusão de exclusão já feitas.

O SR. CONSTITUINTE IRAPUAN COSTA JÚNIOR — Talvez eu possa auxiliar um pouco. Sugeria que cada proponente fizesse um pequeno adendo, facilitará a votação.

Quem propôs um nome, diga, no lugar de quem ele está propondo, a Substituição, porque se isso for feito, a votação irá correr tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Como ela foi rejeitada **in totum**, vamos aprovar, nome por nome, dos existentes. A partir da aprovação de nome por nome, dos existentes, aqueles que não forem aprovados, abre a vaga e aí nós vamos aprovar a inclusão. Se os Srs. estão de acordo vou encaminhar a votação dessa forma. Porque aí dará oportunidade de se fazer exclusão por votação.

O SR. CONSTITUINTE IRAPUAN COSTA JÚNIOR — Tenho impressão que se esse adendo que mencionei não for feito antes, teremos um pequeno tumulto. Eu gostaria de sugerir: quem propôs o nome, que o faça agora, é uma opção de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Perfeitamente, a Mesa acata a sugestão do nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE GABRIEL GUERREIRO — Retiro a questão que havia colocado.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Perfeito. Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Sr. Presidente, a minha intervenção é no sentido de assinalar que o Campos Sales dizia que os baianos, meus conterrâneos, eram unanimemente divergentes. Esta Comissão reflete ou está refletindo um pouco este pensamento. Há uma unanimidade na divergência. A segunda coisa que eu quero chamar a atenção dos nossos companheiros é que nós podemos exorcizar o depoimento de certas pessoas, num e noutro sentido, mas não vamos exorcizar o pensamento ou a presença de uma corrente de pensamento na sociedade brasileira, que representa aquela forma de encarar as questões. A visão adulta e responsável que temos, sem desmerecer a visão dos outros companheiros, em cada uma destas questões, é que para o esclarecimento da Comissão, deve estar presente tentar por exemplo, exorcizar a presença da SEI num depoimento de assunto tão importante, como é o problema da reserva de mercado. Não me parece que deva conduzir a melhores esclarecimentos desta Comissão, por maiores divergências e que tenhamos no presente ou venhamos a ter no futuro, com relação a este pensamento. De tal forma, Sr. Presidente, que o espírito inicial, que é a delegação da Comissão à Mesa no sentido de selecionar nomes que representassem parcelas, segmentos do pensamento brasileiro, parece-me que é uma questão fundamental para o trabalho de nossas Comissões. Sem querer influenciar nos votos de nenhum dos Srs. Constituintes, que respeito. Eu queria apenas acrescentar esta formulação no propósito de dar à nossa Comissão o mais amplo leque de informações necessárias aoajuizamento das questões.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Exatamente no sentido de organizar uma visão balanceada da questão, é que eu propus que, se for incluída a SEI, que representa a tecnocracia intervencionista e os interesses de grupos cartoriais, sejam também ouvidos os usuários; os usuários são milhões. Os interessados na SEI são os coronéis que lá trabalham, 140 funcionários, 73 indústrias da Abicon, mais 200 indústrias supridoras de peças. Nós os usuários, eu sou usuário, somos milhares, e poderíamos ser milhões, se os preços não fossem tão altos. Então, é impossível, a meu ver ouvir-se a SEI, que representa os interesses de um grupamento tecnocrático militar, empresarial, e não ouvir a grande massa de usuários, que são os destinatários final dos bens da sociedade. Ou se tira a SEI ou se coloca também representantes dos usuários.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Eu gostaria de chamar a atenção pela observação feita pelo nobre Constituinte Relator Virgildásio de Senna, que os depoimentos devem abranger os vãos setores da sociedade, que nos parece que aqui ninguém está querendo, através dos depoimentos, criar quase uma unanimidade de opiniões, de acordo com as suas opiniões. Nós precisamos é exatamente a diversidade das opiniões. Diante de uma votação como esta, que não é fácil, porque pelas propostas aqui feitas praticamente nós podemos substituir toda a Comissão e perder o espírito que norteou o trabalho da Mesa, ou termos de equilibrar posições e opiniões, eu pediria que nós tivéssemos aqui bastante critério na hora da votação onde nós buscássemos, por um consenso, a forma de equilibrar opiniões,

e equilibrar posições, para que tenhamos um debate equilibrado. Porque nós estamos diante aqui da iminência de uma modificação, muito profunda da estrutura, que pode acarretar perda de substância para aquilo que se deseja, que é o objetivo de todos nós.

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — Uma sugestão, Sr. Presidente, primeiro que nós aprovássemos, de acordo com a proposta do Senador, a SEI e aprovasse uma posição contrária à SEI, ou uma representação ou oposição. Teríamos, assim, duas vagas preenchidas e, depois, em relação ao capital estrangeiro, teríamos também duas posições a favor e duas contra. Então se começasse aproveitando o critério do Constituinte Roberto Campos, nomeando duas entidades ou pessoas que vão discutir a questão de reserva de mercado especificamente, mas trazendo a SEI e trazendo outra indicação que tenha uma posição contrária

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Vejam, nós já temos nomes aqui na Mesa. Se o critério, diz — e eu concordo com o critério — vamos ver a posição pró-reserva, e a posição contra a reserva, já que a SEI está aqui incluída, e dentre os nomes que estão relacionados, nós já escolhemos e liquidariamos dos 4 itens, 2. Estão de acordo? Então, em primeiro lugar o problema específico da reserva de mercado, onde já existem o item 5, que é a proposta da SEI e os nomes que eu aqui vou explicitar! Bulhões Pedreira, Jordane Romi, Eugênio Staub, Antônio Ermírio de Moraes, SEI e, por enquanto não excluído, o Prefeito de Barroso. A proposta seria a manutenção da SEI e a proposta dos nomes aqui expostos que pudesse contraditar a SEI.

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — Ou outro que o Professor Roberto Campos indique

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Exato, Jorge Fischer.

O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Comissão não trata, exclusivamente, de problemas de informática.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Desculpe eu só estou pegando este item, mas nós vamos pegar depois os outros itens, de acordo com a tendência.

O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA — O item é a nacionalidade de pessoa jurídica e a reserva de mercado. É evidente que eu coloco o Professor Bulhões Pedreira numa posição **hors-concours** sobre esta matéria, na qualidade de jurista, de pensador e etc. Mas o Dr. Jordano Romi, que representa o pensamento, no particular, daquilo que eu chamo as indústrias tradicionais que têm uma posição clara, em favor da não reserva de mercado e da internacionalização da empresa nacional. Não é outro pensamento do Sr. Eugênio Staub, o Dr. Antônio Ermírio de Moraes tem uma posição nacionalista, o que equilibrava o sistema. Acho que, no particular, as dúvidas seriam em torno da SEI e contra SEI, exatamente no setor de informática.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Que seria este ponto, e a proposta que está sendo colocada pelo Constituinte Campos é da inclusão

de um representante dos usuários de informática, que é uma proposta que está aqui na mesa. Gostaria de colocar em votação esta proposta porque dos 6 nomes, nós já estaríamos aprovando dois. A proposta é SEI e o Dr. Jorge Fischer, representante da Associação dos Usuários de Informática. Os que estiverem de acordo com esta proposta, permaneçam sentados (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE MARCOS LIMA — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE MARCOS LIMA — Sr. Presidente, a exclusão seria de qual nome?

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Nós estamos agora partindo para a votação quase que por assunto. Depois vamos para cada nome, de acordo com as áreas de interesse para compor o painel

Quem estiver de acordo com esta proposta permaneça sentado. (Pausa.)

Aprovado.

Já temos, dos 6 nomes, 2 nomes aprovados. O representante da SEI e o Dr. Jorge Fischer, representando a Associação dos Usuários de Informática.

Segundo ponto, eu pediria até ao próprio Relator que participou dos trabalhos que buscava equilibrar colocando o segundo item em pauta, para que nós pudéssemos compor, de acordo com os interesses do Plenário.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — O Dr. Jordano Romi representava a indústria de bens de capital, tradicional no mercado brasileiro, e a visão que esta indústria teria da necessidade de reserva no mercado e da presença de empresas de capital estrangeiro no País. Em contrapartida, uma mesma figura, quando se trata de uma tecnologia moderna que seria a indústria eletrônica, que estaria representada pelo Sr. Eugênio Staub e este era um balanceamento que se imaginou, sem levar em conta a sua posição quanto ao mercado, reserva de mercado, e quanto à presença de empresas estrangeiras

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Roberto Campos.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — O Dr. Jordano Romi preside indústrias que são exclusivamente brasileiras, sem nenhuma participação estrangeira, e a tecnologia é de ponta, um dos grandes exportadores mundiais de máquinas e ferramentas. Estas como hoje todo mundo sabe, incluem controles numéricos, portanto, não se trata de uma indústria tradicional, e sim de uma indústria de ponta, de que o Brasil deve-se orgulhar, porque, sem participação estrangeira, logra expressiva participação no mercado mundial.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Eu proporia a V. Ex.ª que seguisse o critério anterior. Agora, nós vamos discutir a nacionalidade da pessoa jurídica e do capital estrangeiro. Então, que nós considerássemos os nomes que estão propostos para discutir esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Veja que nós estamos partindo, sem fazer substitui-

ções, isto é o que quero dizer. Então, os nomes que estão aqui na lista são exatamente para efeito desse tema, é um confronto, entre a visão do Sr. Jordano Romi, e a visão do Dr. Eugênio Staub. Resta indagar se essas visões são convergentes ou divergentes, pois a nossa idéia é buscar uma visão divergente, para que possamos ter o debate e o confronto das idéias.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Como é o Dr. Ermírio de Moraes que, além de ser proprietário de inúmeras indústrias de base, tradicionais, como o cimento, como siderurgia, é também proprietário de empresas que têm tecnologia de ponta, indústrias químicas, indústrias metalúrgicas...

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Mas a pergunta é a seguinte: será que terão visão convergentes, ou visão divergentes?

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — São três representantes lídimo do capital nacional e têm uma visão comum deste problema. De modo que, acredito que a questão que V. Ex.ª propõe, com muita correção, que nós temos visões divergentes, significa que nós temos uma certa superposição, com visões empresariais de setores variados. Acho que não é o fato de ele ter uma indústria tradicional, uma indústria de tecnologia de ponta, que irá modificar a visão que nos interessa, de saber qual é o grau de abertura para participação de capital estrangeiro na empresa nacional

A SR. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Dispensar o aparte, porque S. Ex.ª complementou a visão do empresário Romi, que é um mercado aberto. A visão do empresário Dr. Ermírio de Moraes é uma visão nacionalista, no intercâmbio latino-americano. Ele prega isto: é visão muito interessante. O empresário Romi não, ele tem uma visão do capital nacional a título de mercado internacional. Agora, acho que onde a coisa está coincidindo é com relação ao Eugenio Staub. Acho que não há necessidade dessas duas pessoas. Não vai haver discussão sobre isto.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, eu gostaria de protestar contra a apropriação indébita, para alguns novos colegas, a palavra nacionalista. Eu gostaria que, quando se dissesse nacionalista, se dissesse nacionalista entre aspas. Porque eu também sou nacionalista. Todos aqueles que querem o desenvolvimento nacional são nacionalistas. Nosso conflito é um conflito meramente de métodos. Não admito que alguns colegas se considerem nacionalistas, como se exercessem um monopólio. Infelizmente, já existe o monopólio na Constituição, inclusive o do petróleo. Mas, felizmente, a Constituição ainda não estabeleceu o monopólio da palavra nacionalista.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — O importante e volto a dizer nesse exercício de reflexão conjunta, é importante para uma decisão, porque é o Plenário que vai ter a ganhar com tipo de manifestações como esta, porque aqui estamos falando da tecnologia de ponta e a presença do capital estrangeiro. Então, o ponto da discussão é o seguinte: pode uma empresa nacional se manter exclusivamente nacional e nacionalista e desenvolver tecnologia de ponta? Então, nós temos que ter uma opinião que prove este ponto de

vista e o ideal era termos uma opção contrária. Talvez, até, de um empresário que tivesse associação com o capital estrangeiro, para efeito de absorver tecnologia de ponta. Então, com este confronto de opiniões, nós teríamos aqui um debate que seria o ideal para formação do nosso juízo. Então, a idéia da proposição de um nome neste sentido, talvez, fosse do empresário que tivesse uma associação com o capital estrangeiro, exatamente, para absorver essa tecnologia de ponta. Tenho um exemplo, se bem que é da área de informática, de uma associação recente feita pelo grupo Verdal, do Rio Grande do Sul.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Seria uma excelente idéia.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Então, seria pegar alguém que tivesse visão nacionalista, talvez, a própria visão do Antônio Ermírio de Moraes, que pega um conglomerado de setor que tenha visão nacionalista e de alguém como Jorge Gerdau, que fez uma associação com o capital estrangeiro, para efeito dessa absorção. Isto aqui é uma idéia. A Mesa não pode fazer proposição, mas nesta altura é para ajudar no debate. Estão de acordo?

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Tem mais um nome para constar da relação.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Ai, seria por substituição, porque, ai, nós estaríamos colocando o Antônio Ermírio de Moraes representando a corrente nacionalista, ou corrente da exclusividade do nacional, com um empresário, que, ai, seria a substituição do nome do empresário, ou o Jordano Romi, ou o Eugênio Staubtab. Vamos substituir o Jordano Romi?

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, perdoe-me, mas acho que V. Ex.<sup>a</sup> está atropelando um pouco, porque há outras propostas.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — O problema não é só de atropelar, mas o problema é de nós, objetivamente, chegarmos a um consenso.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Não. Estamos tentando discutir critérios. Acho que o critério que V. Ex.<sup>a</sup> propôs é que haja um empresário que defenda a exclusividade do capital nacional, e um outro não.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Para evitar confusão, eu retiro a minha proposta de nomes. Só tentei ajudar e volto ao plenário. Mantenho o critério e repito — foi simplesmente para ajudar que lembrei os nomes.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Mas isso preencheria duas vagas, as duas primeiras. Uma do empresário nacional, que não tem associação com o capital estrangeiro; outra de um empresário nacional que fez essa associação, visando absorção de tecnologia, então, há mais duas vagas; temos que definir critérios, para seleção dos nomes.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Peço, inclusive, ao nosso ilustre Relator que nos ajude para efeito do critério, porque S. Ex.<sup>a</sup> é o autor, junto com o Presidente da Mesa, do critério que presidiu a própria distribuição dos nomes. E nós

queremos manter o critério e estamos fazendo aqui as modificações, somente de nomes.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Estou voltando às indicações da Comissão; estou pedindo à Secretaria da Mesa que nos traga os nomes indicados, para o Plenário, para sobre eles voltarmos as nossas atenções.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Foram respostas às propostas feitas hoje.

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — Eu estava com uma proposta aqui, Sr. Presidente. É a seguinte: o Prefeito do Rio de Janeiro Saturnino Braga, contra o Dr. Bulhões de Pedreira. Mas, isto seria a terceira dupla.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Vamos resolver o problema da segunda dupla, porque, ai, vamos dar uma visão do que a gente quer com a terceira.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, para facilitar os trabalhos, como eu próprio sugeria o nome do Dr. Eugênio Staub, poderia ele ser substituído pelo João Bitter Gerdau, que me parece excelente indicação. É o maior produtor brasileiro de aço, de produção diversificada, grande senso de absorção de tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Neste caso, o João Bitter Gerdau poderia substituir o Eugênio Staub.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gil César.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Parece-me que já havia um consenso a respeito da proposta do colega Palmeira, de que o Dr. Roberto Saturnino Braga substituiria o Dr. Nelson Mortada, no tema seguinte, pelo que foi proposto ontem. Não sei quem propôs o nome do ex-Ministro Aureliano Chaves, num tema anterior. Eu gostaria de fazer uma colocação, porque o colega Salomão está propondo o nome do ilustre ex-Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e acho que toda a Subcomissão conhece o ponto de vista do Deputado Leonel Brizola. Acho que a proposta, que foi feita pelo Relator, pareceu-me muito adequada, ao substituir, retirou-se o DNPM, que é um ponto de vista do governo atual; retirou-se o ministro, que, no entendimento do Relator, tem uma visão global, mas não tem uma visão específica do problema. Concordo plenamente com o Relator.

Não vejo porque colocar, nesse tema, a proposta do colega Salomão. Discordo. E se retirar, como insisto nisso, a visão municipalista específica de uma entidade que representa municípios, porque argumenta o colega Salomão que o município não tem nada a contribuir no debate econômico.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Já vou encerrar.

Proponho à Mesa, dentro das propostas que já foram encaminhadas, que coloque o processo

em votação, pelos critérios que foram utilizados nos temas anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Volto a insistir que estamos num processo de votação, de acordo com os critérios estabelecidos anteriormente pela Mesa, partindo para a substituição dos nomes.

Já temos dois nomes colocados para o critério primeiro que era a discussão da reserva de mercado e o confronto entre SEI e a opinião de um usuário. O segundo, agora, seria o problema da absorção de tecnologia de ponta, a visão do capital nacional e o debate que pretendemos aqui. Essa hipótese de absorver tecnologia de ponta, com uma visão exclusivista nacional, ou a visão associativa com o capital estrangeiro, que seria um debate de extrema importância. Estamos, exatamente, na discussão desse item, onde as propostas, a partir do critério aprovado, estamos discutindo nomes. E o nome que aqui estava era a manutenção do nome do ilustre empresário Jordano Romi e a substituição de um outro empresário que estava, que era o Dr. Eugênio Staub, da Gradiente. Ai, surgiu a proposta de um nome que seria o de Jorge Gerdau, pelo fato de ter feito uma associação com o capital estrangeiro.

Estamos na discussão desse critério e eu gostaria de encerrar a discussão, com a proposta de outros nomes.

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — O critério era Antônio Ermírio contra Gerdau.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, em relação a Luiz Salomão...

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Volto a insistir para votarmos já os nomes, porque assim encerraremos a Subcomissão.

Se o nome aqui escolhido para esse critério é o Antônio Ermírio, mas contra quem?

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Vou colocar em votação esta proposta, se os senhores estiverem de acordo.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, eu não estou de acordo.

Permita-me a intervenção. Estamos aqui discutindo uma faceta desta questão, que é a da transferência de tecnologia, supostamente detida pelas empresas multinacionais, ou pelo capital estrangeiro, para grupos industriais nacionais.

Mas esta não é a única questão relevante da presença do capital estrangeiro na economia brasileira. Temos outras questões importantes, ou mais importantes do que essa, como a das transferências que se dão em função dessa presença, em termos de tecnologia, de remessa de lucros, de todos os fluxos financeiros entre as empresas aqui sediadas e as suas matrizes no exterior.

Essas são questões fundamentais, porque são elas que, efetivamente, trazem implicações na nossa Balança de Pagamento.

Nesse sentido, parece-me que a questão do capital estrangeiro não pode ser simplificada a esta visão posta por V. Ex.<sup>a</sup> sobre a questão da transferência, muito oportunamente, da transferência de tecnologia com a participação do capital estrangeiro no capital das empresas brasileiras.

Creio que teremos de fixar um outro critério, que é o que diz respeito à oportunidade política e à extensão dessa presença do capital estrangeiro no País, com respeito às suas implicações no balanço de pagamento.

A questão da lei de remessa de lucros, a questão da soberania envolvida, do endividamento externo, enfim, todas essas implicações comerciais e dos novos tipos de relacionamento entre o capital nacional e os estrangeiros, que, evidentemente, não serão tratadas, na sua amplitude, pelos representantes mencionados por V. Ex\* na questão anterior. Que vão se cingir a esse aspecto importante, na vida das empresas, que é a da transferência de tecnologia.

Eu proporia a V. Ex\* que, antes de colocar em votação os nomes, aprofundássemos a discussão dos critérios que vão presidir a escolha dos outros dois representantes.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Com a palavra o ilustre Relator.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Sr. Presidente, já estamos adentrando na hora. São 12 horas e 30 minutos e esta reunião com o devido respeito a todos os companheiros, permanece no impasse em relação a simples nomes, como se o pronunciamento de qualquer um desses representantes pudesse ser um fator decisivo, se não informático na elaboração da nossa proposta Constitucional.

Tenho muito respeito pela opinião dos companheiros, por esse ardor em defesa de nomes, que balizam, que sinalizam os caminhos a percorrer, ou a formação ideológica, política de cada um. Mas acho que já discutimos o suficiente para partirmos para uma decisão, para uma votação que complete o nosso trabalho.

Recebemos uma delegação de competência para organizar uma lista. Aceitamos que esta é uma proposição para ser modificada, aprovada ou não, mas não podemos, a cada passo, ter um impasse que anule, prejudique e impeça os nossos trabalhos.

Ninguém se opôs a que se ouvisse o nome do Dr. Bulhões Pedreira. Poderíamos considerá-lo como aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Não. Porque estamos aprovando em número de seis, as duplas.

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — Eu proponho o Pedreira e o Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — O nobre Constituinte já está propondo a votação do terceiro, e não aprovamos ainda o segundo, E, como sobre o segundo foi levantada uma questão, a Mesa gostaria de propor à votação, aquilo que já foi estabelecido. Seriam dois nomes, se os Senhores estão de acordo, que aqui foram colocados. O nome do ilustre empresário Antônio Ermírio de Moraes e de Jorge Gerdau e o Hans Peter.

Quem estiver de acordo com essa proposta permaneça sentado. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, V. Ex\* não pode colocar em votação, porque não respondeu à questão de ordem que coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — V. Ex\* levantou uma questão de ordem de rediscutir o critério que adotamos.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Não. Estabelecemos um critério para escolher esses dois nomes que V. Ex\* quer encaminhar à votação, mas não estabelecemos o critério para os outros dois nomes que irão ficar faltando.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Os dois terceiros nomes é uma outra aprovação. Vamos por eliminação, porque é uma votação complicada. O prezado companheiro há de entender que não é fácil, pela importância do assunto e a gama das propostas alternativas aqui colocadas.

Se o nobre companheiro me permitir, deixaremos para discutir a terceira dupla e o próprio critério na próxima votação

Estão de acordo? (Pausa.)

Fica aprovada a segunda dupla: o Antônio Ermírio de Moraes e o Jorge Gerdau e o Hans Peter. Qual o terceiro critério? Eu pediria definição para efeito de escolhermos só dois nomes.

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — A proposta é do Constituinte Salomão, de pegar outros aspectos da relação.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Então, esta proposta seria acompanhada de nomes

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Indiquei o ex-Governador Leonel Brizola, o Prefeito Saturnino Braga e há o nome do Advogado Dr. Bulhões Pedreira.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, o Prefeito Saturnino e o ex-Governador Leonel Brizola viriam na mesma ocasião? Se vierem na mesma ocasião, eu aceito. Se não, ambos dirão coisas irrelevantes. Brizola falará sobre eleições diretas e Saturnino fará uma longa peroração sobre a importância da intervenção do Estado e das empresas estatais, da presença do Estado na economia, quando S. Ex\* nem sequer consegue pagar funcionários.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Eu gostaria de lavar meu protesto contra a investida pouco elegante do Constituinte Roberto Campos, posto que, nas suas indicações de convidados, em relação aos quais tenho graves divergências, ninguém aqui procurou denegrir a imagem das personalidades por S. Ex\* apontada. Parece-me pouco elegante, pouco correspondente à postura do Senador Roberto Campos.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Vamos voltar à discussão do critério e dos nomes.

As propostas que estão sendo aprovadas para terceira dupla seriam exatamente a da manutenção do nome do ilustre jurista Dr. Bulhões Pedreira, contrapondo-se com um outro nome.

O nome do jurista Bulhões Pedreira e aprovado?

Coloco em votação. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte, pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Quanto à questão do ilustre jurista Bulhões Pedreira, eu havia solicitado à Mesa indicasse um especialista

em tributos a nível nacional. Foi essa a proposta que eu havia feito à Mesa. Surgiu o nome do advogado Bulhões Pedreira; estabeleceu-se um novo critério, que é o de duplas. Insisto na minha colocação anterior: já que surgiu o nome de Bulhões Pedreira, por proposta minha, sem a indicação de nome que foi escolhido pela própria Mesa, insisto em que haja duplas, dentro dos critérios que agora foram discutidos, estaria competindo com o nome do Prefeito de Barroso? Pergundo à Mesa e não a meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Peço ao ilustre Relator que...

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Se já temos duas duplas aprovadas, que são o Dr. Antônio Ermírio e...

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Resta uma dupla.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — A SEI, é evidente que deverá estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — É matéria já votada. Agora, temos que votar os dois nomes.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Faltam dois nomes?

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Faltam, primeiro o assunto e os dois nomes. Qual seria o assunto a ser abrangido? A partir do assunto, vamos incluir os nomes e não tirar nomes.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — A proposta foi feita pela Colega Raquel Cândido; essas duas indicações sugeriram em função do Imposto Único sobre Minérios.

A SR\* CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Pode ser respondida pelo Dr. Bulhões ou...

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Pela presença do Município e acho isso importante.

A SR\* CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Então, o nobre Constituinte coloca que o critério a ser aprovado para a terceira dupla trata-se do assunto a respeito do problema do imposto sobre minérios. Esta é a colocação? E a pergunta que faço ao nobre Relator Virgildásio de Senna que presidiu a distribuição dos nomes, mantendo o critério, portanto, estamos modificando os nomes, se seria essa a filosofia que presidiu esta Comissão Temática?

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Evidentemente que o pensamento do Dr. Bulhões Pedreira, em sua forma de encarar os problemas da legislação, pertinentes aos assuntos aqui tratados, é sobretudo conhecido por toda a sociedade brasileira. A pessoa do Sr. Napoleão, Prefeito de Barroso, lamentavelmente a Subcomissão, que não foi presidida por mim e sim pelo Presidente desta Mesa se louvou, porque jamais vi um trabalho do Sr. Napoleão, não li qualquer escrito por ele produzido, apenas nos louvamos na opinião daqueles que apresentaram o nome e como uma forma de composição, já que esta Subcomissão, a meu entendimento, de forma equivocada, introduziu o problema do Imposto Úni-



co sobre minerais nas discussões desta Subcomissão.

O que parecia à Mesa pertinente sobre o assunto era a criação de um direito que cingiria ao problema da exaustão das minas e como a Subcomissão iria encarar este problema. Desviou-se a Subcomissão e respeitamos o pensamento para o problema do imposto. E, para atender a este fato novo, estranho de fato à vida e ao trabalho da Subcomissão, se introduziu, por indicação do nobre Constituinte Gil César e da Srª Constituinte Raquel Cândido, o nome do Sr. Napoleão Barroso com este fim específico. A Subcomissão examinará se convém ter uma visão global sobre o problema da pessoa jurídica, da reserva de mercado, nas figuras do Dr. Bulhões Pedreira e do Dr. Napoleão Barroso. É a informação que posso prestar à Subcomissão. Não conheço, jamais li trabalhos feitos pelo Sr. Napoleão Barroso, não sei como pensa. Sei que foram nomes apresentados e recomendados por ilustres Constituintes

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — A pergunta que faço ao Plenário: Como temos o nome do ilustre jurista Bulhões Pedreira, que nos parece ser desejo da Subcomissão ouvi-lo pelos trabalhos que já apresentou.

Portanto, ele nos traria esclarecimento. Retorno a minha proposição. Dr. Bulhões Pedreira é um nome de consenso, qual seria o nome que se confrontaria, para efeito de se debater os pontos em que o Plenário ganhasse com esse debate. Essa a colocação que eu faria.

O SR. CONSTITUINTE RONALDO CÉSAR COELHO — Eu queria voltar ao ponto em que o nobre colega já defendeu, achando que mais relevante, no meu entender do que se discutir a questão do imposto único dos minerais, é realmente a lei de remessa de lucros, a relação de royalties, patentes, especialmente na indústria farmacêutica e algumas de forte influência estrangeira no nosso País.

Acho que devemos escolher uma dupla, alguém que se contraponha ao Dr. Bulhões Pedreira, e que possa contribuir ao debate, nesta tarde, e já considerando as outras duplas indicadas aqui que estarão na mesma tarde, na mesma reunião, eu queria propor o nome da economista Maria da Conceição Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Vamos para a votação da terceira dupla que seriam então, ilustre jurista Bulhões Pedreira e a economista Maria da Conceição Tavares.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com essa proposta permaneçam sentados. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, porque foi colocada, primeiro, essa dupla? Essa foi a última e V. Exª a colocou em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Primeiro, houve um consenso, que senti, da manutenção do nome do jurista Bulhões Pedreira. E a proposta de se colocar um nome que se confrontasse com o dele.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Há três indicações para esse segundo nome.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — As indicações seriam... Qual a sua?

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — V. Exª já anotou? Há três indicações, Leonel Brizola, Roberto Saturnino Braga e Maria da Conceição Tavares.

Já se pressupõe a exclusão do Prefeito de Barroso.

Há um consenso, queria que fosse votado.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Se aprovarmos o nome da dupla, já encerraremos os trabalhos

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Eu gostaria que V. Exª pusesse isto em votação.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Se nós aprovarmos o nome da dupla, já encerramos os seis nomes.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — É a quarta dupla, com o Prefeito de Barroso.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Vamos colocar o nome do Prefeito de Barroso, para efeito da votação. Por isso eu fiz a proposta inicial. O nome de Bulhões Pedreira está aprovado? Então, vamos aprovar a opção de 4 nomes, para se contrapor à opinião de Bulhões Pedreira.

A SRª CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Eu gostaria de fazer duas perguntas, porque, embora o Prefeito não tenha compêndios escritos, na história jurídica do País, a indicação deveu-se ao fato da sua liderança, na última reunião dos prefeitos da capital e o representante da Associação dos Prefeitos que lidam com problemas minerais.

Eu gostaria de perguntar ao meu colega Gil César se o Professor Bulhões Pedreira traz, no seu bojo de conhecimentos juristas, conhecido nacionalmente, essa ansiedade que nós temos no debate, com relação à nova propositura tributária na área mineral. Se o companheiro que indicou o Professor Bulhões se sente satisfeito plenamente, em detrimento do nosso Prefeito, que foi uma luta muito grande, mas que sinto que está sendo vencida. Ele traz?

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, o problema é que a colocação — até o colega Salomão ponderou isso comigo — do Prefeito não estaria apropriada nesse item. Mas, de acordo com as colocações que já foram feitas, nós podemos voltar à discussão da colocação do Dr. Napoleão Barroso em outro tema, porque já se modificaram critérios.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Nós já estamos em processo de votação, que é o seguinte: está aprovado o nome do jurista Bulhões Pedreira. Temos 4 nomes para serem aprovados; um dos nomes será eleito e o nome do Prefeito pode voltar à discussão em uma outra composição.

Em votação o nome da economista Maria da Conceição Tavares.

Os Srs. Constituintes que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)  
Rejeitado.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Não foi rejeitado porque vão ser contados votos para 4 nomes. Eu sugeria que a votação fosse feita em dois turnos.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Perfeitamente, nós vamos ver o nome por consenso.

Em votação o nome do Prefeito Saturnino Braga.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Em votação o nome do ex-Governador Leonel Brizola.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Em votação o nome do Prefeito de Barroso.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, eu pedi segundo turno, porque eram 4 nomes na votação.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Esta é uma decisão. O que foi menos rejeitado foi o Prefeito de Barroso, por isso, ele foi aprovado.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, a Mesa informou que haveria um segundo turno, porque, fazendo pela rejeição, é um critério muito estranho, é o menos rejeitado.

O SR. CONSTITUINTE IRAPUAN COSTA JÚNIOR — O menos rejeitado não é o mais aceito. A votação tem que dizer quem é a favor de cada um e fazer o segundo turno.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — É matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Eu queria registrar e lamentar que esta Comissão tenha decidido questão de tal relevância pelos critérios que serviram para indicação do nobre Prefeito de Barroso, Sr. Napoleão, que realmente não representa a opção preferencial, ideológica, dos seus componentes, mas apenas o preconceito de muitos Constituintes que aqui votaram preconceitosamente. Quero lamentar que, desse processo, tenha resultado um elenco de nomes que certamente não é o que melhor poderia representar as várias correntes ideológicas de pensamento do nosso País.

O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA — Sr. Presidente, da forma como a Mesa se conduziu, a pessoa pode votar inclusive duas vezes. Essa não é uma preferência correta. Acho que a pessoa deveria votar uma vez e escolher um candidato, votando uma só vez. Depois haveria um segundo turno, para uma maioria garantir. São 4 indicações.

A SRª CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Eu concordo, plenamente, com a propositura do Vladimir, porque eu, por exemplo, sou favorável à vinda do Governador Leonel Brizola. Mas, infelizmente, ele não ganhou aqui. O que nós vimos aqui? A preferência de uma representação menos ideológica.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Vou me permitir considerar esta matéria como matéria vencida, em termos de votação, como decisão de Mesa, por um fato só: nós temos ainda outros temas a serem decididos, e V. Exªs não de convir comigo que é extremamente complicado uma situação como essa. A Mesa tem procurado ser a mais democrática possível, no encaminhamento das proposições, das votações e no acatamento das propostas que estão sendo feitas. Se nós continuarmos num processo de tamanha lentidão,

nós teremos enormes dificuldades para continuarmos nossos trabalhos. Eu considero a matéria votada.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Sr. Presidente, peço a V. Exª que me permita dizer que não tenho procuração para defender a Comissão, mas acho que tenho o dever de explicitar que não estava em julgamento nem a pessoa do nobre ex-Governador Leonel de Moura Brizola, pelo qual tenho o maior respeito, nas suas opiniões políticas, nas suas posições, nem o atual Prefeito Saturnino Braga. O que se votou foi a preferência para escutar, para ouvir pessoas que, ao juízo da Comissão, têm contribuição a trazer ao trabalho da Comissão. Eu queria deixar isso absolutamente claro, que não entenda esse julgamento envolvendo nem os componentes políticos pessoais de cada uma das pessoas, nem uma discriminação contra o ex-Governador Leonel Brizola, nem contra o Prefeito Saturnino Braga, pelo qual tenho um apreço e uma admiração pessoal muito grande.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Eu queria discordar de sua posição, Sr. Relator, porque V. Exª não correspondeu, na sua proposição original, ao compromisso ontem firmado com os Constituintes, de colocar representações de pensamentos diferentes e até mesmo antagônicos, para o enriquecimento dos trabalhos da Comissão. A proposta original de V. Exª contemplava, inicialmente, três empresários, mais um advogado dos empresários, seriam quatro representantes do empresariado, um representante do Estado e um Prefeito, com todo o respeito, com todo o apreço que, a meu juízo, não tinha uma contribuição a oferecer na discussão dessa matéria. Acho que perdemos a oportunidade de discutir, com seriedade, com profundidade, aquela questão que é, talvez, o motivo da crise que vivemos, da miséria do nosso povo.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, invoco, para usar da palavra, já que o nobre Constituinte Luiz Salomão considera que a Mesa — não só Relator sozinho —, não foi fiel à vontade da sua maioria. Devo dizer que até agora, contrariando as suas palavras, esta Comissão deu ao primeiro item a aprovação de 83,4%, em relação aos nomes que a Comissão apresentou, quanto ao segundo item, 66,66%; quanto ao terceiro item, 66,66%, o que me faz acreditar, sem estar na minha defesa ou de outros, que a Mesa se comportou com lisura e no espírito da Comissão. Eu, respeitosamente, repilo a insinuação. Ela não tem cabimento no processo declarado da Comissão, expresso por votação nominal.

A SRª CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Sr. Presidente, uma questão de ordem.

A nossa apresentação e propositura, com relação ao que culminou com tudo isso, inclusive, revogamos a propositura do nome do Prefeito de Barroso aqui não colocado, e quero só discordar do companheiro Salomão na parte que foi questão, dignidade. Lamentavelmente, nós temos que admitir que perdemos, pela forma de condução de votação, isso não há dúvida, porque até Minas Gerais, ele falou, com 3 representantes de São Paulo, e lutou pela sua participação política

e regional. Mas, colocar aqui a condição de dignidade de que não foi conduzida, não! Acho que não houve habilidade.

Mas, veja bem, o que ficou claro e que não podemos negar, e quero me dirigir diretamente ao nobre Relator, é a vontade política que prevaleceu, a vontade da maioria que não quis. Vejam bem que tivemos oportunidade de votar duas vezes, eu retirei a minha propositura, sou favorável à vinda do ex-Governador Leonel Brizola, mas, se não houve uma composição, houve uma racha sim, entre o Deputado Palmeira e o Deputado Salomão, um querendo o Prefeito Saturnino e o outro querendo o ex-Governador Leonel Brizola, não é problema nosso, do Plenário, muito menos da Mesa.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, eu não questioneei a dignidade de nenhum dos membros da Comissão; referi-me ao preconceito.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Eu preferia, em função do próprio adiantado da hora, e nos critérios de votação que vão sendo estabelecidos, na verdade, houve a votação, houve a manifestação, se, por acaso, o resultado não tenha sido o resultado do agrado, eu considero a matéria vencida, para efeito da votação. Não acredito que aqui tenha a intenção de quem quer que seja de atingir ou trabalhar no sentido de se fazer qualquer tipo de exclusão. Pelo contrário, somos um plenário aberto, onde, embora discordando profundamente de determinados pontos de vista, nós temos que ter esses pontos de vista dentro do plenário. Parece-me que não foi o critério de exclusão ou de não se querer ouvir que presidiu. Considero a matéria vencida, em termos de votação, e pediria que passássemos para o próximo item, porque temos um problema sério de horário. Nós já estouramos o prazo regimental, e temos ainda o quarto tema, também com um número de propostas bastante grande.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Se é a respeito da matéria que já foi votada...

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO — Eu pedi um recurso, sem nenhuma dúvida a respeito das intenções do Presidente da Mesa, ao Plenário, porque entendi que a votação terminou não representando a maioria de nós. Não há nenhuma tentativa de achar que alguém tentou falsear o resultado. Como achei que não foi uma aferição correta, pedi que consultasse a maioria sobre uma reafirmação.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, peço a sua indulgência, porque tenho que me retirar em face de compromisso inadiável, eu gostaria de abordar logo o tema 4, das empresas estatais, então, teria uma sugestão concreta.

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — O nobre Senador me permitiria, respondendo à própria questão que foi colocada. Se não representou a linha de pensamento, pelo menos, a Mesa recebeu uma votação que, feita a contagem e anunciado o resultado, não pode trazer dúvidas quanto àquilo que aconteceu. Temos, aí, uma aprovação efetiva pelo Plenário. A Mesa vai, neste instante,

encerrar a discussão sobre o tema 3 e passar para o tema 4, em benefício da própria Comissão.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, está esgotado o nosso horário de trabalho. Não houve proposta de prorrogação desse horário de trabalho, nem pela Mesa, nem por nenhum colega. Por isso, proponho a suspensão dos trabalhos até as 17 horas e 30 minutos, como ontem aconteceu, para que respeitemos o horário — e já temos colegas que vão saindo. Proponho a suspensão dos trabalhos, dentro do nosso Regimento e que se reinicie às 17 horas e 30 minutos

O SR. PRESIDENTE (Afif Domingos) — Se todos os Srs. Constituintes estiverem de acordo, suspendo a reunião e marco a próxima reunião para as 17 horas e 30 minutos.

(Levanta-se a reunião às 13 horas.)

### Subcomissão da Questão Urbana e Transporte ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 13-4-87

Aos treze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezoito horas e cinquenta minutos, na Sala da Comissão de Legislação Social — Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, sob a presidência do Senhor Constituinte Dirceu Carneiro, com a presença dos seguintes Constituintes: Manoel Castro, Gidel Dantas, Dirceu Carneiro, Luís Roberto Ponte, Myrian Portella, Denisar Arneiro, Doreto Campanari. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos e dispensou a leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada, independentemente de votação. A seguir, o Senhor Presidente anunciou a presença, na Subcomissão, dos Senhores: Dr. Fábio Goldman, Presidente da Direção Nacional do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Dr. Orlando Cariello Filho, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Dr. Miguel Alves Pereira, representante da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura, que foram convidados, pelo Sr. Presidente Dirceu Carneiro, a compor a Mesa dos debates. Na oportunidade, os ilustres visitantes fizeram um exposição preliminar de documento, oferecendo sugestões a serem incluídas no texto do anteprojeto de Constituição, ligadas à área de competência da Subcomissão. Presente, também o Dr. Telmo Magadan, Presidente da Empresa Brasileira de Transporte Urbano, que levantou questões ligadas à sua área de atuação. Usaram da palavra, como interpelantes, os Senhores Constituintes: Doreto Campanari, Myrian Portella, Denisar Arneiro, Luiz Roberto, Manoel Castro e Nelson Friedrich, que usou da faculdade que é concedida aos Constituintes pelo parágrafo primeiro do artigo quatorze do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Agradecendo a presença dos convidados, e antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente convocou uma reunião da Subcomissão, a realizar-se às dez horas do dia vinte e dois de abril. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos às vinte e duas horas e trinta minutos, cujo teor será publicado, na íntegra, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**. E, para constar, eu Ma-

rilda Borges Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Constituinte **Dirceu Carneiro**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Começamos a nossa reunião ouvindo, conforme decisão da Subcomissão na reunião anterior, o Instituto de Arquitetos do Brasil, a Federação Nacional dos Arquitetos e a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura.

Para encaminhar os nossos trabalhos, convidamos o Sr. Constituintes Manoel Castro, para Relator e para a apresentação das propostas, dentro do que dispõe o art. 14, do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte audiência de organizações da sociedade.

Convidamos, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Fábio Goldman, seu Presidente, para participar da Mesa. Convidamos o Sr. Orlando Cariello, Vice-Presidente da FNA, representando a entidade, e Miguel Alves Pereira, representando a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura.

Consultamos o Plenário sobre a ata, se há interesse em que seja lida ou dispensamos a leitura da ata? (Pausa.)

*(É aprovada a dispensa da leitura da ata.)*

Dentro desta decisão, e do que diz o nosso art. 14, audiência de organizações da sociedade, apressamo-nos em aprovar esta primeira audiência, em função do Encontro Nacional que têm os profissionais de Arquitetura, aqui em Brasília — e, portanto, muito oportuno que já se fizesse esta participação a partir deste momento

Esta Subcomissão ainda não fixou o seu roteiro básico das audiências que vai executar neste seu período de 45 dias, mas, algumas já estão aprovadas e hoje se faz a primeira.

Gostaríamos de registrar a todos os participantes deste nosso encontro, que os apresentadores terão 20 minutos para fazer a sua exposição e que, posteriormente, cada Constituinte terá 3 minutos para interpellar os expositores. Estamos também examinando a possibilidade de reunirmos diversas organizações até, que tenham alguma natureza de interesse de comparecerem juntas para realizarmos sessões, também, com mais participantes ou representantes de organizações diferentes. Não é o caso de hoje que são da mesma categoria profissional.

Abriremos a palavra aos participantes concedendo a palavra ao Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

O SR. FÁBIO GOLDMAN — Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Parlamentares, colegas:

Os arquitetos brasileiros de há muito se preocupam com as questões das cidades brasileiras, das questões de política urbana, fundamentalmente da política urbana; e na história de luta da participação dos arquitetos brasileiros nessas questões, salienta-se que há 25 anos atrás em 1962, tivemos o primeiro Seminário de Reforma Urbana organizado pelo Study Alfair. Este Seminário já foi o ato que seguiu uma preocupação, que já vinha de tempos atrás, dos arquitetos em relação às questões do desenvolvimento urbano nas cidades brasileiras

De lá para cá, nesses 25 anos, nem sempre nas melhores condições políticas de avanço nas propostas que os arquitetos têm apresentado, o Study Alfair continuou o seu trabalho com muito

denodo e apresentando várias propostas e sugestões em várias ocasiões, em congressos nacionais e em outros seminários, nas reuniões do nosso Conselho Superior, para ajudar este País a desenvolver melhor as suas condições urbanas. Ao mesmo tempo em que se fazia isso, desta forma, IAB, é Instituto de Arquitetos e depois com a recente criação do Sindicato dos Arquitetos, hoje reunido com a Confederação Nacional de Arquitetos, temos mantido um contato permanente com as comunidades de bairro, com as associações populares, no sentido de com a troca de informações, da troca de experiências, fortalecer as posições dos institutos de arquitetos e nessa troca aprender também um pouco com essa experiência popular.

Ao longo desse tempo a luta continuou, e com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, o Instituto dos Arquitetos do Brasil realizou uma reunião extraordinária do seu Conselho Superior, realizada em Curitiba, em outubro do ano passado.

Essa reunião elaborou um documento onde colocava assuntos de todo esse trabalho realizado ao longo desses anos e, posteriormente, publicado esse trabalho, foi ele distribuído a todos os departamentos do Instituto dos Arquitetos que, por sua vez, o distribuiu aos Parlamentares eleitos em seus Estados.

Ao mesmo tempo, um mês antes, em setembro do ano passado, a Federação Nacional de Arquitetura também fez a sua reunião e da mesma forma elaborou o seu posicionamento perante a questões da nova Constituição. Da mesma forma, a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura também fez o seu documento. E resolvemos, então, em uma atitude de humildade, que representasse realmente o pensamento dos arquitetos brasileiros de todas as formas, de todos os pontos de vista, a nível da cultura, ou seja, de ensino de Arquitetura, a nível da defesa da profissão, da defesa do profissional, elaborar um documento único e que pudesse ser entregue nesta reunião a esta Subcomissão para fornecer aos Srs. e Sras Constituintes a nossa opinião, no sentido de colaborar para que os trabalhos desta Subcomissão, com o apoio, realmente represente as necessidades e os anseios da sociedade brasileira.

O documento foi elaborado esta semana, será entregue a esta Subcomissão, ainda agora, e ele tem como pontos algumas questões que para nós são fundamentais.

Existem as questões de natureza geral e de natureza mais específica, no que diz respeito ao nosso exercício, ao exercício da profissão de arquiteto. Há questões fundamentais de natureza social, que eu pediria ao colega Orlando Cariello que explicasse a questão fundamental da qualidade de vida que é intimamente ligada à questão do desenvolvimento urbano da cidade.

Uma outra questão para nós importante é o acesso às informações sobre as gestões da cidade e, em função disso, a participação nas decisões. Isso engloba o que chamamos a gestão democrática da cidade.

Com relação aos níveis de poder, a nível da União, é um nível de participação das populações comuns regionais, tanto na esfera estadual como nas municipais; com relação ao Estado, a regulamentação de normas gerais das regiões; e com relação ao Município, o controle do uso e ocupa-

ção do solo urbano e rural, e com relação também à questão do estado.

Diante da inserção profissional e, defendendo interesses da sociedade brasileira, coloca-se como fundamental o assunto relativo a esta subcomissão, questão urbana e do transporte.

Um outro assunto importante é a questão do uso social da propriedade. Consideramos que a questão da cidade, a questão fundamentalmente da propriedade da terra é uma questão mais a nível do social, do atendimento à sociedade do que, na realidade, uma questão de propriedade. A propriedade tem que ter a visão social do uso da terra. Da mesma forma, o direito de acesso à habitação.

O direito à habitação se enquadra na questão urbana de uma maneira muito intrínseca, na medida em que a questão habitação não é o objeto isolado daquela habitação, daquela casa, daquele apartamento, e se envolve diretamente à questão urbana na questão dos transportes, da infraestrutura urbana, o saneamento. Então não consideramos a habitação como fato isolado, mas, sim, algo diretamente ligado à questão urbana e com instrumentos adequados para a questão do uso do solo urbano — com relação agora a nível da legislação das desapropriações, da questão dos impostos e do direito dos municípios. Julgamos que os municípios devem ter uma participação maior na política do desenvolvimento urbano.

E, por fim, consideramos fundamental a participação da comunidade nas decisões sobre a política urbana e da política de transportes. Ao longo desses anos, temos percebido, e cada vez mais, que em função dessa questão do custo da terra a população de mais baixa renda está sendo cada vez mais isolada dos aspectos da modernidade das cidades e habitam as zonas periféricas sem praticamente condições de infraestrutura e de transportes. Hoje, estamos percebendo que mais grave ainda não é só esse isolamento dos centros mais bem equipados, e que nem isso mais está sendo levado em conta. Temos visto agora, recentemente em São Paulo e em outros lugares, que mesmo essa população está sendo empurrada cada vez mais para fora dos centros urbanos e em condições muitas precárias, ocasionando invasões e uma reação, hoje a nível policial, acontecendo — como aconteceu há dias em São Paulo — com brutalidade policial, tentando desalojar de áreas municipais populações que estavam procurando local para se abrigar. Consideramos, evidentemente, que a questão urbana e a questão da habitação não são questões policiais e nunca serão resolvidas dessa forma. Pelo contrário, são questões de política e que têm que ser resolvidas a nível político, porque é um assunto cada vez mais preocupante, e se não houver uma política efetiva de desenvolvimento urbano e habitacional essas questões serão cada vez mais tratadas a nível da violência.

Esta é a nossa posição nos seus aspectos mais fundamentais; o documento é bastante extenso e coloca outras questões, mas o enfoque que consideramos mais importante é este. A questão do direito de propriedade, a questão da reforma urbana se ligam diretamente à reforma agrária. No fundo, o problema muda um pouco de aspecto, mas a questão é a mesma, a da propriedade da terra; são aspectos que se ligam diretamente. A questão das cidades brasileiras, e particular-

mente das regiões metropolitanas está adquirindo aspectos insuportáveis de vida. Estamos aqui, hoje, entregando este documento no sentido de, realmente, colaborar com o trabalho desta subcomissão. Estaremos presentes a partir de agora, trazendo e levando informações relativas ao trabalho desta subcomissão.

Eu gostaria de passar a palavra ao colega Miguel Pereira, que falará em nome da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura; é ex-Professor da Universidade de Brasília, que colocará também questões relativas ao aspecto da cultura, no âmbito em que a Arquitetura se insere.

O SR. MIGUEL PEREIRA — Quero, inicialmente, dizer da enorme satisfação, em primeira instância, de representar a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura, nesta Casa, nesta reunião, e neste momento, saudar o preclaro Cosituante Dirceu Carneiro, ilustre arquiteto e os preclaros constituintes, e meus companheiros arquitetos.

Preto, neste muito curto espaço de tempo, sintetizar, no possível o conhecimento necessário aos profissionais que tratam da Arquitetura e da organização do espaço urbano, e em função disso dizer das nossas dificuldades através da nossa história como profissionais no Brasil, e das nossas dificuldades específicas na arquitetura enquanto conhecimento gerado na Universidade e nas escolas de Arquitetura brasileiras.

Há um tempo que define esta experiência no Brasil por parte dos profissionais da Arquitetura. O Instituto de Arquitetos é uma entidade que foi fundada apenas em 1921. A Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura apenas em 1963, a Federação Nacional dos Arquitetos em data mais recente. O compromisso gigantesco que a nossa profissão carrega desde séculos pretéritos na História do Brasil e que nos coloca hoje, em função da modernidade brasileira, frente a este desafio de ter construído largo trecho da História deste País, desenhando esta História sob a forma de arquitetura e de cidade, face a esse desafio de modernidade de um País que se acorda e que se quer renovar em todos os seus escalões, é aquele que entendemos, através das profissões no Brasil, ser a missão das profissões numa sociedade como a nossa. De princípio, se há de admitir que as profissões não são segmentos estanques da sociedade com determinado tipo de conhecimento imutável e para sempre. O desafio maior, então, para os arquitetos brasileiros, está no tipo de conhecimento necessário, a partir das escolas de Arquitetura e da Universidade brasileira, para saberem organizar a cidade para o Brasil do século XXI, e de como ocupar o território brasileiro em seus 90% de quilômetros quadrados da nossa superfície disponível — um País vazio, ocupado apenas na costa, e com este desafio enorme que é coração do Brasil, que é o Planalto Central, que é onde hoje estamos. Que tipo de cidades? Que tipo de atitudes em relação à Amazônia? Que tipos de atitudes em relação ao Planalto Central? Repetiremos Brasília pura e simplesmente, ou teremos de cogitar do que acontece em relação a outras partes do mundo, principalmente o mundo latino-americano, e especificamente, o Terceiro Mundo e de como romper suas barreiras; e quando da virada do século, o que poderemos, como comunidade brasileira, como sociedade brasileira que se redemocratiza? Qual será o destino das nossas cidades existentes com a nos-

sa participação? E qual será a nova feição da cidade brasileira e da própria Arquitetura brasileira?

Eu diria que tudo isso se transmite através de um compromisso, que nós temos sentido, com muito pesar, que é aquilo que diz respeito à cultura, à ciência e à tecnologia que não está especificamente colocados na profissão dos arquitetos, mas sofremos o descabimento do cuidado desses segmentos da cultura brasileira, do pensamento brasileiro, através daquilo que acontece com o nosso universo mais específico, que é a Universidade brasileira. Claro que vamos identificar, nas últimas décadas, como o crime maior que se cometeu em relação à produção de conhecimentos, neste País, a chamada Reforma Universitária de 1967, massificando a Universidade brasileira, roubando da Universidade brasileira a oportunidade de gerar o **Know how** brasileiro como a sua própria feição para transmitir esse desenho para a própria ciência brasileira e para a própria tecnologia brasileira, não sob a forma de uma preocupação maior de colocarmos muralhas no Brasil, mas, isto sim, de prepararmos um conhecimento necessário aos nossos professores e aos nossos estudantes, aos nossos profissionais, sob a forma de uma massa crítica capaz de, em recebendo contribuições do exterior, sabermos gerir essas contribuições e dar, através disso, o desenho brasileiro, a feição brasileira, em função daquilo que poderemos chamar, pelo seu processo contínuo e paulatino, de acumulação de cultura brasileira. O grande drama da virada do século em nossa Nação é a perda contínua, paulatina e desafiante da identidade — de resto, de todas as nações —, principalmente do Terceiro Mundo, que buscam, vertiginosa e angustiadamente, um reencontro com essa identidade.

Estes são os temas maiores que nos comprometem, enquanto transmissão de conhecimento, para colocarmos, naquilo que nós chamamos de arquitetura urbana para poderemos bem resolver os aspectos mais específicos, mais particulares de transporte de rua, de edifício, da paisagem geral da cidade e do seu entorno. O Planalto Central, como será o desenho desse Planalto Central para quem se desloca daqui até Belém do Pará, esta pioneira rota de coragem brasileira que nos levou a Belém do Pará e que nos há de levar a romper fronteiras, no sentido oeste, parando nos limites das fronteiras brasileiras.

Eu diria que esses aspectos se desenharam, na medida em que devemos conceder a profissão como um segmento da sociedade brasileira — a nossa profissão especificamente —, mas, de resto, os princípios gerais para as profissões, e sendo necessário que as nossas escolas e a nossa Universidade se recomponham. A Universidade brasileira está parada; apesar do processo de redemocratização, a sociedade brasileira está sendo sufocada — é só examinarmos as verbas disponíveis para a pesquisa — em todos os campos versados dentro da Universidade brasileira. As escolas de Arquitetura estão paradas, são 47 escolas de Arquitetura no Brasil, são 40 mil profissionais da Arquitetura no Brasil, e são 40 mil estudantes de Arquitetura no Brasil. O desafio não está equacionado da parte das escolas de Arquitetura, as escolas de Arquitetura não estão preparadas para produzir o conhecimento necessário ao enfrentamento desse desafio, que é a ocupa-

ção e o futuro do Brasil na virada do século e o Brasil do século XXI. A contribuição das escolas de Arquitetura no Brasil é ínfima, não se trata da responsabilidade maior dos arquitetos ou dos professores que ocupam essas escolas, trata-se de uma política educacional, neste País, especificamente de caráter superior e que não está equacionada em termos de iniciativa privada, e iniciativa pública, a escola pública e a escola privada. Não há, no Ministério da Educação e Cultura, nenhuma política nesse sentido que se permite à iniciativa privada. É preciso que o desafio que se coloca diante da iniciativa privada tenha uma contrapartida de incentivo e de qualidade, tanto quanto é o nosso zelo pela escola pública, e as lutas maiores vão nesse sentido. Mas, que não nos esqueçamos que o Brasil do século XXI é um Brasil que terá de romper as barreiras do Terceiro Mundo.

Eu queria encerrar por aqui, pois o tempo é pouco e o desafio é muito grande e a síntese sempre corre o risco de esquecimento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Antes de o Sr. Orlando Cariello fazer a sua exposição, gostaríamos de convidar o Presidente da Comissão da Ordem Econômica, que está presente, o Constituinte José Lins, para fazer parte da Mesa.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS — Minha presença, nesta reunião é eventual, guardamos a independência da Subcomissão que tem um tema específico, mas fiz questão de vir até aqui para cumprimentar os expositores e o Instituto dos Arquitetos do Brasil, o Sindicato dos Arquitetos e o Presidente da Associação do Ensino de Arquitetura no Brasil, e cumprimentar os Srs. Constituintes. Realmente, o problema é desafiante, estamos diante de uma das questões mais sérias deste País, haja vista os fatos citados pelo Presidente do Instituto. Quero também cumprimentar o Presidente da Subcomissão, o Sr. Relator e os Srs. membros, porque acho que esta é a primeira reunião feita para a audiência externa e isso abrange, portanto, uma espécie de parabéns não só à Comissão, mas às entidades que, hoje, aqui se fazem representar.

Espero que a nossa Comissão possa traduzir, realmente, na Carta Constituinte aquilo que o Brasil e o povo brasileiro deseja e espera que nós cumpramos.

Peço licença, Sr. Presidente, para me retirar, porque tenho uma outra reunião agora, mas desejo aos Srs., tanto da Comissão como das entidades que aqui representam, os maiores sucessos e agradecendo a contribuição certamente importante que trazem os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Agradecemos a presença do nosso Presidente da Comissão da Ordem Econômica. Concedo a palavra ao Sr. Orlando Cariello, representando a Federação Nacional dos Arquitetos

O SR. ORLANDO CARIELLO — Srs. Constituintes, colegas arquitetos e demais presentes. Acho que seria necessário traçarmos algumas considerações a respeito dos motivos que nos trazem aqui; hoje, mais do que tentar citar ou traduzir o teor do documento, do texto do documento que vamos encaminhar em seguida, onde há inclusive indicações daquilo que pensamos seja o necessário para se começar a encaminhar

a solução dos problemas urbanos, dentro das limitações da ordem social que temos. Acredito que a participação dos arquitetos, do envolvimento dos arquitetos nessa questão, teve duas fases: uma que historicamente sempre existiu, que o colega Fábio Goldman descreveu, do interesse dos profissionais da Arquitetura e do Urbanismo pelas questões social e urbana, não só as questões urbanas, mas o problema da população brasileira; e outra que nasce, a meu ver, com o envolvimento também da nossa profissão, da nossa categoria profissional com as questões sindicais, com a questão da organização dos trabalhadores. Isso se dá a partir do momento em que, também na nossa profissão, cresce um processo de assalariamento, talvez de uns 30 anos para cá e que nos fez aproximarmos das outras categorias, que nos fez organizarmos em sindicatos e que nos faz, hoje, inclusive, estarmos integrados a uma central sindical nacional, a nível da nossa federação e de vários sindicatos e associações profissionais.

Com relação à questão urbana, propriamente dita, o que verificamos hoje é um país completamente diferente daquele de vinte e poucos anos atrás: inverteu-se a situação, a concentração da população hoje é muito maior na cidade; quase 70% da população habita as cidades e não mais o campo, como acontecia há vinte, há trinta anos. E, ao mesmo tempo, a gente vê uma quase total ausência de políticas capazes de fazer frente a essa nova situação. Enquanto o homem expulso do campo vem para a cidade, é expulso da cidade e jogado de volta ao campo; um é expulso pelo boi, o outro é expulso pelo asfalto. Esse mesmo homem não tem encontrado, a nível das políticas oficiais, uma resposta a isso. Um exemplo concreto é o vazio que existe hoje, após a extinção do BNH, não que o BNH fosse aquela maravilha, mas não há ainda uma resposta, um preenchimento de um vazio que ficou e tem que ser preenchido para que haja políticas adequadas ao tratamento dessa questão, que se resume basicamente, acho, na questão do direito à cidade e o direito à cidadania também daquela população que vem chegando para os núcleos urbanos. Uma situação explosiva, tão explosiva como no campo — e os exemplos disso estão aí no noticiário diário dos jornais: se há mortes no campo se há assassinatos de dirigentes sindicais rurais, se há luta de posseiros contra grileiros, isto está existindo na cidade também. E ainda na semana passada, já foi lembrado aqui, tivemos um exemplo em São Paulo e, certamente, a população que é levada a ocupar áreas inabitadas, ela não está fazendo isso por gosto ou pelo exercício da desobediência, mas por pura necessidade, que não pode ser creditada a nenhuma força política ou a estímulo de nenhuma central sindical, qualquer coisa assim. Acredito que na nossa produção, também, estamos enfrentando hoje uma situação que deriva dessas condições. Somos em torno de 35 mil profissionais no Brasil, talvez um pouco mais já hoje, e desses 35 mil, uma grande parte, conforme a gente pode constatar através das atividades do sindicato da Federação, está desempregada, trabalhando fora da produção, até mesmo a subempregada, trabalhando de maneira autônoma, com rendimentos incertos com trabalho ocasional. E isso num país em que o nosso trabalho é efetivamente necessário, porque não temos suficientes habitações para a população, não temos hospitais

suficientes, não temos escolas suficientes, a urbanização da cidade é precária, e isso é um exemplo, uma demonstração cabal de que os recursos públicos não estão sendo alocados como deveriam, que as prioridades talvez não estejam sendo aquelas que deveriam ser para que se enfrentasse de frente os problemas que a maioria da população brasileira, população marginalizada, população trabalhadora, vem enfrentando. O que nos preocupa hoje é em definir algumas medidas que assegurem aquele princípio, que já vem de outras Constituições, de priorizar o fim social da propriedade. Acho que seria uma ilusão pensarmos no fim da propriedade privada nesta Constituinte; mas, queremos que seja assegurado concretamente o fim social da propriedade. E estamos dispostos, neste documento procuramos dar alguns passos nesse sentido, a indicar algumas medidas que possam vir a tratar disso. E a gente entende também que a solução destas questões urbanas está visceralmente ligada às questões de vida da população. Não vai ser criando grandes núcleos habitacionais, construindo habitações, construindo ambientes urbanos mais adequados, que iremos solucionar o problema de uma população que precisa, antes de mais nada, comer, se vestir, ter emprego e renda suficiente. Então é mais um elo que nos liga, no movimento sindical, a questão urbana e que nos faz mais preocupados com isso também. Não temos nenhuma ilusão de que o trabalhador, na hora que tiver de optar entre alimentar sua família e vender, passar adiante uma casa ou ceder seu direitos legal ou ilegalmente, casa financiada pelo Sistema Financeiro de Habitação, ele vai optar pelo risco e vai reproduzir o problema mais na frente.

Então, dentre as preocupações que temos, está esta questão de regular o direito de propriedade do uso do solo, estabelecer uma política habitacional do desenvolvimento urbano vinculado ao desenvolvimento das condições de vida da população trabalhadora. Não se faz uma coisa sem outra. Eu acredito que na raiz disso tudo está também a questão da gestão democrática da cidade que, por seu turno, também está extremamente ligada à questão da gestão democrática da sociedade brasileira. Não vai existir gestão democrática da cidade sem a gestão democrática da sociedade, sem a participação da maioria da população nas decisões, na definição de prioridades, na definição de alocação de recursos naquilo que deve ser feito, como deve ser feito, com recurso, com que tecnologia. E tudo isso aí nós acreditamos que não seja assunto para especialistas exclusivamente, para técnicos exclusivamente, para os arquitetos mesmos, para os urbanistas; são questões em que a população deve ser ouvida e deve ser considerada a sua opinião, sua experiência, seus costumes, sua cultura, enfim, toda a sua contribuição deve ser acatada.

A título de exemplo, poderíamos citar a nossa cidade, Brasília, e o Distrito Federal, que tem um Governador nomeado, que hoje está propondo, está encaminhando concretamente obras de vulto da expansão do plano piloto, de um sistema de transporte de massa que nós não sabemos se é o mais adequado, da construção de um lago que sabemos envolve problemas técnicos seriíssimos até pelo fato de estar abaixo da barragem do Paranoá, cujo lago já tem problemas de poluição seriíssimos. Para nada disso aí a população

tem sido consultada de uma forma adequada e nem dispõe de canais adequados para fazer valer as suas opiniões e as suas considerações. Digo isso na esperança de, como cidadão desta cidade, de como morador desta cidade, sensibilizar os Srs. Constituintes para a questão também da autonomia do Distrito Federal e de uma representação política local.

Finalmente eu gostaria de dizer que a Federação Nacional dos Arquitetos, junto às demais entidades da nossa profissão, vai acompanhar de perto o trabalho da Constituinte, já está acompanhado de perto, e nós estamos apenas organizando esse trabalho não só de maneira a ter um conhecimento do que está sendo feito aqui, mas também de podermos apresentar as nossas contribuições, as nossas opiniões, aquilo que a gente puder trazer para acrescentar alguma coisa aqui, no momento adequado, já que os prazos são muito pequenos e nós temos interesse não só nessa questão que envolve a cidade a questão urbana, o transporte, como também questões como a organização das profissões, a fiscalização das profissões, a questão dos conselhos, ordens, esses problemas todos; a questão da organização sindical — nós defendemos a liberdade da economia sindical, e a nossa Federação tem posição favorável à aprovação da Convenção 87, da OIT, não embarcando naquela idéia do pluralismo sindical, mas porque achamos que a questão de decidir sobre a nossa organização sindical deve ser tributo de quem se organiza, e não de quem detém o poder político; a questão do direito de greve, as questões relativas às organizações sindicais, as questões relativas à educação e cultura e ao ensino. Nós defendemos o ensino público gratuito e com recursos públicos voltados para a escola pública, seja ela de que nível for.

Estamos preocupados também, entre outros assuntos, com a questão da ciência da tecnologia, até porque a solução das questões envolve a maioria da população brasileira, inclusive a questão urbana, a que está vinculado o desenvolvimento de uma ciência e de uma tecnologia nacionais e populares, onde se aproveitam as tradições da população, a sua maneira de fazer as coisas. E, talvez, aí estejam, do ponto de vista técnico, soluções para problemas, como o da habitação, tratados de maneira diferente, como vêm sendo tratados até hoje, neste País.

Eu finalizaria aqui, e pediria, mais uma vez, a todos os membros da Subcomissão, que não só considerem as propostas que estamos trazendo, como também façam, caso concordem com elas, a divulgação dessas propostas junto aos demais Constituintes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Acabamos de ouvir a exposição preliminar dos representantes desta categoria de profissionais, que ainda, vão fazer uma leitura de alguns tópicos importantes de seus documentos. Enquanto isso não ocorre, queremos apenas enfatizar a desafio que esta Subcomissão tem, e que é um desafio também de toda a sociedade, de equacionar ou de se propor a equacionar ou traduzir em termos constitucionais, ou corrigir, naquilo que for possível, uma realidade extremamente desequilibrada. Como foi dito aqui, 70% da população brasileira habitam as cidades — que representam, nos seus somatórios de perímetros urbanos, 3,2% do terri-

tório e que, por sua vez, deságuam numa densidade de 252 habitantes por quilômetro quadrado. E, por outro lado, 30% das pessoas estão distribuídas em 96,8% do território, tendo uma densidade de 4,97 habitantes por quilômetro quadrado — mas, na média, porque se levar em conta a Amazônia e o Centro-Oeste, essa média baixa para 1,2 habitantes por quilômetro quadrado. Enquanto a parte urbana está elaborando 92% do PIB, a parte rural está elaborando apenas 8% do PIB. E o desdobramento, a potencialização desse número para os próximos 15 ou 20 anos, um período bem próximo, provavelmente, nos mostrará, se não houver políticas adequadas ou trato adequado deste problema, que talvez 80% da população brasileira estejam nas cidades, porque daqui a uns 15 anos, mais ou menos, talvez também meia dúzia de cidades estejam com mais da metade da população brasileira. De modo que a cidade é mais violenta do que o campo, quantitativamente, é muito mais problemática do que o campo, e, no entanto, não está tendo aquele espaço do debate nacional sobre os seus problemas. No momento em que estamos pensando na elaboração de uma nova Carta, não haverá de se fazer comparação com o que as Cartas do passado tiveram em relação ao trato da questão urbana. Mas, agora, este assunto deverá ocupar um espaço significativo, proporcional à sua importância, ao seu significado, no momento em que os meios de comunicação de massa, sociedade de consumo e outras questões estão na ordem do dia, e são muito graves os problemas daí decorrentes.

Voltaríamos com a palavra aos expositores, para, logo em seguida, entrarmos em debate.

O SR. FÁBIO GOLDMAN — Sr. Presidente, queria ler, de uma forma sucinta, apenas este documento que nós vamos entregar à Comissão, os artigos propostos, para não estender muito no tempo. E quero, também, ler a apresentação e a abertura deste documento.

É lido o seguinte:

Srs. Constituintes.

A população quer e espera para o Brasil uma constituição transformadora da realidade social vigente e que assegure justiça e igualdade social para todos e os direitos plenos a uma vida digna, à liberdade, e à participação na decisão dos rumos da sociedade.

Dando encaminhamento às propostas apresentadas e aprovadas nos encontros nacionais de suas entidades — O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA) — os arquitetos brasileiros apresentam aqui a síntese de suas reivindicações à Assembléia Constituinte.

As aspirações dos arquitetos, em sua área de atuação, buscam expressar as necessidades da sociedade brasileira, na criação e na gestão de seu espaço habitado, garantindo o seu acesso à terra e ao direito à habitação.

Neste sentido três pontos têm prioridade em nossas preocupações:

— Apontar caminhos e realizar avanços no sentido de uma reforma urbana que objetive uma melhoria de qualidade de vida para a sociedade brasileira.

— Construir um espaço de ação específico e privilegiado para expressão do poder local, resga-

tando a autonomia municipal e as garantias políticas e materiais de sua manutenção.

— Criar mecanismo efetivo de participação popular nas decisões de interesse público com vistas a garantir uma gestão democrática para nossas cidades.

Na expectativa da receptividade de nossas propostas junto aos constituintes permaneceremos atentos, acompanhando de perto a elaboração da nova Constituição.

Neste sentido, as Entidades Nacionais representativas dos arquitetos, debaterão este documento junto a outros segmentos organizados da sociedade e reivindicam audiência pública junto a essa subcomissão, nos termos previstos no regimento dessa Assembléia Constituinte. — **Instituto de Arquitetos do Brasil — Federação Nacional dos Arquitetos — Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura.**

## VI — COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA

Relator: Sen. Severo Gomes

b — Subcomissão da Questão Urbana e Transporte

Presidente: Sen. Dirceu Carneiro

Art. Que o uso social das terras urbanas preveleça sobre o direito de propriedade.

Art. Todos têm direito para si e para a sua família a uma habitação digna, de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

§ Os poderes públicos promoverão as condições necessárias e estabelecerão as normas pertinentes para tornar efetivo este direito de acordo com o interesse social.

Art. As desapropriações de terras urbanas, para fins sociais, estipuladas no máximo pelo seu valor cadastral, serão pagas com títulos da dívida pública, resgatáveis no prazo de 20 anos se agregar no seu preço a valorização decorrente dos investimentos públicos na área, sendo obrigatória a explicitação prévia do uso ao qual se destina. Quando se tratar de moradias, as desapropriações serão pagas em dinheiro.

Art. Formação e gestão de estoques de terra urbana pelo poder público para fins habitacionais e ou desenvolvimento urbano, através de política democraticamente definida.

Art. Fica garantido ao município o direito de preferência na aquisição de imóveis urbanos, objeto de alienação onerosa entre partes.

Art. Na definição de políticas urbanas, na elaboração de Planos Urbanísticos e nas proposições de orçamento-programas, correspondentes a um programa de porte significativo feito pela iniciativa privada, deverá participar a população através de suas entidades representativas.

§ 1º É reconhecido a um conjunto de cidadãos, que represente 5% do eleitorado local, a iniciativa legislativa urbana.

§ 2º É assegurado a um conjunto de cidadãos que represente 5% do eleitorado local, suspender, através de veto popular a promulgação de um projeto de lei considerado contrário aos interesses da sociedade. O projeto em tramitação será nesse caso submetido a referendo popular.

Art. Qualquer cidadão ou grupo de cidadãos que não sendo proprietário urbano, detiver a posse não contestada por três anos de área

urbana contínua, utilizando-a para moradia própria ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, independente de justo título e boa fé.

§ 1º O decreto de usucapião não será reconhecido ao mesmo possuidor por mais de uma vez.

§ 2º A limitação de área física máxima de cada posse será definida pelo município.

Art. Aplicar-se-á imposto territorial progressivo a todo e qualquer lote em gleba urbana para permitir o desenvolvimento urbano de acordo com o interesse social, evitando o seu uso especulativo.

Art. Incidirá sobre qualquer transação imobiliária urbana, além de outros impostos ou taxas, o Imposto Municipal sobre a Valorização Imobiliária.

Art. Fica assegurado o amplo direito de informação relativo a plano de estruturação urbana, processos de parcelamento de solo, edificações, transformação de uso, licenciamento de estabelecimentos comerciais, indústria e de serviços, inclusive pela exposição pública, desde a sua formulação até a sua implantação.

### Justificação

A cidade é um bem social e não deve ser apropriada por interesses individuais. A atualização do instrumento jurídico, é urgente para habilitar os prefeitos e demais administradores urbanos para atuar na ordenação da expansão dos núcleos urbanos, no controle e preservação do meio ambiente, na contenção da excessiva concentração urbana, adequação dos investimentos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano e adequação fiscal. Faz-se necessária, também, a busca de um maior equilíbrio da rede de cidades, promovendo uma distribuição mais racional das forças produtivas no território nacional com vista à integração das atividades e de distribuição dos equipamentos.

Consideramos de interesse estes instrumentos, que acreditamos avançar no sentido de garantir a função social da terra, tendo como pressuposto o conhecimento e controle efetivo por parte da população na gestão urbana e orientados dentro dos seguintes princípios fundamentais:

— Conceituação e regulamentação da propriedade da terra.

— Sistema Tributário.

— Direito à Habitação.

— Gestão Democrática da Cidade.

— Competências Municipais.

Esses são os artigos propostos de interesse desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Uma vez exposto o pensamento deste segmento da sociedade, nós colocamos a palavra à disposição dos Constituintes para as indagações.

O SR. CONSTITUINTE DORETO CAMPANARI — Sou médico e moro em Marília, Estado de São Paulo, esperava ser designado para desenvolver um trabalho junto à Comissão ou Subcomissão de Saúde, no entanto fui designado para esta Subcomissão, que é importantíssima. Queremos felicitar o Presidente desta Subcomissão, o Constituinte Dirceu Carneiro, que já foi Prefeito da Cidade de Lages, de Santa Catarina e nós tivemos oportunidade de ler o livro "O Poder do Povo", em que fala do seu trabalho e faz referência

ao setor de urbanização e de construção de casas populares.

Mas nós ouvimos, com muita atenção, a explanação dos expositores, que honram e dignificam esta Subcomissão. Aqui comparando, com muita ilustração e sabedoria trouxeram as suas preocupações. Falaram a respeito da crise do ensino, e disse, com muita propriedade, o Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Arquitetura, reportando-se aos idos de 1967, se me parece, quando ocorreu o acordo Brasil/Estados Unidos — MEC-USAID, em que procuravam sempre medir o prestígio, o progresso de um município, instalando uma Faculdade de Engenharia ou de Medicina.

Também abordaram, com muito conhecimento, o problema do êxodo rural, o problema do crescimento da área urbana. E o Dr. Orlando Cariello falou que há vinte anos — eu diria há trinta anos — nós tínhamos 70% da população na zona rural, enquanto que tínhamos 30% na zona urbana. Hoje já é completamente o oposto. Então, estamos diante de um problema social muito sério. A capital de São Paulo enfrenta hoje, conforme abordaram, o problema de invasão de terras, daquelas que não têm lotes para construir uma casa. Entendo, Srs. Constituintes e Srs. Expositores, que não pode existir uma desgraça maior no mundo para um homem que trabalha, que tem os seus filhos, a sua esposa, não ter condições de construir uma casa, não ter onde morar. Sabemos que hoje temos no Brasil, segundo dados fornecidos pelo IBGE, nove milhões de trabalhadores agrícolas, trabalhadores desqualificados, que são os chamados bóias-frias, que saíram da zona rural e vieram para a cidade, trazendo esses problemas sociais — e nós não vamos aqui entrar em detalhes. Mas a verdade é que o Brasil se orgulha, se ufana de ser a oitava economia do mundo, mas, desgraçadamente, é o quinquagésimo sétimo na distribuição de renda. É uma distribuição de renda muito irregular, um remanejamento irregular das riquezas. Enquanto uns morrem de fome, porque não têm o que comer, outros morrem de congestão.

Diante disso, nós temos que fazer uma justiça social. Tem que existir condições de fornecer as áreas urbanas para que as casas possam ser construídas em benefício desses que não têm casa para morar. Eu não conheço bem Brasília, porque eu estou debutando aqui, mas eu li recentemente que o Governador biônico de Brasília pretende construir 130 mil casas populares, porque, para o ano dois mil, há possibilidade de Brasília ter quatro milhões de habitantes. Isso foi o que eu li em um dos jornais. Vejo que não há condições, o BNH já não existe, a Caixa Econômica Federal também não tem condições, não tem recursos, quer dizer, nós estamos em um impasse muito grande. Se compararmos São Paulo, com o número de pessoas que não têm casa para morar, como Brasília, quando o nosso Governador, que também está iniciando o seu Governo, e já se propõe a construir vinte mil casas, que é uma gota d'água, é uma coisa insignificante diante do problema que nós estamos enfrentando... Lembremos que o Governador que deixou o Governo recentemente, o nosso amigo, o nosso companheiro, Franco Montoro, criou a loteria paulista, justamente visando arrecadar fundos para manter atualmente a Secretaria de Habitação, que já foi

criada no atual Governo, cujo Secretário já foi instalado. Felizmente temos à frente da Secretaria um engenheiro, um colega dos Srs. Expositores, por sinal muito competente, que foi o melhor Secretário de Transportes de São Paulo, construindo perto de cinco mil quilômetros de estradas vicinais — e quando o homem é competente, ele se sai bem em qualquer setor. Se ele se saiu bem no transporte, nas rodovias, ele se sairá bem no setor de habitação, não temos a menor dúvida da sua competência, do seu trabalho, e entendemos que o Governador do Estado, Orestes Quércia, um liberal, um democrata, um brasileiro, nacionalista dinâmico, não desses nacionalistas líricos, vai lhe dar condições favoráveis de fazer alguma coisa.

É claro que se faz necessário a junção do Município, do Estado e da União; moro no interior, conheço o problema de todas aquelas cidades interioranas. Fui criado e trabalhei na zona rural, sou conhecido como Deputado bóia-fria na minha região, com o que fico muito satisfeito. Percebe-se que o Governo tem que investir bastante no setor de habitação, tem que conseguir recursos, fazer desapropriação das áreas na periferia e construir casas. Temos experiências, no interior, através do Projeto Mutirão, em que se procuram aqueles terrenos mais baratos, invendáveis, terrenos que ficam além de uma ferrovia, um terreno irregular, acidentado, geralmente uma entidade religiosa torna-se patronesse desse Projeto Mutirão, em que a Prefeitura faz a doação do terreno e, nos sábados, domingos e feriados, a Prefeitura também coloca à disposição desses futuros mutuários, que constroem essas casas modestas, com pouco conforto, eletricitistas, pedreiros — e, é claro, precisa também ter um engenheiro para orientar.

Como Constituinte estou ciente da responsabilidade que tenho, sei do papel político que temos que desempenhar aqui, da responsabilidade que temos, que é muito grande, mas temos que fazer a justiça social aqui levantada. Mas não podemos fazer justiça social num País quando não fazemos justiça política em primeiro lugar, quando se nega ao povo brasileiro, há mais de 23 anos, o direito de eleger o seu Presidente da República que seja legítimo, que represente a vontade do povo e que tenha vínculo com o povo, que não seja um Presidente biônico. Então, fazendo a justiça política, elegendo um Presidente legítimo, autêntico, que represente o povo, teremos condições de fazer uma justiça econômica, de arranjar recursos, de arranjar dinheiro para construir essas casas. Fazendo-se a justiça política, em primeiro lugar, que é a mais importante, depois, torna-se muito mais fácil fazer uma justiça econômica, porque não podemos querer fazer justiça econômica antes da justiça política. Então, alcançando a justiça econômica, e aqui já esteve, hoje, o Senador que é o Presidente da Comissão de Economia, teremos condições de fazer a justiça social.

Nesse sentido é que pretendemos trabalhar nesta Casa, dando a nossa colaboração. Mais uma vez, felicito o presidente desta subcomissão, o Constituinte Dirceu Carneiro, que convidou os Srs. Engenheiros, que aqui compareceram e estão aí para os debates necessários.

Defendemos também a necessidade de termos o ensino, gratuito, obrigatório, de alto nível, em todas as modalidades. O ensino é obrigação do

Estado, obrigação da União. Não podemos aceitar mais esse ensino deteriorado, um ensino ruim em que temos verdadeiras padarias que vendem diplomas, que só visam o lucro e nada mais. Isso aí já é um outro capítulo, com relação a ensino. Não temos direito a voto na Subcomissão da Educação, mas temos direito ao debate e também pretendemos participar.

Agradeço a oportunidade e externo minha satisfação de ter participado rapidamente desse debate com que hoje estamos debutando nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. FÁBIO GOLDMAN — Nobre Constituinte, há uma relação muito grande entre a cidade e a saúde. Então, parece-me que não é despropositada a sua presença nesta subcomissão. Basta V. Ex<sup>a</sup> ver: na capital do nosso Estado, os rios foram transformados em esgotos. Quando os rios de São Paulo ou de qualquer outra cidade em que isso aconteça, deveriam ser usados como área de lazer, na realidade, acabam virando esgotos. O que propomos, a nossa luta é muito ligada à questão da saúde da população. Quando se tem populações, milhares e milhares de pessoas morando em beira de córregos, que são esgotos imundos, onde as crianças pisam de pés descalços naquela lama pútrida, a gente percebe que existe realmente uma relação muito grande entre cidade e saúde, a tal ponto que nós, arquitetos, vamos fazer um encontro latino-americano relacionando as duas coisas — a cidade e a saúde, porque é um aspecto da maior importância. Basta ver o número de doenças que, de vez em quando, incomodam as autoridades sanitárias, sem previsão, que acontece nas cidades de repente, como a dengue. São problemas ligados à condição de vida da população; ligados fundamentalmente à miséria, mas ligados às condições em que essas pessoas habitam.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Com a palavra a nobre Constituinte Myriam Portella.

A SRA. CONSTITUINTE MYRIAM PORTELLA — Sr. Presidente, inicialmente, eu me congratulo com o Instituto de Arquitetos do Brasil, porque já tive oportunidade de ler esse documento e só tenho a louvar os arquitetos que fizeram um documento tão abrangente, porque aqui eles tratam não só da questão urbana, mas tratam também da divisão dos poderes, da questão da saúde, do direito de greve, dos direitos dos trabalhadores. Eles dão uma dimensão muito grande à profissão do arquiteto. É o arquiteto preocupando-se com o corpo social, com o todo social. É o arquiteto pensando não só no desenvolvimento urbano, mas no desenvolvimento social, na questão da saúde, porque verificamos que a questão da moradia tem muito a ver com a saúde física, com a saúde mental. Sabemos que a questão urbana é interligada — e eu já tive oportunidade de me pronunciar sobre isso na primeira reunião desta subcomissão — há diversos assuntos correlacionados. Não podemos tratar da questão urbana sem correlacioná-la com a questão rural, com a questão da reforma agrária: sabemos que as cidades incham, porque o homem vem banido do campo para as cidades, porque não tem a terra onde possa produzir, onde possa trabalhar; e também com a especulação imobiliária, com

a concentração perversa da renda da cidade nas mãos de poucos, onde o solo urbano é utilizado como fonte de renda. Venho de uma cidade de quatrocentos mil habitantes, uma cidade de pequeno porte, mas que é açoitada por problemas de moradia. Participei, enquanto esposa de Governador, de programas habitacionais, empenhei-me muito no Programa Pró-Morar, em que foram construídas num só conjunto mais de quatro mil casas. Acho que solucionei problemas de populações que estavam faveladas debaixo de fios de alta tensão, que em contrapartida me causou certos problemas de consciência, se estaria certo assentar famílias num conjunto de tamanho porte.

A questão que eu gostaria de colocar para o Instituto de Arquitetos do Brasil, para a Federação Nacional dos Arquitetos e da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura, é como vocês se posicionam frente ao problema de custo habitacional do extinto BNH, como vocês se colocavam frente a ele, qual a posição de vocês em relação à construção de casas populares, como vêem o problema, como vocês acham que deve ser solucionado, como é que devem ser construídos os conjuntos habitacionais; como vocês viam a política do BNH, se ele era muito malhado — me pareceu, por uma colocação — que há uma preocupação de vocês, já agora por não existir um órgão de política habitacional voltado para a população mais carente.

Essa é a minha questão: qual o diagnóstico que vocês já fizeram sobre a política do extinto BNH e que política habitacional para casas populares vocês poderiam propor, como é que vocês entendem deva ser solucionado e colocado esse problema?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Com a palavra o expositor Fábio Goldman.

O SR. FÁBIO GOLDMAN — O nosso posicionamento com relação ao BNH durante a sua existência é crítico, porque colocava as questões da habitação, tão importantes, num ponto de vista puramente bancário. Isso era dito até com muita clareza. Lembrou-me, uma vez, que um ex-Presidente do Banco, não o atual mas já de um tempo atrás, que, em uma palestra, disse exatamente isso: o BNH é um banco que empresta dinheiro e quer esse dinheiro de volta com juros e correção monetária, mostrando claramente que não tinha nenhuma preocupação com o aspecto social da habitação. Então, quando nós colocamos nas nossas propostas a questão do direito à propriedade e o direito de habitação, ligando isso com o custo da terra, isso não pode ser encarado com uma solução definitiva, mas a vinculação do custo de habitação com o custo do terreno, não só o terreno como as questões de infra-estrutura urbana e transporte, saneamento básico etc., isto é, um conjunto de coisas que fazem com que se possa considerar uma casa como habitação, como moradia, não uma coisa isolada. Então isso faz parte de uma política geral, de uma questão geral da política urbana.

Nós verificamos nas grandes metrópoles, que têm enormes vazios urbanos bem localizados, que não se "prestam" à habitação popular na medida que o custo da terra é muito alto. Então essas coisas estão inteiramente ligadas.

A política tem sido feita em busca dessas facilidades de custo, que resultam nesses conjuntos,

muito afastados, que obrigam o trabalhador a andar muitos quilômetros por dia, para ir de casa para o seu trabalho, favorecendo inclusive, na medida desse tipo de "planejamento", a especulação imobiliária. Ao longo do caminho, quando se estende um benefício até um conjunto habitacional desse, você valoriza toda aquela área atingida por esse benefício, uma linha de metrô, por exemplo.

Então, consideramos que a habitação faz parte integrante de uma política de desenvolvimento urbano, não se pode trata-la isoladamente. A resposta iria mais ou menos nesse caminho.

Algumas das sugestões de como resolver estão aí a questão da taxação, desapropriação pelo valor social, o caminho é esse, é tratar da questão habitacional como diretamente ligada à questão urbana.

A SRA. CONSTITUINTE MYRIAM PORTELLA — Acontece que aqui também existem caminhos governamentais sugeridos; inclusive que sejam feitas casas para alugar.

Há necessidade, o BNH foi extinto, vocês sentem a necessidade que seja criado um outro órgão para assumir uma política habitacional mais ampla? Essa, no fundo a questão para nós nos situarmos.

O SR. MIGUEL ALVES PEREIRA — Complementando as palavras do colega Presidente, considero necessária a recapitulação de algumas passagens da história do Instituto de Arquitetos do Brasil.

Em 1963, no Governo João Goulart, os arquitetos participaram intensamente das reformas de base. Como? Através das idéias geradas em um Seminário Nacional de Reforma Urbana, realizado no Hotel Quitandinha no Rio de Janeiro. Esse material foi amplamente discutido, e ele pretendia, isso sim, concretizar aquilo que o nosso ilustre deputado constituinte colocava ao nível da necessidade da justiça social em termos de espaço urbano.

A partir desta nossa contribuição à reforma de base para o Governo João Goulart, o Governo seguinte acredito que tenha interpretado mal a reivindicação dos arquitetos, porque, ao invés de eles criarem um órgão de tratasse da condição humana, tratou dos índices de lucros de um banco que acabou sendo fechado.

Em 1954, no 4º Congresso Brasileiro de Arquitetos, o Congresso do IV Centenário de São Paulo, os arquitetos reivindicaram a criação de um Ministério de Urbanismo, que hoje se consubstancia no Ministério de Desenvolvimento Urbano. Acredito que se nós quisermos desenvolver políticas urbanas, nós temos que zelar por esse Ministério, aperfeiçoá-lo, não para criar novos bancos que venham a mesquinhar a feição, a condição da vida das nossas populações, mas que interprete bem a reivindicação do Instituto de Arquitetos do Brasil, que seja um Ministério que, afinal, venha ao encontro do bem viver da população brasileira nas suas cidades.

Eu queria apenas ressaltar esse aspecto. É importantíssimo que nós, arquitetos e nossos companheiros constituintes também, estejamos alertas para com o que possa acontecer com esse Ministério. É nossa reivindicação, e nós vamos estar de plantão, verificando o que possa acontecer com esse Ministério que queremos aperfeiçoar.

O SR. ORLANDO CARIELLO — Eu gostaria, antes de começar a consideração a respeito dessa questão, dar um depoimento sobre esse problema do Ministério de Desenvolvimento Urbano, que talvez alguns fatores tenham perturbado um pouco a vida, pelo menos o nosso relacionamento com esse Ministério em alguns momentos.

Inicialmente, o primeiro titular do Ministério não soube, pelo menos conosco, conversar em termos sérios sobre as questões que nós propusemos a ele, não só do ponto de vista das nossas preocupações, como o problema urbano, como do ponto de vista até de relações profissionais dentro do Ministério.

Depois nós tivemos um segundo titular que chegou a promover junto com o Instituto de Arquitetos do Brasil um seminário de estudos sobre o Sistema Financeiro de Habitação, cujas conclusões não foram absolutamente levadas em conta no momento da extinção do BNH por um decreto-lei.

Isso é de uma seriedade, de uma implicação muito grande e nos remete novamente para aquele grande problema da questão da democracia e da participação da população. Enquanto não houver isso, enquanto não houver respeito pelo que vem de baixo, nós não vamos conseguir nada; eu não tenho a menor dúvida a respeito disso.

Com relação especificamente à experiência anterior do BNH e do Sistema Financeiro de Habitação, acho que os colegas aqui já colocaram os principais problemas: não houve um tratamento adequado da questão do uso do solo, não houve um tratamento adequado da questão da tecnologia a ser empregada. Isso só aprofundou os problemas que estavam na origem, evitou que eles fossem equacionados e reproduziu até uma maneira de construir que estava muito vinculada a interesses que não eram os da população; eram outros, ligados ao grande capital da construção civil, da indústria de materiais de construção, dos especuladores imobiliários e dos banqueiros. Então, eu acho que começa por aí.

Quanto à extinção do BNH, ao qual nós fizemos, durante vinte anos as críticas mais severas, a solução não é extinguir um banco que, pelo menos, se voltava em direção à questão da habitação, para transferir isso para um outro banco, que tem outras atribuições, inclusive loteria. Eu acho que não é por aí. E nos remete também a uma outra questão, que vem tendo a reivindicação sistemática dos trabalhadores através dos sindicatos, congressos, seja de CUT, CGT, seja de categorias profissionais, que é participação dos trabalhadores na gestão dos fundos sociais, que eu acho outra questão importantíssima, fundamental que envolve, no caso, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Que ninguém sabe direito no que está empregado hoje em dia — da mesma maneira como há outros fundos que nós gostaríamos de saber o que é feito deles. No nosso caso eu citei, da nossa vivência, em relação à questão sindical, o problema da Convenção 87: nós gostaríamos de saber, hoje, relacionado com a estrutura sindical do Brasil atual, o que é feito da Contribuição Sindical, daquela parcela do Ministério do Trabalho, dos 20%, que ninguém sabe onde foi. Soube-se, há algum tempo, que tinha onde para Itaipu. Estou citando isso não porque tenha uma relação com a questão urbana, mas mostrar como as coisas fogem ao nosso controle, e acho



que é aí que está a raiz de todo o problema do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Denisar Arneiro.

O SR. CONSTITUINTE DENISAR ARNEIRO — Sr. Presidente, em primeiro lugar desejo parabenizá-lo por ser aquele que conseguiu trazer à nossa Subcomissão, e até à Comissão, o primeiro grupo para debatermos — o que ora estamos fazendo — que é o grupo dos arquitetos.

Sr. Presidente, ainda não tive oportunidade de ler esse documento, mas temos que verificar o que estão pensando os arquitetos. No Brasil as coisas estão todas por ser feitas, e mesmo aquelas que já estão prontas talvez não deveriam nem ter sido feitas.

Nós vemos, por exemplo, o que aconteceu com Brasília; orgulhos do Brasil, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Mas quem anda por Brasília, mesmo totalmente leigo em termos de arquitetura, encontra monstruosidades, erros feitos nesta cidade que nos deixam estarecidos. Uma cidade feita para ter 500 mil habitantes, onde não foi feita calçada — aqui não se pensou em termos do homem, do ser humano, aqui se pensou em termos de automóveis. Eu não posso acreditar que arquitetos do gabarito desses dois que fizeram a cidade, e que se jactam de ser socialistas, não tivessem pensado no social. Essa é uma das preocupações que eu tenho.

É segundo lugar, é um pedido que nós tínhamos que fazer aos arquitetos do Brasil para que eles ajudassem, também, país com território do tamanho do nosso, para que as cidades, em vez de serem feitas no sentido vertical o sejam na horizontal. É a forma de aproveitamento melhor a infra-estrutura e dar mais condições à sociedade, dar mais saúde à população. Os grandes conglomerados que o nosso Banco Nacional de Habitação gostava de fazer, poucos deles foram ocupados; muitos estão largados por aí, porque não tinham estrutura nenhuma. Na minha cidade, por exemplo foi construído um conglomerado, vários prédios feitos pelo BNH, e esqueceram que tinha de ter rede de esgoto. Depois de pronto, onde ia ser o esgoto? Esqueceram que a prefeitura não tinha condições de levar água àquele local — depois de pronto não tinha água. Nós perguntamos: será que os arquitetos não deviam ter previsto isso também? Acho que essa é uma ajuda necessária, que os arquitetos não aceitem essa situação de forma nenhuma, mesmo quando forem solicitados a construir esses monstros pelo País afora não consideramos que construir grandes edifícios seja atendendo os interesses da população — logicamente a construção de grandes edifícios dá prêmios, viagens a Paris, o sujeito vai para a Sorbone, vai fazer cursos porque ele construiu um belo de um edifício — mas será que isso, que atendeu ao seu ego, atendeu os interesses da Nação brasileira? É uma pergunta que eu deixo no ar.

É diria mais, Sr. Presidente: nós como Constituintes, temos uma obrigação muito grande, que é sermos ajudados pelos Srs.; porque nem todos que estão aqui são obrigados a conhecer todos os problemas brasileiros e por isso mesmo nosso Regimento Interno foi votado dessa forma, para que a sociedade viesse aqui nos ajudar. Sejam

sinceros como nós esperamos, digam a verdade, não tenham medo porque nós, hoje, estamos numa democracia, pelo menos assim achamos, que passem, também, a assumir a responsabilidade daquilo que lhes cabe, não fazendo e não deixando, que num País das nossas dimensões, se construam cidades com ruas que não tenham passagem para dois carros.

Eu daria um depoimento aqui que nos deixa um pouco triste: quem conhece São Francisco, da Califórnia, sabe que lá existem algumas pontes, como a Golden Gate. Essa ponte foi construída em 1927 — quando estava começando a nossa Associação de Arquitetos — e inaugurada em 1932: ela tem seis pistas de rolamento para um lado e seis pistas para o outro lado. Nós, aqui no Brasil, construímos um Túnel Rebouças, no Rio de Janeiro, praticamente com duas pistas, num País com as dimensões que nós temos e se preparando para ter uma população de 500 a 600 milhões daqui a 50 anos.

Acho que a responsabilidade dos Senhores é muito grande, e os Senhores têm que nos ajudar a consertar tudo isso.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedemos a palavra ao expositor Sr. Fábio Goldmann.

O SR. FÁBIO GOLDMANN — Sr. Constituinte, nós, como arquitetos e como cidadãos, estamos, como foi dito aqui no começo, de há muito tempo propondo medidas, soluções nas questões da habitação nas cidades, usando de toda a nossa sinceridade, de toda a nossa franqueza, do nosso conhecimento para tentar evitar que aconteçam as coisas que acontecem, como V. Ex.<sup>a</sup> citou ainda há pouco.

Acontece que não somos nós quem decidimos as leis; nós podemos ajudar, influir, pressionar e colaborar, como estamos fazendo aqui com a maior isenção, com a maior seriedade. Mas não são os arquitetos que fazem as leis, e se uma lei é promulgada, um decreto, por exemplo, que define certas questões de como o desenvolvimento das cidades é feito, nós, normalmente, via de regra, condenamos e procuramos reformar uma situação desse tipo.

Nossa presença, nesta Comissão, é no sentido de ajudá-los para que essa Constituinte faça leis que ajudem ao desenvolvimento urbano mais humano nas cidades brasileiras.

O SR. MIGUEL ALVES PEREIRA — Eu gostaria de parabenizar o ilustre Constituinte porque, mesmo na sua maneira leiga, percebe os problemas cruciais que nos tem dado muitas dores de cabeça na geração do conhecimento que produz essas cidades, que produz essa arquitetura. São pontos que estão no cerne polêmico da geração do conhecimento dos arquitetos do mundo inteiro: problema da densidade demográfica, horizontal ou vertical; como é que a cidade se relaciona com a paisagem, quais os problemas sociais levantados em função desses aspectos; qual o sentido e a importância na busca da urbanidade. Esse é um debate, pelo menos no Ocidente, muito importante.

Há países que têm uma experiência muito maior do que a nossa, em termos de cidades novas, como a Alemanha, a França e a Inglaterra.

A Inglaterra construiu 50 cidades novas depois da II Guerra Mundial, e colocou no cerne desse debate, tanto a Alemanha quanto a França, esses problemas que V. Ex.<sup>a</sup> coloca.

Eu diria que na geração do conhecimento dos arquitetos não estão só as leis como fatores determinantes; é também a nossa consciência de profissional ao admitirmos que não somos infalíveis; nós também erramos.

Quando eu falava aqui do conhecimento necessário para produzir essa atitude frente à vida desses aglomerados urbanos, eu falava das escolas de Arquitetura, eu falava da Universidade brasileira. O ilustre Constituinte que vai estar presente nesta Subcomissão, oxalá possa representar as nossas inquietações, a nossa angústia e o nosso sofrimento como profissão. Sabemos que tudo se relaciona, as outras profissões também sofrem, mas estamos respondendo por aquilo que nos cabe como profissão que também busca a justiça social. Através dos seus erros e através dos seus pequenos acertos, ainda estamos muito longe de conceber a Arquitetura brasileira de que o povo brasileiro precisa. Qual será essa Arquitetura brasileira? Nós não sabemos. Temos que aprender com a sociedade brasileira.

Eu diria que o depoimento que V. Ex.<sup>a</sup> faz sobre Brasília é muito importante, porque quando Lúcio Costa concebeu Brasília, não havia nada no Planalto Central. Ele não tinha para quem perguntar, a equipe dele não tinha para quem perguntar. A experiência teria de ser feita por analogia com outras cidades brasileiras. Teria sido muito bom se ele tivesse se inspirado em São Francisco. Ele se inspirou nas experiências inglesa, alemã e francesa. Mas ele é humano e é falível. Há uma série de méritos na experiência de Brasília, como laboratório urbano neste País. V. Ex.<sup>a</sup> coloca, também, se devemos desenhar outras cidades no vazio brasileiro? Provavelmente, não serão Brasília, mas terão a experiência de Brasília. Não repetir os erros.

É importante o depoimento do colega Orlando Cariello, no sentido de criar os instrumentos institucionais para que se consulte a população. Nunca houve, nesses 25 anos de Brasília, uma consulta ao que a população de Brasília pensa de Brasília ou quais as suas reclamações, porque não há fórum. Há algumas amostragens de favor para legitimar, às vezes, coisas que não devam ser feitas.

Quero, encerrando, parabenizar o depoimento do ilustre Constituinte.

O SR. ORLANDO CARIELLO — Acredito, como o Miguel Alves Pereira, que é importante ouvirmos, seja na favela, seja no Congresso Nacional, os depoimentos que dizem respeito ao nosso objeto de trabalho, que é a cidade. É importante, vital. Acredito que uma coisa que tem caracterizado a nossa profissão, as posições assumidas pelos arquitetos, através de suas entidades — IAB, Federação, sindicatos, ABEA — tem sido a de reivindicar o nosso espaço profissional sem abrir mão da posição política de abrir, também, o espaço para participação da sociedade.

Não estamos, em momento nenhum, defendendo uma certa atribuição exclusiva, nossa, de trabalhar as questões da cidade. A todo momento, em todas as intervenções que V. Ex.<sup>a</sup> ouviu aqui, estava colocada a questão da necessidade dos

canais institucionais, de consulta à população, de se carrear as suas aspirações, as suas opiniões, as suas considerações, de maneira que haja uma participação efetiva na determinação do espaço habitado — como esse espaço se configura, de que maneira ele é construído.

Acreditamos que o caminho que propomos é o caminho certo e que nos exige um pouco de certos pecados que, evidentemente, são cometidos por aí. Afora isso, trabalhamos dentro de determinado contexto. Não é o arquiteto que vai determinar se as coisas vão se dar horizontal ou verticalmente. Isso nem sempre depende de nós, mas de certo contexto econômico, social, a formação econômico-social que trabalhamos, suas regras institucionais, infelizmente, os grandes interesses econômicos é que têm determinado como as coisas se dão. *Aí vem aquela questão dos "espigões"*, a preocupação que V. Ex<sup>as</sup> mostrou no início.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Com a palavra o Constituinte Luís Roberto Ponte.

O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE — Quero louvar a decisão dessas entidades, que tanto têm a ver com a edificação das cidades brasileiras, em aqui virem dar o aporte do seu conhecimento, da sua experiência.

Quero louvar nos pronunciamentos a preocupação com o social, que de resto é uma tradição dessas entidades; a preocupação com a iniquidade em termos de má distribuição do consumo do que se produz no País, que se traduz talvez de forma mais visível exatamente no quadro de subhabitação que vive o País. Quero louvar a afirmativa de que a solução do problema está numa decisão política, para que se possa verdadeiramente caminhar, a fim de sanarmos essas dificuldades que a Nação, e de resto todos os países subdesenvolvidos atravessam.

Quero louvar a afirmativa de que o problema da moradia não é a casa isolada, mas é um contexto todo que envolve não só de infra-estrutura urbana direta, mas transporte, educação, escola, creches, etc.

Tudo isso nos remete a uma conclusão de que, no fundo, nós vivemos um problema de carência para resolver nossas dificuldades habitacionais. Tivéssemos nós recursos — obviamente isso foi reclamado — o Governo poderia, como foi dito por alguns companheiros nossos, desapropriar terras, dar de presente ou vendê-las pela forma mais acessível.

Sabemos, por exemplo, que o problema do solo nu, da terra nua, talvez não represente 5% ou 7% de todos os recursos envolvidos para resolver um problema de habitar. Portanto, a terra nua, em si, que quase sempre tem sido apontada como a grande causa desse quadro de iniquidade social, eu diria que hoje quase não existe, porque as invasões são tantas que, a rigor, o quadro de iniquidade se dá é porque se invade uma terra onde não existe infra-estrutura, onde não existe saneamento básico, onde não existe segurança do mutuatário quando invade.

Lamentavelmente, não dá para aprofundarmos o debate, além de poucos Constituintes aqui; o Regimento prevê tempo limitado, tanto para as indagações quanto para as respostas. Eu apenas queria me colocar para este grupo de pessoas, que sem dúvida alguma se constitui num grupo

humano com a maior preocupação social que, de resto, deve ser hoje uma unanimidade nacional. Não creio que haja um cidadão brasileiro, que não esteja próximo de ter que ir para um nosocômio, que não se preocupe com o social; não há nada mais dantesco do que isso, para qualquer cidadão. Os caminhos para chegarmos a isso, é a frase que V. Ex<sup>as</sup> disseram, é que a decisão política é que deve ser cavalgada nas últimas conseqüências. As cifras envolvidas não são inatingíveis, se realmente o Estado priorizar a solução da habitação, da saúde e da educação.

Deixo as seguintes questões, sem aprofundá-las mais:

Por que tanto destaque para resolver um problema de 5% de recursos na propriedade privada — que nem exclui ressarcimento, porque a proposta de V. Ex<sup>as</sup> remete a uma indenização, apenas manda que se pague em 20 anos com títulos da dívida pública, quando, a rigor, a sociedade pode tirar de todos que melhor ganham e pagar à vista àquele pequeno segmento que eventualmente possua terrenos, chegando às mesmas conseqüências para aqueles que estão subabitando, até porque, repito, nessa cifra, trata-se das cifras menores envolvidas em toda a problemática.

Segundo, o que acha o Instituto de Arquitetos da solução gradual, dentro de um País carente de tudo, que preveja no primeiro momento, por exemplo, a urbanização das áreas invadidas, uma urbanização naturalmente despojada, mas com saneamento básico completo, naquelas zonas onde haja condição de habitabilidade, obviamente, com a titulação da terra uma desapropriação da terra invadida, dentro da titulação da terra mediante uma venda perfeitamente atingível para o baixo valor que representa isso, até que os próprios moradores, os próprios invasores possam ir tendo a segurança do seu espaço para morar e o saneamento básico, que é substantivo.

Terceiro, como também solução gradualista, o problema de conferir lotes urbanizados com a parede hidráulica, no primeiro momento, com terrenos não muito grandes, alguma coisa em torno de 125, 130m<sup>2</sup>, que é mais ou menos o que está previsto na legislação federal, e que nem todos os municípios seguem, como uma solução inicial até que a Nação possa ter recursos para dar uma casa a todos.

E, finalmente, sobre as duas proposições — o imposto progressivo e o direito de preferência — se é no caráter genérico, como foi dito, ou se o direito de preferência fica restrito às zonas da cidade que, por legislação municipal sejam votadas, e o imposto progressivo também ou se atinge a toda a cidade simultaneamente. Eu acho que o caminho do imposto é um bom percurso porque, extamente, dá ao município os recursos de que ele precisa para resolver.

E, por último, mas não de menor importância, que instrumentos V. Ex<sup>a</sup> imagina que devam ser acionados para melhorarmos a concentração do consumo dos bens produzidos pela Nação, se é o instrumento da intervenção do Estado, o Estado se apossando dos bens dos meios de produção como, de uma certa forma, está proposto aqui, a casa de aluguel? Com o devido respeito, considero isso um equívoco porque a prestação da casa própria, se cobrada a juro oficial "zero", não dá nem 0,3% do investimento e compatibiliza

perfeitamente para a pessoa comprar uma casa e se sentir dona daquilo com valores mais baixos do que quaisquer aluguéis que sejam propostos. Meu pensamento é dentro desta linha; eu sei que há limitação de tempo tanto para as perguntas quanto para as respostas, que inibe um esclarecimento melhor.

O SR. FÁBIO GOLDMAN — Parece-me que a questão fundamental é a questão de recursos, mesmo. Em 22 ou 23 anos de existência, o Banco financiou a construção de pouco mais de 4 milhões de habitações. Levando-se em consideração o crescimento demográfico até a ano 2000 — são números a grosso modo, precisaríamos de uma consideração científica maior — construíram-se 6 milhões, em 13 anos, em uma situação que me parece de grande crise econômica, realmente me salta à vista que a questão é realmente de recursos. Onde buscar esses recursos: se com uma taxa progressiva dos terrenos, se aumentando aqueles impostos de terrenos, a desapropriação de terrenos para bem social? Eu acho que há uma série de mecanismos que podem resolver esse problema. Eu não vejo — é um pouco de pessimismo de minha parte — possibilidade de solução dentro da atual estrutura política, econômica e social que vivemos no País hoje. Acho que é impossível remediar alguma coisa, e tanto não é possível que, até agora, nós estamos vendo aí a marginalização de grande parcela da população brasileira. Isto é um pouco de pessimismo de minha parte, repito. Com relação a alguns aspectos de ordem técnica, de como resolver problema como o lote urbanizado, parede hidráulica, isso é uma questão que nós discutimos muito entre nós, arquitetos: o lote urbanizado, o problema do marco. Fizemos um chiste, uma espécie de brincadeira com um colega nosso, dizendo que quando o Banco começou a dar a sua vida para a habitação ele financiava a construção de apartamentos, senão me engano, de 60m<sup>2</sup> e foi baixando, foi piorando essa qualidade e reduzindo o número de m<sup>2</sup> por habitantes, abaixo do que estabelecem as normas da saúde e foi diminuindo até que chegou a uma parede com alguns canos e uma torneira. Acho que nós estamos nivelando, por baixo, a questão. É uma opinião minha, particular. Eu não vejo isso como uma solução que possa ser adotada longo prazo; vejo a solução na maneira que possibilite um saneamento básico, na medida em que se tem água e esgoto, que é um mínimo. Mas isso gera problemas de outro tipo: como é que o morador que ganha uma parede hidráulica vai terminar sua habitação? Com que mecanismos? Qual é o projeto, com que acompanhamento técnico, a que custo, onde ele compra esse material de construção? Esses conjuntos feitos de auto construção, se não for tomado muito cuidado, esses trabalhadores vão acabar sendo obrigados a comprar seus materiais em lojas de material de construção que cobram mais caro, e caindo na mão de agiotas com juros altíssimos — então acaba em uma solução que, aparentemente, é econômica e para o comprador pode tornar-se uma coisa insuperável e ele nunca mais terminar a sua casa. Então, isso tudo, tem que haver toda uma tecnologia possível de construir rapidamente e a custo baixo, mesmo que seja pelo próprio morador; enfim, há uma série de dúvidas como, por exemplo, a questão do trabalho do trabalhador que tem o

seu fim de semana e que deveria ser usado para o lazer, para o seu descanso, para a sua família, para o seu estudo, para o seu esporte, é obrigado a usar esse seu tempo de lazer para executar um trabalho que não é de sua obrigação. Aqui, então, isso tudo é questionável. É possível remunerar o trabalhador, de alguma forma, por esse trabalho? Desconheço qualquer alternativa, qualquer medida nesse sentido, remunerar o trabalho por algum processo da lei. É uma questão que ainda não está definida e que questiono muito. É uma opinião pessoal minha

Eu estive, recentemente, em um mutirão de construção numa capital brasileira em que havia um concurso para ver quem fazia a casa mais rápido. Então esse mutirão começou não sei a que horas, deve ter sido muito cedo, lá pelas 7 horas; eu cheguei lá, eram umas 10 horas, e já havia uma casa pronta. Agora, sem nenhum exagero, se naquela região ventar muito, na primeira ventania aquilo cai. Mas estava lá, em pé, uma casa de alvenaria, em bloco de concreto, o piso não é tratado, terra batida, sem ligação de água, sem ligação de esgoto, sem ligação de luz, com as ruas de terra, sem pavimentação, e aquilo tudo com uma grande festa como se tivesse sendo realizada lá uma grande obra social. Eu acho isso também uma questão política.

Essa questão de taxação, eu confesso que, realmente, não é o meu forte — se pode ser 5%, se pode ser tratado de outra forma, não é bem o meu forte. Talvez o meu colega pudesse responder.

O SR. ORLANDO CAMILLO — Na questão da cifra, eu queria só levantar um aspecto disso aí, que é uma preocupação pessoal minha, uma coisa que me tem preocupado nesses últimos dias.

O Governo decretou uma meia moratória, a tal da moratória técnica, e com essa moratória não vai pagar os juros do serviço da dívida aos bancos privados internacionais; continua pagando àqueles instituições oficiais. Isso aí representa, mais ou menos, 6 a 7 bilhões de dólares, por ano, que em um prazo de 2 anos, sustentada essa política, representariam cerca de 12 bilhões de dólares que, por sua vez representariam 250 bilhões de cruzados. A minha preocupação, agora, é saber onde é que vai ser gasto esse dinheiro, já que ele não vai para os bancos internacionais, não vai para o exterior. Onde é que vai ser gasto isso porque, de alguma maneira, estava sendo produzido esse dinheiro aqui dentro. Onde é que vai ser gasto? Eu acho que a nossa pergunta tem que ir por aí, a nossa preocupação, a nossa indagação, por que é muito dinheiro e dá para fazer muita coisa. Não digo só fazer casas; eu estava calculando aqui, grosseiramente, a 500 mil cruzados em casa, daria 500 mil habitações. Mas não é isto. Há a questão de saneamento, de urbanização, muita coisa pode ser feita com isto; agora, depende de quem vai determinar onde se gastar isto. Se nós vamos ter como cidadão uma participação nisso aí, isto vai para um determinado caminho. Se continuar sendo tratada, esta questão, a portas fechadas, com meia dúzia de banqueiros, especuladores imobiliários, homens do grande capital, exclusivamente, isso vai para outro caminho. Acho que a grande questão está aí. Há recursos neste País para se fazer muita coisa, já não digo resolver mas deve haver recursos, inclusive naturais; mas, só para pegar o exem-

plo da dívida, quanta coisa não se poderia fazer com os recursos que vão ser remetidos para o exterior.

Então, acho que pegando já a última questão que foi colocada, como favorecer o consumo? Favorecer o consumo tem dois aspectos: um é o das políticas específicas em relação, por exemplo, à habitação, à questão do espaço habitado, e outra é pegar a raiz da coisa, que é o problema de emprego, salário, para resolver, de uma maneira definitiva, a questão.

Então, não se pode trabalhar uma coisa independente da outra. Não vai adiantar. Fala-se, hoje, que o déficit habitacional em Brasília, em que déficit habitacional é um critério difícil de se trabalhar, envolve uma série de diferenças aí, mas, enfim, há de 120 a 150 mil famílias sem habitação em Brasília, é o que se fala hoje. Vai adiantar construir, simplesmente, 120 a 150 mil unidades habitacionais? Não vai. Porque vai acontecer o êxodo rural, vai acontecer a migração para Brasília, e uma série de outros fatores. Quer dizer, é uma solução que depende de uma reforma agrária, depende de uma reforma urbana, e depende de uma reforma na sociedade brasileira, talvez uma revolução na sociedade brasileira — uma mudança radical das relações que existem hoje no País e que impedem que o trabalhador tenha estabilidade no emprego, que tenha salário justo e que possa, ele mesmo, resolver as questões que ele enfrenta, sem paternalismo e sem mecanismos forçados que, via de regra, estão favorecendo não ao trabalhador, mas ao dono do capital, ao especulador imobiliário, aos agentes financeiros, enfim, a toda esta sorte de beneficiário aí das políticas que têm sido instituídas.

Era o que eu tinha a lhes dizer.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Mesa tem sido generosa com as intervenções.

De modo que se o Professor quiser fazer uso da palavra pode fazê-lo.

O SR. MIGUEL ALVES PEREIRA — Como estou trabalhando aqui, nesta Mesa, na área do conhecimento, eu teria uma preocupação de mostrar aos colegas Constituintes de como nós, por analogia, geramos conhecimento e raciocinamos em função desse problema. Eu levaria aos extremos. Nós estamos presenciando o que relatou o colega Presidente: uma redução do espaço para a condição humana desde o lote mínimo, à casa mínima, à mínima *minimorum*, e aparelhos hidráulicos. Daqui a pouco é o mínimo atmosférico.

É um problema político, evidentemente, num país de largas e gigantescas contradições, que utiliza as mais sofisticadas conquistas da ciência, através de uma tecnologia importada. O depoimento seu vai neste sentido quando fala do automóvel, crise do petróleo, produção do automóvel, gerando grande parte da feição de nossa cidade. Mas eu queria fazer outra analogia, aí com a área médica, na área biológica, e veja bem que no sentido de, daqui a pouco, estarmos presenciando a deturpação desta minimização da condição humana, partindo, talvez, para a minimização do tipo humano produzido em laboratório. É bastante conhecida a ficção científica daquele autor inglês Aldous Huxley — **Admirável Mundo Novo** — em que o homem, o ser humano, é produzido em laboratório, com cérebro programado para produzir determinadas coisas. Mas, alto, bai-

xo, com compleição, ou não, e, vejam bem, os perigos da falta de controle, em função da condição biológica do homem, que hoje nós já estamos enfrentando, com a miniaturização do tipo brasileiro, do cidadão brasileiro, principalmente das regiões do Nordeste e das periferias, pelo atrofiamento do corpo humano. Daí a pouco isso se sofisticará, através de tecnologias avançadas e se programa em função de se resolver o problema da habitação a partir de pequenas cápsulas em que o homem, bastante pequeno, porém muito eficiente, resolve o problema do Brasil. E veja bem que eu coloco isto em termos de extremos, para se poder pensar comprometendo, sim, a área médica, a área biológica, no sentido de se tomar cuidado, em relação à legislação necessária para o respeito à condição humana, à permanência biológica de tipo humano. Nós teríamos aí de imitar os gregos e não o **Admirável Mundo Novo**, na perfeição do corpo humano, isto sim, mas não a miniaturização do corpo humano. Os japoneses estão aí miniaturizando. É preciso se tomar cuidado.

O SR. CONSTITUINTE DORETO CAMPANARI — A observação do Professor é muito importante. S. S. falou no Japão. Nós temos que fazer uma comparação com o Japão — comparando o Brasil com o Japão.

Aqui foi dito, por um dos expositores, que a Alemanha fez a guerra e construiu tantas cidades. Mas, o Japão, apesar de ser destruído pela guerra, pelos terremotos, pelos vulcões, ter terremotos totalmente irregulares, e ter a população que tem o Brasil, e é do tamanho do Estado do Piauí, eles operam milagres — eles colhem dois terços dos alimentos que eles necessitam, e estou fazendo esta introdução para falar em comum.

O Dr. Miguel Alves Pereira falou a respeito de recursos. Então nos lembramos de que país nenhum do mundo pode alcançar a sua independência sem recursos, ter a sua independência econômica, tomando dinheiro emprestado a juros, pagando correção monetária. Desgraçadamente, recentemente, quando o Presidente Sarney esteve nos Estados Unidos, disseram: se emprestarmos bastante dinheiro dos Estados Unidos poderemos importar mais coisas dos Estados Unidos.

A solução não é ficar tomando dinheiro emprestado, porque o Japão nunca emprestou nada, sempre lutou com as dificuldades, e conseguiu a sua independência e, por isto, é a primeira potência do mundo.

Agora, o Brasil é campeão de empréstimos, quer dizer, 10 milhões para a Transamazônica, 4 milhões para a Ferrovia do Aço, Ponte Rio-Niterói, bilhões para os metrô de São Paulo e do Rio de Janeiro — a mão-de-obra brasileira é a mais barata do mundo, no entanto custaram 10, 12 vezes mais do que o cálculo previsto. Evidentemente alguém ficou rico, alguém pôs o dinheiro no bolso, ou então botaram na Suíça e em outros países. Esta é a verdade.

E é por isto que nós estamos com esta dívida externa aí acima de 100 bilhões de dólares. Recursos nós temos. Na semana passada **A Folha de S. Paulo** noticiou que fizeram um contrabando de ouro de 56 toneladas, no ano de 1986, para o Uruguai. Um país que não produz ouro, hoje ele é exportador de ouro. Então, perdemos mais

de 1 bilhão e 200 milhões de dólares — não sei calcular bem — uma centéssima parte da dívida externa.

Se pudéssemos aproveitar o minério não o entregando para as multinacionais, para as empresas mineradoras particulares, teríamos recursos, condições de pagar — pagar a dívida externa, a dívida interna, e pagar a dívida social que temos com o povo. Temos, aí dentro da mineração, recursos.

Mas estamos falando de urbanização, povo, êxodo rural. É o êxodo rural maléfico. Ninguém saiu das suas terras espontaneamente, ninguém deixou as suas querências, os seus pagos porque quis; saiu porque foi forçado. Primeiro veio o irmão mais velho, depois a irmã mais velha, conheceram o conforto, viram a luz elétrica, o rádio, a televisão, a máquina de lavar roupa, acaba vindo o pai e a mãe e ninguém mais vai voltar, e logo vamos ter 5% da população brasileira na zona rural, 95% na zona urbana. Então, encaro que a nossa situação é muito difícil de solucionar.

O Brasil tem condições de produzir mais alimentos. Precisamos produzir alimentos; exportando, vamos, evidentemente, conseguir divisas para ajudar a pagar nossas dívidas, sendo assim teremos que produzir bastante. Vai aqui uma crítica ao Ministro da Fazenda, o Ministro Dílson Funaro; ele tem os seus assessores, consagrados professores das Universidades lá de São Paulo, ÚNI-CAP, e eu citaria apenas dois: o Luiz Belluzzo e o João Manoel Cardoso de Melo. Quer dizer, temos a Cacex, que é o órgão que controla importação e exportação, que deveria ser fiscalizada pelo Banco do Brasil, mas como o Presidente do Banco do Brasil é um homem incompetente — na greve de seus colegas ele nem participou — então, ele simplesmente obedece, de cabeça baixa ele obedece. Esses assessores do ministro estão mandando na Cacex; estão importando cerveja, tampinhas de cerveja, algas marinhas do Chile, merluza da Argentina, Salmão da Europa, que só é vendido nas boates de São Paulo, porque custa mais de 1 mil cruzados o quilo. Quando o Governo tinha que fazer uma economia de guerra, faz uma economia de boate. Esta é a situação.

Hoje um Deputado Federal dizia que o Brasil está produzindo no momento mais de 60 milhões de toneladas de grãos. Veja a produção do Brasil. Nós não temos onde armazenar, e o Brasil através da Carteira de Comércio Exterior não sabe nem vender. Produzimos no momento 22 milhões de toneladas de milho, mas a Cacex está importando 4 milhões de toneladas dos Estados Unidos da América do Norte, subsidiando o milho importado, ajudando o agricultor rico norte-americano. Vou aqui lembrar o que dizia um caboclo na minha terra: "Ajudar o rico é o mesmo que botar toucinho no rabo de porco gordo".

A Cacex não funciona, é um órgão desacreditado, é um órgão inoperante, existe abuso, não tem critério, não tem fiscalização, e por aí nós poderíamos continuar dizendo. Temos meios, mais o que está faltando é realmente uma democracia neste País. No dia em que se eleger um presidente por eleições diretas, isto aqui melhora, porque a democracia que estamos vivendo é relativa, desordeira, bagunçada, confusa. Pois bem, teremos um Presidente eleito, que vai suscitar novas esperanças para o povo.

Eu acho que teremos daqui a uns dois anos condições de ter um pouco de dinheiro, porque

tudo gira agora dentro do setor econômico. Como arranjar dinheiro para construir essas casas?

Os expositores, que são consagrados arquitetos, falaram em arranha-céus, falaram em Brasília, e vejo com tristeza na minha região municípios com 30, 50 mil habitantes, onde proliferam os arranha-céus numa ordem aritmética e desgraçadamente proliferam na ordem geométrica as favelas. Em São Paulo temos hoje 1.500 favelas; temos perto de 3 milhões de paulistas que vivem em condições infra-humanas, subumanas, sem conforto, com problemas de esgoto, saneamento básico — isso nem existe na periferia de São Paulo, é um abandono total. Podemos perder todas as esperanças, mas não se pode perder a última. Então, com a Assembléia Nacional Constituinte, desenvolvendo aqui o nosso trabalho e tendo eleições diretas para Presidente da República, acho que a coisa poderá melhorar, caso contrário, não vejo solução, no momento, de se resolver esse problema de urbanização, porque é pura utopia querer navegar contra a correnteza, porque não temos dinheiro. Não temos dinheiro em caixa, disse bem o Dr. Mário, não temos dinheiro para pagar a dívida externa; houve a moratória, não temos dinheiro em caixa. Recentemente, o próprio Presidente José Sarney estava preocupado porque mais de 800 milhões de dólares em uma semana foram desviados para fora. Não há condições de fiscalizar.

A indústria automobilística que traz lucro para a Nação diminuiu nesses últimos 3 meses mais de 10% da sua produção. A Volkswagen tinha o maior projeto agropecuário no Estado de Mato Grosso. Vendeu para a firma Matsubara no norte do Paraná, e é evidente que esse dinheiro eles vão levar para fora. Então, nós estamos perdendo dinheiro, a Cacex age de uma maneira irresponsável, enfim, este País está sendo mal governado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Com a palavra o Constituinte Luís Roberto Ponte.

O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE — É apenas para relatar o que se passou no grupo de reformulação do Sistema Financeiro de Habitação que teve, em estudos de arquitetos, presentes na pessoa do Serran, que é uma figura épica, em termos de estudos de arquiteto, que todos conhecem, não sei se ele chegou a ser Presidente. Essa idéia da solução gradual que consta do documento com muito destaque, partiu precisamente do Serran e no entendimento de que na impossibilidade de a curto prazo se dar o indispensável, o essencial, se dê pelo menos uma parcela inicial. E era esta a opinião que eu queria ouvir de vocês. Porque quando se faz essa indagação temos que separar muito bem o desejo da possibilidade. Fazermos o discurso, a descrição da iniquidade e da miséria e ficarmos na repetição, sem marcharmos concretamente para soluções efetivas, me parece que realmente é uma coisa que tem acontecido neste País há muito tempo. Achamos que cumprimos a nossa obrigação na medida em que denunciamos para a sociedade o que está acontecendo. E é por isso que o papel importante que se poderá cumprir são proposições concretas para marcharmos. Se cada família brasileira pudesse ter a sua casa de 100 metros quadrados, ótimo, ninguém é contra; ao contrário, seria impensável que uma sociedade desejasse uma parede para resolver o problema

do irmão, a menos, repito, que seja uma pessoa com uma deformação mental total.

Agora, entre esse anseio de que as coisas aconteçam e não marcharmos na direção do possível... Eu lhes digo mais, depois que o Serran colocou com muita ênfase, fez questão cerrada desse ponto, ele dizia o seguinte: cada peculiaridade no Brasil, cada região, tem a sua vocação, não importa nem que a pessoa coloque uma casa de palhoça, dessas que há em Santa Fé, como se usa no Rio Grande do Sul — desde que ele tenha saneamento básico no terreno dele, ele vai tendo condições de melhorar. Essa foi a tese defendida pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, no grupo de trabalho, que está inscrito hoje como uma das grandes propostas que lá foram mencionadas. Não era a nossa tese, a nossa tese era a de que se fizesse a casa completa, porque eu me incorporava muito às suas observações, de que fica muito difícil para uma pessoa que adquiriu o terreno e a parede, depois ter que comprar o material, contratar o projetista, ter que fazer a casa, a mão-de-obra, o mutirão... Eu me incorporo inteiramente à sua tese. Um operário que trabalha a semana inteira, e chega domingo ainda tem que fazer uma casa, sem ter conhecimento de arquitetura, sem ter conhecimento de engenharia, acho essa proposta de mutirão muito utópica por esta razão.

Todos nós queremos a mesma coisa; dar a melhor casa possível a cada um. Acho que esta bandeira não se pode tomar como uma bandeira do Instituto. A bandeira do Instituto tem que ser — e isso é o nosso anseio — as medidas concretas para atingirmos esses objetivos. Depois que o Serran fez essa proposta comecei a fazer indagações, inclusive em vilas invadidas, e o BNH fez um programa de Profilumb, que eram os terrenos urbanizados, sobretudo, nos centros de menor densidade populacional. Comecei a visitar esses centros e vejo hoje que estão quase todos habitados, com casas razoáveis, bastante dignas, dentro das condições de seus moradores.

Eram essas as reflexões. Sugeriria que conversassem com o Serran, ainda em tempo hábil, para vermos se isso é uma proposta que convém. Talvez facilitasse, em menor tempo, se tirar essa iniquidade das invasões, de favelas, sem saneamento, sem nada, onde morrem por não ter saúde, por não ter água, uma quantidade enorme de brasileiros; fazer uma transição mais rápida para as pessoas terem isso até que possamos chegar àquilo que é o anseio de todos vocês, que é de todos nós, de todo brasileiro: podemos dar aquela condição mínima.

Gostaria muito de ter um retorno oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil.

O SR. FÁBIO GOLDMAN — O Serran foi da direção geral da IAB, há poucos anos, acho que a opinião do Serran é respeitável, nessa linha de raciocínio, que é melhor uma casa de alvenaria pequena do que um barraco. Evidentemente quando alguém recebe uma parede hidráulica como habitação, vamos dizer assim, ele está oferecendo uma parcela de sacrifício, porque está habitando mal. O que eu penso, e acho que a maioria pensa, é que essa parcela de sacrifício deve ser dividida.

Foi feito um depoimento pelo Constituinte Direto Campanari, sobre algumas das coisas que aconteceram neste País. Acho que é possível exigir do trabalhador sacrifício, que se exige cada vez

mais e está sendo cumprido esse sacrifício. Mas não é só dele. Deve ser exigido sacrifício também do projeto de salvação deste País, dos banqueiros, um maior controle das empresas multinacionais, o cerceamento dos especuladores, dos atravessadores, enfim, de todos aqueles que estão aí explorando esse que está sendo sacrificado. Então, realmente é melhor se ter alguma coisa mínima em termos de saneamento do que morar numa favela, passando esgoto embaixo da sua cama.

Esse sacrifício deve ser democratizado; mais pessoas em função de um projeto de recuperação nacional. Isso até agora não vimos. É uma questão que não é técnica, mais uma vez questão política.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concederemos a palavra ao arquiteto Telmo Borba Magadan, lembrando que é também Presidente da EBTU.

O SR. TELMO BORBA MAGADAN — Estou aqui na condição de Conselheiro do IAB, na condição de Presidente da EBTU e membro do Executivo, e me sinto muito à vontade por ter vindo a essa reunião pelo clima espontâneo que o Presidente Dirceu Carneiro está conduzindo. Naturalmente caracterizo bem a minha intervenção aqui como conselheiro, e com muito orgulho, conselheiro vitalício do Instituto de Arquitetos do Brasil.

As colocações do Constituinte Luis Roberto Ponte parece que merecem uma reflexão. Nosso ponto de vista, eu diria, dos arquitetos brasileiros, dos urbanistas, dos professores ligados à área de arquitetura e urbanismo, eu diria dos leigos ligados a essa área que vivem a cidade brasileira, a população brasileira, parece que a questão deve ser ponto de reflexão dos Constituintes. Gostaria de trazer essa modesta contribuição à discussão, neste momento, exatamente a reflexão sobre o processo de urbanização brasileira ao longo dos últimos 30 anos. Acho que a partir dessa reflexão, poderemos evitar o deslocamento, que senti que a discussão num certo momento se encaminhava para esse lado, de colocar sem se eximir da crítica dos profissionais que cometem erros, mas imputar ao profissional o problema estrutural, que é consequência de uma história, de um processo econômico que privilegia minorias e setores.

Seria bom dizer que os jornalistas são os responsáveis pela censura na Imprensa; os advogados são responsáveis pelos erros judiciais; os médicos são responsáveis pelos erros e pela falta de uma política de saúde pública; a mesma coisa seria dizer que os arquitetos seriam os responsáveis pelos erros que podem ocorrer nas cidades brasileiras, sem eximir a culpa profissional, como Miguel Alves Pereira muito bem colocou — isso faz parte de uma autocrítica que deve ser feita de qualquer processo cultural e científico, inteligente.

Mas creio que não se deve deslocar a questão. A questão fundamental que se vive no Brasil hoje é a prioridade das políticas públicas e mecanismos institucionais e constitucionais, que se discute nesse momento, garantidores de um futuro digno a gerações que estão por vir.

A questão mais dura, mais dramática do País nesse momento é a questão urbana. Se me permito, Srs. Constituintes, a questão urbana envolve todo o processo de drama que vive a sociedade brasileira; inclusive, a questão rural e a do campo, elas não são dissociáveis.

Ao longo desses anos tivemos um processo de urbanização, sem política urbana, com uma política econômica que proporcionou a ocupação das cidades brasileiras de forma indesejável; proporcionou a ocupação das cidades, do solo urbano como uma forma privilegiada de lucros para setores minoritários.

Vejam bem, quando se criticou o BNH, como o colega Fábio Goldman coloca muito bem, ao longo dos anos, e o Constituinte Luis Roberto Ponte, conhecido nosso do Rio Grande do Sul, também coloca, nesse momento, exatamente a falta de sensibilidade das políticas econômicas que terminaram no BNH, exatamente um órgão essencialmente financeiro, é porque o Banco tinha um caráter social.

A política financeira, a visão financeira da questão urbana e habitacional é a responsável por um processo estratificado dos investimentos urbanos na cidade e, consequentemente, por processo de urbanização estratificado que isso gera, em termos mais simples: se pegarmos três vetores básicos da ocupação do solo — transporte, educação e saneamento — se referirmos a questão espacial, que é da gestão espacial, temos exemplos que não precisam ser de especialistas. De um lado, habitação: construídas ao longo desses anos, habitações vazias — Luis Roberto Ponte é testemunha disso, como pessoa especializada na área, e sei que se preocupa muito; por outro lado, saneamento: conjuntos habitacionais, casas sem infra-estrutura, sem transportes e com saneamento. Havia um privilégio por parte do Banco, de construções de lotes com saneamento; porque o objeto era o mercado, não era a questão social. E tivemos transporte — posso falar como Presidente de uma estatal há dois anos, fazendo esforço nesse sentido — ao longo desses últimos 20 (vinte) anos, com construções de grandes sistemas, sem habitação, sem saneamento.

E um aspecto me parece mais grave: sem a visão da gestão espacial, da gestão urbana, da gestão cidade, como um todo, um conceito integrado, de forma estratificante. Temos Salvador, por exemplo, temos o Conjunto Cajazeiras, a uma distância de 30 km do centro — Salvador está numa península — construída sem infra-estrutura urbana. Hoje a EBTU está fazendo continuidade dessas linhas; e ali se gerou o vazio urbano, se gerou especulação urbana. Eu cito Porto Alegre, que é uma cidade que conhecemos, onde os vazios urbanos permitem a construção de uma nova cidade. E assim isso se repete por todo o País. Brasília, com o seu projeto de cidade nova, com todas as expectativas de esperanças da população brasileira, dos próprios arquitetos, repete o fenômeno idêntico nas demais áreas metropolitanas, com suas peculiaridades, num processo de marginalização de polarização, sem infra-estrutura e de miserabilidade em volta da cidade.

Então, o que quero colocar num destaque aos Srs. Constituintes, é que foi um processo de investimentos públicos grande. Se levantássemos os índices que influenciam na dívida interna e na dívida externa do País, acredito que teríamos um índice altíssimo de componentes de investimentos urbanos, e em muitos casos de forma estratificada, sem política urbana, sem o privilégio da pessoa social, de forma pouco inteligente. Ao contrário do que ocorreu nos países do Ocidente, do mundo capitalista, onde após a Segunda Guer-

ra Mundial planejaram, estruturaram inteligentemente no sentido de organizar a sua cidade. Isso não ocorreu no Brasil.

Então o Brasil, hoje, como o México e a Índia, talvez seja o País mais urbanizado do mundo, mais estratificado e com maior miséria, e com uma perspectiva extremamente dramática. Daí destaque, se me permitem, no sentido dramático dessa questão urbana a alta responsabilidade que assumiu essa Comissão, muito bem presidida pelo Constituinte Dirceu Carneiro e colega, de tentar encaminhar algumas soluções. Uma questão que se sente é como teremos mecanismos institucionais e constitucionais que garantam políticas públicas, nos próximos 15, 20, 30 anos, política dos investimentos públicos, priorizando a questão social e coletiva. Mas esse é um mecanismo básico, é uma questão básica. Se não tivermos mecanismos de controle, da sociedade, do Parlamento, Congresso democrático, que controlem os investimentos, o processo de endividamento estratificado que ocorreu no País, como citou o Parlamentar, continuará ocorrendo.

A responsabilidade com essa Constituinte — e a nossa impressão é de contribuição nesse aspecto — é exatamente a de termos mecanismos institucionais e constitucionais que possam garantir para as próximas gerações que as políticas públicas, que os investimentos públicos do Estado, tenham a prioridade social coletiva. Essa a questão. Eu diria que inclusive existem recursos. Há carência, mas existem recursos; o que não existe é prioridade. Citaria a Caixa Econômica Federal; hoje tem 113 bilhões de cruzados, 7 bilhões de dólares para investimentos, grande parte na área urbana. Essa é uma questão que temos que refletir.

Parece-me que numa Constituição, e entendemos que há limites na Constituição, deve se tentar buscar os próximos anos exatamente a garantia nos investimentos urbanos. Que a produção social, que a receita produzida pela população, que vai ao Estado, os impostos, toda essa gama de tributos, tenham uma garantia de investimentos sociais, prioritários na área social e coletiva. Como citou muito bem Miguel Alves Pereira, uma política urbana, salvo engano. Agora tem que haver mecanismos institucionais e constitucionais que garantam essa política urbana, que não houve ao longo desses anos, e a Constituição tem essa responsabilidade.

Naturalmente que o tema é amplo e poderíamos neste debate ficar uma semana debatendo, trazendo outros colegas — como Luis Roberto Ponte citou, o Serran, especialista em diversas áreas — e podemos contribuir nesses detalhes, assim como autoridades em outras profissões.

Mas queria, nessa rápida intervenção, destacar esse aspecto da garantia que a Constituição poderá dar das políticas públicas e investimentos urbanos, nos próximos anos, e coleta que o Parlamento tem que ter para o controle democrático dessas questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Continua aberta a discussão.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Gostaria que minha intervenção ficasse restrita a quatro ou cinco questões, que formularia aos expositores. Mas não posso deixar de fazer uma

referência à intervenção de Telmo Borba Magadan, que achei excelente.

Há alguns dias participei de uma reunião convocada na minha área profissional de economia, no Conselho Federal de Economia, para discutir como tema "O Estado e a Sociedade". Nessa discussão estavam outros companheiros, como Plínio Arruda Sampaio, César Maia, e foi convidado José Serra que não pôde ir. Ao invés de se tratar do tema de uma forma mais genérica, abordei mais especificamente a questão urbana.

E compartilho desse mesmo sentimento, de que a questão urbana deu uma força muito grande e paradoxalmente, em termos relativos, é muito menos falada, discutida, mesmo a nível da Constituinte e de outras organizações. Eu, o colega Luis Roberto Ponte e outros companheiros fazemos parte do chamado "Grupo de Orientação Católica", e mesmo a nível de CNBB, por exemplo, que tem estudos e trabalhos realizados nessa linha, sempre que a discussão é coletiva e envolve a Constituinte, ainda sai muito mais para outras questões do que especificamente para a questão urbana, que tem um sentido muito mais amplo.

Concordo com a questão das políticas públicas. Esse é realmente um ponto fundamental que se tem que imaginar como tratar a nível da Constituinte, não só na área urbana mas em relação a tudo o mais.

As questões que tinha levantado para solicitar informações dos nossos expositores é muito menos no sentido de polemizar, mas mais no de enriquecer o conhecimento. Eu as formulo na seguinte ordem:

*Primeiro lugar, conversava há pouco com alguns companheiros da Bahia, aqui presentes, sobre uma preocupação muito grande que estamos tendo, porque sentimos essa questão urbana aflorando em alguns momentos. Normalmente, acontece com uma frequência muito grande, nos momentos de transição de Governo há sempre uma expectativa de quem está saindo não está "dando muita bola", e quem está chegando está preocupado em ser agradável e que dificilmente adota uma posição mais drástica.*

O certo é que há uma correlação — estou falando como leigo, na seara de vocês — há sempre uma frequência maior de invasões de terras públicas nos centros urbanos, nos momentos de mudança de Governo.

Essa questão agora aflorou com muita força em todo o Brasil e está na Ordem do Dia e, na realidade, o ponto que se coloca é que vejo algumas hipóteses de mecanismo, de atuação na cidade em relação a isso aí.

O que me preocupa é que justamente na medida em que esses mecanismos sejam acionados, vamos aprofundar a questão urbana versus rural, ou seja, vamos aumentar mais ainda o processo migratório para as cidades.

Lembro perfeitamente que no início do Governo Brizola, no Rio de Janeiro, quando ele era uma expectativa no sentido popular, em que ele chamou a si o desafio. Meu colega da Constituinte, meu amigo da infância lá em Salvador, Carlos Alberto Caó, que era o Secretário da Habitação — questionava que aquilo seria difícil de se realizar e, evidentemente, não foi realizado, justamente por esse conflito do urbano e rural, quer dizer, na hora que se tenta solucionar um, termina refor-

çando mais essa tendência. Esse o primeiro ponto.

O segundo ponto das coisas que foram ditas, e me preocupa porque lembro perfeitamente que na experiência da Prefeitura de Salvador tentei defender essa tese e muitos companheiros internos da equipe de trabalho da Prefeitura, que nos estimularam, foi o problema do estoque de terra pública, que volta dentro dessa carência tão elevada. Na realidade era quase que impossível, quase que impraticável essa política de estoque na medida em que o próprio Governo se veria forçado a abrir mão dele por uma necessidade urgente. Crítica-se essa política dentro do setor privado, mas seria inadmissível que o Governo tivesse a terra e proibisse que ela fosse ocupada, com essa carência de habitação existente. Como essa política de estoque poderá ser realizada dessa forma?

A outra questão que vi pouco comentada aqui está explícita nos assuntos que foram discutidos: um pouco mais da presença de um determinado momento em que passamos a falar muito no problema social, e eu concordo com essa prioridade, mas a questão do emprego, a questão da renda subjacente aos problemas vinculados à cidade, está pouco debatido, está pouco falado. Num determinado momento a sensação que dá, quando ouvimos as intervenções, é muito de que temos que fazer isso, ou aquilo, mas, ao mesmo tempo, não se responde à questão de como as pessoas poderão ter a renda e como elas poderão se situar em relação a tudo isso para manter um mínimo, em relação a essas necessidades; o envolvimento e a participação em termos de cada um de nós, dizer que quem é culpado é beltrano, fulano ou sicrano, mas como é que nós participamos nessa geração?

As duas últimas questões são muito próximas da questão política pública. Todas essas coisas colocadas por mim estão nessa linha de preocupação, mas o item que viria imediatamente é o problema do processo de participação comunitária. Como nós podemos realmente realizar esse processo — não falaria só a nível nacional — mesmo ao nível municipal? Devo, de antemão, afirmar que na nossa experiência conseguimos, mesmo numa condição adversa em termos políticos, e sem uma representatividade necessária — porque era prefeito bionico, prefeito nomeado, e com a Câmara numa proporção de 26 a 7 — nós conseguimos aprovar para Salvador, durante a nossa administração, três importantes instrumentos de trabalho: a lei de uso do solo urbano, que Salvador não tinha; a segunda, uma lei de participação, um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, e a terceira, uma lei de participação comunitária que, infelizmente, não está sendo cumprida como esses próprios mecanismos instalados como deficiências. Criamos e ficou na prateleira, criamos e ficou um documento que a sociedade não consegue ver aplicado; talvez pelo fato de que a lei tenha sido cedida, tenha sido realizada numa cúpula e não tenha descido às bases, o certo é que existem os instrumentos e eles não são utilizados. Estou colocando isso porque é muito fácil falar em determinadas coisas quando não damos o próprio exemplo; eu fico muito à vontade inclusive de participar dessa Comissão e estar discutindo com V. Ex<sup>a</sup>, porque, na medida do possível, dentro das minhas limita-

ções procurei dar minha contribuição ao processo.

Finalmente, a questão da estrutura de planejamento. Esse é um ponto que tenho conversado com alguns amigos — estavam aqui ainda há pouco alguns técnicos do Ministério do Desenvolvimento Urbano com quem tenho conversado ultimamente, e conversamos antes quando foram vinculados ao BHN — essa questão da estrutura do planejamento. Esse foi um dos pontos abordados com os economistas, meus colegas, do Conselho Federal de Economia; porque, num país em que mesmo nesse instante praticamente se destrói o Ministério do Planejamento, através da sua Secretaria de Planejamento, quanto às suas funções básicas, a estrutura do planejamento na filosofia de que se não vamos fazer o ideal vamos fazer o possível, se há área onde a questão do planejamento tem que estar muito mais forte, com participação comunitária numa posição mais clara dessa estrutura de planejamento e vice-versa, é justamente a do município das cidades. Quais são as prioridades? Como colocar permanentemente? Essa coisa falada sobre o uso do solo prioritariamente para habitação, para o saneamento, para o transporte, ela não pode ser uma questão administrativa de dois anos, ou de quatro anos, ou de uma cidade como Salvador que em vinte anos teve uma média de duração de mandato de prefeitos de dois anos, diante das peculiaridades locais.

Essa questão da estrutura do planejamento — estou colocando isso não apenas como o problema da tese a ser defendida — parece-me claro que há uma tendência muito forte, não só internamente nesta Subcomissão — não tenho autorização para falar por ela, mas é um sentimento pessoal — mas também dentro da Constituinte, de se priorizar a sociedade para o uso social.

Há uma consciência também, se não expressa com tanta clareza, com relação à necessidade de políticas públicas. No entanto, em alguns outros pontos — inclusive essa questão do planejamento, particularmente, do processo de participação comunitária — nós não temos conseguido dar a isso uma formulação prática a nível do próprio projeto constitucional que nós temos desenvolvido no trabalho.

Eu faria minha as palavras de Luís Roberto Fontes; num certo sentido, de que ao lado do acompanhamento e da cobrança, que nós nos debruçásemos, conjuntamente com as entidades aqui participantes, aqui representadas, na formulação pertinente a artigos constitucionais que favoreçam esses objetivos, que me parecem consensuais em relação a todos nós que aqui estamos neste instante.

Os pontos são esses, e eu gostaria de ouvir alguns comentários dos demais profissionais aqui presentes.

O SR. FÁBIO GOLDMAN — Em relação à questão do aspecto urbano rural, parece-me que ela, de uma forma, está sendo nivelada quando se questiona o uso do solo, o solo urbano e o solo rural, ou seja: entender a reforma agrária e a reforma urbana como o direito de uso da terra, é imaginar que isso possa ser estabelecido num planejamento que não seja só um planejamento urbano mas que envolva também o rural. Se for colocado nessa linha, é possível haver esse equilíbrio, que me parece ser a preocupação do Constituinte.

Com relação ao estoque de terras, não creio que estoque de terras, organizado pelo Governo tenha um sentido de especulação. Parece que é, pelo contrário, mais uma maneira de regular o preço e sobre ele ter controle. Na medida em que você tem estoque, pode usá-lo a qualquer momento que baixa a questão de especulação.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Desculpe interromper, o sentido que eu quis usar não foi de especulação, foi no sentido de importância de se conseguir manter o estoque de terra diante da carência de habitação hoje; você ter força para sustar e não dar o uso a terra — porque a tendência normal dos governos democráticos seria usá-la imediatamente.

O SR. FÁBIO GOLDMAN — Mas essa questão, colocada no momento anterior, esse problema de estoque de terra pode ser reformulado. A questão colocada era exatamente essa de ser um entrave, ou pelo menos uma dificuldade ao uso dos terrenos de forma especulativa. Na medida em que o Governo tem condições de ter um estoque, podendo dispor dele a qualquer momento, isso, pela tendência do mercado impediria a especulação. Parece que o sentido é esse.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Eu quis me referir à questão da renda, a inter-relação com o processo habitacional: algo com o planejamento mas também com a renda. É o problema de emprego e renda dentro do planejamento urbano.

O SR. FÁBIO GOLDMAN — Acho essa uma questão de difícil resolução para nós, como técnicos. É um ideal, mas a forma proposta para resolver isso não tem muito sentido partindo de uma entidade como a nossa. Essa é uma questão social, de economia... Discutimos muito essas coisas, mas essa é uma questão mas de macroeconomia, de um planejamento econômico maior. Nós estamos aqui mais para resolver as questões que nos dizem respeito. Esse mecanismo é um problema que me parece deva ser tratado em outro foro. Claro que isso nos preocupa.

Com relação ao governo popular, como pode ser verificado, existem algumas experiências feitas aqui. Numa experiência mais recente que eu conheço, em Vila Velha, no Espírito Santo, o orçamento municipal era discutido com a comunidade. É uma questão de dar prioridade às questões sociais. Que se pergunta aos mais necessários como eles encaram essa questão, como é que se faz o planejamento de um governo, partindo das necessidades sentidas pela população.

Há dois problemas juntos em que é preciso tomar de certo cuidado: um é o paternalismo, de simplesmente atender a essas reivindicações, sem levar em conta outros aspectos de ordem técnica, que essa população pode eventualmente conhecer. O outro é o clientelismo, que a nível político pode também ocorrer, a defender simplesmente essa questão. Acho que deve haver um mecanismo institucional muito bem estabelecido, muito bem formulado para que esses problemas não aconteçam. Agora, ouvir a população, é sempre importante, é sempre necessário. O mecanismo nós precisamos estabelecer.

O SR. ORLANDO CARTELLO — Acho que as questões levantadas chegam a beirar o aspecto essencialmente técnico e tornam-se, por isso mesmo, difíceis de serem respondidas em uma

audiência como esta, que exigiriam respostas técnicas, também.

Acredito que do ponto de vista da primeira questão, que diz respeito à relação entre o tratamento da questão urbana e da questão rural — é aquilo que já foi dito aqui — não vamos conseguir resolver o problema urbano sem que se resolva, também, a questão da estrutura agrária, principalmente, a questão do campo — ainda que entendemos que a cidade tem os seus mecanismos específicos que precisam ser trabalhados, serem mudados, serem alterados no sentido de se permitir a utilização social do solo, no sentido de se permitir que a população tenha acesso ao uso do solo como um passo para se resolver parte dos seus problemas.

A questão do estoque das terras públicas, é um dos instrumentos, pode ser um dos instrumentos. Embora vivamos aqui em Brasília uma situação em que existe esse estoque — e a questão não é tratada — a questão da habitação, a questão da organização do espaço não é tratada da maneira como nós achamos que deveria ser, ou seja, democraticamente.

O volume de problemas que se cria dentro desta Cidade, as suas características de ter um cinturão de pobreza em volta do núcleo mais rico, que é o Plano Piloto, eles mostram que a simples existência desse estoque e o fato de o Governo do Distrito Federal deter concretamente perto de 60% das terras dentro do DF, não resolvem o problema em si. No nosso caso nem tem servido para aplicar os preços de imóveis, aluguéis e essas coisas todas, porque está exatamente servindo como um instrumento de especulação, também, pela retenção que se faz dessas terras.

De qualquer maneira, acho que isso não invalida o princípio da necessidade de haver um certo estoque em poder do Estado para a utilização inibidora da especulação.

O que me parece, ainda usando o exemplo do Distrito Federal e passando para a questão colocada mais adiante, é que aqui não há nenhuma gestão democrática desse espaço. O que existe são instrumentos autoritários de Governo, uma maneira autoritária de governar, gerada pela própria inexistência de representação política, pela inexistência de autonomia do Distrito Federal e que têm, não digo criado problemas, mas têm impedido que as soluções sejam discutidas de uma maneira mais ampla, ouvindo os diversos setores envolvidos nisso aí. Por exemplo, a questão de invasão, que eu não gosto de usar essa expressão, são situações geradas pela necessidade e não exatamente por uma disposição de invadir. Acho que há outros invasores piores no Brasil como o FMI, o capital internacional — esses, sim, temos que ter cuidado com eles. Mas essa questão da invasão tem sido tratada, via de regra, como uma questão de polícia. E isso, sabemos que, além de não ser moralmente correto, também não vai levar a solução nenhuma, em momento algum.

Então, continuo acreditando que a raiz do problema é política. Esses mecanismos de participação podem ser criados das mais diversas maneiras, até informalmente. Mas tem que haver um nível mínimo de institucionalização disso aí, em termos de se definir o que o Congresso Nacional deve deliberar, qual é a atribuição do Congresso Nacional, qual é a atribuição das Assembléias Le-

gislativas, qual é a atribuição das Câmaras Municipais, em termos da gestão do espaço urbano. Hoje em dia, há uma total arbitrariedade em relação ao isso e o exemplo do Distrito Federal é talvez o mais gritante, porque aqui não temos

Há um, Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Meio Ambiente, que é um organismo nomeado basicamente pelo Governador, com funcionários de sua confiança e que dão uma aparente legalidade às decisões ali tomadas. Há duas representações eleitas, que são, também em função de uma abertura deste último período, que são a do Sindicato dos Jornalistas — que tem um representante — e do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de Brasília — que tem outro representante. Ambos representantes foram eleitos nas respectivas categorias profissionais. E, não por coincidência da participação dentro desse Conselho de Arquitetura, são os que têm levantado declarações de votos nos momentos em que nossos representantes julgam necessário. Então, acho que há necessidade de se criarem outros instrumentos também, por exemplo, na definição dos orçamentos. Não basta dizer que o Congresso Nacional, que as Assembléias Legislativas, que as Câmaras Municipais vão definir os orçamentos, mas de que maneira vão-se canalizar as aspirações populares na definição desses orçamentos, as suas propostas, as suas sugestões, que critérios também serão fixados na definição disso. A questão do orçamento e do controle dos gastos públicos é que vai determinar se está havendo, realmente, alguma participação ou não da comunidade nessa questão, na gestão do espaço e da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedemos a palavra ao arquiteto Telmo Borba Magadan.

Gostaríamos de lembrar, antes, que se aproxima o final da nossa reunião; dentro de uns 15 minutos devemos encerrar.

O SR. TELMO BORBA MAGADAN — Queria, rapidamente, colocar uma questão que me parece muito importante, levantada pelo Constituinte ex-Prefeito de Salvador, que é a questão da renda. Sem dúvida, as coisas não são dissociadas. Não podemos pensar em habitação, na questão especial, no processo de urbanização, dissociado do processo econômico. Acho que isso é um ponto fundamental na discussão.

O assunto é muito amplo, é preciso ser visto em cada ponto com especialistas na área e ser aprofundado em cada detalhe. Mas, para não deixar passar essa questão da renda e a relação que tem com as políticas públicas e a questão da política urbana, que envolve a política habitacional e as outras setoriais, parece-nos que é importante que se pense, também, na forma de conciliar em um País capitalista, como o Brasil, a economia de mercado, onde as empresas buscam lucro, com a questão da marginalização da pobreza e da miséria. Essa é uma questão que se sobressai a todas elas. Então, isso merece a maior reflexão. Do ponto de vista estrutural ou ao longo do processo histórico, a questão da renda é resultado de um processo de acumulação que privilegia setores minoritários, todos sabemos disso, um processo econômico desumano que privilegiou e enriqueceu minorias, privilegiou setores e não

considerou, de forma civilizada dos moldes capitalistas, a sociedade como um todo.

Então, essa é a análise do diagnóstico — se é que a gente pode fazer um diagnóstico rápido. Sabemos que o desafio do momento atual, do Governo atual, dos Parlamentares e da sociedade brasileira é exatamente tentar equacionar essas dificuldades geradas pela História dos últimos 30 anos, quando o País industrializou-se, evoluiu em alguns setores até grandes, de forma econômica, e se desequilibrou. Então, ele tem populações em sua maioria, marginais, em todas as cidades.

Só para complementar, podemos refletir, do ponto de vista do possível, que Luís Roberto Ponte levanta, e parece-me que temos de pensar dentro do possível. Também é fundamental, é uma condição fundamental, refletirmos nos investimentos urbanos, nos investimentos públicos, que são grandes. Do ponto de vista de orçamentos estadual, federal e municipal, predominam os investimentos urbanos. Em que medida nós teríamos condições de identificar o que é economia de mercado, o que é lucro — e as empresas necessitam de lucro — e o que é social, o que é emergencial, onde está uma população que é a maioria, a grande maioria, que não tem acesso à casa própria? Não adianta o BNH ou qualquer órgão construir casa, colocar à venda e a população não ter renda para comprar. Agora, há uma circunstância social que gera toda essa marginalidade que tem que ser encarada pelo Governo, tem que ser encarada pelo Estado e pela sociedade.

Então, levanto que é importante que se tenha mecanismo de classificação dessa situação e que se atue de forma emergencial. Fala-se muito na atuação emergencial e nós temos dificuldades de enfrentamento, exatamente porque não estamos analisando o que é possível, no marco até da atual conjuntura — isso é uma autocritica e uma crítica — em que medida o Governo tem que destinar verbas subsidiadas, a fundo perdido, como um retorno àquela população que está marginalizada, e que possa gerar um processo realmente social organizado em áreas que estão necessitadas e em que medida terão outras taxas de financiamento que gerarão lucros e poderão incentivar a economia de mercado, na construção, etc. Mas que esses aspectos, no terreno da realidade e do possível, têm que ser encarados de frente por todas as correntes, para não ficarmos, também, fora da realidade que estamos vivendo no País. Isso é importante.

Na verdade, a questão da renda vai ser resolvida quando tivermos um processo econômico, uma política econômica que consiga fazer frente a esses desequilíbrios. E esse é o desejo de todos nós.

O SR. CONSTITUINTE EMANUEL CASTRO — Apesar do problema do tempo, eu só queria fazer duas considerações complementares. Vejam bem, quando levantei essa questão, ela aparentemente foi considerada pelo Orlando Cariello, se não me engano, num aspecto assim mais técnico; não é tanto. Estou tentando abrir a visão para outras formas. Por exemplo, fugindo um pouco da área urbana, vamos voltar à área agrária. Fala-se muito da reforma agrária no Brasil, prioritariamente — e eu acho isso importante pelo lado da propriedade. Mas acho que, no curto prazo, há uma série de instrumentos que podem ser

acionados, se nós assim desejarmos e tivermos convicção política, como, por exemplo, o problema do crédito, o uso do crédito, das garantias, etc. Há todo um campo de medidas que podem ter um efeito muito grande no curto prazo.

A segunda questão tem a ver com um problema que está na ordem do dia de todos nós, que é o problema do Imposto de Renda. Está muito falado, muito gritado, quando chega essa época, mas o cálculo do Imposto de Renda, ele favorece principalmente a propriedade rural neste País de tal maneira, que é outro ponto a ponderar.

A outra é até uma sugestão para o nosso companheiro o Constituinte "boia-fria", que, na realidade, é uma outra também pelo lado trabalhista: eventualmente, nós poderíamos encontrar alguma forma de exigir que o "bóia-fria", de repente não seja "bóia-fria", que ele seja empregado permanente de determinadas organizações que lhe dêem esse caráter de permanência — mesmo porque o grosso dos "bóias-frias" são utilizados por determinados segmentos que têm poder de renda; se não a totalidade, a grande parte dos segmentos que utilizam o "bóia-fria". E aí estaríamos influenciando em questões concretas de renda e ajudando a permanência do homem no campo.

Outra questão, também — não sei até que ponto isso pode ser discutido ou como pode ser discutido internamente a nível, por exemplo, de consultar como o que V. Ex.<sup>as</sup> — é como dar tratamento diferenciado aos investimentos públicos, mesmo no setor urbano, por diferentes tamanhos de cidades. Por que é claro que o investimento de infra-estrutura numa cidade do porte de Salvador é muito mais caro do que numa cidade que tem uma dimensão quatro vezes menor, que já é uma grande dimensão. Se nós tomarmos uma população de 2 milhões para uma outra de 500 mil e se formos examinar uma de 100 ou de 200 mil, os custos de infra-estrutura são extremamente diferenciados, ao longo desse tempo.

Então, certas linhas de incentivos também poderiam ser adotadas paralelamente, em relação a situações concretas como essa. O certo é que teremos em algum instante definir, como foi levantado e reafirmado e precisamos instrumentar a participação comunitária, por exemplo, em duas questões concretas: a questão do orçamento e o controle dos gastos públicos, que não são apenas do Legislativo, mas também da participação comunitária.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedemos a palavra ao Constituinte Luís Roberto Ponte.

O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE — Não querendo expandir muito, acho que o Constituinte Manoel Castro, nesse final, e Telmo Borba Magadan, numa certa fase da sua exposição, abordaram os pontos essenciais. O problema do planejamento, na medida em que as propostas de centralização o remetam aos municípios — e está na proposta exatamente do IAB, que o problema do uso do solo urbano seja remetido aos municípios — a grande preocupação é isso, como são evadidos os recursos, que alguns dizem que existem. O Sr. Telmo Borba Magadan mencionou a Caixa. Aí eu discordo, porque, a rigor, a Caixa tem menos 25 bilhões, literalmente, a Caixa, além de não ter nada, tem menos 25 bi-

lhões, porque os recursos que a Caixa tem hoje depositados são recursos que pertencem à cadermeta de poupança, que não são governamentais e ela não pode fazer obras sociais com isso.

Aliás, esse foi o grande equívoco do BNH, que os detentores da Caderneta de Poupança, mais de 80% são exatamente as camadas situadas na classe média alta, e o BNH pretendeu resolver o problema habitacional da classe de mais baixa renda, com uma equação redistributiva de renda extremamente bem pensada, mas faltou uma complementação, que é o recurso fiscal a fundo perdido, para subsidiar parcialmente as camadas da população de baixa renda.

Ele fez uma redistribuição, pela via do juro, fazendo com que as camadas mais altas pagassem juros mais altos — e podem comprar habitação e é um direito, até porque os recursos são deles, não são do Governo. Esse é um equívoco, os recursos não são do Governo, nunca foram. O Governo, praticamente, nunca colocou dinheiro para resolver o problema da habitação. O Governo, e aí é que está o ponto essencial e substantivo, deve ter o controle do Orçamento ao invés de ele manter a sinecura, muitas vezes, que hoje é uma denúncia nacional, e as pessoas se quedam às custas da receita fiscal improdutiva, inútil para a comunidade, que sofre e não é nem culpada; culpada é a sucessão de governantes que incham as administrações públicas. Está no meu Estado, agora, o Governador Pedro Simon — com um discurso populista comprometido com os avanços sociais — com greve em todos os setores, porque arrecada 1.600 e tem que pagar 2.500 com as últimas legislações de aumento que houve. Se pegarmos os recursos que são pulverizados e utilizados por esta via e assegurar que isto vá complementar os investimentos sociais — esta é a grande reflexão, que instrumento constitucional nós temos condição de colocar — para que os recursos arrecadados da comunidade, que não se dispõem mais a pagar imposto para ver inutilizado mas certamente se disporá a fazê-lo se vir que o fluxo desses recursos vai atender o social e ajudar uma redistribuição da renda, pela via do imposto, para que esses recursos sejam aplicados exatamente na habitação, isso é um dos poucos subsídios que se pode fazer, com competência no sentido de que um burguês não vai-se aproveitar. A pessoa não vai morar numa casa pobre porque tem subsídio; ao passo que no trigo come todo mundo. Na casa não, aquele é específico. Então, há essa complementação, a segurança de que você está tirando pelo imposto — e é por aí que tem que ser — o imposto daqueles que mais consomem, não do lucro, porque o lucro é a única forma, num regime de economia de mercado, de se suprirem as necessidades indispensáveis para a comunidade, porque desde que o lucro seja reinvestido é ele que vai gerar riqueza; ele não pertence àquele que a tem, a menos que ele consuma para ele.

Então, quadro de iniquidade, de transferência de renda e da exploração do trabalho se dá não é pelo lucro, é pelo consumo individual. Na medida em que um ser está gastando consigo, seja qual for a fonte, mais do que ele está contribuindo para a produção, aí ele passou a ser um agente desapropriador e espoliador da força de trabalho. Esteja ele onde estiver, na medida em que ele tenha o que tiver pela sua criatividade e reinvesta



é por aí realmente que nós vamos viabilizar o desenvolvimento equilibrado.

Para fazer essa melhoria de distribuição do consumo, que é a grande iniquidade brasileira, o caminho é exatamente esse. A habitação é um bem que consome, durante 20 anos, 25% de uma renda familiar. Em toda parte do mundo, uma habitação digna é mais ou menos essa relação. Num quadro de grande concentração de consumo, que uns chamam de renda e que eu quero separar isso com bastante nitidez, nada mais lógico que isso caiba ao Governo — desde que não vá jogar recursos no lixo, pelas vias em que joga, tirando de quem pretende consumir mais, para exatamente viabilizar uma moradia digna e até economicamente para o País, que é outro aspecto que não foi aqui abordado. Se somarmos a economia que sai para a Nação, em termos de redução de despesa com doença e de melhoria de capacidade de produção daqueles que passam a morar em condições dignas, certamente a curto prazo teremos esse investimento retornado em todo o País.

Então, a minha preocupação é, muito menos do que o solo, que custa 5%, porque vai ter os recursos do BNH que foram levados para a classe média e que num quadro de economia de mercado, não vai morar no mesmo tipo de habitação em que as camadas que lamentavelmente estão desprotegidas irão morar. Então, tem que haver um instrumento de financiamento e esse instrumento de financiamento é a lei de mercado. O que está faltando é o Governo priorizar os seus investimentos sociais, colocar a prioridade na Constituição, para evitar que esses recursos não sejam desviados e fazer com que haja plano de desenvolvimento urbano, como disse que fez o Constituinte Manoel Castro em Salvador, de tal sorte que o município tenha recursos suficientes para fazer esse investimento realmente no social. Esta é a grande reflexão, em termos de postura constitucional. Claro está que na legislação ordinária um grande número de coisas a mais pode ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedemos a palavra ao nobre Constituinte Nelson Friedrich.

O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Expositores. Gostaria de externar minha satisfação de reencontrar o Fábio Goldman e todos os presentes. Como sou Suplente da Subcomissão, fiquei por último, por uma questão até hierárquica. (Não apoiado!) Mas sempre me faço uma pergunta, quando se trata dessas questões fundamentais: A quem serve o modelo de desenvolvimento neste País, se o modelo de desenvolvimento é dependente, é concentrador de renda, de riqueza, se é concentrador, também, portanto, da propriedade, se é concentrador do próprio poder como um todo? Se não conseguirmos chegar a essa questão maior, ficaremos no acessório. E se não estabelecer, portanto, um modelo de desenvolvimento que seja auto-centrado, um modelo de desenvolvimento que não seja com essa dependência, enfim, um modelo de desenvolvimento social com distribuição de renda e riqueza, acho que o País, que é 8ª potência capitalista do mundo ocidental e tem os indicadores sociais equiparáveis ao Gabão e à Nigéria, não adianta nós ficarmos tergeversan-

do. Ou se atinge a causa, ou ficaremos administrando os efeitos. E aí vamos criando novas Calcutás, esses dinossauros urbanos; aí vamos congestionando e encarecendo as cidades, num Estado omissivo que deixa a especulação imobiliária conduzir a construção na cidade, administrar aonde a cidade vai crescer sem nenhuma preocupação ambiental, urbana e social. Preocupa-me muito, quando se fala em iniciativa privada neste País. Abro um parêntese rápido, porque a época de maior intervenção, com a maior criação de estatais foi a época de Delfim Netto, a serviço de quem essas estatais estão ou estavam e ainda estão.

Fecho o parêntese para continuar dizendo, um Estado omissivo que faz, como fez em Curitiba, uma cidade industrial, gastando bilhões e bilhões de cruzados, de dólares até, à época; e, no entanto, sem nenhuma proposta habitacional, e o morador, o trabalhador passa três a quatro horas para chegar ao local de trabalho, sacrificando uma hora e meia de lazer do seu tempo de vida diária. E aí o Modelo de Desenvolvimento cria o BNH e desde 1965 até julho de 1985, apenas 18% dos seus investimentos foram para a baixíssima renda e nenhum trabalhador esteve representado na administração do FGTS. Agora, acordou a Nova República e pretende colocar um trabalhador no Conselho Monetário Nacional.

Portanto, um modelo de desenvolvimento, um Estado a serviço do capital e que sempre desprezou o trabalho, dá no que deu.

Por essa razão, também, quero trazer minha culpa, pois embora do PMDB — e sou do PMDB, não bem esse que está por aí, mas vamos lá a nossa culpa nisso tudo é estar dormindo no Congresso Nacional, desde 1983, a Lei nº 775. Então, não basta apenas detectarmos uma causa maior, mas também analisarmos que estamos tendo a grande oportunidade até de pagar um pecado de um Congresso Nacional que se negou, por falta de ousadia, a enfrentar esses conflitos, deixando dormir uma lei que, seja como for, teria diminuído, ao menos atenuado o grave, o trágico quadro urbano deste País.

Não vou nem falar das outras reformas, agrárias, agrônomas, agrícolas, etc.

Por isso, para concluir, eu que fui Secretário de Estado e que vi o que é tentar administrar, de maneira integrada por área e não por setores e querer fazer uma atividade interligada entre saneamento, meio ambiente e saúde, verifiquei que essa administração pública, por culpa deste modelo, por essa ideologização que se estabeleceu, é uma administração departamentalizada, setorializada, criando os feudos, as igrejinhas, dos mini-Estados dentro de Estados, para atender os seus interesses, quando não para ser o grande tráfico de influência para fazer as grandes obras das grandes empreiteiras.

Por isso, quando nesta hora ouço falar em algumas grandes obras da Nova República, não enfrentando essas outras questões, obras de 2 bilhões de dólares que se anuncia, por exemplo, uma ainda esta semana, eu apenas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que a questão do modelo de desenvolvimento, a proposta, o projeto que existe para este País ou se muda, ou vamos, insisto, administrar muito mais o acessório.

Mas, enquanto isso, como eu perguntei a quem serve o modelo de desenvolvimento? E a quem servem as nossas cidades?

Agora terminaria perguntando a quem servem os Constituintes?

E nesse ponto bastaria que nós pudéssemos, ao final desta questão e com os votos dos Membros desta Subcomissão, quem sabe, levar à Comissão da Ordem Econômica e depois à de Sistematização, da qual faremos parte, por sermos Relator de uma Subcomissão, propostas com as do IAB. Tenho certeza que de grande parte desta questão nós já estaríamos dando conta: o uso social das terras urbanas, indenização com o título da Dívida Pública para as áreas ociosas, projeto a que eu já dei entrada o ano passado e que dormiu do mesmo jeito. Fiz uma emenda constitucional prevendo a indenização dos vazios urbanos em título da Dívida Pública, o usucapião de três anos, o direito de preferência, estoque de terrenos, imposto progressivo, direito à informação, meio ambiente, bacia hidrográfica — unidade de planejamento que a Natureza criou e que nós em nenhuma cidade do Brasil respeitamos, o das bacias hidrográficas e das microbacias. Na Nova Constituição, devemos estabelecer o mínimo de proposta de interação dos planos setoriais, as políticas públicas maiores e, finalmente, ampliar o direito à iniciativa popular.

Como sou Relator da Subcomissão da Garantia da Constituição, além do Tribunal Constitucional, vamos nos bater também pela iniciativa popular para se elaborar projetos de leis, inclusive emendas à Constituição: além do referendium popular, não só para se manifestar sobre determinado assunto relevante, mas também para derrubar uma lei que possa ter revogado alguma questão de importância da sociedade, a nível da experiência do referendium popular italiano, o defensor do povo, o mandado de segurança coletivo, para que a associação de moradores possa entrar contra o Prefeito, o Vereador, o Deputado, o Governador, todas as instâncias de Poder. Enfim, se nós conseguirmos fazer esse mínimo, acho que estaremos, ao menos, respondendo com razoável coragem e dignidade à pergunta: A quem servem os nossos Constituintes? (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedemos a palavra ao nobre expositor Fábio Goldman.

O SR. FÁBIO GOLDMAN — Gostaria só de salientar, para terminar, que este texto apresentado é um documento básico e a sua forma definitiva será entregue a esta Subcomissão na outra semana. Quero salientar a V. Exª que estão reunidos, aqui, hoje, arquitetos de todo o Brasil que formam o nosso poder maior do Instituto de Arquitetos, que é o Conselho Superior dos Arquitetos do Brasil. Esta solenidade para nós é da maior importância e nós, como disse no começo, ao longo de muitos anos da história do IAB, temos batalhado com questões relativas às nossas cidades, habitação, questão dos transportes e outras questões que dizem respeito à qualidade de vida do povo brasileiro. A partir de hoje, vamos acompanhar o trabalho de V. Exª e faço votos, também e repito o que disse Nelson Friedrich — que consigamos, no final, que esta Constituição acolha algumas das propostas ou as propostas que colocamos e não só nós, como toda a população brasileira, que gostaria de vê-las nessa Constituição.

O SR. ORLANDO CARIELLO — Da intervenção do nobre Constituinte Nelson Friedrich eu só discordo, no fundamental, da questão do Estado omissivo. Acho que ele não tem sido omissivo, ele tem sido contrário às manifestações populares, tem sido bloqueador das iniciativas populares. E, se não fosse assim, talvez nós não tivéssemos, hoje, quem sabe, as Usinas de Angra dos Reis e outros monstros urbanos ou não, que existem por este País. Acho que o Estado tem isto sim — colocado obstáculos e tapado os ouvidos aos reclamos da população, colocados esses reclamos, seja individualmente, seja através das organizações de massa, associações de moradores, sindicatos, enfim, onde quer que elas se organizam. De qualquer maneira, parece-me que nós voltamos sempre àquela questão da democracia e da liberdade política, que acredito que é aonde nós pretendemos chegar nesta Constituinte. Acho que é nesse terreno da delimitação de um espaço de participação que nós podemos ter esperanças com relação a esta nova Constituição, para que, aí sim, se comece a fazer coisas. Estamos acompanhando — nós dizemos, aí com nossos parcos recursos o trabalho da Constituinte e estamos vendo os **lobbies** milionários que estão sendo feitos aqui dentro. Não escapa a ninguém a percepção disto aí. Fala-se que a rede de ensino privado colocou 100 assessores para acompanhar o trabalho da Constituinte, e este não é o setor mais rico e nem o que tem os maiores interesses em jogo aqui. Então, isto está, evidentemente, sendo acompanhado, também, por nós e por todos que têm algum interesse em ver sair daqui um espaço maior de participação e um País melhor. O que esperamos do trabalho — e eu falo isto com absoluta convicção de estar representando o pensamento da Federação da qual sou Vice-Presidente, expresso em resoluções, decisões e não só da Federação como, até mesmo, das outras entidades da categoria — o que nós esperamos, com a maior ansiedade, é que os Constituintes estejam, realmente, atentos ao que está acontecendo lá fora: na explosão de greves, no Brasil, a sucessão — e isto nós conversamos durante horas aqui de invasões em terrenos não ocupados e outras manifestações da situação concreta que o povo brasileiro vive. Acho que é essa atenção, essa percepção do que está acontecendo na sociedade é que pode gerar alguma solução, se não pela convicção democrática, pelo menos pelo temor de que se criem situações ainda piores e mais explosivas e que podem, com certeza, levar a conflagrações dentro do nosso País.

É neste sentido que queria registrar uma última participação. A minha manifestação última nesta reunião há de ser no sentido de solicitar a minha inteira confiança nesta Assembléia Constituinte. Se este não fosse o meu procedimento, eu nem teria entrado neste Congresso, por que não creio que representantes do povo, legitimamente eleitos, possam deixar de pensar no mesmo povo. Se não tivermos esta fé, este pleito de confiança neste ajuntamento de indivíduos que representam o seu povo que lhe emprestou e que lhe deu o voto, acho que temos que fechar este País para balanço.

Com relação aos temas aqui levantados, creio que muitos, ainda, terão de voltar a esta Casa e outros nós esquecemos de tratar, mesmo por-

que o nosso saber é limitado. A representação do setor de conhecimento aqui representado é pequena. O sentido inter disciplinar do conhecimento exigido pelo domínio dos problemas da cidade é muito maior. Não sei se algum dos Senhores é sociólogo ou antropólogo e, ainda, poderiam avançar mais nos setores de conhecimento que acredito passarão por esta Comissão e por esta Casa Constituinte. Deixamos de tratar do problema da violência urbana, o retrato mais danoso dos desmandos e dos descabidos dos temas que nós aqui versamos. Também, em relação ao que o Constituinte falou, sobre modelo econômico em que vivemos ou modelo de país, acredito que devemos, em função desses conceitos tão veementes, prestar atenção para a universidade brasileira, porque, se assim não fizermos, estaremos coniventes com a máquina que produz um conhecimento, que está encarregada de reproduzir este mesmo modelo. Ou reformarmos, também, a universidade brasileira, que é o setor pensante do Brasil no século XXI, ou nós estaremos legislando a respeito de políticas que serão solapadas pela forma de conhecimento daqueles que saberão mais e serão mais espertos, porque dedicaram a vida aos bancos universitários onde os programas e os modelos mais sofisticados do mundo inteiro aqui chegam para enganar, num jogo sábio, os modelos que nós queremos colocar e para os quais nós não nos preparamos.

Era essa a mensagem que desejava deixar, em nome desta entidade, da qual não sou Presidente — o colega Presidente é o Arquiteto Carlos Maximiliano Faet, eu apenas tenho a honra de ter sido o fundador desta entidade e aqui representá-la. Quero agradecer a oportunidade e a honra de ter dialogado com os Srs. Constituintes e com esta Sub-comissão. Infelizmente, não poderei acompanhar os trabalhos da Constituinte, porque não tenho condições, pois estou estudando fora do País, mas tenho observado, lá onde moro, a opinião de outros países com relação ao Brasil. Acredito que esses países com os quais tenho tido contato acreditam mais no Brasil do que nós mesmos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Cremos que, nesta altura da nossa reunião, já colhemos uma parte substancial para inspirar os nossos trabalhos e que, não dispensando futuros intercâmbios, acreditamos que já foi um considerável avanço neste nosso trabalho da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte.

Gostaríamos de agradecer a presença de todos que participaram deste encontro. Infelizmente, o nosso Regimento inibe um pouco a participação mais aberta. Mas, de qualquer modo, os que aqui se pronunciaram.

### Subcomissão da Questão Urbana e Transporte

#### ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e dois de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e sete, na sala do Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, sob a Presidência do Senhor Constituinte Dirceu Carneiro, com a presença dos seguintes Constituintes: Manoel Castro, Dirceu Carneiro, Sergio Naya, Paulo Zarzur, Gidel Dantas,

José Ulisses de Oliveira, Joaquim Francisco, Myrian Portella e Luiz Roberto Ponte. Havendo número, passou-se à leitura da Ata da Reunião anterior pelo Constituinte José Ulisses de Oliveira que foi aprovada e assinada pelo Senhor Presidente. A seguir, passou-se à leitura do seguinte expediente: Ofício do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte encaminhando as sugestões números cento e trinta e um, cento e sessenta e nove e quinhentos e cinquenta e um, dos Senhores Constituintes Nelson Carneiro, Geovani Borges e Waldec Ornelas, respectivamente; Ofícios números cento e vinte e cinco e cento e dezenove, do Senhor Líder do Partido da Frente Liberal, Deputado José Lourenço, de exclusão do nome do Constituinte Maluly Neto, como membro da Subcomissão, e da indicação dos Senhores Constituintes Átila Lira, Cláudio Ávila, Luiz Marques, Paulo Pimentel e Ivan Bonato, para integrarem a Subcomissão, na qualidade de suplentes; pedidos de audiências da Subcomissão, das seguintes entidades: Federação dos Engenheiros do Brasil e Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, Associação Nacional de Transportes Públicos, Associação dos Armadores Brasileiros, Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítimas, Associação Nacional de Transportes Inter-Modais, e Global Transporte Oceânico e Agência Marítima; Convite aos Membros da Subcomissão para participarem de encontro promovido pela Federação Nacional dos Engenheiros, Federação Nacional dos Arquitetos, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Sindicato dos Engenheiros de Minas, Sindicato dos Arquitetos de Minas e Sindicato dos Economistas de Minas, a realizar-se no próximo dia oito de maio, em Belo Horizonte. O Constituinte Manoel Castro, com referência aos ofícios do Senhor Líder do Partido da Frente Liberal, lidos no Expediente, consulta a Presidência sobre o número de membros da Comissão, que é, atualmente quatorze, sobre a desproporcionalidade entre membros efetivos e titulares do Partido da Frente Liberal e sobre o problema do "quorum" da Subcomissão, para as deliberações. Falaram a respeito, também, os Senhores Constituintes Myrian Portella, Sérgio Naya e Joaquim Francisco. Em e declarou que gostaria de ouvir sugestões sobre o calendário a ser observado pela Subcomissão, no que se refere às audiências de entidades representativas de segmentos da sociedade. Usaram da palavra, apresentando sugestões, os Senhores Constituintes: Joaquim Francisco, Myrian Portella, Manoel Castro, José Ulisses de Oliveira, Sérgio Naya, Luiz Roberto Ponte e Lezio Sathler. Após debater o assunto, a Subcomissão concluiu que se dedicassem cinco reuniões para audiências sobre a questão urbana e três destinadas a audiências sobre a questão dos transportes. O Plenário concluiu, também, pelo seguinte calendário: dia vinte e três de abril, às dezesseis horas — entidades municipalistas; dia vinte e oito de abril, às nove horas — transporte marítimo; dia vinte e nove, às nove horas — transporte aéreo e ferroviário; dia trinta de abril às nove horas — transporte rodoviário; dia quatro de maio, às dezesseis horas — órgãos governamentais; Ministério do Desenvolvimento Urbano e Caixa Econômica Federal; dia cinco de maio, às nove horas — classe empresarial; dia seis de maio, às nove horas — entidades representativas da comunidade e setores ligados à preservação do meio ambiente. O

Senhor Constituinte Joaquim Francisco sugere sejam expedidos ofícios aos Presidentes das respectivas entidades. Às treze horas e seis minutos o Senhor Presidente encerra a reunião, convocando outra, a realizar-se às dezessete horas de hoje, destinada a dar continuidade aos debates sobre o estabelecimento do calendário de reuniões destinadas às audiências. Para constar, eu, Marilda Borges Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. Sala de Reuniões da Subcomissão, em vinte e dois de abril de um mil novecentos e oitenta e sete. — Constituinte **Dirceu Carneiro**, Presidente.

*Anexo, transcrição das notas taquigráficas da reunião do dia 22 de abril de 1987, às 10:00 horas e 34 minutos, da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, na Sala 5, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.*

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Solicito do Sr. Secretário proceder à leitura da ata da reunião anterior.

*(É lida e aprovada a ata da reunião anterior.)*

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. José Ulisses de Oliveira.

É lido o seguinte

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre a mesa, relação dos nomes das instituições que solicitaram audiência à Comissão, que será lida pelo Sr. Secretário.

É lida a seguinte

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Pela relação, o PFL está com apenas dois titulares — Constituintes Joaquim Francisco e Manoel Castro. De modo que aguardaremos qualquer instrução da Liderança. (Pausa.)

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Se há dois titulares, temos que encaminhá-los ao Líder do PFL; só podemos aceitar dois suplentes. Por que vamos ter cinco suplentes de um partido e apenas dois titulares?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Quando do entendimento que houve com a Liderança ficou esclarecido o seguinte: não poderíamos funcionar com mais do que o número especificado; com menos, poderia ser, na medida que fossem titulares como parte dos suplentes, para compor, completar esse número. Ficou, assim, relativamente questionada a questão desta forma. Agora, tenho a impressão de que seria uma gestão adequada dos companheiros Joaquim Francisco, Atila Lira, Cláudio Ávila, Luiz Marçes, Paulo Pimentel e Ivan Bonato.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — E se indicássemos mais titulares?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Creio que dentro da proporcionalidade.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Agora repito, se o PFL indicasse mais titulares, obviamente, a participação do suplente seria maior. Se o PFL tem quatro titulares, obviamente, poderá ter quatro suplentes; à medida que faltarem três, fica um só, e os três suplentes poderão

participar e votar. O que não pode é dois titulares, estando ausentes três suplentes, votarem por ele. Então, seria de boa política se os membros do PFL pedissem mais titulares para cá. Porque, aí, a participação seria maior.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Mas se houvesse 5 titulares e faltassem 4? Os 4 suplentes poderiam estar aqui para votar.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Por que na reforma agrária? Na reforma agrária, o Maluly Neto viria e também o Lael Varella.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Parece-me que não temos um número fixo e exato de titulares e suplentes da Subcomissão. Mas temos para a Comissão e, aí, foi composto dentro da proporcionalidade.

Eu queria sugerir, então, ao Sr. Constituinte Manoel Castro que levantou a questão, questionássemos junto à Liderança do PFL para regularizar o assunto. E também em relação ao PDS, onde só temos, como titular, Myrian Portella; não há indicação de suplente.

A SRª CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Quanto mais titulares houver aqui com direito a voto, com direito de falar e de decidir, enriqueceremos o Plenário e o fórum de debates.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Perfeito! De acordo. E assumimos a nossa parte nesse aspecto, para tentar suprir a questão.

Queríamos também registrar, e já havíamos comentado na última reunião, em que esteve, como Relator, o Constituinte Manoel Castro, que foi decidido na reunião da grande Comissão, ou da Comissão da Ordem Econômica, que o Relator deveria apresentar roteiro para aprovação da Comissão, principalmente relativo a esse período que nos cabe, à Subcomissão. E passaria pelas audiências e também pela dinâmica da nossa Subcomissão. De modo que, havíamos convocado esta reunião para hoje, a fim de discutirmos alguma coisa nesse sentido e apreciar também o que já chegou à Comissão. E concitamos, naquela oportunidade, todos os Constituintes Membros desta Subcomissão, que também ficassem muito à vontade para sugerir instituições que achassem conveniente serem ouvidas aqui, e qualquer outra idéia que tivessem sobre a dinâmica da nossa Comissão. De modo que, o mais fundamental, neste momento, é discutirmos a questão do nosso roteiro de trabalho e também o estabelecimento desse calendário — já há várias solicitações — e também uma visualização do tempo de que vamos dispor para o desempenho desta função. Está em discussão o assunto.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaquim Francisco.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO *(Intervenção fora do microfone)* — Creio que poderíamos, como ponto de partida — é sugestão minha — ter, digamos, um roteiro de Legislação e, ao mesmo tempo, algumas sugestões com relação aos Capítulos da Ordem Econômica e, especificamente, da Questão Urbana e Transportes, de outras Constituições. Então, eu sugeriria tivéssemos o Projeto de Lei nº 775/83, que trata da questão do uso do solo — é evidente que todos

os Companheiros têm consultado a matéria de forma permanente, mas seria um roteiro de sugestões; a Lei Complementar nº 14, que trata das regiões metropolitanas — creio que é assunto que teremos que abordar ao longo dos nossos debates, a questão da região metropolitana, inclusive, recentemente, eu não pude comparecer, mas houve uma reunião na SUDENE onde se tratou do problema da região metropolitana, da questão institucional, de que forma a Subcomissão da Questão Urbana e Transporte vai propor soluções para o grave problema das regiões metropolitanas com todas as implicações que todos conhecemos.

A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 6.830 — eu poderia até fornecer cópias do pequeno levantamento que fiz. Eu sugeriria também pudéssemos ter à mão só o Capítulo pertinente para não ter todas essas Constituições — inclusive o Senado está publicando, deve estar no prelo, informaram-me que, dentro de 8 dias teríamos as Constituições de Portugal, Espanha, México, Itália, França, Argentina, Bélgica e Nicarágua e algumas outras de onde retiraríamos o Capítulo pertinente à Ordem Econômica e Social e, dentro desse Capítulo, o que tratasse da matéria da Questão Urbana e Transportes. É evidente que essas matérias não estão só no capítulo da Ordem Econômica e Social, pode-se encontrar em algumas Constituições de forma variada.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Nas da Espanha e de Portugal, eu encontrei.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Nas outras Constituições, a ordem dos capítulos não está de acordo com a nossa sistemática. Estou concluindo um levantamento que posso fornecer ao Relator, ao Presidente e aos companheiros, como subsídio.

Creio também que poderíamos ter em mãos os anteprojetos de Constituições já elaborados — por exemplo, o anteprojeto de Dalmo Dalari, o anteprojeto do Partido Comunista, o anteprojeto de Pinto Ferreira, Professor da Universidade Federal de Pernambuco, inclusive tenho esse anteprojeto, que posso fornecer, com o Capítulo da Ordem Econômica em que se trata especificamente da questão urbana, da função social da propriedade e tantos outros assuntos pertinentes. E as Constituições de 34, 37, 46 e 67, especificamente nesses Capítulos. Não estou querendo, de forma alguma, abraçar o debate e deixar que não se tenha a mais ampla discussão das idéias; mas seria bom que tivéssemos um roteiro da legislação existente, inclusive projetos tramitando na Câmara — tramitando ou “dormindo”, porque o projeto de lei de uso do solo não conseguiu “acordar” ainda. É hora de retirarmos esses projetos colocados.

Como eu dizia, ter em mãos Constituições de países latino-americanos, que têm cultura semelhante à nossa, e anteprojetos já concluídos, como o de Dalmo Dallari, o do PCB, o de Afonso Arinos, no capítulo que, trata, especificamente, das regiões metropolitanas. Ao mesmo tempo, também poderíamos ter, e eu me prontificaria a colaborar com o Relator e com o Presidente, uma abordagem do tema questão urbana e transporte. Esse tema é praticamente gênero de milhares de espécies que estão abaixo disso. Nós iríamos discutir região metropolitana, planejamento familiar, —

então, caberia convocar uma discussão sobre planejamento familiar.

Com relação a transporte, é outro leque de opções que temos que discutir. Dentro da própria questão urbana, — reforma tributária, saneamento, segurança, meio ambiente, regiões metropolitanas, habitação — podíamos traçar um roteiro que dê certa sistematização ao processo de discussão.

Creio que seria interessante porque, às vezes, pode algum companheiro dizer: "Não, eu tenho uma idéia nova, criativa; creio que as regiões metropolitanas deveriam ser criadas; para a região metropolitana, um parlamento metropolitano — essa idéia já existe e foi colocada numa reunião da Fidem, que tivemos em Pernambuco há 4 anos e tenho, inclusive, as atas das reuniões. É claro que a idéia não deixou de ser criativa, mas já existe, está sistematizada e tem até um artigo de lei redigido sobre a questão. Creio que, ao lado das idéias criativas que poderão surgir, podíamos ter esses fatores de referência para o trabalho.

Outra questão, finalizando, é uma bibliografia que considero essencial para abordagem do tema — livros de Álvaro Pessoa, Seabra Fagundes e outros, sobre os quais também fiz um levantamento e poderia fornecê-los ao Relator e à Comissão. faríamos um roteiro deles, tiraríamos uma xerox e eu os forneceria a todos os Membros da Comissão, porque poderiam aprofundar os seus estudos ou mesmo Observar aqueles pontos que outras Constituições já trataram; às vezes, temos a idéia de criar uma norma constitucional que seria absolutamente revolucionária; no entanto, ela já foi apresentada aqui em 1982, Emenda Constitucional que ainda está tramitando. Podíamos resumir isso para dar caráter mais objetivo às discussões da Comissão.

Era esta a contribuição que eu gostaria de dar.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Continua a discussão.

A SRª CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Sr. Presidente achei muito interessante o roteiro do nosso colega Constituinte. Porém insistiria num ponto que creio ser o fulcro da questão: poderíamos trabalhar na questão urbana e, depois, não ter o menor sentido. O ponto essencial, fundamental; é trabalharmos no novo conceito de propriedade, que é o cerne, o fulcro da questão. Devem sair daqui normas que procurem restringir a especulação imobiliária, a concentração de terra urbana nas mãos de poucos, eliminando-se o grande obstáculo do conceito de propriedade. Sabemos que, no Direito Constitucional, o conceito de propriedade está ligado ao próprio conceito de cidadania.

Acho que é um assunto primordial. Não creio nem que fosse do âmbito da nossa Comissão; deveríamos provocar a Comissão da Ordem Econômica para que, inicialmente, chegassemos a um conceito básico, um novo conceito da propriedade — tudo mais vai depender do conceito social, do sentido mais social da propriedade, mas poderíamos trabalhar a cima de uma série de coisas que, depois, poderiam ir por água abaixo, ou não teriam nenhuma validade; seria ocioso se a Subcomissão que vai tratar do assunto conceituasse a propriedade dentro de um conceito acadêmico que não fosse, de maneira alguma, progressista. De modo que, acho isto fundamen-

tal e insistiria neste ponto de que teríamos que partir para tal conceituação; daí, tudo mais fluiria dentro do esquema de que o nosso trabalho não seria perdido.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Pois não! Gostaríamos de consultá-la sobre o encaminhamento prático desta questão. Eu a acho relevante e creio que todos consideram isto relevante. E teremos, agora, um encaminhamento prático para nós chegarmos a essa abordagem como está sendo proposta.

Consultaríamos a Sra. Constituinte se tem alguma idéia sobre a praticidade para debatermos isso

A SRª CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Minha sugestão teria que ser votada na própria Comissão da Ordem Econômica. Do mesmo modo, estamos sabendo que, se não estabelecermos um sistema de governo, toda a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo poderá estar trabalhando em cima de nada. E nós, aqui, também. Como é que a questão agrária, a questão fundiária vai-se resolver, se aquilo que é básico não se definir, que é o conceito da propriedade? Então, teríamos de levar esta nossa preocupação ao âmbito da Comissão. Parece-me, salvo melhor juízo, que é uma questão básica e que ela deve ser inserida não no capítulo do Direito mas, sim no capítulo da Ordem Econômica.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Isto teria que ser discutido não na Subcomissão, mas na Comissão, porque iremos discutir aqui na Subcomissão a questão urbana sobre o direito de propriedade e se, na reforma agrária, há outras propriedades em situação diferente. Depois, teremos que fazer isso tudo em conjunto.

A SRª CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — É diferente, é uma coisa harmoniosa, porque a questão urbana está ligada também à questão agrária. Toda a problemática da cidade está correlacionada.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Então, não é a hora propícia para colocar a sugestão na Subcomissão; deve ser na Comissão total.

A SRª CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Na Comissão como um todo, porque nós já nos reunimos.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Faz reuniões quinzenais ou semanais — já houve determinação nesse sentido.

A SRª CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Sr. Presidente, acho que deveríamos ter um posicionamento sobre o conceito de propriedade, como iremos tratar da reformulação do solo urbano, porque aqui, inelutavelmente virão associações de moradores, e esta é uma questão fundamental. Vimos, há pouco, em São Paulo, aqueles episódios como a terra está na mão de poucos; como cada vez mais a população pobre é jogada para a periferia da cidade; como isto acarreta ônus para o poder público, de estender até lá os serviços públicos; como na medida em que os serviços públicos chegam a determinado lugar são mais para a especulação imobiliária. Sabemos que a terra é motivo de ganho de capital. Temos que ver tudo isto, temos que conceituar a propriedade para, depois, chegarmos ao critério de desapropriação. Parece-me que essa é a idéia-mãe, a conceituação-mãe, de onde tudo poderá sair de mo-

do harmonioso, porque podemos trabalhar naquilo e, depois, tudo dar em nada

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Concordo com V. Exª, mas reafirmo que têm de ser as três Subcomissões em conjunto, porque todas três tratam do mesmo assunto.

A SRª CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Mas é esta a minha sugestão: que, no âmbito da Comissão em que tomam assento todas as pessoas e, por conseguinte, todos os Membros das Subcomissões, se trate, urgentemente, disso sem o que não iremos poder trabalhar com segurança. E o tempo está-se passando e temos que nos posicionar em termos reais.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Gostaria de me pronunciar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Com a palavra o nobre Constituinte Manoel Castro.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — (Intervenção fora do microfone) — Gostaria de me pronunciar sobre dois pontos colocados: em relação ao contexto, quero me congratular, (inaudível) e desejar que tenhamos uma decisão preliminar sobre o número de audiências nas áreas de transporte e urbana e sobre quais os critérios que vamos estabelecer. Porque fica difícil julgar a entidade, poderíamos cometer injustiças ou, então, sair para o critério de simpatias partidárias. Então, se definíssemos os critérios dessas entidades, talvez facilitássemos a divisão proporcional entre a questão urbana e o transporte.

A segunda colocação, ainda com relação ao roteiro, que independentemente dessas entidades para audiências, pudéssemos fazer de antemão também, uma espécie de agenda temática de trabalho no plano em tela. Essa agenda de trabalho poderia contemplar, entre outras sugestões, a que foi colocada pela nossa Constituinte Myrian Portella.

A questão do debate sobre a propriedade é fundamental, mas acho que, se não nos policiarmos, vamos adotar um procedimento que, depois, poderemos lamentar; é estar, de alguma forma, dependendo de alguma coisa. Acho que devemos discutir com profundidade não só a nível da Subcomissão, e sem prejuízo de acidente também.

Claro que não faltaremos ao debate, com a Comissão como um todo, com as sugestões da nossa Subcomissão, porque teremos um grupo mais homogêneo tratando de uma questão mais precípua. Recordo que nunca devemos deixar de fazer o bom e aprender a fazer o óbvio. Então, a minha tese é a de que possamos ter essa discussão interna mesmo porque a questão da propriedade urbana envolve, concomitantemente com a discussão sobre a ordem na propriedade em si, outros aspectos operacionais.

Temos uma situação concreta, em muitas cidades e municípios brasileiros, na questão dos chamados terrenos foreiros mesmo em área urbana. Temos uma série de questões voltadas para a área de ênfiteuse e outros aspectos, que podem ser discutidos de antemão. Existem milhões de sugestões dentro dos temas das apresentadas propostas inclusive um projeto de lei citado pelo Constituinte Joaquim Francisco, que envolve sugestões concretas operacionais que dizem respeito à atuação e instrumentos de uso por parte

do Poder constituído com relação à propriedade urbana.

Essas sugestões podem ser arroladas. Preocupa-me, adicionalmente, que, no primeiro instante, essa questão possa cair num tipo de radicalismo a nível de interesses os mais diversos, com relação à questão da propriedade, que impeça avanços completamente para um desejo que me parece consensual. Praticamente, quase todos desta Subcomissão têm se pronunciado aqui, a pretexto dos debates internos, e sentimos que é consensual que favorece à questão no uso social da propriedade. O problema é muito maior quando mostra o esquema das operações solicitadas.

Então, a sugestão desse debate pode, inclusive, enriquecer as próprias sugestões. A minha sugestão, objetivamente, é que, ao lado desta documentação que seria colocada à disposição de todos, das audiências públicas que tivéssemos feito — nas nossas reuniões antigas já está estabelecido, a nível de trabalho, que temos reuniões da Subcomissão diariamente, pela manhã e no final da tarde — pudéssemos ter, nos próximos dias, um roteiro de temas que seriam discutidos internamente. Poderíamos começar, inclusive, pela abrangência do tema, sobre o que estamos inteiramente de acordo com a sugestão da nossa Constituinte Myrian Portella, passando, inclusive, para essa discussão, e não apenas a algum roteiro de aspectos específicos, como em relação ao transporte, ao lado das audiências públicas existentes.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Continua em discussão.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria. Por parte dos nossos convidados, eu gostaria de fazer assim: temos dois setores — questão urbana e transporte. Na questão urbana, temos saneamento, habitação, urbanismo e também o problema do meio ambiente, ecologia, etc., interligados ao problema urbano e, como um todo, a região metropolitana, porque região metropolitana também engloba os problemas urbano e de transporte. Agora, quanto a transporte, os setores são: aéreo, urbano, ferroviário, marítimo e rodoviário.

No caso aqui, eu não obedeceria a esse critério, para não haver dois de saneamento ou haver só três setores de habitação e nenhum de saneamento nem de ecologia.

De acordo com o que ouvi, aqui, há duas entidades representantes do setor ferroviário e nenhuma do rodoviário, nenhuma do urbano. Por esta razão, gostaria de falar com os colegas no sentido de uma distribuição em que pudéssemos ouvir senão todos, pelo menos uma entidade de cada um desses setores — ecologia, de saneamento, de habitação, outro do urbanismo — já ouvimos seus arquitetos no problema do transporte aéreo. Gostaria de ouvir e participar, como é que funciona o transporte interno e externo, a participação também da VARIG, da VASP. Quer dizer, eu gostaria, então, que na discussão fossem estabelecidos esses critérios, para não se ouvir só entidades representativas de uma classe, mas sim de todos os setores. O problema principal que foi levantado pelo Constituinte foi o metropolitano que hoje é o problema mais grave do setor urbano e de transporte.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Alguns anteprojetos, matérias pertinentes à ordem econômica, especificamente a questão urbana e de transporte lembraria que nós pudéssemos fazer, também, durante a discussão uma certa separação do que é matéria constitucional e do que é matéria de legislação complementar e ordinária. Porque se formos discutir a questão de transporte. E é competência da União legislar sobre transporte — isso nós colocaríamos não a Ordem Econômica mas num outro capítulo pertinente. Nós teríamos algumas questões como região metropolitana que o anteprojeto Afonso Arinos trata especificamente da região metropolitana. Outras Constituições não tratam da matéria, então nós teríamos que decidir o que seria matéria constitucional e o que seria legislação complementar e ordinária — isso seria para nortear, porque muitas vezes podemos tender a discutir transporte em profundidade, transporte ferroviário, vale-transporte, quando, na realidade a Constituição vai assegurar o direito de locomoção. Então, consequentemente, as pessoas teriam o direito à locomoção, através de meios de transporte. De que forma será executada essa política de transporte? Seria matéria complementar e legislação ordinária. Colhi, no Ministério dos Transportes, uma série de publicações relativas aos estudos que foram realizados tanto no transporte ferroviário como a navegação de cabotagem, navegação de longo curso. Então são matérias que, na minha opinião, serão tratadas na legislação complementar e não como matéria constitucional.

Esta separação, tenho a impressão de que já, de início, na Subcomissão, nós deveríamos ter como uma espécie de balizamento, o que é matéria constitucional e o que é que vamos sugerir como norma constitucional e o que ficaria para a legislação complementar e ordinária para que houvesse, na realidade, uma sistematização dos nossos trabalhos.

Sabemos que a grande maioria destas questões que estamos discutindo, com exceção evidentemente da propriedade, vamos colocar a questão da propriedade, ressalvada a sua função social, no capítulo da Ordem Econômica; vamos colocar a questão da região metropolitana como uma questão de normas constitucionais, inclusive se for o caso, dependendo da evolução dos debates, nós teríamos o governo metropolitano, teríamos um quarto poder para a gerência das regiões metropolitanas. Na questão urbana, nós deveríamos discutir o direito de superfície, o direito de construir. Seria um instituto novo que nós teríamos que sugerir aí, na realidade seria matéria constitucional, o problema do loteamento compulsório, o problema da progressividade do imposto, o problema da regressividade de imposto, contribuição de melhoria, uma série de questões que irão ser colocadas, e aí volto à questão do roteiro inicial, onde poderíamos ter como referência as Constituições já existentes, os anteprojetos já existentes e o nosso trabalho que naturalmente irá enriquecer tanto as Constituições de outros países quanto as nossas Constituições passadas quanto os anteprojetos que já foram estudados, inclusive Afonso Arinos, Dalmo Dallari, Pinto Ferreira e tantos outros.

Creio que essa é a diferença no início, porque eu tenho sido abordado inclusive, quando estive recentemente em meu Estado, sobre os mais va-

riados assuntos que as pessoas julgam que devem ser tratados como matéria constitucional. Eu gostaria que fosse assegurado que o transporte coletivo não excedesse a 8% do salário mínimo. Isto seria feito via vale-transporte, por exemplo, é uma idéia. Mas isso não é matéria constitucional. A Constituição assegura apenas o direito à locomoção, a garantia global do processo não à nível de detalhamento; e à nível de detalhamento existe um material muito rico sobre esse assunto, no próprio Ministério dos Transportes, estudos recentes realizados há cerca de um ano e até há cerca de seis meses. Então se nós tivéssemos, como o Constituinte Manoel Castro sugeriu, uma agenda temática da Subcomissão e ao mesmo tempo esse referencial digamos assim, referencial histórico e legislativo dos projetos que já estão tramitando seria bem mais fácil de ordenar a discussão.

E concluindo, dando ainda maior objetividade, este meu roteiro, acrescido da sugestão da Constituinte Myrian Portella, do Constituinte Manoel Castro, estas sugestões poderiam ser incluídas, e as teríamos aqui como fator de referência sem tentar enclausurar o debate dentro de alguns temas fundamentais. Mas sempre tem sido preocupação minha, nas discussões, inclusive com entidades de classe e outras, distinguir o que é matéria constitucional, da matéria que será tratada pela legislação complementar e ordinária, sob pena de nós assumirmos um compromisso teoricamente de elaborar uma Constituição extremamente analítica. Parece-me ser esta a tendência. Nem seria uma Constituição tão sintética, que só tratasse dos princípios gerais da matéria, nem tão analítica que viesse a detalhar como seria o vale-transporte, de que forma as regiões metropolitanas iriam atuar no dia-a-dia. Teríamos como tema no Anteprojeto de Afonso Arinos apenas 5 artigos referentes à região metropolitana. Com relação à questão de transportes temos 5 ou 6 referências, nas Constituições tanto a de 67, quanto à Emenda de 69, quanto na Constituição de Portugal, quanto na Constituição da Espanha, quanto na Constituição da Itália, e em várias outras temos apenas a referência E o restante da matéria seria de que a lei complementar definiria a forma de atuação do Estado neste. Parece-me que essa é a idéia inicial para começar a sistematizar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Já temos alguns encaminhamentos, como os que acabaram de ser feitos e confirmados agora. Nós consultaríamos se mais Constituintes gostariam de oferecer alguma contribuição neste sentido, para daí passarmos então a um planejamento de trabalho.

O SR. CONSTITUINTE SERGIO NAYA — No dia 7 próximo passado foi instalada a nossa Comissão, e hoje faz 15 dias de sua instalação. O prazo nosso inicial era de 45 dias. Eu havia proposto em, no primeiro dia, que fizéssemos um cronograma. Hoje, tomou-se um roteiro Eu queria que estabelecesse este roteiro hoje, porque daria uma prova de nosso trabalho, se pudéssemos concluí-lo no prazo estipulado para sua conclusão. Sei que tem problemas complexos, e um dos mais complexos é o da habitação. Sugeria que convocássemos os ex-Diretores que tiveram envolvimento com o BNH e que viessem aqui trazer sugestões, e como foi um órgão extinto

passaria para os Diretores da Caixa que operam nesta área.

A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Sr. Presidente, gostaria de dar mais uma sugestão. Creio que temos um roteiro básico aqui, dado pelo Constituinte, que poderá ser enriquecido. Eu gostaria de sugerir que a Subcomissão tivesse todo esse acervo de material aqui para que, no momento do debate, se precisássemos consultar o tivéssemos à mão.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tenho a impressão que podemos, já, dar um desdobramento nas sugestões oferecidas até o momento, independente, claro, de ficar aberta a outras sugestões que, oportunamente, forem surgindo. Em relação ao rol de sugestões feitas pelo Constituinte Joaquim Francisco, eu consultaria se o Constituinte já tem todo este material disponível, ou se poderíamos convocar a nossa Assessoria aqui da Subcomissão para também buscar. Eu gostaria de dizer, neste sentido que o Senado tem já mais ou menos registrado, no Prodasen, o caso das Constituições desses países que foram referidos aqui, e com o respectivo capítulo facilmente acessível, ou melhor, acessado pelo computador. De modo que, poderíamos ver outras áreas. E se o Constituinte não tiver ainda o material prontinho à mão, disponível, convocaríamos a assessoria para produzir este material e colocá-lo à disposição de todos os membros da Comissão.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — ... capítulo pertencente à Ordem Econômica ou faça referência à matéria divulgada na Subcomissão. Então o Sr. poderia fornecer todos estes dados. Eu poderia fornecer este material à Subcomissão, pois eu já o tenho em mãos, que depois poderia xerocá-lo e distribuí-lo aos companheiros de nossa Subcomissão. Quanto à bibliografia, tenho algumas referências, porque na realidade, o serviço de computação, tanto da Câmara como do Senado, onde consultamos o Direito do Urbanismo, o Urbanismo. O Direito Urbanístico tem cerca de 180 a 190 obras. Então, isso complicaria um pouco, na minha opinião, a não ser que tivéssemos mais tempo para estudar toda essa bibliografia, em seu aspecto teórico. Então, me pareceu oportuno retirar 5 delas que julgasse mais fundamental do meu ponto de vista, evidentemente, sem querer restringir o aspecto global para estas questões específicas: Faria uma espécie de pasta própria daquele material, o que existe tramitando no momento, o que existe nestas Constituições, qual é a legislação, as leis e os decretos que tratam do meio ambiente, da questão do transporte, e os trabalhos realizados pelo Ministério dos Transportes com relação ao transporte e sobre regiões metropolitanas, recentemente, inclusive, a pauta deste debate que foi realizado na SUDENE, evidentemente, não os Anais do debate lá realizados que abrange cerca de 200 a 250 páginas. Mas um roteiro básico de como é que os técnicos hoje, integrantes dos organismos que tratam de região metropolitana estão encaminhando soluções. Então, há 5 ou 6 pontos que são fundamentais, os quais poderíamos colocar, porque dariam maior unidade ao debate. Eu poderia trazer isso amanhã e entregá-lo ao Presidente, que poderia ser xerocado e distribuído aos membros da Comissão e que serviria como base. A partir

daí um ou outro poderia ir coletando novos dados, e as próprias entidades que viessem aqui iriam sugerindo propostas. Mas teríamos um referencial.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Colocaríamos a seguinte questão. Todo o material que os Constituintes dispuserem e acharem interessante ser distribuído, multiplicado aqui, estaríamos a qualquer momento prontos para recebê-lo e proceder as suas cópias e distribuição.

Por outro lado, gostaríamos também de salientar o seguinte. Na distribuição do tempo para os debates consultaríamos se não seria oportuno primeiro estabelecermos o nosso roteiro, as audiências públicas para exaurirmos a questão das audiências, que são informações bastante diversificadas, que vêm de muitas origens, também, para depois entrarmos especialmente nesse debate mais da questão constitucional ou à luz das leis ou das Constituições. Porque daí entraremos então no afunilamento desta questão, já com a expectativa de começar a traduzir essas questões em texto constitucional.

Coloco esta preliminar para os companheiros examiná-la também, e da oportunidade de estabelecermos esta ordem de questão. É claro que, simultaneamente, estaríamos distribuindo todo o material que chegar aqui, e seria um tempo para as pessoas se prepararem. O nosso Regimento Interno, o nosso Sub-Regimento aqui já tem uma distribuição de tempo para os Constituintes também usarem para debater as questões que se propuserem. E isto tudo poderá ser feito também.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Num destes nossos encontros ficou convencionado que pelas manhãs teríamos a presença de entidades que teriam sido convocadas para a Subcomissão de Municípios ou de Regiões Metropolitanas, todas deste setor, a Associação de Prefeitos de Capitais e também as entidades vinculadas à política do municipalismo brasileiro. Estas reuniões estão confirmadas?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Vou consultar se a nossa Secretaria tem alguma informação sobre isso, porque eu não tenho. Sobre a reunião dos Prefeitos com a Comissão dos Municípios há alguma confirmação? Isto poderia ser providenciado agora, ainda no decurso da reunião?

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — os Prefeitos participam de 3 entidades, a saber, a Associação de Capitais, a Frente Municipalista Brasileira e a Federação Brasileira de Municípios. Acho que são 3 entidades.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — São 3 entidades.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Foram colocadas, para uma única audiência pública e nós temos um limite de sete.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Então, a idéia era considerar esse agrupamento como uma audiência, Sr. Presidente. O comentário de V. Ex.<sup>a</sup> parece que compatibiliza com uma observação já feita anteriormente com respeito a este problema do calendário de audiências, que era uma divisão equitativa entre a área urbana e a área de transportes. Parece que na questão urbana, nós tivemos a primeira audiência na área de região metropolitana. Teríamos uma segunda audiência com entidades governamentais, que di-

zer, Federação de Municípios e Associações vinculadas às Prefeituras de Capitais. Foi sugerido, adicionalmente, pelo Constituinte Ponte, com relação à Câmara brasileira, e comentado com outras pessoas que no dia da Câmara brasileira se convidasse toda a classe empresarial, não apenas a Câmara brasileira em construção, mas a entidade correspondente à Associação das Empresas Imobiliárias ou a outra que foi feita por mim próprio, na questão de quem seriam as entidades representativas dos programas populares de Federação de Associações de Bairro e uma certa regionalização para que não tivéssemos uma visão distorcida da representação de entidades vinculadas exclusivamente a uma grande cidade ou que fosse entidade nacional, mas que tivesse uma representação pluralista na sua representação. Então, se nós seguirmos essa linha de raciocínio, em tese, as quatro áreas, as quatro audiências na área urbana seriam divididas para profissionais liberais, embora tenham pleitos dos engenheiros, mas a meu ver deveríamos fazer, ainda que fosse informal. Não sei qual é o procedimento jurídico no caso, já que está limitado ao número de 8 ou se ela se incorporaria a uma outra.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Eu tenho impressão que sobre essa questão, ou nós poderíamos fazer um conjunto, considerando uma só, ou fazermos várias, duas, três ou quatro coubessem no tempo e, caso isto não seja possível, eu própria que fizéssemos as reuniões informalmente.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Teríamos confirmada essa com as prefeituras de municípios, nós teríamos uma da área empresarial e uma da Federação de Associação de Bairros ou órgãos equivalentes. Colocaríamos os profissionais liberais, os engenheiros e até outras categorias se estivessem interessados. Nós estivemos com os arquitetos, e é possível que outros grupos de profissionais liberais estivessem igualmente interessados e poderíamos ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Dentro dessa questão do órgãos governamentais que foram lembrados, talvez a área do ministério.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Então, teríamos as reuniões informais e poderíamos também solicitar, talvez listar algumas entidades e solicitar, por escrito, as sugestões que seriam oferecidas à Comissão de Questão Urbana e Transporte. Poderíamos citar o artigo do Regimento e dizer quais as atribuições da Comissão de Questão Urbana e Transporte e solicitar algumas entidades.

Existem entidades criativas em determinado município, a Associação de Moradores que criou o sistema novo de desenvolvimento comunitário, como o foi o caso de seu Município na época em que o Presidente foi prefeito, então, no caso, se não pode ouvir todas as entidades, algumas poderiam remeter sugestões por escrito e depois estas sugestões seriam condensadas e teríamos a contribuição de dezenas e quem sabe, centenas de entidades.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Mesa fica inteiramente aberta às sugestões, às indicações de quem poderia ser buscado neste sentido e procederíamos imediatamente às sugestões.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Aí seria suprir, talvez, quem sabe, amanhã, uma crítica de determinada entidade que poderia dizer que não foram nem ouvidos pela Subcomissão de Questão Urbana e Transporte. Então, determinado município no Brasil que tenha experiência pioneira, criativa, integrada de lotes urbanos e rurais, se for o caso, então não teria tempo na pauta das 7 audiências ou não poderíamos deslocar-nos até lá. Então, no momento em que ele recebesse uma correspondência da Subcomissão, solicitando que encaminhasse as suas sugestões que seriam devidamente apreciadas, ele se sentiria participante da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em relação às organizações populares, recebemos solicitação oral, apenas, de um contato, que deverá acontecer entre hoje e amanhã, em relação ao pessoal ligado à FAMERJ, Fraacab, aquelas organizações que trabalharam muito na legislação anterior aqui com o Congresso, em relação à questão de mutuários do BNH e que têm uma experiência interessante nesta área comunitária.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO PONTE — Sr. Presidente, não assisti o início da sessão, pode ser até que eu esteja mencionando alguma coisa que tenha sido debatida. Parece que o Constituinte Joaquim Francisco, sem menosprezo dos demais companheiros, tenha já avançado mais no estudo da questão. Já compeliu um série de dados, já fez uma análise comparativa com algumas Constituições e eu estaria a sugerir que, para o roteiro dos temas pertinentes, possíveis de serem cogitados, que fosse delegado ao Constituinte Joaquim Francisco a idéia de relatar, de propor alguma sugestão de temas a serem levantados na Comissão e que também nós avançássemos em termos de complementar as entidades que é isso que o Presidente está querendo fazer agora, as entidades que seriam ouvidas, para contemplar o quadro das nossas informações.

Sobre este assunto, acho que, talvez, não tenha sido mencionada por esquecimento uma entidade que se faz indispensável trazer o seu testemunho, que é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, uma entidade oficial central que cuida de toda a problemática urbana e que se tem estudado exaustivamente. Inclusive é desta entidade que partiu o projeto de lei tão mencionado com todos os substitutivos que aportaram aqui no Congresso Nacional, que é o 775, com outras variantes que estão sendo analisadas atualmente. A pessoa, talvez, mais indicada para trazer a exposição, pelo menos para citar, um outro, é o assessor Brito a que me traz esta lembrança, é o companheiro Maurício Nogueira Batista, que tem sido o secretário-executivo do CNDU por muito tempo. Tem participado de diversos debates, ele tem os enfoques da sociedade sobre as restrições de segmentos com relação a alguns instrumentos jurídicos que lá estão compostos e acho que é indispensável que se avoque isto.

Quanto à sugestão que o Constituinte Manoel Castro faz de que as entidades que praticam a produção em si de tudo que concerne a transporte, habitação e problemas urbanos, citando a conveniência de convocar mais de uma entidade, não somente a Câmara, eu gostaria de mencionar que a Câmara Brasileira da Indústria da Construção tem uma característica que a entidade

nacional que congrega todas as entidades que produzem a indústria da construção. De forma que, por via da Câmara, automaticamente, estão aqui presentes o CECOV de São Paulo, todas as entidades que praticam a indústria mobiliária como um todo, que serão auscultadas pela Câmara, para simplificar inclusive, o trabalho de participação.

Por isso que eu estaria a reivindicar uma sessão inteira para trazer o testemunho do setor empresarial, porque, exatamente, ele trará este enfoque das várias entidades de âmbito estadual e nacional que trabalham no setor da indústria da construção. Estaria propondo, se não tiver um outro compromisso marcado para a reunião do próximo dia 5 de maio, que é quando estará aqui no Brasil o Professor Bulhões Pedreira, que é uma pessoa que teve uma participação muito grande no estudo da problemática urbana brasileira e que virá trazer para aportar alguma contribuição no testemunho na Comissão.

Estaria reivindicando concretamente, isto é, sobretudo, que este material que o Constituinte Joaquim Francisco já tem, pudesse ser, já hoje, repassado aos companheiros da Comissão para que pudéssemos nos aproximar do nível do Constituinte Joaquim Francisco em termos de questão urbana.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Sr. Presidente, de acordo com o Regimento, nós podemos fazer até 8 audiências públicas, mas podemos fazer, informalmente, fora do Regimento, várias reuniões ou mesas-redondas sem problema nenhum, o que daria o mesmo resultado tanto para nós como para eles.

Agora, como são poucas as audiências públicas, acho que vamos poder fazer audiências com várias entidades, simultaneamente. Por exemplo, se se vai fazer uma audiência pública no setor de transporte aéreo, pode-se trazer, no aéreo, o rodoviário, convidar o Ministro dos Transportes para estar presente. Então, ao invés de se fazer uma audiência de 20 minutos, ter-se-á uma audiência maior e que tivesse mais que esse debate. O problema do Ministro estar presente: as entidades representativas da classe e junto também o representante do Executivo, que é o Ministro. Nós adiantaríamos esse problema. No setor habitacional, por exemplo, vai-se trazer o Ministro Deni Schwartz, já se traz o Ministro Marcos Freire, Presidente da Caixa Econômica; já se assimila com muito mais rapidez, obtêm-se respostas mais imediatas. Quando se formula alguma coisa, a resposta já sai na hora. Para nós o poder de síntese é muito maior. Então, já se faz o convite ao Ministro do Desenvolvimento Urbano, ao Presidente do Conselho do Desenvolvimento Urbano, ao Presidente da Caixa Econômica, para virem aqui, durante uma ou duas horas. Todos faríamos em conjunto. Seria muito mais rápido e mais proveitoso para nós.

Essa é uma sugestão que gostaria de fazer aos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — As informações que haviam sido solicitadas consistem no seguinte: já foram ouvidas, lá na Comissão, a Frente Municipalista, a ABM e IBAM. Agora está sendo ouvida a Confederação dos Municípios e, amanhã, às 9 e 30 horas, a Associação dos Prefeitos de Capitais e Associação das Regiões Metropolitanas.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Não sei se ainda há tempo de se tentar.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Creio que sim. Se houver uma anuência da Comissão, podemos, quem sabe, marcar para amanhã à tarde ou à noite.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Precisa saber se é oficial ou não.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Precisaríamos consultar a disponibilidade da Associação dos Prefeitos de Capitais.

A SRA. CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Parece-me que, na última reunião, Sr. Presidente, havia um membro da Comissão de Municípios que nos falou que, dia 23, às 9 horas, iriam ser ouvidos alguns prefeitos. Concordamos em que ele formulasse convite para que eles viessem aqui em outro horário. Pareceu-me que isso tivesse ficado mais ou menos assentado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — De que Constituinte se tratava?

A SRA. CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Não me recordo o nome do Constituinte, mas ele estava aqui, disse que era da Comissão de Municípios e que iriam ser ouvidos prefeitos de Capitais; pediu permissão e sugeriu que eles viessem aqui também, e nós concordamos. Inclusive, registrei aqui nas minhas notas.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Teria registro? Nilton Friedrich.

Sugeriria que o Constituinte Manoel Castro fizesse esse contato com os prefeitos da Região Metropolitana que estarão amanhã aqui. Sei que alguns já estão aqui hoje. E a Associação de Regiões Metropolitanas também, pois são temas bastante correlatos. Aguardaríamos, então, um retorno para os procedimentos da convocação.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Sr. Presidente, amanhã à noite, estaremos reservados para isso.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Se os membros da Comissão derem a sua anuência...

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Pode sim, de 17 horas em diante. Mas, temos de discutir se será oficial ou informal. A minha sugestão é para que fosse informal, com todos os membros. Aí seria menos uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Para efeitos práticos, isso depende. Vamos usufruir dos resultados como se oficialmente fosse.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Então, vamos fazer informalmente, marcando para às 17 horas.

O SR. CONSTITUINTE LÚIS ROBERTO PONTE — Sr. Presidente, queria uma informação oficial sobre: primeiro, a data em que se pode ainda apresentar sugestões para a Comissão, se realmente, ficou sendo o dia 6 de maio. Segundo, se essas reuniões após as 17 horas não têm cunho oficial. Até onde estou sabendo, as reuniões da Plenária da Constituinte vão ser antecipadas, no seu encerramento, para as 17 horas, para dar cunho de oficialidade às reuniões das Subcomis-

sões. Terceiro, queria propor, como participante dos debates, inicialmente, que se remetesse ao Ministério dos Transportes, à pessoa do Ministro, a fim de que ele designasse quem deveria vir tratar, numa sessão, de todo o assunto do transporte, a visão governamental do problema dos transportes em todas as áreas. Ele é que designa as pessoas. Indenticamente no MDU, onde poderá e deverá ser lembrada ao Ministro a conveniência do CNDU, que é um órgão ligado a ele, de vir também como participante. Ao setor empresarial, que seja destacada uma sessão para tratar, não só do transporte, que a Câmara também acolhe e abriga os segmentos que produzem as obras ligadas ao transporte, como também a parte habitacional, que seria a reivindicação para o dia 5.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — ... e para o transporte na área urbana, que tivéssemos duas audiências específicas. Uma audiência com o Ministro exige certas formalidades, não só a disponibilidade de S. Ex.<sup>a</sup>, mas inclusive haverá perguntas que não as escolhidas.

A minha sugestão a ser debatida aqui no Plenário é de que tanto o Ministro dos Transportes como o do Desenvolvimento Urbano fossem convidados a comparecer aqui, e nós cuidaríamos de apresentar as questões a serem formuladas a ambos os titulares do Ministério do Governo Samey

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Cardoso) — Dado o número de sugestões, já as devemos ir digerindo para irmos encerrando, também, as etapas.

Em relação à primeira rodada, onde o Constituinte Joaquim Francisco sugeriu um roteiro já bastante amplo, gostaríamos, então, de, ouvido o Plenário, indicá-lo para assumir o fornecimento desse material para a Comissão.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Poderia haver, quem sabe à tarde, uma reunião com o Presidente Ulysses Guimarães, para trocar algumas idéias sobre esse roteiro. Nós o mandaríamos datilografar. A bibliografia que já existisse já saiu.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Estes serão distribuídos também aos Constituintes.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — O trabalho já quase terminado que fiz é que facilita um pouco mais, porque retiraria, dos textos constitucionais, a matéria pertinente à Comissão. É apenas uma maneira mais fácil. Ter que manusear 10 ou 12 Constituições e retirar delas a matéria específica sobre a Comissão é um trabalho um pouco mais técnico.

Sr. Presidente, complementando só com uma última sugestão, ao mesmo tempo me parece que vamos ter que, quando se discutiu em plenário a questão dos Deputados — naquela época até se discutiu constituintes de 1º e 2º graus, quer dizer, aqueles que participariam da Comissão de Sistematização e os que participariam das outras Comissões —, então, optou-se por uma forma democrática de se criarem as Comissões e Subcomissões.

Mas, me parece que a questão de convocação de entidade, de Ministro e tantas outras colocações será sempre tendente a ser realizada pela Comissão. Vai se iniciar aí um processo de certo, não diria choque porque a Comissão é a mesma Mas o Ministro dos Transportes, o Ministro do

Desenvolvimento Urbano, a Associação dos Prefeitos que foi falada agora, irão comparecer à reunião da Comissão.

Parece que vai haver sempre essa tendência para que as reuniões com a Subcomissão específica sejam de caráter informal. Já começa a aparecer essa primeira questão.

O SR. RELATOR (José Ulysses de Oliveira) — Eu discordo, porque aqui as matérias são objetivos. Nós vamos tratar de transporte e vamos tratar do assunto urbano. Então, só dois Ministros, diretos. Agora, na questão urbana, aí teremos o Ministro da Reformas Agrária, teremos o Ministro da Agricultura e outros Ministros; o das Minas e Energia, aí será um todo, aí será uma discussão.

Aqui não; aqui são específicas. Nós precisamos de elementos e da presença do Ministro. Ele, como responsável pelo cargo executivo, tendo todos os dados que nós não temos, precisamos dele aqui, agora. Depois, não precisaremos dele lá mais não, na questão urbana. A Comissão pode até querer ouvi-lo novamente, mas nós precisamos dele agora, no momento, assim como a reforma agrária precisa do Ministro Dante de Oliveira, e do Íris Resende agora, porque agora está sendo discutido especificamente, reiteradamente, o problema da reforma agrária, da questão fundiária. Agora é que o Ministro Íris Resende tem condições de colaborar, fornecendo dados para a Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Eu entendi, mas é porque, do ponto de vista jurídico, a Comissão trata dos assuntos das três Subcomissões. Então, a Comissão, quando convocar, eu não sei qual o critério que foi feito entre o Presidente da Comissão e o Presidente da Subcomissão. Então, as Comissões terão oito audiências com "n" entidades. Estão, essas audiências com a Comissão serão mais amplas. Alguns tratarão do problema da intervenção do Estado, do direito de propriedade, que são assuntos que são gênero do qual a espécie é o direito de propriedade urbana, o direito de propriedade rural.

O SR. RELATOR (José Ulysses de Oliveira) — Lá, eu discordo. Eu acho que vai haver menos a presença dos Ministros. Nas Subcomissões elas são mais importantes do que na Comissão em geral.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Levantei esse ponto de vista não foi nem para discussão teórica, apenas do ponto de vista prático, como é que alguns irão se colocar. Por exemplo, agora, das 4 entidades a que o Constituinte Manoel Castro tinha se referido, uma delas, a Associação dos Prefeitos, ele veio para a reunião da Comissão, não é verdade?

O SR. RELATOR (José Ulysses de Oliveira) — Subcomissão!

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Aí tem alguns detalhes que precisariam ser levantados, pelo menos. Primeiro, o Regimento é explícito, no art. 16:

"Os Ministros de Estado e dirigentes de entidades da Administração Pública poderão comparecer perante às Comissões, quando devidamente convidados para prestar informações acerca do assunto relacionado com a elaboração do projeto de Constituinte."

Ele fala "Comissões."

Há um outro artigo que se refere a organizações e instituições da sociedade. Não fala especificamente do Governo ou das instituições públicas. Mas eu acredito que, dentro da nossa necessidade, nós podemos decidir e também da anuência de um Ministro comparecer aqui, de ser convidado...

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Antes de tudo, eu levantei essa questão exatamente por força do art. 16 e do art. 17, porque os Ministros comparecerão diante das Comissões, e nós somos integrantes de uma Comissão, a Comissão da Ordem Econômica.

O SR. RELATOR (José Ulysses de Oliveira) — Eu não tenho dúvida de que a Subcomissão que trata especificamente da questão urbana teria até uma precedência de convocação dessas áreas, porque ela tem a responsabilidade de levar este assunto, estudando, à Comissão.

A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Eu gostaria de lembrar aqui que o art. 11 das sugestões das Comissões fala de um modo mais formal do convite ao Ministro, inclusive é feito pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

"Convite a Ministro de Estado para comparecimento às Comissões: ser-lhe-á comunicado pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte com a indicação das informações pretendidas, para que sejam estabelecidos data e horário da reunião."

Aí faz remissão ao art. 16 do Regimento; quer dizer que há uma formalística, uma coisa mais formal.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Isto dentro, realmente, de uma exigência maior. Agora, existem Ministros que já estão consultando a Comissão, através da Presidência, no sentido de vir aqui debater, e tal, espontaneamente até.

O SR. CONSTITUINTE LUIS ROBERTO PONTE — Sr. Presidente, eu acho que quando se menciona o Ministro, é no que ele representa em termos de Ministério. Eu acho até que é muito pertinente essa observação do Constituinte Joaquim Francisco que na Subcomissão ele designe funcionários que tratam dos temas. Venha o Diretor-Geral do DNER para tratar do assunto rodoviário, venha o setor da Portobrás, para tratar de assunto ligado a transporte fluvial na Subcomissão. Mas o Ministro é que tem que designar que pessoas deveriam vir para a Comissão para nos dar subsídios. Se o Ministro quiser vir, nada obsta. Nós não temos poder de convocação do Ministro, pelos termos do nosso Regimento Interno, mas eu acho que o Ministro deve dar os elementos para a informação da Subcomissão no que concerne a sua área. Mesma coisa com relação ao MDU. Se não vem o Ministro, ele irá designar os diversos setores do MDU que lidam com habitação. É isso que me parece pertinente. Se o Ministro quiser vir, nada obsta.

O SR. RELATOR (José Ulysses de Oliveira) — O convite deve ser feito ao Ministro.

O SR. CONSTITUINTE LUIS ROBERTO PONTE — E com informações às Subcomissões O convite seria: se o Sr. quiser vir, será muita honra,



se não, o Sr. designe pessoas para aqui vir, para nos dar informações nas diversas áreas envolvidas.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Informalmente se pode consultar, telefonar para o Ministro, telefonar e convidar pessoalmente, informalmente. Não protocolar. E se tiver a anuência aí se fará dentro dos protocolos, dentro do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Eu acho que essa questão pode ser encaminhada desta forma.

O SR. CONSTITUINTE SÉRGIO NAYA — A título de colaboração, esse roteiro que está a ser tratado se poderia ser feito hoje, numa reunião ao final da tarde, ou hoje à noite, para que amanhã pudéssemos.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esta decisão deve ser tomada pelo plenário, quando achar conveniente.

O SR. CONSTITUINTE SÉRGIO NAYA — O roteiro que foi estabelecido hoje à tarde numa reunião. Marcamos fazer uma reunião e estabeleceríamos aqui o roteiro a ser seguido ainda hoje para que amanhã pudéssemos encaminhá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Perfeito.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — E a respeito de problemas de habitação e saneamento são áreas, hoje, que estão completamente desligadas do MDU. Só a título de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Vamos avançando nesse nosso roteiro e eliminando questões levantadas. O Constituinte Ponte sugeria o dia 5, para o convite para a Câmara? Cinco? Não tendo nenhum compromisso para esse dia, 5, poderíamos firmar já, para eliminar esta questão? Fixaríamos, então, para o dia 5, todos concordam? O convite para o comparecimento da Câmara Brasileira de Construção?

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Eu gostaria de saber o seguinte: isso seria uma audiência pública oficial?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sim.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — De acordo com o Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sim.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — E nós iríamos ouvir somente a Câmara Brasileira de Construção ou haveria outras entidades?

O SR. CONSTITUINTE LÚIS ROBERTO PONTE — Constituinte José Ulisses, a Câmara Brasileira congrega todas as entidades brasileiras que trabalham com a indústria da construção, os sindicatos dos diversos Estados, os sindicatos de representação nacional. De forma que, automaticamente com ela estarão aqui presentes todas as entidades que, de um modo ou de outro, produzem a indústria da construção, no setor de transporte, na habitação, no saneamento etc. Os sindicatos de Minas Gerais, por exemplo, todos são filiados à Câmara Brasileira da Indústria da Construção, estão produzindo trabalhos lá, em Comissão conjunta da Câmara, de forma que com isso acho que simplifica, que automatica-

mente estão aqui, virão representantes dessas entidades já que a audiência é pública.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Quer dizer, então, que a Câmara Brasileira viria aqui, a entidade com os seus representantes, e mais? Então, teríamos aqui a CECOV, a ADEMI, do Rio de Janeiro?

O SR. CONSTITUINTE LÚIS ROBERTO PONTE — Todas essas entidades são membros da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; e automaticamente estão falando por intermédio dela própria.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Formalmente a Câmara representa todas essas entidades que citei Agora, na prática, nesses convites ou nesses entendimentos nós podíamos solicitar a elas que viessem, não apenas os seus Presidentes como também, os representantes de alguns Sindicatos.

O SR. CONSTITUINTE LÚIS ROBERTO PONTE — Exatamente a Câmara é constituída de um Conselho que são os presidentes dessas entidades. São 25 membros, presidentes dos principais sindicatos do Brasil, além do Conselho Deliberativo, que é constituído de todos os presidentes das entidades a ela filiadas. Se nós formos convidar entidades estaduais isoladamente, nós vamos criar critérios que certamente não atingiremos. Porque há a CECOV em 20 Estados. Não existe nacional. Há CECOV em cada Estado. Os sindicatos de construção são de cada Estado. A entidade nacional que congrega todos eles é exatamente a Câmara Brasileira da Indústria da Construção. E eles automaticamente vão estar aqui. Nós temos um clima total. Os sindicatos que são filiados à Câmara estão produzindo trabalhos a fim de trazê-los para o grupo de trabalho.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Mas, Ponte, o que nós estávamos discutindo, o meu problema é o seguinte: a Confederação Nacional das Indústrias — o nosso Constituinte Albano Franco é o Presidente — ela congrega todas as Federações de Indústria do Brasil. Mas quando você vai tratar especificamente de indústria, normalmente se ouve a FIESP, de São Paulo, que é a mais poderosa; tanto é que o Governo quando fala, fala com a FIESP. O Ministro da Fazenda vai a São Paulo e fala com a FIESP, porque ela tem o poder maior.

Acho que para uma audiência pública, regimental, a esta Câmara trouxesse essas entidades mais poderosas do setor, em conjunto. Se você traz aqui a Confederação Nacional dos Industriais Brasileiros, a Confederação Nacional das Indústrias, mas a FIESP tem uma posição totalmente contrária. A FIESP é 70% de toda Confederação. É esta a colocação: a FIESP é mais poderosa que a Confederação Nacional das Indústrias. O que o Governo faz é muito criticado porque ao invés dele ouvir a Confederação ele ouve a FIESP, em São Paulo, porque o que vai-se resolver lá, resolve para o resto do Brasil. O que eu quero dizer é que se traga a Associação Brasileira da Construção Civil, mas se traga também a CECOV e a ADEMI, do Rio de Janeiro. A ADEMI, do Rio de Janeiro, é poderosa. A CECOV ou outra, em São Paulo, não sei qual é mais poderosa; mas deve haver uma associação, em São Paulo, pode-

rosa. A construção civil em São Paulo e no Rio de Janeiro é 50%.

O SR. CONSTITUINTE LÚIS ROBERTO PONTE — Permite V. Ex.?

O Vice-Presidente da Câmara é o presidente da ADEMI, do Rio de Janeiro; do sindicato do Rio de Janeiro, é outro; da CECOV, é outro. Eles vão estar todos aqui: o Conselho da Câmara da Construção Civil, os presidentes das entidades. Todas essas entidades estarão aqui porque a Câmara são essas entidades que se mencionou e mais as dos pequenos Estados, que têm suas peculiaridades que também querem ser ouvidas. Com isso, ouviremos todos, porque estarão aqui os conselheiros convidados.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Eu gostaria de fazer uma sugestão complementar para o dia 5, de que estivesse aqui presente, que se fizesse o convite ao Diretor da Carteira Habitacional da Caixa Econômica Federal os Presidente da Caixa Econômica Federal. Que eles estivessem aqui nesse mesmo dia e participassem também.

O SR. CONSTITUINTE LÚIS ROBERTO PONTE — Para mim, não há inconveniente nenhum. Quando se mencionou que o saneamento e habitação estão fora do MDU, a rigor não estão; teoricamente tem uma Secretaria de Saneamento lá no MDU, como tem de habitação, etc. Na verdade, a Caixa Econômica Federal é que tem as atribuições, hoje, de fazer a implantação daquilo que o BNH tinha em termos de PLANASA, de saneamento básico e de habitação. Acho que além do MDU, a Caixa Econômica Federal é imprescindível que participe, talvez na mesma audiência em que venha o MDU. Claro está que se a Caixa e o pessoal da Caixa ligado, que não é o Flávio Peixoto, porque o setor dele só cuida da habitação da parte de saneamento é outro diretor. E acima do Flávio Peixoto, inclusive, tem o Vice-Presidente que cuida do problema habitacional, que é o Maurício Iotti e acima dele tem o Presidente da Caixa. Quem mais está com a problemática do dia-a-dia é realmente o Ministro Flávio Peixoto, que eu diria que é com quem mais se trata hoje do problema habitacional. O problema de saneamento já é outro, que acho que deveria estar também, porque é um dado importantíssimo.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Já que vamos ouvir a Câmara da Habitação oficialmente, todo o problema, está certo ouvirmos os responsáveis da área no Governo, que eles estejam presentes a essa reunião, para alguma informação, para algum esclarecimento. Qualquer membro da Subcomissão que quiser uma informação, como é o planejamento da política governamental para o setor de habitação, para o saneamento, só um elemento encarregado do setor; se há estudos para daqui a 10 anos, 20 anos, 30 anos. Precisamos de esclarecimentos para fazer o nosso juízo. Para quê? Vamos fazer nossa redação e vamos trabalhar em cima de informações, com maior conhecimento de causa.

A minha sugestão é que se fizesse simultaneamente, no dia 5, o convite a esses representantes do setor de habitação do Governo. Creio eu que eles terão o máximo prazer e ficarão muito contentes por estarem aqui presentes, colaborando conosco nesta Subcomissão. Tenho certeza que o Presidente Marcos Freire, o Ministro Flávio Pei-

xoto e outros que não conheço, têm interesse, e realmente são políticos, em participar.

O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE — Claro está que muito nos honrará. Eu só gostaria de lembrar que deve haver uma sessão específica. Além deles virem aqui, o que muito nos honrará...

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — No mesmo dia.

O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE — Mas acho que não vai dar tempo a Caixa trazer todas as suas informações, o MDU trazer todas as suas informações e o Ministério dos Transportes trazer todas as suas informações.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Transportes, não. É só o setor habitacional. Já que vem a Câmara da Construção Civil, vamos trazer o pessoal da Caixa Econômica Federal.

O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE — Mas, já, para eles trazerem as informações?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE — Acho que além de eles eventualmente virem, deve haver um dia específico, porque há muitos dados. São 8 sessões. A quem iremos ouvir, se não ouviremos a entidade governamental?

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — E o problema ferroviário? E o problema do transporte aéreo? O problema do marítimo? O problema do transporte de...

O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE — Esses problemas, comparativamente ao problema urbano, são absolutamente diminutos em termos constitucionais. O problema urbano e o problema de saneamento, que estão com a Caixa Econômica Federal...

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Eles viriam aqui, Constituinte Ponte; apenas a Câmara Brasileira estaria presente; qualquer informação, eles colaborariam.

O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE — Não há dúvida. Não é isto que estou dizendo. Acho que além disso, eles têm um quadro de informações. Na minha opinião é indispensável que eles venham aqui trazer um testemunho, uma exposição longa. Na minha opinião, na minha visão, toda a problemática da Caixa é que ela operacionaliza todo o problema de saneamento, que é uma coisa gravíssima.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — demos fazer 20 minutos de exposição e ficar duas ou três horas debatendo com eles, depois, informalmente. A Câmara Brasileira da Construção Civil, o Presidente da Caixa Econômica Federal, o Flávio Peixoto, que é da área habitacional — podemos ficar debatendo à noite, sem estar preso ao regimento. É esta a minha sugestão, que não ficasse só na Câmara; aproveitasse a oportunidade e trouxesse as outras entidades representativas também.

A SRA. CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Acho que com a sugestão do Constituinte Ponte, nós vamos ouvir a visão empresarial. A outra, seria a visão governamental. Não podemos nos esquecer que temos que ouvir o setor representativo

em termos de população de associações. Temos as três visões. Não sei como poderíamos conciliar, nessa reunião do dia 5, a visão empresarial, com a visão governamental. Para melhor formarmos o nosso juízo, eu concordaria aqui com o Constituinte Ponte: teríamos que extrair o que a visão empresarial teria a nos dizer, depois ouviríamos a Caixa Econômica, tendo em vista a política habitacional que faz, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e depois teríamos que ver toda aquela visão de população organizada, como eles vêem tudo aquilo, como sentem o problema, como eles colocam o problema, porque aí teríamos os três ângulos da questão, para formarmos o nosso juízo.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — A minha sugestão é a seguinte: nós daríamos tempo para o representante de bairros, os inquilinos, os compradores, a quem mora. Cada representante, tantos minutos. O pessoal governamental, tantos minutos, etc. Fariamos um debate amplo, todos participando. É esta a minha idéia.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Seria bom lembrar quais são as 8 audiências, com que vamos nos ocupar. Vamos ver quais são as 8, as principais propostas das entidades.

O SR. CONSTITUINTE SÉRGIO NAYA — Se essas reuniões fossem ao final da tarde daria mais tempo, que poderia se prolongar, porque a tarde temos Plenário e pela manhã trabalharíamos aqui, em grupo fechado, de acordo com o roteiro preestabelecido. Quero esclarecer que com a extinção do BNH, toda a parte de saneamento e urbanismo foi deslocada para a Caixa Econômica, foi incorporada. É notório, é por demais conhecido que o MDU está por demais esvaziado, ou seja, a Serna — Secretaria do Meio Ambiente — e um outro órgão, que me falha a memória.

Além da Câmara, da Ademi, temos que trazer aqui a Confederação Nacional de Transportes de Carga, as federações comunitárias, devem estar presentes, e têm muitas sugestões a dar. Acredito que se reuníssemos a Câmara Brasileira da Construção e a Cencov, Ademi e a Caixa seriam o bastante, porque só temos 7.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Acharmos que poderíamos estabelecer isso se o Plenário assim aprovar e nos reunirmos à tarde, embora a duração das Comissões tenha um prazo estabelecido de três horas, mais ou menos. Seria, no caso, de 9 às 12 horas e também à tarde, por um período igual; caso houver necessidade, pode-se prorrogar até o limite que se desejar e o tempo for possível.

À indagação do Constituinte Pontes, colocaríamos que algumas organizações são do Estado, já foi dado ao conhecimento da Subcomissão; outras, foram sugeridas pelos Constituintes; também estão elencadas; e outras mais estamos neste debate apontando: é o caso das organizações populares, é o caso de outras organizações que nem se candidataram e nem foram sugeridas ainda formalmente. Podemos listar tudo isso agora, hoje, e aprovar o roteiro em função dessas indicações.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Eu gostaria, Sr. Presidente, preliminarmente, de votar a minha sugestão, em que o setor de transportes é dividido em quatro setores: o marítimo,

aéreo, ferroviário e rodoviário. E o problema urbano: metropolitano, habitação e saneamento, ecologia.

Não podemos ouvir duas, três, quatro entidades do setor marítimo, sem ouvir nenhuma entidade dos setores ferroviário, rodoviário e transporte urbano. E vice-versa, não podemos ficar discutindo só sobre habitação.

É preciso fazer o roteiro baseado em todos os setores.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sugestões concretas sobre o assunto: começariamos pelo setor de transportes, considerando que o transporte é secundário em relação à questão urbana.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — O Brasil pagou 4 bilhões de dólares, o ano passado, de frete.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Quem convidaremos para falar sobre o transporte marítimo?

O SR. CONSTITUINTE SÉRGIO NAYA — Há uma entidade, de longo curso, que tem interesse. Acho que ela e outros armadores estariam aqui no mesmo dia.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — A minha sugestão com relação ao problema das audiências é de que pudéssemos dar um tratamento, por exemplo, na área urbana vamos chamar o setor empresarial, que vem representado pela Câmara Brasileira de Construção Civil e estamos diligenciando, informalmente, parece-me que o Constituinte Ponte se comprometeu com isso, de que a Câmara viesse. Na área do transporte, vai ser mais difícil, mesmo porque a própria setorialização nos obrigaria a ter uma visão de cada um desses setores. Na minha sugestão, na prática é que chamássemos, por exemplo, a área empresarial e aí não apenas numa audiência, embora essa audiência fosse informalmente dividida pelas diversas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Na área de transporte, qual seria a sugestão?

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Uma para as empresas aéreas, uma para o setor rodoviário, uma para o setor ferroviário e uma para o setor marítimo. Portanto, só uma audiência. Fariamos uma audiência, para efeito formal e essa audiência seria subdividida em quatro, de duas horas cada.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Aérea, marítima, ferroviária e rodoviária?

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Os Srs. não estão entendendo; consideram uma só, para efeito formal, e poderá ter oito, não mais de oito. Na prática, seriam reuniões informais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Nós sugerimos que fosse definido esse setor de transporte, para depois passarmos ao setor da questão urbana.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Precisamos saber quantas pessoas vão tratar da questão urbana.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Vamos colocar umas três ou quatro pessoas.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Acho que cabem três, devido à complexidade.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — É transporte rodoviário, é transporte urbano, é transporte de carga.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — A minha sugestão é que ouçamos quatro da urbano e quatro da transporte; divide-se igualmente.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Acho que a urbano é mais complexo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A questão urbana é muito mais complexa. Transporte a rigor não deveria nem estar constando como título aqui, porque a questão urbana compreende habitação, saneamento, segurança. Quanto a transporte é um subtítulo da questão urbana.

Foi distribuído o calendário, com os seguintes prazos: a começar pelo dia 9 de abril, o prazo base; o período da Subcomissão, 45 dias — Art. 17, parágrafo 4°

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Bastaria isso. Temos, então, 30 dias para concluir o trabalho da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Trinta dias, com ou sem discussão preliminar, o Relator da Subcomissão irá elaborar o relatório com o anteprojeto e realizaremos cinco a oito reuniões para audiências públicas.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Temos trinta dias de prazo corrido, que significam, na realidade, para sermos realistas, 23 e 4 dias. Nesses 24 dias, temos que distribuir, retornar só o domingo, imaginando que vamos trabalhar no sábado pela manhã, à tarde e à noite. Então, teríamos 23 ou 24 dias para fazer essas 7 audiências que nos restam. Estou tentando acomodar o prazo, porque o Relator também tem que ter, parece-me, umas 48 horas para concluir o trabalho. Então seriam 22 dias.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Dia 11 de maio será a apresentação do relatório com o anteprojeto.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Essa reunião do dia 5 estou achando muito longa, porque vamos fazer uma reunião no dia 5; dia 6 é o último dia.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Vai ser prorrogado esse prazo.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Dia 6 é o último dia para apresentação de propostas e dia 11 tem que ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Dia 11 é a apresentação. Depois, tem 2 dias para publicação dos avulsos.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Já foi prorrogado esse prazo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Distribuição dos avulsos, dia 14 de maio e 5 dias discussão e apresentação de emendas pelos membros da Subcomissão. Isso vai até o dia 19. O dia 19 é encerramento das discussões.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Será para o relatório final do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — E daí, 72 horas para o parecer do Relator; a partir do dia 19.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Sr. Presidente, o que estou querendo externar aqui de forma direta e objetiva é tentarmos, nesse tempo que temos, excluído o domingo, só para efeito de raciocínio, pode ser até que o Plenário decida trabalhar sábados e domingos. Nós teríamos 22 dias para distribuir essas 7 reuniões, a apreciação das nossas sugestões que estão chegando e irão chegar em número ainda maior e dar um prazo ao Relator de 48 horas para ele apresentar o relatório final, só para efeito de ver o princípio, meio e fim da organização final do processo. Creio que isso já é preocupação do Presidente, mas como estamos discutindo em termos de montar hoje o roteiro e o relatório global dos trabalhos, ele teria que distribuir tantas audiências em tais cidades, tantos dias para apresentar as propostas, as Comissões que iriam, em grupo de 1 ou dois, auxiliar o Relator em algumas matérias e, enfim, o relatório final do Relator, que seriam 2 ou 3 dias, que irá depender da velocidade do Relator. Vinte dias é um prazo curto.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Temos que atropelar o calendário.

Está em discussão a distribuição das audiências públicas. (Pausa.)

Procede-se à distribuição das listas de audiências públicas.

A sugestão encaminhada concretamente é que se ouça, em uma audiência, as diversas áreas de transportes: aéreas, marítimas, ferroviárias, hidroviárias.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — V. Exª tem a palavra.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — A minha sugestão é que num dia qualquer, 29 de abril ou 4 de maio ou 6 de maio, façamos uma audiência. Esse dia seria dedicado a audiência. De 9 às 11 horas entram os marítimos; de 11 às 12h30min, os ferroviários; depois, o aéreo. E que se considerasse isso, porque a minha sugestão completa é que tivéssemos 5 audiências do setor de urbanismo — já tivemos uma — e que ouvíssemos o Clube de Engenharia, de maneira informal, ou as entidades dos engenheiros que se propusessem a vir — inclusive, são importantes para a área ambiental. Dividiríamos um grupamento em 5 audiências: um seria o das entidades de profissionais liberais; o segundo, o dos moradores, dos mutuários, das associações de bairros.

Ficariamos com a sugestão do nosso companheiro Constituinte Sérgio Naya aqui ao lado, inclusive também foi sugerido pelo Presidente, que se chamem as entidades que participaram mais ativamente da discussão do projeto de desenvolvimento urbano. Inclusive a minha sugestão, desde o outro dia, era no sentido de que se tomasse a iniciativa de fixar uma data para se contactar com essas entidades, porque o seu poder de mobilização é relativamente menor do que o da área empresarial.

Assim, haveria uma audiência das entidades de profissionais liberais; uma, dos moradores e

mutuários de associações de bairros; outra, do grupo empresarial, a qual já está certa para o dia 5; e a outra seria, se confirmarmos hoje, a associação de municípios, de prefeitos, considerando tudo isso uma única audiência, embora sejam separadas, porque as entidades são à parte. Poderíamos pedir, informalmente, à ABM e às outras entidades.

Finalmente haveria uma parte do Governo. Acho que na questão urbana, independentemente da questão do papel operacional do MDU, ser ou mais substantivo, historicamente, o MDU é que vem se preocupando com a parte mais substantiva.

A matéria constitucional que vamos debater, envolvendo temas como o problema da propriedade, o problema do sistema tributário progressivo, o problema da própria gestão democrática, que foram itens debatidos aqui com os arquitetos, é para mim muito mais substantivo do que a parte operacional do setor habitacional e de saneamento. Assim, acho que o MDU é fundamental, mas eu consideraria as entidades de Governo como um outro grupamento, ficando de acordo com a sugestão da nossa colega a Constituinte Myrian Portella, no sentido de que tenhamos 5 grupamentos, ao invés de 4: o Governo, a nível federal; as entidades de profissionais liberais; os moradores das associações comunitárias; os empresários; e a parte que poderia ser considerada ou não informal, da questão dos municípios e prefeitos. Com isso, cobriríamos as 5 áreas do setor urbano.

No setor de transporte, haveria uma área empresarial propriamente dita e uma outra área seria do Governo. Neste caso, acho que o plano da EBTU já está no MDU, é uma entidade importantíssima para a questão do transporte, já que é uma questão exclusiva do setor urbano. E até mesmo a questão da CBTU que, mesmo sendo ferroviário, abrange cidades importantes como Rio e São Paulo, onde estamos convivendo permanentemente com o problema do transporte ferroviário — recentemente, o episódio da Central do Brasil fez tornar momentosa essa questão. Então, uma parte da área de transporte do Governo já está na área urbana. Mas, independentemente disso, acho que teríamos que ter um setor de Governo, na área de transporte e um setor empresarial. No entanto, tenho dúvida — e preciso da colaboração dos nobres Constituintes — sobre quem seria o terceiro segmento? Ao setor de usuários cumpre esclarecer isso. O setor de transportes da área urbana é muito complexo. O setor de carga teria algum órgão sindical? O que é extremamente complexo. Só o setor marítimo, por exemplo, tem não sei quantos sindicatos, e nenhum deles, talvez, represente aquilo que seja o sentimento do universo. Este seria o terceiro segmento.

Se definirmos esses critérios, teremos os grandes segmentos, estando as oito audiências definidas por estes segmentos maiores e, dentro de cada segmento, faríamos reuniões informais ou formais, de acordo com as nossas possibilidades de agenda, em termos de data. Esta é a sugestão.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Na proposta de S. Exª com relação à questão urbana, S. Exª se esqueceu de uma entidade hoje muito importante no mundo moderno, quanto ao problema da área verde, do meio ambiente

e acho que deve aqui comparecer; não podemos ouvir todas as entidades sem ouvir os representantes do verde, o chamado Partido Verde.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — A minha sugestão foi que ouvíssemos as entidades de profissionais liberais. Existe uma série de entidades voltadas, inclusive com estudos concretos, como a própria SBPC, quanto à questão do meio ambiente, e outras entidades que deverão ser ouvidas neste sentido.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Neste caso é uma entidade específica, não importando a profissão. Com relação ao problema do transporte, acho que temos que ver o problema mais sério, hoje, para o Brasil — e não para o usuário internamente, mas para as relações internacionais — que é o problema do marítimo. Realmente, temos vários problemas: a evasão de dólares muito grande, o problema da SUNAMAM e o dos estaleiros. Acho que devemos ouvir essa classe, a dos marítimos.

Devemos ouvir uma entidade empresarial, por exemplo, no setor de transporte e, simultaneamente, na mesma sessão, ouvir um representante do Governo. Não é preciso ouvir somente o empresário, a entidade representativa, o sindicato, a federação. Simultaneamente podemos ter presente, ou logo após, na mesma audiência, um representante do Governo, um ministro ou que ele indicar para representá-lo. Ouvir-se-ia o Governo e a entidade representativa da classe, os interesses rodoviários, ou transporte. Esta é a sugestão que indico para todos os setores, no sentido de agilizar.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ ROBERTO PONTE — Acho que a idéia do Constituinte José Ulisses de Oliveira é convidar, no dia em que houver o debate com os empresários, por exemplo, as autoridades públicas que tratam do assunto, e que farão a sua discussão, num outro dia, para estarem presentes aqui, podendo até intervir. Não há dúvida.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — No dia em que vier aqui o representante da indústria de ferrovias, do sindicato de ferrovias, vem aqui também o Presidente da Rede Ferroviária Federal. O Presidente vem aqui trocar idéias conosco e, para qualquer informação, ele estará aqui, bem como o representante do Sindicato da Indústria de Máquinas, por exemplo. O mesmo ocorrerá com o setor naval, vindo simultaneamente o Governo, para dar algum esclarecimento, porque o empresário virá aqui para tratar dos seus interesses e os da sua classe, o que está certo. Há ainda o problema dos representantes dos sindicatos dos empregados dos navios, dos estaleiros. Essa classe também tem que ser ouvida, para que ouçamos o lado contrário, o lado contraditório.

A SRA. CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Até o presente momento, ainda não consegui situar o problema do marítimo, o problema do rodoviário, dentro da questão urbana.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Dentro da urbana, não. É uma outra questão.

A SRA. CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Acho que, fundamentalmente, estamos tratando da questão urbana. Se vamos chamar o sindicato

dos marítimos, naturalmente eles vão trazer seus direitos, vão postular os direitos, vão tratar muito da questão de trabalhadores do que da questão urbana.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Mas é interessante. Por exemplo, a DOCENAVE tem bandeira de vários países do mundo, que é da Vale Rio Doce, e que se instala em vários países do mundo, e seus tripulantes não são brasileiros, são da Birmânia, da Tailândia. É o problema do custo, pois não há Fundo de Garantia. Não vou discutir se a Vale Rio Doce está certa ou não, mas é um debate que teremos de trazer. A Vale Rio Doce, por sua vez, precisa ter lucro para distribuir seus dividendos a seus acionista e esta é uma questão da qual não vou entrar no mérito. Há interesse para quem trabalha nos navios, porque os navios de bandeira brasileira ficam aqui no Brasil e não lá fora, e se contrata tripulantes de outras nacionalidades. É uma questão que interessa.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tenho a impressão de que podemos objetivar. Se aprendi bem a sugestão do Constituinte Manoel Castro, de que a questão urbana poderia ser discutida em cinco audiências, que não precisariam significar cinco reuniões apenas, mas tantas quantas fossem necessárias, mas oficialmente, consideradas cinco e que pudéssemos prorrogar ou continuar no outro dia, com outra entidade e que fossem dedicadas três reuniões para tratar da questão dos transportes e já há sugestões de algum encaminhamento.

O Plenário concorda com esta proposta? Três para a questão de transporte e cinco para a questão urbana? Todos de acordo? (Pausa.)

Aprovado.

Em relação à questão urbana existe a proposta de se ouvir o segmento dos profissionais liberais, e que já foi ouvido um segmento, portanto, teriam outros a serem indicados aqui; as organizações populares, e aí têm diversas formas; a organização dos empresários; associação de municípios e entidades governamentais. Poderíamos avançar por aí? Então, em relação a entidades profissionais, temos algumas solicitações encaminhadas e outras sugeridas.

Temos aqui a Federação dos Engenheiros do Brasil e Sindicato dos Engenheiros de São Paulo que estão — se propondo a discutir a questão de transporte, principalmente; a Associação Nacional dos Transportes Públicos, Associação dos Armadores e daí vem a Marinha Mercante, Sindicato Nacional de Empresas de Navegação Marítima, Associação Nacional de Transportes Intermodal e Global e de Transporte Oceânico e Agência Marítima.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Sr. Presidente, temos várias entidades representativas a nível nacional. Já ouvimos as entidades representativas dos arquitetos do Brasil, já ouvimos as entidades representativas da categoria profissional; agora vamos ouvir a dos engenheiros, para haver diferenciação, subdivisões, mas é quase tudo a mesma coisa; o curso básico é

o mesmo, já ouvimos essa área. Acho que não podemos mais ouvir profissional liberal, temos que ouvir as entidades representativas a nível nacional que representem do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Temos poucas audiências.

O SR. CONSTITUINTE SÉRGIO NAYA — Sr. Presidente, sugiro uma audiência para ouvirmos o setor de transporte rodoviário urbano e de carga; um para o setor marítimo e hidroviário; e mais outro para o setor aéreo e ferroviário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Todos concordam com a sugestão de dedicarmos uma audiência para o transporte rodoviário urbano e cargas, um para o marítimo e hidroviário e outro para o aéreo ferroviário? Todos de acordo? (Pausa.)

Aprovado.

Agora, as indicações específicas.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — A terceira audiência para o setor aéreo e ferroviário. Primeiro, fizemos a divisão: três audiências para o setor de transportes e cinco para o setor urbano; agora temos que fazer a divisão da questão urbana que são cinco dias. Já temos quatro, já ouvimos um setor liberal, agora temos que ouvir por entidades, e parece-me que já foi aprovado aqui a do setor de habitação. Então temos, na realidade, três audiências.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Todos de acordo com as observações?

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Sr. Presidente, está havendo um debate simultâneo de duas propostas. Minha sugestão é de que na área de transporte nós fizéssemos três conjuntos de audiências, sendo uma na área empresarial. Há uma sugestão que eu respeito, embora discordo do nosso eminente Relator, no sentido de que as audiências pudessem ser feitas simultaneamente com as presenças dos setores público e privado, com o qual não discordo, mas acho que não podemos deixar de ouvir o setor governamental de transportes, através não só do Ministro, mas do que S. Ex<sup>a</sup> acha que deva ser representativo na área urbana, na área marítima, ferroviária, etc...

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Perfeito; de pleno acordo, mas não fica excluído, acho que pode ser perfeitamente respeitada a questão empresarial.

O SR. CONSTITUINTE LEZIO SATHLER — Sr. Presidente, estou recebendo aqui, acompanhando o raciocínio de S. Ex<sup>a</sup> Ali, sugestão para ouvirmos a área dos trabalhadores, representada pela CONTEMAF — Confederação Nacional dos Trabalhadores e Transportes Marítimos, Aéreos e Ferroviários, que seria a parte dos trabalhadores e que estaria incluída na mesma audiência.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Perfeito, de acordo.

O SR. CONSTITUINTE LEZIO SATHLER — Está aqui; temos também o trânsito, que seria representado pelo próprio Conselho Nacional de Trânsito, o CONTRAN e pelo Departamento Nacional de Trânsito — O DENATRAN — e o mesmo que tivesse o CONTRAN estaria o DENATRAN também.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Sr. Presidente, apenas para agilizar, sistematizar a nossa discussão, já foi aprovada a subdivisão e também aprovada, de acordo com a proposta do Constituinte Sérgio Naya, as divisões de transporte, por audiência. Agora, pediria ao Presidente que fôssemos discutir somente a divisão da questão urbana, em três, porque na realidade, já ficou aprovado aqui, a da Câmara Brasileira da Habitação, já foi a dos arquitetos; agora temos somente três audiências públicas para discutirmos, depois nós daríamos os nomes das entidades. Primeiro, discutir — já ouvimos habitação; depois saneamento, o problema do meio ambiente, etc... Vamos discutir quais as entidades que deverão aqui comparecer.

O SR. CONSTITUINTE LÚIS ROBERTO PONTE — Tenho uma proposta sobre isso, Sr. Presidente; exatamente, as três audiências seriam o setor governamental, MDU e Caixa Econômica Federal numa sessão; segundo, setor dos municípios; e terceiro o setor dos mutuários, da comunidade, organizações populares. Completaria, com isso, as cinco audiências do setor que é mais ou menos a proposta que o Constituinte Manoel Castro tinha feito.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Só gostaria de colocar que nós não deveríamos ficar limitados a um número exato de três reuniões. Podemos fazer dez reuniões e considerar três, desde que a gente prorrogue para o outro dia, por mais um dia, não temos essa limitação, acho que devemos trabalhar bastante liberados desse formalismo de três reuniões para isso ou aquilo. Se tivermos dez entidades e quisermos considerar uma audiência para dez entidades, podemos desdobrá-la em três capítulos, em três reuniões, não tem problema a limitação.

O SR. CONSTITUINTE LÚIS ROBERTO PONTE — Nessa audiência com a comunidade, com as entidades, o setor dos profissionais liberais também ficaria incluído nela: os mutuários, as comunidades e os setores de profissionais liberais. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O setor empresarial está marcado para o dia 5 de maio, terça-feira, às 9 horas. Agora, vamos discutir cada um dos representantes a vir aqui. No setor governamental, no de município, comunidade, pode-se participar de todas, pode-se escolher uma específica para participar. Quem quiser sugerir, pode fazê-lo que anoto. Caso contrário, fica na generalidade.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Os profissionais liberais já foram ouvidos.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Sr. Presidente, no caso das entidades profissionais liberais, do mesmo jeito que já ouvimos o IAB, com três entidades ligadas a esse assunto, que possamos ouvir outras categorias, inclusive, aqueles profissionais que tratam especificamente do meio ambiente. Existem algumas propostas concretas. Por exemplo; os arquitetos disseram que eles, as três entidades, na questão do meio ambiente se omitiam de fazer proposta, endossando a proposta da SBPC; o mesmo aconteceu com outras categorias profissionais. Eu vi, igualmente, dos economistas a mesma coisa. Então, há uma

Comissão que envolve especialmente o meio ambiente, pois estamos tratando do transporte, o que nada impede que profissionais liberais que, como outras entidades que tratam do meio ambiente, aqui compareçam. Nós podíamos, inclusive, convidar a própria SBPC que, a nível nacional, me parece está liderando essa questão do meio ambiente, pelo menos está sendo a entidade que tem sido apoiada por outras importantes entidades da vida nacional. Acho que isso não impede, eventualmente. Por exemplo: quanto à questão urbana, não vejo prejuízo à nossa Comissão trazer algum representante do meio jurídico, porque a questão jurídica que envolve a propriedade, que envolve o problema de desapropriação, que envolve o problema dos terrenos foreiros, é uma questão iminentemente jurídica, portanto nada impede de convidarmos o pessoal da OAB ou quem possa discutir essa questão. Vamos deixar em aberto, de acordo com as palavras do Presidente, para que na área de profissionais liberais, possamos ouvir outras entidades, e não dar por encerrado. Gostaria de ouvir a OAB sobre as questões jurídicas pertinentes ao problema da propriedade.

A SRª CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Gostaria também de ouvir a OAB.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Outro ponto aqui: dentro das linhas de entidades comunitárias, uma das entidades de nível nacional, que tem inclusive trabalhos publicados sobre a questão urbana, é a CNBB, que tem um trabalho publicado há mais de dois anos sobre a questão. São essas outras entidades, também, que devemos ouvir, de modo geral. Devemos ouvir essas outras entidades representativas. Acho que a CNBB, como a OAB, deveria ser ouvida sobre a questão.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Sr. Presidente, essa proposta pode ser ouvida não dentro do Regimento. Acho muito bom ouvir a CNBB, a OAB, mas, informalmente, fora do esquema das cinco audiências públicas da questão urbana, porque são todas importantes, mas o que estamos mais diretamente ligados, o que temos mais necessidade, o dia-a-dia da questão urbana é o problema dos mutuários, do empresário que constrói. Estes precisam realmente, têm mais o que dizer, assim como tem a Caixa, como tem o comprador. O resto é mais teórico. A OAB vem dizer teoria de Direito, como advogado eu sei, mas o mutuário, o inquilino tem coisa a dizer para nós; o construtor, o que faz o loteamento, tem, coisa a dizer para nós; o Governo que empresta dinheiro tem coisa para dizer, diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em relação à audiência do dia 5 de maio, às 9 horas da manhã, quem mais convidaríamos para participar? Apenas como expositor principal a Câmara. Mas alguém sugeriu que convidássemos outros órgãos.

O SR. CONSTITUINTE LÚIS ROBERTO PONTE — Acho que convidando o MDU e a CEF podemos até fazer perguntas, colocações, mas não como tema específico do debate, a exposição das entidades produtivas ligadas ao setor habitacional, de saneamento, até de construção de estrada, que está tudo envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Não como expositores, mas como participantes.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Uma questão para esclarecer, Sr. Presidente. Eu gostaria de saber se o Constituinte José Lins, Presidente da Comissão da Ordem Econômica, já forneceu a V. Exª a pauta das reuniões da Comissão da Ordem Econômica?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Não chegou à Secretaria; ainda não recebemos.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Porque poderia ser que S. Exª, caso houvesse fornecido, já tivesse convidado algumas dessas entidades para a reunião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Creio que não há nenhum convite ainda oficial por parte da Comissão, até porque me parece que ela vai aguardar o trabalho aqui para depois iniciar esse trabalho lá, mas teremos uma reunião já convocada pelo Presidente José Lins

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — No caso de haver a convocação pela Comissão, então nós teremos de compatibilizar a nossa agenda com a da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Por enquanto, não há nenhuma incompatibilidade.

Em relação aos outros itens da questão urbana, relativos às comunidades SBPC, CNBB, Meio Ambiente há alguma sugestão de entidades, além dessas citadas? Da FAMERJ, a natureza dela; tem a FRACAB

A SRª CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Tem a CONAN também que é a associação dos moradores.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — SBPC e CNBB também são considerados no mesmo capítulo de comunidades, representantes da sociedade. É o interesse pelo lado da sociedade. Todas essas organizações seriam convidadas numa, duas ou mais audiências; isso não teria nenhuma restrição. Há uma sugestão de calendário neste sentido, ou consultariamos? Porque pelo nosso fluxograma, dia 11 terá que ser apresentado o Relatório; é o prazo limite.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Podíamos, possivelmente, estabelecer o dia 9, para que o Relator tivesse 48 horas para fazer o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — S. Exª terá, agora o relatório final que deverá ser apresentado dia 25. Já é o encaminhamento do projeto, discutido, aprovado e redigido. O encerramento da votação será no dia 23 ou 24.

Poderíamos também ampliar, convidando o IBAM, a Associação Brasileira dos Municípios, a ABM, e os Prefeitos das Capitais. A reunião com os Prefeitos das Capitais poderá ser amanhã, às 17 horas, nesta mesma sala, e às 9 horas, pela manhã, a relativa ao BAN e ABM. Em relação às entidades tipo FAMERJ, FRACAB e outras desse gênero como a SBPC, CNBB podemos fazer mais de uma reunião. Uma audiência engloba mais de uma sessão.

O SR. CONSTITUINTE SÉRGIO NAYA — Sr. Presidente, o que ficou acertado aqui é que convidaríamos entidades que trouxessem assuntos

substanciais, coisas mais concretas, e não entidades tipo CNBB, porque iríamos cair no vazio. Por exemplo: convidar a FAMERJ que é uma das mais atuantes no Rio, como a Associação de moradores da Ceilândia, precisamos ter substâncias concretas.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sim, ambas foram sugeridas, tanto a CNBB como as outras, a não ser que o Constituinte deseje fazer um veto, ou uma contraproposta, ou coisa desse gênero.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Sr. Presidente, acho que devemos ter a presença da OAB, da Igreja, ou ouvir a CNBB aqui, porque são importantes os serviços dessas comunidades, em todo o País. A CNBB hoje é tão importante, inclusive do ponto de vista funcional, pela experiência que já acumulou com as próprias entidades arrematadas. Não vejo nenhuma distinção entre elas. Devemos ouvir essas entidades em qualquer outra reunião, especificamente a OAB e a CNBB, porque na hora que formos discutir, por exemplo, a questão do uso social da propriedade, poderemos convidar para esta reunião a CNBB e a OAB para um debate conosco aqui.

A SR. CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Concordo com o nobre Constituinte, porque acho que a CNBB é da mais ampla importância, porque ela tem uma visão de vivência e um diagnóstico da situação. Acho que não podemos discriminar a CNBB porque ela tem, inclusive, documentos sobre estudos realizados. Nós temos que ouvir todos os lados.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Perfeito. Não há veto por parte do nobre Constituinte. Eu só gostaria de lembrar que só temos uma audiência aprovada para essa questão urbana, que é a da Câmara e estamos discutindo a segunda audiência, que seria das organizações populares, dia 4 de maio, segunda-feira.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Sr. Presidente, não pode antecipar o prazo? V. Ex.ª está deixando muito em cima da hora e eu, como Relator, terei dificuldades depois do dia 4 ou dia 5 de maio, porque ainda teremos que discutir. Caso contrário, não iremos discutir, vamos só ouvir o que as entidades nos dizem, e não haverá tempo para discussão. Então, seria melhor a gente passar a semana toda para depois só discutir.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Mesa estava propondo apenas o que foi sugerido, isto é, uma única data. V. Ex.ª sugere outra?

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Vamos, então, ouvir as entidades para depois discutirmos. Sugiro dia 27, segunda-feira próxima. Vamos trabalhar: trabalho em cima de trabalho.

A SRA. CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Quer dizer, nós temos que apreciar as sugestões constitucionais que estão se avolumando.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Se propõe, então, que a segunda audiência das comunidades seja feita dia 27, segunda-feira.

O SR. CONSTITUINTE MÁRCIO LACERDA — Sr. Presidente, como bem falou a Constituinte Myrian Portella, nós estamos com problemas para analisar e apreciar as propostas constituintes que

continuam chegando. Se nós vamos ouvir e discutir, nos últimos dias, as audiências públicas, a que horas nós iremos discutir as propostas, votá-las e aprová-las?

A SR. CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — No turno da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Então, sugestão para as organizações, comunidades e meio ambiente, dia 27, às 9 horas.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Sr. Presidente há o problema de não dar **quorum** na segunda-feira, como o caso que houve de uma outra subcomissão. Acho que esse problema de associações comunitárias, federais, o melhor dia para eles chegarem em Brasília, pela distância que existe é uma segunda-feira.

A SR. CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Acho que para as organizações populares se pode, sem querer, criar um clima para que elas não estejam aqui. O dia está muito em cima, a data também muito premente. Nós temos que ver que têm organizações que se deslocam da manhã para a tarde, outras não.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Então, como sugestão colocaríamos como última audiência.

A SR. CONSTITUINTE MYRIAN PORTELLA — Como última audiência, para se poder ter contato, assim é mais lógico.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Nós temos que votar, analisar e discutir as sugestões dos Constituintes, nós não podemos ficar no prazo final, até o dia 2, só com o problema das audiências públicas.

O SR. CONSTITUINTE MÁRCIO LACERDA — Nós podemos discutir, nas reuniões que sejam disponíveis, as questões que chegarem. Nós temos quantas sessões até o dia 5? É muito simples nós vemos: amanhã temos uma reunião. Depois, nós temos outra sexta-feira. E nesta semana não dá mais como convocar ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Para o dia 4 foi levantada a hipótese de termos dificuldades de **quorum** às segundas-feiras. Mas podíamos fazer dia 4 à noite.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Sr. Presidente, eu voltaria a sugerir o seguinte: que de qualquer forma a Presidência da Comissão fizesse alguma correspondência a essas entidades que serão ouvidas e também para outras entidades, porque algumas não serão ouvidas. Talvez uma correspondência, solicitando o encaminhamento de sugestões que pudessem ampliar o universo de atuação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — peça a Secretária anotar isso, para depois providenciar. De acordo.

O SR. RELATOR (José Ulisses de Oliveira) — Quanto ao transporte, então, ficou distribuído nos 3 dias: marítimo, aéreo e rodoviário, nesta ordem. Agora, precisaria definir a quem convidar em cada uma delas. Depois, a questão urbana fica no dia 23 — os municípios e capitais; dia 4 a Caixa Econômica, e o MDU, à tarde, 17 horas; dia 5, às 9 horas, a Câmara e as entidades populares; dia 6 de maio, as comunidades. Já foi sugerida esta

data, e contestada pelo fato de ser muito em cima da hora, e as entidades populares serem as mais difíceis de se convocar.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Por levarem maior tempo para chegar até aqui.

O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE — Agora só falta decidir sobre as entidades. A empresarial está liquidada: o Governo, a Caixa e o MDU. E da área do transporte, a EBTU.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Da área urbana foi sugerida a Câmara.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Sr. Presidente, sugiro então uma reunião para continuarmos esses assuntos, para às 17 horas.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A sugestão é para hoje à tarde, às 17 horas. Todos concordam? (Pausa.)

Aprovado.

Encerramos a reunião, e convocamos hoje para às 17 horas.

(Levanta-se à sessão as 13 horas e 7 minutos.)

#### ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às dezoito horas e oito minutos do dia vinte e dois de abril do ano de hum mil, novecentos e oitenta e sete, em Sala de Reuniões do Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão de Questão Urbana e Transporte, sob a Presidência do Senhor Constituinte Dirceu Carneiro, presentes os Senhores Constituintes Luiz Roberto Ponte, Dirceu Carneiro, José Ulisses de Oliveira, Joaquim Francisco, Gidel Dantas, Sergio Naya, Manoel Castro, Luiz Marques, e Gerson Marcondes. Havendo número, passou-se à leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada e assinada pelo Senhor Presidente. A seguir, passou-se à leitura do seguinte expediente: ofício do Sr. Constituinte Eduardo Jorge, solicitando audiência da Subcomissão para ouvir o Padre Antônio Luís Marchioni e o Bispo de São Miguel Paulista, Dom Ângelo Sândalo. Em seguida o Senhor Presidente solicitou dos Senhores sugestões de nomes de entidades a serem ouvidas, obedecido Constituintes o calendário estabelecido na reunião anterior. Usaram da palavra, para apresentar sugestões dessas entidades, os senhores Constituintes: Sergio Naya, José Ulisses de Oliveira, Manoel Castro, Joaquim Francisco e Gerson Marcondes. Decidiu-se, a seguir, pela convocação das seguintes entidades: dia vinte e oito de abril, às nove horas — Federação dos Marítimos, Sindicato Nacional dos Armadores, Sindicato da Indústria Naval, Associação dos Armadores de Longo Curso, Federação dos Portuários, Sunamam e Lloyd Brasileiro; dia 29 de abril, às nove horas — Sindicato dos Aeroviários, Associação das Empresas de Grande Porte, Associação das Empresas Regionais, Correio Aéreo Nacional — CAN, Departamento de Aviação Civil-DAC, Infraero, Sindicato dos Ferrovários, Presidente da Rede Ferroviária Federal, Companhia Brasileira de Transportes Urbanos-CBTU; dia trinta de abril, às nove horas — Federação Nacional de Transportadores de Cargas, Empresas de Transportes de Passageiros; interestadual e intermunicipal, Sindicato dos Engenheiros de São Paulo; dia quatro de maio, às dezessete horas — Caixa Econômica Federal e,

do Ministério do Desenvolvimento Urbano, os seguintes órgãos: Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, Secretaria do Meio Ambiente e Empresa Brasileira de Transportes Urbanos; dia cinco de maio às nove horas — Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Associação Nacional de Empresas de Loteamento, Ademe e Secovi; dia seis de maio às nove horas — Associação de Inquilinos (Rio de Janeiro e São Paulo), Associação dos Favelados (Bahia). Após se discutir sobre se seriam convidados os representantes das Confederações ou das Federações, concluiu-se pela prioridade às Confederações, não excluindo a possibilidade de algumas Federações, de maior representatividade, serem ouvidas. Após esses debates, a Subcomissão decidiu pela convocação do Presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Sr. Aloisio Ribeiro e do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre, Sr. Orlando Coutinho, os quais deverão comparecer nos dias destinados a audiências nas áreas de suas competências. A seguir, a Subcomissão deliberou solicitar audiência ao Ministro dos Transportes para, na segunda-feira, dia vinte e sete de abril, às dezoito horas, receber os Senhores Constituintes, integrantes desta Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, convocando outra, a realizar-se amanhã, dia vinte e três de abril, às nove horas, para juntamente com os Assessores Legislativos, debater sobre matéria constitucional, ligada à área de competência da Subcomissão. Para constar, eu, Marilda Borges Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. Sala de Reuniões da Subcomissão, em vinte e dois de abril de mil novecentos e oitenta e sete. — Constituinte **Dirceu Carneiro**, Presidente.

*ANEXO, TRANSCRIÇÃO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO URBANA E TRANSPORTE, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 1987, NA SALA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL, ÀS 18:00 HORAS E 9 MINUTOS.*

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião com a leitura da ata, da correspondência e, posteriormente, abertura dos debates

Comunico aos Srs. Constituintes que está estabelecida na Ordem do Dia de hoje a questão relativa ao calendário, do qual participarão entidades e organizações ligadas à área dos transportes.

Solicito à Srª Marilda Borges Camargo, Secretária desta Subcomissão, faça a leitura da ata da reunião anterior.

*(É lida e aprovada a ata da reunião anterior.)*

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Solicito à Secretária faça a leitura do Expediente.

*(É lido o expediente)*

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Dado conhecimento do expediente aos Srs. Constituintes desta Subcomissão, passaremos, então, à discussão da nossa Ordem do Dia de hoje, que diz

respeito ao estabelecimento das organizações, das instituições que devem participar deste calendário estabelecido.

Portanto, está aberto o debate.

O Constituinte Manoel Castro nos informou, antes de sair, que teria um compromisso, mas que faria chegar à Subcomissão a informação do resultado do seu contato. Até o momento não recebemos nenhuma comunicação.

Nos dias 28, 29 e 30 serão realizadas as audiências relativas a transporte marítimo.

Peço à Secretaria as solicitações da área marítima.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSÉS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSÉS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, gostaria de ouvir uma sugestão do Plenário.

Tenho em mãos quatro entidades que representam todo o complexo marítimo nesta questão da navegação brasileira. A primeira é a Federação dos Marítimos, que engloba todos os empregados que trabalham na construção de navios, tais como armadores, transportes, estivadores, portuários, carregadores etc. Esta Federação representa a classe dos empregados.

A segunda categoria se refere ao Sindicato Nacional dos Armadores, o Sindicato da Indústria Naval (construção de estaleiros). Esse Sindicato reúne toda a indústria naval; o Sindicato dos Armadores engloba todo tipo de federação. A entidade que tem maior interesse constitucional para efeito de voto no texto constitucional é a Associação dos Armadores de Longo Curso, que é um problema internacional.

Então são as quatro entidades representativas de todo o complexo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Estão em discussão as sugestões. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Este não é o problema marítimo, é problema da administração federal. Atualmente os portos estão sob a administração da Portobrás. Cabe à Portobrás a administração de todos os portos brasileiros, porque é uma empresa pública, vinculada ao Ministério dos Transportes, cujos empregados são regidos pela Legislação Trabalhista. Então, não têm interesse em outra participação. A presença dos sindicatos são empresas privadas dos marítimos: nacionais, internacionais. Agora, os estivadores e portuários, se não me engano, trabalham para a Portobrás.

UM SR. CONSTITUINTE — Gostaria de trazer duas preocupações a esta Subcomissão. A primeira, no que diz respeito a administração dos transportes. A segunda, no que se relaciona ao regime trabalhista do pessoal portuário. Não sei se na Subcomissão com relação ao transporte, deveria ser ouvido...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Para qualquer esclarecimento, peço aos Srs. Constituintes que façam suas anotações sobre os portuários.

UM SR. CONSTITUINTE — Em todos os portos brasileiros há uma associação denominada União dos Portuários representativa dessa classe de tra-

balhadores. Não sei se há a Federação da União dos Portuários.

UM SR. CONSTITUINTE — A Federação dos Marítimos engloba todos os setores.

UM SR. CONSTITUINTE — Não. A indústria naval faz parte também.

Por exemplo, o empregado que constrói o navio faz parte da mesma Federação.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

UM SR. CONSTITUINTE — A Federação é a mesma. Quem trabalha na indústria naval não é marítimo e pertence à Federação dos Marítimos, quem trabalha no estaleiro não é marítimo. Tal como os bóias-frias, o trabalhador da guarita pertence à Federação dos Marítimos.

UM SR. CONSTITUINTE —

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

UM SR. CONSTITUINTE — É do meu conhecimento que nos portos existe a União dos Portuários que está vinculada à Federação dos Marítimos de Portuários. O porto do Recife, por exemplo, possui 2.800 filiados à União dos Portuários.

UM SR. CONSTITUINTE — A informação de que disponho é que a Federação dos Marítimos engloba todos os trabalhadores ligados ao ramo de transporte naval. A Federação dos Marítimos engloba os trabalhadores de terra, isto é, aqueles que desempenham tarefas nos estaleiros.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSÉS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSÉS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, a título de colaboração, gostaria que V. Exª incluísse a Sunaman. Tenho sugestões neste sentido, quando falava dos portuários.

Com relação à Sunaman, ela estava englobada aqui no Sindicato dos Armadores.

UM SR. CONSTITUINTE — O objetivo principal da Sunaman é especificamente de traçar normas para a construção de navios.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Mantém-se a sugestão, para convidá-los a participar...

UM SR. CONSTITUINTE — A minha sugestão é sim. No entanto, se eles fizerem parte da Federação é possível. Se não fizerem parte, aí é um problema de convite.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está sendo sugerida a presença das seguintes entidades: Federação dos Marítimos, Sindicato Nacional dos Armadores, Sindicato da Indústria Naval, Associação dos Armadores de Longo Curso, portuários, Sunaman e Lloyd. São as sugestões.

UM SR. CONSTITUINTE — No dia 29 do mês em curso, haverá reunião com os rodoviários.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Faz parte também desta Subcomissão o Deputado Denisar Arneiro, muito ligado ao setor, que também nos poderia ajudar na definição do calendário.

Em concordando os Srs. Constituintes com esta agenda, solicitaremos à Secretaria providenciem os respectivos ofícios de convite com vistas

à reunião do dia 29, quando estarão presentes os trabalhadores aeroviários e rodoviários.

Está aberta a discussão sobre o calendário do dia 29 do corrente mês, quem deve ser convidado.

O SR. CONSTITUINTE SÉRGIO NAYA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE SÉRGIO NAYA — Sr. Presidente, dois sindicatos deverão ser convidados, o dos Aeroviários e o dos Rodoviários...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O convite é extensivo a todas as empresas aéreas...

UM SR. CONSTITUINTE — Este convite deve ser formulado ao Sindicato ou à Associação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Associação provavelmente deve ter a classe dos aeroviários.

UM SR. CONSTITUINTE — Sindicato das empresas regionais.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Esta Subcomissão deve formular um convite ao sindicato que englobe as grandes empresas aéreas, tais como Varig-Cruzeiro, Transbrasil e Vasp.

Há uma disputa conhecida nacionalmente entre a Varig-Cruzeiro, Transbrasil e Vasp. Já que são três grandes empresas, o convite deveria ser extensivo a todas.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA — Inclusive as três empresas aéreas têm regimes de propriedade diferentes. A Varig é uma fundação, a Vasp é estatal, e a Transbrasil é empresa particular com capital brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tenho a impressão que não seria mal convidar todas, aí convidaríamos a associação, dado o grande número.

UM SR. CONSTITUINTE — O Brasil dispõe de pequenas empresas que prestam um grande serviço, interligando várias regiões do País.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Há um grande número dessas empresas atuando na aviação regional, tais como a TAM, etc.

O SR. CONSTITUINTE SÉRGIO NAYA — Gostaria também de frisar que o sindicato que administra os aeroviários é a Federação Nacional dos Aeronautas, que é uma outra categoria de profissionais da aviação.

Estamos sugerindo apenas a parte aérea. E os ferroviários?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Uma vez superada a parte aérea, passaremos para a ferroviária.

Há mais alguma questão em termos aéreos. Está aqui anotado: Sindicato dos Aeroviários e Sindicato dos Ferroviários, Federação Nacional dos Aeronautas, Associação das Empresas Aéreas Regionais e as grandes empresas.

UM SR. CONSTITUINTE — No que concerne aos ferroviários, deveríamos ouvir o Presidente da Rede Ferroviária Federal.

UM SR. CONSTITUINTE — O problema do transporte aéreo, caberia um convite ao DAC — Departamento de Aviação Civil; à Infraero tam-

bém, porque o problema da infra-estrutura portuária é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Convidaríamos, então, os Presidentes da Rede Ferroviária Federal, do Sindicato dos Ferroviários, do DAC e da Infraero; quem mais da área? CBTU.

UM SR. CONSTITUINTE — Sr. Presidente, estamos discutindo com os demais Colegas aqui o problema de espaço de tempo para as entidades falarem. Inclusive não há espaço físico aqui capaz de receber essa quantidade de representantes. É preciso analisar esse problema também.

UM SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO (Fora do microfone) — Comparecimento ou encaminhamento de sugestões por escrito. Quer dizer, alguns poderiam optar pela forma escrita.

UM SR. CONSTITUINTE — Sugerindo alternativamente ou sugestões escritas ...

UM SR. CONSTITUINTE — Convocamos para a reunião do dia tal... ou encaminhamento de sugestões...

O SR. CONSTITUINTE SÉRGIO NAYA — E o encaminhamento. Se não der tempo de falar...

UM SR. CONSTITUINTE — Também poderíamos estabelecer que, ao invés de 20 minutos, 15, 10 de acordo com o número de pessoas. No caso de 20 minutos, seriam três expositores por hora, sem o debater. Talvez seja muito. Talvez uns 15 minutos seriam suficientes.

O SR. CONSTITUINTE — Para cada um, o seu assunto é o mais importante. Então, ele vai tentar...

UM SR. CONSTITUINTE — Exatamente. A pessoa vem de Porto Alegre para falar 15 minutos ou 10?

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Por coincidência, eu estava agora numa audiência e estávamos com um livreto da Varig, tratando da Política de Transportes, inclusive dos com citações de artigos da Constituição que abordam esses problemas.

UM SR. CONSTITUINTE — Tenho a impressão de que é melhor analisarmos o número de convidados e tentar dispor o tempo, sem ficar estabelecendo já, **a priori**, o número de minutos que cada um poderia dispor. Poderíamos fazer até um acordo rápido na hora da apresentação.

UM SR. CONSTITUINTE — Sr. Presidente, contamos na Subcomissão com a assessoria do Senado. Quem sabe, esses assessores poderiam, de acordo com esse levantamento, já equacionar um roteiro de trabalho específico para essas audiências. Por exemplo, já existe o trabalho da Varig, como o Deputado Manoel Castro está dizendo. Deve existir um trabalho da Associação dos Ferroviários, deve existir um trabalho dos Marítimos. Então, os assessores tentariam sistematizar os pontos, as questões mais importantes e que fossem pertinentes à questão constitucional.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Deveriam ser levantadas, porque daria uma sistematização no momento da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A questão levantada pelo Constituinte Joaquim

Francisco é muito oportuna, porque precisamos integrar mais a assessoria aos trabalhos. Parece que isso não está acontecendo. Estamos lá com alguns Companheiros do Senado que estão disponíveis, e estão prestando assessoria e desintegrados. Deveríamos estudar uma forma da integração desses Companheiros de trabalho, especialmente com o sentido da sistematização dessas matérias que já vão chegando. É uma tarefa muito correlata à do Relator.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA — Muito oportuna a sugestão do Constituinte Joaquim Francisco, porque eu, especificamente, já estava preocupado com a assessoria. Segundo o Constituinte Severo Gomes, teríamos assessores altamente qualificados para nos assessorar, não só a mim como ao Relator e aos demais Membros. Hoje eu estava preocupado não só em conhecê-los como também em colher os horários de trabalho fora das reuniões. O ideal seria que quando chegassemos à reunião, já tivéssemos realmente em ponto não só a sistematização como os assuntos a serem tratados, inclusive pesquisas, sugestões e questões.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Então, ao encerrarmos esta etapa das sugestões para a convocação, faremos uma reunião em seguida com os assessores.

UM SR. CONSTITUINTE — (Fora do microfone) — Quando falamos em transporte aéreo, esquecemos uma das empresas precursoras no Brasil, o Correio Aéreo Nacional. Se pudéssemos convocá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sim.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Também acrescento o Metrô, há a Associação dos Metroviários, inclusive em São Paulo. Poderíamos convocar o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Complemento esta observação. É válida, mas talvez pudéssemos colocar nos órgãos governamentais, com a EBTU, porque há uma parte eminentemente urbana, há uma parte intermunicipal. Então, a CBTU poderia ser convocada para as duas. Inclusive internamente deve ter uma divisão de áreas de trabalho.

No grupo de entidades do Governo a serem convidadas na área urbana, e tínhamos falado na CBTU, incluíssemos as duas companhias de Metrô. A sugestão é válida.

UM SR. CONSTITUINTE — A EBTU não ficaria com o problema rodoviário?

UM SR. CONSTITUINTE — A EBTU não. A EBTU ficaria com a parte de transporte urbano. A EBTU é específica, e a CBTU cuida dos projetos de transporte de massa.

UM SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Então, como sugestão, a convocação da EBTU na área de transporte?

UM SR. CONSTITUINTE — A EBTU na área urbana, porque hoje é vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Urbano.

UM SR. CONSTITUINTE — Vinculada ao Ministério, mas, por tratar-se de transporte coletivo, não sei se...



UM SR. CONSTITUINTE — Do transporte urbano, quer dizer, um transporte de passageiros. O tipo de problemática dela difere um pouco, embora tenha um conteúdo de transporte urbano grande.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Então, o Constituinte sugere que seja anexado à questão urbana. Neste caso, a CBTU continuaria a...

UM SR. CONSTITUINTE — A CBTU pode vir nas duas, porque tem as duas.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Foram sugeridos, até o momento, o Sindicato dos Ferroviários, o Presidente da Rede Ferroviária Federal e CBTU, com relação à parte ferroviária. Da parte aérea, o Sindicato dos Aeroviários, Federação dos Aeronautas, DAC, Infraero, Associação das Empresas Regionais, as grandes empresas e o CAN.

UM SR. CONSTITUINTE — Deveria existir alguma para a área de mineral, porque essas ferrovias do transporte de minério do trecho de Minas Gerais ao Espírito Santo, a área de Carajás, têm que ter alguma sistemática de usuário. Talvez num contato com a Rede se possa esclarecer quem seriam esses usuários. Talvez devêssemos convidar para a reunião alguém desse ramo.

No setor rodoviário, há. Não sei como funciona no ferroviário, se é a mesma sistemática.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sugiro à Secretaria anote esse contato com a Rede, no sentido de verificar se existe alguma organização de usuários.

Mais alguma sugestão nesta área? (Pausa.)

Ficamos por aqui, se bem que possa ficar em aberto. Uma vez surja nova informação, acrescentaremos.

Dia 30, rodoviários. Aí teremos as Associações dos Transportadores.

O transporte urbano também seria incluído no dia 30? Houve uma sugestão para incluir na questão urbana.

UM SR. CONSTITUINTE — (Fora do microfone) — No transporte urbano, o transporte de passageiros, entidades, inclusive, como sindicatos... Praticamente, todas as Capitais têm um sindicato desses.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA — A Federação Nacional dos Transportadores de Cargas, de que o Deputado Denisar Arneiro, nosso Colega, aqui é Vice-Presidente, e Camilo Colla é o Presidente.

UM SR. CONSTITUINTE — Há também o transporte intermunicipal, que é muito significativo. Há o sistema rodoviário. O sindicato também tem ramificações específicas.

UM SR. CONSTITUINTE — Transporte de passageiro, seria este o caso?

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA — Transporte de passageiros intermunicipal e interestadual.

UM SR. CONSTITUINTE — Não há sindicato nacional. Camilo Colla é Presidente do Sindicato Nacional, e hoje o proprietário da maior empresa brasileira de transporte de passageiros. Então, sendo convidado, ele faria as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Intermunicipal e interestadual.

Federação Nacional dos Transportadores de Cargas e, no setor de transporte rodoviário urbano, transporte de passageiros intermunicipais e interestadual, DNER...

UM SR. CONSTITUINTE — Poderíamos convidar uma empresa de São Paulo, Rio, Minas, de Recife, dessas regiões metropolitanas.

UM SR. CONSTITUINTE — Existe a Associação dos Engenheiros Rodoviários.

UM SR. CONSTITUINTE — Já deve vir o DNER, é mais ou menos semelhante, há empresas de transporte metropolitano que abrangem o urbano e o suburbano. Chamando o presidente de uma dessas empresas paulistas, mineiras ou gaúchas.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Há uma proposta que chegou à Subcomissão, do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, ligado a essa área. Então, seria o caso de se incluir. Há correspondência, aqui, solicitando espaço neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Federação dos Engenheiros do Brasil e Sindicato dos Engenheiros de São Paulo. O Sr. Frederico Singer e também, se não me engano, Diretor do Metrô ou Presidente do Metrô de São Paulo, qualquer coisa assim, é ligado a essa área. Então, poderemos convidá-lo dentro deste rol.

UM SR. CONSTITUINTE — Aí é EBTU, porque mexe com planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Os assessores poderiam trazer esta informação.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Existe uma Assessoria de cada Ministério na Câmara e no Senado. Então, os Assessores poderiam contactar com as Assessorias do Ministério dos Transportes e do Ministério da Marinha.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Então, também já deixamos como tarefa da Secretaria providenciar esses contatos.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, um tema que se vem debatendo muito no Brasil é o problema de seguro de transporte. Em todos os tipos de transporte há o problema de seguro tanto no aéreo, marítimo ou ferroviário. Este é um problema de grande interesse da sociedade brasileira, tanto para as empresas como para os usuários.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O Constituinte sugere alguma entidade neste sentido?

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA — Gostaria de verificar esta matéria, porque é de grande interesse. Há um desastre, por exemplo, e morrem 40 pessoas, como ocorreu agora na Semana Santa. Quem vai pagar? Qual é a percentagem? Como fica isso dentro do transporte? O problema do seguro. Seguro na Marinha. As companhias estrangeiras e nacionais fazem seguro. Qual é a percentagem? O problema do seguro é de grande interesse para a sociedade brasileira tanto para as empresas públicas como para as empresas privadas. De carga e passageiro. Não tenho sugestão porque não conheço. Sei que há uma grande corrente. Lá

na Câmara, na Comissão de Economia, todo dia há um projeto sobre seguro, sobre transporte. Acompanhei na Comissão de Economia. Sempre há um projeto sobre seguro de transporte.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Vamos também anotar.

O SR. CONSTITUINTE SÉRGIO NAYA — Sr. Presidente, não quero atrapalhar a ordem dos trabalhos. Logo que saí daqui me encontrei com componentes da Confederação Brasileira de Municípios, da Associação Brasileira de Municípios e da Frente Municipalista Nacional, mas a reunião estava no final e muitos deles já estão voltando hoje à noite. Foi impraticável marcar reunião com eles amanhã. Quanto à Associação de Prefeitos de Capitais, cujo Presidente é o Prefeito de Salvador, hoje estamos recebendo uma visita, lá na Bahia, do Presidente de Cabo Verde. Como havia uma solenidade, não consegui falar com o Prefeito de Salvador nesse espaço de tempo, porque tive outro compromisso externo, conforme tinha avisado a V. Ex.<sup>a</sup> Está confirmada amanhã de manhã.

Então, o meu pensamento, antes de vir aqui, é passar lá na reunião, tentar ainda pelo menos com a Associação de Prefeitos de Capitais, porque o Presidente da Confederação Brasileira de Municípios permanece aqui. Tentaríamos pegar também a Associação Brasileira de Municípios. E faríamos com três entidades. Há a possibilidade, mas não está confirmado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Então, mantemos a convocação para amanhã às 17 horas.

Está esgotada a pauta da questão ferroviária. Estão anotadas as sugestões e serão providenciadas as correspondências respectivas.

Mantemos, amanhã, a reunião às 17:00 horas, na parte relativa a Prefeitos de Capitais. Dia 4, Caixa Econômica e MDU, às 17 horas.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Com relação à questão habitacional, seria indispensável. Saneamento teria uma Diretoria específica também?

UM SR. CONSTITUINTE — Talvez um Ofício dirigido ao Presidente e S. S.<sup>o</sup> esquematizaria quem enviar para cá.

UM SR. CONSTITUINTE — Uma ligação permanente também.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Mais alguma sugestão sobre a questão da Caixa?

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Há uma observação, Sr. Presidente.

Estamos no dia 4 de maio nesta pauta. Então, iríamos fazer 5, 6. A idéia seria, por exemplo, ir até a sétima reunião. Talvez fosse interessante, antes de se convidar a 5<sup>o</sup>, 6<sup>o</sup> e 7<sup>o</sup>, verificar como seriam as audiências das 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> ou, então, já convidar a todas, porque talvez, por exemplo, numa reunião com os marítimos ou com os representantes dos transportes aéreos e ferroviários se pudesse estabelecer uma sistemática diferente. À primeira vista, essa reunião será — parece-me — um pouco tumultuada, pela quantidade de pessoas. Estou vendo a importância do transporte aéreo. Portanto, poderia ser feita uma avaliação antes de se convidar outra. Porque aí não se convi-

dariam oito associações, e sim três, ou se contactaria antes. Uma hipótese de trabalho: poder-se-ia fixar a pauta 28, 29, 30, 04, 05, 06, 07; convidar-se-iam as de 28, 29 ou de 30, e do dia 05 seria a Câmara Brasileira de Comércio, e os restantes deixar-se-iam em pauta, mas não se mandaria logo o ofício convidando já a todos, porque, se não funcionar bem na primeira e na segunda vez e na terceira, teremos tempo de corrigir. É melhor mandar convite de outro tipo do que corrigir um convite já feito. É uma hipótese.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Temos uma premência de tempo, que não sei se nos vai permitir essa flexibilidade.

UM SR. CONSTITUINTE — Só estou imaginando uma forma.

UM SR. CONSTITUINTE — Eles vão trazer aqui as sugestões dos temas.

UM SR. CONSTITUINTE — O Presidente mandaria um ofício complementar, talvez dizendo que, preferencialmente, encaminhassem logo as sugestões, em razão de, devido à exiguidade de tempo disponível nas reuniões anteriores, não ter sido possível que todos se expressassem. Dar-se-ia um acréscimo. Far-se-ia um telex complementar.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Seria razoável encaminhar assim.

No caso do MDU, foram sugeridas a Comissão Nacional do Desenvolvimento Urbano, CNDU e a Secretaria de Meio Ambiente, também Sema.

UM SR. CONSTITUINTE — No meio ambiente, foi de acordo com a comunidade. Vai tumultuar muito no dia 6. Poderíamos colocar o meio ambiente junto com o MDU, porque é subordinado ao MDU. Pela manhã, ficaríamos com comunidade e meio ambiente. A Sema é subordinada ao MDU. Então, para não tumultuar muito na última reunião, que será das comunidades, seria a Sema juntamente. Antecipar-se-ia para o dia 4 a Sema. Se não der tempo, voltaria uma parte para o dia 6.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em princípio estão indicados Diretoria Habitacional da Caixa, mais Diretoria de Saneamento, e CNDU, Sema e EBTU. Encerrariamos no dia 4, então. Fica dia 5 a Câmara de Construção.

UM SR. CONSTITUINTE — A Câmara, ADEMI e SECOV.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Perfeito. Esta também não tem muito mais elasticidade do que isto. E no dia 6, as comunidades, meio ambiente. Sugestões.

UM SR. CONSTITUINTE — Famerj.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Sr. Presidente, recebi no meu Gabinete, e acredito que outros Companheiros tenham recebido também, um documento da Confederação Nacional das Associações de Moradores — Conam. Foi encaminhado, indistintamente, a todos os Constituintes. No caso específico de comunidade, inclusive pela própria iniciativa que eles já tomaram, esta seria a entidade de presença indispensável.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Anotamos. Fomos procurados também pela Fracap, que é similar à Famerj.

UM SR. CONSTITUINTE — A Associação de Inquilinos do Rio de Janeiro.

UM SR. CONSTITUINTE — Inquilinos no Rio, São Paulo. São Paulo tem a ASBUT, ou algo assim.

UM SR. CONSTITUINTE — Existe uma entidade chamada Movimento do Peso, favelados. Não sei se há em todos os Estados, mas tem atuação a nível nacional.

UM SR. CONSTITUINTE — Defesa dos favelados.

UM SR. CONSTITUINTE — Ela é muito forte na Bahia e parece ser forte em outros Estados. Não sei exatamente quais. Não tem uma participação homogênea a nível nacional. Mas esse movimento tem uma direção nacional.

O SR. GERSON MARCONDES (Fora do microfone) — Considero também muito importante. Aliás, foi objeto de solicitação de um Constituinte de São Paulo. Pede a presença de um bispo para falar sobre essa questão. Aproveito esta oportunidade para acrescentar a Associação de Incorporadores de Apartamentos.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esta seria mais de natureza empresarial.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Minha sugestão é que fosse convidada no dia 5, junto com a Câmara Brasileira de Construção, porque é da área empresarial.

UM SR. CONSTITUINTE — Associação Nacional de Empresas de Loteamento.

UM SR. CONSTITUINTE — Poderia ser para o dia 5.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA — Tenho uma solicitação e gostaria que o interessado fizesse uma exposição aqui sobre o problema dos empregados terrestres e marítimos.

UM SR. CONSTITUINTE — Acabei de ser informado pelo Deputado José Ulisses de Oliveira que teria sido decidido aqui, na Subcomissão, convidar, para audiência pública na área de transportes, as Federações de Marítimos e Portuários. Essas Federações não representam toda a categoria dos marítimos deste País, quer dizer, representam não só a categoria de marítimos, como o transporte e o setor de transporte, de modo geral.

Estou trazendo a sugestão de que seja convocado o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, que responde por estas três áreas, e o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, que envolve a área de transportes urbanos, de modo geral, incluindo ônibus, metrô, trens etc.

De modo que, sugiro à Subcomissão substitua as Federações pelas Confederações, já que têm um alcance maior.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A sugestão: em vez de se convidar o Presidente da Federação dos Portuários, do Sindicato da Indústria Naval, dos Armadores, trazer a Confederação, todo o Sindicato, todas as Federações numa só pessoa, uma só entidade, representante de todas as categorias dos trabalhadores de todo o sistema marítimo. É o mesmo caso do problema terrestre.

Temos sindicato dos metroviários, dos ferroviários, do transporte urbano, e aí, o Presidente da Confederação de todo o Brasil. Então, uma entidade só representaria toda a classe.

UM SR. CONSTITUINTE — É mais abrangente.

UM SR. CONSTITUINTE — Com um convite só atender-se-iam todos os sindicatos, tanto terrestre como marítimo e aéreo.

UM SR. CONSTITUINTE — E a Confederação dos Trabalhadores do Transporte Aéreo é a mesma.

UM SR. CONSTITUINTE — A Contimapa alcança os trabalhadores em área de transportes marítimos, fluviais e aéreos, e a outra confederação, que é de transporte terrestre, contempla metrô, transporte rodoviário e também transporte ferroviário.

UM SR. CONSTITUINTE — Os Presidentes dessas Confederações já estão reeleitos no cargo?

UM SR. CONSTITUINTE — Já. Eles têm mandato até o final do ano que vem.

O SR. CONSTITUINTE SERGIO NAYA — Sou contrário. Todos sabemos o motivo por que estavam fazendo uma convocação abrangente. Essas Confederações estão nas mãos dessas pessoas. Não um mandato, num ano, não são dois, não são três, são "n" mandatos. Podemos verificar que não foi a primeira vez que foram reeleitos. Então, essas pessoas que estão lá, com um sistema que foi usado muitos anos atrás, isso tem que acabar.

UM SR. CONSTITUINTE — O Deputado Sérgio Naya tem certa razão, mas V. Ex<sup>a</sup> tem que perguntar se nas Federações, também, os Presidentes já exerceram vários mandatos, porque aí se cai no mesmo problema. V. Ex<sup>a</sup> não convoca uma Confederação porque os Presidentes vieram de reeleição, mas convoca o Presidente da Federação, que pode ter o mesmo sistema, com o Presidente no primeiro, segundo ou terceiro mandato.

UM SR. CONSTITUINTE — Nas Federações sempre há uma renovação. Nas Confederações, no Brasil, infelizmente, não está havendo, não sei se de empregado ou de empregador, que represente a categoria.

UM SR. CONSTITUINTE — Vamos enfrentar este problema em quase todas as circunstâncias.

O SR. CONSTITUINTE SERGIO NAYA — Nas Federações há também essas eleições, há essas políticas, mas em número muito menor. São muito mais representativas de classe.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Haveria incompatibilidade de vir o Presidente da Confederação e os das Federações? Há incompatibilidade de vir o conjunto? Não creio sejam muitas pessoas. Poderia ser o Presidente da Confederação e cinco Presidentes de Federações. Não sei quantos são em cada Estado, mas devem ser uns 20.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO AUGUSTO — Geralmente os Presidentes das Confederações são eleitos pelos Presidentes de Federações. Ao que me consta, esses Presidentes foram eleitos por unanimidade, e eles têm, mais que as Federações, condições de trazer contribuições mais palpáveis, mais aprofundadas para o debate da Sub-

comissão, porque esta é a intenção da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Estão em discussão as propostas. Existe a proposta de convocação de Federações e Confederações. Podemos fazer ambas ou apenas as Confederações. Está em discussão a matéria.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Facilitaria o problema se déssemos, como regra geral, se possível, ter-se as Confederações, sem proibir, porque o exemplo dado aqui pelo nobre Colega José Ulisses de Oliveira, pela manhã, há situações específicas, como no caso da Confederação Nacional da Indústria, onde o peso da Federação das Indústrias de São Paulo é muito significativo. Então, há coisas públicas e notórias como esta; há outras que são difíceis para nós; não tenho a menor idéia do que é representativo dentro da categoria, sem proibir, eventualmente, se o Sindicato manifestar interesse, que ele participe das reuniões. Buscaremos aí uma forma conciliatória, porque, de um jeito ou de outro, há uma formalidade em termos de entidade.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A forma conciliatória que o Constituinte propõe é que sejam convidadas ambas.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Sim. Podemos dar prioridade à Confederação; não restringir, não vetar especificamente. Respeito a opinião do colega Sérgio Naya, mas no sentido de deixar em aberto. Como não se sabe, não se tem idéia do que é, é difícil opinar substantivamente sobre alguma coisa que se desconhece seja significativo, ou não. Não sei, nem me arriscaria a vetar, nem a dizer que prioritariamente deva ser ela.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO — Como diz o Assessor da DIAP, se essas Confederações são eleitas pelas Federações, quando houver a convocação das Confederações, então, evidentemente as audiências serão públicas, os Membros das Federações sabem e aqueles que discordarem da Confederação podem comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Podem manifestar-se.

UM SR. CONSTITUINTE — Sr. Presidente, não se poderia convocar os Presidentes das Confederações de maior expressão?

UM SR. CONSTITUINTE — Aqueles que concordassem que o Presidente da Confederação seria o representante legítimo deles, e que eles estariam satisfeitos com o comparecimento dele, não viariam, aqueles que o Presidente da Confederação não transmitisse a idéia deles, compareceriam, porque sabem que o acesso é livre.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está bem. Solicito apenas outro detalhamento, os nomes e endereços. Já solicito que V. Ex.<sup>a</sup> faça o convite diretamente à Secretaria.

Fica resolvida a nossa questão, sendo que, no caso do transporte marítimo, é praticamente específico: são poucas e estão sendo elencadas, como aqui foi sugerido.

Ainda relativo ao dia 6, das comunidades e meio ambiente, está ainda em aberto o debate. Já foram sugeridas organizações tipo FamergE, Fracaba,

Consn, Associação dos inquilinos Rio-São Paulo, Movimento e Defesa dos Favelados.

Está em aberto o debate. (Pausa.)

Não havendo mais sugestões, podemos encerrar a nossa reunião, convidando os Assessores para debate rápido.

Continua em aberto, ainda, a pauta para sugestões.

Não havendo mais nada a tratar nesta reunião...

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Sr. Presidente, só uma colocação.

Quando chamamos a área de Governo, a Caixa Econômica e o Ministério do Desenvolvimento Urbano, a vinda vai ficar a critério do Ministro. S. Ex.<sup>a</sup> eventualmente virá ou não porque outros órgãos como EBTU, sem dúvida estarão presentes. O Ministro dos Transportes, por exemplo, poderá entender que os organismos do Ministério estão representados nas diversas audiências dos marítimos, dos ferroviários, e até da parte aérea, da rodoviária. Entendo que a visão sistêmica, a visão política do Ministro dos Transportes é importante. Se pudéssemos, independentemente, formal ou informalmente, ter uma reunião com o Ministro dos Transportes, particularmente, é importante. O mesmo ocorre no caso específico do MDU. Tenho, inclusive, uma audiência particular com o Ministro do Desenvolvimento Urbano no dia 29. Se o Ministro achar que vem, tudo bem. Mas, se não for o caso, podemos fazer até uma visita, uma reunião informal a nível de Ministério, para ouvirmos os titulares destas duas Pastas.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Pelo menos é a informação que tenho por parte do Ministro Deny Schwartz, S. Ex.<sup>a</sup> gostaria de vir pessoalmente, ofereceu-se até para vir aqui, e informalmente discutir e visitar esta Subcomissão. Em relação ao Ministro dos Transportes, não conheço a administração de S. Ex.<sup>a</sup>

UM SR. CONSTITUINTE — O assessor de S. Ex.<sup>a</sup> me disse que o Ministro tem a mesma disposição: gostaria de colaborar e participar dos trabalhos desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — É só uma questão de se estabelecer a data.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — No caso, o Ministro dos Transportes poderia ser no dia 27 à tarde, mas pode ser que S. Ex.<sup>a</sup> tenha compromisso nesta data. Então, podemos fazer em outro dia.

Também sugiro: como a nossa Subcomissão está pequena, poderia ser feita uma visita ao Ministério, de cinco Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Faremos um contato com o Ministro.

UM SR. CONSTITUINTE — Depois de amanhã haverá **quorum**? Há que se saber se haverá **quorum**. Hoje não houve.

UM SR. CONSTITUINTE — Se se colocasse a alternativa de sexta de manhã? Fariamos, então, a consulta de sexta-feira ou segunda? Ocorre que sexta-feira pela manhã há um impedimento, pela Reunião Plenária da Assembléia Nacional Constituinte. Assim vamos fixar para segunda-feira, às 18 horas.

Vamos estabelecer a pauta para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Já foi sugerido pelo Constituinte Joaquim Francisco um elenco de temas a serem discutidos e pesquisados. Não sei se será oportuno iniciarmos o debate amanhã.

UM SR. CONSTITUINTE — A minha sugestão é que fosse amanhã, fariamos aqui uma primeira rodada com os assessores, para a realização do trabalho. Depois podemos trabalhar em cima da região metropolitana, questões dos transportes, urbanização e política.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Faremos amanhã a reunião com os assessores.

UM SR. CONSTITUINTE — E logo após — apenas uma sugestão minha: iniciaremos uma pauta com a discussão sobre o problema metropolitano em geral.

(Falando fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Percebo também que há um grande número de matérias que estão sendo propostas no debate que não fazem parte especificamente de matéria constitucional. São sugestões que têm chegado e não sei se deveríamos enriquecer mais a questão, no sentido de selecionarmos as matérias mais pertinentes à questão constitucional ou se as coisas poderiam ir acontecendo desse modo, e depois afunilariamos mais para o relatório.

UM SR. CONSTITUINTE — Até agora, pelo que pude perceber, o mais complexo da área política é a área metropolitana, a região metropolitana é a área mais complexa, o problema do sistema de administração, de política da região metropolitana.

Então, amanhã, às 9 horas e 30 minutos, faremos uma pequena discussão com os assessores, e, como sugestão minha, pessoal, já com a matéria do Colega Joaquim Francisco.

No Brasil, como em outros países, é grande o problema da política metropolitana, assim como o do transporte. Repito, o problema administrativo e político da região metropolitana. Apenas como sugestão, o Senador Afonso Arinos já discutiu que o quarto Poder é o sistema metropolitano, que a República tem a esfera federal, estadual, municipal e regiões metropolitanas, que são esferas administrativas.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Faremos isto, então. Aproveitamos a presença dos nossos companheiros das assessorias, para, amanhã, às 9 horas, fazermos um debate aqui sobre este afinamento de sintonia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 19 horas e 15 minutos.)

Subcomissão da Política  
Agrícola e Fundiária e  
da Reforma Agrária

ATA DA 8ª REUNIÃO  
(EXTRAORDINÁRIA)

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, tendo em vista o roteiro aprovado pela Subcomissão, deliberaram os Senhores Membros fazer, **in loco**, visita ao assentamento de colonos na região denomi-

nada Pitanga, no Estado de Pernambuco e ouvir os representantes dos trabalhadores rurais do Nordeste brasileiro. Solicitado o meio de locomoção ao Ministério da Aeronáutica, o mesmo cedeu à Subcomissão uma aeronave tipo Brasília. Às seis horas e trinta minutos do dia vinte e oito de abril saíram da Base Aérea de Brasília, com destino a Recife, os seguintes Senhores Constituintes: Edison Lobão, Oswaldo Lima Filho, Jonas Pinheiro, Vicente Bogo, Ivo Mainardi, Raquel Capiberibe, Aldo Arantes e Fernando Santana. Presentes, também, para acompanhar os trabalhos, dois representantes da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura-Contag, um jornalista representante da Empresa Brasileira de Notícias-EBN e o Diretor da Contag, Dr. Francisco Urbano de Araújo. A chegada na capital pernambucana deu-se às 10:00 horas. Imediatamente, em veículos cedidos pelo Governo local e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra, seguiram os Constituintes e convidados para o Engenho Pitanga, uma área de novecentos e cinquenta e seis hectares, desapropriada, pelo Incra, da Companhia de Tecidos Paulista e dividida em núcleos variáveis de 4,5 e 5,5 hectares. Das cento e vinte famílias a serem beneficiadas, oitenta e uma já ocupam lotes num total de quatrocentos e cinquenta hectares. Presentes no local, além dos Constituintes, os Senhores: Carlos Rocha, coordenador do Projeto Pitanga; Armando Gonçalves Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Abreu de Lima; José Rodrigues da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco e Doutora Terezinha Bittencourt, Superintendente do Incra em Pernambuco. Na ocasião, expôs o Senhor Carlos Rocha, Coordenador do Projeto Pitanga, que o mesmo é o primeiro projeto a seguir as linhas do Plano Nacional de Reforma Agrária, e lamentando, apenas, a falta de recursos para melhor agilização do assentamento. Informou, também, que o Incra mantém um crédito de alimentação aos assentados, num valor mensal de Cz\$ 904,00 para cada, que serão ressarcidos através de inclusão no valor dos terrenos. Na ocasião, foram ouvidos os Senhores Constituintes das reais necessidades e deficiências do assentamento; da forma como está se consolidando; origem dos recursos; previsão de permanência do Incra junto ao local e viabilidade de repassamento de recursos em convênio já existente com a Embra para investimento na região. Terminada a visita, às 12:30 horas, retornam os Senhores Constituintes e convidados a Recife. Às 15:00 horas, seguiram todos para o auditório da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco-FESP, local onde foram ouvidos os representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, Sr. José Rodrigues da Silva; Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, Sr. Francisco José da Silva; Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Pedro Eugênio; Superintendente do Incra, Dr.ª Terezinha Bittencourt e o Representante da CNBB, Setor Nordeste, Dr. Paulo Crespo. Presidiu esta reunião o Constituinte Edison Lobão. Mais tarde, a palavra foi dada a vários trabalhadores rurais presentes, que expuseram suas preocupações. Na ocasião foi, também denunciada a extrema violência praticada contra os trabalhadores rurais no Engenho Patrimônio, localizado no Município de Condado, pela Usina Santa Tereza, Pernambuco. A reunião foi encerrada às 16:40

horas. Os Senhores Constituintes e convidados se dirigiram ao aeroporto local e às 17:30 horas retornaram a Brasília. Nada mais a tratar, eu, Mauro Lopes de Sá, lavrei a presente Ata que, aprovada, será assinada pelo Presidente. — Constituinte **Edison Lobão**, Presidente.

#### ATA DA 9ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezessete horas e dezesseis minutos, em sala do Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária sob a Presidência do Constituinte Edison Lobão, com a presença dos seguintes Constituintes: Oswaldo Lima Filho, Jonas Pinheiro, José Egreja, Aldo Arantes, Lael Varella, Santinho Furtado, Virgílio Galassi, Assis Canuto, Irma Passoni, Alysson Paulinelli, Rosa Prata, Mauro Borges, Rachid Saldanha Derzi, Amaury Müller, Raquel Capiberibe, Fernando Santana, Percival Muniz, Ivo Mainardi, Victor Fontana, Jorge Vianna, Cardoso Alves, Ruy Nedel, Ubiratan Spinelli e Ivo Vanderlinde. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos, solicitando dada como lida a Ata da reunião anterior, que foi aprovada. A seguir, deu-se início ao Expediente, convidando o Sr. Presidente o expositor, Senhor Ariosto Ariva, representante da Associação dos Empresários da Amazônia, a iniciar sua palestra, usando o tempo regimental, o orador encerrou suas palavras para início dos debates. Pede a palavra o Constituinte José Egreja, solicitando ao orador mais detalhes sobre o assunto em pauta. A Presidência concedeu e o expoente atendeu ao solicitante. Terminando, o orador coloca-se à disposição dos Constituintes para interpeção. Usaram da palavra os Constituintes: Jonas Pinheiro e Edison Lobão. O Presidente, atendendo solicitação do orador, comunica aos presentes que será feita uma Projeção de "slides" sobre a palestra do convidado, que serviria para subsidiar a Subcomissão sobre o Projeto de Colonização do expositor. Em meio à projeção, o Constituinte Oswaldo Lima Filho interpela o orador para explicações de alguns "slides", no que é atendido. Terminada a projeção, iniciam-se os debates. Interpelam o expoente os Constituintes: Aldo Arantes, Irma Passoni, Ubiratan Spinelli, Oswaldo Lima Filho. As dezoito horas e quarenta e três minutos o Presidente comunica compromisso inadiável e passa a Presidência ao Constituinte Fernando Santana, que a assume e dá continuidade aos debates. Prosseguem interpeção o expositor os Constituintes: Louremberg Nunes Rocha, Oswaldo Sobrinho e Oswaldo Lima Filho. Às dezoito horas e cinquenta e três minutos o Presidente solicita à assessoria do orador seja feita a mostragem do mapa do Projeto em sua totalidade, no que é atendido. Retoma a palavra o expositor para convidar os Membros da Subcomissão para uma visita ao seu projeto. O Presidente pede seja anotado o convite, agradecendo. Dando continuidade aos debates, interrogam o expoente os Constituintes: Percival Muniz, Cardoso Alves, Alysson Paulinelli, Fernando Santana e Amaury Müller. Retoma a palavra o conferencista, que responde aos interpelantes e encerra sua exposição. O Presidente propõe aos Membros da Subcomissão ouvir no dia cinco de maio próximo um representante da Comissão Pastoral da Terra —CPT. Deli-

berada em Plenário, é aceita a sugestão para convidar a entidade no próximo dia seis de maio, após às dezessete horas. Em atendimento a pedidos da assessoria do expositor, é dada a palavra ao Dr. Ludovico da Riva Neto, engenheiro agrônomo, que, entre outras afirmações, fez questão de frisar que o fator determinante ao sucesso do empreendimento do pai é precisamente sua determinação em residir junto à comunidade de seu projeto: em Alta Floresta, Mato Grosso. O Presidente agradece e enaltece o expositor e assessoria e encerra a reunião às dezenove horas e cinquenta e três minutos, convocando os presentes para a próxima reunião, amanhã, dia 30 de abril, às nove horas, para ouvir palestra do Ilustríssimo Senhor Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Dr. Flávio Brito. O inteiro teor da reunião será publicado, após tradução das notas taquigráficas e o competente registro datilográfico, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**. Nada mais havendo a tratar, eu, Mauro Lopes de Sá, para constar, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. — Constituinte **Edison Lobão**, Presidente.

#### ANEXO À ATA DA NONA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1987, ÀS 17:16 HORAS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO, CONSTITUINTE EDISON LOBÃO.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da reunião da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

Se os Srs. Constituintes não decidirem de modo contrário, e de acordo com o Regimento, não dispensada a leitura da Ata da 7ª reunião extraordinária. (Pausa.)

Está dispensada.

Esta reunião se destina a ouvir o representante da Associação dos Empresários da Amazônia. As sugestões dos Srs. Constituintes, que estão sendo apresentadas no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, vêm sendo normalmente encaminhadas a todos os membros desta Comissão, para que desde logo comecem a examiná-las.

Vamos dar início, então, a esta reunião. Convido o Dr. Ariosto Ariva para fazer a sua explanação, que terá a duração de 20 minutos. Convido-o a tomar assento à Mesa.

V. Sª terá 20 minutos, que poderão ser divididos com o seu assessor, Dr. Ludovico Ariva, para fazer a sua explanação. Em seguida, nós iniciaremos um período de debate com a Comissão. Cada Constituinte terá 3 minutos para fazer indagações a V. Sª, as quais serão respondidas igualmente em 3 minutos. Tem a palavra V. Sª

O SR. ARIOSTO ARIVA — Exmº Sr. Presidente, Constituinte Edison Lobão, Exmº Sr. Relator, Constituinte Oswaldo Lima Filho, Srs. Parlamentares Constituintes da Subcomissão de Política e Reforma Agrária, Srs. representantes da Imprensa, Srs. visitantes:

Represento aqui, neste momento, um setor de colonização. Colonização é uma atividade geradora de riqueza, de produção, de oportunidade

e de desenvolvimento. O grande exemplo nós temos na ocupação do interior do Estado de São Paulo, Sul do Estado de Mato Grosso, no Estado do Paraná, principalmente Paraná, onde uma única empresa, a Companhia Melhoramentos, implantou sozinha 73 cidades, fora a implantação feita por outras empresas de colonização.

Lembro-me da época da ocupação das frentes pioneiras do sertão de Rio Preto, da Alta Paulista, de Marília até Dracena; eu vi nascer Londrina, Maringá, Umuarama e este grande celeiro, de maior produção agrícola do País, que é o Estado do Paraná.

O Paraná foi e é a maior escola agrícola do Brasil, pois lá recebeu colonos, meeiros, arrendatários, sitiantes e fazendeiros de todos os rincões deste imenso Brasil. Todos prosperaram e este é um resultado histórico da colonização da iniciativa privada. No sul do Estado de Mato Grosso participei da ocupação de Dourados e implantei a cidade de Naviraí, onde o único meio de transporte, na época, era o barco, que descia o rio Paraná e subia o rio Amambai. Hoje é uma grande marca e região de alta produção agrícola.

Em 1961, parti para a região de São Félix do Araguaia, na Serra do Roncador, na época Município de Barra do Garças, que não passava de uma curutela de garimpo, um sertão bruto, que, sem estradas, onde o único meio de transporte era o pequeno avião.

Ao verificar que as terras não se prestavam para a gricultura perene, uma colonização com o pequeno agricultor seria um crime, pois se faria a infelicidade dos pequenos colonos, que não teriam retorno do seu trabalho. Parti para a pecuária, e pela falta de recursos, associei-me ao Grupo Ometo e fizemos a Suiá-Miçu. Para conseguirmos consolidar a Suiá-Miçu, construímos, partindo de Xavantina até São Félix do Araguaia, 650 quilômetros de estrada com nossos próprios recursos. Doente, com a saúde abalada, eu saí da sociedade.

Mas continuei sonhando com colonização. Recuperado, adquiri de uma firma do Rio de Janeiro, Índia S.A., uma área às margens do rio Teles Pires na época Município de Aripuanã, norte do Estado de Mato Grosso, com 418 mil hectares. Eu quero lembrar que Aripuanã, no censo de 1970, tinha uma população de 180 habitantes, apenas, e o Prefeito de Aripuanã morava em Cuiabá.

Nessa época, eu investi muito em pesquisa, principalmente de café, cacau, nativo na região, guaraná e dendê. Nas pesquisas, tive a colaboração do Professor da Universidade de Piracicaba, Dr. Guido Ranzani, do Professor Coraci e sua equipe, da Universidade dokm 47 do Rio de Janeiro e dos Professores Dr. Alcides e Dr. Chebab, do Agrônomo de Campinas.

Posteriormente, numa licitação feita pelo Governador, Dr. José Fragelli, adquiri 400 mil hectares, vizinhos dos 418 mil hectares adquiridos anteriormente, com a obrigação de colonizar; tive que esperar a Rodovia Cuiabá—Santarém chegar ao quilômetro 640, para, partindo dali, fazer, por nossa conta, 650 quilômetros de rodovia do mesmo padrão da Cuiabá—Santarém, para chegar aos 400 mil hectares e iniciar a colonização. Para que V. Ex.<sup>a</sup> tenham uma idéia, a própria Cuiabá—Santarém era um vazio e para minha equipe de trabalho, que contruía a estrada, eu trazia, de avião,

de Cuiabá, há 600 quilômetros, carne, pão e leite. Por aí, pode-se imaginar o vazio da região.

Consciente do sucesso, devido à qualidade de terra e com os resultados das pesquisas, implantamos a primeira cidade, Alta Floresta, onde, antes de iniciar a colonização, construímos um grande colégio, um bom hospital e uma armazém com 5 mil metros quadrados. O colono, ao chegar, sentia-se amparado em educação para seus filhos, saúde para sua família e armazenamento para a sua produção. Para as demais atividades atraímos a iniciativa privada, inclusive doamos terrenos urbanos para cada um ocupar o seu espaço: hotéis, comércio, serraria, cerâmica, etc. Nesses 10 anos, implantamos três cidades: Alta Floresta, Paranaita e Apicacás, mas o nosso trabalho, na região permitiu, por outras empresas, a criação de mais cinco cidades: São José do Apuí, Alto Paraíso, Monte Verde, Nova Bandeirante e Carlinda, essa última pelo INCRA.

Os servidores públicos vieram chegando de acordo com a produção e a arrecadação. Na zona rural construímos 1.200 quilômetros de estrada e 150 escolas rurais a fim de fixar o colono no seu próprio lote. A população da zona rural, hoje, é acima de 100 mil habitantes e na zona urbana, compreendendo as nossas três cidades, 40 mil habitantes. Tenho a vaidade de dizer que acredito que neste imenso Brasil, a única região onde na zona rural não tem uma criança sem escola, seja na nossa região, no nosso projeto. Neste momento Alta Floresta, com apenas, 10 anos, ocupa, no Estado de Mato Grosso, o terceiro lugar em arrecadação de ICM e o terceiro lugar em arrecadação do Imposto de Renda; possui oito estabelecimentos bancários, e o mais importante, a agência do Banco do Brasil, no Estado de Mato Grosso, ocupa o primeiro lugar em volume de depósitos e é a única agência, em todo o Brasil, que não tem inadimplentes.

Essa afirmação de inadimplência — eu saí há 10 dias de Alta Floresta — nos foi dada ainda ontem pelo Gerente do Banco que disse haver apenas alguns atrasos de colonos que compraram a terra e que estão entregando a sua produção ao órgão do Governo, a CFP, e como o volume de pessoas é muito grande eles estão nos dando satisfação, mas pode considerar que não temos inadimplentes. Infelizmente, num projeto vizinho, Carlinda, do INCRA, o pior projeto que o INCRA fez neste País, dos 150 que foram beneficiados pelo banco em finamamento, 70% não têm comparecido ao Banco. Grande parte tomou recursos mas não plantou e a outra parte, que plantou, não tem como tirar a sua produção por falta de estrada, não pode tirar nas costas uma produção maior.

Hoje, a iniciativa privada está, praticamente, sem condições de pensar em colonizar na Amazônia legal. Primeiro em virtude da lei do IBDF que proíbe todo e qualquer desmate, o grande entrave para a ocupação e desenvolvimento das frentes pioneiras inclusive para todo e qualquer projeto do INCRA.

A iniciativa privada nunca usou incentivo fiscal em colonização, teve isenção de Imposto de Renda, por 10 anos, porém agora essa isenção foi cancelada.

Quando partimos da Cuiabá—Santarém, no quilômetro 640, essa região seria uma possível reserva do Exército e nós, para conseguirmos a

permissão para fazer a estrada, tivemos quer ir a Campo Grande, Comando Geral da região, na época, e falar com o General Tasso Vilar de Aquino, que nos deu permissão com a obrigação de zelarmos pela área, evitando posseiros ou eventuais grileiros. Dada a responsabilidade, construímos. no início da estrada, casas para mantermos elementos do Exército, do IBDF que nos auxiliaram nessa tarefa. Posteriormente, alguns anos depois, quando do governo Geisel, o Ministro Rangel Reis, por necessidade usou referida área, que se achava tranquila, para acomodar os invasores da Reserva de Nonoai, do Rio Grande do Sul, que foram transportados de Boeing, até Cuiabá e, de ônibus, de Cuiabá até a área; o Governo construiu armazém, entreposto da COBAL, deu uma verba mensal para cada família, forneceu, através de financiamento, do Banco do Brasil, motos—serra, equipamentos para ocupação do lote. Uma prova do paternalismo governamental que não funcionou, pois venderam a motos—serra e os outros materiais, por um décimo do valor, e a maioria retornou para o Rio Grande do Sul, vindo, posteriormente, a pleitear outros lotes no projeto de assentamento de Lucas do Rio Verde, de onde, 80%, novamente, revenderam os seus lotes.

Hoje, tanto Terra Nova, como Lucas do Rio Verde, são viáveis, porque quem adquiriu os lotes doados foram pessoas de tradição agrícola. Infelizmente, a primeira leva que veio do Rio Grande do Sul, principalmente a primeira, foi composta de pouquíssimos lavradores, a maioria era barbeiro, dono de boteco, engraxate, dona de cabaré, e assim por diante, lavrador era o que menos tinha. A equipe executora desse trabalho, em Terra Nova, não tem responsabilidade por esse fracasso, pois os colonos invasores da reserva de Nonoai lhes foram enviados sem uma prévia seleção, haja vista que canarana realizou e realiza trabalhos de colonização maravilhosos na região de Barra do Garças, vendendo a terra sem paternalismo, e apesar de ter passado, por um fase crítica, por problemas técnicos agrônômicos, hoje, superados, desenvolve inúmeros projetos com grande sucesso e com alta produtividade, em Água Boa e Canarana, dois jovens municípios, usando também mão-de-obra excedente das cooperativas de produção do Sul do País.

Tenho experiência, pela doação que fiz, em São Félix do Araguaia, de 63 mil hectares a 218 posseiros; tive o cuidado e o escrúpulo, inclusive de pagar a engenharia, para evitar atritos entre posseiros nas suas próprias divisas. Paguei a escritura, consegui com o Governador do Estado, na época, um preço simbólico para o imposto inter-vivos, paguei o registro e contruí três escolas, dentro desta área.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Quero comunicar ao Dr. Ariosto que lhe restam 4 minutos. Pergunto a V. S.<sup>a</sup> se deseja passar palavra ao seu assessor, o qual também, poderá ajudá-lo nas respostas dos Srs. Constituintes.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Pois não. Estou citando esta experiência, porque na época que fiz essa doação, foi uma contribuição que serve inclusive de exemplo a outros empresários nacionais, para que ajudassem nesse problema de invasão.

Já tivemos, neste País, mais de 100 ou 120 empresas de colonização, que foram aquelas no

Estado de São Paulo, Paraná, e Sul de Mato Grosso: hoje temos poucas empresas, infelizmente uma série de dificuldades, inclusive, também pensando em termos de rentabilidade. Temos o caso Meireles, que coloniza uma parte da Cotriguaçu; Sérgio Lumardeli, o Grupo Esteves, executam do outro lado do Jurema; Mutum, ou de José Aparecido Ribeiro, está fazendo um trabalho bellissimo, hoje com a sua colonização está implantando, uma bela cidade, numa região de alta produção de grãos.

Restam-me poucos minutos, mas gostaria ainda de dizer aos Srs. da visita que recebi, por três vezes, do Ministro Dante de Oliveira, em Alta Floresta. Por duas vezes S. Ex<sup>a</sup> passou por lá, por motivos políticos, mas na terceira foi uma visita que fez ao Projeto Carlinda e o nosso projeto de Alta Floresta. S. Ex<sup>a</sup> visitou um colono nosso chamado Elcio Catarinense; chegando à propriedade quis conhecer detalhes. Elcio vive de frutas: laranja, manga e abacate. Não sei se os Srs. sabem que São Paulo abastece, inclusive, Cuiabá, de laranja e nós, em Alta Floresta, estamos nos preparando, inclusive, para atendermos às necessidades de Cuiabá. S. Ex<sup>a</sup> ficou admirado pela maneira como o Elcio explora o seu sítio, e quis saber quais seriam suas outras rendas; ele disse que tirava leite, fornecia uma média de 150 litros de leite por dia; o Ministro quis conhecer a área de pastos, onde estariam as vacas mas, para ver as vacas ele teria que passar por uma criação de porcos, onde ele tinha mais de 500 porcos, logo em seguida, por uma granja onde tinha mil e poucas aves. O Ministro ficou admirado, achou que o Elcio havia vindo rico, para a nossa região. Com sede, chegando na casa abriu a geladeira e viu um grande favo de mel, o Ministro ficou curioso, há muito tempo não via um favo de mel, e o colono disse a ele: eu também sou apicultor. Então, vou repetir a expressão do Ministro Dante de Oliveira: Ariosto, esta é a Reforma Agrária que eu gostaria de fazer, mas infelizmente não tenho condições. Posteriormente, visitamos outros sítios, visitamos Carlinda, que tem um problema sério com a documentação dada pelo INCRA que seguir financiamento no Banco do Brasil. Tanto que dos 150 financiamentos que o Banco cita, eu particularmente, fui avalista de muitos deles, e estou pagando alguns também. Se V. Ex<sup>a</sup> me permitissem queria dar a minha opinião sobre esse problema tão difícil, que se chama reforma agrária.

É preciso que seja descentralizado. O nosso País, este imenso Brasil, tem condições diferentes de um Estado para outro. É impossível em Brasília coordenar-se um programa desse porte. Acho que deve ser diluído com os Estados e com os Municípios; porque o prefeito, os vereadores, os sindicatos, as associações de classe conhecem de perto aquelas áreas que devem ou não ser desapropriadas e, o mais importante, conhecem de perto as famílias que realmente merecem terras, para evitar um enxame de pessoas pedindo terra, e quando se vai apurar não chega a 10% realmente, as que tem condições de trabalhar no campo. Assim é necessário que seja diluído com os Estados e municípios esse programa, e dar força ao município também. O INCRA pode ser um órgão coordenador, até orientador, mas a reforma tem que ser lá, nos municípios, onde se tem a real necessidade de uma reforma, para

evitar que sejam desapropriadas propriedades rentáveis, ou que haja desapropriação de terras que não têm condições de produção, porque dar terra ruim para o pequeno agricultor, para o homem sem terra, é acabar de matá-lo, é o suicídio; para se dar terra tem que se dar terra boa, que dê boa resposta, que ele tenha condições de nesta terra produzir, crescer, criar a família, ampliar o seu patrimônio com sua renda e com sua produção.

Temos, no norte de Mato Grosso, depois da nossa região Jurena, no antigo rio Aripuanã, Roosevelt até Rondônia, a maior mancha de terra nobre da Amazônia Legal, num bloco só, a Amazônia é muito grande mas, o percentual de terra nobre representa 6 ou 7%. É muito em função do tamanho da Amazônia, mas a maior mancha em um bloco só de terra nobre da Amazônia, está no norte de Mato Grosso, e o norte de Mato Grosso pela qualidade da terra, clima, índice de chuva, cacau nativo, café, que dá muito bem, principalmente o café robusto, e o guaraná; o urucum, que estamos desenvolvendo na região, com uma grande demanda no mercado internacional é nativo. Esta região tem capacidade, desde que o Governo faça algum investimento, para revolver o problema agrário do homem sem terra neste País.

Meu tempo está praticamente terminado, só quero fazer um lembrete a V. Ex<sup>a</sup> sobre a grande responsabilidade que existe, neste momento, neste País com a ciranda financeira, porque está havendo um grande desestímulo para o homem do campo. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra ao Constituinte José Egreja, por três minutos, para fazer a sua interpelação.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. membros da Mesa, Sr. Ariosto Ariva, de início os meus aplausos e a minha satisfação por ouvir de uma maneira tão direta, tão objetiva, sua explanação sobre o seu trabalho.

Queria eu fazer uma outra pergunta, mas vou me permitir, pedindo ao Sr. que se estenda um pouco mais sobre a quantidade de colonos que o Sr. assentou, e sobre as condições de como esse pessoal conseguiu os recursos, a forma como o Sr. assentou esse pessoal, para melhor esclarecimento da Comissão.

V. S<sup>a</sup> teve tão pouco tempo para falar e acho que agora, com mais liberdade de não ler, falando espontaneamente, será capaz de nos informar melhor sobre esses detalhes do assentamento feito por V. S<sup>a</sup> ao longo de toda a sua vida.

Era essa a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Tem a palavra o Dr. Ariosto Ariva.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Na nossa colonização em Alta Floresta, recebemos em grande parte, em sua maioria, colonos vindos do Paraná. Eles vendiam dois, três, quatro alqueires, com preço altamente elevado, vinham para a nossa região onde comprovam uma área maior, com famílias grandes, pricisavam de uma área maior. Na ocasião da desapropriação de Itaipu, estivemos lá a pedido do General Costa Cavalcanti, na época para mostrar àqueles colonos que se eles se transferissem para a nossa região, teriam um grande benefício e nós, modéstia à parte, con-

seguimos amainar aquele grande e grave problema que ele teve. Do Paraná, recebemos o gaúcho, o catarinense, o mineiro, o paulista, gente de todos os rincões deste País, gente que passou pela escola do Paraná, de maneira que a população nossa, hoje, é representada por 95% de pessoas do Sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, e muito mineiro. Uma coisa curiosa é a quantidade de mineiros, que passaram pela escola do Paraná. Todos, hoje, economicamente bem. É uma região onde não temos carentes, uma região onde até falta mão-de-obra, porque acontece um fato: o meeiro de café, logo depois da produção ele se torna um comprador de terra, pois o grande mercado nosso é o meeiro que foi para lá. Agora, esse meeiro, deixando a propriedade para trabalhar a sua própria, falta gente para ocupar aquela meação que ele deixou, de maneira que é uma região carente de mão-de-obra.

A nossa população é de 100 mil habitantes; temos mais ou menos 8 mil e 900 lotes rurais vendidos e em muitos lotes têm 2, 3, 4 famílias, mas de preferência o lote do médio e do pequeno, porque a agricultura perene faz com que ele fixe no lote com sua família, onde nós levamos boa estrada e escola rural.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Com a palavra o Constituinte Jonas Pinheiro.

O SR. CONSTITUINTE JONAS PINHEIRO — Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Sr. Ariosto Ariva, não teria propriamente uma pergunta a fazer ao Sr. Ariosto porque nós o conhecemos, ele é um homem legendário, neste País, em termos de colonização, sobretudo no norte do Paraná, sul do Mato Grosso do Sul e, hoje, do norte do Mato Grosso.

O Sr. Ariosto com sua família encorajou outros tantos colonizadores que foram para Mato Grosso e hoje, o exemplo do norte de Mato Grosso, em termos de assentamento de famílias rurais, através de colonização é, de fato, digno de ser visto e conhecido.

A propósito, estou olhando o outro mapa de Mato Grosso, aqui à minha direita, é um mapa mais descolorido, mais ou menos de 1979, 80. Outro tratamento é a dimensão de Mato Grosso, com 881 mil quilômetros quadrados, onde tinha somente 38 municípios; temos municípios como o de Barra do Garças com 228 mil quilômetros quadrados, o de Chapada com 198 quilômetros quadrados que era um verdadeiro continente dentro de Mato Grosso Seis anos após, agora em 1986, Mato Grosso, repetindo, com 881 mil quilômetros quadrados, que tinha há 6 anos, em 1980, 38 municípios apenas passou, em função de um trabalho de colonização, tendo o Sr. Ariosto como amostra de tudo isso e outros colonizadores, Mato Grosso passou a ter 83 municípios, portanto 45 novos municípios, que podem representar três vezes mais o número de cidades, que nasceram em Mato Grosso em função de um trabalho que teve uma corrente migratória rumo ao norte de Mato Grosso, estendendo-se para Rondônia, levando por colonizadores.

O Sr. Ariosto já disse o que é o seu trabalho, e eu gostaria de pedir à Mesa, se assim fosse permitido, para ilustrar melhor o trabalho do Sr. Ariosto que o seu filho, Ludovico Ariva, engenheiro agrônomo, que está ao seu lado, diuturnamente, trouxe uma amostra de uma bateria de slides

para ver como funciona esse trabalho no Estado de Mato Grosso, que poderia servir para outras regiões da Amazônia, nesse processo de assentamento dos sem terras, em nosso País.

Sr. Presidente, tomaria talvez mais 15 minutos, não sei se era oportuno agora ou depois, se pudessemos assistir a essa bateria de slides.

A rigor e a propósito não tenho nenhuma pergunta a fazer ao Sr. Ariosto Ariva, apenas queria apresentar esta sugestão à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Constituinte Jonas Pinheiro, precisamos disciplinar o tempo da Subcomissão, mas confesso que esta é uma situação que não estava prevista e, preocupado com os slides que o Sr. Ariosto Ariva considera importantes, se os membros desta Subcomissão estiverem de acordo, concederemos ao Sr. Ludovico Ariva, tempo suficiente para que S. S. nos mostre e explique os slides.

Com a palavra o Sr. Ludovico Ariva.

O SR. LUDOVICO ARIVA — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a oportunidade que me concedem.

(Passa-se à projeção dos slides)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aldo Arantes.

O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES — Sr. Presidente, Sr. Ariosto Ariva, na verdade foi uma exposição muito interessante num esforço de colonização. Não ficou a mim muito claro o tamanho dos lotes e o volume de produção. Então, gostaria, preliminarmente, de saber qual o tamanho dos lotes e qual a produção? Esta é a minha primeira pergunta.

Uma outra questão é que, na minha opinião, temos no Brasil um problema muito grave que é a grande concentração da propriedade territorial e temos um problema econômico e social gravíssimo, e uma grande quantidade de trabalhadores sem terra, necessitando de terras para trabalhar.

O Sr. fez uma referência, com a qual concordo, que a reforma agrária deve ser feita em terra boa, reforma agrária em terra ruim não resolve, inclusive, passa a ser argumento daqueles que são contra a reforma agrária e mais, acho que esta não só deve ser em terra boa como deve ser próxima dos centros onde os trabalhadores moram. Então, gostaria de saber como é que o Sr. encara a questão do direito de propriedade. Se o Sr. concebe e aceita o limite ao direito de propriedade. Estamos discutindo aqui a necessidade social de se estabelecer um limite, um teto máximo ao direito de propriedade já que constatamos a existência, no Brasil, de propriedades de 4 milhões de hectares, 1 milhão de hectares, 500 mil hectares e, na verdade, o que vemos é que o grosso da produção agrícola está na pequena e na média produção. Então, gostaria, concretamente, de saber como o Sr. encara essa questão do limite de propriedade.

Outra questão é a seguinte: temos informações de que na região da Amazônia, mesmo antes de chegarem lá grandes empresas, existiam posseiros vivendo há muitos anos nessas terras e conheço certa região no norte de Goiás, tenho conhecimento também de regiões no sul do Pará, onde posseiros que ali viviam há 20, 30, 40 ou 50 anos foram expulsos por grupos armados.

Gostaria que o Sr. dissesse como vê esses conflitos pela posse da terra nessas regiões. Temos

informação de grupos armados, existência de empresas, como a chamada Sacopan, que é uma empresa que existe se não me engano no Amazonas e gostaria de saber sua opinião a esse respeito.

Gostaríamos também de ouvir a opinião do Sr. a respeito do papel das empresas multinacionais, das empresas estrangeiras, porque achamos que é um grave problema, além do problema geral da grande propriedade territorial no Brasil, que somos contra, e gostaríamos de ouvir sua opinião, existe outro problema: são grandes extensões territoriais nas mãos de empresas multinacionais.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Em primeiro lugar desconheço, neste País, propriedades com 4 milhões de hectares, mesmo de 1 milhão de hectares. Dentro de Mato Grosso, garanto a V. Ex.<sup>a</sup> que não existe. Agora, não posso fazer esta afirmação para os demais Estados.

O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES — A empresa a que me referi a Manasa, tem 4 milhões de hectares, e, se não me engano, é no Pará.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Na nossa região, nosso projeto deu preferência ao pequeno e médio proprietário e propriedade de agricultura perene, que é a que fixa o homem no solo. Temos algumas propriedades maiores, mil hectares, mil e quinhentos hectares, onde a terra é ondulada, onde não dá para se cortar lotes de 50 ou 60 hectares, então, distribuímos esses lotes à pecuária.

Quero contar uma coisa curiosa aos Srs. coloquei na cabeça que só iria fazer agricultura mas crescendo o volume de pessoas, precisei buscar carne a 500 ou 800 km, então, precisei partir, também, para a pecuária para o abastecimento do pessoal, porque eu estava sonhando — vou confessar, estava meio obcecado pela agricultura na época — tive esse problema e assim as áreas onduladas, com brejos, mais difíceis, estas destinei à pecuária; mil hectares, mil e quinhentos hectares, em Mato Grosso para a pecuária podemos até chamar de pequena.

Agora, o limite de propriedade para mim depende da capacidade de uso da terra, da exploração da terra. O bom empresário, aquele que faz produção, deve ser premiado neste País, porque agricultura hoje se faz com muito sacrifício. O Sr. Olacir, por exemplo conheço as suas propriedades, conheço o seu esforço e sei dos anos que ele trabalhou em vermelho, sou amigo dele, mas obstinado fazendo agricultura. Então, acho que o tamanho da propriedade está dependendo da capacidade do empresário.

Agora, com referência à problemática dos posseiros, quando chegamos à nossa região, nunca tivemos esse problema. Vou reportar-me ao que disse aqui em 1970 Aripuanã tinha 180 mil habitantes, hoje, 16 anos depois, não só pela influência do nosso projeto, mas com a abertura de Juína e outros projetos do outro lado do Aripuanã, acredito que deva ter de 250 a 300 mil habitantes; quer dizer, na nossa região nunca houve posseiro.

Agora — quero colaborar com V. Ex.<sup>a</sup> — sempre me batí com a SUDAM, dizendo que todo projeto agropecuário que eles aprovassem, destinassem 25, 30 ou até 40% da área para colonizar, colonizariam depois de implantado o projeto, porque na implantação do mesmo tem-se que fazer estradas, hospital, uma certa infra-estrutura. Depois

da existência desta, com 30 ou 40% faria uma colonização que seria para absorver aquela mão-de-obra que ajudou a formar a propriedade. Não sei se existe alguma lei neste sentido, mas sempre fui desta opinião e quando fiz a doação, também, no Vale do Araguaia, espontânea, com a melhor boa vontade, com o coração, fiz para que servisse também de exemplo, para que outros proprietários fizessem o mesmo.

Com relação ao posseiro que vive há muito tempo em uma área temos mais na parte de Goiás; tenho pena, são homens que precisariam de estímulo por parte do Governo para ensiná-lo a produzir, porque o homem cria sua família, com filhos analfabetos, não progride e não sabe produzir, de maneira que esse homem devia ser amparado, através do projeto que V. Ex.<sup>a</sup> estão estudando, com uma grande responsabilidade neste complexo problema da Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra à nobre Constituinte Irma Passoni.

A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI — Justamente V. Exa falou na questão de Reforma Agrária. Na sua concepção, então, ainda cabe no País este plano de Reforma Agrária?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Cabe um programa de política agrária.

O volume de homens sem terra que queiram trabalhar a terra é muito menor, muito aquém desse número dado à empresa. Existe muito especulador e muita gente que quer tirar proveito da situação de momento, mas garanto que este País — cito Mato Grosso porque é a região que vivo — tem condição de absorver todo o problema do homem sem terra do País.

Sou contrário à idéia do Constituinte que falou que se deve fixar o homem na região em que ele está. Penso ao contrário, devemos fixar esse homem sem terra em regiões de terra boa, em regiões que tenham horizontes, onde ele possa ter produção, crescer, possa, enfim amanhã ou depois participar no crescimento do País.

A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI — Percebi que V. S.<sup>a</sup> fez núcleos urbanos e daí estendeu à área rural. Queria saber como foi esse equilíbrio? Quanta terra foi dada ao colono? Qual o tamanho da terra dada? V. S.<sup>a</sup> falou em pequenos e médios, mas não disse a quantidade. Disse também que primeiro foi feito o núcleo urbano e depois o rural, por quê? Isso foi planejado com a intenção de integrar? Como foi? Gostaria que V. S.<sup>a</sup> explicasse melhor esse ponto.

Depois, se essas terras da colonizadora eram terras devolutas, compradas, e se a colonizadora recebeu incentivos por parte do Governo; quer dizer, houve dinheiro público nessa colonização e qual a forma desses empréstimos. Como foi? Quem sustentou a terra e o incentivo monetário nessa questão?

Esses colonos, pelo que senti, vieram mais de quem já tinha experiência do trabalho rural, do Sul. Nos slides percebemos mais produção de café — plantas permanentes como V. S.<sup>a</sup> falou; — esses hortigranjeiros, a integração de produzir aquilo de subsistência direta do agricultor, quer dizer, o frango, o leite, quer dizer, há um incentivo de produção mais ampliado, não é a monocultura, mas uma agricultura integral em relação à sobrevivência do agricultor.

Como foi dado isso? Os agricultores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, trouxeram essa experiência, ou foi feito algum treinamento? A EMATER e EMBRATER, contribuíram em quê? Essa técnica que a EMATER e a EMBRATER colocam, está a serviço de todo agricultor, é feito isto com todos eles?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Primeiramente, a média de propriedade lá é de 50 hectares. Temos muitas propriedades de 25 hectares, que é o mínimo que o INCRA permite: existem propriedades com 100, 150 hectares, mas dá uma média nas propriedades de 50 hectares.

Os produtores vieram do Paraná já com tradição agrícola. Tanto que disse aqui e repito que a maior escola agrícola deste País foi o Paraná, porque não foi só o paraneense, é o gaúcho, o catarinense, o paulista, o mineiro, o nordestino, todos que passaram pelo Paraná, já vieram com conhecimento. São pessoas de tradição agrícola que foram cada uma para o seu lote morar e produzir. A agricultura perene ajudou a fixar esses homens.

A maior fazenda que temos é de pesquisa, é um laboratório. Vou dar um exemplo simples para que V. Ex<sup>a</sup> tenha uma idéia: a castanha é uma árvore nobre neste País e infelizmente se vê em Rondônia e no Pará, a sua destruição e nós, ao contrário, estamos implantando o cultivo da castanha, inclusive, com ajuda do pessoal da EMATER e do Técnico Hans Muller fazendo uma enxertia para que ela produza no quarto ou quinto ano.

As estradas, temos as placas: "não derrube a sua castanheira que ela é sua caderneta de poupança". Estamos fazendo um grande esforço uma grande campanha e por parte do IBDF temos recebido elogios porque eles estão copiando a mandando para outras regiões. Tanto que dos nossos viveiros, no ano passado, em 86, saíram 94 mil mudas de castanheira para a Sinop e toda região. Em Maués, no Amazonas, onde tem origem o guaraná, a produção média por pé é de 650 gramas, estatística dada pela Emater em produção da Antártica, que tem um grande cultivo na região. Na nossa região, no nosso projeto, a nossa produtividade vai a 2 quilos e meio, quer dizer, quatro vezes mais do que a produção de Maués.

No café robusta podemos nos comparar àqueles primeiros tempos do Paraná, que a média colhida, por mil pés, é de 120, 140 sacos, alta produtividade, é tão grande que começou agora uma corrente migratória do pessoal do Espírito Santo, que produz robusta, para a nossa região.

Com referência à propriedade que V. Ex<sup>a</sup> cita, compramos de uma empresa do Rio de Janeiro, a Índia S/A, que ia colonizar e não teve coragem, por causa da dificuldade, 418 mil hectares; o Governador José Fragelli, à época, fez uma licitação para ceder 400 mil hectares àquele que numa carta de intenção desse o melhor aproveitamento à área.

Como já conhecíamos a região em função dos 418 mil hectares, onde havíamos feito pesquisa, visto que o cacau é nativo na região, fizemos com o dendê, com o café, com o guaraná, e assim ganhamos a licitação. Pagamos ao Estado, naquela época 50 cruzeiros por hectare, mas quero lembrar que terra, naquela época, em Mato Gros-

so, comprava-se por 30, 35, e nós compramos por preço acima do mercado naquela ocasião. Pagamos este valor pelo fato de ser vizinho da nossa área. Agora, o colono que vai lá, não recebe, ele compra e paga a terra, nós não damos nada. Temos um programa humano da empresa que é uma coisa à parte. As famílias com mais de 10 filhos, damos a terra e assistência. Já devemos ter dado, 70 ou 80 lotes, premiando aquelas famílias grandes, mas não fazemos muita promoção porque daqui um pouco, começarão a chegar pessoas somente com mais de 10 filhos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ubiratan Spinelli.

O SR. UBIRATAN SPINELLI — Gostaria de congratular-me em primeiro lugar com o expositor por ser este um empresário vitorioso do meio rural, como tantos outros homens honestos que ajudam este País a progredir e ir em frente.

Sabemos, também, que o Incra dispõe já de milhões de hectares de terra para a reforma agrária, o que está faltando é exatamente dinheiro para isso.

Concordo com V. S<sup>a</sup> quando afirma que se precisa colocar o homem perto do centro urbano, como está comprovado, em Mato Grosso, com diversos projetos vitoriosos. Não só o de V. S<sup>a</sup> mas os do Ênio, do Meireles, Trivelato e outros do Paraná, que estão caminhando para o Mato Grosso, Terra Nova e tantos outros.

Mas, queria dizer ao Sr. que parece que hoje haveria uma sessão aqui no Congresso onde será apreciado um projeto de lei autorizando emitir título da dívida agrária, para desapropriar terra a preços que estão no cadastro ainda. E nós sabemos que esse cadastro rural é mudado de 5 em 5 anos. Acharmos isso um absurdo, um exagero e que esses títulos da dívida agrária não têm valor no mercado de ações. Além de não terem valor nenhum, o Governo ia resgatar de ano em ano. E muitos desses proprietários rurais que só têm isso, vão deixar a sua família desamparada, na miséria.

A segunda colocação que eu gostaria de fazer ao Sr. é a seguinte: o Sr. concorda exatamente com o que o Incra faz? Que somente cadastra de 5 em 5 anos, que revaloriza as terras do proprietário? Acho que isso é um contra-senso e o pior ainda é que não dá direito — pelos pontos que o Mirad mandou para nós, Congressistas, através do Ministro Dante de Oliveira — que o proprietário rural não terá direito de ir a juízo. Não terá direito de advogar a sua causa, porque será apenas um decreto desapropriatório, do próprio Presidente da República, e isso acabará exatamente com o regime que estamos vivendo, capitalista e democrático.

Esta é mais ou menos a pergunta que gostaria de fazer ao senhor a respeito do problema do direito do proprietário ir a juízo.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Sr. Constituinte vou responder:

Primeiro, o Incra não tem condição de acompanhar a velocidade das transferências de propriedades que existem neste País. Nós demos liberdade, o indivíduo vende 10 alqueires, ou 5, no Paraná, para comprar 50 no Mato Grosso, ou no Pará, ou no Amazonas ou em Goiás, então a velocidade das negociações que existem neste País, o Incra

não tem condição de acompanhar, nem em cadastro

O pequeno proprietário tem uma grande dificuldade, quando compra ou transfere uma propriedade, porque vai depender de ir nas capitais, ou vir a Brasília. Custa o olho da cara para a pessoa ter atualizado o seu título. Então, acho que o Imposto Territorial devia voltar às prefeituras, por este motivo, e também porque eles alegam que já entregaram todo o Imposto Territorial à prefeitura, mas tenho aqui avisos de colonos nossos: imposto calculado para a prefeitura: 34.964,00; contribuição para fiscal e taxa de cadastro: Cz\$ 212.000,00; contribuição do CNA Cz\$ 58. Quer dizer, em 306 mil cruzados a prefeitura recebe 34 mil cruzados, isso no exercício de 1985.

O mesmo ocorreu em 1986, que deu Cz\$ 1.645.00. É uma propriedade aberta, uma propriedade com desenvolvimento. A prefeitura aqui recebe mais, recebe 279 cruzados, mas tem uma taxa de cadastro de 654 cruzados; tem uma contribuição parafiscal de 372 cruzados; do CNA em 232 cruzados, em 1.645 cruzados, a Prefeitura só recebe 279 cruzados.

Acho que o Imposto Territorial devia voltar...

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN SPINELLI — Queria que o Sr. me respondesse a respeito do proprietário que não tem direito de defesa em juízo. O sujeito vê desapropriado em suas terras e não tem direito de ir a juízo se defender. Acho isso um crime, uma coisa imoral que o Mirad está propondo.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Acho que uma imoralidade dessas, num País como o nosso...

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN SPINELLI — Mas está no programa que veio para o Congresso. São pontos do Mirad. Que País vai virar este aqui?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Mas nós, aqui fora, acreditamos na inteligência e na capacidade dos Srs. Deputados de poderem saber discernir, porque no momento em que nos grandes países socialistas do mundo estão abrindo, nós não podemos querer fechar, não tem condição.

Acho que não se pode tirar o estímulo da iniciativa privada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Fazendo soar a campanha.) — Concedo a palavra ao Relator, Constituinte Oswaldo Lima Filho.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Dr. Ariosto Ariva, quero, em primeiro lugar, felicitar V. S<sup>a</sup> por algumas iniciativas que foram aqui apresentadas no sentido do desenvolvimento agrícola de área, até então inexploradas, iniciativas que são muito louváveis, sobretudo quando elas foram processadas com o cuidado de instalar, ou de plantar culturas permanentes adequadas ao solo da região amazônica.

Feita essa observação, queria lamentar que os slides aqui apresentados, que são muito atraentes, não tivessem documentado a questão da localização dos colonos, mas residências, os seus tratos de terra. Isso não foi feito. Seria mais útil se isso fosse feito em lugar da exposição urbana, que realmente também é notável.

Em segundo lugar, V. S<sup>a</sup> diz que a média de hectares, por colono, foi de 50.

O SR. ARIOSTO ARIVA — 50 hectares.



O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Muito bem, eu indagaria: em que ano foi feita essa colonização?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Nós iniciamos em 1976, e, em 1977, começamos receber os primeiros colonos.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Muito bem. Eu indagaria a V. Sª qual foi a área total de colonização?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Hoje nós já temos mais ou menos 600 mil hectares colonizados.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Quantos colonos foram assentados, ou quantos lotes?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Mais ou menos umas 12 mil famílias.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Indagaria, ainda, por que a matéria é de interesse público, se essas terras foram públicas ou privadas?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Públicas, 400 mil hectares foram licitados às empresas que apresentassem o melhor projeto de colonização.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — 400 mil hectares de terras públicas.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Foram públicas, aprovadas no Senado e entregues a empresas que apresentassem o melhor aproveitamento em termos de colonização.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — V. Sª pode informar a data da aprovação no Senado?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Foi, sem não me engano, em 1973, ou 1974.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — A indagação que faço ainda a V. Sª é a seguinte: qual o custo de venda aos colonos, por hectare, desses lotes?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Bom, iniciamos a colonização, naquela época, com o preço de 700 ou 800 cruzeiros por hectare com o prazo de 2 anos para o pagamento. E, no decorrer do tempo, com a inflação e o custo... infelizmente daquela época para cá, se o Sr. fizer uma análise, eu comprei 6 D-8, para fazer o trabalho; o mais caro custou-me 1 milhão e duzentos mil cruzados. Hoje, cada um custa 13 milhões de cruzados.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Estou perguntando o preço do hectare, não do avião.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Peço permissão para interromper um minuto, apenas para passar a presidência ao Constituinte Fernando Santana, porque preciso retirar-me por um momento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Continua a reunião.

Com a palavra o Sr. Ariosto, que está respondendo às questões do Constituinte Oswaldo Lima Filho.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Estou citando em função das alterações de preço que foram decorrentes do tempo da inflação e da infra-estrutura que se instalou na região.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — V. Sª já respondeu, foi de 50 cruzeiros o hectare

e que foram vendidos inicialmente a 700 cruzeiros por hectare.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Exatamente.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Bom, tencionava fazer todas as perguntas de uma só vez, mas V. Sª foi mais generoso e foi respondendo a cada uma. Então, V. Exª me permitirá que conclua as minhas questões.

Qual o limite, segundo o entendimento de V. Sª, que é um homem que conhece profundamente o problema, já o demonstrou, qual o limite ideal para a propriedade na Amazônia? O limite máximo?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Um limite, vamos dizer, para o aproveitamento pecuário, tem que ser maior na Amazônia, em função da dificuldade de infra-estrutura. Agora, agrícola, eu acredito que um homem com 50, 100 e 200 hectares, pode ser um bom proprietário e um grande proprietário com 500 ou 1.000 hectares, dependendo da qualidade da terra. Agora, para a pecuária é necessário uma área bem maior, em função, primeiro, de 50% de reserva e, segundo, quando as vacas começam a criar, quando começam a nascer bezerros, é necessário ter pasto suficiente e o bastante para se poder desenvolver e crescer também.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — V. Sª não faz idéia de um limite para a pecuária?

O SR. ARIOSTO ARIVA — O limite, para mim, depende da capacidade do empresário.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — V. Sª não vê limite?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Não vejo limite, desde que o empresário tenha capacidade.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Indago, ainda, de V. Sª: a Comissão recebeu um documento da Associação dos Empresários da Amazônia. V. Sª é responsável por esse documento, ou subscreve as afirmações nele contidas?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Exatamente. A Associação preparou esse documento e o remeteu ao Presidente José Sarney, para uma análise. É bastante profundo, analisa inclusive as maiores empresas que usam o incentivo no Amazonas e estou de acordo com ele.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Faço esta indagação, Dr. Ariosto, porque, à pág. 15, por exemplo, há uma afirmação de que o enfoque doutrinário do plano nacional de reforma agrária seria uma visão socialista em confronto com a opção democrática. Eu pergunto se V. Sª concorda com estes termos?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Terminado o Constituinte Relator Oswaldo Lima Filho, agora seria a vez do Constituinte Oswaldo Sobrinho, mas S. Exª cedeu lugar, trocou com o Constituinte Louremberg Nunes Rocha, a quem concedo a palavra.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Sr. Ariosto, estou aqui, também, para dar o testemunho do seu trabalho, desde o início.

Felizmente, para mim, como Secretário de Educação e Cultura de todo o Mato Grosso de

então, pude acompanhar o seu esforço e o da sua família para fazer a colonização de Alta Floresta.

Mas, para aproveitar a sua experiência hoje, gostaria de ter a sua opinião sobre um problema que entendo fundamental para a reforma agrária como ela se coloca hoje. Temos visto a reforma agrária, neste País, ultimamente, apenas pelo anúncio de terras desapropriadas. É tal a insistência nisso que parece, cada vez, que fazer reforma agrária no Brasil é desapropriar terras.

Mas o senhor disse aí, e teve a concordância do Constituinte Aldo Arantes, do PC do B de Goiás, de que é preciso terra boa para fazer reforma agrária. E hoje o satélite tem condições de determinar quais os locais de terra boa.

A Pastoral da Terra, ligada à Igreja, parece que, há pouco tempo, divulgou um documento em que diz que: "mantidos os atuais níveis de assentamento, teremos a reforma agrária concluída, ou seja, a meta do Governo Sarney, de 150 mil famílias, se completaria em 1.176 anos", ou seja, a reforma agrária seria um problema do 4º milênio.

Parece-me fundamental considerar o problema assentamento. Foram mostrados nos slides o problema das estradas, o problema das escolas, e a necessidade que se tem para fazer a reforma agrária, assentar essas famílias, a necessidade de uma infra-estrutura.

Perguntaria ao Sr. com a sua experiência, qual seria o custo, hoje, considerando a necessidade de discriminar terras boas, e essas terras boas, evidentemente, não aparecem em lotes muito grandes, em áreas muito grandes, considerando isso e considerando a necessidade de infra-estrutura, qual seria o custo, hoje, apenas para resumirmos, para o assentamento de 1.000 famílias, considerando essa experiência de Alta Floresta? Mil famílias, porque nós teríamos que considerar áreas que pelo menos abrangessem 1.000 famílias, ou 100 famílias, e, inclusive, os recursos destinados a fazer com que esses colonos sem terra possam produzir, possam sobreviver nesta terra.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Primeiramente, acho que nós temos, no País...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Solicitaria uma pausa apenas para a gravação poder separar as perguntas das respostas.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Temos, no País, volume de terra suficiente para resolver todos esses problemas do homem sem terra. O homem sem terra que realmente queira trabalhar, vai aceitar o desafio de ir para zona pioneira. Na zona pioneira ele tem condição de prosperar, crescer e dar a contribuição dele, em termos de produção, para este País. Agora, ficar perto das grandes cidades, me desculpe, é malandro. Porque o homem que quer realmente trabalhar vai aceitar o desafio.

Agora, o custo defende; por exemplo, hoje, neste momento, nós estamos vendendo terra a 6.000 cruzados por hectare, com prazo, sem juros, sem correção monetária. A pessoa vende, no Paraná, por, vamos dizer, 100 mil 80 mil cruzados o hectare, uma propriedade pequena e pode comprar uma propriedade maior na nossa região. O custo médio de assentamento de uma família, sem pensar no transporte sem considerar o valor terra, fica, no mínimo, por 200 mil cruzados, por família.

Agora, no nosso projeto, não custou 1 centavo para este País, não tem 1 centavo de governo,

não devo favor nenhum, nem empréstimo de Banco do Brasil ou de qualquer outro órgão, foi feito tudo com o nosso esforço, com o nosso trabalho, que é o lema da nossa região.

Penso que tenha respondido o valor de custo e agradeço ao Constituinte, porque Alta Floresta deve muito à sua pessoa e ao Constituinte Osvaldo Sobrinho que, logo no início, o Sr., Secretário da Educação, ajudou demais a nossa cidade e nos ajudou a impor o projeto de escolaridade na zona rural.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Bem, agora daria a palavra ao Constituinte Osvaldo Sobrinho, mas tive aqui uma solicitação e que vou atender, com a permissão da Comissão, para que o Assessor do Dr. Ariosto projete um mapa geral de todo o projeto, porque, segundo as informações que me chegaram, isso facilitaria a compreensão dos Srs. Constituintes.

O SR. LUDOVICO ARIVA — Obrigado. Só queria mostrar, então, aqui, o Município de Alta Floresta, com os projetos de Alta Floresta, Paranaí, Tapiacás, faltando — faz dois anos que foi feito — Bandeirantes e Mogno, município localizado no bico de Mato Grosso. E aqui nós temos o Projeto de Alta Floresta. Todos são similares ao da Floresta Paraná e Itapiacava. Em vermelho, temos as vicinais. Foram feitos 1.200 quilômetros de estradas, para atender aos colonos. Aqui, por exemplo, é uma reformulação do Projeto, onde se deparou com uma mancha de terra melhor e, a pedido do próprio Incra, foram feitos lotes menores para atender colonos com 25 hectares. Então, em vermelho são as vicinais e, aqui, o núcleo urbano. Não se fez cidade para, depois, fazer a parte rural. Ao contrário, fizemos toda a parte rural e o núcleo urbano de apoio, tanto é que temos, hoje, pouquíssimos colonos — nem 1% — que vêm para a cidade. A nossa política é a de fixar o homem no campo, fazendo, inclusive, um trabalho junto a CEMAT(?) para a eletrificação rural, para fixar o homem ao campo. A terra representa, dentro do custo total, 8% para instalar o colono. Então, o importante é o que se tem que gastar após a instalação do colono. Não adianta dar terra ao homem sem terra, se não lhe der condições, se não lhe der estrada, se não lhe der armazéns, se não lhe der escola, se não lhe der condições de retirar as safras e se não lhe der condições de organização das cooperativas regionais.

Então, nós fizemos um desenvolvimento rural. Alta Floresta, incipiente, com fluxo migratório na região e Alta Floresta, hoje, com os equipamentos instalados, está se tornando um pólo de apoio ao sul do Pará e a toda a região e o fluxo migratório urbano, hoje, passou a ser acima das nossas expectativas. Nós projetamos Alta Floresta para 30 anos, e estamos reformulando o que, em 10 anos, ocupou aqueles 30 anos.

O tipo de lavoura — quanto ao tipo de lavoura, nós não podemos preconizar se o limite deve ser de 50 ou 100 hectares. Se for lavoura mecanizada, nós não podemos pensar em áreas menores. Tem que ser áreas maiores. Dependendo do tipo de solo, nós não podemos instalar culturas perenes. Uma lavoura mecanizada de arroz, feijão, soja, ou milho, tem que ter áreas maiores.

A distinção do empresário e do colono — o empresário que queira se instalar, como o caso

do Sr. Olacir, são 50 mil hectares de soja — vamos dar ao Sr. Olacir 100 hectares? Então, ele sai da atividade rural. Então, tem que se ter essa distinção. E o problema, hoje, não é do colono sem terra. O problema é que nós temos terras sem o colono. Nós temos terras no Brasil suficientes para atender a toda essa problemática. Então, entra o problema — a função social da terra. Tudo bem, precisamos ter essa função, porque temos, também, ao sul da nossa divisa, glebas de 300 a 400 mil hectares, abandonadas, sem destino, onde não se planta, não se dá, não se cede — estas, sim, devem ser, na nossa opinião, respondendo, passíveis de uma reforma agrária, passíveis de uma desapropriação, passíveis de um assentamento. Mas não adianta só dar a terra. Precisamos dar a terra e toda a condição de desenvolvimento e dar a terra a quem quer trabalhar na terra. Não adianta dar a terra a quem não queira, ou queira apenas usar aquilo como um trampolim para fazer dinheiro, porque o homem da lavoura se distingue do homem da cidade, que pede terra mas não tem tradição, não tem condição de fazer o trabalho agrícola. Era esta a complementação que desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Com a palavra o nobre Constituinte Osvaldo Sobrinho.

O SR. CONSTITUINTE OSVALDO SOBRINHO — Sr. Presidente, Sr. Colonizador Ariosto Ariva, nós estamos aqui mais até para o testemunho do trabalho que é feito lá em Alta Floresta e o seu projeto de colonização, tendo em vista que acompanhamos aquele projeto desde o início, quando ali iam abrindo as estradas e nós fomos levando, já, a escola itinerante, atrás, para dar sustentação àquela região. E, na verdade, eu que conheço e viajo todas as semanas para lá, dá para ter uma idéia do que é a colonização, hoje, em Mato Grosso, a nível particular e, principalmente, a feita pela Indeco e aquela feita pelo Governo.

Estou bem à vontade para falar isto, porque não sou correligionário de V. Exª, sempre fomos adversários políticos, pelo menos nas últimas eleições. Então, ali, eu posso ver, na verdade, a seriedade de um trabalho de colonização, que é feito pelo Projeto da Indeco, onde, em qualquer lote que se vai, se vê produtividade, se vê produção, homem feliz, homem contente e a região se desenvolvendo. Enquanto que, a 200 metros, na beira do asfalto, no Projeto Carlinda, nós vemos a miséria, a decepção, a desgraça e o exemplo de como não se faz colonização. Um projeto é do Incra, esse que não tem nada e, lastimavelmente, vimos na semana passada — o Projeto Carlinda — e outro é da Indeco, da iniciativa particular. Esse do Carlinda, que é do Incra, hoje — viemos de lá na semana passada — o homem reclamando da falta de escolas, falta de estradas, não demarcaram lotes, saúde não existe, eles estão morrendo de malária, porque não existe nada. E o Governo, lamentavelmente, o Governo do meu Partido, abre a boca para todo mundo, dizendo que é um projeto modelo. Foi implantado lá dentro um nível de corrupção violento e no ano passado, inclusive, foi denunciado ao Presidente do Incra, que foi lá em Paranaíba — o Sr. Manoel, que é o Chefe do Projeto, lá — e nada se fez a respeito do assunto e continua o desmando. Lotes que eram para ser dados a colonos peque-

nos que chegavam lá sem terra, forma dados para gerentes de bancos, para grandes comerciantes da cidade, prova de que o Governo, neste País, é incompetente, não é sério e não deve entrar nessa atividade de reforma agrária. O Incra, principalmente, como está hoje.

Então, o que vejo é que, na verdade, nós temos que parabenizá-lo. A reforma agrária tem que ser feita urgentemente, mas fazer a reforma agrária por quem sabe fazê-la, porque, na verdade, vãos jogar dinheiro fora, alimentando malandros e este País vai ficar sem colocar o homem na terra, sem produzir e fazendo um cemitério de homens vivos na zona rural.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CONSTITUINTE OSVALDO SOBRINHO — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Exª

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Isto é muito grave. V. Exª é do Estado. Conhece o problema. Não discuto. Acho que V. Exª deve ter toda a razão. Sobre o meu Estado, os assentamentos que o Incra está fazendo são sérios, estão sendo feitos com toda a correção, com a pobreza de recursos que existe, mas todos os colonos que estão lá, estão muito satisfeitos e não abdicariam dessa condição em nenhuma hipótese — ninguém os tira de lá, nem a bala.

O SR. CONSTITUINTE OSVALDO SOBRINHO — Não falo de todo o pessoal do Incra, mas tem um projeto em que estão assentando famílias em 4 hectares de terra — eu não posso achar que um projeto desse é sério, nobre Constituinte Osvaldo Lima Filho, meu xará. Num País com tanta terra, colocar uma família em cima de 4 hectares de terra e achar que está atendendo ao colono! Eu acredito que não é por aí que se faz a reforma agrária.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Sobrinho) — Exatamente, porque não se pode desapropriar mais, mas, com esses 4 hectares, eles estão vivendo.

O SR. CONSTITUINTE OSVALDO SOBRINHO — Acho que isto é uma brincadeira.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Não é brincadeira. V. Exª me desculpe, mas eles estavam vivendo sem nem um palmo de terra e têm, hoje, 4,5 hectares.

O SR. CONSTITUINTE OSVALDO SOBRINHO — E vão viver pior em cima de 4 hectares de terra — o Sr. pode ter certeza absoluta disto — vão viver pior.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — É um engano de V. Exª

O SR. CONSTITUINTE OSVALDO SOBRINHO — Então, é este o meu depoimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Nobre Constituinte Osvaldo Sobrinho, eu, sem nenhuma pretensão, apenas observaria o seguinte: o nobre colega já usou 5 minutos, quando o tempo era de 3, V. Exª continua com a palavra para formular as questões que considerar convenientes.

O SR. CONSTITUINTE OSVALDO SOBRINHO — O que quero, aqui, na verdade, é perguntar

ao Sr. Ariosto Ariva como o Sr. vê, como empresário particular, hoje, a política que está sendo desenvolvida pelo Incra, pelo Governo, neste País, a respeito de como se está fazendo a reforma agrária, se está certa? Se, na verdade, por aí, se distribui a terra para o homem e se desta forma como se está fazendo, se vai fixar o homem ao solo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Com a palavra o Sr. Ariosto Ariva para responder ao nobre Constituinte Osvaldo Sobrinho.

O SR. ARIOSTO ARIVA — A política tem que ser reformulada. Falamos em reforma agrária, mas nesse projeto que o nobre Constituinte Osvaldo Sobrinho acabou de citar, não tem recursos para abrir picadas, não tem recursos para estrada e os colonos assentados tiveram, eles, que fazer mutirão para atender a essas necessidades maiores.

Então, eu acho que tem que ser reformulado e mantendo aquela minha opinião inicial, que tem que ser descentralizada. Ela tem que passar para os Estados e os Municípios, porque é através dos Municípios que vamos conhecer, realmente, não só a necessidade das áreas que devem ser desapropriadas — não sou contra a desapropriação —, mas vamos poder fazer seleção do homem que realmente precisa e quer trabalhar a terra, para evitar a baderna e para evitar esse barulho imenso que estão fazendo, com picareta em cima. De maneira que, o Município, através de prefeitura, de sindicato do trabalhador rural, do sindicato patronal, das associações de classe, possa se fazer uma seleção e premiar o homem sem terra que queira trabalhá-la, que precise dela. Esta é a minha opinião.

O SR. OSVALDO SOBRINHO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>

O SR. OSVALDO SOBRINHO — Apenas para uma sugestão. Eu queria sugerir ao Presidente da Subcomissão que se formasse uma comissão para visitar, em Mato Grosso, esses dois projetos, para que tivéssemos uma visão mais ampla de como se deve e como não se deve fazer a Reforma Agrária — é a sugestão que deixo a esta Subcomissão de Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — V. Ex<sup>a</sup> formule a proposta para a Subcomissão que o Presidente e os demais componentes decidirão oportunamente. Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> remetesse à Mesa a proposta que acaba de fazer. Obrigado.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Eu gostaria de fazer um convite a esta Subcomissão, que nos visitasse em Alta Floresta, não só Alta Floresta, mas que teriam a oportunidade de visitar toda a região e fazer uma observação do desenvolvimento, do crescimento daquela região, tudo feito através de iniciativa privada. Faço aqui um convite à Comissão, em meu nome, em nome da empresa, todas as despesas por nossa conta, acomodação, uma demonstração...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — V. S<sup>o</sup> não precisa se preocupar com as despesas, porque a Comissão tem recursos para ir até lá.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Bom, neste caso... mas nós estaremos à disposição e teremos muita alegria em receber a Subcomissão lá, em Alta Floresta, porque lá seria um ponto de partida para conhecer toda a região.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — A Comissão agradece o convite e, naturalmente, o Relator vai anotar e depois ver como encaixa o convite de V. S<sup>o</sup> dentro do pouco tempo disponível que temos.

O SR. LÚDOVICO ARIVA — Sr. Presidente, eu perguntaria se o Sr. Ariosto Ariva ainda tem algum tempo, se dos 15 minutos ainda resta alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Eu gostaria, simplesmente, de dizer ao nobre Assessor que temos, ainda, alguns Constituintes inscritos para falar e, se ao final houver chance, eu concederei a palavra a V. S<sup>o</sup>

O SR. LÚDOVICO ARIVA — Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Com a palavra, agora, o nobre Constituinte Percival Muniz.

O SR. CONSTITUINTE PERCIVAL MUNIZ — Sr. Presidente, Sr. Ariosto Ariva, eu também sou de Mato Grosso, sou de uma outra região, sou da região de Rondonópolis e, na campanha política, não tive o prazer de visitar nem de pedir votos lá na região de V. Ex<sup>a</sup>, mas gostaria de dizer que tenho algumas preocupações sobre o tipo de colonização desenvolvida por V. S<sup>o</sup> e até digo, com muita competência, com muita dedicação, mas tenho algumas divergências. Mas antes de mencioná-las gostaria de fazer algumas perguntas: os lotes que as pessoas recebem — os trabalhadores, os colonos — eles têm um prazo para pagar, e quais são as outras condições para que eles possam ter direito à propriedade, à estrutura da propriedade? Gostaria que o senhor me respondesse, inicialmente, esta pergunta porque, depois, quero externar meu posicionamento.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Bom, o colono compra a terra, recebe um contrato de compromisso de compra e venda, tem 12 meses para pagar, dividindo, 1/3 de entrada, 1/3 em seis meses, 1/3 em 12 meses, sem juros e sem correção monetária, mas ele só recebe a escritura definitiva ocupando a terra e tem um prazo, também, para ocupar a terra, para nós evitarmos de vender ao especulador. Então, só vendemos àqueles que realmente ocupam a terra.

O SR. CONSTITUINTE PERCIVAL MUNIZ — Eu agradeço a resposta de V. S<sup>o</sup> e gostaria de dizer que a minha divergência fundamental com esse ciclo de colonização, como coloquei inicialmente, não só em Mato Grosso, mas em alguns outros Estados, tipo Rondônia, também — não da mesma forma, mas com outras características — onde nós observamos que esse tipo de colonização tem servido, não por intenção do colonizador, mas até pela natureza da colonização, para um objetivo que, no meu entender, não é o correto, pois a partir do momento em que o trabalhador é assentado, recebe uma área limitada, sem condições de aumentar essa propriedade. No primeiro e no segundo ano, dá para trabalhar naquela propriedade mas, normalmente, ele tem também

um grande número de filhos e, com dois, três cinco anos, a família não consegue mais trabalhar e sobreviver daquela pequena propriedade e, aí, normalmente, serve de mão-de-obra para os grandes projetos econômicos que são assentados perto dessas áreas de colonização. Este, para mim, é, talvez, o maior erro desse tipo de colonização — quando o senhor assenta um determinado número de famílias e essas famílias, depois de criarem os seus filhos, estes, na verdade, servem para as grandes propriedades que são instâncias de colonização.

Não sei se é o caso de Alta Floresta — nessa colonização de V. S<sup>o</sup>, porque não conheço o projeto de perto, mas tenho visto, inclusive na região de Rondônia, isto acontecendo, inclusive os proprietários iniciais, aqueles mais competentes e mais habilitados ou até de mais sorte, conseguir comprar as outras propriedades e transformando-as em grandes propriedades em menosprezo daqueles que têm mais dificuldades de conseguir se assentar. Então, esta é, talvez, uma das questões que levanto, e uma preocupação. Não sei se isto acontece no Projeto de V. S<sup>o</sup>

O SR. OSVALDO SOBRINHO — Imagine V. Ex<sup>a</sup>, lá em Pernambuco, em que o INCRA dá 4 hectares de terra.

O SR. CONSTITUINTE PERCIVAL MUNIZ — Ele dá quatro hectares para o pai e há, também, perspectivas de dar 50 para o filho, porque ele não tem pretensão de segurar só aquela propriedade.

Eu gostaria, com a vênua de V. S<sup>o</sup>, de fazer um esclarecimento quanto à intervenção do Constituinte Osvaldo Sobrinho sobre a questão do Incra lá em Mato Grosso, que passou, para os companheiros que não conhecem o projeto, uma imagem horrível do Mirad e do Incra. E eu gostaria de mostrar um outro ângulo da questão. O Constituinte Osvaldo Sobrinho, ao colocar a questão do projeto do Incra, lá, mostrou um verdadeiro abandono, uma verdadeira miséria, irresponsabilidade e corrupção e eu discordo totalmente dessa avaliação. Sei das dificuldades que o Incra encontra para fazer esse assentamento, mas sei, também, que os trabalhadores, que estão hoje lutando com dificuldades, fazendo mutirões para poderem garantir a sua posse, viviam, há pouco tempo atrás, enfrentando dificuldades muito maiores, porque eles não tinham estrada, não tinham armazéns, não tinham educação e não tinham nem a terra e ofereciam as suas vidas para poderem garantir um pedaço de terra para trabalhar. E o Incra, mesmo sem ter condições de dar terra, estrada e armazém, para garantir aos assentados os recursos necessários à sua sobrevivência, garantiu pelo menos a terra, para aqueles que com força de vontade, mesmo sofrendo, tivessem onde trabalhar para um dia serem um pequeno proprietário. Seria o ideal que o Mirad e o Incra tivessem todas as condições para não fazer assentamento igual ao que está sendo feito em Mato Grosso, mas tenho certeza de que, entre o ideal e o possível, é até decisão dos trabalhadores ficar com o possível, porque é muito melhor passar dificuldades, não ter escola, não ter estrada, mas ter pelo menos a sua terra, do que não ter isto tudo e, ainda, viver trabalhando nas terras dos outros, sendo, a toda hora, ameaçado de ser expulso e até oferecer a sua vida como preço pela luta, pela posse da terra. Esta questão fica

bem diferente, porque não podemos acusar nem o Mirad e nem o Incra de qualquer outro tipo de coisa, se não de dificuldade econômica. Eu tenho até dito sempre que o Incra e o Mirad, com um orçamento de 3 milhões de cruzados, seria possível fazer uma reforma agrária de tanta necessidade neste País.

Então, era esta a visão que eu gostaria de mostrar, discordando, e até creditando essa avaliação do Constituinte Osvaldo Sobrinho, talvez, a questões pessoais de relacionamento com o Ministro, que é, também, do nosso Estado, e não, de fato, correspondendo à realidade da pretensão. E a prova está no depoimento de outros Constituintes de outros Estados, acerca do trabalho do Incra.

O SR. CONSTITUINTE OSVALDO SOBRINHO — Permite V. Ex.\* um aparte?

O SR. CONSTITUINTE PERCIVAL MUNIZ — Sr. Presidente, é permitido aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — De fato não é, mas a Mesa, liberalmente, vai permitir.

O SR. PERCIVAL MUNIZ — Então, concedo o aparte ao nobre colega Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO — Nobre Constituinte Percival Muniz, não vejo problema pessoal algum com o Ministro Dante de Oliveira...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Peça a V. Ex.\* que fale no microfone.

O SR. OSVALDO SOBRINHO — "... e tanto é que ajudei a elegê-lo por duas vezes — Prefeito da capital e Deputado Federal. Eu quero dizer que não me conformo com o que está acontecendo com o Incra em Mato Grosso porque, na verdade, quer se fazer um cavalo de batalha em termos de coisas que, não são verdades. O Projeto Carlinda, hoje, é uma vergonha. Veja, por exemplo, o Projeto lá de Guaratá, onde o Governo fez escolas, postos de saúde, há quatro anos e até hoje não entrou uma gota de remédio nos postos de saúde. Nós temos campanha em cima do PDS, descendo o pau em cima de todo mundo e dizendo que, quando a Nova República entrasse, iria melhorar. Entrou, já está há dois anos e até hoje continuam os postos de saúde fechados, sem atender ninguém. E esse é o Incra, e o Ministro é de meu Estado.

Agora, se eu criticava o Partido contrário não será hoje que vou calar a boca, porque ele é do meu Estado e do meu Partido. Sou Peemedebista, vou continuar no PMDB, mas não admito que venham querer enganar e mentir para o povo, principalmente a nível nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Apesar do aparte longo, a Mesa consentiu. Tem a palavra V. Ex.\*

O SR. CONSTITUINTE PERCIVAL MUNIZ — Eu agradeço e quero encerrar dizendo que não tive, ainda, mas quero ter o prazer de conhecer a região de Alta Floresta. Mato Grosso é um Estado, de fato, continental, e por estar na região mais ao sul, de Rondonópolis, não tive o prazer de conhecer o projeto.

Na opinião de V. S\*, eu gostaria de saber, sem nenhuma intenção de querer enlamear, prejudicar o trabalho, ou discordar do trabalho que V. S\* executa. Gostaria de ouvir a opinião de V. S\* nesse

sentido. Os trabalhadores assentados naquelas propriedades têm perspectivas de garantir propriedades para os seus filhos, para a sua família, para logo após 3, 4, 5 anos depois de estarem assentados nessa propriedade? Era essa a afirmação que eu gostaria de saber de V. S\*.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Tem a palavra o Dr. Ariosto Ariva, para responder ao Constituinte Percival Muniz.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Vou resumir mais fácil. Procurou-me um preto velho, há 4 anos, chorando e me pedindo um pedaço de terra, porque tinha dez filhos e os filhos eram peões nas fazendas da região, estavam ele e a mulher sozinhos. Vendi a ele, para pagar quando pudesse, 25 hectares de terra, porque sou contra paternalismo. Três meses depois ele me procurou novamente: — Dr. Ariosto, os filhos trabalhavam fora, mas hoje estão comigo, então não temos renda. Emprestei um dinheiro para esse preto velho, que se chama Ricardino. Quatro anos depois, esse homem me pagou a terra, neste ano que passou, quando ele vendeu o seu café; ele formou 14 mil covas de café, que ficou uma maravilha, e veio me mostrar que tinha no Banco do Brasil 800 mil cruzados depositados, e queria comprar terra para os filhos.

Este exemplo serve para os demais colonos, que não ganharam, compraram e pagaram a terra e conseguiram, eles, os pequenos e os médios, renda dentro da agricultura, para ampliar a sua propriedade ou dar a seus filhos. E a mostra que estou fazendo deste preto velho, que se chama Ricardino que, se a Subcomissão, me der o prazer e o orgulho de recebê-los em Alta Floresta, vou ter o prazer de apresentá-lo e mostrar a propriedade deste homem. A resposta, quanto a isso, está dada.

Não sou contra o Incra, absolutamente, acho que o Ministro Dante de Oliveira não pode fazer milagre, tenho admiração por ele. Mas não existe condição de fazer milagre. O Incra é o maior proprietário de terras deste País, em função dos 100 km das grandes rodovias existentes ou projetadas. Temos na Cuiabá—Santarém, indo para o Pará, manchas de terras nobres...

UM SR. CONSTITUINTE — (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. ARIOSTO ARIVA — É o ganho. Ele tem terra para assentar. O problema em nosso País não é terra, acredite, é uma política, uma orientação para se chegar num consenso de dar terra ao homem que realmente a ocupa, e dar-lhe infraestrutura.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Eu queria transmitir a V. Ex.\* uma informação que nos foi dada aqui pelo Presidente do Incra, de que as terras de propriedade da União, que são até maiores do que todos nós cogitávamos, inclusive o Constituinte Alysson Paulinelli, porque somam cerca de 114 milhões de hectares.

O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI — Só para esclarecer, o Incra se refere a terras públicas...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Mas tudo é terra pública. Tudo isso está localizado em área de fronteira, na Amazônia, em regiões onde não há estradas e praticamente impossível

de serem colonizadas ou partilhadas, pelo menos na situação atual.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Continua com a palavra o Dr. Ariosto Ariva.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Acredito que haja um grande volume de terras, praticamente até impraticável de ser ocupado hoje. Mas temos, no próprio sul do Amazonas uma estrada, ali nas fronteiras de Mato Grosso, temos na Cuiabá—Santarém, reservas de terras do Incra, em volume para atender toda a demanda e toda a necessidade. Sou contra, estando o indivíduo perto de Bebedouros, uma terra de laranja, não querer o desafio de vir para o sertão. O homem que realmente queira progredir, neste País, que tenha amor à terra e aceite o desafio, este tem condições de prosperar, praticar um grande serviço ao País, tornar-se um produtor e vir a colaborar para o nosso desenvolvimento.

O SR. CONSTITUINTE JONAS PINHEIRO — Dr. Ariosto, apenas uma informação para complementar. O Estado de Mato Grosso ofereceu, ainda no Governo passado, à União, 350 mil hectares exatamente nessa faixa de 6 a 7% de "filé" em termos de terras que existem na Amazônia, e que, neste Governo já, o Incra, assessorado pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Mato Grosso, já recebeu do Estado. São 350 mil hectares de terra em Aripuanã, área já servida por rodovia, pela Rodovia Nova Fronteira, que sai de Tangará e vai até o limite do São Francisco, em condições também, já, de receber colonos. Só falta o Incra ter recursos necessários e suficientes para incrementar o assentamento dos sem-terras nesta região. Conheço a região, é uma terra excelente. V. S\* conhece muito melhor do que eu, já está nas mãos do Incra, cedida pelo Governo do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Grato pela informação. V. S\* tem algum comentário a fazer?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Acho que, Srs. Constituintes, o problema da Reforma Agrária é complexo, aparentemente difícil, mas acredito que de fácil solução, desde que se vá dar terra ao homem — eu me bato muito nisso — que queira plantar, que queira realmente ocupar a terra; terra não é problema. Agora, darmos a terra, vamos dizer na própria Cuiabá—Santarém, no Pará, sem dar uma certa infra-estrutura, também será um pecado, a pessoa não terá condição. É preciso que tenha semente selecionada, tenha boa orientação, tenha um financiamento para dar condições dele crescer e desenvolver, para também não ficar vegetando lá, plantando um pouquinho de milho, arroz, mandioca, sem poder progredir. É preciso uma infra-estrutura.

Agora, nós temos terra em volume suficiente, neste País, principalmente na Amazônia legal, que deve ser ocupada, preferencialmente a terra nobre, com agricultura perene. Temos terra para resolver todo o problema deste País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Alysson Paulinelli.

O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI — ... (Inaudível. Fora do microfone)... e aqui o sistema de telefone, nessa ala, é um pouco complicada e demorei um pouco mais. Mas eles tinham dis-

pensado a minha fala. Realmente não tenho nenhuma pergunta ao nobre apresentador, mas, tendo que participar agora da reunião da Câmara já colhi informações, e há um projeto em que apresentei emenda, apenas queria fazê-lo aqui a razão pela qual me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — A Mesa deseja informar ao nobre Constituinte Alysso Paulinelli que deliberadamente passei o seu nome não por vontade, mas porque o Constituinte Edison Lobão, que presidia anteriormente a reunião, deu sinal no seu nome, dizendo que V. Ex.<sup>a</sup> havia desistido para que os **slides** fossem passados. Não há dúvida nenhuma que a Mesa pode conceder para não parecer que estava fazendo discriminação a V. Ex.<sup>a</sup> Para que isso fique constatado.

O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI — Sei que V. Ex.<sup>a</sup> não faria isso.

Mas, quero apenas dar o meu testemunho porque conheci esse projeto desde o início, dormi ainda numa barraca, logo na fase inicial desse projeto, e tenho acompanhado o trabalho que foi realizado naquela área. Acho que seria muito oportuno que esta Subcomissão viesse a visitar o projeto dessa região, onde poderemos encontrar também outros projetos de colonização, inclusive alguns feitos pelo Governo, com resultados, talvez não tão bons como esses, mas positivos, como é o convite que temos par ir a Rondônia, onde se pode encontrar algum projeto de colonização viável.

Gostaria de dar o meu testemunho, fundamentalmente pelo seguinte, conheci o Sr. Ariosto Ariva pelo trabalho que fez, não só nesta região, mas, especialmente, no Estado do Paraná, que também precisa ser visto, porque as conseqüências de seu trabalho lá estão para sempre serem medidas. A avaliação é muito simples. Mas, o principal testemunho que eu queria dar foi que, numa das vezes que voltei àquele projeto, a emoção que tive quando vi um relacionamento que se estabelecia ali entre o empresário Ariosto Ariva e os usuários do projeto, especialmente os alunos de uma escola, que o consideravam como pai, aquilo emociona qualquer brasileiro. Ele, quando disse que é uma das regiões brasileiras onde não há nenhum brasileiro sem oportunidade de escola, isso precisa ser levado em conta. O relacionamento da família Ariosto Ariva, com os homens que lá estão, é uma coisa impressionante que precisa ser interpretada, porque muitos que, não conhecendo esses projetos de colonização no Brasil, acusam esses projetos de que são de interesses econômicos, de exploradores, dos grandes explorando os pequenos, eu gostaria que elementos que assim pensam, de improviso, a convite, ou de que forma fosse, estivessem num projeto desses, especialmente de Ariosto Ariva, e ouvissem os colonos que lá estão, para que essa imagem não se fixasse nesta Subcomissão.

Ouvi aqui, inclusive de autoridades, acusando os projetos de colonização brasileira, que o Governo, até então, só fazia projetos de colonização. Não é verdade. Essa gleba Carlinda mesmo, eu a retive e avisei ao Dr. Ariosto que gostaria que o Governo não o atrapalhasse e que eu pudesse cedê-la naquela época, retive exatamente porque sentia que uma pressão social poderia ser exercida e o Governo precisava ter uma terra para

ceder, inclusive sabendo que as conseqüências poderiam não ser das melhores.

Aconselho, portanto, àqueles que ficaram com esta imagem negativa, que se tentou traçar aqui dos projetos de colonização, que despendessem um pouco de seu tempo — até as autoridades que aqui os acusaram e fossem a eles, vissem, e sobretudo sentissem o que se passa lá.

Quero dar o meu testemunho. O Dr. Ariosto Ariva não é um explorador. Ele, e sua família, lá, são tidos como pais. É um testemunho que quero dar a meus companheiros, porque vi isso sem precisar fazer muita indagação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Tenho sido liberal, mas agora vou seguir, digamos assim, duramente a ordem das inscrições.

Creio que o depoimento do Constituinte Alysso Paulinelli já foi do e V. Ex.<sup>a</sup> não desistiu da palavra, como fui informado pelo Presidente Edison Lobão. Mas, pela exposição que aqui ouvi, e a parte de respostas, o Dr. Ariosto quer ser tudo, menos pai. Ele quer ser um empresário correto, realizador, e já disse várias vezes que não concorda com nenhum paternalismo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Pela inscrição, tem a palavra, agora, este Constituinte que está na Presidência, sem prejudicar ninguém. O nobre Constituinte Ivo Mainardi desistiu da palavra, — e faço questão de registrar — para permitir que os **slides** fossem colocados à vista de todos os presentes.

Dr. Ariosto Ariva, tenho algumas perguntas a fazer a V. S.<sup>a</sup> e vou fazê-las com muita rapidez: qual a área total do projeto, já que V. S.<sup>a</sup> diz que adquiriu do Governo de Mato Grosso 400 mil hectares, mas não se referiu à quantidade de área que V. S.<sup>a</sup> adquiriu da Fazenda Índia, ou da Empresa Índia? Esta é a primeira pergunta.

Que parte da área total do empreendimento que V. S.<sup>a</sup> fez foi conservada, o mantida como reserva florestal?

Terceira, na primeira imagem focalizada pelo primeiro **slide**, vimos aqui uma floresta densa e atravessada por um rio. O rio era considerado um empecilho. Pergunto a V. S.<sup>a</sup>: quais foram as providências que o empreendimento tomou para preservar esse caudal muito importante no próprio transporte, parece-nos, da produção? Se o desmatamento foi até à barra do rio, ou se a empresa teve o cuidado de evitar que o desmatamento atingisse as bordas?

Teria algumas perguntas mais, mas V. S.<sup>a</sup> já as respondeu através de outros Constituintes e eu ficaria apenas nessas três.

O SR. ARIOSTO ARIVA — A área que adquirimos do Estado, já ficou patente aqui, foi de 400 mil hectares. A área que compramos da Índia S/A, essa empresa do Rio de Janeiro, foi de 418 mil hectares. Posteriormente, compramos de uma outra empresa 80 mil hectares. De modo que nosso projeto ficou praticamente em torno de 900 mil hectares.

A reserva florestal é feita através de cada colono. Compra-se 100 hectares e tem que se deixar 50 hectares de reserva. Cada um deixa a sua reserva. Uma maneira que se está praticando para que ele deixe uma floresta aos filhos, uma manutenção para a região.

Com referência à passagem do rio, nós desmatamos somente para atravessar com a balsa, porque, para chegar ao nosso projeto, saímos da Cuiabá Santarém e chegamos ao rio com o quilômetro 81, mas, do rio até ao projeto tínhamos mais de 60 quilômetros, de maneira que o rio continua da mesma maneira que o encontramos há dez anos.

A nossa área não chegava até o rio Teles Pires, nós atravessamos de balsa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Perguntei, simplesmente, — permita-me insistir — se os lotes, se os colonos que adquiriram áreas, em média de 50 hectares, como disse V. S.<sup>a</sup>; se eles, como proprietários de perto do rio, se chegaram a desmatar até às barrancas, ou se houve, digamos assim, uma espécie de cortina de floresta que ficasse para defender o rio contra as erosões que fatalmente se processam.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Essa cortina existe nos pequenos ribeirões e córregos. No rio, nós não chegamos. É a área que teríamos perto do rio, isso 60 quilômetros depois de atravessar com a balsa, isso nós nem loteamos, para preservar. Temos um grande exemplo, no Rio Santa Helena, que não loteamos porque há um castanhal nativo de grande densidade. Então, achamos que devemos guardar isso para futuras gerações, para a posteridade e em loteamos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Eu me permitiria simplesmente, se fosse possível, dar uma sugestão: que se reflorestasse o rio Teles pelo menos 30 metros de cada lado, inclusive com castanhais, se possível.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Mas ele se encontrava com floresta natural.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Quer dizer, então, que não chegou até lá?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Não, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Ótimo. Muito bom. Muito obrigado a V. S.<sup>a</sup> pelas respostas. Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Amaury Müller, do PDT.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, Sr. Ariosto Ariva, exercito o direito inerente à democracia e, por causa disso, posso até discordar de V. S.<sup>a</sup>, mas devo reconhecer e, por isso mesmo, louvar e exaltar a forma sincera e leal com que expôs os projetos e respondeu às perguntas aqui formuladas. Por isso, meus cumprimentos e parabéns.

Primeiramente, eu gostaria de saber o custo total desses três projetos.

O SR. ARIOSTO ARIVA — O custo total, o investimento da empresa, que é resultado da venda das terras, dos lotes, que ela reinvestiu tudo na região, estrada, ponte, bueiros, escolas rurais, — e gostaria de lembrar: quando fazemos uma estrada ela tem um custo, mas a conservação em função das chuvas na Amazônia, torna-se muito maior, porque temos que mantê-las conservadas, inclusive pontes e bueiros — agora, o custo, o investimento entre a empresa e o investimento de terceiros, que seria a força de trabalho do colono, calculo, hoje, em mais ou menos um bilhão de cruzados. Isso, considerando a força-trabalho dos colonos que lá trabalharam.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Valores inflacionados?

O SR. ARIOSTO ARIVA — É em valores inflacionados.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — O Sr., respondendo a uma indagação sobre a limitação ou não da propriedade, afirmou que a propriedade deve limitar-se à capacidade gerencial de quem a detém, isso significa que a propriedade não teria limite dentro de sua ótica. Certo?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Exatamente!

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Pelo que pude depreender, de uma outra resposta que deu ao nobre Relator, estariam hoje assentados, nos três projetos, cerca de 12 mil famílias, abrangendo uma área aproximada de 600 mil hectares?

O SR. ARIOSTO ARIVA — É, 630, 640 mil hectares.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Isso significa que a propriedade média é de 50 hectares?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Exatamente.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — E o perfil da produtividade dessas propriedades médias de 50 hectares é satisfatório?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Altamente satisfatório.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Concluo, pelo menos a meu juízo, que é possível limitar-se a propriedade desde que seja racionalmente aproveitada e tenha um suporte de crédito e assistência técnica, social, educacional, de parte de quem arrecada impostos, isto é, do Governo.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Exatamente. As pessoas com 50 hectares, quase todas. Porque a agricultura perene é demorada, como o café, cacau, guaraná, urucum, ela tem um ciclo de produção, leva de 3 a 4 anos para começar, mas depois que inicia a produção, todos tiveram condição de ampliar ou adquirir terras para seus filhos. E um dos exemplos maiores que posso dar já relatei aqui, no início — a agência do Banco do Brasil de Alta Floresta ocupa, no Estado de Mato Grosso, o primeiro lugar em volume de depósitos.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Era aí que também eu queria chegar. A indagação seguinte seria, se as linhas de crédito, basicamente, são oficiais, ou são da rede privada?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Oficial, Banco do Brasil.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Outra indagação: a malha rodoviária, pelo que pude perceber na exibição de slides, é excelente, poderia ser catalogada como excelente, indago se a sua implantação foi feita às expensas da empresa colonizadora ou se se contou com recursos subsidiários ou básicos, do Governo, nos seus três níveis: federal, estadual e municipal?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Não recebemos um centavo. Foi tudo feito com nossos recursos.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Finalmente, como gaúcho, eu queria tentar retificar uma afirmação sua de que a grande escola

de agricultura é o Paraná. Foram os gaúchos que migraram em direção ao Sudoeste, levaram a sua técnica, o seu capital e depois foram para o Mato Grosso. Gostaria de perguntar se os colonos desses três projetos, chegaram lá de mãos vazias, apenas com a sua esperança e a técnica que herdaram de seus antepassados europeus, ou trouxeram o seu capital, as suas máquinas, seus implementos agrícolas?

O SR. ARIOSTO ARIVA — Uma parte deles trouxe capital, implementos agrícolas, mas todos trouxeram a sua tradição. Aqueles que vieram sem recursos conseguiram, através do trabalho meeiro ou de arrendamento, prosperar em pouco tempo e hoje são proprietários. Tanto que o nosso drama lá é falta de gente, falta de mão-de-obra, porque todos os meeiros se tornaram independentes, passaram a comprar terra e na lavoura, onde ele era meeiro, está faltando braço para o trabalho. Mas temos uma grande colônia do Rio Grande do Sul, colonos experimentados, mas a maioria passou pelo norte do Paraná.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Queria agradecer a forma sincera com que respondeu às minhas indagações e manifestar o meu desejo pessoal e, certamente, desta Subcomissão de conhecer esses projetos. Mas, também gostaria de dizer, como intervenção final, que não é só a iniciativa privada que realiza empreendimentos de êxito. Assim como, muito próximos desses três projetos há Carlinda, que ao que parece constituiu fracasso, no meu Rio Grande do Sul há um projeto oficial, Nova Ronda Alta, próximo à Fazenda Anoni, que devemos visitar, que constitui um êxito absoluto. São 104 hectares de terra, onde, tão-somente, vivem, muito bem, 15 famílias, o que significa uma média de 7 hectares por família. O que me leva à conclusão final, se me permite, de que é possível limitar a propriedade, desde que ela seja bem aproveitada e tenha o apoio oficial, em termos de crédito, preços mínimos, rodovias, armazéns, silos, educação, enfim toda infra-estrutura que um agricultor necessita para produzir e transformar o País, quem sabe, até a curto prazo, na entrada do novo século, no celeiro do mundo.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Gostaria de citar que vejo nos horizontes...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Só para haver uma gravação correta, no futuro, gostaria de lembrar a V. Ex<sup>as</sup> que acabamos de ouvir as indagações do Deputado Amaury Müller e agora terminamos de ouvir as respostas do Dr. Ariosto.

O SR. ARIOSTO ARIVA — Vejo o entrosamento entre Governo e iniciativa privada, o que é muito benéfico para ajudar a resolver esses problemas. De maneira que, acredito, sinceramente, através de V. Ex<sup>as</sup> Constituintes, que têm a tarefa difícil de elaborar este programa na nova Constituição, um raciocínio em termos de Governo e iniciativa privada, também fazendo a prestação de serviço com a sua experiência, com a sua tradição para nos ajudar na solução desse problema tão difícil que é o da Reforma Agrária.

O SR. CONSTITUINTE JONAS PINHEIRO — (Fora do microfone.) — Excelentes milagres em termos de fecundação, não tão longe da Alta Floresta, temos um Município chamado Juína que

tem hoje 9 mil famílias, que é feito por uma empresa do Governo do Estado de Mato Grosso, chamada Codemat, que é um exemplo, hoje, de colonização de Governo.

O SR. ARIOSTO ARIVA — A Codemat prestou um grande serviço ao Estado; Juína, hoje, tem um desenvolvimento fora de série, todos que para lá foram prosperaram, a terra é muito boa. Mas, lembro a V. Ex<sup>a</sup> que a terra foi vendida, o Estado não deu aterra. De maneira que, acho que a terra vendida tem outro valor. Tenho medo é do paternalismo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — É o mesmo caso do livro: livro dado ninguém lê!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Srs. membros da Subcomissão, há um problema que temos que decidir: temos que ouvir, em dia próximo, a Contag, e por proposta da Deputada Irma Passoni, deveremos ouvir a CPD. Consulto a V. Ex<sup>as</sup> se concordam com essa proposta de juntarmos, no mesmo dia, as duas exposições: Contag, que já está marcada, e a CPD, que seria inserida, caso o Plenário assim decida.

O SR. CONSTITUINTE PERCIVAL MUNIZ — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Concedo a palavra ao Deputado Percival Muniz.

O SR. CONSTITUINTE PERCIVAL MUNIZ — Sr. Presidente, sei que já estamos encerrando os trabalhos e quero aqui...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Não vamos encerrar agora porque ainda vou abrir uma janela para o Assessor do Dr. Ariosto.

O SR. CONSTITUINTE PERCIVAL MUNIZ — Mas eu gostaria de registrar, se ninguém observou, a importância deste final de sessão de hoje presidida por um Deputado do Partido Comunista, ouvindo um grande colonizador do País e acompanhado de um democrata cristão, que é o relator da Subcomissão. Essa é a prova da democracia, importância fundamental nesta Constituinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Eu me honro em ser um cristão democrata e não um democrata cristão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Sinto-me muito honrado em presidir esta Subcomissão, mas na Itália a Deputada Luotti, que é do Partido Comunista Italiano, preside o Parlamento italiano, onde há a sede do Vaticano e onde também há um grande partido que se chama a Democracia Cristã.

O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES — Oxalá, também, um dia, V. Ex<sup>a</sup> presida a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Obrigado ao Deputado Cardoso Alves.

Antes de encerrar nossos trabalhos de hoje, o Assessor do Dr. Ariosto pediu-nos que lhe déssemos uma oportunidade a fim de colocar algumas questões que, a seu ver, não foram bem situadas.

O SR. LÚDOVICO ARIVA — Reitero o convite para que esta Subcomissão conheça a nossa re-

gião. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para externar minha postura com referência à posição do meu amigo, Constituinte Osvaldo Sobrinho. Acho que hoje o País está passando por uma situação onde deve ser levado em conta o bom senso das coisas. Estamos passando por momentos difíceis e o País precisa de todos. E não querendo discordar de S. Ex<sup>a</sup>, Dr. Osvaldo, sem querer orientá-lo no seu ímpeto, mas para dizer que o projeto Carlinda realmente tem deficiências, há problemas. Mas lá, com todos os problemas, o da centralização das decisões, o problema de recursos, os colonos, com esforço de gigantes, fazem daquele projeto o que tem de bom pelo próprio esforço. Temos que tomar o cuidado de não generalizar para não errar.

Tenho aqui o meu amigo Canuto, que quando saiu da escola de Piracicaba foi para Rondônia e, onde, com esforço pessoal, sacrificando a sua própria vida, trabalhou na região de colonização do Incra assentando muitos colonos. Lembrar o cuidado de que não devemos generalizar essa conceituação e ouvir a todos para que possamos chegar a um bom senso, chegar à uma forma de assentamento, de colonização de Reforma Agrária. Porque, se nós, na nossa geração, na nossa época, na nossa fase de nova Constituição, não tivermos a capacidade de resolver o problema social da terra, poderemos assistir a uma convulsão social.

Há mais de 20 anos atrás, papai, ao comprar essas terras, nos reuniu dizendo: "Meu filho, precisamos dar uma destinação a essas terras, fazendo colonização e continuando o trabalho. Não tenho a ilusão de chegar ao ano 2000 e ser proprietário de um milhão de hectares, temos que dar função a essas terras, temos que colonizar, temos que distribuir. E o nosso trabalho é, basicamente, uma distribuição de riquezas". Essa visão que ele teve na época, colonizando 600 mil hectares e onde continuará a colonizar, deve ser de todo empresário, de todo proprietário. Conclamo a todos os proprietários que tenham grandes glebas que façam o trabalho de colonização, de assentamento, de dar destinação a essas terras. Dentro dessa visão é que não podemos generalizar, muitas vezes, esses conceitos. Entendo que, pelo prazo exigido, não seria possível a V. Ex<sup>a</sup> expor suas idéias e que sei não são só essas, que ninguém fique impressionado com essa pequena parte e dou o testemunho de que Canuto, saindo da escola foi para Rondônia, dedicando parte da sua vida, procurando resolver o trabalho e o fluxo migratório incontrolável que lá chegava.

Era o que tinha a expor, pedindo a Deus que ilumine a todos para que cheguemos a uma fórmula conciliatória, a fim de que o Brasil não passe por uma experiência de conturbação social, e que possamos continuar a desenvolver com uma paz social e duradoura.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Quero avisar a todos que amanhã, dia 30, às 9 horas, está convidado para depor, nesta Subcomissão, o Dr. Flávio Brito. Amanhã, nossa reunião começará exatamente às 9 horas.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, quero saber de V. Ex<sup>a</sup> se a proposta da Deputada Irma Passoni, de realizar simultaneamente a audiência da Contag e da CPD, foi aprovada por este Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Segundo a manifestação do Plenário, não houve nenhuma voz contrária. A Presidência, em virtude disso, a considera aprovada.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Gostaríamos, antes de encerrar, de agradecer à presença do Dr. Ariosto e do seu Assessor, seu filho, e, ao mesmo tempo, dizer que todos nós estamos interessados em abrir novos horizontes para este País.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Sr. Presidente, peço-lhe permissão para pedir que V. Ex<sup>a</sup> não encerre a sessão sem que examinemos o seguinte: Sr. Presidente, é uma matéria relativa ao ordenamento dos nossos trabalhos e daí a importância. Na reunião do dia 23 próximo passado, submeti à Subcomissão um roteiro nos termos regimentais e recorde que o Sr. Presidente, Edison Lobão, colocou o roteiro ao conhecimento da Subcomissão, distribuindo-o e afirmando que esse roteiro seria submetido à aprovação, ficando em suspenso, apenas, os dias e horário que seriam posteriormente decididos pela Presidência da Subcomissão. Todavia, isso não ficou constando de ata e seria conveniente, porque o Regimento manda especificar esse roteiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana) — Peço ao Secretário que faça, na ata de hoje, a retificação que o Deputado Relator, Oswaldo Lima Filho, acaba de fazer a respeito do roteiro da Subcomissão.

Nossas últimas palavras são de agradecimento ao Dr. Ariosto e seu assessor, seu filho, dizendo a S. S<sup>a</sup> que o espírito empreendedor de S. S<sup>a</sup> é o espírito empreendedor do povo brasileiro.

Esperamos que esta Nação, que tem tanta terra, faça realmente uma justiça social, impedindo que as cidades se tornem excessivamente habitadas por pessoas que são expulsas do campo e que o País, por esse processo de migração forçada, seja desestabilizado em sua função principal, que é a agricultura.

Muito obrigado e fique certo de que a Subcomissão examinará com muita boa vontade o convite de V. S<sup>a</sup> Esperamos poder chegar até ao seu empreendimento para ver de perto e, naturalmente, observarmos melhor o que V. S<sup>a</sup> relatou nesta tarde.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião.

Muito obrigado a todos, e até amanhã às 9 horas.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19 horas e 55 minutos.)

#### ATA DA 10ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos trinta dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta e cinco minutos, em sala do Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, sob a Presidência do Constituinte Edison Lobão e com a presença dos seguintes Senhores Constituintes: Irma Passoni, Benedicto Monteiro, Rachid Saldanha Derzi, Rosa Prata, Oswaldo Lima Filho, Mauro

Borges, Jorge Vianna, José Egreja, Victor Fontana, Assis Canuto, Amaury Mller, Fernando Santana, Jonas Pinheiro, Raquel Capiberibe, Ivo Mainardi, Vicente Bogo, Osvaldo Almeida, Ruy Nedel, Jaime Paliarin e Ivo Vanderlinde. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos, pedindo aos Constituintes presentes fosse dada como lida a Ata da reunião anterior, que foi aprovada. A seguir, deu-se início ao Expediente com o Presidente convidando o conferencista, Dr. Flávio Brito, Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, para iniciar sua exposição. O convidado solicitou à Mesa serem também ouvidos dois de seus Diretores, Doutores Fábio Salles Meirelles e Guilherme Pimentel. O Presidente, ouvido o Plenário, concordou e ambos tomaram seus lugares à Mesa. A seguir, o tempo regimental, os expositores encerravam suas palavras e puseram-se à disposição dos Constituintes às indagações. Interpelam os conferencistas os Constituintes: Assis Canuto, Saldanha Derzi, Benedicto Monteiro, Mauro Borges, Ruy Nedel, Irma Passoni e Fernando Santana. Os expositores respondem aos interpelantes. Às dez horas e vinte minutos o Presidente informa compromisso inadiável e passa a Presidência ao Primeiro Vice-Presidente, Constituinte Rachid Saldanha Derzi, que a assume e prossegue nos debates. O Presidente dá a palavra ao Relator, Constituinte Oswaldo Lima Filho, que tece considerações sobre os debates. O orador interpelado, responde. Aparteia o Relator o Constituinte Fernando Santana. O Presidente interrompe por instantes os debates para comunicar aos presentes o recebimento, através do Constituinte Mauro Borges, de convite do Secretário da Agricultura de Brasília, Dr. Leone Teixeira de Vasconcelos, para que os Membros da Subcomissão façam visita ao Primeiro Combinado Agrourbano de Brasília, na Granja do Ipê, onde já foram assentadas com famílias. O convite é posto em votação plenária, sendo aceito e ficando data e hora de visita para decisão futura. Reiniciados os debates, os Constituintes Oswaldo Almeida, Amaury Mller e Fernando Santana fazer suas considerações sobre as palavras dos oradores e os interpelam. Os expoentes respondem, agradecem a oportunidade de exporem suas idéias na Subcomissão e encerram suas palavras. O inteiro teor dos trabalhos da reunião será publicado, após tradução das notas taquígraficas e o competente registro datilográfico, no Diário da Assembléia Nacional Constituinte. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo e enaltecendo as presenças dos conferencistas, deu por encerrados os Membros da Subcomissão para a próxima reunião a realizar-se, ainda hoje, dia 30 de abril, às 17:00 horas, para ouvir palestra do Ilustríssimo Senhor Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Dr. Flávio Telles de Menezes. E, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. — Constituinte **Rachid Saldanha Derzi**, Segundo-Vice-Presidente.

*Anexo à ata da décima reunião (Ordinária) da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, realizada em 30 de abril de 1987, às 9:35 horas, íntegra do apanhamento taquígráfico, com publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Subcomissão, Constituinte Rachid Saldanha Derzi.*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Srs. Constituintes, membros desta Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária, esta reunião foi convocada para ouvir o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Dr. Flávio Brito, a quem convido para tomar assento à mesa, assim como aos Vice-Presidentes Fábio de Salles Meireles e Guilherme Pimentel.

Tenho em mãos a ata da reunião anterior, cuja leitura será dispensada se assim estiverem de acordo os Srs. Membros desta Comissão. (Pausa)

*(É aprovado o pedido de dispensa da leitura da ata.)*

O Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Dr. Flávio Brito, nos pede para dividir o seu tempo, que é de vinte minutos, entre S. Ex<sup>a</sup> e seus companheiros de Diretoria. S. Ex<sup>a</sup> fará uma rápida exposição e, em seguida, passará a palavra aos seus companheiros. Logo depois iniciaremos a fase das perguntas e respostas que poderão ser também dirigidas aos Vice-Presidentes e por S. S<sup>as</sup> igualmente respondidas. As indagações durarão três minutos, bem como as respostas.

Concedo a palavra ao Sr. Flávio Brito.

O SR. FLÁVIO BRITO — Sr. Presidente Edison Lobão, Sr. Relator Oswaldo Lima, Srs. Constituintes, Srs. Jornalistas, Companheiros, é com muita honra para nós, da Confederação Nacional da Agricultura, comparecermos a esta Comissão para darmos o nosso depoimento de que estamos fazendo, pensando, apoiando o Governo, criticando-o quando necessário.

Sr. Presidente, como V. Ex<sup>as</sup> sabem, o Brasil tem dois ou três brasis dentro desta Nação.

Pediria para que este documento, que está sendo distribuído aos Srs. Constituintes, membros desta Comissão, ao Sr. Relator e aos demais interessados, companheiros, fazendeiros e outros, fosse transcrito nos Anais desta Comissão.

Como disse e repito, o Brasil que tem brasis dentro do Brasil, tomo a liberdade, Sr. Presidente, de passar a palavra ao meu primeiro Vice-Presidente, Fábio de Salles Meireles, que é também Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Soa e, a seguir, falará o meu Vice-Presidente, Guilherme Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra ao Dr. Fábio Meireles, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente da Confederação Nacional de Agricultura.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — Sr. Presidente Edison Lobão, Sr. Relator Oswaldo Lima Filho, Srs. Constituintes, é com imensa satisfação e responsabilidade que nos dirigimos neste momento à Comissão de Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária da Assembléia Nacional Constituinte.

Levantamos alguns pontos que consideramos fundamentais para análise e registros dos Anais desta Comissão, a fim de que as soluções que forem encontradas atendam realmente aos interesses da economia agrícola e do próprio povo brasileiro.

Gostaria, antes de colocar o nosso pensamento, trazer aqui uma publicação de **O Estado de S. Paulo** que diz: "INCRA ignora laudo e desapropria fazenda". Quero firmar que a lei e o próprio Estatuto da Terra, os próprios aspectos do Presidente José Sarney, tudo isto tem afirmado, tem consa-

grado de que uma empresa realmente produtiva e que esteja enquadrada dentro das exigências do próprio INCRA, de acordo com a Lei de Reforma Agrária não pode ser desapropriada ou sequer discutida na Comissão Agrária. Isto não foi respeitado pelo Superintendente do INCRA, de São Paulo. Jogou na Comissão, foi desapropriada, fazendo a boa-fé, com a maior produtividade, talvez, do Estado, violentando à própria lei. Queremos mostrar à Comissão a importância dos aspectos constitucionais, do fortalecimento do Judiciário, sem o que ao invés de consolidarmos o processo democrático iremos, sim, trazer um desserviço ao País e, provavelmente, não alcançarmos a democracia que todos almejamos.

Isto posto, Sr. Presidente, relato, agora, alguns pontos que considero fundamentais: pontifica a Igreja Católica Brasileira que a terra é um dom de Deus, não há como negar. Não menos pacífico, porém, é que a terra não produz o que deseja, com se deseja e quando se deseja, sem investimentos, sem insumos de toda ordem e sem trabalho. O investimento só se faz com o capital. E nas palavras de Leão XIII "o trabalho acumulado é a propriedade". Por igual, diz Leão XIII: "É o produto do trabalho, é a poupança decorrente do trabalho que gera a propriedade".

É curioso que a fome castiga exatamente as regiões do mundo, África e América Latina, onde as populações são menos densas e há terras de sobra. E a causa desta fome estaria no uso distorcido da terra ou seria uma decorrência do sistema da propriedade fundiária? Estaria exatamente aí, na fome e nas condições de vida de grande parcela dessas populações, a razão irrecusável para a reforma agrária? Omite-se, todavia, o alto preço e a extrema complexidade de uma agricultura efetivamente produtiva e racional, apta a presidir a exaustão do solo e, ao mesmo tempo, assegurar a sua máxima fertilidade e o longo prazo de maturação de uma empresa rural.

Se não bastasse tudo isso, Sr. Presidente, há de se convir que até hoje este País não pensou ainda sobre o zoneamento agrícola, força de definição da própria cultura a ser implantada. Enquanto não se consuma a decepção, conviria recordar aos sem-terra que inúmeros trabalhadores rurais, formadores de café, parceiros, meeiros, construíram Maringá, Londrina, Dourados, e vêem de promover Rondônia. Convém adverti-los igualmente que os chamados "preços mínimos de garantia" carecem de significação prática pela indisponibilidade financeira, quanto mais dos cofres públicos.

E, aqui, Sr. Presidente, sentimos hoje um processo de violência contra a economia agrícola, se estabelece um preço mínimo, e o Governo sequer tem recursos ou instrumentos adequados para cumprir a compra desses produtos a preços mínimos, deixando o atravessador destruir a economia agrícola dos que já estão assentados. Porque suas safras de grãos, somadas as dos atuais produtores, certamente serão bem maiores do que as deste ano, que é da ordem de 65 milhões de toneladas, para cuja colheita, até agora, ainda não tivemos apoio financeiro do Poder Público; para cuja estocagem a espera de preços justos e remuneradores, a rede armazenadora é desproporcionalmente deficitária; para cujo escoamento, se for o caso, não dispormos de transporte adequado. Talvez não saibam também que os 9.7

milhões de dólares do Fundo Nacional de Desenvolvimento, previsto para a armazenagem, permanece na promessa. Aliás, não sabemos se tais advertências devem ser dirigidas aos sem-terra, aos que industriam o seu infortúnio ou ao poder público, a quem cumpre promover uma reforma agrária proporcional às verdadeiras possibilidades do País, evitando decepções, clamores e exacerbação das convulsões com risco de desastre global para a economia agrícola e para a produção nacional.

Não seria mais racional optar por um plano de moldes e cronogramas exequíveis àquelas possibilidades, como o preconizado por Tancredo Neves, que dizia: "Iniciado pelo Nordeste, alimentando justamente com os recursos decorrentes da produção produtiva, a estrutura agrícola do Centro-Sul preservado, pelo menos, durante um ciclo nordestino". Hoje, se pretende fazer reforma agrária nas terras produtivas, daqueles que têm competência para produzir, esquecendo a grande força disponível do Governo no que concerne às suas próprias terras, que somam mais de 600 milhões de hectares.

Vale lembrar, ainda, a evidência demonstrada pela prática de que a posse da terra não significa necessariamente segurança de prosperidade e bem-estar, assim como uma vida digna e próspera no campo que jamais esteve ou estará condicionada à posse da terra.

Ilustrando a assertiva, Sr. Presidente, sintetizaremos a história de Iuemura, relatada no suplemento agrícola de **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 de abril de 1987, que diz o seguinte.

"Não possuindo sequer um palmo de terra arrendou uma área abandonada e praguejada, apenas 10 alqueires, atrevendo-se a recuperá-la, a partir de modesta meia-água, pau-a-pique, cobertura de sapé, fogão de barro, móveis de cachote; uma choupana literalmente pobre, morada de um homem, a um tempo paupérrimo e riquíssimo, carente de bens materiais e opulento de coragem e de determinação, o qual, atualmente, é um dos maiores produtores de frutas do País, e não apenas de São Paulo. A partir do arrendamento, evoluiu para grande proprietário em vários Estados brasileiros."

Se não bastasse, outro exemplo, um atual prefeito municipal do interior paulista, ex-bóia-fria, hoje é arrendatário e um dos grandes produtores de milho do Estado, empregando centenas de trabalhadores, todos satisfeitos com a situação, a ponto de não dar ouvido a aliciadores com ou sem batina.

Lembro, aqui, Sr. Presidente, a importância do que ocorreu no próprio Estados Unidos, onde a reforma agrária se deu em terras não cerrado ou campo, como a nossa, mas eram verdadeiros desertos na região do Mississipi, terras do governo, onde a força do trabalho e a competência dos desbravadores criaram a grande nação agrícola. Hoje querem escolher as terras para a reforma agrária exatamente onde estão produzindo e onde estão empregando trabalhadores, principalmente no Centro-Sul, como uma categoria forte, competente que senta à mesa e dialoga conosco seus próprios interesses.

A reforma agrária, conforme o já exposto, não é um simples problema social, mas sim um complexo de ordem social, econômica e organiza-



cional. A reforma agrária, hoje pretendida atinge unicamente as terras particulares, ficando de lado as terras públicas, que são extensas de mais do dobro das terras dos particulares.

Sr. Presidente, o tempo nos é escasso e não nos permite evidentemente transmitir todo o nosso pensamento. Como sou um homem que respeito as leis, as normas e os Regimentos, e pretendemos com obediência mostrar que neste País é fundamental que se estabeleça realmente uma justiça forte, competente, a fim de que os interesses e a liberdade do povo sejam resguardados em todas as suas nuances e em todos seus campos e objetivos concluiria prometendo, se for do seu interesse e desta Subcomissão, enviar um trabalho amplo e pleno sobre o nosso pensamento, precisamos ater-nos à nossa realidade, libertarmos-nos da simples idéia de importação de modelos alienígenas, pois todos eles significam desastrosos, respeitar nossos princípios constitucionais, fortalecer as nossas instituições judiciárias, nossa índole tradicional, nossa história comum à ocidental.

Com esta conclusão, Sr. Presidente, afirmo que não é por falta de produção neste País que possamos ter distorções na alimentação do povo, mas, muitas vezes, por falta de uma política distributiva de renda adequada e por falta de estabelecer uma política agrícola consistente, verdadeira e realista, o que, lamentavelmente, não ocorre nesta Nação. É o agricultor a grande força e o propulsor dos resultados que estão aí de 65 milhões de toneladas, e, hoje, não temos sequer sacaria para colocar essa produção. Hoje temos preços mínimos estabelecidos e cumpridos, deixando o agricultor à própria sorte. Faço aqui uma denúncia: lamentavelmente, depois de gastarmos horas de trabalho, recursos nacionais, recursos particulares, que são recursos nacionais, vamos perder por falta de infra-estrutura e competência desta Nação para dirigir uma política agrícola adequada ao País, provavelmente, quatro a cinco milhões de toneladas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — A Subcomissão ficará aguardando as contribuições que serão enviadas pelo Dr. Fábio de Salles Meireles, por escrito, que serão examinadas por todos os membros deste órgão.

Concedo a palavra ao Dr. Guilherme Pimentel, por cinco minutos.

O SR. GUILHERME PIMENTEL — Exmº Sr. Presidente desta Comissão, Constituinte Edison Lobão, Exmº Sr. Relator, Oswaldo Lima Filho, Srs. Constituintes, meus senhores, dada a exiguidade de tempo, vou limitar-me a abordar alguns tópicos ligeiramente.

A classe patronal rural nunca foi contrária à reforma agrária. Tendo participado da elaboração do anteprojeto de lei do Estatuto da Terra que, com pequenos ajustamentos, dispondo de recursos financeiros adicionais, é o instrumento indicado para dinamizar o processo reformista tão desejado. Fazemos restrições, sim, ao que o MIRAD pretende fazer com a implantação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, fugindo do texto da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Referido Plano fere a Constituição Federal vigente em vários artigos e parágrafos, mediante atos feitos ao arrepio de uma lei ordinária que só poderia ser modificada por outra lei do Congresso Nacional.

Como todos são iguais perante a lei, preceito fundamental de qualquer Constituição, vemos, nos casos das desapropriações rurais, com pagamento de até vinte anos com títulos da dívida agrária, um ato discriminatório, quando o mesmo procedimento para as áreas urbanas só pode ser feito mediante indenização em dinheiro.

O plano procura invadir as atribuições do Poder Judiciário quando pretende proceder avaliação com imediata posse, sem exame prévio do Poder Judiciário. Criou uma nova figura dos assentamentos em detrimento da unidade familiar. Criou uma nova figura instituindo a exploração cooperativa-condominal da agricultura, despreza a comolização pública ou particular, que tanto contribuiu para implantação e expansão da fronteira agrícola do País. O êxodo rural é mais uma consequência do modelo de desenvolvimento dominante, que é o industrial, com a concentração da população nos perímetros urbanos, iniciada na década de 50, dinamizada a partir de 64.

Com o crescimento do parque industrial e consequente desenvolvimento, iniciou-se no País o esvaziamento dos campos, cujo trabalhador se via atraído pela melhor oferta de remuneração, fato esse que ainda continua ocorrendo. Saíram os mais jovens, os mais capazes, ficando grande massa de idosos e de menor qualificação profissional. A implantação desse modelo deu-se consequentemente da necessidade de o governo exportar mais, fortalecendo seu balanço de pagamentos. Ao lado disso criaram condições para uma agricultura de exportação, geradora de divisas, em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno. Vê-se daí que as crises no abastecimento resultaram das decisões tomadas pelo Poder Público, não podendo ser imputadas à classe rural, e suas consequências não podem ser apresentadas como justificativas para penalizá-las.

As grandes concentrações geográficas das regiões Sudeste e Sul foram e continuam sendo induzidas pelo poder político centralizador, contemplando preferencialmente o setor industrial. As estatísticas comprovam isso. Com uma área geográfica de aproximadamente 8,5 milhões de quilômetros quadrados, temos 375 mil quilômetros quadrados, isto é, 4,4% do território nacional em áreas urbanas, ocupando 80,5% da população, vale dizer, 68%; e uma densidade demográfica de 214,6 habitantes no meio urbano, em contrapartida para 4,7 habitantes no meio rural.

O Poder Público tem a sua imposição para assentar 1 milhão e 400 mil famílias em quatro anos, que necessitam de 43 milhões de hectares de terras, segundo o I Plano Nacional de Reforma Agrária, aproximadamente, 400 milhões de terras públicas férteis contínuas, com boa parte das obras de infra-estrutura implementadas. Mesmo assim, a preferência do plano é pelas terras particulares, atingindo o direito de cidadania do expropriado, pois visa não lhe dar a justa indenização. Dada a magnitude do problema, considerando de vital importância a criação do Conselho Nacional da Reforma Agrária, com participação paritária do Governo, empregadores e trabalhadores da agricultura, a quem competirá a elaboração, aprovação e acompanhamento desse Plano.

Das exposições feitas conclui-se que essas distorções da estrutura fundiária, na sua grande maioria, podem ser corrigidas via tributação-ITR,

penalizando as propriedades que, de fato, não atendam a sua função social, devendo-se dar oportunidade aos que não puderem torná-las produtivas por falta de recursos financeiros.

Sr. Presidente, eram estas as minhas considerações.

Muito obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Peça a V. Sª que encaminhe o seu documento — se não o tiver lido na íntegra — para conhecimento desta Subcomissão.

Concedo a palavra à nobre Constituinte Irma Passoni.

A SRª CONSTITUINTE IRMA PASSONI — Sr. Presidente, é muito difícil formular perguntas se os argumentos não foram expostos completamente. Tivemos três exposições que foram interrompidas. Sinto-me incapaz de formular alguma questão, porque o trabalho dos expositores não foram lidos na íntegra. Portanto, torna-se difícil indagar os Srs. Expositores, visto que só recebemos a documentação agora. Então, solicito de V. Exª, Sr. Presidente, que me inscreva na fase final do debate, quando, então, exporei o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Esta Presidência defere a solicitação de V. Exª

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Assis Canuto.

O SR. CONSTITUINTE ASSIS CANUTO — Sr. Presidente, Srs. Conferencistas, chegamos quando a palestra já estava em andamento.

Gostáramos de formular uma indagação à Confederação Nacional da Agricultura e à Sociedade Brasileira da Agricultura. Qual o posicionamento dessas duas entidades representativas da classe dos produtores rurais com relação aos aspectos filosóficos da Reforma Agrária? Temos, aqui, nesta Subcomissão, recebidos em audiências vários segmentos de estudiosos dos problemas da reforma agrária no Brasil. Poderíamos inclusive falar das opiniões que têm sido consignadas perante esta Subcomissão. Elas, dependendo da origem do segmento representativo, têm opiniões com grande impregnação de aspectos filosóficos da reforma agrária, da qual divergimos, em parte, porque entendemos que o problema da reforma agrária não pode ser, de maneira nenhuma, desvinculado do problema de política agrícola eficiente.

Entendemos que é necessário uma reordenação do aspecto fundiário do País, porque da maneira como se constituiu a propriedade agrícola no Brasil, naturalmente que em decorrência da falta de uma política agrícola de médio e longo prazos, esta agregação possibilitou a concentração de propriedades. O capital, muitas vezes, tem presidido esta concentração da propriedade. Não condeno, de maneira nenhuma, a participação do capital, que me leva a entender que a concentração da propriedade no Brasil se deve muito mais à falta de garantia, de uma salvaguarda para o agricultor, para o pequeno e o médio, e não em decorrência da pressão do capital, do que pela falta de uma política agrícola objetiva que a transforme numa atividade produtiva e econômica.

Então, a nossa indagação se relaciona a esse aspecto. Por que os representantes dos setores

patronais, dos setores da propriedade pensam no confronto do aspecto filosófico, real e possível da reforma agrária? Essas entidades entendem que é necessário um reordenamento da propriedade fundiária no País? De que maneira ele será feito?

O SR. GUILHERME PIMENTEL — Sr. Constituinte Assis Canuto, queríamos apenas, para o seu conhecimento, declarar que está, ao nosso lado esquerdo, o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e, ao nosso lado direito, o Vice-Presidente, que pertence à Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo e nós, que somos o primeiro Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo. Não está presente conosco nenhuma entidade civil.

Por outro lado, queremos afirmar que o seu pensamento identifica-se com o da Confederação Nacional da Agricultura. Não se pode pensar em qualquer processo reformista, principalmente, no caso da agricultura, sem pensar na existência de uma política agrícola. E isto é próprio do Estatuto da Terra. Isto está na primeira lei de reforma agrária. E, lamentavelmente, há de convir-se que nunca existiu neste País uma política agrícola consistente e realista. Haja vista que o próprio Governo tem desrespeitado as suas próprias leis. Senão vejamos.

Há um ano tínhamos um decreto-lei que determinava o pagamento à vista da produção agrícola, e o Governo, na colheita, na hora de adquirir a safra, mudou aquele diploma legal pagando com o prazo de 120 dias, destruindo o processo econômico da agropecuária, destruindo a vida do próprio trabalhador que vive da rentabilidade do processo produtivo. Esta é evidentemente uma demonstração do regime capitalista que existe no Brasil — porque realmente a nossa democracia pode ser admitida como uma democracia neocapitalista, porque o processo social está inserido na formação de cada brasileiro, e tem sido respeitado.

Daí a confirmar-se o seguinte: estabelece-se as prioridades corretas para se fazer um assentamento adequado e não se faça um assentamento em cima do setor produtivo, haja vista o resultado de 65 milhões de toneladas de grãos, vamos perder 4 a 5 milhões de toneladas, um crime contra a Nação, contra os interesses de cada cidadão deste País. Isto todos sabemos, não são palavras ditas ao léu, mas são realidades que aí se encontram.

Agora, como estabelecer uma reforma agrária sem se estabelecer as linhas mestras da condução da economia agrícola? O próprio "Globo Rural" recentemente, Sr. Constituinte, apresentou os brasis iguais assentados. É uma calamidade aquilo que foi mostrado pela televisão a todo povo brasileiro, brasileiros, como nós, ali assentados, sem uma assistência adequada e, principalmente, sem ter sido analisados, sem ter sido feitos o zoneamento agrícola e a vocação da terra. Há um ponto mais avançado desse assentado que afirmou o seguinte: "Não, eu estou, plantando várias culturas para saber qual é a que realmente vai ter produtividade".

Então, por essas razões, quero afirmar o seguinte: sem política agrícola, sem definir regras claras no jogo, e sem os Governos municipais, estaduais

e o federal, colocarem as suas terras disponíveis para a reforma agrária, constitui um erro, porque estão invadindo as terras daqueles que estão produzindo, principalmente, no Centro-Sul, desestruturando o setor produtivo com graves conseqüências para a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra ao Sr. Guilherme Pimentel.

O SR. GUILHERME PIMENTEL — Sr. Constituinte, V. Ex<sup>a</sup> falou em concentração de propriedade. Tenho ouvido com muita frequência no Brasil. Na verdade, se formos analisar os dados oficiais que existem, que estão publicados, do INCRA, não estamos tendo essa concentração. No último dado levantado em 1978 tínhamos 3 milhões 600 e poucas mil propriedades. Hoje temos mais de 4 milhões e 800 mil propriedades no Brasil. Tenho aqui uma relação só daquelas propriedades que contribuem para a CNA. Total: 4.495.000. Mas além dessas, temos aquelas que pertencem única e exclusivamente à CONTAG. Então, está-se usando um argumento de concentração, quando, na verdade, isso não está acontecendo. Está havendo um desmembramento, e este está sendo feito por força da colonização, tributação, etc.

O SR. CONSTITUINTE ASSIS CANUTO — Sr. Presidente, não queremos polemizar em torno do tema "concentração de propriedade", embora esta seja uma realidade. O que S. S<sup>a</sup> disse não invalida esta tese. Poder-se-ia dizer que houve fragmentação da propriedade. E houve. Agora, precisamos verificar se houve redução ou ampliação do módulo. Com o Proálcool houve uma concentração de propriedade. No Estado do Paraná está havendo um processo de concentração de propriedade, em função da falta de apoio ao pequeno produtor daquele Estado, que está, em função do valor, vendendo suas terras. Como o Brasil é constituído de vários brasis, não quero tirar a razão do ilustre conferencista, mas há concentração de propriedade.

O SR. GUILHERME PIMENTEL — Vou responder rapidamente, Sr. Presidente. A questão dos módulos, Sr. Constituinte, tem uma explicação. Tínhamos o módulo rural, que foi modificado pelo módulo fiscal. O módulo fiscal contratou totalmente a questão do conceito de tamanho. Talvez, o que esteja acontecendo no Brasil é o seguinte: quando existiu o módulo rural, a concentração, o latifúndio era uma. Agora, com o módulo fiscal, que é o módulo necessário para manter uma família naquela cultura predominante no município, isso aí modificou muito. Vamos exemplificar. V. Ex<sup>a</sup> poderá ser produtor, digamos, de hortigranjeiros no Estado do Paraná, o seu módulo para isso seria de dois hectares, uma hipótese e a maioria teria essa atividade. Se eu tivesse do lado uma produção de pecuária de corte, minha propriedade iria entrar num módulo fiscal. Foi isso que aconteceu em questão de módulo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra ao nobre Vice-Presidente desta Comissão, Constituinte Rachid Saldanha Derzi.

O SR. CONSTITUINTE RACHID SALDANHA DERZI — Em primeiro lugar, quero lamentar que esta subcomissão tenha convocado inúmeras autoridades para que aqui viessem, com os seus depoimentos, esclarecer-nos e contribuir para

que possamos ter um projeto de reforma agrária que realmente possa servir ao Brasil, e às 10 horas e 30 minutos não houvesse a presença maçica de Srs. Constituintes. Apenas registrei a presença de dois ou três Constituintes. Fica, portanto, consignado o meu protesto.

Mas desejo interpelar o Dr. Fábio Salles Meireles. Há uma tendência de certos Constituintes em limitar a extensão da área da propriedade agrícola em 2.500 a 1.500 hectares, ao passo que os mais generosos vão até 6 mil hectares. Ora, a meu ver, constitui um dos maiores absurdos que possa existir num País de economia rural como o nosso, querer limitar a propriedade daqueles que realmente querem produzir e trabalhar pelo desenvolvimento da nossa Pátria.

Ora, V. S<sup>a</sup> citou um exemplo da Fazenda Itamarati, lá no Mato Grosso do Sul. Essa fazenda estava totalmente abandonada há muitos anos, aí surge um jovem paulista, um homem empreendedor, empresário e adquire 50 mil hectares dessa fazenda, que era de uma multinacional. Essa fazenda, hoje, dispõe de um jardim agrícola de 47 mil hectares. Ele é o maior proprietário de soja do mundo, isoladamente. É uma organização que é um exemplo para o mundo. O Brasil recebe a visita de agricultores de muitos países do mundo, especialmente dos Estados Unidos, para ver o que se está fazendo ali. É uma fazenda tão bem organizada que dispõe de 15 mil hectares de terras irrigadas. Possui trezentas máquinas como tratores, colheitadeiras e plantadeiras. Possui armazéns para estocar toda a produção, construídos por ele. É um empreendimento de capital privado. O Governo não investiu nada naquela propriedade. Ele está desenvolvendo pesquisas em convênio com a Universidade de Viçosa, bem como com universidades americanas. Intercambia informações e idéias com técnicos, que estão aplicando seus conhecimentos ali. Esses técnicos estão levando mais conhecimento do que trazendo, posso afirmar a V. S<sup>a</sup>

Então, como vamos limitar essa propriedade a cinco mil hectares? Nem o Governo faria o que está sendo feito por iniciativa particular de Olacir de Moraes, na Fazenda Itamarati, nem o Governo tem capacidade e competência para fazê-lo. E não faria. Ele não está ganhando dinheiro; ele tem tido prejuízo na agricultura. Mas é um homem que tem amor à terra; ele tira recursos das suas outras companhias para empregar ali. Tem, no Norte de Mato Grosso três propriedades com incentivos da Sudam. É um projeto realmente exemplar. Foi o primeiro que cumpriu todas as exigências da Sudam, o que se refere aos incentivos fiscais. E agora adquiriu 100 mil hectares lá no Município de Chapada dos Guimarães para desenvolver um projeto agrícola, como o da Fazenda Itamarati, de Ponta Porã. Antes de instalar, de completar a sua organização, já tem lá a industrialização da soja. Naturalmente essa indústria não foi feita no Estado de Mato Grosso do Sul, onde ele tem seu maior empreendimento; foi feito em Mato Grosso por causa do incentivo fiscal que tem; paga menos impostos, tem maiores financiamentos a longo prazo, o que não tem no Mato Grosso do Sul.

Eu conheço na Rússia vários "kolkozos", as fazendas coletivas. Nenhum deles pode comparar-se com a organização da Fazenda Itamarati, que tem 47 ou 50 mil hectares de agricultura:

é um jardim que merecia ser visitado por esta Subcomissão. Então, eu pergunto a V. S\*: a limitação da propriedade irá trazer benefício para a zona rural, para a agricultura, para a pecuária, para o desenvolvimento agrícola do Brasil, ou será um entrave, um desastre, a desgraça desta Nação? Será lícito limitarmos a propriedade, impedindo o trabalho daqueles que são capazes, que têm amor ao Brasil, deixando de produzir para a Pátria? Esta é a minha pergunta.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — Eu me sinto honrado pela sua arguição. Respondendo eu perguntaria: qual é a razão dessa limitação? Quais são as razões? Quais são os critérios a serem adotados? Nós entendemos que este procedimento gera exatamente a grande expectativa aos trabalhadores que pretendem ser assentados. Nós temos que ter consciência do mundo moderno, do avanço da ciência, da tecnologia que temos nos dias de hoje, e nenhum trabalhador rural que eu conheço está interessado em ser assentado nas terras para colher arroz e feijão para alimentar sua família; ele tem uma outra visão do mundo contemporâneo. Então esse processo de assentamento não pode ser um processo social de alimentação de um povo, mais de esperança de um processo de desenvolvimento. A individualidade, num regime democrático, tem que ser resguardada. O valor do homem não pode ser limitado, principalmente aqueles que têm sempre a intenção de ser pioneiros e desenvolver sua atividade. É claro que há algumas distorções, mas o Governo tem meios de corrigi-las.

V. Ex\* abordou o aspecto da cana-de-açúcar, que é importante, o Proálcool; nada disso trouxe prejuízo à economia nacional, pelo contrário, fortaleceu. Talvez uma pequena distorção exista, mas o Governo tem instrumentos para corrigi-la. São as contas que deveriam ser anualmente oferecidas, de acordo com a lei, aos fornecedores, e isso não tem ocorrido; tem gerado distorções, porque as usinas acabam avançando no processo de produção dos fornecedores. Mas existem meios para corrigir essa distorção: seria um processo de democratização do campo produtivo, mas nunca cercar a área produtiva.

Nós vimos, no "Globo Rural", um trabalhador dizendo duas coisas: aqui está corrigido um trabalhador eventual que me ajuda; depois eu o ajudo; às vezes ele trabalha como bóia-fria para um outro setor para buscar recursos, e nós queremos inclusive amanhã ampliar as nossas áreas. Então não se limita a força de trabalho, principalmente no regime democrático, haja vista que a própria Rússia, que V. Ex\* mencionou, já está aceitando agora a participação do lucro àqueles que estão assentados. A própria China passou a democratizar a sua agricultura, dando parte da renda, de lucro de acordo com a produtividade. Por que nós, que temos grandes áreas de terras disponíveis na mão do próprio Governo, agora mutilamos o setor produtivo, que vai dar segurança ao setor econômico nacional, principalmente às áreas de trabalho? Eu comungo com o pensamento de V. Ex\* e afirmo que realmente o Sr. Olacir de Moraes é um exemplo de competência e amor a esta terra.

O SR. CONSTITUINTE RACHID SALDANHA DERZI — Eu não condeno formalmente todos que estão pensando em limitar área, porque realmente há abusos. Mas é a exceção. No Brasil

há propriedades, e a isso se referiu o nosso relator, com 1.500.000, 2.000.000, 4.000.000 hectares. Há uma madeireira com 4 milhões de hectares; muitas delas são multinacionais. Isso é um absurdo. Tem que se achar uma maneira para coibir esse abuso. São terras quase que totalmente inexploradas. Um dos meios que nós temos será a taxa progressiva dos impostos para essas grandes áreas. Mas haveremos, com a inteligência do nosso relator, de encontrar uma forma de coibir esses abusos, que é exceção, não é a regra. Eu vi recentemente nos países do leste europeu, nos países comunistas, a evolução deles, já admitindo lucro, modernizando a sua vida, inclusive a sua tecnologia. Eles já estão com fazendas de até 40 mil hectares, dando a entender que só é produtiva, só é rentável a grande extensão rural. Na sua exploração coletiva já há fazendas de 40 mil hectares. Nós temos que nos mirar também no exemplo deles, que também cometeram erros. Até hoje a Rússia não pôde produzir os cereais, os grãos de que necessita para o seu consumo nas terras fabulosas da Ucrânia, pela desorganização, pela má condução das fazendas coletivas. Talvez essas fazendas grandes, com interesse de cada um atendido, com a forma que estejam encontrando. Esta Subcomissão composta de homens inteligentes haverá de encontrar uma maneira de se fazer uma reforma agrária que realmente venha a atender o agricultor que não tem terra, proporcionando o desenvolvimento e o progresso ao nosso País. Era isso que nós desejamos dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Benedito Monteiro.

O SR. CONSTITUINTE BENEDITO MONTEIRO — Sr. Presidente, Sr. Relator, a reforma agrária tem sido discutida apenas sob o ponto de vista biológico e abstrato. Infelizmente para o Brasil, infelizmente para nós, estudiosos da matéria, ela tem sido discutida apenas sob esse ângulo. Eu acho que ela precisa ser discutida mais profundamente e mais objetivamente. É um absurdo falar em reforma agrária no Brasil, porque nós não temos só três bras, nós temos milhares de bras em relação à reforma agrária. A reforma agrária tem que ser não regional, mas microrregional, e às vezes até municipal. E isso infelizmente o Estatuto da Terra não facilita. Eu quis dar este exemplo para mostrar que infelizmente as palestras dos Senhores não facilitam isso, porque nós deveríamos ter, por exemplo, que discutir a política agrícola — a quase totalidade do pensamento dos Senhores foi a respeito da política agrícola — e a política agrária que é outra coisa completamente diferente.

Em relação à política agrícola, eu acho que os Senhores têm razão em muitas coisas. Nós, infelizmente, tivemos neste País até hoje uma política agrícola concentradora e exportadora, e por isso mesmo é profundamente distorcida em relação aos problemas regionais e nacionais. Ela privilegia a exportação, e às vezes privilegia a exportação em função de transações internacionais naquele momento. A agricultura não pode estar afeita nem sujeita a esse tipo de política; ela tem que ter uma política geral, global, para o País, para cada Região, para cada Estado. E isso, infelizmente, não acontece. O que os Senhores disse-

ram a respeito da política agrícola, eu endosso perfeitamente. Acho que está errada toda essa situação do Governo em privilegiar os bancos. Nós até hoje somos uma república de banqueiros. Todo mundo paga as dificuldades deste País, menos os banqueiros. Na pior das situações, os banqueiros sempre encontram um jeitinho para ganhar mais. E o resultado está aí nos jornais. O Bradesco tem um lucro maior do que o Banco do Brasil. Que absurdo! Ainda tem mais: o pior disso é que o Bradesco hoje é proprietário rural. O Bradesco é latifundiário lá no meu Estado, o Pará. O Bamerindus é latifundiário lá no Estado do Pará. É muito importante que se veja os dois lados da política agrícola que está sendo executada: a política agrícola concentradora e exportadora, e a que pretende fazer reforma agrária. Eu queria apenas ressaltar, aqui no documento do expositor Flávio Brito, o problema do Estatuto da Terra. Por que o Estatuto da Terra foi feito? O Estatuto da Terra foi feito em função da preocupação do Marechal Castello Branco, que foi um homem que avançou na reforma agrária. Naquele momento a Constituição só fazia a desapropriação com dinheiro e com depósito prévio na Justiça. E ele facilitou através da emenda constitucional, permitindo que essa desapropriação fosse feita e paga com título da dívida agrária, para formar o famoso fundo que até hoje não foi feito. Vejam bem: está aqui no documento apresentado pelo Dr. Flávio Brito, em que diz o seguinte: "Impulsionar o programa de reforma agrária integral, a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade".

Como poderemos impulsionar uma reforma agrária, e substituir o regime de latifúndio e minifúndio, sem fazer a desapropriação e a concentração? Não tem sentido. Por que está acontecendo isto? Muita gente no Brasil ainda não se debruçou no Estatuto da Terra para verificar que é um instituto jurídico altamente ambíguo; basta ler o primeiro artigo para ver que está totalmente desatualizado. Os senhores falaram em módulo rural. O que é um módulo rural ou um módulo fiscal? É uma coisa arbitrária. Baseado em quê, eles fizeram o módulo rural e o módulo fiscal para este País? Qual é a estrutura que o Incra tem para poder estabelecer estas comparações, para estabelecer que o município tal precisa de tantos hectares? Qual é o objetivo? Pode dizer-se que esse módulo rural foi importado da Itália. Mas o que nós temos aqui, em relação ao Incra, para estabelecer o módulo rural? É algo completamente arbitrário. Eu concordo com isso. Agora, é evidente que nós temos que estabelecer condições para a exequibilidade dessa reforma.

Em relação ao problema da desapropriação, diz o órgão executor da reforma agrária: "Em tais casos, vem sucumbindo em todas as suas ações para estabelecer o preço justo". Não sei de onde V. EX\* retirou essas informações. A informação que eu tenho do Supremo Tribunal, é de que todos os projetos de reforma agrária encaminhados a esse órgão foram decididos favoravelmente a esse plano de reforma agrária. Eu não sei de onde foi tirado isso. Eu gostaria de saber de onde tiraram essa informação. Eu estou preocupado com isso. Eu acho que o problema é da falta de definição sobre o que é propriedade familiar. No nosso código não consta. O próprio Estatuto também se omite, e deixa a Justiça im-

possibilitada de julgar de acordo com o problema agrário. Até hoje todos os processos estão sendo julgados de acordo com o Código Civil, que é uma concepção completamente diferente da concepção agrária do Estatuto da Terra. Eu sei que o Supremo Tribunal Federal ainda não decidiu contra nenhum projeto de reforma agrária em última instância. Pode ser que alguns juízes tenham decidido de outra maneira. Mas o Supremo Tribunal Federal, em todos os processos que chegaram lá, decidiu favoravelmente ao plano. Eis aí um impasse existente no atual processo. Acho que é um impasse essa questão de a Justiça estar desconexa com a concepção do plano. Como é um impasse a política agrícola não estar definida para os grandes proprietários, para os médios proprietários; e para os pequenos nem se fala, isso não existe.

Queria apenas, ao encerrar, dizer o seguinte: com este documento em relação à política agrícola, de que os Senhores falaram, eu concordo plenamente. Nós não podemos deixar de falar nas exceções. O Ministro Delfim Netto quando estava justificando a sua política econômica dizia sempre, com um certo desprezo, que no Brasil existem 30 milhões de pobres absolutos. E hoje já são 40 milhões de brasileiros em pobreza absoluta. Isso aqui não é demagogia, não é poesia, porque eu, pessoalmente, verifiquei em milhares de situações neste País que esse pessoal não tem nada, absolutamente nada! Eles não têm casa para morar, não têm o que comer e, sobretudo, aquilo que mais prejudica a nossa agricultura, aquilo que mais prejudica a reforma agrária: não tem o mínimo conhecimento daquilo que devem fazer da terra. Mas não são só esses pobres absolutos. A grande maioria dos pequenos e médios produtores não sabem o que fazer da terra; sabem plantar milho, feijão, mandioca, e nada mais. E isto é que realmente entrava não só a nossa agricultura mas, sobretudo, a reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Faço um apelo aos nobres Constituintes para que se atenham, dentro das possibilidades, aos três minutos. Vamos fazer o possível para nos ater aos três minutos; o interpelado tem três minutos também para a resposta. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Guilherme Pimentel.

O SR. GUILHERME PIMENTEL — A primeira indagação que V. Ex.<sup>a</sup> lançou para nós: como nós vamos fazer uma revisão fundiária sem atacar o latifúndio, desapropriando-o? Eu diria o seguinte: se o Estatuto da Terra tivesse cumprido o preceito do ITR desde a época do seu cadastramento, hoje nós não teríamos esses latifúndios de quatro milhões de hectares de terra no Brasil. Não há possibilidade de se resistir com essas áreas, porque o imposto é progressivo. Agora, o que ocorre? É que essas áreas estão nas mãos dos poderosos, e o imposto não é cobrado. Esta é que é a verdade. Então, eu diria que o ITR pode realmente dar a solução para esses grandes latifúndios, que nós também achamos que precisam ser desmembrados. V. Ex.<sup>a</sup> falou não já executores que vem sucumbindo. É bem verdade que não há nenhuma jurisprudência firmada a nível nacional do Tribunal Federal, mas nós já temos vários atos secundários, paralelos ao Estatuto da Terra que já estão comprometendo o texto legal da lei básica que é o Estatuto.

Quando dizemos que vem sucumbindo, é que já estão num processo de agonia, nós já entramos num processo de agonia, quer dizer, não morreu ainda, mas está sucumbindo, está morrendo devagar.

V. Ex.<sup>a</sup> falou, por exemplo, no módulo rural. O módulo rural, nós nunca defendemos que está certo ou que está errado, mas ele obedeceu a um parâmetro que seria, evidentemente, de atender a uma família e que correspondesse a quatro salários mínimos mensais, ou seja, uma família, mulher e homem, mais duas forças de trabalho suplementar. Esse foi o espírito do módulo rural, que foi modificado pelo módulo fiscal, que contrariou totalmente isso.

Quando à pobreza absoluta, se nós hoje fizermos, Sr. Constituinte, uma comparação entre a força empregadora total do Brasil, a população ativa de cinquenta e três milhões, hoje — deve ser um pouco mais ou um pouco menos — e a população rural ativa de onze milhões e cem, V. Ex.<sup>a</sup> vai ver que o grande percentual da pobreza absoluta está assentada na periferia das metrópoles, não sei se egressa do campo ou expulsa.

Eu cheguei a dizer aqui há pouco que o modelo de desenvolvimento é concentrador, ele é catalizador, mas não é a culpa nossa. Quando o Governo lançou o programa PROÁLCOOL, quando o Governo lançou o seu programa de soja, o seu programa de trigo, automaticamente exigiu uma agricultura mecanizada, e ela libera a mão-de-obra. Então, ela é que foi a responsável. Não somos nós. Nós estamos seguindo um ritual que está sendo determinado por uma política governamental. Esse que é o problema. Estas seriam, realmente, as respostas àquilo que V. Ex.<sup>a</sup> nos indagou.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Muito obrigado a V. S.<sup>a</sup>

Com a palavra o nobre Constituinte Mauro Borges.

O SR. CONSTITUINTE MAURO BORGES — Sr. Presidente, Srs. Conferencistas, tem-se falado muito aqui sobre a generalidade da reforma agrária, a sua filosofia e sobre quase todos os ângulos. Mas pouco se tem falado da forma como fazê-la, a sua execução, o seu assentamento e esse é um lado muito importante que precisaria ser discutido aqui.

Mais ou menos, acredito que estejamos de acordo que não pode haver reforma agrária, política fundiária separada da política agrícola; elas são irmãs siamesas, elas têm que ficar juntas; é impossível separá-las. A questão é o Governo fazer uma opção pela agricultura, pela reforma agrária. Fazendo isso, ele está evidentemente fazendo a opção pela política agrícola, porque não pode haver política agrícola sem que o governo dê prioridade. É uma questão lógica. Isso é absolutamente essencial. É ilusório pensar que se pode fazer reforma agrária ou política agrícola com essa desatenção toda do Governo, essa bagunça — perdoem-me o termo — essa desorganização que anda por aí, a elevação da produção nacional a esse nível excepcional. Há cerca de oito anos nós estávamos entre cinquenta e cinquenta e poucos milhões de toneladas, e agora demos um avanço, isso realmente decorrendo de uma série de fatores, inclusive de certas aberturas do Plano Cruzado I que facilitaram inicialmente na época do plantio, porém, não agora na época da colheita

nem na época do pagamento de quem tomou emprestado.

De qualquer forma, isso já foi falado aqui. Nós estamos praticando agora, hoje, talvez amanhã, os maiores erros, fazendo importações absolutamente desaconselháveis, intempestivas, mal feitas, provavelmente cheia de negociatas, como a importação de arroz, de carne, de leite, de milho, de tudo isso. Os navios estão chegando aí e não se sabe o que fazer com eles. Uma desordem total! O Ministério da Agricultura diz que não tem culpa de nada, que isso não é com ele, a agricultura não é com o Ministério e este tirar o corpo fora, e diz não ter responsabilidade. Ninguém é responsável por nada! É essa vergonha que está aí; o Brasil tomando leite que a Justiça manda retirar do mercado porque é ofensivo à saúde. Nem o pessoal de BIAFRA quis esse leite, e nós vamos tomá-lo. Uma série de situações horríveis que mostra a desvinculação do Ministério, o seu alheamento, a sua omissão, no mínimo a omissão com relação a tudo.

Vamos voltar àquilo que me leva a usar da palavra; a questão de como fazer o assentamento. O homem tem características de mudar. O homem é um animal gregário, não gosta de viver isolado, não se realiza socialmente vivendo isolado; ele tem que viver em grupos, é um animal gregário. Os índios, mesmo aqueles que estão num período mas atrasado — não vou falar nos maias, nos astecas, não vou falar nos incas — vou falar do nosso índio ainda no período neolítico, atrasado, mora agrupado, mora em aldeias. Não se vê populações de índios esparramadas por aí; vivem em aldeias, porque é muito mais fácil viver. Então, esse é um princípio fundamental do assentamento: morar agrupado, porque isso favorece realmente a questão do acesso às comodidades essenciais da vida moderna como a luz elétrica, água, saúde, educação, o convívio social em si. O que leva muitas vezes o homem a mudar com a sua família, se arrancar, vender as terras por qualquer preço, não é apenas o problema econômico. Este influi, evidentemente, mas é também esse lado social. Os filhos crescem, as moças querem casar-se, os rapazes querem também, todos querem ter um convívio social, e morando isolados, quando ele grita e ninguém responde, ele é um homem isolado, precisam então morar juntos. Centralizar para viver é descentralizar para trabalhar. É o caso então que se vê hoje. E não estou falando nenhuma novidade; não só países socialistas, mas capitalistas. Israel é um grande modelo disso, porque é um país socialista, embora democrático, e usa largamente esses tipos de organizações. Isso é fundamental para que o homem tenha esse acesso às comodidades essenciais. E, naturalmente, as suas áreas não são socializadas. Podem ser, se fosse o caso do kibutz. Eu não estou pregando o kibutz. O kibutz\*, sim, é muito bonito, mas é preciso uma formação política, religiosa, uma série de coisas que seriam praticamente inviáveis aqui no Brasil. Refiro-me a morar junto, mas cada um tem o seu trabalho separado, tem a sua área, tem o peso e a medida do produto do seu trabalho e recebe em função disso. É evidente que isso engendra a necessidade de cooperativas.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. CONSTITUINTE MAURO BORGES — Pois não!

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Acho que é muito oportuno, no momento em que V. Exª coloca com muita propriedade a necessidade da habitação em agrovilas ou em aldeias como necessidade humana, relembrar o admirável trabalho que V. Exª realizou no seu período de governo em Goiás, e que teria resolvido grandes problemas agrários se tivesse sido levado adiante.

O SR. CONSTITUINTE MAURO BORGES — Muito obrigado. Tentei, realmente, fazer isso em agrovilas ou em uniões, em aldeias, como necessidade humana, em que não pode ser esquecida a reforma agrária, o admirável trabalho que V. Exª inaugurou no seu período de governo em Goiás, e que teria resolvido grandes problemas agrários se tivesse sido levado adiante. Muito obrigado. Eu tentei, realmente, fazer isso, mas, com a revolução de 64 eu me afastei do governo...

O SR. CONSTITUINTE RACHID SALDANHA DERZI — Foi afastado.

O SR. CONSTITUINTE MAURO BORGES — Fui afastado, realmente, mas não houve condições de prosseguir. A idéia realmente era belíssima e eu a usei muito. Eu não quis fazer apenas um novo modelo agrário, mas eu quis fazer também um levantamento de vida numa região muito atrasada chamada Corredor da Miséria. E eu procurei fazer o mais difícil possível, em vez de criar facilidades, fui colonizar também áreas longínquas, onde teria que fazer uma infra-estrutura.

É evidente que em qualquer tipo de colonização tem que ter infra-estrutura, mas é preciso pensar nessa infra-estrutura local, porque hoje o pequeno proprietário absolutamente não vive do trabalho da renda das suas mãos. Ele tem que ter máquinas para mexer com a terra, tem que plantar às vezes com equipamentos, tem que limpar com equipamentos, tem que colher com equipamentos. Um homem pobre, pequeno, evidentemente não pode fazer isso. É claro que a cooperativa se impõe como uma necessidade absoluta. Pequenas propriedades não são suficientes para garantir que cada um possa ter uma colhedeira ou um trator. É preciso uma grande propriedade, uma média propriedade. Mas no caso da cooperativa ela representa financeiramente uma responsabilidade como se fosse o somatório de todas essas pequenas responsabilidades dos associados. Portanto, é uma coisa de absoluta necessidade. Moram reunidas cem a duzentas famílias, mas não pode ser uma coisa muito grande senão os lotes ficam muito distantes. É preciso que se vá a pé, ou vá de bicicleta, de carroça, mas dentro de um deslocamento máximo de meia hora. Não deve ser além disso, a não ser em condições especiais.

O homem fora do lote urbano é uma figura nova, ele não é rural nem é urbano, ele é rurbano. É uma nova visão social. Ele mora numa casa, num lote dele, um lote de mil metros quadrados, onde ele tem as suas galinhas, se quiser, tem a criação de coelhos, tem a sua horta para consumo próprio. E tem um lote de chuva, não o irrigado, um lote normal onde ele planta conforme a finalidade do assentamento. Se for grão, ele planta grão, se for um hortas por exemplo, uma organização dessas perto de uma grande cidade, para a necessidade do consumo, ele tem

que ser hortifrutigranjeiros. Então, ele tem um certo número de hectares, mas é preciso que tenha também uma área para todo o tempo, uma área irrigada. Um hectare, dois hectares já é muito para uma família.

É muito difícil uma família de cinco pessoas trabalhando todas juntas, num período de entressafras, dar conta de mais e um hectare irrigado, a não ser que ele alugue o trabalho dos outros. E isso fere o princípio de cooperativismo. O cooperativismo deve-se fazer com o esforço próprio, o esforço da família e passando a usar mão-de-obra paga, já destoa um pouco da filosofia do cooperativismo. Portanto, parece-me que isso é absolutamente essencial à realização econômica, social, política dos homens. Sem isso, mesmo com algum sucesso econômico, eles não quer ficar mais no campo, quer ir para a cidade.

Agora, um conjunto de agrovilas pode gerar um combinado agrourbano quer dizer, uma cidade maior onde se concentram os meios de construção de um certo número de agrovilas. Então, a agroindústria desliga da própria região de produção, e isso é muito importante para o País, para evitar a concentração nas grandes cidades. Há uma descentralização e se a agricultura, hoje, moderna, não dá muito emprego, a agroindústria dá. E isso ajuda a frear o êxodo rural. É uma coisa realmente importante.

Era isso que eu queria dizer. Não quero me estender muito. Apresentei uma proposta constitucional sobre isto. Hoje trouxe da parte do Secretário da Agricultura do Distrito Federal, entregando ao Constituinte Edison Lobão um convite para a Subcomissão visitar aqui uma experiência de assentamento nesse nível de agrovila, e combinados agrourbanos. A Subcomissão está convidada a ir lá discutir, de perto, e é um modelo que pode ser uma vitrine. Brasília é a capital do nosso País, todo mundo vem aqui e pode ir lá ver um dos modelos. Não é uma solução. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Tem a palavra o Dr. Fábio de Salles Meireles

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — Senador Mauro Borges, sinto-me hoje com o meu pensamento voltado ao passado, quando tive o privilégio de recebê-lo numa exposição agrícola e pecuária em Franca, ainda quando governador de Goiás.

A sua exposição, a sua fala não há necessidade de qualquer resposta ou qualquer colocação, porque V. Exª analisou aspectos fundamentais e apresentou pontos que permitem corrigir distorções.

Mas nós usaríamos, neste momento, afirmar, primeiro, que o INCRA está apenas fazendo o assentamento. Ele está, como sempre pensou o Dr. Guilherme, que o INCRA está resolvendo problemas domiciliares do assentado. Esta é uma realidade. Não tem o apoio técnico, logístico, sequer tem pensado na vida social deste assentado, sequer tem pensado em estruturar realmente uma coletividade de homens que se transformam de trabalhadores, amanhã agricultores, e depois de amanhã em empresários. E isso não se pode realmente realizar sem primeiro o INCRA cumprir o que a lei determina: o recadastramento nacional que há mais de cinco anos ele faz. Por isso é que os dados estatísticos, até as questões de acurmulções diárias não têm uma verdade, por falta

exatamente do cumprimento de uma norma legal, de uma exigência legal.

Por outro lado é fundamental — e sabe V. Exª e já me apercebi de aqueles que falaram antes de V. Exª, todos os homens conhecedores do assunto da agropecuária pelas suas próprias arguições e exposições. Daí afirmar o Constituinte Rachid Saldanha Derzi que nós, da agricultura, e me permite o Constituinte Flávio Brito, saímos daqui convictos e confiantes em que, o que esta Subcomissão propuser à Constituinte só virá ao encontro dos interesses maiores dos agricultores nacionais.

Mas sem analisarmos com profundidade o zoneamento agrícola para sabermos inclusive não só a qualidade do assentado, mas principalmente aquilo que ele tem de pronto, aquilo que ele conhece de logo, para poder assentar adequadamente, nós vamos frustrar esse trabalhador.

O zoneamento agrícola é ponto fundamental e vital. Agora, o Governo não pode nunca querer resolver um problema social, que é necessário que se resolva, e criar uma desesperança a este homem sem voltar a ele o processo de uma verdadeira revolução cultural. Porque, sem dar a ele não apenas aquele conhecimento necessário, mas conseguir reconhecer nesse homem, qual é a sua vocação — porque quando se procura a vocação da terra tem que procurar também a vocação do homem que vai trabalhar, como em qualquer outra atividade social, econômica e até política.

Por tudo isso, Constituinte Mauro Borges, permita-me, mais uma vez o Constituinte Presidente desta Subcomissão que, neste momento, conduz a Subcomissão Agrária, cumprimentá-lo e afirmar a nossa tranquilidade pelo que já ouvimos nesta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Muito obrigado a V. Exª

Tem a palavra o nobre Constituinte Ruy Nedel.

O SR. CONSTITUINTE RUY NEDEL — Sr. Presidente, Srs. Conferencistas, Srªs e Srs. Constituintes, a questão da propriedade da terra ao longo da História do Brasil, tem sido algo anacrônico dos mais variados tipos de aquisição da terra.

Tivemos o processo das capitânicas do Reino, as doações de sesmarias que ainda hoje tem reflexos muito grandes na posse da terra, a aquisição por incentivos fiscais. Nós ouvimos há pouco referências à Companhia Mate de Laranjeira; posso dizer que, há cem anos, a Companhia Mate de Laranjeira detinha um latifúndio de 450 mil hectares de terra e, tendo a Argentina como dona, ironicamente, tinha um ministro como sócio.

Sabemos que também na aquisição da terra houve a aquisição cartorial pura e simples. Sabemos que houve a de incentivos fiscais e está havendo e tem ocorrido, inclusive, para empresas multinacionais que vieram aqui para o desenvolvimento tecnológico, especialmente o automobilístico e aqueles gigantes latifúndios com incentivos fiscais.

Temos também os que adquiriram a terra num preço extremamente vil sabendo ou não, de um investimento do Poder Público que é feito com o imposto de todo o povo e tendo uma grande valorização e podendo se iniciar, efetivamente, o processo produtivo.

Sabemos que existe o de aquisição pura e simples no mercado de compra e venda, os mais

variados. Efetivamente precisamos ordenar essa questão e para isso existe uma Assembléia Nacional Constituinte, existe esta Subcomissão especificamente para isso.

Ouvimos as conferências, as mais variadas, e dos setores os mais variados. Todas competentes, todas formadas por pessoas ilustres que defendem a terra, defendem o pequeno proprietário, o setor público e V. Ex<sup>as</sup> também.

Dentro desse panorama rápido, vem a pergunta: como V. Ex<sup>as</sup> conceituam e qual a diferença entre uma e outra, qual, enfim, a conceituação de colonização e o conceito de reforma agrária?

O SR. GUILHERME PIMENTEL — Compreendo que a reforma agrária tem como um dos instrumentos para fazê-la colonização, seja ela particular ou pública.

Desde que essa colonização venha bem estruturada com um programa que atenda, não só o aspecto fundiário, mas que também contemple os aspectos dos meios para produzir.

Acho que a colonização tem funcionado no Brasil. Temos exemplos muito frisantes: no meu Estado, por exemplo, o Espírito Santo; no Rio Grande do Sul; no Paraná; São Paulo e em várias outras áreas do Brasil, ela tem funcionado, como também funciona em algumas áreas da Bacia Amazônica e do Centro-Oeste. Temos colonizações até espontâneas que foram forçadas como no caso de meu Estado, o Espírito Santo, quando tivemos os dois processos erradicatórios de café, em 61, 63, 65 e 67 em que fomos obrigados a desempregar por uma política desacertada do Governo Federal, erradicando uma lavoura de café.

Tivemos o desemprego de 60 mil famílias no Estado do Espírito Santo. E essas famílias saíram a procura de Rondônia; do Acre; do Maranhão e hoje são bons proprietários. A colonização tem que ser considerada também uma das alternativas para uma reforma agrária.

Entendo que, dessa forma, chegaremos lá. Esse é o pensamento da nossa classe.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — Apeenas para completar, Sr. Presidente.

Afirmaríamos que a colonização gera custos menores, inclusive para o próprio Governo. Enquanto que a política reformista simples de assentamento, gera custos maiores para o Governo e responsabilidades também muito maiores.

A colonização no Brasil se deu e teve êxito, inclusive o processo de desenvolvimento ocorreu, porque havia ponto de segurança na colonização. Vejamos o caso do café. Ele é que segurava o processo de avanço e de necessidade, de desenvolvimento do trabalhador, do meiro, do parceiro, naquele período.

As culturas intercaladas eram praticamente de resultados para o trabalhador, o que gerava uma segurança, lucros e dava a ele expectativas de progresso.

Com a modificação da estrutura política, principalmente do estatuto do trabalhador rural, que gerou uma desconfiança entre as partes e foi, aí, provavelmente um dos pontos em que se deu início ao processo migratório. Este aspecto é fundamental ser fixado hoje, para a análise futura.

A colonização, inclusive com o envolvimento dos setores da iniciativa privada, e aqui já como o nobre Constituinte Mauro Borges já declarou,

é importante que se analise os aspectos, o assentamento de forma regional e até municipal, por causa das peculiaridades não só das terras, mas também do homem que ali está. Sem julgarmos essas posições possivelmente teríamos maiores distorções. Mas, concordo com o Dr. Guilherme quando afirma que os dois processos são válidos, dentro de um procedimento justo e correto, isto é, que não se abandone o homem após o seu assentamento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Tem a palavra o nobre Constituinte José Egreja.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA — Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Conferencistas:

Aqui já tivemos perguntas muito felizes, muito objetivas, filosóficas, inclusive sobre a reforma agrária, sobre política agrícola.

Permito-me, por isso mesmo, para variar um pouco o debate, já que fui frustrado em algumas perguntas que já foram feitas. Foi passada uma visão prática, uma visão pouco política, do assunto da reforma agrária e política agrícola. Não nos esqueçamos que esta Subcomissão terá que cuidar dos dois assuntos.

Evidentemente, pelos debates aqui verificados, pelo relacionamento com os demais componentes desta Subcomissão, já entendo que haveremos de fazer um projeto de reforma agrária, ou pelo menos, a expectativa Constitucional de um projeto de reforma agrária com um consenso, com serenidade e com objetividade.

Estou repetindo as palavras do Dr. Fábio Meireles ditas há pouco, de forma diferente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Tem a palavra o Sr. Fábio de Salles Meireles.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Disse outro dia na Tribuna, fazendo a minha modesta estréia, aqui, na Câmara que se fala muito de reforma agrária e que se fala muito pouco de política agrícola, neste País. Fala-se em reforma agrária advogando o aumento da produtividade, o aumento da produção. E a solução de um problema social que realmente existe e por isso mesmo acabei de dizer que haveremos de fazer a reforma agrária serena e objetivamente.

Sr. Presidente, se queremos realmente atender àqueles aspectos mais urgentes deste País, se queremos evitar que a fome continue ainda a ter a sua marca sobre muitos brasileiros, teremos que nos ater pelo menos com mais ênfase ao problema da produção agrícola e da produtividade agrícola, como um primeiro passo, para que comecemos a resolver o problema social deste País, ou aquela parte do problema social que se quer atender com a reforma agrária.

E eu advogava naquela tribuna que o Governo, isto é Executivo e Legislativo, pudessem juntos, imediatamente após este trabalho Constitucional, elaborar junto com as Associações de Classes, com os produtores e com os trabalhadores rurais de todo o País, através das suas organizações, uma política plurianual agrícola que garantisse ao Governo, a certeza da produção; e, ao produtor, a certeza de uma comercialização serena, e razoavelmente lucrativa, que os agricultores do Brasil, todos eles, estão acostumados a ganhar num ano e a perder em dois anos. E não será a avidez dessa classe, que não existe, que seria empecilho para conseguirmos esse desiderato.

Portanto, Sr. Presidente, o que vimos nessa última safra que estamos colhendo agora? Que em resposta a um apelo do próprio Governo, pressionado pela perspectiva de uma falta de alimentos em época eleitoral, fez um dramático apelo à lavoura neste País, criando as condições de financiamento necessários para que se aumentasse, de forma enfática, a produção neste País. E colhemos apenas por esses dois motivos, sem nenhuma outra perspectiva, ao longo do tempo, apenas no imediatismo de uma safra, a maior produção agrícola de todos os tempos neste País.

Estamos agora vivendo a desgraça de o Governo fugir completamente da sua responsabilidade, de acudir o produtor, sustentando os mercados, para que no ano que vem pudéssemos ter a repetição dessa safra. E deixando o produtor à mercê de um mercado que, pela própria natureza econômica de um regime capitalista, arrebenta sempre do lado do mais fraco, como não poderia deixar de ser.

Vemos, hoje, os produtores de arroz, não sabendo o que fazer com a sua produção; vemos o próprio café não tendo a mínima perspectiva ainda, tendo em vista que os fatores climáticos prenunciam uma grande safra de café, na próxima colheita, a partir dos próximos meses; vemos uma produção de milho com o preço oficial de 120 e tantos cruzados sendo comercializada a 60, 70, 80 cruzados a saca no interior vemos uma produção amendoim que foi uma produção frustrada por uma chuva na hora da colheita e não tendo o preço necessário de sustentação também.

Assim, Sr. Presidente, não querendo me estender demais nesse assunto do produto, todos nós sabemos das vicissitudes do produtor na hora presente. E isso o que é? É a falta dessa política agrícola plurianual.

É preciso que haja uma segurança para o produtor e para o governo, o que significa a segurança da população brasileira. E é isso o que falta neste País em primeiro lugar.

Vemos a CPT, e outros órgãos políticos não abrirem a boca para falar uma só palavra sobre a política agrícola, mas vemos todos os dias nas manchetes de jornais de todo este País, fazerem apologia de uma reforma agrária como se ela fosse a varinha-de-condão que fosse resolver todos os problemas brasileiros.

Porque isso é ideologismo político eleitoral imediato e mais nada. Acho que todos, nós, aqui, e também aqueles que se situam à direita e à esquerda da gama política deste País, temos que ter a serenidade, a objetividade — que pela terceira vez apelo hoje — para resolver este assunto de uma forma realmente positiva, de uma forma real e que deixemos de lado as demagogias; deixemos de lado os interesses pessoais eleitoreiros, ou partidário-eleitoreiro ou ideológico-eleitoreiro, e partamos para a realidade daquilo que interessa ao povo brasileiro.

Quero citar — para encerrar — que em 1927, o meu pai saiu do sul de Minas, abandonando a família, os amigos, porque aquilo que pretendia ter feito lá e não conseguiu, saiu sem um tostão no bolso; foi para a Média Sorocabana, no Estado de São Paulo, onde adquiriu depois de um ano, sem um tostão ainda, dez alqueires de terra e que só pode pagar em 1937, dado o resultado da crise de 29/30 e que todo mundo sabe que existiu.

Então, quando vejo hoje, a afoiteza de assentamentos feitos à loucura, para não dizer diferente, e vejo que nada se faz para que essas coisas entrem num eixo razoável — e espero que esta Subcomissão faça isto —, eu me entristeço, mas ao mesmo tempo reajo e venho aqui para dizer estas coisas.

E solicito aos Srs. Conferencistas que ouvindo essas minhas considerações, sobre elas se manifestem, porque o meu ponto de vista é um, o dos senhores podem ser diferentes e nós estamos aqui para ouvi-los. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE RACHID SALDANHA DERZI** — Constituinte José Egreja, conhecemos o seu estimado pai, um homem do trabalho e um defensor intransigente da classe política. Muitas vezes não comungamos dos mesmos aspectos partidários mas respeitamos o seu passado e sabemos que é realmente um defensor de uma agricultura sadia e efetiva para o Brasil.

Lembramos primeiro que nas suas colocações não existe dúvida nenhuma ou qualquer ponto que possa divergir dos nossos pensamentos.

Todavia há de se lembrar que hoje existe uma preocupação de vários segmentos do País com relação à distribuição de terras e sabemos que na realidade a terra representa apenas 10% de qualquer investimento para assentamento. Aliás, por falar na palavra assentamento ela não existe dentro dos aspectos da legislação vigente, quer dizer, é uma outra expressão criada, uma figura nova.

Por outro lado há de se lembrar que é mil vezes preferível não plantar, para quando chegar a hora da colheita, não se ter como receber essa produção; perdê-la, porque isso é realmente um desserviço no que concerne à posição econômica do País.

O próprio Estados Unidos adota uma política no sentido de que quando os seus armazéns estão lotados, quando o mercado internacional está em baixa, eles pagam ao produtor para não produzir com uma influência decisiva nas próprias Bolsas de mercadorias do mundo todo, reagindo ao processo produtivo.

Ou o Brasil se conscientiza de toda a realidade que ele tem em mãos e cria realmente uma estrutura agrária competente, e leve o trabalhador para ser um participante do processo de desenvolvimento e não apenas um homem domiciliado na terra, sem esperança, porque esse virá abandoná-lo, não temos dúvida, principalmente pelo mundo da informática de hoje e pelos veículos de comunicação que temos.

**O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão)** — Muito obrigado.

Concedo a palavra a nobre Constituinte Irma Passoni.

**A SRª CONSTITUINTE IRMA PASSONI** — Sr. Presidente, Srs. Conferencistas:

Gostaria de deixar bem claro aqui que é bom que fiquemos até a semana que vem. Estamos falando em empresário rural, estamos falando em produtor rural e não estamos falando, na verdade, do trabalhador rural.

Fiz uma choradeira, mais ou menos geral, por parte do empresário rural, etc., vindo aqui através de suas várias entidades e uma colocação de que

o empresário industrial, esvaziou, condenou uma colocação com respeito ao empresário rural.

Gostaria de saber o seguinte: Quais são as contradições que os Srs. realmente têm? Quais as contradições do empresário industrial e do empresário rural? Quais são as grandes diferenças?

Existem três entidades, a meu ver, o CNA. Há quanto tempo ela existe? Ela defende uma política agrícola que está vinculada como Cooperativa Agrícola de Cotia, por exemplo. Ela interferiu ou não na política agrícola? Foi casua, efeito, produto ou não? Qual a relação entre a CRB e a OCB? Quais são as grandes diferenças entre os Senhores? Onde está a briga? Ou não tem? O quê, realmente, pensam da Reforma Agrária? Quais são as grandes diferenças entre a Confederação Nacional de Agricultura, a Sociedade Rural Brasileira e a Organização Cooperativa Brasileira? Se os Srs. fossem, hoje, poder de governo — e na verdade eu acho que os Srs. são — qual o plano de reforma agrária que os Srs. teriam agora? Já? Qual o plano de reforma agrária? Qual a política agrícola que os Srs. teriam e que introduziriam imediatamente no sistema, hoje? Depois que os Srs. falarem, de que as desapropriações têm de ser por valor justo e em dinheiro.

Os Srs. devem conhecer muito mais do que eu. Os Srs. proprietários omissos têm grandes áreas inaproveitáveis. Será que o Incra, o Ministério, coloca que a desapropriação é com indenização? Então é uma visão que não dá prejuízo à pessoa. Agora, eu também quero saber se apesar desse exato valor, justamente pelas razões colocadas pelo Constituinte Rosa Prata, que em muitas vezes, qual for a forma de adquirir essas terras, como foram adquiridas e se, na verdade, esse proprietário omissos, ele está sendo premiado. Nunca produziu, não trabalhou, esse empresário rural.

Vamos fazer uma diferença: eu conheço pessoas que foram levadas para as grandes áreas de colonização.

Tenho experiência pessoal familiar, não minha mas de pessoas que foram para essas áreas; estão lá num abandono total, porque prometeram mundos e fundos; claro que aí eles abriram estradas; agora não há nenhuma conservação, nem sequer cascalho, as pessoas conseguem, nessas áreas de colonização nem, transportar seus produtos. Eles não têm as estradas finalizadas, não têm uma infra-estrutura de comércio, não têm nada e são planos de colonização, agora em vigor defendidas por quem vem aqui.

Quero saber, afinal de contas, quantos projetos de colonização efetivamente valeram? Eu sei que os Srs. trazem muitos instrumentos de publicação do que os Srs. fazem e lamentavelmente as gravações não são igualmente para todo mundo. Gostaria de saber realmente essas questões, porque eu acho que estamos partindo para os finalmente de, se ouvir aqui várias entidades e a linguagem parece que fica igual. Mas quero ver na prática como fica a reforma agrária e a política agrícola, porque os incentivos fiscais, eu sei, tenho plena certeza de que o trabalhador rural não os recebeu. Não estou falando aqui do pequeno proprietário e do pequeno agricultor; estou falando aqui do grande empresário, aquele que não produziu, aquele que deixou a terra nua, aquele que deixou a terra sem produção. A propriedade tem de ter uma obrigação social, e esse é o princípio que

defendemos; a obrigação social tem de ter imediatamente a sua indenização, tem que ser proporcional ao seu investimento. Se não investiu nada, como irá pagar? Acho que isso tem de ser colocado muito claro.

**O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES** — Constituinte Irma Passoni, em primeiro lugar permita dizer nosso pensamento sobre as lágrimas, sobre o choro, que nos parece leva muito mais ao sentimento, do que ao rancor, ao ódio, exprimidos muitas vezes nas exposições. Eu consultaria, ainda, V. Exª se a pergunta sobre a colonização é a colonização do governo ou a colonização dos particulares?

**A SRª CONSTITUINTE IRMA PASSONI** — Dos empresários, dos particulares.

**O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES** — Eu daria apenas um grande exemplo: o de Londrina, de outras cidades do Paraná, a colonização do Norte do Paraná feita pelos empresários. Por isso afirmamos aqui, ainda há pouco, sobre a importância do processo de colonização que está interligada entre a ação do Governo com a iniciativa privada. Nós sabemos, inclusive, a colonização do Vale do Itajaí, e tantos outros exemplo que tenho a certeza que V. Exª, como brilhante Deputada e interessada nos assuntos da agricultura e da reforma agrária tem conhecimento. Por isso, não nos vamos estender nos outros exemplos da iniciativa privada. Por outro lado, ilustre Constituinte, temos que lembrar que o DPA, esse título da dívida pública é exatamente um processo confiscatório de quem, durante muitos anos, produziu e vê agora o seu pagamento feito em 20 anos de prazo. Nós sabemos que a vida média do brasileiro é de 55 anos, quando ele for receber, se é que ele recebe talvez não exista mais. Passaram-se os anos de luta dele: não existe mais, nada teve de segurança.

**A SRª CONSTITUINTE IRMA PASSONI** — E a ressalva das terras improdutivas?

**O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES** — As terras improdutivas lamentavelmente foi afirmado que, de um lado, o próprio Governo tendo os instrumentos do ITR, não os aplicou como deveria.

**A SRª CONSTITUINTE IRMA PASSONI** — E o pagamento do ITR? Qual é a dívida total do ITR no Brasil, e porque também não há o pagamento?

**O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES** — O pagamento do ITR existe. O que precisa é uma execução imediata do Incra, como vem ocorrendo agora, naquilo que se chama de dívida ativa. O Incra, agora, passou a cobrar exatamente os atrasados. Evidentemente, esse número, para se dar com perfeição, só o Incra, porque esse ano ele passou a cumprir, com maior coragem, o pagamento desses atrasados. Por outro lado é importante afirmar que, dentro da reforma agrária o que mais preocupa o segmento empresarial, o segmento das representações é realmente aquele homem que se quer que continue participando de nossas atividades. Por isso, ao associar-se o processo produtivo com o homem é fundamental, não deixá-lo abandonado. Por outro lado, eu queria afirmar que a Confederação Nacional da Agricultura não tem nenhum vínculo com nenhuma

entidade econômica de forma direta. Ela é uma entidade de representação oficial da agropecuária nacional, ela presta, permanentemente, a todos os Governos, sem olhar a cor partidária, porque nessas entidades elas não promovem o processo político, o seu cidadão, o seu membro, o seu dirigente pode ser um político partidário, mas nunca entidade que tem prestado a sua melhor contribuição.

As entidades, aqui mencionadas, a SRB é uma entidade civil como todas as outras, e tem solidariedade, tem o apoio da entidade oficial. A OCB é o órgão econômico da representação do cooperativismo nacional, e também tem a solidariedade da Confederação Nacional da Agricultura.

Não existe divergência entre nós. Pode existir, muitas das vezes, disputas normais de liderança, como ocorre no seu partido e com isso não quer dizer que o seu partido não tenha firme uma doutrina política.

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE IRMA PASSONI — Com relação a reforma agrária?

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — A reforma agrária que nós desejamos para o País é o aprimoramento fundiário, porque se nós não levarmos o aprimoramento fundiário, não adianta fazermos apenas o processo de assentamento, porque isso gerará as maiores distorções ao próprio homem assentado. Se nós queremos fazer um processo domiciliar, como está sendo feito, ninguém poderá em sã consciência, como brasileiro, aceitá-lo, aí, sim, nós iremos destruir um processo produtivo. O que nós temos defendido e que defende também o seu Partido é uma força importante de estrutura do meio de trabalho, quer dizer, consolidar uma categoria de trabalhadores, seja ele metalúrgico ou em qualquer outra atividade. É fundamental que também o campo tenha essa categoria de trabalhadores consolidados como existe hoje em São Paulo e como há uma perfeita harmonia entre a Federação dos Trabalhadores, a Fetaesp, e a Federação dos Agricultores do Estado de São Paulo. Agora, para concluir ainda as perguntas aqui formuladas, passamos a palavra, como foi solicitado, ao nosso expositor Guilherme Pimentel.

O SR. GUILHERME PIMENTEL — Sr<sup>a</sup> Constituinte, gostaria de dizer o seguinte: A Sr<sup>a</sup> perguntou quais as contradições que nós reclamamos entre o meio rural e o urbano.

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE IRMA PASSONI — Industrial, principalmente.

O SR. GUILHERME PIMENTEL — As contradições são as mais gritantes do mundo. Por exemplo; nós tivemos um período na agricultura brasileira em que entramos num processo confiscatório, para fazer um parque industrial. Confisco de café, confisco de cacau, confisco de carne, confisco de açúcar, tudo isso nós tivemos. Todos os financiamentos que vieram para o Brasil na sua quase totalidade, não chegaram ao meio rural; eles ficaram nos centros urbanos e ainda mais, somos altamente discriminados quando temos que receber qualquer assistência: seja médica, escolar, de vias de comunicação, etc.

Para nós do meio rural é o pior: é o pior professor, é a pior estrada, é o pior profissional liberal, etc. Então é essa uma discriminação patente. Agora a Sr<sup>a</sup> está muito preocupada e eu estou

sentindo, com os seus assentamentos. Eu perguntaria a nobre Constituinte o seguinte: como a Sr<sup>a</sup> vê o programa do minifundiário que eu considero tão grave quanto o dos assentamentos?

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE IRMA PASSONI — Por isso eu perguntei, qual é o plano de reforma agrária que os Srs. têm?

O SR. GUILHERME PIMENTEL — Para o programa do minifundiário, nós deveríamos abrir o crédito fundiário ou deveríamos permitir a incorporação para que este minifundiário passasse a produzir em escala mais apreciável. Direi aqui: hoje nós temos 30% do território nacional nas mãos dos minifundiários sem utilização, por falta de recursos.

O SR. CONSTITUINTE RACHID SALDANHA DERZI — Não apoiado. V. Ex<sup>a</sup> faz uma afirmação, contradiz tudo aquilo que se tem apurado. O que se tem dito aqui, pelas maiores autoridades de estatística é de que, mais de 60% da produção de alimentos, mandioca, arroz, milho, vêm da pequena propriedade.

O SR. GUILHERME PIMENTEL — Eu não estou dizendo que não vem da pequena propriedade. Temos a propriedade familiar que realmente concorre com esse percentual, mas eu afirmo ao Sr. e a Subcomissão poderá levantar os dados do Incra que, nós temos 30% da área minifundiária que não estão sendo utilizados. Nós não estamos dizendo, aqui, que a pequena propriedade não tem uma participação expressiva na geração de alimentos. Esse é o aspecto que eu gostaria de aqui deixar.

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE IRMA PASSONI — Os incentivos agrícolas, o Sr. acha que deveria ser a mesma igualdade tanto na grande empresa rural, como no minifundiário? Os mesmos critérios para empréstimos agrícolas?

O SR. GUILHERME PIMENTEL — No meu entender o incentivo agrícola nada mais é do que a necessidade para corrigir um processo inflacionário. O que está acontecendo neste País? A grande desvantagem de nós, produtores, é porque produzimos para pobres. Esta é a verdade. Nós produzimos para a massa de consumidores que tem uma renda **per capita** de em torno de 65 dólares.

Sessenta e cinco dólares não dá para comprar nada. Então, nós tivemos que elevar os preços de custo, os reais, para mais de 30% que a lei nos faculta, para reinvestir na atividade; esses produtos de fato chegam ao consumidor por preços proibitivos. O subsídio é uma forma de compensar um poder inflacionário, uma inflação em que a atividade rural não tem o poder de repasse que tem o comércio e a indústria.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Agradeço, Constituinte, neste ponto o Sr. está de acordo. Então, se nós tivéssemos, nobre Constituinte, Deputada Irma Passoni, o poder de repasse, certamente nós não precisaríamos de subsídios. Mas com a inflação de 200, 300, 400 por cento pergunto eu a este Plenário: Seria possível produzir alimentos para essa massa que ganha em torno de 65 dólares por mês, a grande massa de consumidores? Para vender a que custo? Os custos são elevadíssimos, então são esses aspectos da

agricultura que nos temos que ponderá-los. Esta é a realidade.

A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI — Eu não senti assim com tanta franqueza. Gostaria de ter ouvido melhor assim, se os Srs. tem ou não um plano em relação à reforma agrária, à política agrícola, porque as análises já estamos fazendo há tempo, mas eles criticam que não estão sendo distribuídos, que não é feito. Qual é o plano que os Srs. têm?

O SR. GUILHERME PIMENTEL — Sr<sup>a</sup> Constituinte, por diversas vezes temos encaminhado às autoridades Federais deste País planos de política agrícola, medidas que devem ser adotadas, não só na área da pesquisa do ensino, da assistência técnica, da política creditícia, comercialização, distribuição de tributos, etc. Nós temos, e a Sr. poderá recebê-los da Confederação, todos esses planos, não tenho a menor dúvida; não trouxemos aqui, porque sabemos que o tempo é exiguo, não daria para trazê-lo. Seria uma barbaridade que uma entidade que está funcionando há mais de 30 anos, que tem uma representação classista de todos os Estados, não tivesse um plano de agricultura para o Brasil, que pelo menos não criticasse as ações do Governo; isso seria uma aberração inaceitável!

Agora, a nossa política de reforma agrária ela se fundamenta basicamente em cima do Estatuto da Terra naturalmente que reconhecemos que esse Estatuto necessita de revisões, de ajustamentos mas basicamente é o documento em que nós nos baseamos em cima dele. Então, a pergunta da Sr<sup>a</sup> de certa forma deve estar respondida.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Muito obrigado. Com a palavra o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Sr. Presidente, Sr. Conferencista, Dr. Fábio Meireles, Srs e Sr<sup>s</sup> Constituintes, meus Senhores e minhas Senhoras: Dr. Flávio Brito, ex-Parlamentar, ex-Senador, Dr. Fábio Meireles e Dr. Guilherme Pimentel. Tenho divergências profundas na apreciação de a reforma agrária com a visão da Federação Nacional da Agricultura, por isso, começarei salientando as nossas convergências com muitos pontos aqui sustentados.

Creio que, para muitos de nós há uma coincidência total, na crítica que a Confederação faz à política agrícola dos governos brasileiros.

Sabemos que a agricultura sempre foi a enteadada do Governo brasileiro, como bem disse o Conferencista.

Foi através de recursos retirados das exportações agrícolas que o Brasil construiu com gordos subsídios toda essa indústria que está aí construída, a dólar de custo de 18 cruzeiros, nos bons tempos. Tudo isso foi com exportação de café, porque se fazia o confisco, exportação de carne, exportação de açúcar que, naquele tempo davam lucro, hoje são deficitários.

É realmente vergonhoso que este País, que hoje tem usinas nucleares, que tem aeroportos magníficos, os mais belos do mundo...

O SR. CONSTITUINTE VICTOR FONTANA — Alguns desnecessários.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Muitos desnecessários, diz bem o Deputado. O aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, é uma



monstruosidade. Custou 300 milhões de dólares. O de Guarulhos em São Paulo da mesma forma, está a dezenas de quilômetros da cidade, a um custo altíssimo que só beneficiou os empreiteiros. Pois bem, tudo isso num País que não tem silos, nem armazéns, para um terço da sua produção agrícola e que vê todo ano, mais de 1/3 dessa produção ser arruinada por insetos, por ratos, por deterioração. É uma vergonha que isso ocorra no Brasil há mais de 30 anos sem nenhuma solução.

O SR. CONSTITUINTE VICTOR FONTANA — Nobre orador, me permita um aparte?

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Se a Mesa...

O SR. CONSTITUINTE VICTOR FONTANA — Já licença, Sr. Presidente, só para um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE VICTOR FONTANA — Nobre Relator, acontece que colheita em agricultura não se inaugura e não se corta fitinha verde e amarela; aeroportos tem a fitinha verde-amarela, obras suntuosas, corta-se fitinha...

O SR. CONSTITUINTE MAURO BORGES — Tem mais, Constituinte, tem mais que a fita.

O SR. CONSTITUINTE VICTOR FONTANA... nas agências de bancos também se corta fitinha, e todos os políticos deste Brasil comparecem. Na agricultura há a colheita, há o recolhimento e ninguém vai lá bater palma nem fazer discursos.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Tem pior, Constituinte Fontana, essas grandes obras tem os empreiteiros que ganham 30, 40% nas obras, e há muito tempo, há mais de 20 anos estão dirigindo o Brasil. Conhecemos uns quatro ou cinco grandes empreiteiros que estão dirigindo este País.

Quando tive uma ligeira passagem, curta, na direção dos negócios agrícolas do Brasil essa era uma questão que me angustiava. Pedí ao Fundo Agropecuário para estudar um programa breve, urgente, e cheguei a deixar uma mensagem enviada ao Congresso um programa que foi elaborado pelo Fundo Agropecuário dos silos domésticos que visavam ligar a indústria produtora de silos metálicos à agricultura, de forma a assegurar a cada produtor um silo na fazenda, porque os técnicos entendiam que, como as safras eram sazonais, se houvesse um silo doméstico na fazenda, evitar-se-ia o principal problema que era o deslocamento de transporte. Sabemos que nas safras as estradas ficam intransitáveis, no Paraná toda safra é uma calamidade, porque ficam, em toda parte, quilômetros de caminhões parados pelas estradas.

O SR. CONSTITUINTE VICTOR FONTANA — Errado, porque o Brasil ficou num caminho só.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Tudo isso está errado. Eu também vou fazer aqui uma afirmativa que não tem nada, é pouca, mas é antidemagógica por natureza. Concorro com a afirmação constante do trabalho apresentado pela Confederação de que houve uma impropriedade na legislação do trabalho adotada no Brasil. Lamento dizer que concorri para essa legislação. O Deputado Fernando Ferrari, que era o nosso

Líder levantou essa bandeira, sem muito tempo para acompanhá-la nem ele exigiu urgência na sua votação; o Deputado Almino Afonso, eu e o Deputado Fernando Santana, todos nós votamos esse projeto do Deputado Fernando Ferrari.

Esse projeto deveria ter tido melhor exame, mais acurado, de forma que se tivesse uma legislação trabalhista para o campo, que fosse diversa da legislação trabalhista para as cidades, porque as atividades são completamente díspares, as exigências são diversas, como resultado da aplicação dessa legislação das cidades, sem uma adaptação às peculiaridades do trabalho rural ao campo, o que ocorreu foi que os proprietários rurais passaram a estimular o êxodo rural.

Nenhum proprietário quase, hoje no Brasil, quer ter trabalhador morando na sua propriedade em função das exigências da legislação. Isso é um fato que dispensa comentário — é um fato notório. Feitas essas concordâncias vamos às divergências que são profundas.

Com esses erros todos, na verdade — e aí vai a minha divergência — um dos expositores, se não me engano, aqui, o Dr. Fábio afirmou que não há concentração das terras no Brasil. Ora, V. S.<sup>a</sup> me perdoe, o Brasil é um dos países que tem um dos piores quadros de concentração de propriedade territorial no mundo. É aquilo que o grande mestre Guioberto Passos Guimarães chamava os quatrocentos anos de latifúndio.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — O Ministro Dilson Funaro dizia que 3% das organizações nascidas e existentes no Brasil controlam 85% da renda, o que é pior ainda do que o campo.

Num trabalho que fiz como Relator de uma Comissão do PMDB, trabalho que apresentei no Congresso, em discurso de 2 de setembro de 1985, eu já juntava dados do Incra que demonstravam que de 1977, a 1984, as propriedades de mais de mil hectares aumentaram sua área de 46,9% para 58,3%, enquanto as pequenas propriedades de extensão inferior, de área inferior a cem hectares diminuíram sua área de 18,7% para 14%. São dados estatísticos em que comprovamos a realidade. Toda vez que se deu crédito em abundância pelo Finor, aos grandes pecuaristas do Nordeste, aos grandes pecuaristas e madeireiros na Sudam ou na Sudene esse dinheiro serviu para comparar as propriedades adjacentes e aumentar a área da grande propriedade. A mesma coisa ocorreu no Proálcool.

O número de pequenas propriedades que desapareceu no Paraná, no Oeste de São Paulo foi muito grande. Esses agricultores foram se localizar no sul de Mato Grosso, mas as pequenas propriedades em torno de Ribeirão Preto, naquela região, em grande parte desapareceram. Os estudiosos do Paraná afirmam que 200 mil pequenas propriedades desapareceram no Paraná.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Mas V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que, primeiro, esses foram se localizar no sul de Mato Grosso sem infra-estrutura, sem estrada, sem armazém, sem nada. Quando eles tinham essa infra-estrutura no oeste de São Paulo, e este deslocamento não é de nenhum modo uma política agrícola recomendável. O que teria sido certo se o Brasil precisava de uma política energética, e eu acho que precisava, e eu sou favorável ao Proálcool, deveria ter locali-

zando a grande lavoura de cana para o Proálcool nas terras não cultivadas de Mato Grosso do Sul.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA — Ou manter os pequenos como cooperados e fornecedores de cana.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Ou isso; por outro lado que eu quero ainda dizer que os quadros que nos fornece o Incra, quer dizer, a situação fundiária no Brasil é a seguinte: quatro milhões, seiscentos e quatorze mil e oitocentos pequenos proprietários detêm apenas setenta e três milhões e quinhentos mil hectares, enquanto apenas quarenta e sete mil e oitocentos grandes proprietários, de mais de mil hectares, detêm a propriedade de cento e sessenta e quatro milhões e seiscentos mil hectares.

Essa é a realidade. É uma concentração alarmante os pequenos proprietários estão confinados em 20% da área territorial brasileira, e os grandes proprietários detêm 80% da área territorial. Esse quadro está errado. Pelo menos ao Relator e a muitos que defendem a reforma agrária, não passa pelo nosso espírito a extinção da propriedade. Eu tenho dito e repetindo aqui que considero, como cristão, como católico, que a propriedade é a base da virtude. É aquilo que São Tomaz dizia, que, sem propriedade, o homem não tem condições de praticar a virtude. Agora, se ela é um bem deve ser estendida a um maior número. Não é possível que existam 7 milhões e 500 mil trabalhadores sem terra, quando a grande propriedade só se pode manter com trabalhadores permanentes, 3 milhões e 500 mil trabalhadores. São estes que no Brasil têm carteira assinada e assegurados os direitos à Previdência Social, os outros 7 milhões são bóias-frias que vagam pelas estradas, morrendo em caminho, dos quais conheço exemplos terríveis.

Há pouco tempo chegaram à minha pequena propriedade alguns trabalhadores vindos de uma usina do sul de Pernambuco, em um caminhão de carregar cana, no caminho morreram três; os que sobram tinham quebrado as pernas e a usina ainda recusava-se a assinar o atestado de acidente de trabalho, porque não queria assinar a carteira. Foi preciso que eu a ameaçasse de uma ação judicial para que ela assinasse as carteiras e reconhecesse o acidente do trabalho.

Esse é o quadro real do Brasil. É preciso corrigir isso. Agora, a pequena propriedade familiar pode muito bem conviver ao lado da grande; cada uma tem uma destinação diferente e não se diga que a tecnologia moderna vai expulsar a pequena propriedade.

Li há pouco, aqui, um livro do Professor Jolivet, publicado pelo Sr. José Graziano, e que este Professor faz um estudo detalhado da agricultura francesa onde 1 milhão e 800 mil pequenas propriedades não excedem os 100 hectares e a agricultura francesa está exportando alimentos para o mundo inteiro; é uma agricultura de alta tecnologia. Mas toda ela, em mais de 80% é uma agricultura de propriedade familiar, um pequeno **fermier**. Os grandes proprietários que chegam a ter 400 ou 500 hectares lá são raros.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Ai tem uma diferença, porque na Europa, no verão, quando se produz, às 22 horas ainda estão trabalhando sem parar, para poder se sustentar no inverno. Nós somos diferentes, lá, ou eles plan-

tam e trabalham 16 ou 17 horas por dia, para fazer aquela propriedade familiar recolher as necessidades para o inverno, para vender; é muito diferente do sistema de trabalho no Brasil e V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que é diferente.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA — Conheço pequenas propriedades em que trabalhamos pais as mães e os filhos a partir dos 10 anos de idade; todos trabalham e produzem. Vivo numa região de pequenas propriedades.

O SR. CONSTITUINTE RACHID SALDANHA DERZI — Permita-me um instante. O problema europeu, naturalmente, exige muito esforço no verão, porque a Europa tem pelo menos 4 meses de absoluta neve que não permite trabalho nenhum. Então, o verão tem que se aproveitado 16 horas por dia.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — Quería lembrar também que o Brasil não é aquele paraíso da Fazenda Itamarati. O Presidente Samey esteve lá, apareceu na televisão; lá é aquele modelo exemplar onde os trabalhadores têm casa, água, conforto, carteira assinada, etc. Esta é uma exceção raríssima. A regra vou dizer a V. Ex<sup>a</sup> existe uma lei de um ex-Presidente que combati duramente nesta Casa, e fora dela, do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, a chamada Lei do Sítio que determina que os proprietários na área da plantação, da monocultura canavieira, concedam aos trabalhadores 2 hectares para o plantio de lavoura de subsistência.

Essa lei nunca foi cumprida no Brasil. Sistemáticamente, na minha região no Nordeste, onde andei durante a campanha eleitoral, a primeira pergunta que eu fazia aos trabalhadores era: "A Lei do Sítio está sendo cumprida aqui?" Eles diziam: "Nunca, do Doutor!" Plantam cana na cozinha da minha casa.

Então, se em uma grande parte do Nordeste, pelo menos, quase totalidade, há exceções, mas 90% dos grandes proprietários, que têm 10, 20 mil hectares não respeitam nem a lei atual, a lei de um Governo autoritário como o do Presidente Castello Branco, e não concedem terras para a produção de alimentos aos trabalhadores rurais, como se pode dizer que campo é essa coisa idílica? Essa harmonia, não há. O que há são conflitos; estouram aí todos os dias — são mortes. E no Nordeste mata-se gente por terra todo dia.

Agora mesmo, no mês de fevereiro, o meu companheiro de chapa, o Dr. Evandro Cavalcanti, advogado sindical, foi morto quando saía para a missa, acompanhado da mulher e filhos.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA — Mas há o problema também da política.

O SR. CONSTITUINTE RACHID SALDANHA DERZI — Mas não foi por política; foi consequência da luta pela terra, porque o Dr. Evandro Cavalcanti era advogado de vários posseiros que estão em choque com proprietários rurais, e foram contratados pistoleiros, os quais já estão presos, e o mataram. Em Alagoas, em Pernambuco, volta e meia, um é assassinado, como foi o Presidente de um Sindicato, o Presidente do Sindicato de Campina Grande. Raro é o mês em que um presidente de sindicato não é morto, tanto que hoje é difícil conseguir um candidato a Presidente de Sindicato no Nordeste.

Sr. Presidente, essas são as observações que queria fazer, mas quero dizer também que a mi-

gração rural decorrente da industrialização, só em parte é verdadeira.

O Constituinte Fernando Santana, Presidente da Comissão de Reforma Agrária, trouxe aqui para depor, já tenho repetido esse fato, um dos maiores especialistas em demografia na América Latina, o Prof. Martines que mostrou aqui, com dados irrefutáveis, que nos últimos 20 anos 32 milhões de pessoas migram do campo para as cidades. Isso está tomando inviável a sociedade brasileira, porque essa multidão não tem emprego nas cidades; ela se amontoa num cinturão de miséria em torno das metrópolis e vai constituir campo para os marginais, assaltantes, os desesperados, enfim é o cinturão onde fermenta a revolta neste País. É nosso desejo que isso continue? Não! Precisamos dar um fim a isso. Precisamos criar uma classe média rural próspera, ter trabalhadores sindicalizados no campo, ter um modelo de produção racional. Até hoje o sistema brasileiro — como declarou aqui o Dr. Rubens Igenfritz — tem produzido uma grande produção para exportação, reduzindo a produção de alimentos para o mercado interno e produzindo essa migração espantosa do campo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra ao Constituinte José Egreja.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA — Com todo respeito pelos argumentos de V. Ex<sup>a</sup>, meu querido Relator, mas V. Ex<sup>a</sup> citou uma lei antiga que não é cumprida, e eu me lembraria só de um argumento contra, para, talvez, até justificar o que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo.

Se a lei fosse cumprida em 2 hectares, para cada trabalhador rural — e digo isso como pessoa física, não como família — para exemplificar, uma unidade industrial canavieira que seria capaz de esmagar 1 milhão de toneladas por safra, ela ocupa normalmente cerca de 2.000 trabalhadores braçais no corte de cana na época da colheita. Primeiro, a metade dessa produção já não é dela por lei; deve ser dos fornecedores de cana, então isso já reduz pela metade a quantidade de terra. Quatro mil hectares seriam praticamente a área que a própria indústria ou seus acionistas teriam para a cana própria da usina. Então são leis inexecutáveis que são baixadas para não serem cumpridas, porque quem imaginou essa lei devia ter feito as contas.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que a solução não é a mais acertada. Sempre imaginei que o certo seria que cada propriedade assegurasse uma área de 10% do total da propriedade, para a produção comunitária de alimentos. Esta sempre me pareceu a solução mais acertada, mas quem fez a lei foi o Marechal Castello Branco, um grande líder da direita brasileira que eu combati. Agora, quero salientar que essa regra não é nova. Maurício de Nassau quando fez a colonização holandesa no Brasil já determinava que cada senhor de engenho fosse obrigado a destinar uma área para a produção de mandioca. Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE RACHID SALDANHA DERZI — Se lei fosse feita com esta razoabilidade a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu agora de um percentual razoável para que os empregados pudessem estabelecer o seu plantio, o seu sustento, auxiliar o seu sustento, talvez tivesse sido melhor. Hoje, com o regime atual, o trabalhador rural morando na

periferia da cidade e não morando mais na propriedade, sinto que isto é totalmente inviável, impossível.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) - Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, e antes de dar a palavra ao Dr. Fábio de Salles Meireles, vou submeter à apreciação de Subcomissão, um convite remetido a esta Subcomissão, através do Constituinte Mauro Borges, em que o Secretário de Agricultura de Brasília, convida-nos para visitar um projeto rural denominado Combinado Agroubano na Granja do Ipê, que já tem 100 famílias. É um projeto interessante, uma experiência que está se fazendo. Submeto à apreciação da Subcomissão; se aceita a Presidência entrará em entedimento através do Constituinte Mauro Borges que nos arranjará um ônibus e sairemos pela manhã, às 7 horas, para a próxima semana. Não tem urgência, ma desejo saber se V. Ex<sup>a</sup> aceitam o convite.

Aprovado.

Com a palavra o nobre Conferencista Dr. Fábio de Salles Meireles.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — É uma grande honra poder, após a análise do eminente Constituinte Oswaldo Lima Filho, Relator desta importantíssima Subcomissão, nós que acompanhamos o seu período de Ministro da Agricultura, e na época a FARESP, hoje FESP, defendeu a armazenagem nas áreas produtivas. Realmente era uma proposta muito válida.

Por outro lado queríamos, em primeiro lugar, declarar que quem falou em concentração de terras foi o meu companheiro Dr. Guilherme, mas isso não foge também a nós a responsabilidade de colocar uma posição muito clara: o Brasil tem 850 milhões de hectares; as informações oficiais declaram que, por volta de 300 milhões de hectares, estão hoje abertos e nas mãos de produtores. Queríamos dizer que, por consequência, não pode haver 80% das terras nacionais, como afirmou o ilustre Relator, nas mãos de uma minoria de produtores ou de empresários, porque quem detém realmente a concentração de terras é o próprio Governo, por volta de 640 milhões de hectares. Isto é um fato consagrado, real.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — A questão foi muito discutida e o Incra com todos os dados que possui, declarou oficialmente a uma indagação do Sr. Constituinte Alysson Paulinelli, que a propriedade do Estado é de 114 milhões de hectares, todas as terras públicas da União, dos Estados e Municípios.

O SR. GUILHERME PIMENTEL — Fora as da Funai.

O SR. CONSTITUINTE RACHID SALDANHA DERZI — Só a Funai deve ter mais do que isto.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Como podemos ter como bons, estes dados, se há quase 8 anos o próprio Incra não faz qualquer recadastramento, embora a lei o obrigue?

Queríamos também lembrar que, quando se fala em agricultura francesa — é a agricultura mais subsidiada, inclusive nas exportações, como o próprio Estados Unidos. A briga entre os Estados Unidos e os países da comunidade européia é exatamente por esse subsídio, subsídio no plantio, na compra, nas exportações violentando o próprio mercado internacional, o que não ocorre aqui no País. Diríamos até que se houvesse uma

concentração, porque foi afastado da sua área de produção, pode ser injusto, mas foi um bem àquele que no momento tinha sua terra, porque o Governo abandonou o micro e o pequeno produtor rural. A realidade é conhecida do Relator que foi nosso Ministro da Agricultura, e sabe muito bem que o custo de produção do micro e do pequeno produtor é bem superior aos custos de produção do médio e do grande empresário.

Há um detalhe que gostaria ainda de afirmar dentro das observações de V. Ex<sup>a</sup> que, além do Governo nunca ter assistido adequadamente nem cumprido os dispositivos legais para atender o homem, temos que analisar, nesta concentração, que existem terras em litúgio, e as duas partes que estão em litúgio também têm o seu cadastramento, apresentam a mesma área em duplicidade; por isto que, sem um recadastramento imediato, não podemos saber a realidade nem a concentração de áreas.

Há de se lembrar que a própria reforma agrária que foi feita na Índia, que é considerada uma reforma verde e o que ocorreu naquela reforma agrária? Houve um aumento de trabalhadores, de 15 para 20 milhões de trabalhadores, e a diminuição da área do empregador caiu. Estamos aqui apenas dando um exemplo a fim de concluir, e dar a palavra ao Dr. Guilherme, que também fez declarações neste sentido, ao afirmar que não existe nenhuma preocupação do setor produtivo, dos empresários com referência ao processo reformista. O que não pode ocorrer são as distorções que estão ocorrendo. Não se tem política agrícola. Deixa-se à própria sorte o produtor rural. Se porventura ampara o seu trabalhador ou absorve suas terras e lhe dá trabalho com dignidade, passa a ser visto como um inimigo público. Acho que há uma desinformação neste lado. E a fazenda Itamarati aqui mencionada não é um exemplo isolado. Posso afirmar, principalmente por São Paulo, que um estágio do trabalhador naquele Estado é muito avançado; ele é um homem plenamente satisfeito e beneficiado; dentro dos seus ideais possivelmente não o seja, como nenhum homem que pretenda progredir e avançar na vida. Enquanto tiver o sopro divino, disposição física, ele é naturalmente um insatisfeito, porque é um progressista; ele foi feito à imagem e semelhança de Deus e quer avançar nos conhecimentos que a sociedade permite. Agora, levar o processo apenas como um campo social ou levar o processo de assentamento apenas como a necessidade de um coitado é exatamente tirar dele a força do homem que tem competência, para também construir, dentro da sociedade, o seu próprio meio de subsistência e a sua própria colocação. O brasileiro tem a sua individualidade; não podemos dizer a um metalúrgico, a um bancário ou a quem quer que seja, que aumente a sua disposição para o trabalho, que não cumpra apenas os horários estabelecidos. Isto é uma questão íntima de vocação, de formação. Por isso existem as diferenças dentro do campo social, econômico e no próprio campo político.

Espero que estas nossas declarações, não tenham contradito o nobre Relator, mas sim afirmado as posições que temos conhecimento e que entendemos ser dever nosso transmitir à alta representatividade do Congresso localizado hoje, nesta Casa.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — Sr. Relator, Constituinte Oswaldo Lima Filho, quando afirmei, que de fato havia uma desconcentração de propriedade, tomei por base os números estatísticos do Incra. No último recadastramento do Incra, em 1978. A estatística mostrava-nos que o Brasil tinha 3 milhões 650 e tantas mil propriedades, não sei ao certo a fração, e hoje, segundo o que o Sr. está declarando, o Brasil tem 5 milhões e 200 mil propriedades.

Então veja V. Ex<sup>a</sup> que tivemos, em apenas 9 anos, um aumento de 1 milhão e 600 mil propriedades, e ainda dizem neste País que nada foi feito em matéria de reforma agrária! Quem foi que fez isto? Foi um acidente?

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — São vários fatores; há o problema de herança.

O SR. CONSTITUINTE RACHID SALDANHA DERZI — Outro problema Sr. Relator, quando V. Ex<sup>a</sup> falou na concentração se esqueceu de que ela está setORIZADA. Estamos com o quadro estatístico à nossa frente. Ela é setORIZADA. Agora, querem realmente desapropriar onde ela não é setORIZADA. Estamos vendo aqui, por exemplo, que temos 512 imóveis, com mais de 50 mil hectares no Brasil. Onde estão localizados estes imóveis? Temos no Norte 225, no Nordeste 111, e no Centro-Oeste 163. Então vejamos bem que é setORIZADA. Quando afirmei, naturalmente, estou me prevalecendo em justificar o que não deve ser feito numa área nobre, numa área que realmente é responsável pela exportação e pelo abastecimento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>

Com a palavra o nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, quero registrar que o debate tem sido do maior interesse, o nível das exposições, apesar das minhas divergências. Acho que é elucidativo para a Subcomissão, porém, peço desculpas porque a representação do Nordeste está reunida, neste momento, para uma decisão da maior importância, a qual não posso deixar de comparecer.

O SR. CONSTITUINTE OSWALDO ALMEIDA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Tem a palavra pela ordem, o Sr. Constituinte Oswaldo Almeida, com a permissão do nobre Líder que está inscrito há muito tempo, e ansioso para inter-pelar.

O SR. CONSTITUINTE OSWALDO ALMEIDA — Sr. Presidente, pediria esta concessão do nosso Líder, porque não queria perder a oportunidade de fazer uma referência a alguns conceitos que o nobre Relator fez, notadamente comparando a nossa agricultura com a da França.

Não vou querer ter a pretensão de querer comparar a agricultura do norte do Estado do Rio à agricultura da França. Mas a minha região, do norte do Estado do Rio, que é uma região cana-

vieira, tradicional, que tem 400 anos de agricultura, lá fizemos uma divisão da terra naturalmente. Hoje temos quase 11 mil plantadores de cana, onde mais de 9 mil são pequeníssimos minifundiários plantadores de cana, com menos de 10 hectares. Se alguma política tivesse que ser desenvolvida em termos fundiários, na nossa região, teremos que fazer, fatalmente, um reagrupamento de propriedade, e aí entra o chamado crédito fundiário que, ao que me consta, nunca foi exercitado em nosso País.

Vale ressaltar em relação à França, o Credi Agricose, da França, que é um banco cooperativo, o maior banco do mundo que não pode nunca ser comparado às cooperativas de crédito da nossa região; nós somos Presidente de uma cooperativa de crédito. Tentamos fazer valer o funcionamento deste crédito fundiário e nunca o conseguimos, porque não interessa aos banqueiros ou àqueles que detém os recursos que deveriam ser aplicados na agricultura fazer investimento a longo prazo para ajudar, vamos dizer assim, um programa desta natureza.

Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer, e ontem vimos aqui, no Plenário da Câmara, um fato que nos deixa como cidadão, brasileiro, de um certo modo desanimado, uma proposta para melhorias na área previdenciária em que são dados valores mais atualizados para benefícios ao homem urbano que, paralelamente, lhe são dados dois, enquanto ao homem rural só pela metade. Assim, enquanto não tivermos uma preocupação digna para com o homem rural, nunca iremos poder pensar de fato num programa de assentamento. Porque, hoje, com o avanço das comunicações em que o homem instantaneamente está participando de tudo que está ocorrendo no mundo, o homem rural, aquele que está ainda no meio rural, tomando conhecimento do lazer, que está na cidade não quer ficar na roça, vamos dizer assim; ele quer vir, de fato, para a cidade.

Precisamos sim fazer uma política agrícola integrada com responsabilidade para dar dignidade ao empresário rural e fazer com que ele, de fato, possa oferecer aos seus trabalhadores aquilo que é permitido e factível fazer com os trabalhadores urbanos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o nobre Constituinte Líder Amaury Müller.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, Srs. constituintes: Pelas exposições feitas e as respostas dadas às indagações aqui formuladas fica a nítida impressão de que a política agrícola deve preceder à política agrária. Indagaria se é possível fazer-se agricultura sem terra, desde que os primeiro imigrantes europeus chegaram ao Brasil trazendo a sua técnica, talvez não a sua tecnologia. Se faz agricultura de forma precária, se faz agricultura sem sementes selecionadas, sem tratores, sem colheitadeiras, sem análise de solo, sem crédito oficial, mas não se faz agricultura sem terra.

Então, a primeira indagação que faço é esta: Em que medida, na visão da Confederação Nacional de Agricultura, esta questão é encarada? O que deve ser prioritário: a posse social de terra ou a implantação de políticas agrícolas que possam dar sustentação a essa posse social da terra?

E permitindo àquele que nela vive, que dela retira o seu sustento e o da sua família, poder sobreviver dignamente?

Digo isto, porque ainda não ouvi nem um dos expositores, não apenas os de hoje, mas os de outras reuniões desta Subcomissão, dizer que é contra a Reforma Agrária. Talvez haja aí uma divergência quanto aos métodos, ao tipo de estratégia que se deva adotar, para desconcentrar a terra no País e permitir que nós não vejamos estapado num órgão, como o *DDO Rural*, uma afirmação tão ingênua, tão ufanista, como a do Ministro da Agricultura quando diz que "problema de supersafra não é problema". Primeiro não há uma supersafra. Estimativas da Companhia de Financiamento da Produção levam à perspectiva de uma safra de grãos superior a 60 milhões de toneladas, convenhamos que isto jamais será uma supersafra par um País que tem, pelo menos, 40 milhões de brasileiros mergulhados num processo de pobreza absoluta, de miséria generalizada. Dizer que 60 milhões de toneladas de grãos é uma supersafra não constitui problema, no mínimo representa uma heresia. Mas, por que não chegamos a 100 milhões de toneladas de grãos? Por que não chegamos a 150 milhões de toneladas de grãos? Por que não podemos transformar o Brasil no celeiro do mundo? Terras existem! O nosso estoque de terras, segundo o cadastro do INCRA seria de 600 milhões de hectares. E quantos milhões de hectares o Brasil utiliza para a produção de alimentos?

Está constatado, embora as estatísticas não sejam recentes, estejam envelhecidas, que com o correr dos anos está havendo uma concentração nítida da terra, em poucas mãos. Não me parece que o aumento do número de propriedades possa significar, necessariamente, uma melhor e mais justa distribuição de terra.

Se apenas 512 imóveis, 4 dos quais localizados na minha Região Sul, detêm 62 milhões de hectares, como pode admitir-se que com o aumento do número de propriedades tenha aumentado também a posse social da terra?

Em que medida uma política agrícola deve preceder a uma política agrícola deve proceder a uma política agrária, se a terra é fundamental, embora, segundo disse o Dr. Fábio Meireles, ela represente 08% do custo da produção.

Gostaria de indagar, também, desde que ficou constar, aqui, que o estoque de terras públicas e devolutas chegaria a 114 milhões de hectares, se na ótica da Confederação Nacional da Agricultura seria viável, factível e até justo, utilizar, hoje, as imensas propriedades do Exército Nacional, que estão rigorosamente ociosas e que outrora eram destinadas, quando a Cavalaria era a principal arma do nosso Exército, a manobras de adestramento militar, e que hoje, principalmente no meu Estado, o Rio Grande do Sul, cujas fronteiras agrícolas estão virtualmente esgotadas, representam um percentual elevadíssimo. Mencionaria apenas um exemplo, para ilustrar melhor a minha afirmação: Na fronteira Oeste, onde predominou durante muitos anos, exclusivamente, a pecuária, que hoje está de algum modo introduzindo, de forma até racional, a produção de grãos, existe uma propriedade do Exército chamada "Rincão da Codelaria" ou "Codelaria do Rincão, com cerca de 18 mil hectares, doados pela então Intendência Municipal de São Borja, ao Exército

Nacional, para que lá se instalassem guarnições federais; é um Município que faz fronteira com a Argentina. Pois bem, esta terra foi cedida graciosamente pelo Exército Nacional, foi doado pela Intendência Municipal, e hoje o Exército lá sediado, não utiliza mais do que um terço dessa área para as manobras de adestramento militar, os outros dois sendo arrendados a terceiros. O que significa que a área para fins militares está realmente ociosa, mas esses terceiros, estranha a paradoxalmente, não são agricultores sem terra ou com pouca terra, são grandes proprietários rurais. Reiterados requerimentos feitos à Mesa da Câmara dos Deputados, neste sentido, para saber quem são os arrendatários, se houve licitação, qual a forma de pagamento, qual o tempo de duração do arrendamento, foram simplesmente ignorados pela Mesa da Câmara dos Deputados. Ora, quem pergunta quer saber. Então, gostaria de saber se a Confederação Nacional da Agricultura não concordaria...

O SR. CONSTITUINTE RACHID SALDANHA DERZI — Ignorados pela Câmara ou não respondidos?

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — A Presidência até hoje, alegando que não foi possível reunir o colegiado para despachar, ou não aceitar o requerimento, diz que ele está num processo de congelamento, uma espécie de projeção do "Plano Cruzado".

O SR. CONSTITUINTE RACHID SALDANHA DERZI — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Mas perguntaria se dentro dessa visão de que os 114 milhões de hectares de terras públicas e devolutas têm que ser objeto da reforma agrária, se a Confederação Nacional da Agricultura não concordaria que essas terras do Exército Nacional, rigorosamente ociosas, não poderiam ser utilizadas para efeito de reforma agrária? Porque afinal, é justo — não creio que seja — que banqueiros, grandes empresas estrangeiras, profissionais, liberais, muito bem localizados na vida econômica financeira, detenham hoje grandes extensões de terra, enquanto 10, 11, 12 milhões de agricultores perambulam pelas estradas e pelos corredores dos latifúndios em busca de um inatingível pedaço de chão, estejam aí famintos, esfarrapados vivendo como párias, será justo também que as terras que não estão sendo usadas para manobras militares, sejam utilizadas com uma finalidade social.

Queria apenas fazer mais uma indagação: o nobre Constituinte Rachid Saldanha Derzi lembrou aqui, um dos empresários modelo do meio rural brasileiro, Sr. Olacir Moraes, se no Rio Grande há também, um de dimensões menores, de Eúrico Ribeiro; um grande agricultor? Na verdade isso é uma exceção à regra; a regra não é essa. A regra é que essas terras, como provam as estatísticas, embora desatualizadas, estão estocadas sem produzir um pé de mandioca, um pé de milho, num país que tem fome de alimentos, ou que quer dizer que a reforma agrária deve anteceder à política agrícola ou ser detonada simultaneamente com a política agrícola, que dê suporte a quem está fixado nela.

Então, perguntaria se os Srs. concordam em que haja necessidade de uma definição, pela Lei

Maior, da limitação da propriedade? Digo isso porque, ontem, esteve aqui um homem que se inclui dentre os casos de exceção à regra, o Sr. Ariosto Ariva, que é um colonizador conhecido e que provou para nós que, nos três projetos de colonização que estão sendo executados sob a sua supervisão, há 12.000 famílias vivendo razoavelmente bem e muito bem, em relação à média do agricultor brasileiro, em 600 mil hectares, o que significa uma média por propriedade de 50 hectares. Então, se é possível produzir em 50 hectares, por que precisamos abrir mão de um dispositivo legal, e que permite entre outras coisas, que a Manasa detenha 4 milhões e 300 mil hectares? É isto e fico muito grato à generosa atenção dos Senhores.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — Sinto-me muito honrado, em responder ao eminente Líder, Constituinte Amaury Müller, e começaria afirmando aquilo que já firmamos: É imprescindível um novo e urgente recadastramento pelo Incra. Segundo: o zoneamento agrícola é uma exigência nacional para não se jogar os parques recursos nacionais sem resultados produtivos. E se afirmar que a política é apenas distributivista de terras, não há como aceitá-la. Não podemos fazer o assentamento, como já afirmamos, domiciliar. Mas é imprescindível adotar uma política agrícola, senão primeira, pelo menos simultaneamente com o processo fundiário reformista. Acredito que aí, pelo menos as dúvidas que os nossos antecessores deixaram, a Confederação Nacional da Agricultura não está deixando, de acordo com a resposta que demos ao Líder Constituinte Amaury Müller.

Por outro lado, a proposta de plantarmos e colhemos 100 ou 150 milhões de toneladas, é um desafio gigantesco para o País. Primeiro porque não temos como armazenar, precisamos hoje de sacarias para colhemos a safra de 65 milhões de toneladas, mas sequer os Governos se preocuparam em adotar uma postura da Confederação Nacional da Agricultura, que era estabelecer adidos agrícolas nos países mais importantes para a agricultura brasileira, tanto no seu campo tecnológico, no seu avanço tecnológico, como também no setor das exportações dos produtos primários. Não temos, na realidade, uma tradição de exportação.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — V. Sa. me permite um aparte?

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Com muita honra.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — A alegação tem sido de que não há recursos para dar suporte financeiro a este tipo de proposta. Gostaria de lembrar que neste País, estranhamente, existe um programa nuclear paralelo ao programa oficial, secreto e militarizado, com contas clandestinas por onde fluem recursos incalculáveis. Ainda agora se soube que existem pelo menos duas contas chamadas Delta 3 e Delta 4, que manipulam recursos superiores a 1 bilhão de dólares, presumivelmente. Mas se há Delta 3 e Delta 4, certamente haverá Delta 1 e Delta 2. E por que logo Delta, que é a quarta letra do alfabeto grego? Haverá, quem sabe, Alfa 1, Alfa 2, Beta 1, Beta 2, Beta 3, Gama 1, Gama 2, Gama 3?

Então, a grande indagação que se faz é essa: quando se onera, com os chamados empréstimos compulsórios, com elevação de tributos, o já sacrificado contribuinte brasileiro, e se permite um escândalo dessa natureza, de contas secretas para um programa igualmente secreto, militarizado como não se pode exigir recursos para a agricultura? E não andarmos de pires na mão mendigando, mas exigindo direitos, afinal não se mendiga mas porém se os exigem.

Muito obrigado.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — Continuando a responder às arguições do eminente Líder, gostaria de afirmar, que torna-se fundamental criar no País aquilo que já foi proposto ao longo dos anos, pela Federação de Agricultura do Estado de São Paulo, e encampado pela Confederação Nacional da Agricultura, a criação de um banco de fomento agrícola nacional, que o Governo estimularia nos seus primeiros anos, mas que os recursos deviam ser alocados pela própria agricultura. Este banco teria recursos próprios, seria um banco social, um banco que estruturaria uma agricultura sadia, poderosa, competitiva, produtiva, e também corrigiria as distorções. Tudo isso já foi encaminhado. Depende, evidentemente, sempre da filosofia dos governos, e aí a força da representação agrícola não tem conseguido vencer, ou transmitir talvez adequadamente as suas idéias.

Na outra alocação do Líder, Constituinte Amaury Müller, já existe uma legislação sobre terras ociosas ou improdutivas, e entendemos que quem pode e deve definir, em termos de assuntos do Governo ou de segmentos ligados ao Governo, é o próprio Governo. Nós o que temos procurado é afirmar que é impossível permitir-se, e não se deve permitir, é um erro estratégico. Adotando um sistema totalmente destrutivo do setor produtivo seria mexer nas terras produtivas da agricultura, onde o homem está assentado, onde ele produz com competência, onde ele tem trabalhadores a um nível adequado para as necessidades conjunturais desses segmentos. E estamos vendo distorções gravíssimas quando o próprio INCRA procura discutir, desapropriar terras produtivas, terras que estão produzindo alimentos, produzindo lácteos, uma série de produções, inclusive absorvendo mão-de-obra. E sabemos que a lei, como já afirmamos, não permite que essas Comissões Agrárias sequer discutam onde os laudos confirmam o seu índice de produtividade elevado.

Como afirmei, ocorreu recentemente em São Paulo, cujo laudo mostrando que era uma empresa produtiva, quase 100% de produtividade, foi feito pelo próprio INCRA de São Paulo. São essas distorções que entendemos totalmente erradas.

Há o aspecto final da nossa resposta: o que se precisa, realmente, eminente Constituinte é conscientizarmos-nos de que a realidade nacional é outra. Queiramos ou não, a falta de recursos é latente no Governo; sequer ele consegue cumprir um decreto que assinou: de pagar o preço mínimo que ele mesmo estipulou e que sabemos que está aquém do custo. Ele não cumpre aquilo que ele decidiu, que aprovou, que contratou na sua própria decisão. Como nós agricultores estamos aqui defendendo, não só uma política justa para os trabalhadores, mas principalmente junto aos trabalhadores, o microprodutor rural, o médio produtor rural, o pequeno produtor rural. Haja

vista que inúmeras Federações filiadas à Confederação Nacional de Agricultura, prestam inclusive uma parte de assistência social aos próprios trabalhadores.

Apenas como exemplo, para provar isto, afirmar que a Federação de São Paulo tem mais de 200 ambulatórios e equipes odontológicas atendendo os trabalhadores, e os micro e pequenos proprietários, até assistência tem se dado nesses campos. O que há, realmente, é uma distorção do processo do Governo naquilo que ele mesmo aprova e não cumpre. As metas aprovadas no ano passado pelo Governo José Sarney sobre agricultura não foram cumpridas. Os VBCs não foram liberados a tempo e hora, então, como vamos, nessa hora, desestimular, aí vem um ponto fundamental, aqueles que ainda têm coragem e disposição de plantar a terra e colher até com prejuízo? Já não é um desafio para esses produtores abastecerem 135 milhões de brasileiros? Então a nossa presença aqui é realmente contributiva e não somos contra pontos de vistas divergentes dos nossos, por isso que está aí a nossa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>

Com a palavra o nobre Vice-Presidente Fernando Santana, que era o último, mas com a nova inscrição é o penúltimo orador inscrito.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Preferiria ser o último porque, segundo a Bíblia, os últimos serão os primeiros.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Então, darei rapidamente, a palavra ao nobre Constituinte Ivo Mainardi.

O SR. CONSTITUINTE IVO MAINARDI — Gostaria de fazer apenas uma pergunta rápida: chamo aqui o testemunho, para esta minha pergunta, da única jornalista presente quando da nossa viagem a Recife, a Sr<sup>a</sup> Fátima, e o meu querido colega Sr. Santana; e agora acaba de chegar o Constituinte Edison Lobão que também esteve presente. Estivemos visitando um assentamento em Recife, uma reforma agrária que estão fazendo lá, dirigida pelo Incra; e antes de formular a pergunta me permitiria dizer que sou do Rio Grande do Sul e na minha região, o centro do Rio Grande do Sul, Santa Cruz, Sobradinho, Candelária, Arroio do Tigre, nessa região está ocorrendo um dos maiores êxodos rurais já vistos em toda a existência daquela área. Lá os agricultores são proprietários de 12, 15, 18, 20, até 30 hectares, agricultores com tradição que não conseguem sobreviver com essa área, estão abandonando, vendendo, porque plantaram muito milho, que teve o preço fixado em 120 cruzados; eles não conseguem vender seu milho por mais de 40 ou 50 cruzados.

O que me preocupa, Senhores Expositores, foi o que eu vi em Pernambuco — e por isso chamo o testemunho do meu colega — e é esta a pergunta que faço: assistimos uma distribuição de terras, uma reforma agrária, onde está se dando a cada colono 4 hectares, 40 mil metros quadrados. A minha pergunta é esta: é possível um colono, um agricultor, pai de 4, 5, 6 filhos, sobreviver com uma área de 40 mil metros quadrados? Esta é a Reforma Agrária que assistimos em Pernambuco, em Recife. Aqui está a nossa jornalista Sr<sup>a</sup> Fátima que testemunhou, fotografou e escreveu.

Porque lá na minha região onde se planta fumo, por exemplo, e o fumo se colhe em grande quantidade, em pequena área, o nosso colono não consegue sobreviver. Que reforma agrária estamos fazendo no Brasil?

Confesso que foi a primeira viagem que fiz junto com a minha Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária; assistí a essa de 4 hectares. Estou preocupado, Srs. Expositores, porque temos a grande responsabilidade de fazer uma reforma agrária. Como, eu e o Constituinte Amaury Müller voltaremos ao Rio Grande do Sul dizendo que conseguimos fazer o que está aqui nesta Subcomissão? Estou preocupado, Srs. Expositores, porque, por enquanto, graças a Deus, o nosso colono, o nosso homem que fugiu da colônia, foi obrigado a sair, estão invadindo casas ainda desocupadas. Lá no Rio Grande do Sul tínhamos 4 mil casas fechadas, no Município de Cachoeirinha que foram invadidas. Em todos os Estados está acontecendo isso, mas felizmente, por enquanto estão invadindo casas desocupadas, terras desocupadas. Tenho medo que isso venha a acontecer — e esta é a minha preocupação — que eles comecem a invadir casas ocupadas, por enquanto, estão invadindo casas desocupadas, terras desocupadas. Tenho medo que isso venha a acontecer — e esta é a minha preocupação — que eles comecem a invadir casas ocupadas, habitadas, terras plantadas, e comecem a invadir essas terras para colher o que tem lá dentro. Por isso temos uma grande responsabilidade. Estamos defendendo aqui, também, não só o pequeno, estamos defendendo o grande, porque agora é a oportunidade de se fazer a reforma agrária, dando a essa gente que não tem nada, um pouco daqueles que têm muito, com pagamento à vista, com títulos, não importa a maneira, porque estamos, com isso, também defendendo o grande latifundiário, o grande proprietário, pois tenho medo que os grandes venham a ficar sem nada também.

A minha pergunta então: é possível se fazer reforma agrária dando e assistindo até o proprietário com 4 hectares?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Muito grato, Constituinte Ivo Mainardi.

O SR. GUILHERME PIMENTEL — Constituinte Ivo Mainardi, parece-me que essa é reforma de dar domicílio, para o indivíduo dizer que mora no meio rural. Diria a V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: o Estatuto da Terra tem duas figuras que ele tem o cuidado especial para evitar que continuem existindo — latifúndio e o minifúndio. Por que o minifúndio? Porque, de fato, gera miséria, pobreza, não evolui ninguém e a propriedade que se aceita é a propriedade familiar; esta, que é a preferida pelo Estatuto da Terra tem necessariamente, de ter um potencial de ocupar pelo menos o marido, a mulher e 2 braços suplementares — 4 forças de trabalho. Evidentemente que sobre 2 hectares, para qualquer tipo de cultura, isso é uma loucura, não tem nem sentido; essa é a verdade. Não podemos acreditar nisso. Deveria ser responsabilizado quem está fazendo um negócio desse dizendo que isso é reforma agrária.

O SR. CONSTITUINTE IVO MAINARDI — Sr. Presidente, só para complementar. Estão aqui os Constituintes Fernando Santana e Edison Lobão que assistiram — fiquei boquiaberto quando to-

mei conhecimento — o Incra desapropriar, em Recife, 956 hectares de terra, sendo que 506 hectares daqueles 900 hectares são intocáveis, fazem parte de uma reserva do IBDF. Mas, pelo amor de Deus. o que é aquilo? Desapropriaram 952 hectares e destes 952 hectares, 506 não podem ser tocados, porque pertencem ao IBDF — é uma reserva florestal. Sinceramente estão brincando de reforma agrária neste País! Foi isso que assistimos na terça-feira, em Recife.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Com a palavra o nobre Constituinte Fernando Santana, último orador inscrito.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Quanto à informação do nosso querido colega Ivo Mainardi, ela é real, mas de qualquer forma preciso acrescentar algumas outras informações. Primeiro essa que já foi dada, ou seja, em 952 hectares, 560, mais ou menos, foram reservados, não apenas pelo IBDF, mas como garantia dos mananciais hídricos que são fornecedores de água a Recife. A meu ver é legítima essa defesa ecológica para garantir água. Segundo, a área desapropriada corresponde a um latifúndio de 6 mil hectares, quase 7 mil. Ora, não fosse a reserva obrigatória para defesa dos mananciais, ao invés de 4,5 a 5 hectares, aquelas 80 famílias teriam mais de 10 hectares; são 83 famílias apenas. Se se desapropriasse não apenas 960 mas toda a área chamada latifúndio Lundgren, que está em Recife, são 6 mil hectares, evidentemente que dada a proximidade de Recife, e ali vai ser destinado à produção de hortigranjeiros, evidentemente que com 10 hectares uma família teria uma produção suficiente, porque o módulo, naquela área, não é muito superior a 10 hectares. S. Ex<sup>a</sup> está informando realmente o que vimos, mas há estas informações complementares.

O SR. CONSTITUINTE IVO MAINARDI — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Com muito prazer, nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE IVO MAINARDI — Mas, se esta área de 562 hectares garante o manancial de água naquela região ela não poderia ter sido desapropriada, não poderia ter sido entregue a esses agricultores. O INCRA não poderia pagar 900 para receber 400. Se tem 6 mil o restante da área, porque escolher logo esta onde temos 500 hectares? Isso é brincadeira!

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Nobre Constituinte, não estou contestando as suas informações, mas dada a carência de terras, no grande Recife, quero informar também à Subcomissão que esses assentados defendem de armas na mão, essa área que lhes foi dada, porque eles acham que irão ter uma vida melhor. Não estou defendendo que 4,5 hectares ou 5 seja o limite, porque varia entre 4,5 e 5,5, mas dadas as condições locais, desses mananciais que fornecem água a Recife — não é nem exigência do IBDF, é exigência de uma lei do Estado de Pernambuco. Agora, evidentemente, que a situação melhoraria bastante — também não sei se o INCRA desapropriou 900 e só utilizou 400 e pagou 900, também não é do nosso conhecimento; não fiz essa pergunta, talvez seja até possível que isso tenha ocorrido, mas quero informar à Subcomis-

são que esta área de 962 hectares faz parte de uma propriedade de mais de 6 mil hectares que está também sem nenhum uso, apenas como reserva de mercado. Evidentemente, aí a política deveria ser de desapropriar mais, defender os mananciais, o que é ecologicamente correto, e aumentar a propriedade da família. Isso é que irá acontecer.

O Dr. Meireles, complementando a informação do dirigente Flávio Brito disse: a miséria absoluta está nas periferias, e esta miséria absoluta, evidentemente, que dividindo-se a renda nacional por toda essa miséria de milhões, baixa sensivelmente aquilo que se chama renda **per capita**.

Estou de acordo com a formulação de V. S<sup>a</sup> mas perguntaria: de onde se originou essa miséria absoluta nas periferias da cidade?

Farei outras perguntas. O Dr. Flávio Meireles aplicou a expressão revolução cultural. Naturalmente não a entendemos no sentido mao-tsetunguiano da palavra, mas S. S<sup>a</sup> talvez quisesse dizer que, a nossa revolução cultural deve ser a educação mínima que se deva dar ao homem do campo, principalmente desde a escola primária. Há poucos dias, usei aqui uma expressão que a escola primária no Brasil é expulsora, porque ela ensina três coisas: ler, contar e escrever, mas não liga o homem ao seu ambiente, e isso desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas. É preciso, então, também, que se comece a revolução cultural a que V. S<sup>a</sup> se refere, mudando ou regionalizando a instrução do Brasil.

Naturalmente que essas três coisas são fundamentais — ler, contar e escrever — mas ao lado disso é preciso que cada região, em cada escola primária, dê ao aluno conhecimento básico da sua vida, do seu meio e das suas condições de vida, que ele não seja um migrante natural. Gostaria de saber se essa expressão "revolução cultural" que V. S<sup>a</sup> tão bem aplicou aqui, está sendo interpretada por mim corretamente ou se é no sentido mao-tsetunguiano do termo.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — Falouse em incentivos fiscais para as multinacionais, e nós fomos um dos autores da lei da SUDENE, e esta lei, quando a fizemos, só se premiava a empresa nacional. Quando a lei foi elaborada, em 1959, no Rio de Janeiro, no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, não havia nenhuma destinação de incentivos fiscais a empresas estrangeiras. Depois veio a Sudam, e por um passe de mágica, esse incentivo que é tirado do Imposto de Renda, que é do povo brasileiro, foi extensivo às empresas multinacionais, com o que nós estamos inteiramente em desacordo. Perguntamos aos Srs., que são representantes do chamado Patronato Nacional, se acham que o País deve continuar dando incentivos às empresas multinacionais?

Disse o Dr. Guilherme Pimentel que não se abandona o homem depois de assentado. Estamos inteiramente de acordo. E também até achamos que o custo da terra não é de 10%, num projeto completo de reforma agrária, mas talvez baixe um pouco, para 8%. Nós queremos deixar muito claro que sem esses 8%, não se terá, de modo algum, a reformulação da propriedade fundiária, neste País. E o que representa a terra, sendo tão pouco é absolutamente indispensável. Porque não se pode fazer nenhuma mudança na estrutura fundiária sem modificar a estrutura da proprie-

dade, no Brasil, que é uma herança de 4 séculos, uma herança de 20 séculos, que é uma herança de 40 séculos que os romanos criaram. Basta dizer que — e quem vai a Roma vê — do Coliseu, andando-se na direção à direita vê-se um mapa do norte da África que vai crescendo até chegar ao máximo do domínio romano no norte da África. Pois bem, toda aquela região que era imensa, apenas 3 famílias da nobreza romana eram os proprietários daquelas terras.

Esse latifúndio foi transmitido, como base da civilização, à Península Ibérica. E nós, como filhos, criados pela Península Ibérica, tivemos a herança do latifúndio, através de Roma e através da Península Ibérica, que nos colonizou e deixou aqui essas propriedades imensas como norma de exploração fundiária.

Gostaria de saber de V. Ex<sup>a</sup>, que são homens competentes e preparados, se existe no mundo algum país que, inicialmente, tenha conseguido uma expansão do ponto de vista capitalista em cima da propriedade latifundiária?

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — O nosso representante da Igreja, felizmente a nossa Subcomissão tem até a Igreja, a Comissão está completa. Ele afirmou e estou de acordo, ao mesmo tempo, em que ele pede a intervenção do Estado na assistência à agricultura garantindo preços mínimos compatíveis com o dispêndio que o homem faz, e que esses preços sejam superiores. É razoável, porque ninguém vai querer produzir para receber exatamente o que gastou. Não é possível. Ele tem que ter uma margem de lucro. Não é possível. Enquanto ele defende a intervenção do Estado no mercado, para garantir o preço agrícola, ele é um livre cambista, e um homem que faz parte do grupo que defende a livre empresa e a economia de mercado. Gostaria que o nobre colega estivesse aqui, porque há uma contradição. Acho que o Estado deve intervir e dar preço justo à agricultura, mas também é necessário que o Estado veja, e que os agricultores percebam que há uma luta de brasileiros contra as chamadas multinacionais que nos fornecem os insumos, os pesticidas etc., e que aumentam exageradamente o preço, incentivando, de propósito ao consumo excessivo, desnecessário. Esses preços que as multinacionais sempre elevam, entram no custo da produção do nosso pequeno, do nosso médio e do nosso grande agricultor. Enquanto os nossos produtos, nas relações de trocas internacionais caem violentamente de preços, cai o cacau, cai a soja, cai o açúcar que custavam 1.600 dólares a tonelada e está por 160 dólares a tonelada. Há entre nós brasileiros um compromisso histórico que é o de tomar este País realmente independente e que ele possa ter uma economia tão firmada nos próprios alicerces que independa dessas oscilações, independa desse chamado empréstimo externo. Quando se toma emprestado tendo condições de se pagar o principal e os juros, este empréstimo é razoável. Assim como na agricultura, hoje, não se pode pagar, porque os juros subiram a uma escala tão alta que não correspondem, de modo algum ao que o produtor vai ter, talvez nem 10% desse lucro, também no plano internacional, quando se impõe aos países do Terceiro Mundo, um juro acima daquele que se pode pagar, está-se destruindo esse Terceiro Mundo, por dois caminhos: na relação de trocas que é desfavorável para nós

e na cobrança de juros excessivos, extorsivos, que aumentam sem que os empréstimos aumentem. Segundo Herbert Levi, que é um homem suspeito, no início da Legislatura de 83, aqui se fez um levantamento, através de computador considerando um patamar de juros de 6%. Porque todos os nossos contratos são de 5 e 6%. Há uma cláusula em todos eles de flutuação. Ele fez a sua simulação considerando esse patamar de 6%, além dos 5%. Pois bem, se os juros internacionais não tivessem tido as oscilações tão violentas que tiveram, nós não teríamos na dívida, segundo ele, 45 bilhões de dólares, já em 83, embutidos como juros não pagos. Nós somos espoliados por dois caminhos: no comércio internacional, quando nós vendemos os nossos produtos, sempre a preços mais baixos, e compramos deles sempre a preços mais altos; e por outro lado a espoliação da banca internacional. Por efeito do grande déficit americano em torno de 700, 800 bilhões de dólares ao ano, eles combatem o nosso déficit público e querem que nós o zeremos. Lá o déficit público cresce assustadoramente, e isso eleva a taxa de juros no mercado internacional. São dois pesos e duas medidas.

Gostaria de saber, nessa questão macroeconômica, como pensam os Senhores? Se nós devemos nos submeter a esse processo espoliativo ou se devemos lutar, como bons brasileiros, para que esse quadro, não só no que concerne ao comércio nacional, como também ao setor financeiro, não sofra mudanças substanciais, de tal modo que, nós, do Terceiro Mundo, poderemos um dia erguer a cabeça e nos afirmar com soberania e independência, de verdade?

**O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER** — Se o Presidente me permitisse, não ouvi a palestra dos Srs., mas eu estou formulando questões em cima das respostas que os Srs. deram. Talvez se eu tivesse ouvido a palestra, eu tivesse condições de formular questões mais objetivas.

Há, realmente, no Brasil um processo de concentração de propriedades e aqui, na nossa frente, está um quadro de 1985, onde se vê que apenas 3,7% das propriedades do País, cadastradas como 4,4 milhões, detinham 66% da área. Enquanto as menores propriedades, as restantes, ou seja, 96,3% ficariam com 34% da área, distribuídas desde 1 hectare até 500 hectares.

Realmente este quadro mostra que é indiscutível a concentração. Ela é uma herança histórica; o latifúndio é uma tradição da vida social brasileira e é tão forte essa tradição que há uma resistência gigantesca pela manutenção do latifúndio. Não quero me referir à exposição de V. Ex.<sup>a</sup>, mas no Brasil o que garante o latifúndio não é o poder que ele tem hoje, mas a tradição social que é uma coisa extraordinária em qualquer evolução humana. Temos uma tradição quadrissecular de latifúndios. Posso dar aos Srs., como exemplo, porque assisti quando eu era um pequeno construtor de estradas na Bahia e o IBGE homologou a Chapada da Diamantina, como área para a plantação de café, ao Governo primeiro, mandar arrancar o café — o que foi uma estupidez, e, depois, mandou plantar o café. Pois bem; nessa nova política de plantar café a Bahia deveria ser o maior pólo produtor do Nordeste para atender às necessidades do Nordeste e até para exportar. Esta é uma área imensa na Chapada Diamantina e

era conveniente mesmo porque tem uma altitude média de 1.200 m e tem um regime pluviométrico de mais de 1.000 mm por ano.

Já o povo que morava ali há 300 anos plantava café que dava durante 100 anos — não sei que diabo de café era esse — e durava mais do que cacau. Em vez do IBC — Instituto Brasileiro do Café, estudar esse café-local, que já tinha uma capacidade de resistência extraordinária e não precisava de adubo, trouxeram café de estufa, de São Paulo, para plantar na área. Assisti isso. Fiz 300 Km de estradas nessa área e assisti à latifundização mais cruel que já se passou, neste País, através dos Cartórios.

O cidadão que queria uma posse ia expandindo essa posse. Se esse infeliz morava ali há 50, 60 anos, mas ignorante, não tinha um título, então ele ia sendo absorvido por aquele outro e até encontrar na frente mais um outro.

Temos fazendas lá, de 3 milhões, 2 milhões de pés de café. E como os incentivos eram muitos e os juros baixos, eles se davam ao luxo, os grandes fazendeiros de ter 10 ou 12 caminhões, que saíam pela manhã cedo, pegando esse pessoal — que foi expulso das áreas, as chamadas vilas dormitórias, as cidades dormitórias — cedo, 7 horas da manhã; e às 4 da tarde retornavam com eles novamente ao local.

Eu assisti, em menos de 5 anos, o processo de expulsão violenta do homem do campo. Eu acho que o problema do latifúndio deve ser, por parte dos Srs. e de todos nós, combatido por uma maneira de se desamarrar o País, de se liberar o País, de se permitir que esta Nação crie, realmente, um mercado interno; que essas periferias não se encham de milhões e milhões de brasileiros, famintos, desgraçados. Por exemplo: saltei outro dia em São Paulo, em Guarulhos, para um programa de televisão, e ao passar pelo Tietê, vi as piores favelas deste País, as piores, as mais miseráveis. Não é possível! Isso tudo resulta dessa migração, que eu não acredito que seja por vontade própria do homem que abandona o campo e isso daí foi citado pelo Constituinte Oswaldo Lima Filho.

Temos um estudo desse Jorge Martinez, que é um cidadão canadense, naturalizado brasileiro, da SEPLAN, que fez esse estudo, a começar no Governo do General Geisel, que levou 10 anos e terminou no Governo do General Figueiredo. Nesse estudo ele mostra que, num período de 20 anos, 32 milhões de brasileiros saíram do campo para as cidades, mais do que a população da Argentina. E ele não fez apenas um levantamento estatístico da migração, ele aprofundou o assunto indagando as razões por que o cidadão havia deixado o campo. Fiquem os Srs. pasmos! Pois 85% das respostas foram as seguintes: "nós não queríamos deixar o campo; nós fomos expulsos; nós fomos tirados — a polícia nos botou para fora.

E nesta época, os Srs. devem saber que o Governo, ao invés de enfrentar o problema, aplicando o Fundo de Garantia de Trabalho na agricultura, criou a falsa indústria da construção, para dar mão-de-obra a essa gente que, só, miseravelmente, poderiam ser o quê? Ajudante de pedreiro. Porque o homem que sai do campo, no Brasil, não tem instrução nenhuma; não é um alemão. Nós não tivemos urbanização, os Srs. me perdoem, não houve um processo de urbanização.

Porque o processo de urbanização, em qualquer país do mundo, resulta de um grande desenvolvimento na indústria, no comércio, nos serviços, nos bancos, etc. Então essa mão-de-obra vem para um trabalho melhor e para um ganho maior.

No Brasil, a urbanização se deu através da proletarização, da humilhação, da perda total dos valores humanos e morais que esses homens traziam dos seus ambientes. Esses 70% da chamada urbanização brasileira é falso. Infelizmente, nós não fomos urbanizados. Porque a urbanização que se processa nos grandes países como os Estados Unidos, na Alemanha, não se deu por isso. Foi o inverso. Esses homens saíram para um emprego melhor, para um ganho maior e com uma educação suficiente para, em 30 dias, fazer uma simples reciclagem e se tornarem operários especializados. O que não acontece entre nós.

Criou-se o BNH para atender a essa grande massa. E basta dizer o seguinte: no Rio de Janeiro, em 1960, nós tínhamos 61 favelas cadastradas, em 1980, 486; quase 8 vezes mais. Faltaram apenas 2. Se eu multiplicar 61 vezes 8, tenho 488; em 80 registraram-se 486, apesar de o BNH ter uma ação grande no Rio de Janeiro, desde a sua criação em 1964, porque a sua Presidente inicial foi a Constituinte Sandra Cavalcanti, carioca, e fez questão de ampliar ao máximo a aplicação de recursos no Rio e em todo o Grande Rio. Pode-se dizer que entre 61, 64 e 80 pelo menos 1 milhão de unidades de baixa renda foram construídas, mas mesmo assim as favelas cresceram 800%.

Evidentemente que nós estamos num processo de desestabilização do Brasil. Acho que a reforma agrária é uma questão até patriótica; além de ser econômica, além de ser a maneira de se conseguir dar o máximo de trabalho a milhões de homens que estão sem trabalho, é também uma questão de segurança nacional. Não segurança, no sentido de se prender as pessoas, como se interpretou durante 20 anos, a chamada Segurança Nacional. Mas segurança, no sentido de permitir que o Brasil seja, realmente, no futuro, um País com todas as dimensões, inclusive com uma grande agricultura. Pelo caminho em que nós vamos, vamos ficar sem gente no campo e com miseráveis na cidade.

Desculpem, pelo amor de Deus. A chamada violência resultou disso; resulta disso. Hoje, a grande violência das cidades, em que as nossas casas são prisões, os apartamentos nos nossos dias devem ser cercados; eles, têm uma portaria; a pessoa só entra se se identificar. Na nossa casa, na Bahia, tive que colocar grades em todas as varandas, colocar dispositivos de segurança nas portas, numa cidade que era tranqüila. Lembrome do meu tempo de estudante, eu saía de casa e ia à praia e, no final da noite, pela madrugada, depois de dançar com as moças no cassino, ninguém se incomodava, ninguém se lembrava que havia assaltantes, nós íamos, nós, para tomar banho na praia e ver o sol nascer. Hoje, ninguém se abalança, na Bahia, a parar um carro numa praia; ninguém. Essa violência vem também desse processo de êxodo no campo.

Para não continuar ouvindo a sirene do Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi)** — É que V. Ex.<sup>a</sup> já passou de muito o seu tempo.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — ...quero cumprimentar a presença de V. Ex<sup>a</sup>, nesta Casa, e solicitar-lhes, se possível, nessa despreziosa e desarrumada intervenção que acabamos de fazer, algumas respostas sobre questões que consideramos básicas.

O SR. CONSTITUINTE IVO MAINARDI — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Vice-Líder, Vice-Presidente.

Eminente Constituinte Fernando Santana, nós vamos procurar responder as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — O nobre conferencista Dr. Pimentel tem necessidade de sair, por causa do horário de saída do seu avião. Agradecemos a sua presença e brilhante exposição. Mas, o Dr. Meireles ficará aqui.

O SR. GUILHERME PIMENTEL — Pois não, Sr. Presidente, que os céus o tratem bem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE IVO MAINARDI — Vou procurar responder as perguntas de minha competência e outras que porventura ficarem sem respostas, desde que sejam argüidas novamente pelos constituintes ou dúvidas que ficaram as responderemos, com prazer.

Em primeiro lugar, entendemos que a colocação de V. Ex<sup>a</sup> sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço para a área rural é importantíssima; é até uma justiça que se pratica para o trabalhador rural. E a Confederação, ao longo dos anos, sempre procurou defender essa posição, mas lamentavelmente a área dos trabalhadores nunca julgou esse processo adequado.

Há um ponto em que estamos de pleno acordo. É com referência à erradicação das lavouras de café. Elas realmente ocorreram no ano de 1961 e naquele ano o Primeiro-Ministro era Tancredo Neves. E o Ministro da Indústria e Comércio é o atual Presidente do PMDB, Constituinte Ulysses Guimarães. Isso gerou a maior distorção na agricultura do Centro-Sul do País; mais de 1 bilhão de pés de café foram erradicados. O pequeno, o micro e até o médio cafeicultor foi abandonado à sua própria sorte. Muitos quebraram e tiveram que entregar as suas terras a qualquer preço; os trabalhadores só tiveram uma alternativa: ir para o campo.

Esse é um processo histórico e eu o abordei na Confederação Nacional da Agricultura, quando da campanha das eleições para Presidente da República há 2 anos e poucos meses passados. Recebemos um mensageiro, em São Paulo, que dizia falar em nome dessas duas ilustres autoridades e, nos informava de que havia uma pretensão de ajustar a economia agrícola para corrigir essas distorções lamentáveis, ocorridas contra os empregados e empregadores.

Realmente, aí foi um ponto terrível contra todo o segmento da agropecuária, principalmente do Centro-Sul do País. Aquilo a que nós nos referimos de revolução cultural explicitando a nossa expressão, uma expressão de impacto que nada poderia haver com a Revolução Cultural de Mao Tsé Tung, que por sinal hoje é condenada na própria China. Não quero entrar no debate do assunto, porque foge evidentemente à matéria de hoje; mas o que nós queríamos, ilustre Constituinte era a modificação dos currículos e mais,

a profissionalização verdadeira do homem do campo, do trabalhador, descobrir a sua vocação.

Não adianta, realmente, à atividade econômica ou de trabalho colocar um homem que tem outras aptidões ou outra vocação. Ele vai fracassar e vai comprometer os próprios investimentos. Esse processo de profissionalização, essa modificação curricular é o fundamental.

Uma outra argüição de V. Ex<sup>a</sup> é, se no mundo, houve algum êxito em reformas agrárias.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, eu perguntei se V. Ex<sup>a</sup> poderia me dar um exemplo de um País que tivesse feito um grande desenvolvimento na base do latifúndio.

O SR. CONSTITUINTE IVO MAINARDI — Eu diria que, dentro desse campo tivemos, até certo ponto, duas soluções positivas. Uma delas ocorreu depois da Guerra de 45, no Japão, quando o General Douglas McArthur comandava todas as forças do Pacífico, inclusive o império japonês; ele, pelo poder militar de comando fez a primeira reforma agrária que ocorreu naquele país. É bem verdade, que se deve analisar dois aspectos fundamentais: o poder de força e os recursos americanos.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Nos anos militares.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — Exatamente. Nos anos militares. E com recursos dos dólares americanos, não abandonou, nesse processo, o tradicional japonês que tinha, na sua atividade, o campo da agropecuária. E diziam já, os especialistas da época, que aquela reforma agrária era imprescindível para o Japão, mas que não se poderia fazer pelo estágio da agricultura americana, ela não serviria, aquela reforma agrária, para os Estados Unidos. Porque ela já vinha de um processo de assentamento nas terras desérticas da região de todo o Mississipi que, hoje, é um dos campos mais produtivos do mundo.

Um outro país que também teve êxito foi Formosa, do Chiang Kai-Shek. Mas, lá, o americano também aplicou num país pequeno, talvez quase 300 vezes menor do que o Brasil, mais de 1 bilhão de dólares. Por aí, V. Ex<sup>a</sup> vê a importância, quando se fala em assentamento, de uma política consistente e, principalmente, de um apoio maciço de recursos. O que lamentavelmente e tristemente não ocorre hoje, em termos de Brasil. Daí o espírito criativo de todos nós para podermos ajustar a política agrícola e a política fundiária, numa demonstração que nós procuramos — e estamos realmente procurando, como está procurando esta Subcomissão, como procura V. Ex<sup>a</sup>, como procuram todos os membros — assentar uma política fundamental que ajuste realmente o processo fundiário!

Uma outra argüição de V. Ex<sup>a</sup> é sobre os incentivos fiscais, se deveriam ou não continuar a ser feitos às multinacionais. Provavelmente, no passado esses incentivos fiscais até se justificavam, pela necessidade de ampliar o campo econômico nacional. Haja vista que foi também adotado o incentivo fiscal no campo da produção de laranja; chegou um período em que a árvore que produzia laranja era tida como incentivo fiscal. Isso foi importante, avançou o processo. Mas o Governo não procurou disciplinar uma série de outros inte-

resses nesse campo. Se não, vejamos: hoje temos uma poderosa produção, uma fantástica produção de cítricos no Brasil; provavelmente, este ano nós deveremos colher por volta de 260 milhões de caixas e deveremos exportá-los, hoje, como o maior exportador do mundo, mais de 1 bilhão de dólares para os Estados Unidos, quer dizer, com resultados...

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Os preços dizem que estão muito baixos.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — Mas, o americano é o grande comprador e os preços já reagiram, nestes últimos dias, e o próprio embaixador americano afirmou, numa reunião que ele manteve na sede da FAESP em São Paulo que, provavelmente, os Estados Unidos deverão comprar mais de 1 bilhão de dólares do Brasil. Mas isso tem gerado desconforto para esses produtores de laranja, por causa da grande força de um grupo concentrado de industriais que, na realidade, fazem o preço que querem e sequer cumprem a Portaria do Governo Sarney, do ex-Ministro Sayad, de setembro do ano passado, que estipulou o preço de 200 cruzados a caixa. E este ano, estabeleceu o novo preço sem sequer sentar à mesa com os representantes dos produtores. Quer dizer, a grande força oligopsonia. Isso pode acabar por destruir um processo que recebeu o benefício passado dos incentivos fiscais. Concluindo há de se perguntar, respondendo a V. Ex<sup>a</sup>: Como o Governo vai adotar, mais uma vez, estímulos fiscais, principalmente as multinacionais se, nesta ocasião não temos condições de enfrentar as nossas dificuldades internas, inclusive como ajustar as nossas dívidas externas? Não resta a menor dúvida de que, neste momento, tudo isto deve ser pensado, repensado e provavelmente reformulado.

É esta a posição da Confederação Nacional da Agricultura. Temos a convicção, Sr. Constituinte, de que não pode o Brasil, de maneira nenhuma, ainda que admitindo sermos nós devedores internacionais, admitirmos a vontade do credor, jogando nas discussões todo o seu poder, sem sequer lembrar que ele é partícipe do processo de dívida nacional, porque eles não tendo outro campo ou melhor campo na época de aplicar vieram aplicar nesta Nação e deveriam corresponder às dificuldades em que estamos hoje, inclusive colocar parte considerável dessa dívida como capital de risco, nos próprios investimentos nacionais. E não pressionar a Nação a pagar, destruindo o processo produtivo, do qual ele foi responsável, historicamente, para o nosso próprio desenvolvimento, inclusive importando a sua tecnologia às vezes até obsoleta em que foram absorvidos. Ele é também co-responsável pelo processo da dívida brasileira. Não sei, neste instante, pela sua brilhante alocação e colocação também de conceitos, de pensamentos, se deixei de lado algum ponto que deveria ainda responder.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Essencialmente V. Ex<sup>a</sup> abrangeu as coisas básicas, se bem entendi, o pensamento hoje de evitar esse estado de coisas é o de reduzir, cortar ou anular qualquer subsídio às empresas internacionais, em detrimento das grandes empresas nacionais. Apesar de ser um homem de esquerda, um marxista, acho que hoje no Brasil devemos, antes



de tudo, prestigiar a empresa nacional, nesta hora, em todos os setores.

Gostaria de deixar aqui a declaração de que, nós consideramos o setor mineral em situação muito pior que o setor da agricultura. Muito pior. Incomensuravelmente pior! Estamos praticamente num processo de valorização avançada que hoje detem mais de 40 milhões de hectares e o setor hoje detem 87% da produção, em Minas Gerais, com a Província que tem 55%. O tungstênio que é um metal, um minério extremamente importante, está sendo exportado a preços tão baixos que está pondo em risco o controle industrial brasileiro. O manganês que nenhuma tecnologia até hoje conseguiu substituir na redução de ferros de altos fornos, esse manganês de Minas Gerais que era o centro de gravidade da indústria siderúrgica foi totalmente exportado a preços de banana. A Bahia, que tinha também uma boa situação na exploração do manganês, hoje está importando do Gabão. E eu poderia continuar aqui, dando a V. Ex<sup>as</sup> uma declaração como esta que estou dando, os Srs., e o que me deixa altamente preocupado, porque mostra que estamos, no setor mineral, o estêo, o esqueleto, o alcerce, sobretudo, carreando recursos extraordinários. Só em Iguaçu nós temos 80% das reservas mundiais, e o quartzo poderia servir como um poder de barganha, para pagarmos todas as dívidas a preços baixos, porque é dele que vem todo, o desenvolvimento da indústria. E em vez de exportarmos esse quartzo como matéria-prima seria indispensável que fizéssemos aqui a industrialização. Porque o preço por quilo, quer dizer, uma grama de quartzo custa mil vezes mais que 1 quilo de quartzo para exportação como matéria-prima.

Srs. Constituintes, acho que os Srs. já devem começar a se preocupar com esse desenvolvimento tecnológico, porque é fundamentalmente, a nosso ver, a sustentação do desenvolvimento do País. E, como dizem todos os geólogos, os minérios sofrem um assalto!

Muito Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELES — Constituinte Fernando Santana, pedi ao Presidente da Subcomissão, para ainda responder a V. Ex<sup>a</sup>. Mas não seria bem uma resposta. V. Ex<sup>a</sup> afirmou ser um homem de esquerda. Mas, sem entrar no mérito das suas idéias, ou da sua ideologia, considero V. Ex<sup>a</sup>, pelo que pude apreciar hoje na sua exposição, um homem muito evoluído, que defende a empresa nacional, e, por via de consequência, defende a iniciativa privada como força, evidentemente, de ajustamento à nossa realidade. Eu havia deixado um ponto sem tocar, que são os focos de pobreza nas periferias urbanas, o que é uma prova substancial e realista mesmo, de que tudo isto ocorreu por causa de que o cachimbo faz a boca torta.

Procurou-se, nos longos anos das necessidades nacionais, arrancar tudo da agricultura, de todos os homens que laboraram a terra, sem exceção: o trabalhador, fosse emigrante ou nacional, ou migrante ou o próprio empregador; eles sobreviveram pelas suas convicções e pela sua coragem. Por isso é que entendemos que, quando se fala em agricultura não se pode dissociar; quando se fala em reforma agrária não se pode dissociar o trabalhador do proprietário, o proprietário rural do trabalhador. Porque eles estão juntos,

ao longo dos anos, e a própria competência do empregador ou do agricultor-proprietário é que gerou inclusive o aprimoramento, ainda que mínimo, daquele homem que lavrava a terra. Ele encontrou por esses conhecimentos, vindos evidentemente da área rural, condições até de sobreviver, mas sobreviveram mal. Precisa, sim, o Governo tomar conhecimento de que para se ajustar a toda essa realidade, ele não pode ajustar esses segmentos e destruir ou criar dificuldades para outros segmentos.

O SR. FLÁVIO BRITO — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos insistindo porque, para nós da Confederação, um órgão patronal rural, hoje, foi um dia feliz, meu caro Senador Constituinte. Fui 16 anos Senador nesta Casa, se é ser esquerda, meu Caro colega Fernando Santana, muitos me chamam também de "melancia", porque penso como V. Ex<sup>a</sup> e se isso é, V. Ex<sup>a</sup> é um grande brasileiro, V. Ex<sup>a</sup> como a nobre Constituinte, quer queiram ou não queiram os estrangeiros, temos brasileiros, como hoje ouvi aqui o nosso eminente Constituinte Armary Muller e todos os outros, não vi ninguém defendendo ideologia; todos com uma só preocupação, a preocupação de defender a sua Pátria, de deixar para os nossos filhos e netos um Brasil como sempre os nossos pais pediram e nos entregaram, um Brasil de nós. Se não tivéramos homens como os parlamentares desta Subcomissão, não vamos ter condições de entregar o Brasil que nós recebemos dos nossos pais.

Meu caro Constituinte, V. Ex<sup>a</sup> não é para mim e para a maioria dos meus companheiros, e a minha Diretoria, um homem de esquerda. V. Ex<sup>a</sup> é um brasileiro que se preocupa com a sua Pátria, como nós nos preocupamos, como o Constituinte Rachid Saldanha Derzi, que foi meu companheiro de Bancada; quer queiram ou quer não, este Brasil será grande contra todos eles, se Deus nos ajudar a termos grandes homens, neste Parlamento! Porque aqui é a Soborne. Acho que um rico, um pobre — hoje uma campanha não é fácil — deveria passar por este Congresso. É aqui que se aprende a defender o Brasil, aqui é que se aprende a amar, cada vez mais, o Brasil!

Meu caro companheiro, Presidente desta Subcomissão, Constituinte Rachid Saldanha Derzi, meus agradecimentos a todas as minhas 23 federações, aos meus companheiros, ao homem que lá está. Porque, Srs. Constituintes, quando eu fui ao Bico do Papagaio e vi os verdadeiros sem-terra lá, as lágrimas me chegaram aos olhos. Porque não são eles que estão passeando de avião, mas aqueles homens que, como vi em faixas lá, o único desejo era ter um pedacinho de terra para produzir, para o engrandecimento deste País. Quero que fique gravado meu agradecimento, bem como dos meus companheiros de Diretoria, meus dois companheiros, Fábio Meireles e Guilherme Pimentel, e o meu como responsável maior, os meus mais sinceros agradecimentos. Continuem na luta, todos desta Subcomissão, Saldanha Derzi, enfim, todos desta Subcomissão, porque V. Ex<sup>as</sup> estão sabendo o que poderá acontecer nesta nova Constituição. Porque lei se modifica, mas uma Constituição é muito mais séria para ser modificada. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Sr. Presidente, só para reafirmar por uma questão de princípios, quero, em resposta ao próprio conferencista Flávio Brito, dizer que realmente sou um homem de esquerda. Agora, a minha análise como homem de esquerda de quem tem os pés no chão levam-me conscientemente a esta exposição que acabei de defender, nesta Casa, nesta hora. Isso não quer dizer que não almeje para o futuro modificações substanciais na estrutura de nosso País. mas, hoje, dentro da realidade objetiva, nós temos que fazer antes de tudo o grande mutirão nacional para afirmar a soberania de nossa Pátria que é o de mais ameaçador.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Muito obrigado, nobre Constituinte. Quero agradecer ao nobre Dr. Flávio Brito, nosso preza-do amigo, ao amigo Dr. Fábio Meireles e Dr. Guilherme Pimentel, pela grande contribuição que vieram dar a esta Subcomissão, com a brilhante exposição e o debate que acabamos de assistir. Esta Subcomissão e a Constituinte ficam muito gratas com as presenças de V. Ex<sup>as</sup>. Muito obrigado.

Quero lembrar que, hoje à tarde, teremos a presença de Flávio Telles de Menezes, da Sociedade Rural Brasileira. É um homem inteligente, capaz, que deverá trazer-nos uma grande contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 30 minutos)

ANEXO À ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS, REALIZADA EM 7/4/87 E PUBLICADO NO SUPLEMENTO AO PANC Nº 53, de 1º/5/87.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cota) — Declaro instalada a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos.

Esta reunião tem a finalidade de eleger o Presidente e os dois Vice-Presidentes da Subcomissão.

Convido os Constituintes Célio de Castro e Octávio Elísio para funcionarem como escrutinadores.

Convido o Constituinte Teotônio Vilela Filho a, juntamente com o Constituinte Célio de Castro, escrutinar a votação.

Vai-se proceder à chamada nominal dos constituintes integrantes da Subcomissão. S. Ex<sup>as</sup>, à medida que forem chamados, depositarão seus votos na urna.

O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI — Peça a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI — As candidaturas a presidente já foram devidamente anunciadas, Sr. Presidente? E os candidatos já foram convidados a se pronunciar ou a esclarecer as suas dúvidas?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — De acordo com o entendimento entre as lideranças, é

candidato à Presidência, o Constituinte Geraldo Campos; 1º Vice-Presidente, o Constituinte Osmar Leitão; a 2º Vice-Presidente o Constituinte Edmilson Valentim.

Tem mais um candidato à Presidência, o Constituinte Mansueto de Lavor.

O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Pois não!

O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI — A questão de ordem que levanto é que, tendo conhecimento de que a bancada majoritária nesta Comissão, que é a do meu partido, apresentou um requerimento ao Líder Mário Covas, no sentido de que fosse indicado o Constituinte Mansueto de Lavor como candidato do Partido e esse requerimento tem a maioria das assinaturas dos membros da Bancada, gostaria de saber se, diante dessa informação, o candidato já apresentado anteriormente mantém a sua candidatura ou preferiria, para facilitar os entendimentos, a suspensão da reunião por 15 minutos, no máximo, a fim de que o assunto pudesse ser encaminhado de forma consensual, evitando disputa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Acho plenamente razoável. Vamos, então, suspender a reunião por 15 minutos, para verificar se chegamos a um entendimento. Será mais fácil o processo de votação.

Está suspensa a reunião por 15 minutos.

*(A reunião é suspensa por 15 minutos.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Está reaberta a reunião.

Vamos passar ao processo de votação

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO KÜSTER — Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Tem a palavra V. Exª.

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO KÜSTER — Sr. Presidente, se vamos votar, gostaríamos que V. Exª determinasse que alguns dos seus assessores ou adjuntos no comando dos trabalhos, nesta oportunidade, nos expusessem a situação, porque, há pouco V. Exª anunciou, tão logo assumiu a Presidência dos trabalhos, que iríamos cumprir o rito da votação e que havia um candidato... Em seguida, foi apresentado mais um candidato. Permanecem os dois candidatos ou um candidato só?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Não podemos impedir ninguém de ser candidato.

Os candidatos oficiais, os candidatos do acordo interpartidário são: Presidente, Geraldo Campos; 1º Vice-Presidente, Osmar Leitão e 2º Vice-Presidente, Edmilson Valentim.

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO KÜSTER — Por gentileza, Sr. Presidente! Não quero ser inoportuno, mas V. Exª respondeu em parte a minha indagação. Tem ou não outro candidato?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Até há pouco, tinha, não sei se ainda tem. Quem não quiser votar no acordo, vote no candidato ou vote em branco.

O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI — Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Com a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI — (Fora do microfone. Inaudível.)

Como autor da questão do adiamento para possibilitar maior harmonia no nosso Partido, na Comissão como um todo, gostaria de esclarecer que até então existem duas candidaturas: a do Constituinte Mansueto de Lavor e a do nosso companheiro, Constituinte Geraldo Campos, que estava discutindo essa questão.

Então, o acordo é assunto inteiramente extraregimental, é um acordo político, como se diz. Gostaria de obter a confirmação do Companheiro Mansueto de Lavor, se as candidaturas existentes são as de S. Exª e a do Colega Geraldo Campos. Era o que eu desejava esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Pois não! Vamos passar à votação.

O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LA-VOR — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Com a palavra o nobre Constituinte Mansueto de Lavor.

O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LA-VOR — Diante de um documento assinado por diversos companheiros, quero comunicar que aceito minha candidatura à Presidência da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, respeitando literalmente o acordo interpartidário, isto é, no sentido de que os companheiros que votam em mim honrem o compromisso assumido pela Liderança, no sentido de que o voto dado a mim, como Presidente desta Comissão, seja conjugado com o voto ao companheiro Alcenir Guerra, do PFL; a Primeiro-Vice-Presidente, e ao companheiro Edmilson Valentim, do PC do B, para Segundo-Vice-Presidente.

Esse foi o acordo interpartidário. O problema dentro do PMDB foge a esta eleição e, neste sentido, curvo-me à vontade dos companheiros que me entregaram este documento de apoio à minha candidatura.

Não preciso dizer que, como Presidente da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, serei coerente com o meu passado de 25 anos de luta do trabalhador, à causa do servidor público. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Quero esclarecer ao ilustre Senador que aqui, na mesa, estão como candidatos oficiais: Para Presidente, Geraldo Campos; para Primeiro-Vice-Presidente, Osmar Leitão. Parece que o Senador havia dito Alcenir Guerra.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO PEROSA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Pois não!

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO PEROSA — Em nome da Liderança do PMDB, gostaria de comunicar aos companheiros dos outros Partidos que o acordo interpartidário realizado pelo Líder Mário Covas, com relação aos demais Líderes dos outros Partidos, gerou como consequência a seguinte indicação: Presidente, Deputado Geraldo Campos; Primeiro-Vice, Osmar Leitão; e Segundo-Vice, Edmilson Valentim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Perfeito. Vamos passar à votação.

O SR. CONSTITUINTE CÉLIO DE CASTRO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Tem a palavra, V. Exª.

O SR. CONSTITUINTE CÉLIO DE CASTRO — Sr. Presidente, só uma questão de ordem: gostaria de saber se o Constituinte Perosa está falando em nome do Líder Mário Covas?

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO PEROSA — Exatamente!

O SR. CONSTITUINTE CÉLIO DE CASTRO — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Vamos proceder à votação.

*(Procede-se à votação.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Passamos, agora, à apuração.

*(Procede-se à apuração.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Cotta) — Vou anunciar o resultado da votação:

Para Presidente, Constituinte Geraldo Campos, 12 votos; Constituinte Mansueto de Lavor, 8 votos. Para 1º Vice-Presidente, Constituinte Osmar Leitão, 18 votos, em branco dois. Para 2º Vice-Presidente, Constituinte Edmilson Valentim, 19 votos, um em branco. (Palmas).

Convido o Presidente, o 1º e o 2º Vice-Presidentes a tomarem posse.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Companheiros, Sr. Constituintes da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos.

Muito honrado estou com a confiança depositada em meu modesto nome. Desejo que minhas primeiras palavras sejam para dizer ao Constituinte Mansueto de Lavor, ilustre concorrente, que me sinto muito orgulhoso em ter tido um adversário do quilate desse ilustre Senador pernambucano.

Bem sei que sou pouco conhecido dos presentes, porque agora iniciamos nosso primeiro mandato e gostaria de afirmar que sou daqueles que acreditam firmemente na inteligência coletiva; que a sobedoria do conjunto se sobrepõe, geralmente, ao saber individual e é com tal espírito que pretendemos presidir os trabalhos da nossa Subcomissão.

Estou cõscio da responsabilidade que pesa sobre os ombros dos 22 Membros da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. É a nossa Comissão responsável por inscrever, preliminarmente, o Capítulo "Da Ordem Social", no que se refere ao embate entre o capital e o trabalho, e até queria, por definição pessoal, neste momento, dizer que me posiciono pela precedência do trabalho em relação ao capital.

Sou daqueles que acreditam — até me permito repetir a frase de Dom Helder Câmara — que a cada propriedade corresponde uma hipoteca social. Em função disso, posicionamo-nos acreditando que o trabalho é o grande realizador do processo de construção da sociedade sem desprezar, na conjuntura em que vivemos, no momento histórico, o papel desempenhado pelo capital. Permito-me também repetir a frase do Constituinte Fernando Henrique Cardoso, quando dizia

que a revolução que a sociedade não fez nesta Constituinte não fará na Constituição.

No entanto, é bem diverso o Brasil de hoje do Brasil de 1946 — o número de trabalhadores, o número de membros da classe operária multiplicou-se grandemente; o número de assalariados agrícolas, hoje de mais de 8 milhões, bem mostra o quanto cresceu numericamente e, em consequência, com uma consciência bem nítida dos seus direitos.

Seguramente, o que for elaborado por esta Comissão haverá de refletir o Brasil novo em que vivemos.

Gostaria de encerrar, dizendo que entendo que o trabalho da Constituinte corresponde à última etapa do processo de transição; que, após a promulgação da nova Carta, o Brasil haverá de entrar num processo de transformações. Tenho a esperança de que essas transformações ensejarão a realização das reformas de base, reformas de estrutura, reformas profundas que nós, parlamentares de antes de 1964, defendíamos. É uma obra, sem dúvida, de toda a sociedade.

Espero que a nossa Subcomissão tenha as suas portas abertas a todas as entidades, na forma regimental, para colaborar com os trabalhos de elaboração dos capítulos sob a nossa responsabilidade.

Era o que eu desejava colocar para os meus caros colegas.

**O SR. CONSTITUINTE ROBSON MARINHO —** Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que cumprimos a V. Exª e os Vice-Presidentes eleitos, fruto de uma chapa de composição entre os vários Partidos políticos, chapa esta articulada pelas lideranças partidárias nesta Casa, cumpre-me, na oportunidade, comunicar a V. Exª, na medida em que o cargo de Relator cabe ao PMDB, na condição de um de seus vice-líderes e pela Liderança do PMDB, que o indicado para Relator, pela liderança do PMDB, é o Constituinte Mário Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) —** Ciente da comunicação, estamos aqui, inclusive, com a folha necessária para fazer a indicação, que é também resultante de acordo partidário.

Neste momento, faço a indicação do Constituinte Mário Lima para Relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. (Palmas).

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Mário Lima) —** Sr. Presidente, gostaria de usar da palavra por poucos minutos, para dizer que sou desconhecido, apesar de veterano, pois fui Deputado Federal pela Bahia em 1964, cassado na primeira lista.

Hoje, pertencendo ao PMDB, gostaria de dizer que entendo que poderemos todos, os componentes desta Comissão e os de todos os partidos, fazer um trabalho à altura da nossa responsabilidade.

A questão social é, neste momento, junto com a questão econômica e financeira do País, a mais grave. Os desentendimentos aí estão e espero juntar um pouco da minha experiência, pois milito no movimento sindical há 29 anos, atualmente exerço a Presidência do Sindicato dos Trabalhadores em Petróleo, não tenho nenhum receio de dizer que sou dirigente sindical de linha moderada, — há quem tenha medo de dizer a sua

posição — sou homem de posições moderadas, mas firmes. Vi 1964 e nem sempre os mais valentes nas assembleias e nos discursos, na hora de dificuldade, se portaram com tanta valentia. Por isso, acho que a solução do Brasil está numa posição de diálogo, de moderação.

Vamos contribuir para inserir na Constituição as normas de relação do capital com o trabalho. Não adianta forçar a barra, nem aqueles que defendem o capital deverão procurar criar uma regra dura que não dê oportunidade aos trabalhadores de realizar suas potencialidades, nem nós, trabalhadores — e digo nós, trabalhadores, porque sou modesto operário da Petrobrás — sonhamos em criar uma norma que vá trazer problemas ou, de certa maneira dificultar o relacionamento com a empresa e capital. Tem que haver bom senso, porque a grande meta de todos de todos nós e do povo brasileiro é fazer esta Constituição que será a complementação da transição do regime autoritário para o regime democrático.

Não adianta correr, pois, às vezes, a pressa atropela a História — 1964 nos mostrou isso e hoje, com as lições do passado, devemos ter equilíbrio firmeza e, acima de tudo, bom senso. É isto que espero da minha modesta colaboração.

Sr. Presidente, temos um ilustre colega tentando nos apartear. Se S. Exª pudesse fazer uso da palavra, traduziria melhor o seu pensamento, pois, acredito que o que prejudica, no momento, são as pessoas que não assumem claramente as suas posições. Há aqueles que proferem discursos radicais, mas vivem nos gabinetes conchavando e há aqueles que têm discursos radicais, mas, quando chega a força, correm com medo.

Sou homem de posição moderada, mas sou firme e quem tiver dúvida que venha tirar a prova. Não vou declarar valentia, porque sei da responsabilidade que tenho como dirigente sindical, e essas valentias inoportunas é que têm levado o País ao confronto. e no confronto, leva melhor quem tem arma, e trabalhador não tem arma; a arma do trabalhador é a greve, que não é arma de guerra, mas de paz, e digo isto porque fiz várias greves, justas e vitoriosas. É isto que pretendemos fazer: dar a este País um diploma legal que sirva de balizamento para o entendimento pacífico entre os diversos setores da vida nacional. Todo radicalismo, agora, só trará prejuízos e, possivelmente, retrocessos. Quem for radical, que vista a pele. Não o sou, mas não quero dizer, com isto, que não vá propor modificações e avanços para a classe trabalhadora.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO —** Apenas para um esclarecimento Sr. Presidente, e também para congratular-me com os Membros desta Comissão, todos companheiros da melhor qualidade e com aqueles que foram eleitos. Venceram aqueles que tiveram a melhor preferência dentro da Bancada.

Todos lutam e tenho a impressão de que, neste momento, não cabe a ninguém dizer que tem mais qualificação do que esse ou aquele.

Sr. Presidente, eu queria saber se já foi determinado pela liderança, quando comparemos os trabalhos. Quais os horário e local?

**O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) —** Respondendo a V. Exª, informo que estamos convo-

cando uma primeira reunião para o dia 9, próxima quinta-feira, às 9 horas e 30 minutos, nesta sala.

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO —** Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) —** Na forma do § 8º do art. 13, está designado o Relator, o ato, assinado.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 18 horas).*

## COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL

### Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos

#### ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)

Aos quatro dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e sete, às dezessete horas, em sala do Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, sob a presidência do Senhor Constituinte Geraldo Campos, com a presença dos Senhores Constituintes: Titulares: Mansueto de Lavor, Mário Lima, Edmilson Valentim, Célio de Castro, Carlos Cotta, Ronan Tito, Francisco Küster, Osmar Leitão, Augusto Carvalho, Mendes Botelho, Domingos Leonelli, Wilma Maia, Paulo Paim, Roberto Balestra e Júlio Costamilan; e o Suplente Renato Vaiana. O Sr. Presidente declara aberta a sessão e anuncia a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da Administração, Dr. Aluizio Alves, como orador convidado para esta reunião. Fazendo uso da palavra o Sr. Ministro inicia sua explanação dando conhecimento das medidas de emergência tomadas por aquele Ministério sobre reforma administrativa e a criação de mecanismos de aperfeiçoamento: A proibição da contratação na administração direta e indireta; Reajustes, abonos, concessão de 13º salário aos servidores estatutários, esbalecimentos de promoções em carreira de fiscais do Ministério da Fazenda, levantamento de tabela salarial em todos as categorias; Organização de sistema de gerenciamento da folha de pagamento para evitar acumulação indevida de cargos; Criação de auditoria do pessoal civil; Criação da Escola Nacional de Administração Pública; Sistematização de atividades de advocacia na administração pública; Criação da Secretaria de Administração Pública; e Centro de Desenvolvimento da Administração Pública; Reestruturação da FUNCEP; Extinção de órgãos supérfluos em alguns ministérios; Transformação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia em órgão autônomo; Reorganização da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha; Instituição do vale-transporte; Reorganização do Decreto-Lei nº 200; Plano único de reclassificação de cargos e empregos nas universidades e fundações; Criação de carreira no Ministério das Relações Exteriores; Revisão de pensão de aposentados e pensionistas; Regularização do funcionamento de creches; Protocolo eletrônico e Reorganização do IBGE. Como medidas atuais e futuras, anunciou o Programa de Treinamento e Formação de Pessoal; Lei Orgânica da

Administração; Reestruturação do Estatuto do Servidor Público; Novo regime jurídico; Sistematização de carreira dos funcionários públicos; e regulamentação dos cargos em comissão. Terminada a exposição do Sr. Ministro, a Presidência abre espaço para o debate, durante o qual os temas abordados foram os seguintes: Sindicalização; Direitos de greve para o servidor público; Estabilidade; Extinção da locação de mão-de-obra, no serviço público; Regime jurídico através de novo estatuto com a faculdade de opção para os atuais servidores estatutários e celetistas; Exigência de concurso público para o ingresso no serviço público; As nomeações indevidas e o acúmulo de funções na administração direta e indireta e nas autárquicas; Restrições referentes à idade para ingresso na administração pública; Salário mínimo; Autonomia das empresas estatais; Abono para o funcionário aposentado; Isonomia de remuneração para todas as categorias da administração pública; Os marajás do serviço público; Extinção da taxa de inscrição para o concurso público; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; 13º salário; Autonomia dos estados quanto ao gatilho salarial; A discriminação de servidores na administração pública. O Constituinte Francisco Küster pede esclarecimentos ao Sr. Ministro, sobre reivindicação do servidor público federal aposentado do Ministério dos Transportes, Sr. Antônio Menegotto, no tocante à reivindicação referente a abono que vinha percebendo, tendo sido o mesmo suspenso pelo TCU. O Constituinte Paulo Paim, em nome desta subcomissão, apresenta ao Sr. Ministro, moção solicitando a revogação do Aviso Ministerial nº 240/87, de 24-3-87, e de outros atos que determinaram a punição dos servidores que participaram do movimento de 25-3-87 — Dia Nacional de Luta da Categoria. Fizeram uso da palavra, durante o debate, os seguintes Constituintes: Mário Lima, Carlos Cotta, Mansueto de Lavor, Wilma Maia, Augusto Carvalho, Ronan Tito, Francisco Küster, Edmilson Valentim, Paulo Paim, Renato Vianna, Célio de Castro e o Sr. Presidente. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro Aluisio Alves e ressalta o ambiente de cordialidade em que se transcorreu o debate, no que pese as divergências de opiniões e encerra os trabalhos às vinte horas e trinta e três minutos, convocando os Srs. Constituintes para a próxima reunião a ser realizada, amanhã, terça-feira, dia cinco do corrente, às nove horas, com a seguinte pauta: Debate de matéria constitucional: Proteção, Segurança e Higiene no Trabalho; Co-gestão; e Organização Sindical. E, para constar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Constituinte **Geraldo Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da reunião da Subcomissão dos direitos dos Trabalhadores dos Servidores Públicos. A Subcomissão dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos dá início à sua reunião do dia 4 de maio, segunda-feira, tendo hoje presença do Exmº Sr. Ministro da Administração, Dr. Aluizio Alves, nosso convidado. solicitamos a presença do Sr. Ministro à Mesa.

O SR. ALUÍZIO ALVES — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho bem presente, em situações como esta, aquela história de que o único Governo que não criticou o Governo passado foi o de Tomé de Souza, porque era o primeiro. Mas, na realidade, tenho que dizer as verdades que encontrei na Administração Federal, após vitoriosa experiência do DASP que, ao longo do tempo foi se deteriorando, até que nos entregaram um caos em relação às estruturas, em relação ao pessoal, em relação aos salários.

Poderia caracterizar isso pela simples circunstância de que, ao assumirmos o Ministério da Administração, no dia 17 de março, há 2 anos, ninguém, nem no DASP, nem em nenhum setor da Administração, sabia sequer o número de funcionários do Governo Federal. Só em agosto conseguimos, realmente, depois de 4 meses, saber quantos funcionários existiam na Administração Direta e Autárquicas e na Administração Indireta. Por quê? Porque, a cada mês, até março, acrescentavam-se funcionários às folhas de pagamento, e o Governo não possuía nem o arquivo, nem o censo; apenas guiava-se pela folha de pagamento de cada mês.

Foi preciso que, no dia 17 de março, dois dias depois de assumirmos o Ministério, o Governo proibisse toda e qualquer contratação, a não ser a convocação de funcionários concursados na Administração Direta; e, no dia 7 de julho, proibisse também a contratação, a qualquer título, na Administração Indireta, para que, já em agosto, pudéssemos saber que tínhamos 443 mil funcionários na Administração Direta e Autárquicas, na Tabela Permanente; 92 mil Funcionários distribuídos por 104 Tabelas Especiais e Emergenciais, no total de 535 mil; e, na Administração Indireta, compreendendo sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações, autarquias especiais, 1 milhão e 299 mil.

Temos, então, a primeira verdade: o número de funcionários. Tínhamos, logo, de enfrentar uma situação irregular: 104 Tabelas Especiais, cuja validade o Tribunal de Contas da União não reconhecia mais, tanto que nos comunicou, em ofício do mês de junho que a partir de 31 de dezembro não registraria mais as verbas para pagamento daqueles 92 mil funcionários, que tinham sido admitidos ao longo do tempo para tabelas especiais por um ano e para tabelas emergenciais por 3 ou 6 meses, e que vinham sendo prorrogadas ao longo de 10 anos.

Fizemos, então, um projeto de lei, que foi encaminhado ao Congresso, fazendo, mediante processo seletivo, o enquadramento desse pessoal na Tabela Permanente. Esse projeto teve que ser vetado, embora se originasse ele do Executivo, porque houve uma emenda, muito pequena, que substituiria a expressão "Pessoal pago pelos órgãos de pessoal" pela expressão "Pessoal pago pelos cofres da União". Vetar essa expressão não restituía a situação anterior, e aceitar a inclusão dessa expressão seria acrescentar mais cerca de 40 mil pessoas, que prestavam serviços à Administração através de firmas e de terceiros, através de firmas prestadoras de serviços, transferindo, assim, para a Tabela Permanente do Governo Federal, 40 mil dos seus empregados por aquela simples emenda do Poder Legislativo.

Em matéria de formação, encontramos alguns dados lamentáveis. Por exemplo: 42% do funcionalismo da Administração Direta não tinham se-

quer o 1º Grau completo, não tinham sequer o Curso Primário, ou seja, só tinham formação de Curso Primário; Curso Ginásial e Curso Superior 52% do Funcionalismo, praticamente a metade. Mas tínhamos um órgão, a FUNCEP — Fundação Centro de Aperfeiçoamento do Servidor Público — criada em 1981, que se destinava a treinar o pessoal.

No orçamento do ano de 1985, em que já encontrávamos o que devíamos executar, tínhamos esta situação: verbas para pagamento dos seus funcionários, verba de custeio das suas excelentes instalações, mas verba para treinamento era de apenas mil cruzeiros, hoje seria um cruzado. Era a verba que tínhamos, no ano de 1985, para treinamento de pessoal.

Para que pudéssemos reiniciar imediatamente o treinamento de quantos fosse possível treinar, tivemos que usar do seguinte artifício: alugar as instalações da FUNCEP a entidades que queriam realizar reuniões, seminários, e cursos, alugar a metade da hospedagem ao Instituto Rio Branco, e, com esse dinheiro, atravessamos todo o ano de 1985.

Ainda assim, conseguimos treinar, em Brasília, 8 mil e 400 funcionários.

Tínhamos um quadro de pessoal inteiramente subvertido. Primeiro, pela defasagem salarial, que se agravava sobretudo depois de 1979; segundo pela concessão, no dia 14 de março, 24 horas antes de o Governo ser substituído, de uma extensão aos funcionários civis de uma vantagem concedida, em outubro do ano anterior, ao pessoal civil do Ministério da Aeronáutica, depois do Ministério da Marinha, depois do EMFA, depois do Ministério do Exército, depois do DNER e, por fim, a todo o funcionalismo civil. Consistia na concessão de até 12 referências, de uma só vez, a todos os funcionários, conforme as verbas e as vagas existentes, criando situação como esta: um funcionário com 33 anos de serviço ganhava uma referência ou não ganhava nenhuma.

Sua secretária, com 2 anos de serviço, podia ganhar, de uma vez, 6, 7, 8, até 12 referências — subversão de todos os critérios, subversão de todo o programa do quadro de pessoal. Isso nos levou então, a, através de decretos, suspender o instituto da ascensão funcional pelo prazo de quase 2 anos, a fim de, dentro desse período, encontrar caminhos novos para termos uma organização do quadro de pessoal.

Em matéria de níveis de vencimentos, por lei existem 60: 35 de nível médio, 25 de nível superior. Na realidade, encontramos não 60, mas 392 níveis de vencimentos diferentes.

Existiam aquelas situações esdrúxulas e ridículas de um funcionário passar 2 anos para mudar de referência, e quando pensava estar ganhando mais 5% do seu salário, estava ganhando apenas 1 cruzeiro a mais, porque, com o aumento de 60 para 392 níveis de vencimentos, várias referências se separavam umas das outras por um, dois cruzados e assim por diante.

Em matéria de gratificação, o quadro não era menos confuso. Há as 5 classes gratificações do Serviço Público. Mas já temos 94 gratificações, gratificações as mais aceitáveis, as mais razoáveis, e até as mais drásticas, como, por exemplo: a gratificação de assiduidade quando é o primeiro dever do funcionário; a gratificação por desempenho funcional, quando a própria tarefa do fun-

cionário é o desempenho do seu cargo; e todos os nomes e apelidos encontrados para atender a emergências, pressões e assim por diante.

Ao mesmo tempo, com a evasão enorme de funcionários na Administração Indireta, sobretudo no campo de especialistas, perdiam-se, por mês, centenas de funcionários que iam buscar salários mais altos na iniciativa privada. Outra forma de evasão, vamos dizer, preventiva era esta: funcionários que eram chamados por concurso para o desempenho de suas funções não aceitavam, porque os níveis de salários pagos pelo Poder Público eram inferiores aos empregos que tinham lá fora.

Há inexistência de qualquer mecanismo de fiscalização e controle.

Só agora, V. Ex.\* devem ter lido jornais, conseguimos identificar a existência de 1.292 funcionários admitidos irregularmente durante o período da proibição por decreto do Presidente da República, cuja demissão estamos solicitando em cada Ministério, em obediência à lei. Mas só agora que se criou o mecanismo de auditoria de pessoal que temos condições de verificar; antes, não tínhamos.

Quando se fala no enquadramento dos 96 mil funcionários, se diz, muito comumente, que essas tabelas eram constituídas de projetos dos políticos, de afilhados do Governo. Quero dizer que, nessas tabelas, de 96 mil funcionários, não há um só admitido do Governo José Sarney, pois, no dia 17 de março, 24 horas depois de assumir, foi proibida qualquer contratação. Se, portanto, esses funcionários tinham 6, 8, 10 anos de serviços, não foram admitidos sequer regime democrático, mas durante o regime autoritário, onde os políticos, em geral, não tinham influência para avaliar. Digo essa palavra em defesa dos políticos, porque tenho lido muitas acusações de que essas tabelas foram de protestos políticos. Não, foram funcionários ou foram empregados recrutados e admitidos no regime autoritário.

Por que não demiti-los? Primeiro, pelos níveis de desemprego que, quando o Governo Sarney assumiu, eram muito mais altos do que hoje. Segundo, porque alguns órgãos tinham baseado todo o seu funcionamento nessas tabelas. A SUCAD, por exemplo, tinha 80% da sua força de trabalho na Tabela Especial. Não podíamos, então, dispensá-los. Qual foi a maneira que encontramos? Foi de, através de processo seletivo rigoroso, no qual sobraram cerca de 9 mil, que não tinham as condições e rígidas para o desempenho daquelas funções, fazermos o enquadramento na Tabela Permanente.

Quanto às estruturas, levamos algum tempo também para identificá-las. Elas se dividiam e subdividiam, em cada repartição, em cada órgão, em cada autarquia, de tal maneira que só hoje sabemos que, na Administração Direta e Autarquias, há simplesmente 22 mil 622 estruturas de nível de setor até de diretoria. Isso representa uma acunulação de problema e de chefia, uma superposição de atribuições muito difícil de administrar. Isso, em relação a estruturas.

Recebemos, também, a SUCAD, Superintendência que administra apartamentos funcionais em Brasília, e nos surpreendemos com a seguinte situação: a Superintendência não sabia quantos apartamentos administra. Nas suas fichas, havia uma série de fraudes de pessoas que moravam

em apartamentos, já pagando uma sublocação a outros que haviam deixado e que já não eram funcionários. De tal maneira que contratamos o SERPRO, e o SERPRO contratou 130 universitários de Brasília, que no prazo de 15 dias fizeram uma identificação de 10.862 apartamentos. Procurando os moradores, verificamos que 49% deles não tinham as condições exigidas por lei. Muitos já não eram funcionários, muitos já estavam lá por alugar a pessoas que haviam deixado há dois, três anos, e que a SUCAD não sabia.

Fizemos o esforço para regularizar essa situação. Já regularizamos 1.800 desses apartamentos, faltando regularizar pouco mais de 2 mil, o que ainda não fizemos, porque esses pouco mais de 2 mil estão protegidos por decisões judiciais ou por legislação que precisa ser revogada. Por isso, encaminhou o Presidente da República um projeto de lei à Câmara, que já aprovou, e está no Senado dependendo de aprovação nas próximas horas ou nos próximos dias. Só com ela poderemos regularizar a situação desses 2 mil e tantos apartamentos que estão ainda indevidamente ocupados. Mas eles estão protegidos por decretos deste tipo: quem, ocupando um apartamento funcional, deixar a função pública e tiver qualquer vínculo com qualquer empresa, mantém o apartamento; quem, deixando o apartamento a que tem direito, tiver filho matriculado em Brasília em qualquer colégio, público ou particular, tem o direito de manter o apartamento. Dessa forma, a pessoa deixava o emprego público, ia para a iniciativa privada, mas provava que tinha um filho estudando em Brasília e mantinha o apartamento. Enquanto isso, os funcionários não têm apartamento para morar.

Além disso, há 1.292 apartamentos ocupados por proprietários de imóveis, proprietários de casas e apartamentos em Brasília. Não conseguimos retomá-los, porque há um decreto do Governo passado dizendo que o funcionário, mesmo sendo proprietário de apartamento ou de casa em Brasília, desde que não financiado pelo BNH, tinha direito a apartamento funcional. Assim, há muitas pessoas que têm casa e apartamento no Lago Sul ou em qualquer parte e que os alugam e ficam morando no apartamento funcional ou moram no outro apartamento e alugam o apartamento funcional.

Estamos esperando ansiosamente a conclusão do processo legislativo desse projeto de lei, que proíbe, então, terminantemente, qualquer pessoa que tenha imóvel em Brasília, apartamento ou casa, e ter apartamento funcional para, imediatamente, promover a desocupação. E aí, sim, a nossa idéia é mudar o sistema.

Se existem em Brasília 70 mil funcionários, se só temos 10 mil e tantos apartamentos, então seguramente, 40 ou 50 mil teriam, direito a apartamento. E se o Governo não tem, nem terá tão cedo, dinheiro para copnstruir 40 ou 50 mil apartamentos, muito melhor será que o Governo reserve um certo número de apartamentos, talvez uns 3 mil, vinculados a funções: o cidadão é nomeado Chefe de Gabinete do Ministério — tem aquele apartamento. Ele vem passar aqui um ano, dois anos, três anos, o que for o período do exercício de seu cargo. Também não se vai obrigá-lo a construir uma casa para exercer uma função em comissão. Agora, e os outros 7 mil? Vender os apartamentos aos funcionários públicos

que os ocupem, o que não podemos fazer hoje, porque têm prioridade, de acordo com a Lei do Inquilinato, aqueles que ocupam, indevidamente também, os apartamentos. Isso seria premiá-los: eles que moraram tantos anos sem ter direito, ainda poderem comprar, a preço subsidiado, aqueles apartamentos.

Este foi o quadro que encontramos. Tínhamos que tomar algumas medidas de emergência.

Já falei em 3 delas: proibição de qualquer contratação, dia 17 de março, na administração direta; na administração indireta, no dia 7 de julho; suspensão da ascensão funcional só agora restabelecida, quando já temos condições de fazer o processamento com mais ordem, depois daquela desordem das 12 referências; reajustes em julho e dezembro de 1985, acrescentando a esse reajuste 25% de reposição salarial por conta das perdas verificadas; um abono de 8% quando da decretação do Plano Cruzado; reajuste em 1986, também com acréscimo pequeno de reposição salarial de 2 anos, de 2,5%, a formulação, através de parecer, da Consultoria Geral, da escala móvel de salário, que já funcionou este ano, após o reajuste de 25 de janeiro, — já funcionou duas vezes (20%) — para os funcionários, de modo que, comparando com os salários que tinham em dezembro do ano passado, até maio já tiveram um aumento de 80%; concessão do 13º salário aos estatutários, que era pleiteado desde 1952 e não fora concedido no sentido de igualar, tanto quanto possível, as condições entre celetistas e estatutários; e o estabelecimento de promoções para as carreiras fiscais do Ministério da Fazenda.

Essas, as medidas de emergência, que visavam estabelecer pre-condições para começarmos um processo de reforma administrativa.

A partir daí faltavam os mecanismos para a reforma administrativa: criamos a Comissão Geral da Reforma Administrativa, um órgão consultivo; o GERAP, órgão executivo constituído por 5 ministros; instituímos o Cadastro Nacional de Pessoal Civil, que já deveria estar concluído, mas não está por conta de greves do IBGE que está executando conosco essa tarefa, mas que vai nos dar o censo nacional de todos os funcionários, o perfil do funcionário, sua formação, seus salários; um levantamento dos salários de todas as categorias, de 1974 até 1986, ano a ano, quando cada categoria ganhou, quando cada categoria perdeu, para, então, acabarmos com essa discussão em que o funcionário pleiteia sempre um aumento maior, dizendo que perdeu tanto, e nós ficamos dizendo que ele não perdeu tanto e damos menos, mas nem ele sabe, nem nós sabemos exatamente o que cada categoria perdeu de 1974 para cá; a organização de um sistema de gerenciamento das fontes de pagamento do pessoal da administração pública, que está a cargo do Ministério da Fazenda, mas que foi reivindicação nossa e com o qual vamos poder identificar a possibilidade de pessoas estarem desempenhando 2, 3, 4 empregos — um na administração direta, um na autarquia, outro em uma fundação, outro em uma empresa pública — só podemos identificar através deste sistema de controle das folhas de pagamento; a criação de auditoria de pessoal civil, para o que estamos, agora, formando pessoal — hoje instalamos o primeiro curso de auditores — porque auditores de contabilidade existem muitos, existem muitas empresas no Brasil, mas

auditores especializados em Administração Pública não existem, tanto que criamos as auditorias e hoje, exatamente hoje, às 9 horas, instalamos, na FUNCEP, o primeiro curso que vai formar auditores da Administração Pública; a criação da Secretaria da Administração Pública, a SEDAP, da Presidência da República, em substituição ao Ministério Extraordinário, que tinha uma função muito setorizada — agora, com a Secretaria, temos condições de fluir, de atuar em todos os ministérios, em todos os órgãos; a sistematização das atividades da advocacia consultiva da União — antigamente havia o Consultor-Geral da República, que apenas atendia a solicitações de parecer do Presidente da República, agora não; há todo um sistema de advocacia que serve a todos os órgãos da Administração Pública; a criação da Escola Nacional de Administração Pública, que agora em maio deverá fazer o seu primeiro vestibular, para funcionar, certamente, no mês de agosto; do Centro de Desenvolvimento da Administração Pública — CEDAP, que está elaborando, já em fase conclusiva, um programa de convênios com universidades, escolas técnicas, escolas estaduais, para treinamento, no próprio órgão em que trabalham, dos funcionários em todos os Estados do Brasil; a incorporação da SEMOR — Secretaria de Administração Pública, vinda da SEPLAN, à Secretaria da Administração; a incorporação do Programa Nacional de Desburocratização, vindo do ex-ministério; e a reestruturação da FUNCEP, criando a Diretoria de Organização Administrativa para assistência aos Estados e municípios.

Temos, então, agora, o diagnóstico, depois as medidas de emergência, que chamaríamos de precondições para começar a reforma administrativa.

Temos agora os mecanismos para fazer a reforma administrativa. Tudo isso leva tempo, tudo isso contraria interesses, tudo isso tem que tocar com a inércia da administração pública, mas, agora, já podemos apresentar outras realizações dentro das estruturas.

Por exemplo: extinguímos órgãos supérfluos no Ministério da Fazenda, extinguímos órgão do Ministério da Educação, extinguímos órgãos do Ministério da Agricultura, do MIC, do Ministério das Minas e Energia e da Seplan.

Extinguímos escritórios de representação de órgãos e entidades da administração federal, nos estados e no exterior; disciplinamos o pagamento de servidores redistribuídos em decorrência dessa reforma; alteramos a estrutura básica e a competência da Seplan; reorganizamos o Ministério da Saúde — e o decreto foi publicado agora, no Dia Mundial da Saúde — extinguiu as Coordenadorias Regionais de Saúde e as Delegacias Federais dos Estados; reorganizamos o Ministério das Relações Exteriores, extinguiu 18 consulados no exterior e 22 divisões supérfluas aqui na administração interna; transformamos o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA, em órgão autônomo, transferindo para o Ministério da Ciência e Tecnologia; reorganizamos o IBC, reduzindo de 4.400 para 2.200 o número de seus funcionários e estamos, agora, redistribuindo os 2.200 funcionários que sobraram por outros órgãos; reorganizamos a Sudhevea, reduzindo de 640 para 120 o número de seus funcionários, e os 440 já foram redistribuídos por outras repartições; conseguimos votar a lei sobre

licitações e contratos da administração federal e alteramos o Decreto-lei nº 200, para incluir as fundações como fundações públicas na administração indireta.

Além dessas providências de ordem estrutural, encaminhamos ao Congresso, que aprovou com rapidez, a solução da isonomia salarial nas universidades, fundações e autarquias, depois de ter feito a isonomia entre Fundação e Fundação, porque havia também, aí, uma grande diferença. E, agora, fizemos entre autarquias e fundações e escolas de 1º e 2º graus, e temos 90 dias para, com o Ministério da Educação, fazer o plano único da classificação e redistribuição de cargos e empregos das universidades — magistério e funcionários.

Restabelecemos a ascensão funcional; estamos com um prazo de 6 meses para compor o sistema de carreira da Previdência Social, que vai abranger 230 mil funcionários; concedemos aos aposentados, em 1986, além da reposição salarial de 23%, um acréscimo percentual de 10 pontos, tendo em vista que a sua defasagem era maior do que a do funcionário em atividade; criamos as carreiras do Ministério das Relações Exteriores; reestruturamos as referências das categorias funcionais de assistência social, geólogos, sociólogos, tradutores e intérpretes, nutricionistas e datilógrafos, que eram velhas aspirações destas categorias; instituímos o vale-transporte para os servidores públicos; instituímos o regime jurídico dos funcionários federais a serviços do País no exterior, que davam uma série de complicações por muito tempo; fizemos a aplicação do reposicionamento aos aposentados e pensionistas, amparados por lei desde 1950 e que estavam esperando há 36 anos; concedemos o adicional de periculosidade aos servidores do setor de energia elétrica; fizemos um aumento dos períodos de transferência e movimentação dos servidores públicos; a ampliação do deferimento da gratificação pelo desempenho de atividade rodoviária, que era uma velha aspiração; aplicação aos policiais dos territórios do sistema de carreira da Polícia Federal; regulamentação do funcionamento das creches — em 1952, o Estatuto do Funcionário Público estabeleceu que a União deveria estabelecer creches para as funcionárias e isso nunca foi regulamentado — regulamentamos agora, em dezembro, o funcionamento das creches e, além delas, o funcionamento de pré-primário, também, que o Governo Federal vai fornecer aos filhos dos seus funcionários, e agora estamos concluindo a regulamentação, através de 3 alternativas: creches próprias, contrato com creches particulares ou pagamento da matrícula na creche ao próprio funcionário — estamos concluindo sobre as melhores soluções; e estamos concluindo, com o Ministério da Educação, um convênio para a realização de cursos supletivos que possam permitir a 42% do funcionalismo, em todo o País, a conclusão do 1º e 2º graus.

Evidentemente, tudo isto teve que enfrentar muitas dificuldades e até porque a máquina, realmente, funciona muito mal.

E, aqui chega a outro setor. Uma semana depois de eu estar no Ministério, veio à minha mesa um processo que tinha andado por vários lugares, e chegava à minha mesa depois de mais de sete anos de peregrinação por várias repartições. Eu pensei que fosse o mais antigo — não era.

Em 1903, morreu um funcionário do então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e deixou um filho e duas filhas, que deveriam ter pensões, de acordo com a lei de 1889. E tiveram a pensão que a lei estabelecia — seria dada aos três filhos e, à medida em que fossem morrido, a pensão seria redistribuída pelos sobreviventes. Ele realmente morreu em 1903, os filhos passaram a receber a pensão e em 1948 morreu o filho. Então, as duas filhas caíram na tolice de requerer a cota do filho para elas, conforme a lei deferida.

O processo, então, teve o seguinte andamento: suspenderam o pagamento da pensão das duas filhas sobreviventes, até que fosse feita a redistribuição, e esse processo andou de 1948 até 1986, quando, em junho de 1986, chegou às minhas mãos.

Por quê?

Porque um funcionário muito zeloso, com espírito de investigador, em determinado momento descobriu que do processo não constava a certidão de óbito do funcionário e quem sabe se com a certidão de óbito, não se descobrisse que ele não era viúvo quando morreu, e quem sabe aqueles filhos não estariam lesando a sua própria mãe?

Então, esse funcionário, muito zeloso, requereu uma certidão de óbito, que não existia no processo.

Passou no Ministério da Agricultura vários anos, até que um funcionário deu uma certidão dizendo que lá não estava, só se estivesse na parte da Indústria e Comércio, que havia sido transferida quando do desdobramento do Ministério.

Lá foi o processo para o Ministério da Indústria e Comércio, onde passou sete anos, até que alguém descobriu que também não estava lá a certidão de óbito.

Então, voltou para o Ministério da Agricultura e, em maio de 1985, um funcionário escandalizou-se com aquilo: "Isso é um absurdo! Isso é uma coisa terrível! Mande-se este processo para o DASP!", que não tinha, coitado nada com o assunto.

E, afinal de contas, chegou ao DASP, chegou ao Ministério, chegou às minhas mãos e nós conseguimos que o Ministério da Fazenda, por decisão do Ministro, mandasse pagar todo o atrasado, de 1948 até agora, mesmo sem correção, enquanto designava um funcionário para fazer a correção monetária de 1948 para cá.

Acontece apenas, que nesse período tinha morrido outra filha e, então só existia um sobrevivente, com 83 anos de idade, que recebeu, e não sei se vai receber a correção e muitos menos se vai receber a cota daquela irmã que morreu, conforme a lei tinha assegurado.

Então, criamos o Senapro, que é um protocolo eletrônico. Esse protocolo funciona com muita simplicidade. Ele é instalado no Ministério da Administração e tem convênio com as Delegacias Federais da Fazenda nos Estados.

Qualquer papel destinado ao serviço público, agora, no momento, ao Ministério da Administração e ao Ministério da Fazenda, é entregue ali, é digitado na delegacia do Serpro, o interessado recebe um cartão com número do processo, aquilo nos é remetido em malote no dia seguinte, Chegando ao Ministério da Administração tem um grupo de análise que encaminha, com prazos, aquele processo para andar, e qualquer pessoa,

mediante o telefone — a ligação do telefone 1515 que pode fazer de qualquer parte do País saberá, em 30 segundos, onde está o seu processo, qual é o prazo para despacho e assim por diante.

Apenas, nós só conseguimos ligar, até hoje, no Ministério da Administração e no Ministério da Fazenda. Por quê? Porque nós mesmos não tínhamos idéia do número de processos. Nós calculávamos, quando muito, que existiam 5 milhões de processo andando neste País. E chagamos à conclusão de que 5 milhões e 500 mil andam só no Ministério da Fazenda e no Ministério da Administração.

Então, toda aquela estrutura que tínhamos preparado para atender até 5 milhões de processos em toda a administração federal de Brasília, verificou-se que era suficiente apenas para os Ministérios da Administração e da Fazenda.

E aí tivemos demoras para ampliar essa estrutura, por conta de greves, também, do Serpro, que nos dá assistência técnica, mas esperamos, até o final do ano, estar com todos os Ministérios ligados, com a previsão de que, naquele serviço, estarão funcionando 25 milhões de processos, cujo andamento qualquer interessado poderá saber, por um simples telefonema para aqueles 4 números, de qualquer parte do País.

A mim me satisfaz muito, logo no primeiro mês em que começou a funcionar, receber um telefonema de uma moça de Belém, agradecendo porque há sete anos um processo dela, de pensão, corria repartições e ela não conseguia sequer localizar, e que localizou em um minuto, através do SENAPRO.

Também, e nesses setores de Serviços Gerais encontramos muitos abusos: carros de representação: aqui em Brasília existiam 1.800 carros com chapa de bronze. Nos os reduzimos para 192. Só quem tem hoje, carro com chapa de bronze é o Ministro de Estado, o Secretário — Geral, o Presidente de autarquias e órgãos autônomos. Chefe de Gabinete, Secretários, todos perderam o carro oficial. Então, reduzimos de 1.800 para 192 e, portanto, nós os extinguímos nos Estados, onde não existem Ministros nem Secretários-Gerais, a não ser Presidentes de autarquias.

Quanto aos carros de serviço, aqueles com chapa branca, há 800 deles, em Brasília. Vamos reduzi-los para 400, através de uma central de serviço que está para funcionar dentro de pouco mais de um mês, os equipamentos já foram comprados, inclusive. É uma espécie de rádio-táxi para o serviço público. Assim, em vez de os Ministérios disporem, como alguns o fazem, de 100, 80, ou 120 carros que passam o dia andando, quando precisarem de um carro, telefonarão para a garagem do Ministério de Administração dizendo para quando e para que querem o carro, o qual prestará o serviço e voltará. Desta forma, estabeleceremos um maior controle.

Em Brasília, encontramos 84 carros distribuindo correspondência oficial. Oitenta e quatro carros. Estamos, agora, fazendo uma mala oficial que vai com 8 kombis atender a toda essa correspondência, através de duas viagens, uma de manhã e outra pela parte da tarde, entregando e recebendo malote.

Colaboraremos ainda com outros órgão, nas seguintes tarefas: na disciplinação das contribuições para a formação e manutenção de entidades fechadas de previdência privada, na reorganização

do IBGE; na aprovação do novo Estatuto da Caixa Econômica Federal; na extinção da Coque e Alcool da Madeira — COALBRA; na extinção das sociedades mercantis sob o controle indireto da União, ALÚNE, CONESG; CRN; na incorporação das empresas SUBPETRASA, IASA, ligadas à PETROBRÁS e INFAERO; na incorporação da empresa ALCANORTE, pela Companhia Nacional de Alcalis, e na extinção de Banco Nacional de Habitação, incorporando os seus serviços à Caixa Econômica Federal.

Então, foi isto que conseguimos fazer em dois anos: providência de emergência, correção de distorções, criação de macanismos e, agora, todo um programa de formação de estruturas enxutas, todo um programa de organização dos quadros de pessoal e todo um programa de formação e treinamento de pessoal.

Assim, no ano de 87, teremos os seis seguintes objetivos: o encaminhamento ao Congresso da Lei Orgânica da Administração Federal, estabelecendo as diretrizes e os processos da Administração Direta e Indireta; o novo Estatuto do Servidor Público, que compreende não só funcionários mas também o empregado pelo regime celetista; o novo regime jurídico para o funcionário público, em substituição ao atual estatutário de 52 e ao celetista, aplicado por empréstimo no serviço público; e o sistema de carreiras do funcionário público, já criado no Itamarati.

Nós o estamos criando, agora, na Previdência Social e dentro de 60 dias deveremos ter criado as carreiras das Universidades e, provavelmente, teremos definido se serão fundações, se serão autarquias ou se serão um ente próprio, jurídico, respeitando, no caso das universidades, a sua autonomia.

Quando me perguntam como vai a reforma administrativa, respondo que vai devagar — e não pode ir depressa; vai se realizando como um processo que não tem fim, porque vai corrigindo problemas que, às vezes, geram outros problemas, os quais têm que ser, depois, corrigidos; e vai definindo situações contra a própria inércia da máquina administrativa. Esta inércia é constatada por vários episódios e, dentre eles, poderia citar um. Quando reduzimos de 1800 para 192 o número de carros de representação, sobram quase 3 mil motoristas em Brasília. Veio o alistamento eleitoral e a Justiça Eleitoral nos solicitou 400 funcionários. Como era funcionário para fazer recadastramento, achamos que no meio daqueles motoristas disponíveis encontraríamos 400 funcionários capazes de fazer o recadastramento. Foi uma luta para conseguirmos os primeiros 70 dos quase 3 mil. Fizemos uma coisa até meio subversiva: depois de termos apelado para os Ministros, fizemos uma reunião com os Diretores de Pessoal, com a presença do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, fazendo um apelo, colocando em termos cívico, pois era a primeira eleição de Brasília. Com isso, conseguimos mais quase 200 funcionários. Entre eles, houve um repartição que nos mandou 5 funcionários com um ofício e um quadro anexo, onde constavam o nome do funcionário, sua profissão — motorista — e o motivo da redistribuição: alcoolismo crônico. Quer dizer que ele tomou 5 cachaceiros que estavam sobrando e os mandou. Os outros, que eram bons funcionários, dedicados, tralhadores, a máquina funcionava, porque esta é, realmente, a grande força

da máquina: a inércia, não aceitar transformações, não aceitar mudanças. E nós as vamos fazendo com dificuldade, com pertinácia e, agora, sentindo que está na hora de decisões mais importantes, como é a Lei Orgânica da Administração, o Estatuto do Servidor, o novo regime jurídico e o sistema de carreiras, já propusemos ao Presidente — e ele aceitou — de, a partir do mês de junho e de julho, reunir os Ministérios da área econômica, depois os da área social e, em seguida, os outros Ministérios e, pessoalmente, ouvir o relato do que foi feito no Ministério, do que não foi feito, das dificuldades encontradas, para que cada Ministro explique essas dificuldades, essas resistências no sentido de que o Presidente possa tomar uma decisão a ser rigorosamente obedecida.

Creio, portanto, que dentro desta orientação, estamos fazendo uma reforma administrativa prudente, consciente, que visa, primeiro, a melhorar as estruturas, como já foi feito em vários órgãos, segundo, criar um sistema transparente de responsabilidade de direitos de pessoal, através de carreiras que o funcionário fará por seu próprio mérito; e terceiro, colocando à disposição do funcionário, para que possa fazer essas carreiras por seu próprio mérito, a Escola Nacional de Administração e o CEDAM, Centro de Desenvolvimento, que vai fazer o treinamento de todos os funcionários.

Esta era a exposição que queria fazer, com uma satisfação e uma homenagem a esta Subcomissão que tem a tarefa de definir, na Constituição os problemas da Administração Pública. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Para iniciar os nossos debates tem a palavra o Constituinte Mário Lima, nosso Relator.

O SR. RELATOR (Mário Lima) — Sr. Presidente Geraldo Campos, ilustre Ministro da Administração, Dr. Aluísio Alves, meus companheiros de Comissão:

Realmente, o relato que ouvimos do Sr. Ministro nos surpreende ainda. Sabíamos que o regime autoritário ditatorial implantou muitos males neste País, não imaginávamos que chegassem a este ponto.

No setor em que trabalho, Sr. Ministro — sou funcionário numa empresa estatal — conseguimos milagres de confusão. Hoje temos na mesma empresa funcionários de primeira e de segunda categorias trabalhando lado a lado, enfrentando a mesma periculosidade, a mesma insalubridade. Quem foi admitido até um determinado período faz jus a determinado direito. A partir daquele período, quem vem depois, não tem esse direito como, por exemplo, os que trabalham numa área insalubre. A insalubridade é reconhecer-se o decreto como fator de limitação. Em todos os setores há descalabro, o protecionismo e, usando mesmo uma palavra forte há safadeza instituída como mérito. Pelo que ouvimos dizer, pelo que ouvimos do ilustre Ministro, consertar é uma tarefa difícil. Mas acreditamos que se sua administração não reparar 100% destes males vai deixar a maioria resolvida.

Só queria fazer duas perguntas, Sr. Ministro. Primeira: como V. Ex.<sup>a</sup> vê esse problema que o regime autoritário criou? Sou filho de funcionário público. Era difícil entrar, havia concurso, e havia dificuldades para as promoções. De 64 para cá, virou uma bagunça. Apareceu funcionário público

celetista, enfim, dois, três, quatro regimes. Como V. Ex.<sup>a</sup> vê o quadro e como V. Ex.<sup>a</sup> vê uma solução que olhe o interesse da Nação bem como o interesse do funcionário, porque acho, dentro da minha ótica, que o funcionário público é um empregado como outro qualquer. Uma datilógrafa funcionária pública deve ter os mesmos direitos que têm uma datilógrafa de uma empresa privada; apenas o padrão é o Governo. Como V. Ex.<sup>a</sup> vê isso?

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — A nossa posição, em relação ingresso do funcionário, é a exigência do concurso público. No Governo José Sarney não há um só funcionário que tenha sido admitido a não ser através de concurso público, salvo especialistas de algumas empresas, através de tabelas que têm que concorrer com a iniciativa privada e, mesmo assim só são admitidos por processos seletivos próprios dessas empresas. Na Administração Pública, só por concurso público. Então, a nossa idéia é a criação de um regime jurídico novo que terá como princípio o mérito, o que não acontece hoje. Hoje, o funcionário entra como Agente Administrativo, tanto o mau como o bom funcionário — um comparece e o outro não, um trabalha e o outro não e os dois têm a mesma sorte: de 5 em 5 anos têm um quinquênio, ganha um adicional de serviço, trabalha ou não. Vai chegar momento em que o funcionário trabalhador vai se questionar: para que se esforçar se o seu companheiro ao lado não faz nada disso e ganha o mesmo que ele? Vamos, então, acabar com o sistema em que o progresso do funcionário se faça por antiguidade. Ele vai entrar por concurso e, no espaço de 27 anos, chegará até Vice-Diretor da sua repartição, mesmo que seja inimigo do Presidente da República. Não importa, pois a sua carreira, a qual fará mediante os cursos que poremos à sua disposição na Escola Nacional de Administração e no CEDAM. Portanto, pelo seu mérito, até Vice-Diretor. O Diretor também, não será escolhido fora da carreira. Mas neste caso o Presidente da República poderá escolher, dentro da carreira, por seu arbítrio político. Assim o Diretor será uma escolha do Presidente, dentro da carreira, e até Vice-Diretor será simplesmente promoção dentro da carreira, pelo próprio mérito do funcionário.

Quanto aos cargos em comissão, ficarão apenas o de Ministro de Estado, o Secretário-Geral, o Chefe de Gabinete e os Assessores. O resto da máquina, de Direção para baixo, será todo feito através de concurso público.

Pretendemos definir que na Administração Pública direta fique apenas esse novo regime jurídico. Mas encontramos, aí 535 mil funcionários da Administração Direta e centenas de milhares da Administração Indireta, celetistas e estatutários de 52. Não vamos obrigá-los a entrar no novo regime jurídico. O funcionário que já está com 33 anos de serviço e que tem mais um quinquênio a ganhar, não vai querer fazer concurso e estudar. Ele não optará pelo regime jurídico; ficará no quadro estatutário em extinção. E o celetista que queira manter o fundo de garantia, por exemplo, que desaparece no novo regime, já que passa a ter estabilidade, cuja extinção foi a razão da criação daquele Fundo, se quiser, opta por continuar celetista, ficando numa tabela em extinção no quadro de celetista. À medida em que desaparecer, sua substituição já se fará por concurso, dentro do novo regime jurídico. Assim, para entrar nesse regime

jurídico, fará opção por isso. Se entrar por concurso, o seu enquadramento será automático, desde que opte; se não entrou por concurso, só poderá entrar mediante concurso. Se tiver feito concurso para escriturário ou datilógrafo, tendo se formado após isso em Engenharia, em Medicina ou em Direito, por exemplo, vamos permitir que, enquadrado na sua função anterior, faça um processo de ascensão funcional especial, ou seja, um concurso interno para médico, para bacharel ou para assistente jurídico. Se passar no concurso, terá ascensão para esta função, extinguindo-se sua função anterior.

O SR. RELATOR (Mário Lima) — Fico satisfeito.

Tenho uma segunda pergunta: com a advento dos funcionários celetistas, a grande atração da carreira pública, era o fato de a pessoa fazer seu concurso e depois de dois anos ter estabilidade, mas hoje ninguém os tem estabilidade, ninguém mais tem tranqüilidade. Assim, foram surgindo as associações de funcionários que, na prática, funcionam como sindicato. Não são de direito sindicatos, mas, de fato, o são. Hoje este é um tema muito discutido, muito debatido, e obviamente a nossa Comissão está sensível a este debate.

Eu perguntaria ao ilustre Ministro se, na sua ótica, como vê o problema da sindicalização do funcionário público e, conseqüentemente, se é sindicalizado e faz o seu sindicato. Como vê o direito de greve para este pessoal? Este é um problema já praticamente equacionado em todos os países democráticos do mundo, mas no nosso País, a oitava economia do mundo, ainda inexistente uma perspectiva de solução para este assunto. É muito importante para nós, e particularmente para mim, como Relator da Comissão, saber a opinião de um Ministro do meu Partido.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Pois não Eu sou contra o direito de greve do funcionário público e explico o porquê. O direito de greve é um instrumento que se dá ao trabalhador para, através do seu sindicato, levar o seu patrão a conceder reivindicações que ele está negando no processo de negociação. Como não chegaram a um acordo patrões e empregados, estes fazem greve e o patrão, muitas vezes para evitar o seu prejuízo — a fábrica parada, a casa comercial parada — faz a concessão, negocia sob a pressão econômica.

No caso do funcionário público, porém, não há este patrão. Se o funcionário entrar em greve, quem é prejudicado é a comunidade para cujo serviço foi contratado. Se ele é médico e deixa de trabalhar no hospital público, quem está sendo prejudicado é o doente; se é professor, quem está sendo prejudicado é o estudante. Esta é a primeira razão.

Como segunda razão, acho que chegaríamos a um impasse facilmente, se tivesse direito de greve. No caso de uma greve, a negociação é entre patrão e empregado. Chega um momento em que o empregador cede, concede tal ou qual benefício. E como isso poderia ocorrer na Administração Pública? Vamos admitir que ele quisesse um aumento de 100% e o Ministério da Administração o concedesse. E aí? Seria o suficiente? Não. Teria que ir ainda à área econômica a fim de que dissesse se haveria verba ou não para

pagar — Ministério do Planejamento — e se haveria dinheiro para pagar — Ministério da Fazenda.

Não tinha. Como ficaria o compromisso assumido pelo Ministério da Administração com os grevistas? Vamos admitir que os dois Ministros dissessem que haveria verba e dinheiro para pagar, mas, ao ir ao Presidente da República, este dissesse por uma razão política qualquer, que não concederia o aumento naquelas bases, porque criaria precedente, ou por outro motivo qualquer. Então outro impasse. Mas vamos admitir que o Presidente da República, por uma razão política qualquer, dissesse "Não concedo. Não quero conceder esse aumento nessas bases, que me vai criar precedentes para isso ou para aquilo". É outro impasse. Mas vamos admitir que o Presidente da República quisesse conceder. Teria que vir uma lei para o Congresso. Vamos admitir que o Congresso, ou não desse os 100%, ou desse mais de 100%. Portanto, falta o elemento negociador. Já na iniciativa privada, não; é entre patrão e empregado. No Governo, não; quem decide, afinal, é o Congresso Nacional. Não posso, amanhã dizer: "Vocês acabem com a greve, que vou conceder os 100%, garantidos por mim, pelos ministros, pelo Presidente, pela Câmara e pelo Senado". Há; a meu ver, uma confusão de valores e de mecanismos que se aplicam à iniciativa privada e não se aplicam ao funcionário público, tanto que sou a favor do direito de greve na administração indireta, na empresa pública, porque, ela executa a sua tarefa pública pelos processos da iniciativa privada. É uma empresa pública, é uma fundação. Por quê? Porque a diretoria de uma fundação pode conceder um aumento, a diretoria do Banco do Brasil pode conceder um aumento, e está concedido. Ela é a última palavra. No caso do funcionário público, não, a última palavra é uma lei do Congresso. Avaliem se eu chegar e dizer "Suspendam essa greve que esse aumento será concedido, essa vantagem será concedida". Isso dependendo ainda de um voto do Congresso. E se não fosse aprovada, ou se demorasse a ser aprovada — seis meses, dois meses, um ano — e a greve tivesse sido encerrada na base de um compromisso que eu não podia assumir. Esta é um das razões pelas quais sou contra o direito de greve.

E sindicalização? Entendo que uma coisa está vinculada a outra, mas se os funcionários públicos quiserem fazer sindicatos, como forma de representar as suas aspirações, não chego a ter opinião contrária, embora entenda que um sindicato que não tenha o direito de conduzir os seus associados a uma greve, é um sindicato manco, é um sindicato precário; na realidade, é apenas uma associação. Além do mais, há o problema do foro. As decisões relativas ao Governo Federal e aos funcionários públicos é da Justiça Comum; as decisões relativas a greves e a sindicatos, é da Justiça do trabalho. Então, temos aí outro problema greve a enfrentar. Portanto, minha opinião pessoal e do Ministério da Administração, é contrária ao direito de greve ao funcionário da administração direta, não das empresas públicas e das fundações que têm condições de decidir, elas próprias, pelos seus compromissos, sob o ponto de vista do direito de greve, embora admitam a forma de sindicato, porque, afinal de contas, não teriam as mesmas prerrogativas do sindicato comum.



O SR. RELATOR (Mário Lima) — Era meu pensamento encerrar nessas duas perguntas, mas vou pedir um esclarecimento. Entendo que a lei tem que se adaptar à realidade. Essas leis para os funcionários públicos foram feitas, na sua maioria, há mais de vinte, trinta e até quarenta anos. O País era outro, a economia era outra, as mudanças eram mais lentas. Hoje, na realidade, o funcionário público, os trabalhadores das chamadas atividades essenciais só são lembrados disso na hora de sofrerem determinadas restrições. O trabalhador da área essencial só é lembrado que é essencial quando é proibido de fazer greve quando ele vai negociar, vai para um tribunal, que faz os dissídios com os mesmos prazos, com as mesmas impossibilidades de realizar. Assim, V. Exª não acha que teria que se pensar numa sistemática também um pouco diferente, já que se pensa em se privar esses trabalhadores funcionários públicos dos direitos que são dados aos trabalhadores comuns, que podem ter o direito de greve, de se sindicalizarem? Eles não teriam que ter um mecanismo um pouco diferente? No final, acho que vamos terminar esquecendo o fundamental, que é a proteção ao homem.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Não. O fundamental não é a proteção ao funcionário. No caso, o fundamental é a proteção à comunidade à qual o funcionário deve servir. Não podemos dizer que o fundamental do serviço público é a proteção do funcionário público, mas o fundamental é o serviço que o funcionário tem que prestar à comunidade. Entendo que, quando o Estado assume atividades empresariais, Petrobrás, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, aí, sim, funciona o sistema empresarial, aí, sim, a administração de cada empresa tem o direito de concluir, tem o direito de fazer acordos, porque eles têm autonomia e condições de fazer isto. Mas o funcionário público, não! Ele está num mecanismo cuja decisão depende de uma lei, depende do Congresso, que não vai negociar com os grevistas, vai esperar as propostas de lei do Poder Executivo. Portanto, que se encontre uma forma. E, há formas em estudo. Por exemplo, criar tribunais administrativos, que julguem as causas dos funcionários antes de irem à Justiça; que possam examinar a política salarial, com a participação de representantes das associações. Não acho que o mecanismo da greve seja, por essas razões, adequado para o funcionalismo público.

O SR. RELATOR (Mário Lima) — Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Tem a palavra o nobre Constituinte Carlos Cotta.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS COTTA — Ministro, vejo que na administração pública federal temos, praticamente, quatro regimes de trabalho, quais sejam: o estatutário, o contrato temporário, o coletista e essas companhias prestadoras de serviços.

Gostaria de saber de V. Exª, dentro desse contexto, se há condições de o Ministério da Administração saber quantos funcionários públicos trabalham no Governo Federal. E, segundo, em relação ao qual quero discordar, quando V. Exª disse que no Governo Sarney não foi admitido ninguém. Esses mil e duzentos admitidos irregularmente, ilegalmente, foi no Governo Sarney, no período das proibições eleitorais.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Primeiramente, quanto aos funcionários, temos quatrocentos e quarenta e três mil celetistas; na administração direta e autarquias noventa e dois mil estatutários e, na administração indireta — empresas, fundações, etc — um milhão, duzentos e noventa e nove mil. Estes são os números. Além destes, há cerca de quase quarenta mil empregados de empresas prestadoras de serviço.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS COTTA — Quarenta mil?

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Perto de quarenta mil.

No Governo Sarney não foi admitido. É como se eu dissesse que no Governo Sarney não há crime de morte. Quer dizer, sempre há abusos. Se esses 1.292 tivessem sido admitidos e tivessem sido incorporados, aí, sim, poderíamos dizer que a responsabilidade é do Governo. Mas tão logo verificamos o desrespeito à proibição desses 1.292 funcionários, imediatamente fizemos um aviso a cada Ministro, civil e militar, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Educação, Ministério da Reforma Agrária, denunciando aos órgãos de pessoal. Muitas vezes o Ministro também não sabe que essas admissões são feitas pelos órgãos. As universidades haviam admitido irregularmente, e pedimos providências para a demissão desses funcionários. Já estamos recebendo a resposta, como, por exemplo, do Ministério da Fazenda, onde houve cinquenda e sete admissões; do Ministério da Aeronáutica, onde houve treze admissões, todos eles comunicando que tomaram a decisão de demitir esses funcionários.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS COTTA — Ministro, V. Exª não acha que se houver um mecanismo de folha de pagamento diretamente ligada ao Ministério da Administração, essas admissões serão muito difíceis?

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Sim, mas já se criou esse mecanismo. Estamos esperando que, dentro de um mês a quarenta e cinco dias, o Ministério da Fazenda nos entregue um sistema de controle das folhas de pagamento, para que possamos acompanhar mensalmente esta situação. Além disso, criamos as auditorias de pessoal, para as quais vamos preparar o pessoal, a partir de hoje, em cursos, e, então, mediante a folha de pagamento, verificando que houve um excesso, e há uma divergência no número de funcionários sobre a folha do mês passado, imediatamente faremos uma auditoria e tomaremos as providências. Coisa que não existia e só foram criadas a partir de agora.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS COTTA — Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Com a palavra o Constituinte Mansueto de Lavor.

O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LA-VOR — A pergunta que ia formular já foi praticamente respondida por V. Exª quando respondeu às indagações formuladas pelo nobre Relator, Constituinte Mário Lima. Entretanto, gostaria de entender as suas colocações acerca do direito de greve dos servidores, que ainda não está assegurado, e deverá ser uma conquista na próxima ordem constitucional. Assim, esses argumentos

trazidos por V. Exª, visando a exclusão dos servidores públicos da administração direta, da fruição do direito de greve, não me convenceram. Realmente, tenho uma proposta que entreguei, já dentro das sugestões, estendendo o direito de greve a todos, baseado no princípio de que, afinal de contas, há aquele princípio da isonomia com que todos devam ser tratados. Não vejo porque os servidores da administração direta já entrem com essa desvantagem, já entrem com a fruição desse direito barrada na origem do seu próprio contrato de trabalho. No meu entender, se deveria estabelecer certos prazos mais largos, mais cautelosos, quanto ao processo da greve. Inclusive, tenho aqui em mãos a proposta do grande constitucionalista brasileiro, Professor Pinto Ferreira, que estabelece uma espécie de procedimento, que considero justo, que é a notificação judicial. Será precedido da notificação, com o prazo, segundo ele, de trinta dias antes da deflagração da greve nos servidores públicos da administração direta. Mas, pura e simplesmente, negar ao servidor da administração pública, federal, estadual ou qualquer que seja a esfera, o direito de greve, será, não apenas uma enorme frustração, mas, parece-me, que o direito dos trabalhadores, na nova Carta constitucional, terá um cerceamento inexplicável em face da nova realidade do País. Com muito respeito, gostaria, então, de discordar da argumentação de V. Exª, no que se refere ao não direito de greve aos servidores da administração direta.

O SR. ALUIZIO ALVES — Respeito a opinião de V. Exª, nobre Constituinte, mas gostaria de desfazer um equívoco: não sou contra o direito de greve dos servidores da União, mas, sim, dos funcionários.

O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LA-VOR — Da administração direta?

O SR. ALUIZIO ALVES — Sim.

Quando a União resolve funcionar como empresa, resolve funcionar como fundação, que é um instituto de direito privado, resolve funcionar como sociedade de economia mista, deve correr todos os riscos e deve aceitar todas as regras do jogo capital-trabalho. A administração pública tem a finalidade diferente, estrutura e objetivos diferentes. Quanto a este aspecto, vamos admitir, respeitando a competência do Professor Pinto Ferreira, por quem tenho grande admiração, que, em determinado momento, a Secretaria de Administração da Presidência da República recebesse uma notificação judicial para, no prazo de trinta dias, dizer se concede ou não determinado benefício, aumento ou reajuste que esteja sendo pleiteado por uma categoria profissional. Se eu disser que não posso conceder, entram em greve; se responder que concedo, evito, a greve. Mas, para que conceda, é preciso verba no Orçamento e dinheiro para pagar aquela verba. Então, eu iria ao Ministério do Planejamento e diria: mas, eu disse que concedia. E responder-me-iam: não temos verba no Orçamento, não podemos conceder. Ou, então, o Ministro da Fazenda diria: não tenho condição de pagar este ano porque estamos com um grande déficit entre receita e despesa. Ou então, ambos concordam, mas o Presidente da República, que é uma autoridade maior, resolve não conceder. Poderia, ainda, o Presidente não conceder e mandar um projeto de lei ao Congresso e este, na sua soberania, não concede.

Como eu ficaria perante o juiz que me notificou e a quem respondi que ia atender? Respondi imediatamente. A não ser que a notificação pudesse ser respondida da seguinte maneira: por mim, está bem. Vamos ouvir os outros ministros, está bem. Vamos ouvir o Presidente, também está bem. Vamos mandar para o Congresso, e este poderá demorar ou votar imediatamente. Então, aquela notificação ficaria inútil e aquele prazo mais inútil ainda. O mecanismo do serviço público não pode ser confundido com o mecanismo da iniciativa privada, tanto que sou favorável a que se dê o direito de greve aos empregados da União, aos empregados públicos que estejam enquadrados em fundações, naquelas instituições que são próprias da iniciativa privada. Na repartição pública, aí, sim, sou contra, porque entendo que os objetivos e as características são diferentes, e não vejo como se conceder o direito de greve, que só poderá ser evitado mediante um compromisso patronal, que ninguém tem condições de assumir, pois esse compromisso depende de lei a ser votada pela soberania do Congresso Nacional.

O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LA-VOR — Ministro, apenas para complementar, não quero polemizar. O problema é que uma das características do Estado democrático moderno é a de se colocar, ele, como parte perante à sociedade, ele não tem privilégios. Se o Estado é acionado, a não ser alguns privilégios de prazos, de foro especial etc., ele entra como uma parte qualquer, como um empresário qualquer. Não estamos em um estado cooperativo ou em uma sociedade cooperativa, onde todos são partes iguais. Na realidade, nesse caso, não é a sociedade que é acionada, não é a comunidade. O Estado, aí, não está representando a comunidade como um todo, porque, do contrário, não estaria sendo acionado. Ou melhor, está sendo perquerido acerca de um direito de uma parcela da comunidade, que são os servidores ou os funcionários públicos.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Estamos colaborando com os argumentos que cada um tem.

O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LA-VOR — Mas, queria frisar a V. Exª o seguinte: parece-me que a tendência é reverter. Hoje, os funcionários são minoria diante de todos os servidores, mas, se não me engano, há uma tendência de reverter, e a administração considerar como maioria os funcionários públicos. Não é isto o que V. Exª expôs?

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — A tendência da reforma administrativa é esta.

O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LA-VOR — Nesse caso, haveria um argumento a mais para se fortalecer essa introdução do direito à greve, dos funcionários públicos, na nova Constituição, porque já não iria atender a uma minoria dos servidores, mas a uma maioria.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Entendo que haveria um argumento a menos. Sabe por quê?

O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LA-VOR — Sim.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Vamos admitir uma hipótese: os funcionários do Poder

Executivo entraram em greve, e com eles se solidarizaram os funcionários do Poder Legislativo — Câmara e Senado. Então, iríamos assumir, nós, o Ministério da Administração, ou o Governo Federal, um compromisso de conceder aquele benefício, que só pode ser concedido através de uma lei. Não é por negociação entre patrão e empregado, é através de uma lei. Não por negociação entre patrão e empregado, é através de uma lei. Quando chegasse aqui, os funcionários do Poder Legislativo estando em greve, a lei não fosse votada.

Vejam V. Exª que o mecanismo do serviço público é diferente da iniciativa privada. Na iniciativa privada. Na iniciativa privada há o patrão que decide, que conclui, que nega, que aceita. No funcionalismo público, não, é através de lei. E uma lei para ser votada, tem um mecanismo de decisão que não depende de ministro, não depende do Presidente da República; depende de dois Poderes. Bastaria os funcionários do Poder Legislativo entrarem em greve para que não fosse votada uma lei, para não ser cumprido o compromisso assumido pelo Poder Executivo.

Respeito a opinião de V. Exª Tenho apenas o dever de dar a minha opinião franca, quando perguntado sobre o problema.

O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LA-VOR — Obrigado, Ministro. A minha segunda pergunta é acerca das restrições referentes à idade do ingresso no serviço público. Que restrições teria V. Exª acerca desse item idade?

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Hoje, a idade é 35 anos para o ingresso no serviço público, prevendo-se que há que dar tempo para o funcionário exercer a sua função e ter uma aposentadoria. Se V. Exª admitisse que ele pudesse entrar aos 50 anos, e tivesse que se aposentar aos 65, ele levaria vantagem de trabalhar 15 anos e ter uma aposentadoria, enquanto outros que entraram com 18 anos levariam mais anos para se aposentar.

Agora, se se permitir, como na Previdência, a aposentadoria proporcional, aí não há mal nenhum porque, quem entrou com 50 anos, pode chegar à idade compulsória. Há pessoas que se aposentam com 10 anos, se entrou com 60 anos, aí não há mal nenhum. Agora, o que não pode, porque há a aposentadoria proporcional, é entrar com 50 anos, trabalhar 20 e ter uma aposentadoria igual àquele que entrou com 18 anos e teve que trabalhar 35 anos de serviço. Acho que não há mal em se eliminar essa restrição de idade com a aposentadoria proporcional.

O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LA-VOR — Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Com a palavra a Constituinte Wilma Maia.

A SRª CONSTITUINTE WILMA MAIA — Sr. Ministro da Administração, de acordo com os cálculos do Dieese, o salário-mínimo no Brasil hoje é um dos mais baixos dos últimos 35 anos. Segundo os cálculos do mesmo Dieese, o salário mínimo corresponde a 48% do salário pago ao trabalhador em 1940 deveria ser de aproximadamente Cz\$ 7.900,00, exatamente para dar condições do trabalhador atender às suas necessidades básicas de alimentação, vestuário, transporte etc.

Pergunto: o Ministério da Administração tem alguma proposta, está fazendo algum estudo nesse sentido para apresentar à área econômica, tendo em vista que o cálculo do salário do servidor público é feito em cima do salário mínimo?

Em relação à sindicalização, ou seja, o direito de greve do servidor público, lembro a V. Exª que não é apenas para melhorar o salário que a greve hoje é um instrumento de conquista do trabalhador, mas também para melhorar as condições de trabalho do servidor, para que ele tenha condições de cobrar e também conseguir a transparência do Governo, tendo dessa forma uma co-participação.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Começo por esclarecer que o direito de greve que fosse concedido apenas para reclamar condições de trabalho e não pudesse reclamar salários, era um direito de greve precário. Então, tem que se conceder o direito de greve para que ele seja exercitado na defesa de todos os interesses do funcionário.

Quanto ao salário-mínimo, reconheço que não só o salário mínimo, mas o salário dos trabalhadores, dos funcionários, estão extremamente defasados. Sobretudo a partir de 1979, algumas categorias dos funcionários públicos perderam, de 79 para cá, cerca de 300% do valor do seu salário. Agora, não se pode cobrar de um governo, que está apenas há dois anos, pague a conta de vários anos de erros, sobretudo, quando para pagar essa conta, precisa de dinheiro e esse dinheiro realmente está muito escasso em função do déficit público; que é o maior da História do Brasil, e da dívida externa, que é a maior da História do Brasil. Então, levou-se 20 anos acumulando-se dívidas, acumulando-se compromissos, reduzindo-se o valor do salário mínimo, do salário do trabalhador, do salário do funcionário. Não se pode querer em 2 anos que o Governo, com todas essas dificuldades, pague a conta de 20 anos, sobretudo no caso dos funcionários a partir de 74, quando a inflação era "x" e o reajuste do funcionário era "x menos tanto". Sempre se concedia menos do que a própria taxa de inflação. Isso foi feito durante todo o regime autoritário, sobretudo no Governo Figueiredo, durante 6 anos. Agora, querer que se pague em 2 anos essa conta, é realmente uma manifestação de grande otimismo. Não é possível admitir como a solução mais prudente.

Gostaria também de acrescentar que estamos com uma Comissão, constituída por um funcionário do Ministério do Trabalho, por um funcionário do Ministério do Planejamento e três funcionários do Ministério da Administração, fazendo um levantamento de toda defasagem salarial, categoria por categoria, ano por ano, de 74 até 86. Pretendemos, mediante esse levantamento, propor ao Presidente da República uma reposição salarial gradual, em cada semestre ou em cada ano, de modo a diminuir essa defasagem, pela qual o atual Governo não tem culpa, pois todos os reajustes concedidos no atualmente, foram acima da taxa da inflação. No primeiro ano foi 23% acima da taxa da inflação; no segundo, foi 2,5 e depois, mais 8%. Agora, de novo, se deu uma nova reposição de 5%, no mês de janeiro, além dos dois gatilhos de março e abril. Portanto, não há nenhum reajuste no atual Governo abaixo da

inflação. Agora, encontramos toda uma defasagem feita ao longo dos anos de regime autoritário, sobretudo nos últimos anos. Não podemos, de uma hora para outra ou em dois anos, repor.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Com a palavra o Constituinte Augusto Carvalho.

O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO — Sr. Ministro, queria apenas fazer um reparo quando V. Ex.<sup>a</sup> falou que na área das empresas públicas, empresas estatais, haveria uma autonomia do Presidente do Banco do Brasil, do Presidente da Petrobrás. Acho que a nossa experiência no movimento sindical brasileiro, tanto na ditadura, como agora, na Nova República, sempre foi jogo de empurra dos presidentes das empresas, lançando a culpa ou a responsabilidade para o atendimento de uma determinada reivindicação, ao Ministro que controla aquela área, seja no caso do Banco do Brasil, o Ministro da Fazenda, seja a Petrobrás, o Ministro das Minas e Energia. Essas greves, que têm sido frequentes nessas áreas, geralmente têm chegado a um bom termo. A greve é um instrumento democrático, numa sociedade democrática, mas se tem chegado à solução desse impasse. Então, é apenas um reparo na questão da autonomia, que, realmente, não tem sido praticada.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Eu mantenho a minha opinião quanto à parte legal. O Conselho de Administração do Banco do Brasil tem competência legal para conceder ou não. Se resolver ouvir o Ministro da Fazenda, é outro problema, mas ele tem competência legal. Agora, mesmo que resolva ouvir o Ministro da Fazenda, se o Ministro da Fazenda concordar a diretoria do Banco do Brasil se reúne e concede. No caso dos funcionários públicos, não. Se o Ministro da Administração concede, o Ministro da Fazenda concorda, o Ministro do Planejamento diz que tem verba, o Presidente da República também concorda, ainda depende de uma lei a ser votada pelo Congresso. Portanto, ninguém pode decidir senão depois do Congresso. Isto é, por lei. Enquanto em uma empresa pública a decisão é da diretoria, ou quando muito do Ministro da área, a quem aquela empresa é vinculada. No caso do funcionário público ele depende de dois poderes: do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO — O jogo de empurra existe, agora talvez existam menos envolvidos, no caso, as empresas estatais.

O MINISTRO SR. ALUIZIO ALVES — A não ser que resolvamos fazer o seguinte: esse negócio de democracia é muito complicado, tudo depende de uma lei. Então vamos acabar com o Congresso e, aí é um Ministro ou o Presidente quem decide. Já que é democracia, temos que esperar, cumprir o tal ritual da democracia, que só se efetiva em decisões dessa natureza através de lei.

O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO — Nós não queremos ser contra a democracia, queremos aprimorar a nossa democracia, inclusive conferindo direitos semelhantes.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Há muitas formas de se aprimorar. Inclusive, como V. Ex.<sup>a</sup> me explica se conceder um aumento ao funcionalismo público sem lei? Não pode.

O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO — Acho que a prática do exercício da democracia vai mostrar à sociedade que é melhor as soluções negociadas do que a pura e sistemática proibição, com direitos diferenciados que hoje existem em relação ao funcionalismo público e com relação aos demais segmentos dos trabalhadores.

Diante da questão que foi colocada, de contratações irregulares, queria saber se realmente nessas contratações estão também os funcionários contratados para montar a Secretaria Especial de Ação Comunitária. Houve anúncios nos jornais de que seriam contratações especiais. Ficamos preocupados, porque poderia ensejar situações de receberem salários acima dos próprios servidores que estão ali há algum tempo, exercendo funções semelhantes.

A segunda questão: no plano do Governo, dessa reforma administrativa ampla, exatamente para dar mais amparo, dar mais consistência à atividade pública, está também previsto o aprimoramento dos recursos humanos na área, inclusive, de doutoramento, de pós-graduação, na universidade brasileira, ou apenas nas escolas administrativas?

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — O Governo Sarney, no dia 17 de março, proibiu as contratações na administração direta e no dia 7 de julho, na administração indireta. Houve uma desobediência na contratação de 1.292 funcionários que apuramos e solicitamos sua demissão. Estão sendo efetuadas. Agora, o Governo criou a SEAC — Secretaria de Ação Comunitária. Um serviço novo não podia trabalhar sem funcionários. Então autorizou uma tabela, se não me engano, de 92 empregos, dentro dos padrões de vencimento do funcionalismo e com o aproveitamento de funcionários concursados, através da Secretaria da Administração. Autorizou a contratação na Secretaria do Tesouro, também serviço novo, que não podia instalar-se sem funcionários. Houve a contratação de 300 funcionários nas mesmas condições. E ainda agora — já com a reformulação de alguns órgãos, como o IBC, a SUDHEVE/ — autorizou 1.100 contratações, pelo Ministério da Reforma Agrária, para o Incra, para dirigir os assentamentos dessas desapropriações de terra. O Incra não estava preparado para essa várias desapropriações e vários assentamentos. Então, calculou a necessidade de 1.100 funcionários. O Presidente aprovou, mediante um decreto que propomos. Esses funcionários serão, primeiro, recrutados, daqueles que estejam sobrando da reformulação do IBC, da Sudheve e dos órgãos que passaram por reformulações. Esgotados esses concursados antes da data da autorização, pois disso haverá a admissão de novos funcionários, mediante concurso público. Não poderia ser mais cuidadoso e nem mais rigoroso.

Em matéria de aperfeiçoamento dos recursos humanos, instituímos o Cedam — Centro de Desenvolvimento Administrativo. O Cedam está elaborando um programa intensivo e amplo de treinamento de pessoal de nível médio e de nível superior, há ser executado nos Estados em convênio com as universidades, em convênio com as escolas técnicas federais e outros estabelecimentos. São treinamentos de vários níveis, treinamento técnico e treinamento de gerenciamento. Muitas vezes um excelente médico é um péssimo diretor de hospital. Acontece que ele só aprendeu

a ser médico. Através da Cedam, vamos preparar também em gerenciamento, administradores das várias atividades afins do poder público federal. Além disso, a Escola Nacional de Administração vai formar administradores. Essa escola é em pós-graduação. Para se ingressar nessa escola tem que se ter o curso superior, fazer o vestibular — vai ser feito agora em maio —, passando no vestibular, se já for funcionário, é desligado da sua repartição e fica com todos os seus vencimentos cursando em tempo integral a escola. Se não for, terá uma bolsa de estudo para fazer todo o curso. E saindo da escola com êxito, já sai nomeado para as vagas que existam em todos os ministérios, em todos os órgãos públicos. Esse curso é diferente do curso de pós-graduação universitário. É um curso de ano e meio, em que serão três meses de conhecimento acadêmico para homogeneização de conhecimentos, depois um ano de estágio em repartições federais, estaduais e municipais, supervisionado pela própria escola, depois mais três meses de homogeneização de conhecimentos práticos e teóricos. É um curso que em um ano é experiência, e seis meses é conhecimento teórico. Esse curso preparará administradores civis, que sairão para as atividades próprias de um administrador civil. Agora, independentemente disso, vamos fazer cursos de gerenciamento para as atividades afins de todos os ministérios, através da Cedam.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Com a palavra o Constituinte Ronan Tito.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Sr. Ministro, causou-nos espécie uma disputa interna do Governo, à época do Presidente Médici quando um Ministro pedir exoneração do seu cargo, porque o Ministro do Planejamento daquela época havia afirmado que o Governo era aético. O Ministro que renunciava dizia que o Governo não pode ser aético. Ele não gostaria de pertencer a um Governo que se confessava aético e que se determinava a continuar sendo um Governo aético. No entanto, hoje, ainda nós vemos alguns entulhos autoritários permanecendo. E de todos eles, o que mais me causa espécie, e que não me parece dotado de ética nenhuma, é o Governo evitar contratações, mas contratar empresas prestadoras de serviços. Se para nós, no capitalismo, às vezes, é dificultado provar a mais — valia, que é a apropriação que existe no diferencial de custo para depois a venda, nessas empresas de contratação de serviço, de prestação de serviço, a mais — valia está na cara, está entre aquilo que o Governo paga e entre aquilo que o funcionário recebe. Assusta-me e me causa espécie ver o Governo não só aceitar isso, e tenho certeza de que nesta Constituinte teremos diversas propostas para acabar com essa maneira de espoliar o trabalhador, mas, repito, me causa espécie e ver o Governo, além de aceitar, patrocinar a continuidade dessas empresas prestadoras de serviços. Esta é uma afirmação e uma observação minha como pertencente a esse Governo no Congresso Nacional. Custa-me engolir a continuidade dessas contratações.

V. Ex.<sup>a</sup>, reiteradas vezes, tem dito, através da televisão e da imprensa, que tem feito todo esforço para enxugar a máquina e diminuir o número de funcionários. Com essas proibições todas e com as medidas tomadas e aposentadorias,

quantos funcionários se diminuiu do quadro de funcionários do Governo Federal?

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Em primeiro lugar, vamos falar sobre as prestadoras de serviços.

O sistema atual é realmente aéctico. A empresa contrata determinados profissionais e põe-nos à disposição dos órgãos públicos. Alguns abusos mais graves foram verificados. Por exemplo, se se quer contratar uma secretária, mas não há vaga de secretária, se entra em conluio com a empresa e ela fatura sete vigilantes, cujos salários dão para pagar aquela secretária. São coisas dessa ordem, que estamos corrigindo à medida que encontramos.

Agora, há a acusação de que as empresas pagam salário mínimo a funcionários e recontratam esses funcionários por preço mais alto.

Por outro lado, reconhecemos que há certas atividades que não se justificam serem exercidas por funcionários públicos. Por exemplo, garção, ou cozinheiro, no Ministério que fornece alimentação. Se há um cozinheiro que cozinha mal, mas é funcionário efetivo, é funcionário público, só há duas soluções: ou encostá-lo e nomear outro e ficar um sem fazer nada, ou obrigar os funcionários a comerem a comida malfeita só porque não pode demitir o funcionário.

Há outras funções que não exigem maior preparação desse nível. O ideal seria nomear e demitir e não dar a essa pessoa a estabilidade de funcionário. Não serviu? Cozinha mal? Serve mal? Então, demite, substitui aquele funcionário. Sendo funcionário público, isso não acontece.

A nossa idéia, que está em amadurecimento, é eliminarmos todos esses contratos com terceiros e fazer, no Ministério da Administração, uma tabela, um quadro celetista que possa ser demitido, substituído, como se fosse uma empresa privada. O Ministério precisa de dois vigilantes, ou de um cozinheiro, ou de um garção, ele pede e lhe será fornecido. Não serviu, devolveu. Então, ele será demitido e será substituído. Essa é uma primeira hipótese. Até porque ainda teria a seguinte vantagem: hoje, se o Ministério tem uma verba grande e precisa de poucos funcionários paga Cz\$ 4.000,00 a um ascensorista. Se ele precisa de mais ascensorista e tem uma verba pequena, ele paga Cz\$ 1.600,00, Cz\$ 1.800,00. Há essas desigualdades. Então, fariamos, pelo preço fornecido pelo sindicato, cozinheiro, garção aqui em Brasília: quanto é? Então, seriam contratados por aquele salário.

É a única maneira que estamos examinando de substituir este regime de contratação de terceiros, sem fazer desses 36.000 servidores, funcionários públicos.

Vamos admitir o seguinte: vigilantes. Se fizer do vigilante funcionário público, o que acontece? Ele não comparece ao serviço ele comparece e vai dormir e não se pode demitir. Já tive mesmo casos concretos. Tenho dois vigilantes que foram suspeitados, e depois comprovado, de furto de pequenos objetos, pequeno dinheiro e que não adianta demitir porque ainda não há meios pelos quais eu encaminhe ao Presidente da República projeto de reintegração como casos, de agentes da Polícia Federal, ou de funcionários do Fisco, que são comprovadamente peculatórios, comprovadamente desonestos, mas cujos processos depois de anos, acompanhados por um Procu-

rador da República que escreve uma razão qualquer, numa folha de papel qualquer contra um advogado que tenha interesse da causa, e quase sempre 4, 5, 6 anos depois estão sendo reintegrados com o pagamento de todo o atrasado.

Não exagero dizendo que este ano já encarnihei à Presidência da República mais de trinta processos de reintegração, de processos de peculato comprovado, extorsões com agente policial e que depois, por um defeito qualquer do processo volta. Tanto que estou propondo agora uma solução para inquérito administrativo que pode não ter grande validade, mas será melhor do que o atual. O processo administrativo sobre um funcionário do Ministério da Administração não pode ser feito por funcionário do próprio Ministério, tem que ser feito por outro, porque senão cria aquele ambiente de coleguismo, de pena, de não ser acusado de dedo-duro e tal. É difícil.

Acho que em certas atividades desse tipo — cozinheiro, garção, agente de vigilância —, seus servidores não devem ser funcionários públicos, porque se tiverem estabilidade como funcionário público não se tem como fazê-lo cozinhar melhor, se ele não quer cozinhar; servir melhor, se ele não quer servir.

Tem que ser uma mão-de-obra que realmente haja a possibilidade de mudar, caso contrário, realmente, não há solução.

Acho o atual regime de contratação de terceiros um ponto cheio de defeitos, cheio de erros e estamos nos preparando para oferecer ao Governo uma substituição para esse regime.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Sr. Ministro, devo dizer que respeito muito o seu ponto de vista, mas não concordo, absolutamente não concordo, com o que V. Ex.<sup>a</sup> disse. Porque, se prosseguirmos no raciocínio que acaba de nos expor, não devemos contratar médico, porque o médico pode ficar relapso e não vai funcionar; não vamos contratar datilógrafos, porque os datilógrafos podem não servir e não vai funcionar. Esta inépcia dos procuradores, ou esta incapacidade do Estado de manter um bom corpo de procuradores, não pode ser justificativa para que o Estado continue a subfaturar aquilo que recebe do funcionário.

Acho que seja cozinheiro, seja vigilante, seja datilógrafo, seja o que for, se o Estado precisa contratar funcionários, ele tem que arcar com a responsabilidade da contratação, da vigilância e também dos concursos para admissão, porque senão vamos justificar que o Estado não pode ter nenhum funcionário. Ele não pode ter datilógrafo, porque o datilógrafo pode ser incompetente.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Nobre Constituinte, é muito diferente. A consciência profissional de um médico e de um cozinheiro é muito diferente.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — O que é isso, Sr. Ministro?

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — É muito diferente, a formação é diferente. Ele não estudou, ele sabe apenas cozinhar, é muito diferente. Eu discordo inteiramente.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Sr. Ministro, quero deixar registrada a minha não cor-

dância porque V. Ex.<sup>a</sup> está falando em questão de estudo e eu estou falando em questão de ética. São coisas completamente diferentes. A questão ética independe, muitas vezes, de estudo acadêmico ou curricular. De maneira que não posso admitir, de nenhuma maneira, que todos os cozinheiros são aécticos e, por isso, não podem ser contratados. Não admito, não posso admitir.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Mas se ele for mau cozinheiro não há como demiti-lo.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Não posso admitir. V. Ex.<sup>a</sup> não pode demitir o mau médico, não pode demitir o mau datilógrafo...

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Posso.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Segundo a confissão de V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Não, é diferente. Como é que eu vou demitir um cozinheiro que não sabe cozinhar? Como vou provar que ele não sabe cozinhar, perante o juiz? Vou fazer um almoço para o juiz, para provar que ele não sabe cozinhar?

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Como V. Ex.<sup>a</sup> vai provar que um médico é incompetente? Como V. Ex.<sup>a</sup> vai provar que um contínuo é inepto?

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — As atividades deles são diferentes.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — É evidente que se houvesse aqui nesta Comissão ao menos um advogado, ou um jurista, ele poderia dizer que, dentro de um processo, é possível V. Ex.<sup>a</sup> provar a incapacidade de qualquer pessoa. Agora, é evidente que, talvez, a ausência desse advogado, desse jurista, pode tomar para nós a coisa um pouco difícil, mas não estamos discutindo aqui formação acadêmica ou formação escolar, estamos discutindo questão de ética.

Acho que se o Governo não tem condições, em nenhum momento, de contratar um cozinheiro, ele não tem o direito de pagar a uma empresa que contrata e que despeça porque esse princípio de falta de ética aí não justifica.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Não estou defendendo a idéia da empresa, estou defendendo a idéia de uma tabela pelo regime celetista que pode ser demitido a qualquer momento, sem estabilidade, e não funcionário público.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Dá no mesmo.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Não, é diferente. O funcionário público, eu não posso demitir; o celetista, posso demitir, se ele não servir. É diferente. Eu distingo entre o celetista, o empregado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, sem estabilidade e o funcionário público que, depois de dois anos, é estável.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Sr. Ministro, apenas para encerrarmos essa polêmica, gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que se depender desta Subcomissão, não tenho dúvida de que a estabilidade dos trabalhadores do Brasil estará aprovada por 90%. Não tenho dúvida e aí fica mal para as empresas. Nenhuma empresa pode contratar um cozinheiro. Que coisa terrível! Que descabro,

as empresas que vão contratar cozinheiros para servir dois, três, quatro mil funcionários não poderão contratar, porque não poderão provar em juízo que ele é incompetente.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — A estabilidade será concedida na empresa privada logo no primeiro momento, dentro do regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Será? No nosso entendimento, trabalhador não é camisa que se suja e joga fora.

Sr. Ministro, isso não é inovação desta Subcomissão, isso é um consenso de toda sociedade moderna. Por exemplo, o Jornal **The Times**, de Londres, há muitos anos quer passar o seu sistema de impressão para **composer** e para sistemas de computadores e não pode porque os funcionários não permitem, e não se pode demitir um funcionário.

Veja bem, Ministro, isso para mim é a obrigação social de acabar com esse rraetismo da empresa e também do Estado. E os entristece muitíssimo no momento em que estamos estudando essa função social da empresa e o direito da lei proteger o trabalhador dentro da empresa, que venhamos ter do Ministro da Administração do meu Governo, aqui nesta Subcomissão, a afirmativa que não tem como dispensar alguém por inépcia e, por isso, não deve contratar e deve ficar se servindo de empresas para subpagar.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Eu não disse de empresa. V. Ex<sup>a</sup> mais uma vez faz uma afirmação que não corresponde ao que afirmei que não é o regime de empresas que condeno, mas o regime mantido, o regime sem estabilidade, através de uma tabela própria, pelo regime de Consolidação das Leis do Trabalho.

Agora, se amanhã a Constituição disser que o funcionário é admitido e no primeiro dia ele já é estável, essa solução não serve.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — V. Ex<sup>a</sup> deve saber que qualquer contrato de trabalho tem o prazo em que se contrata para fazer a experiência do funcionário. Depois desse prazo de experiência, tenho certeza que esta Constituinte irá aprovar, todo trabalhador será estável.

E, se Deus quiser, não haverá locadora de mão-de-obra. (Aplausos.)

Agora, V. Ex<sup>a</sup> está só me devendo uma resposta. Quantos funcionários foram enxugados da máquina?

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — No ano de 85 houve 39.300 vagas e foram preenchidas apenas 23.000; no ano de 86 o número de vagas foi da ordem de 28 a 29 mil e foram preenchidas apenas 13.000.

Então, o Governo tem enxugado da seguinte maneira: não preenchendo todas as vagas verificadas e não contratando mesmo para os novos serviços. Assim tem procedido o Ministério da Reforma Agrária, o da Cultura e do Desenvolvimento Urbano — o Ministério da Reforma Agrária, só agora, nesse serviço de assentamento — todos os Ministérios foram sempre aproveitados e redistribuídos de outros órgãos.

Se somarmos os funcionários que seriam necessários para os novos serviços, os funcionários que não foram substituídos por morte, ou por aposentadoria, esse enxugamento será da ordem, mais ou menos, nos dois anos, de 50 a 55 mil.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Com a palavra o Constituinte Francisco Küster.

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO KÜSTER — Sr. Ministro, em primeiro lugar, V. Ex<sup>a</sup>, na explanação que fez, citou dados estatísticos que são interessantes e não pude anotar todos. Se V. Ex<sup>a</sup> pudesse fornecer à Secretaria da Subcomissão para que tirasse xerox para passar a nós outros, seria de grande valor, de grande importância.

Ato contínuo, Sr. Ministro, V. Ex<sup>a</sup>, na sua explanação, também teceu algumas considerações com relação a uma série de providências, e tenho aqui uma correspondência, a qual vou me permitir citar um tópico, mas antes devo fazer uma introdução da minha intervenção, mesmo porque disponho de três minutos, vou tentar sintetizar e ver se consigo ser objetivo.

Eu reforço, **in totum**, o que disse o Constituinte Ronan Tito. Esta subcomissão tem uma missão fundamental, a de garantir, de fazer gravar no seu texto — e vai sair, nós não temos dúvidas, e acho que podemos usar o plural porque já tivemos conferindo a correlação de forças, acho que vamos fazer isso, isso é fundamental para o povo — que se conste na nova Constituição o direito de greve para todos.

Acho que o Estado — e não é culpa de V. Ex<sup>a</sup> — tem sido mau patrão, por isso que não tem bons funcionários. Sou funcionário público do Ministério dos Transportes, licenciado, afastado já há quinze anos, sem remuneração, obviamente, mas outros colegas que trabalham hoje no DNER e outros no 1º Batalhão Ferroviário, com 28, 30 anos de serviço, grande parte deles vive de complementação salarial. Não vejo uma só providência para reparar essa injustiça. Eles foram enquadrados naquela primeira lei no tempo do Presidente João Goulart e foram vistos pela ditadura militar como párias do serviço público. Só não foram para a rua porque era impossível, nós fomos enquadrados. Então o Governo federal realmente tem sido, para esse pessoal, um mau patrão. É preciso que essa gente seja mais respeitada. Isso é fundamental.

V. Ex<sup>a</sup> citou, dentre uma série de providências que vem adotando, que vem plano de carreira, novo estatuto, recursos humanos, providências com relação à criação de um departamento de recursos humanos, gratificação e tal, uma série de providências. Gostaria de saber, como primeira pergunta, se essas providências são tomadas a nível de Ministério, ou se tem participação de associação de servidores públicos, discutindo essas questões que lhe diz respeito, que são fundamentais?

Por exemplo, na elaboração da Lei Orgânica da Administração, do novo Estatuto do Servidor Público, do novo regime jurídico, do sistema de carreira do servidor público, porque me parece que fica muito evidente o caráter, assim, paternalista e até autoritário, sei que não é o desejo de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> tem-se revelado, assim, um liberal, um democrata, nas discussões, à exceção, e claro, dessa divergência que temos e que ela é fundamental. V. Ex<sup>a</sup> pode levar consigo, a partir de hoje, que desta subcomissão vai sair essa proposta para

que os servidores públicos, possam organizar-se em sindicatos livremente, sem o reconhecimento, porque acho uma heresia o Ministério do Trabalho ter que reconhecer sindicato. Organizar-se em sindicatos e também os servidores públicos, com direito de se articularem, se mobilizarem e parar. Um movimento paredista reivindicatório, para melhorar a qualidade do serviço público, a sua condição de trabalho ali no seu serviço e também a sua remuneração.

Há pessoas que representam os servidores públicos, ajudando V. Ex<sup>a</sup> nesses estudos, nesses trabalhos que estão em andamento? Essa é a primeira pergunta.

Segunda: V. Ex<sup>a</sup> fez uma afirmação de que foram concedidos, dentre uma série de gratificações e providências outras, um abono especial aos aposentados. Tenho uma carta aqui de um aposentado do 1º Batalhão Ferroviário de Lajes, Santa Catarina, em que ele reclama, em nome de outros inúmeros aposentados, que essa tal gratificação de 10,8 não está sendo paga, que o Tribunal de Contas deixou de pagar uma primeira etapa, suspendeu o pagamento, mas em seguida voltou a autorizar o pagamento. Entretanto, eles não estão percebendo esse benefício. Passo a V. Ex<sup>a</sup> uma cópia desse expediente.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Conheço o problema. Realmente, o Tribunal de Contas erroneamente mandou suspender esse abono. Nós representamos ao Tribunal de Contas, conseguimos mudar a decisão. O Tribunal de Contas revogou a decisão anterior e foram dadas já instruções a todos os órgãos de pessoal, com a mudança da posição do Tribunal de Contas, e todos os órgãos de pessoal estão agora providenciando o pagamento. Acredito que, dentro de mais um mês ou dois, todos os órgãos terão condições de incluir, porque a revogação tomada pelo Tribunal de Contas e tem pouco tempo, é foi o tempo que tivemos para dar novas instruções para todos os órgãos de pessoal. Portanto, o pagamento será feito com os respectivos atrasados.

Com relação à pergunta anterior, na Comissão Geral da Reforma Administrativa há dois representantes: um representante da Confederação Nacional dos Servidores Federais e um representante da Associação Brasileira dos Servidores Cívicos. São os dois representantes das maiores entidades, na Comissão Geral.

Nas seis câmaras técnicas que preparam as soluções, há representantes de várias entidades, associações de previdência, todas elas têm representantes das associações por Estado. Não é fácil escolher, porque elas não têm uma unidade muito grande, e o número de associações é muito grande. Então, nós escolhemos o seguinte: qual é a maior associação da categoria? A Confederação Nacional dos Servidores, com um o representante. Qual é a mais antiga? A Associação dos Servidores Cívicos, com outro representante. Depois, nas seis câmaras, quais são a mais representativas em número de associados? Então, pedimos a elas e indicaram. Então, os funcionários, através dessas entidades, participam de todos esses estudos; alguns itens do Estatuto do Funcionário Público foram de iniciativa, inclusive, desses representantes, um dos quais, o da Confederação, estava, há pouco tempo, assistindo a este debate e participou da elaboração do Estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Edmilson Valentim.

O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM — Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero fazer uma observação, que também notei quando da presença do ilustre Ministro do Trabalho. É que os representantes e o Sr. Ministro é o segundo representante, no caso do Governo, do Poder Executivo, a ser ouvido nesta Subcomissão. Parece-me ou me pareceu que, de certa forma, vieram desprovidos do espírito de elaborar ou de sugerir as opiniões do que deveria constar da nova Constituição com referência às suas passadas em função das experiências que tiveram nesse período. A convocação de V. Ex.<sup>a</sup> foi no sentido de recebermos os subsídios em função dos problemas vividos de cada pasta e, de certa forma, externar nas colocações o que deveria ser feito no sentido de melhorar ou facilitar a vida do servidor público ou do funcionário público — já que esta é a Comissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Aí, peço licença para ressaltar que, na exposição de V. Ex.<sup>a</sup> que foi muito rica em dados, em conteúdo, não houve uma sugestão, ou proposta no sentido de que fosse consignada na Constituição para ajudar a solucionar ou avançar no problema do servidor público.

Esta é uma observação que gostaria de fazer.

Ouvi, com muita atenção, V. Ex.<sup>a</sup> colocar as hipóteses, primeiro com relação à greve, V. Ex.<sup>a</sup> colocou quando foi argumentado pela primeira e segunda vez, que a função do servidor público é servir à comunidade e aí V. Ex.<sup>a</sup> não colocou que o servidor público também faz parte desta comunidade, ele tem que ser servido também. Ele tem que ter condições de, inclusive, exercer o seu serviço para servir melhor a comunidade.

Acompanhamos, ultimamente, duas greves, que tiveram um mecanismo parecido com o que V. Ex.<sup>a</sup> colocou; foram a greve nacional dos médicos residentes e a greve que não terminou, — mas parece que já está caminhando para uma solução — dos professores universitários. E realmente aconteceu como V. Ex.<sup>a</sup> colocou. A greve dos médicos residentes acompanhei de perto. Estive com o Ministro Jorge Bornhausen, da Educação. S. Ex.<sup>a</sup>, antes de fixar posição, foi consultado pelos Ministros da Saúde e da Previdência, chegou-se a uma proposta de consenso, porque aceitou a negociação. Numa colocação final, no dia em que encerrou a greve. S. Ex.<sup>a</sup> elaborou uma proposta. S. Ex.<sup>a</sup> já tinha contactado com Ministérios envolvidos na área, fez uma exposição de motivos e conversou com a Presidência da República. Assim, S. Ex.<sup>a</sup> encaminhou ao Congresso, e está para ser votada. Sem dúvida nenhuma, achamos, pelo que já vimos com os nobres colegas da Câmara dos Deputados e Senadores, que provavelmente serão aprovados, porque, acima de tudo, nós, Deputados e Senadores fomos eleitos para representar o povo. E aquele projeto que saiu de uma negociação, de certa maneira, é o projeto vivo da vontade daquela categoria, da vontade do povo. Então, nesse sentido, acho que, quando V. Ex.<sup>a</sup> coloca a questão do negociador, isso aí existe, e está provado na prática. Nessa última greve dos professores, está sendo negociado e vai-se chegar a um consenso. O parâmetro, na minha opinião, que deveríamos levar

em consideração é justamente de solucionar o problema que não é um problema abstrato, é um problema concreto e real da situação de cada categoria específica.

Gostaria, também, de lembrar que estes canais de negociação poderão ser modificados na Constituição, poderão ser colocados e mudar o sistema de governo, por exemplo, o sistema parlamentarista, em que mudassem os cargos, em que as formas de negociar poderiam ser diferentes. Tudo depende da nova Constituição e tudo depende do que for discutido.

Então, na minha opinião, o parâmetro que deveríamos colocar, seria o mais correto e mais justo para o povo, para a sociedade, para os trabalhadores. E aí, sim, em função desse parâmetro, procurar pegar as regras e as exceções. V. Ex.<sup>a</sup> também colocou e muito bem, nas hipóteses, as exceções, como a questão do cozinheiro. Isso é uma exceção. A maioria dos trabalhadores, servidores públicos e trabalhadores em empresas privadas, em geral, gosta de trabalhar. O brasileiro é um povo trabalhador, na minha opinião. E como já foi dito aqui — esta subcomissão tem sabido discutir e aprofundar os problemas e parece que vai refletir essa ansiedade dos trabalhadores — o parâmetro que estamos considerando é, justamente, a grande e esmagadora maioria. É lógico que há distorções. Mas, aí, procura-se acertar as distorções em função de beneficiar uma grande maioria, que é a maioria dos trabalhadores e, por conseguinte, a maioria dos servidores públicos.

Por último, como o Ministro vê a questão da isonomia, da igualdade dos rendimentos dos servidores públicos, de todos, seja do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, inclusive, dos servidores militares que, senão me engano, são servidores públicos também?

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Quanto às sugestões à Constituição, o Governo adotou a seguinte solução: nomeou uma comissão para preparar um pré-projeto. Esse pré-projeto, depois, por decisão do Presidente, não foi encaminhado ao Congresso, porque sentiu-se que o Congresso não queria uma intervenção do Poder Executivo e estabeleceu mecanismo próprio de elaboração, creio que foram sugestões dos deputados e senadores e, também, sugestões com mais de trinta mil assinaturas de populares.

Então, temos-nos limitado a, toda vez que um deputado pede a nossa colaboração, a nossa assistência, a nossa opinião sobre sugestões, alguma idéia já apresentada, nós damos essa opinião, mas, oficialmente, o Ministério não encaminhou nenhuma sugestão para não ter qualquer interferência na elaboração da Constituição, que é privativa dos Srs. Constituintes.

Quanto ao direito de greve, respeito a opinião de V. Ex.<sup>a</sup>, que defendem o direito de greve para os funcionários, mas eu próprio sou contra o direito de greve para os funcionários, não para aquelas atividades empresariais em que o Estado, no Brasil, também executa; assim, ele tem que enfrentar os problemas empresariais.

Agora, nossa opinião é de que a Constituição vai refletir não só as reivindicações dos trabalhadores e dos patrões, vai refletir os interesses da sociedade. Evidentemente, ela medirá quais as responsabilidades do funcionalismo público, quais os seus deveres e quais os caminhos pelos

quais ele deve, realmente, cumprir a sua tarefa, que é a de servir à comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Paim.

O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM — Sr. Ministro, durante a semana passada, recebemos, por parte dos servidores públicos, um pequeno documento para ser encaminhado a V. Ex.<sup>a</sup> Nesta Subcomissão, com o aval dos companheiros, foi encaminhado ao Presidente dela para que entregasse a V. Ex.<sup>a</sup>

O Presidente, nesse momento, já que fui o autor desse encaminhamento, pediu-me que, pessoalmente, entregasse a V. Ex.<sup>a</sup> esse pequeno documento que faria questão de lê-lo e, em seguida, passá-lo às suas mãos:

“A Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, na Assembléia Nacional Constituinte, considerando os baixos salários dos servidores públicos federais, o direito de organização para esta sofrida categoria, o direito de a categoria manifestar-se, está solidária com as justas reivindicações da categoria, direito de greve, direito a constituir sindicatos, salários justos e condições de trabalhos dignas, e solicita ao Exm.<sup>o</sup> Sr. Ministro Aluizio Alves a revogação do Aviso Ministerial 240/87, de 24 de março de 1987, e de outros atos que determinaram a punição dos servidores que participaram do movimento no dia 25 de março de 1987, Dia Nacional de Luta da categoria.”

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Encaminhei o estudo do assunto, que é uma decisão de Governo e que não pode ser decidida só por mim. Mas, com a franqueza com que eu sempre me explico, digo que meu ponto de vista pessoal — pode até não prevalecer, é decisão do Governo, é contra o abono, pela razão seguinte: foram os funcionários advertidos, não compareceram — pequeno número é verdade — não chega a três mil, dois mil e tantos em todo o Brasil; agora, os outros compareceram. Então, acho que não podem ser tratados igualmente os que compareceram e os que não compareceram.

Por outro lado, se amanhã houver uma nova paralisação de um dia, uma semana, um mês e o Governo quiser aplicar a lei, sempre ficará aquela idéia. “Não, vamos fazer, porque depois virá o abono”. Então, sou contra esta posição, mas não quero dizer que seja esta a decisão do Governo. Como ela não resultou de uma opinião pessoal minha, mas foi uma decisão do Governo, eu ouvirei o Governo para esta decisão, embora com a franqueza que me caracteriza eu diga que, se minha opinião prevalecer, sou contra.

O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM — Somente uma consideração, Sr. Ministro. Também sou sindicalista e participei de centenas e centenas de greves e eu deixaria no ar que o espírito da negociação é o que mais tem ganho entre a própria discussão entre o capital e o trabalho. Entendo que uma posição de certo sectarismo não vai contribuir em nada e que esta sugestão, esta solicitação fosse analisada com muito cuidado, pois entendo que quem vai ganhar com isso é a própria relação empregado/empregador, no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Concedo a palavra ao Constituinte Renato Vianna.

O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA — Quero louvar a iniciativa de V. Ex.<sup>a</sup>, e nós acompanhamos pela imprensa o seu trabalho, no sentido de não só racionalizar o serviço público, como, até, de buscar a eficiência desejada por todos.

Mas nós encaminhamos, Sr. Ministro, nesta Casa, à Comissão de Serviço Público, projeto de lei estabelecendo e garantindo o direito de sindicalização ao servidor público. Esse projeto passou pelas Comissões técnicas, mereceu parecer favorável, mesmo porque, por duas vezes o Brasil já se fez presente na Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, e assumiu o compromisso — consta, se não me engano, do art. 87, depois 95 — e até hoje não foi ratificado esse direito, talvez culpa até do próprio Congresso, por forças estranhas, que não tenha sido aprovado.

Nós entendemos, e disse bem a Constituinte Wilma Maia, que o direito de sindicalização age como instrumento que o servidor deva ter, ainda mais neste momento de aperfeiçoamento da democracia, como instrumento de negociação. E a organização da sociedade não pode, de forma alguma, alijar a classe dos servidores públicos. Nós entendemos, então, que o direito de sindicalização, que é reconhecido aqui, no Uruguai, na Venezuela, na Dinamarca, na Holanda, em outros países da Europa, é fundamental até para que se faça o diálogo e o fortalecimento da própria classe dos servidores públicos. Acho que agora, nesse instante em que estamos elaborando a Constituição, é o momento de se discutir, até respeito a decisão, já fui também executivo, sei das dificuldades, mas acho extremamente necessário que se dê ao servidor público o direito de se sindicalizar, para poder, no processo democrático, discutir melhores condições de trabalho e, por vezes, melhores condições de salário.

Sr. Presidente — e isso me preocupa como foi colocado aqui — há três figuras: a do trabalho temporário que foi criado na Europa, lá há um conceito *sui generis*. Na Áustria, ao lado da Alemanha, quando se coloca em jornal que se precisa de um médico, de um dentista ou de uma datilógrafa, é fácil, e o contrato só vigora, no máximo, por 90 dias. Acontece que aqui no Brasil, se deturpou, até por desvio de finalidade, o contrato temporário. Usa-se o contrato temporário e se empregam, hoje, servidores das mais diversas categorias funcionais.

Aqui, o Congresso gasta verdadeira fortuna nas firmas de contratação de serviço de mão-de-obra, no *leasing* da mão-de-obra e na prestação de serviço. Tivemos oportunidade de ver, por vezes, e constatamos isso no Ministério da Educação, que seria já da sua alçada, que quando se contratavam cento e vinte funcionários servidores desse *leasing* da mão-de-obra, dessas empresas, apenas noventa funcionários compareciam, por dia, ao serviço.

O que acho, Sr. Ministro, é que deve haver, primeiro, uma fiscalização rigorosa, um livro-pon-to, um levantamento diário de quantos servidores e quantos trabalhadores comparecem, realmente, ao serviço. Depois, o outro erro: no contrato já se estipula o material de limpeza, de conservação, a obrigatoriedade de se dar não só o uniforme como condições de vida. Eu não tive condições,

sequer, de resolver o problema no próprio Congresso dos vigias, os guardas, que trabalham para essas empresas e que não recebem, por vezes, o Fundo de Garantia, não têm direito a férias remuneradas e trabalham já há mais de dez anos numa mesma empresa, com salários irrisórios.

Acho que temos que corrigir, realmente, essas distorções, que existem não só no Legislativo, como também no Executivo. Acredito que é fundamental, neste instante, que acabemos de vez com essas distorções. O Governo deve regularizar essa situação mediante concurso seletivo, para poder agregar esse pessoal. Sabemos da dificuldade do pessoal de limpeza, às vezes limpeza urbana, de contratar-se pessoal para fazer esse trabalho. Sentimos as dificuldades, mas acho que devemos buscar, realmente, esta solução, regularizando e evitando esses abusos que acontecem hoje não só no Poder Executivo, como no Poder Legislativo e no Poder Judiciário.

Finalmente, Sr. Ministro, gostaria de fazer uma pergunta: quando assistimos pela imprensa que prefeituras e governo de estado têm praticamente, 60, 70% do seu orçamento comprometido com a folha de pagamento, quanto é que a União destina do seu orçamento para pagar os servidores públicos? E perguntaria porque as autarquias, as empresas da administração indireta, já devem ter esses recursos consignados no seu orçamento.

O SR. MINISTRO ALUÍZIO ALVES — Normalmente, até 1984, a despesa de funcionalismo sempre variou entre 24% a 30%. Em 1985, este percentual foi de 42%. Em 1986, conseguiu-se baixar para 31%. Agora com o abono de 25% e mais os 2 gatilhos, esse percentual subiu de novo. Segundo informações que obtive na semana passada, com os 2 gatilhos já incluídos, subiu para 39%. Essa é que é a despesa de pessoal.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO CAMPOS) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mansueto de Lavor.

O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LA-VOR — Uma pergunta a título de ilustração. Sabemos que a situação do servidor público, no que se refere à remuneração, é realmente muito difícil. V. Ex.<sup>a</sup> mesmo reconhece os baixos vencimentos que todos ganham. A minha pergunta é a seguinte: como vão os "marajás" federais, existem e onde se encontram?

O SR. MINISTRO ALUÍZIO ALVES — Marajás, no sentido em que hoje se divulga, realmente no Poder Executivo não os temos. Os salários mais altos não chegam a constituir um salário sequer adequado. O que existe — quero aproveitar, porque há muita divulgação, dizendo que há muito funcionário e cada jornal diz que são cerca de 200 mil funcionários. Ainda ontem fui um jornal, se não me engano a **Folha de S. Paulo**, que eu havia declarado que havia cerca de 300 mil funcionários em nossos órgãos públicos federais. Tenho sempre sustentado que não há excesso global de funcionários. Há setores inchados. Há categorias, sobretudo de nível médio, com excesso de funcionários em algumas repartições. Mas de modo global, o Brasil é um dos países de menor número de funcionários, considerando o número de sua população. Não chegamos a ter 2% da nossa população fazendo parte do nosso funcionalismo federal. Isto é, cerca de

2%, chegar a 1 milhão e 700 numa população de 135 milhões de habitantes. Portugal tem 20%, a França tem 9%, a Suécia tem 13%, a Inglaterra tem 9%. Nós não chegamos a ter funcionários federais em número de 2 milhões. Há, contudo, repartições com excesso de funcionários, e que estamos agora tentando organizar a lotação de cada um, como se fez no IBC, onde sobraram 2.200 funcionários, como esperamos fazer no IAA, onde haverá uma sobra na ordem de 2 mil, como foi feito na Sudhevea, onde serão remanejados 440 e vamos atendendo a carência de funcionários que existe em outras repartições. Quanto a alto e abusivos salários na escala federal, realmente, não existem.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO CAMPOS) — Com a palavra o Constituinte Célio de Castro.

O SR. CONSTITUINTE CÉLIO DE CASTRO — Sr. Ministro, desejaria não aduzir mais argumentação e nem trazer mais fatos que pudessem justificar a posição majoritária nesta Subcomissão, favorável ao direito de greve pelo servidor público, inclusive da administração direta. Mas me ocorre comentar que a posição do Sr. Ministro contra este direito não é a posição de essência, mas sim de dificuldade da tramitação da negociação. O Sr. Ministro não colocou nenhuma objeção, de princípio, ao direito de greve pelo funcionário público da administração direta, mas sim, colocou dificuldades de tramitação no processo de negociação. Mas, aí, podem-se, inclusive, aduzir fatos novos. A experiência das greves havidas no setor da administração direta pelo funcionalismo público leva, necessariamente, a resposta a esta preocupação do Sr. Ministro. O que que acontece? Acontece exatamente o que aconteceu e tem acontecido nas greves de funcionários públicos da administração direta: uma vez considerado o impasse, e existindo o movimento grevista, há uma proposta, ela é encaminhada ao Congresso Nacional, como aconteceu com o caso dos professores, dos médicos residentes, dos agrônomos, etc.

E o que que vai haver, aí? No Congresso Nacional, evidentemente, no regime presidencialista, o Governo tem um Líder da Maioria, tem uma representação no Congresso; assim pode, inclusive, comprometer-se até mais além de simplesmente encaminhar a proposta ao Congresso. Ele pode comprometer-se, também, a empenhar-se junto à sua Maioria de sustentação parlamentar que aprove aquela mensagem que esteja encaminhando. Nesse sentido, acredito que as questões seriam resolvidas. E como não percebi na argumentação do Sr. Ministro nenhum outro dado a não ser este de técnica, vamos dizer assim, de negociação, com as dificuldades a nível parlamentar, estas questões estariam resolvidas, demonstradas pela prática mesmo que ocorreu num dos movimentos grevistas dos funcionários da administração direta.

Quero deixar esta consideração e fazer uma pergunta ao Sr. Ministro a respeito da aposentadoria. No estatuto do Ministério, que S. Ex.<sup>a</sup> dirige e que está elaborando, como é encarado o problema da aposentadoria no que diz respeito à idade, ao tempo de serviço e à remuneração?

O SR. MINISTRO ALUÍZIO ALVES — A aposentadoria, na administração direta, será integral. O novo regime jurídico, o novo estatuto estabelece

que assegura a aposentadoria integral com os tempos e as idades da atual legislação.

O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA — Sr. Ministro, não havendo mais ninguém inscrito, desejava fazer, rapidamente, uma indagação.

Sr. Ministro, foram autorizados alguns concursos públicos, a nível do DNER, para Patrulheiros Rodoviários. Este pessoal que prestou concurso público está aguardando a sua chamada — parece-me que a duração de um concurso é de dois anos. Existe necessidade, principalmente, no interior, no caso, o meu Estado de Santa Catarina, dessas pessoas serem convocadas para exercer esse serviço, para desempenharem essas atividades, para que tenham assim uma maior eficácia. Gostaria de saber a posição de V. Ex.<sup>a</sup> o porquê da não-convocação dessas pessoas que prestaram esses concursos públicos. Também com relação a essas taxas que são cobradas na inscrição de concursos públicos. Há pessoas que são penalizadas, pois pagam taxas de inscrições para prestarem concurso público.

O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM — Concorde em gênero, número e grau como disse o nobre Constituinte. É a sua posição com relação a esta questão e, também, com relação ao gatilho. Há muitos Governadores recém-empossados que estão se insurgindo contra o gatilho, e que não têm permitido o ganho real, mas estão perseguindo a inflação. V. Ex.<sup>a</sup> poderia dizer-me como é que V. Ex.<sup>a</sup> vê as negociações, a nível de serviço público, para o servidor público ter um pouco de ganho? Porque ele não vem obtendo aumento algum, digo bem, aumento real, porque o gatilho só permite perseguir, a meia distância, a inflação.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Nos anos 85 e 86, além da inflação, o Governo Federal concedeu uma reposição. No primeiro ano, de 23%; no segundo, de 8% e de 2,5%, em duas situações diferentes, além da taxa da inflação. Este ano, em janeiro, concedeu 5% acima da taxa da inflação. Agora, além disso, concedeu dois gatilhos que apenas representam a reposição da perda inflacionária.

Quanto aos concursos, eles são feitos com o prazo de dois anos, todos prorrogados para o prazo de quatro anos. Realmente, houve um momento em que o Governo teve que fazer uma opção: ou demitir funcionários que existiam em excesso em alguns setores, ou redistribuí-los para onde houvesse falta de funcionários. E deu-se preferência a isto, pois não tinha sentido o Governo demitir, por exemplo, 3 mil funcionários do IAA, 2.220 do IBC, 440 funcionários da SUDHEVEA e chamar novos funcionários. Então, o Governo adotou a seguinte solução: verificada a vaga, examina-se se há realmente necessidade ou não de preencher aquela vaga. No ano de 85, entre 39 mil vagas, chegamos à constatação que precisávamos repor 25 mil, e as outras não eram necessárias. Então, verificada a vaga, damos preferência à redistribuição para aquele que já é funcionário. Portanto, não vai aumentar despesa, mas que está sem trabalho, está ocioso. Quando este número atende às necessidades, tem preferência sobre o concursado. Quando não tem, então chama-se o funcionário concursado. Foi esta uma medida que o Governo adotou no sentido de enxugar a máquina administrativa de certos setores, onde há falta de funcionário, ou onde se dá vaga

de funcionário, examina-se realmente. Só o fato do sujeito ter morrido ou ter se acidentado não quer dizer que se preencha. Vamos verificar se realmente ele estava ocioso ou não, se a repartição precisa. Em vez de contratar logo um funcionário, procura-se ver das sobras onde está havendo, para transferir, diminuindo, portanto, a responsabilidade financeira. Quando não atende, aí sim, chama-se o funcionário concursado. Esta a orientação adotada pelo Governo.

Quanto às taxas de concurso, realmente, é uma praxe cobrá-las para custear as despesas dos próprios concursos. Se forem proibidas essas taxas, será necessário, no orçamento do próximo ano, incluir uma verba para a realização do concurso. Sem essa verba não se pode comprar papel, pagar o funcionário, elaborar as provas, todas as despesas de fiscalização e não se pode realizar o concurso. Ou se cobra, ou o Governo terá que pôr no orçamento, e ainda não tem um centavo no orçamento deste ano, nem de ano anterior, verba para a realização de concursos. Se for adotada esta lei, claro que este ano não poderemos fazer mais concurso, porque não há verbas consignadas no orçamento e tomaremos o cuidado de pedir que se inclua no orçamento dos próximos anos a verba necessária para a realização do concurso sem a cobrança da taxa.

O SR. RELATOR (Mário Lima) — Sr. Ministro, não sei se captei bem. V. Ex.<sup>a</sup> foi perguntado pelo ilustre constituinte Francisco Küster se nesses trabalhos, muito bem feitos pelo Ministério, no sentido de organizar, disciplinar e moralizar a atividade pública neste País, havia participação de entidades representativas na laboriosa classe de funcionários públicos.

V. Ex.<sup>a</sup> respondeu dizendo que uma das dificuldades foi como selecionar essas entidades. Então, quer nos parecer que a posição da Comissão em relação ao direito de sindicalização é justa, oportuna e necessária, até para disciplinar isso, porque os países organizados já nos dão o exemplo. A democracia desses países funciona, por quê? Há partidos organizados. E a força de trabalho, no Brasil, é uma das razões da baixa produtividade, pois há falta de organização, de legislação e tradição.

Então, quer nos parecer que se a Constituição que se está elaborando conceder, como já há em inúmeros países do mundo, o direito de sindicalização, ele vai nos ajudar, porque nenhum quer a impunidade.

Sou presidente de um sindicato de trabalhadores e esta semana concordei que a administração da unidade que represento demitisse um operário que levou atestado de saúde falsificado. Acho que o mal tem que ser punido, seja em que esfera for. A falcatura, a desonestidade tem que ser punida, senão a unidade fenece.

Agora, acho que esta Subcomissão tem uma finalidade: dar aos trabalhadores direitos, mas ainda agora têm que ser reforçados porque foram 21 anos de ditadura e V. Ex.<sup>a</sup> é um dos que mais tem-se batido contra ela para que o trabalhador recupere alguma coisa.

Se não tivermos um espírito prevenido de que essa Subcomissão tem uma finalidade de proteger o trabalhador, o funcionário público — todo o assalariado não importa que seja servidor público. E quem sabe no futuro com algumas corre-

ções, mas, agora, acho que o espírito tem que ser esse, de reparação.

Porque a ditadura — não estou dizendo nenhuma novidade para V. Ex.<sup>a</sup> porque V. Ex.<sup>a</sup> é um liberal, um democrata, uma das melhores figuras do meu partido — esmagou o humilde: o funcionário público sofreu o diabo, os trabalhadores das estatais mais ainda. Inclusive, os da empresa privada porque houve um conluio de empresariado com o Governo, nos 21 anos de ditadura. O empresariado e o Governo se juntaram para esmagar — está aí o arroxo salarial. Foi a perda da estabilidade, foi uma exigência abusiva das multinacionais.

Antes de mais nada, quero dizer que a força de trabalho organizado é bom para a Nação, porque vai produzir mais. Por que o Japão chegou a condição de Nação e líder do Mundo? Porque a sua força de trabalho é organizada. O trabalhador japonês, ao entrar numa empresa, já tem, automaticamente, estabilidade, não espera nem um ano, nem dois, nem três. Ao assinar o contrato de trabalho, o trabalhador japonês já adquire estabilidade. Quanto mais se dá tranquilidade a quem trabalha, mais quem trabalha produz.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Estou inteiramente de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> em que é preciso que o funcionalismo se organize. Eu mesmo tenho estimulado e tenho posto diante deles as dificuldades, às vezes, em uma audiência, de uma solução, pelo desentendimento entre eles, um acusando o outro, um dizendo que o outro é pelego, que não representa a categoria.

Por outro lado, louvo, por exemplo, o ato de V. Ex.<sup>a</sup>, concordando com a demissão de um funcionário que praticou uma fraude no seu sindicato.

Agora, é preciso que se crie a mentalidade de que a solidariedade só é moralmente devida quando, realmente, é a favor de uma causa sadia. Cito a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: andei fazendo gestões junto a associações de funcionários no sentido de obter delas — manifestações de apoio aos atos dos governadores que estão aí demitindo milhares de funcionários que, em excesso, foram nomeados por interesses políticos-eleitorais.

A arrecadação do ICM, no Rio Grande do Norte, é de 140 milhões por mês; a folha de pagamento é de 300 milhões por mês. Então, a soma do recurso do Estado, incluindo todos os fundos de participação, ICM, Imposto de Renda, e tal, não chega a 300 milhões, e o Governo, para pagar o funcionalismo, está tomando dinheiro emprestado à rede bancária.

Há um caso mesmo do funcionalismo federal que revela essa dificuldade de conscientização do que é dever de solidariedade ou não.

Em 1979, o Congresso regulamentou a profissão de Arquivista. Em 1982, o Governo Figueiredo regulamentou a aplicação daquela lei ao serviço público. A profissão de Arquivista passou a ser de nível superior, com gratificação, portanto, de 80%, e exige-se para ela o curso de Arquivista. Mas, na regulamentação para o serviço público, além do curso de Arquivista, admitia-se também, que o já funcionário público Arquivista, com mais de 5 anos de serviço, pudesse, mediante uma certidão de sua repartição tirar a caderneta do Ministério de Trabalho de arquivista, e pediu seu enquadramento.



No serviço público federal, trabalhando em arquivo, não existem 3 mil funcionários, mas o número de pedido de enquadramento com caderneta de trabalho chega a 49 mil quase 50 mil, só no Rio de Janeiro, 21 mil arquivistas, — só uma autarquia determinada 2 mil e 300 arquivistas. Negamos o enquadramento, alguns foram para a justiça e ganharam a liminar, mandando enquadrar, e, de uma hora para outra, vamos ter, no Serviço Público Federal, quase 50 mil arquivistas. Inclusive, posso acrescentar o seguinte: há poucos dias, recebi um pedido de determinado órgão pedindo para apressar o enquadramento de 213 arquivistas daquela repartição. Vinha lá o nome do funcionário e o cargo: Motorista, Agente de Portaria pedindo enquadramento como Arquivista, mediante uma certidão da repartição. Telefonei para o responsável e ele deu-me a seguinte explicação: isso é muito relativo, porque eu estava uma vez, há alguns anos, na repartição, quando recebi um pedido do meu Ministério para fornecer imediatamente tais documentos. O arquivista, o único que tínhamos lá, estava de férias, o chofer viu a minha aflição e disse-me: Se o Sr. quiser, posso juntar. E, realmente, foi e fez um trabalho perfeito. Então, esse homem tem que ser enquadrado como arquivista. Evidentemente um ponto de vista liberal, pode ser até muito democrático, mas de uma hora para outra vamos ter quase 50 mil arquivistas, mediante atestados falsos. O que é que estou fazendo? Estou mandando levantar o nome dos funcionários que forneceram os atestados para pedir a punição desses funcionários. Mas estou convencido de que se prevalecer a orientação das primeiras decisões judiciais, de uma hora para outra vamos ter 50 mil arquivistas no serviço público, que só comporta três mil arquivistas. No sentido de influir um pouco nas decisões judiciais, trabalhei em algumas associações no sentido de me darem uma solidariedade à moralização. Eles me disseram: Não podemos fazer isso, são companheiros nossos. Aí entra sempre uma dificuldade. Por isso que reconheço e louvo o ato de V. Ex.<sup>a</sup>, como presidente do sindicato, concordando na punição daquele que faltou à confiança.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Sr. Ministro, quero, se me permite, um minuto. Depois que eu estava aqui nos trabalhos, recebi do meu assistente uma carta de um funcionário público do meu Estado. Eu acho se a um é injustiça, a dez é revoltante. Preocupo-me com o caso de uma pessoa. Esse documento já foi formalmente encaminhado a V. Ex.<sup>a</sup>

"Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que tenho 34 anos de serviço e nada existe em minha ficha funcional que desabone a minha conduta".

Ele acha que está sofrendo uma preterição no último ano. E eu pediria permissão, pois iria amanhã levar isso a V. Ex.<sup>a</sup> mas acho que na simplicidade que V. Ex.<sup>a</sup> demonstra não se aborrecerá em recebê-lo aqui.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Não, absolutamente. Recebo-o com todo prazer. Amanhã mesmo irei mandar verificar se realmente ele está sofrendo a preterição, neste caso tomaremos todas as providências.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Confio sinceramente em V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA — Quero fazer uma pergunta, com todo o respeito, a V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Ministro.

É sabido que as leis não vão adiante do processo social. Ao contrário, a vida vai dizendo das necessidades da sociedade e o ordenamento jurídico busca acompanhar. E é de esperar que o ordenamento jurídico constitucional, que ora se está iniciando elaborar, haverá de reconhecer as novas necessidades da sociedade brasileira. É sabido que o número de greves que tem havido no meio dos servidores públicos, estatutários, celetistas, em todo o país, e Brasília, como Capital da República, tem sido uma prova disso. Nos últimos 60 a 90 dias, tivemos aqui mais de uma dezena de greve de servidores públicos. Ao mesmo tempo, têm havido greves de servidores públicos no Rio Grande do Sul, greves em São Paulo. E a nossa história recente, em Minas mostra quantas já ocorreram só na Nova República, naturalmente, porque antes só podia representar não apenas o emprego, mas, inclusive, a liberdade. Entendo que as dificuldades que foram aqui anunciadas, direito e o Ministro se comprometer a verba da SEPLAN, a autorização para ter o dinheiro, a autorização presidencial e depois que seja tudo isso transformado em lei pelo Congresso Nacional, são apenas dificuldades a serem contornadas, não razões para que o direito de greve não seja estendido ao servidor público. Acredito que a sabedoria coletiva deste Congresso Nacional Constituinte haverá de encontrar formas de assegurar e entender este direito ao servidor público. Essa a minha primeira observação.

No ano passado, ou no fim do ano atrasado, os previdenciários entraram em greve contra a gratificação de 20% para o nível médio, enquanto 80% eram assegurados ao nível superior. Como resultado deste movimento grevista, quando era Ministro da Previdência Social o atual Governador da Bahia, Waldir Pires, foi conquistada uma lei que assegurou a esse pessoal — só a ele que foram grevistas — a gratificação se transformou de 20% em 40%, enquanto todo o resto do funcionalismo estatutário ou celetista permaneceu com 20% apenas. E se nós, só no final de 86, conseguimos, depois de 24 para 25 anos, conquistar o direito do 13º salário, é porque não fomos capazes de usar o direito de greve. Se o tivéssemos utilizado, teríamos conseguido, como os previdenciários conseguiram passar de 20% para 40% a sua gratificação. Este é o enfoque e assim será o meu voto na Constituinte em qualquer fase de sua elaboração.

Com relação à questão do cozinheiro — só para dar um exemplo da minha experiência de vida — a Marinha de Guerra tem um quadro chamado de Taifeiros, que são aquelas pessoas que prestam serviços de cozinheiro, de barbeiro e outros serviços. E nem por isso a Marinha de Guerra deixou de funcionar, porque são militares como os outros. Eles trabalharam — sou testemunha disso — durante a Segunda Guerra Mundial, e nem por isso os navios foram menos eficientes. E eles hoje são ex-combatentes, com muita honra, porque também participaram do risco, e a comida não era tão ruim ou tão pior do que as dos demais trabalhadores. Pelo que, eu acredito que as razões aqui expendidas por V. Ex.<sup>a</sup> não são bastantes para nos convencer de que um cozi-

nheiro não possa ser parte de um quadro permanente dos servidores públicos.

Gostaria de fazer uma pergunta, que foi feita e não se teve a oportunidade de discuti-la, aqui: a questão da isonomia, de remuneração entre os três Poderes e os diversos servidores. Há, sem dúvida um capricho do autoritarismo, da ditadura, que foi de aquinhoar apenas do Executivo alguns setores, dando régios vencimentos em relação ao grosso do pessoal. Está aí o quadro da polícia da Diplomacia, o pessoal do Fisco, o pessoal da Procuradoria, enquanto os demais ganham infinitamente menos, talvez um quinto, um sexto até menos. O mesmo que ocorre com o Judiciário e o Legislativo. Esta Constituição haverá de enfrentar e de fazer com que a isonomia, que sempre se escreveu e nunca cumpriu, de remuneração para todos. Gostariamos de conhecer o pensamento de V. Ex.<sup>a</sup> E mais, para encerrar: com o mesmo empenho com que defendemos o salário mais elevado para quem ganha o menor salário, nós nos revoltamos contra os "marajás", contra os salários astronômicos de 400, 500 mil cruzados ganho por um único servidor. De que maneira V. Ex.<sup>a</sup> sugeriria que enfrentássemos, para que isto não voltasse ocorrer no serviço público, em defesa do erário público?

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Isonomia: os três reajustes salariais concedidos, por propostas do Ministério da Administração, — fizemos questões e conseguimos o apoio do Presidente da República — foram rigorosamente iguais, o do Poder Executivo — civis e militares — o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. Portanto, somos inteiramente favoráveis à isonomia. Há algumas modificações a fazer ao texto constitucional passado para o futuro, e em vez de estabelecer-se igualdade de vencimentos, estabeleça-se igualdade de remuneração. A igualdade de vencimento leva sempre ao abuso se criar fora do vencimento através de gratificações as diferenciações entre funcionários de vários poderes ou até do mesmo poder. Quanto à outras soluções decorrentes de greves, V. Ex.<sup>a</sup> citou, com muita propriedade, que o Governo concedeu o aumento de 20% para 40% a gratificação de nível médio da Previdência Social. Contra a minha opinião, na época, por que achava que o Governo só poderia conceder se concedesse a todo o funcionalismo de nível médio. Mas foi feito dentro de uma greve e o Governo sentiu em condições de fazer só para a Previdência Social. O mesmo está acontecendo agora com o magistério e funcionários da universidade. Os funcionários públicos federais tiveram de dezembro a maio reajuste de 80% entre os gatilhos e os 25%. Entretanto, na solução dessa greve das universidades, os funcionários administrativos estão tendo, além dos 80%, no nível de apoio operacional, um aumento de 92,4%, no nível médio de 168,2%, no nível superior um aumento de 91,6 e, os docentes, nível de professor adjunto uma média, além dos 80%, de 27% a 31%, Professor Titular 45%, Professor Assistente 27% a 44%, Professor auxiliar 44% a 58%. Então, todo aquele esforço feito para se dar reajustes para todo o funcionalismo, esse esforço, realmente é neutralizado por uma decisão setorial na base de uma greve que vai beneficiar muitos professores e funcionários das universidades. Até não há como comparar com o dos professores, por-

que só há professores, lá, mas há como comparar o agente administrativo da universidade ter um aumento de, além dos 80%, de 168, enquanto um agente administrativo do Ministério teve apenas 80%. É uma desigualdade. Por essa razão, o Governo não tem condições de decidir os seus salários na base de movimento grevistas. Digo isso com toda a liberdade, com toda a franqueza. Sou político. Lembro-me que quando os grevistas da Previdência Social foram ao meu gabinete pedir a minha concordância para o aumento de 40% de sua gratificação — eu tinha dito ao Ministro Waldyr Pires que só concordava se o Governo desse para todos os funcionários de nível médio, se não desse eu era contra — eles foram para lá pedir-me que eu concordasse, disse-lhes que não concordava. O meu parecer está contrário. Ou se dá todos, ou não se dá só para vocês. Não vemos, por que estabelecer-se esse privilégio. Aí eles me perguntaram: estávamos em pleno período eleitoral, no ano passado, na eleição de Governador — V. Ex.<sup>a</sup> diria isso aos previdenciários do Rio Grande do Norte? Eu disse. Se vocês demorarem meia hora, vão ouvir-me dizer isso pelo rádio — porque nesta hora há um programa na minha rádio, no Rio Grande do Norte. E disse na presença deles que era contra o aumento de 40%. Eu tenho opiniões muito clara. A democracia tem esta vantagem. Nós discutimos, cada um tem seu ponto de vista, continuo com o meu ponto de vista, e V. Ex.<sup>a</sup> continuam com o ponto de vista. Isso é perfeita democracia. Se amanhã a Constituição conceder o direito de greve ao funcionário, e eu estiver no Ministério da Administração, vou procurar negociar da melhor maneira possível dentro da greve. Agora, enquanto não estabelecido, a minha opinião será sempre contrária. Acho que o Governo não deve ceder aos funcionários públicos, porém deve dar a eles o melhor. Porque, quando o governo dá a uma categoria — não é como na iniciativa privada, que você dá a uma categoria de siderúrgicos ou dá à de petroleiros, é diferente. Quando dá ao agente administrativo da universidade, pode estar fazendo justiça àquele agente administrativo, mas está fazendo uma grande injustiça àquele outro que não fez greve e que ficou trabalhando, enquanto os outros estão a 60 dias ou 40 dias fazendo greve sem trabalhar. É uma opinião muito clara. Não tenho por que negá-la. Agora, respeito a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> porém desejo que os outros colegas de V. Ex.<sup>a</sup> derrotem essa posição, com relação à Constituição. (Fora do Microfone)

O SR. RELATOR (Mário Lima) — Para aprimorar por categoria uma nomenclatura própria e única para todos os servidores, do agente administrativo, de nível médio, de nível superior, dando uma única nomenclatura e classificá-los assim, não seria obter então a isonomia ou paridade de vencimentos?

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Nós vamos fazer isto no sistema de carreira. Vai ter a carreira do agente administrativo, que deverá ser igual. Agora, no dia em que o agente administrativo da Previdência Social ou de uma repartição qualquer fizer a greve, aí, se concede um aumento a eles e não se concede aos outros, se quebra de novo a isonomia. No Brasil, em vez de cinco gratificações, que são as clássicas do serviço pú-

blico no mundo inteiro, temos 94, porque vinham a pressão classe ou da categoria e o Governo cedia. Temos um caso espantoso no serviço público, temos um funcionário duas vezes funcionário na mesma repartição. Os veterinários do Ministério da Agricultura fizeram a greve, não atestamos mais a validade da carne que exportamos. Primeiro dia de greve, segundo dia de greve, terceiro dia de greve — no final do Governo João Figueiredo — o que aconteceu? O Governo não podendo dar aumento para todos, deu um segundo emprego aos mesmos veterinários. Então, o Ministério da Agricultura tem o veterinário Pedro José da Silva, ganha "X", o veterinário Pedro José da Silva é o mesmo, mas com dois empregos na mesma repartição. E assim foram-se criando gratificações e mais gratificações. Porque o que acontece com a massa de 1 milhão e 800 mil funcionários? Se entra em greve uma categoria de veterinários e quer 20%, 40%, ou 50% o Governo diz: — Não vou dar 50% a 1 milhão e 800 mil funcionários. Arrebenta as finanças. Então, o que é que ele faz? Dá para aquela categoria que está em greve. Assim, nunca se estabelecerá se for realmente dada essa orientação.

O SR. RELATOR (Mário Lima) — Mas, aí, talvez, eles vão-se reunir, vão-se aglutinar por categorias funcionais, dos agentes administrativos, dos técnicos, dos assessores, e vão buscar forças dentro da própria categoria.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Cada um faz seu sindicato, cada um faz sua média, cada um consegue o seu aumento, e aí, ao invés de 394 níveis de vencimentos que temos hoje — embora a lei só assegure 60, vamos ter 1.394, correspondentes a cada greve e a cada categoria sindical. Respeito inteiramente a posição. Desejo que sejam derrotados na elaboração dessa emenda, mas se forem vitoriosos, cumprirei, como brasileiro e como administrador, a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mendes Botelho.

O SR. CONSTITUINTE MENDES BOTELHO — Sr. Ministro, já que o Sr. está sendo bastante liberal, tratando de assuntos diversos da administração pública, gostaria de lembrar um destes assuntos: num passado não muito distante, vários órgãos da administração pública eram transformados em fundações, em empresas de economia mista, e os seus funcionários eram obrigados a optar pelo regime celetista. Isto ocorreu na Rede Ferroviária Federal, quando milhares de ferroviários negaram-se a fazer opção pelo regime celetista. Esses ferroviários foram colocados em disponibilidade. Até hoje esses funcionários não foram aproveitados, pela administração pública e, por outro lado, não estão conseguindo nem a suas aposentadorias. Gostaria de saber se V. Ex.<sup>a</sup> conhece esse problema e o que o seu ministério está fazendo para resolver esse problema de milhares de famílias de trabalhadores que prestaram serviços ao Governo durante muitos anos, que não têm a menor culpa pela decisão tomada pelo Governo e que hoje não recebem promoção sequer, estão tendo direito de se aposentarem e, simplesmente, não estão recebendo nenhuma assistência por parte do Governo. O mesmo ocorreu

com os funcionários dos Correios e Telégrafos: funcionários já tinham conquistado o direito de 30, 35 anos, 33, 34 de serviço público, perderam seus quinquênios, perderam uma série de direitos, não conseguiram também a sua aposentadoria especial no serviço público.

Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> respondesse, em primeiro lugar, sobre os ferroviários.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Vou responder, em primeiro lugar, sobre o pessoal dos Correios e Telégrafos, problema também colocado.

Quando assumi o ministério, disseram-me que eram 80 mil funcionários nessa situação. Depois, este número foi reduzido. Há dias entrei em entendimento com o Diretor dos Correios e Telégrafos para que ele pudesse fornecer-me um levantamento desse pessoal, a fim de nós estudarmos uma solução para a redistribuição de funcionários para as novas repartições.

Agora, pela primeira vez, estou sendo colocado diante do problema da Rede Ferroviária. Eu sabia que, realmente, quando ela passou a ser uma empresa, tinha havido um problema, mas não o conheço, realmente, em profundidade.

O SR. CONSTITUINTE MENDES BOTELHO — Eles estão aí simplesmente esperando uma solução.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Se V. Ex.<sup>a</sup> me ajudar, mostrando-me alguém da categoria ou da classe deles, ou da associação deles...

O SR. CONSTITUINTE MENDES BOTELHO — Eu sou o Presidente do Sindicato, em São Paulo.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Eu gostaria que o Sr., se dispusesse de tempo, me procurasse no ministério...

O SR. CONSTITUINTE MENDES BOTELHO — O processo já pesa mais de uma tonelada, lá no Ministério dos Transportes.

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Se me levar o número dos processos, eu terei todo o empenho, todo o interesse em procurar identificar o problema e procurar, dentro da competência da Secretaria, uma solução.

O SR. CONSTITUINTE MENDES BOTELHO — Irei procurar V. Ex.<sup>a</sup> o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Concedo a palavra ao Constituinte Augusto de Carvalho.

O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO — Uma pergunta ao Ministro. Fala-se muito — e a imprensa abordou agora — sobre o problema do acúmulo de cargos no funcionalismo público. A nível das Forças Armadas, é muito comum haver militares na reserva ocupando postos no funcionalismo público ou nas empresas estatais. Qual é a dimensão desse problema?

O SR. ALUIZIO ALVES — Nós estamos às vésperas de identificar todos esses casos de acumulações indevidas, quer seja através do sistema de controle da folha de pagamento, que o Ministério da Fazenda está elaborando, a Secretaria do Tesouro, para nos fornecer — dizem eles que dentro de 30 ou 40 dias —, quer seja através do cadastro nacional do servidor, que deve estar pronto den-

tro, também, de 30 dias, se o IBGE cumprir os prazos prometidos. Então, nós vamos poder apurar esses casos.

Só tivemos contato com um caso destes, quando do enquadramento dos tabelistas, os integrantes das tabelas, quando encontramos esta situação, porque o funcionário, para ser enquadrado, se ele era da reserva das Forças Armadas, tinha que renunciar aos proventos das Forças Armadas. Então, em determinado órgão, por exemplo, havia 33 desses funcionários. Deles se exigiu que só poderiam ser enquadrados se renunciassem. Se não renunciassem, estavam exonerados.

Fizemos um trabalho muito grande, eu recebi, mas disse a eles que não os atendia; eles foram ao Ministro a que esse órgão é vinculado; o Ministro me fez uma exposição de motivos, eu respondi que não poderia; depois o Ministro me telefonou, perguntando se eu me molestaria caso S. Ex.<sup>a</sup> levasse o assunto ao Presidente da República. Eu disse que não, que estava no direito de S. Ex.<sup>a</sup>, apenas que se o Presidente me ouvisse eu dar-lhe-ia o meu parecer contrário. Realmente, o Presidente me ouviu e eu dei-lhe o meu parecer contrário.

Então, esses 33 militares preferiram ficar com os proventos da reserva e perderam os lugares: a que eles tinham direito nas tabelas especiais, porque não foram enquadrados na tabela permanente e desapareceram as tabelas especiais.

Deve haver muitos outros casos desses, sejam militares ou civis, que executam outras funções.

Mas, nós não temos condições de identificar, a não ser assim, como nesse caso citado, por causa do enquadramento.

Espero que por esse sistema de controle, pelo cadastro nacional, possamos identificar, e, identificados, nós tomaremos, coerentemente, seja militar ou seja civil, a mesma posição muito clara, como estou tendo em todos os outros problemas aqui.

O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM — Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, Sr. Presidente, é que um colega fez uma pergunta que achei importantíssima, e acho que o Ministro não teve a oportunidade de responder.

Diversos governadores de Estados e mesmo algumas prefeituras estão-se negando a pagar o gatilho. E mesmo lá no meu Estado, pois sou do Rio Grande do Sul. Qual a posição de V. Ex.<sup>a</sup>?

O SR. ALUIZIO ALVES — O Estado é autônomo, é ele quem decide os direitos dos seus funcionários, da utilização dos seus recursos, ele paga se quiser. A legislação federal obriga apenas que o Governo Federal pague os gatilhos. Os Estados pagam se quiserem, porque eles são autônomos. Tanto que nós tínhamos uma sugestão. Pensávamos em apresentar uma sugestão, através de algum constituinte, no sentido da Constituição federal dizer o seguinte: "O Governo federal, o Governo estadual, o Governo municipal não poderiam gastar mais do que tanto da sua receita com o funcionalismo". Mas fomos, depois, advertidos de que isso seria uma intervenção na autonomia estadual. Só a Constituição estadual é que pode estabelecer em relação aos Estados e aos municípios e, a Constituição federal não poderia estabelecer.

A nossa idéia é obter — e acredito que vá aparecer essa emenda se ajudarmos na sua elaboração

— esse percentual quanto ao Governo federal, mas que não terá efeito no Governo estadual, porque depende de uma decisão da Assembléia Legislativa, modificando a Constituição estadual. Quanto ao pagamento do gatilho ou não, fica a critério de cada Estado. A legislação só obriga ao Governo federal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Concedo a palavra ao nobre Relator, Constituinte Mário Lima.

O SR. RELATOR (Mário Lima) — Serei breve, visto o adiantado da hora. Mas o ilustre Constituinte Augusto de Carvalho colocou um tema que realmente é muito importante, o ilustre Ministro mostrou que tem conhecimento de causa: é o problema da acumulação.

Não entendemos que um país como o nosso, em que muitas famílias não têm um emprego, haja famílias com dez empregos. E um dos motivos que fizeram com que a ditadura militar que se implantou neste País me perseguisse foi a coragem com que enfrentei esse problema na empresa em que trabalho. E lá, as pessoas foram chamadas para fazer isso que V. Ex.<sup>a</sup> disse: definir por qual emprego queria aceitar ou queria continuar percebendo. Então, eu perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup>, que acho tem um grande interesse em nos ajudar: Nós deveríamos colocar alguma coisa na Constituição em que isso ficasse considerado quase como uma contravenção, como um crime?

Um país pobre como o nosso não pode continuar com essas irregularidades administrativas. Por exemplo: o sujeito tem influência, emprega ele, a mulher e os filhos — e nos Estados do Nordeste, particularmente, isto chega às raíças do escândalo, lá não se conta o número de funcionários, e, sim, o número de contracheques, porque há funcionários recebendo três, quatro, cinco contracheques. Isto é uma imoralidade que agride a consciência democrática deste País.

A Petrobrás, por exemplo, é uma estatal que precisa merecer mais atenção por parte do Governo. Há muita gente ganhando polpudos vencimentos de inatividade, e como empregos, às vezes, para não fazer nada; às vezes, até para atralhar.

Tem que haver alguma coisa — e nós todos somos responsáveis por isso —, no sentido de proibir de maneira expressa que alguém acumule funções, cargos, etc...

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — Eu não só concordo e aplaudo, como acho que uma decisão constitucional deveria também prever a punição dos administradores que praticassem esses atos. Na hora em que ele nomeia, o que é que vai acontecer? Desfaz-se o ato se se encontra o ato, mas quem fez, quem praticou não sofre nada. Acho que, para quem praticasse um ato desse deveria estar prevista uma punição rigorosa.

O SR. RELATOR (Mário Lima) — Beneficiário e beneficiador.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Sr. Ministro, uma pergunta: Quais são as punições previstas para aqueles que, comprovadamente, contrataram ilegalmente funcionários após o decreto presidencial de proibição?

O SR. MINISTRO ALUIZIO ALVES — A competência dessa punição é do Ministro de cada Pasta. E varia de acordo com o rigor ou não do Ministro,

porque a lei apenas proibiu, mas não estabeleceu punição. Apenas disse que eram nulos de pleno direito os atos praticados naquele período. Mas, não estabeleceu punição, como deveria ter estabelecido, para aqueles que praticassem atos ilegais.

A punição que eu sei que dois ministros vão adotar é a demissão dos responsáveis por esses atos dos cargos em comissão que exercem. Agora, há um problema, por exemplo, no Ministério da Educação, cujo Ministro, meu amigo e meu adversário, Jorge Bornhausen, tem sido exemplar nessa matéria, S. Ex.<sup>a</sup> tem uma dificuldade: é que todas as demissões foram feitas por reitores, que não são subordinados a S. Ex.<sup>a</sup>, pois os reitores têm autonomia. Então, S. Ex.<sup>a</sup> mesmo não sabe até agora como decidir. Estou com vontade de fazer uma consulta à Consultoria Geral da República para saber deste caso, quais são as consequências.

Mas depende de cada ministro. Há por exemplo, um ministro que me mostrou que tinha havido um equívoco na nomeação de um único funcionário do seu Ministério, porque houve dois decretos prorrogando aquela proibição. A prorrogação inicial foi até 31 de dezembro, depois foi prorrogado até junho, depois prorrogaram, de novo, até dezembro. E, então, nesse período, não chegou ao conhecimento da pessoa que nomeou aquela segunda prorrogação e, por isso, foi feita aquela demissão. Mesmo assim, S. Ex.<sup>a</sup> já mandou demitir o funcionário. Mas aí, realmente, reconheceu a boa fé do responsável pela nomeação. Agora, não houve boa fé, fez-se a violação da lei. Eu acho que, pelo menos, o mínimo que ele pode sofrer, já que a lei nada dispôs a respeito, será a destituição do cargo em comissão.

Sr. Ministro da Administração, Dr. Aluizio Alves, nós desejamos manifestar o nosso reconhecimento pela contribuição trazida por V. Ex.<sup>a</sup>, a maneira como permitir os debates, as trocas de opiniões, inclusive com as divergências que, dentro do respeito democrático, permitiram que fluíssem as contradições, até para que nós pudéssemos aprofundar, cada um de nós, as convicções para, quando chegar o momento das votações, poderemos, com conhecimento de causa, dar uma avaliação completa e poderemos decidir de que lado nós ficamos.

A V. Ex.<sup>a</sup> o nosso muito obrigado. Fazemos votos de que possamos continuar contando com a sua colaboração. Nós continuaremos, aqui, às suas ordens.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Não havendo mais inscritos, vou encerrar os trabalhos desta reunião, anunciando nossa próxima sessão para amanhã, dia 5, às 9 horas, quando debateremos a proteção, segurança, higiene do trabalho, co-gestão e organização sindical.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Está encerrada a reunião.

*(Encerra-se a reunião às 20 horas e 35 minutos.)*

#### ATA DA 15ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas, em sala do Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, sob a presidência do Senhor Constituinte Geraldo Campos, com a presença

dos Senhores Constituintes: TITULARES: Mário Lima, Edmilson Valentim, Carlos Cotta, Osvaldo Bender, Paulo Paim, Wilma Maia, Stélio Dias, Max Rosenmann, Francisco Küster, Júlio Costamilan Ronan Tito, Augusto Carvalho, Domingos Leonelli, Mansueto de Lavor e Teotônio Vilela Filho e o SUPLENTE Jalles Fontoura. Havendo número regimental, o Sr. Presidente abre o debate sobre os temas propostos: Segurança e Higiene do Trabalho, Co-gestão, Proteção e Sindicalização. Durante o debate os principais assuntos abordados foram os seguintes: A medicina preventiva no trabalho; O índice de acidentes de trabalho no País; A falta de equipamentos de segurança: O revezamento de turnos e a reação psíquica e biológica do trabalhador; A deficiência do Ministério do Trabalho em relação à proteção e segurança do trabalhador; A necessidade de imposição de regras e normas de proteção e segurança, devendo iniciar-se pelas Empresas Estatais; A necessidade da conscientização pelos empresários, quanto à segurança e higiene do trabalho; A obrigatoriedade de fiscalização à higiene, no ambiente de trabalho; Sejam estabelecida a penalidade pelo não cumprimento das exigências relativas à higiene, segurança e proteção do trabalho; É sugerido que as comissões de fábricas façam o papel que hoje seria da Comissão de Prevenção de Acidentes; É sugerido a extinção das CIPAS; Aumentar o índice de insalubridade em 30% e periculosidade em 50% sobre o salário real dos trabalhadores; Assistência médico-hospitalar em locais insalubres e perigosos, com salário adicional; Atenção especial aos menores de 18 anos e às mulheres; É sugerido que os sindicatos nomeiem inspetores para atuarem dentro das empresas, e que as inspeções se estendam ao Ministério do Trabalho; A necessidade de controle rigoroso das normas de segurança; É sugerida a estatização das minas de carvão, o diálogo franco e aberto entre patrões e empregados; É abordada a situação dos bóias-frias e madeireiros que trabalham desde a madrugada, sem segurança; A higiene e segurança do trabalho devem constar da Constituição como um capítulo de suma importância; O trabalhador deve tomar conhecimento, no ato da assinatura do contrato de trabalho, sobre os riscos inerentes à sua função; A vida humana deve ser valorizada em nosso País. O avanço neste sentido deve ser prioritariamente com o cumprimento e respeito à lei; Sindicatos fortalecidos e comissões de fábricas para corrigir falhas e coibir abusos cometidos contra o trabalhador são aspectos muito importantes para o seu bom desenvolvimento; O Estado tem por obrigação fiscalizar as empresas, em proteção à segurança do empregado; O seguro de vida deve ser obrigatório e de responsabilidade do empregador. Fizeram uso da palavra em considerações aos temas propostos, os seguintes Constituintes: Edmilson Valentim, Mário Lima, Osvaldo Bender, Paulo Paim, Francisco Küster, Stélio Dias, Max Rosenmann e o Sr. Presidente. Compareceu, em visita oficial a esta Subcomissão, a representação das Trabalhadoras Domésticas do Brasil, acompanhada das Deputadas Benedita de Liva e Maria de Lourdes Abadia, tendo como porta-voz a Sr<sup>a</sup> Lenira de Carvalho, que entregou em mãos do Dr. Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que compareceu a convite da representação, documento elaborado em Assembléia Nacional, em 18 de abril, no Rio de Janeiro, contendo

reivindicações da classe. O Presidente Ulysses Guimarães, agradece as homenagens recebidas e empenha a sua palavra, em nome da Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de atender às reivindicações pertinentes à classe. Usam da palavra em solidariedade com a classe das Trabalhadoras Domésticas os Srs. Constituintes: Mansueto de Lavor, Edmilson Valentim, Mário Lima, Domingos Leonelli, Osvaldo Bender, Paulo Paim, Max Rosenmann, Francisco Küster, Augusto Carvalho e o Sr. Presidente, e ainda, o Constituinte Santinho Furtado, que participou da reunião, como visitante. Nada mais havendo a tratar, a Presidência solicita a leitura das Atas das cinco últimas reuniões, as quais foram aprovadas, e encerra os trabalhos, às doze horas e quarenta minutos, convocando os Srs. Constituintes para a próxima reunião a realizar-se hoje, às 17:00 horas, com a seguinte pauta: reunião pública oficial, destinada a ouvir os representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores nos Transportes Marítimos, Aéreo e Fluvial, Sr. Aluisio Ribeiro; da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, Prof. Renato de Oliveira; e da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, Sr. Archedes Pedreira Franco. E, para constar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Declaro abertos os trabalhos da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos.

Hoje, tínhamos arrolado, para debate, três temas que são a continuação da última reunião: proteção, segurança e higiene do trabalho e a co-gestão e organização sindical.

Está livre a palavra para quem quiser manifestar-se. (Pausa.)

Poderíamos fazer, começando por um tema só, mas o que tem revelado a experiência acumulada até agora é que, quando se põe em discussão um dos três temas, o pessoal em geral tende a falar sobre um e gasta o tempo todo da reunião falando apenas sobre um. Como temos vários temas não abordados e esta é nossa antepenúltima reunião para debates, já que no dia 7 nós encerramos essa etapa, o importante seria vermos se conseguiríamos abordar os três: proteção, segurança e higiene no trabalho, e co-gestão e organização sindical.

O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> sugere que nós tentemos discutir os três temas?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Ao mesmo tempo.

O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM — A prática aqui, como a Presidência mesmo já citou, tem mostrado que não conseguimos, na Subcomissão, discutir os três temas e, de certa forma, acho até válido, porque as discussões que nós já tivemos até o momento foram muito profundas, sobre temas importantes. Nesse sentido, acho que nós poderíamos, na minha opinião, começar por um tema específico, porque teremos condições de aprofundar-nos em cada tema. E a partir do momento em que o tema for esgotado, em função das colocações dos Constituintes, passariamos a outros; porque com esse método conseguiremos o que esta Subcomissão tem feito até agora, analisar, com profundidade, cada pro-

blema que envolve os trabalhadores e os servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Está feita a proposta para que discutamos temas isolados. Neste caso, para que pudéssemos discutir mais de um, adotamos esse método, mas seríamos rigorosos no prazo, no controle do tempo de três minutos a cada um. Se todos estiverem de acordo, vamos usar, então, a fórmula sugerida pelo Constituinte Edmilson Valentim, a de que temos experiência que até agora tem sido adotada, e não faríamos inovações. Começaremos com proteção, segurança e higiene do trabalho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mário Lima.

O SR. RELATOR (Mário Lima) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o tema Proteção, Segurança e Higiene do Trabalho é muito amplo e complexo. Por mais que pretendamos, não sei se teremos condições de sintetizar, na Constituição, uma norma que, de maneira ampla, possa alcançar tudo isso. É complexo, porque, primeiro, País de Terceiro Mundo, os nossos recursos ainda são incipientes. Não podemos pretender copiar a legislação de países mais adiantados. Temos que tentar avançar, mas não podemos chegar e mudar, sob pena de, resolvermos alguns problemas e criarmos outros. Quando legislamos fugindo à realidade, criamos problemas. Trabalho numa área onde vejo verdadeiros absurdos, senão vejamos: operário trabalhando sem equipamento apropriado. Não há ainda, em nosso País, medicina preventiva. Depois que a pessoa está doente, com moléstia incurável é que se vai cuidar dele. Segurança — é só pegarmos os jornais e constatarmos que o País é campeão mundial em acidente de trabalho, por falta de educação, por falta de responsabilidade. É um dos aspectos onde o nosso País ainda é muito incipiente. Acho que temos que fazer alguma coisa, porém é um tema que requer muito debate. O número de doenças profissionais no Brasil, das quais ainda não se sabem as causas, é muito grande, particularmente em indústrias insalubres e penosas. O problema do revezamento de turno, também, porque provoca no trabalhador mudança psíquica e biológica. O sujeito dorme alguns dias de manhã; na outra semana, passa a trabalhar durante o dia e dormir à noite; na semana seguinte, ele inverte.

Acho que o Ministério do Trabalho, no Brasil, ainda é muito deficiente nisso. E não é esperada, do Estado, solução para tudo, mas quem tem que comandar essa tarefa é o Estado, inclusive impondo regras e normas, e deveria começar pelas empresas estatais, para dar o exemplo. Acho que o Estado tem que começar pela empresa estatal, para ficar em condições de impor à iniciativa privada certas regras, certas normas e certas leis. E, na prática, não vemos isso. Nas empresas estatais, a deficiência é grande. Há algumas exceções, onde a organização nesse sentido já avançou um pouco. Mas nosso País, neste campo, pelo que conheço, pelo que sei e, em alguns aspectos, pelo que constato, a nossa proteção ao trabalho é deficiente, a nossa segurança muito mais ainda e, no campo da higiene do trabalho, as coisas começam de maneira muito tímida. Já existe um órgão sindical suprapartidário, que é a semelhança do DIETRAT que faz assessoria parlamentar e cuida do problema da higiene, saú-

de e segurança no trabalho. Mas é um órgão com poucos recursos, mesmo assim já tem um bom volume de serviços. Pelo que me consta, virão à Comissão, Sr Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Está programado para o dia 7, aliás para amanhã, junto com o DIEESE.

O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA — De forma que concluo dizendo que considero importante se abordar esse tema e incluir alguma coisa neste sentido. É um tema difícil, que irá requerer de todos nós, Membros da Subcomissão, muita reflexão, muita ponderação e, obviamente, a firmeza necessária para também avançar neste campo. Temos que avançar neste campo. O trabalhador brasileiro, particularmente na construção civil, é um negócio que chega a ser criminoso, pela falta de apreço, a falta de responsabilidade desses empresários. Passamos por uma obra de construção civil e constatamos que os primários, comezinhos princípios de proteção ao trabalhador não são respeitados.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Osvaldo Bender.

O SR. CONSTITUINTE OSVALDO BENDER — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É, sem dúvida, um tema muito importante a segurança e a higiene no trabalho. Diria que isso envolve não apenas os trabalhadores, mas principalmente os empresários responsáveis pelo trabalho e pela manutenção da segurança e da limpeza. A experiência mostrou-me, e confesso aos Srs. Constituintes que muitas vezes fiquei frustrado, quando visitei determinadas fábricas onde o lixo se amontoava, que quase era impossível caminhar dentro da fábrica, onde a merenda dos trabalhadores guardada nos sanitários, uma sujeira, um mau cheiro insuportável. Neste campo, concordo com o nosso Relator, quando ele falava que o Ministério do Trabalho deixa muito a desejar nesta área, porque é de responsabilidade do Ministério do Trabalho a fiscalização da segurança e da higiene. Não sei até que ponto é válido nós prevermos na Constituição, uma vez que me parece que são leis sujeitas a alterações constantes; por isso deveria constar da legislação ordinária e tão-somente constasse a obrigatoriedade da segurança e da higiene. Agora, a forma pela qual poderemos alcançar esses objetivos dependerá de diálogo e por isso estamos discutindo. Mas me parece que neste particular deveriam ser conscientizados mais os empresários do que os trabalhadores. Porque, se existisse o bom senso, a responsabilidade, a fraternidade e a solidariedade, ninguém jamais de sã consciência poderia permitir que qualquer trabalhador seu ou de sua empresa pudesse estar exposto a perigos — que depois trariam ônus para a própria sociedade — de ficar aleijado ou até morrer. E quantos não morrem em acidentes, principalmente na construção civil? Mas também, refiro-me — à limpeza, o onde nós trabalhamos — e no trabalho nós estamos passando a maior parte da nossa vida. Em casa estamos muito pouco e a maior parte do tempo em que estamos em casa estamos dormindo. Portanto, o trabalho tem que ser um ambiente alegre, sadio, confortável, dando-

nos condições, a todos, que possam trabalhar com alegria, porque a vida é curta demais para nós trabalharmos recalçados, revoltados, amargurados. E, para que isso possa acontecer, essas são condições indispensáveis, a higiene, principalmente a limpeza do ambiente. Isso, quem sabe, através de uma lei ordinária, o próprio sindicato poderia se encarregar de ser um vigia, um fiscal, ou nomeasse mais uma comissão obrigatória dentro da empresa com essa responsabilidade, com essa finalidade, onde os próprios trabalhadores seriam também parte responsável junto com a empresa, tanto na segurança como na higiene. Mas refiro-me especialmente à limpeza e à higiene, porque a segurança, talvez, ainda tenha uma fiscalização maior do que a segunda parte. Acho, então, que um dos trabalhos que deveríamos fazer é conscientizar os responsáveis pelos trabalhos, pelos empregos, para que eles acordassem e zelassem por isso, estabelecendo, como penalidade, multas elevadas, se isto não ocorresse. Este é o meu pensamento. Aliás, existe só um caminho para que tenhamos tranquilidade, paz, fraternidade e progresso, para que todos possam se sair bem é essa boa harmonia, esse sadio relacionamento entre ambas as partes. Por isso fiquei frustrado, nesses dias, quando aqui não se quis que viessem também representantes dos empresários para debatermos e pedirmos a eles uma oportunidade porque disse-lhes que a comissão deles seria de ordem econômica, ela iria influir muito mais nos trabalhadores do que esta aqui. Se lá eles legislarem tão-somente por interesses próprios, então, seria lamentável. Quero dizer aos nobres Srs. Constituintes que da minha parte estou aqui vendo toda grande roda girar. Eu entendo trabalhadores todos trabalhadores desde a empregada doméstica até o trabalhador rural, o microempresário e até o grande empresário, todos eles, de uma ou de outra maneira, estão trabalhando. E o homem público não pode ver apenas um lado; ele terá que ver toda a roda girar, sob pena de cairmos no ridículo, sob pena de nós realmente darmos subsídios para que se pregue ódio, para que se choquem cada vez mais um contra o outro. Só acredito que o amor poderá construir perenemente. Outras coisas, jamais! O ódio, a vingança não ajudarão em nada; a não ser que mude o sistema de Governo, mude esse regime. Ai eu me pergunto que regimes são aqueles totalitários, quando nesses dias nós vemos na Polônia que sequer um sindicato pode ser criado. Nós queremos uma democracia, a igualdade para todos, a liberdade para todos. Dentro desses princípios, eu me manifesto e sempre me manifestarei enxergando toda a roda, porque nós precisamos tanto do motorista, que é um trabalhador, daquele autônomo; do representante comercial, como do médico, do dentista, da enfermeira; todos eles, de uma ou de outra maneira, prestam seus serviços. E por isso o meu ponto de vista, o meu sentimento, de não termos, aqui nesta Subcomissão, também aqueles que são responsáveis pelos empregos, no momento em que temos um sistema capitalista. Agora, se nós tivermos outro sistema, eu me renderia e paciência. No momento temos que nos conscientizar de que a melhor forma é a que cada um use seus sentimentos e a sua consciência, porque só as leis, por vezes, não resolvem. Elas são manipuladas, são fraudadas e frias. Mas o sentimento, a fraterni-

dade e a solidariedade humana podem ser algo para resolver os problemas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Paim.

O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM — Sr. Presidente, primeiro eu não quero ser repetitivo, porque entendo que esse assunto já começamos a discutir numa outra reunião e eu havia colocado a minha posição. Primeiro, acho que é fundamental ouvirmos, amanhã, o DIESAT — Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes do Trabalho —, que trata especificamente desta questão e nos trará inequivocamente, uma série de sugestões. Mas repito que o meu entendimento é que seja ponderado pelo Relator, na hora de emitir o parecer. Inevitavelmente neste País as CIPAS continuam não funcionando, porque pela forma que existem, não tentam jogar representantes dos empregadores e dos empregados. E todo mundo sabe que os representantes, homens de confiança do empregador vão mais à reunião com o objetivo de tolher os trabalhadores para que não avancem nas suas reivindicações, como a forma de economizar, como sempre, já que o empregador visa sempre o lucro, o capital e não tem tido uma preocupação com o conjunto dos trabalhadores. Nesse entendimento, a nossa sugestão seria que as Comissões de fábrica — entendo que esta Subcomissão deverá aprovar as comissões de fábrica — por local de trabalho, fizessem também o que hoje seria de obrigação das comissões internas de prevenção de acidentes. Eles fizessem uma única comissão de fábrica com essa amplitude de defender o lado econômico dos trabalhadores e, também, as condições de trabalho do conjunto dos operários. Seria terminar com as CIPAS e somente as comissões de fábrica teriam esse objetivo, porque seriam só os representantes dos trabalhadores que estariam brigando pela melhoria das condições de trabalho.

Entendo e repito que a única forma de fazer com que o empresário aplique e se preocupe com as condições de trabalho, de eliminar áreas insalubres, de alto risco e periculosidade é nós aumentarmos os índices dos adicionais de insalubridade e periculosidade, que hoje são índices tão vergonhosos, que o empresário não tem nenhuma preocupação em melhorar as áreas insalubres, principalmente insalubres, porque chegam a pagar 10% sobre o salário mínimo, é 10, 20, 40%. A nossa proposta é que se passem para, no mínimo, 30% sobre o salário real de cada trabalhador, os índices, quando ele for obrigado a trabalhar em áreas insalubres. A outra é que a periculosidade passe para 50% sobre o salário real. Todo o entendimento, embora eu tenha visto, em pareceres de centenas de técnicos, que saúde não se vende — e nós trabalhadores não queremos vender saúde — o único linguajar que o empresário entende é quando tem que tirar mais dinheiro do bolso para pagar a cada operário por ter que trabalhar em áreas insalubres e de alto risco. Quando ele notar que, nessa quantia que irá pagar ao operário, terá lucro, se investir para melhorar as condições de trabalho, começará a fazer assim. Antes, ele não vai fazer.

Por outro lado, eu queria também registrar, nestes meus três minutos, encerrando, e colocando

ao companheiro, o nobre Constituinte Osvaldo Bender, que é do meu Estado, o Rio Grande do Sul, que ao longo da história, no Congresso, os representantes dos empresários sempre foram ampla maioria. E, neste momento, é mais do que natural que os representantes dos trabalhadores aqui presentes comecem a colocar a visão, também, dos operários, que foi esquecida ao longo da história. Quando S. Ex<sup>a</sup> lembrou a Polônia, recentemente, eu me lembro de que muito pior é aqui, em que os tanques invadem as refinarias, a *Marinha invade os portos* e a *Aeronáutica solta até bomba em cima do movimento dos trabalhadores*.

Não vou entrar nesta polêmica, é uma questão de fundo, mas deixo também essas ponderações sobre a situação dos trabalhadores, que, num País socialista, tenho certeza, é muito melhor do que no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Está livre a palavra. (Pausa.)

Com a palavra o nobre Constituinte Edmilson Valentim.

O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM — Sr. Presidente, sobre a questão em pauta, acho que temos alguns eixos de preocupação para constar na nova Constituição. Sem dúvida nenhuma, o desmembramento, as diversas variedades de problemas que afligem os trabalhadores, no que diz respeito à segurança, à higiene e proteção, às diversas especificidade de categorias, sem dúvida nenhuma, requer que leis ordinárias ou leis complementares se debatam sobre essas especificidades, e, por conseguinte, elaborem uma legislação específica. Com tudo isso, acho de fundamental importância que nós, desta Subcomissão, não poderíamos deixar de fixar princípios constitucionais que digam respeito a essas questões. Nesse sentido, estamos apresentando algumas propostas que se atenam a alguns eixos, com relação ao controle rigoroso das normas modernas de higiene e segurança do trabalho por parte das autoridades e dos trabalhadores:

“Serão punidos os empregadores e seus prepostos responsáveis pela violação dessas normas.”

Uma segunda proposta:

“É garantida a assistência sanitária, hospitalar e médico preventiva, assim como a proteção adequada aos trabalhadores em locais de trabalho insalubres ou realizados em circunstâncias perigosas. Especial proteção será dada às mulheres e aos menores de 18 anos.”

Nas atividades insalubres ou perigosas será pago um salário adicional, na forma da lei. E eu concordo, a princípio, com a proposição do companheiro e nobre Constituinte Paulo Paim, de fixação de um mínimo. Acho, inclusive, que deveríamos nos aprofundar mais sobre essa questão.

Entendo também que proteção ao trabalho se estende à questão da gestante, da mulher trabalhadora. Por conseguinte, nós propomos que:

“A gestante terá descanso remunerado antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário integral.”

E propomos ainda que:

“Não será permitido o trabalho de mulher e menor de 18 anos em indústria com nível de insalubridade que ponha em risco sua saúde, bem como qualquer trabalho a menores de 14 anos.”

Nós já tivemos aqui alguns debates que versaram sobre a automação e recebemos uma proposta da UBIP, no que diz respeito a exigir e colocar na Constituição, que seja procurado reduzir, ao mínimo possível, através da modernização tecnológica, as condições insalubres para os trabalhadores, proposta essa que achamos de fundamental importância. E parece que já escutei alguma coisa semelhante a isso, que é uma proposta de que os sindicatos poderão nomear inspetores com a função de fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas e controlar as condições de trabalho nas empresas.

Acho que na sociedade em que nós vivemos, na conjuntura e na experiência histórica, nós podemos, nesta nova Constituição, procurar garantir ao máximo possível que as condições de trabalho, de proteção, de higiene, sejam asseguradas na Constituição. E garantir também que essa fiscalização se estenda não somente ao Ministério do Trabalho, mas também às entidades de trabalhadores. Achamos de fundamental importância garantir essas propostas, essas preocupações na nova Constituição. Vamos ficar atentos, também, às proposições dos colegas. Já ouvi propostas aqui interessantes, nesse sentido, como a do nobre Constituinte Paulo Paim. Acredito que os novos Constituintes, tenham também propostas neste sentido. A mensagem, o que gostaríamos de deixar claro aqui é que, apesar das especificidades de cada categoria, de cada situação, ela deva ser da responsabilidade e muito das leis ordinárias, que já neste processo de Constituição, de Constituição, nós procurássemos o máximo garantir essas preocupações, em função, inclusive, dos princípios constitucionais em que serão elaboradas, as leis complementares e ordinárias.

É desnecessário falar que, amanhã, inclusive, teremos um quadro mais pormenorizado, através do DIESAT, com dados, números, que ajudarão, inclusive, a reforçar esta nossa preocupação e poderemos fazer um debate mais didático, mais realista, avançando nas nossas proposições.

Queríamos deixar para o debate essas considerações iniciais, minhas e do meu Partido, o Partido Comunista do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Está livre a palavra. (Pausa.) — Com a palavra o Constituinte Francisco Küster.

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO KÜSTER — Sr. Presidente, esse é um tema realmente que mexe com as pessoas mais sensíveis, as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia pelos trabalhadores, proteção, segurança e higiene do trabalho. Senão, vejamos, o País tem estatísticas estonteantes, no que se refere a acidentes de trabalho e outras situações humilhantes a que são submetidos os trabalhadores, de um modo geral. No meu Estado, nós temos uma atividade altamente rendosa para os empresários, que é — a exploração do carvão. Entretanto, o trabalhador, ao adentrar uma mina de carvão, ele está, consciente ou inconscientemente, querendo ou não, assinan-

do a sua sentença de morte. A pneumoconiose, uma doença que acomete todos os trabalhadores que, decorridos 12 anos, no máximo 15 anos de serviço, são obrigados a se aposentar, para morrer dali a pouco tempo. Pois bem, os empresários, os mineradores edificaram poderosos impérios, lá, por conta da extração do carvão, e o saldo àqueles milhares de trabalhadores é a miséria, a doença e a morte; como legado a eles é isso o que fica.

Pois bem, agora, uma chantagem grande, acho que exercida em cima do Governo, eles estão demitindo. Algo assim, por exemplo, no final da semana passada, uma empresa anunciou a demissão de 2.500 trabalhadores e vai fechar uma mina. Nós estamos tentando aqui encaminhar uma proposta de estatização e entregá-la para os trabalhadores. Estatizar, porque não dá. Ai, eu quero dizer ao colega Constituinte Osvaldo Bender que seria bom um diálogo franco com os empresários, porque tem bons empresários, tem empresários que dignificam até a atividade, o seu *métier*, a atividade que eles exercem. Mas tem muitos maus empresários que exploram da forma mais desumana possível seus trabalhadores, que são verdadeiros tiranos, o ideal deles é o lucro a qualquer preço, não importa se o trabalhador tem atrás de si uma família, se ele paga aluguel ou não, se ele tem filhos, esposa, se ele tem o que comer, se ele está exposto à doença; ele não quer nem saber, ele quer saber é do lucro dele, do rendimento dele, da multiplicação dos seus lucros.

Mas a discussão não é bem esta. So coloquei isso aqui como um intróito à colocação que pretendo fazer. Desejo ver essa nova Constituição contemplar com objetividade essa questão da proteção, segurança e higiene do trabalho, que isso deva ser exercido, efetivamente, por uma comissão da qual os trabalhadores tenham maioria. Porque, se houvesse uma consciência, se nós tivéssemos empresários conscientes e responsáveis, do quilate do meu eminente colega Osvaldo Bender e outros do meu Estado, que conheço, que são gente assim, tudo bem! Daria até para ter meio a meio e o representante da Justiça do Trabalho no fiel da balança. Mas não dá, porque, via de regra, a Justiça do Trabalho tem sido comprada no meu Estado. Infelizmente tem sido. É uma denúncia que a gente faz, porque é uma constatação estupefaciente e triste, também. A Segurança do Trabalho, o Cipas, é um órgão que onde funciona, funciona precariamente, atende aos interesses da empresa. A maioria dos acidentes acontece no turno da noite. O trabalho em situações insalubres, no caso dos mineiros e pessoas que trabalham nos postos de gasolina é um negócio incrível o que se verifica. O Governo concede, dá uma concessão ao empresário para explorar o posto de gasolina, prestação de serviços e outras coisas do gênero. Mas não condiciona a que o trabalhador tenha determinadas garantias, direitos e segurança lá no seu trabalho, o lavador de carro, o lubrificador. Fui graxeiro de posto de gasolina, eu sei o que é o camarada estar debaixo de uma carreta e ficar trabalhando ali ou fazer uma pulverização e inalar o querosene. Eu fiquei doente no período em que trabalhei num posto de gasolina; pulverizar toda uma carreta, por baixo, sem máscara, sem nada, respirando aquele negócio, a pessoa sai dali intoxicada. E quando

saí do posto de gasolina eu fui à Delegacia do Trabalho e expliquei. Ele disse: "Pois é, mas e o sindicato?" O Sindicato, naquela época, não atuava, era uma vergonha, realmente.

É preciso que fique gravado na Constituição, para ser respeitado que os trabalhadores, nessas comissões, serão majoritários para defender os seus direitos, até que os detentores do capital tenham um pouco mais de sensibilidade e sejam mais humanos. Não quero generalizar, mas a maioria dos empresários no nosso País vive sob a égide da ambição, da multiplicação dos seus lucros, da construção de verdadeiros impérios, para não falar dos madeireiros, mão-de-obra desqualificada, os bóias-frias que saem às 4 horas da manhã e retornam às 11 horas da noite para casa, em cima de caminhões; no inverno, a zero grau, a dois, três, quatro graus abaixo de zero, enfrentando geadas, naquela região. E não tem bondade — perdeu um dia de trabalho, ele perde o domingo. E, lá, trabalham meninos de 14, 15, 12 anos. Essa é uma situação que ainda existe no interior deste País e que precisa acabar.

Encerrando, meu caro Presidente, precisamos tirar desta Subcomissão, para constar do relatório, uma proposta objetiva, sem adjetivações, gravar isso como um direito do trabalhador, da auto-defesa diante da exploração desencadeada pelo lucro.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Está livre a palavra. (Pausa.)

Com a palavra o nobre Constituinte Stélio Dias.

O SR. CONSTITUINTE STÉLIO DIAS — Sr. Presidente, nobres Constituintes, este é um tema, realmente, que eu considero da maior importância para esta Comissão. Se tivesse a honra, como tem o nosso colega Constituinte Mário Lima, de ser o Relator desta Comissão, sinceramente, a esta altura estaria em dificuldades, em como lavar e registrar o problema da higiene e da segurança do trabalho, que é no elenco de proposições, também um direito do trabalhador, em apenas uma linha ou uma frase, porque sabemos que é impossível elencar e colocar no Capítulo "Da Ordem Social", de maneira explícita, como nós gostaríamos que fosse tudo que diz respeito ao direito do trabalhador. Higiene e segurança do trabalho, são, realmente, um problema que deve constar do nosso trabalho, da inserção neste capítulo, que deve constar da Constituição. Mas como?

Tentei estudar, neste diál de semana, como colocar o assunto, e tive a oportunidade de visitar duas indústrias, uma pequena e uma média, na área de metalurgia. Realmente, fiquei estarrecido com três pontos que considerei importantes: primeiro, o desconhecimento total dos trabalhadores, que militavam naquelas indústrias, sobre os perigos que estavam passando, com relação à insalubridade, temperatura, com relação aos gases inalados, com relação às conseqüências; o desconhecimento dos sindicatos, que eu também registrei com relação ao problema; total, mas totalmente desconhecimento do Ministério do Trabalho e dos órgãos responsáveis por aquelas indústrias. Então, comecei a imaginar como nós deveríamos tratar isso a nível de uma Constituição.

Sinceramente, não sei. Mas nós devemos colocar a higiene e a segurança do trabalho, Sr. Relator, como uma das questões mais prioritárias a

serem não só debatidas aqui na Constituição, como também a serem lavradas no seu relatório. Por quê? O problema da higiene e segurança do trabalho existe no mundo inteiro. Agora, em particular, no Brasil, o que nos preocupa, realmente, é o desconhecimento do assunto. Sou até favorável que nas convenções, nos acordos, nos contratos firmados, o trabalhador soubesse, de antemão, dos perigos que iria passar com a realização daquele trabalho. Sou favorável, até, que no contrato de trabalho, o trabalhador a priori, ficasse conhecendo tudo aquilo que o vai levar, provavelmente, até à morte. Nessas indústrias que visitei, Sr. Presidente, comparando, depois com o Seminário internacional realizado sobre o assunto, os gases inalados pelos metalúrgicos não lhes permitem um horizonte de vida por mais de 6 anos, sem lesão grave nos pulmões, nos rins e no fígado. Alguns morrem em dois dias, outros não tem condições de continuar o trabalho.

Diante desse quadro, tão grave quanto à estabilidade ou mais grave ainda, e tão grave quanto o número de horas, tão grave quanto à organização sindical, este trabalho sobre higiene e segurança do trabalho deve ser objeto de tratamento especial no Capítulo, deixando claro que irá remeter a uma legislação complementar toda uma ordem de higiene e segurança do trabalho que deveria constar do Código ou da Consolidação das Leis do Trabalho. Daí, a nossa contribuição e a nossa preocupação neste debate, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Nobres Constituintes e Membros desta Subcomissão, há uma comissão de empregadas domésticas — a portadora da notícia é a Constituinte Benedita da Silva — que gostaria de ser recebida pela Subcomissão para entregar-nos um documento. Os nossos trabalhos já estão próximos do encerramento e consulto os presentes se concordam em que façamos uma interrupção nos debates, para recebermos a comissão e o documento. É um número grande que só faz prestigiar a nossa Subcomissão. Então, com o acordo de todos, vamos pedir à Sra. Constituinte Benedita da Silva que faça entrar a Comissão. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE STÉLIO DIAS — Sr. Presidente, sem querer cercear o direito dessa Comissão, seria conveniente estipular um prazo, para não perdermos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Há uma proposta, inclusive, de que continuemos o debate enquanto essas pessoas se acomodam, aqui; depois, vou pedir-lhes que entreguem o documento. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Max Rosenmann.

O SR. CONSTITUINTE MAX ROSENMAN — Companheiros e Constituintes da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, acho que um ponto comum nos une quanto à necessidade que tem de se estabelecer um funcionamento que proteja o trabalhador, que lhes dê segurança e que lhe dê melhor higiene no trabalho. Isso é um consenso de qualquer pessoa bem intencionada, que esteja realmente voltada a um relacionamento humano correto e justo. Nós, no Brasil, infelizmente, não damos valor à vida. E essa falta de valorização, realmente, ela não se dá somente na relação do trabalho, na

falta de higiene, em questões de insalubridade e periculosidade. Ela se dá no trânsito, porque temos as faixas de segurança e acho que nenhum de nós pode confiar numa simples faixa de segurança ao atravessar a rua, porque o motorista passa por cima. Acho que a vida humana não é valorizada no nosso País.

Durante a nossa campanha eleitoral, observamos que na cidade de Araucária, no Paraná, cortada por uma estrada muito importante, faleciam, semanalmente, 2 a 3 pessoas por acidentes de trânsito. E, ao ser colocada, por nossa solicitação, uma simples lombada, algo assim bastante elementar, desde setembro do ano passado não ocorreram mais, com frequência, acidentes. Vejam bem, Sr. Constituintes, quantas pessoas tiveram que morrer para que se colocasse uma simples lombada! Se na estrada que liga Joinville a Curitiba, se houvesse colocado uma cruz em cada local de acidente com morte, teríamos a sensação de estar dirigindo dentro do Cemitério de Pistóia, tal o número de mortes e tal a falta de atenção dos nossos Governos no sentido de dar valor à vida.

Nesta Constituinte, neste momento histórico da Nação, deveremos fazer o que pudermos, de avanço, para que nossas leis sejam cumpridas e, ao mesmo tempo, a vida humana, respeitada. Temos certeza — sem ser técnico de segurança no trabalho, pois não o sou — que ocorrem barbaridades nesse sentido em nosso País. Essa irresponsabilidade tem que ser coibida. Acredito muito em democracia. Tenho 42 anos e, infelizmente, vivi grande parte da vida no regime ditatorial, mas acredito num sindicalismo forte, que possa propiciar uma força do trabalhador; acredito na liberdade, acredito nos direitos humanos e também em penalizações como forma de coibir o abuso e a falta de respeito humano.

Mas acredito também que, mesmo que haja um sindicalismo forte, que permita aos sindicatos inserirem nas empresas suas observações, suas cobranças, muitas coisas, muitos erros, muitas falhas poderão ser corrigidas. Essa questão de comissões de fábricas, de radicalizações, se o patrão não soube cuidar, que o empregado irá cuidar agora, realmente, para mim, não sensibiliza, porque acho que devemos ser um País em que todos os setores estejam conscientes e responsáveis, a partir do Governo. Nós nos tornamos, assim, tradicionais críticos do Governo, não acreditamos no Governo, nas suas ações de fiscalização. Acho que, em todas as atividades, o Estado é um mau gestor e o pior de tudo é que também tem sido péssimo fiscal. Se o Estado fosse somente um mau gestor, poderíamos tirar-lhe a gestão. Mas, a fiscalização, infelizmente, não podemos tirar por completo, porque o Estado por si só, pelos reclamos da nossa representatividade, o Estado representa os interesses da população, ele tem que cumprir sua finalidade. Acredito que devemos evoluir, devemos contar pontos nesta nova Constituição, pontos de honra, porque somos a favor de muitos pontos. Somos a favor do meio ambiente, da vida, da natureza e esquecemos que o homem faz parte dessa natureza e, às vezes, é o animal mais desprotegido, exatamente pelos abusos que ocorrem nessas relações de trabalho. Há atividades — como disse muito bem Francisco Kuster — em que a pessoa, ao ser contratada como empregada num empresa específica, está

assinando a sua pena de morte, porque está comprando uma bomba-relógio que, dentro de 5, 10, 15 anos o eliminará desta vida. Acho que devemos evoluir, devemos pensar em penalizações; acredito num sindicalismo forte, como o maior fiscal do trabalhador, sindicalismo que represente, verdadeiramente, o trabalhador, e queira Deus tenhamos, realmente, após a regulamentação desta Constituição o cumprimento da norma. Porque em leis, confesso a V. Ex<sup>ca</sup>, acho que estamos precisando de muita evolução, mas, se a atual Constituição fosse cumprida, se o Cipas fosse realmente, seguido, se o que estivesse no papel fosse cumprido, acho que muita coisa já estaria resolvida. Está aí a razão pela qual acredito na necessidade do plebiscito; ele irá fazer com que a Nação aceite, participe da decisão desta nova Constituição, para que seja cumprida, para que a vida tenha valor, para que o trabalho seja remunerado e respeitado, para que todos possamos ser uma sociedade mais justa.

Finalmente, ratifico um ponto que não considero uma forma de encobrir as responsabilidades dos empregadores, no sentido da qualidade de vida mas, já nas Constituições de 1946 e de 1967 constava, e agora não consta a questão do seguro de vida. Sendo uma responsabilidade do empregador, acho muito importante que tenhamos um seguro de vida obrigatório, que não foi cumprido no passado, até porque não foi determinada a forma desse seguro de vida; constava, simplesmente, se desse um seguro de vida ao trabalhador. E estamos apresentando — como já disse há alguns dias aqui — que o empregador é obrigado a manter, em favor do empregado, um seguro contra acidentes de trabalho equivalente a 30 vezes o salário mínimo, para cobrir os riscos de invalidez permanente ou morte:

§ 1º Para que os trabalhadores, em locais ou atividades insalubres, perigosos ou que importem risco de vida, inclusive atividades relacionadas com organismos policiais, tenham o seguro equivalente a 60 vezes o salário mínimo. Se o empregador não tiver contratado o seguro a responsabilidade de indenização, nessa hipótese, em dobro, será do empregador."

Esse percentual, realmente, foi dentro de uma colocação que fiz, muito aquém do valor, porque, disse muito bem o Constituinte Paulo Paim, nós não estamos vendendo nem a vida e nem a saúde; mas temos que determinar um percentual que seja possível. E, naturalmente, se alguém achar que esses percentuais estejam baixos, o Plenário desta Subcomissão e mesmo das outras Subcomissões e do próprio "Plenário" poderão decidir a questão de quantas vezes será o seguro de vida, em relação ao salário do trabalhador. Mas, colocando desta forma, estabelecemos um ponto inicial obrigatório e, no futuro, iremos evoluindo, à medida em que formos dando cada vez mais proteção, segurança e higiene, não só ao trabalho, mas à própria vida humana.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Está livre a palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Júlio Costamilan.

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO COSTAMILAN Sr. Presidente, este tema deve ser objeto de

estudos, avaliações, conceitos, análises, fiscalizações, bibliografias; enfim, a questão da segurança e da higiene do trabalho está desafiando não só os homens de sindicatos, não só os empresários, mas até os estudiosos do assunto. Mas, parece-me, Sr. Presidente, que essa questão precisa ser — como dizia o Constituinte Rosenmann — profundamente examinada e, acima de tudo, estabelecida uma posição definitiva com respeito à questão da higiene e segurança no trabalho. Mas, a experiência e os longos anos de contato com o assunto fizeram-me firmar a convicção de que, se aguardarmos o resultado de onerar com percentuais maiores a questão da insalubridade, se estipularmos, se dependermos, por exemplo, do empresário ou de algumas fórmulas de fiscalização interna, com respeito à higiene e à preservação da saúde, não alcançaremos os objetivos perquiridos e perseguidos. Parece-me, Sr. Presidente, que o Sindicato dos Trabalhadores tem uma função a cumprir, basicamente à questão da defesa da saúde e da segurança do trabalhador é uma das tarefas importantes e básicas a serem cumpridas pelos sindicatos. Porque, além de estarem defendendo o companheiro, o irmão de classe, eles também cumprem a tarefa de defender, para que os companheiros se multipliquem, se preservem e possam ter, cada vez mais, força para as grandes lutas que têm pela frente. Por isso, meu pensamento é muito simples, Sr. Presidente: que se fixem responsabilidade e autoridade para que os sindicatos, e ninguém melhor do que eles, dentro da fábrica, com autonomia para o exame específico desse aspecto, tenham condições de contactar e verificar pessoalmente, através das suas equipes, o cumprimento ou não da legislação. E, mais do que isso, até a extralegislação, o cumprimento daquilo que humanamente tem que ser considerado, que é a preservação da vida do semelhante, o que não aconteceu, muitas vezes, nas empresas.

Parece-me, então, que simplesmente autorizar, dar autoridade a que o sindicato tenha franquia de ingresso nas empresas, e com esta franquia, inclusive, verificar, caso a caso, o tratamento, a assistência que está recebendo o seu colega, o associado, fará com que tenhamos melhores e efetivos resultados na defesa, na preservação da vida, da segurança, da saúde do trabalhador — além do ônus que deve ser aplicado de percentuais, de multas e de outros encargos nas constatações do descumprimento dos preceitos que asseguram a defesa da saúde e da vida do trabalhador na fábrica.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Estamos recebendo, conforme anunciado, a visita das representantes das empregadas domésticas.

Queríamos convidar a representante para sentar-se à Mesa e queremos ter a satisfação de receber o documento de que é portadora. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Mário Lima) — Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Tem a palavra V. Ex<sup>ca</sup>

O SR. RELATOR (Mário Lima) — Acho que, ao convidarmos a Representante dessa Comissão de Senhoras para fazer parte da Mesa, seria oportuno que ela usasse da palavra, também, pelo tempo, digamos, de 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Muito obrigado. Estamos de pleno acordo; a intenção nossa era exatamente essa.

Vamos convidar a Sr<sup>a</sup> Lenira de Carvalho, a tomar assento à Mesa. (Palmas.)

Concedo a palavra à Sr<sup>a</sup> Lenira de Carvalho, Representante das empregadas domésticas de todo o País, Delegação representando o Brasil.

A SR<sup>a</sup> LENIRA DE CARVALHO — Sou Lenira, empregada doméstica, sou do Recife e estou aqui com as companheiras de todo o Brasil.

Digo as companheiras que aqui estão que temos que aproveitar esta oportunidade de falar para os poucos Constituintes presentes que temos consciência de que eles aqui estão, porque o povo aqui os colocou. É por isso que vimos, hoje, cobrar, como todos os trabalhadores estão cobrando, porque nós, domésticas, também votamos. Trabalhamos e fazemos parte deste País, muito embora não queiram reconhecer o nosso trabalho, porque não rendemos e não produzimos. Mas, estamos conscientes de que produzimos e produzimos muito. E achamos que, numa hora em que há uma Constituinte, uma nova Constituição para fazer, acreditamos, temos a esperança de que vamos fazer parte dessa Constituição. Não acreditamos que façam uma nova Constituição sem que seja reconhecido o direito de 3 milhões de trabalhadores deste País. Se isso acontecer, achamos que, no Brasil, não há nada de democracia, porque deixam milhares de mulheres no esquecimento. E nós servimos a quem? Servimos aos Deputados, Senadores, ao Presidente e a todas as pessoas. Estamos confiantes e, por isso, vimos aqui. Queremos dizer aos Srs. Constituintes que não foi fácil isso. Vimos do Nordeste, três dias de viagem, passando fome e com todas as dificuldades, mas, porque confiamos, primeiro, na nossa luta e, depois, em V. Ex<sup>ca</sup> estamos certas disto. Estou falando assim, porque sei que todas as companheiras diriam a mesma coisa e talvez dissessem melhor, com outras palavras. O que importa, então, é a nossa vontade, o nosso esforço, a nossa luta junto com todos os trabalhadores. (Palmas.)

Agora, vou ler o documento:

Procede-se à leitura do documento:

Documento a que se refere a Sr<sup>a</sup> Lenira de Carvalho

Elaborado pelas representantes das trabalhadoras domésticas de 23 Associações, de 9 Estados do Brasil, reunidas em Nova Iguaçu — Rio de Janeiro.

Nova Iguaçu, 18 e 19 de Abril de 1987.

Exm<sup>as</sup> Srs. Drs

Deputados Federais e Senadores Constituintes:

Nós, Trabalhadoras Empregadas Domésticas, somos a categoria mais numerosa de mulheres que trabalham neste país, cerca de 1/4 (um quarto) da mão-de-obra feminina, segundo os dados do V Congresso Nacional de Empregadas Domésticas de Janeiro de 1985.

Fala-se muito que os trabalhadores empregados domésticos não produzem lucro, como se fosse algo que se expressasse, apenas e tão-somente, em forma monetária. Nós, produzimos saúde, limpeza, boa alimentação e segurança para milhões de pessoas. Nós, que sem ter acesso a instrução e cultura, em muitos e muitos casos, garantimos a educação dos filhos dos patrões.



Queremos ser reconhecidos como categoria profissional de trabalhadores empregados domésticos e termos direito de sindicalização, com autonomia sindical.

Reivindicamos o salário mínimo nacional real, jornada de 40 (quarenta) horas semanais, descanso semanal remunerado, 13º salário, estabilidade após 10 (dez) anos no emprego ou FGTS (Fundo

de Garantia do Tempo de Serviço), e demais direitos trabalhistas consolidados. Extensão, de forma plena, aos trabalhadores empregados domésticos, dos direitos previdenciários consolidados.

Proibição da exploração do trabalho do menor como pretexto da criação e educação. Que O menor seja respeitado em sua integridade física, moral e mental.

“Entendemos que toda pessoa que exerce trabalho remunerado e vive desse trabalho é trabalhador, e, conseqüentemente, está submetido as leis trabalhistas e previdenciárias consolidadas.”

Como cidadãs e cidadãos que somos, uma vez que exercemos o direito da cidadania, através do voto direto, queremos nossos direitos assegurados na nova Constituição.

Jua Maria Dagoberto <del>Teixeira</del>	(APE) JF
Glauz Maria de Oliveira	(APE) RJ
Margarida Amara Sileti	(APE) RJ
Conceição Amalita	(APE) m.g.
Odete Mello	(APE) RJ
Antônia G. Ferreira	(APE) RJ
Mila Borden de S. S. S.	(APE) RJ
Maria Roma Ricardo	(APE) Recife
Isabel Cleto de Sousa	(A.O.E.D. - Bolo Horizonte)
	(APE) DSP - São Paulo

das Jacoz Bandando A.P.E. - Juiz de Fora RJ  
 Juiz de Fora RJ  
 R. Redonda R. J. aos Cuidados  
 Alcatraz - av. Amarel Peixoto.  
 Jureny Firmo de Sa Silva V. Redonda. R. J. aos Cuidados do Sr.  
 Peixoto - Av. Amarel Peixoto  
 Maria da Gloria dos Reis Almeida  
 Rua Justino Filho  
 São João V. Redonda  
 Francisca Lourenço - A.P.E.D. Nova Iguaçu Rio de Janeiro  
 Maria Roberta Costa A.P.E.D. Nova Iguaçu Rio de Janeiro  
 Conceição Santos Souza A.P.E.D. Juiz de Fora  
 Maria Rodrigues dos Santos (A.P.E.D.) da Bahia  
 Louvigil do Filgueiras 8/10 Ap. 702 Garcia Salvador - Ba  
 Josefina de Jesus Dantas (A.P.E.D.) do Bahia  
 Agnênia Ribeiro da Silva (Associação dos Profissionais de Estabelecimentos de Ensino)  
 Marina Eugênia de Souza (APE) João Monlevade MG  
 Juana Vicência de Jesus (AED) Governador Valadares - MG  
 Nélia da Conceição (APE) Nova Iguaçu  
 Maurício do Carmo Silva - Recife PE

Maria Elizabete dos Anjos - (Associação dos empregados)  
 e domésticas do Recife  
 Margarida Ponte da Paz - Associação dos empregados domésticos  
 Bela Horizonte - RJ  
 Eza Maria da Costa de Oliveira - Associação Nova Iguaçu.  
 Jolanda Prater da Poda (AED) Pelotas P.S

Maria Vicinijus - Associação de Brasília  
 Maria das Graças Souza - Associação de Brasília **1995**  
 Maria Heloisa Goulart - Florianópolis, Sta. Catarina  
 Maria Dalva de Araujo - Associação de João Pessoa Paraíba  
 Inaci Pereira dos Santos - Associação João Pessoa - Paraíba  
 Maria de Fátima S. do Nascimento - Associação Guararãra Paraíba  
 Maria Auxiliadora de Távora - Associação Campesina grande I  
 Anáclara Bonifácia de Oliveira - Associação Campesina grande P.  
 Jandira Redigues - Associação Profissional do Empregado  
 Doméstico de S. Paulo.  
 Maria Helena de Santiago - Associação de Empregada de  
 Campinas S. P.  
 Maria do Carmo Paizou - Associação de Fpolis - Sta. Catarina  
 Imelda Liver de Sovercio Florianópolis e Catarinense  
 Ligéria da Silva Pedro. Associação de Florianópolis S. Catarina  
 Saldy Bage Associação - Bages Santa Catarina  
 Maria Joaquina Luiz - Associação de Bages S. Catarina  
 Maria Aparecida Carratão Lima - R. G.  
 Maria das Graças Bandeira Juiz de Fora M.G.  
 Maria das Graças Carvalho R. J.  
 Maria da Graça Martins da Silva - H. A. D. - Volta Redonda  
 Eva Caudozo Moraes - Associação do R.G. Sul  
 Miriam de Lúcia Lima Associação A. J.  
 Altina Maria de Souza Associação de ...

Esse documento foi feito numa assembléia nacional, nos dias 18 e 19 de abril, no Rio de Janeiro. É isso que estamos discutindo há vários anos, por toda a nossa categoria. Esperamos que seja aceito. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Osvaldo Bender.

O SR. CONSTITUINTE OSVALDO BENDER — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Apenas para me congratular com as empregadas domésticas que, em bom momento, trouxeram aqui as suas reivindicações. Lamento que, até hoje, as empregadas domésticas não tenham os seus direitos reconhecidos, uma vez que, como dizia a Representante, cuidam os filhos, cozinham e lavam a roupa suja, para que aqueles outros possam trabalhar e cuidar muitas vezes, dos seus negócios ou dos seus interesses. Por isso mesmo, o seu trabalho deve ser valorizado e elas devem ter os seus direitos.

Quero parabenizá-las e, nesse sentido, apresento uma sugestão para que, realmente, a categoria seja reconhecida e tenha os seus direitos. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE SANTINHO FURTADO — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Santinho Furtado.

O SR. CONSTITUINTE SANTINHO FURTADO — Não pertenço a esta Subcomissão, mas gostaria de aplaudir a Sra. Lenira de Carvalho, pela sua desinibição, pela sua maneira franca, sincera, de se comunicar; e quero dizer que eu já tinha um projeto, pensando nas donas-de-casa e nas empregadas domésticas, aposentando-as e dando todo o direito à mulher de filiar-se à Previdência Social, mesmo as mulheres que não tivessem nenhum vínculo com a Previdência Social.

Este projeto estava tramitando, mas espero agora que, na nova Constituição, seja incluído o direito da mulher, principalmente dessa heroína nacional, que é a empregada doméstica. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Paim.

O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM — Sr. Presidente, quero fazer uma colocação breve: no meu entendimento, considero que todos os trabalhadores — e este é o entendimento desta Subcomissão, têm direito pretendemos aprovar — à estabilidade, não somente após os 10 anos, mas desde os primeiros dias do emprego. E como foi feito, na introdução do trabalho desta Subcomissão, uma ressalva a trabalhadores e funcionários públicos, eu deixaria como contribuição ao Relator, que todos os direitos assegurados aos outros trabalhadores; já ficassem, na introdução, colocados, aos trabalhadores, aos funcionários públicos e às empregadas domésticas. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Estamos sendo informados de que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado

Constituinte Ulysses Guimarães, virá para receber pessoalmente o documento. (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mansueto de Lavor.

O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LA-VOR — Sr. Presidente, colegas Constituintes, minhas prezadas representantes dessa categoria de auxiliares do lar, empregadas domésticas:

Estou feliz por duas razões: primeiro, por sentir que a Assembléia Nacional Constituinte, no trabalho das Subcomissões, está atingindo, sobretudo nesta Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, os objetivos que todos sonhávamos, isto é, abertura para a participação popular. A imagem de uma Constituinte elitista, de uma Constituinte ociosa, sem povo, desfaz-se neste momento. Não é ainda o ideal que perseguíamos, mas é um objetivo bem próximo, num momento em que, dando seqüência a audiências públicas, temos, aqui, a oportunidade de ouvir, por coincidência, de uma querida conterrânea, de Pernambuco, a palavra das empregadas domésticas brasileiras. Exatamente aquela categoria profissional, cuja discriminação de que são vítimas ainda, as aproxima do tempo de escravidão, sem salário definido, sem horário de trabalho, e na prática, com toda insegurança, própria do empregado desprotegido dos tempos do capitalismo selvagem. É claro, queremos não apenas ouvir essa manifestação, este pleito que aqui nos trouxeram essas auxiliares do lar, mas queremos render homenagem ao Trabalho dessas mulheres brasileiras que é muito importante para o equilíbrio e a formação da família. Deixo, aqui, um testemunho pessoal, que é a minha empregada doméstica, Miralva — já não, tendo em considero sequer uma doméstica, ela pertence à família e, mais do que isso, é para mim uma assessora em política econômica e até em política nacional: Em política econômica, porque ela coleciona os preços durante a semana e no final me cobra a posição do Sr. Ministro da Fazenda do PMDB. Miralva toda semana me cobra a queda da ilusão do Plano Cruzado. Em política nacional, porque tem observações extraordinárias, inclusive sobre o direito dos trabalhadores que ainda não está assegurado pela chamada Nova República, tendo em vista recente repressão, pela polícia, sobretudo a do Distrito Federal, mas greves dos bancários, na dos Servidores públicos. Ela me contesta dentro de casa, dizendo que se o PMDB pregava, posições, o que é que estamos fazendo? Tenho dentro de casa não apenas uma servidora, mas uma contestadora permanente da posição do nosso Partido. Por essas e outras é que temos que receber como uma valiosa contribuição, e aqui reafirmar nossos compromissos assumidos perante a praça pública, quando nos candidataríamos Deputados Constituintes. E reafirmá-los também diante das delegações que vieram de todos os Estados representando essa categoria, reafirmarmos que nosso compromisso de que, no momento de votarmos na Subcomissão, na grande Comissão e no Plenário, seremos fieis à confiança que essas representações depositaram em todos nós, a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos.

Agradecemos a colaboração e o subsídio importante que os Senhores para o âmbito da Assembléia Nacional Constituinte. Obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Tem a palavra o Constituinte Edmilson Valentim.

O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM — Gostaria de não repetir palavras já ditas aqui, principalmente eu, como representante do meu partido, o Partido Comunista do Brasil, especificamente como operário, eleito por trabalhadores para ajudar e lutar na Assembléia Nacional Constituinte, para que os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras fiquem marcados e escritos de maneira clara e objetiva, nesta nova Constituição. Queremos dizer às companheiras presentes que, se depender desta Subcomissão, os seus direitos estarão consignados da maneira e da forma que interessam às empregadas domésticas do nosso País. (Palmas!) Gostaria também de dizer às companheiras que voltem mais vezes, porque a sua luta e a sua presença serão importante, não apenas neste momento. É preciso que as companheiras saibam que este é um primeiro momento e é importante por sê-lo, mas necessitaremos do seu apoio, da sua presença, como também do apoio e da presença dos companheiros de classe, no sentido de convencer, cada vez mais, aos colegas Constituintes que ainda não entenderam ou não têm a sensibilidade, o conhecimento que têm os membros desta Subcomissão, da realidade em que vivem os trabalhadores do nosso País. Por isso é um pedido para que voltem e o façam com mais pessoas da categoria, mais disposição e vamos tentar com muita luta fazer com que esta Constituição, como disse a companheira Lenira de Carvalho, faça valer alguma coisa, ou faça valer as mudanças que todas as categorias de trabalhadores desejam. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Tem a palavra o nobre Relator Constituinte Mário Lima.

O SR. RELATOR (Mário Lima) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero, inicialmente, congratular-me com a ilustre Constituinte Benedita da Silva pela iniciativa de trazer até aqui, a mais numerosa delegação de trabalhadores que vieram a esta Subcomissão. As Senhoras formam o maior contingente de trabalhadores que já nos visitaram. Gostaria de lhes dizer que esta Subcomissão, graças a Deus, tem mostrado no dia-a-dia que é formada por homens sensíveis à questão do trabalhador. Nenhum dos componentes desta Subcomissão, até agora, nas suas exposições demonstrou a menor insensibilidade aos problemas de qualquer categoria profissional. O trabalhador da Previdência e no meu caso o de Relator é muito facilitado.

Gostaria de dizer, rapidamente, que se há quem entenda o trabalho da empregada doméstica ou tem que entendê-lo sou eu. Sou desquitado, moro sozinho e a minha casa é dirigida por uma empregada doméstica. Não sei quando custa nada. Difícilmente teria uma atuação parlamentar boa, se não tivesse uma pessoa como a Maria que eu tenho. (Palmas!) A lei que vier, não me obrigará a nada, porque desde que cheguei a Brasília, há três anos, ela está comigo, as obrigações previdenciárias estão pagas, não como favor, mas como obrigação. Não poderia ser Presidente de Sindicato, de mente aberta, de consciência tranqüila, se explorasse um trabalhador. Portanto, a lei que vier não me obrigará a nada. Hoje mesmo, estou sem a Maria. De manhã ela recebeu um telefonema que havia morrido uma tia, no interior de

Goiás. Providenciei para que ela viajasse e só voltei quando o problema fosse resolvido. Para mim, a lei não me obrigará a nada. Como Relator que conta com o apoio dos seus pares, dos seus companheiros de Subcomissão, garanto a todas senhoras que aqui vieram e, de maneira especial, à sua representante Lenira de Carvalho quem leu aquele documento. Por essa razão, tenho uma sensibilidade ainda maior. Não sei o que é dirigir minha casa. Primeira, porque não teria quem a dirigisse. Realmente, quando a Maria viaja, fico em dificuldades, porque eu não sei de nada. Vê-se isso em todos os lares. Nós, brasileiros, somos um povo sensível, sentimental, como disse o ilustre Constituinte Mansueto de Lavor. A ajudante do lar, depois de certo tempo, passa a ser membro da família. Quem não tem na sua família, particularmente os nordestinos, aquela que viveu, ajudou nos afazeres da casa. Há pessoas que não reconhecem, mas a maioria delas reconhece. É importante que esses direitos não fiquem na base do coração, do reconhecimento, que isso seja lei para aquelas pessoas que não tenham essa formação cristã, essa sensibilidade, que a cumpram, não por sentimento, mas por obrigação.

Repetindo o que já disseram outros companheiros se depender desta Subcomissão, depois de tantos anos de injustiça, de falta de reconhecimento, finalmente, surgirá para todas um novo amanhã mais seguro, mais tranqüilo e mais feliz. Era o que tinha a dizer às Senhoras. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Tem a palavra o nobre Constituinte Domingos Leonelli.

O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI — Sr. Presidente, temo não acompanhar o diapásio do elogio, embora me congratulando com esta mobilização. Acho uma coisa bonita, forte, mais gostaria de registrar, aqui, que não conheço um padrão de empregada doméstica neste País que não a considere como parte de sua família. (Risos.) Creio que todos, em todos os lugares em que chego, ouço os padrões — não é o caso dos que se pronunciaram aqui, porque são homens que têm tradição, vinculados aos trabalhadores — no meu Nordeste, especialmente na minha Bahia, considerar as empregadas domésticas como parte da sua família; consideram-nas integradas como se fossem seus próprios filhos. Entretanto na maioria das vezes as tratam, na Bahia e no Nordeste, como escravas, vivendo em senzalas, comendo restos de comida e até usadas sexualmente na primeira fase, na puberdade, dos seus filhos. Não gostaria, Sr. Presidente, que esta Reunião ficasse marcada apenas por esses aspectos, pela nossa boa vontade. Creio, dou fé e assino embaixo de cada uma das palavras aqui proferidas, especialmente os testemunhos tão bonitos dos Constituintes Mansueto de Lavor e Mário Lima. Sei que é assim na vida deles, mas sei também que são exceções que não podem ser confundidas, assim como esta Subcomissão não pode ser confundida, como esta Constituinte. Tenho dito isso e o fiz na Subcomissão das Minorias e quero aqui recordar. É muito fácil passar nesta Subcomissão algumas propostas, mas não o será no conjunto da Constituinte. É muito importante que esta mobilização não se encerre nesta fase que é a mais fácil. Nela os Constituintes se interessam por cada um dos seus assuntos, agregaram-se nas Subcomissões e tornaram

mais fácil a sua tramitação. Nesta Subcomissão, a grande maioria senão a totalidade dos Constituintes é realmente solidária aos interesses dos trabalhadores, inclusive trabalhadoras domésticas. Porém, não creio que isso possa acontecer nas outras fases. É importante que essa mobilização continue, que permaneça, que se estenda. Muito obrigado. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Tem a palavra o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o nobre Constituinte Ulysses Guimarães.

O SR. CONSTITUINTE ULYSSES GUIMARÃES — Minhas amigas, quero agradecer o convite que a nossa Companheira Benedita da Silva me levou, numa Subcomissão do menor, onde eu estava, para que aqui chegasse. Agradeço também aos companheiros que compõem esta Subcomissão pelo trabalho que aqui estão realizando, em benefício de uma melhor estruturação da nossa Constituição. Agradeço as palmas, mas não posso com elas pessoalmente me envaidecer, porque sei que as senhoras na minha pessoa, saudaram à Constituinte do Brasil, à Assembléia Nacional Constituinte.

Quero dizer às Senhoras que como Parlamentar tenho uma jornada razoavelmente longa. Afirmando-lhes que tanto no Rio de Janeiro, onde fui Presidente da Câmara, como aqui, tenho vivido mais entre essas paredes do que no meu próprio lar, na minha própria casa. Mas posso trazer o testemunho desta jornada, porque nunca — acompanhamos acontecimentos fulminantes da História do Brasil, da vida política desta grande Nação — nunca eu pude testemunhar e agradecer a Deus por ter-me dado esta fortuna, esta bênção de ver este Congresso, o Congresso brasileiro e agora sob a forma suprema de Assembléia Nacional Constituinte tão perto, tão junto, tão ao lado do povo, ouvido junto ao ouvido, boca junto à boca, procurando saber o que será melhor fazermos no documento máximo da nacionalidade, qual seja, a Constituição Federal. É a confirmação da eleição da Assembléia Nacional Constituinte. O povo estava nas ruas, foi às urnas e veio com dificuldades à Brasília, às suas custas e está povoando, representando a Nação brasileira — o povo brasileiro — os corredores, as salas e as dependências da Câmara do Senado e do Congresso Nacional.

E mais uma circunstância que antes não ocorria, não é somente aqueles que tinham condições de pagar passagem de avião, aqueles que também têm o direito de vir ao Congresso, que são as elites que têm recursos; são as classes que mais precisam da lei, da Constituição, da Assembléia Constituinte, dos Deputados, dos Senadores dos Constituintes. Porque quem é rico tem por si o seu dinheiro, quem não é rico é preciso ter o Estado, é preciso ter a Nação, é preciso ter distribuição de renda, é preciso, acima de tudo, e esse é o grande dever que nós temos aqui, é fazer justiça, justiça aos pobres, justiça aos necessitados, justiça aos oprimidos, justiça aos discriminados dentre os quais as senhoras se situam.

Agradeço, profundamente emocionado, estas duas visitas, a sua e a das crianças, as crianças que ficam no asfalto, que moram ao relento e aqui vieram e ocuparam os microfones que não são privilégios dos Constituintes, para falar. E ago-

ra senhoras, aqui, as empregadas domésticas, quero dizer que as senhoras estão em muito boas mãos nesta Subcomissão, com os companheiros que a estruturaram, que a dirigem, falo pela Constituinte, se não pela sua unanimidade, pela sua grande maioria. Esta será a Constituinte dos pobres, esta será a Constituinte que vai fazer justiça ao Braisl. Esta será a Constituinte que quer, meus amigos, entrar na Casa de cada um, de cada pobre, para dizer: "Esta Constituinte, esta futura Constituição está com os instrumentos, com as alavancas no sentido de ajudar aqueles que precisam ser ajudados, não por caridade, mas por justiça por parte da Nação brasileira."

Este, o nosso compromisso, inclusive com as empregadas domésticas do meu País. O meu abraço, o meu muito obrigado e que Deus nos dê força para que isto não fique somente em palavras; que transformemos em ação, na futura Carta política, na Constituição do País.

Bom dia, muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Vamos continuar a nossa reunião, devolvendo a palavra ao Sr. Constituinte Domingos Leonelli, para que conclua sua oração

O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI — Sr. Presidente, nobres Constituintes, o Presidente Ulysses Guimarães colocou uma grande parte do que eu colocaria.

Fico feliz com esse compromisso que o Presidente assume no sentido de conduzir a maioria que ele lidera nesta Casa, como Presidente do maior Partido, com a sua autoridade moral e política que, além do seu próprio partido, influi no conjunto da Constituinte, para que as intenções, para que as boas intenções saiam das declarações para os atos. Primeiro, para os atos constitucionais, para a Constituição propriamente dita.

Creio, Sr. Presidente, somente conseguiremos escrever as reivindicações aqui colocadas — jornada de 40 horas, o que significa 8 horas por dia, fora sábados e domingos, descanso semanal remunerado, 13º salário, estabilidade e demais direitos trabalhistas — só conseguiremos colocar isso na própria Constituição, se compreendermos, se a Constituinte, como um todo, compreender o trabalho doméstico, não apenas das empregadas, mas das donas-de-casa, que são empregadas nas suas casas, quando não têm empregadas; compreender o trabalho doméstico como valor econômico que se agrega ao processo produtivo, quando forem incorporadas à compreensão econômica e a Constituição, ao raciocínio de informar a legislação econômica, o trabalho doméstico como um trabalho, como um elemento da produção.

Não consigo ver, Sr. Presidente, diferença entre o trabalho de um banqueiro que pega dinheiro de um lugar e passa para outro, onde é que ele é mais produtivo do que a fabricação da comida que alimenta o cidadão que trabalha.

A argumentação de que o trabalho doméstico não produz riqueza, não reproduz valor econômico, ela, se levada à última instância, eliminaria toda a categoria de serviços e toda a atividade terciária, também, como do processo econômico produtivo, o qual não está aqui. O processo de circulação de riqueza inclui, deverá incluir o trabalho doméstico.

Não conseguiremos escrever isto na Constituição, se esse conceito básico não for apreendido, inclusive, colocando na Constituição que o trabalho doméstico, é um trabalho que diz respeito à produção a ao processo econômico, como um todo.

Gostaria de entender que, além dessas reivindicações específicas, difíceis de serem transformadas em lei, muito mais difícil ainda de serem levadas à prática, num País pobre e miserável, onde o trabalho doméstico ainda é, em muitas regiões, um resquício da escravidão, ainda com as mucamas que se transformaram em empregadas domésticas, onde a relação de patrão/empregado não se dá com o mínimo de formalidade e é substituída por essa mistificação paternalista da integração familiar. (Palmas.)

Creio que a evolução econômica deste País reduzirá isso podendo ser um dado positivo; reduzirá em muito o trabalho doméstico; as empregadas domésticas de hoje terão emprego no processo produtivo direto, quando o País crescer ou, quando continuarem como empregadas domésticas serão realmente trabalhadoras, serão realmente funcionárias e estarão integradas, protegidas pela lei — essa é a perspectiva que nos anima a todos e que pode começar nesta Constituição. Fiz questão de assinalar os aspectos negativos para que não se imaginasse que nós desconhecíamos esses aspectos e que legislaríamos sem o conhecimento dessa condição quase semi-escrava que hoje cerca o trabalho doméstico. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Max Rosenmann.

O SR. CONSTITUINTE MAX ROSENMAN — Srs. Constituintes, Sr<sup>as</sup> e Srs.

Nada mais justo, no momento em que nosso País busca a plena democracia, que se atinja todos os segmentos do trabalho, que se reconheça o direito desses trabalhadores. Uma profissão, hoje, bem claro e dito pela sua representante, D. Lenira de Carvalho, representando 3 milhões de trabalhadoras e que não vieram aqui em busca de qualquer apelo paternalista; o que vieram fazer aqui é resgatar o seu direito de trabalhadoras, para que possam ingressar, como todos os outros segmentos já reconhecidos dos trabalhadores, nos seus amplos direitos, estabelecer a legitimidade da profissão tão antiga e tão sem direitos.

Reconhecemos a legitimidade dessa pretensão em que esses trabalhadores possam ter direito ao 13º salário, às férias, ao aviso prévio, ao fundo de garantia, à aposentadoria, à pensão aos seus dependentes e, realmente, este é um direito que tem que ser alcançado e encontrará desta Subcomissão o respaldo necessário para atingir esse objetivo.

Se este assunto não puder ser tratado nesta Subcomissão, e nesta Constituinte, o Presidente da República que tanto tem usado decretos, sem dar uma participação maior aos políticos, ele estaria perdendo uma grande oportunidade de aproveitar este momento histórico da nossa Nação, e encaminhar, também, um reconhecimento a esta profissão. Porque poucas profissões neste País atingem um mercado de 3 milhões de trabalhadores. Esta Subcomissão é importante dizer que, por unanimidade — acredito — já se manifestou, dias atrás, contrária, proibindo a utilização

de empresas de serviço, para locação de mão-de-obra que tem sido também uma fonte exploradora do trabalhador. Porque, quando a empregada doméstica deseja sair do emprego, de uma residência onde atua com a sua atividade e busca o mercado de trabalho, através da sua especialidade profissional, cai nas garras, cai nas malhas, cai nas teias dessas empresas locadoras de serviço (Palmas.) que tanto têm explorado estas senhoras trabalhadoras!

Tenho a certeza de que a manifestação, com a presença das senhoras aqui, sem dúvida alguma, é um marco decisivo para a angariação, a obtenção desse direito legítimo e, por ser legítimo, acho que as Senhoras devem sair daqui conscientes de que políticos de todos os Partidos desta Subcomissão apoiam esta iniciativa.

Parabéns, Constituinte Benedita. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Concedo a palavra à nobre Constituinte Benedita da Silva.

A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE BENEDITA DA SILVA — Sr. Presidente, Membros da Mesa, Srs. e Sr<sup>as</sup> Constituintes e minhas companheiras de luta:

Temos que ir a outras Subcomissões, mas não poderíamos deixar de agradecer a acolhida desta Subcomissão, no exercício da sua atribuição. Nós, que escolhemos trabalhar em ordem social, sabíamos, de antemão, o que teríamos de enfrentar, a nível dos direitos sociais. E nesse sentido, temos tido grande dificuldade e é por isto que não estamos medindo esforços para trazer à Comissão, às Subcomissões da ordem social todo o peso da organização dos trabalhadores, das trabalhadoras, prestigiando essas Subcomissões que tem desenvolvido um trabalho que nós consideramos muito importante, mas que não tem recebido, apesar da sua importância, a devida atenção.

Sabemos que a ordem social e, exatamente, na ordem social que nós temos, como base dessas estruturas todas montadas até hoje, que fizeram com que o mercado de trabalho e, principalmente, o mercado de trabalho onde comportam as mulheres, tenha sido marginalizado. Esqueceram-se de que, na verdade, quando vamos discutir na ordem econômica, não podemos deixar de lado a força de trabalho da mulher, que não se constitui apenas em maioria agora, mas foi e é sustentáculo da economia deste País. (Palmas.)

E nós, mulheres, nós mães-pretas, nós babás, nós mulheres maravilhosas, enfim, donas-de-casa, avós, amigas, companheiras, não tivemos até agora o direito que pudesse reconhecer toda essa contribuição e até afetiva que temos dado a essa sociedade. E neste sentido, eu penso que fiquei prejudicada na medida em que o Constituinte Leonelli colocou um percentual muito alto da visão que nós temos, hoje, a nível da nossa mão-de-obra e como somos explorados, e explorados até nos nossos sentimentos, na medida em que eles, em determinado momento, até por uma razão cultural, nos impedem de avançar na luta, porque ficamos com sentimento de culpa de que não estamos contribuindo para que possa a civilização ser mais humana. (Palmas.)

E aí, nesta luta, tenho um testemunho pessoal, como empregada doméstica e hoje na Assembleia Nacional Constituinte: apenas com meus labores, consegui passar de empregada doméstica, sem todo o direito do que é comum a um trabalhador nessa área, quando faz no restaurante

os seus bolinhos, quando nas manifestações políticas até serve o grande banquete, mas tem a garantia do seu 13º salário, enfim, o direito a suas férias; e nós somos levadas, ainda, a ser afetivas, boas, dedicadas, numa dupla jornada de trabalho, porque, além disso, somos também chefes na família. (Palmas.)

E é árduo para nós chegarmos aqui agora, no Congresso Nacional, e saber que estamos, anos a fio, neste Congresso com projeto que pudesse atingir à sensibilidade daqueles que nos antecederam, que têm em suas casas as empregadas mais dedicadas, que têm em seu lar a esposa mais dedicada, a sua filha mais dedicada, não foram sensíveis no momento em que estávamos pedindo o reconhecimento da profissionalização das empregadas domésticas com todos os direitos que nós temos. (Palmas.) Não tivemos resposta até então. Quando o Constituinte Leonelli coloca que, na verdade, não se está fazendo aqui nada de novo. Nós estamos aproveitando o momento constitucional, porque temos, agora, a plena convicção de que, se não for agora, não o será jamais e aí, esta Subcomissão tem a responsabilidade de fazer valer o nosso direito.

Quero, ainda, para concluir, citar uma das companheiras que tem também batalhado muito que é a Constituinte Maria de Lourdes Abadia, assistente social. Eu também sou assistente social e até fiz o Serviço Social; queria ter uma informação teórica para compreender melhor esse processo, compreender esse processo que faz a marginalização, a discriminação; e a Constituinte Abadia tem-se dedicado a isso, e eu não poderia — na medida em que ela não fará uso da palavra e nós teremos de sair agora para outras Subcomissões — deixar de aqui registrar o compromisso que ela tem, enquanto mulher, enquanto assistente social, enquanto dona-de-casa de estar nesta luta, porque essa luta não é apenas das empregadas domésticas. Esta luta é uma luta do homem e da mulher, para que esses sentimentos que foram aqui expressos e que nós consideramos que eles realmente existem possam estar escritos na Constituição, como direito e garantia do homem e da mulher no seu mercado de trabalho. Obrigado. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO KÚSTER — Sr. Presidente, antes das mulheres se retirarem, quero fazer uma colocação bem rápida. Eu deparei aqui, para satisfação nossa, dentre as que assinaram este documento e talvez estejam presentes, duas conterrâneas da cidade de Lajes, interior de Santa Catarina. Havia uma comitiva da qual fazem parte cinco catarinenses, três de Florianópolis e duas lajeanas. Mas o que eu quero dizer não é apenas fazer este registro. É que nós estamos numa batalha, não estamos no começo e nem estamos no fim.

Não tenho dúvidas em afirmar, e já declarei isto numa oportunidade anterior, se esta Subcomissão não fizer gravar com determinação os direitos e garantias dos trabalhadores em todo o seu universo, se ela não fizer isso, neste relatório que é preliminar, que vai sair daqui, vai para a Comissão Temática e, depois, para a Sistematização, ela estará traindo os seus objetivos. Mas confio nesse objetivo, ela vai sair daqui. Como estamos no meio da caminhada, outras lutas á duas haverão de se travar na Comissão-mãe, que

é a Temática e, depois, na Comissão de Sistematização.

Ontem, ouvimos um depoimento estupefacente, à tarde, aqui, nesta Subcomissão, da Constituinte Benedita da Silva, quando o Ministro de Estado dos Negócios da Administração dizia "sou contra a sindicalização do funcionário público e contra o direito de greve para o funcionário público". E um Senador escorava-o no debate e dizia: "Pois bem, desejo vê-los derrotados". Um Ministro de Estado dos Negócios da Administração! Portanto, a luta é árdua, gente! Nós estamos na metade da caminhada.

Hoje, cumprimento a todas as mulheres que nos visitam nesta manhã. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Encerrando a visita, nós desejamos agradecer a D. Lenira de Carvalho e a todas as suas companheiras, às Constituintes Benedita da Silva e Maria de Lourdes Abadia, a visita que calou fundo e que haverá de nos ajudar a estar sempre recordando o trabalho dos mais humildes na elaboração do anteprojeto que sairá desta Subcomissão.

A Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, responsável pela elaboração do texto que será levado aos demais Constituintes, no que se refere aos direitos dos trabalhadores haverá de lembrar sempre esta visita que as domésticas fizeram e que, para nós, foi razão de prestígio para esta Subcomissão.

Fiquem certas de que a emoção que todos nós sentimos com a presença das Senhoras ajudar-nos-á a levar até o fim a nossa missão. Nunca nos enganamos de que esta Constituição será escrita apenas pelos Srs. Constituintes, mas pela sociedade civil — e as Senhoras são uma prova disso — e aqui virão nos ajudar com a sua presença, com a presença física, a que os trabalhadores sejam lembrados e que seus direitos não sejam esquecidos.

Será a presença dos trabalhadores, como hoje, das domésticas, que fará com que, no capítulo que tratarmos dos direitos dos trabalhadores e dos servidores públicos, não sejam esquecidos aqueles que, realmente, com seu suor e sacrifício constroem toda a riqueza e fazem a grandeza deste País. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Augusto Carvalho.

O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO — Sr. Presidente:

Não vou repetir o que foi falado por todos, mas queria apenas deixar registrado para as companheiras, a saudação do Partido Comunista Brasileiro e que elas possam contar, desde já, com nosso apoio na votação destas propostas que nos foram encaminhadas.

Apenas gostaria de dizer que, eu partilho muito mais das dúvidas, das preocupações esboçadas pelo companheiro Domingos Leonelli e pelo companheiro Francisco Küster do que do otimismo do nosso Presidente da Constituinte, que esta será uma Constituição dos pobres; se nós cruzarmos os braços, se nós dormirmos sobre as pressões que já começaram a ser feitas, as contrapressões, as propostas dos trabalhadores, nós seremos derrotados.

Então, acho que esse é o caminho, o apontado pelas companheiras de criar as suas associações profissionais em cada Estado, fortalecendo a sua

organização sindical, para poder somados a todos os trabalhadores de diversas categorias, pressionar, legitimamente, os Parlamentares para que escrevam na Constituinte essas aspirações. Caso contrário seremos derrotados.

Daí, essa conclamação, para que a luta, principalmente nessa fase, quando sair o relatório final desta Subcomissão, quando começar a atravessar os caminhos tortuosos da Comissão Temática e do plenário, é aí que a pressão mais rigorosa deverá ser feita, para que nós possamos realmente vencer nesta jornada!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Vamos continuar a reunião, contando com a colaboração dos presentes.

Pedimos à Sr. Secretária que proceda à leitura das Atas 11ª, 12ª, 13ª, e 14ª para que possamos regularizar o trabalho desta Subcomissão.

*(São lidas e aprovadas as atas das reuniões anteriores)*

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO KÜSTER — Sr. Presidente, com referência à interpelação que fizemos ao Sr. Ministro, sobre os cargos dos funcionários públicos, o próprio expediente diz que foi sustado, por determinação do TCU, o pagamento da gratificação e, posteriormente, restabelecido. O próprio Tribunal de Contas da União, voltando atrás, passou a pagar a todos que recebiam. Entretanto, parcela expressiva dos servidores públicos ficou sem a receber e continuam não a recebendo. O Ministro assumiu publicamente, aqui, compromisso de que, nos próximos 30 dias, estará normalizada a situação de todos os servidores públicos que não estão recebendo a citada gratificação. Mas, de qualquer forma, esta é uma ata sintética, uma síntese de ata. De todas as palestras, do Ministro, dos Expositores, e de outras pessoas, há uma ata taquigrafada?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — Sim, está sendo gravado, taquigrafado, e será transcrito e, em seguida, publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**.

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO KÜSTER — Até porque, eu gostaria que fossem bem registradas as posições do Ministro com relação a essas pretensões conquistadas dos trabalhadores, dos servidores públicos, como direito de greve, de sindicalização e outros. S. Exª teve posições muitos radicais contra essas conquistas. Assim também a posição do Ministro com relação ao subtrabalhador, ao subfuncionário, que ele considerou o cozinheiro. Acho que é bom que isso fique bem claro — se não há necessidade de constar nesta Ata, que pelo menos a outra Ata não omita a posição do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Campos) — A informação que temos é que o Serviço de Taquigrafia traduz tudo o que foi dito, todas as palavras. Depois, o trabalho será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, para os Anais. A Ata é só um resumo, para conhecimento nosso.

Convocamos uma reunião extraordinária para hoje, à tarde, às 17 horas, quando deverão estar presentes o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Marítimos, Aéreos e Fluvial; da ANDES — Associação Nacio-

nal de Docentes do Ensino Superior e da CSPB — Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

*(Levanta-se a reunião às 12 horas e 40 minutos.)*

## Subcomissão de Saúde, Seguridade e Do Meio Ambiente

ATA DA 2ª REUNIÃO REALIZADA  
DIA 8 DE ABRIL DE 1987,  
ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS.

Aos oito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Subcomissão — Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, reuniu-se informalmente a Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, sob a Presidência do Senhor Constituinte José Elias Murad, com a presença dos seguintes Constituintes: Adylson Motta, Eduardo Jorge, Fábio Feldman, Geraldo Alckim, Júlio Campos, Oswaldo Almeida e Raimundo Rezende. Malgrado o fato de não haver número regimental o Senhor Presidente, por sugestão do Senhor Constituinte Adylson Motta, resolve dar início aos trabalhos a título de uma conversa informal, dada a exiguidade do prazo, apenas 45 dias, para que seja concluído o trabalho da Subcomissão. Prosseguindo, a Presidência concedeu a palavra aos seguintes Constituintes: Fábio Feldman, Raimundo Rezende, Adylson Motta, Júlio Campos e Eduardo Jorge, para que discutissem, entre outros assuntos, a fixação de um plano mínimo para orientar os trabalhos da Subcomissão, procedimento que deverá nortear a escolha das Entidades a serem ouvidas nas reuniões previstas para este fim e a elaboração por parte dos Constituintes presentes, de um plano preliminar de trabalho para a Subcomissão. A seguir, o Senhor Presidente convidou todos os Senhores Constituintes presentes para a próxima reunião, dia 9 de abril, às 9 horas 30 minutos, para discutirem a pauta e a forma como serão desenvolvidos os trabalhos da Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada esta reunião informal, às 10 horas e 42 minutos, cujo teor será publicado, na íntegra, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**. E, para constar, eu Marcelino dos Santos Camello, Secretário Adjunto, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Constituinte **José Elias Murad**, Presidente.

*ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DE SAÚDE, SEGURIDADE E DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 1987, ÀS 9:30 HORAS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD.*

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Atendendo à sugestão do Vice-Presidente, acho que, mesmo não havendo **quorum**, poderemos abrir a reunião, evidentemente evitando tudo aqui-

lo que seria necessário para votação, a começar pela leitura da própria Ata. Assim, peço dispensa da leitura da Ata, por não haver **quorum** para votação. Mas acho que podemos discutir alguns pontos fundamentais, para exatamente não perdermos esta reunião e já começarmos a trabalhar. V. Ex<sup>as</sup> receberam uma pauta onde há um roteiro, o modo de funcionamento das Comissões, das Subcomissões, o tempo necessário para que cada Parlamentar faça uso da palavra. Enfim, é um roteiro que foi elaborado pela secretaria e que eu sugiro que cada um leia com o máximo de atenção para podermos, depois desenvolver os trabalhos obedecendo rigorosamente seus critérios.

Diz aqui o Sr. Secretário que o roteiro é igual em todas as Comissões, Subcomissões e até mesmo na Câmara dos Deputados.

Gostaria de saber se alguém deseja fazer uso da palavra dando sugestões para os trabalhos de hoje.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Constituinte Fábio Feldmann, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Gostaria de propor aos nobres Constituintes que cada um elaborasse um plano de trabalho na sua área e que esse plano fosse traduzido para que nós, realmente, pudéssemos iniciar os trabalhos. Teríamos de cinco a oito audiências públicas e nessas audiências poderíamos determinar os critérios de escolha das entidades representativas que viriam e o modo de convidar, o modo de convocação, o modo de divulgar isto. Então, proponho que cada um traga um projeto mais ou menos de trabalho, que esse projeto seja amplamente debatido na Comissão e que, uma vez votado, seja publicado na Diário da Constituinte, para que a população tenha conhecimento desse projeto de trabalho e possa, inclusive, manifestar a sua vontade em participar das entidades. Com estes projetos de trabalhos definidos, acho que nós podemos efetivamente iniciar os nossos trabalhos porque, se não for desse modo, com uma programação, acho que é muito difícil termos um ponto de partida. E nada obsta que sejam modificados os planos de trabalho.

Então, proporia ao Sr. Presidente que fizesse uma convocação hoje a todos os Srs. Constituintes, pedindo que apresentassem um projeto de trabalho para a reunião de amanhã, que esses projetos fossem consolidados num projeto único, talvez por área, saúde, seguridade e meio ambiente. E a partir daí, logo na semana que vem, a gente pudesse dar início aos trabalhos quanto ao mérito do tema da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Está em discussão a proposta do Vice-Presidente. (Pausa).

Nós não vamos votá-la, mas acho que, em princípio, podemos aceitá-la. A convocação que vamos fazer para amanhã, como eu sugiro, que, além de telefonemas, mandarmos também por escrito a convocação solicitando o comparecimento para às 9 horas e 30 minutos, trazendo,

dentro da linha proposta pelo Vice-Presidente, um plano de trabalho.

Convocaríamos para amanhã, então, esta segunda reunião, para às 9 horas e 30 minutos.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Gostaria de fazer uma observação, também, Sr. Presidente, que eu acharia importante que fosse dada ciência a alguns órgãos de apoio. Por exemplo, na área ambiental nós temos o Ministério, temos a Secretaria Especial do Meio Ambiente, que eu acho que deveriam dar-nos esse apoio, pois eles têm a relação de todas as entidades ecológicas no Brasil. Estou dando um exemplo na área ambiental, para que, inclusive se divulgassem para os segmentos específicos como estão os trabalhos, quais os membros da Comissão, inclusive porque nós não temos aqui um **Currículo**, uma biografia breve dos Membros da Comissão. Poucos me conhecem e eu conheço poucos, também. Acho importante que a sociedade possa, inclusive, ter contato direto com os Constituintes, que ela saiba quem são os membros desta Subcomissão. Então, creio que seria importante que cada um trouxesse, também, as entidades que acha que devam ser científicas dos inícios dos trabalhos, da Presidência, dos membros, de um cronograma de trabalhos, etc.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Aceitamos a sugestão.

O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO REZENDE — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Constituinte Raimundo Rezende.

O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO REZENDE — Apenas para colaborar com a sugestão do nosso ilustre Vice-Presidente. É que como de praxe, o Sr. Presidente deveria comunicar a esses órgãos a constituição da Subcomissão e, nesta comunicação, mandar também uma relação dos Constituintes efetivos que pertencem à Comissão para que, de imediato, se estabelecesse, com certa urgência, um intercâmbio entre esses órgãos e a nossa Comissão, para que essas sugestões chegassem a tempo. Estamos lutando contra o relógio. E isto é muito importante, porque, de qualquer forma, dentro do Regulamento da Constituinte nós teremos que, vencido o prazo, mandar para a Comissão a nossa conclusão.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Nesta questão de prazo, como já salientou o nobre Constituinte Eduardo Jorge, acho que nós precisamos também esclarecer esta questão da contagem da data, se é a partir do dia em que for aprovado o Regimento ou se, a partir de ontem, quando foi eleita a Mesa das Subcomissões. Isto é importante, porque aí há uma diferença de quase 10 dias.

Vamos procurar esclarecer isso com o Presidente da Comissão da Ordem Social.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — Isso é uma coisa que acontecerá espontaneamente. Cada segmento se credencia, vem aqui. Agora, creio que, independentemente dessa espontaneidade, deveria haver algum convite a pessoas que viessem aqui trazer a sua experiência. Vou dar um exemplo: tenho um particular amigo meu,

que foi Ministro da Saúde. Então, se o problema é saúde, ele pode trazer um depoimento, algum subsídio, alguma coisa aproveitável, numa reunião desta ordem. Quero saber se é válido isto ou não, porque a Comissão é aberta à participação espontânea, evidentemente que dentro de um cronograma, mas seria válido, num dia "x", convidar pessoas de notoriedade no setor aí para trazer a sua experiência?

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Acredito que sim. O temor que temos é que parece que, pelo Regimento, nós podemos fazer de 5 a 8 audiências públicas. O máximo, então, seriam 8. Então, se tivermos 12 ou 15 pedidos, a Subcomissão teria que selecionar.

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Júlio Campos.

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — (Início fora do microfone.) — Então, se temos essa quota, deveríamos ter dois ou três especialistas em saúde, dois ou três especialistas referentes à seguridade e dois ou três referentes ao meio ambiente. Assim nós teríamos os segmentos.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Acho a proposta muito boa.

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Realmente. Se nós tivéssemos um dia somente para esses convidados. Poder-se-ia fazer uma hora só para seguridade, uma hora para saúde, uma hora para o meio ambiente.

Vou dar um exemplo, Sr. Presidente: convidar todos os ex-Ministros da Saúde.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Concedo a palavra ao Constituinte Eduardo Jorge.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Vão aparecer muitas entidades ou pessoas que gostariam de ser atendidas. E, por outro lado, as dezenas de reivindicações virão através de nós mesmos.

Então, acho que, em primeira instância, deveríamos ter um planejamento mínimo, pode ser com aquela divisão e nós, nessa divisão, cobrirmos alguns órgãos que, independe de se pronunciarem, é importante que sejam convocados. Isto é um planejamento racional para cobrir os órgãos e entidades mais destacadas no setor. Agora, evidentemente, vão ficar dezenas de entidades ou pessoas que gostariam de dar uma colaboração.

O SR. CONSTITUINTE FÁBIO FELDMANN — Só uma observação. Realmente, o Estatuto fala de 5 a 8 reuniões para audiência não de pessoas, mas de entidades representativas, o que exclui pessoas. Acho que se deve assinalar a diferença, porque entidade e pessoas são coisas distintas. Podemos ouvir o maior número de pessoas. Agora, entendo que audiências públicas para entidades representativas sejam diferentes de simples oitivas de pessoas que possam colaborar conosco.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Esta é a primeira questão. Na nossa reunião, deve-

riamos ter um planejamento. Cada um traz uma sugestão, divisão e vamos votar aqui na Comissão. Estas 8 audiências, que acho que são poucas, vamos precisar de ter um planejamento decidido pelo conjunto da Subcomissão.

Agora, se adotarmos a sistemática de fazermos uma reunião de manhã, uma reunião extraordinária à noite, como está sendo levantado, nós poderemos até passar das 8, porque esse 8 não é um número definitivo. Nós, a nosso critério, poderemos abrir espaço. Se nós vamos fazer mais reuniões, uma de manhã, outra de noite, poderemos ouvir mais gente. Minha primeira proposta é esta: vamos ter que votar um plano mínimo, essas 8 audiências regimentais, mas se adotarmos um critério de fazer reunião de manhã e fazer uma extraordinária à noite, às terças, quartas e quintas, poderemos abrir um espaço maior para a comunidade, para a sociedade, como um todo.

O SR. CONSTITUINTE FÁBIO FELDMANN — Acho que sim. Apenas teremos que, regimentalmente, para obedecer ao Regimento, oficialmente, teríamos 8, mas isto não impede que nós, nas reuniões extraordinárias, ouçamos outras entidades e outras pessoas, mas ficando sempre, as oficialmente ouvidas, aquelas regimentais.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Exatamente. Isto seria decidido e registrado. Agora, nas extraordinárias, poderíamos reservar um certo tempo, sistematicamente, para novas audiências, destinando, por exemplo, duas horas para discussões e uma hora para audiência.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Acho que é uma boa questão.

Alguém mais quer fazer uso da palavra?

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Perguntaria eu ao plenário e à Presidência se seria válido, no final de semana, a nossa Comissão visitar, *in loco*, alguns problemas de muita gravidade com relação a meio ambiente, à saúde, à seguridade, pelo País. Não às expensas do Congresso, mas, sim, talvez das pessoas ou dos Estados interessados. No meu caso, refiro-me ao caso do pantanal mato-grossense, que vem sendo alvo de destruição violenta nos últimos anos e que, talvez, se nós pudéssemos proporcionar o deslocamento dos companheiros desta Subcomissão e eles verificassem *in loco* a problemática do nosso pantanal, poderíamos sair desta Subcomissão, incluir na Constituinte importantes temas de defesa da ecologia brasileira, principalmente desse santuário sagrado do mundo que é o pantanal mato-grossense. Nós nos proporíamos a oferecer a hospedagem, o transporte interno em Mato Grosso, cabendo, apenas, aos companheiros, o deslocamento, se possível, até Cuiabá e de lá, ficaria às expensas do Governo de Mato Grosso ou de outra entidade mato-grossense no final de semana e V. Ex<sup>as</sup> poderiam verificar o que vem ocorrendo naquela região.

O SR. CONSTITUINTE FÁBIO FELDMANN — Volto a insistir num plano de trabalho. É importante que a Imprensa acompanhe os trabalhos da Subcomissão e esta seria uma maneira de atrair a Imprensa para que participássemos. Por exemplo, Cubatão. Para quem vai elaborar um texto constitucional tem que conhecer Cubatão e eu posso levá-los, porque sou advogado das vítimas de Cubatão. Então, proponho, realmente

insisto, Sr. Presidente, que façamos um programa de trabalho e que seja trazido amanhã e cada um que faça um programa de trabalho o entregue e o Secretário se encarregue de encaminhar para cada um dos membros desta Subcomissão o programa de trabalho de todos para que possamos consolidar um programa de trabalho.

Sou da mesma opinião que o nobre colega Eduardo Jorge. Acho que podemos, talvez, fazer uma jornada de fim de semana inteiro para saúde, um fim de semana inteiro para a questão do meio ambiente, porque tenho muita experiência, pois sou Presidente de duas entidades ecológicas, Mata Atlântica e da OAB e realmente, quando se reúnem ecologistas, não adianta se dar 10 minutos. Levamos 12 horas para discutir uma vírgula. Acho que podemos fazer um programa de trabalho como este de, *in loco*, talvez três jornadas, três fins de semana ou mais, pois dá uma continuidade grande de discussão, mas o mais importante é termos este programa, porque haverá viabilização. A Subcomissão teria que pedir aos governos, por exemplo, ao Governo do Estado de São Paulo que bancasse a estada dos Constituintes em São Paulo, transporte. Então, insisto nisso.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Acho as duas apresentações muito importantes e aí já está uma sugestão, dentro do que o Sr. Vice-Presidente disse. V. Ex<sup>a</sup> poderia trazer isto dentro do plano, onde seria especificado o assunto.

O Secretário está me esclarecendo que há uma verba especial para essas eventualidades. Se formos levar 12 horas para discutir uma vírgula, já pensou um parágrafo inteiro? Mas, realmente, esta questão de ecologia é tão importante, que poderíamos ficar um fim de semana inteiro discutindo várias horas.

Alguém mais deseja usar a palavra?

O SR. ADYLSO MOTA — Até acho bom que cada um coloque o seu currículo, para termos uma identificação.

(Leitura do currículo.)

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — V. Ex<sup>a</sup> de que Estado é?

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — Do Rio Grande do Sul. O ponto que eu gostaria de colocar é o seguinte: vou defender a idéia de que temos que nos conscientizar que a Constituição não será uma Carta reivindicatória. A Constituição é um documento sucinto.

Acho que temos que dirigir nosso trabalho dentro daquela objetividade: toda discussão de um mês e fim de semana vamos tirar meia dúzia de linhas; apenas digo isto, porque não podemos partir para aquela ilusão de que vamos fazer um tratado sobre ecologia e saúde. Isto parece-me muito importante, até porque uma das características dos países desenvolvidos, embora não devamos copiar tudo que os outros fazem, é ter documentos sucintos. Uma Constituição casuística, detalhista, amanhã ou depois estará desatualizada e nós estaremos aqui numa nova assembleia para reformar a Constituição. Este é um ponto que eu gostaria de levantar. Cada um terá seu ponto de vista. O meu é de que devemos primar pela concisão e acredito que vai ser meia dúzia de linhas. Agora, é evidente, que devemos, a partir disto, criar uma mentalidade de se legislar com seriedade neste País e cumprir leis, que é

outra etapa. Agora, na Constituição, nosso trabalho todo vai ser fundido depois, em meia dúzia de conceitos. Era esta a ponderação o que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Continua franqueada a palavra.

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Justamente nós havíamos sugerido o deslocamento desta Subcomissão ao pantanal mato-grossense, porque uma das emendas que vamos apresentar ao projeto da Constituição é, justamente a criação do Território Federal Ecológico do Pantanal, que não é um território para criar cargos de Deputados, de Secretário de Territórios ou outra posição. Será um projeto diferente e que, talvez, para sentir a necessidade do apoio desta Subcomissão a essa reivindicação, a esse projeto que vamos apresentar, talvez seria necessário para aqueles que não o conhecem — o nosso Vice-Presidente já é conhecedor da área — a verem de perto a necessidade realmente do Governo Federal encerrar aquele santuário ecológico do Brasil e do mundo com muito mais seriedade do que uma simples entidade ou um problema dos dois Estados que compõem o Pantanal.

Então, nós estamos preparando um projeto que, realmente, seria diferente, um impacto em termos, talvez, do Brasil, a criação de um Território Federal Ecológico para a área do Pantanal, abrangendo dois Estados.

Então, se nós pudéssemos contar com a visita de vocês lá, pessoalmente, seria ótimo.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Queria pedir licença aos Constituintes para lembrar que a Secretaria está solicitando que, ao dar apertado ao fazer uso da palavra, pressionar esse botãozinho que está aí e, por enquanto ainda não somos conhecidos uns dos outros e, tampouco da Secretaria, o Parlamentar se identificar, dizendo seu nome, e, se quiser pode dizer até o Partido, apertando esse botão que está aí ao lado.

Sem dúvida, acho que isso é muito importante e V. Ex<sup>a</sup> podia trazer dentro do plano.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Sou Eduardo Jorge, de São Paulo.

Sou médico de Saúde Pública e trabalho na Secretaria de Saúde de São Paulo há mais de 10 anos. Fui Deputado Estadual junto com o companheiro Geraldo Alckmin, somos da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa. Um fato importante na área da saúde, no Brasil, foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que se deu aqui em Brasília no ano passado. Reuniu entidades municipais, estaduais, federais, entidades da comunidade, entidades médicas, entidades dos mais variados tipos de trabalhadores da saúde e produziu um documento que tem sido referência de todo trabalho dos Ministérios da área.

O que eu queria propor ao Presidente é que oficiasse à Comissão Nacional de Reforma Sanitária ou o Ministério da Saúde, para que esse relatório fosse encaminhado para todos os Constituintes da Comissão. Provavelmente, a maioria deles já o tem. Mas, como há Deputados que vêm de outras áreas, como Meio Ambiente e Se-



gurança, julgo interessante que esse documento fosse colocado nas mãos — o mais rápido possível — de todos os Constituintes da Comissão. Porque lá, a questão da saúde como direito e dever do Estado, a reorganização do sistema, o financiamento do sistema estão bem discutidos e podem servir de um roteiro, de uma orientação para um debate nessa área da saúde. Por isso acho importante essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Aliás, quero complementar o que o colega Eduardo Jorge está falando, comunicando ao plenário que recebemos ontem um telefonema do Ministério da Saúde. Porque o Ministério da Saúde, como outros Ministérios, têm um assessor parlamentar. E, esta Assessoria Parlamentar quer exatamente contactar os Membros da Comissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, para ver em que o Ministério pode também colaborar. E, este relatório é da 8ª Conferência que nós até recebemos. Mas, podemos solicitar um número de exemplares para fornecer a todos.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Como foi uma conferência muito ampla e teve a participação desses órgãos específicos da área da saúde, da comunidade e do Estado, é uma referência importante, até um pré-roteiro para discussão nessa área.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Vamos fazer, então, o seguinte: como eu tenho o documento, porque recebi, nós podemos passar à Secretaria, ela pode xerocar e entregar a todos os componentes. Nós podíamos fazer isso. Então, fica atendida aí a solicitação.

Quanto a essas solicitações que já estamos recebendo, como, por exemplo, esta da Assessoria do Ministério da Saúde, eu pedi que oficializassem a solicitação através de um ofício e aí eu traria o ofício ao plenário para discutir com V. Ex.<sup>as</sup> Então, decidiríamos, qual seria a data e a maneira ou se entraríamos naquele esquema dos 8 ou nas sessões extraordinárias.

Continua franqueada a palavra.

Então, resumindo o que nós discutimos aqui, por sugestão do Vice-Presidente, vamos convocar uma reunião para amanhã às 9 horas e 30 minutos e junto da convocação nós pediríamos a cada membro da Subcomissão trazer, se possível, um plano de trabalho. Essa é a primeira coisa que nós decidimos aqui nessas nossas discussões, por sugestão do Vice-Presidente.

Outra sugestão, acho que foi do Constituinte Raimundo Rezende, diz respeito à comunicação à entidades interessadas. Então, essa comunicação compete à Presidência fazê-la e vamos fazer. Mas, apenas eu solicitaria a V. Ex.<sup>as</sup>, porque pode ser que nós não tenhamos todos os endereços e eu solicitaria que, se alguém quisesse nos fornecer, por exemplo, V. Ex.<sup>as</sup> que lidaram mais de perto com determinadas áreas, como nós da área de saúde, diretamente, nós estamos em contato com essas entidades e dos outros da área do meio ambiente, ou mesmo da parte de segurança, comunicassem a esta Presidência e nós providenciariamos. Nessa comunicação, acho que seria importante colocarmos o nome de todos os componentes da Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA — Um amigo nosso sugeriu que juntássemos mais uns três ou quatro, um de cada Partido, fizésse-

mos um projetinho de funcionamento porque, se cada um dos 20 chegar aqui com um plano, vai ficar muito confuso.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Está feita a proposta. O que V. Ex.<sup>as</sup> acham?

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Então está combinado para às 18 horas, hora em que eu não poderia estar presente, porque já tinha marcado, há mais de um mês, uma palestra que devo fazer no Tribunal Federal de Recursos. Mas acredito que a maioria poderá estar presente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Nesse caso, convocariamos apenas para as 9 horas e 30 minutos, solicitando a todos que compareçam, a fim de que comecemos realmente os nossos trabalhos.

Solicito à Secretaria que desde já começasse a providenciar a convocação para amanhã às 9 horas e 30 minutos, nesta sala.

Não havendo mais quem queira manifestar-se, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 10 horas e 40 minutos.)*

#### ATA DA 3ª REUNIÃO, REALIZADA DIA 9 DE ABRIL DE 1987, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS.

Aos nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Subcomissão — Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, reuniu-se informalmente a Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente, sob a Presidência do Sr. Constituinte José Elias Murad, com a presença dos seguintes Constituintes: Raimundo Rezende, Eduardo Jorge, Carlos Mosconi, Floriceno Paixão, Júlio Campos, Oswaldo Almeida, Eduardo Moreira, Adylson Motta, Joaquim Suenza e Ronaldo Aragão. Apesar de não haver número regimental, o Sr. Presidente, por sugestão do Constituinte Raimundo Rezende, resolve iniciar os trabalhos a título de uma conversa informal, visando evitar um maior desperdício de tempo, tendo em vista a premência do prazo para a elaboração e entrega do anteprojeto desta Subcomissão. A seguir, a Presidência concedeu a palavra ao Constituinte Carlos Mosconi que justificou a ausência dos membros do seu partido — PMDB, em virtude de estar havendo concomitantemente uma reunião para a escolha do Relator da Comissão de Sistematização. Prosseguindo, o Sr. Presidente concedeu a palavra aos seguintes Constituintes: Floriceno Paixão, Raimundo Rezende, Eduardo Jorge, Carlos Mosconi, Adylson Motta, Júlio Campos e Eduardo Moreira, para que discutissem, entre outros assuntos, a questão do prazo para conclusão dos trabalhos, a maneira como serão analisadas as sugestões encaminhadas pelas entidades, discussão do plano mínimo de trabalho e respectivo cronograma já elaborado, leitura da proposta aprovada pela Comissão Nacional de Reforma Sanitária e do ofício solicitando uma audiência para a Presidente da Central de Medicamentos, sugestões das áreas a serem visitadas pelos membros da Subcomissão e a formulação de ao convite do Ministro da Previdência e Assistência Social, para debater a questão da seguri-

dade no próximo dia quatorze. Em seguida, o Sr. Presidente convidou todos os Srs. Constituintes presentes para próxima reunião, dia treze de abril, às vinte horas, para discutirem como se dará a escolha das entidades que deverão comparecer às audiências e outros assuntos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada esta reunião informal, às doze horas e quinze minutos, cujo teor será publicado, na íntegra, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**. E, para constar, eu Paulo Roberto de Almeida Campos, Secretário, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. **José Elias Murad**, Presidente.

**ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DE SAÚDE, SEGURANÇA E DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 1987, ÀS 9:30 HORAS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO, CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD.**

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Apesar de não haver número, consulto os companheiros presentes se poderemos proceder como ontem. Como provavelmente não iremos votar nenhuma matéria, poderíamos já discutir e estabelecer, principalmente, este roteiro que foi feito pelo grupo, do qual fizeram parte os Constituintes Eduardo Jorge e Júlio Campos.

Então, gostaria de consultá-los se podíamos fazer uma reunião formal. Se todos estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO REZENDE — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Raimundo Rezende.

O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO REZENDE — Dada a premência de tempo e as responsabilidades que temos no cumprimento do horário, acho que todas as nossas reuniões, ao se iniciarem à hora marcada ou com a tolerância natural de 15, 20 minutos, devem ser realizadas, mesmo sem ter o número exigido, desde que não haja processo de votação; com o início das reuniões, teremos companheiros, colegas que vão chegando, e haverá **quorum** suficiente. Esta, a sugestão que faço à Mesa, sem nenhuma pretensão de querer descumprir o Regimento Interno, mas apenas para que possamos, dentro de uma realidade, dar melhor andamento aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Está em discussão o que propõe o nosso colega Constituinte Raimundo Rezende. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Mosconi.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Queria lembrar a V. Ex.<sup>as</sup> que os Constituintes do PMDB não se encontram aqui na sua totalidade, em razão de que o PMDB tem, hoje, um evento da maior importância, que é a escolha do Relator. Ontem, foi realizada uma reunião e essa escolha adiada para hoje; estamos aqui; sou do PMDB e, dentro de pouco tempo, terei de ausentar-me desta reunião, para poder cumprir obrigações. Acho que a coincidência de eventos é que, realmente, tem dificultado o início dos trabalhos desta

Comissão. Então, lembro ao Presidente que, hoje, à tarde, teremos uma reunião, nós, os Relatores e Presidentes das Comissões e Subcomissões, com o Presidente da Constituinte, para que possamos estabelecer, em termos definitivos, prazos e datas para o funcionamento das nossas Subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Gostaria V. Exª de que constasse na Ata essa sua justificativa sobre a ausência de alguns Constituintes?

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Constará da Ata a justificativa do nobre Constituinte. Não o convido, então, para fazer parte da Mesa, porque daqui a pouco V. Exª se ausentará para cumprir o dever de voto.

O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO — Sr. Presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Concedo a palavra ao Constituinte Floriceno Paixão.

O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO — É a respeito da apreciação propriamente dita das sugestões já enviadas à Mesa, e as que estarão sendo enviadas no decorrer destes 30 dias. Parece que está havendo um mal-entendido a respeito da data segundo a qual termina a apresentação de sugestões à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. E não sei, ainda, se já houve alguma interpretação do que está contido no Regimento Interno, pois este é claro quando preceitua que os trinta dias serão contados a partir da data da promulgação. O Regimento ainda não foi publicado, mas está promulgado.

Indago da Presidência se já houve consenso junto à Mesa ou por parte da Mesa, se houve alguma questão de ordem levantada no plenário, de conhecimento do Presidente, a respeito deste assunto. Qual é o dia ou até que dia se poderá apresentar à Mesa sugestões para a nova Constituinte? Segundo, a respeito do início da discussão de matérias enviadas à Mesa, se a Presidência da nossa Subcomissão já recebeu alguma sugestão ou se elas serão enviadas em bloco, após o término do prazo de apresentação à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Quanto à primeira dúvida, Constituinte Floriceno Paixão, hoje à tarde, às 15 horas, como disse o Constituinte Carlos Mosconi, teremos uma reunião com o Presidente e iremos tentar esclarecer este ponto, porque foi levantado também na reunião de ontem. (Pausa.)

O Secretário está esclarecendo que a reunião das 15 horas será com o Constituinte Edme Tavares, que é o Presidente da Comissão da Ordem Social e, às 17 horas, com o Presidente Ulysses Guimarães. Vamos esclarecer esta dúvida que está pairando em todas as Subcomissões e Comissões.

Ontem, idêntica dúvida foi levantada, se não me engano, pelo Constituinte Eduardo Jorge. Se formos obedecer, como V. Exª mencionou, àquele prazo regimental, já são decorridos dez dias aproximadamente.

Quanto à segunda pergunta, não recebemos ainda nenhuma sugestão; recebemos ofício de uma entidade, solicitando fazer depoimento den-

tro dos assuntos competentes a esta Subcomissão. Daqui a pouco, lerei o ofício.

O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO — Sr. Presidente, não sei se seria o caso de se discutir, aqui, a estratégia que deverá seguir a Subcomissão, em relação à apreciação das sugestões enviadas à Mesa e recebidas, posteriormente, pela Presidência; se nós iniciarmos o nosso trabalho, apreciando isoladamente cada proposta, cada sugestão, ou se vamos aguardar o final do prazo, depois de recebidas todas as sugestões, dentro de cada temática — Saúde, Previdência, Meio Ambiente — porque haverá várias emendas a respeito do mesmo assunto. E temo que se vá discutir aqui e aprovar — quem sabe! — alguma tese, determinado ponto ou dispositivo da nova Constituição, sem se examinar no conjunto, para se iniciar a discussão também conjunto, e saber qual a emenda melhor.

Gostaria que o Presidente fizesse um contato com a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte ou na oportunidade em que vai ter um contato, uma reunião com o Presidente da nossa Comissão, o Constituinte Edme Tavares, para saber qual a estratégia que vamos adotar, porque, em verdade, para cada assunto, haverá dezenas de emendas — umas, possivelmente, melhores do que as outras. É a sugestão que apresento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Antes de colocar em discussão a proposta de V. Exª, vou ler duas solicitações da Secretaria: a primeira, que a Ata deve ser lida antes de qualquer assunto. Ela contém apenas um registro sucinto do desenvolvimento dos Trabalhos; posteriormente, ou seja, após a tradução das notas taquigráficas e o competente registro datilográfico, será publicada, circunstanciada, com o inteiro teor da reunião, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**.

A Secretaria solicita, por esta razão, que os Constituintes, ao usarem da palavra, se identifiquem, a fim de que a gravação possa reproduzir, fielmente, os debates travados; ou apertando o botãozinho da bancada, o Serviço de Som fica sabendo qual é o orador e ficará registrado.

Tenho em mãos duas Atas resumidas: a da primeira reunião, em que houve eleição, e a da segunda, reunião informal de ontem. Pergunto se V. Exª querem que as Atas sejam lidas ou se podemos dispensar esta leitura, porque ela só contém um resumo do que aconteceu. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Raimundo Rezende.

O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO REZENDE — Gostaria de sugerir a V. Exª o seguinte: primeiro, que V. Exª tivesse ao seu lado um secretário para acompanhar a marca das discussões, do procedimento da reunião; segundo, na minha opinião pessoal acho que toda Ata, que representa um procedimento, de maneira muito sintética, da reunião anterior, deve ser lida e não dispensada a leitura.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Quanto à Ata, temos outra sugestão paralela: solicitei à Secretaria, e isto é possível, que de agora em diante, 15 minutos antes de cada reunião, a Ata esteja aqui à disposição de todos, já fotocopiada por processos de computação. O Constituinte poderá, então, ler a Ata e, se quiser, fará alguma correção. Aqui estão duas Atas, das pri-

meiras reuniões. V. Exª sugere que sejam lidas.

Peço ao Sr. Secretário tomar assento à Mesa. (Pausa.)

Na ausência do 1º Vice-Presidente e do 2º Vice-Presidente, solicito que algum dos Srs. Constituintes ajude a secretariar a Mesa. (Pausa.)

Vai-se proceder à leitura das Atas de instalação da Subcomissão e da reunião.

(São lidas e aprovadas as Atas das reuniões anteriores.)

A partir da próxima reunião, deveremos ter já pronta a ata, com antecedência de 10 ou 15 minutos para eventual retificação.

Vamos analisar agora e responder a pergunta do Constituinte Floriceno Paixão, a respeito dos critérios que podemos estabelecer para discussão das propostas separadamente ou em bloco.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Eduardo Jorge.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Sr. Presidente, a questão levantada pelo Constituinte Floriceno Paixão é importante e tem que ser remetida à própria dinâmica da Subcomissão. Vamos receber dezenas de sugestões dos Constituintes, de entidades e vamos receber sugestões, inclusive, diretamente, nas audiências públicas. Na verdade, o que vai ser votado não são essas sugestões de emendas de Constituintes ou de entidades, mas o relatório que o Constituinte Carlos Mosconi vai tentar sintetizar — emendas, propostas, sugestões, se for possível compatibilizá-las — e esse, sim, será votado. Nessa ocasião é que poderemos fazer emendas ao Relatório do Constituinte Carlos Mosconi; aí levaremos em conta as nossas emendas e as sugestões das entidades. Acho que o processo, no meu entendimento, do Regimento Interno, seria este.

De todo jeito, a questão levantada pelo Constituinte Floriceno Paixão tem um aspecto muito importante, que é o de como vamos analisar essas sugestões. Ontem à tarde, naquela Comissão que foi feita para discutir um cronograma e um plano, o Constituinte Fábio Feldmann fez a sugestão de que as emendas fossem agrupadas por tema. E haveria, então, um subgrupo ligado à Seguridade, outro a meio Ambiente e outro à Saúde que, como uma forma de ajudar o Relator iria reunindo, catalogando e passando essas emendas, essas sugestões, por tema, para os vários Constituintes.

É claro que nessas reuniões normais, poderíamos debatê-las entre nós; podemos apreciá-las e debatê-las. Mas votar mesmo, só quando tivermos o relatório, no final dos 30 dias iniciais da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Alguém mais deseja manifestar-se a respeito do assunto? (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Floriceno Paixão.

O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO — Enquanto estas propostas não aparecerem, quero referendar e apoiar o ponto de vista do nosso colega e dizer que nós poderíamos ocupar talvez o tempo disponível, antes de chegarem estas propostas, para fazer este debate com as entidades civis que forem convidadas, antes mesmo de se esgotar o nosso prazo. Talvez o mais breve possível ser fará os convites a essas entidades e se debaterá aqui, para termos uma idéia de

pensamento delas. É a sugestão que faço, apoiando e referendando o ponto de vista do nosso colega.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Mosconi.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Estamos numa discussão ainda a respeito do formalismo, do funcionamento da Subcomissão. Acho que vamos ter esta definição, de uma forma mais decisiva, na reunião que teremos à tarde, com toda a Comissão da Ordem Social e, posteriormente, com o Presidente da Constituinte.

Gostaria de entrar um pouco mais além no que diz respeito propriamente ao conteúdo desta Subcomissão. Tenho recebido, e acho que todos Constituintes também, várias propostas de todas as áreas. Dentre as propostas que recebi, na área de saúde, talvez a mais abrangente de todas, de uma entidade, seja esta da Comissão Nacional de Reforma Sanitária, já uma proposta em termos constitucionais. Eu gostaria, então, de apresentar esta proposta, para que todos tomassem conhecimento e para que a Secretaria fornecesse depois a todos os Constituintes que estão compondo esta Subcomissão, uma cópia desta proposta, para que possamos ter um ponto inicial de partida e darmos início, realmente, à discussão, a respeito das questões que iremos tratar nesta Subcomissão.

Peço permissão a V. Ex<sup>a</sup> para apresentar a proposta aprovada pela Comissão Nacional da Reforma Sanitária em reunião de 30 e 31 de março de 1987 que é a seguinte:

“Art. 1<sup>o</sup> A saúde é um direito assegurado pelo Estado a todos os habitantes de todo o Território nacional sem qualquer distinção.

Parágrafo único: O direito à saúde implica:

1. condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;
2. respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;
3. informações sobre os riscos de adoecer e morrer, incluindo condições individuais e coletivas de saúde;
4. dignidade, gratuidade e qualidade das ações de saúde, com direito à escolha e à recusa;
5. recusa aos trabalhos em ambiente insalubre ou perigoso ou que represente grave e iminente risco à saúde, quando não forem adotadas medidas de eliminação ou proteção dos riscos;
6. opção quanto ao tamanho da prole;
7. participação, em nível de decisão, na formulação das políticas de saúde, e na gestão dos serviços.

Art. 2<sup>o</sup> É dever do Estado:

1. implementar políticas econômicas e sociais que contribuam para eliminar ou reduzir o risco de doenças e de outros agravos à saúde;
  2. assegurar a promoção, proteção e recuperação da saúde pela garantia de acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde em todos os níveis;
  3. assegurar, com esta finalidade, a existência da rede pública de serviços de saúde.
- Art. 3<sup>o</sup> O conjunto de ações de qualquer natureza, na área de saúde, desenvolvida por

persona física ou jurídica, é de interesse social, sendo responsabilidade do Estado, a sua normatização e controle.

§ 1<sup>o</sup> A lei definirá a abrangência, as competências e as formas de organização, financiamento e coordenação intersetorial do Sistema Nacional de Saúde, constituindo com o sistema único, segundo as seguintes diretrizes:

1. integração das ações e serviços com o comando político-administrativo único em cada nível de governo;
2. integralidade e unidade operacional das ações de saúde adequadas às realidades epidemiológicas;
3. descentralização político-administrativa que respeite a autonomia dos Estados e Municípios, de forma a definir, como de responsabilidade desses níveis, a prestação de serviço de saúde, de natureza local ou regional.
4. participação, em nível de decisão, de entidades representativas da população, na formulação e controle das políticas de saúde, em todos os níveis.

§ 2<sup>o</sup> É assegurado o livre exercício de atividade liberal e de saúde e a organização de serviços de saúde privados, obedecidos os preceitos éticos e técnicos determinados pela lei e os princípios que norteiam a Política Nacional de Saúde.

Art. 3<sup>o</sup> A utilização de serviços de saúde de natureza privada pela rede pública se fará segundo necessidades definidas pelo Poder Público, de acordo com as normas estabelecidas pelo Direito Público.

Art. 4<sup>o</sup> O Estado mobilizará, no exercício de suas atribuições, os recursos necessários à preservação da saúde, incorporando as conquistas do avanço científico e tecnológico, segundo critérios de interesse social.

Art. 5<sup>o</sup> As atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e produção de insumos e equipamentos essenciais para a saúde subordinam-se à Política Nacional de Saúde e são desenvolvidas sob controle estatal, com prioridade para os órgãos públicos e empresas nacionais, com vistas à preservação da soberania nacional.

Art. 6<sup>o</sup> O financiamento das ações e serviços de responsabilidade pública será provido com recursos fiscais e parafiscais, com destinação específica para a saúde, cujos valores serão estabelecidos em lei e submetidos à gestão única nos vários níveis de organização do Sistema Nacional de Saúde.

Parágrafo único. O volume mínimo dos recursos públicos destinados pela União, Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios corresponderá, anualmente, a 12% das respectivas receitas tributárias.

Disposições transitórias:

1. a Previdência Social alocará o mínimo de 45% da contribuição patronal ao Fundo Nacional de Saúde;
2. Os recursos da Previdência Social, destinados ao financiamento do Sistema Nacional de Saúde, serão gradualmente substituídos por outras fontes, a partir do momento em que o gasto nacional em saúde alcance

o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto.”

Essa era a proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Alguém deseja comentar a proposta? (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Eduardo Jorge.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de congratular-me com o Constituinte Carlos Mosconi por esta importante contribuição e parabenizá-lo.

Estava discutindo aqui com o Constituinte Floriceno Paixão a importância de essa proposta ser distribuída, para que possamos analisá-la com calma, porque, inclusive, em outras reuniões vários Constituintes haviam se referido à VIII Conferência Nacional de Saúde, convocada pelo Governo Federal, com a participação de entidades estatais, a nível federal, municipal, estadual, entidades sindicais, entidades científicas e que, ao que supponho, é o produto final de todo esse processo, esse que o Constituinte Carlos Mosconi nos está apresentando. Acho da maior importância estudar essa proposta e nos aprofundarmos no assunto.

Mas a questão que estou querendo colocar é que estou preocupado com os Constituintes Raimundo Rezende e Carlos Mosconi, que terão que se retirar para votar. Acho que na discussão daquele plano de trabalho e do cronograma que nós, ontem, no final da tarde discutimos, era importantíssimo que os Constituintes Raimundo Rezende e Carlos Mosconi estivessem presentes, porque, temo que isso seja protelado até a Semana Santa, e ficaremos sem uma ordem mais clara de como nós iremos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Decido que esta proposta seja homologada, pedindo o original para ser duplicado e distribuído aos 22 membros e, talvez, até aos suplentes, a todos: aos efetivos e aos suplentes.

Peço à Secretaria tomar a iniciativa de distribuir essa proposta para todos os Membros da Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE ADYLLSON MOTTA — Sugiro que essa proposta seja transformada na nossa regra básica de trabalho, quer dizer, qualquer proposta seja distribuída a todos, para que possamos discuti-la. Acho excelente essa contribuição, embora, evidentemente, ela tenha que ser sintetizada. Mas creio que, pelo menos dentro do meu pensamento, ela se enquadra perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — A Presidência acolhe a sua sugestão, e pede à Secretaria que doravante nós tenhamos esse procedimento. Todas as propostas, a não ser que sejam discutidas na própria reunião, serão duplicadas e distribuídas a todos os membros da Subcomissão.

Com a palavra o Sr. Constituinte, Raimundo Rezende.

O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO REZENDE — Só para acrescentar a nossa opinião favorável à proposta do Constituinte Carlos Mosconi, e para dizer também que, evidentemente, a Constituição terá que abranger o máximo, mas deverá ser bastante sintética.

Nossa proposta aqui, se não me falha a memória, nós temos um detalhe que já faz parte da

Constituição atual, que é essa percentagem, aqui na afirmação, a percentagem de 12% dessa proposta, e que na Constituição atual ela se encontra com 6%. Mas estamos favoráveis a todos os itens dessa proposta.

Adiantando também um outro raciocínio, nós devemos colocar na Constituição alguma coisa que poderá representar o interesse da Subcomissão, o resultado final da Subcomissão de Saúde, mas que deverá constar da Constituição, porque do contrário será muito difícil que tenha aprovação, através da lei ordinária ou das leis complementares.

É o que diz respeito, por exemplo, à unificação do sistema de saúde no País. Se nós não tivermos um meio de fazer constar da Constituição, de tal forma inequívoca, e que prenda realmente essa decisão, nós não teremos, provavelmente, a unificação do Sistema de Saúde em nosso País. É só isso.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA — Apenas como ilustração: se cada grupo dos nossos apresentar 4 artigos, por exemplo, 4 na Seguridade, 4 na Saúde, 4 no Meio Ambiente, e se for distribuído nessa ordem em todas as Comissões, nós teremos uma Constituição de 300 artigos. Só para dar uma idéia, nós não podemos pensar em colocar 10 artigos na saúde e 20 na previdência. Na verdade, vamos conseguir inserir, nesta Subcomissão, no máximo, dez ou doze artigos.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — É verdade. Mas isso seria uma questão de opção também, porque o anteprojeto Afonso Arinos tem 360 e tantos artigos.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Creio ser importante que façamos uma Constituição boa. Não é tão importante que ela tenha este ou aquele número de artigos.

Creio, Sr. Presidente, que porventura as questões que não forem consideradas como constitucionais, elas poderão, mesmo no curso da Constituinte ou após, serem apresentadas como projetos de lei a serem aprovados pela Câmara ou pelo Congresso Nacional. Então, toda a discussão que fizermos aqui será muito útil, pois creio que poderemos aproveitar o que for competente, fruto dessa discussão, porque se não a aproveitarmos na Constituição, aproveitaremos na legislação ordinária.

O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO REZENDE — Permite V. Ex.ª um aparte? É para dizer o seguinte: se colocarmos na Constituição tudo aquilo que nós consideramos hoje indispensável, proveitoso, nós vamos correr o risco de uma Constituição abrangente e prolixa. Ela terá necessidade de sofrer modificações, reformas, através de poucos anos, pelas modificações que irão ocorrendo na sociedade. Por isso, ela tem que ser abrangente, mas de maneira sintética; não pode ir ao pormenor, que irá levá-la à perspectiva de, com a evolução da sociedade, ter que receber reformas em pouco tempo.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Sr. Presidente, essa questão do tamanho de número de artigos, acho uma questão importante. Mas eu gostaria de voltar àquela sugestão inicial de discutirmos o plano de ação, preagupado com a presença dos Constituintes do PMDB.

Essa questão do tamanho do número de arti-

gos, nós vamos ter oportunidade de discutir muitas vezes. É uma questão que devemos deixar em suspenso, porque, em questão de tamanho, folheando, por exemplo, a Bíblia que é um livro enorme, nem por isso deixa de ser consultado, manuseado e aprofundado por população do nível mais popular possível. Então, essa questão não é uma questão que devemos fechar ou esgotar a discussão agora: vamos ter muitas vezes oportunidades de discuti-la. Mas gostaria, sem querer ser impertinente, de voltar àquela sugestão de discutir o plano de ação.

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Dou minha inteira solidariedade ao Constituinte Eduardo Jorge, porque se nós aprovamos nesta reunião este plano de trabalho para a Subcomissão, nós temos que tomar providência ainda hoje de, ou por ofício ou pessoalmente, já convocarmos elementos da estrutura da seguridade do País para fazer depoimentos já na próxima semana. Terça e quarta-feira, pela manhã, já teríamos que trazer a esta Subcomissão pessoas para fazer depoimento. Embora sendo a Semana Santa, eu acredito, segundo informações do Presidente Ulysses Guimarães que a Constituinte irá funcionar até quarta-feira à noite ou quinta-feira pela manhã. E como o tempo já aqui colocado para os debates nas Subcomissões se iniciou dia 7 ou 8 de abril, nós teremos 30 dias corridos e 22 dias úteis para ouvirmos debates, deslocarmos pessoas não só de Brasília, como também de outros Estados, para a Capital.

Temos que tomar providência para que o nosso plano de trabalho seja definido hoje ou, pelo menos que, na próxima semana ou após a Semana Santa, já estejamos em pleno funcionamento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Atendendo à solicitação, vamos discutir o plano. Acho que todos têm uma cópia. (Pausa.)

Esse estudo feito pelo grupo, ontem à tarde, é o plano de trabalho para a Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente.

Vamos discutir, acho que é importante, item por item.

Peço ao Sr. Secretário, Constituinte Raimundo Rezende, ler o item 1.1.

O SR. SECRETÁRIO (Raimundo Rezende) — 1.1. — Haverá reuniões nas 2<sup>as</sup>, 3<sup>as</sup>, 4<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup>-feiras. Poderemos ter reuniões e atividades extraordinárias nas 6<sup>as</sup>-feiras, sábados e domingos.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Antes de colocar o item 1.1. em discussão, a Secretaria está avisando que o Senhor Presidente da República decretou feriado nacional na 5<sup>a</sup>-feira; então nós poderemos trabalhar até a 4<sup>a</sup>-feira.

Neste item 1.1. tenho uma observação a fazer: é que na reunião de ontem, com os Presidentes de Subcomissões foi feita uma sugestão, no sentido de um trabalho comum a todas as Subcomissões, para não dar a impressão de que uma Subcomissão estaria trabalhando mais do que a outra, ou para não estabelecer uma espécie de competição. Então, a sugestão foi feita no sentido de que se reuniões seriam feitas 3<sup>as</sup>, 4<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup>, o resto está igualzinho aqui; mas não haveria reunião na 2<sup>a</sup>-feira, por causa da reunião da Câmara, se bem que a da Câmara é à tarde.

Estou levantando a questão, porque, ontem, na reunião saímos, mais ou menos, com este consenso de que as reuniões ordinárias seriam

3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> das 9:30 às 12:30; as extraordinárias, à tarde ou à noite, depois das 18 horas para obedecer o Regimento. De qualquer maneira, está em discussão. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Foi o grupo de trabalho que, ontem, elaborou este plano, que colocou essas reuniões para 2<sup>a</sup>-feira à noite, justamente como tese para ganharmos um pouco de tempo e assim mais disponível, porque os Constituintes retomam 2<sup>a</sup>-feira, à tarde ou à noitinha, para Brasília. Nós viríamos direto do aeroporto para cá e já teríamos trabalho nessa 2<sup>a</sup>-feira à noite e colocaríamos assuntos que, talvez, não fossem assim tão polêmicos; para essas 2<sup>as</sup>-feiras à noite deixaríamos os assuntos mais polêmicos para as 3<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup>-feiras.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Continua em discussão. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO — Para um esclarecimento Sr. Presidente: subentende-se 2<sup>a</sup>-feira às 18 horas?

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Não, aqui embaixo, no cronograma, está à noite, de 20 às 24 horas de segunda-feira.

O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO — Não seria mais interessante às 18 horas, Sr. Presidente? Os Constituintes já estariam por aqui e não precisariam sair para voltar então, como já estariam à disposição, poderiam reunir-se às 18 horas, prolongando-se os debates até esgotar a pauta. Fica a sugestão.

O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO REZENDE — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Com a palavra o Sr. Constituinte Raimundo Rezende.

O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO REZENDE — Sem querer contrariar o ponto de vista do prezado colega Floriceno Paixão, temos que nos colocar dentro da realidade: 2<sup>a</sup>-feira é um dia difícil para que os Constituintes estejam aqui às 18 horas; às 20 horas, considero mais razoável, porque para os que permanecerem em Brasília, não haverá problemas, porém, àquelas que chegarem na parte da noite deverão vir direto para a reunião.

A questão do horário, pelo menos na 2<sup>a</sup>-feira, às 20 horas, fica mais dentro da realidade.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira se manifestar, perguntamos, então, como é que ficamos na questão do horário: das 20 às 24 horas ou das 18.30 até as 22.30 horas?

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Acho mais lógico se inicie a reunião às 20 horas; acho muito difícil iniciarmos uma reunião no final do período; 18.30 horas é o fim da tarde, inclusive deve haver problema funcional aqui. Acho que às 20 horas seria mais fácil para todos.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Acho que estamos aqui com um dilema, porque não podemos votar, não temos número.

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Acredito que, se no início dos trabalhos nós estamos com dificuldade de reunir número de votantes, e se nós formos aguardar para a próxima

semana para votarmos um plano de trabalho da Comissão, confesso que vai ser difícil. Pela experiência que tive como Deputado Federal no passado, nesta Comissão nós teremos dificuldades em colocar maioria absoluta no plenário, para fazer a votação do programa de trabalho.

Acredito que, pelas lideranças aqui presentes, temos praticamente representação de todos os partidos; poderemos instituir o voto de liderança para esse simples programa de trabalho que está sendo colocado e que poderá ser modificado, se a maioria dos Constituintes que fazem parte desta Comissão assim entenderem e, depois da Semana Santa, poderão modificar a programação.

Temos que ter, a partir de hoje, um rumo de trabalho definido para colocarmos mãos à obra.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Poderia sugerir também que o nosso voto fosse consignado nominalmente e os outros, a posteriori, porque muitos virão ainda à reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Se for feito voto nominal, consultamos depois os outros e pedimos também para votar. Então, faremos assim: votamos aqui, consignamos o nome e depois consultaremos os restantes, se estão de acordo. (Pausa.)

Todos estão de acordo com isso?

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — A reunião foi convocada. Cada um sabe de suas obrigações. Eu, por exmplo, não estou disposto a ser criticado depois, na Comissão, ou onde eu e colegas meus porventura estejamos. Para o cumprimento do dever há um Regimento.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — O dia de hoje é diferente...

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Certo; vamos aguardar, porque o PMDB tem votação hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Se fosse um dia normal, as suas argumentações seriam perfeitamente válidas.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — É experiência de plenário. No Plenário, temos tido sessões com 10 Constituintes; não podemos depois ser criticados, execrados publicamente por não andar o nosso trabalho, porque algum Constituinte não comparece.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — O Constituinte Júlio Campos fez uma sugestão que considero inteligente e válida. Vamos levar em conta o plano, aprová-lo ou não, e qualquer sugestão, qualquer modificação, o Plenário por maioria fará depois; qualquer pessoa poderá fazer uma proposta de modificação, conseguir os votos por maioria e mudar o plano.

Devíamos levar em conta a sugestão do Constituinte Júlio Campos.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Vamos colocar em votação essa questão que está segurando a continuidade da discussão. (Pausa.)

Na 2a.—feira nós faremos a reunião das 20 às 24 horas ou das 18,30 às 22,30 horas" (Pausa.)

Em votação.

Procede-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Voto pelo período das 20 horas. Acho que tenho direito a dois votos, um de desempate e outro normal. Então, ficamos assim e vamos depois consultar os demais companheiros.

Passemos ao item 1.2.

O Sr. Secretário procederá à leitura do item 1.2.

O SR. SECRETÁRIO (Raimundo Rezende) — 1.2 — As primeiras reuniões deverão conter os seguintes itens na pauta:

1.2.1 — Apresentação dos membros: breve currículo e propostas básicas para o texto constitucional;

1.2.2 — Divisão informal da Subcomissão em três grupos de trabalho: saúde, seguridade e meio ambiente. Cada grupo de trabalho deverá catalogar sugestões e propostas de normas constitucionais, em seu tema, enviando aos demais membros da Subcomissão uma relação das mesmas;

1.2.3 — Elaboração de uma relação das instituições governamentais e não governamentais, cuja colaboração é importante para os trabalhos da Subcomissão;

1.2.4 — Requisição de assessores técnicos dos órgãos governamentais para a Subcomissão.

## 2 — Cronograma

Manhã				
9:00-12:00	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	
Noite				
20:00-24:00	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	

2.1 — Debates na Subcomissão: 07/04-08/05 (30 dias/22 úteis).

2.2 — Votação do anteprojeto da Subcomissão: 09/05-24/05 (15 dias/10 úteis)

2.3 — Audiências Públicas oficiais: — 3<sup>as</sup> e 4<sup>as</sup> - feiras MANHÃ 4 — Saúde, 2 — Seguridade, 2 — Meio ambiente.

14 de abril (3<sup>a</sup>) — Seguridade

21 de abril (3<sup>a</sup>) — Seguridade

22 de abril (4<sup>a</sup>) — Saúde

23 de abril (5<sup>a</sup>) — Saúde

28 de abril (3<sup>a</sup>) — Saúde

29 de abril (4<sup>a</sup>) — Saúde

05 de maio (3<sup>a</sup>) — Meio ambiente

06 de maio (4<sup>a</sup>) — Meio ambiente

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Vamos, então, discutir esse item que é bem amplo, antes de passar para o 2.4.

Alguém quer se manifestar sobre ele? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO — O subitem 2.1 e o subitem 2.2 estabelecem prazos e esses prazos podem ser modificados segundo a consulta que o Presidente vai fazer, tendo em vista o resultado da reunião que será feita hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Então esses subitens poderão ser modificados, de acordo com as reuniões de hoje à tarde.

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Sr. Presidente, nós levamos em consideração os Constituintes Eduardo Jorge e Fábio, justamente baseado no que vinha sendo comentado até a data de ontem. Agora, dependendo da reunião que o nosso Relator terá hoje, no fim da tarde, esse prazo poderá ser mudado, tanto é que o cronograma poderá ser modificado de acordo com a reunião que tivemos ontem.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Alguém mais quer fazer uso da palavra? (Pausa)

O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO — Sr. Presidente, para o item Saúde constam 4 audiências públicas, e para o item Seguridade, apenas duas.

Tem-se a impressão de que a Previdência Social brasileira e mais a previdência privada têm abrangência enorme. Então, faço a sugestão para que se modifique: em vez de 4 audiências para o item Saúde, que também é muito importante, ficaríamos com 3 para Saúde, 3 para Seguridade e 2 para Meio Ambiente, embora entenda que Meio Ambiente é importantíssimo. É a sugestão que faço, Sr. Presidente.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar ao nobre colega Constituinte Floriceno Paixão que a Saúde, na realidade, seria com 3 audiências, mesmo porque uma das reuniões das quatro, que a Saúde deverá fazer será exatamente uma reunião conjunta com o INAMPS, que é o setor da Previdência Social que cuida da Saúde. É como se nós tivéssemos 3, 3 e 2, porque uma audiência é exatamente para tratar desta questão da unificação da Saúde com a Previdência Social. Esta me parece ter sido a razão para esta divisão.

Sr. Presidente, gostaria ainda de lembrar o seguinte: estou vendo que as audiências públicas deverão ser feitas à noite. Não vejo qual a razão para estas audiências serem à noite. Tenho a impressão de que algumas audiências demandarão um tempo prolongado e creio que se a fizermos durante o dia teremos mais tempo hábil, para discutirmos adequadamente com essas entidades; à noite nós teremos uma limitação.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — É que a de manhã vai de 9:30 às 12:30 horas.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Poderíamos ir até às 14 horas, à noite há um fator muito limitante de tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Com a palavra o Constituinte Eduardo Jorge.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — São colocadas aqui duas questões: uma pelo Constituinte Floriceno Paixão e outra pelo Constituinte Carlos Mosconi.

Primeiramente, em relação à questão levantada pelo Constituinte Floriceno Paixão, esta observação do Constituinte Carlos Mosconi é verdadeira; na verdade, quando tivermos a primeira audiência pública, em relação à Saúde, a questão assistência médica ligada à Previdência irá ser discutida amplamente. Por outro lado, no problema Saúde, temos as questões científicas ligadas à Ciência e Tecnologia e precisaria haver pelo menos um espaço para garantir isso.

Este seria o raciocínio de ontem: haveria uma discussão quase que simultânea numa das audiências da Saúde e da Seguridade e ao mesmo tempo precisaria, na área da Saúde, espaço para a questão de ciência e tecnologia que têm um conteúdo muito grande; há muita coisa que está sendo produzida nessa área, muita novidade. Essa, a razão e nenhum desprestígio há em relação ao tema Seguridade.

O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO — Estive presente na reunião de ontem e concordo com a decisão que foi tomada, já que uma

das reuniões, uma das audiências irá se referir à Saúde dentro da Previdência Social.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Outra questão levantada pelo Constituinte Carlos Mosconi, nós levamos muito em conta as observações do Constituinte Adylson Motta, que está seguindo o Regimento, e declara que o Plenário não pode se reunir simultaneamente com a Comissão.

Por causa disso, preferimos à noite. Se começarmos às 20 horas poderemos ir até às 24 horas. De manhã, marca para às 9:30 horas, começa às 10. Que hora irá terminar? 13, 13:30 e, além disso, tem uma questão que acho importante: qual é o melhor horário para termos cobertura da imprensa, de manhã ou de noite? De manhã é melhor por um aspecto, o jornal fecha em torno de 6 ou 7 horas, mas, por outro aspecto, é ruim para nós, porque outras Comissões são tidas como de maior peso e irão fazer suas reuniões de manhã. Então, as televisões e os rádios estarão voltados para as Comissões ditas de maior peso e maior importância, que eu não considero. Se ocuparmos o espaço e dermos audiências à noite, talvez possamos ocupar um espaço vago e tentar fazer um lobby ao contrário da imprensa, para que eles venham nos cobrir, trazendo televisão, rádio, etc.

Esta é apenas uma idéia, mas acho que o Constituinte Carlos Mosconi poderia fundamentar isto melhor, para decidirmos isto na reunião.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Sr. Presidente, gostaria de lembrar ao Constituinte Eduardo Jorge que, se nós fizermos as reuniões à noite, teremos audiências com várias entidades de uma só vez e, forçosamente, não teremos tempo hábil para discutir com toda a liberdade com essas entidades, não chegaremos até uma hora da manhã, de maneira nenhuma; ao passo que, durante as manhãs, se nos estendermos até às 14 horas, poderemos suspender a reunião para assistir à sessão, e depois voltarmos para dar continuidade à audiência com essas entidades se, porventura, elas não se encerrarem às 14 horas da tarde.

Nas Comissões da Casa é muito comum que essas reuniões se estendam até à tarde; portanto, numa reunião da Subcomissão da Constituinte, inclusive não me atrelo muito à questão do Regimento, porque teremos essa oportunidade única, para discutir assuntos da maior importância para o País. Não sei se é mais importante nós irmos até ao plenário da Constituinte ou ficarmos aqui com essas entidades discutindo como iremos dirigir a Constituinte.

Não tenho preocupação de ordem regimental mas, evidentemente, se ela prevalecer, acho que temos a liberdade de suspender a reunião e continuar depois da sessão da Assembléia Nacional Constituinte.

Por isso acho que, de manhã, ficaremos mais resguardados.

O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO REZENDE — Acho que esse assunto da reunião à noite, convocação para entidades ou autoridades que venham à noite ou venham na parte da manhã, isso não deve ficar aqui numa camisa-de-força. Esse assunto diz interesse não só da comissão propriamente dita, como da própria autoridade ou da entidade que terá dificuldade em vir à noite; normalmente esse processamento se faz na parte

da manhã. Creio que devemos deixar isso em aberto e a convocação será feita de acordo com o interesse da própria entidade ou da autoridade que virá aqui. Se ela preferir na parte da manhã, começaremos a reunião um pouco mais cedo — 9 horas; 9:30 já acho tarde; marca-se 9:30 e vamos dar início às 10 horas. Esse horário deve ser antecipado para 9 horas, e a convocação de entidades ou de autoridades para prestar uma colaboração sob forma de subsídio seria feita de acordo com a entidade ou autoridade que está sendo convocada.

O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO — Se eu tivesse que votar essa matéria, o faria na parte da manhã. Estou de pleno acordo com o nosso Constituinte e também com o nosso Relator, porque não sobrar tempo para fazermos os nossos trabalhos diários, em casa. Trabalho em casa; tenho a noite para trabalhar, ter as minhas reflexões, computar as verificações vindas de vários Estados. Eu também entendo, com o perdão do nosso querido Eduardo Jorge, que a imprensa não virá aqui à noite. É muito difícil a imprensa comparecer — talvez, nessa fase da Constituinte seja uma exceção mas, no tempo que estive aqui, ao longo da minha vida parlamentar, a imprensa não vinha, normalmente, à noite.

Claro que seria muito interessante que a imprensa estivesse presente aos nossos trabalhos mas, se tivesse que votar, seria na parte da manhã.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — Acredito que não deve haver aqui uma intransigência em termos de horário. Por que não se fazer às 8 horas da manhã essas 8 reuniões? Qualquer um pode chegar às 8 horas aqui na Câmara, então, que essas 8 reuniões comecem às 8 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Elas poderão começar mais cedo, porque são previamente marcadas, convocadas para mais cedo.

O Constituinte Raimundo Rezende está sugerindo 8:30. Então, poderíamos marcar às 8:30 para começar realmente às 8:30!

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — Podemos marcar às 8 horas com 30 minutos de tolerância que certamente vai terminar nas 8:30.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Já temos uma proposta para a noite, temos uma proposta para as 8 e outra para as 8:30. Alguém mais quer se manifestar? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — No caso de aprovada essa proposta para 8:30 da manhã, não ficaria invalidada a tese de que, nos dias de semana em que estivermos em Brasília, faríamos mais algumas audiências à noite, e debatemos mais assuntos à noite?

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Exatamente, através de sessões extraordinárias e, além disso, lembrou muito bem o nosso colega que são as oito reuniões de convocação prévia.

Vamos votar da mesma maneira que fizemos para o outro item. (Pausa.)

Procede-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Fica estabelecido às 8:30, mas 8:30 mesmo!

Mais alguma sugestão a respeito do item 1.2? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Acho que poderemos manter o cronograma de reuniões, inclusive mantendo as 3<sup>as</sup> e 4<sup>as</sup>, pela manhã; não alterará nada, pois são os dias mais quentes mesmo. Isso é importante para se poder passar à fase de convocação, reflexão, sobre as entidades a serem convocadas.

Pergunto ao Sr. Presidente se este cronograma estaria aprovado?

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — A única mudança é quanto à questão do horário; acho que com o resto todo o mundo está de acordo.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Dentro da possibilidade, Sr. Presidente, de qualquer modificação, que possa ser sugerida pela reunião da tarde, hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Esta reunião da tarde é que irá também sugerir; ficaremos nessa dependência.

Alguém mais quer se manifestar? (Pausa.)

Passaremos ao item 2.4 que será lido pelo Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO (Raimundo Rezende) — 2.4 — Esquema das audiências:

2.4.1 — SEGURIDADE — Entidades estatais — Entidades trabalhadores e patronais.

2.4.2 — SAÚDE — Entidades estatais — Entidades patronais e prestadoras de serviços — Entidades de trabalhadores — Entidades científicas e éticas.

2.4.3 — MEIO AMBIENTE — Entidades estatais — Associações autônomas.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Sobre o item 2.4, o esquema das audiências, alguém quer se manifestar? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO — Essa questão da seguridade — 2.4.1 — está distribuída entre entidades estatais, entidades trabalhadoras e patronais; são 3 tipos de entidades que estarão aqui para duas audiências. Como ficaria se são 3 para duas audiências e mais entidades privadas que não constam aqui?

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Com a palavra o Sr. Constituinte Eduardo Jorge.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Esta questão levantada pelo Constituinte Floriceno Paixão é importante.

O pensamento seria o seguinte: das entidades estatais, na verdade, a mais importante é o Ministério da Previdência; então, nós estaríamos convidando para a primeira audiência pública, inclusive, pela facilidade, são poucas as entidades que cabem neste assunto — o Ministério da Previdência que concentra em suas mãos quase 90% da responsabilidade nesse setor. Por isso é que ela seria a primeira a ser convocada, pela facilidade de convocação e pela centralização desse assunto.

Quanto à questão de entidades trabalhadoras e patronais estamos pensando em ter entidades de aposentados, a CGT, a CQT, os sindicatos e as entidades patronais do setor da indústria, da agricultura e do comércio. Então, numa audiência pública, poderá dividir-se, ficando uma parte com

as entidades dos trabalhadores, outra parte da audiência com as entidades patronais.

Quanto à questão de outras entidades na área da Seguridade, como de resto em todas as outras, Saúde e Meio Ambiente, no plano aqui está-se prevendo mais um dia para as audiências extras.

Podíamos colocar, junto com o Ministério da Previdência, no primeiro dia, as entidades privadas. Se por acaso, o Constituinte Floriceno Paixão e outros acharem que precisaremos de uma audiência específica para um outro grupo ou um outro setor, neste plano aqui se está reservando a quinta-feira, pela manhã, para as audiências extras. Esses casos nós já vamos registrando e serão os primeiros a serem chamados às audiências extras, para se poder contemplar e estudar todas as preocupações.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Alguém mais quer se manifestar? (Pausa.)

Ficamos assim nesta questão de colocar entidades estatais, patronais e privadas.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Sr. Presidente, só para fazer a seguinte observação: a primeira audiência está marcada para o dia 14 de abril, terça-feira, da próxima semana. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se nós teremos tempo hábil para convidar essas entidades que ainda não foram nem designadas?

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Exatol! Teremos tempo porque será terça-feira que vem.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — A segunda questão, Sr. Presidente, estou vendo aqui que no dia 21 de abril, terça-feira, parece-me que será feriado.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Ele foi antecipado para segunda-feira, dia 20.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Não sei se isso ocorre em Brasília, porque é aniversário da cidade. É essa questão que coloco a V. Ex<sup>a</sup>, porque se for mantido o feriado em Brasília, essa reunião ficará prejudicada, porque dia 21 é aniversário de Brasília; não sei se será feriado aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Poderemos talvez, convocar uma entidade que esteja aqui.

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Poderiam os funcionários da Casa ligar para o GDF perguntando se no dia 21 de abril irá funcionar a Capital normalmente, ou será feriado local? Porque, se não me engano, na rede de ensino será feriado.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Pois não, nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Eu gostaria de dialogar com o nosso Relator sobre esses pontos colocados.

Com essa questão das entidades privadas na área da Seguridade, devíamos, pela sua importância, localizá-las primeiro naquelas audiências extras que teríamos na quinta-feira, e deixar a audiência pública de 14 de abril, terça-feira, basicamente; o Ministério da Previdência, a fim de esgotarmos o assunto.

Ilustre Constituinte Adylson, não sou contra, sou a favor de virem; só estou querendo dar mais espaço para eles, porque nas primeiras quintas-

feiras das audiências extras viriam essas entidades e elas teriam o seu espaço garantido. Vamos dividir a quinta-feira para dar espaço suficiente a eles — uma hora para cada entidade.

Sr. Presidente, não tenho objeção à colocação do Constituinte Adylson Motta, mas entenda bem a lógica da minha colocação: terça-feira, como disse o Constituinte Mosconi é um dia que está em cima. Para o Ministério da Previdência, acho que é fácil e factível que ele venha aqui na terça-feira; afinal de contas ele aqui a poucas quadras. Acho que devemos convocar e ter uma garantia que o Ministério da Previdência estará aqui presente. Haverá a mesma garantia que as associações privadas na área da previdência, estejam aqui na terça-feira? Se o Constituinte Adylson Motta conhece, inclusive, o Presidente e se responsabiliza por trazê-lo na terça-feira, eu não teria nenhuma objeção. Caso contrário, acho que seria mais delicado com eles, deixar para uma data mais adiante. Então, a minha colocação é esta: manter a terça-feira, porque acho que na Semana Santa nós temos que trabalhar; segundo, se tivermos de fazer audiência que seja com o Ministério da Previdência, que é o Ministério único e fácil de convocação, porque está aqui perto.

Quanto à questão da Seguridade Privada, não tenho objeção que venha na terça-feira, desde que o Constituinte Adylson Motta ou outro companheiro da nossa equipe, garanta essa presença. Caso eles não possam vir, nós os colocaremos para as audiências extras que serão nas quintas-feiras pela manhã.

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Só uma sugestão também: a própria terça-feira, dia 14, pela manhã, nós traríamos o Ministério da Previdência, à noite, já traríamos a entidade privada.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — Vamos fazer o seguinte: se há data que ela fique garantida em uma sessão, para que o pessoal da Seguridade garanta isso.

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Sem dúvida. Então podemos ficar assim: garantimos uma audiência com o pessoal das entidades privadas.

Pergunto ao Plenário o seguinte: vamos convocar, pedir à Secretária, já, solicitando presença para a audiência do dia 14 de abril, do Ministério da Previdência.

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Aceita V. Ex<sup>a</sup> uma sugestão? Por que não hoje V. Ex<sup>a</sup> e o Relator não iriam convidar o Ministro e a sua equipe para estar aqui? Dez minutos daqui iriam ao Ministério ou alguém da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente existe, está funcionando, trabalhando e iniciando os seus trabalhos na próxima semana, com a presença do Ministro da Previdência e sua equipe, Presidente do INPS, INAMPS e da equipe toda.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Está feita a sugestão. Meu único receio são essas duas reuniões hoje à tarde, porque assim, de um hora para outra... Bom, é possível que cheguemos ao Gabinete e eles nos recebam, mas não sei, às vezes poderemos atrasar e a nossa presença na reunião é muito importante. Só se fizéssemos isso para amanhã, aí já iríamos atrasar um dia.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Não vamos tentar, Sr. Presidente, manter contatos, fazer o convite.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — E, amanhã, esclareceremos isto na reunião.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Vamos tentar o contato agora, daqui mesmo. Eu pediria ao Sr. Secretário, aqui, ligar para o Ministério da Previdência, nós falaremos com o Chefe de Gabinete do Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — E perguntaremos sobre a possibilidade de terça-feira, pela manhã, às 8:30.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Às 8:30, o Ministro da Previdência e o Presidente do INPS.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Exatol! Ou alguém que responda pelo Ministro. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO MOREIRA — A convocação do Presidente do IAPAS, que entra na parte de arrecadação é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (José Lins Murad) — Bom, poderemos tentar isso tudo, mas o Constituinte Raimundo Rezende está aqui alertando ser bem possível que, sendo uma terça-feira da Semana Santa, nós tenhamos dificuldades aqui.

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Em virtude das ocupações que V. Ex<sup>a</sup> está tendo, bem como o nobre Relator, por que V. Ex<sup>a</sup> não designa alguns Constituintes para tomar essas providências ainda hoje? Vamos desdobrar os trabalhos; não vamos ficar só em cima da Presidência, em cima do Relator. Nós temos dois Vice-Presidentes, temos dois Secretários *ad hoc*, o elaborador de plano *ad hoc*, quer dizer, vamos determinar que todos façam trabalhos, para que V. Ex<sup>a</sup> possa ter a liberdade de ir hoje à reunião. Assim, outra equipe ficaria incumbida de manter esses contatos e trazer amanhã cedo uma resposta, ou ainda hoje à noite, por telefone e a secretária comunicaria se estaria mantida ou não a programação de terça-feira próxima.

O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO REZENDE — Peço licença para dizer a V. Ex<sup>a</sup> que a preocupação que nós apresentamos aqui ao Presidente não diz respeito mais à autoridade ou à entidade solicitada para, voluntariamente, apresentar uma sugestão nesta Subcomissão, mas a preocupação é dirigida também aos próprios componentes da Subcomissão. Não sei se teremos aqui um número satisfatório de membros para receber a autoridade e fazer-lhe as perguntas e as discussões necessárias. Preocupa-me, sobretudo, a presença dos Srs. Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Continua em discussão.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO MOREIRA — O convite às autoridades, principalmente do IAPAS e do INPS, realmente tem que ser feito com algum tempo de antecedência, porque os números que eles dispõem são extraordinariamente grandes e vão ter de catalogar para trazer com detalhes.

O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO REZENDE — Eu gostaria de acrescentar, então, uma sugestão, de cancelarmos essa reunião do dia 14, e a primeira seria no dia 21 de abril.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Fico preocupado com isso, porque sei que vai

atrasar demais os nossos trabalhos. Então, acho que deveríamos fazer todo o empenho para que a reunião dessa terça-feira se realizasse. Claro, se não for possível, não vamos fazer milagres, não vamos trazer o Ministro aqui à força, nem outras autoridades, mas acho que a sugestão do Constituinte Júlio Campos é correta. Se o Presidente e o Relator não podem ir, designemos duas ou três pessoas, aqui, que possam se deslocar até o Ministro e levar-lhe a convocação. E, no caso do INPS, do IAPAS, da DATAPREV e outros órgãos do Ministério, acho que devemos entregar o convite ao Ministro, solicitando que essas autoridades que lhe são subordinadas estejam presentes, e o Ministro é que irá se encarregar de convocar, porque nós, da Subcomissão, não podemos ficar, nos dirigindo a dezenas de autoridades, se há uma autoridade que irá ser convocada e querer ser assessorada pelos seus subordinados.

Então, a minha sugestão é esta: seguir a orientação do Constituinte Júlio Campos, e hoje levar ao Ministro a convocação, com essa observação, que estivessem aqui presentes as autoridades responsáveis pelo INPS, IAPAS e outras entidades desse órgão.

E uma observação adicional, Sr. Presidente, é que eu tenho notícia de que o Presidente da República constituiu um grupo de trabalho pela reformulação da Previdência no Brasil. É um grupo de trabalho do qual a Previdência faz parte e outros órgãos também. Acho que poderíamos ter um segundo ofício. O primeiro ofício seria este: para o Ministro e seus auxiliares. O segundo ofício deveria ser encaminhado à Presidência da República para que alguém, desse grupo de trabalho, estivesse aqui presente nesse dia, acho não ser uma coisa impossível, porque seria um representante de um grupo de trabalho.

Voltando a falar sobre o assunto: acho que é importante ter a reunião na terça-feira próxima, tentar pelo menos porque, senão, os trabalhos irão se atrasar muito.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Bom, utilizando as minhas prerrogativas regimentais, designo os Constituintes Eduardo Jorge e Júlio Campos para fazerem um contato hoje, e convidarem o Ministro da Previdência e seus auxiliares para aqui comparecerem, se possível, no dia 14 de abril, para prestarem esse depoimento diante da nossa Subcomissão, e amanhã então, V. Ex.<sup>as</sup> nos manteriam informados. Isso não impede que nós tenhamos o contato telefônico agora, o que está sendo tentado.

Acho que, em relação a esse item, esgotamos as sugestões, não é?

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM SUCENA — Sr. Presidente, eu gostaria de obter uma informação: nessas audiências, qual será o ritmo imprímido?

Haverá uma exposição prévia ou será apenas um questionamento dos Constituintes às figuras que aqui vierem?

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Esperamos sugestões, mas, em princípio, acho que deveríamos dar uns tantos minutos para uma exposição prévia e depois, então, teríamos os debates. Por exemplo; vamos supor, 30 minutos ou se acharem que deve ser mais ou menos esse tempo — para que a autoridade exponha um quadro geral da situação. E depois as perguntas e os debates. Estão de acordo, ou alguém quer sugerir tempos diferentes?

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM SUCENA — Sr. Presidente, gostaria de sugerir que eles se ativessem principalmente ao tema constitucional, o que eles têm hoje e o que podem oferecer de subsídios para o novo texto. Senão, nós vamos ficar presos aqui a dados e números que iremos escutar o dia inteiro e não chegaremos a conclusão alguma. Acho que devem ser tremendamente objetivos nessas audiências.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — No ofício, já pediríamos isso, dizendo que solicitamos, no depoimento, se possível, já tragam alguma proposta.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM SUCENA — Creio que seria o melhor.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA — Seria importante que se fizesse aqui uma exposição, mesmo que rápida, porque no Brasil têm ocorrido coisas muito estranhas. O Governo que assumiu está aí há dois anos. E agora, quando vai se elaborar a Constituição, o Governo fala em reformular a Previdência Social, a Lei de Greve e uma série de coisas. Até dá a impressão de que quer esvaziar o trabalho da Constituinte, porque acho que o lógico, o racional, em qualquer país do mundo, era aguardar a nova Constituição, para depois partir para essa orientação. Agora, aqui, às vésperas de sair a nova Constituição, querem reformular tudo, coisas que deverão ser definidas pela Constituição. Quer dizer, a Lei de Greve, vão mandar agora um projeto ao Congresso. Sobre a Previdência Social, o Constituinte Eduardo Jorge falava há pouco em aposentadoria e vão reformulá-la completamente. Acho muito oportuno que o Ministro coloque o que está pretendendo fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Está certo.

Agora, eu perguntaria se nós, então, deveríamos fazer o ofício ou esperar o contato primeiro? Acho que podemos fazer e, se pudermos concretizar o contato pessoal ou então o telefônico, hoje, depois seguirá o ofício.

Mais alguém quer se manifestar sobre esse item? (Pausa.)

Vamos passar para o item 2.5 e subitens — Verificação **in loco**.

Peço ao Sr. Secretário que proceda à leitura.

São lidos os seguintes:

2.5 — Verificação **in loco**:

2.5.1 — Pantanal: 25/26 de abril (sábado/domingo)

2.5.2 — Angra dos Reis e Cubatão: 2/3 de maio de (sáb/dom)

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Em discussão o item e os três subitens. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO MOREIRA — Só a título de sugestão, gostaria de deixar em aberto — pode surgir outra data — porque existe na região sul de Santa Catarina uma das atividades mais devastadoras do meio ambiente: é a segunda região crítica em poluição neste País, que é a exploração do carvão. Então, se surgirem oportunidades de se conhecer de perto o problema, sugeriria que se fosse também a esta região.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Pedimos, então, à Secretaria anotar solicitação e, se tivermos, então, oportunidades, poderemos...

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Pois não!

O SR. CONSTITUINTE JÚLIO CAMPOS — Além da sugestão do Constituinte catarinense, nós também temos que sugerir que se inclua a Amazônia, uma visita à Região Amazônica, para que seja observada **in loco**.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Anotamos, também, não é? Talvez possamos fazer uma divisão na Comissão e alguns irão a um local, outros a outro local.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM SUCENA — Sr. Presidente, já pensando sob esse ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup> acredito também que existem áreas onde a saúde esteja em situações drásticas, e seria interessante serem visitadas, como favelas e áreas de grande incidência endêmica, para que nós pudéssemos também, se for o caso, abrir, para que, aqueles que assim o desejarem, possam também fazer outras visitas **in loco**, em datas que possam ser previstas, ou que estejam ociosas dentro do cronograma.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Está certo. Nós podemos anotar todas essas solicitações e, se nós então tivermos possibilidade, data e membros da Comissão dispostos a comparecer, nós poderemos programar outras visitas. Estão de acordo?

Também em Minas Gerais, lá na nossa região metalúrgica, provavelmente nós solicitaremos a mesma coisa.

Mas alguém quer se manifestar? (Pausa.)

Quero comunicar à Casa um ofício que recebi, hoje, da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Ministério da Saúde. Ele está assim redigido:

"Sr. Presidente da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, Solicitação.

Com os meus cumprimentos solicito a gentileza de V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de verificar a possibilidade de marcar audiência para a Presidente da Central de Medicamentos, a Ceme, Dr.<sup>a</sup> Marta Martines, que pretente expor nessa Comissão a nova política de medicamentos do Ministério da Saúde, conforme prevê o art. 14 do Regime Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Atenciosamente, Maria Ester de Carvalho, Assessora Parlamentar."

É a Presidente da Ceme que está solicitando fazer um depoimento sobre a política de medicamentos do País.

Alguém quer manifestar-se sobre este assunto? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM SUCENA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM SUCENA — Acredito que já temos, aqui, a possibilidade de encaixar as entidades científicas e éticas e poderíamos fazer, já, a comunicação nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — É. Porque no item 2.4.2, na página 2, na área de Saúde seria a quarta audiência com entidades científicas e éticas. Poderíamos encaixar a CEME aqui. O que acham? (Pausa.)

A Central de Medicamentos solicitou, através de ofício, uma audiência à nossa Comissão.



O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Sr. Presidente, tive contato com o Chefe de Gabinete do Ministro da Previdência, que irá levar o nosso convite ao Ministro, agora, e nos dará resposta através do Constituinte Júlio Campos e do Constituinte Eduardo Jorge, os quais irão lá, às 14 horas e 30 minutos, para um entendimento com o Ministro. Se for possível, na terça-feira eles virão; caso não seja possível, então, os dois colegas marcarão com o Ministro uma nova data.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Amanhã, na nossa reunião ordinária da manhã, nós resolveremos o assunto.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Amanhã não.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Ah! Amanhã é sexta-feira.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Resolveremos isso, hoje à tarde, porque vamos ter uma reunião conjunta com todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — É. Ai os Srs. quando voltarem de lá nos darão uma notícia.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Perfeito. Queria incluir também nesta Comissão, o Constituinte Joaquim Sucena, que é médico do PMDB de Mato Grosso, para ir conosco no Gabinete do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — É; eu pensei na reunião de amanhã, porque peguei o embalo.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Sr. Presidente, eu não ouvi aqui o final da reunião e também gostaria de sugerir duas visitas na área da saúde, sendo uma num grande conglomerado urbano, para que visitemos, então, uma área de índice de mortalidade infantil muito grande, falta de saneamento básico. E gostaria também de sugerir uma outra visita numa região rural, onde, eventualmente, existe uma grande prevalência de doença endêmica.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Nós decidimos assim, nobre Constituinte: estamos acolhendo todas as sugestões e depois dividiremos a Subcomissão em dois ou três grupos e veremos quais as visitas que poderemos realizar. Quer dizer, elas não ficaram limitadas a essas duas.

Peço, então, à Secretaria que anote essas sugestões.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Creio que seria importante que, não apenas os Constituintes ligados à saúde, mas que toda a Subcomissão pudesse fazer visita conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Ah, sim! Ai então muda um pouco de figura.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI — Eu acho que seria de interesse de toda a Subcomissão fazer essa visita.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Então, nós iremos estudar as datas e acolhermos a sugestão. Amanhã nós não teremos reunião, então, acho que podemos já convocar, para a reunião da próxima semana, dentro do esquema, na segunda-feira. Pela votação ficou decidido que teremos uma reunião à noite, às 20:00 horas. Fica convocada uma reunião para segunda-feira, às 20:00 horas, nesta mesma sala, neste mesmo local.

Alguém ainda quer fazer uso da palavra? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Eu quero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Sr. Presidente, eu recebi ontem, em meu gabinete, a convocação, conforme previsto, inclusive com assunto da reunião. Acho que isso é importante para os Constituintes já virem preparados sobre o assunto que será discutido e é uma prática que deve se repetir.

Em função disso, acho que a reunião de segunda-feira deveria ter um objetivo principal.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Seria o item 1.2.1?

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Não. É sobre isso que quero falar. Há dezenas de entidades que gostariam de participar dessas audiências públicas. Então, todos os Constituintes podem recolher e trazer essas sugestões para, na segunda-feira, as discutirmos e ordenarmos. Ai, a Comissão terá tempo e poderá viabilizar as próximas audiências.

Minha sugestão é esta: que a reunião de segunda-feira se destine, entre outros assuntos, a discutir as entidades que deverão vir nessas audiências oficiais, e que cada Constituinte traga suas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Nós solicitamos à Secretária que anote esse pedido, colocando na Ordem do Dia da reunião de segunda-feira, a realizar-se às 20:00 horas, essa sua solicitação. Quer dizer, nós viremos discutir as audiências, e entidades que a elas comparecerão.

E sobre o item — b da Ordem do Dia, podemos generalizar, outros assuntos. E fica aberto, também, para outras possibilidades. Está certo? (Pausa.)

Agradecendo a presença de todos e nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião, convocando outra para a próxima segunda-feira, às 20 horas

*Está encerrada a reunião.*

#### ATA DA 4ª REUNIÃO REALIZADA DIA 13 DE ABRIL DE 1987, ÀS 20:00 HORAS

Aos treze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às vinte horas, na Sala de Reuniões da Subcomissão, Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente, sob a Presidência do Senhor Constituinte Fábio Feldmann, 1º-Vice-Presidente, com a presença dos seguintes Constituintes: Jorge Uequed, Eduardo Jorge, Adylson Motta, Carlos Mosconi, Oswaldo Almeida, Eduardo Moreira, Julio Campos, Maria de Lourdes Abadia, Raimundo Bezerra e Nelson Seixas. Havendo número regimental o Senhor Presidente iniciou os trabalhos concedendo a palavra aos seguintes Constituintes: Adylson Motta, Eduardo Jorge, Eduardo Moreira, Raimundo Bezerra, Jorge Uequed, Carlos Mosconi e Oswaldo Almeida, para que discutissem, entre outros assuntos, a escolha das áreas a serem visitadas pelos constituintes e fixação de um calendário para visitas; a subdivisão da subcomissão em três grupos — Saúde, Segurança e Meio Am-

biente — apenas para efeito de organização, visando com isso agilizar os trabalhos; a solicitação do Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, para que fosse adiado para o dia 22, às 20:00 horas, seu comparecimento à subcomissão, sugestões e encaminhamento dos nomes das entidades que serão ouvidas nesta subcomissão. A seguir, o Senhor Presidente convidou todos os Senhores Constituintes presentes para a próxima reunião, dia 14 de abril, às 8 horas e 30 minutos, para elaborarem o calendário de visitas às áreas escolhidas e a relação das entidades que deverão comparecer às audiências, e discutirem outros assuntos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, às 21 horas e 45 minutos, cujo teor será publicado, na íntegra, no **Diário da Assembléia Nacional** Constituinte. E, para constar, eu, Paulo Roberto Almeida Campos, Secretário, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

*ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DE SAÚDE, SEGURIDADE E DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1987, ÀS 20:00 HORAS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD.*

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Na ausência do Presidente e dos Vice-Presidentes, convido o Sr. Deputado Constituinte Eduardo Jorge a ajudar os trabalhos da Mesa.

Segundo a pauta da reunião, deveremos debater.

Discussão acerca das entidades a serem convidadas para audiência nesta Subcomissão; discussão do plano mínimo de trabalho.

Está aberta a palavra para exame do primeiro item, "Discussão acerca das entidades a serem convidadas para audiência na Subcomissão".

Não sei se todos já receberam o plano de trabalho preliminar, que foi decidido na última reunião, à qual não estive presente, que foi exatamente na hora da votação para Relator da Comissão de Sistematização, na Bancada do PMDB.

Gostaria, então, de saber se todos receberam o que se denominou "Plano de Trabalho para a Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente". (Pausa.)

Então, está em aberto a discussão acerca do item primeiro, já referido.

Poderíamos inverter a pauta: discutir o plano mínimo de trabalho e, depois, as entidades a serem convidadas. É mais lógico.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA — Foi feita uma sugestão, não li toda ainda, que se visitasse também a zona carvoeira de Santa Catarina, alguma parte daquela região carbonífera.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Segundo consta, teria sido aprovado. Não estive na última reunião, mas teria sido aprovado o item que se chama Plano de Trabalho, que determinou que haveria visita em três verificações no Pantanal, dias 25 e 26 de abril, sábado e domingo, e Angra dos Reis e Cubatão, dias 2 e 3 de maio.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. (Assentimento da Presidência.)

Na última reunião foi discutido esse plano que foi preparado por uma Comissão de Deputados de vários Partidos e foi basicamente aprovado. Na ocasião, o Presidente em exercício não estava presente, foram feitas várias sugestões. Por exemplo, o Constituinte Carlos Mosconi fez a sugestão que também a área da Saúde tivesse uma visita; outros componentes também fizeram sugestões de outras visitas.

Em relação a essas questões das visitas, foram anotadas as sugestões e irá depender da possibilidade de horário e calendário. Quanto ao plano em si, foi aprovada uma primeira audiência para amanhã, e para hoje, pela convocação, inclusive, mandada pelo Constituinte José Elias Murad, seria especificamente para discutir as entidades a serem convocadas para as outras sete audiências públicas, segundo essa escala do plano. O assunto de hoje seria este. Os Constituintes levantariam sugestões e seriam encaixadas nesse esquema de audiências públicas, ressaltando que foi também aprovada sugestão que haveria mais uma quinta-feira, pela manhã, e outras audiências, para outras entidades que não fossem contempladas nesse esquema. Ficariamos com essa válvula de escape. Um dia da semana haveria audiências extras.

O que eu queria colocar à Presidência e demais companheiros aqui, é que, no meu entendimento, a reunião de hoje seria para fazer esse levantamento de entidades e encaixar no esquema das audiências aprovado na última reunião.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Não tendo vindo na última reunião e não tendo em mãos ainda esse plano, não sabia que tinha sido aprovado.

Trouxe um plano, inclusive, que pode ser mudado em sua data, um plano de visita à região de Cubatão, que ampliei com a visita à região Metropolitana de São Paulo e à região estuarina do lago de Cananéia e Paranaguá, e, a partir daí, a Cubatão e Angra dos Reis, inclusive com as datas de 23 a 27, exatamente porque no dia 26 de abril faz um ano do acidente da usina de Chernobyl na União Soviética. Então, seria a ocasião de irmos a Angra dos Reis, exatamente pela oportunidade de que a imprensa trataria da questão nuclear, portanto, teríamos realmente maior oportunidade de discutir. Entretanto, como já houve outra definição, eu a aceito.

Não sei se já foi distribuído pelo Secretário o plano, em que explico as razões pelas quais se escolheu a região lacustre de Cananéia e de Paranaguá e a região de Cubatão, porque ambas são regiões de mata atlântica, mata exuberante, e uma delas é praticamente intacta, a região estuarina lagunar de Cananéia, Iguape e Paranaguá, que se situa ao norte do Estado do Paraná e ao sul do Estado de São Paulo, e que tem sido objeto de uma grande depredação, através de uma ocupação absolutamente irracional e predatória. O outro exemplo, para poder se fazer o cotejo, é a região de Cubatão, por demais conhecida.

Fiz, então, um plano que gostaria de submeter a esta Subcomissão, porque por esse plano as audiências públicas se realizariam, inclusive, em Cubatão, Cananéia e Angra dos Reis. Até devo dizer que na **Folha de S. Paulo** de sábado foi

objeto de uma **charge** o fato de esta Subcomissão estar indo fazer visitas ao Pantanal; se descreve, na verdade, a Subcomissão e um rapaz com uma mochila dizendo: "eu também quero fazer parte dessa Subcomissão, porque também quero fazer turismo". Alguma coisa neste sentido. É importante que se esclareça que nessas reuniões se pretende ouvir a população e a realização de audiências públicas.

Gostaria que, dentro do possível, assim que fosse distribuído esse material, que os Constituintes pudessem discutir aqui, e até me coloco à disposição, como autor da proposta. Essa proposta não precisaria ser exatamente nessa data, muito embora enfatize que a data de um ano do acidente de Chernobyl se teria que fazer uma gestão junto ao Governo do Estado de São Paulo para que este, efetivamente, pudesse dar a infraestrutura básica para que possamos realizar tanto o transporte como as audiências públicas e toda a realização do evento, sem o que não teremos condição de realizar tal evento.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Não, não teria colocado fora o Pantanal. Esta seria uma primeira visita...

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Principalmente a Usina de Candiota.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — Porque temos lá 80% do carvão nacional. Só em Candiota há 20 bilhões de toneladas de carvão em reservas. No dia em que se industrializar...

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO MOREIRA — Justamente venho da região da extração do carvão, que é extremamente devastadora, e vem com uma incidência, inclusive uma doença própria do mineiro de carvão. Se realmente no caminho houvesse a possibilidade de uma data viável, talvez uma visita a essa região fosse interessante, desde que houvesse, é claro, viabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — É só verificarmos realmente a disponibilidade no calendário, porque, segundo o calendário que foi aprovado, essa reunião em Cubatão seria no dia 2 e 3 de maio, sábado e domingo, e a do Pantanal em 25 e 26 de abril. De certa maneira, fiz uma inversão, exatamente para aproveitar a data de aniversário do acidente de Chernobyl, que me parece uma data importante, porque, como a imprensa irá cobrir o acontecimento de Chernobyl, na União Soviética, teríamos um espaço garantido para colocar e para levar à sociedade, de modo geral, a questão nuclear, e discutirmos mais, e até verificarmos a possibilidade de se colocar Santa Catarina, a região de extração mineral do carvão. (Inaudível.)

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — Quanto mais abrangente for essa visitação, mais proveito haverá para o trabalho desta Subcomissão.

Volto ao ponto inicial, ou seja, que se divida a Subcomissão em duas ou três equipes que desejarem fazer as visitas e se coloque o Pantanal, em outras palavras a Amazônia, Santa Catarina, para se verificar o problema do carvão...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Importante, no meu modo de ver, é que, além da

visita, tenhamos contato com a população e com as entidades. Já no Pantanal fica mais difícil...

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — Que a metade vá numa viagem e os demais noutra. Não precisa ser a Subcomissão, porque não vamos decidir nada, vamos como observadores, vamos colher subsídios, para depois, num debate interno da Subcomissão, tomarmos decisões. Então, se forem quatro ou cinco deputados, eles poderão fazer esse contato, essa audiência pública, porque dificilmente iremos reunir aqui, em nossa Subcomissão central, mais de dez membros.

O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA — Intervenção fora do microfone. — Principalmente ao setor de saúde, com maior intensidade, talvez aproveitando essas sugestões de viagens, para se visitar a periferia, talvez não de São Paulo, mas principalmente de uma Capital do Nordeste, Recife ou Fortaleza, porque sabemos que as condições de insalubridade, as condições de higiene, de saneamento, praticamente não existem e a interferência direta quanto à saúde da população é por demais importante. Nossa presença numa região diferente, mas uma região que precisa da ação do Poder Público com maior intensidade, a nossa simples presença, talvez, já fosse motivo de credibilidade para os nossos trabalhos. Essa visita poderia ser programada não apenas para olhar uma situação que todos já conhecemos, mas para que, no local, fossem estimulados debates com associações de bairros, principalmente aquelas entidades que cuidam de uma assistência mais comunitária, para que ali conheçamos sugestões que certamente irão ajudar o nosso trabalho.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Sr. Presidente e demais Companheiros, essa questão de visitas já foi bem discutida de outra feita. Temos pouco tempo, a Subcomissão está com o prazo correndo, inclusive o Presidente da Constituinte quer apertar esses prazos. Aprovamos dois blocos de visitas que foram apresentadas: a de Cubatão e Angra e a do Pantanal, que o Deputado do PFL, Júlio Campos, sugeriu. As outras sugestões na área da saúde, mesmo na área do meio ambiente, ficaram de ser incorporadas, na medida do possível, ao calendário. Os deputados que têm sugestões deveriam encaminhá-las ao Presidente, Constituinte Murad, para que S. Ex.<sup>a</sup> tentasse compatibilizar, para ver se é possível.

Também volto à questão da convocação da reunião com relação às entidades com as audiências públicas. Por que estou preocupado? Por causa da convocação, temos a Semana Santa aí pelo meio, o nosso prazo termina no máximo no começo de maio, se o calendário for interpretado de forma liberal pelo Presidente, senão acaba até antes. Então, seria urgente fazermos o levantamento das entidades, para que elas possam ser convocadas e programar a vinda a Brasília.

Sugiro ao Presidente acolher as sugestões de visitas e tente compatibilizá-las num plano, que provavelmente será em um fim de semana, porque durante a semana não se poderá sair daqui, por causa das reuniões normais, e voltaremos à questão das entidades. Neste caso, se for aprovado, gostaria de fazer algumas sugestões na área de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Den- tro desse espírito, gostaria de dizer apenas que se fizesse uma mudança com relação a Angra dos Reis e Cubatão, com a visita ao Pantanal, no item 251, 252, porque é só se fazer uma troca de datas. Facilitaria, inclusive, porque o Consti- tuinte Júlio Campos não está presente. O Presi- dente não está aqui, mas parece-me que um dos problemas é a operacionalização dessa viagem em termos de hospedagem, de transporte, e de- pendemos exatamente de esclarecer junto à Casa, junto à Mesa da Constituinte, para sabermos se existem verbas disponíveis e, em segundo lugar, se dependemos do apoio dos Governos estaduais quer de Mato Grosso, quer de São Paulo, para que possamos iniciar esses contatos.

Então, faço aos Deputados simplesmente a in- dagação, se é possível haver a troca entre a reu- nião do Pantanal e Angra dos Reis e se colocar primeiro a reunião de Angra dos Reis e Cubatão, e até a possibilidade de se estender, de se ganhar dois dias, ao invés de fazermos isso sábado e domingo, fazermos na quinta e sexta-feira. Não sei se é viável.

O SR. CONSTITUINTE JORGE UEQUED — Diante da proposta do Presidente, incluo a pro- posta de audiência da área de civildade com os sindicatos e associações de aposentados do Esta- do de São Paulo. Seria uma audiência na Assem- bléia Legislativa, em data a ser fixada pela Subco- missão.

A minha proposta é no sentido de que a Subco- missão se desloque, pois, como é grande o núme- ro de entidades e de sindicatos, de associações de aposentados na Capital de São Paulo, que se desloque a Subcomissão para uma reunião, em São Paulo, com essas entidades.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Per- feito. Seria interessante conjugássemos essa pro- posta com a outra, a fim de que fôssemos so- mente uma vez a São Paulo.

O SR. CONSTITUINTE JORGE UEQUED — Esta, a minha intenção, coincidir com a proposta do Presidente, irmos na mesma data.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Tal- vez o Deputado pudesse entrar em contato com as entidades que seriam ouvidas, pois, como o Presidente não está presente, não tenho condi- ções de dizer como se faria esse contato e quais as entidades.

O SR. RELATOR (Carlos Mosconi) — Sr. Presi- dente, na última reunião aprovamos este progra- ma de trabalho desta Subcomissão, em caráter preliminar, é verdade, mas já incluindo — não consta deste esboço — a sugestão que fiz para que também visitássemos duas áreas relaciona- das com a saúde: uma região urbana e outra rural. Não sei se teremos tempo para isso. Seria bastante válido se pudéssemos proceder dessa maneira. Mesmo que não tenhamos tempo du- rante o tempo de funcionamento desta Subco- missão, que essas visitas possam ocorrer mesmo após, porque não significa que nesse prazo estrito de 45 dias vamos encerrar os nossos trabalhos. Vamos encerrar uma fase dos trabalhos. O projeto que sair daqui vai à Grande Comissão, depois à Comissão de Sistematização e, por fim, ao Ple- nário.

Teríamos, então, muito mais tempo do que esta- mos imaginando, se considerarmos que vamos trabalhar, inclusive, depois do encerramento desta

Subcomissão. Seria válido continuássemos na- quele proposta feita na reunião anterior, que pu- déssimos realizar duas visitas com relação à saú- de, uma na região urbana e outra na rural.

Lembro ao Sr. Presidente e também ao Depu- tado Jorge Uequed que as visitas feitas fora de Brasília, de preferência, deveriam ocorrer nos fi- nais de semana, senão realmente teremos um prejuízo para o funcionamento da Subcomissão, durante os trabalhos normais da semana.

Sugestão do Deputado Jorge Uequed de reali- zarmos uma audiência pública em São Paulo, po- derá ocorrer, mas se possível, de preferência, no final de semana.

Dou duas informações: primeiro, o Presidente José Elias Murad, ligou há pouco, de Belo Hori- zonte, dizendo que teve um problema por causa do atraso do vôo, mas que estará aqui por volta de 21 horas; segunda, o Ministro da Previdência Social, Sr. Raphael de Almeida Magalhães, solici- tou que a reunião marcada para amanhã ficasse adiada para a próxima semana, na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — En- tão, fica adiada definitivamente a reunião de ama- nhã.

O SR. CONSTITUINTE JORGE UEQUED — Sr. Presidente, complemento, agora, uma propos- ta que já havia feito ao Presidente José Elias Mu- rad: na Subcomissão a parte da seguridade no contato com os trabalhadores urbanos de São Paulo e as associações de aposentados em São Paulo, e o contato com os trabalhadores rurais e as associações de aposentados e trabalhadores do Rio Grande do Sul na área rural.

Saliento, Sr. Presidente, que os trabalhadores rurais hoje são os que estão mais abandonados pela Previdência Social, e o movimento de traba- lhadores rurais mais bem organizado hoje, no País, se encontra no Rio Grande do Sul. Então, a Subcomissão, ao ensejar que os trabalhadores urbanos, rurais e os aposentados tenham as suas propostas e a sua atuação na nova Carta Magna, se deslocaria — é a proposta que faço — para duas cidades: São Paulo, para se ouvir os traba- lhadores urbanos, e Porto Alegre, para ouvir os traba- lhadores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — As propostas devem ser colocadas, porém não há **quorum** para a votação das mesmas.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — Quando tivermos temas especificamente consti- tucionais para serem votados, teremos que decidir com o número que estiver presente, não podere- mos esperar o **quorum** mínimo.

Em primeiro lugar, o Presidente em exercício tem que tomar decisões, não podemos ficar na dependência do Presidente titular; em segundo lugar, o número que estiver presente deverá deci- dir, caso contrário levaremos um ano na Subco- missão. Temos que agir com muita objetividade e evitar esses adiamentos de decisões, caso con- trário, realmente não será cumprido o prazo.

Então, quero voltar ao primeiro tema, porque ainda não decidimos nada até agora. Que resolu- mos quais os lugares que serão visitados. E minha proposta é para que se desdobre a Subcomissão em dois ou três grupos, para que possamos ir ao maior número de locais, constatando **in loco** os problemas que são importantes para esta Sub- comissão, e que se procurem incluir todas aque- las sugestões aqui feitas.

Assim, esta é a proposta que deixo aos Colegas, se concordarem decidir com o número aqui pre- sente no dia de hoje. Caso contrário, não cumpri- remos o nosso cronograma.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Em discussão a proposta, se alguém quiser encami- nhá-la de modo contrário; logo, em seguida, a submeteremos à votação.

O SR. CONSTITUINTE (Osvaldo Almeida) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Con- cedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE OSVALDO ALMEIDA — Sr. Presidente e demais Companheiros, li aqui, em um dos documentos, que recebermos, uma idéia para tentarmos subdividir a nossa Subco- missão, por áreas de atuação: Saúde, Previdência e a parte ecológica. Esta, uma das boas medidas para darmos uma partida e tentarmos desenvolver o momento, uma base de assuntos que nos inte- ressariam mais diretamente nesta fase em que vamos buscar o texto constitucional e, a partir daí, ou durante essas definições, poderíamos, de fato verificar o problema das visitas que poderiam ser desenvolvida, tendo em vista os campos de saúde, seguridade e do meio ambiente, compati- bilizando, tanto quanto possível, a possibilidade de, em cada viagem dessas, se ajustar os interes- ses desses agrupamentos.

Não sei se seria válido pensar-se em fazer essa subdivisão imediatamente dentro das caracterís- ticas do campo de atuação de cada um, para começarmos já a agrupar homoganeamente, em função dos três grandes grupos que nos estão reservados.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Con- cedo a palavra ao Sr. Constituinte Eduardo Jorge.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Sr. Presidente, em relação à questão das visitas e do deslocamento da Subcomissão, são válidas as propostas, porque é uma forma de se entrar em contato com a população. Não concordo é com a crítica relatada por V. Ex<sup>a</sup>, inclusive na dis- cussão do Regimento foi discutido houvesse a possibilidade de haver deslocamento. Infelizmen- te não foi aprovado no Regimento.

Minha preocupação — posso parecer imperti- nente — é quanto à questão do prazo da Subco- missão e à questão de compatibilizar todas essas sugestões. É difícil tecnicamente compatibilizar tudo isso agora.

A Presidência deve receber as sugestões de nossos Companheiros e tentar organizar esse ca- lendário e trazê-lo mais ou menos pronto. Então, esse trabalho de organização seria do Presidente e dos Vice-Presidentes, que não dá para votar isso agora.

Temos todas essas sugestões, a Presidência e a Vice-Presidência as recolhem e tentam montar o calendário, observando aquela questão levan- tada pelo Deputado Carlos Mosconi, que devemos aproveitar os fins de semana, já que durante a semana a Subcomissão tem seus trabalhos aqui, tem as audiências etc.

O segundo ponto é a questão das entidades. Por exemplo, o Deputado Jorge Uequed levantou algumas entidades na área de seguridade, se não for possível um deslocamento, poderíamos agen- dar essas entidades para virem à audiência que

vai tratar da questão de seguridade. Por isso, é importante levantar as entidades, fazer sugestões de entidades que devem ser convocadas para as audiências públicas aqui, em Brasília, que são, no máximo, oito, e temos que encaminhar isso rápido, a fim de viabilizar o comparecimento das entidades.

Primeiro, faço esta questão de ordem. Se acatada, que os Constituintes façam sugestões nessa área. Tenho sugestões na área da saúde, mas não sei como a Mesa vai encaminhar os trabalhos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Tem que ser discutido mais, porque essa proposta colide com a do Deputado Jorge Uqued, que acha importante que seja em São Paulo ou no Rio Grande do Sul, pelo maior número de interessados na participação e na discussão efetiva. Existe uma proposta aqui que difere um pouco no conteúdo, que é realmente a cisão nos agrupamentos temáticos, que são Meio Ambiente, Seguridade e Saúde. Cada parcela desta Subcomissão iria fazer as visitas que lhe interessassem mais. Foi isso que entendi.

Estou de acordo com o colega. O tempo está passando e temos que decidir. Não cabe delegar ao Presidente e ao Vice-Presidente uma decisão como esta, uma decisão que não voga apenas os procedimentos da Comissão, mas voga uma divisão dos trabalhos.

O SR. RELATOR (Carlos Mosconi) — Creio que sim, podemos delegar com toda a tranquilidade, mesmo porque não é nem matéria regimental. Estamos aqui fugindo do Regimento. Estamos tratando de visitas e de audiências fora do nosso local de trabalho, que, me parece, não consta do Regimento.

Se aqui decidimos que a Mesa tem condições para marcar datas com relação a essas visitas que vamos fazer fora, não vejo inconveniente algum nisso. Devemos, nesta reunião, Sr. Presidente, para não perdermos mais tempo, adotar o procedimento que vem sendo colocado pelo Deputado Eduardo Jorge, que possamos aqui escolher hoje as entidades que serão convidadas para audiências nesta Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — Se não temos condições de votar, agora três da Mesa podem organizar. Então, é uma contradição, se dez não podem, dois podem. Até um deles poderia fazer isso. Continuo com a minha proposta, exijo que seja votada.

Tem que se desdobrar a Comissão para fazer essas visitas. Poderia-se-ia organizar um calendário, e cada um, de acordo com suas possibilidades, se engaje nessa ou naquela visita. Temos que partir de alguma coisa concreta. Estamos muito aqui na fase de todo mundo ter medo de tomar uma decisão porque o Presidente não está, porque não há maioria. Nesta fase preliminar, temos que quebrar um pouco esse formalismo e dar certa celeridade ao trabalho. Não estou fazendo crítica. Se o colega ali fez uma ponderação ao que falei, as minhas críticas têm sempre um sentido construtivo e sempre recebi crítica construtiva como colaboração. Estou fazendo exatamente no sentido de ajudar, fazendo com que a nossa Comissão ande, porque a crítica depois vai atingir a todos nós se fracassarmos no trabalho que nos é cometido aqui.

Então, tenho interesse em que ande, em que

seja ágil, que contemple o maior número possível de visitas, de audiências, enfim. Agora, tem-se que partir de alguma coisa concreta. Portanto, minha sugestão é que se vote, que se faça um organograma de visitas e cada um, de acordo com suas conveniências, suas aptidões, suas preferências, se engaje nessa ou naquela visita.

O SR. CONSTITUINTE JORGE UQUED — Sr. Presidente, temos que delinear bem o que estamos fazendo. Temos uma Subcomissão que vai discutir as matérias oriundas dos Constituintes durante a semana. Também durante a semana vai ouvir as oito entidades relacionadas no Regimento, e também — a Comissão está inovando — inova no sentido de, no final de semana, voltar-se os trabalhos da Comissão para a sociedade brasileira, a Comissão indo aos locais. A parte do meio ambiente, da saúde e da seguridade. E aí, Sr. Presidente, nada nos impede de, nesse final de semana em que a Comissão vai às comunidades, dividir em equipes da área de Saúde, de Seguridade e do Meio Ambiente, para agilizar esse contato da Subcomissão com a comunidade. Isso não está previsto em nada no Regimento. Não há recursos financeiros para isso. Vamos todos usar nossos recursos. A Constituinte não dispõe de nenhum orçamento para essas visitas, elas sequer estão previstas no Regimento aprovado. No entanto, a Comissão pode inovar, nada a impede de inovar, e nada a impede de organizar essa inovação. Os Parlamentares que pensem para o setor da saúde vão organizar: são sete ou oito Parlamentares — reuniões em áreas que eles considerariam mais importantes para o debate sobre a matéria. Os Parlamentares da seguridade — cinco ou seis —, do Meio Ambiente — quatro, cinco ou seis.

Então, Sr. Presidente, a Mesa pode definir — e aí concordo com o Deputado Carlos Mosconi — esse calendário de ação. Vamos votar aqui as entidades que vão participar. A atividade extraregimental, a Mesa pode definir, dividir a Subcomissão em três etapas para esses contatos externos com a comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) Está havendo consenso com relação à possibilidade de dividir, que a Mesa organize, realmente, o calendário. Se realmente há esse consenso, se não há discordância, não há necessidade nem de se votar, a menos que alguém se posicione de maneira contrária. (Pausa.)

Então, a Mesa realmente fica incumbida de elaborar esse calendário, e, pelo que entendi, os Constituintes que estiverem interessados participariam das visitas a seu livre arbítrio.

O SR. RELATOR (Carlos Mosconi) — Estou inteiramente de acordo com esta colocação. Apenas lembro ao Presidente, e também ao Deputado Jorge Uqued, que a Comissão, ainda que tenha três temas, naturalmente do interesse de todos, é uma Comissão única. Se fosse possível, portanto, na elaboração desse calendário, conciliar os interesses de todos, de maneira a que todos pudessem participar dessas visitas, seria de muito mais utilidade para toda a Subcomissão e, evidentemente, para a eficiência dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Por exemplo, sou um Deputado que tem maior interesse, fui eleito pela plataforma ecologista, e tenho enorme dificuldade em outros temas, como o tema seguridade e saúde. Então, se só me desloco

nas viagens de Meio Ambiente, fica-me muito difícil opinar com relação a outros temas. Por isso, a vocação não é apenas para aqueles temas que interessam mais, mas para que possamos votar nos outros temas também. Se há apenas dois ou três Deputados mais interessados em Meio Ambiente, e eles são os únicos que se deslocam para as áreas relativas a Meio Ambiente, vai haver um prejuízo para a Subcomissão e para a Constituinte como um todo. Então, faço esta observação, senão vamos realmente estar prejudicando o trabalho da Constituinte e a sua qualidade. Apenas a título de observação.

O SR. RELATOR (Carlos Mosconi) — É exatamente por esta razão que faço este apelo a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann) — Realmente há consenso que a Mesa defina um calendário, tente realmente agilizar esse calendário, conciliando, na verdade, para que todos os Constituintes possam participar de todas as visitas e audiências. (Pausa.)

Podemos passar ao segundo item da pauta, a discussão acerca das entidades a serem convidadas para audiências na Subcomissão.

Uma observação com relação à área de Meio Ambiente. Já estou pedindo a atualização das listas das entidades ecológicas e das entidades interessadas, e da parte de Meio Ambiente, peço apresente essa lista na semana que segue, quando terei uma lista mais atualizada das entidades.

Como ficou aprovado que as primeiras reuniões seriam de Seguridade, nos dias 14 e 21 de abril; as de Saúde, dias 22, 23, 28 e 29 de abril, e as de Meio Ambiente, 5 e 6 de maio, terça e quarta, respectivamente — pelo menos é o que está colocado aqui — seria mais importante hoje elencar as entidades relacionadas com os dois primeiros temas — Seguridade e Saúde.

Solicito ao Secretário distribua o material a todos.

Pelo que consta, Saúde e Seguridade seriam no dia 14 e 21 de abril, quinta, 28 de abril, terça, e 29 de abril, quarta.

O SR. RELATOR (Carlos Mosconi) — Em razão de não termos mais a audiência de amanhã, 14 de abril, essa audiência de amanhã passaria para o dia 23 de abril, no lugar de uma audiência da Saúde.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO MOREIRA — O Ministro, na audiência, vai abranger os temas Seguridade e Saúde. Evidentemente vai tratar também da questão da Saúde.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — São duas questões. Primeiro, registro aqui minha inconformidade com essa decisão unilateral do Ministro. Com todo o respeito, a Comissão delegou a mim e ao Deputado Júlio Campos fomos até lá, o Ministro confirmou a sua vinda, o Deputado José Campos, do PFL, a missão de, na quarta-feira passada, nos deslocarmos até o Ministro e convidá-lo. Isso foi feito, eu e o Deputado Júlio Elias Murad, Presidente da Comissão, comunicou a todos nós e à imprensa que o Ministro viria, a reunião foi marcada para amanhã. Então, é uma situação ruim, prejudica os trabalhos. Estamos trabalhando com o tempo nos acossando pelos flancos. A agenda confirma, inclusive ele poderia mandar um representante, viria o Presidente do INPS, ou do IAPAS, um representante delegado por ele. Conversei com o Deputado Carlos Mos-

coni, há pouco, com relação a esta questão, e ainda não me conformei. Uma decisão da Comissão foi votada, o Ministro foi convidado, confirmou a sua vinda, foi agendada, foi avisada a imprensa e à noite, na véspera, o Ministro diz que não vem.

Antes de entrar na discussão das entidades, registro esta minha inconformidade. Isso prejudica os trabalhos. O Ministro viria aqui expor a questão da Seguridade. Seria o primeiro tema a ser debatido e aprofundado. Não sei como é fica isso e qual é a opinião dos outros Constituintes com relação à questão.

O SR. RELATOR (Carlos Mosconi) — Sr. Presidente, tenho a impressão de que deve ter ocorrido um mal-entendido. Hoje o Ministro tentou conversar com o Presidente e com outros Membros da Comissão; em não o conseguindo, se dirigiu a mim, e colocou que a razão da não vinda dele amanhã seria principalmente questão da Saúde, e ele pedia um pouco mais de tempo para poder apresentar aqui uma proposta do seu Ministério, da sua área, na questão da Saúde, o que me faz entender que S. Ex.<sup>a</sup> deve ter entendido que deveria também fazer uma abordagem a respeito da Saúde.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Pela ordem, Sr. Presidente. O que o Deputado Carlos Mosconi disse aqui seria responsabilidade minha e do Deputado Júlio Campos. O Deputado Júlio Campos não está aqui, mas ficou claro que a discussão seria sobre Seguridade.

O SR. RELATOR (Carlos Mosconi) — Sim, mas quero dizer que o motivo alegado pelo Ministro foi exatamente a questão da saúde.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Então, menos um motivo para o Ministro não vir.

O SR. CONSTITUINTE OSVALDO ALMEIDA — Sr. Presidente, um dos pontos importantes neste enfoque nosso é justamente tentar conciliar a atuação do Ministério da Saúde com o Ministério da Previdência. Esse é um dos pontos. Li aqui, na ata da última reunião, qualquer coisa que dizia respeito à Comissão Nacional de Reforma Sanitária, que, ao que me consta, é alguma coisa palpável que tem o Ministério da Saúde, onde eles falam também na Cerme, Central de Medicamentos. Essa Comissão Nacional de Reforma Sanitária deve ser uma das entidades a ser convidada para participar das audiências públicas na área de saúde. Certamente vamos ter aqui necessidade de trazer o Ministério da Saúde para falar do problema Saúde, e o Ministério da Previdência, que certamente vai falar também do problema Saúde. Nesses primeiros dias de nossas reuniões, que pudéssemos organizar — vou repetir a nossa proposta — agrupamentos mais especializados nossos, que pudessem fazer até um momento objetivo, para darmos partida a cada assunto desses. Por exemplo, coloco-me na condição de pouco ter a recomendar ou indicar em termos de meio ambiente, a minha área específica é a de Saúde e Previdência, e abrangendo mais a área rural. Talvez algumas reuniões especializadas, da Subcomissão, dentro desses agrupamentos, que possam fazer um memento. Voltaria até à questão da ordem, de uma seqüência, que nos está ocorrendo. Após esse memento, teríamos relação dessas audiências. Com essas audiências, em que seriam ouvidas as entidades especializadas nesses três assuntos, talvez com a ajuda delas pudés-

semos, de fato, organizar melhor esse programa de visitas, inclusive com apoio delas. Quer dizer, se suscitar em alguns pontos interessantes na área de Saúde, com a vinda do Ministro da Saúde, com alguém do Inamps, com alguém da Comissão Nacional de Reforma Sanitária, onde demonstraríamos nosso interesse em visitar alguma característica nesse campo, talvez esse Ministério ou essa autarquia nos pudesse facilitar essas visitas objetivas.

Numa tentativa de uma seqüência a sugerir, seria a nossa subdivisão inicial em agrupamentos especializados que pudesse instruir um saco de pancada, um memento inicial e depois, naturalmente, teria que vir aqui ao Plenário da Subcomissão para uma abordagem a nível de Subcomissão. Teríamos os nomes das entidades públicas para participar dessas audiências, e desse movimento certamente poderíamos instruir melhor esse programa de visitas, até com a participação deles, as sugestões deles e as recomendações, criando, inclusive, oportunidades melhores para empreendermos essas visitas que estão programadas, mas não temos base, não temos apoio logístico, não temos nem como instrumentar as visitas com passagens, hospedagem etc.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Só uma pergunta ao Deputado: Como esses agrupamentos seriam divididos? Cada Deputado escolheria qual sua área de interesse? Quando se fala em agrupamentos, só uma dúvida que tenho: realmente qual seria o critério de cada um fazer a sua escolha. Seria este? Há umas áreas que ficariam realmente mais abandonadas. De qualquer maneira, gostaria que fosse esclarecido. No seu modo de pensar, seria realmente cada Deputado identificar com que área gostaria de trabalhar mais e a divisão informal com esse critério?

O SR. CONSTITUINTE OSVALDO ALMEIDA — Se houvesse consenso nesse mecanismo poderíamos fazer essa opção.

O SR. CONSTITUINTE Jorge Uequet — Sr. Presidente, vejo aqui que dia 21 está programado para a Seguridade. Apresento a V. Ex.<sup>a</sup> uma opção clara e imediata, um convite, o dia 21, para o Presidente da Confederação das Federações dos Aposentados do Brasil, Sr. Obede Vargas.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Dia 21 de abril, a Mesa acolhe. (Pausa.)

Deputado Eduardo Jorge, só ressaltar que o Conselho Federal de Medicina também veio solicitar a participação em audiência, através do seu Vice-Presidente, Francisco Álvaro Barbosa Costa.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Dando prosseguimento a estas sugestões, fiz um estudo com relação ao problema da Saúde. Vemos que essas quatro audiências aqui estão divididas em: 1) entidades estatais; 2) entidades patronais e prestadoras de serviços; 3) entidades de trabalhadores; e 4) entidades científicas e éticas.

Então, trouxe aqui uma proposta, para abranger essas quatro áreas, convocando algumas entidades. Na primeira audiência, entidades estatais, seja convidada a Comissão Nacional de Reforma Sanitária, onde já estão representados, inclusive, todos os Ministérios, desde o da Saúde, ao da Previdência Social, do Trabalho, da Educação, e outros órgãos estatais importantes e alguns representantes da comunidade. Também nesta au-

diência de entidades estatais, interessante chamar o Presidente do Conselho Nacional da Secretaria de Saúde do Estado e um representante do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde. Aí teremos uma visão em três faixas — municipal, estadual e federal. Importante a Comissão de Reforma Sanitária, inclusive porque já há representante dos vários Ministérios na área. Esta, a primeira audiência.

O SR. RELATOR (Carlos Mosconi) — Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Com muito prazer.

O SR. RELATOR (Carlos Mosconi) — O Conasse já está representado na Comissão Nacional de Reforma Sanitária, bem como o Representante de Secretaria Municipal de Saúde.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Deputado Carlos Mosconi, realmente é verdade. No entanto, seria importante convidar alguém da área estadual, alguém da área municipal, e dar-lhes uma audiência especial, para termos uma visão mais ampla dessa questão estadual e municipal. Apesar de eles estarem realmente representados na Comissão Nacional de Reforma Sanitária, é importante dar-lhes um espaço adicional, para poderem abordar com mais especificidade a questão estadual e municipal, já que alguém que vem representando a Comissão Nacional de Reforma Sanitária vai dar uma visão global de vários aspectos, desde a Saúde como direito, à reforma do sistema, financiamento etc.

Na segunda audiência — entidades patronais e prestadoras de serviços — arrolar aqui as seguintes entidades: a Sociedade de Medicina de Grupo, a Federação Brasileira de Hospitais, a Federação de Santas Casas de Misericórdia, a Representante da Federação das Cooperativas Médicas, e Representantes de Confederações Patronais que tiverem interesse em comparecer.

Na terceira audiência — na área dos trabalhadores, entidades dos trabalhadores —, estejam representadas a CUR, a CGT, a Contag e algumas Federações de Trabalhadores na área da Saúde. Poderíamos entrar em contato com elas e escolher entre si alguns representantes, Federação de Médicos, de Enfermeiras, de Farmacêuticos etc.

Na quarta audiência seriam ouvidas entidades da área científica e de ética. Então, convidaria os Conselhos, inclusive o Conselho Federal de Medicina, algumas Associações Nacionais, como a ABEM, a ABM, a Abrasco, uma Associação brasileira que trata da questão do ensino da saúde coletiva, e a Associação Paulista de Saúde Pública. Com isto, teremos quatro audiências cobrindo as quatro áreas programadas pelo nosso Plano — a área estatal, a área patronal e prestadores de serviços, área de entidades de trabalhadores e a área científica e ética.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA — ...Federal de Medicina se convoque também os Conselhos das entidades paramédicas todas, não apenas a Medicina. E outra questão, voltando um pouquinho à parte da Seguridade, entidades estatais e privadas, só quero comunicar que me foi delegada essa incumbência e vou entrar em contato com a Diretoria da ANAP, entidade representativa da seguridade privada. Eles estão à disposição, apenas dependem de marcar uma data para que venham aqui. Viria o Presidente e dois

ou três diretores. A data é 21 de abril, pela manhã. Está previsto o calendário pela manhã. Tem que ser pela manhã. Determinou-se que as audiências fossem pela manhã e à noite, exatamente para não coincidirem com a Plenária da Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE JORGE UÊQUED — O nobre Deputado permite um aparte?

O SR. CONSTITUINTE ADYLSÓN MOTTA — Com muito prazer.

O SR. CONSTITUINTE JORGE UÊQUED — As três centrais Sindicais, na verdade, vão ser convidadas para expor suas posições também para a área da Seguridade. Então, podíamos estabelecer um critério, para evitar que venha à Comissão duas vezes a ampliação do horário com a área da Saúde e da Seguridade.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Existe interface entre as questões, tanto na questão de Saúde como a questão de Seguridade. Se for impossível para as Centrais, aí concordo com o Deputado Jorge Uêqued, mas, se for possível, aí poder-se-ia aprofundar mais a especificidade do assunto, embora seja assunto que tenha relação evidente. Como as Centrais têm representantes que se estão deslocando para Brasília com frequência, por causa da Constituinte, talvez seja possível.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Está em discussão.

O SR. RELATOR (Carlos Mosconi) — Acrescento à proposta do Deputado Eduardo Jorge, que me pareceu muito boa, apenas algumas entidades que também solicitaram sua inclusão nessas audiências, uma delas é FINAES, uma federação de entidades de saúde, hospitais em todo o País. Também nesta audiência com entidades científicas e éticas devemos incluir a CEME — Central de Medicamentos, e também a Associação de Transplantes, de Doadores e Receptores de Órgãos, um assunto importante para tratarmos aqui, na Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — A única dúvida é se realmente nesses dias haverá tempo hábil para ouvirmos tantas entidades, pois são dez ou doze, pelo menos. A manhã fica prejudicada.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSÓN MOTTA — Interessante realmente, como foi feito no programa preliminar, de modo informal, aqueles que estivessem interessados se dirigissem para cá, no mesmo horário, para tentar montar o calendário em conjunto, porque, quanto maior a participação, maior o consenso e maior a legitimidade, e evitar-se eventuais futuros problemas.

A reunião de amanhã está realmente prejudicada, já que o Ministro não vem, não se discutiu o assunto colocado pelo Deputado Eduardo Jorge, em relação à ausência do Ministro. De qualquer maneira, será muito interessante, sobretudo para o Primeiro e Segundo Vice-Presidentes, realmente elaborassem um calendário em conjunto, 8:30 ou 9 horas, que é um horário mais exato.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSÓN MOTTA — Presidente, só para confirmar. No dia 21 seria a segunda reunião da Seguridade. O Deputado Jorge Uêqued convidou o pessoal da Confederação para as 9,30 horas e às 10,30 horas vou transmitir o convite para o pessoal da Seguridade Privada.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Com a palavra o Deputado Eduardo Jorge.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Como frisei, estou informado com a vinda do Ministro. Inclusive estava comentando com o Deputado Raimundo Bezerra que não é uma atitude correta da parte dele em relação à Constituinte. Não quero chegar aqui a um confronto entre o Poder Constituinte e o Executivo, já que não há outra possibilidade, não sei como está o contato do Deputado Carlos Mosconi com o Ministro, ele espera uma resposta nossa ou a proposta dele é unilateral.

Minha primeira proposta é ligar para o Ministro agora e tentar viabilizar sua vinda. Se não for possível amanhã de manhã, viria à noite.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Seria interessante, e gostaria de saber se o Deputado Eduardo Jorge ou algum outro Deputado poderia fazer o contato e até explicar que tenho uma reunião, na Comissão do Poder Judiciário, com o Ministério Público, e gostaria de para ali me dirigir.

Então, peço ao Constituinte Carlos Mosconi, que foi com quem o Ministro contactou, e ao Constituinte Eduardo Jorge entrem em contato com S. Exª de qualquer maneira, deixo a nossa reunião marcada para 8,30 horas. Se o Ministro vier, muito bem; se não, iremos já trabalhar no calendário.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSÓN MOTTA — Uma sugestão (inaudível.) Quem sabe o Ministro tem alguma dificuldade sobre o tema, se ele não manda a equipe dele debater conosco.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Poderia ser uma idéia. Gostaria que o Deputado Carlos Mosconi, se aceitasse...

O SR. RELATOR (Carlos Mosconi) — Sr. Presidente, fico pouco à vontade para aceitar esta incumbência, porque recebi o comunicado do Ministro me pedindo que avisasse à Subcomissão que não poderia vir amanhã. Todos os demais integrantes poderiam fazer isto, pois já falei com o Ministro duas vezes hoje, fiz esta mesma colocação que já estava marcada a reunião, divulgada, inclusive estávamos aqui em razão da audiência de amanhã. Marcamos com bastante antecedência e, apesar disto, S. Exª colocou em termos definitivos.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Então peço que dois ou três Deputados se incumbam da tarefa de entrar em contato com o Ministro. É meio difícil, Deputado Eduardo Jorge, contactar o Ministro agora, mas pelo menos uma tentativa poderia ser feita, e gostaria que dois ou três Deputados pudessem assumir essa tarefa, porque, como disse, tenho uma reunião do Ministério Público realizando-se agora, e não posso desincumbir-me dessa tarefa.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Entendo a posição do Deputado Carlos Mosconi e S. Exª tem justificativa em adotar essa posição. Sugiro que o Segundo-Vice-Presidente — Deputada Maria de Lourdes Abadia — entre em contato com o Ministro. Para não se dizer que aqui está-se entrando em rota de colisão, podemos propor ao Ministro que mude a audiência para amanhã, à noite. Se não for possível, já poderíamos acertar para o dia 21, à noite. Então, no dia 21 teríamos, pela manhã, as entidades de trabalhadores privados e, à noite, o Ministro discutindo a questão de Seguridade. Ficaria como segunda opção.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Aviso que se está entrando em contato com a residência do Ministro neste instante. Então vamos esperar alguns minutos.

De qualquer maneira, tem que ficar registrado o modo como fomos avisados, e um modo em que faltou um pouco a cortesia conosco, enquanto Deputados e Deputados Constituintes.

A SRª CONSTITUINTE MARIA DE LOURDES ABADIA — Sr. Presidente, quando o convite for feito, já se falar da importância do cumprimento.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Sem necessidade de uma nota formal, mas informalmente se transmita ao Ministro a nossa informalidade com o modo como fomos avisados e, inclusive, o prazo; e propor, então, a data de 21, se o Ministro não puder vir amanhã à noite. (Pausa.)

O Secretário está-me informando de outro aspecto relevante, o dia 21 será exatamente final da Semana Santa, quando haverá problema de vôos para Brasília. Realmente, pode inviabilizar, passarmos pela situação de o Ministro vir e praticamente temos um número pouco representativo de Constituintes. Então, levo esta informação ao conhecimento dos Srs. Constituintes.

Fica marcado o dia 22.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE — Então, empurraremos todas as audiências.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Não, só o dia 22. Estaremos transferindo todos em cascata. Ficaria marcado o dia 22. Todos estão de acordo? (Pausa.)

O Ministro alegou que existiram vários problemas de comunicação, que, inclusive, é data de despacho com o Presidente, amanhã, pela manhã, e que teve muita dificuldade em localizar o Presidente e outras pessoas para comunicar, e também alegou que, por ser Semana Santa, seria um pouco esvaziada a reunião amanhã. S. Exª concordou em vir aqui no dia 22, às 20 horas. Ele vai-me confirmar amanhã. Assim que eu obtiver essa confirmação, entrarei em contato com a Secretaria desta Subcomissão, que transmitirá a todos os Constituintes essa confirmação.

Lamento, realmente, como Presidente, o evento ocorrido, o modo como foi comunicado. Infelizmente temos que superar e ir adiante.

Nada mais havendo a tratar, esta reunião pode ser dada por finalizada. Agradeço a todos a presença e boa noite.

(Encerra-se a reunião às 21 horas e 30 minutos.)

#### ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 1987

Aos seis dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às cinco horas, na Sala de Tráfego Aéreo da Base Aérea de Brasília — Sexto Comando Aéreo —, reuniu-se a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, sob a presidência do Senhor Constituinte Ivo Lech, com a presença dos seguintes Constituintes: Benedita da Silva, José Carlos Sabóia, Salatiel Carvalho e Ruy Nedel. O Senhor Presidente dispensou a leitura da Ata anterior, que foi considerada aprovada. Em seguida solicitou o embarque dos Constituintes no Búfalo da Força Aérea Brasileira que contou com a seguinte tripulação: Capitão Aviador Marcos Vi-

nicius da Silva, Tenente Aviador Carlos Alberto da Conceição, Terceiro -Sargento Mário Esteves das Dores Filho e Terceiro- Sargento Adolpho Luis Silva Vasconcelos. Feito o embarque a aeronave se dirigiu à Aldeia Gorotire do Subgrupo Caiapó no sul do Pará onde chegou por volta das 9:30 horas. A comitiva foi recepcionada por todos os caciques da reserva que a conduziu à Taba dos Guerreiros onde foram ouvidos os pleitos daquela comunidade indígena, tais como: escritura definitiva das terras da reserva de conformidade com o acordo firmado com o então Ministro do Interior Ronaldo Costa Couto, providências junto às autoridades competentes para impedir a poluição dos rios com mercúrio proveniente da mineração do ouro em garimpos encravados no interior da reserva e uma melhor assistência médica. Usaram a palavra os Senhores Constituintes: Ivo Lech, José Carlos Sabóia, Benedita da Silva, Salatiel Carvalho e Ruy Nedel. Em seguida o Senhor Presidente foi nomeado cacique, presenteado com um cocar e homenageado com danças típicas dos Caiapós. Foi constatado pela Subcomissão um desmatamento indiscriminado no interior da reserva por parte do Grupo Sebba, com convivência da FUNAI, em troca são oferecidas aos índios casas de alvenaria de valor muito aquém do real, visto que são extraídas madeiras nobres, aliada a este fato está uma cada vez mais acelerada descaracterização dos costumes indígenas. É relevante frisar o importante papel desempenhado pelo Major Aviador Telles Ribeiro, do Serviço de Comunicação Social do Ministério da Aeronáutica para o sucesso dos trabalhos. A chegada a Brasília se deu por volta das dezoito horas. Após a chegada o Senhor Presidente convocou os Senhores Constituintes para a próxima reunião a realizar-se dia sete de maio, às nove horas, com a seguinte pauta: debate de matéria constitucional. E, para constar, eu Carlos Guilherme Fonseca, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**COMISSÃO DA FAMÍLIA,  
DA EDUCAÇÃO, CULTURA  
E ESPORTES; DA CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA  
E DA EDUCAÇÃO**

**SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES**

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA (REGISTRO)**

Aos quinze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas, na sala de reunião da Subcomissão — Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, reuniu-se informalmente a Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, com a presença dos seguintes Constituintes: Hermes Zanetti, Aécio de Borba, Antônio de Jesus, Márcia Kubitschek, Octávio Elísio, Paulo Silva e Ubiratan Aguiar. Não havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, o Senhor Presidente da Subcomissão, Constituinte Hermes Zanetti, convoca reunião a realizar-se no próximo dia vinte e um do corrente, às nove horas e trinta minutos, para dar início a discussão de matéria constitucional. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião informal às dez horas, e, para constar, eu Sérgio Augusto Gouvêa Zaramella, Secretário, lavrei o presente registro.

**ATA DA 9ª REUNIÃO**

Aos vinte e um dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta minutos, na sala de reunião da Subcomissão, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, reúne-se a Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, sob a Presidência do Sr. Constituinte Hermes Zanetti, com a presença dos seguintes Srs. Constituintes: Paulo Silva, Aécio de Borba, Florestan Fernandes, Álvaro Valle, Pedro Canedo, Antônio de Jesus, João Calmon, Chico Humberto, Louremberg Nunes Rocha, Ubiratan Aguiar, Átila Lira, Sólton Borges dos Reis, Márcia Kubitschek e Gumercindo Milhomem. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos. Dando início à apresentação das sugestões dos membros desta Subcomissão, o Sr. Constituinte Álvaro Valle coloca a questão da aposentadoria do professor e da educação do pré-escolar. O Constituinte Ubiratan Aguiar cita o documento "Educação e Constituinte" de autoria de Álvaro Mello Filho, inclusive fazendo leitura de parte do mesmo, tratando ainda da aposentadoria aos vinte e cinco anos para o professor e professora, assim comopropõe que a Subcomissão apresente junto com a sua sugestão as leis complementares necessárias. O Constituinte Florestan Fernandes destaca que é preciso distinguir entre o que é matéria constitucional e o que não é, inclusive citando que a data limite para aposentadoria do professor seria objeto de lei complementar e não matéria constitucional, mas, já que muitos serão os cortes em plenário e na Comissão de Sistematização, o trabalho desta Subcomissão Constituinte Louremberg Nunes Rocha cita sua preocupação com os recursos destinados à educação com vistas à concretização das propostas. O Sr. Constituinte Chico Humberto trata do seguinte: a obrigatoriedade do ensino público dos cinco aos dezesseis anos; a necessidade da unificação do livro didático pelo menos por cinco anos; "os pais têm o dever da educação e o Estado a obrigação"; vinte e cinco por cento dos recursos da União para a educação, assim como para os Estados e Municípios; união das universidades; extensão do ensino gratuito aos portadores de deficiências físicas ou mentais; dinheiro público para as escolas públicas e transmite ainda o convite aos membros desta Subcomissão para fazer uma visita ao Parque do Sabiá, em Uberlândia, cujas despesas correrão por conta da Câmara dos Vereadores. O Sr. Presidente solicita ao Constituinte Antonio de Jesus que providencie a indicação das entidades evangélicas e também que entre em contato com as mesmas. O Constituinte Aécio de Borba propõe o que segue: durante quatro anos verba adicional de cinquenta por cento a mais do que for destinado à educação para compensar o déficit atual com relação ao tema; suprimir o concurso para promoção em carreira final do professor; esporte (vide sugestão anexa). Surge um debate sobre o ônus que significa para a União o ensino público e o ensino privado. O Constituinte Pedro Canedo aborda a saúde na Educação, assim como a necessidade de assegurar o ensino de primeiro grau, ministrado sempre em língua nacional, como obrigatório e gratuito nos estabelecimentos públicos, compreendendo o fornecimento do material escolar, da alimentação básica indispensável e dos exames de

saúde, além das verbas públicas exclusivamente para escolas públicas. O Constituinte Ubiratan Aguiar sente que pelas manifestações dos Srs. Constituintes a Subcomissão é praticamente em defesa da escola pública, o que é preciso propagar. O Sr. Constituinte Sólton Borges dos Reis tece algumas ponderações sobre as propostas anteriores. O Sr. Presidente passa a palavra ao Constituinte Aécio de Borba para a leitura da Ata da terceira reunião, a qual após lida é colocada em votação. O Constituinte João Calmon sugere que seja feita a seguinte ressalva: que esta Subcomissão não tratará do jogo, o que foi acolhido. Em seguida, passa-se à leitura da Ata da sétima reunião, a qual, após lida, foi aprovada. Fizeram uso da palavra ainda, os seguintes Srs. Constituintes: Átila Lira e Gumercindo Milhomem. Às doze horas e trinta minutos o Sr. Presidente declara encerrados os trabalhos, convocando outra reunião extraordinária para as dezoito horas e trinta minutos dessa mesma data, para dar prosseguimento às discussões de matéria constitucional, cujo teor será publicado na íntegra no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e, para constar, eu, Sérgio Augusto Gouvêa Zaramella, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, Constituinte **Hermes Zanetti**

*ANEXO À ATA DA 9ª REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, REALIZADA EM 21 DE ABRIL DE 1987, ÀS 9:30 HORAS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO, CONSTITUINTE HERMES ZANETTI.*

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zanetti) — Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da reunião da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes.

Damos as boas-vindas aos colegas Constituintes, esperando que todos tenham tido uma boa Páscoa e que tenham também aproveitado para pensar, meditar sobre as questões importantes que envolvem o nosso trabalho e destinos de nosso País. Desejamos também registrar, com alegria, que imediatamente após esse período de descanso de Páscoa, quando hoje, inclusive, em Brasília, é feriado, esta Subcomissão pode iniciar os seus trabalhos com **quorum** formal.

Percebo que, neste início de trabalho, devemos solicitar à nossa Secretaria que nos possa fornecer o material de informação de roteiro. Penso que os Srs. Constituintes já têm isso em mãos, especialmente porque alguns não puderam estar presentes em reuniões anteriores, alguns, até, em decorrência de problemas com número de telefone, gabinete, enfim, de informações controversas que chegaram à Direção dos trabalhos.

Queria, então, informar que, ao longo desses dias, nós nos reunimos em várias oportunidades, algumas vezes com **quorum**, outras vezes sem **quorum**, mas em todas elas desenvolvendo um trabalho. Fixamos um cronograma e, dentro da fixação do cronograma, também previmos as primeiras entidades que serão ouvidas. Definimos os dias 23, 28, 29 e 30 de abril para ouvirmos entidades dedicadas ao campo da Educação; os dias 5, 6, 7 e 8 de maio, para ouvirmos a parte

de Cultura e Esporte e acrescentamos Turismo e Lazer, por decisão da própria Subcomissão.

A nossa reunião de hoje tem previsão de início para 9 horas e 30 minutos, e amanhã, dia 22, a reunião ordinária também deverá iniciar à mesma hora.

Devo esclarecer que, por decisão também desta Subcomissão, a reunião de hoje deflagrará o debate de mérito. Por sugestão do nosso Relator, os Constituintes membros desta Comissão terão oportunidade já, hoje pela manhã, de iniciar a apresentação e o debate de suas propostas.

No dia de amanhã, parte da nossa reunião, pelo menos, será dedicada à escolha das entidades que serão ouvidas em relação à Educação no dia 30 de abril, já que para os dias 23, 28 e 29 elas já estão selecionadas. Escolheremos também quem ouviremos nos dias 5, 6, 7 e 8 de maio, sobre Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Na reunião do dia 23, quinta-feira, iniciaremos os trabalhos às 8 horas e 30 minutos. Espero que os Senhores já tenham recebido uma folha com essa indicação. Às 9 horas, iniciaremos as audiências públicas.

Para dia 23, está previsto ouvirmos a ANDES — Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior —, a Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física, a ANPAE — Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação —, a SEAF — Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas — e SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Há poucos instantes, recebemos um telefonema da SBPC dando conta de que será representada pelo Professor Luís Antônio Cunha.

Ainda decidimos que, no mesmo dia 23, às 18 horas e 30 minutos, teremos uma reunião de debates com os seguintes órgãos públicos: Conselho Federal de Educação, Fórum Nacional dos Secretários de Educação e Grupo do Trabalho Educação e Constituinte do MEC.

O entendimento da Subcomissão é de que essa reunião das 18 horas e 30 minutos, do dia 23 de abril, não se enquadra dentre aquelas destinadas a ouvirmos entidades representativas de segmentos da sociedade. Trata-se de uma reunião extraordinária, para ouvir órgãos públicos.

Temos, já, a decisão de ouvirmos, no dia 28 de abril, terça-feira, às 9 horas, a Confederação de Professores do Brasil — CPB —, a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras — ASUBRA —, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES —, a Associação Nacional de Pós-Graduados em Educação — ANPED —, o Centro de Estudos "Educação e Sociedade", e ainda, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras — CRUB.

No dia 29 de abril, às 9 horas, ouviremos o Centro de Trabalho Indigenista — CTI —, a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas — ABESC —, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade — CNC —, a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino — FENEN —, a União Nacional dos Estudantes — UNE, e a Associação de Educação Católica do Brasil.

As demais entidades, no campo da Educação, a serem ouvidas no dia 30, serão decididas na reunião ordinária de amanhã.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Pela ordem, peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao Constituinte Aécio de Borba.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Sr. Presidente, temos programado, para o dia 29, a primeira audiência ao Centro de Trabalho Indigenista. Posteriormente à designação e sorteio dessa entidade, nós tivemos as solicitações, que constam da página seguinte à que V. Ex<sup>a</sup> estava lendo, da Comissão Pró-Índio do Acre, da Comissão Pró-Índio de São Paulo, do Conselho Indigenista Missionário e da União das Nações Indígenas.

Então, eu gostaria de sugerir ao Presidente e à Subcomissão que, já existindo a entidade que estuda a educação indígena, representada pela Professora Marina Sá Villas-Boas, fosse deliberado pela Comissão oficializar as outras quatro entidades que analisam o mesmo aspecto da Educação, para que sejam convocadas a estarem aqui no dia em que se vai ouvir o Centro de Trabalho Indigenista, sugerindo que elas cinco façam uma única apresentação, ou se entendam e tragam à Comissão um estudo conjunto, para que não ouçamos cinco entidades diferentes com a mesma característica, que, unidas, poderão realmente, trazer subsídios valiosos para o trato da educação indígena.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradeço a sugestão do Constituinte Aécio de Borba. Devo esclarecer que, na terça-feira, fiz contato com o Conselho Indigenista Missionário, e pedi àquele órgão que coordenasse entre as entidades que representam essa parte indigenista, no sentido de que houvesse, entre eles, um acordo para o depoimento aqui.

Mas devo admitir que, naquela oportunidade, havia pensado em darmos uma segunda chance para depoimentos aqui, no dia 30. Parece, no entanto, que a sugestão de V. Ex<sup>a</sup> era no sentido de trazer para o mesmo dia todas as entidades. Devo agregar mais: temos um número muito grande de solicitações e estamos seguramente sem condições de atender a todas no espaço de tempo de que dispomos. De modo que essa Presidência acata a sugestão de V. Ex<sup>a</sup> e pede à Secretaria que faça contato com as entidades que representam o setor indigenista no sentido de que sejam todas convidadas para o dia 29, coincidindo com a vinda do CTI, entidade cujo depoimento já está confirmado.

Penso que, amanhã, discutiremos, eventualmente, a hipótese de ouvir duas entidades naqueles depoimentos de dez minutos, e abriremos, como já temos decisão nesse sentido, o leque no momento do questionamento, para que cada Constituinte questione por três minutos, e a resposta de três minutos, prevista no Regimento, possa ser dada pelo leque que aqui venha representar determinado assunto. Está bem assim? (Pausa.)

Então, reafirmo ao nosso Secretário, Sr. Sérgio que encarrega a essas entidades que representam o setor indigenista, no sentido de que todas estejam aqui no dia 29, que, de acordo com o sorteio foi a data destinada ao depoimento do CTI. Nessa oportunidade, então, estarão todas juntas. E a Comissão, amanhã, estudará a hipótese de fornecer um segundo período, de 10 minutos, para aquele depoimento inicial e todas essas entidades poderão ter, depois, chance de resposta no momento dos questionamentos.

Pergunto se os Srs. Constituintes estão de acordo com essa posição. (Pausa.)

Queria lembrar ao Constituinte Florestan Fernandes que se mantém, no caso do dia 29, aquela decisão da Subcomissão, de iniciar os trabalhos às 9 horas da manhã, e ao meio-dia, apenas suspendê-las. Então, se houver problema de tempo nesses depoimentos, nós os retomaremos às 17 horas e prosseguiremos até o horário necessário. Parece que isso equaciona o problema do congestionamento que levanta o Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. CONSTITUINTE (Aécio de Borba) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Eu gostaria de voltar a lembrar aos Srs. Constituintes que na hora em que fossem usar da palavra, para efeito de registro nos Anais, sempre se identificassem.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aécio de Borba.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — O Secretário da Comissão informa que se encontra presente a esta reunião um representante do Centro de Trabalho Indigenista e que já se propôs a fazer um contato com todas as demais entidades. Isso — acredito — não inibirá a Secretaria em expedir o ofício de oficialização da convocação para o dia 29, a partir das 9 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>.

É considerando, então, essa notícia, reitero ao representante do Centro de Trabalho Indigenista solicitação no sentido de que contemos com a sua colaboração para que haja contato com a Comissão Pró-Índio — Acre, que já está aqui inscrita, com a comissão Pró-Índio, — São Paulo, com a Associação Brasileira de Antropologia, com o Conselho Indigenista Missionário e com a União das Nações Indígenas — as entidades aqui inscritas.

Lembraria que, no debate anterior da Comissão, pensamos que, eventualmente, como há um índio representante, se abrissem 2 espaços: 10 minutos para o índio falar e 10 minutos para as demais entidades que, entre elas, combinaríamos o conteúdo do depoimento, que seria feito por uma só entidade. E, depois, no debate de 3 minutos de perguntas e 3 minutos de respostas, então, ficaria em leque para quem melhor tivesse condição de falar. Estamos, então, entendidos assim?

Consulto se há algum Sr. constituinte que queira usar da palavra, ainda, sobre essa questão do nosso cronograma, ou dos convites? (Pausa.)

Então, com muita satisfação, iremos agora iniciar o nosso trabalho, para a discussão do conteúdo de propostas.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Chico Humberto pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Trago, da Câmara de Vereadores de Uberlândia, convite para esta Subcomissão se reunir naquela localidade, para discutir os assuntos sobre educação, cultura, esporte, turismo e lazer.



Gostaria, apenas, de lembrar aos companheiros Constituintes que Uberlândia talvez possua o maior parque de lazer brasileiro. Parque feito pela Prefeitura Municipal, para proporcionar ao operário, aquele que tem a sua carteira assinada, lógico nos períodos disponíveis, no sábado e domingo, todo e qualquer tipo de esporte, desde o esporte náutico até o futebol. Um parque que tem, aproximadamente, 40 alqueires — isso representa em torno de 200 hectares — com um horto florestal, com um zoológico. É maravilhoso o projeto.

O convite não é só por isso, Sr. Presidente. Uberlândia tem uma universidade federal e várias faculdades de nível superior da rede particular de ensino. Tem 90 mil estudantes secundaristas, tem mais de 10 mil professores, teatros, tem a Secretaria de Cultura da Prefeitura operante, e eu gostaria que essa Comissão aceitasse esse convite, para que pudéssemos discutir. As despesas seriam feitas todas por intermédio da Câmara de Vereadores.

Vou, então, encaminhar à Presidência esse convite, para que possa ser discutido, e que possamos aproveitar um final de semana, um sábado e um domingo, para podermos estar lá, discutindo com as entidades, com os sindicatos ligados à área, como a própria Prefeitura, como a Secretaria de Educação. Eu acho que seria de grande valor, não só para nós, quanto para toda a comunidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Esta Presidência agradece ao Constituinte Chico Humberto pelo convite e esperamos, então, a formalização do que nos fala S. Ex.<sup>a</sup> Penso que, amanhã, quando estivermos fazendo o acerto do cronograma, poderemos também decidir acerca deste assunto. Por outro lado, gostaria ainda de reafirmar, conforme decisão adotada anteriormente, que, aqui nas reuniões onde não tivermos depoimento, estaremos tratando de questões de mérito de autoria dos Srs. Constituintes membros desta Subcomissão. Por outro lado, decidimos também que todas as sugestões que, através da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, forem encaminhadas a esta Subcomissão, pelo Presidente da Comissão n.º 8, serão entregues ao Constituinte Relator, Senador João Calmon.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS — Sr. Presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS — Sr. Presidente, solicitei a palavra para, aproveitando o mesmo argumento do Constituinte Aécio de Borba, sugerir que procedamos, assim com as demais entidades, que elas sejam agrupadas e suas propostas sejam discutidas juntamente, aqui. Por exemplo, a Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas, a Associação de Educação Católica do Brasil e a CNBB já formam um outro conjunto. Assim, a gente aproveita melhor o tempo.

Outra sugestão seria que essas propostas, possivelmente, fossem escritas, para melhor apreciação e, assim, poderemos remir o tempo, aproveitar o tempo, que é mínimo, e o difícil é ter tempo para ser breve.

É no processo de agrupamento dessas associações, Sr. Presidente, eu sugeriria a V. Ex.<sup>a</sup> que, se possível, fosse determinado ao Sr. Secretário

expedir uma correspondência ou uma comunicação às entidades evangélicas inscritas no MEC e que elas pudessem vir aqui também agrupadas, num dia marcado por V. Ex.<sup>a</sup>, dentro deste procedimento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — O Constituinte Antônio de Jesus foi, também, uma das vítimas do problema no número do gabinete e endereço fornecidos a esta Comissão. Por esta razão, o Constituinte Antônio de Jesus não teve a oportunidade de estar aqui nos dias em que foi discutida essa relação, já aprovada aqui. Por isso, nós queremos dizer ao Constituinte Antônio de Jesus, que, no dia 29, sob os n.ºs 2 e 6, já estão elencadas as duas entidades. O que poderemos fazer aqui, no dia, é pedir a elas que façam seus depoimentos seguidos, até para facilitar o debate, se for o caso.

No entanto, o que nós queremos pedir agora, nobre Constituinte, é que V. Ex.<sup>a</sup>, hoje ainda, providencie as indicações dessas entidades evangélicas, para que V. Ex.<sup>a</sup> possa, no momento oportuno — já decidido por esta Subcomissão de que será amanhã, quando decidirmos sobre as entidades que serão ouvidas no dia 30 — fazer a sugestão dos nomes das entidades que deverão aqui ser convidadas.

Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que tem sido este o procedimento também em relação às demais entidades, ou seja, esta Subcomissão partiu do princípio de decidir sobre solitações feitas pelas próprias entidades para prestarem aqui seus depoimentos. De modo que V. Ex.<sup>a</sup> tem hoje todo o dia para providenciar no sentido de que os interessados, ou por telefone, ou através de V. Ex.<sup>a</sup>, ou por escrito, enfim, da forma que decidirem, apresentem, no momento da decisão, o elenco de entidades e suas solitações para prestarem depoimento a esta Subcomissão.

Agradecemos a V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Peça a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Na listagem das entidades inscritos para audiência pública, consta, no item 2, o Conselho Federal de Educação e, no item 4, o Fórum Nacional dos Secretários de Educação. Esses dois já podem ser eliminados porque consta, já, da reunião extraordinária do dia 23, às 18 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Tem razão, V. Ex.<sup>a</sup>, nós já podemos excluir isso. O que esta Presidência deve esclarecer, nobre Constituinte, é que essa relação foi feita no momento em que estávamos, ainda, procedendo ao elenco das entidades a serem ouvidas. Depois disso foi decidida uma reunião extraordinária para o final da tarde do dia 23, ocasião em que também foram incluídas essas duas entidades.

De modo que esta Presidência acata a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> para retirarmos, então, o número 2, Conselho Federal de Educação, e o número 4, Fórum Nacional dos Secretários de Educação, considerando que estarão presentes à reunião extraordinária do dia 23.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Ainda sobre o mesmo assunto, há o grupo de trabalho "Educação e Constituinte", do MEC, que

já teve aqui explicitado o seu trabalho, e há o "Movimento de Educação de base", o MEB, que, salvo engano, — e aqui deixo como indagação a algum dos companheiros que tenha certeza — participou, efetivamente, do grupo de trabalho "Educação e Constituinte", dando uma grande contribuição. Se assim for, ele já poderia estar incluído no dia marcado para o grupo de trabalho, que será ouvido em audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Tem razão V. Ex.<sup>a</sup>, e nós procederemos a esse esclarecimento.

Lembro-me que o Constituinte Octávio Elísio foi quem fez a sugestão. Como S. Ex.<sup>a</sup> não está aqui hoje, porque se encontra em Ouro Preto, nas homenagens a Tiradentes, nós pediríamos a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup> e que isso fosse, então, discutido amanhã, com a presença daquele constituinte.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex.<sup>a</sup>

Entramos, agora, no período de discussões de mérito sobre propostas dos constituintes membros desta Subcomissão.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Constituinte João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Em primeiro lugar, gostaria de saudar com maior efusão a presença, pela primeira vez, nesta Subcomissão, do Presidente do Partido Liberal, o Deputado Álvaro Valle, que é um estudioso de problemas da educação, já esteve, inclusive, na Unesco, e que, ao lado dos outros colegas, da Câmara e do Senado, poderá prestar uma preciosa contribuição aos nossos trabalhos.

Gostaria de formular, aqui, algumas indagações:

A primeira é que vejo, no nosso calendário de reuniões, que para hoje e amanhã estão previstas apenas reuniões ordinárias, às 9 horas e 30 minutos. Parece que nós deveríamos aproveitar esse excelente, índice de comparecimento e provermos também, hoje e amanhã, no horário da tarde, reuniões extraordinárias, porque acho que, essa sem dúvida nenhuma, é a primeira vez que conseguimos reunir um número tão significativo de membros desta Subcomissão. Então, a minha primeira proposta é no sentido de promovermos reuniões à tarde, a partir de 17 horas, como hoje passou a ser permitido, desta Subcomissão.

Em segundo lugar, tenho procurado apurar se as propostas de constituintes e de entidades deverão ser, obrigatoriamente, encaminhadas por intermédio da mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Por tudo que tenho lido, por tudo que tenho sabido, nós não poderemos receber diretamente, em cada Subcomissão, essas propostas, porque isso dificultaria a coordenação, o controle de todas essas é um ponto que poderíamos, mais tarde, debater.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Nobre constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. CONSTITUINTE JOÃO CALMON — Pois Não!

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — O Regimento Interno diz claramente que as pro-

postas, os projetos constitucionais, não os nossos, não as nossas propostas de Constituintes, mas as propostas oriundas de fora, terão obrigatoriamente de ser encaminhadas ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, ou melhor, à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, que fará a distribuição para as Subcomissões competentes. Mas as nossas propostas não.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — As nossas também. É só mostrar o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Soli-cito à assessoria que nos dê condições de ver, no Regimento, sobre a possibilidade da apresentação das propostas dos constituintes diretamente na Subcomissão a que pertençam. E quero, com o perdão do nobre Constituinte Chico Humberto, lembrar ao Senador João Calmon que, por sugestão de S. Ex<sup>a</sup>, ficou decidido que trabalharíamos, em questões de mérito, sobre propostas apresentadas aqui, pelos constituintes membros desta Subcomissão.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Nós poderemos discutir aqui, informalmente, quem sabe até alguma proposta escrita. Qualquer membro da Comissão poderia apresentar proposta verbal e ela ser submetida à discussão. O ponto que eu deseje esclarecer, é fácil ver através do Regimento Interno, é que até mesmo as propostas dos constituintes deverão, obrigatoriamente, ser encaminhadas através da Mesa, para efeito de controle, e de lá para o PRODASEN e para as Subcomissões e, mais tarde, para as Comissões temáticas. Isso foi apurado?

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Parágrafo 11, do art. 13.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — O que é que diz?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Parágrafo 11, do art. 13. Por gentileza, peço ao nosso secretário que faça a entrega, aqui, ao nosso Relator, Constituinte João Calmon.

§ 11 Às Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores e aos Tribunais, bem como as entidades representativas de segmentos da sociedade fica facultada a apresentação de sugestões contendo matéria constitucional, que serão remetidas pelo Presidente da Assembleia às respectivas Comissões.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Fiz esta indagação porque recebi propostas de constituintes, através da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Exato, nobre colega, mas são constituintes que não pertencem a esta Subcomissão; esses, sim, terão que encaminhar à Mesa, nós não.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Como será feito o controle geral? Se for possível enviar, ou encaminhar sugestões ou propostas através de cada uma das comissões, isoladamente, como será possível fazer o controle geral. Inclusive encaminhamento ao Prodasen?

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — O entendimento que tive, se me permite V. Ex<sup>a</sup>, quanto ao Regimento Interno, foi que nós tiraria-

mos democraticamente, pelo voto da maioria, uma proposta desta Subcomissão, e esta seria encaminhada à comissão temática, para ser discutida, ou para ter uma redação, para ser discutida em Plenário. foi o entendimento que tive do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Srs. Constituintes Chico Humberto e João Calmon, parece que, com a proposta do eminente Constituinte João Calmon, nós poderemos equacionar o problema. Todos aqui temos interesse em trabalhar e entrar na fase de discussão de conteúdo. Já solicitamos à Secretaria dos trabalhos que proceda a um contato com o Secretário-Geral da Mesa, Sr. Paulo Affonso, no sentido de que nos socorra nesse esclarecimento. Em todo o caso, compreendi bem o pensamento do nosso Relator, que nada impede que, desde agora, iniciemos uma discussão de mérito, enquanto esclareceremos sobre a via regimental adequada para o envio oficial das sugestões.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Ainda há um outro ponto que gostaria de focalizar: nós pedimos às entidades que trouxessem as suas propostas por escrito, para entregar à Subcomissão. Creio que devemos complementar esse pedido para que as entidades encaminhem também à Mesa da Constituinte, porque, sobre as entidades não há a menor dúvida, as propostas devem ser encaminhadas através da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte. Nada impede que elas nos entreguem uma cópia, ou até os membros da Subcomissão debatam essas propostas. Mas, obrigatoriamente, para que elas tenham tramitação normal nesta Casa, as propostas deverão ser encaminhadas por intermédio da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Nobre Constituinte, só mais um aparte. Eu prometo que não vou mais tocar nesse assunto. Se nós não tivermos a liberdade de apresentar as nossas propostas, de aqui discuti-las e tirarmos uma opinião da maioria, eu acho que não haveria razão de existir esta Subcomissão. Nós seríamos apenas coletores, na verdade, dessas propostas. Daí o meu entendimento para com o andamento dos trabalhos.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Não há dúvida nenhuma de que nós podemos, e o Presidente acaba de anunciar que, em seguida, nós vamos debater aqui propostas...

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Permita-me, nobre Constituinte João Calmon? (Assentimento do orador.) É que, se há o problema maior do controle pela Mesa, pela Secretaria, o que não vier diretamente de lá, poderá ir daqui para lá. As sugestões apresentadas diretamente à Subcomissão podem ser remetidas para a Secretaria. Este o apelo que eu faria.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Esta é a providência óbvia. Esta não é a única Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Essa questão já está, parece, que adequadamente esclarecida com a providência que já determinamos. Resta-me agradecer, nobre Constituinte a V. Ex<sup>a</sup> João Calmon e solicitar que conclua seu pensamento.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Exatamente!

Gostaria, então, de saber se o Presidente vai, em seguida, opinar sobre essas reuniões vespertinas hoje e amanhã, aproveitando esse **quorum** tão animador.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Nós agradecemos a intervenção do nobre Constituinte João Calmon. Pensamos que, em relação à segunda questão, já está esclarecido o nosso procedimento. Depois informaremos sobre a orientação da Secretaria Geral da Mesa.

Em relação ao primeiro ponto, já que fomos perguntados, vamos aproveitar, então, para esclarecer. Esta Subcomissão já havia decidido, e é o caso, aqui, desta provocação feita pelo Constituinte João Calmon, no sentido de que, no horário do meio-dia, e durante o funcionamento da Plenária da Assembleia Nacional Constituinte, nós tivéssemos tido como suspensa a nossa reunião. Parece que é o caso de adotarmos isso hoje. No final dos trabalhos de amanhã, suspenderemos a reunião, e combinaremos o horário de retomada da nossa reunião de trabalho no final da tarde. Eu faria, então, um apelo para que nós pudéssemos...

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Sr. Presidente, com relação às reuniões ordinárias, não há necessidade, porque quanto ao problema da suspensão da reunião, parece-me que foi tomada tal deliberação porque há um limite de oito reuniões. Mas, para as reuniões extraordinárias tanto elas podem ser convocadas para horários diversos da reunião da Constituinte como para sábados, domingos ou feriados. Então, no nosso caso, hoje, eu acredito que deva ser convocada reunião extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Bom, nós poderemos suspender ou encerrar a reunião. Parece-me que esse não é o grande problema. O problema é haver disponibilidade de todos no sentido de retomarmos os trabalhos após a sessão plenária, aproveitando, inclusive, o **quorum** de agora.

Faria um apelo, então, a todos: que ouvíssemos a parte final da intervenção do Constituinte João Calmon e, em seguida darei a palavra aos Srs. Constituintes inscritos.

Eu gostaria de lembrar aos Srs. Constituintes que esta Presidência está com uma preocupação muito importante hoje. Gostaríamos de poder iniciar os trabalhos de mérito. Faço um apelo neste sentido.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Outro ponto que eu gostaria de ver esclarecido, e acho que já está esclarecido é se depois de encerrado o prazo de funcionamento das subcomissões, as propostas de entidades e até mesmo de parlamentares poderão ser encaminhadas às comissões temáticas, se os parlamentares poderão apresentar as suas propostas, através de emendas, até mesmo no plenário da Constituinte?

Parece não haver mais a menor dúvida de que o prazo para apresentação de propostas não se esgota com o prazo de funcionamento das subcomissões. Esse prazo se estenderá ao período de funcionamento das comissões temáticas, e, em relação a emendas, então, até aos trabalhos do plenário.

Agora, só a título de curiosidade, no início dos nossos trabalhos, eu havia pedido à assessoria

da Casa para fazer um levantamento rápido dos artigos dedicados à Educação e, separadamente, à Cultura, nas Constituições de vários países, incluídos num livro que acaba de ser lançado pelo Senado Federal. E, infelizmente, eu não me fiz entender bem e a assessoria juntou os artigos sobre a Educação e a Cultura, quando deveriam vir separadamente. Mas, mesmo assim considerando, nós temos poucos países: O Brasil nove; a República Federal da Alemanha, cinco; a Argentina, três; o Chile, um; a República Popular da China, onze — é o único país realmente importante que tem um grande número de artigos sobre a Educação e Cultura — Cuba, seis; Espanha, sete; França, dois; Itália, três; Japão, três; México, três; Paraguai, cinco; Portugal, nove; Suíça, sete; União Soviética, sete; Uruguai, doze — outro país não muito importante —; Peru, vinte e três; Venezuela, sete; Estados Unidos, obviamente, não têm nenhum. Mas eu gostaria que, depois, a assessoria dividisse o número de artigos sobre a Educação e sobre Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Nós consultamos o nobre Constituinte João Calmon, se poderia fornecer esse material, porque já percebi, dentre os Constituintes, o desejo de tê-lo em mãos. Nós faríamos, então, o apelo de que a nossa assessoria pudesse distribuir um exemplar desse material para cada membro da comissão.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Só a título de informação, Sr. Presidente, se me permite o Sr. Marcelo Câmara, Assessor desta Subcomissão, foi buscar, agora, o trabalho feito em separado, Educação e Cultura, que já está pronto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. RELATOR (João Calmon) — Ótimo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado, nobre Constituinte João Calmon.

Gostaria de prestar apenas um último esclarecimento sobre a intervenção do Constituinte João Calmon — diz o art. 14, § 2º.

“Art. 14, § 2º Até trinta dias, a partir da promulgação desta resolução, os Constituintes poderão oferecer sugestões para a elaboração do projeto de Constituição, as quais serão encaminhadas pela Mesa às Comissões pertinentes.”

Esse prazo esgotaria agora, no dia 23. Nós temos notícia de que houve uma prorrogação oficial desse prazo para o dia 6 de maio.

Então, este prazo de apresentação das sugestões, através da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, Sr. João Calmon, vai até o dia 6 de maio. De modo que, para efeito de trabalho e de encaminhamento oficial, esta Presidência faz um apelo aos membros desta Subcomissão que, a par de apresentarem e defenderem aqui as suas propostas, façam um encaminhamento oficial das suas proposições, mesmo a esta Subcomissão, através da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, até o dia 6 de maio.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Átila Lira.

O SR. CONSTITUINTE ÁTILA LIRA — Sr. Presidente, a minha dúvida já está esclarecida.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sólton Borges dos Reis.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — É precisamente sobre duas preocupações que quero falar, uma do Constituinte Chico Humberto e outra do Presidente Hermes Zaneti. O Constituinte Chico Humberto insiste em que a Subcomissão não pode abrir mão de suas prerrogativas e não deve ser uma mera dependência para executar determinações das comissões temáticas ou mesmo da de Sistematização, ou da própria Mesa. E, o que não estiver vedado expressamente no Regimento, ela pode e deve fazer, se assim achar de interesse para o seu trabalho constituinte. Também penso assim. Por isto, e também tendo em conta que o Presidente Hermes Zaneti faz um apelo para que comecemos a entrar no mérito do nosso tema, que é educação, cultura e esporte, eu quero propor que se defina desde já, de maneira tão definitiva quanto possível, qual é a matéria sobre a qual o Constituinte Relator vai fazer o seu parecer. Se vai trabalhar só sobre propostas que vêm da Mesa da Constituinte, só que vêm das comissões temáticas, ou vai trabalhar sobre isso, mais as propostas feitas por Constituintes aqui, porque o que se pode fazer em plenário pode ser feito aqui também. Quem tem poder de propor em plenário, deve ter poder de propor também aqui, que é o fórum mais específico na responsabilidade, digamos assim, política e técnica; e se, também, ele vai considerar aquilo que for trazido pelas instituições que vão ser ouvidas? Qual é o universo? Vamos inventar aqui as proposições e sugestões que vão informar ao relator para o seu parecer? Inclui tudo isso? Porque não temos uma definição sobre isso, porque o próprio relator já pôs em dúvida, de início, quando disse que qualquer discussão de proposta de Constituinte seria discutida informalmente. Então, creio eu, salvo melhor juízo, isso não valeria para efeito do parecer.

Minha proposta é no sentido de que se defina, hoje aqui e agora, qual é a matéria que vai ser objeto de consideração da Comissão, através do parecer do Relator.

Acho que isso atende às duas preocupações, à do Deputado Chico Humberto e à do Presidente Zaneti, que quer entrar logo no mérito, mas, para entrar no mérito, precisa do instrumento de trabalho, isso é o que penso, que proponho.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Relator João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — A resposta à pergunta do nobre Constituinte parece-me estar no art. 17, Seção II.

“O Relator, na Subcomissão, com ou sem discussão preliminar, elaborará seu trabalho com base nos subsídios encaminhados nos termos do estabelecido neste Regimento, devendo, no prazo de 30 dias, apresentar relatório, fundamentado com anteprojeto, da matéria.”

O que o nosso Presidente anunciou foi que vamos iniciar uma discussão preliminar sobre sugestões ou propostas de membros desta Subcomissão. O trabalho do Relator se fará sobre todos esses projetos, ou propostas ou sugestões, enca-

minhadas pelos membros da Subcomissão e pelas entidades, através da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Creio que a resposta está contida nesse art. 17.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — Eu não fiz uma indagação; fiz uma proposta, que pode não ser aceita — isto não terá maiores conseqüências, mas a proposta é no sentido de definir qual a matéria que vai ser objeto do parecer do relator. Pergunto: se um Constituinte fizer aqui uma proposta e ela for discutida, examinada, será considerada no parecer?

Depois de amanhã, às 9 horas, vem aqui a Associação Nacional de Educação — a ANE — e faz uma proposta, fundamentada, porque não vai apenas fazer um discurso, vai trazer, naturalmente, uma proposição. Essa proposição será considerada ou terá que ser levada à Mesa da Constituinte, seguir toda a tramitação burocrática?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Já temos condições de explicar isso. Acabamos de falar com o Secretário-Geral da Mesa, Dr. Paulo Afonso:

Primeiro, nos confirma a data de 6 de maio como prazo limite para os Constituintes apresentarem à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte suas sugestões, mesmo as sugestões referentes à matéria desta Subcomissão nada impede que prosequimos aqui nosso trabalho normal, mas para efeito de numeração oficial essas propostas devem ser entregues à Mesa.

Segundo, nos informa, o Dr. Paulo Afonso, que as entidades, ao serem ouvidas na Subcomissão, ou depois, na Comissão, poderão fazer entrega da sua contribuição e que o Presidente da Subcomissão ou da Comissão poderá determinar, depois, a publicação dessas sugestões no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, sendo tomadas como sugestões oficiais à Assembléia. Como há a previsão de número imenso de entidades a prestarem depoimentos, o Dr. Paulo Afonso disse que essa orientação da Mesa é no sentido de facilitar o trabalho e desburocratizar. Para o efeito do recebimento oficial vale, portanto, o documento entregue na seção de depoimento, junto às subcomissões e comissões. Esta é a orientação do Dr. Paulo Afonso e parece que responde à indagação feita pelo nosso Relator.

Por outro lado, queria também esclarecer ao Constituinte Sólton Borges dos Reis, em relação à sua questão, que, até o dia 11 de maio, o nosso Relator apresentará o seu relatório e o seu anteprojeto. Evidentemente, que ele poderá ou não levar em conta as sugestões que foram aqui apresentadas, no entanto, nós, os membros constituintes desta Subcomissão, poderemos, à base das sugestões apresentadas, e eventualmente não utilizadas pelo nobre Relator, apresentarmos depois, na forma de emenda ao seu anteprojeto. Parece que, com isso, estamos em condições de trabalho e tenho o prazer, agora, de passar a palavra ao Constituinte Álvaro Valle.

Quero esclarecer, para efeito dos registros históricos, que o Constituinte Álvaro Valle usará da palavra como primeiro Constituinte desta Subcomissão a trazer uma contribuição de mérito para o debate.

O SR. CONSTITUINTE ÁLVARO VALLE — Sr. Presidente, preliminarmente, muito obrigado ao Constituinte João Calmon por suas palavras amáveis, sobretudo, muito obrigado, não ao Relator apenas, mas ao meu mestre na área de Educação.

Sr. Presidente, sinto-me um pouco perdido, realmente, porque, por razões de secretaria, não havia sido avisado das reuniões anteriores e, realmente, os números dos meus telefones e do gabinete estavam errados na relação desta Subcomissão. Encontrava-me também com problema de horários. Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que pensava ser esta a primeira reunião, porque era a primeira convocação que, na realidade, me chegava às mãos.

Mas já apresentei à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, nos termos regimentais, várias propostas no campo da Educação, e gostaria de pedir a atenção dos nossos companheiros desta Subcomissão, neste momento, para duas delas.

Em primeiro lugar, uma que se refere ao magistério. Não creio que devam fazer uma Constituição extremamente longa, ao contrário, sou dos que defendem uma Constituição sintética, por isso, certas matérias, sobretudo, referentes a pessoal, não creio, em tese, que deveriam constar da futura Constituição brasileira.

Mas, Sr. Presidente, acredito que algumas exceções devem ser abertas, sobretudo, devemos manter na futura Constituição aquelas conquistas que já foram asseguradas por Constituições anteriores. Não faria sentido a Nova República promulgar uma nova Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Quero pedir desculpas a V. Ex<sup>a</sup> para solicitar àqueles visitantes que estão aqui, — antes lembrando que esta Subcomissão tem o máximo prazer em poder contar com a presença de público neste plenário — no sentido de que as pessoas possam permanecer no lugar próprio, ao final da sala, onde há cadeiras para o público assistir às nossas reuniões, para que possamos desenvolver normalmente nossos trabalhos.

Solicitaria ao nosso Secretário Sérgio que, no momento em que houver alguém do público para ser atendido, se arme um esquema de tal sorte que aqui, neste plenário, possamos desenvolver normalmente nossos trabalhos sem interferências para que a tranquilidade necessária possa favorecer-nos em um clima de trabalho no sentido de que a concentração, o debate e a seriedade resultem no melhor resultado possível.

Agradeço e peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup> pela interrupção.

O SR. CONSTITUINTE ÁLVARO VALLE — Mas, Sr. Presidente, dizia: algumas conquistas, que já foram asseguradas em Constituições anteriores, não me parece que devam ser esquecidas nesta Constituição. Ainda que, teoricamente, com muitos recursos jurídicos pudéssemos considerar algumas delas matérias não constitucionais, por motivos históricos e até em respeito. No caso específico, refiro-me às que dizem respeito ao magistério brasileiro, acredito que devam incluir-se na próxima Constituição brasileira e especificamente, estou me referindo à aposentadoria para professoras aos 25 anos de serviço e para professores aos 30 anos.

Há, hoje, um clima de intranquilidade no magistério do País, há professores e professoras que podem aposentar-se este ano, ou que podem aposentar-se no próximo ano, mantido o atual dispositivo constitucional. Evidentemente, não apenas esses professores, mas todo o magistério está nesse momento intranquilo com notícias seguidas, de determinadas áreas oficiais, sobretudo de área da Previdência Social e algumas até do Ministério da Educação, que em entrevistas a jornais se têm posicionado contrariamente à manutenção dos 25 anos da aposentadoria especial para o magistério na Constituição.

De modo que, ao iniciarmos as discussões de mérito, nós poderíamos desde logo debater e talvez até votar, para que esta Comissão tenha uma posição firmada a respeito ao assunto e, desde logo, mostremos ao magistério brasileiro que não se está fazendo uma Constituição para tirar-lhes os direitos, mas sim para mantê-los existentes e alargar, sempre que possível, as vitórias e as conquistas do professorado.

Outro ponto, Sr. Presidente, para o qual eu pediria atenção de V. Ex<sup>a</sup> e dos companheiros desta Subcomissão, refere-se a uma sugestão que já apresentamos também, que estende a idade prevista na atual Constituição dos 7 aos 14 anos para dos 5 aos 14 anos, incluindo sempre, pois é necessária, a obrigatoriedade do Estado, também no campo na área do pré-escolar.

Acredito que esta Comissão daria uma satisfação aos educadores brasileiros no momento em que iniciássemos o debate substantivo daquele capítulo que votaremos aqui, dando ao pré-escolar a atenção que ele merece ter e não tendo em mente os debates da escola brasileira, e os problemas brasileiros de Educação. Discute-se muito universidade, discute-se muito primeiro e segundo graus, mas pouco se tem falado em pré-escolar, onde eu acredito, Sr. Presidente, tenhamos o maior e mais efetivo problema de democratização da escola brasileira.

Uma criança de classe média, ou uma criança rica, normalmente faz o seu pré-escolar de forma sistemática, começando em maternal, jardim de infância, a classe de alfabetização e tudo mais. Caso não o faça, tem o pré-escolar sistemático em sua casa, com jogos educativos, com brinquedos; com tudo aquilo que uma família letrada, normalmente, utiliza para a educação dos seus filhos: enquanto crianças mais pobres, aqueles que provêm das classes de mais baixa renda, normalmente, não têm pré-escolar não fazem pré-escolar e muito raramente nós temos pré-escolar gratuito, neste País.

O resultado disso, Sr. Presidente, é que uma criança socialmente favorecida, normalmente está alfabetizada aos 5 anos e pouco. Atualmente, se não está alfabetizada aos 6 ou 7 anos, quando chega à escola aprende a ler e escrever em 2 ou 3 meses sem dificuldade alguma para os alfabetizadores. Enquanto isso, uma criança que vem de uma favela da minha cidade, por exemplo, normalmente, aos 7 anos, quando chega à escola é apresentada pela primeira vez ao lápis e muito frequentemente perderá um ou 2 anos de sua vida para ser alfabetizada e, muitas vezes, culpa-se os alfabetizadores, imaginando-os menos competentes. Muitas vezes, o que é mais grave, o pai acredita que o seu filho não dá para o estudo, e aí retira-o da escola, quando o teste do QI pode-

ria indicá-lo mais inteligente, mais preparado do que aquela criança rica alfabetizada aos 5 anos.

Acredito, então, que o problema do pré-escolar, Sr. Presidente, é absolutamente oficial quando se discute democratização da escola brasileira. Na realidade essas duas crianças estão iniciando as suas vidas com oportunidade, absolutamente diversas, e isto evidentemente irá determinar e influenciar todo o seu futuro e toda a sua formação escolar. De modo que me parece quando discutimos democratização da escola, muito mais importante é discutirmos o pré-escolar do que discutimos, por exemplo, a universidade. Acredito, então, que daríamos uma boa demonstração e uma boa satisfação à sociedade brasileira no momento em que começássemos os nossos trabalhos discutindo aquilo que é o início da educação ou seja o pré-escolar. As duas propostas que então formalmente faço, e já as apresentei à Assembléia Nacional Constituinte, são no sentido de que essa Comissão debata, os 25 anos do magistério, uma velha causa, e para mim, pessoalmente, e V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem disso, e participou não como Deputado, mas como Líder do Magistério, nessa luta, para mim sobretudo uma questão até de história da minha vida política porque esta emenda na Constituição foi apresentada por mim e aprovada no Congresso, mas de um lado os 25 anos para o magistério e de outro lado o pré-escolar considerado também uma obrigação do Estado desde que a família não tenha outros meios outras fórmulas para supri-lo para crianças entre 5 e 7 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Esta Presidência agradece a contribuição do Constituinte Álvaro Valle, manifestamos a nossa alegria nessas duas proposições. Na medida em que especialmente uma delas é da aposentadoria especial para professores e para professoras e nós, enquanto presidentes da Confederação dos Professores do Brasil aqui, mobilizávamos o magistério, quando o Deputado e agora Constituinte Álvaro Valle era autor de uma das emendas com aquela proposição.

Gostaria de dizer que nós temos já inscritos os Constituintes Ubiratan Aguiar, Chico Humberto e agora também o Constituinte Louremberg Nunes Rocha. Quero, no entanto, combinar aqui com essa Subcomissão um critério. Nós temos aqui vários inscritos. Acaba de falar sobre questões de mérito, especificamente. Tempo de Serviço para a aposentadoria especial e ensino obrigatório de 5 a 14 anos o Constituinte Álvaro Valle. Penso, enquanto presidente, que nós deveríamos agora abrir inscrições para comentários e debates sobre as proposições feitas pelo Constituinte Álvaro Valle, e pediria a compreensão, no sentido de que inscrições que forem para apresentar outras propostas que não o debate sobre as propostas apresentadas pudessem vir num segundo momento.

Consulto a esta Subcomissão e se está de acordo com esse procedimento. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Se nós fizéssemos uma apresentação de todas as propostas para uma possível discussão mais ampla, talvez não facilitasse um pouco mais o nosso trabalho sobre Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Há outra proposta, então no sentido que não se deba-

tesse a proposta apresentada, e sim houvesse a apresentação das demais propostas.

O SR. CONSTITUINTE (Chico Humberto) — Nós teríamos um horizonte, Presidente, nesta hora, para discutir porque eu acho válida a proposta do Constituinte Álvaro Valle, sem dúvida e eu acho que nós devemos ampliar, um pouco mais essas propostas. Então nós teríamos uma gama de propostas e discutiríamos todos os assuntos porque um é dependente do outro, assim como o pré-escolar que eu pretendo uma municipalização, pretendo uma ampliação que seja dos 5 aos 16, quer dizer, são propostas que nós vamos caminhar de acordo com as que forem apresentadas, nós vamos discutir de acordo com as que forem apresentadas. Nós teríamos um horizonte mais amplo nesta hora.

O SR. CONSTITUINTE ÁLVARO VALLE — Sr. Presidente peço a palavra, pela ordem. Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que a proposta feita por V. Exª e tão logo da Constituinte, mais ou menos se adequam, porque no momento em que discutimos uma proposta não quer dizer que estejamos discutindo a proposta, nos termos em que foi formulada, discutiríamos os temas. Então, discutiríamos, para não tumultuar os trabalhos, aposentadorias para o magistério e pré-escolar, evidentemente, com todos os desdobramentos que pudessem ter.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Mas o pré-escolar já passa para o livro didático, e nós teríamos que estudar para o livro didático nesta hora.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Então, nós temos duas alternativas, ou debatermos as questões de mérito já apresentadas ou apresentamos as diferentes proposituras dos diferentes membros desta Subcomissão e depois alargamos o debate.

Gostaria de ouvir mais umas duas intervenções sobre esse procedimento. Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Pedro Canedo.

O SR. CONSTITUINTE PEDRO CANEDO — Já que o tema é bem extenso e de alta relevância, eu gostaria de apresentar uma sugestão que talvez fosse adequada. Já são, praticamente, 11 horas e talvez nós ocupássemos esse espaço da manhã para o recebimento ou apresentação das propostas e como foi sugerido pelo nobre Constituinte João Calmon, ocupássemos o período vespertino também a tarde-noite de hoje e que nós então no período vespertino, já com as propostas devidamente apresentadas pela Secretaria que preparariam essas propostas, nós pudéssemos, no período vespertino debater e discutir essas propostas.

O SR. CONSTITUINTE ÁLVARO VALLE — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª

O SR. CONSTITUINTE ÁLVARO VALLE — Eu faria uma sugestão na linha da que foi feita no sentido de que a Mesa, estou tentando ser prático apenas, de tal forma que possamos discutir pontos objetivos e matérias substantivas e com a Mesa iria recebendo, e evidentemente, não precisaríamos ser apresentadas todas hoje, e há propostas que

poderemos apresentar daqui há uma semana, daqui há 10 dias, mas a Mesa iria numerando, digamos, os temas e então nós teríamos, por exemplo, agora o tema 25 anos de aposentadoria, o tema pré-escolar e outros temas serão apresentados, digamos, por livro didático e assim diante e os temas seriam discutidos e o relator tiraria subsídios para depois apresentar seu parecer. Tenho a impressão de que seria mais prático e estaria-mos discutindo temas específicos.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Acho uma boa idéia cada um apresentar proposta que deseje e começamos a tomar conhecimento de propostas concretas. Eu gostaria que uma dessas propostas concretas fosse a manutenção, com ampliação dessa obrigação, de uma vinculação de um percentual mínimo dos orçamentos públicos para o ensino. Tenho a impressão que esta foi uma conquista do Congresso Nacional, através de uma emenda, que seria objeto também de um debate preliminar, porque há várias tendências, inclusive de aumento desse percentual na área federal, embora condicionado à reforma tributária que esta sendo cogitada e que há necessidade imperiosa no Brasil de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Esta Presidência faz uma sugestão para que possamos avançar no trabalho, no sentido até de algumas sugestões que já foram apresentadas e na questão de ordem do Deputado Pedro Canedo. Poderíamos, quem sabe, agora pela manhã, ouvir mais membros dessa Subcomissão, apresentando e defendendo as suas propostas, e, dependendo dessa evolução, na sessão da tarde já poderíamos elencar alguns temas, evidentemente que não esgotados. Esta Presidência, por exemplo, também tem sugestões que não estão definitivamente elaboradas e que pretendemos apresentá-las também a esta Subcomissão. Ou seja, não haveria um termo final, até porque, pelo Regimento temos até 6 de maio, para fazermos esta apresentação, então pelo menos até 6 de maio há a garantia regimental da apresentação das propostas e até lá não teríamos condições, nós aqui, de barrarmos esta apresentação.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Sr. Presidente, entendo que facilitaria os trabalhos, se nós estipulássemos um período para que todo Constituinte na apresentação de propostas tivesse o mesmo tempo, em condição de igualdade, para que depois, então, poderemos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Se não estou equivocado, e pediria a assessoria que nos orientasse nisso, nós temos 15 minutos regimentais para esta apresentação.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — (Fora do microfone. Ináudível)... Não considerando o financiamento da educação, porque esse financiamento está na dependência do regime tributário a ser adotado no País e que não depende desta Comissão. E quanto ao tempo distribuído a cada um dos presentes, eu já havia apresentado uma sugestão à Mesa da Constituinte, mas parece que até hoje não chegou aqui esse trabalho. Então, qual é a garantia que nós temos de que esse trabalho vai ser discutido em tempo hábil.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Estou em condições de responder a V. Exª nobre Consti-

tuinte Sólton Borges dos Reis, no seguinte: já estou providenciando aqui a sua inscrição, e V. Exª poderá, nos termos da decisão já adotada por esta Subcomissão, de apresentar aqui sua proposta para efeito de discussão, no momento oportuno. Por outro lado, V. Exª poderá providenciar, junto à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, a reclamação necessária para que o trâmite oficial se faça.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Só para prestar um esclarecimento, estas propostas já foram encaminhadas ao PRODASEM, para efeito de inclusão nos computadores, não apenas da ementa, conforme foi cogitado inicialmente, mas do texto integral, da proposta e de justificação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Nós daremos, então agora, a palavra, para a apresentação de suas propostas, ao Constituinte Ubiratan Aguiar e logo após ao Constituinte Florestan Fernandes, que já havia se inscrito anteriormente. Peço a compreensão dos outros nobres Constituintes que já estão aqui inscritos.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Sr. Presidente, inicialmente, nós gostaríamos de fazer uns comentários a respeito das colocações feitas pelo nosso companheiro, Constituinte Álvaro Valle. No que diz respeito à aposentadoria, há um pensamento uniforme dos educadores brasileiros, a respeito de vários temas. Esse tema da aposentadoria não só foi objeto de uma sugestão de norma constitucional por nós apresentada, através da Secretaria da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, mas também trazemos a esse respeito a contribuição de um companheiro, de um advogado cearense Álvaro Mello Filho, que o Aécio nos fez chegar às mãos de

— Diz ele, textualmente, no trabalho, Educação Constituinte: "O magistério é, dentre as profissões, a mais desgastante, física e intelectual e o desgaste, a corrida contra o tempo, a baixa remuneração, a proletarianização, desprestígio social crescente e até os preconceitos que afetam o professorado não fazem qualquer distinção de sexo, por isso é injusto e discriminatório estabelecer-se o benefício da aposentadoria para professor após 30 anos de serviço e para professora após 25 anos. Outrossim, o tratamento desigual do sexo no mesmo trabalho constitui um desrespeito a pessoa humana, e, no caso, a própria classe docente conflitando ainda com o princípio da isonomia constitucional, daí por que é preciso conceder-se a aposentadoria, com salário integral ao professor de ambos os sexos e em todos os níveis após 25 anos de efetivo exercício no magistério."

Então, fundamentando, não só num documento dos professores do Ceará, após dois dias de debates e também arrimado nesse pronunciamento escrito, Educação e Constituinte do Professor Álvaro Mello Filho e agora com alegria também de ter outras posições iguais como a do nosso companheiro Álvaro Valle, também temos a sugestão de norma constitucional nesse teor.

Em relação à alfabetização, que foi outro ponto por ele abordado, queremos dizer que a nossa posição, também em forma de sugestão de norma constitucional, é que a alfabetização se desse aos 6 anos de idade e continuasse até os 14

anos. Sei que esse é um assunto sobre o qual vários companheiros contribuíram, através de sugestões que serão debatidas nesta Casa.

Temos também, como proposta e vamos apresentar em outro momento, porque ela comportará discussão e apresentação mais demoradas: é a destinação dos recursos públicos para a escola pública. Deixamos livre a iniciativa da escola particular mas veda-se a sua manutenção, a sua sustentação pelo Poder Público, porque destinará recursos exclusivamente para escola pública oficial. Mas esse será objeto de uma apresentação específica não só desse tema como de outros que foram objetos de apreciação nossa, em termos de sugestões de norma constitucional.

Para concluir, Sr. Presidente, já que tenho um compromisso às 11 horas, mas voltarei para continuar os debates, com relação a outro ponto que o nosso companheiro Álvaro Valle abordou e que nos preocupa, porque sabemos que, por mais sintética quanto seja a Constituição, a norma geral traça apenas o lineamento geral — e assim entendido deva ser — ficam várias normas dependendo de uma legislação ordinária, de uma legislação complementar. A sugestão nossa é no sentido de que, já que aqui há um fórum de educadores e de Constituintes educadores, pensássemos que aquelas medidas que dependessem de lei complementar, de legislação ordinária, ao término dos nossos trabalhos, já pudéssemos elencar todas elas para dar uma contribuição desta Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, no sentido de que não houvesse aquele tão danoso à vida das instituições, qual seja ficasse a depender de iniciativa de apresentação de leis que regulamentasse dispositivos constitucionais. Que quando da promulgação da Constituição nós já tivéssemos uma proposta concreta da regulamentação daquelas medidas que dependessem de regulamentação, como uma contribuição desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Exª

O orador seguinte, pela ordem de inscrição, é o Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — A minha preocupação inicial era com a convocação da nossa reunião a partir das 17 horas, porque a SBPC marcou a entrega do documento, no auditório no anexo IV, como é do conhecimento do Sr. Presidente, para hoje, no mesmo horário, e o assunto está elencado na temática desta Comissão. Então, vai haver um conflito de horários, uma convocação para as 17 horas, aqui, e uma convocação para as 17 horas e pouco lá.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Eu gostaria de esclarecer ao nobre Constituinte Florestan Fernandes de que naquele momento em que nós discutimos a retomada dos trabalhos, na parte da tarde, não definimos ainda o horário. Apenas foi feita a referência aos horários dos outros dias na forma como seria decidido. Sugiro que no final desta sessão da manhã, em conjunto, determinemos o horário dos trabalhos no final da tarde.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Tendo em vista que fau o Constituinte Álvaro Valle, acho que devemos ter uma

preocupação com referência ao tamanho da Constituição. Mas não estamos nem nos Estados Unidos, nem em alguns países da Europa. E, no Brasil, nem a Constituição, apesar de ser a Lei Magna, é obedecida normalmente. O Constituinte João Calmon sabe disso, porque ele chegou a esclarecer, numa reunião em Goiânia, a respeito daquelas percentagens e das punições a que estão sujeitas as autoridades quando não aplicam as percentagens. Apesar disso tudo, as normas não são obedecidas.

Tenho a impressão de que devemos ser relativamente flexíveis com relação à extensão da parte concernente à educação na Constituição brasileira. O Brasil vem enfrentando um dilema sério. É um dilema, que praticamente está na raiz de tudo. Quem já leu a Constituição do México sabe que os mexicanos começam a sua Constituição com uma proclamação ao valor da educação e a sua importância para o México como uma nação independente. É uma Constituição iluminista que enfatiza o que um país moderno deve fazer para se tornar culturalmente independente. Apesar disso, talvez porque esteja muito perto dos Estados Unidos e tão longe de Deus, como já disse um ditador mexicano, o México não logrou essa independência.

No Brasil, o assunto educação deve merecer uma relativa flexibilidade. Deveremos, nesse assunto e talvez em alguns outros, inovar no sentido de aumentar o número de normas constitucionais. Tornando certas inovações imperativas, é provável que consigamos movimentar o carro. Não podemos ficar naquelas formulações abstratas: "A educação é direito de todos e dever do Estado", e depois fecharmos os olhos à realidade concreta.

Sei que essa não é a situação do Constituinte Álvaro Valle, ao contrário, pois o que S. Exª disse aqui mostra que caminha na direção contrária. Mas deveríamos discutir esse problema, que é um problema capital para nós, como o do **quantum** que o Estado deve investir na educação. Até onde vivemos, qual é a nossa responsabilidade como Constituinte na sugestão de medidas constitucionais pertinentes à educação.

Já tive oportunidade de dizer isso publicamente. O critério do que é constitucional e do que não é constitucional é um critério que varia no tempo. Se um país resolveu, por meios não constitucionais, por meio de tradição, seus problemas capitais, ele prescinde de uma Constituição abundante. Se esse país não logrou, como é o caso do Brasil, necessariamente ele precisa de uma Constituição que não seja tão enxuta e que realmente imponha certas obrigações, às vezes até recorrendo a penalidades.

Portanto, é um assunto preliminar que temos de debater, para não estabelecermos 4 ou 5 normas de caráter geral. Digo isso com, a maior lisura, porque o projeto que o Prof. Comparato elaborou para o PT, e que o PT discutiu, é um projeto no qual a educação comparece com um número muito pequeno de artigos. Não acha que isso seja pertinente, construtivo. O próprio Constituinte Álvaro Valle refere-se a um assunto que, decididamente, nossos constitucionalistas não considerariam pertinentes à incorporação ao texto constitucional: a data-limite da aposentadoria do professor. Isso seria considerado como

matéria de lei ordinária. No entanto, acho que deve fazer parte da Constituição, este e outros temas, porque a educação é uma condição **sine qua non** para que resolvamos outros problemas existentes no Brasil.

Não devemos temer a extensão das propostas. Vai haver muito corte daqui para cima: na comissão, na Comissão de Sistematização, no Plenário. Não devemos cortar em nossa carne; já vão cortar. Depois, teremos que ir a plenário, defender de novo as sugestões que vamos apresentar aqui.

Portanto, aproveitando a deixa que o próprio Constituinte Álvaro Valle levantou, contradizendo, em termos, a defesa de uma Constituição enxuta, com uma sugestão concreta que não entraria numa Constituição enxuta, acho que a nossa Constituição deve ser molhada e salgada. Deve ser uma Constituição "peso-pesado". É claro que não uma enciclopédia, porque senão ela também poderá o seu valor; deixará de ser instrumental na ação prática. Temos de ficar, sem sermos aristotélicos, no meio-termo. Nesse sentido, acho que devemos fixar um determinado número de disposições, até aonde pederíamos chegar, e este número deveria ser funcional; deveria abarcar a totalidade daquelas problemas que são essenciais, que não têm sido resolvidos pela negligência, quer do Governo, quer dos Estados, quer dos Municípios, quer das próprias famílias e das instituições de educação escolarizada.

Essa é a sugestão que faço, agradecendo a atenção de todos e a delicadeza do Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Exª, nobre Constituinte Florestan Fernandes.

Na ordem de inscrição, passo a palavra agora ao Constituinte Louremberg Nunes Rocha.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Sr. Presidnete, Srs. Constituintes, as minhas preocupações têm muito a ver com aquelas manifestadas agora pelo Constituinte Florestan Fernandes.

Evidentemente, a aposentadoria, diria já, do homem aos 25 anos, professor, porque a da mulher já está garantida, e a bandeira da pré-escola certamente emocionam, mobilizam todas as forças da educação no Brasil. Mas eu queria, em cima disso, colocar o problema dos recursos. Entendo — e esta subcomissão terá uma responsabilidade muito grande nisso — que não poderemos apenas apresentar, como disse o Constituinte Florestan Fernandes, bandeiras abstratas e gerais. Teremos que dar algum conteúdo a isso. E o conteúdo, me parece, passa pela destinação dos recursos.

Uma primeira questão a ser envolvida diz mesmo como a aposentadoria. Consta, nesses 13% de recursos da União para a educação, que estão incluídos e debitados aí 3%, que correspondem ao pagamento das aposentadorias na área de educação.

Se destacássemos esse percentual para a previdência e não computássemos para a educação, não apenas sobriariam 3%, mas se poderia com esses recursos talvez discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Não entendi bem o desenvolvimento do raciocínio de V. Exª.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — O raciocínio é o seguinte: no caso da aposentadoria aos 25 anos, dizia que tem muito a ver com a parte da destinação de recursos. Pelas informações que tenho levantado pela Assessoria do Senado, daquele percentual destinado à educação, 3% dele, dos 13 de hoje são destinados a pagamentos de inativos da educação. Esta é a informação que me foi passada por um levantamento da Assessoria do Senado.

Então, o problema — e isso é muito discutido hoje — é de que como é que são considerados estes 13% de recursos para a Educação. Será a partir daí que, efetivamente, poderemos decidir se dos 5 aos 16 anos é uma meta factível para este momento histórico do País. A Escola Paulista de Medicina é realmente ajudada pela União. Mas a responsabilidade da manutenção é da Universidade de São Carlos. A escola de nível básico que é essencial que é a escola do povo, deve ser obrigatória, gratuita e com condições de aproveitamento escolar. Essa a União não mantém, pelo menos, no Estado de São Paulo. Cinco milhões de alunos são mantidos pelos cofres públicos estaduais. Mais de milhão e meio pelas prefeituras. Só a prefeitura da capital mantém mais de 500 mil alunos. E, depois, vem a iniciativa privada que, em última análise, é a própria família que sustenta a escola. Então, esse percentual teria sido conferido antes de ser expedido pela União. É uma pergunta que faço. Porque a União não responde pelo ensino, ela só governa o ensino e determina. Para abrir-se uma escola o que é necessário, para ser professor o que é necessário, para verificar o aproveitamento escolar, como se faz, se há recuperação se não há. A tudo isso, ela impõe uma camisa-de-força ao ensino no País, mas não o mantém.

Então, este estado que V. Ex.<sup>a</sup> tão objetivamente procura apresentar para sustentar o seu depoimento, que é oportuno, eu levantaria uma interrogação sobre ele, porque não me parece coadunar com a realidade do ensino no País.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDNETE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, gostaria de prestar um esclarecimento. Essa informação da assessoria deve estar truncada. Porque, historicamente, os Estados, destinam à educação, pelo menos o dobro dos recursos que a União destina para a mesma finalidade. Então, em hipótese nenhuma na área federal 3% se destinam a pagamento de aposentadoria. Dentro dessa mesma linha, há também um debate se é lícito incluir como despesa com ensino, embora seja uma necessidade premente num País de famintos e subalimentados, o que se gasta com merenda escolar que, segundo a última informação, gira em torno de cinco bilhões de cruzados. Então, este é um debate que realmente vai se prolongar muito para saber o que é despesa com ensino, o que é despesa com alimentação e outros itens controvertidos.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Gostaria de trazer posteriormente maiores informações sobre este percentual agora levantado. Mas, devo lembrar também que dentre os recursos da União destinados à Educação, mais da metade, parece-me que mais de 60% são gastos com a Universidade Federal. E se a União é que paga, evidentemente, os professores e os seus aposentados, teremos, aí, uma grande faixa de recursos aplicados na manutenção do seu quadro de professores.

Parece-me que o fundamental é colocar a discussão como está sendo posta agora, ou seja, é impossível levantar bandeiras do tipo "pré-escola" ou "vinte e cinco anos de aposentadoria" sem, paralela e atreladamente, estarmos discutindo e aprofundando os recursos para a Educação. Caso contrário, não terá sentido, teríamos mais uma bandeira, mais um dispositivo vazio constando da Constituição ou em leis ordinárias. Entendo que essas bandeiras levantadas, com muita propriedade pelo Constituinte Álvaro Valle, terão que ser aprofundadas em função daqueles recursos que efetivamente estão postos na educação.

Diz um recente artigo da revista **Educação** que os planejadores do Brasil, para conseguirem maior PIB nacional, atrelam os recursos da Educação às despesas de capital para, desta maneira, obterem uma maior renda nacional e deslocam daquelas despesas efetivamente adequadas para a Educação.

Por isso, aproveitando este momento da proposta do Constituinte Álvaro Valle, o que gostaria de enfatizar desde logo é que teremos de colocar a discussão de quaisquer propostas atreladas sempre aos seus recursos, porque sem isso apenas produziremos alguma coisa que não gerará nenhum direito, nenhuma obrigação para o Estado.

Era esta a minha intervenção. E fico devendo ao Constituinte Sólton Borges dos Reis maiores informações em função dos dados que me passou a Assessoria do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e concedo a palavra ao nobre Constituinte Chico Humberto.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Gostaria de cumprimentar os companheiros, porque, na verdade, estamos sendo surpreendidos a cada momento e, felizmente, com surpresas agradáveis.

Estou de acordo com o Constituinte Álvaro Valle quando quer alargar as vitórias já conseguidas e que constam da nossa Constituição. No entanto, apenas gostaria de fazer uma observação, nobre Constituinte, se assim me permite, para que o ensino fosse estendido dos cinco anos e não dos seis, como havia sido proposto pelo Constituinte, aos dezesseis anos. Porque, na verdade, teríamos que resgatar aí não só o ensino, como teríamos de dar também oportunidades aos jovens e adultos brasileiros que, por qualquer motivo, não tiveram condições ou não tiveram acesso à escola nesse período. Quer dizer, a gratuidade do ensino ser extensiva também àqueles que, por qualquer motivo, não tiveram oportunidade de frequentar um banco escolar na época devida. Porque somos grandes devedores desta Pátria com o nosso povo. Porque, muitas vezes, negamos a eles, dentro

daquele conceito que foi levantado pelo Deputado de que o pai considera o filho inapto para frequentar uma escola.

Quanto à aposentadoria, como disse o nobre Constituinte Louremberg Nunes Rocha, seria extensiva aos homens, porque não iríamos discriminar aqui o homem em relação à mulher no que tange à unificação da aposentadoria aos vinte e cinco anos.

A outra proposta se refere à unificação do livro didático bem como a sua utilização no 1º e 2º graus, pelo menos, durante cinco anos, para que não haja a exploração por parte das grandes impressoras e das grandes editoras, mudando a cada ano o livro didático, causando malefícios até dentro da própria casa, porque entendo que cabe aos pais o dever da educação, enquanto a obrigação é do Estado. Gostaria que esse item constasse do nosso anteprojeto constitucional, e que fosse nesses termos. O dever dos pais para com a educação e a obrigação do Estado para com essa educação. Além disso, defendemos, para o ensino, um percentual mais elevado de recursos, assim como a sua unificação. Entendo, por outro lado que a União deve destinar 25% dos seus recursos para a Educação, a exemplo do que ocorre em países que desejam resgatar a sua identidade, tais como Japão, a França, os Estados Unidos que aplicam esse montante na Educação. Ao passo que os Estados e os Municípios já fazem essa aplicação de 25%. Penso que se unificássemos isso teríamos resolvido o problema, que foi levantado pelo Senador Louremberg, no que diz respeito aos recursos destinados à Educação. Além disso, teríamos a divisão, em termos de responsabilidade, sobre esse ensino. Os 25% dos municípios seria destinados ao pré-escolar, ao ensino primário e à merenda escolar, logicamente; os 25% do Estado seriam responsáveis pelo ensino de 2º grau e do colegial, seria até o pré-universitário e a União que mantivesse os seus 25%, dando auxílio-ajuda aos municípios carentes e arcando com a responsabilidade do ensino superior no Brasil. Além disso, teria que constar da nossa constituição, a extensão do ensino público gratuito e especializado, aos portadores de deficiência físicas e mentais. Teríamos, ainda, a defesa do dinheiro público para a escola pública, os recursos públicos não orçamentários seriam aplicados, exclusivamente, nas escolas públicas, e garantir, também, a livre iniciativa, a iniciativa privada, a permanência às escolas, inclusive convencionais, da sua existência, desde que não usem e nem necessitem de recursos públicos. Teríamos, logicamente, formalidades, quanto à elaboração desse texto, mas acho que, em síntese, as propostas que eu traria seriam estas.

Quanto ao texto, nós daríamos a forma, aqui, acho que não tenho nem o direito nem a primazia de querer elaborar um texto, para isto estamos reunidos em Comissões, estamos discutindo, então, que nós fizéssemos, em uníssono, a elaboração deste texto, para que fosse debatido em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Chico Humberto.

O próximo Constituinte inscrito é o Sr. Sólton Borges dos Reis, que está dando entrevista à televisão.

Concedo então, a palavra ao Sr. Constituinte Átila Lira.

O SR. CONSTITUINTE ÁTILA LIRA — De princípio, vejo a questão da educação dentro de uma amplitude, a partir da própria função do Estado e acho que o Estado deverá se ater, sobretudo, com relação à Educação, a questão da Saúde, além das funções tradicionais do Estado, no campo da segurança. Então, acho que este é um momento em que o estado pode assumir plenamente a função educacional. Todos nós sabemos que o debate educacional sempre foi um debate agradável nas campanhas políticas, um debate agradável de todos os governos, como matéria prioritária, mas na hora de dividir o recurso com a estrada, duvido muito que o problema seja revisito. Então, entendo que há alguns pontos que podemos propor como fundamentais, inclusive para debate. É evidente que a própria participação dos companheiros e das instituições educacionais poderá ensinar uma revisão até das colocações aqui feitas. A partir da organização do ensino, creio que possamos dar esta particularidade ao pré-escolar, no que diz respeito a encampar a função do Estado, a partir mesmo do zero aos quatro anos, como função social. Seria mais uma função dos programas sociais ligados à Saúde e à Previdência. De 5 a 6 anos, aí sim, seria uma função específica da parte de Educação e ensino. O primeiro grau seria de 8 anos, sem limitação de faixa etária, nas modalidades regular e supletivo; o 2º grau seria de 3 a 4 anos, com ênfase na formação do cidadão e no segundo plano, a questão da profissionalização. No que diz respeito ao ensino superior, quero encontrar um outro momento para dar uma contribuição mais clara. Sobre a questão do financiamento da Educação, acho que devemos partir daquilo que já foi conquistado constitucionalmente, que são os 13%. É evidente que, procurando também excluir desse orçamento os gastos relativos à alimentação escolar, a material mesmo e, especificando nesse compromisso constitucional que esses recursos seriam exclusivamente para o desenvolvimento do ponto fundamental que seria a função do ensino ligado a pessoal, investimentos e expansão e adequação da própria rede.

Vejo também como proposta fundamental, o rigoroso controle dos gastos públicos na área de Educação. Ninguém conhece mesmo agora na chamada nova República, com a maior clareza, o que é que os Estados gastam ou se gastam adequadamente, e a própria União, na aplicação desses recursos.

Então, não vejo por que só a Assembléia Legislativa e as Câmaras de Vereadores tenham essa autoridade para representar toda a comunidade brasileira. Creio que os Conselhos Comunitários e os próprios sindicatos ou as formas institucionais de organização da sociedade devam exigir, mais do que nunca, com a maior clareza, o que diz respeito à aplicação desses recursos. Com relação aos recursos públicos para a escola pública, tenho uma total paixão — inclusive, creio que se fizermos uma plebiscito aqui, neste momento, será uma vitória dentro deste Plenário — mas, na medida em que viermos a melhor discutir a questão, vamos ficar preocupados, por exemplo, com a questão da escola da igreja, seja ela católica, seja ela protestante, porque, de qualquer jeito, temos que procurar preservar.

Sobre o magistério, vejo a necessidade de aproveitarmos este momento para criar uma carreira

única, pelo menos, em termos de princípio, obrigando o Estado e o Município a acompanharem, alguns pontos ligados a piso salarial, a formação mínima e a estabilidade funcional.

Com relação à municipalização do ensino, é um tema que quero colocar, aqui, para ser debatido, porque também tenho aquele princípio de partida da compreensão da questão educacional. Acho que a maior luta que temos, hoje, nesta Constituinte, é a questão da quebra do excesso de poder do Estado em relação à Federação e em relação ao próprio cidadão e a municipalização é um forma, eu creio, de descentralização desse poder e, mais do que nunca, já se viu, não só com relação à educação, como saúde, que, um dos pontos básicos da busca de uma democratização do ensino e eficiência do ensino, porque creio que também buscamos isto, está relacionado com a municipalização, com a descentralização do poder, não é uma prefeiturização; não é uma tentativa de criar algo original, no sentido de fazer com que a comunidade de transferir para o Estado, também este poder, mas uma tentativa seja mais presente no que diz respeito ao seu plano educacional, a sua ação educacional, e ao controle do que é necessário para investir nessa educação.

Era isto que eu tinha que colocar neste primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Exª, Constituinte Áttila Lira.

Passo, agora, a palavra, pela ordem de inscrição, ao Sr. Constituinte Sólton Borges dos Reis.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por ter-me ausentado alguns minutos, não pude ouvir todos os companheiros que se pronunciaram, mas sobre o que tive a felicidade de ouvir, digo a minha palavra sobre os temas e posturas apresentadas. Subscrevo, integralmente, as duas preocupações do Constituinte Álvaro Valle no que se refere à conquista do magistério brasileiro de se aposentar com redução de tempo de serviço, tendo em vista a especificidade de sua tarefa penosa e, também, sobre a importância da escola chamada pré-primária e que alguns querem chamar de pré-escola. Apenas discutiria, se fosse o caso, o problema de vincular, pois é comum este argumento — a alfabetização, a necessidade de acelerar o processo de alfabetização, à matrícula da criança na pré-escola. O Constituinte Álvaro Valle salientou, com grande precisão e felicidade, a importância do que, em educação, chamamos de currículo curto, que é aquela vivência que a criança de classe média, de classe média alta e das camadas mais favorecidas da população usufrui em desfavor da criança marginalizada, que não leva de casa esse currículo.

Mas eu sou dos que entendem que o processo de alfabetização não se vincula a essa reivindicação, mas subscrevo inteiramente as duas reivindicações colocadas, em boa hora, pelo Constituinte.

Acho que a colocação do Constituinte Ubiratan é muito importante, porque ele pode ter trazido uma colaboração pioneira e pode levar esta subcomissão a uma atividade nova e absolutamente necessária, até em consonância com o que disseram outros Constituintes como por exemplo o Constituinte Florestan.

O Constituinte Ubiratan pediu, propôs, lembrou, sugeriu, que esta subcomissão, ao entregar o seu trabalho, se dê também ao trabalho de estudar projetos de lei complementar para aqueles dispositivos constitucionais que sejam, certo ou erradamente, considerados dependentes de regulamentação e não auto-aplicáveis, porque sempre o Governo, numa ação equívoca, numa postura de não gastar, ou de conter o progresso inscrito na Constituição, retarda, procrastina, a nossa Constituição está cheia, como disseram alguns Constituintes, entre os quais o Constituinte Florestan, de dispositivos que não funcionam: participação nos lucros, obrigatoriedade escolar. Então, essa sugestão é importante, assim a considero. Se a nossa subcomissão puder, realmente, ao entregar o trabalho, já encaminhar alguma propositura de lei complementar, nós, que vamos fazer a Constituição, estamos indicados para, na lei complementar, deixar escrito aquilo que o legislador quis dizer, para que ninguém, depois venha discutir a intenção do legislador. Acho uma contribuição objetiva, de grande importância, e que deveria ser seguida por todas as comissões desta Casa.

O Constituinte Florestan defende uma Constituição que seja aplicada, seja ela enxuta ou encharcada, porque o que se tem em mira não é fazer um ordenamento apenas jurídico e formal, mas resolver os problemas que angustiam a Nação, e é óbvio que todos nós aqui subscrevemos a tese de que só a educação pode levar o País a um grande estilo e fazer do Brasil uma grande Nação.

Agora, também, se poderia fazer uma lei orgânica da educação, que não fosse uma lei de diretrizes e bases como nós temos, porque, ao invés de se limitar as bases sobre as quais se assentam o ensino no Brasil e as diretrizes pelas quais se norteia, se impõe uma camisa-de-força que vigora ao mesmo tempo em todo País, com os mesmos dispositivos, desde Roraima até o Rio Grande do Sul. Realmente não é o que se deve entender por uma lei orgânica dos municípios, uma lei de diretrizes e bases, porque se deve manter unidade nacional, e isso é prioritário. Mas não se deve promover a uniformidade nacional, mesmo porque é inexecutável, violenta a realidade diversificada do Brasil.

Mas, de fato, o discurso do México que o Constituinte citou é uma proclamação quase que do óbvio, mas que contrasta com a realidade, porque nós, em subdesenvolvimento, tomamos decisões muito facilmente, mas executamos com grande dificuldade, o que não caracteriza os povos com mais recursos e, por isso, com mais condições, demoram, e que talvez por isso que tenham mais recursos porque demoram para tomar uma decisão, mas quando tomam uma decisão vão às últimas conseqüências.

Considero muito séria a tese colocada pelo Constituinte Loureberg, porque S. Exª coloca a preliminar dos recursos, do que seria bom que fosse e o que é possível fazer. É claro que a política não é só a arte do possível, mas também o esforço para tornar o impossível possível, porque senão vamos nunca tirar o carro do atoleiro. Acho que essa é uma tese séria, respeitável, e que nós devemos também dizer como fazer isso, e quais os meios.



Ouvi ainda o Constituinte Átila, que falou sobre os recursos públicos destinados à escola pública. Esta é uma tese fundamental; o dinheiro público deve ser realmente empregado na manutenção do ensino público.

Entendo que o ensino particular é uma necessidade democrática, é da legitimidade democrática e é uma necessidade conjuntural do Brasil, porque nós estamos ainda com muita gente dependendo da escola privada, mas o dinheiro público deve, realmente, ser destinado à escola pública.

Quanto à municipalização a que se referiu o Constituinte Átila, está na linha da descentralização de que o Brasil precisa; a descentralização política, administrativa, educacional, só que a municipalização, em si, é também parte do processo surrealista com que se estuda a realidade brasileira, inclusive da nossa legislação. Nós temos a Lei de Diretrizes e Bases, por exemplo, que diz que paulatinamente o ensino básico, o antigo primário, antigo grupo escolar, mais ginásio e primeiro grau passarão para a responsabilidade da Prefeitura. Mas com que recurso? Se as prefeituras ficam com, de cada cem cruzados que se paga de imposto numa cidade, num dos municípios brasileiros, não ficam dez cruzados no município, tudo vem para Brasília, embora 30% fiquem nos Estados, que arcam com todo o ensino, e Brasília tem todas as loterias que existem, e talvez ainda possa regulamentar outras formas de arrecadação. Então, tudo vai depender do regime tributário. Se o regime tributário não for descentralizador, nós não vamos pensar em municipalização, mesmo que a lei diga, e a lei como é surrealista, ela mostra que uma coisa é o Brasil real e outra coisa é o Brasil legal. Mas é fundamental que a Comissão específica dessa matéria esteja decidindo sobre o regime tributário brasileiro para sabermos se realmente o município pode arcar, como seria bom e quer, com muita razão, o Constituinte Átila, com a responsabilidade. — Quem sabe se o ideal não seria, se houvesse recursos, que os Municípios ficassem com o primeiro grau, os Estados com o segundo grau e a União com o ensino superior? Mas precisaria haver uma distribuição de recursos que permitisse essa divisão de atribuições descentralizadoras.

O SR. CONSTITUINTE ÁLVARO VALLE — Permite-me V. Ex.º?

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Pois não, com muito prazer!

O SR. CONSTITUINTE ÁLVARO VALLE — Embora não seja propriamente o tema da discussão, Sr. Presidente, mas como já é a terceira referência que se faz, pela terceira vez, eu ouço que os recursos públicos devem ser destinados exclusivamente à escola pública. Para que não passe essa referência como algum pensamento unânime desta Subcomissão, eu gostaria de fazer uma restrição à idéia. Eu acredito que os recursos públicos devam ser destinados à educação.

A escola pública no Brasil é uma escola geralmente ineficiente e cara. Quando se abre uma escola pública para mil crianças, mais do que está se dando escola a mil crianças, está se tirando mais ou menos de quatro mil outras, porque a escola privada, normalmente, custa pelo menos cinco vezes mais barato do que a escola pública. De modo que eu não creio que, necessariamente, recursos públicos que existem para que sejam

geridos, sobretudo com a eficiência pelo Estado, necessariamente devam ser destinados à escola pública; acredito, sim, que devam ser destinados a um objetivo muito maior. A escola pública é o instrumento, o grande objetivo é a educação do País; a educação da juventude é a formação de nossa gente. De modo que este debate, eu acredito, deve ser um pouco aprofundado e quis apenas quebrar esta aparência de unanimidade que estava havendo aqui, depois de três referências feitas neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Por gentileza, eu só queria lembrar ao Constituinte Álvaro Valle que, quando disse, embora não seja o assunto em discussão, quem sabe fez a referência em função de que cada Constituinte agora esteja apresentando proposta. Mas quero lembrar que isto é parte talvez fundamental do nosso debate.

Prossigue com a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Mesmo porque já houve, como já disse o Constituinte Álvaro Valle, várias citações e não apenas a minha.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HÚMBERTO — Na verdade, quando o Deputado Álvaro Valle se refere, Deputado Sólon Borges, à educação e à escola privada, ele se esquece de dizer que o custo da escola privada é duas vezes onerado aos cofres públicos, uma vez porque recebe bolsas de estudos, e outra vez porque o pai da criança que estuda em escola particular desconta do Imposto de Renda o valor que paga do ensino de seu filho. Então, na verdade, é um custo muito maior do que se apresenta normalmente, porque esse custo, que é descontado do Imposto de Renda, do país, que pode, pelo menos, pagar o ensino particular do seu filho, numa escola diferenciada, numa escola discriminadora, numa escola que não atende, na verdade, às necessidades do povo brasileiro, ele se beneficia quando faz a sua declaração do Imposto de Renda. Então, essa imagem que se passa de que escola pública custa quatro vezes mais caro, primeiro, não é verídica, porque a escola particular também onera os cofres públicos, porque uma vez que se desconta o Imposto de Renda ele na verdade está usando o dinheiro público onde as oportunidades não são as mesmas das escolas particulares. Gostaríamos de deixar isso bem claro para que, logicamente, numa possível discussão...

O SR. CONSTITUINTE ÁLVARO VALLE — O desconto do Imposto de Renda, caro Constituinte não daria, sequer, para comprar os livros escolares em qualquer escola.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HÚMBERTO — Eu não sei se não daria para comprar um, de um pai, mas se V. Ex.º somar todos os descontos de Imposto de Renda que é feito no Brasil daria para sustentar talvez o dobro de crianças nas escolas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Nós lembramos ao nobre Constituinte Sólon Borges dos Reis que S. Ex.º tem 2 minutos de tempo para concluir o seu pronunciamento.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Eu vou concluir Sr. Presidente, dizendo que estou partindo do princípio de que o dinheiro

público é escrupulosa e racionalmente utilizado. Sempre sustentei, inclusive tenho livro publicado sobre isto, de que não basta gastar mais é preciso gastar melhor. E é fácil mostrar o desperdício que há na educação brasileira. Agora vejo também a corrupção; os jornais noticiaram, mas depois não se deu mais andamento à notícia, de desvios de recursos da Universidade de Pernambuco e também parece que em Curitiba, no Paraná. Então, me parece que entramos no terreno da corrupção. Mas mesmo sem entrar no terreno da corrupção, e não é nesse terreno que eu prefiro entrar, é fácil demonstrar o desperdício em matéria da manutenção, desenvolvimento de ensino neste País. Isto nós poderíamos, num outra ocasião, debater mais exaustivamente porque o assunto comporta e este é o fórum para este debate. Eu fico por aqui porque senão nos vamos muito longe. Eu não comentei outros pronunciamentos, não sei se houve, eu me ausentei momentaneamente e não pude acompanhar. Depois farei as minhas propostas em outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex.º

Gostaria de lembrar que ainda temos dois outros Constituintes inscritos: Aécio de Borba e Pedro Canedo.

Queria lembrar mais, que a única limitação de tempo que nós temos para a discussão é o funcionamento do plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Como, hoje, começa a sessão às 14 horas e 30 minutos, então às 14 horas e 29 minutos é o nosso prazo de limite máximo de trabalho aqui. Evidentemente que esta Presidência não pretende prender aqui os Constituintes até esse horário. Então, nós poderíamos combinar assim: vamos ceder a palavra aos dois Constituintes inscritos e, em seguida, os que desejarem fazer os apartes, nos outros momentos, poderão fazê-los agora e, em seguida, nós poderemos combinar o horário de retomada dos trabalhos à tarde.

Com a palavra o nobre Constituinte Aécio de Borba.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Sr. Presidente, nobres Constituintes, surgiu no palco das discussões, o percentual a ser inserido na Constituição como destinação específica à área educacional.

Nós já manifestamos, e já apresentamos sugestões à Mesa, de que se abra uma grande perspectiva de se procurar diminuir o déficit de escolaridade no País.

Eu acredito que subir assustadoramente a destinação dos recursos para empregar na área da educação talvez não fosse o mais salutar. Mas destinar pelo menos mais de 50% daquilo que ficasse estipulado na Constituição, nas disposições transitórias, para que durante um prazo de 4 anos se constituísse num recurso oportuno para a extinção do déficit de escolaridade existente no País, nos parece uma providência que deva ser tomada com muito proveito para a melhoria da educação no País.

O segundo ponto, que também foi objeto de proposição nossa, é a extinção da palavra final, no artigo atual na Constituição, que existe para a carreira do magistério, preenchimento, na admissão e no último escalonamento da carreira, a prestação de concurso. A isonomia parece nos

mostrar que não há necessidade desse concurso para o cargo final da carreira, porque o militar inicia na carreira e vai ao final dela sem prestar concursos para chegar a esse ponto. O Juiz, também vai a Desembargador e ao final de sua carreira, o advogado, sem prestar concurso para ter a finalização de toda a sua trajetória na vida do ensino. E não é justo que seja o professor o único a ter que se submeter a um concurso. Critérios haverão para premiar àqueles que, ao longo da sua carreira, sem dúvida alguma, hajam demonstrado a eficiência e a sabedoria necessárias para se chegar a carreira final do magistério.

Outro ponto também que nós ouvimos bastante discussão e respeito, e gostaríamos de abordar, é o problema do ensino municipal na área primária.

Nós acreditamos que a reforma tributária virá sem dúvida alguma. E a nossa esperança é que dentro dessa reforma tributária, seja distribuída uma parte do FPM, equitativamente entre todos os Municípios. Hoje, a sistemática de distribuição prevê a participação do município com o percentual que ela contribui para formação do fundo de distribuição da Receita aos Municípios. E é óbvio que se houver uma participação do município, numa área pequena, municípios, como no meu Estado, existem de quase inexpressividade principalmente na arrecadação tributária, se ele tiver uma participação equânime, entre os 4 mil e 100 municípios do País, para destinação específica a área da Educação, sem dúvida alguma é uma maneira de transferir ao município com recursos gerados, se assim for entendida pela Comissão que vai estudar o assunto, com a maneira realmente de dar o respaldo necessário aos municípios para tal cobertura.

Outra manifestação nossa, para o dia de hoje, é que o nobre Relator desta Comissão nos deu a honra de ver toda a parte do Projeto Aquário, mil e trezentas e poucas sugestões oferecidas pelos diversos pontos do País, de pessoas que mandaram para o Senado Federal as suas sugestões. Há um reflexo de reivindicação de favores específicos de municípios, das áreas e das cidades que fizeram a remessa ao Senado. E, dentre estas, todas aquelas que se referiram ao esporte, sugerindo um maior apoio e um maior incentivo ao esporte, talvez abrangendo umas 120 sugestões para criação de um ministério específico, e outras, quase todas reivindicações para que fossem construídas quadras de esportes nas escolas.

Nós tivemos oportunidade de distribuir, aos nossos caros Constituintes desta Subcomissão, uma sugestão de estudos do Professor Álvaro de Mello Filho, que é autor de doze obras dos mais diversos setores da educação, do esporte e da parte de sistematização, e que é um contribuinte que eles nos pediu fôssemos portador a quantos integram esta Comissão. E distribuímos também aquela sugestão que nós apresentamos para integrar a Constituição como tema de maior reivindicação do esporte, no dia de hoje. Como foi feito por escrito, nos dispensamos de outros quaisquer comentários.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Canedo) — Assumi a Presidência em função de necessidade de saída, neste momento, do Presidente Hermes Zaneti, e está usando a palavra o Constituinte Aécio de Borba.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Eu gostaria de apenas, parece que não entendi bem quanto à proposta que o ilustre Constituinte fez dos concursos para a educação. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> repetisse, se fosse possível.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — A Constituição, hoje, prevê, que para os cargos iniciais e finais da carreira de magistério, é obrigado o concurso, e nós defendemos que a palavra "final" seja eliminada da Constituição. Que se mantenha o concurso, mas que ao entrar pela sua experiência e o seu trabalho ao longo de uma vida, que muitas vezes, dura mais de 30 anos, ele não tenha que se submeter a um concurso final para obter a última carreira da vida inteira que ele levou.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Perfeito. Eu havia entendido mal, parece que ia haver a extinção do concurso, e aí nós íamos ter que varar a noite.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Canedo) — Passo a Presidência para o Primeiro-Vice-Presidente, Aécio de Borba, pois também quero fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Aécio de Borba) — Concedo a palavra ao Constituinte Pedro Canedo.

O SR. CONSTITUINTE PEDRO CANEDO — Pedi a palavra para apresentar também uma sugestão, mais para efeito de debate, porque sei que o texto constitucional talvez não preveja o inclusão dessa sugestão no seu próprio texto.

Quero concordar em gênero, número e grau com o Constituinte Florestan Fernandes, quando diz que a nossa Constituição deve ser molhada e salgada. Acho que um tema como a educação não pode ficar restrito a apenas alguns poucos artigos. Acho que outros temas que nossa própria Subcomissão irá tratar, como esporte, cultura, turismo, lazer, sim, estes não têm tamanha relevância como tem a educação. A sugestão que aqui trago é no sentido de que nós iniciemos também o debate sobre a interligação da saúde e da educação. Tenho o prazer, como médico, de ter um outro colega médico nesta Subcomissão, que é o Constituinte Chico Humberto, que também se depara sempre com esses problemas. Sou médico especialista em oftalmologia e tenho, na minha clínica particular me deparado com inúmeras e inúmeras crianças que deixam de continuar os seus estudos em função de não terem tido uma diagnóstico precoce de suas enfermidades, sejam oftalmológicas, sejam enfermidades da clínica geral. Gostaria que não deixássemos exclusivamente para que leis ordinárias e complementares regulassem os exames que seriam necessários, de extrema necessidade, para o acesso das crianças ao ensino.

Gostaria de trazer, inclusive, a colaboração, a informação de que alguns exames, como um exame neurológico, um eletroencefalograma, um eletrocardiograma, exames de sangue, exames de urina, exames de fezes, exames radiológicos, exames oftalmológicos não poderiam de forma alguma deixar de ter a criança ao ingressar na escola. Com isso, nós, acredito, elevaríamos em muito a qualificação dos nossos estudantes. Gostaria de trazer essa colaboração aqui para que nós possamos debater e ver, estudar uma forma

de colocarmos no texto constitucional a obrigatoriedade, nos municípios, desses exames.

Concordo, plenamente, com o Constituinte Sólton Borges dos Reis em que são exequíveis. Nós precisamos buscar não só o exequível, o que nós hoje julgamos exequível, mas também tomar exequível aquelas idéias que nós temos. Tenho realmente, sinto a necessidade de que as crianças passem por esses exames ao serem admitidas nas escolas.

Gostaria de dizer que, falando por último, muitos dos temas aqui abordados são também muitas das propostas aqui sugeridas e comungam dos mesmo pensamento. Quero apenas corroborar uma delas que considero de fundamental importância. Na minha opinião, verba pública, exclusivamente, para as escolas públicas. Essa é uma opinião de que não abro mão em função de que as escolas particulares e outras escolas também, que mesmo não sendo particulares tenham usufruído das verbas públicas — e aqui quero incluir inclusive as escolas militares —, acredito que as verbas públicas sejam exclusivamente para as universidades federais, universidades estaduais, colégios estaduais, colégios municipais, escolas técnicas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> Deputado Pedro Canedo.

Concedo a palavra agora ao Constituinte Chico Humberto.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Concordo plenamente com a sua explanação. O meu medo apenas é de quando se fala em inserir o exame para a criança, na escola, o exame médico, que acho que deve ser feito, sem dúvida, nós estamos tirando a responsabilidade do Estado em termos de saúde pública. É importante que se faça, mas eu acho que não só a criança que adentra a escola, mas a saúde pública deveria garantir o atendimento médico, os exames que foram propostos a todo e qualquer cidadão brasileiro, assim poderia garantir o seu registro do casamento gratuito. O meu medo é que uma vez assumida essa responsabilidade, o Estado possa abandonar de vez a saúde pública, nessa hora, porque vai fazer um atendimento orientado e vai tirar dos seus ombros a responsabilidade de saúde pública. Então, apesar de concordar com sua proposta, apesar de saber da necessidade desses exames, tenho medo de que num momento como este, se nós fizermos disso um texto constitucional, o Estado possa se ausentar da sua responsabilidade maior que é fornecer também saúde pública gratuita para o povo brasileiro.

O SR. CONSTITUINTE PEDRO CANEDO — Não concordo, porque acho que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Minha proposta é no sentido de que o Estado, no caso o município, já que estaríamos tratando de crianças de 5, 6, 7 anos de idade, seria da responsabilidade do município esses exames.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — E que isso não sirva para ser mais uma forma de discriminação entre as crianças, porque nós vamos encontrar crianças com lesões gravíssimas cerebrais, com problemas seriíssimos de sociabilidade e talvez isso sirva também como mais uma parede, mais um muro para dividir este País tão discriminado que é o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Cedeo a palavra ao nobre Constituinte Ubiratan Aguiar.

O SR. CONSTITUINTE UBI RATAN AGUIAR — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando o nobre companheiro Sólón falava, tecia comentários, houve uma intervenção do nosso Constituinte Álvaro Valle sobre o problema da destinação de recursos públicos para as escolas públicas de forma exclusiva e nós, realmente, havíamos nos pronunciado, como outros companheiros, dessa mesma forma. E quando ele falava no custo/aluno de ser quatro vezes superior à escola particular, acho que esta Comissão, nos debates que por certo haverá de travar, não pode deixar de atentar para um fator que é fundamental: a clientela de cada uma dessas escolas. Nesse custo está embutido o custo social da escola pública. Quando coloca alimentação, quando coloca a saúde escolar, quando coloca o problema do livro didático para uma clientela que não pode adquirir livros, e teria que dar muito mais do que realmente ele oferece. Tem que se ver que a maioria das escolas particulares — e quem já passou por uma Secretaria de Educação pode testemunhar isso — paga um salário muito mais miserável do que o que é pago hoje pelo poder público ao magistério. Então, tudo isso tem que ser levado em consideração. Os custos sociais não podem ser mensurados pelos lucros obtidos pela escola particular, pela iniciativa privada. Nós precisamos é melhorar, é puxar para que a melhoria da qualidade do ensino na escola pública venha através de uma maior soma de recursos que vá se manifestar no salário do professor, em primeiro lugar, nas condições de instalação de laboratórios, nas condições físicas das próprias escolas para o atendimento de toda essa clientela.

Eu não chegaria a tanto e até já pensei, num determinado momento, como o Professor André Getti, da Universidade Federal do Ceará, que diz que se houvesse até a estatização, as minorias que detêm os privilégios conseguiriam puxar de tal forma a melhoria da qualidade de ensino na escola pública, que em pouco tempo nós alcançaríamos patamares nunca antes imaginados por todos nós. Mas, sem chegar ao que pensa André Getti, eu entendo que é o momento de todos nós destinarmos os poucos recursos públicos, que durante muito tempo foi muito menos de 5% do Orçamento da União, e que através do nosso Relator, Senador João Calmon, passou para 13%, e de que precisamos até aumentar esse percentual para que possamos alcançar uma escola pública desejada pela sociedade brasileira.

Era esse o aparte que eu desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex.<sup>a</sup> (Pausa.)

Pedirámos a gentileza, ao Constituinte Florestan Fernandes, que está chegando, que apertasse o botão e se identificasse ao fazer uma intervenção, para efeito de gravação.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Gostaria de dar um aparte ao companheiro Ubiratan, para salientar que as escolas privadas gozam de isenções tributárias e empréstimos preferenciais. Há gastos não visíveis que oneram os cofres públicos, aumentam os lucros das escolas e ainda criam essa fantasia de que

o ensino privado é um ensino mais eficiente e mais barato.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Estou entendendo como parte à intervenção do Constituinte Ubiratan Aguiar.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Eu queria dar um aparte ao Constituinte Ubiratan Aguiar, de que as escolas particulares recebem esses financiamentos a juros subsidiados, onerando mais uma vez os cofres públicos. Eu não conheço, francamente, em sã consciência, nenhuma pesquisa feita por escolas particulares que tenha trazido benefícios para a sociedade brasileira de um modo geral; as pesquisas são feitas geralmente nas escolas e universidades públicas estaduais ou federais.

Nós não queremos, absolutamente, entrar em confronto e garantimos o direito da existência da escola privada, da escola convencional, ela tem todo o direito de existir no estado democrático. O que nós não podemos aceitar são depoimentos como o do Constituinte Álvaro Valle, que é pena que não esteja presente, querer catalogar, querer adjetivar, ou querer prejudicar o ensino público que foi vilipendiado na nossa Pátria durante 23 anos ou mais, sem remunerar o seu professor dignamente, sem dar condições de trabalho, sem permitir que haja um acesso em condições de igualdade ao cidadão brasileiro. Isto, sim, nós temos que resgatar; é um problema social que foi levantado pelo Constituinte Ubiratan Aguiar. As oportunidades não são iguais na nossa Pátria e nós temos que garantir agora, nesta Constituição, pelo menos o direito da oportunidade em condições de igualdade para todo cidadão brasileiro.

O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM — O Constituinte Ubiratan Aguiar me permito um aparte? (Assentimento do orador.)

Eu também, sobre essa questão da destinação das verbas, tenho uma experiência de professor, tanto da rede pública como da rede privada, já faz quase 20 anos que iniciei minha carreira de professor, lecionei na escola particular durante muito tempo e também na escola pública, também desconfio muito das estatísticas que são citadas sem que se saiba, exatamente, qual é a fonte, de onde veio, como fez isso, com que objetivo que foi feito. Posso dar meu testemunho de que, pelo que pude observar, a menos àquilo a que se referia o Sólón, em sua falação anterior, a menos que seja aquilo que se gasta sob a rubrica educação, sem ser necessariamente destinado à educação.

Recentemente, no Rio Grande do Sul, os professores, através do Centro de Professores do Rio Grande do Sul, andaram envolvidos em um censo para que se descobrisse quem eram realmente aqueles professores, estavam realmente na escola. O que tem se descoberto lá, como eu acho que aconteceria na maior parte do País se fosse feito um trabalho dessa maneira, é que existem dezenas, talvez mais do que dezenas de milhares de professores, de funcionários públicos contratados para a Secretaria de Educação e que prestam serviços em outras secretarias. Além do fato que tem sido até explorado, talvez com objetivos não expressos pela grande imprensa, de funcionários que, na verdade, nunca exerceram sua função em nenhuma repartição pública. Isto é verdade! Mas nós não podemos colocar isto na rubrica

da educação como um problema da escola pública. Hoje, os números — como se diz hoje em dia — conservadores do MEC, dão conta de 8 milhões de crianças na idade escolar que não estão frequentando a escola. Essas crianças não frequentam a escola não só por causa da escola, mas porque têm que tomar conta do irmão mais novo, enquanto os pais vão para o trabalho, ou porque têm elas mesmas que ir trabalhar para completar o orçamento doméstico, não têm camisa para ir a escola, não tem material didático, etc. São aquelas crianças que necessitariam, elas mais ainda do que as outras do amparo público, da escola pública.

Há poucos dias, para não pensarmos que isso é de algum rincão excêntrico do País, a ex-diretora da Coordenação da Grande São Paulo, o órgão que coordena toda a rede escolar na Grande São Paulo, a Professora Mirian Vati falou pela imprensa que em São Paulo faltam cerca de 1 milhão de vagas para crianças que deveriam estar frequentando escola pública. Se nós considerarmos o fato de que esse número do MEC, 8 milhões em idade escolar, não frequentando a escola, é um número contestado pelas contas do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que aponta um número substancialmente maior, conforme divulgado pela Campanha da Fraternidade desse ano, da CNBB, nós só poderemos realmente ficar com a posição, reforçar essa posição de que se tudo que se gastar na educação, ainda no Brasil, em face das nossas necessidades, é pouco, mas ainda nós devemos dizer: não se pode gastar em educação nada que seja em detrimento da escola pública.

O SR. CONSTITUINTE ÁTILA LIRA — Solicito um aparte ao Constituinte Ubiratan Aguiar. (Assentimento do orador.)

Quero acrescentar que já temos, ao longo desses anos de debate sobre o financiamento da educação, isso sempre foi discutido, foi tese, inclusive, durante muitos anos aqui dos órgãos de planejamento do Governo Federal, para justificar a não destinação de mais recursos para a educação, atribuindo ao ensino público a grande ineficiência. Mas a análise real da questão faz com que compreendamos que dificilmente se pode comparar, hoje, a estrutura de custo da escola particular e da escola pública, quando nós sabemos que a escola pública reflete também um quadro de desigualdade social. A classe menos favorecida está justamente no setor público, portanto, necessitando de uma assistência da sociedade diferenciada, em termos de alimentação, em termos de uma série de outros bens e serviços que a classe média e a classe dominante já detêm. Portanto, nesse aspecto, a questão de comparação de custo tem que ser vista considerando tudo isto, os outros valores agregados que não estão sendo objetivamente considerados na equação do custo.

Eu vejo a responsabilidade da Educação no Estado; a opção realmente por Educação, por Saúde, só será real a partir da questão da reforma tributária e também se o Estado, realmente, abrir mão de outras funções que veio a assumir nesses anos de evolução da economia e da sociedade brasileira. Porque a Educação, como atividade, deixa de ser prioritária na medida em que o Estado também considera prioritárias outras atividades

em que passa a dividir recursos e a dividir suas atenções. O Estado brasileiro, em termos de intervenção, indiscutivelmente, é um dos maiores do mundo. Isso faz com que a função socializante da Educação seja colocada em segundo plano. Acho que o setor privado deve existir na sociedade brasileira, é evidente, guardando essa questão da exclusividade de recursos, mas também deixando ao setor privado as regras do próprio mercado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Desejo comunicar ao Constituinte Ubiratan Aguiar que S. Ex<sup>a</sup> tem 1 minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. CONSTITUINTE UBI RATAN AGUIAR — Sr. Presidente, eu recolho todos os apartes em socorro de uma posição que saio daqui com a satisfação de ver que esta comissão, pela manifestação de vários companheiros aqui, já assume uma postura e uma posição de que a sociedade está realmente a reclamar de todos nós: é a defesa intrínseca da escola pública na exclusividade dos recursos públicos e que eles sejam principalmente melhores neste momento em que precisamos desencadear o processo de desenvolvimento nacional.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

Nós temos a leitura de duas atas que pediria ao nobre Constituinte, Vice-Presidente, Aécio de Borba que procedesse à leitura para que a Subcomissão pudesse apreciá-las e, assim, colocarmos em ordem nosso trabalho.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Só para terminar, queria fazer propostas que havia esquecido e até relacionei.

É quanto ao auxílio para estudante de escola pública que não tem condições para continuar o seu aprendizado. Isto seria feito a título de auxílio suplementar do estudante de escola pública para alimentação, transporte, vestuário e material didático, para que ele pudesse não sofrer solução de continuidade e poder com isso terminar o seu aprendizado.

A outra seria o problema da discriminação que hoje é feita no próprio livro didático, ensino de dois segmentos da nossa sociedade, que quero deixar bem claro aqui e que espero não haja mais.

Primeiro, seria a discriminação que se faz em cima do negro, que é apresentado em todo livro didático como um marginal, e hoje podemos considerar o segmento da sociedade que é classificado em cinco itens - o negro, o cafuno, o mulato, o moreno, o preto; que não fossem discriminados.

Em segundo lugar a discriminação que é feita em cima da mulher, no livro didático também; temos que acabar com essas duas discriminações hoje feitas no livro didático.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Ficam aí as considerações do Constituinte Chico Humberto.

O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM — Sr. Presidente, gostaria de, se possível, fazer uma breve comunicação à Comissão a respeito da apresentação de proposta.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM — As entidades nacionais da área da educa-

ção, Confederação dos Professores do Brasil, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, União Nacional dos Estudantes, entre outras entidades nacionais, Federação dos Servidores das Universidades, estão em vias de apresentar a esta Comissão, se já não o estão fazendo já neste momento, um conjunto de posições discutidas por todas essas entidades e que, felizmente, chegam a um consenso de toda a organização das entidades da educação, especialmente aquelas ligadas à escola pública, no Brasil.

Gostaria de dizer que acredito seja a posição de inúmeros outros companheiros desta Comissão, que vou apresentar como minhas essas resoluções das entidades nacionais evidentemente sem prejuízo de apresentar outras sugestões aos Srs. Constituintes. Ainda não tive oportunidade de fazê-lo porque estou aguardando o momento em que haja esse material todo definido como acredito que já está acontecendo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — A Presidência comunica que já recebeu as sugestões dessas entidades, oficialmente, através desta presidência, sem prejuízo de que V. Ex<sup>a</sup> possa tê-las e também apresentá-las em seu nome.

Para uma comunicação, tem a palavra o Constituinte Pedro Canedo.

O SR. CONSTITUINTE PEDRO CANEDO — Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Constituintes, apenas para registrar que a ausência de um nosso colega Constituinte se deve, não apenas em função dele estar homenageando, mas, também de estar recebendo uma justa e merecida homenagem, hoje, na Cidade de Ouro Preto. Trata-se do Professor Octávio Elísio que recebe nesta data, uma homenagem em Ouro Preto pelos seus relevantes e objetivos trabalhos prestados à Educação em Minas Gerais.

Era essa a comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> Passo a palavra ao nosso Vice-Presidente, Aécio de Borba, para ler a Ata da 3<sup>a</sup> Reunião no dia 9 de abril.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma comunicação que, ao mesmo tempo, é de registro histórico é também agradável a todos nós, integrantes da Comissão.

A Constituinte Márcia Kubitschek chegou ao final da reunião mas como ela própria traz estampada a comenda que recebeu, na manhã de hoje, como justa homenagem ao seu trabalho em prol da Cultura da Nação e, então, como disse, além do registro histórico e da justificativa da sua ausência no início da reunião, é também uma congratulação de todos nós pela homenagem que foi prestada a nossa colega. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigada a V. Ex<sup>a</sup>

Vai-se proceder à leitura da Ata.

(Procede-se à leitura da Ata da terceira reunião extraordinária.)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — A Presidência queria fazer um registro, já que na redação da Ata consta, na ordem inversa, que esta Subcomissão decidiu que a questão do jogo não será objeto de discussão ou apreciação por esta Subcomissão.

A Ata diz exatamente que foi aprovado, só que na ordem inversa e, por esta razão, a Presidência faz a correção.

A Presidência coloca em votação se os Srs. Membros são contrários à inclusão do jogo como atividade a ser tratada por esta Subcomissão, o que também foi aprovado, ou seja, foi aprovado que somos contrários a que esta Subcomissão aprecie este assunto.

A Ata está correta. Insisto, no entanto, em que o assunto foi redigido na ordem inversa. Por esta razão, deixamos aqui o registro de que esta Subcomissão decidiu que a questão do jogo não é objeto de estudo e debate por parte desta Subcomissão.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Como eu ouvi atentamente e depois li, acho a redação confusa. Isso é tão importante para nós que sugiro que esta redação seja aprimorada.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — A Presidência já fez o registro e esperamos que isto esteja adequadamente gravado nas nossas fitas de que se faz a ressalva de que esta Subcomissão decidiu que a questão do jogo não será objeto de discussão, debate e apreciação por parte desta Subcomissão.

Constará este registro da Ata de hoje.

Em discussão a ata.

Se alguns dos Srs. Constituintes tiver alguma ponderação a fazer. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM — Apenas para fazer uma indagação ao Presidente: se as sugestões recebidas tanto de Constituintes quanto de entidades têm sido registradas e entregues cópias aos Constituintes; recíbi, já, uma parte delas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — O que esta Subcomissão decidiu foi no sentido de que serão apresentadas, aqui neste plenário, as sugestões de autoria dos Constituintes membros desta Subcomissão. As sugestões estão sendo recebidas pela Presidência e por determinação do Plenário desta Subcomissão encaminhadas ao relator desta Subcomissão.

Com a palavra o Constituinte João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Um esclarecimento. Essas propostas estão sendo encaminhadas ao Prodasen que vai processá-las. O Prodasen, inicialmente, pretendia colocar no computador a emenda das propostas, mas, depois, em face da nossa reivindicação, ficou decidido que seria colocado no computador o texto integral das propostas com as respectivas justificativas. Estão sendo encaminhados ao Prodasen que ainda não concluiu o seu trabalho. É a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Esta Presidência recomenda à nossa Assessoria que, embora a decisão de que aqui não se dará como discussão de mérito, a partir das sugestões encaminhadas por outros Srs. Constituintes, todos os Membros Constituintes desta Subcomissão possem ter à mão todas as sugestões encaminhadas, até por que poderão encampá-las como sendo de sua própria autoria, e a partir daí apresentá-las aqui à Subcomissão, sem, no entanto, deixar de ter presente, nobre Constituinte Gumercindo Milhomem, de que há o prazo até 6 de maio para que estas sugestões dos Srs. Constituintes sejam

apresentadas à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Este é o novo prazo oficial?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — É o novo prazo oficial comunicado hoje, pela manhã, através da Secretaria Geral.

Mais alguma observação à respeito da Ata? (Pausa.)

Em votação a Ata.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Leitura da Ata da sétima reunião, dia 14 de abril.

*(É lida e aprovada a Ata da reunião do dia 14 de abril.)*

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Temos, agora, que decidir o horário da nossa reunião de hoje à tarde. Tenho uma proposta para isto.

Nós recebemos convite da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência que estará, às 17 horas e 30 minutos, no anexo IV, no Auditório, entregando as suas propostas relativas aos diferentes campos dos quais será contemplado o texto constitucional — no nosso caso a questão da educação, da cultura e do esporte. Nesse sentido, nós consideramos que seria importante prestigiar aquela atividade, inclusive, pela expressão da SPBC e pela gentileza do seu Presidente em fazer aqui o comunicado nesta manhã. Diante disto, nós consultamos os Srs. Constituintes e a Sr. Constituinte, no sentido de sabermos se poderíamos retomar os trabalhos às 18 horas e 30 minutos?

Há alguma outra sugestão? (Pausa.)

Então, retomamos os nossos trabalhos hoje, às 18 horas e 30 minutos.

*(Está encerrada a reunião. Obrigado.)*

#### ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezoito horas e trinta minutos, na sala de reunião da Subcomissão, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, reuniu-se em caráter extraordinário a Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, sob a Presidência do Senhor Constituinte Hermes Zaneti, com a presença dos seguintes Srs. Constituintes: Sólton Borges dos Reis, Chico Humberto, Aécio de Borba, Pedro Canedo, João Calmon, Florestan Fernandes, Louremberg Nunes Rocha, Paulo Silva, Átila Lira, Antônio de Jesus, Ubiratan Aguiar, Marcia Kubitschek, Gumercindo Milhomem e Maurício Nasser. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. Fazendo uso da palavra o Constituinte Louremberg Nunes Rocha sugere propostas de financiamento para a Educação demonstrando sua preocupação com os recursos relacionados ao Orçamento da União. O Constituinte Átila Lira se posicionou em relação aos casos dos professores em atividades fora da regência de classe, ou seja, em bibliotecas, secretarias, entre outras. Em seguida o Constituinte Ubiratan Aguiar destacou o magistério como uma das atividades mais desgastantes, citando a desigualdade do tratamento entre professor e professora. O Consi-

tuante Sólton Borges dos Reis exemplificou o Estado de São Paulo como um dos pioneiros no País, cujas jornadas de trabalho são diferentes dos outros Estados, levando em conta os serviços técnicos. O Constituinte João Calmon sugeriu o apanhamento taquigráfico a partir das próximas reuniões, inclusive a de hoje de manhã, a fim de agilizar os trabalhos, devido ao curto prazo para entrega do anteprojeto. O Sr. Presidente, comunica que já foi expedido ofício referente à solicitação do Relator. O Constituinte Florestan Fernandes lembrou que os professores de 1º e 2º graus são os que enfrentam os maiores problemas nos trabalhos docentes, afirmando que o professor antes de ser máquina de dar aulas é um grande recurso pelo seu talento. O Mercado mundial, afirmou, se empenha em aproveitar o talento pelo máximo de tempo possível. A aposentadoria precoce, portanto, não é benéfica e citou casos de professores que se aposentam e continuam trabalhando num regime mais livre dedicando-se às pesquisas, laboratórios, teses, etc. É preciso utilizar o talento em benefício da sociedade. O Constituinte Antônio de Jesus destacou a importância da Educação e defendeu a liberdade da criança que, de acordo com o meio, possa se adaptar à escola antes dos sete anos, sendo favorável à aposentadoria facultativa aos vinte e cinco anos. O Constituinte Gumercindo Milhomem apoiando as ponderações do Constituinte Florestan Fernandes, afirma que as condições sociais e políticas não favorecem ao professor a possibilidade de se aposentar cedo. O Constituinte Chico Humberto destaca as muitas atividades em que ocorrem riscos de vida como a sujeição à radiação que leva os indivíduos à esterilidade. Nesses casos a aposentadoria deve ser precoce. O Constituinte Florestan Fernandes apresenta duas propostas: a) combate a extinção do analfabetismo, tanto para a criança como ao adulto e; b) reformulação na organização do Sistema de Ensino. A atual Lei de Diretrizes e Bases estabelece normas e já nasceu defeituosa. Sugere a criação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento da Educação, um órgão que venha ao encontro às necessidades de ensino de todos os graus, agindo como um liame. Os Conselhos Escolares viriam jogar por terra os vínculos políticos, fazendo com que os mecanismos fossem mais duráveis. Até hoje as reformas não têm trazido resultados satisfatórios. Sugere um Plano Democrático na área da Educação objetivando levar o aluno de qualquer camada social à universidade, uma vez que ele possui recursos ou seja, talento. Finalizando, o Constituinte destacou que, hoje possuímos cinquenta milhões de analfabetos no país. O Mobral não cumpriu seus objetivos. O Presidente Hermes Zaneti apresentou suas últimas sugestões, indicando alguns nomes ligados à Educação para prestarem depoimentos como: Professor Paulo Freire e o Doutor Heitor Gurgulino de Souza. Discutiu-se o problema da Imprensa cujos jornalistas têm imprimido um cunho de pouca responsabilidade aos Constituintes. Átila Lira julga necessária a presença da Imprensa, acrescentando ser esta bem-vinda ao processo da Constituinte. Às vinte horas e quarenta minutos o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, convocando outra reunião para amanhã, dia vinte e dois, quarta-feira, às nove horas e trinta minutos, para a elaboração do cronograma das Entidades e per-

sonalidades a serem ouvidas, cujo teor será publicado na íntegra no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e, para constar, eu, Sérgio Augusto Gouvêa Zaramella, Secretário, lavei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

*ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, REALIZADA EM 21 DE ABRIL DE 1987, ÀS 18H30 MIN., ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO, CONSTITUINTE HERMES ZANETI.*

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Estão abertos os nossos trabalhos.

Solicito ao Vice-Presidente, Constituinte Pedro Canedo, em atendimento ao que havíamos decidido pela manhã, que nos dê a orientação para aprofundarmos o debate das propostas apresentadas durante a reunião de hoje pela manhã.

O SR. CONSTITUINTE PEDRO CANEDO — Sr. Presidente e Srs. Constituintes, no período da manhã, foram apresentadas propostas e eu questionaria do Sr. Presidente de que forma gostaria que fossem relatadas as propostas, se todas as propostas, ou Constituinte por Constituinte?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Háviamos combinado, pela manhã, que separaríamos por capítulo: proposta sobre financiamento para educação, proposta sobre pré-escola, proposta sobre idade para obrigatoriedade escolar, proposta sobre tempo de serviço em regência de classe para aposentadoria, a questão do livro didático... São, pelo menos, algumas das propostas apresentadas e defendidas pela manhã.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROBHA — Mas, Sr. Presidente, houve um questionamento do Constituinte com relação ao problema do percentual. Seria interessante, como preliminar, um esclarecimento da minha parte para que, depois o Constituinte Pedro Canedo pudesse continuar, já esclarecida essa parte.

Eu supunha que, em cima de duas propostas do Constituinte Álvaro Valle, havia colocado a preocupação com os recursos que pudessem aparelhar aquelas duas propostas: a de aposentadoria aos 25 anos de serviço para a mulher e também a da merenda escolar. Mas a preocupação era que não apenas houvesse aquele percentual já garantido à Educação, mas que esse percentual não se misturasse com outros itens, de maneira a esvaziar o valor efetivamente atribuído à Educação.

Baseados em estudo da Assessoria do Senado, havíamos levantado aquele percentual de 3,3% que, usado para atender aos inativos da Educação, diminuía o percentual global para a Educação. A dúvida que ficou, naquele momento, foi se esses 3,3% incidiam sobre 13% ou sobre o que representa 13% no global da Educação. Verdadeiramente, os 3,3% incidem sobre o global dos 13%, ou seja, eu trouxe aqui o próprio orçamento da União para 1987, mais recente, e nós temos aqui dois itens: assistência e previdência, com 1 bilhão 402 milhões 892 mil, e, Previdência Social a inativos e pensionistas, com 1 bilhão 224 milhões e 283 mil. O orçamento global do Minis-

tério para 87 é de 37 bilhões, portanto, equivale perfeitamente àqueles 3,3% a que nós tínhamos pela manhã nos referido.

Eu queria, além disso, e para deixar uma contribuição a esta matéria, que ficasse consignado — evidentemente o gravador vai anotar — uma proposta que vai anexa a essa anterior, no seguinte teor:

"Para efeito do cumprimento dos percentuais mínimos e da sua efetiva aplicação, somente serão contabilizadas as despesas orçamentárias anuais consignadas aos programas do Ministério da Educação que estejam ligados às seguintes modalidades de ensino: ensino de primeiro grau, ensino de segundo grau, ensino superior de graduação e pós-graduação, ensino supletivo, ensino pré-escolar e educação de excepcionais."

Com isso, ficam quaisquer recursos alocados à Educação, especificamente alocados, de maneira que não haja dispersão de recursos para outras atividades afins à Educação mas que não seja efetivamente estas aqui enumeradas.

Com esta contribuição, acredito que fica mais ou menos esclarecida aquela matéria de debate da parte da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex.<sup>a</sup>, e fica então para nosso Relator, Senador João Calmon, a sugestão deste texto apresentado por V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Pedro Canedo.

O SR. CONSTITUINTE PEDRO CANEDO — Sr. Presidente, a primeira proposta verbal, colocada na reunião da manhã, se refere à aposentadoria no magistério. O Constituinte Álvaro Valle apresentou proposta que mantém o atual texto constitucional, ou seja, que a professora se aposenta aos 25 anos de serviço e o professor, aos 30 anos. E o Constituinte Ubiratan Aguiar apresentou, em seguida, uma proposta de aposentadoria de 25 anos para o professor e para a professora. Outros Constituintes debateram essas propostas, mas as duas são as que foram apresentadas verbalmente e as considerações foram feitas por outros Constituintes também, mas ficar anotados aqui Constituintes Álvaro Valle e Ubiratan Aguiar como tendo apresentado essas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. Consulto aos Srs. Constituintes se poderia, neste momento, travar um debate, uma troca de idéias, uma discussão sobre essa questão da aposentadoria especial. Esta Presidência gostaria de introduzir o debate com um relato de algumas situações que estamos vivendo hoje, a nível de magistério brasileiro.

A aposentadoria especial, por tempo de serviço, foi uma conquista obtida em 1981 através de amplo movimento nacional do magistério, que encontrou respaldo no Congresso Nacional. O texto constitucional atual fala em aposentadoria integral; embora assim o defina, nós sabemos que há hoje um problema, especialmente em relação aos professores regidos pelo regime da CLT. Ocorre que a interpretação que se está dando no Estatuto do Servidor Público, é de que a aposentadoria integral é a aposentadoria com vencimento integral no momento da aposentadoria, equivalente ao vencimento de outros colegas que estão em efetivo exercício, enquanto o Instituto

Nacional de Previdência Social calcula a base das últimas 36 contribuições. Isto gerou um problema sério, especialmente junto aos sindicatos, e que constitui, uma das reivindicações pelas quais os professores das universidades brasileiras estão em greve. Quando, há poucos dias, fomos Relator do projeto enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, com relação à isonomia salarial de servidores e professores das autarquias com os das fundações federais, pensamos em introduzir esta alteração para garantir a aposentadoria integral. No entanto, como havia uma repercussão orçamentária, estávamos impedidos de fazê-lo pelo texto da Constituição atual.

Por outro lado, há também a discussão sobre essa diferença de 5 anos. Na época, os professores se aposentavam aos 35 anos de serviço e as professoras aos 30 anos de serviço. Houve uma redução igualitária, no sentido de reduzir para cada um por 5 anos. Um grande debate que se trava hoje, a nível nacional, é de saber se aquela diferença, entre 30 e 35 anos para as mulheres e para os homens, vai persistir no texto constitucional que vamos editar agora. Em tal caso, se a diferença nesse tempo de serviço de 5 anos, seria mantida em relação aos demais trabalhadores e servidores, ou se haveria um só tempo de 25 anos, tanto para homens quanto para mulheres docentes em regência de classe. Esta é outra questão que se deve ser colocada. Na minha vivência de dirigente sindical de professores, encontro ainda hoje em muitos Estados um profundo questionamento sobre quem tem o direito de aposentar-se por tempo de serviço, a chamada "aposentadoria especial por tempo de serviço em regência de classe". Considerando que há muitos professores que estão, inclusive, na escola, mas cuja atividade é na biblioteca, na secretaria, não é especificamente em regência de classe.

São algumas questões que levanto, a título apenas até exemplificativo e não com a preocupação de esgotá-las, mas para que esta nossa Comissão tenha clareza e tenha a dimensão completa do problema, para eventualmente assumirmos aqui uma decisão, num futuro próximo, já que devo esclarecer, agora, a eventuais Constituintes que tenham chegado depois daquele processo constitutivo da Comissão, que a nossa decisão não é de votarmos agora; votaremos num período próprio para a votação. Agora é apenas um processo de discussão, mas que tenhamos clareza, então, nesse processo de discussão para que a redação que venhamos dar, se a hipótese de a Comissão for de encampar a idéia de que devemos manter num texto constitucional esse princípio, esta redação deverá contemplar da forma mais clara esta questão, para evitar depois todas essas interpretações dúbias que, inclusive, têm causado prejuízos a uma camada expressiva dentro do magistério.

Eram essas preocupações, a título de introdução ao debate, que esta Presidência gostaria de fazer. Agora, abrindo o debate, já temos um constituinte inscrito. Passo, então, a palavra ao Constituinte Chico Humberto.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Apenas, a título de sugestão, gostaria de questionar a Mesa, nós que vamos debater aqui o problema da aposentadoria do professor; iríamos debater para apresentar o texto constitucional, co-

mo seria proposto inicialmente, ou iríamos debater para fazer uma sugestão à Subcomissão, que está estudando a aposentadoria, porque são duas coisas diferentes. Eu não sei se teríamos o direito de legislar sobre a aposentadoria ou se teríamos o direito apenas de sugerir à Subcomissão competente para, no caso, anexá-la à Constituição.

Fica a minha dúvida questionada à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — É uma questão importante, no entanto, eu diria que é uma questão que pode ser decidida a posteriori porque entendi que esta Subcomissão deseja, pelo menos, debater esse assunto e ter uma posição, enquanto Subcomissão, a respeito do assunto.

Depois teremos o relatório e o anteprojeto do nosso Relator, Senador João Calmon, na medida em que ele, então, contemple ou não no seu relatório e na sua proposta essa questão, nós poderemos, ou fazermos emendas aqui, se for esse o entendimento da Comissão no momento oportuno, ou levamos, enquanto sugestão nossa, à Comissão que trata especificamente do assunto. No entanto, insistiria pela importância que tem esse tema a nível do magistério brasileiro, que esta Subcomissão se pronunciasse sobre este assunto.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Sr. Presidente, gostaria apenas de concluir, para deixar o meu depoimento, de que não poderíamos fazer discriminação neste momento, na ocasião em que se quer resgatar os direitos do cidadão brasileiro, dividindo o homem com a aposentadoria do professor, com a aposentadoria da professora. Então, teremos de ter uma condição de igualdade nesta hora, com tempo para que essa aposentadoria, tanto para o homem quanto para a mulher e eu advogaria aqui a causa dos 25 anos para aposentadoria dos dois e aí, sim, poderíamos discutir o problema da aposentadoria do professor em regência de aula ou do professor que se encontra lotado nas bibliotecas e nas secretarias, isso, sim, acho que seria o tema principal para que pudéssemos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> Passo a palavra ao nobre Constituinte Louremberg Nunes Rocha, o seguinte inscrito.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Sr. Presidente, as suas palavras levantaram uma questão seriíssima, que é o da especificidade da função de professor, e a questão que está envolvida é de que se adotará o critério de tornar referência nominal ao professor como tal e, a partir daí, aposentá-lo com 25 anos. Ou se vai entrar no mérito da sua atividade, ou seja, se efetivamente ele é professor em sala de aula, e aí é que há o caráter, os problemas que levaram o legislador de 81 a lhe dar este favor especial dos 25 anos, ou se ele é um planejador, administrador, se ele está na biblioteca, como V. Ex.<sup>a</sup> bem lembrou. Então, acredito que este debate é importantíssimo no momento em que o nosso País atravessa seriíssimas dificuldades, em que não se sabe onde muitos recursos serão buscados. Lembro, inclusive, a questão que levantei no início, da Presidência no orçamento da União, porque se ela está em 3,3% hoje, é porque muita gente não pôde, muito professor não pôde se aposentar dado aos óbices opostos pelo Ministério, mas no momento em que se facilitar ou

se abrir a possibilidade de abrangência para os 25 anos, vamos ter um grande aumento nesse percentual dos 13% da educação consignados ao Ministério da Educação.

Portanto é uma questão também que resvala para este lado, mas entendo que principalmente colocar isso para discussão, o problema da especificidade do ato de lecionar, do ato de o professor garantir o seu direito à aposentadoria aos 25 anos, é uma questão fundamental que diz respeito a nossa atividade.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> Concedo a palavra ao Constituinte Átila Lira.

O SR. CONSTITUINTE ÁTILA LIRA — Quería complementar a palavra, inclusive, do Constituinte Louremberg Nunes sobre esta questão do direito com relação à aposentadoria.

Primeiro, acho que é uma matéria que deve ser discutida, a condição de trabalho do professor é matéria, hoje, decisiva na questão da Educação, mas também é necessário que delimitemos o que seja função de magistério, porque temos os especialistas em Educação que dentro do sistema moderno de ensino, representam uma força significativa de trabalhadores, e, portanto, se acham, vamos dizer assim, tolhidos pela legislação previdenciária dos Estados, pela legislação previdenciária do próprio Governo Federal. Também, acho importante que quando tratarmos da matéria relativa à aposentadoria ao trabalhador do ensino, além de entrar no mérito do que seja esse trabalhador, também estabeleça as regras iguais para o ensino privado e para o ensino público, seja da legislação do Estatuto do Funcionalismo ou da própria CLT.

Com relação à questão do orçamento, acho que o nosso Constituinte e Relator tem grande experiência e sabe que até hoje ninguém conseguiu provar, de maneira correta, se o Governo Federal aplica adequadamente os recursos dentro do preceito constitucional, quanto mais nos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ubiratan Aguiar.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Sr. Presidente, apresentamos, e eu estava aqui justamente agora lendo, na íntegra, o texto da sugestão de norma constitucional em que expressamente nós afirmamos o seguinte, nessa sugestão, no item 7:

“Aposentadoria com proventos integrais aos 25 anos de serviço no magistério.”

Isso porque em reuniões sucessivas que mantivemos com os educadores do nosso Estado e em um documento que foi produzido, fruto desse debate, chegamos à conclusão de que deveria acabar aquela distinção na aposentadoria para o homem e para a mulher, 30 e 25 anos, uniformizando-se — foi proposta dos educadores após debate o mais amplo possível.

Depois, em arrimo dessa nossa proposta, o Deputado e Companheiro Constituinte Aécio de Borba fez-nos chegar às mãos também uma plaqueta do Professor Álvaro Melo Filho, “Educação e Constituinte” em que expressa, de maneira muito clara, este pensamento que serviu de embasa-

mento a nossa proposta. Diz o seguinte, no item h da sua proposta:

“O magistério é, dentre as profissões, talvez a mais desgastante física e intelectualmente. E o desgaste, a corrida contra o tempo, a baixa remuneração, a proletarização, o desprestígio social crescente, e até os preconceitos que afetam o professorado não fazem qualquer distinção de sexo. Por isso é injusto e discriminatório estabelecer-se o benefício da aposentadoria para o professor após 30 anos de serviço e para a professora após 25 anos. Outrossim, o tratamento desigual dos sexos no mesmo trabalho constitui um desrespeito à pessoa humana e, no caso, à própria classe docente, conflitando ainda com o princípio da isonomia constitucional. Daí por que é preciso conceder a aposentadoria com o salário integral ao professor de ambos os sexos e em todos os níveis após os 25 anos de efetivo exercício no Magistério.”

Daí por que, Sr. presidente, a nossa proposta, apresentada em termos de sugestão de norma constitucional, é para que a aposentadoria se processasse aos 25 anos, com os proventos integrais para os professores de ambos os sexos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sólton Borges dos Reis.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — Sr. Presidente, apresentei há algum tempo, uma primeira colocação de norma constitucional, para que pudéssemos começar um debate. Na realidade essa sugestão não teve função, porque atrasou muito e até hoje não chegou pela via burocrática e foi distribuída aqui, informalmente, e estamos em discussão de muitos outros assuntos que requereriam uma ampliação desta proposta inicial. Mas, na ocasião, tive o cuidado de não tratar do financiamento da educação, porque entendo que isso dependerá do regime tributário brasileiro, deixando para depois esse financiamento. Também prendi-me ao que seria, de início, um capítulo da educação e cultura, porque, na Constituição há dispositivos que tratam de assuntos diretos ou indiretamente ligados à Educação, mas não estão no Capítulo “Da Educação e Cultura”, como é o caso da aposentadoria do professor que figura no Capítulo “Do Servidor Público”.

Então, o Relator irá apresentar proposta de um capítulo, ou apresentará proposta de um capítulo e mais outro dispositivo que não figure no Capítulo “Da Educação e Cultura”, mas figure em outro Capítulo, “Da Família”, por exemplo, e entrará no mesmo Título, mas não entrará nesse Capítulo; o Esporte que até agora não apareceu em nenhuma Constituição brasileira, a não ser que esteja enganado, onde estaria? Temos, assim, uma preliminar que, talvez, dependa do Relator e da Subcomissão. S. Ex.<sup>a</sup> relatará tudo o que ficar decidido, em termos de um Capítulo “Educação e Cultura”, ou de um capítulo e outro dispositivo que onde couber, entrará? É uma preliminar.

Sobre a aposentadoria dos professores, o que está em causa agora, é bom que verifiquemos o histórico da situação atual, para chegar ao que o Presidente Hermes Zaneti expôs.

Pela Constituição de 1946, a mais liberal que tivemos, a questão estava descentralizada. A Constituição permitia que os Estados dispusessem sobre a aposentadoria do seu pessoal. Então os Estados, conforme os recursos financeiros de que dispunham e a disponibilidade de pessoal com que contassem, faziam as suas leis. O Estado de São Paulo, por exemplo, de onde viemos, três dos Constituintes desta Subcomissão, fizeram uma lei, pela qual o professor com regência de aulas, o professor docente, tinha direito à aposentadoria com vencimentos proporcionais aos 25 anos de carreira. Cada Estado fez o que pôde; depois veio o movimento de 1964, e a Constituição de 1967 suprimiu isso, passando a exigir norma nacional para todos os Estados, um figurino só para todas as necessidades, e fixou em 30 anos a aposentadoria para as funcionárias e 35 anos para os funcionários e daí o magistério começou a travar a luta que todos conhecem. Essa luta, de início, foi derrotada...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Fazemos um apelo ao nobre Constituinte para que fale próximo ao microfone, pois o trabalho é oficial e exige gravação.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — ... porém mais tarde conseguiu-se uma vitória grande, que foi um dispositivo na Constituição federal, baixando o tempo — já não ficava mais a critério de cada Estado —, era uma legislação para todo o Brasil. A Constituição previa que o tempo de função no serviço público poderia ser diminuído, levando em conta a natureza do serviço, não do servidor. Ora, sendo a função docente ou do magistério de um modo geral, mais particularmente a função docente, considerada inclusive, pelo Ministério do Trabalho, uma função penosa, difícil, especificamente muito desgastante, poder-se-ia baixar o tempo de serviço para o professor homem. Não sei como a campanha feminista considera essa discriminação de mulher só poder se aposentar com 25 anos e o homem com 30, mas essa igualdade periclitou. Na realidade, a reivindicação que há no Magistério é na linha do Constituinte Ubiratan, onde se leva em conta a especificidade da função, mas como está sendo interpretada no Estado de São Paulo; não sei nos outros Estados, não há dúvida alguma de que a Constituição abrange todo o pessoal docente, mas docente entendendo-se todo o pessoal do quadro do magistério. Em São Paulo existe o quadro de magistério que se aplica ao 1º e 2º graus, o que vem sendo aplicado também no ensino superior.

A emenda constitucional conquistada pelos professores se refere à função de Magistério não função docente; ela é abrangente, não é como a lei anterior. Aliás, em 1966, na Unesco, o Brasil subscreveu uma recomendação internacional relativa à situação, há 20 anos, então chamada situação atual do pessoal docente. Esse compromisso assumido pelo Governo brasileiro na Unesco definiu, além de exigir a participação das entidades representativas do magistério na definição da política de educação e todo o processo da educação, também definiu o que é função docente. Então, pela resolução de 1966 da Unesco, subscreta pelo Governo do Brasil, suponho deva ser honrada pelo Governo que a subscreveu, enquanto não a denunciar. Entende-se por função docente tam-

bém o pessoal de direção, de inspeção, de serviços técnicos e assim tem sido entendida no Estado de São Paulo. Há um ponto que o Presidente Hermes Zaneti fez referência: que em São Paulo sofremos uma dificuldade, porque existem as diferentes jornadas de trabalho. E um professor que chegou ao tempo que lhe dá o direito à aposentadoria — uma professora, 25 anos, e um professor, 30 anos — não tem o direito de se aposentar com o que está ganhando na ocasião da aposentadoria. E menos ainda, nem sequer na base da legislação trabalhista, que manda fazer o cálculo sobre 3 anos; mas são exigidos 5 anos, 60 meses de contribuição, só depois de 60 meses, ou seja, 5 anos naquele regime de contribuição, é que pode ser-lhe auferido o todo, senão é 1/5 por ano. Isto deve ser também do conhecimento de outros Estados. No entanto, isto já não tem nada a ver — não tem e tem —, é que o mesmo Governo da época fez uma lei em que nas funções de gabinete, após 1 ano, são incorporadas, sendo que para as funções docentes precisa-se esperar por 5 anos. Então um Oficial de Gabinete, para uma pessoa que passou por um cargo de confiança, há uma lei especial dizendo que após um ano de exercício deste cargo a contribuição está incorporada. Pode, inclusive, deixar o cargo, exercer outro que está incorporada. A luta no magistério de São Paulo — está aí o Constituinte Gumerindo Milhomem que é campeão nesta luta — tem sido para reduzir este tempo para incorporar a jornada na aposentadoria, ainda que fosse para 36 meses, mas não se conseguiu. Ainda há casos de professores que passaram os 25, 30, 35 anos de serviço, já podiam estar aposentados, contudo o Estado não lhes dá a incorporação. São aspectos que o Presidente solicitou fossem abordados, que os explorássemos, no sentido de entender bem a questão. Eu não sei a situação em outros Estados, mas há estas implicações todas que devem ser consideradas, para que façamos uma nova Constituição bem abrangente e justa neste capítulo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex\*.

O Senador João Calmon, nosso relator, havia se disposto a prestar alguma informação sobre o seu entendimento a respeito do questionamento inicial de V. Ex\*.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Preliminarmente, eu pediria ao nosso ilustre Presidente para dar instruções à secretaria, a fim de entrar em contato com a Taquigrafia do Senado, para imediatamente ser providenciado o registro dos nossos debates sobre as questões de mérito. Este debate começou hoje, pela manhã. Se deixarmos acumular estas fitas e não houver logo o trabalho da Taquigrafia, a partir de hoje será humanamente impossível acompanharmos os pontos de vista defendidos pelos vários companheiros desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Se eu tivesse consultado uma bola de cristal, não poderia estar tão satisfeito com essa ponderação de nosso Relator, que mostra que é sábio especialmente sobre esta questão, porque acabei de assinar, no início de nossos trabalhos, um ofício, exatamente, para que fique de forma oficial registrado o pedido. Estamos já na 10ª reunião Constituinte Relator, e até este momento, efetivamente, não

recebemos as notas taquigráficas sequer da sessão de posse. De modo que está indo um ofício aqui. O nosso Secretário Sérgio está determinando já as providências, a fim de que a Taquigrafia nos mande com a presteza necessária, para que possa o nosso Constituinte Relator, inclusive, dispor dos dados transcritos das intervenções que aqui se processam, porque compreendo a sua preocupação, no sentido até de traduzir o pensamento da Subcomissão.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Muito obrigado, Sr. Presidente. Parece-me fundamental que seja feita uma recomendação no sentido de ser iniciado este trabalho taquigráfico a partir da reunião da manhã de hoje, porque só a partir da reunião de hoje é que começamos as discussões sobre as questões de mérito. Poderiam até ficar para depois de amanhã, daqui a 48 horas, os apanhamentos taquigráficos das reuniões anteriores. O que me preocupa pela avalanche, pelo volume de trabalhos, são os debates sobre as questões de mérito, debates iniciados na manhã de hoje. Se for possível recomendar em dar prioridade à reconstituição dessas preciosas e valiosas contribuições, a partir da reunião da manhã de hoje. Porque ainda não cheguei a conciliar o que li no Regimento Interno da Constituinte com o nosso calendário por nós aprovado. Ele prevê que um artigo declara que o Relator terá 30 dias; vou lê-lo:

Art. 17 — “O Relator da Subcomissão, com ou sem discussão preliminar, elaborará o seu trabalho com base nos subsídios encaminhados, nos termos do estabelecido neste Regimento, devendo, no prazo de 30 dias, apresentar relatório fundamental do anteprojeto da matéria.”

De acordo com a interpretação da Secretaria, este prazo não é de 30 dias para Relator, mas de 5 dias apenas. Trinta dias a partir da 1ª reunião. Como só agora começamos os debates sobre as questões de mérito, e até porque não havia número, não havia **quorum** para deliberação anteriormente, seria interessante que esclarecesse realmente o prazo que cada Relator tem, que é de 30 dias, conforme determina o art. 17, ou apenas 5 dias, após o término do prazo para a discussão preliminar. Isso me preocupa, porque este mesmo Regimento prevê que o Relator poderá não apresentar o seu relatório na Subcomissão. Está aqui. Se houver um acúmulo de material é humanamente impossível! É humanamente impossível fazer um relatório sobre todos os debates travados aqui, a análise de todas as propostas feitas, com um prazo de apenas 5 dias entre o fim desses debates e a apresentação do relatório. Então, o Regimento Interno prevê que na hipótese de o Relator da Subcomissão não apresentar o seu relatório, este será elaborado pelo Relator da Comissão Temática. Por temer isto é que estou pedindo ao nosso nobre Presidente uma inversão da ordem em relação aos apanhamentos taquigráficos, ao começarmos pela parte taquigráfica da manhã de hoje, datada de hoje, a fim de não haver um acúmulo realmente excessivo de material que não poderá ser, de forma nenhuma, examinado.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERREIRAS — Constituinte João Calmon, como o

prazo foi ampliado para o dia 6, tenho a impressão de que o seu prazo passará a ser contado a partir do dia 6.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Presumo, mas a Secretaria aqui está interpretando que termina o prazo no dia 6 e no dia 11 o Relator apresentará o anteprojeto. Será humanamente impossível, humanamente impossível! São somente 5 dias!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Eu gostaria de prestar esclarecimento sobre isto. Estive discutindo esta questão, inclusive, apresentando o motivo de minha preocupação juntamente com o Constituinte João Calmon, que na época foi a pessoa que me fez o convite para participar de uma reunião. Lembra-se bem, Ex\* nós não conseguimos alterar este prazo inicial sob a alegação do que consta no art. 17, que diz:

“O Relator na Subcomissão, — com ou sem discussão preliminar — elaborará seu trabalho com base nos subsídios encaminhados.”

Os subsídios encaminhados são as propostas apresentadas à Mesa da Constituinte, e no caso aqui, as propostas apresentadas e discutidas no Plenário da Subcomissão.

“Nos termos do estabelecido neste Regimento devendo no prazo de 30 dias, apresentar relatório fundamental do anteprojeto da matéria.”

Então o prazo do Constituinte Relator é 11 de maio para apresentar à Subcomissão o 1º relatório com o seu anteprojeto. É que este anteprojeto se constituirá numa orientação para o debate.

Estávamos prevendo, nos dias 12 e 13, ouvirmos o Ministro da Educação enquanto se processa a publicação do relatório, com o anteprojeto do Constituinte Relator.

Após isso teremos o prazo para a apresentação das emendas ao projeto, e o debate se processará em cima do projeto e das emendas apresentadas. Após isso iremos para o processo de votação e decisão, em termos de Subcomissão, quando então a base desse processo de discussão e decisão da Subcomissão, por votação inclusive, o Relator elaborará um anteprojeto final a ser encaminhado à Comissão Geral, Comissão 8.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUBERTO — Permite V. Ex\* um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Chico Humberto.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUBERTO — Entendo a preocupação do Constituinte João Calmon, uma vez que o parágrafo 4º, do art. 14, prevê, na verdade, quando da falta da apresentação pelo Relator da proposta constitucional, esta será feita pelo Relator da Comissão de Sistematização.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Da Comissão Temática.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUBERTO — Está dito aqui:

“Caberá ao Relator da Comissão de Sistematização a elaboração do mesmo, obedecendo o caput do art. 19.



O SR. RELATOR (João Calmon) — Não. É o do art. 17.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — É o art. 14, § 4º. Na verdade, o que eu gostaria de sugerir, Senador João Calmon...

O SR. RELATOR (João Calmon) — Estou lendo aqui o parágrafo 4º do art. 17:

"A subcomissão, a partir de sua constituição, terá o prazo de 45 dias para encaminhar à respectiva comissão o anteprojeto por ela elaborado. Não o fazendo, caberá ao relator da comissão redigi-lo no prazo de 5 dias".

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Na verdade, o que eu gostaria de propor é que nós todos nos empenhássemos nesse trabalho, inclusive, assessorando o ilustre Senador nessa proposta que todos nós temos interesse em apresentar. Será para nós vergonhoso até, a esta subcomissão, se não apresentar os seus trabalhos no tempo devido. Porque isso daqui é um tempo, nobre Constituinte João Calmon, que está sendo limitado para todas as subcomissões. Não é só para nós. Eu gostaria até de me dispor, nesta hora, e os demais companheiros também acredito que farão o mesmo, para que façamos um apoio ao sentido de se facilitar esse trabalho, que dividíssemos até por capítulos, ou por títulos, ou por itens, que serão debatidos aqui, para facilitar o trabalho do constituinte Relator da nossa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a intervenção e reafirmamos o entendimento desta Presidência e o acatamento da gestão do nobre Relator, Constituinte João Calmon, no sentido de que a Secretaria dos trabalhos desta Subcomissão reforce, naquele ofício, o pedido de que as notas taquigráficas preferenciais sejam emitidas a partir da reunião de hoje, pela manhã. A preocupação do Constituinte Relator vai no sentido de que, como a partir de hoje, pela manhã, iniciamos as discussões de mérito e o constituinte relator quer ser fiel ao debate se processe nesta subcomissão, é de vital importância que S. Exª tenha em mãos as notas taquigráficas, evidentemente traduzidas, para que ele possa usá-las como orientação de trabalho na elaboração do relatório e do anteprojeto que está a isso forçado e limitado por um período curto de tempo. Esta parece ser a razão da insistência do constituinte relator.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Eu gostaria de pedir também que cópias desse apanhado taquigráfico fossem distribuídas aos membros da subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Pedimos que no ofício conste inclusive isso, número de cópias correspondente ao número de membros desta subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Sr. Presidente, vai ser difícil o trabalho do relator porque, em geral, o relator opina sobre uma propositura. Mas, aqui, o nosso relator, como nas demais subcomissões, irá opinar sobre um grande número de propostas. Então, ele irá aceitar umas, rejeitar outras e fazer depois o seu anteprojeto.

O SR. RELATOR (João Calmon) — O relator, segundo entendo, manifestará o seu ponto de

vista mas o que predominará é a vontade da maioria.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Não é isso. Não ponho em dúvida isso. Mas o relator tem que apresentar um trabalho. Vai haver votação antes disso?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Esta Presidência quer esclarecer ao Constituinte Sólton Borges dos Reis e, por consequência, retomarmos uma decisão que já há nesta comissão, que será no seguinte sentido: esta subcomissão decidiu que trabalhará na base das discussões de mérito, tendo em conta as contribuições dos constituintes desta subcomissão, nos períodos de tempo que dispuser para isso. Esta subcomissão decidiu por oito sessões de audiência a entidades que já estão definidas. Após isso, esta subcomissão receberá o relatório e o anteprojeto do relator. Até este momento não se dará, e este momento é 11 de maio, não se dará nenhuma votação, nenhuma decisão, apenas um debate para que o relator possa ter o pulso do andamento do mesmo e da posição dos Srs. Membros desta subcomissão. No dia 12 de maio haverá distribuição de avulsos do anteprojeto e relatório do relator. De 13 a 18 de maio faremos a discussão do anteprojeto e recebimento de emendas, nos termos do art. 17, parágrafo 1º. Do dia 19 ao dia 21 de maio, setenta e duas horas, é o prazo para o relator emitir parecer sobre as emendas apresentadas pelos membros desta subcomissão. Do dia 22 ao dia 24 de maio, esta subcomissão fará a votação do anteprojeto e, no dia 25, encerra-se o prazo desta subcomissão, para que faça a entrega do seu relatório final com o seu anteprojeto da subcomissão à comissão.

Com isto, penso que tenhamos condições de prosseguir, agora, nas questões de mérito que estávamos debatendo, especificamente sobre a questão da aposentadoria especial.

Passo a palavra ao Sr. Constituinte Florestan Fernandes, pela ordem de inscrição.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Eu havia pedido a palavra porque, na verdade, as entidades dos professores defenderam o princípio de isonomia, numa forma geral. Mesmo aquela Carta de Goiânia também insiste nisso, na aposentadoria com vencimentos integrais aos 25 anos de serviço. Num projeto que pretendo apresentar, eu absorvi essa sugestão. Essa aspiração dos professores tem razão de ser, principalmente para os professores de ensino de primeiro grau e de segundo grau, que são aqueles que sofrem realmente maior desgaste físico e enfrentam problemas maiores nas condições de trabalho docente.

Para mim é uma surpresa que, no Brasil, os professores de ensino superior defendam uma aposentadoria com 25 anos de trabalho. Em regra, no mundo inteiro, os professores lutam por um tempo maior. Se pudessem ficar até 75 anos ou 80 anos, eles prefeririam. Agora, o melhor juiz, para mim, é o próprio professor. A ANDES, por exemplo, é uma instituição idônea, que acumulou uma experiência crítica sobre as transformações que devem ser introduzidas no nosso sistema de ensino, que são respeitáveis. Por isso, então, defendendo esse princípio de isonomia. De modo que, se a professora se aposenta com 25 anos, o pro-

fessor deve desfrutar a mesma regalia. Entretanto, há um problema de grande interesse para a sociedade brasileira: o professor não deve ser visto apenas como aquela pessoa que é uma maqui-ninha de dar aulas; ele também deve ser visto como um recurso intelectual, como talento. Nós temos interesse no aproveitamento do talento. Eu próprio não lidei com isso nas sugestões que elaborei, mas todas as universidades que conheci fora do Brasil se empenham muito em preservar o aproveitamento do talento por um tempo maior, de modo a garantir à comunidade acadêmica e ao País que o talento não seja dissipado. Isso não é uma coisa que acontece só em países socialistas. Acontece da mesma maneira nos países capitalistas; há uma disputa pelo talento e, aí, os Estados Unidos levam vantagem e compram o talento, com exceção dos países socialistas, no mercado mundial. Com isso, há migração muito grande de professores. Por exemplo, a Inglaterra, Irlanda e Escócia, são países praticamente sugados sistematicamente pelo Estados Unidos; em segundo lugar vem a República Democrática Alemã, vêm outros países da Europa e outros países da Ásia, da América Latina, da África. Então, há um problema que teríamos de debater honestamente com os professores que vierem aqui conversar conosco. Qual é a relação que o Brasil deve ter com esse problema, do uso do talento? Muitas vezes o talento floresce tardiamente, outras vezes floresce de uma forma precoce. Algumas disciplinas científicas, como é o caso da física, são conhecidas por serem terrivelmente instrutivas. Um cientista inventivo tem uma duração média de 10 a 15 anos de produção criativa, depois ele pode ser útil, mas passa à atividades que são menos criativas. Há exceções, quer dizer, há um Einstein, figuras que não contam em termos da regra comum. Agora, há outras carreiras intelectuais que permitem uma acumulação de experiência e um florescimento do talento que praticamente acompanha a idade da pessoa. Se a pessoa não fica lelé, como costumamos dizer, o melhor talento é parecido com o vinho. Verificamos na França o cuidado que dispensado ao aproveitamento de professores que têm plena vitalidade intelectual e já ultrapassaram o período de aposentadoria. Por isto, seria necessário discutir, honestamente e objetivamente, com os nossos companheiros, como iremos enfrentar esse problema especial, a nível da pesquisa científica, da pesquisa tecnológica e do ensino universitário. O Brasil é um País que sofreu e continua a sofrer, um bombardeio muito grande na transferência de talento de nível médio e de nível alto para o exterior, principalmente para os Estados Unidos. Então, deveremos colocar aos nossos companheiros qual é a política que devemos seguir na elaboração da Constituição, no sentido de defender o talento produtivo, tendo em vista a necessidade premente do Brasil de se tornar um País culturalmente autônomo.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — O que queria comentar à margem da sua brilhante exposição é que no caso da aposentadoria facultativa, saber se seria uma medida

conveniente crescerem salários à permanência no trabalho. Mas a sua colocação enfoca também um outro problema, que é a aposentadoria compulsória. Na universidade, em muitos casos, a compulsória não é conveniente porque há o desperdício de talentos. Então teríamos de perguntar aos nossos companheiros, como eles consideram, por exemplo, o problema da aposentadoria compulsória aos 70 anos? Quantas figuras existem — basta lembrar Bertrand Russell que nos seus 90 anos estava no auge, o que não é comum. Por isto, devemos perguntar como ficará, na opinião deles, a questão da compulsória.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — As universidades brasileiras desenvolveram uma política que atualmente dá resultado porque estamos num período de crescimento explosivo e de escassez de professores qualificados. Então, a aposentadoria precoce acaba sendo uma artimanha para as universidades que necessitam de recrutar professores de nível médio e alto — e contam com dificuldades — encontrem meios mais fáceis de adotar esses professores aposentados de forma precoce. De qualquer maneira, isso tem acontecido e é conhecido, mas é um fenômeno de conjuntura. No futuro isso não irá se suceder, porque haverá uma saturação daqui a 10 ou 15 anos, e o interesse permanente será para o talento até o limite possível. Na verdade, uma grande parte dos professores que foram aposentados — dou o exemplo da USP porque conheço melhor — não se afastaram da universidade; eles se aposentaram e continuam a trabalhar. Vão ao laboratório, trabalham. Apenas se sujeitam a um regime de trabalho mais livre, no qual quem prefere se dedicar à pesquisa, se dedica à pesquisa; quem prefere orientar teses, orienta teses; quem prefere se dedicar a uma área de ensino, se dedica àquela área de ensino. É uma maneira de a pessoa realizar a sua vocação intelectual em condições de maior equilíbrio com o organismo e com a capacidade produtiva. Mas de qualquer maneira, temos de discutir esse assunto. Eu absorvi a exigência das entidades porque, naturalmente, elas traduzem um princípio, concede um direito a uma determinada pessoa, reito acaba tendo uma certa universalidade. Então é necessário aceitar desde que a aposentadoria é conferida — a não ser que haja uma punição, como durante o período da ditadura — ela deve ser uma aposentadoria integral, aos 25 anos, ou proporcional ao tempo de serviço, quando houver menos de 25 anos. O problema maior para nós, infelizmente, não é essa reivindicação dos professores, especialmente a nível do ensino superior, do ensino criativo universitário; é como utilizar o talento do professor da forma mais produtiva para o desenvolvimento cultural do País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS — Educação é o tema mais complexo que existe dentro do contexto social, pois só em perceber e avaliar a conceituação, a definição de educação seria um processo de desenvolvimento de capacidade intelectual, física, moral, religiosa e assim por diante, visando a integração individual ou social da criança. Vamos falar em educação sobre

todos os ângulos. Acho que poderíamos inclusive, delimitar as hipóteses, falar em educação, em relação ao educador, em educação em relação ao educando, em relação ao município, ao Estado, à União, educação na área administrativa, na área econômica, na área previdenciária, na área trabalhista. Realmente é um assunto muito complexo. Nós estamos aprendendo aqui com aqueles que são mais experientes e sei que tenho muito a aprender nesta Subcomissão. Sabendo que esse assunto é de tamanha importância, como já foi dito, vamos falar em aposentadoria aos 25 anos, como hoje foi proposto também que a criança comece a ter a liberdade de estudar não aos 7 anos na escola pública, mas aos 6 ou até aos 5 anos quando já está com o seu superego relativamente formado, e possa adaptar-se nesse meio. Vou pensar agora no tempo de a criança estudar, a criança dentro da área privada, tendo a sua oportunidade de estudar, de fazer uma pré-alfabetização, com uma idade priorizada. Quem sabe, até pela sua condição sócio-econômica, e dentro da área pública, não poderíamos ter o mesmo privilégio para a criança? Não poderíamos dar essa faculdade dentro do contexto público de ensino? Creio que sim. Mas tudo isso agora vem tomar a nossa atenção, o nosso pensamento, a nossa idéia para que tenhamos uma educação que ela possa aproveitar, como disse aqui o nosso colega, o talento por mais tempo. Acho que devemos dar a oportunidade da pessoa se aposentar aos 25 anos, mas que seja medida facultativa e, quem sabe, até poderíamos criar um reforçador constitucional para aquele que continuasse depois dos 25 anos, sem dúvida com maior experiência acadêmica, que pudesse ter até um reforçador para continuar até quando a escola o julgasse capaz ou ele mesmo tivesse habilidade para tal. Assim fica aqui a minha proposta de endosso a essa medida facultativa da aposentadoria não como compulsória aos 25 anos, mas facultativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex.<sup>a</sup>

O Vice-Presidente desta Subcomissão, Constituinte Aécio de Borba, está se retirando para nos representar perante um evento para o qual fomos convidados.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gumercindo Milhomem.

O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM — Pedi a palavra para tentar oferecer mais alguns argumentos a respeito da questão da aposentadoria especial aos professores. Em primeiro lugar, concordo plenamente com os questionamentos levantados pelo nosso companheiro Florestan Fernandes. Tudo que diz respeito à questão do interesse pessoal e do interesse geral com a continuidade do trabalho daquele indivíduo, que não apenas é produtivo, como experiente, mas também no que diz respeito à posição das entidades que aparentemente têm uma combinação formalmente contraditória, porque reivindicam o direito da aposentadoria especial aos 25 anos. Tive oportunidade, como membro participante de entidade representativa do professorado, de estar aqui em Brasília em mais de uma ocasião, até quando se tentou reintroduzir no texto da Constituição esse direito da aposentadoria aos 25 anos. Quando finalmente conseguimos esse objetivo, declarei à imprensa, correndo o risco

de enfrentar aquela visão mais corporativa, que considerava que se fossem outras as condições gerais, se fossem outras as condições de trabalho, se fossem outras as condições políticas, nós iríamos ter, sem dúvida, os professores mobilizados querendo continuar na sua tarefa, querendo desenvolver mais um esforço no sentido da superação, não diria de outros, mas do gravíssimo problema do analfabetismo existente no País.

Gostaria de acrescentar ao que foi dito a necessidade de nos determos também sobre as condições gerais, as condições de trabalho, as condições sociais em que se encontra o professor. Aliás, já foi mencionado o fato de que a aposentadoria aos 25 anos, não precisa ser entendida como aposentadoria compulsória. Não é assim que ela está no texto constitucional hoje, e não é assim que queremos que seja colocada. Em que pese os argumentos que foram apresentados — acho que poderíamos encontrar um caminho para resolver esse problema — não vai significar necessariamente o fim da produção de um indivíduo que ainda se encontra em condições de proporcionar à sociedade, com o resultado do seu trabalho, uma contribuição para a resolução dos problemas que ele veio enfrentando e que resultaram na larga experiência que adquiriu.

O problema que vejo, quando falo em condições gerais, é um pouco também aquele que já foi mencionado aqui pelo Constituinte Sólon quando historiou e falou da situação exemplificando especificamente o caso do Estado de São Paulo, o qual, tenho impressão de que não é o único, em que o professor quando chega nos últimos 5 anos da sua carreira, ele supõe-se mais experiente, mas também está mais cansado. É justamente nesses últimos 5 anos que ele tem que pegar em uma carga dobrada, para que possa ter direito a uma aposentadoria que, se for igual ao salário que está recebendo, já será uma aposentadoria miserável. Por isso devíamos concentrar o nosso esforço na garantia da aposentadoria especial aos 25 anos, porque não teríamos força e nem luta acumulada o suficiente, para proporcionarmos, nesse momento, essas outras condições que favoreceriam ao trabalho do professor após os 25 anos.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — V. Ex.<sup>a</sup> permite uma aparte?

O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM — Pois não!

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Só para reforçar a sustentação de que não podemos perder a perspectiva dos professores que se dedicam às suas áreas até com prejuízo vital. Nós temos professores na área de medicina, de radiologia, que se expõem permanentemente às irradiações. Esses até mereceriam uma aposentadoria antecipada aos 25 anos porque com 15 anos de atividade são levados à esterilização total, tanto no homem, como na mulher. Não podemos perder essa perspectiva, daí advogamos também essa aposentadoria aos 25 anos uniforme e sem discriminações, tanto para o homem quanto para a mulher, na sua atividade com régencia de classe ou na secretaria ou na biblioteca. Entendo que tem a mesma função e a mesma obrigação o professor que ali está. Tínhamos que aventar essa possibilidade, até se for o caso, de reduzir essa

aposentadoria para esses professores expostos a um risco maior de vida.

**O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM** — O professor Florestan Fernandes lembrou muito bem o exemplo de profissionais da Universidade de São Paulo que continuam no exercício da profissão em algumas condições diferentes, mas continuam no exercício mesmo após a aposentadoria. Então, chamaria a atenção para o fato de que a aposentadoria significa um movimento contraditório àquele do professor que nos últimos 5 anos precisa desenvolver um esforço adicional pensando nas condições que irá necessitar para enfrentar a própria velhice. Acho que a aposentadoria aos 25 anos virá favorecer aos professores nesse sentido, ou seja, de permitir manifestar-se como uma forma de melhor distribuição, o produto do trabalho para o próprio trabalhador. Vejo como um benefício que já foi alcançado e que deve ser mantido, em que pese estas argumentações, muito justas, que foram aqui manifestadas. Diria também, com relação ao Constituinte Florestan, que não foi por acaso que as entidades aprovaram isso, mas elas têm adotado um posicionamento sábio que é ouvir, mobilizar, organizar as suas categorias, tanto as associações docentes, como as entidades de 1º e 2º graus, como a Confederação dos Professores do Brasil. Essas entidades vêm realizando conferências, simpósios, congressos em todos os estados, em todas as regiões do Brasil. Esta questão da aposentadoria tem sido objeto de debate com frequência em todos os congressos. Aliás, depois que me investi na condição de constituinte, pude também observar o quanto essa questão da aposentadoria pesa para a população em geral e para o professorado em particular. Porque é muito importante o assunto que levamos os professores a escrever, pelo menos a mim, solicitando um posicionamento no que se refere à aposentadoria especial aos 25 anos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti)** — Agradeço a participação do nobre Constituinte Gumercindo Milhomem.

Esta Presidência indaga dos nobres Srs. constituintes se existe alguém que deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Para efeito de debate inicial, esta subcomissão entende que já produziu os argumentos e discussões necessários que servirão de subsídio ao Relator, Constituinte João Calmon.

Temos uma série de outros assuntos. Por exemplo, um segundo item que já consta da Constituição vigente, que é o art. 176, § 4º, amplamente conhecido como Emenda Calmon. São dois pontos que constam da atual Constituição e necessariamente serão objeto de apreciação aqui, nesta subcomissão. Primeiro, o da aposentadoria especial, cujo debate já foi realizado hoje; segundo, o dos recursos para a educação, que constam na Constituição Federal como Emenda Calmon.

Poderíamos numa próxima discussão, que poderá ser agora, se V. Ex.<sup>as</sup> assim entenderem, ou poderemos aprazar para amanhã quando, então, faríamos o debate sobre a fixação das novas datas, os convites e a definição de entidades e pessoas que iremos ouvir, e mais, esse segundo ponto da Constituição vigente sobre a Emenda Calmon. Poderíamos depois abrir o leque para outros te-

mas já levantados hoje, como idade de obrigatoriedade de ensino, destinação de verbas decorrente desta fixação constitucional, só para escola pública ou admitida também a hipótese da escola privada, enfim, este debate que já se travou aqui pela manhã.

Consulto, se V. Ex.<sup>as</sup> concordam em fixarmos uma reunião — inclusive, observei pelas reações — para amanhã, que está prevista para 9h 30 min. onde iniciáremos o trabalho, conforme a decisão anterior, definindo o cronograma das próximas reuniões, as entidades e os convites. A seguir, uma vez vencida essa etapa, retomáremos o trabalho da discussão do mérito sobre o art. 176, § 4º, que se refere à Emenda Calmon, como procedemos em relação à aposentadoria especial.

**O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti)** — Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES** — Queria também fazer sugestões que reputo de grande importância. Uma delas diz respeito ao analfabetismo. Entendo que devemos fazer um debate entre nós, aprofundando esta questão no que tange ao combate do analfabetismo e como extingui-lo no Brasil, tanto entre os segmentos de população em idade escolar, como na população adulta.

Outro assunto diz respeito à própria organização do nosso sistema de ensino. Temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, ao contrário do que foi aventado por alguém hoje, não visa a estabelecer normas uniformes para o Brasil inteiro, mas criar condições mínimas para regular atividades análogas. Essa lei precisa ser reformulada em virtude de ter nascido num contexto de discussão, de adulteração.

Existe o problema do Plano Nacional de Educação e não existe senão um chamado Conselho Federal de Educação que não é instrumental para isso. Tenho cogitado muito na possibilidade de reduzirem-se as atribuições desse conselho. Sou favorável a sua extinção, mas que seja transformado num órgão de assessoria técnico-administrativo-pedagógica e que realmente se crie um Conselho Nacional de Desenvolvimento da Educação, um órgão que permita estabelecer um liame entre o plano e o crescimento do sistema de ensino em todos os graus. É um assunto extremamente delicado. Temos de refletir hoje sobre a recuperação da escola. Esta perdeu a sua dignidade de unidade básica do sistema de ensino. Temos que pensar na sala de aula como centro real no qual se desenrola o processo educacional. Portanto, temos que pensar em descentralização, democratização, criação de conselhos escolares que operem a nível das escolas e das comunidades. Ao mesmo tempo, temos que pensar nessa outra organização de desenvolvimento que irá pôr o planejamento democrático a serviço do desenvolvimento educacional. Entendo que, num País como o Brasil não podemos protelar esses problemas. Entendo, ainda, que as questões envolvidas aí são complexas. O nosso ensino se desenvolveu de forma oscilante, porque sempre se prendeu a políticas de governos e precisamos ultrapassar um pouco essa barreira, criando certos mecanismos que sejam mais duráveis, que

impeçam às políticas de governo a serem um elemento que arrasa o que já foi feito antes. Temos exemplos das célebres reformas Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, etc. De repente há um clarão, surge uma transformação, depois vem o Governo seguinte e líquida com tudo aquilo. Temos de criar organismos que estabeleçam como aplicar o planejamento democrático na área da educação, permitindo tenhamos programas para estabelecer certos objetivos. Por exemplo, em quanto tempo iremos extinguir o analfabetismo? Em quanto tempo teremos ensino de 2º grau como um mínimo realizável em toda a sociedade brasileira? E coisas desse tipo. Como colocar no ensino universitário todo jovem de talento, independentemente de que sua família tenha recurso ou não, de que ele seja branco ou negro, etc.?

Esses problemas são vitais e devíamos tratar desses programas juntamente com essa medida da discussão da percentagem que é fundamental e fazer um elenco de coisas que são vitais e que aparecerão nas nossas contribuições, mas pelo que vi, aí, o nosso relator está justamente preocupado com o fato de que irá ficar assoberrado entre as tarefas que tem de desempenhar e as contribuições que não poderá usar, porque não terá tempo nem condições materiais para isso.

**O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti)** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> Gostaria de fazer um registro. Primeiro enaltecendo a lembrança desses dois importantes temas; segundo, lembrando que hoje pela manhã, decidimos que faríamos o processo de discussão sobre as propostas, na medida em que fossem sendo apresentadas. De modo que esta Presidência toma, agora, as referidas propostas como oficialmente apresentadas, aquela que são acerca do analfabetismo e da organização do sistema de ensino.

Nobre Constituinte Florestan Fernandes, eu mesmo tenho propostas em elaboração que apresentarei à Mesa, em consequência também para debate aqui na subcomissão, exatamente sobre essas duas questões. Entendo que a Assembléia Nacional Constituinte, que pretende estabelecer as bases para uma sociedade democrática, que não tem o direito de encerrar o seu trabalho, sem encontrar um caminho para essa grave questão do analfabetismo no nosso País. Se levamos em conta os números e os conceitos da Unesco para cidadãos alfabetizados, veremos que há mais de 50 milhões de analfabetos. Sem a possibilidade de codificar essa comunicação escrita que está aí, e tão essencial para a vida dos cidadãos hoje, evidentemente, teremos sempre uma democracia limitada enquanto não tivermos vencido essa barreira.

Tive a oportunidade de viver na Nicarágua a experiência da sua campanha de erradicação do analfabetismo. A criação do Mobral que foi um organismo que pretendeu buscar exatamente a extinção do analfabetismo no Brasil, hoje, passados uns tantos anos de funcionamento, o Brasil tem um número bem maior de analfabetos desde o dia em que aquele organismo foi criado, embora se reivindique em seu favor a diminuição do percentual do analfabetismo, que também é discutível. Ao mesmo tempo é preciso registrar que vivemos num País que foi capaz de expulsar de seu território, durante longos anos, umas das maiores inteligências, exatamente em cima desse

processo de alfabetização. Enquanto Presidente, gostaria de lembrar o nome de Paulo Freire para que amanhã no nosso roteiro de trabalho lembrássemos de trazê-lo aqui como personalidade nacional, para prestar o seu depoimento sobre este grave problema e as soluções que, evidentemente, ele, enquanto autoridade, é capaz de nos apontar. Por outro lado, quando se percebeu que o Mobral não havia cumprido a tarefa de terminar o *analfabetismo, estiguiaram-no e em seu lugar, criaram a Fundação Educar que, enquanto educador, não tenho notícias de nenhuma ação diferente com outra perspectiva, senão que guarda as mesmas mazelas do programa anterior, e nos vende ainda a idéia de um apêndice, como se o problema grave do analfabetismo em nosso País fosse, antes do Mobral e agora da Fundação Educar e não um problema nacional. Penso, assim, que esta subcomissão tem um desafio — como nos lembrou com muita propriedade o nobre Constituinte Deputado Florestan Fernandes — de que dentre os compromissos que devemos assumir conosco mesmos, enquanto subcomissão, que haja um debate profundo sobre essa e o compromisso também de buscar as alternativas de solução para que se traga efetivamente uma contribuição neste processo.*

Quanto à organização do sistema de ensino, também temos nesta mesma linha a preocupação de que vivemos num País com as dimensões que todos conhecemos, com a diversidade cultural que conhecemos e que, no entanto, a par de ter milhões de crianças fora da escola, que ninguém sabe se são oito ou dez milhões, pois são, na verdade, milhões, temos esse mesmo sistema de ensino fracionado: municipal, estadual, federal. Ninguém responde, hoje, concretamente, se uma criança numa vila está sem escola; não se sabe de quem é a responsabilidade e interpreta-se a obrigatoriedade do ensino. Lembro-me aqui de um dos tópicos que temos para discutir quanto ao ensino obrigatório. Interpreta-se que é obrigatório, mas o Estado foge dessa responsabilidade ao não oferecer condições para que os alunos estejam na escola nesse período. Parece-me que esse leque de discussões, com que nos provoca o Constituinte Florestan Fernandes, é de suma e fundamental importância. Por isso, seguramente, aqui no nosso projeto de discussão ao longo das reuniões, o nosso Vice-Presidente terá o cuidado de alertar desde os primeiros temas, este pela sua transcendental importância.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO —  
Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) —  
Concedo a palavra ao nobre Constituinte Chico Humberto.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO —  
Na verdade, para reforçar o que foi colocado aqui pelo mestre dos mestres, como disse o nobre Constituinte João Calmon, gostaria, também, de que esta Subcomissão, se possível, convidasse para um debate interno, uma figura que está ligada ao Conselho Federal de Educação, que é o Reitor da Universidade das Nações Unidas, Dr. Heitor Gurgulino de Souza. S. S.º é Presidente da CAPLAN — Câmara de Planejamento. Assim, poderíamos não só ouvir o seu depoimento, mas também debater e questionar com S. S.º tudo aqui-

lo que o Conselho Federal de Educação vem fazendo neste Brasil de hoje.

Gostaria de lembrar novamente que pela manhã fiz a observação em termos de obrigação, como dever do Estado, de que nós considerássemos na Constituição a obrigação do Estado porque, aí sim, ele teria, como lembrou muito bem o nosso Presidente, a obrigação de educar, e não só o dever como hoje consta no texto constitucional, porque o dever é muito subjetivo. Pode-se dever em termos de débito, pode ser dever em termos de obrigação. E quando se trata de termo da obrigação do ensino, de se prestar o ensino, aí, sim, nós vincularíamos, na verdade, o texto constitucional à nossa necessidade atual. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.º

Antes de encerrar os trabalhos, gostaria de comunicar que recebemos por escrito a sugestão que foi, verbalmente, apresentada hoje pela manhã pelo Constituinte Úbiratan Aguiar, no sentido de que esta Subcomissão tivesse depois o encargo da elaboração das leis complementares e ordinárias decorrentes do processo constitucional.

Fica como sugestão, que nós deixaremos na Secretaria dos trabalhos e no momento oportuno voltaremos a esta discussão.

Por outro lado, gostaria de prestar um esclarecimento, porque, de certa forma, esta Subcomissão foi também atingida na medida em que foi objeto de comentário com fotografia do Presidente desta Subcomissão no jornal *O Estado de S. Paulo*, de quinta-feira. Como lembram os nobres Constituintes, combinamos na terça-feira, e esta foi a única Subcomissão que teve **quorum** para trabalhar à noite e combinamos que na quarta-feira pela manhã nos reuniríamos aqui entre às 9:00 e 10:00h. Se houvesse a possibilidade de **quorum**, desenvolveríamos o nosso trabalho; se não houvesse **quorum** suspenderíamos os trabalhos e, então, ficaríamos livres, cada um para atender os seus compromissos. No meu caso, sou professor público estadual do Rio Grande do Sul, onde há 100 mil professores em greve; presidi o Centro de Professores por duas vezes, presidi por duas vezes também a Confederação dos Professores do Brasil, evidentemente, agora, pela primeira vez como Deputado Constituinte do Partido do Governo contra o qual está deflagrada a greve; tenho lá um papel muito importante a desempenhar. Tive longas horas de reunião com o comando de greve, longas horas de reunião com o Governador Pedro Simon e por essa razão eu me deslocuei ao Estado. Assim, imediatamente concluídos os trabalhadores aqui e não havendo **quorum**, nos dirigimos ao Rio Grande do Sul para prosseguirmos lá o trabalho. Como o nosso desejo era permanecer e trabalhar aqui, não fiz reserva em avião. Inclusive, uma prova importante de que realmente a nossa decisão era a de trabalharmos aqui. Como não tinha reserva, fui ao aeroporto e, lá, junto com o nobre Constituinte Gumerindo Milhomem, que aparece também na foto, quando tentávamos buscar uma alternativa de viajarmos aos nossos Estados, para esses objetivos já expostos. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou duas fotografias: uma com a legenda "Hermes Zaneti corre para o ócio", e outra com a legenda: "Severo Gomes foge do trabalho". Eu até vou passar a reportagem para os Constituintes que

não tiveram a oportunidade de vê-la e possam lê-la sob o título "falta é vontade de trabalhar". Quero dizer, ao mesmo tempo em que *O Estado de S. Paulo* desavisadamente publicava essa reportagem, até porque não teve o cuidado de enviar repórter para, pelo menos, acompanhar o nosso trabalho aqui, enquanto *O Estado de S. Paulo*, de forma irresponsável dizia isso, e aqui fica o registro, o *Jornal do Brasil*, que destacou uma repórter e tem acompanhado diuturnamente o nosso trabalho, fazia exatamente uma reportagem no sentido contrário. Então, ao mesmo tempo em que registro essa infelicidade daquele órgão da imprensa, por ter publicado uma inverdade, especialmente sem fundamento, quero também esclarecer que o *Jornal do Brasil*, fazendo o retrato da verdade, porque acompanha o nosso trabalho, publicou, inclusive, em detalhes, o desenvolvimento desta Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gumerindo Milhomem.

O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM — Eu estava no Aeroporto, na ocasião. Aliás, como V. Ex.º já mencionou, aparece minha foto ao lado da sua. No dia em que foram instaladas as Subcomissões, eu não estava em Brasília; encontrava-me em São Paulo para atender justamente a um aspecto que acho fundamental no nosso trabalho constituinte, que é o de mobilização popular, para que os Constituintes que aqui estão, se tiverem que votar constrangidos, votem constrangidos pela pressão popular, e não pela pressão do Executivo. Por esta razão, muitas vezes teremos de estar fora de Brasília, porque estaremos trabalhando de outra maneira, noutra local, talvez até em alguns aspectos um trabalho mais importante. Nesse sentido, queria comunicar a todos desta Subcomissão que recebi, hoje, a visita de componentes de duas comissões, uma de professores das redes de 1º e 2º graus de Brasília, Distrito Federal, e outra de funcionários de escolas — ambas as Comissões vinham informar-me e pedir meu comparecimento a uma manifestação que farão, amanhã, aqui no Congresso. As pessoas que já estão acostumadas a encaminhar temas difíceis, no caso o Constituinte João Calmon, já conhecem bem isto — como o nobre Constituinte Hermes Zaneti era dirigente da Confederação de Professores quando fizemos mobilizações, a Confederação organizou-se pelo Brasil afora, para garantir os 25 anos, para garantir também a aprovação da Emenda Calmon, embora nem sempre com o êxito de mobilização que gostaríamos de ter. Mas sabemos o quanto é importante esta mobilização, o quanto é importante a presença deste movimento organizado aqui e também sabemos que nem todos pensam desta maneira, haja vista o que aconteceu com o movimento dos bancários recentemente.

Assim, gostaria de encarecer a presença dos Srs. Constituintes, especialmente desta Subcomissão. Amanhã, a partir das 13:00 h, segundo fui informado, começarão a chegar delegações de educadores e funcionários da rede oficial e da rede particular, e também da Universidade porque, como sabemos, na educação, todos estão em greve, tanto da rede de 1º e 2º graus, da rede

oficial, de rede particular e da universidade pública. Amanhã teremos as presenças dos educadores, que irão querer estar na galeria e é possível que enfrentem dificuldades. É muito importante a nossa presença, dando respaldo a esse pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Exª Acabo de receber aqui informação que denota, inclusive, má-fé. Fui informado pela assessoria desta Subcomissão de que na terça-feira, após termos encerrado os nossos trabalhos, creio que próximo das 21:00 h, aqui esteve uma emissora de televisão que se encontrava no corredor esperando que saíssemos para filmar e divulgar depois. Inclusive, foi visto através da publicação de que nenhuma Comissão havia trabalhado durante a semana.

É um registro, porque parece que isto também indica que além das pessoas, veículos interessados em divulgar a verdade, divulgar o trabalho, buscar uma perspectiva de futuro, também há os que pretendem denegrir a verdade.

Com a palavra o Sr. Relator, Constituinte João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Gostaria de prestar um depoimento sobre a presença aqui nesta Subcomissão de representantes do jornal **O Estado de S. Paulo**. Para ficar em paz com a minha consciência não poderia deixar de salientar que um dos jornalistas mais conhecidos aqui em Brasília, veterano e profissional da imprensa, Evandro Paranaçu, tem acompanhado os nossos trabalhos nesta Subcomissão. Ele, ontem, esteve aqui acompanhando os nossos debates, e também uma jornalista, neta do Deodato, que foi parlamentar e jornalista importante também de Minas.

De maneira que, além da presença do representante do **Jornal do Brasil**, devo destacar a presença em nossas reuniões de dois representantes do jornal **O Estado de S. Paulo**. Devo dizer também, não com a honra de uma fotografia, mas o registro da minha partida de Brasília para o Espírito Santo também foi feito assim. Então, esse registro pouco feliz de suposta partida também para "o ócio" também abrangeu outros parlamentares citados, embora sem ilustração. Esta é a primeira observação.

A segunda observação se refere à sugestão do nosso nobre colega Constituinte Ubiratan Aguiar, que é um Constituinte, brilhante do Ceará. Passados os 45 dias destinados à discussão e votação dos projetos constitucionais do âmbito desta Subcomissão sugiro, em adendo, à indicação que fiz na manhã de hoje, que ao invés de sua dissolução possa esta Subcomissão continuar seu trabalho na elaboração das medidas complementares através de projetos de lei.

Nobre colega, esta Subcomissão não se dissolverá findo o prazo de sua atuação. Passaremos a atuar na Comissão Temática. Esta não se dissolverá após esse prazo.

O SR. CONSTITUINTE UBI RATAN AGUIAR — Constituinte João Calmon, quando eu digo se dissolve, essa característica própria, peculiar, de estar discutindo e debatendo no âmbito da Subcomissão de Educação, eu sei que ela se incorpora na Comissão Temática que irá abrange a da Ciência, Tecnologia, Família, Menor, Idoso e Educação. Eu diria, V. Exª foi muito claro e parece não foi muito feliz na expressão, que nós conti-

nuássemos, além da participação na Comissão Temática, nos reunindo, somente aqueles extra-atuais, pelos da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, se possível, já que o anteprojeto — fruto de apresentação por parte do Relator do seu projeto — terá sido votado e discutido aqui por esta Subcomissão, já trabalhando em cima daquelas medidas que agora se anunciam como necessárias, através de projeto de lei de medida complementar. Foi nesse sentido que fiz esta proposta, fazendo correspondência particular à Presidência e ao Relator desta Comissão, para que fosse apreciada. Acredito e estou nesse firme propósito de não vislumbrar a possibilidade de acontecerem os hiatos que são freqüentes na legislação brasileira entre a norma disciplinadora e a norma regulamentadora.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Nobre colega, permita-me, nessa ponderação. Embora eu não seja constitucionalista, mas constituintes elaboram Constituições; constituintes não elaboram leis ordinárias. Então temos esse obstáculo que me parece irremovível. Poderíamos fazer, obviamente, de maneira informal, mas lei complementar e lei ordinária só podem ser elaboradas por um Congresso ordinário — Câmara dos Deputados e Senado Federal —, não pela Assembléia Nacional Constituinte.

Para evitar o ato deplorável que existe, os artigos da Constituição muitas vezes não passam de letra morta. Já tomei iniciativa de apresentar proposta para ser incorporada a esta Constituição em suas disposições transitórias, dando um prazo não superior a 8, 10 meses para o próximo Congresso, a próxima Câmara, o próximo Senado regulamentarem o assunto através de lei complementar ou lei ordinária, os dispositivos da Constituição que iremos elaborar até novembro ou dezembro do corrente ano.

O SR. CONSTITUINTE UBI RATAN AGUIAR — Com a sua experiência e talento, nobre Relator, se V. Exª tivesse feito a leitura até o final, veria que, após a promulgação da Carta Magna é que essas propostas, no âmbito e na esfera própria que será a do Congresso, por iniciativa desses que trabalharam nas normas constitucionais como Constituintes que são, já como Deputados e Senadores integrantes do Congresso Nacional, fariam chegar à Casa a proposta dos projetos de lei disciplinadores e regulamentadores, porque ninguém melhor do que eles depois de haver recebido as propostas das entidades e dos próprios Constituintes, para a sua apresentação. Mas isto é uma sugestão. Eu quis transportar uma idéia pessoal para o âmbito desta Subcomissão porque me parece que era a mais própria e a mais capaz de fazer.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Finalmente, devo lembrar ao nosso Presidente que depois de amanhã iniciaremos a nossa série de audiências públicas e não poderemos ter segundo pareço-me, uma reunião amanhã à tarde porque o Congresso Nacional está convocado para amanhã, quarta-feira, a partir das 18:30 horas, para leitura e apreciação de projeto de resolução. É matéria da maior relevância e será exigida a presença de todos nós a partir das 18 horas e 30 minutos. De maneira que, depois de amanhã, a partir das 9 horas, já teremos audiência pública. Tenho im-

pressão, salvo melhor juízo, que amanhã, só poderemos realizar uma reunião na parte da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Faço um apelo no sentido de que todos nós possamos estar aqui às 9 horas e 30 minutos, amanhã, para primeiro cumprirmos nossa decisão anterior, no sentido de garantir a elaboração final do cronograma: personalidades e entidades a serem ouvidas; segundo, se nos restar tempo, espero que sim, possamos trabalhar em cima de outros temas de mérito, como fizemos hoje. Por fim, quero dizer ao eminente Constituinte João Calmon que talvez tenha havido um equívoco quando disse que ontem esteve aqui um jornalista de **O Estado de S. Paulo** porque efetivamente ontem não trabalhamos.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Deve ter sido na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Lastimo, pois se estive aqui, penso que ainda é mais grave porque essa jornalista deveria ter feito o registro de que não desenvolvemos o trabalho devido à falta de **quorum** e não se poderia culpar os que aqui estavam e viajaram, porque os outros não vieram. Espero que tenhamos boas condições de compreensão com a imprensa para que dêem a cobertura da verdade sobre os nossos trabalhos.

O SR. CONSTITUINTE ÁTILA LIRA — A minha preocupação com relação à divulgação dos trabalhos da Constituinte foi desde o início. Inclusive apresentei sugestões relativas a parte institucional da divulgação. Mas, acompanho diariamente o que é divulgado pela televisão e vejo que há ainda uma série de deficiências desde o início dos trabalhos.

Quero sugerir ao Presidente da subcomissão no sentido de que possa interferir junto ao serviço da imprensa da Constituinte, para que oriente o trabalho de divulgação, não só de determinados parlamentares, mas faça uma igualdade da divulgação dos trabalhos, já que às vezes somos prejudicados pela grande imprensa que tem determinadas orientações sobre as quais não podemos entrar no mérito. Isso é próprio da sociedade capitalista que privilegia em função do poder econômico.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Nós agradecemos a V. Exª a sugestão e gostaríamos de que fosse feita por escrito, a fim de que fique nos registros essa comunicação oficial.

O nosso secretário Sérgio fará por escrito a sugestão apresentada pelo Constituinte Átila Lira.

Concedo a palavra ao nobre Relator Constituinte João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Para uma retificação. O meu encontro com a jornalista foi hoje. Ela esteve aqui pela manhã de hoje e conversou comigo até na porta do meu gabinete. O sobrenome dela é Deodato e o jornalista Evandro Paranaçu, não sei se alguém o conhece aqui, é candango de Brasília, pois atua aqui há mais de 20 anos.

O nosso assessor o conhece; ele tem acompanhado com muita assiduidade aqui, aos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Pois será muito bem recebido. Vou repetir à imprensa

que o nosso trabalho, por orientação da Presidência, deve ser divulgado permanentemente para todo o País. Essa é a interpretação que nós fazemos do trabalho da Constituinte; estamos aqui em nome do povo brasileiro. Portanto, o povo brasileiro tem o direito de saber a verdade sobre tudo que aqui ocorre. Por isso dizemos que a imprensa é muito bem-vinda e a nossa queixa é a de que eventualmente ela não esteja aqui presente, para que possa efetivamente levar à toda Nação brasileira o resultado dos trabalhos que aqui se desenvolvem.

Ficamos também satisfeitos de saber que esta jornalista esteve aqui pela manhã, porque assim, tenho certeza de que poderá retratar essa subcomissão, hoje pela manhã, desenvolveu longos trabalhos, discussões de méritos muito interessantes, para o processo Constituinte.

Amanhã, às 9 horas e 30 minutos nós retomaremos os nossos trabalhos.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 20 horas e 37 minutos.)*

#### ATA DA 11ª REUNIÃO

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta minutos, na sala de reunião da Subcomissão, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, sob a Presidência do Senhor Constituinte Hermes Zaneti, com a presença dos seguintes Senhores Constituintes: Antonio de Jesus, Pedro Canedo, Sólton Borges dos Reis, Octávio Elísio, João Calmon, Florestan Fernandes, Aécio de Borba, Ubiratan Aguiar, Claudio Ávila, Marcia Kubitschek, Louremberg Nunes Rocha, Chico Humberto, José Queiroz, Átila Lira, José Moura e Gumerindo Milhomem. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e reafirma a disposição de encontrar o caminho para que as barreiras relacionadas à Educação sejam vencidas lembrando que nesta Sessão deverá ser elaborado o Cronograma para convite às autoridades e Entidades ligadas à Educação que prestarão depoimentos e apresentarão propostas. Após discussão, ficou determinado que no próximo dia trinta de abril, a partir das nove horas, serão ouvidas as seguintes Entidades: Sindicato dos Professores de Estabelecimentos Particulares, Movimento de Educação de Base-MEB, Conselho Federal de Farmácia, Comissão Pró-Federação Nacional de Arte Educadores-BSB, Centro de Estudos Afro-Brasileiros — CEAB, Associação Nacional dos Professores de Prática de Trabalho, OCB — Organização das Cooperativas Brasileiras, Fórum Nacional das Pessoas Portadoras de Deficiência e Comissão Parlamentar da Organização de Entidades de Deficientes Físicos e Associação Educativa Evangélica. O Constituinte Florestan Fernandes comunica que a (IDEMO) já enviou uma série de reivindicações que serão trazidas ao conhecimento desta Subcomissão. A Constituinte Márcia Kubitschek confirma o desejo do Presidente da Embratur, Dr. João Dória Júnior, de comparecer à Subcomissão acompanhado de entidades relacionadas ao turismo nos dias sete e oito de maio. O Presidente Hermes Zaneti sugere que se realize uma sessão extraordinária no dia seis de maio às de-

zoito horas e trinta minutos, onde serão ouvidas as seguintes entidades esportivas: Confederação Brasileira de Atletismo, Confederação Brasileira de Basquetebol, Federação Internacional de Futebol de Salão, Confederação Brasileira de Voleibol, Comitê Olímpico Brasileiro, Confederação Brasileira de Futebol de Salão e Conselho Nacional de Desportos. E no próximo dia sete de maio outra reunião às nove horas, destinada a prosseguir a audiência das seguintes entidades esportivas: Associação Brasileira de Clubes de Futebol; Conselho Administrativo do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional; Associação Brasileira de Cronistas Esportivos; Comissão Brasileira de Arbitragem de Futebol; Superior Tribunal de Justiça Desportiva; Confederação Brasileira de Futebol; Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação. Assumindo a Presidência da Sessão, o Relator João Calmon focaliza o aspecto relacionado ao financiamento da Educação. O Constituinte Louremberg Nunes Rocha tece comentários a respeito do ensino público tão diversificado, principalmente no interior e critica as bolsas de estudo irrisórias. Centraliza seu tema sobre a fiscalização dos recursos que têm sido canalizados para a escola particular alertando para a necessidade de estudos e levantamentos de dados sobre esses recursos. O Constituinte Octávio Elísio cita a grande responsabilidade dos constituintes em pesquisar o verdadeiro uso desses recursos. O orçamento do MEC, quase triplicado hoje em dia, corresponde ao segundo orçamento da União. Como se explica o fato de as Universidades públicas estarem paradas por falta de recursos, má remuneração dos professores e deficiência de material para pesquisas e estudos? Só pode existir um motivo: os recursos não estão sendo dirigidos aos seus devidos fins. Nos primeiro e segundo graus, o salário educação tem sido maciçamente canalizado para bolsas de estudo às escolas particulares e os escândalos nas mantenedoras têm sido denunciadas, como alunos fantasmas e a abominável indústria das bolsas de estudo. Na verdade essas bolsas não resolvem o problema do carente. O ideal seria mantê-lo na escola pública com estrutura que venha propiciar ensino de boa qualidade, ensino acessível a todos os níveis. A educação não pode ser falha. O Constituinte Ubiratan Aguiar aborda que está provado que o aluno da escola pública sai mais dispendioso que o da escola particular se levarmos em conta a alimentação, o material didático, vando ainda, o acúmulo de pessoal lotado nas escolas públicas e isto acaba acarretando baixa remuneração dos professores. O tema precisa ser exaustivamente debatido, analisado e as divergências das opiniões é que nos levarão ao melhor caminho. O Constituinte Louremberg Nunes Rocha afirmou ser necessário um estudo profundo sobre a escola particular no País e destacou o trabalho dos religiosos e leigos frente às escolas particulares. O Presidente Zaneti anuncia a audiência marcada com o Ministro da Educação para hoje, às dezoito horas — a fim de tratar assunto relacionado à crise nas Universidades brasileiras. O Constituinte Florestan Fernandes cita os obstáculos enfiados pelos educadores, lembrando que participou da Campanha em Defesa da Escola Pública. Diz que a Lei de Diretrizes e Bases não foi benéfica. Apesar de responsável, o projeto foi atropelado por outro elaborado pela

escola privada e depois de 1964 as normas dessa lei acabaram sendo violentadas, convertendo o ensino numa verdadeira indústria. Na verdade a educação deixou de ser um fim em si. Surgiram as faculdades de fins de semana; donos de pequenos colégios passaram a ser donos de escolas de grande porte através dos programas financeiros tanto no interior como nas capitais. Infelizmente ocorreu o protecionismo em torno das associações com os donos do poder. Daí a escola pública não possuir status, e se tornar nociva. A ditadura arruinou o sistema de educação no Brasil; desestruturado, surgiu a concepção do ensino vinculado ao emprego, com custos elevados para um ensino de baixa qualidade visando apenas a formação técnica. O Constituinte Chico Humberto afirma que "a educação privada pretende preencher as lacunas do ensino público mas não consegue. Tornou-se uma indústria, fábrica de diplomas. Vejam os cursos por correspondência. Pasmem, um professor no meu Estado percebe o vencimento inicial de Cz\$ 1.400,00. Precisamos de oportunidades para o ensino unificado a todo cidadão, seja ele de qual nível for. Estamos na área educacional, entre os menos desenvolvidos. Precisamos investir 25% do Orçamento da União na Educação." O Constituinte Octávio Elísio aborda a expectativa da sociedade em relação à Educação: "é muito grande e precisamos verificar a questão da qualidade do ensino, apoio ao professor por um salário justo, recursos à Educação bem canalizados e oportunidade para aqueles que não tiveram direito à Escola, aos menos favorecidos. O capítulo da Educação na Constituinte é muito importante. Não proibimos a existência da escola particular, mas defendemos o ensino público para a formação da cidadania de boa qualidade." O Constituinte Átila Lira reforçando os pontos de vista, defende a liberdade de iniciativa. Não crê no Estado, no restabelecimento da criação de uma política em benefício da Educação e reitera que a maior expectativa da sociedade repousa na Educação e na Saúde. O Constituinte Octávio Elísio afirma que os recursos canalizados à saúde e alimentação não devem ser debitados no Orçamento destinado à educação. O Senhor Presidente Hermes Zaneti confirma as vindas dos Ministros da Cultura, Celso Furtado, para o dia doze, terça-feira, às 9:00 horas e da Educação, Jorge Bornhausen, para o dia 13 às 9:00 horas, sugere ainda que a Constituinte Márcia Kubitschek coordene os trabalhos para convites às entidades ligadas à cultura, junto aos Constituintes Octávio Elísio e Pedro Canedo. O Constituinte José Moura sugere que sejam convidadas também as fundações da Petrobrás, Caixa Econômica e do Banco do Brasil, que têm se preocupado com o Patrimônio Histórico e Cultural. O Constituinte José Queiroz sugere também o nome do presidente da Embrafilme, Fernando Gilgione. O Constituinte Octávio Elísio sugere que o Ministro, ao ser convidado, seja orientado pela Secretaria sobre os assuntos importantes a serem tratados tais como: Pró-Memória, Funarte, Conselho Nacional do Direito Autoral e Preservação dos Bens Culturais. O Constituinte José Moura julga necessário que, em se tratando de turismo, seja enfocado e debatido o assunto do jogo no Brasil, assunto este esclarecido pela Presidência. Às vinte horas e trinta minutos o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, convocando outra reu-

nião para amanhã, dia vinte e três, quinta-feira, às oito horas e trinta minutos quando serão ouvidas as Entidades ligadas à Educação, de acordo com o calendário já divulgado, cujo teor será publicado na íntegra no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e, para constar, eu, Sérgio Augusto Gouvêa Zaramella, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

**ANEXO À ATA DA 11ª REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 1987, ÀS 9.30 HORAS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO, CONSTITUINTE HERMES ZANETI.**

OSR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos desta Subcomissão.

Peço aos nobres visitantes que tomem lugar nos fundos desta sala, espaço próprio com cadeiras confortáveis, inclusive para o pessoal da Imprensa que nos dá o prazer de estar aqui conosco, nesta manhã, para que fiquem à vontade, tranquilos, a fim de que possamos também dar início ao nosso trabalho.

Gostaria de lembrar aos membros desta Subcomissão que embora nosso trabalho como Constituinte seja atividade com uma tarefa definida, nossa atuação também como parlamentares nos engaja no processo político diário, e, nessa condição, preocupados com a educação brasileira — sabemos todos do momento crítico em que vive, especialmente a universidade, já que está em greve há um bom período sem que até o momento tenha havido algum processo de entendimento que pudesse criar uma perspectiva de solução desse impasse.

Há notícias de recrudescimento desse processo e nós, conquanto Parlamentares preocupados com a questão educacional, temos evidentemente interesse em encontrar um caminho que impeça um confronto mais sério e, em decorrência, problemas ainda mais graves do que os que estamos vivendo hoje. Nessa medida, atendendo também sugestões da Andes, o Constituinte Octávio Elísio já desenvolveu alguns contatos na semana passada e estamos agora em contato com o gabinete do Sr. Ministro, tentando para hoje ainda uma audiência que possa colocar estes Constituintes preocupados com a questão educacional, em contato com o Sr. Ministro da Educação, com o objetivo de buscarmos um caminho capaz de vermos equacionado o problema sério que vive a universidade brasileira. Estaremos em contato com o Gabinete do Sr. Ministro e assim que tivermos uma notícia teremos o prazer de informar aos nossos colegas Constituintes.

Por outro lado, havíamos decidido que a reunião de hoje teria, como primeiro ponto de pauta, a definição do cronograma de trabalho, as entidades a serem convidadas e as respectivas personalidades para os próximos dias. Como os colegas Constituintes lembram, já fixamos as entidades a serem ouvidas nos dias 23, 28 e 29 de abril do corrente, e precisamos agora definir as entidades para serem ouvidas no dia 30.

Esta Presidência pensa em uma proposição. Consulto a Secretaria, se todos os membros Constituintes já estão de posse dessa lista. Consulto os Constituintes se já estão de posse de uma lista de 18 entidades? Já as possuem? (Pausa.) Obrigado.

Começa pela Subcomissão Pró-Índio-Acre, União dos Diretores de Escolas — última página de um dossiê que foi distribuído — a última página.

Conforme já ontem pela manhã havíamos decidido, então temos a nº 1: Comissão Pró-Índio-Acre; nº 7; Comissão Pró-Índio-São Paulo, nº 8: Associação Brasileira de Antropologia; nº 9: Conselho Indigenista Missionário; e nº 10: União das Nações Indígenas. Estas 5 entidades, nós havíamos decidido ontem que elas seriam chamadas junto com o CTI que será ouvido como primeiro no dia 29 de abril. O que havíamos combinado, ontem, é que abriríamos junto com o CTI o espaço para mais um depoimento de 10 minutos, ou seja, duas entidades terão o seu depoimento em nome dos indigenistas, no dia 29. O mais provável é que falaria o CTI que já está aqui previsto, e mais o representante índio que é o da União das Nações Indígenas.

Além disso, depois dos dois depoimentos naquele período em que o Constituinte pergunta por 3 minutos e a entidade responde por 3 minutos, nós abriríamos um espaço para que o conjunto das entidades pudessem responder segundo entendessem, ou seja, que fosse mais uma ou outra das entidades que aqui estariam representadas. Com essa alternativa que criamos ontem, reduzimos então de 18 para 13 o número de entidades que estão solicitando para serem ouvidas no dia 30.

Por outro lado, o Senador João Calmon, nosso Relator, esteve aqui na quarta-feira, se não me falha a memória, acompanhado de representantes da CNBB — ou na terça-feira na reunião da tarde, não me recordo bem — e os representantes da CNBB nos davam a ciência de que eles não terão condições de estar aqui nesses dias, porque está ocorrendo em São Paulo a reunião da CNBB, inclusive com a eleição do Presidente.

Então, eu gostaria de fazer uma proposta: parece-nos importante, para esta Subcomissão, termos aqui um depoimento da CNBB. E a proposta que eu faria é que abrissemos um espaço no dia 5 às entidades de cultura, porque seguramente a CNBB que trabalha nos diferentes campos terá também depoimento a prestar na área cultural e que nesse mesmo dia a CNBB traria então, além da sua proposta na área cultural, sua contribuição na área de educação.

Com isso, abriríamos um espaço para ouvirmos a CNBB, que me parece importante esta Subcomissão ter este depoimento — porque ela traria também seu depoimento sobre a parte cultural — e abriríamos esse espaço no dia em que a CNBB pudesse prestar seu depoimento, sem alterarmos o nosso critério. Com isso, reduziríamos de 13 para 12 o número de entidades a serem ouvidas no dia 30.

Por outro lado, a segunda inscrita aqui é a União dos Diretores de Escolas do Magistério Oficial — IDEMO. Esta entidade é uma entidade oficial e há uma definição desta Subcomissão no sentido de priorizar as entidades nacionais. Por outro lado, há também uma entidade nacional das que já

estão marcadas para serem ouvidas que cuida da administração. De tal sorte que a sugestão desta Presidência, por estas razões e atendendo também os rumos definidos pela Subcomissão é a de que nós excluirmos a nº 2. Ainda em relação a nº 13: Associação de Professores e Auxiliares de Administração Escolar também segundo a informação que temos aqui, é uma entidade também regional e que estaria representada pela Organização Nacional dos Administradores.

Com isso, excluirmos as de nºs: 2, 13 e reduzirmos para 11 o número de entidades a serem ouvidas para o dia 30.

Então, lembro, as entidades, digamos assim, que teríamos: a CNBB ficaria para o dia cinco de maio, segundo esta proposta, e teríamos então o Sindicato dos Professores dos Estabelecimentos Particulares, que é a tarefa do Constituinte Octávio Elísio fazer o contato e S. Ex<sup>a</sup>, depois, certamente, nos dará o depoimento sobre essa questão. Movimento de Educação de Base, seria o nº 2: Conselho Federal de Farmácia — a informação é a de que não faz parte — e o nosso Senador Relator João Calmon estava informando da importância desse movimento. Por essa razão, eu gostaria inclusive que pudéssemos manter o nosso propósito para ouvirmos o MEC.

Nº 4: Subcomissão Pró-Federação de Arte e Educadores — é um trabalho que conheço pessoalmente e que desenvolve um trabalho muito importante a nível nacional. A nº 11, que seria a nº 4 agora. Centro de Estudos Afro-Brasileiros é a nº 12 que, por sua vez, tem uma similar no nº 17: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Não sei se poderíamos necessariamente ouvir as duas; ou se ouviríamos uma das entidades por 10 minutos e abriríamos como fizemos no caso da representação indígena, na hora do debate, a palavra para poder ser respondida em conjunto. Então seria a nº 12 como nº 17 — isto se transformaria no nº 5. A nº 14: Associação Nacional de Professores e Prática de Trabalho que seria a de nº 6. A nº 15: Organização das Cooperativas Brasileiras — essa organização já está há vários dias fazendo contato conosco, inclusive nos enviou telex com um texto-sugestão para inclusão na Constituição; desenvolve um trabalho importante na área da educação cooperativista e penso que devamos fazer o possível para ouvi-la, seria a de nº 7. A nº 16: Fórum Nacional das Pessoas Portadores de Deficiência e Comissão Parlamentar da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos — parece que é importante ser ouvida à medida em que houve uma preocupação anterior desta subcomissão com relação a este assunto e seria a de nº 8.

Ainda aqui, embora não esteja referida, nós pedimos ao Constituinte Antônio de Jesus que visse uma representação da comunidade evangélica. Consultamos agora o Constituinte Antônio de Jesus, se teve oportunidade de ver essa questão. Gostaríamos de ter as informações.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS — Informo a esta subcomissão que, observando o manual, vimos várias entidades que aqui estão devidamente vinculadas ao MEC na área evangélica, e são muitas. Então, dentre elas eu pediria um prazo, pelo menos até amanhã, para que a gente pudesse providenciar. Ontem, realmente, o tempo foi mínimo e ficamos absorvidos; quando procuramos entrar em contato já estava inclusive fora de hora e não foi possível localizar o pessoal devido para estar aqui. Então, se possível, peço a V. Exª para dar um tempo, a fim de que as apresentemos — porque aí eu deixaria o nome de algumas entidades que poderão ficar aqui inscritas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Então, em face do seu depoimento, nobre Constituinte, posso fazer uma sugestão. Como temos como nº 9 a comunidade evangélica, o nobre Constituinte ficaria encarregado de nos indicar o nome da entidade que fará o depoimento pelos 10 minutos, e eventualmente, abriremos, para a comunidade evangélica, aquela perspectiva que abrimos para as outras entidades quando mais de uma entidade representa o mesmo segmento — ou seja, poderíamos ouvir, quem sabe, dois, três, ou quatro representantes que na hora de responderem aos questionamentos poderiam fazê-lo em conjunto. Pedimos a V. Exª então que procure tratar desse assunto.

A recomendação da subcomissão, por decisão anterior, é no sentido de que sejam entidades de dimensão nacional.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS — Certo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Então, repetindo: as entidades de representação indígena ficaram todas previstas para o dia 29. A CNBB, segundo a nossa proposta e por atender também ao problema de disponibilidade da parte da CNBB, seria ouvida no dia cinco sobre a questão cultural e abrindo-se um espaço para que também fizesse depoimento sobre educação. O Centro de Estudos Afro-Brasileiros combinaria como Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra o seu depoimento de dez minutos podendo, os dois, responderem aos questionamentos. E a comunidade evangélica seria contactada pelo Constituinte Antônio de Jesus, para que tivesse uma representação e se abriria um leque para o debate. Com isso nós teríamos nove depoimentos no dia 30.

Com a palavra o Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Gostaria de perguntar se esse Centro de Estudos Afro-brasileiros é o da Universidade de São Paulo ou é outro?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Perguntamos à Secretaria se tem informação sobre o Centro de Estudos Afro-brasileiros, se é o da Universidade de São Paulo ou se é outro?

O SR. SECRETÁRIO — É daqui de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Nós gostaríamos de ver, porque se for só de Brasília ficará excluído pelo critério de dimensão nacional da entidade.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Mas acho que o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra deve estar na mesma situação e, de outro lado, a Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul também

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Não. Aí há uma anotação que peço para corrigirem. É que o telex veio do Rio Grande do Sul, em função das pessoas que fizeram o contato. Mas aí, ao invés de OCERG leia-se: OCB — peço desculpas porque já havia corrigido aqui e esqueci de pedir correção a nível dos Constituintes. Por gentileza, o nº 15 que passará a ser o nº 7 na nova relação é: OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Agora quanto à Udemo, ela já mandou uma sugestão que arrola as reivindicações que os diretores pretendem ver contempladas na Constituição. Não sei se V. Exª está de posse dela mas a Udemo mandou uma relação de reivindicações que eles pretendem ver contempladas na nova Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Esta Presidência não a recebeu. Em todo o caso, pelo critério da dimensão nacional de entidade, V. Exª poderá pedir essas sugestões e nós, com muito prazer, as encaminharemos ao nosso Senador Relator.

E pediríamos, então, a V. Exª, dada até a proximidade, que justificasse o fato de não o ouvirmos, em face da grande solicitação e em função de termos optado pelo critério da representação nacional — considerando, também, que é uma entidade nacional que vai depor na Subcomissão em relação aos administradores escolares.

Então, retomando: do número de 19 entidades reduzimos para 9; e a recomendação desta Presidência é que no dia 30, para atendermos a todas as solicitações, ao invés de 6, pudéssemos ouvir as 9 entidades.

Eu lembraria que amanhã, por exemplo, tínhamos previsto 3 pela manhã e 3 à noite e a Subcomissão decidiu ouvir as 6 pela manhã e à noite ouvir os representantes daquele fórum nacional. De modo que parece que adotando mais ou menos o mesmo critério, teríamos condições de no dia 30 ouvirmos as 9 entidades.

Consulto se alguém pretende fazer algum comentário, alguma observação?

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra o nobre Constituinte Octávio Elísio.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, uma hipótese também é que algumas dessas entidades fossem antecipadas para outros dias.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Sim. Eu tinha pensado nisso. A questão é que examinando o assunto me dei conta de que todas essas entidades indigenistas vão ser ouvidas no dia 29. Amanhã, dia 23, que serão os primeiros depoi-

mentos, teremos só pela manhã, e além de ser em cima do prazo também reduzimos 6 pela manhã. Então, estou observando que a nossa melhor hipótese é concentrar todas essas entidades para o dia 30. Dá tempo de serem avisadas, parece que também tranquilamente poderemos ouvi-las. Tudo bem!

Estão de acordo? (Pausa) Então está aprovada a relação. Com isso estamos ouvindo todas as entidades que pediram para ser ouvidas na área da educação.

Agora, eu gostaria de ouvir a sugestão da Constituinte Márcia Kubitschek sobre a questão da cultura, já que teve a gentileza de nos oferecer vários nomes de entidades e personalidades.

Pediria também ao nosso Vice-Presidente Aécio de Borba, que se munisse dos dados necessários para que possa nos fazer as sugestões na área de esportes, já que também é a sua área de atuação.

Com a palavra a Constituinte Márcia Kubitschek.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITSCHKEK — Sr. Presidente, antes de mais nada eu gostaria de saber da Mesa se ela recebeu mais algum pedido de comparecimento aqui em relação à área da cultura.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Gostaríamos de pedir ao Sr. Secretário que fizesse chegar à Constituinte Márcia Kubitschek todas as solicitações, relações, pedidos, enfim, em relação à área de cultura para serem ouvidos aqui nos dias 5 e 6.

Consulto ao Constituinte Aécio de Borba se tem condições de falar sobre a área de esporte, até que chegue o material para a Constituinte Márcia Kubitschek?

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITSCHKEK — Eu gostaria, também de dizer que o Presidente da Embratur, não é propriamente cultura mas enfim, estamos também tratando dessa área, o Presidente da Embratur João Dória Júnior, manifestou o desejo, quando aqui esteve na semana passada para lançar aquela campanha do Distrito Federal, o desejo de comparecer a esta Subcomissão, acompanhado de várias entidades de Turismo. Inclusive, já declarou que tem, porque eles fizeram um simpósio no ano passado, no Paraná, um trabalho pronto com 10 itens que poderiam ser inseridos dentro do anteprojeto a ser apresentado à Comissão temática. Ele gostaria de aqui comparecer, acompanhado por essas entidades representativas do setor de Turismo. Eu gostaria que a Mesa, que o Secretário se comunicasse com ele no Rio de Janeiro, talvez, se os outros colegas estiverem de acordo, para saber que dia ele preferiria vir, quinta ou sexta-feira, 7 ou 8 de maio, que são os dias determinados, seriam dedicados ao Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a informação da Constituinte Márcia Kubitschek.

Gostaríamos de lembrar o seguinte: como aliás V. Exª está lembrando bem agora, temos a previsão de ouvir na área de Turismo e de lazer, também, além de esporte e cultura. Só para, digamos assim, ordenamento dos trabalhos, gostaríamos de, por partes, organizar isso.

Então, primeiro, poderíamos ouvir o Constituinte Vice-Presidente, Aécio de Borba, que já tem



as sugestões prontas na área de esporte. Depois poderíamos organizar a parte de cultura, com o auxílio de V. Ex<sup>a</sup> e mais do turismo e do lazer. Está bem assim?

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITS-CHEK — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente Aécio de Borba.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Obtivemos solicitação de entidades nacionais e acreditamos que existem órgãos governamentais ligados ao esporte que não poderiam deixar de ser ouvidos, embora não tivessem feito a solicitação.

Da relação que elaboramos, temos 14 entidades. Pela idéia que discutimos, inclusive com alguns representantes dessas entidades que nos solicitaram — como o esporte representa apenas a inclusão de um direcionamento nacional para legislação desportiva, assegurando a liberdade, ao que nos parece, da iniciativa de organização das entidades desportivas em seus diversos níveis, o apoio do Governo e o incentivo fiscal à prática do esporte — parece-nos que não há uma maneira muito restrita, como na área de educação, a setores que cada uma dessas entidades representam. Todas elas terão a abrangência de focalizar todos os aspectos que achem devam orientar a legislação desportiva para incluir na Constituição.

Então, a nossa sugestão seria: abrindo a reunião às 18 e 30 horas, como está previsto, teríamos pelo menos umas três horas até 21, 21 e 30, 22 horas, para fazer a audiência dessas entidades desportivas e, no dia seguinte, iniciariamos às 9 horas da manhã e teríamos até às 14 e 30 horas para ouvi-las também.

Então, seriam reservados 10 minutos a cada uma, seguidamente, todas elas trariam a sua sugestão de texto constitucional. Se fossem 7 entidades às 14, as 12 que solicitaram, mais 2 oficiais, ...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Necessitando retirar-me por cinco minutos, passo a Presidência ao eminente Relator Senador João Calmon, na ausência do 2<sup>o</sup>-Vice-Presidente. Continua com a palavra o Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Então, essas doze entidades que solicitaram e as duas oficiais que é o Conselho Nacional de Desporto e a Secretaria de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação, seriam relacionadas para proferirem cada uma a sua opinião e entregar a matéria, dispondo cada uma de dez minutos e depois, o restante da reunião toda, duas horas ou uma hora e meia, debateriam todas as entidades desportivas em conjunto para responderem às perguntas dos nossos diversos integrantes da Subcomissão, cada entidade respondendo pela área que a pergunta abrangesse.

Então essa nos pareceu a melhor maneira de propor.

As entidades que nos solicitaram foram: Confederação Brasileira de Futebol, Comitê Olímpico Brasileiro, Associação Brasileira de Clubes de Futebol, Confederação Brasileira de Atletismo, Confederação Brasileira de Basquetebol, Confederação Brasileira de Voleibol, Associação Brasileira de Cronistas Esportivos, Conselho Administrativo

do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional, Comissão Brasileira de Arbitragem de Futebol, Superior Tribunal de Justiça Desportiva, Confederação Brasileira de Futebol de Salão e a Federação Internacional.

Então, são 12 entidades que, juntamente com o Conselho Nacional de Desportos e a Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação, formariam 14.

Assim, acho que o critério seria selecionar por assunto as confederações amadoras falando num dia e as entidades profissionais, o atleta, o jogador, o árbitro, o dirigente do futebol profissional nacional, falando em outro dia. Então, teríamos acomodado as 14 entidades em uma hora e 10 minutos de explanação dedicada aos solicitantes; e o restante da reunião, toda a noite do dia 6 e na manhã do dia 7, para o debate com os diversos Constituintes da Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte.

Era essa a nossa proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Em debate a proposta do nobre Constituinte Aécio de Borba.

Todos de acordo? (Pausa.)

Estudado esse item da pauta, poderíamos iniciar o debate sobre um problema que foi aflorado ontem e que foi adiado para a reunião de hoje. É uma questão de mérito que tem despertado extraordinário interesse que poderia agora ser debatida, é a questão do ensino público. Há várias tendências nessa área, de maneira que, para inclusive orientar o Relator em relação às várias tendências, seria altamente desejável ouvirmos opinião dos membros desta subcomissão.

Ontem, inclusive, foi feita referência especial ao item relacionado financiamento da educação; a exemplo do que já fizemos ontem quando debatemos o tema da aposentadoria dos professores, poderíamos aproveitar esse tempo que nos resta nesta reunião da manhã para este debate.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Louremberg Nunes Rocha.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Ontem foi feita uma referência ao problema do ensino público. Tenho quase certeza que ninguém é contra o ensino público, mas acredito que há algumas questões neste País que precisam ser olhadas com mais profundidade, sem que se as tornem apenas como bandeiras que se apresentam em determinados momentos e as pessoas se sentem mobilizadas por elas, e aqueles que eventualmente ousam discordar ou queiram, por qualquer maneira, aprofundar o exame, são imediatamente pichadas, patulhadas, apontadas de conservadoras, de direitistas e coisas desse tipo.

Então, o caso da escola particular e da escola pública é um caso típico. Porque, e eu me recordo aqui que o Constituinte Sólton Borges dos Reis tem-se referido muito a isto, o costume de se tratar este País, de tanta diversidade, tudo como se fosse uma coisa só. E eu pergunto a essas pessoas que colocam o problema da escola pública dessa maneira, o que fariam nessas cidades do interior do Brasil, de Mato Grosso, de Goiás, do Brasil inteiro, em que existe, talvez, uma péssima escola pública e existe ali ao lado uma capenga escola particular, merecendo o esforço de algum abnegado, e o que se faria? Não se pode

dar nada, porque a tendência que se coloca é essa. Ontem, quando se trazia aqui o orçamento da União e via ali o que está para a bolsa de estudo — apesar de ser uma coisa tão irrisória, uma coisa tão insignificante — verifiquei qu o problema dos recursos da escola pública no Brasil estão em que os recursos estão indo para a escola particular. Não se vêem as imensas distorções que existem no ensino público no Brasil, o problema da Universidade, o problema do ensino obrigatório do 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus, não se aprofunda em nada disso, mas de repente a escola pública é a salvação do Brasil e não se lhe pode dar nada. A escola particular são os marginais: essas freiras, esses padres, milhares de brasileiros se dedicam a dar alguma coisa pelo bem do Brasil — ainda que existam aí maus brasileiros, maus professores, maus donos de escolas como existe em qualquer atividade — mas se coloca aí que a escola particular não pode ter nada; independente da sua qualidade, independente até do padrão que ela oferece, independente daquilo que, naquela comunidade, ela propicia de bem-estar e de condições de crescimento para aquela população.

Não quero colocar nenhuma posição aqui, a não ser esse questionamento, essa necessidade de nós, neste País, neste momento, começarmos a aprofundar mais o estudo das questões, porque apenas se tomam determinadas bandeiras e não se consegue discutir a fundo isso. O que é que existe com relação às escolas, quais são os recursos que estão indo para a escola particular? Temos que analisar isso, vamos delimitar isso, vamos fiscalizar isso ou vamos impedir até, se for o caso que vá para a escola particular qualquer tipo de recursos. Então, vamos ver o que significa isso no quadro brasileiro nacional, consideradas todas as suas regiões e não vamos estabelecer simplesmente uma norma geral para valer para este País de imensa diversidade. Com isso estaremos, na minha opinião, contribuindo como deveremos contribuir, e esta Constituinte tem essa obrigação, para efetiva solução dos verdadeiros problemas nacionais.

O que quero colocar, no momento em que se começa a discutir, se vai discutir a escola pública, escola particular, é que há necessidade de que os estudos sejam aprofundados nesta Subcomissão. Vamos pegar dados, vamos pegar levantamento, o que é que a escola particular está usufruindo, está tirando, está impossibilitando que o ensino da faixa etária de 7 a 14 seja efetivo, seja real, que as crianças tenham efetivamente escolas, o que vêem de impedimento a partir da escola particular.

Vejo falar, ouço falar que a escola pública leva a isso e aquilo, e quando examino o orçamento do Ministério da Educação, como fizemos ontem aqui, não vejo nada disso. O que vejo é que se coloca o problema como alguma coisa sobre a qual não se pode discutir. Quem coloca até à discussão é "colocado na parede", é posto sob suspeita como defensor de escola particular. Eu, da minha parte, não tenho parente, não tenho amigo dono de escola, não tenho escola, não tenho ligação nenhuma com escola particular, mas insisto que, até pela diversidade deste País, temos que fazer uma discussão séria e aprofundada deste tema.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Quería aproveitar as colocações do nosso colega Constituinte para retomar alguns pontos dentro dessa discussão que S. Ex.<sup>a</sup> retoma nesta manhã de hoje.

Em primeiro lugar, temos, dentro da Subcomissão, uma enorme responsabilidade de, efetivamente, lidarmos com a verdade. A questão dos recursos é importante e devemos procurar trazer a esta Subcomissão as verdades em termos do uso dos recursos. O que é fator é que o Ministério da Educação, em decorrência da incorporação da Emenda Calmon à Constituição, quase triplicou seu orçamento, que é, hoje, o segundo orçamento da União, e, apesar disto, todas as universidades públicas brasileiras estão paradas há trinta dias por falta de recursos de custeio, por falta de recursos para investimento e por reivindicações salariais de professores e funcionários. O que é muito claro disso, para nós, é que grande parte destes recursos orçamentários não devem estar sendo canalizados para as universidades públicas, fundacionais e autárquicas.

O outro ponto, especialmente em se tratando de escolas de 1º e 2º Grau, como se referiu o nosso ilustre Constituinte é que não podemos esquecer que o salário-educação, que é um recurso público arrecado às folhas de pagamento das empresas, tem sido maciçamente canalizado para bolsas de estudo. Eu não tenho esses números, mas acho que tem de ser compromisso nosso trazê-los a esta Subcomissão, temos de tratar aqui da verdade, da realidade dos números. Mas a grande maioria desses recursos do salário-educação têm sido levados às escolas particulares. E o que é mais grave é que apesar dos escândalos que foram denunciados nos últimos anos mostrando claramente essa canalização de quase 50% dos recursos salário-educação para as mantenedoras de escolas particulares, não se resolveu o problema do atendimento ao aluno carente. O argumento da escola particular tem sido, com frequência, o de que é preferível garantir o aluno gratuito na escola particular a garantir a escola pública para todos. O que percebemos é que a sistemática da bolsa de estudo, a sistemática da compra de vagas pelas empresas junto às escolas particulares, fez proliferar, neste País, a indústria da bolsa de estudo, os alunos fantasmas e as escolas que se mantiveram exclusivamente através das bolsas de estudo. Isso é extremamente grave, foi denunciado ao Ministério da Educação e esta Constituinte não pode perder a oportunidade de ter a verdade dos fatos.

Acho extremamente grave que, neste momento de debate da educação, especialmente da educação escolar, neste País, retomemos a discussão da educação dentro de uma discussão extremamente falaciosa que é, em primeiro lugar, a idéia de que a liberdade do ensino representa o apoio à escola particular ou ao aluno gratuito; em segundo lugar, a idéia de que o ensino particular é mais barato que o público e que o ensino particular é sinônimo de maior qualidade.

Venho para esta Constituinte com uma experiência de 3 anos numa Secretaria de Educação, de onde acho que trago uma experiência de alguém que lutou por mais recursos públicos para

a educação, que sabe que muitos desses recursos públicos são mal utilizados; que tem perfeita consciência de que o professor da escola pública ganha mal. Mas não aceito que retomemos nesta Constituinte essa discussão dentro de argumentos falaciosos, sem nos aprofundarmos e sem voltarmos a uma discussão séria de que, num país onde 65% da população vive em miséria, onde 35% da população brasileira não tem a menor condição de sobrevivência, imaginar que neste País nós venhamos a resolver o problema da educação escolar através do ensino particular.

Não podemos duvidar que só uma escola pública de boa qualidade, gratuita em todos os níveis, poderá propiciar o acesso das massas à educação neste País — e, do mesmo modo que temos escolas particulares ruins, nós também as temos nas redes públicas. E o compromisso que temos de ter nesta subcomissão, que procura dar um tratamento sério à questão da educação escolar, é um compromisso inarredável de que não é possível este País chegar ao ano 2000 com uma escola de má qualidade, e elas existem tanto na escola pública, quanto na particular.

Quero insistir aqui que é fundamental, ao falarmos em uma escola particular mais barata, que o aluno na escola particular fica mais barato do que na escola pública — levemos a discussão ao absurdo — termos presente que evidentemente será tão mais barato esse aluno quanto mais cheias forem as salas de aula, quanto menos se pague aos nossos funcionários, aos nossos professores de escola, quanto piores forem as condições das nossas escolas. Não é isso que procuramos. Acho que devemos iniciar a discussão, nesta subcomissão, pela educação escolar, pelo que queremos em termos de uma educação de um país que marcha para um projeto democrático portanto, de uma escola que queremos formadora do cidadão, de um cidadão crítico e que quer participar da sociedade — e esta escola não pode ser uma escola de segunda categoria. Ela tem que ser de boa qualidade e a queremos acessível a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Antes de dar a palavra ao segundo orador inscrito, eu gostaria de registrar com o maior prazer a presença, nesta reunião, do nosso nobre colega e atuante Vice-Líder da Constituinte, Deputado Antônio Brito.

Com a palavra o nobre Constituinte Ubiratan Aguiar e em seguida a darei ao nobre Constituinte Lourenberg Nunes Rocha.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Sr. Presidente, companheiros Constituintes:

Estamos retomando a discussão que ontem aqui foi iniciada, quando o nobre Constituinte Álvaro Valle posicionou-se favoravelmente a que os recursos públicos também fossem destinados à escola particular. E, naquele instante, adotávamos um posicionamento contrário, não porque entendamos que qualquer patrulhamento venha a inibir o pensamento, a idéia e palavra de qualquer um dos membros desta Subcomissão. E, com maior respeito, meu caro Constituinte Lourenberg Nunes Rocha, a posição que adotamos, longe de ter qualquer conotação de natureza ideológica ou ser fruto de patrulhamento, revela uma ausculta que fizemos, quer quando Secretário de Educação do meu Estado, o Ceará, no contato direto

com as comunidades, com o pessoal da área de educação, quer após a nossa eleição, no simpósio que tomamos a iniciativa de promover, envolvendo educadores, representantes das diversas entidades de classe ligadas à área de educação, e que resultou na elaboração de um documento — documento este que está, nítida e claramente, uma posição de que os recursos públicos devem ser direcionados em favor da escola pública. Mesmo porque, em que pese o salto gigantesco que se deu neste País, de se sair de um percentual inferior a 5% para 13%, fruto da Emenda Calmon; em que pesem as distorções verificadas com a inclusão, como se fora para a educação, daqueles recursos despendidos com a alimentação, com a saúde, e outros recursos que se perdem ao longo das rubricas orçamentárias do MEC, e que não se podem figurar como recursos destinados à educação, à manutenção e ao desenvolvimento da rede de ensino; em que pese tudo isso, são muito poucos os recursos ainda que a escola pública necessita e de que dispõe ao seu alcance para atender a uma clientela a mais carente possível. E quando se apresentam os dados de pesquisas realizadas e que mostram que o aluno da escola pública sai muito mais dispendioso do que o da escola particular, repito o que disse ontem aqui: não se levam conta os custos sociais. Nesse cômputo, não se está levando em consideração aquilo que o poder público está oferecendo a essa criança, a esse jovem, que é a alimentação, que é a saúde, que é o material didático, do que não precisa aquele aluno da escola particular.

Ademais, é bom que se frise, é bom que se observe que a responsabilidade nossa, neste momento, é muito grande. É um compromisso muito grande com a escola pública, tão acusada pela qualidade do ensino que está sendo oferecido, sem se levar em conta que vários aspectos vão merecer a análise e a observação dos que compõem esta Subcomissão — como o baixo índice de remuneração do professor, como as condições em que esse ensino é ministrado, as distorções do acúmulo de pessoal desnecessário que, tantas vezes é colocado na escola pública, que precisa, tudo isso, ser escoimado. Não seriam pelas distorções praticadas que iríamos aqui negar à escola pública a necessidade que tem de resgatar a qualidade do ensino e de alcançar todos os rincões deste País, indo às cidades pequenas, aos aglomerados urbanos, como ação do Poder Público em respeito até à norma constitucional vigente, que jamais foi cumprida, que é de formar esse ensino fundamental obrigatório e gratuito.

Por todas essas razões, meu caro Constituinte Lourenberg Nunes Rocha, sou partidário do seu ponto de vista de que esse assunto deva ser exaustivamente debatido. Sou partidário da sua posição de que esse assunto merece uma análise, a mais profunda. Mas me permita discordar ao dizer que a divergência das opiniões não vão caracterizar, em nenhum momento, qualquer patrulhamento, mas acima de tudo caracterizar essa beleza que deve ser a democracia, com a divergência das opiniões para que se encontre o melhor caminho. É o melhor caminho que encontrei ao tomar esta posição em favor da escola pública foi a de procurar acertar, ao lado dos meus companheiros, que formam o magistério nacional e que têm uma posição firmada em documentos, em publicações, em seminários, em simpósios, na luta que

vêm travando em favor da destinação exclusiva dos recursos públicos para a escola pública.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Antes de me referir às palavras do Constituinte Octávio Elísio, fazendo referência ao companheiro Ubiratan Aguiar, quero esclarecer que ontem já não estava eu aqui quando se deu esse debate sobre a escola pública particular — porque tinha saído com pouca antecedência. Não me referi às suas palavras, porque não as escutei ontem, mas foi de modo geral. Mas o que eu queria recolocar, é que o Constituinte Octávio Elísio, ao confrontar as nossas palavras, vem a dar naquilo que queríamos, porque vem dizer que acredita que os recursos não devem estar sendo carreados para o ensino superior, porque não sabe o montante dos recursos do salário-educação que estão sendo carreados para o ensino particular ou para as mantenedoras, como foi dito aqui. E, depois, se pergunta se o ensino particular seria mais barato ou mais caro do que o ensino público. Eu não entrei a discutir isso, porque não entendo que seja o momento dessa discussão e nem sei se ela cabe. O que quero recolocar é que não podemos, de antemão, abraçando a bandeira da escola pública, excluir, pura e simplesmente, um exame mais acurado do problema da escola particular neste País — porque haverá locais, nessa diversidade que é este País, em que existirá um abnegado tocando uma escola particular que é a solução daquela comunidade. Por que é que não se poderia discutir a possibilidade de se dar alguma ajuda via Estado a esse abnegado que está lá? Este é um exemplo apenas. Mas não quero colocar isso apenas como uma posição pessoal de defesa desta ou daquela escola. O que quero ressaltar muito aqui, é que temos ouvido e presenciado neste encontro a discussão de grandes problemas sem nenhum aprofundamento. São apenas algumas bandeiras que são postas e ninguém pára para discutir aquilo em profundidade.

Há poucos dias recebia em meu gabinete uma comissão da escola pública. Comecei a perguntar: "digam-me de onde é que a escola particular está levando tantos recursos, de onde estão saindo tantos recursos, da escola pública para a particular? Quero que me dêem uma demonstração disso. Vocês são da Comissão". Ninguém sabia dizer nada. Não há recursos do FAES para a construção de escolas particulares. No meu Estado, eu não conheço nenhum. Tudo o que se faz, no meu Estado eu não conheço. Talvez eu viva num Estado diferente dos do resto do Brasil. É até por isso, então, que teríamos que colocar esta parte para a discussão.

Mas não quero colocar aqui, para que não fique parecendo uma posição muito pessoal de minha parte, qualquer posição, de antemão favorável à escola particular. O que eu quero é colocar claramente que não se pode mais discutir como antigamente neste País. O Brasil se tornou muito complexo. Este País cresceu muito. Não é possível discutir a escola pública como nos anos 60. Eu me lembro desse debate, pois estava na universidade. E todos eram pela escola pública. E a escola pública volta ao debate agora com as mesmas características, sem nenhum aprofundamento. É só sobre isso. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso.

Eu quero ser levado à essa posição de Octávio Elísio, de Ubiratan Aguiar, que não se poderá dar nada amanhã à escola particular de maneira alguma, qualquer que seja a sua situação — essas escolas evangélicas, em Mato Grosso, que conheço, prestando relevantes serviços, essas escolas católicas, essas escolas religiosas de um modo geral. Não se pode dar nada a elas. Eu posso ser convencido disso amanhã. Não tenho nenhuma antecipação de posição sobre isso. Mas eu quero ser convencido. Quero ver demonstrado efetivamente, com orçamento, com utilização, com pesquisas, o que é que está ocorrendo neste País com relação aos recursos carreados para esta ou aquela qualidade de ensino.

Então, neste sentido, quero deixar consignada essa posição e a minha total abertura para assumir, ao final de nossa discussão, qualquer das posições que todos entendamos de preferência, por maioria ou por unanimidade, como a melhor para o Brasil, a melhor para a nossa juventude.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Srs. Constituintes, recebemos um telefonema do Gabinete do Sr. Ministro da Educação marcando a audiência para as 17 horas e 30 minutos. Como o Gabinete do Sr. Ministro está solicitando pelo menos uma relação preliminar dos constituintes que estarão presentes, vou passar aqui uma relação, pedindo a gentileza de notificarem o nome dos constituintes que estarão na audiência às 17 horas e 30 minutos, em relação à greve da Universidade brasileira hoje. É uma audiência de iniciativa da Constituinte Márcia Kubitschek, que pedimos ao Sr. Ministro da Educação, em relação à crise, ao agravamento da crise da greve da Universidade brasileira. Então, estaremos hoje às 17 horas e 30 minutos com o Sr. Ministro. É apenas um aviso. Os que pretenderem estar juntos, peço notifiquem seu nome.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Sr. Presidente, posso fazer uma pergunta?

O PT tinha pedido que nós estivéssemos presentes na discussão desta matéria às 18 horas e 30 minutos, na sessão extraordinária. Eu colocaria meu nome, mas não tenho certeza se posso ou não dela participar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Penso que estaremos às 18 horas e 30 minutos de volta ao Congresso. Por esta razão é que, quanto à audiência, eu a pedi para se realizar às 17 horas ou às 17 horas e 30 minutos, a tempo de poderemos discutir e retornar à sessão do Congresso Nacional.

Estão inscritos os Constituintes Florestan Fernandes, Chico Humberto, Octávio Elísio, e por fim o Constituinte Átila Lira.

Com a palavra o nobre Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Devo esclarecer que, para mim, é um debate do qual venho participando há muitos anos. E devo dizer que o patulhamento tem dois lados. Acho que todos aqui não ignoram o livro de Fernando Azevedo, "A Cultura Brasileira", que é de grande significado no pensamento brasileiro. Quem ler esse livro poderá ver como se deu no Brasil, e isto na última parte do livro, o desenvol-

vimento de novas correntes pedagógicas, resistência obstinada que a Igreja Católica ergueu contra os chamados pioneiros da educação nova. E como esses educadores foram distratados, arrastados à rua da amargura, e que tipos de obstáculos tiveram de arrostar para que conseguíssemos penetrar dentro do pensamento pedagógico moderno pela porta atrasada de uma concepção de que íamos começar no Brasil a fazer a revolução na escola para que o povo não a fizesse nas ruas. A porta atrasada era imitar a França do passado e não a França daquele momento. O Manifesto dos Pioneiros é uma obra de grande significado, mas é um manifesto burguês do pensamento pedagógico brasileiro. E ele encontrou uma resistência tremenda. Ele era um avanço dentro da ordem e foi repudiado, apesar disso. A situação não se alterou muito quando participei da campanha de defesa da escola pública; o que se dizia de nós era que éramos comunistas. Eu, por acaso, sou marxista, e portanto a mim está correta aplicar a palavra comunista. Não era ofensa. Mas não é assim que se combatem posições. E o que estava em jogo era a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. É em torno do destino do dinheiro público e do controle da educação que se vai travar a batalha sobre a qualidade desta Lei de Diretrizes e Bases.

Os educadores, em 1934, incluíram na Constituição a exigência de uma Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. E, em 1946, ressuscitaram essa bandeira, pensando que iriam fazer um benefício ao Brasil. No entanto, o projeto dos educadores, que era um projeto realmente responsável, que atendia às necessidades daquele momento histórico, acabou sendo atropelado por um projeto que foi subscrito por Carlos Lacerda, mas que foi elaborado por um grupo de educadores da escola privada e da escola confessional. Era um documento pelo qual o setor privado conseguia ter um envolvimento do controle da educação no Brasil, como nunca se poderia pensar que pudesse ocorrer sob um regime republicano. O que ocorreu posteriormente depois de 1964, graças à ditadura militar, foi uma violação até das normas desta lei, que já era tão vantajosa para a iniciativa privada. A ditadura montou as chamadas Comissões MEC-USAID, comissões degradantes porque eram comissões neocoloniais, compostas por professores e técnicos brasileiros e por professores e técnicos norte-americanos. Tivemos então aqui a adoção de uma política de que o ensino, para ser devidamente avaliado pelo estudante, deve ser um ensino pago, e que a prioridade deveria ser entregue à escola privada, em detrimento da escola pública.

A partir daí surgem os dois decretos do Governo Castello Branco que iriam ser a espinha dorsal da política educacional da ditadura. E toda uma orientação que hoje é nossa obrigação botar na lata do lixo, quer isso nos atraia quer não, porque realmente não podemos conviver com essa legislação que converteu o ensino numa indústria. É uma indústria, por vezes, miraculosa.

Vou citar apenas um exemplo. Recebi uma homenagem em Marília, onde fiquei cinco dias, e ali, ao lado da escola pública, estavam duas universidades privadas. Uma de boa qualidade e outra dessas universidades de fim de semana. Uma montagem: alunos que no fim de semana compareciam e encontravam, nas proximidades, um

motel, no qual passavam a noite, combinando o prazer com educação, e no fim de certo tempo ganhavam um título. Esse é o pior aspecto dessa indústria. Mas existe o outro que nos deve preocupar: a educação deixou de ser um fim em si, deixou de ter relação com o desenvolvimento sadio da personalidade; passou a ser um elemento de aceleração da acumulação de capital.

Surgiram inopinadamente — não sei se Mato Grosso é uma exceção — donos de pequenos ginásios — perto de casa tenho um exemplo muito bom — que através de programas financeiros especiais, de repente se viram donos de uma verdadeira escola de grande porte. E não vou mencionar nomes, inclusive na subcomissão da qual participamos há exemplo disso, pessoas que de uma hora para outra se viram proprietários de universidades de porte análogo às universidades criadas pelo Governo do Estado de São Paulo, tanto na capital quanto no interior.

Esse processo de aceleração da acumulação capitalista na esfera da educação não ocorreria sem a proteção oficial. A proteção oficial que apareceu sob a forma de empréstimos privilegiados. Associação de donos de escolas com os donos do poder; isenção de taxas e impostos, e várias outras formas de corrupção ativa e passiva.

Ora, é um princípio fundamental esse, que há liberdade na esfera da educação escolarizada. Ninguém é obrigado a colocar o seu filho numa escola pública, cada um pode colocar seu filho na escola que bem entender. A escola pública, laica, gratuita, está aberta a todos. Quem não quer a escola pública por motivos convencionais, ou porque acha que o ensino público envolve uma convivência nociva com pessoas pobres, ou que pensa que o ensino público não tem *status*, essas pessoas simplesmente não devem colocar seus filhos na escola pública, mas são responsáveis pela escolha; quer dizer, optaram pelo ensino com pagamento.

Além disso, existe um outro problema capital: a ditadura arruinou o sistema educacional brasileiro; ele foi debilitado, desestruturado, e o que aconteceu foi que surgiu uma concepção de ensino vinculado à empresa, ensino de formação de técnico. O Professor Carlos Martins, que foi professor da PUC e agora é professor da Universidade de Brasília, fez uma pesquisa na qual mostra como uma grande parte desse ensino superior que enriquece as estatísticas que são mostradas a nós, sem falar nos custos que a Nação paga por esse tipo de ensino — é um ensino de baixíssima qualidade e que tem o propósito de formar mão-de-obra barata para a procura técnica. Naquele momento o Brasil enfrentava a aceleração do seu processo industrial. Essa industrialização maciça requeria a formação de quadros técnicos. Então, tanto o ensino de 2º grau, quanto principalmente o ensino de 3º grau, acabaram sendo tecnificados, e para formar mão-de-obra barata e em grande escala. Foi o que aconteceu e sucedeu uma coisa muito curiosa: o ensino privado, a pagamento — basta ir ao ABC e se poderá ver — é frequentado por jovens que trabalham e que pagam por uma má escola para receber uma péssima formação. E o ensino público de boa qualidade, dado, por exemplo, na Escola Politécnica ou na Faculdade de Medicina, etc., acabaram sendo reservados para aqueles que poderiam ir a uma escola a pagamento.

Essa inversão acabou sendo produzida por essa deformação que acabou caindo na consciência social. Durante a campanha política que ocorreu em São Paulo, no processo eleitoral, uma das grandes reivindicações das massas trabalhadoras, nos bairros pobres, nas favelas, era exatamente por um novo tipo de escola, uma escola que atendesse à criança desde que é posta ao mundo, não só ensino pré-escolar; um tipo de atendimento da criança em áreas miseráveis, que nós ainda não fazemos, o ensino pré-escolar, o ensino primário, de 2º grau e superior. Todos eles abrangendo aqueles requisitos que tornam impraticável o acesso do aluno pobre à escola gratuita, porque a escola gratuita exige requisitos econômicos, sociais e culturais que são raros ou deficientes entre as camadas pobres da população. Daí o fato de o estudante pobre acabar sendo condenado a não ter acesso à escola pública, e às vezes é condenado até a abandonar o ensino, ainda no primeiro ou no segundo ano.

Portanto, é uma situação dramática, temos de pensar no ensino público em novas bases; temos que pensar que o Estado não deve dividir os seus recursos com a indústria do ensino, nem tampouco financiar o ensino convencional, que visa o controle de mentes e corações, mas que deve investir maciçamente para que tenhamos uma escola — como disse o Professor Octávio Elisio em sua bela exposição — que tenha boa qualidade, que esteja ao alcance de todos e que forme o cidadão.

O cidadão, no Brasil, ou será formado pela escola pública de primeira qualidade ou não aparecerá nunca. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra o Sr. Constituinte Chico Humberto.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Gostaria apenas de reforçar alguns depoimentos que já foram feitos. Não só porque conhecemos o assunto de perto, apesar de não termos sido professor, fomos apenas monitor, quando fazíamos o nosso curso profissional, nossa formação médica. Na verdade gostaria de deixar patente que ninguém é contra a presença ou a participação da escola privada ou da escola particular, ou mesmo da escola convencional, apesar de acharmos esse tipo de escola, antes de mais nada, elitista, segregacionista, discricionária, discriminatória. Infelizmente, no Brasil, desde a sua formação, temos a participação também, das comunidades religiosas, que foram as primeiras a montar esses estabelecimentos de ensino, mas o faziam com um sentido claro, que era o da formação da mão-de-obra escrava.

Quando os Jesuítas, na famosa Companhia de Jesus, entraram pelo Brasil adentro, não queriam somente domesticar os silvícolas que aqui estavam e que aqui se encontravam; queriam na verdade uma informação para o caminho do minério, o que lhes interessava, de verdade, eram os recursos minerais e daí entraram por esse Brasil adentro.

E o que vemos hoje é uma escola distorcida da verdade. Uma escola particular que diz que vem para preencher uma lacuna onde o ensino público não tem alcance, onde o ensino público não pode chegar, e na verdade o que vemos nas mais distantes localidades deste imenso País? Posso citar Minas Gerais, numa das localidades

mineiras, que seria o Município de Iturama, que este Constituinte teve a oportunidade de dirigir: são 12 distritos, talvez o maior município mineiro em termos de área, e nesses 12 distritos encontramos, de fato, uma escola particular, num centro maior, explorando justamente aqueles que pode pagar; e nos outros distritos, outras localidades, infelizmente a função é feita única e exclusivamente pela escola pública. E o que nós vemos, na verdade, é que se tornou como disse o Constituinte Florestan Fernandes, uma indústria para acumulação de capital, e vemos hoje grandes fábricas, grandes vendedores de diplomas; inventaram agora até um modismo, que são os tais cursos por correspondência, em que o aluno sai formado depois de 4 ou 5 meses de troca de cartas, através de um pagamento.

Vemos então que há uma distorção clara quanto à escola particular. Defendemos os recursos públicos sim, para a escola pública, defendemos um pagamento digno para o professor da rede estatal de ensino, porque hoje é a classe mais aviltada em termos de pagamento do suor, do trabalho, que muitas vezes tem que dobrar o seu turno para ter um mínimo de recebimento, e aqueles que estão em convivência permanente com ele. O professor da rede estatal de ensino, em meu Estado, está hoje ganhando hum mil e setecentos cruzados de pagamento mensal, para quem inicia nesse trabalho, nessa atividade.

Então, houve uma distorção no Brasil, a partir do momento em que nós adotamos uma Lei de Diretrizes e Bases de educação baseada nos moldes americanos, tivemos esse resultado que aí está; 50 milhões de analfabetos, segundo a Unesco, e 30 milhões de analfabetos, segundo nossos dados.

Na verdade, defendemos uma posição clara. Seria a oportunidade igual para todo brasileiro, seja ele de que idade for, de que nível for, não nos importa a cor, o sexo, a raça, a questão religiosa; importa sim, que ele tenha as mesmas oportunidades, que o ensino seja unificado de norte a sul nesta Pátria, que não sejam mais evidenciadas as questões regionais da riqueza local, mas que possamos oferecer, nessa nova Constituição, a oportunidade para todo cidadão brasileiro — porque esta é a pátria mais infeliz do mundo, quando se vislumbra o novo século. No ano 2000 ainda não temos o direito de dizer que nos colocamos entre as nações sequer em desenvolvimento, principalmente na área educacional. Então, quando defendemos esse direito de condições de igualdade, a mesma oportunidade para o cidadão brasileiro, a sua alfabetização, a sua formação profissional, estamos na verdade tentando resgatar, de uma vez por todas, aquilo que nos foi deixado de herança, esta herança maldita que nos legaram as gerações anteriores, porque ainda estamos discutindo hoje, em 1987, o problema da educação, que é a primeira coisa que é resolvida em qualquer país do mundo.

Temos, sim, que defender 25% da aplicação do orçamento da União, e isso não é sem razão que fazemos; esse é o exemplo de nações que querem se desenvolver, como o Japão, a França, os Estados Unidos, que aplicam, que investem no futuro de sua pátria, quando não se faz isso no Brasil. Quando se pretende a defesa da escola particular, da escola privada, o que na verdade estão querendo é fazer uma casta privilegiada da-

queles que podem pagar e têm um acesso financeiro melhor, para poderem permitir que hajam distorções, separações no cidadão brasileiro, porque a partir do momento em que passarmos a nos educar, a nos instruir, teremos condições de questionar mais, de exigir mais, de postular, pelo menos, melhores condições de vida — e só fazemos isso a partir do momento em que temos o discernimento, pelo menos o acesso à leitura; caso contrário seremos eternamente um país de Terceiro Mundo, sem condições de resgatar sua dívida maior. E quero deixar bem claro aqui, que dentre todas as Comissões que foram criadas nesta Constituinte, esta Subcomissão, para mim, é da maior importância.

E se assim conseguirmos resgatar o dinheiro público da escola pública, resgatar o ensino de bom padrão, como já foi definido aqui, a importância social, como disse o Constituinte Ubiratan Aguiar, da escola pública, teremos, pelo menos, nesse curto período que aqui passamos, resgatado, para as gerações futuras, aquilo pelo qual postulamos em nossas campanhas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao nobre Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, pedi a palavra, pela segunda vez, para fazer apenas algumas complementações às questões colocadas pelo ilustre Constituinte Lourenberg Nunes Rocha. Antes disso, porém, pediria permissão para aproveitar as colocações finais feitas pelo nobre Constituinte Chico Humberto, e fazer algumas considerações a respeito.

O primeiro ponto, começando pelo fim, sobre a importância desta Subcomissão. Não tenho dúvidas, e acho que todos nós que chegamos à Constituinte sabemos que existe uma enorme expectativa da sociedade em torno do que irá sair daqui. O que vai sair da primeira, da segunda e da terceira Subcomissão são questões que possivelmente não vão mudar o dia-a-dia e a expectativa da população brasileira.

Muito pouca coisa há, em termos de expectativa, sobre a organização do Estado e mesmo sobre as garantias, a não ser, especificamente, sobre a questão do trabalhador. No que diz respeito aqui à questão da educação, da saúde, da habitação, a questão social, fundamentalmente, existe uma enorme expectativa da sociedade, e o Brasil pode começar a mudar dependendo do que conseguirmos colocar dentro da Constituição. Então, temos que ter consciência da responsabilidade que esta Subcomissão tem, diante das expectativas que estão aí fora; e procurarmos desenvolver o nosso trabalho constitucional não apenas dentro desta sala, não apenas ouvindo audiências que venham a se realizar aqui, mas com debates lá fora. Quero dizer que tenho tido o privilégio de continuar fazendo isso, em continuidade à campanha, e o que se ouve é uma expectativa de que esta Constituinte tente viabilizar propostas que encaminhem soluções para a educação.

A Constituinte não vai fazer nenhum milagre, todos sabem disso, mas não é possível que não se pense aqui dentro e não saiam daqui propostas sérias sobre o papel da educação escolar na transição democrática, a questão da escola pública,

a questão da qualidade do ensino, a questão do apoio ao professor, de um salário justo, de uma carreira nacional para o magistério e outros problemas como esses. Estas questões estão nos desafiando.

Duas outras colocações foram feitas aqui pelo nobre Constituinte Chico Humberto. Numa delas quero pedir permissão a ele para discordar. Acho que não estamos querendo oportunidade igual para todos, não. Queremos oportunidade preferencial para aqueles que até hoje não tiveram oportunidade de direito à escola. Quero discutir aqui uma educação escolar que seja preferencial sim, para o filho do trabalhador, para aqueles que se não tiveram uma educação, não tiveram oportunidade ou direito à escola. Quero discutir aqui uma educação escolar que seja preferencial sim, para o filho do trabalhador, para aqueles que, se não tiverem uma educação pública de boa qualidade, não terão oportunidade de acesso a qualquer outro tipo de escola e especialmente à escola particular.

O companheiro Chico Humberto falou que nós copiamos o modelo de educação americana. Eu gostaria de insistir no seguinte: nos Estados Unidos existe escola particular e nenhum de nós aqui está querendo que esta Constituição defina, como princípio dela que, de agora para frente, só existirão escolas públicas neste País. Ninguém aqui, ao que sei, pretende isso. O modelo americano, prezado Chico Humberto, prevê a escola particular, mas, naquele país, não há nenhum incentivo preferencial para escola particular; não se faz qualquer transferência de recurso público para escola particular. Não há nenhum incentivo fiscal para escola particular. Ela existe, quem quiser coloca os seus filhos na escola particular, pague o que a escola particular cobra, mas não existe qualquer incentivo específico, ao que eu sei, para escola particular.

Eu gostaria de ressaltar alguns pontos...

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITSCHKE — Desculpe Constituinte Octávio Elísio, mas existe uma ajuda sim, que é a do National Endowment of the Art. É uma coisa, aliás, interessante, que, aqui no Brasil, talvez, poderia ser feito também, em termos, sobretudo, de cultura, mas também em termos de educação. O National Endowment of the Art não é absolutamente um ministério; é uma organização que dá verbas para entidades educacionais e culturais. Mas ele dá as verbas da seguinte forma: vamos dizer, se ele dá 5 mil dólares para uma escola particular, ou para uma fundação cultural, ou para uma orquestra, para uma companhia de balé, ou seja lá o que for, ele dá esses 5 mil dólares, mas a entidade também tem que arranjar, por conta própria, a mesma quantia, se não, a entidade perde a verba que vem do National Endowment of the Art. Em outras palavras: você me dá 5 mil dólares, eu tenho de arranjar, por minha própria conta, também 5 mil dólares, para não perder o que você está me dando. Isso existe.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Muito obrigado.

Quero ressaltar, dentro das colocações do Constituinte que nós acreditamos no que S. Ex.<sup>a</sup> colocou aqui, que é, a partir desse debate, dessa discussão, que nós todos vamos definir propostas e sugestões em termos do capítulo da Educação

na Constituição. Quero que S. Ex.<sup>a</sup> entenda também, que não existe, da minha parte, uma posição de oposição e, menos ainda, de querer que a Constituição passe a proibir, neste País, a existência da escola particular. Eu não aceitaria que o debate, aqui dentro, viesse a se colocar nesses termos, alguns contra, outros a favor. O Constituinte Florestan Fernandes colocou aqui algumas questões e tentou resgatar um debate que eu acho que é o essencial da coisa. Nós estamos aqui para fazer o capítulo da nova Constituição que diz respeito à Educação. Dentro desse capítulo, há alguma questão fundamental, que é a educação escolar. A educação escolar, neste País, tem um enorme papel para a formação da cidadania. Estamos fazendo a Constituição da transição democrática. Um País que quer construir a sua democracia, qual é o papel da educação escolar nesse País? Qual é a preferência que nós devemos ter nesta política, que queremos ver retratada nesse projeto educacional? Qual é a preferência que devemos ter? E é dentro disso que eu insisto:

eu não vejo nenhum caminho a não ser pela escola pública de boa qualidade acessível a todos. Mas temos que discutir aqui que escola pública de boa qualidade é esta, que qualidade é esta que desejamos, que escola é esta que queremos? Formando cidadão crítico, uma escola que faça pesquisa, uma escola que reflita a sociedade onde ela está inserida. Uma escola de boa qualidade é aquela que paga bem os professores; é uma escola que paga bem os funcionários, que é bem equipada. Esta escola é que queremos ver desenhada na nossa Constituição. Como viabilizar isto, neste País, é que deve ser retratado. Em primeiro lugar, na Constituição e, em segundo lugar, numa nova lei ordinária, que queremos ver aprovada, o mais rápido possível, no Congresso, após a Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

O orador seguinte é o nobre Constituinte Áttila Lira.

O SR. CONSTITUINTE ÁTILA LIRA — Eu vou mais é reforçar alguns pontos de vista que foram colocados aqui. No entanto, eu acho imprescindível que nesta questão de definição do preceito constitucional sobre o ensino, haja o pano de fundo da sociedade brasileira, que é a liberdade da iniciativa. Eu acho que isso deve ser preservado.

Com relação à questão do recurso público, sou favorável realmente a exclusividade, porque não é nem por uma questão de achar que a educação, dentro do processo de negócio, é algo que seja nefasto para a própria sociedade. É porque, praticamente, eu não acredito mais, hoje, na função do Estado, na administração de qualquer privilégio. Sobretudo, na Educação, já está demonstrado o fracasso — isso deve ficar bem claro — o cerceamento da liberdade do Estado no restabelecimento de qualquer forma de criação de incentivos, ou de políticas de ajuda financeira à iniciativa privada, justamente porque o Estado não tem muita condição para fazer isso com toda lisura.

Continuando sobre essa questão da expectativa da sociedade em relação à Constituinte, é realmente no campo da Educação, no campo da saúde, na chamada condição social do preceito

constitucional, onde muito se espera. Agora, no que diz respeito à Educação servindo à sociedade, sociedade essa compreendendo professores, nós temos que olhar também o lado do usuário, mesmo sabendo que grande parte dessa população se encontra marginalizada. Mas temos também que ver que, de qualquer jeito, a sociedade brasileira é dirigida por uma elite, por uma classe média, que também vê, na escola particular, alguma coisa de significativo, inclusive, associada à questão da qualidade. Eu não sou assim tão crente, como o Constituinte Octávio Elísio, de que somente a partir dessa decisão da exclusividade a gente possa encontrar uma grande qualidade de ensino, sobretudo, no ensino público.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O orador seguinte é o nobre Constituinte Aécio de Borba.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Sr. Presidente, Srs. constituintes, iniciamos ontem o debate de temas referentes à educação. As manifestações de todos os constituintes, expressadas até o momento, são, sem dúvida, fruto do alto grau de integração de cada um no setor educacional e nos demais setores de que a comissão trata. Mas, indubitavelmente, têm sido feitas colocações que são as mais antagônicas possíveis. Para exemplificar, a manifestação de que o professor já conseguiu, aos 25 anos, na área feminina, e 30 na masculina, a aposentadoria, e que nos estimula como a aprovação de uma conquista, foi ontem enfocada de maneira totalmente inversa, mostrando que o tempo em que o professor assimila conhecimentos, cultura, viaja, se especializa, ao ser aposentado desperdiça toda essa acumulação. A nossa interferência aqui, hoje, verificando o posicionamento de alguns com relação à escola pública e à escola privada, nos faz, não como maior conhecedor ou de experiência tão grande para aconselhar, mas como homem público vivo, através de 40 anos na área, aconselhar que esta comissão não se deixe apaixonar por temas. Não se posicionem os seus membros a favor desta ou daquela proposição apresentada, e as examine globalmente, com tudo aquilo que possa haver de justificativa num setor ou no outro, para que nós encontremos o ideal.

Nessa área, por exemplo, de tempo, é justo obter a aposentadoria aos 25 anos, pela exaustão a que são levados os professores, de acordo com aqueles que defenderam aqui essa tese. Mas não tenha dúvidas de que poderão encontrar medidas de diminuição de carga horária, de aumento de vencimento com a permanência no ensino e outras alternativas, que, sem dúvida alguma, possam conciliar aquelas argumentações que são fundamentadas e representam algum conhecimento da matéria.

Ouviremos aqui a várias entidades. Elas terão, sem dúvida alguma, posicionamentos a respeito de cada um desses assuntos. Se unânime, dar-nos-ão um condicionamento de pensar, com elas, na exaustão de estudos relativos à matéria; se divergentes, caberá a nós dimensionar o que de bom tem cada posicionamento e fixar realmente a diretriz, que não atenda a todos, mas que seja a média de opiniões mais favorável ao crescimento e ao desenvolvimento do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

Não havendo mais oradores inscritos, poderíamos retomar a questão da organização das nossas audiências públicas.

Percebo o pedido de inscrição do Constituinte José Moura. Tenho o prazer lhe conceder a palavra.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MOURA — Quero apenas fazer uma pequena intervenção, dizendo que a nossa preocupação, logicamente de todos membros dessa subcomissão, para com a educação é porque temos consciência de que a educação é uma prioridade nesse País. Mas nós precisamos também ter cuidado com prioridades que venham até antes da educação, para que ela aconteça da forma que todos nós imaginamos. É preciso que os membros desta comissão, ao fazer o capítulo que diz respeito à educação, vejam com muito cuidado o problema da merenda escolar, da alimentação e da saúde, que eu acho que essa sim é a base primeira para que possamos ter uma educação que todos nós almejamos. Então, é necessário que, nas verbas que sejam destinadas à educação, se dê prioridade absoluta à alimentação e à saúde das crianças, principalmente aquelas que ingressam na escola do 1º grau.

Era só isso que eu queria deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> Concedo a palavra ao nobre Constituinte Octávio Elísio, para uma questão de ordem.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Eu gostaria de pedir permissão ao prezado colega Constituinte José Moura, para colocar uma preocupação minha com relação à afirmação que S. Ex<sup>a</sup> traz. S. Ex<sup>a</sup> traz aqui a preocupação com relação à alimentação, à saúde, a importância de que a educação seja levada às nossas crianças com o apoio, a nível de saúde, do atendimento alimentar, da merenda escolar. O que eu não quero é que esses recursos, canalizados para atendimento à saúde e para o atendimento à alimentação escolar, sejam debitados no orçamento que esse País tem que destinar à educação. Se a escola, hoje, é obrigada a dar merenda escolar, é porque 65% da população desse País passam fome. Eu não estou falando aqui de número cabalístico, aleatório. É um relatório, que foi entregue pelo sociólogo Hélio Jaguaribe ao Presidente Sarney, no ano passado, sobre o Brasil 2000: Que Brasil é esse que vai chegar ao ano 2000? Este Brasil é um país que passa fome, sim, e que os meninos precisam de merenda escolar, sim, precisam de ter atendimento à saúde, desde a infância. Eu diria até ainda quando no ventre materno. O que eu não acho aceitável é que isso seja debitado à educação e que seja debitado aos 13%, que, constitucionalmente, este País tem que canalizar para a educação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> Percebo que esta temática de ensino público, de ensino privado, evidentemente, não se esgotou, e nós, em outros momentos, teremos oportunidade de retornar a esse debate.

Eu gostaria agora, primeiro, de comunicar a esta subcomissão que a nossa secretaria já fez entendimentos com a assessoria do Ministro da

Cultura e com a assessoria do Ministro da Educação e que, em consequência desses contatos, ficou acertado o dia 12 para o Ministro da Cultura, e dia 13 para o Ministro da Educação. São dois dias subsequentes à apresentação do relatório, no dia 11, e aí correm os prazos para a publicação do relatório início de prazo para as emendas. No dia 12 de maio, terça-feira, às nove horas, nós teremos, então, S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro Celso Furtado, da Cultura; e no dia 13, S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Ministro Jorge Bornhausen, da Educação, também às nove horas.

Eu estava pensando que, nas sessões da tarde, desses mesmos dias, poderíamos, quem sabe, trazer outras personalidades que havíamos pensado, a exemplo do Professor Paulo Freire, que eu mesmo estava sugerindo ontem. Mas penso que isto poderia ficar para um segundo momento, hoje mesmo, quem sabe, mas, depois de definirmos as entidades do campo da cultura.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Não temos outra reunião hoje?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Não, seria ainda nesta reunião. Eu penso que nós avançaríamos um pouco, considerando que não teremos reunião à tarde, considerando que temos reunião do Congresso Nacional e que por esta razão, ontem, o Constituinte Louremberg Nunes Rocha não estava presente, no final dos trabalhos, quando, em razão de sessão do Congresso Nacional, não tivemos condições física, por superposição, de realizar a sessão de final da tarde, como temos feito habitualmente. Então, hoje, teríamos apenas esta reunião pela manhã, quem sabe nós avançaríamos um pouco, até definirmos estas questões, e retornaríamos aos trabalhos amanhã, às 8h e 30min.

Lembro aos Srs. Constituintes que amanhã o nosso trabalho da subcomissão iniciará às 8h e 30 min., à medida em que às 9 horas estaremos iniciando as sessões públicas.

Concedo, agora, a palavra à nobre Constituinte Márcia Kubitschek, para que nos faça sugestões, no campo da cultura e do turismo, para as audiências públicas.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITSCHEK — Temos aqui uma lista de entidades culturais que, acredito eu, o Sr. Secretário já passou para V. Ex<sup>a</sup> e para os outros Constituintes. Eu poderia ler.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Eu informo à Constituinte Márcia Kubitschek que a relação das entidades inscritas como Cultura foi passada aos membros da Subcomissão. Estão sendo assim informados pelo Secretário. O Secretário está procedendo agora à distribuição.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITSCHEK — Eu acho que existem aqui algumas entidades que são, evidentemente, importantes para serem ouvidas: a Funarte, a Fundação Nacional de Artes; a Fundação Nacional Pró-Memória; a Fundação Casa Rui Barbosa; a Fundação Joaquim Nabuco.

Uma, que não está aqui, mas que, talvez, seja interessante também, se alguém quisesse vir, seria a Fundação Roberto Marinho, que está fazendo, hoje em dia, uma série de promoções muito interessante, inclusive em Minas Gerais. Através da Fundação Roberto Marinho, estamos conseguindo recuperar uma série de patrimônios histó-

ricos das cidades barrocas mineiras. Esta fundação não está aqui nesta relação, mas sugiro que alguém da Fundação Roberto Marinho seja contactado, para também vir aqui falar.

Temos também a Empresa Brasileira de Filmes, a Embrafilme, temos a Câmara de Artes, a Câmara de Ciências, a Câmara de Letras, o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, evidentemente o Conselho Nacional de Direito Autoral, o Instituto Nacional de Artes Cênicas, o Instituto Nacional de Artes Plásticas, o Instituto Nacional de Fotografia, o Instituto Nacional de Música, o Instituto Nacional de Folclore, o Instituto Nacional do Livro, a Secretaria de Atividades Sócio-Culturais do CEA, que está fazendo um trabalho muito interessante, o Sistema Nacional de Museus, Fórum Nacional de Secretários de Culturas, e algumas personalidades que, inclusive, fui eu mesma que sugeri. Essas personalidades são muito interessantes, nas suas particularidades profissionais. Uma delas é Nora Esteves, que é primeira bailarina do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, e, hoje em dia, é considerada a primeira bailarina do Brasil. Maestro Henrique Morellenal, que é o coordenador de música do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e um dos maestros mais conceituados que nós temos.

Outro maestro, que também não está aqui nesta lista, mas que, talvez, pudéssemos convidar para aqui prestar o seu depoimento, seria o Maestro Isaac Karabitchevsky, que é o Diretor Musical e maestro da Fundação da Orquestra Sinfônica Brasileira; Roberto Gnatalli, que também é da parte de música; Ana Letícia, que é uma pintora, artista plástica, gravadora, muito conhecida; a Diretora da Escola de Dança do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Maria Luiza Noronha, que, aliás, eu gostaria de dizer que é a única escola oficial de Dança que existe no País, o que é uma pena; Brasília, pelo menos, deveria ter outra. Eu gostaria de mencionar a Sr<sup>a</sup> Dalau Ascar, que é uma das maiores especialistas em Balé, em dança, hoje em dia, no Brasil, e que é Presidente da Fundação de Balé do Rio de Janeiro, e também eu gostaria de chamar alguém da Funarte, que, em todos os Estados do Brasil, é a única entidade organizada em termos de arte. Todos os teatros e todos os museus do Estado do Rio de Janeiro pertencem à Funarte. É uma experiência nova em relação aos outros Estados do Brasil. Acho que, talvez, fosse interessante escutarmos o que eles teriam a dizer, porque, se a experiência é boa, poderia ser aplicada aos outros Estados brasileiros também. E chamar alguém, já que nós estamos em Brasília, eu acredito que deveríamos chamar também da Fundação Cultural do Distrito Federal, para dar o seu depoimento em relação às necessidades culturais da nossa capital. Essas são as minhas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a nossa Constituinte Márcia Kubitschek pelo trabalho, pela gentileza que teve em oferecer todas essas alternativas, aqui, a esta Subcomissão.

Eu começaria, nobre Constituinte, por apresentar um questionamento. Percebo que temos uma relação que vai a mais de quarenta e nós teremos que fazer opções. Infelizmente, parece que aquele critério de ouvirmos a todos neste caso, torna-se inviável, em decorrência da restrição de tempo

que temos. Nós destinamos todo o dia cinco e manhã do dia seis de maio, para ouvirmos entidades no campo da Cultura. Havia uma previsão de que ouvíssemos seis entidades por dia. Depois da evolução dos trabalhos, pareceu indicar que esse número poderia ser maior. Pela média das reuniões da Educação e pela temática que se apresenta aqui, penso que seria possível marcarmos, quem sabe, umas seis entidades, por turno de audiência pública, o que significa que nós teríamos dois turnos, no dia cinco, e um turno, no dia seis. Poderíamos, então, ouvir cerca de vinte entidades e personalidades, que representariam a área da Cultura.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITS-CHEK — E nós estamos com quarenta. Aqui, nós já temos quarenta que eu sugeri.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — O nobre Constituinte Aécio de Borba sugere que as personalidades poderiam ser ouvidas noutra oportunidade. Mas, eu queria que, enquanto Presidente — essa é uma das minhas atribuições espinhosas — lembrar à Subcomissão que nós temos limitação de prazo e estou convencido de que o prazo máximo para ouvirmos as personalidades é o dia treze; porque, depois disso, já teremos prazo de debates das emendas, e, aí, o problema de discussão e votação do relatório final. Evidentemente, temos o máximo interesse de ouvirmos a todos. Mas, efetivamente, há uma contingência de tempo, no sentido de que temos personalidades de outros campos. O que eu estou querendo dizer é que precisamos conciliar os diferentes campos e também atender à limitação de tempo.

Eu percebo que há vários dos Srs. Constituintes querendo falar.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITS-CHEK — Nós, então, estabelecemos que vinte entidades culturais seriam ouvidas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — É apenas uma sugestão que estou fazendo, no sentido de ampliar. Não ficarmos com aquele número reduzido de seis, como havíamos decidido, por dia, mas ampliarmos isso com cerca de seis entidades por turno, o que daria em média, umas vinte entidades, no espaço reservado à Cultura; considerando a lista bem expressiva que V. Ex<sup>a</sup> trouxe aqui a esta Subcomissão.

Eu gostaria apenas de, quem sabe, ampliar um pouco mais o debate e ouvirmos o Constituinte José Moura e, depois, o Constituinte José Queiroz.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MOURA — Sr. Presidente, não é querendo complicar mais o trabalho de V. Ex<sup>a</sup>, mas eu acho que nós deveríamos ouvir também as Fundações que estão dentro das grandes empresas estatais, como Caixa Econômica, Banco do Brasil e Petrobrás. Digo isso lembrando-me de um trabalho que a Petrobrás fez em Pernambuco, recuperando diversos monumentos históricos no meu Estado. Então, deveríamos também ouvir as Fundações ou as entidades dessas companhias, para sabermos como funcionam.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITS-CHEK — Eu gostaria muito de ouvir as Fundações. Agora, eu gostaria também de dizer ao nobre colega que existem cadastrados, no Ministério

da Cultura, duas mil e quatrocentas Fundações desse tipo. De modo que vai ser meio difícil.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MOURA — Eu achava o seguinte: deveríamos saber como essas entidades funcionam. Que nós não chamássemos todas elas, mas algumas como a Petrobrás, por exemplo, pois o trabalho dela é notado, como eu disse. É preciso saber como funcionam essas entidades; sabemos que a Caixa Econômica também tem, o Banco do Brasil, o BANDEPE, em Pernambuco, têm. Sabemos que existem dezenas e centenas delas. Mas, é preciso, pelo menos, trazer uma ou duas, ou uma, representando essas todas, para nós sabermos como se desenvolvem esses trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> Concedo a palavra ao Constituinte José Queiroz.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ QUEIROZ — Sr. Presidente, na nossa Subcomissão da Educação Cultura e Esporte se insere um dos assuntos mais importantes da política brasileira, que é o cinema. Existe um órgão, que se chama Conselho Nacional de Cinema — CONCINE, que é quem define toda a política brasileira com relação ao cinema. Então, eu ratifico a solicitação da Constituinte Márcia Kubitschek para convidarmos o Presidente da Embrafilme, que é órgão fiscalizador da política cinematográfica do País, e especialmente e acima até da Embrafilme, o Presidente do CONCINE, Fernando Giglione, que é órgão encarregado de desenvolver toda a política cinematográfica do País.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> Concedo a palavra ao Constituinte Pedro Canedo.

O SR. CONSTITUINTE PEDRO CANEDO — Sr. Presidente, como fizemos com relação à educação e também ao esporte, eu queria fazer uma sugestão. Vejo aqui a entidade nº 2, a Fundação Nacional PROMEMÓRIA, e vejo a entidade nº 20, que é a representação, creio, da Fundação Nacional PROMEMÓRIA, em Brasília. Da mesma forma eu vejo aqui também o nº 24, 25, 26, 27, que são museus, que, talvez, a título de sugestão, com respeito a todas elas, mas enxugássemos e convidássemos apenas uma, que ficaria evidentemente a critério da Constituinte Márcia Kubitschek.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITS-CHEK — Foi exatamente isso que eu sugeri, ao sugerir que convidássemos o Sistema Nacional de Museus. E não sugeri nenhum outro museu, apenas o Sistema Nacional de Museus.

O SR. CONSTITUINTE PEDRO CANEDO — Correto! Essa sugestão é no sentido de que nós já teríamos, pelo que eu pude ver aqui, condições de encontrar vinte, ou um pouco mais de entidades.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITS-CHEK — Vamos ver aqui quantos temos aqui. Eu sugeri vinte e oito. Agora, podemos enxugar isso um pouco. Eu sugeri, dessa lista aqui, vinte e oito. Nós estamos com quarenta aqui, mas eu sugeri apenas vinte e oito e podemos evidentemente enxugar esses vinte e oito.

O SR. CONSTITUINTE PEDRO CANEDO — Por exemplo, com relação a cinema, nós temos a Cinemateca Brasileira, nós temos o CONCINE e temos a Embrafilme.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITS-CHEK — Eu estou recebendo mais uma solicitação, aqui, da Associação Brasileira de Antropologia.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Se não estou enganado, essa Associação já está listada para a educação. E eu gostaria de pedir uma contribuição: que ela quando viesse depor em matéria de educação, também aproveitasse a oportunidade para trazer a sua contribuição na área cultural, para evitarmos de convidar a mesma entidade duas vezes. Penso que a representante, que está aí, irá compreender-nos e ajudar nesse sentido, na medida em que está percebendo que temos evidentemente muitas entidades, que não vão ter sequer uma oportunidade.

Então, faríamos o apelo, para que, depois, acertasse com a Constituinte Márcia Kubitschek e na oportunidade em que vier fazer depoimentos sobre a área de educação, também trouxesse a sua contribuição na área cultural.

A Associação Brasileira de Antropologia está prevista no bloco de entidades que trarão para a área indígena o seu depoimento. Então eu penso que, como não tenho espaço específico para essa organização, depois a Constituinte Márcia Kubitschek poderá fazer o contato necessário.

Esta Presidência gostaria de ouvir mais o Constituinte Octávio Elísio, que estava inscrito, e, depois, nós teríamos uma sugestão.

Consultamos o Constituinte Octávio Elísio se ainda deseja fazer uso da palavra.

O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO ELÍSIO — Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero ressaltar o grande esforço feito pela nossa colega constituinte, trazendo aqui essa lista exaustiva de entidades na área da cultura.

Eu tinha pedido a palavra para dois objetivos: primeiro, porque senti, do mesmo modo que o colega Pedro Canedo, que algumas dessas sugestões poderiam ser incorporadas, com uma certa facilidade, porque se preocupam com temas comuns, como é o caso dos museus. Existem também alguns institutos e câmaras que fazem parte de uma mesma entidade e que poderiam ser também incorporadas, ou talvez, tentar-se por objetivos. Quero ressaltar, entretanto, que algumas dessas entidades devem ter preferência, em termos da audiência aqui. Em outras palavras, dentro dessa listagem que a Constituinte Márcia Kubitschek nos apresentou, eu vejo, com o maior entusiasmo, a importância de a gente discutir aqui questões como, por exemplo, o problema do patrimônio histórico, artístico e cultural do País. Não apenas a questão do patrimônio no sentido tradicional, dos prédios e dos documentos a serem preservados, mas a questão do patrimônio no sentido mais amplo, a questão do bem cultural — e eu acho que, dentro disso, a Fundação Nacional Pro-memória tem um papel importantíssimo e precisava ser ouvida por nós. Inclusive, prezado Presidente, eu gostaria de sugerir que V. Ex.<sup>a</sup> colocasse ao Ministro da Educação uma preocupação preferencial, que é minha e que eu não sei se de todos. Pelo fato de vir de Minas, vir de Ouro Preto, eu gostaria imensamente que S. Ex.<sup>a</sup> trouxesse, para nós, as preocupações daquele Minis-

tério, com relação à questão do patrimônio e da preservação dos bens culturais neste País. Nesta listagem, portanto, a questão da Fundação PROMEMÓRIA me parece importante e prioritária, a questão da FUNARTE, a questão do Conselho Nacional do Direito Autoral...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Desculpe V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte, mas eu gostaria de interrompê-lo, para pedir a nossa Secretária que providenciasse, não ao Ministro da Educação, mas ao Ministro da Cultura, a sugestão que V. Ex.<sup>a</sup> faz, para que S. Ex.<sup>a</sup> fosse alertado no sentido de que no dia do depoimento do Ministro da Cultura esta Subcomissão tenha notícia sobre a questão.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Eu peço, então, para formular, com clareza, a minha proposta ao Ministro da Cultura, de que esta Comissão gostaria que S. Ex.<sup>a</sup> trouxesse aqui, na sua exposição, o posicionamento daquele Ministério com relação à questão do patrimônio e da conservação e preservação dos bens culturais de um modo geral.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITS-CHEK — Correto! Eu, como representante de Diamantina, gostaria de fazer a mesma proposta.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Eu faço isso muito à vontade, porque eu sei que eu e a Constituinte Márcia Kubitschek somos aliados e cúmplices.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Nós todos, como bons brasileiros, primeiro homenageamos Minas, homenageando Ouro Preto e Diamantina. Depois, homenageamos também todo o território nacional, onde há espalhados grandes valores e, por certo, toda a opinião pública brasileira aguarda a posição, neste sentido, de S. Ex.<sup>a</sup>, o Ministro da Cultura. O nosso Secretário Sérgio fará essa comunicação à Assessoria do Sr. Ministro no sentido de que venha também com seu conteúdo, no seu depoimento.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Eu estava tomando a liberdade, Sr. Presidente, e assim o faço, sabendo que tenho a compreensão da Constituinte Márcia Kubitschek, exatamente no sentido de dar a minha opinião sobre algumas dessas sugestões que me parecem absolutamente fundamentais. É a questão da Funarte, da Pró-memória.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Permite V. Ex.<sup>a</sup>? Vou tomar a liberdade de interrompê-lo, mais uma vez, porque parece que o que V. Ex.<sup>a</sup> pretende fazer aqui vai-nos facilitar uma sugestão que esta Presidência pretendia encaminhar. Considerando que um número já expressivo de Constituintes desta Subcomissão se retirou do plenário, considerando que há uma demanda maior do que a possibilidade de atendimento, e considerando a necessidade de se estudar adequadamente este assunto, com critério, com cuidado necessário, esta Presidência havia pensado em constituir uma Comissão composta da Constituinte Márcia Kubitschek, do Constituinte Octávio Elísio, do Constituinte Pedro Canedo, no sentido de que oferecessem, na próxima reunião desta Subcomissão, amanhã, uma proposta para essas audiências públicas, na área de Cultura, Turismo e Lazer — considerando que na parte de Educação e Esportes já está equacionada. Por outro

lado, se aceita essa nossa sugestão, que parece, daria melhor condição de um trabalho assim mais a nível pessoal ao redor de uma mesa mais tranqüilo e podendo fazer todas essas ponderações — que o sábio critério de V. Ex.<sup>a</sup> fará, também poderíamos aqui declinar os nomes das personalidades a serem ouvidas; e também, por auxílio de V. Ex.<sup>a</sup>, poderia vir um cronograma sugestão, para apreciação da Comissão como um todo.

Então, pedindo escusas pela interrupção ao nobre Constituinte Octávio Elísio, esta Presidência sugeriria que se pudesse interromper aqui o debate, no sentido da escolha das entidades, do critério para serem ouvidas, e que pudessemos delegar isso a uma comissão representativa, para fazer o estudo e que traria a esta Subcomissão, numa reunião ordinária próxima, o cronograma, a seleção das entidades e das personalidades, incluindo aí as personalidades na área da Educação mesmo e dos outros temas desta Subcomissão.

Prossegue com a palavra, eu o interrompi, o Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Não há realmente uma necessidade de uma comissão. Vejo que sempre há alternativa nesta Subcomissão e a alternativa para se acabar o assunto e se passar a outro. A Constituinte Márcia Kubitschek teve já esse trabalho de apresentar uma lista exaustiva. Eu acho que o máximo que nos cabe é apresentar a S. Ex.<sup>a</sup> as propostas que eventualmente temos e caberá a S. Ex.<sup>a</sup> acatar ou não. Acima de tudo, respeito o empenho que S. Ex.<sup>a</sup> teve em fazer uma lista tão completa etão exaustiva quando esta. Como eu venho com viés ideológico muito grande, nessa área da Cultura — porque nasci e vivi dentro de cidade histórica, e, portanto, quero que essa Constituinte reflita sobre o problema da Cultura e da preservação dos bens culturais, além da perspectiva pura e simples do patrimônio, que é visto dentro das cidades históricas como restritivo, como punitivo, como órgão do não fazer e não como órgão do orientador que fornece subsídios, que apresenta proposta — acho que é uma preocupação nossa de que não é possível preservar neste País a sua história, a sua memória cultural, se não tivermos a participação da comunidade. Tudo isso pode, no máximo, me levar à Constituinte Márcia Kubitschek, como estava fazendo nas minhas sugestões, no sentido de preferenciar a funarte, a Fundação Pró-Memória, o Conselho Nacional do Direito Autoral, Secretaria de Apoio à Produção Cultural. O Instituto Nacional do Livro tem um grande papel, e uma história na cultura deste País; o Sistema Nacional de Museus, o Fórum Nacional de Secretários de Cultura, especialmente pelo fato de que esse Fórum se reuniu há questão de quinze dias, creio que o Presidente esteve inclusive presente, e esse Fórum produziu uma proposta específica. Então, essa é a sugestão que faço com muito carinho, aqui, a nossa Constituinte Márcia Kubitschek.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITS-CHEK — Todas elas são mais que aprovadas na minha opinião. Eu consegui reduzir ainda mais aqui para vinte entidades e personalidades e eu gostaria de ler para a Comissão, para ver se estariam de acordo. Seria, então, como o Constituinte Octávio Elísio acabou de dizer, a Funarte a Pró-Memória, Fundação Casa Rui Barbosa, Fundação



Joaquim Nabuco, Empresa Brasileira de Filmes, Embrafilme, Conselho Nacional do Direito Autoral, Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Nacional de Artes Cênicas, Instituto Nacional de Artes Plásticas, Instituto Nacional de Fotografia, Instituto Nacional de Música, Instituto Nacional do Folclore, Instituto Nacional do Livro, Sistema Nacional de Museus, Fórum Nacional de Secretários de Cultura, e as personalidades Nora Esteves, Henrique Morellembal, Maria Luisa Noronha, Dalau Ascar, Isaac Karabitchevsky, e algum representante da Fundação Roberto Marinho. Isso completa vinte.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Vinte e um, com a Fundação Roberto Marinho.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITS-CHEK — Vinte e um? Tem certeza?

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Eu penso que isso não faz mal. Dá para a gente adaptar. Exatamente, seriam sete entidades em cada reunião em cada turno.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Uma única observação eu pediria permissão para fazer: tenho a impressão, prezada Constituinte Márcia Kubitschek — e, se caso eu não estiver com a razão pelo que me desculpe — é que o Instituto Nacional de Artes Plásticas, o Instituto Nacional de Fotografia e o Instituto Nacional de Música pertence à Funarte. E, talvez, esses três institutos pudessem vir juntos com a Funarte, numa audiência única.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITS-CHEK — Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zanetti) — Eu gostaria de lembrar aos Constituintes Márcia Kubitschek e Octávio Elísio que tivemos essa solicitação, na área de cultura, que atingia quarenta. Mas, na área de turismo e na área de lazer, parece-me que ainda não houve maior solicitação, ou não há um número avultado de entidades. Quem sabe se poderia aproveitar algum espaço? São três turnos reservados a duas áreas para se ajustar.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITS-CHEK — Na área de turismo, a única solicitação que foi feita à Subcomissão é aquela que mencionei antes, do Presidente João Dória, que viria ele, acompanhado de algumas entidades que ele mesmo escolheria. Foi a única solicitação que recebi hoje.

Em lazer, desconheço qualquer solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zanetti) — Pela esta razão, antes, esta Presidência havia tomado a liberdade de sugerir que se pudesse estudar melhor esta questão e o Constituinte Octávio Elísio entendeu que esta Subcomissão estava fugindo à decisão. Pelo contrário, o que queríamos era que pudesse ser adotada uma decisão com um número maior de informações que possibilitassem maior segurança nesta decisão. Eventualmente até com a possibilidade para a área de cultura em ouvirmos um número maior de entidades, se houvesse a disponibilidade de tempo. Apesar do entendimento do Constituinte Octávio Elísio, eu voltaria a insistir naquela sugestão, porque, com os três Constituintes, poderíamos ter um estudo mais aprofundado desta questão e melhor planejar o tempo reservado para aqueles depoimentos.

Eu queria só lembrar, também, que, para o dia 5, na área de cultura, e aqui não foi lembrado, previmos ouvir também a CNBB. De modo que parece que seria oportuno retomarmos a sugestão da Presidência, para a constituição daquela comissão, não no sentido de não decidir o assunto, mas no sentido de decidi-lo e decidir bem, como disse o nobre Constituinte Vice-Presidente e não seria difícil que, na próxima reunião ordinária da Comissão, pudéssemos aprovar aquela relação.

O nobre Constituinte Senador João Calmon, nosso Relator, pretende pronunciar-se. Concedo a palavra ao nobre Relator João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Ouvi aqui uma relação de numerosas entidades da área de Cultura que vão ser convidadas e salvo engano, não ouvi o nome de entidade, que considero da maior importância, a Academia Brasileira de Letras. Vamos debater problema de Cultura e vamos ignorar a existência da Academia Brasileira de Letras? É uma entidade que congrega os nomes mais notáveis da Literatura, da Cultura deste País.

Eu sugeriria, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a conveniência de também incluímos, nesta lista, a Academia Brasileira de Letras, a fim de evitarmos frustrações plenamente compreensíveis da parte das entidades que não poderão estar presentes aqui nas nossas reuniões. Asseguraríamos a todas as entidades, que manifestaram interesse em colaborar, a possibilidade de nos mandar contribuições, por escrito, que seriam obrigatoriamente inseridas nos Anais desta Subcomissão, com a conseqüente publicação no **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**.

São essas duas observações que eu ousaria apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zanetti) — Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup> e, desde logo, queremos colocar-nos de acordo com a sugestão.

Primeiro, pensamos que é importante podermos ouvir aqui a Academia Brasileira de Letras; segundo, pensamos que, através da Secretaria desta Subcomissão, poderemos fazer um ofício a essas entidades que não tenham eventualmente, oportunidade de serem ouvidas, solicitando a elas que enviem, por escrito, para este objetivo aqui colocado pelo eminente Senador João Calmon, a sua contribuição.

De modo que agradecemos a sugestão e acatamos.

Temos agora inscrito o Constituinte Aécio de Borba, depois, José Moura.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Sr. Presidente, a manifestação do nosso Relator, sem dúvida alguma, veio reforçar a teoria que o Presidente já havia levantado de que ficaríamos designados para, durante toda a tarde de hoje, à noite e até amanhã, na hora da reunião ordinária às 8 horas, 30min, os três Constituintes Octávio Elísio, Pedro Canedo, com a coordenação da Constituinte Márcia Kubitschek, trazer essa — já apareceu agora essa — ausência que, sem dúvida alguma, tenho certeza, na hora de estudar mais detidamente o assunto, seria localizada, como o foi pelo Senador João Calmon e trazida a esta Casa numa relação já mastigada por três dos homens vividos e capazes de dar uma sugestão de acatamento generalizado em toda a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zanetti) — Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>

Concedo a palavra ao Deputado José Moura.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MOURA — Apenas, eu gostaria de lembrar, uma vez que esta subcomissão ficou encarregada do tema Turismo, que é preciso darmos, realmente, a atenção devida a este setor.

Lembro que o Constituinte Aécio de Borba, que é nosso Companheiro na Comissão de Esporte e Turismo, na Comissão Permanente, há dois anos fizemos um simpósio naquela Comissão sobre Legalização do Jogo. Eu, de antemão, digo a minha opinião; sou contrário à legalização do jogo no Brasil. Mas é um tema altamente polêmico e que o pessoal ligado ao setor está de olho nesse tema em termos de Constituinte. Isso nos deixou assim bastante alertados, durante o simpósio que fizemos.

Então, precisamos, sob pena de nos colocarmos como omissos até, ouvir qualquer coisa do setor, ou alguém, alguma entidade interessada. Então, quanto ao tema Turismo, a não ser que o Presidente da EMBRATUR possa trazer-nos dados sobre este assunto, é importante que se debata esse tema, porque realmente é polêmico. Tivemos que fazer, inclusive, um simpósio, nesta Casa, sobre as pressões sofridas, no momento na nossa Comissão de Esportes e Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zanetti) — Agradecemos o nobre Constituinte José Moura, pelas suas observações. No entanto, sabemos também, como todos os Constituintes, que temos muitos desafios de trabalho, e, às vezes, não conseguimos comparecer aqui à reunião, porque temos sempre atividades que nos envolvem e que nos tomam o tempo, apesar de importantes e atinentes ao nosso trabalho diário. Por essa razão, seguramente, o nobre Constituinte José Moura não pôde estar presente a uma das reuniões onde esta Subcomissão decidiu que não trataria do assunto, jogo. Houve uma decisão específica e expressa nesse sentido. De modo que, como Presidente, cabe-me comunicar e também acatar e fazer cumprir.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITS-CHEK — Eu queria apenas dizer que, na conversa que tive com o Presidente da EMBRATUR, S. S<sup>a</sup> mencionou que gostaria de apresentar não o problema do jogo fora do contexto turístico — não o jogo do bicho, o jogo de cassino — mas dentro do contexto Turismo. Não sei se a Presidência vai inclusive falar sobre isso, mas, de qualquer maneira, S. S<sup>a</sup> estava dizendo que até gostaria de apresentar esse problema, dentro do contexto Turismo, aqui, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zanetti) — Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup> as informações, e, devido à grande contribuição que V. Ex<sup>a</sup> tem dado permanentemente a esta Subcomissão, gostaríamos apenas que V. Ex<sup>a</sup> informasse ao Presidente da EMBRATUR no sentido da decisão desta Subcomissão. Evidentemente que não vamos interromper, nem impedi-lo de falar nesse assunto durante sua explanação, segundo seu juízo e entendimento, e considerando a temática desta Subcomissão e o convite que lhe foi feito. Apenas, como Presidente, cabia-me alertar e informar desta decisão.

O SR. CONSTITUINTE JOSE MOURA — Soube que, na reunião, houve essa determinação de que não trataríamos especificamente do problema de trazeremos gente do setor ligado ao jogo. Mas parece-me que debater o tema com o Presidente da EMBRATUR que vem aqui é da maior importância. Não podemos furtar-nos a debater esse tema dentro desta Casa, dentro desta Subcomissão, mesmo porque sugestões deverão ser dadas por diversos Constituintes. Acho que temos de debater o tema, sem sombra de dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradeço a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITS-CHEK — Sr. Presidente, eu gostaria de pedir desculpas. Não sei como ficará resolvido o problema aqui, mas, infelizmente, tenho um almoço no Palácio do Buriti com os membros da UCLA, às 12 horas e 30min, de modo que vou ter que sair agora.

Eu gostaria de saber se poderíamos aprovar qualquer resolução?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Insisto, nobre Constituinte Márcia Kubitschek, na proposta da Presidência. Eu pediria compreensão aos eminentes Constituintes, no sentido de que o nosso companheiro Octávio Elísio pudesse aceitar o convite, a indicação desta Presidência. Estou seguro de que poderíamos resolver melhor esse problema, se o nobre Constituinte Octávio Elísio, a nobre Constituinte Márcia Kubitschek e o nobre Constituinte Pedro Canedo aceitassem o encargo que lhe pedimos, como presidente desta Subcomissão, para oferecerem uma sugestão para esta parte das audiências de personalidades e entidades na área da Cultura, Esporte, Turismo e Lazer. Aliás, Esporte já está definido; seria Cultura, Turismo e Lazer.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Aceito, dentro daquela colocação que fiz antes. Eu posso, no máximo, dar algumas sugestões à Constituinte Márcia Kubitschek, como o fiz aqui, na medida em que acho que devemos respeitar a iniciativa e o trabalho de S. Ex<sup>a</sup> na elaboração dessa lista. Isso, principalmente, tendo em vista duas coisas: primeiro, que não desconheço o objetivo da Subcomissão, que é realmente de encerrar e passar para a próxima reunião a definição; em segundo lugar, são 12 horas, 30min e temos poucos Constituintes na sala.

A melhor alternativa é que, realmente, através dessa Comissão, que vamos constituir, possamos transferir, para a próxima reunião, a definição das audiências públicas na área da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup> e pedimos à Constituinte Márcia Kubitschek que possa coordenar esse trabalho. Todos estamos plenamente de acordo com as condições aí estipuladas pelo Constituinte Octávio Elísio. Pedimos apenas que esta Comissão tenha presente as indicações que foram feitas de que pudéssemos ouvir o Professor Paulo Freire sobre a questão da Educação, Dr. Heitor Virgulino de Souza, reitor das Universidades das Nações Unidas, Dr. João Dória Junior, Presidente da EMBRATUR; que foram sugestões que chegaram aqui a esta Subcomissão. Além disso, que lembrassem a indicação do eminente Senador Relator sobre a Academia Brasileira de Letras, através de seu

Presidente Austregésilo de Athayde e mais a CNBB, para o dia 5, se possível, como havíamos, em princípio, prometido aos seus representantes que aqui estiveram acompanhados pelo eminente Senador João Calmon.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Prezados Presidente, por favor, quais são as pessoas que seriam convocadas, as personalidades que serão convocadas a prestar depoimento na área de Educação?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Vamos insistir em que ofereceríamos agora apenas sugestões à Subcomissão e esta, a partir das sugestões aqui apresentadas, ofereceria um plano para essas audiências, inclusive de personalidades.

Repito, tenho aqui as indicações de Paulo Freire, Heitor Virgulino de Souza, na área de Educação, e João Dória Junior, na área de Turismo e mais as sugestões que chegaram à mesa do Constituinte João Calmon, em matéria de Cultura ouvindo o Presidente da Academia Brasileira de Letras e também o pedido da CNBB, para ser ouvida, sobre Cultura e Educação, no dia 5 de maio, dentro das possibilidades.

Além disso, eu queria lembrar que aqui, na segunda reunião, foi lembrado o nome de Édson Arantes do Nascimento, para depor, também, como personalidade, na área de Esportes. Seria uma consideração a ser feita pela comissão que estamos designando.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, eu pediria que anotasse duas sugestões e colocasse-as, posteriormente, a esta Subcomissão. Uma delas é da Professora Guiomar de Melo, que foi Secretária de Educação do Município de São Paulo, é uma educadora e vem discutindo, dentro da Assembléia Legislativa de São Paulo, uma proposta em termos de Educação na Constituinte. Eu pediria que anotasse o nome dela.

A outra pessoa seria o nome do Professor Neildson Rodrigues, que trabalhou comigo, foi Superintendente Educacional na Secretaria de Educação, e que é uma educadora de renome e certamente tem uma grande contribuição a nos dar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — As duas indicações feitas pelo Constituinte Octávio Elísio merecem o maior respeito, conhecemos as duas personalidades e, à medida em que a comissão designada por esta Subcomissão possa atender esse pedido, ficaremos muito satisfeitos.

Eu pediria a Secretaria que providenciasse o rol dos nomes e entregasse à Constituinte Márcia Kubitschek hoje à tarde. Estamos assim dispensando a Constituinte Márcia Kubitschek, porque reconhecemos a urgência da necessidade de retirar-se.

Insistimos, então: além da relação já fornecida aqui, pediríamos ao Constituinte Pedro Canedo, nosso Vice-Presidente, que aqui se encontra, que anotasse, então, João Dória Junior, já anotou, Paulo Freire, Heitor Virgulino de Souza, Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras; lembrassem essa sugestão que aqui foi feita, apenas estou repetindo, do Édson Arantes do Nascimento, na área de Esportes, Guiomar de Melo e Neildson Rodrigues, que foram as sugestões apresentadas pelo Constituinte Octávio Elísio.

Confiamos em que amanhã, às 8 e 30 horas, possamos todos estar aqui, para com o **quorum** regimental previsto, iniciarmos os trabalhos e seguramente aprovamos a sugestão sábia que nos trarão os três membros aqui designados.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 32 minutos.)

#### ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas, na sala de reunião da Subcomissão, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Senhor Constituinte Hermes Zaneti, com a presença dos seguintes Senhores Constituintes: Aécio de Borba, Florestan Fernandes, Átala Lira, José Queiroz, Pedro Canedo, Bezerra de Mello, João Calmon, Sólton Borges dos Reis, Tadeu França, Octávio Elísio, Márcia Kubitschek, Antônio de Jesus, Loureberg Nunes Rocha, Cláudio Ávila, Ubiratan Aguir, Paulo Silva, Chico Humberto, Gumercindo Milhomem e Jorge Hage. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, registrando a atenção dispensada pelo Ministro da Educação ao receber vinte e oito constituintes em audiência na tarde do dia vinte e dois, os quais foram buscar soluções para as greves que vêm ocorrendo na área educacional. Em seguida o Relator desta Subcomissão João Calmon comunicou que a Mesa da Assembléia Constituinte aprovou o Ato nº 8/87 que trata das gratificações dos serviços especiais extraordinários aos funcionários designados a prestar trabalhos nas Comissões, solicitando que sejam preenchidas as vagas dos cargos para serviços da secretaria. Prosseguindo, o Senhor Presidente convida para suas exposições os representantes da Associação Nacional de Educação — ANDE, os Professores: Elba Siqueira de Sá Barreto, Presidente da Associação e o Professor Jarbas Novelin Barato. A Professora Elba, ao fazer uso da palavra, cita os princípios da Carta de Goiânia. Destaca o descompromisso dos poderes públicos com a educação em nosso País; acusa a escassez dos recursos afirmando que somos trinta milhões de analfabetos entre jovens e adultos e sete milhões de crianças fora da escola. É, premente, diz a Professora Elba, um compromisso da Nação com a universalização do ensino fundamental. Destaca a importância da educação de adultos. Cita as disparidades regionais, a defasagem de atendimento entre a cidade e o campo demonstrando que a escola privada atende a uma parcela privilegiada da população numericamente pequena. O Constituinte Octávio Elísio agradece a contribuição da ANDE e questiona sobre a municipalização do Ensino. A Professora Elba cita a Lei nº 5.692 que estende a escolaridade de quatro para oito anos mostrando que os municípios não podem arcar com estes anseios por não terem infra-estrutura. O Estado é quem deve arcar com o ensino, diz ela. A União não pode entrar parceladamente para garantir um direito assegurado ao indivíduo que é a educação. O Constituinte Sólton Borges dos Reis pergunta se a ANDE dispõe de dados estatísticos sobre a realidade do ensino brasileiro e se existem propostas, ao que a Professora Elba responde que as três entidades

têm material a oferecer e há um dossiê que trata dos problemas da Educação. O Professor Jarbas acrescenta que o Mobral foi um movimento que envolvia pessoas mal pagas, pouco habilitadas à atividade docente. Uma lacuna na Educação: movimento para capacitar indivíduos a assinar títulos de eleitor. Esclarece ainda que a ANDE, junto a doze entidades, tem texto constitucional no Fórum. O Constituinte Tadeu França pergunta: Como fixar um ponto final na transferência de responsabilidades entre União, Estado e município em relação ao ensino? Ao que a Professora Elba responde que à União cabe delegar a articulação aos Estados. Em seguida o Constituinte Gumercindo Milhomem questiona se a destinação de verbas públicas não devem ser canalizadas apenas às redes oficiais. A Professora Elba acrescenta que o montante das verbas para a educação tem diminuído e o suprimento tem sido insuficiente afirmando que a escola privada existe em função da classe média alta e apesar disso os recursos continuam sendo para lá canalizados. O Constituinte Louremberg Nunes pergunta qual o percentual aplicado na Universidade e se há percentual dirigido à escola primária, ao que a Professora Elba responde: sessenta ou setenta por cento é destinado ao ensino superior e o ensino de primeiro e segundo graus não percebe vinte por cento do investimento sendo revertido através de bolsas de estudos e via salário e educação. O Constituinte Antônio de Jesus usando da palavra pergunta se o apadrinhamento político tem prejudicado o magistério afirmando ser a favor dos concursos públicos. A Professora Elba acrescenta que estes são o único meio de se evitar o apadrinhamento que é tão prejudicial ao ensino. O Constituinte Pedro Canedo afirma ser favorável ao ensino pré-escolar nas escolas públicas. A Professora Elba acredita que a falta deste não prejudica o aluno e que a razão dos fracassos reside: nas lacunas do ensino de primeiro grau, na falta de proposta curricular e nas condições precárias de funcionamento das escolas públicas. O Constituinte Átila Lira questiona sobre a carreira do magistério e a Professora Elba destaca a importância da elaboração do estatuto do magistério e avaliação de desempenho para estímulo ao professor dentre outras sugestões. O Constituinte Florestan Fernandes afirma ser bastante viável a situação do ensino no Brasil. O pobre é punido por falta de universidades públicas. Afirmou ter ouvido recriminações de jovens que recebem ensino ruim em colégios e faculdades caras. Em seguida o Constituinte João Calmon lamentando a exiguidade do tempo solicitou da ANDE, sugestões escritas reafirmando ser o Brasil um dos países que menos gastam com a educação, ficando atrás de setenta e nove países o que é vergonhoso e humilhante. Afirmou que o percentual mínimo tem diminuído e que devemos tentar um mínimo de dezoito por cento solicitando dados atualizados através do Ministério da Educação. A Professora Elba esclareceu que o financiamento ao ensino privado não é oficial mas a SEPLAN repassa verbas às escolas particulares afirmando ser urgente a necessidade de um controle nesse sentido. O Senhor Presidente agradece a participação da ANDE e convida os representantes da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, Professor Newton Lima Neto, presidente, e a Professora Miriam Limoeiro Cardoso, diretora, a fazerem

parte da Mesa. O Professor Newton apresenta a onstituição afirmando ser ela não apenas resultado das discussões travadas no interior do Movimento Docente mas fruto da prática política na luta por uma universidade pública, gratuita, autônoma, crítica, democrática e competente. Citou alguns itens fundamentais como: a Educação é um direito de todo cidadão, sendo dever do Estado oferecer ensino público gratuito, laico e de boa qualidade em todos os níveis. Afirma ser a Educação uma prioridade nacional sugerindo a participação de nunca menos de treze por cento através da União e vinte e cinco por cento pelos Estados e municípios. As verbas públicas devem ser destinadas exclusivamente às escolas públicas, criadas e mantidas pelo Governo Federal pelos Estados, Distrito Federal e município. Após sua exposição o Professor Newton desculpou-se pela necessidade de se ausentar em razão de uma entrevista no Ministério da Educação para proceder às negociações sobre a greve nas universidades federais agradecendo o apoio recebido através dos Constituintes desta Subcomissão e tantos outros nas negociações com o Ministro da Educação. Questionada pelos Senhores Constituintes: Octávio Elisio, Gumercindo Milhomem, Bezerra de Mello, Louremberg Nunes Rocha, Florestan Fernandes, Antônio de Jesus, Sólton Borges dos Reis, Ubiratan Aguiar, Pedro Canedo, Chico Humberto, Tadeu França, Cláudio Ávila e João Calmon, a Professora Miriam Limoeiro Cardoso, em nome da ANDE, se dedicou a responder especificamente a cada uma das questões formuladas, destacando: defesa da universidade brasileira em dispôr de condições de autonomia, democracia, qualidade para capacitá-la a cumprir seu papel de agente da soberania cultural, científica, artística e tecnológica do País; o acesso à cultura brasileira não como um privilégio mas como um direito para cada brasileiro. Defende a isonomia salarial, provimentos de cargos e funções através de concursos públicos. As verbas públicas devem ser destinadas, especificamente às escolas públicas. Não é a favor da extinção da escola privada mas ela deve ser mantida com seus próprios recursos. A família é livre para escolher a escola onde seus filhos receberão a melhor educação e a escola particular está ligada diretamente ao ensino elitizante. Defende a educação laica, não atéia, a aposentadoria aos vinte e cinco anos de trabalho com proventos integrais. Alerta para os cuidados com os privilégios às avessas, lutando por uma escola unitária, sem diferenciar escola para ricos ou para pobres; combate a mercantilização do ensino, defende o uso do livro didático por cinco anos, no mínimo; é contra as fábricas de diplomas. Não basta permitir que o indivíduo tenha acesso à Universidade mas é necessário favorecê-lo a permanecer nela com alto rendimento. O ensino básico e fundamental para a formação de bons profissionais. A Professora Miriam afirma: nossa luta valerá a pena e cita a Emenda Calmon como um grande passo para a educação alcançar o espaço democrático a que tem direito. Terminada a apresentação da Professora Miriam o Presidente Hermes Zanetti, aceitando a sugestão do Constituinte Octávio Elisio, convida os representantes das três últimas entidades a prestarem seus depoimentos em conjunto, dada a hora avançada, destinando a cada expositor, dez minutos e após todas as apresentações, três minutos para cada Consti-

tuante formular suas perguntas. As entidades: Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física — FBAPEF, representada pelo Professor Cláudio Boschi; a Associação Nacional dos Profissionais de Administração da Educação — ANPAE, na pessoa da Educadora Maria Beatriz Moreira Luce e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, representada pelo Professor Luiz Antonio Cunha, apresentaram suas propostas onde se destacam os aspectos principais: a FBAPEF defende a educação escolar pública, gratuita e laica em todos os estabelecimentos de ensino, tendo a educação física como disciplina obrigatória no ensino de primeiro, segundo e terceiro grau e direito de todo cidadão ao desporto e ao lazer uma vez que a prática da educação física complementa o desenvolvimento das qualidades físicas, psíquicas, sociais, intelectuais e morais do indivíduo. Demonstra a influência da educação física diminuindo a tendência do jovem ao uso do tóxico. Defende a contratação dos professores desta área através de concurso público, sugere a eleição dos diretores das escolas e uma mudança no contexto da educação uma vez que cada Estado precisa manter seus parâmetros dada a diversidade existente entre eles. Em seguida, a educadora Maria Beatriz Moreira Luce apresentou as propostas da ANPAE baseadas em decisões tomadas durante a realização do XIII Simpósio Brasileiro de Administração da Educação em João Pessoa, Paraíba, em novembro do ano findo. Dentre muitas, destacou a necessidade da democratização da educação, o dever do Estado de prover e administrar o acesso, permanência e a contínua melhoria da qualidade do ensino no País afirmando que para isso é absolutamente necessário garantir-se na Constituição, a explicitação dos direitos e deveres fundamentais na área de educação assim como os meios requeridos para o seu cumprimento. Faz uma análise do ensino religioso no currículo escolar em defesa do ensino laico, sugere a seleção de docentes, exigência curricular para elevar o nível do ensino e a necessidade da supressão das inúmeras lacunas que repercutem negativamente na remuneração do docente. Os Constituintes receberam as propostas escritas da ANPAE e em seguida o Professor Luiz Antônio Cunha, em nome da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência afirmou que esta Sociedade congrega de nove a dez mil pesquisadores, desenvolve reuniões anuais desde mil novecentos e quarenta e oito. Crítica a deteriorização do ensino citando como exemplo a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e o Colégio Pedro II que no ano de um mil novecentos e sessenta e quatro contava com quinze mil alunos matriculados, com um ensino de ótima qualidade e hoje conta com três mil alunos matriculados. Por outro lado acrescenta que o nível dos professores se elevou e que hoje é grande a procura dos docentes à pós-graduação. Lamenta, também, a demanda do magistério pelos baixos salários e pela ausência de uma infra-estrutura que não oferece boas condições de trabalho. Afirma que todo ensino bom é caro e aceita as sugestões do Constituinte Octávio Elisio de enviar coletânea de dados levantados sobre as despesas médias dos custos com a educação apesar de não serem atuais. Denuncia que o setor público é instado a realizar despesas que nada têm a ver com o ensino. Estabelece compa-

rações entre o ensino público e o privado, defende a religião e feita através do testemunho. Afirma não haver plano definido para a extinção dos vestibulares e acredita ser, ainda, a fórmula atual, a maneira mais democrática para se entrar na universidade por ser baseada no mérito. Defende a boa escola particular sendo contrário à má escola que vive às custas das bolsas de estudos não valorizando seus professores. Acusa a falta de autonomia das Universidades, a precariedade de material no ensino, o corte de orçamento para instâncias públicas e defende o concurso público para o ingresso ao magistério. Rejeita a nomeação de diretores e como opinião pessoal é a favor de que os veteranos sejam aproveitados nas universidades novas, transmitindo suas experiências adquiridas porém não caindo no triste capítulo dos titulares biônicos. Todos os Constituintes presentes, já citados, questionaram os representantes das três entidades e o Senhor Presidente, às quatorze horas e quinze minutos declara encerrados os trabalhos convocando para as dezoito horas e trinta minutos de hoje, dia vinte e três, uma reunião extraordinária a fim de serem ouvidos os convidados representantes das três entidades que constam do calendário, cujo teor será publicado na íntegra, no Diário de Assembléia Nacional Constituinte e, para constar, eu, Sérgio Augusto Gouvêa Zaramella, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida, e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

**ANEXO À ATA DA 12ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1987, ÀS 8:30 HORAS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO, CONSTITUINTE HERMES ZANETTI.**

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Declaro aberto os trabalhos desta Subcomissão.

Recebo informação, através do Vice-Presidente Pedro Canedo, de que ele próprio e a Constituinte Márcia Kubitschek tiveram condição de num **quorum** de 2/3, segundo o Vice-Presidente, de elaborar o trabalho-sugestão. Esclarecemos já, o Constituinte Octávio Elísio, que ele, antes disso, havia feito um inquérito de 2/3, também num trabalho preliminar com a Constituinte Márcia Kubitschek. Com base nestas informações, houve a possibilidade de fazer indicações de personalidades e entidades, na área, que ontem havíamos deixado em suspenso, para esta Subcomissão poder decidir, dia e hora, para ouvir essas personalidades e essas entidades.

Como a Constituinte Márcia Kubitschek não está ainda presente, poderíamos, nesta parte inicial da manhã, e considerando também que ainda não está no horário previsto para iniciarmos as audiências às entidades, e, considerando ainda que mesmo assim as entidades não estariam aqui presente, poderíamos abrir um debate, de mérito em prosseguimento do trabalho normal que já vínhamos fazendo.

Nesta parte inicial de introdução, para efeito de registro nos Anais dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, e também porque verifico eventualmente algum membro desta Subcomissão que não tenha estado conosco, ontem, na

audiência que tivemos como Sr. Ministro da Educação, quero registrar com satisfação a atenção especial com que fomos alvos, no sentido de que o Sr. Ministro da Educação atendeu prontamente ao nosso pedido e, embora tivesse a sua agenda já totalmente tomada, abriu espaço e concedeu uma audiência aos Constituintes para que pudéssemos falar com S. Ex.<sup>a</sup> sobre a questão da greve na Universidade brasileira.

Estiveram presente vinte e oito Constituintes de todos os Partidos políticos com assento na Assembléia Nacional Constituinte, inclusive Líderes na Câmara e na Assembléia Nacional Constituinte — uma representação, portanto, muito expressiva, na ocasião em que, por um bom tempo, discutimos a questão com o Sr. Ministro da Educação. Naquela audiência, ficou acertado que o Sr. Ministro receberia o Presidente da ANDES, no sentido de retomar as negociações em concreto, e ficou também o registro de que haveria um empenho por parte do Ministério, no sentido de evitar os caminhos do confronto, do enfrentamento, do conflito e buscar o caminho do diálogo para a compreensão, o entendimento e a busca de uma solução adequada.

Fazemos este registro na esperança de que, em breve tempo, possamos ver uma solução para a greve da universidade brasileira. Faço, também, com satisfação, o registro de que esta Subcomissão estava majoritariamente presente naquela audiência. Tanto que, se tivéssemos pensado em fazer lá uma reunião, seguramente, teríamos **quorum** oficial para a sua realização. De modo que parece ter sido muito útil e eficaz aquela audiência, aquela presença.

Pergunto, a Secretaria, se há ata pendente de aprovação, que poderíamos aproveitar este momento para sua apreciação e aprovação.

Por problema de infra-estrutura o nosso Secretário já cumpriu a sua tarefa, mas não temos ainda condição, e a apreciação das atas ficará para outro momento.

Consulto aos Srs. membros desta Subcomissão se algum dos Srs. pretende usar da palavra para questões de apreciação iminente.

Concedo a palavra ao Relator nobre Constituinte João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes. A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte aprovou, no dia 6 do corrente mês, o Ato nº 8/87, que dispõe sobre os servidores colocados à disposição da Assembléia Nacional Constituinte, sobre gratificação por serviços especiais extraordinários. Através desse ato, a Mesa estabelece que cada Subcomissão Constitucional deve ter um quadro composto de onze funcionários, assim distribuídos:

1 Secretário da Subcomissão Constitucional — O nosso nobre companheiro, Sérgio Augusto Gouvêa.

1 Secretário Substituto de Subcomissão Constitucional,

1 Supervisor de Nível Superior

2 Assistentes de Nível Superior

2 Assistentes de Nível Médio

2 Auxiliares I

2 Auxiliares II

Tenho a impressão, Sr. Presidente, que o nosso quadro não está completo. Como o volume de trabalho vai aumentar, de maneira realmente impressionante, no próximo dia até a apresentação,

discussão e apreciação do relatório a ser apresentado pelo Relator, nós deveríamos tomar as providências para completarmos este quadro de onze funcionários.

Por outro lado, é facultada a cada Subcomissão a requisição de servidor colocado à disposição da Assembléia Nacional Constituinte, sem ônus para a Constituinte.

De maneira que submeto à apreciação de V. Ex.<sup>a</sup> e demais companheiros, essa sugestão, no sentido de procurarmos completar o quadro a que temos direito e, eventualmente, também, tratarmos da requisição de algum assistente de nível superior, que não pertença aos quadros da Assembléia Nacional Constituinte. Esta é a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, como sempre preocupado com a garantia da infra-estrutura, para que nosso trabalho tenha as condições de seu normal desenvolvimento. Neste sentido, solicito ao Secretário Sérgio, que, tomando por base essa resolução, lance, ao lado de cada um dos cargos previstos, o nome das pessoas que já estejam vinculadas a esta Subcomissão, a fim de que possamos identificar quais os cargos de que ainda dispomos. E, a partir disto, que oficiemos ao órgão próprio, no sentido de garantir que aqueles cargos ainda não providos nesta Subcomissão, tenham, de imediato, tomadas as providências para remessa desse pessoal necessário aqui, para que possamos acatar em plenitude a sugestão do Constituinte, Relator João Calmon e a decisão da Mesa.

E, além disso, que, com o auxílio do nosso Relator, também se identifique os demais funcionários aqui previstos, no sentido de que possam ser colocados à disposição, para que também adotemos essa providência.

Agradecemos ao Constituinte João Calmon por mais esta contribuição para com a Presidência.

São 9 horas e 1 minuto, nós já estamos dentro do horário previsto — o Presidente está-se guiando pelo seu relógio — já temos representação de entidades convidadas presentes, de modo que poderemos já iniciar o trabalho, nos termos do nosso plano anterior.

Consulto se está aqui presente a Associação Nacional de Educação — ANDE. Por favor. Eu gostaria de convidar o representante da ANDE para que tome assento à Mesa para proceder à exposição inicial.

Gostaríamos, neste início, de relembrar o processo que adotamos para essas audiências públicas. Primeiro, levamos em conta as solicitações de entidades de dimensão nacional; segundo, a especificidade de sua atuação. A partir disso, realizamos um sorteio, para que as entidades tivessem, por sorteio, fixado o dia para o seu comparecimento aqui. E assim foram designadas, pela ordem de sorteio, para o dia de hoje, pela manhã: a Associação Nacional de Educação — ANDE; Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior — ANDES; Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física; Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação: Sociedade de Estudo e Atividades Filosóficas e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Estas são as seis entidades que ouviremos hoje pela manhã.

Já temos à Mesa a representação da ANDE, na pessoa de Elba Siqueira de Sá Barreto, Presi-

dente da ANDE, que está acompanhada pelo Tesoureiro, Jarbas Novelino Barato.

Temos o prazer, neste momento, de passar a palavra aos representantes da ANDE, lembrando-os que, nos termos do nosso Regimento, terão o tempo inicial de 10 minutos para a exposição. Encerrados os 10 minutos, haverá a possibilidade de cada membro desta subcomissão, pelo período de 3 minutos, fazer indagações, e a representação da ANDE, também por 3 minutos para cada constituinte, terá o tempo para a resposta. Portanto, em síntese, 10 minutos iniciais de exposição, seguindo-se um debate, onde cada constituinte pode perguntar, questionar, por 3 minutos, e a representação da entidade, por igual prazo, e para cada constituinte, para a resposta.

A representação da ANDE vai falar através das duas pessoas que aqui estão presentes.

Passamos, então, agora, pelo prazo de 10 minutos, a palavra à representação da ANDE, iniciando pela Presidente, Elba Siqueira de Sá Barreto.

A SRA. ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETO — A ANDE, juntamente com mais duas entidades, o SEDES, ANPED realizam as conferências brasileiras de educação e, nesse sentido, nós temos um documento comum, que é a Carta de Goiânia, com a proposta publicada a respeito das nossas sugestões para a Constituição que gostaríamos de deixar aqui aos Constituintes. E dentro dos princípios da Carta de Goiânia, a ANDE também faz parte do **forum** de entidades de educação, que congrega uma série de entidades nacionais, e está defendendo a proposta de verbas exclusivamente para a escola pública, e do apoio dos poderes públicos à escola pública.

Dentro dos nossos princípios gerais, gostaríamos de destacar na reunião de hoje a questão do descompromisso dos poderes públicos com a educação neste País, que é histórico, e, em especial, com as camadas majoritárias da população. Nós sabemos que os recursos da educação, historicamente, têm sido escassos e, sobretudo, preservados e canalizados para atender as demandas das classes média e alta.

Nenhum ensino básico, neste País, foi sequer universalizado. Não podemos mais conviver com esta realidade de que a população tem em média três anos de escolaridade básica, com esses trinta milhões de analfabetos jovens e adultos. E, nesse sentido, o ensino básico só se universalizou agora, depois da Lei Maior de Ensino, a 5.692, praticamente nas camadas média e alta. O direito à educação tem sido escamoteado justamente à maioria da população. E, neste sentido, o baixo nível educacional tem a ver muito com a iníqua distribuição de renda deste País, que é a mais injusta do mundo e que tem privado a maioria da população da assistência aos direitos fundamentais de moradia, de saúde e de educação.

Um País que se classifica como a oitava economia do mundo tem que fazer um esforço de distribuir as bem riquezas e os benefícios sociais para esta maioria que foi lesada até agora. E neste sentido é fundamental o compromisso da Nação com a universalização do ensino básico. Não podemos mais conviver com situações como no Nordeste, que para cada criança que está na escola existe uma criança analfabeta; seja porque não teve acesso, por falta de escolas, seja porque frequentou uma escola tão mal equipada, com professores tão mal servidos e mal pagos, que não

teve condições de aprender, e sai, depois de três anos de repetência, sem sequer estar alfabetizado.

Não podemos mais conviver com esta extrema disparidade entre cidade e campo, em que os benefícios da educação não chegam para quem está no campo.

Não podemos conviver também com a extrema disparidade entre os serviços que as redes municipais de ensino estão oferecendo, que são absolutamente precárias, não têm sequer rede física de escola, pagam, aos professores normalmente, muito abaixo do salário mínimo. Trabalham com professores extras, porque não têm condições de contratar melhores professores. E é este serviço então que sonega o direito básico à população da educação fundamental.

Para dirimir essa dívida nacional, essa dívida dos poderes públicos para com a Nação, é preciso o esforço nacional. E nesse sentido, qualquer divisão de atribuições, a nível da Federação, Estados, Municípios e União, é precária, no sentido de que não podemos jogar para uma instância só o cumprimento dessa obrigação do Estado brasileiro, com relação ao serviço básico de educação fundamental.

Mas, também, não podemos relegar o atendimento desses serviços básicos a instituições que, tradicionalmente, têm-se voltado ao ensino das camadas privilegiadas, como a escola privada. A escola privada, no ensino fundamental, antende, simplesmente, a uma elite que já é, de todo, privilegiada. Quer dizer, não tem por que receber mais um serviço do poder público.

Para a grande maioria da população, o único horizonte de escolaridade é a escola pública. Ou bem ou mal, apesar da precariedade do serviço, ou garantimos o serviço público, chegando aos rincões deste País, ou vamos continuar com esse problema estrutural de não conseguir atender a maioria da população.

Nesse sentido, também, a proposta da escola comunitária precisa ser vista no seu aspecto de escamotear uma sonogação de um serviço básico que é oferecido às demais camadas, do ponto de vista de o ensino gratuito segurar tudo e que não está chegando à população.

Então, muitas vezes, se coopta a população pobre e aproveitam-se os recursos humanos mal preparados dessa população, para lhe devolver um serviço de qualidade, inclusive, mais baixa do que aquele que é aceito pela escola pública, no sentido de barateamento do ensino. Quando, na verdade, a grande maioria da população tem o mesmo direito aos serviços públicos que as camadas que estão sendo, agora, ainda que precariamente, atendidas.

O Sr. Jarbas Novelino Barato vai, agora, falar um pouco sobre a questão do ensino de adultos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Tínhamos uma questão regimental, 10 minutos de exposição inicial. Ele ainda dispõe de tempo.

O SR. JARBAS NOVELINO BARATO — Como disponho de pouco tempo, gostaria de destacar um aspecto que, me parece, não vai ser destacar em outras exposições, nas audiências públicas. Trata-se da questão da educação de adultos, que todos sabemos como vem sendo feita. Ela vem sendo feita muito mais como um favor a quem não pôde ingressar na escola na chamada idade própria, e alguns esforços que têm sido feitos

são muitos mais em termos de um certo favor que o Estado pode fazer, para oferecer uma educação aligeirada, de boa qualidade e apenas para dar às pessoas alguns conhecimentos e algumas habilidades para uso imediato: ler o letreiro de ônibus ou assinar o Título de Eleitor, e nada mais que isso.

Antes em gostaria de destacar que o compromisso do Estado com a educação de adultos é compromisso do Estado com o direito à educação dos cidadãos. Gostaríamos que, de alguma forma, na Constituição, ficasse claro que as pessoas que não puderam ir à escola dos 7 aos 14 anos, ou dos 6 aos 18 anos, não perderam o direito à educação fundamental, porque isso é um direito permanente, é um direito que não prescreve com a idade. E a educação de adultos não será uma concessão do Estado, não será um ato benemérito do Estado, mas é um dever do Estado, porque, se as pessoas perderam a oportunidade de estar na escola de 1º grau, na chamada idade própria, não foi por culpa delas. Elas não podem ser penalizadas uma segunda vez, perdendo o direito à educação, porque perderam a possibilidade de frequentar a escola na infância.

Achamos que esse tema é importante e deveria existir alguma clareza, em termos da Constituição, para que esse tipo de educação, chamado de educação de adultos, não fosse algo a ser feito apenas em termos de campanha, ou em termos de boa vontade, ou em termos de alguma ação de cunho comunitário, mas que fosse uma forma de atendimento de um direito que todo cidadão tem.

Isso coloca uma outra questão, que é a que se refere no que consiste o direito à educação. Parece que, muitas vezes, confundimos o direito à educação como uma das formas de atendimento a esse direito, que é a escola de 1º grau, dos 7 aos 14 anos. O direito à educação não é o direito de apenas estar na escola, mas é o direito que as pessoas têm de terem acesso a um patrimônio cultural comum, construído por esta Nação — esse patrimônio cultural com relação ao domínio da língua nacional, com relação aos conhecimentos no campo das Ciências Sociais, das Ciências Físicas, da Matemática, etc.

E é isso que esse direito tem que ser assegurado para aqueles que não puderam entrar na escola na chamada idade própria.

Eu terminaria aqui, já que o tempo é curto, mas gostaria de deixar bastante claro que quise-mos dar destaque a esse aspecto, porque desconhecíamos que esse aspecto, mais uma vez, talvez venha a ser esquecido, e mais tarde venha apenas a ser aproveitado para que se façam campanhas muito bonitas, em termos políticos, mas parecendo que alguém está fazendo um favor, quando, na verdade, o Estado deveria atender a um direito.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigada. Queremos agradecer a essa exposição inicial, à Srª Elba Siqueira de Sá Barreto, como Presidente, e ao Sr. Jarbas Novelino Barato, como Tesoureiro, e, agora, abriremos o espaço para os questionamentos, tendo já o primeiro inscrito, que é o Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Desejo perguntar ao Professor Jarbas Barato: como é que o Sr. vê a maneira pela

qual se poderia resolver esse problema de atender ao direito fundamental ao cidadão que foi privado, parcial ou totalmente, do direito de estudar por qualquer circunstância da sua vida?

Como é que se poderia resolver isso e qual seria a medida constitucional que estaria em jogo aí?

O SR. JARBAS NOVELINO BARATO — Eu teria dificuldade em tentar formular, claramente, qual seria a medida constitucional. Acho que a medida constitucional seria colocar, claramente, que educação fundamental é um direito. Eu não sei se seria possível ou não colocar na Constituição que esse direito não é prescrito com a idade.

Que dizer, esse é o primeiro aspecto que acho que é de ordem legal, e eu não domino o jargão legal e nem sei como isso poderia ficar na Constituição.

Fazemos colocações aqui muito mais em termos de princípios, mas temos alguma dificuldade de formular isso da maneira mais clara, em termos de texto constitucional.

O que me parece, particularmente, é que esse direito, em termos de proposta que conheço com relação à nova Constituição, parece como um adendo ao ensino de 1º e 2º graus. E, nesse sentido, acho que fica muito fraco, porque aparece quase como que um caso de exceção daqueles que não puderam frequentar a escola de 1º grau.

À questão da forma, Sr. Constituinte, posso responder por aquilo que ocorre hoje, em termos das formas de organização do ensino no Brasil. A forma de atendimento possível, hoje — e não sei qual será possível amanhã, com a nova Constituição — seria por meio só da organização do ensino supletivo mantido pelo Estado.

A forma de educação de adultos atual, possível pela legislação que temos, é o ensino supletivo e, infelizmente, esse ensino foi entregue, na maior parte dos casos, à iniciativa particular e, mais uma vez, as pessoas que não tiveram acesso ao ensino em idade própria tiveram que pagar, os poucos que puderam, para readquirir, de certa forma, um direito líquido e certo que eles tinham.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos, mais uma vez, o Prof. Jarbas Novelino Barato. É importante essa questão do problema do limite de idade e creio que, nesse sentido, a Constituição de 1934 adotou uma solução que parece pelo menos ser um rumo para nos orientar nesse sentido.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Inicialmente, quero agradecer a contribuição que a ANDES, através da Elba Siqueira de Sá Barreto e do Jarbas Novelino Baratos está trazendo a esta subcomissão, especialmente porque sabemos que não é uma contribuição pessoal, nem mesmo só de uma instituição, que é a ANDES, mas é contribuição que surge do esforço do debate que a Conferência Brasileira de Educação vem desenvolvendo, já há algum tempo, no País. Inclusive, a 4ª Conferência feita em Goiânia, no ano passado, chegou a uma proposta concreta em termos e já articulada, inclusive com propostas bastante objetivas no que se refere à educação na Constituinte.

Acho importante a presença de vocês aqui hoje, iniciando essas audiências públicas, porque há

uma preocupação da subcomissão de discutir profundamente a tese de que não deve ser compromisso constitucional apenas garantir a escola; escola para todos não esgota o compromisso deste País com a oportunidade de se ter acesso a uma escola, nela ter permanência — escola onde se tenha aquela educação que desejamos para a formação do cidadão crítico, a educação para o trabalho, e não simplesmente a transmissão de um saber pronto e acabado. Estamos preocupado não apenas com os compromissos constitucionais que garantam a escola, mas achamos que é indispensável nós discutirmos que educação é essa, que educação escolar é essa que queremos.

Quero pedir a Elba Siqueira Sá Barreto alguns esclarecimentos no que se refere à questão da descentralização do compromisso público com a educação e, de um modo especial, qual é a sua opinião sobre a questão da municipalização.

Esta pergunta é decorrente do fato de que uma das questões que surgem em decorrência da discussão da garantia da escola é o problema dos recursos e das responsabilidades das diversas instâncias com o fornecimento dessa escola. A minha pergunta a V. Sa é como acham que se poderia fazer essa divisão da responsabilidade como o fornecimento da educação escolar? E qual é a sua posição, especificamente da entidade, com relação à questão da municipalização?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra à Professora Elba Siqueira de Sá Barreto.

O SRA. ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETO — Ao longo das Constituições, a atribuição de responsabilidade quanto ao ensino de 1º grau coube às Províncias e depois aos Estados — e aos Municípios em decorrência, sendo que no tocante aos recursos para que o Município arcasse com o ensino de 1º grau sempre houve uma omissão muito grande. Com a Lei nº 5.692, ao mesmo tempo em que se estendia a escolaridade básica de 4 para 8 anos e se sugeria que a responsabilidade pelo ensino fundamental fosse passando, paulatinamente, para a responsabilidade dos Municípios, foi-se esvaziando o Município de toda a capacidade de arcar, financeiramente, com o custo de educação. Mas, mais do que isso, no estágio atual de desenvolvimento da sociedade brasileira, acreditamos que ainda a grande agência que pode arcar com um ensino público de relativa qualidade é o Estado; na grande maioria dos Municípios é ficção, esse ensino foi criado por interesses meramente eleitorais. Inclusive, nas últimas décadas, o ensino municipal tem crescido por abandono do ensino estadual; então, o Município está suprimindo mal, de uma maneira muito precária, uma educação que devia estar sendo assumida pelo Estado.

Em termos de País, eu acho que não é só uma questão de Reforma Tributária; a maioria dos nossos Municípios não têm recursos humanos, não têm infra-estrutura. No Nordeste, por exemplo, há muitos Municípios que sequer têm pessoal qualificado ao nível de 2º grau, quando nós estamos exigindo uma escola básica de 8 anos que implica em professores formados com nível universitário. E por aí nós temos que assegurar que o Estado continue suprimindo, basicamente, este serviço, e que os Municípios que possam oferecer

um ensino de boa qualidade, tenham condições melhores, inclusive do ponto de vista tributário, para arcar com as responsabilidades que assumiram. Mas, pensar em uma municipalização de ensino seria um retrocesso em relação ao cumprimento do dever do Estado de fornecer a educação básica. Muito freqüentemente esta proposta tem vindo de outras instâncias com interesses que não estão ligados a esta questão de dever do Estado, de oferecer um ensino fundamental. Historicamente, o Município não tem condição de arcar com isso em termos nacionais. E mais do que isto, frente às extremas discrepâncias de atendimento em ensino fundamental é preciso que a União entre também, e não de forma parcelada, pingada, como tem entrado onde muito mais no caráter de suplência fica diluído a sua participação. É preciso que a União entre no sentido de garantir, de qualquer modo, que esse direito seja assegurado à população. Nas áreas do Nordeste, por exemplo, em que a deficiência de educação é extrema, é preciso uma atuação deliberada da União e em outros setores também, onde haja discrepâncias muito grandes; é preciso que as instâncias que agrupam maiores recursos financeiros humanos e institucionais se envolvam no sentido de que este direito da população seja assegurado.

Então, é mais um compromisso nacional do que uma divisão de responsabilidade por instâncias em que uma deixa para a outra e se exime da responsabilidade.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Muito obrigado. Agradeço a contribuição da Profa. Elba Siqueira de Sá Barreto, e insisto, inclusive para que fique registrado, no ponto de que, quando a União ajuda na educação básica ela o faz através de projetos para os quais freqüentemente os Estados e Municípios têm que recorrer, negociando cada projeto com a União.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra o Sr. Constituinte Solon Borges dos Reis.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Se não estou equivocado, esta audiência com as entidades da área da educação, esportes e cultural se destinam a que a subcomissão possa ouvir as avaliações que resultam da experiência e da reflexão de cada instituição, e acolhida de propostas que eventualmente tenham, descartada a hipótese de debate ou de omissão de pontos de vista por membros da subcomissão, mesmo porque o tempo não comportaria.

Límite-me, a não ser que seja solicitado, a pedir os esclarecimentos que considero oportunos para a melhor compreensão desta contribuição, com as seguintes perguntas: A ANDE dispõe de algumas estatísticas sobre a realidade escolar brasileira em que se possa acreditar, pela sua fidelidade e qualidade, ou também, esbarra nas mesmas dificuldades que todos temos, de não ter uma notícia exata sobre isso? Eu gostaria também de saber a opinião do Dr. Jarbas Novelino Barato sobre MOBILAL e Fundação, o que ele pensa, ou se a ANDE como instituição, do ponto de vista dessas instituições, ou dessas promoções, tem propostas que possam ser inseridas no anteprojeto da nova Constituição, sobre os temas de que fez a avaliação e sobre os quais falou agora.

Essas as questões que coloco, mesmo porque o tempo é exiguo.

A SRA. ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETO — Com relação a sua primeira questão, sobre o acesso, a utilização de dados, os membros da ANDE que trabalham em pesquisa têm material, e depois, as três entidades que fazem a CBE — que inclusive agregam o pessoal da pós-graduação e educação da ANPED têm um material que poderiam até fornecer aos constituintes, se fosse do interesse, um dossiê a respeito de dados e de informação sobre: a questão da municipalização; o estágio no País; a questão do ensino fundamental; questões de financiamento; de salários-educação, como ele é repassado, e isso poderia ter um subsídio de interesse.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra o Sr. Jarbas Novelino Barato.

O SR. JARBAS NOVELINO BARATO — A respeito sobre o MOBREAL — como V. Ex<sup>a</sup>, ainda não me acostumei como o novo nome, acho que continua MOBREAL mesmo —, a nossa opinião é que até pode ser um movimento meritório, mas tem um caráter de assistência e envolve certos incentivos em termos de carrear mais dinheiro de pessoas físicas e jurídicas; envolve uma campanha onde não se pagam ou se paga muito mal às pessoas, para, de certa forma, escamotear o não-atendimento a um direito que as pessoas têm e acaba apenas qualificando as pessoas para aquilo que eu disse ser habilidade para uso imediato e isso não cumpre ou não formaliza, de certa forma, o atendimento do direito à educação — com ensino de qualidade, ensino que permita a continuidade dos estudos. Muitas vezes, constata-se que egressos do MOBREAL não tiveram um ensino que, de fato, permitisse algo mais do que apenas aquilo que é muito imediato. Muitas vezes se ficou pensando no MOBREAL como uma espécie de movimento para capacitar as pessoas para assinarem título de eleitor. Uma vez aprovado o voto do analfabeto, o MOBREAL perderia o sentido.

Há uma terceira questão. Temos uma proposta com relação a texto constitucional. A ANDE participa com mais 12 entidades do **forum** da educação na Constituinte, e esse **forum** preparou uma proposta de texto constitucional. Então, não podemos apresentar esse texto aí como da ANDE, porque é um texto do **forum** e não apenas da entidade.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. O próximo orador é o Constituinte Tadeu França. Tem S. Ex<sup>a</sup> a palavra.

O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Profa. Elba Siqueira Sá Barreto, temos sentido que, com relação à municipalização do ensino, sua colocação foi bem clara, afirmando que tem sido um fracasso a experiência a Lei n<sup>o</sup> 5.692, ao preconizar o ensino fundamental como responsabilidade do Município — que não cumpriu seus objetivos.

Temos assistido também a um quadro em que a competência do ensino nas várias esferas, municípios, Estados e União, tem servido de um foco de descaço à questão educacional. Quando colocamos "é dever do Estado"... nós assistiremos ao mesmo embate de responsabilidades da área estadual com relação à União. Gostaríamos de saber a sua opinião bem clara, em termos de

uma fixação definitiva de responsabilidades que historicamente tem sido uma transferência que não tem levado a objetivos válidos. As escolas comunitárias, por outro lado, em 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus, através das Campanhas Nacionais de Escolas de Comunidade, têm representado um fracasso maior ainda do que as próprias escolas municipais.

Por isso, gostaríamos de saber uma opinião que pudesse, de fato, fixar clara e objetivamente um ponto final a essa transferência de responsabilidades, da escola comunitária desamparada à União.

Desta forma, indagamos: não estaria na hora de fixarmos, em função da necessária presença do ensino público em todos os quadrantes do País, que o ensino de 1<sup>o</sup> grau teria que ser responsabilidade exclusiva da União?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — A Presidência só queria lembrar aos nossos convidados que esta Presidência faz anunciar quem vai tomar a palavra, para efeito de atender os pedidos de quem está elaborando os Anais da Assembléia Nacional Constituinte.

Tem a palavra a Profa. Elba Siqueira de Sá Barreto.

O SRA. ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETO — Acho que historicamente não há base para se fixar competência exclusiva da União. Mesmo porque, em função da dimensão continental desde País e da tradição histórica da nossa formação e dos serviços educacionais, penso que o principal mantenedor da escola pública, do ensino fundamental, têm sido os Estados da Federação. E por aí, acho que devem ser os principais responsáveis em termos de atender de uma forma que inclusive compense carências dentro do próprio Estado, carência humanas e das diversidades regionais dentro do próprio Estado.

Agora, não dá para também ignorar o fato de que o Município tem uma participação importante, em torno de 30%, em termos das redes públicas do País na oferta do 1<sup>o</sup> grau, e é preciso oferecer condições para que os Municípios que já têm redes de ensino de 1<sup>o</sup> grau, tenham condições de oferecer um ensino condigno. E aqueles que, em absoluto, mesmo com uma reforma tributária, ou mesmo outras mudanças de Constituição não tiveram esta condição deveriam repassar os seus serviços ao próprio Estado, que joga com uma quantidade maior de recursos e poderá suprir, no sentido de, pelo menos, oferecer uma base comum e na qualidade mínima necessária a esse serviço fundamental.

Vejo o papel da União muito importante no sentido de atacar essa questão do analfabetismo, no conjunto, e mesmo nessa questão das discrepâncias. A participação da União precisa ser redefinida. Ultimamente o que se tem visto é uma pseudodescentralização, ou seja, uma atribuição de responsabilidade delegada diretamente da União, via Município, como uma intervenção branca nos Estados, com um flagrante desrespeito por um processo de articulação que é feito ao nível dos Estados, por uma análise mais abrangente da problemática estadual como um todo.

Esta participação da União deve passar pelos canais que têm condição, de fato e de direito, de articular uma política educacional que seja

consistente para garantir o efetivo cumprimento desse dever.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. Tem a palavra o Constituinte Gumerindo Milhomem.

O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM — Eu gostaria de pedir mais uma contribuição aos nossos companheiros da direção da ANDES, sendo uma entidade organizadora da Conferência Brasileira de Educação, que congrega educadores das mais diferentes regiões do País, e que estão envolvidos em atividades profissionais, seja do ensino do 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus, seja da Universidade, de fundações, entidades públicas, mesmo entidades privadas. Eu gostaria de pedir a ANDES que fizesse um depoimento a respeito do seguinte problema: temos ouvido já argumentos de que na Constituição não deve estar expressa que taxas percentuais devem ser dedicadas ao ensino. Temos feito a discussão deste assunto, aqui, e temos encontrado um ponto que é ainda mais polêmico que este, que é o que diz respeito à destinação das verbas públicas. Fizemos aqui uma discussão a partir do momento em que vários Constituintes argumentaram a necessidade de que as verbas públicas destinadas para o ensino o fossem exclusivamente para as redes oficiais, para as escolas públicas oficiais do Estado, dos Municípios e da União.

Eu gostaria que ficasse registrado aqui o depoimento, a argumentação que a ANDES tem desenvolvido a tão múltiplas mãos, a respeito deste assunto.

A SRA. ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETO — Em primeiro lugar, com relação ao montante a ser destinado à educação, sempre que ele foi omitido, a tendência, neste País, foi diminuir os percentuais, a tal ponto que chegamos a ser o país que menos investiu em educação no mundo. Se o Brasil é hoje a oitava economia do mundo é, ao mesmo tempo, um dos países da América Latina onde a escolaridade é das menores.

Penso que essa questão dos recursos da educação devem passar pelo compromisso do Estado em relação à oferta do ensino à população. E, nesse sentido, o montante que colocamos como consensual das entidades do **forum**, ou mesmo da Conferência Brasileira de Educação é simplesmente uma referência mínima, porque acreditamos que a falta de atendimento em determinadas áreas é tão grave e tão extensiva que muito provavelmente este montante será insuficiente.

A situação de carência é tão grave, por exemplo, quando se analisa a questão do magistério de 1<sup>o</sup> grau, se considerarmos que pagar salário mínimo à totalidade dos professores de 1<sup>o</sup> grau, no Brasil, é ainda uma coisa que está longe de acontecer. Os recursos atualmente reservados, inclusive pela Emenda Calmon, provavelmente serão insuficientes para se ter um ensino básico e não se ficar aí, porque as demandas em relação ao ensino público vão além do ensino básico, de uma qualidade mínima para o conjunto da população.

Com relação à exclusividade das verbas para as escolas públicas o que se ressalta é isso: andam correndo argumentos de que a escola privada tem que ter uma participação da comunidade. Defendemos também que a gestão da escola pública tenha uma participação, dos segmentos da

sociedade que a frequentam, muito mais representativa do que atualmente. Isto não quer dizer que os recursos públicos devam ser carreados à escola privada. Acho que é uma forma de escamotear a questão, essa que tem sido levantada como argumento de que a escola privada seria uma escola pública também. Na verdade, a escola privada, em termos de atendimento básico, é dirigida à classe média e alta, que tem poder e recursos para pagar o seu ensino. E a grande maioria não tem este horizonte, esta oportunidade. A escola privada não é uma alternativa para a grande maioria da população. Não existe escola privada que esteja sendo oferecida, em termos representativos, em uma magnitude que dê conta das exigências da população em relação ao ensino fundamental. E por isso que a gente defende as verbas públicas para as escolas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. Concedo a palavra ao Constituinte Louremberg Nunes Rocha.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Professora, eu gostaria de saber da Srª dois pontos apenas. Houve aqui um debate que se iniciou nesta Subcomissão e um professor ressaltou muito bem que, por um processo de inversão que vem ocorrendo no ensino superior, quem se beneficia hoje do ensino superior gratuito, nas universidades públicas, são aquelas faixas de melhor renda, e aquelas pessoas de menor renda não conseguem ingressar aí e estão fazendo a universidade paga. Professora, eu queria saber da Srª, ainda que esses dados se atualizem de ano a ano, qual seria hoje o percentual do MEC aplicado na Universidade e qual o percentual do ensino básico. E se desse percentual do ensino básico da ANDES e da ANPED, qual é a parte que, eventualmente, esteja ou não sendo direcionada, distribuída ou colocada em favor da escola particular?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra a Profª Elba Barreto.

A SRA. ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETO — A última notícia que a gente tem é que o percentual da União que estava sendo dirigido ao ensino superior estava em torno de 60 a 70%, já chegou a ser até de 80%, agora já tem baixado um pouco e aí o resto é dividido entre o ensino de 2º e 1º grau, não chegava a 20%, se não me falha a memória. E a forma como este investimento da União é feito, em relação ao ensino de 1º grau, é absolutamente esfacelado através de uma série de projetos que se sobrepõem e que não facilitam uma ação mais articulada e mais consistente. Isto também deveria ser mudado.

E a outra questão, com relação à escola privada. Para a escola privada os recursos públicos são carreados de diferentes maneiras. No 1º grau os recursos são carreados, sobretudo, via salário educação. Para V. Exª ter uma idéia, nós temos no Estado de São Paulo tantas bolsas de estudo quantas vagas existem na escola privada, ou seja, o serviço público está oferecendo uma contribuição, em termos financeiros, à escola privada, que é muito substantiva e isso não quer dizer que, efetivamente, tenhamos tantos alunos com bolsas: essas bolsas estão sendo entregues diretamente à escola e não ao aluno. Na verdade, nós estamos reforçando a possibilidade de a escola privada se manter enquanto tal.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — A Srª não tem certamente o valor de cada uma dessas bolsas do Estado de São Paulo, porque essa federal nossa, que nós, os Deputados, distribuímos ela está valendo 700 cruzados para todo o ano. A Srª não tem a de São Paulo? O valor anual?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS — Neste momento em que se discute assunto de maior relevância, que é a educação, temos uma reflexão advinda no transcorrer dos debates, quando vimos de um lado a escola pública e do outro a escola particular. De uma maneira ou de outra, existe essa política entre a escola pública e a particular, e cada qual, por sua vez, procura justificar as suas razões. Neste instante, eu perguntaria a nossa Profa. Elba Barreto: além dos recursos técnicos, físicos que existem em relação à área privada, quando se observa que há um critério mais aprimorado, inclusive na seleção do magistério — muitas vezes, dentro da área pública, nós sabemos que, em vários Estados, muitos professores alcançaram até esse título talvez sem a devida formação e educação, sendo inseridos dentro do contexto através de um *apaniguado político* — isso também não viria a gerar algum prejuízo ou desgaste? Eu gostaria de ouvir a informação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra à Profa. Elba Barreto.

A SRA. ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETO — Por isso que a gente defende concursos públicos para as escolas públicas e não as indicações via políticos. Mas, de outro lado, eu gostaria de ressaltar uma coisa. Os professores das escolas privadas, muito freqüentemente, também dão aulas nas escolas públicas, são os mesmos profissionais, e o mais das vezes eles têm um desempenho diferente por causa das condições de trabalho que lhe são oferecidas, numa e noutra instância. É preciso garantir a qualidade em função das condições estruturais de funcionamento da escola para que esse professor tenha um bom desempenho. Isso é que é importante garantir. E em termos da rede pública, é preciso que haja critérios transparentes da escolha desses professores.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. Concedo a palavra ao nobre Constituinte Pedro Canedo.

O SR. CONSTITUINTE PEDRO CANEDO — Prof. Elba Barreto, a esta Subcomissão, já iniciando discussão do mérito sobre educação, foi apresentada uma sugestão por dois Constituintes, com relação ao ensino pré-escolar em que, inclusive, até corroborando as palavras do Prof. Florestan Fernandes, de que as universidades públicas acabem sendo mais facilitadas às classes média e alta — essa facilidade tem, como um dos motivos a falta do ensino pré-escolar nas escolas públicas para as crianças carentes, que não têm a mesma oportunidade que têm aqueles de média e de alta renda.

Eu gostaria de saber a posição da entidade a respeito do ensino pré-escolar nas escolas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra, a Professora Elba Siqueira de Sá Barreto.

A SRA. ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETO — Nós achamos que o ensino pré-escolar é um direito da população de qualquer faixa da sociedade: não acreditamos que ela tenha esse papel tão importante, no sentido da preparação ela não deve ter esse caráter propedêutico de preparação e de evitar os fracassos nas áreas iniciais ou ao longo do 1º grau. Experiências da universalização da pré-escola, como por exemplo a que existe na França, não garantiram a superação do fracasso nas séries iniciais do 1º grau, que é um fracasso estrondoso — V. Exª sabe que metade da população já é barrada na passagem da 1ª para a 2ª série do 1º grau. Essa questão do fracasso nas séries iniciais ela deve ser pensada em termos do 1º grau mesmo, da sua forma de constituição, da formação dos seus professores, da relação professor aluno, do seu currículo, dos seus critérios de avaliação, da forma de funcionamento das escolas, da substituição de 5 ou 6 professoras na periferia, por ano — e não há nenhuma proposta educacional e curricular que agüente tanta substituição, é por isso que os alunos depois são reprovados. E sobretudo, para as populações de baixa renda, a escola pública funciona de modo mais carente. Depois a gente tende a culpar o aluno, dizendo que ele é que não tem condições de acompanhar. Na verdade, nós demos a ele muito precárias condições de aprender. Então isso é que precisa ser revertido em termos de tratamento do 1º grau.

Agora, com relação à pré-escola, ela é um direito da população, ela está sendo reivindicada inclusive por camadas muito expressivas da população e camadas de baixa renda, e ela deve ser atendida e ela deve estar voltada para o desenvolvimento da criança naquilo que lhe compete, na faixa etária. Isto certamente, vai ter uma repercussão ao longo da sua escolarização. Mas ela não pode ser entendida só com o sentido propedêutico de evitar problemas futuros, ela tem um valor em si, e é assim que ela deve ser assegurada.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. Com a palavra o último orador inscrito, Átila Lira.

O SR. CONSTITUINTE ÁTILA LIRA — Professor, eu gostaria de obter da Ande algumas idéias sobre a questão da carreira no magistério, e sobre a questão do ensino privado. O ensino privado, hoje, o Estado o encara financiando, ou então, controlando preços. Eu queria ver qual a idéia que a Srª. poderia nos oferecer sobre a questão do papel do ensino privado na sociedade, em função das mudanças que a gente poderá ensejar, durante esta Carta Constitucional.

A SRA. ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETO — Quanto à carreira do magistério, nós defendemos os concursos públicos, uma possibilidade de promoção em função do desempenho profissional e do aperfeiçoamento durante a carreira, etc. E nós acreditamos, com relação ao ensino de 1º grau, que existe uma questão que é a formação do Estatuto do Magistério nos municípios. É uma proposta, inclusive, de punição dos municípios que não fizerem o Estatuto do Magistério. Historicamente, todas as medidas meramente punitivas



também acabaram sendo absolutamente inócuas a esse respeito, porque os municípios não fazem a carreira do magistério, na grande maioria não é porque não querem, é porque não têm condições de fazer. Então é preciso que se assegure isso. E se o Município não tiver condição, outra instância tem que assumir isso, de tal forma que a questão da carreira do magistério seja garantida ao nível nacional. Quer dizer, um nível mínimo de desempenho digno da função e da profissão deve ser assegurado em todo o território nacional. Isso é o mínimo que se quer em termos de um compromisso com a educação. E que a instância que não puder deve ser coberta por outra, porque o compromisso é com esse nível mínimo. Só falta a vontade política. Não podemos mais conviver com essa ignomínia que é um professor de 1º grau ganhando até 10 vezes menos o salário mínimo para dar aula na zona rural. Quer dizer, isto não é encarar seriamente um compromisso com a educação. E não acreditamos que haja uma transferência direta e imediata em relação à melhoria do salário do professor e condições de trabalho e ensino. Não é tão linear a passagem. De qualquer maneira, condições mínimas de trabalho são fundamentais para que se deixe de escamotear, dizendo que se está oferecendo um ensino quando, na verdade, está-se enganando. Que é o que acontece em muitas áreas do País.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. Para um esclarecimento final, tem a palavra o Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Eu devo prestar um esclarecimento, porque falei a respeito de uma situação, e me referi, inclusive, em caráter de exemplo, ao ABC, e falei com referência à cidade de São Paulo e ao uso de oportunidades educacionais oferecidas pela USP, por exemplo na Escola Politécnica, na Faculdade de Medicina, etc. Agora, com referência ao ensino superior, a situação no Brasil como um todo é muito variável, de modo que a população escolar das universidades públicas tende a ser uma população extraída dos setores de classe média, pequena burguesia e, às vezes, até gente modesta, trabalhadora. Assim, não era uma generalização, não penso como os nossos generais que acham que há um privilégio para o rico de frequentar a escola pública e que o pobre é que paga, e por isso então a justiça seria que todos devam pagar. Não é esse o meu raciocínio. Eu dei o exemplo ontem, para mostrar como o aluno pobre foi punido por uma situação, devido ao fato de não aparecerem escolas superiores públicas, e principalmente universidades públicas qualificadas em áreas nas quais existe uma grande demanda para o ensino superior qualificado, de alta qualidade. E o exemplo do ABC foi o mais impressionante, porque durante a minha campanha pude ver as recriminações feitas pelos jovens que se sentem revoltados pelo fato de receberem um ensino de baixa qualidade, muito caro, de entidades privadas que não os qualificam para nada, e reivindicam ensino superior gratuito e de qualidade. Eu queria fazer este esclarecimento, para que meu pensamento não seja posto noutra contexto. Eu dei um exemplo e não fiz uma generalização.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos o Constituinte Florestan Fernandes pelo esclarecimento.

Para encerrar esta parte, oferecemos a palavra ao Relator Constituinte João Calmon, e na oportunidade em que a ANDE oferecer a sua intervenção final, poderá, inclusive, responder à questão pendente do Constituinte Átila Lira.

Com a palavra o Constituinte João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Quase no fim desta nossa primeira audiência pública, devo confessar que me domina um sentimento de frustração. Eu creio que esse tempo de 60 minutos reservados para cada entidade da área da educação, é extremamente reduzido. E esse sentimento de frustração é tão grande, que eu gostaria de enfatizar a necessidade de a ANDE, que é uma entidade de tão fulgurante tradição na história da educação brasileira, nos enviar, depois, por escrito, várias sugestões concretas. Esta Constituição brasileira contém apenas quatro artigos, com vários incisos, sobre educação. Nós estimaríamos muito que a ANDE completasse a sua preciosa colaboração a esta Subcomissão, nos enviando não somente a Carta de Goiânia, que já é conhecida, mas também sugestões de textos com as respectivas justificações que poderiam servir como um roteiro precioso para o nosso trabalho.

Em segundo lugar, perdoem-me a ousadia da ponderação, mas é ditada por um homem que dedicou uma década de sua vida à área de comunicação, eu estimaria que tivéssemos uma preocupação maior em fazer afirmações mais incisivas na área da educação. Vi, por exemplo, aqui, a afirmação feita pela notável educadora Elba Siqueira Sá Barreto, de que o curso fundamental, o ensino básico até hoje não está universalizado no Brasil. Tenho a impressão que afirmações desse tipo deveriam ser completadas com um detalhe, detalhe equivalente àquela lição que a gente aprende em escola de Jornalismo: quando um cachorro morde um homem, não há notícia; quando um homem morde um cachorro, aí há notícia. Então é necessário acrescentar não apenas isso que é verdadeiro, que o ensino básico até hoje não está universalizado no Brasil, mas também declarar, proclamar esse detalhe, de que 99% dos brasileiros talvez ignorem, que 87% das crianças do nosso País não têm o curso fundamental completo, que isto é um murro no queixo. E por incrível que possa parecer, apesar de pregações, há muitas décadas — temos aí um expoente luminoso desta área, Professor e Constituinte Florestan Fernandes — quantos brasileiros ouvem essa declaração, e na maior parte das vezes, manifestam enorme surpresa. Oví também a afirmação, se não me engano do brilhante Prof. Jarbas Novelino Barato, de que o Brasil é um dos países que menos gastam com educação. É verdade. É necessário dar o detalhe concreto: o Brasil não é apenas um dos países que menos gastam com educação: o Brasil está colocado abaixo de 79 países, em dispêndios públicos com educação em relação ao Produto Nacional Bruto.

Os eminentes professores estão falando aqui para uma audiência de Parlamentares, de Constituintes, mas não deveríamos deixar de aproveitar uma oportunidade sequer para enfatizar, da maneira mais dramática, esse quadro vergonhoso, esse quadro humilhante do Brasil.

Como há limitação do tempo, que é deplorável, não em relação ao meu tempo — estou falando até demais — mas em relação ao tempo destinado aos nossos convidados e aos demais constituintes, eu gostaria de aflorar apenas dois assuntos.

Falou-se aqui no percentual para o ensino, qual seria a tendência do representante da ANDE. Nossa tendência, pelo menos a tendência de um senador que virou emenda, é tentar aumentar ainda mais esse percentual mínimo.

Nas Constituições anteriores, tínhamos o mínimo de 10% da receita de impostos federais e nunca menos de 20% da receita de impostos estaduais e municipais.

Depois de uma luta, cujos detalhes muitas pessoas conhecem, conseguimos, através do Congresso Nacional, o aumento desses percentuais mínimos de 10 para 13, na área federal, e de 20 para 25, na área dos estados e dos municípios.

Entendemos que, agora, deveríamos concentrar esforços no sentido de obter um aumento desses percentuais, pelo menos na área federal. Em vez de 13, tentamos 18% da receita de impostos federais, para ver se eliminamos essa humilhante, essa vergonhosa defasagem do Brasil em relação a outros países. Nós somos — me permitam repetir — o 80º país do mundo em dispêndios públicos com educação.

Na área dos estados e dos municípios, não seria fácil uma tentativa de se aumentar de 25 para 30 ou para 40, como alguns brasileiros bem-intencionados sugerem à Assembléia Nacional Constituinte. Mas, de qualquer maneira, um aumento teremos de obter obrigatoriamente, porque há um fenômeno novo da educação, que é a informatização, a utilização do computador, que, nos países desenvolvidos, já está sendo usado inclusive nas escolas de 1º grau.

Se não destinarmos um percentual maior, o **gap**, o fosso que separa o Brasil dos países desenvolvidos tende a se agravar e a se alargar de maneira dramática nas próximas décadas.

Em relação a outro ponto, aflorado pelos nossos eminentes convidados, foi citado aqui o percentual do orçamento federal para o ensino superior. Se não me engano, a Profª Elba Sá Barreto referiu-se a 60 ou a 62%. Haveria necessidade, já que vamos receber também a contribuição do atual Ministro da Educação, de pedirmos que S. Exª nos apresente aqui dados mais recentes, que são de difícil, eu diria, de difícilíssima obtenção. Por exemplo, tenho os seguintes dados: o da Profª Elba Sá Barreto, referindo-se a 60 a 62% para o ensino superior. Chegaram ao meu conhecimento outros percentuais: de 80 a 82%. Como o Brasil é um país dominado pela inflação, é possível que a inflação também tenha se refletido nesses percentuais de 80 a 82%. Esta é a informação que tenho da mesma fonte do Ministério da educação: talvez seja uma informação distorcida, talvez inexata, talvez errada. Devemos, não pedir, mas exigir do Ministério, esses dados atualizados para serem devidamente conferidos.

Por outro lado, há uma pergunta que tenho formulado com frequência: qual o percentual do orçamento do Ministério da Educação que se destina a escolas particulares, já que um debate apaixonante é ensino público/ensino privado?

As informações são as mais diversas. Uma delas indica que o Ministério da Educação não des-

tina sequer 2% do total do seu orçamento para o setor privado. É necessário exigirmos, do Ministério, a atualização desses pontos, a fim de que a comissão tenha condições de atuar de maneira mais eficiente.

Para encerrar esta rápida intervenção, eu gostaria que, em nossas reuniões com as entidades, pedíssemos sempre, como fazemos, em relação a ensino público, ensino privado e percentuais para educação, a opinião dos mestres da educação, que nos honram com a sua presença, nesta reunião e nas reuniões anteriores, a sua opinião sobre a aposentadoria de professores, pois esse é um tema que já começou a ser afluído, é um tema polêmico. Há quem entenda que essa aposentadoria deve ser após 25 anos de trabalho, abrangendo professoras e professores, há quem entenda que aposentadoria não é assunto de Constituição, portanto, não deve ser incluído nela. É útil para nós sabermos qual a opinião de cada entidade, da área de educação, sobre esses temas de extraordinária importância para nós: ensino público, ensino privado, aposentadoria, percentuais para educação nos orçamentos públicos.

Renovo aqui meus agradecimentos pelas lições que recebi, nesta manhã, dos Professores Elba Sá Barreto e Jarbas Barato. Como sou apenas um lutador da educação, não sou educador, como aprendiz da educação, considero-me enriquecido com os ensinamentos recolhidos na manhã de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado ao Relator João Calmon.

Passo a palavra à nossa convidada, Prof<sup>a</sup> Elba Sá Barreto e ao Prof. Jarbas Barato, pela ANDE, para os seus últimos três minutos sem intervenção.

A SRA. ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETO — Queria retomar a questão do Constituinte Átala Lira sobre ensino privado e financiamento, lembrando que o financiamento do ensino privado não sai via orçamentos regulares, mas, em todas as instâncias, há um carregamento de verbas para as escolas privadas.

Na instância federal, a própria SEPLAN reserva verbas; outros Ministérios podem fazer doações; o Ministério da Educação, ainda que não conste do orçamento, faz o repasse de verbas.

Essa mesma sistemática é adotada nos estados e municípios, desde os próprios políticos, que podem fazer doações de verbas públicas para escolas privadas, até outros mecanismos mais flagrantes. No ensino fundamental, é, sobretudo, o salário-educação que tem financiado as redes de ensino privado, em alguns estados, assim declaradamente.

O controle dessas verbas tem de ser feito não somente via orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Esta Presidência, em nome desta subcomissão, quer agradecer sensibilizada a extraordinária contribuição aqui trazida pela ANDE, através da Prof<sup>a</sup> Elba Siqueira de Sá Barreto e do Prof. Jarbas Novelino Barato. Agradecemos e sentimos que, depois desse depoimento, os trabalhos desta subcomissão se enriqueceram muito.

A Professora Elba nos noticia que traz aqui um exemplar da "Carta de Goiânia", que será distri-

buído agora para cada constituinte. Muito obrigado. (Palmas.)

Convidamos, agora, com prazer, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, rendendo, também, nossa homenagem, nossa solidariedade, nosso apoio pelo movimento que essa organização extraordinária e de dimensão nacional conduz, neste momento, em relação à Universidade brasileira.

Professor Newton Lima Neto, seu Presidente, acompanhado da professora, passam a integrar agora a Mesa; e nós, com muita satisfação, queremos oferecer-lhe a palavra por 10 minutos para sua introdução inicial, lembrando aos Srs. membros-Constituintes que nós temos, hoje pela manhã, seis entidades para serem ouvidas.

Quero também lembrar que esta subcomissão aprovou critério de que chamemos cada entidade para prestar o seu depoimento. As observações, até por sinais que alguns membros desta subcomissão faziam a essa Presidência, de apressar os trabalhos, nós queremos devolver e reparti-las com toda a subcomissão.

Esta Presidência pretende respeitar o Regimento, que dá o direito a cada constituinte de perguntar por 3 minutos, e a entidade responder por 3 minutos, além do tempo inicial de 10 minutos. A limitação desse tempo está também compartilhada pelos Srs. membros dessa subcomissão, na medida em que poderemos abreviar a intervenção ou abster-nos de fazê-los.

Concedo a palavra, com muito prazer, à representação da ANDES, através do seu Presidente Newton Lima Neto, e registramos também a presença da Prof. Miriam Limoeiro Cardoso, igualmente da direção da ANDES.

O SR. NEWTON LIMA NETO — Constituinte Hermes Zaneti, Presidente da Subcomissão, Relator João Calmon, demais Constituintes, colegas educadores, professores aqui presentes, é uma honra, uma satisfação muito grande para a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, participar dos eventos desta Subcomissão, trazendo as contribuições que vêm sendo definidas, desenvolvidas pelos docentes do ensino superior, deste País, ao longo dos últimos anos, particularmente desde o final da década passada até hoje, através das Associações de Docentes das Universidades Brasileiras e, a partir de 1981, com a criação da nossa entidade, através da própria ANDES.

Vamos distribuir aos Srs. Constituintes uma cópia da nossa plataforma educacional para a Constituição. A ANDES debruçou-se em discutir amplamente não só o aspecto educacional, também ciência e tecnologia, a arte e cultura, as questões sindicais, as questões de ordem econômica, política, de uma maneira geral — estamos editando, justamente, um caderno da ANDES com todas essas contribuições. O que vai ser distribuído, neste momento, é uma separata relativa ao capítulo apenas da educação, objeto desta Subcomissão; e nós gostaríamos de registrar que o que está aqui não é fruto apenas de debates, seminários e discussões é antes de mais nada, fruto da prática política dos docentes do ensino superior deste País. Prática política em defesa da universidade pública e gratuita, prática política de luta em defesa de uma universidade crítica, competente, autônoma e democrática, que fez, para nosso orgulho e satisfação, da ANDES, uma entidade viva no

cenário da sociedade brasileira, dentro das entidades, ao lado de tantas outras que vêm defendendo compromisso da educação, do Estado com relação à educação em todos os níveis como determinante para que a educação, em nosso País, possa ser efetivamente em agente vivo da soberania do Brasil.

A nossa plataforma é longa, ela não teve a pretensão em nenhum momento de esgotar o assunto, evidentemente, nem tampouco de estabelecer já o que deve ser matéria constitucional, o que deve ser matéria de Lei de Diretrizes e Bases. Nós colocamos aquilo, como eu disse, que é resultado de toda ação na luta do movimento — claro que amalgamada, claro que enriquecida com todos os debates que foram feitos e realizados na universidade brasileira.

Mas, seria enfadonha e pouco produtiva, a leitura desse documento que é extenso; vamos distribuí-lo e eu vou, nesta introdução, expor 4 itens fundamentais que entendemos devam ser discutidos e devam estar contemplados na Carta Magna.

Em primeiro lugar, nós entendemos que a educação é um direito de todo cidadão, sendo dever do Estado oferecer ensino público gratuito e laico para todos e em todos os níveis. Isso não significa a extinção da escola particular, evidentemente, mas significa que cabe ao Estado, em função do recolhimento dos impostos gerados pelo trabalho e pela riqueza, desta Nação, devolver à população brasileira, ao povo brasileiro, na forma do benefício social da educação, em todos os níveis, o ensino de qualidade laico e gratuito.

O nosso entendimento é que, obviamente, o povo brasileiro com o seu trabalho já paga a educação, e precisa ver garantida na Constituição a obrigação do Estado de oferecer a todos os cidadãos essa educação de qualidade em todos os níveis.

Para que isso possa consubstanciar-se, nós, os docentes do ensino superior que tínhamos como bandeira fundamental mais verbas orçamentárias, e acompanhamos diretamente este nosso Senador João Calmon, lado a lado, na luta pela questão da destinação da determinação do quantitativo, do percentual de verbas, naquela emenda histórica, constitucional que foi aprovada pelo Congresso, nós entendemos que, dada as pressões que existem infelizmente, de políticos, de setores que não vêem na educação uma prioridade nacional, nós entendemos que no mínimo — é no mínimo esta posição — essa emenda deverá ser resguardada na sua íntegra no texto constitucional. No mínimo, significa, na expressão do termo, que obviamente estaremos prontos para discutir termos quaisquer percentuais superiores a 13% da receita tributária da União, de responsabilidade da União, e 25% dos Estados e municípios e obviamente estaremos lutando para que esse percentual se amplie; mas não abriremos mão, seremos absolutamente intransigentes quanto ao conjunto dos docentes universitários do País para que no mínimo essa emenda seja mantida.

Com relação às verbas públicas, acompanhei atentamente o debate que foi aqui apresentado, concordamos com o Constituinte João Calmon, que infelizmente pela limitação do tempo nós não podemos dar dados mais técnicos; seria objeto de seminários. E a ANDES tem desenvolvido se-

minários com especialistas para mostrar que, infelizmente, o que existe no País, hoje, o que é permitido pela Constituição atual é a manipulação de verbas públicas para serem destinadas para as mantenedoras, para as escolas particulares, de uma maneira geral.

De forma, Srs. Constituintes, tanto através de subsídios fiscais, tanto através de dotações diretas que são pequenas, quando comparadas aos outros mecanismos, que não passariam hoje de 2% do orçamento — uma pergunta do Constituinte acabava de fazer no debate anterior — mas, mais do que isso, o MEC vem sistematicamente adotando, desde a época do regime militar, e o seu atual titular fala isso com frequência, a política de ampliar as verbas públicas para as escolas particulares, através de programas específicos de apoio indireto, de compra de equipamentos, de computadores, de montagem de laboratórios nas escolas particulares. Na verdade com isso, permitindo que as mantenedoras das escolas particulares, deixem de fazer aquilo que o próprio nome que elas têm deveriam fazer — exatamente manter as universidades. Em contrapartida, o Estado, numa política determinada e predeterminada, drena os recursos das escolas públicas e drena os recursos da universidade pública — que todos conhecemos a crise que passamos hoje na universidade, amplamente denunciado e os Srs. Constituintes são testemunhas, e a sociedade civil brasileira se colava ao lado dos professores, testemunhas da luta pela universidade pública — numa política premeditada drena recursos de um lado para passar indireta ou diretamente para a escola particular.

É por isso que nós temos hoje um fenômeno misterioso que precisa ser denunciado e esclarecido. Enquanto já tivemos em épocas anteriores, como em 73, o orçamento do ensino superior público com um percentual de verbas mais elevados, do qual a relação de verbas de custeio para financiamento da universidade era de 38,5% — numa época em que não existia João Calmon, e numa época em que o MEC detinha o segundo menor orçamento da União, nós assistimos hoje a um fenômeno misterioso de as verbas do Ministério da Educação terem saltado do penúltimo lugar para o segundo maior orçamento da União, em função da arrecadação da receita tributária e — passem todos que não sabem esse dado — as verbas para a universidade pública terem decrescido com relação aos anos anteriores. Temos, hoje, apenas 10% das verbas totais da Universidade utilizada para custeios e os outros 90% de pessoal. Será que é muito essa verba? Será que é uma distorção? É claro que há uma distorção. Quando padrões internacionais definem esse número por volta de 30%, temos hoje 1/3 desse valor utilizado no Brasil, e todos sabemos que os salários de docentes e servidores são absolutamente lamentáveis; e por serem lamentáveis, o volume de verba salarial também é baixo. Não é que o volume de verbas é alto, por isso a verba de custeio é baixa; é porque os dois valores são absolutamente inadequados quando se pretende uma universidade pública de competência, como todos os Constituintes certamente querem.

Gostaria de concluir, justificando a minha ausência a partir dos debates, porque a Professora passará a discutir com os Srs. Constituintes todas as questões que forem apresentadas. Justifico fa-

zendo um agradecimento, justifico a minha saída porque desde às 9 horas e 30 minutos da manhã o Sr. Ministro da Educação nos aguarda para discutirmos as tabelas salariais decorrentes desse processo de greve de um mês — processo esse que foi certamente garantido pela determinação dos docentes, dos 99,2% de professores de toda a rede federal paralisadas integralmente. E esta disposição de negociação a partir de hoje, certamente com o apoio dos parlamentares, em particular os desta Subcomissão, que estiveram ontem com o Sr. Ministro e outros Constituintes das duas Casas, uma comissão de 27 Constituintes, foi decisiva para a mudança de postura que até então era intransigente, definitiva, final, radicalizada do Sr. Ministro da Educação.

Então, por conta disso, vamos negociar. Existem dois interlocutores hoje, na falta de um anteriormente, nós temos dois: Secretário de Educação Superior e Secretário-Geral do MEC.

Peço licença para me ausentar, agradecendo o trabalho decisivo feito pelos Srs. Constituintes — os dois que estão presentes à Mesa, os Constituintes João Calmon e Hermes Zaneti, assim como os Constituintes Octávio Elísio, Pedro Canedo, Florestan Fernandes e tantos quantos puderem-nos ajudar nessa tarefa, pedindo desculpas por eu particularmente não poder, como gostaria de fazê-lo, responder diretamente às perguntas, mas me sinto, a ANDES se sente totalmente representada pela sua Diretora, a educadora Miriam Limoeiro Cardoso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradeço ao Professor Newton Lima Neto por seu depoimento, por sua contribuição valiosa a esta Subcomissão. Compreendemos perfeitamente a necessidade que tem de retirar-se nesse momento. E desejamos reafirmar, aqui, a nossa crença profunda de que o diálogo é o instrumento adequado para a solução das tensões nas sociedades democráticas e civilizadas. E reconhecendo aqui o trabalho de todos os membros dessa subcomissão, especialmente de nosso Vice-Presidente Pedro Canedo que contribuiu com esta Presidência no sentido de conseguir audiência com o Sr. Ministro da Educação, fazendo votos para que por essa via possam chegar a um bom termo.

Muito obrigado ao Presidente da ANDES, Professor Newton Lima Neto.

Temos já Constituintes incritos. Passo a palavra ao primeiro deles, o Constituinte Octávio Elísio.

Lembraria, novamente, que há 3 minutos para perguntas e questionamento, e 3 minutos para resposta por parte da entidade convidada.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Inicialmente desejo à ANDES felicidades no processo de reinício das negociações de hoje, na certeza de que é através desse processo de diálogo que podemos chegar rapidamente a uma solução; e reafirmar que os Constituintes aqui presentes vêem nesse esforço junto a ANDES um compromisso inarredável com a educação e com a universidade. Estaremos, sempre que necessário, presentes nessa busca de uma alternativa de solução que viabilize rapidamente uma proposta aceitável pelas universidades, por parte do MEC, e que leve à suspensão do movimento grevista.

Eu teria duas questões a colocar à ANDES a partir dessa exposição feita aqui.

A primeira delas é a questão de propostas objetivas da ANDES com relação à questão da valorização do docente dentro da Constituição. Entendemos não ser possível que o Estado garanta educação pública de boa qualidade, sem que isso passe por uma política docente.

A segunda opção é: quais as propostas da ANDES, no que se refere à democratização da gestão da educação no País?

A SRA. MIRIAM LIMOEIRO CARDOSO — Em primeiro lugar quero externar a minha satisfação de estar aqui, neste momento, representando a ANDES, na impossibilidade da permanência do nosso Presidente.

No que diz respeito à valorização do docente — quer dizer, as nossas propostas em relação à valorização do docente — creio que antes de mais nada é indispensável colocarmos que a ANDES luta não só junto com os docentes das universidades públicas como com os docentes das universidades particulares. E a nossa pretensão é a de que essa luta se encaminhe no sentido de elevar o patamar da universidade naquilo que nós chamamos “padrão unitário de qualidade”.

Não é possível a gente continuar convivendo com uma situação em que apenas um pequeno número de universidades conseguem algum tipo de recurso para ter o seu trabalho de pesquisa além de extensão em trabalho de ensino, e a grande maioria das instituições de ensino superior no País trabalham de uma maneira estritamente precária, sem a possibilidade da produção do saber que é tão necessária a uma Nação como a nossa.

Então, a primeira proposta é no sentido de que possamos ter mecanismos capazes de estabelecer um padrão de qualidade sem o qual não podemos reconhecer que as instituições de ensino superior de fato sejam instituições de ensino superior, de fato possam alcançar um patamar universitário, portanto, trabalhando sobre o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; entendendo que o ensino não pode continuar a ser tratado como mercadoria ou como pseudomercadoria, alimentando um mercado em que o ensino e a produção do saber são utilizados em termos de negócios e de rentabilidade muito alta desse negócio.

Esses padrões, é claro que nós entendemos que é diversa a situação no que diz respeito à escola privada e à escola pública. A nossa luta é para que haja uma ampliação efetiva, uma política real de ampliação das universidades públicas, da rede pública de uma maneira geral, e queremos que nessa rede pública o magistério seja contemplado com o plano de carreira, com carreiras unificadas, em que se garanta isonomia salarial — posso, inclusive, verificar como é que é a plataforma que a ANDES apresenta. O magistério público dos diversos níveis deve estar organizado sob as carreiras unificadas, garantindo-se a isonomia salarial, o provimento de cargos e funções por concurso público de títulos e provas, salário e condições de trabalho dignos, aposentadoria com proventos integrais e direito à sindicalização. Entendemos que sem o cumprimento dessas questões, sem que nós tenhamos padrões de avaliação que não permitam o acesso e a progressão na carreira sem ser através de critérios

públicos e democráticos e plenamente aberto de avaliação, e estritamente acadêmico de avaliação, não poderemos alcançar esse patamar mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado!

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gumercindo Milhomem.

O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM — Eu também vou ter que me retirar daqui a pouco, e até quero esclarecer aos outros companheiros de luta que estão, hoje, aqui acompanhando os trabalhos. Estou aqui nesta Subcomissão na condição de suplente e pertenço ao trabalho de uma outra Subcomissão que tenho que estar acompanhando também, e por isso vou precisar me retirar daqui a pouco.

Do que já foi dito aqui, hoje, nos últimos minutos especialmente, podemos depreender uma situação muito grave; porque foi dito uma taxa percentual, ou algumas taxas, oscilando entre 60 e 70%, destinada ao ensino superior, depois foi questionado que talvez essa taxa esteja acima de 80%. Foi lembrado, ao mesmo tempo, o fato de que anteriormente as verbas aplicadas na área do ensino, da Educação vinha decrescendo, e que elas aumentavam substancialmente com a aprovação da Emenda Calmon. E, no entanto, segundo fomos informados, decresceram as verbas destinadas às universidades nos últimos anos.

Então, aí um problema muito sério a ser resolvido; até gostaria de sugerir aos membros da Subcomissão, à Presidência, ao Sr. Relator que informásemos ao Sr. Ministro da Educação desta situação embaraçosa, em que nós nos encontramos que ele trouxesse, quando aqui viesse, informações muito precisas a respeito da destinação desses recursos.

Foi dito, por outro lado, que apenas 2% desses recursos são destinados ao ensino privado. Então há alguma coisa realmente que precisa ser esclarecido e acredito que com muita urgência.

Dentro desta mesma linha e daquilo que eu já havia perguntado anteriormente ao pedido do depoimento da Associação Nacional de Educação, lembrando mais uma vez a discussão que aqui já se instaurou a respeito não apenas dos percentuais, mas das destinações das verbas públicas para resolução dos problemas graves da Educação — que no entendimento de uma parcela dos Constituintes aqui deve ser através da destinação exclusiva para as redes públicas — de um questionamento que foi levantado, aqui foi dito que o ensino público é muito caro, que ele chega a custar mais de quatro vezes o que custa o ensino privado.

Gostaria de ouvir também da ANDES seu depoimento a respeito desta posição, qual a argumentação que fundamenta, do ponto de vista dos professores da Universidade, a destinação das verbas públicas para o ensino público e como eles a vêem na prática — porque já vimos que a questão das estatísticas é uma questão de difícil compreensão — como eles vêem na prática essa afirmação de que o ensino público é muito mais caro que o ensino particular.

O SR. PRESIDNETE (Hermes Zaneti) — Gostaria de solicitar a V. Ex.\* que redigisse as sugestões a serem encaminhadas ao Sr. Ministro — porque já fizemos isso ao Sr. Ministro da Cultura; através da assessoria da Subcomissão faremos chegar

à Assessoria do Ministro da Educação as questões que esta Subcomissão gostaria de ver esclarecido.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Gostaria de pedir ao Constituinte Gumercindo Milhomem que ao solicitar estas informações não se esqueça de pedir ao Ministro que nos traga qual foi o balanço financeiro do Ministério no ano passado. Não bastam recursos definidos em orçamento, é importante saber o que foi realizado desse orçamento.

Isto é relevante. Sabermos que os orçamentos em geral carregam recursos do pessoal porque, esses são rígidos, mas depois não realizam aquele orçamento previsto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.\*

Tenho certeza que o Constituinte Gumercindo Milhomem vai incorporar seu pedido à solicitação.

Com a palavra a Professora Miriam Limoeiro Cardoso

A SRA. MIRIAM LIMOEIRO CARDOSO — Como bem colocou o Constituinte Gumercindo Milhomem e já havia colocado anteriormente o Constituinte João Calmon, há uma dificuldade enorme de obtenção de informações precisas no que diz respeito à Educação.

É necessário tomar providências como essas, que esta Subcomissão está tomando, no sentido de conseguir esses informes precisos e rapidamente.

No entanto, mesmo a análise das estatísticas às quais é possível ter acesso, tem permitido que se façam estudos que são muito reveladores.

Acho que cabe insistir nesse dado que o Newton Limoeiro Neto mencionou anteriormente, que é fruto de uma comissão da ANDES e que mostra as distorções ocorridas no processo em que o MEC passa seu segundo orçamento — o Ministério dispõe de segundo orçamento — e apesar disso se tem uma redução tão drástica de verba que é destinada a custeio e capital.

Esses estudos também revelam que há certos dados interessantes, que despertam a nossa curiosidade sobre fatos que ocorrem, por exemplo, no ano de 82, 86 — que é fácil a gente lembrar que tipo de especialidade cabe a esses anos.

No caso, acho que não dispomos nem mesmo de tempo para descer a esses detalhes, mas estamos editando na ANDES um caderno que é fruto do Seminário de verbas que nós fizemos com a participação do Senador João Calmon; na próxima semana ele deve estar editado e vamos distribuí-lo imediatamente, quer dizer, tão logo ele esteja editado vamos tomar o cuidado de distribuí-lo a esta Subcomissão.

Quanto à questão de o ensino público ser caro, esse comentário me parece extremamente importante que seja feito neste momento: Qual é o sentido que entendemos deva ter a Cultura, e, portanto, a Educação, num país civilizado?

E a questão que se coloca, a meu ver prioritariamente, é a importância decisiva do saber sobre a realidade, do saber crítico sobre a realidade, todas as vezes em que se tenha um mínimo de preocupação de que este saber possa e, portanto, deva ser utilizado na ação concreta sobre a realidade.

A questão que está colocada aí é necessariamente a questão da soberania. Um país que tem a preocupação com a sua soberania no campo

da Cultura, da Ciência, da Tecnologia e da arte, é um país que tem de aplicar seus recursos na Educação; e é claro que esse tipo de preocupação não pode ser contemplado se nós temos que essa educação é uma educação privada, uma educação tratada em termos de empresa.

Apenas concluindo, já que esta é uma questão muito fundamental e gostaríamos de poder discorrer sobre ela: a nossa proposta vai no sentido de que esse tipo de questão só pode ser atendida pela escola pública, e é por isso que defendemos que não haja canalização de recursos públicos para a escola privada, na garantia de que a Educação cumpra essa função fundamental ligada, por exemplo, à questão da soberania.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigada, Professora.

Com a palavra o Constituinte Bezerra de Melo.

O SR. CONSTITUINTE BEZERRA DE MELO — Professora Miriam Limoeiro Cardoso — Sr. Presidente, Sr. Relator, tenho meditado bastante durante as exposições que foram feitas, tanto pela ANDES quanto pelo Sr. Presidente da ANDES.

Tenho também prestado muita atenção nas indagações dos Srs. Constituintes a respeito de problemas educacionais dos mais graves que aqui são colocados. E o debate me parece que se resume em torno da dicotomia escola privada e escola pública, como se a escola privada fosse a negação da escola pública e vice-versa: como se a escola pública fosse a negação da escola privada. Estamos trabalhando com dois dados muito importantes que têm um inter-relacionamento muito estreito, porque o destinatário final, tanto da escola pública quanto da escola privada, é o homem, é o aluno — e a este homem, a este aluno, acredito que tanto a escola pública quanto a escola privada devam envidar todos os esforços para educá-lo. Se a educação é um direito de todos, e aí nós entramos já numa questão filosófica, se a educação é um direito de todos, acho que ela é também um direito da família e a família pode escolher o tipo de educação que bem desejar para o seu filho.

De maneira que esta briga, esta luta, esta dicotomia entre escola pública e escola privada me parece que não leva a nada. Mesmo porque, falando-se em verbas da escola, as verbas destinadas para a escola particular não existem, elas são tão parcas, tão exiguas que eu, por exemplo, que sou o reitor, o chanceler de uma universidade privada, até hoje estou por ver durante 15 anos a cor do dinheiro do Ministério da Educação — primeiro, porque nunca pedi e, segundo, porque estas verbas são tão exiguas, são tão pequenas que não vale a pena pedir.

A manutenção da escola privada parece-me que deva ser de exclusiva responsabilidade da escola privada, e aí estou de acordo até com a exclusividade de verbas para o ensino público.

Gostaria de terminar, porque o tempo é muito exíguo, colocando uma outra questão. Apesar de apoiar a ANDES em todas as suas reivindicações feitas no momento ao Ministério da Educação, eu discordaria da questão do ensino laico. Como é que num País cristão, eu já nem digo católico, mas cristão, de reconhecido cristianismo, se pode falar em ensino laico. Acho que a fundamentação dessa laicidade do ensino deveria ser muito bem feita para que pudéssemos

sobre ela nos debruçar para discutirmos. É um assunto importantíssimo, que eu gostaria de esclarecimentos a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V.Ex.<sup>a</sup>

Com a palavra a Professora Míriam Limoeiro Cardoso.

A SRA. MÍRIAM LIMOEIRO CARDOSO — Sem dúvida, Constituinte Bezerra de Melo, que a educação é entendida por nós como sendo um direito. E já que ela é um direito e é um direito de todos, defendemos a educação de qualidade para todos, em todos os níveis. No entanto, quando o nobre Constituinte fala no homem e na família, a pergunta que sou obrigada a me fazer e socializar aqui nesta conversa, é de que homem estamos falando, de que família estamos falando. Há homens e homens, famílias e famílias. A escola particular deve existir sendo que tudo necessário em termos da sua existência, economicamente, financeiramente deve ser sustentado por aqueles que estão ligados a ela. O Estado não tem nada a ver com isso. As verbas públicas são só para as escolas públicas. E o nobre Constituinte concorda com isso. O que vemos é que a escola particular serve como mecanismo de discriminação a mais, nesta sociedade, que é uma sociedade profundamente marcada pela diferenciação, pela divisão, pela dominação. Com o que não podemos concordar é que a educação seja um veículo a tornar mais forte essa dominação. É por isso que defendemos a escola pública. Não é que a escola particular não possa existir. Ela pode existir. Não temos nada contra, que ela exista. No que somos contra é que as poucas verbas destinadas à educação neste País sejam de alguma maneira canalizadas para o ensino particular, que é um ensino elitizante, um ensino que serve àqueles que são os dominadores. Não podemos de forma nenhuma contemporizar com essa questão de que a exclusão da escola seja algo que nós, de alguma maneira, estejamos subscrevendo. O que está no fundo dessa questão? A profunda compreensão de que o acesso à cultura é uma questão fundamental para a humanização, é uma questão fundamental para a criação de um homem efetivo, de um cidadão efetivo, capaz de responder pelos destinos desta Nação, independentemente de ter nascido de uma família rica ou de uma família pobre. Esse acesso à cultura é questão fundamental para a escola pública. E a questão do laico, quando defendemos o laico defendemos que a escola pública seja laica, que a escola particular seja confessional, tudo bem. Aquele setor daquela confissão religiosa, qualquer que ela seja, tem o direito de dar a sua formação específica, na sua escola específica. O Estado é que não pode arcar com essa obrigação de incluir na educação o aspecto religioso. Defendemos, e defendemos intransigentemente, o direito de a escola pública ser laica. E aí a confissão religiosa cabe a uma outra instância que não essa instância da educação pública.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — muito obrigado.

Com a palavra o Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Uma das questões que eu queria esmiuçar era a das porcentagens, mas o Prof. Gumerindo Milhomem já fez outra pergunta e

nós fomos esclarecidos de que vamos ter as investigações feitas pelas ANDES a respeito do assunto. Eu sabia dessas investigações e por isso queria pedir dados, para que os meus colegas aqui ficassem mais esclarecidos a respeito.

Ainda assim, tenho duas questões que gostaria que a minha colega, que além de ser mulher de grande inteligência, é uma socióloga de grande valor, que ela discutisse, em nome da ANDES, a questão da aposentadoria aos 25 anos. Eu endosso essa reivindicação. Já declarei aqui na reunião de ontem que incorporarei essa reivindicação em termos do princípio da isonomia. Demos para falar grego, e a isonomia agora é um recurso pelo qual todos estão se batendo por determinadas formas de equidade salarial ou então de equidade de direitos.

O problema que me preocupa é o da produtividade intelectual do ser humano e o do uso do talento pela sociedade. Eu, por exemplo, comecei a ser Professor da USP com 25 anos. Se eu me aposentasse com 25 anos de serviço, aos 50 anos eu estaria à disposição do ócio com dignidade. Eu pergunto se realmente seria essa a via de colocarmos a questão, se o problema da aposentadoria não deveria ser vinculado também a outras definições, a respeito de que ela fosse fixada, se é esse o objetivo da ANDES, mas que ao mesmo tempo, se introduzisse alguma reflexão sobre o uso do talento na sociedade brasileira, ainda mais que a prof.<sup>a</sup> Míriam Limoeiro Cardoso esclareceu aqui o quanto a produção original de cultura é importante para nossa autonomia como país e para a nossa soberania política.

A outra questão que me preocupa e que eu sei que preocupa a Prof.<sup>a</sup> Míriam Limoeiro Cardoso, inclusive porque ela foi vítima da falta de infraestrutura da Universidade brasileira; no caso, era uma universidade privada: a Universidade brasileira nem sempre tem a infra-estrutura de pesquisa que é necessária, essa infra-estrutura não pode ser somente material, ela deve ser também humana. Deve haver meios de investigação e pesquisadores colocados na qualidade de pesquisadores a trabalhar dentro da Universidade. E a Universidade brasileira tem negligenciado demais essa questão da carreira dos pesquisadores. Houve uma luta tremenda em São Paulo, para conseguirmos alguns institutos, alguns centros de pesquisa e esses centros de pesquisa duraram até que a ditadura apareceu — pelo menos no caso da Sociologia.

Eu queria que a Prof.<sup>a</sup> Míriam Limoeiro Cardoso fizesse aqui um esclarecimento, que tenho a impressão que será muito importante tanto para a Educação quanto para os problemas da Cultura, que vamos ter que debater e formalizar em nosso trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Com a palavra a Prof.<sup>a</sup> Míriam Limoeiro Cardoso

A SRA. MÍRIAM LIMOEIRO CARDOSO — Antes de mais nada, é absolutamente indispensável agradecer profundamente as palavras sempre generosas do sempre Mestre Florestan Fernandes, hoje Deputado Federal Constituinte.

A questão da aposentadoria é tão importante para nós, que neste momento ela é ponto de pauta da greve das universidades federais. Como é que podemos defender essa questão, a aposen-

tadoria com proventos integrais aos 25 anos? Antes de mais nada, como eu sei que certamente concorda conosco, o Professor Florestan Fernandes entendendo o professor universitário, entendendo o professor de uma maneira geral como um trabalhador, e lutamos por condições dignas de trabalho para esse professor, para esse trabalhador intelectual, para esse trabalhador da Educação. Pelo fato de que, e eu concordo inteiramente com ele, seja necessário assegurar a produtividade intelectual do ser humano, que seja necessário pensar na infra-estrutura de pesquisa, não só do ponto de vista material, mas também do ponto de vista humano, precisamos nos dar conta, por exemplo, do que está ocorrendo hoje em termos da Educação no Brasil. O fato de as condições de trabalho serem tão precárias, como elas estão sendo, tem feito com que haja uma evasão significativa de docentes para outros setores. As condições de trabalho são tão precárias, mesmo quando estamos pensando até em termos especificamente de ensino, que não há como esses intelectuais admitirem sua permanência no interior da instituição escolar, no interior da instituição universitária.

Antes de mais nada, se temos uma preocupação com o ensino e a pesquisa de boa qualidade, com a produção do saber comprometida com a realidade social, comprometida com a maioria da população, é absolutamente indispensável garantir as condições mínimas que sejam, mas que permitam uma vida digna do trabalhador na Educação. Nesse caso, é indispensável entender que lutar por salários e lutar por verbas, assim como lutar por aposentadoria integral, faz parte dessa luta global para garantir condições de trabalho suportáveis pelo docente.

Sabemos, e acho que é importante que uma Subcomissão como esta se dê conta disso, neste momento preciso, sabemos que isso não interessa a determinados setores da sociedade brasileira — aqueles setores que se beneficiam com a situação de dependência na qual vivemos, aqueles setores para quem o saber é algo que eles gostariam de ver não ser produzido; não fosse essa razão, não seria possível entendermos a perseguição que é feita ao setor intelectual, à produção do saber mais comprometido com a realidade social.

Parece-me, concluindo, que são essas as duas questões fundamentais no encaminhamento das respostas ao Professor Florestan.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra o Constituinte Louremberg Nunes Rocha.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Professora Míriam Limoeiro Cardoso, tenho que voltar à questão das porcentagens: quer seja de 70% quer seja de 80%, o que temos verdadeiramente é que a Universidade, ainda que atendendo apenas a 30% da clientela global, absorve hoje do orçamento do Ministério da Educação pelo menos mais da metade, ou muito mais da metade, daquilo que é consignado, ao Ministério.

Mas, ao mesmo tempo, ouvimos aqui, bastante, e a Senhora mesma acabou de falar, da necessidade de ampliação da rede pública da Universidade, criar mais vagas na rede pública da Universidade; evidentemente, rede pública gratuita.

Ouvíamos, ontem, aqui, numa discussão, que não deve apenas haver igualdade no direito à escola, mas que deve haver uma preferência para os filhos dos trabalhadores, para as classes mais carentes — envolvendo isso, evidentemente o ensino básico de 7 a 14 anos e um período de 8 anos.

A Carta de Goiânia, que nos foi repassada há poucos momentos, fala que mais de 50% de alunos repetentes são excluídos ao longo da 1ª série do ensino de 1º grau; cerca de 30% de crianças e jovens na faixa dos 7 aos 14 anos fora da escola; 30% de analfabetos adultos e numeroso contingente de jovens e adultos sem acesso à escolarização básica; 22% de professores leigos; salários aviltados.

Se o Professor Florestan antes ressaltava o argumento aqui utilizado ontem, com relação ao fato de que a Universidade pública é a mais frequentada hoje por alunos de classe de maior renda, isso é um fato óbvio da realidade. Evidentemente, ele se referia à Faculdade Politécnica, e à Faculdade de Medicina que estarão lá nessas faculdades aqueles alunos evidentemente que fizeram melhor escolarização, lá em São Paulo e os de melhor classe de renda. Sendo assim, se a educação não pode ser elitista, mas se 70% a 80% dos seus recursos vão atender a uma população que pode pagar e nós temos milhões de crianças que não têm quase nada, a partir dessa educação como direito de todos e de boa qualidade, a partir do momento em que a Universidade não pode ser elitista, eu gostaria de saber da Senhora como compatibilizar essa pretensão de ampliação da rede pública na Universidade, com esse ensino e direito de todos, preferencial de todos e de boa qualidade, para esses milhões de alunos que quase nada têm em termos de recursos federais.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado.

Com a palavra a Professora Míriam Limoeiro Cardoso.

A SRA. MÍRIAM LIMOEIRO CARDOSO — Antes de mais nada, acho que é necessário esclarecer que a proposta pela qual a ANDES vem lutando é de ampliação efetiva da rede pública em todos os graus, em todos os níveis. Especificamente o nosso movimento é um movimento de docentes universitários, mas a nossa luta é mais abrangente do que isso. Não lutamos apenas pela ampliação da rede pública das universidades. Lutamos pela ampliação da rede pública das universidades e das escolas de 1º e 2º Graus, públicas e gratuitas.

É importante salientarmos que às vezes esse argumento que acaba jogando o gasto que estaria sendo feito com a Universidade como um tanto supérfluo, porque há uma carência muito grande, esconde uma questão básica, que é a de que nossa luta é uma luta pela elevação do padrão de qualidade e pela democratização do acesso — portanto, pela ampliação quantitativa da rede pública escolar em todos os graus. Os três graus são interdependentes. O caminhar do nosso movimento leva para que a nossa luta se torne uma luta conjunta.

Não é à toa que no momento da Constituinte nós formamos um **forum** de entidades ligadas à Educação e de entidades que de uma forma ou de outra têm algum tipo de vínculo com a

Educação, porque ela diz respeito aos nossos filhos, aos filhos de todos nós e, portanto, as entidades dos trabalhadores estão profundamente interessadas na educação. Não é à toa que as entidades de 1º, 2º e 3º graus se juntam numa ação comum, neste momento. É necessário que tenhamos a clareza de que formação de 3º grau é tão imprescindível num País atrasado, tão carente e tão dependente como o nosso, como a educação de 1º grau. É uma luta para conjugar os três graus e conseguir, isto sim, mais verbas para a Educação como um todo.

O que não podemos continuar aceitando é que um percentual tão baixo da nossa possibilidade orçamentária seja destinado à Educação. Em segundo lugar, acho que é necessário ter cuidado, nobre Constituinte, em relação a essa questão de um certo privilegiamento às avessas. Se nós não aceitamos o elitismo, não podemos aceitar também o elitismo às avessas, de que nós vamos beneficiar com cuidados especiais ou escolas especiais aqueles que são os menos privilegiados, os pobres, os filhos dos trabalhadores, para falar mais corretamente.

Nós lutamos pela escola unitária. Não queremos que a escola seja mais um elemento de dominação neste País. Não queremos a exclusão e não queremos a diferenciação por meio da escola, escola de certo tipo para pobre e escola de certo tipo para rico. Queremos o mesmo tipo de escola, de alta qualidade, que os filhos dos trabalhadores têm tanto direito à educação de boa qualidade quanto os filhos dos ricos.

Chamando a atenção de um ponto, para concluir, o fato de que os ricos procurem a Universidade pública é um bom sinal de que essas Universidades públicas que eles estão buscando têm melhor qualidade do que a Universidade particular, senão eles não iriam para lá.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — A Presidência fica até com dificuldades de interromper a veemência e firmeza com que a Profª Míriam Limoeiro Cardoso faz aqui a defesa das posições e convicções, o que atesta plenamente o que o nosso Presidente Newton Lima Neto disse, que a ANDES ficaria muito bem representada. Mas nós estamos aqui impostos justamente por um dever regimental.

A SRA. MÍRIAM LIMOEIRO CARDOSO — Muito obrigada e me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Passo a palavra ao Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS — Podemos esperar que na multidão dos conselheiros haja um caminho a seguir. Eu observava a Profª Míriam Limoeiro Cardoso que falava sobre o *saber crítico, sobre a realidade*.

É necessário que nós tenhamos também uma reflexão, a mais ampla possível, dentro do campo do ensino, uma vez que o colega Constituinte Bezerra de Melo mostrou um pensamento que antes eu havia colocado aqui sobre a dicotomia: se não existe simplesmente uma política entre a área pública e a privada. E depois concluímos que até em parte é salutar a política, porque isso também é democracia. Democracia é liberdade e direito para todos e a participação de todos ao mesmo tempo.

Então, em se tratando de educação é necessário que se tenham múltiplas escolhas também,

múltiplos caminhos a serem seguidos. A educação não deveria ser absorvida totalmente pela área particular, onde está inserida a ação filantrópica, que não visa fins lucrativos. Sabemos que há várias entidades educacionais de caráter filantrópico que não visam fins lucrativos — e neste instante elas não ficariam nem do lado empresarial e nem do lado público, mas ficariam dentro de uma filantropia educacional.

Isso deve ser observado também e deveria ser, inclusive, ressaltado num momento como este: como ficará uma entidade filantrópica de cunho educacional, Srª Professora? O que poderiam dar de contribuição os meios de comunicação? — que têm também a sua validade no processo de formação e que muitas vezes eles estão também *distorcidos ou desinteressados por falta de termos as premissas básicas para lhes oferecer, ou para que possamos, inclusive, dentro de uma medida coercitiva, fazer com que eles também dêem a sua contribuição na formação.*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra a Constituinte, digo, Profª Míriam Limoeiro Cardoso. Poderia muito bem ser Constituinte, porque com a veemência com que faz intervenções aqui... E a Senhora está sendo neste momento uma Constituinte, também, na medida em que há essa possibilidade regimental de participação.

A SRA. MÍRIAM LIMOEIRO CARDOSO — Prezado Constituinte Antônio de Jesus, as suas reflexões acho que precisam ser devidamente pensadas e atendidas.

Concordo que há necessidade de reflexão ampla e que é necessário garantir a possibilidade de que entidades filantrópicas exerçam aquilo que entendem que é a sua função. Nós só não concordamos que, essas entidades filantrópicas, elas o façam com recursos do Estado, quando o Estado não tem recursos para prover o ensino público gratuito, laico, de boa qualidade, competente, democrático, atendendo a toda demanda escolar potencial.

A nossa proposta é de que os recursos públicos sejam aplicados de tal maneira a que, de fato, o acesso à cultura seja um direito reconhecido pelo Estado. Então, ele oferece vagas em quantidades suficientes para que todas aquelas crianças, jovens e adultos que precisam da educação, que precisam ter acesso à cultura, encontrem essa possibilidade garantida em termos da escola pública e gratuita.

Nada impede, absolutamente nada impede, que a escola particular se mantenha, que a entidade filantrópica faça o seu ensinamento, desde que para tal ela não esteja impedindo que aquele recurso seja aplicado na escola pública.

É a única questão sobre a qual a gente não pode abrir mão, porque de outra maneira a coletividade estaria garantindo o emprego de um recurso que é da coletividade numa determinada orientação de caráter confessional, ou, em casos muito piores, em casos realmente graves, quando há mercantilização do ensino. E nós sabemos que a educação é um negócio altamente rentável neste País: por quê? Os recursos públicos são destinados a empresas cuja mercadoria é o ensino e

o saber. Com isso a gente não pode concordar. Mas, de fato, eu, por exemplo, não defenderia a estatização plena, completa.

É necessário distinguir. É o único ponto do qual não se abre mão: que enquanto a demanda por educação não esteja contemplada em termos de quantidade, nenhum recurso seja destinado para outro fim se não garantir a oferta suficiente para atender essa demanda, em termos de escola pública, gratuita, laica, de boa qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. Com a palavra o Constituinte Sólton Borges dos Reis.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — Sr. Presidente, estou-me limitando a ouvir, mesmo porque o tempo é curto e a função desta audiência é conhecer a experiência, para informar a nossa decisão, o nosso voto. Eu, então, prescindindo de qualquer oportunidade de expor experiência própria ou fazer preleção, limitando-me a ouvir.

Pessoalmente, é claro, estou à disposição para qualquer debate em qualquer oportunidade, em qualquer lugar, mas no momento acho que a função é esta.

Então, eu queria ouvir da Profª Míriam Limoeiro Cardoso como é que ela considera a posição da ANDES, em face da prioridade nacional da educação?

Como todos, ou quase todos, lutamos pela prioridade nacional da educação, como ela coloca, dentro dessa prioridade, a prioridade que entendemos deva ter o ensino básico.

Para a ANDES, dentro da prioridade nacional para a educação, é também o ensino básico uma prioridade número um, dentro da prioridade nacional para a educação?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. Com a palavra a Profª Míriam Limoeiro Cardoso.

A SRA. MÍRIAM LIMOEIRO CARDOSO — Prezada Constituinte Sólton Borges dos Reis, sim, dependendo de como se entenda ensino básico. Faz parte, por exemplo, da nossa plataforma na ANDES, a luta para que seja possível recuperar e na maior parte das vezes, fazer com que passe a existir a universidade enquanto espaço privilegiado da produção do saber básico. E portanto eu posso me permitir um entendimento desse ensino básico de maneira tão flexível e abrangente de modo a atender a pesquisa básica.

E para falar de maneira muito rápida, embora isto seja difícil para alguém da minha área porque a questão é complexa, num País dependente como é o nosso, e tendo a preocupação pela efetiva formação daqueles que vão formar, duas são as questões: uma é a preocupação com a soberania científica, tecnológica, cultural, artística do País, e portanto rompendo com laços muito antigos de dependência; e outra é o entendimento de que o ensino básico, para que ele seja de boa qualidade, precisa ser administrado por alguém que esteja bem informado — e é isto que permite a compreensão da integração dos três graus do ensino. Então, o privilegiamento de um dos graus significa, necessariamente, a impossibilidade da própria reprodução desse ensino básico, a largada para o futuro. Quer dizer, no caráter de reprodução dele, é absolutamente indispensável que

a gente compreenda a necessidade do bom ensino do 2º grau, do bom ensino do 3º grau, até para garantir o bom ensino chamado básico, o bom ensino de 1º Grau. Então neste sentido, um país como o nosso se não pode dar ao luxo de perder tempo para investir no ensino e na produção do saber efetivo da nossa realidade, de maneira crítica e nossa. É uma tolice a gente tentar reverter uma situação andando para trás, no sentido de atender apenas aquilo que se considera o mínimo do mínimo. Nós somos um País que tem potencialidade, especialmente potencialidade humana. E nós somos uma prova disto; nossos movimentos são uma prova disto. Nós temos potencialidade humana na qual temos que investir, para que possamos pelo menos olhar para o futuro em educação — porque educação é investimento para o futuro. Com o que a gente não pode concordar é que ela seja investimento para render lucros imediatamente, uma forma mercantil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ubiratan Aguiar.

O SR. CONSTITUINTE UBI RATAN AGUIAR — Profª Míriam Limoeiro Cardoso, a cada reunião desta Subcomissão me venho da proposta que é encontrada em todos os documentos das entidades de classe na área de educação — e aqui, só para exemplificar, nesse que nos foi distribuído agora, a Carta de Goiânia, que diz: "Os recursos públicos destinados à Educação serão aplicados exclusivamente nos sistemas de ensino criados e mantidos pela União, Estados e Municípios". Isso me convence, mesmo porque, em que pese o trabalho desenvolvido pela ANDES, na busca desses percentuais na transparência dos orçamentos do MEC, os depoimentos aqui, hoje, de companheiros nossos e das entidades, nos dão conhecimento de que esta Subcomissão vai chegar realmente a um consenso, a uma realidade. Se de um lado é irrisório o percentual destinado à escola particular, com total desnecessidade de se recorrer a esses recursos, já porque eles são insignificantes, como foi também aqui o depoimento do meu nobre companheiro Constituinte Bezerra de Melo, se exíguo, se pequeno, se insignificante para a escola particular, ele será significativo para a escola pública que precisa da concentração de todos esses recursos para a manutenção de seus sistemas de ensino.

Mas eu queria formular diretamente à nobre Profª Míriam Limoeiro Cardoso uma indagação. Em todos os documentos que eu tenho compulsado tenho encontrado a seguinte proposta: "Será definitiva a carreira nacional do magistério abrangendo todos os níveis, e que inclua acesso com provimento de cargos por concurso, salários dignos e condições satisfatórias de trabalho".

Ontem, tivemos oportunidade, Professora, de discutir aqui a necessidade de informalmente esta Subcomissão, após concluído o seu trabalho constituinte, de se reunir, de maneira informal, para cuidar da elaboração da legislação ordinária, da legislação complementar; que após a promulgação da Carta Magna, esta Subcomissão, constituída também de educadores, de pessoas identificadas com a causa da educação, já proporia a legislação ao Congresso Nacional, para que não

houvesse um hiato entre a norma constitucional e a lei complementar.

Gostaria de saber qual o pensamento da ANDES a respeito desse tópico da definição dessa carreira, se já há uma proposta concreta que pudesse nos chegar às mãos como forma de nos orientar, de informar na elaboração dessa legislação ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. Com a palavra a Profª Míriam Limoeiro Cardoso.

A SRA. MÍRIAM LIMOEIRO CARDOSO — Pois não, nobre Constituinte Ubiratan Aguiar. O art. 13, da nossa proposta educacional, da plataforma, que nós vamos distribuir a seguir, na forma de separata pelo menos para os constituintes aqui presentes, apresenta o nosso ponto de vista já sob a forma de proposta.

Estamos absolutamente convencidos da necessidade de que tenhamos, ainda que sob a forma de legislação complementar, parece que é a forma adequada, a especificação de carreiras unificadas, não só em termos da defesa das condições de trabalho dos professores, de todo o magistério, e em especial do magistério público, mas muito particularmente com uma preocupação de garantir a alta qualidade do exercício desse magistério. Então é indispensável, neste sentido, que não continuemos a ter prática tão comuns no País de formas de acesso e de formas de progressão na carreira — quando esta carreira está estabelecida — que não sejam através de critérios acadêmicos, públicos e transparentes. É por isso, que nós defendemos que haja concurso; não só que o acesso à carreira se dê por concurso, mas a progressão na carreira se dê por concurso. Podemos admitir múltiplas formas de compensação financeira, por exemplo: compensação em termos de progressão horizontal em que se possa prescindir do concurso, mas a nossa luta é no sentido de que toda a carreira seja atravessada por critérios, e a forma que se nos apresenta neste momento como a mais adequada a garantir competência por critérios acadêmicos, públicos e transparentes, é o concurso. Então nós não abrimos mão dessa proposta na defesa da qualidade, sabendo que com isto a gente está fazendo investimento efetivo no que vai ser a educação quando isto for feito em termos nacionais. Quer dizer, porque tenhamos carreiras unificadas nacionalmente, para evitar essas distorções de que determinadas regiões por força de uma série de circunstâncias de caráter regional mesmo, se colocam tão distanciadas de certos centros e eles sozinhos passam a ser o centro de radiação.

Neste sentido a gente defende a excelência, mas a gente quer que a excelência possa ser alcançada pelo conjunto, e não a excelência localizada num ou dois ou três lugares.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra o nobre Constituinte Pedro Canedo.

O SR. CONSTITUINTE PEDRO CANEDO — Profª Míriam Limoeiro Cardoso, tal como o Constituinte Sólton Borges dos Reis, também estou-me limitando a questionar evitando de emitir a minha opinião, em função principalmente do tempo. Temos conhecimento da proposta, e já temos inclusive à mãos cópias destas propostas de alguns constituintes, encaminhadas à Mesa da Assem-

bléia Nacional Constituinte, suprimindo o exame vestibular. Tive a oportunidade de ler praticamente todas estas propostas e gostaria de saber qual a visão que a ANDES tem a esse respeito, em sendo uma posição favorável a estas propostas que suprimem. Apesar de o tempo ser exíguo gostaria de ouvir a sua justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. Com a palavra a Profª Miriam Limoeiro Cardoso.

A SRA. MÍRIAM LIMOEIRO CARDOSO — A questão do vestibular é uma questão que vem sendo debatida no interior do movimento docente e que ainda não chegou ao ponto consensual de se estabelecer como forma de bandeira, especificamente. No entanto, entendemos que esta é uma questão que diz respeito especificamente à questão mais geral do acesso ao saber, no caso o acesso à Universidade.

Eu aproveito para fazer um gancho com a resposta que não pode ser dada, em razão do tempo, ao Constituinte Octávio Elísio sobre democratização, porque, esta sim, é uma proposta fundamental, é um eixo fundamental do nosso conjunto de propostas em termos de democratização do ensino e da produção do saber. Entendendo a questão do vestibular fazendo parte da democratização do acesso; em geral defendemos a proposta de que se consiga avançar significativamente na democratização. Esta democratização não é entendida só em termos de acesso, mas, como está no manifesto que o Fórum publicou como um dos eixos de sua plataforma, a democratização se refere a acesso, a permanência e a gestão. Quer dizer, nós entendemos que não basta permitir que o aluno, em qualquer nível, entre na escola: é absolutamente indispensável criar condições e mecanismos para que ele permaneça na escola e nela permaneça com o rendimento adequado; e é absolutamente indispensável, até para garantir no caso da Universidade, a autonomia efetiva pela qual lutamos, é absolutamente indispensável garantir a democratização da gestão da escola. Então, a nossa luta, em termos também de plataforma, é no sentido de que todas as funções de direção estejam preenchidas por eleição direta e secreta, com a garantia da participação de todos os segmentos envolvidos nessa comunidade — então, no caso quando se está referindo a 1º grau, inclusive os pais; no caso da Universidade, que é, o nosso campo próprio de atuação, incluem-se necessariamente professores, estudantes e funcionários como mecanismo de fazer representar também a comunidade aí. Tal é a preocupação básica, o eixo fundamental de toda a plataforma de que esta democratização seja garantida com meios inclusive de poder permitir o funcionamento da autonomia universitária pela qual também nos batemos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Antes de passarmos a palavra para o próximo constituinte inscrito, como Presidente cumpro a obrigação de lembrar a esta Subcomissão que, por sua própria decisão, nesta reunião ainda teremos mais quatro entidades a serem ouvidas.

Com a palavra o Constituinte Chico Humberto.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO — Também eu gostaria de me congratular com a brilhante exposição, apesar de eu não ter chegado

a tempo, no início da sua exposição, Profª Miriam Limoeiro Cardoso, não só por minha participação mas por saber que aquilo que se defende, que se propõe encontra consonância justamente junto aos professores.

Aceitamos e adotamos até como nossa, a proposta feita com a Carta de Goiânia, com uma observação apenas: que discordamos quanto ao volume de recursos, da União. Assim como os municípios e os Estados, que hoje aplicam 25% do seu orçamento, achamos que a União também deveria entrar com igual parcela, ou seja, esses 25% da União — e talvez fizessem os proventos necessários para que nós tivéssemos mais vagas nas escolas superiores, e aí sim, poderíamos acabar até com o famigerado vestibular, que levantou o Constituinte Pedro Canedo, porque teremos mais vagas nas nossas escolas.

Em segundo lugar, defendemos a assistência ao estudante, uma assistência financeira para que ele não sofra solução de continuidade na sua formação e essa assistência seria logicamente para alimentação, para transporte, vestuário, inclusive livro didático.

E como terceiro item, nós teríamos ainda a defesa do livro didático, no mínimo uma permanência de cinco anos para as escolas de 1º e 2º graus, para que não houvesse a disputa financeira, para que não houvesse o enriquecimento de editoras, que estão no mercado na verdade não para produzir um livro didático, até pelo seu conteúdo, pelo seu papel; teríamos defesa para permitir que o aluno do 1º e 2º grau possa ter nessa imutabilidade do livro, condições de que seus irmãos permaneçam estudando nos mesmos livros. E ainda teríamos que dizer sobre a discriminação que hoje é feita nos livros didáticos brasileiros, quando trata da mulher e quando trata do negro, principalmente. Temos que acabar com esta discriminação, se quisermos resgatar para o Brasil a educação que propomos: uma educação com igualdade — como bem afirmou uma senhora aqui — em que haja preferência por qualquer categoria, em que não haja castas dos cidadãos brasileiros, que não façamos da educação mais um motivo de discriminação, que não tenhamos escolas elitistas, escolas segregacionistas, escolas discriminatórias, escolas que se propõem a preencher uma lacuna naquilo que o Governo não tem condições de fazer mas que, na verdade, são, antes de tudo, balcão de venda de diplomas — com cursos até por correspondência — e, muitas vezes, uma fábrica de fazer dinheiro, porque eu conheço várias escolas fantasmas que recebem as subvenções estaduais, federais, que recebem as suas bolsas de estudo, e que na verdade não têm um só aluno nas suas classes. Fica aqui o meu depoimento, meu agradecimento pela vinda de todos, e a minha apreensão, acima de tudo, de que podemos ganhar esta batalha nesta subcomissão, mas podemos perder a guerra no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra a Profª Miriam Limoeiro Cardoso.

A SRA. MÍRIAM LIMOEIRO CARDOSO — De qualquer modo a luta vai valer a pena; ela é uma luta tão importante, que nós temos de ir em frente com ela, e acredito que possamos alcançar significativos resultados, inclusive amparados pelo trabalho desta subcomissão que já mostra para onde

que se destina. Temos concordância em quase todos os pontos, em relação ao volume de recursos da União, as nossas propostas (elas) dizem respeito ao mínimo; quer dizer, já que há tanta dificuldade de aceitação da emenda do nosso Senador Emenda, que pelo menos a proposta da Emenda Calmon possa estar presente na Constituição, que se encontre um mecanismo de garantia no seu funcionamento, pelo menos. É um mínimo, claro que nós queremos mais, mas que pelo menos isto seja garantido. E, em relação a assistência ao estudante, também faz parte de nossa plataforma sua garantia através de programas sociais específicos com orçamentação própria e que se criem as condições para que a aprendizagem se possa fazer, com permanência na escola, alimentação, transporte, tudo o mais. Quanto ao livro didático, acho que há alguma coisa a acrescentar, quer dizer, não só ele não ser descartável e, portanto, ele poder permanecer — e aí esse encaminhamento já mostra uma crítica profunda ao caráter mercantil da utilização deste instrumento da aprendizagem — mas nós temos outra preocupação além desta: é o art. 15 da proposta da Andes, em que a emissão de material didático pelo Poder Público seja submetida ao controle social e democrático da comunidade, garantindo-se a representatividade dos diferentes pontos de vista e respeitadas as especificidades regionais e culturais. Nós sabemos o quanto se usa este instrumento poderoso, inclusive poderoso também ideologicamente, mas ele é utilizado como instrumento poderoso de mercadoria a ser trocada. Nós sabemos o quanto ele é utilizado neste sentido e nós entendemos que o Poder Público tem que se posicionar em relação a isto, democraticamente, com o controle público da comunidade.

Em relação à discriminação, evidentemente que temos de denunciar todas as tentativas de escolas que segregam, discriminam o negro, as mulheres, as minorias de uma maneira geral. E isto também em termos da confecção do livro didático vai ser importante, porque nós sabemos que se ensina a ler através de histórias, em que a figura da mulher, a figura do negro são figuras sempre colocadas subalternamente e nós não podemos, como educadoras, aceitar isto

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Com a palavra o nobre Constituinte Tadeu França.

O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA — Bem rapidamente, eu queria saber de sua opinião, Profª Miriam, com relação ao percentual fixado pela União voltado para a Educação. Estamos vendo números em que as verbas, mesmo escassas, estão sendo canalizadas para o ensino do 3º grau; então gostaria de ter sua opinião sobre uma viabilização maior deste percentual global para os ensinos de 1º e 2º grau, que estariam sendo praticamente desassistidos.

Um outro ponto que eu gostaria de saber é com relação a se fixar ou não o teto básico que as universidades particulares e a iniciativa privada do ensino, por obrigação, teriam de ter como condição para funcionamento, para atender pelo menos o teto mínimo, mantido em termos de remuneração pelo Estado, para os professores, em função de critérios a nível nacional.



Outro fator: sou oriundo de uma região interiorana do Paraná; numa universidade do interior, o orçamento da universidade mantida pelo Estado é equivalente ao orçamento do Município todo. Então, como viabilizar estas condições numa universidade que tem que ser vanguarda com esse atrito, que volto a lembrar, o conflito de incumbência do Estado, União. Nós sabemos que o Estado tem maior poder de significação, tem conseguido verbas federais para a universidade federal cinco ou mais vezes superior a outros Estados. Então, são várias as opiniões que estamos colocando e sobre as quais gostaríamos de saber do seu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra à Profª Miriam Limoeiro Cardoso.

A SRA. MÍRIAM LIMOEIRO CARDOSO — Ilustre Constituinte Tadeu França, acho que cabe reafirmar a posição já defendida por nós, e pela qual vamos continuar lutando, de um encaminhamento equilibrado entre destinação orçamentária para 1º, 2º e 3º graus, e defendendo que estes três graus se integram, se complementam. E, então, é absolutamente indispensável não abrir mão da capacidade de produção e formação de quadros em nível superior num país como o Brasil. Não apenas a questão da produção saber, mas também a questão de quadro em nível superior. Por que é que teremos que permanecer com esta situação com a qual nós estamos habituados, de uma certa maneira, a conviver, de que esta formação seja uma formação tão precária dado que as nossas universidades recebem tão pouco daquele que seria o principal responsável pelo seu funcionamento, que no caso é o Estado, levando em conta a particularidade disto que se processa no interior do saber no 3º grau, que são o Ensino, a Pesquisa e a Extensão?

Então, reafirmo a nossa posição e estou perfeitamente convencida da justeza desta proposta, quer dizer, a capacidade de produção e de reprodução no ensino dos três graus; ela está integrada e deve ser compreendida de maneira integrada.

A segunda questão é proposta por V. Exª, em relação a um teto básico da iniciativa privada mantida pelo Estado. Nós somos radicalmente contrários, quer dizer, temos aí uma profunda divergência. Nós entendemos que devem ser dadas garantias para que a iniciativa privada opere como ela bem entenda. Desde que ela tenha garantidas determinadas normas que são mínimas ordenadoras, ela opera como ela bem entende, mas não com verbas públicas. O que é absolutamente indispensável, repito, que nunca é demais repetir, é que a demanda por escola pública, gratuita, seja atendida com os recursos públicos e só. Quer dizer, os recursos públicos que são tão poucos para a educação, que eles devem garantir que se ofereça escola pública, gratuita de boa qualidade laica àqueles que dela precisam. A iniciativa privada, ela faz conforme ela queira, ela tem os seus próprios padrões, de acordo com o pensamento que norteia a empresa privada, que é o pensamento mercantil, não podemos fechar os olhos para a realidade dentro da qual nós vivemos; mas este pensamento mercantil e esta prática mercantil sustentados pelo Estado, num país onde temos tamanha carência de educação pública para aqueles que precisam e com a qual não podem de maneira nenhuma arcar, garantidos

os padrões que só a escola pública pode oferecer, nós somos contra a prática desse financiamento, esse repasse de dinheiro para a escola privada, em qualquer nível. E mais, no que diz respeito à universidade nós somos absolutamente contrários a que mantenedoras tenham ingerência acadêmica no trabalho acadêmico da universidade; defendemos intransigentemente os princípios democráticos e então que esta questão seja uma questão democrática. E a questão acadêmica cabe preferencialmente àqueles que são os responsáveis pela parte acadêmica — no caso, é o conjunto dos professores.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra o nobre Constituinte Cláudio Ávila, último orador inscrito.

O SR. CONSTITUINTE CLÁUDIO ÁVILA — Sr. Presidente, eu gostaria de nesta breve colocação refletir sobre um ponto que eu acho que já é comum no pensamento de todos aqueles que participam desta Constituinte e que participam do ensino brasileiro: a necessidade do aumento do percentual de verbas aplicadas na educação.

É até a posição da Andes de no mínimo manter os 13% da Emenda Calmon.

Agora, em todos os documentos, em todas as referências que têm sido feitas e este assunto, eu não conheço os dados que fundamentam a fixação de determinado percentual, inclusive o nosso Constituinte e companheiro Chico Humberto tem uma meta de 25%, e eu não conheço ainda seus estudos para fixar-se exatamente neste número. Mas minha pergunta é no sentido de obter uma colaboração que talvez a Andes pudessem dar à nossa Subcomissão.

A Senhora acredita que haveria fórmula de a Andes contribuir com a nossa Subcomissão estudando critérios que nos possam levar à fixação de um patamar de aplicação de recursos fundados em dados — porque a simples estipulação de um determinado valor do orçamento para que daí seja rateado entre os ensinos de 1º, 2º e 3º graus, pura e simplesmente aleatoriamente, me parece que fica uma posição até difícil de ser defendida. No momento em que tivermos a possibilidade de apresentar, em face dos levantamentos, o percentual mínimo capaz de atender às necessidades básicas da educação, eu creio que todos nós teremos condições mais amplas de fazer um trabalho sobre este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra à Profª Miriam Limoeiro Cardoso.

A SRA. MÍRIAM LIMOEIRO CARDOSO — O que eu posso adiantar neste momento é que a Andes constituiu uma equipe de trabalho, muito preocupada em criar competência no interior do movimento docente, não só para levar uma discussão política sobre a questão, mas para ser capaz de fazer encaminhamentos técnicos relevantes sobre a questão. Esta equipe está trabalhando e uma das primeiras coisas que foi possível conquistar foi a realização de um I Seminário sobre verbas para a Universidade, que fizemos antes do nosso último Conselho Nacional de Entidades. Este seminário contou com a participação não só desta equipe mas especialmente de especialistas na área, com a presença e a colaboração importantíssima do Senador João Calmon — e nós estamos publicando o resultado desse I Seminário

como forma de contribuição. A equipe continua trabalhando, a gente continua tendo formas de desenvolvimento; até as negociações agora em relação a nossa greve, vão facilitar isto. O nosso compromisso é o de trazer este caderno, tão logo esteja impresso, o que deve acontecer na próxima semana; trazer imediatamente para esta Subcomissão, serão os primeiros a receber — é uma modesta contribuição, mas achamos que é alguma coisa neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Para encerrar, ofereço a palavra ao eminente Relator Constituinte João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — A angústia do tempo não permite que o Relator e os demais Constituintes ocupem mais de 3 minutos para suas interações. Dentro deste limite, que não é por sinal o mesmo do Relator, eu aproveitaria a oportunidade para formular duas indagações. Noto que através da Carta de Goiânia, que nos foi trazida pela Ande e através do documento que também nos foi entregue pela Andes, que essas duas entidades defendem a tese da manutenção dos percentuais estabelecidos pela chamada Emenda Calmon. Gostaria de fazer um apelo, com toda a dramaticidade de que eu seja capaz, para que essas entidades não se limitem a defender este percentual. Tivemos, entre 1934 e 1967, um percentual mínimo de 10%. Houve uma mobilização de todo o universo da educação com o apoio dos membros do Congresso Nacional, e nós conseguimos o aumento de 10 para 13%.

Estou absolutamente certo de que, se nós dermos o bom exemplo, se as entidades da educação também defenderem com a ênfase e o entusiasmo e o dinamismo que lhes são peculiares, poderemos aumentar pelo menos para 15, 16 ou até para 18% — isto é absolutamente fundamental.

Devo lembrar, diante deste expoente da educação, que o Governo Federal, agora com o advento da Nova República, lançou um programa de implantação de 200 escolas técnicas federais em todo o Brasil, para o 2º grau.

Ninguém discute a necessidade de prestarmos atenção também ao segmento do 2º grau, a formação de técnicos de nível médio; por isto mesmo fico alarmado com a possibilidade de mantermos na nova Constituição apenas estes 13%, que foram uma conquista sem dúvida nenhuma, mas ainda insuficientes. Então, este é o primeiro apelo que eu faria a Andes que está na vanguarda de todas as lutas em favor da educação neste País. Aproveitaria também a oportunidade para saber a opinião da Andes sobre um dos artigos do Projeto Afonso Arinos na área de educação, na área do ensino superior. E devo lembrar que houve incompreensão da parte de alguns membros da subcomissão, quanto ao que apresentei relatando — não quero ser redundante, Relator relata, Relator não decide. Relator relata.

Quando fiz uma referência à necessidade de procurarmos apurar a média das opiniões diversas sobre a aposentadoria, eu não me estava posicionando contra a aposentadoria aos 25 anos e nem contra a inclusão destes dispositivos na Constituição. Aos Parlamentares de primeiro mandato, devo lembrar que eu, Senador João Calmon, votei a favor da inclusão deste artigo na Constituição atual, fixando o direito dos profes-

sores à aposentadoria. Então, quando faço uma pergunta, não manifesto opiniões; apenas formulo indagações em busca de luzes expoentes da Educação.

Mas este artigo que vai provocar controvérsias, sem dúvida nenhuma, eu gostaria de lê-lo para saber qual seria a reação da Andes.

No art. 390 diz assim:

"O acesso ao processo educacional é assegurado:

1º — Pela gratuidade do ensino em todos os níveis.

2º — Pela adoção de um sistema de admissão nos estabelecimentos de ensino público que, na forma da lei, confira a candidatos economicamente carentes, desde que habilitados, prioridade de acesso até o limite de 50% das vagas."

Em homenagem à nossa premência de tempo eu meu limito a fazer um apelo à ANDES e a formular esta indagação sobre a qual é a sua tendência com relação a esta sugestão, a este dispositivo do chamado Projeto Afonso Arinos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra a Professora Miriam Limoeiro Cardoso, por três minutos, para sua intervenção atual.

A SRA. MÍRIAM LIMOEIRO CARDOSO — Admito, Constituinte João Calmon, que nós da ANDES, bem como das áreas de outras entidades que hoje compõem o fórum da educação na Constituinte, tenhamos sido excessivamente tímidos ao manter o patamar da Emenda Calmon em termos de proposta de verba para a educação. Tenho certeza de que todos nós apontamos que esse era o mínimo e que todos nós estaremos muito contentes de ver a possibilidade de, sem perder a objetividade, sem perder o número do realismo político, termos uma bandeira que nos possa fazer avançar neste sentido. Acho que todas as entidades que compõem o fórum estão dispostas a isso, tendo discussões mais no interior do fórum.

No que diz respeito ao art. 390 do Projeto Afonso Arinos, a formulação que posso fazer é reafirmar a questão da escola unitária. Quer dizer, no princípio não queremos qualquer forma de discriminação. Em princípio queremos a educação pública, gratuita, democrática, competente, de qualidade, para todos. E se garantirmos o funcionamento da rede pública, da rede oficial gratuita para todos em todos os níveis, não precisaremos fazer nenhum tipo de discriminação em relação aos mais carentes. Além do que é uma situação profundamente constrangedora, contra a qual nós nos insurgimos, que marca uma vez mais a divisão interna da sociedade ao tentar apontar diferenciação de quem é mais carente, quem é menos carente. Conhecemos os mecanismos de como as nossas coisas funcionam em termos de vários propósitos; inclusive, institutos que foram estabelecidos. A nossa proposta é de que não haja discriminação, não haja segregação, não haja diferenciação no interior da escola; que a escola possa ser um espaço efetivamente democrático, em que, se lá fora não são iguais, pelo menos ali eles o possam ser. Nem que essa discriminação seja para amparar aqueles que seriam mais necessitados, mais desvalidos ou mais ca-

rentes. A nossa proposta é a de fortalecer a escola unitária, de fortalecer a possibilidade, em termos de qualidade, para que a escola não seja mais um instrumento de dominação, mais um instrumento de diferenciação e sim o instrumento tão importante como sabemos que de fato ela é.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado à ANDES, muito obrigado à Professora Miriam por sua brilhante participação.

A SRA. MÍRIAM LIMOEIRO CARDOSO — Nós é que agradecemos, e pediria então permissão para distribuir a separata de nossa plataforma. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com muito prazer.

Anunciamos agora a participação da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física e convidamos para participar da Mesa o seu Presidente, Cláudio Boschi.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra para uma questão de ordem, o Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Gostaria de sugerir à Presidência que ouvíssemos sucessivamente, agora, as 4 entidades que foram convidadas a participar de nossos trabalhos.

Sugiro que as perguntas dos constituintes sejam dirigidas ou a um ou a alguns dos expositores dentro do limite de tempo que nos é dado. O meu receio é que ao chegarmos ao último expositor da SBPC já não tenhamos todos os constituintes presentes, e pouquíssimas condições de aproveitar a contribuição que ele vai trazer.

A minha proposta é que os 4 expositores tenham assento à Mesa agora e façam as suas exposições, e possamos, em seguida, perguntar aos quatro simultaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Em princípio a Presidência acata a sua sugestão. Gostaríamos, no entanto, de saber se contamos com a aquiescência dos nossos convidados para este procedimento sugerido pelo Constituinte Octávio Elísio.

Percebo que o representante da SBPC concorda; percebo também a manifestação do representante da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física, que manifesta sua concorrência; a Associação Nacional de Profissionais de Administração de Educação também manifesta sua concordância, agradecemos; e da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, não há representação.

Convidamos então, com muito prazer, a Presidente da Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação ANPAE, Professora Maria Beatriz Moreira Lucy, que comparece à Mesa.

Convidamos, igualmente, com muito prazer, o representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, Prof. Luiz Antônio Cunha, que é membro da Comissão Editorial da Revista "Ciência e Cultura". (Pausa.)

Agradecemos a sugestão do Constituinte Octávio Elísio, agradecemos à Subcomissão pela

compreensão e às entidades participantes também pela sua concordância.

Pela ordem que haviam sido sorteados os seus depoimentos, vamos passar a palavra, durante 10 minutos, para cada uma das entidades, e em seguida, segundo a sugestão feita pelo Constituinte Octávio Elísio, cada constituinte usará da palavra por seu período de 3 minutos, podendo declinar especificamente o seu questionamento a uma ou mais de uma das entidades depoentes.

Com a palavra Cláudio Boschi, que é presidente da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física.

O SR. CLÁUDIO BOSCHI — Quero, primeiramente, agradecer à Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes espaço dado à Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física, na minha pessoa, particularmente ao Constituinte Hermes Zaneti que já é um batalhador conosco, principalmente junto às Associações de Professores de Educação Física do Rio Grande do Sul; ao Senador e Constituinte João Calmon, a quem temos uma admiração pessoal, por acompanhar profundamente o nosso trabalho, e uma situação muito tranqüila e pessoal também em relação ao Constituinte Octávio Elísio. E gostaríamos que ficasse registrada não só a composição da APFI — da Associação dos Professores de Educação Física de Minas Gerais, mas também da Federação Brasileira, pelo apoio que sempre deu às solicitações da Educação Física, não só a nível de Minas Gerais, como a nível de Brasil. Uma das situações que norteia o novo trabalho desta Diretoria da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física partiu de uma conversa que então tivemos com o Professor Octávio Elísio junto com o Constituinte Leopoldo Bessone que, para nossa satisfação, também é membro suplente desta Subcomissão.

Aos demais membros da Subcomissão reiteramos o agradecimento pela permissibilidade da presença da Federação.

A situação política que procuramos alinhar desde julho do ano passado, quando assumimos a direção da Federação, dentro de uma nova óptica de trabalho — não que a óptica da Diretoria anterior fosse diferente; é porque sua óptica era sem a visão definitiva da elaboração da Constituinte, da Carta Magna brasileira — era a de procurarmos fazer encontros, e é sistema normal. Procuramos mostrar ao pessoal que o maior trabalho que deveria ser feito era exatamente o de garantir esta situação para os profissionais de Educação Física, dentro de um contexto de Educação Física como educação geral, e não dentro de um contexto até então existente de uma efetiva separação, que quase tinha uma repulsa de ambas as partes.

Hoje, graças a Deus, pelo menos que seja do conhecimento dos profissionais e educadores de Educação Física, esse antagonismo já não existe: essa interação já é realidade. Em função disso, no ano passado, durante o Congresso Brasileiro de Educação Física, realizado em Tramandaí, tirou-se uma série de documentos. Houve também um Encontro em Belo Horizonte, do qual resultou a chamada Carta de Belo Horizonte. Pegamos também subsídios na Conferência Internacional de Educação Física, promovida pela Unesco, na reunião do Conselho Nacional de Entidades da Federação Brasileira de Professores de Educação

Física, dirigindo isso tudo a um documento final, do qual passaríamos à leitura:

"Proposta da FBAPEF para a nova Constituição brasileira:

A FBAPEF propõe que os princípios formulados a seguir sejam inscritos no teste educacional. A educação escolar é um direito de todos os brasileiros e será gratuito e laico nos estabelecimentos públicos, em todos os níveis de ensino.

A Educação Física, de matrícula obrigatória, constitui disciplina nos horários normais e em estabelecimentos de ensino de 1º, 2º, e 3º graus. Todo brasileiro tem direito à educação física, ao desporto e ao lazer, independente de sexo, de cor, de idade, de confissão religiosa e classe social. Compete ao Estado, com a participação dos diversos segmentos da sociedade, a estruturação da política nacional de Educação Física, Desportos e Lazer, que objetive reconhecer e atender o direito e às necessidades do povo brasileiro e todos os profissionais que com ele trabalham nas áreas citadas."

Como é bem claro na lei, as próprias colocações da Federação vão muito ao encontro, seriam quase repetitivas das duas explicações anteriormente feitas. E é exatamente porque hoje a Educação Física está englobada dentro desse conceito de educação geral, e mostrando uma situação — infelizmente é uma realidade brasileira, é uma realidade de alguns países também, não é só um caso específico do Brasil — de que área que seriam componentes da Educação Física, os setores de desportos e de lazer, devem adquirir posição superior ao seu próprio componente geral, Educação Física.

Então, quando usamos o termo Educação Física, estamos querendo exatamente mostrar que é o componente geral — e que os outros são participantes deste componente. De uma forma bem sucinta, e também para que a gente não entre num processo de repetição, é essa a proposta básica da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física, e sem querer que fique parecendo uma situação de pieguismo, uma situação de humildade excessiva para a Federação. É muito importante, para as Associações de Professores de Educação Física estaduais, a participação nesse momento, principalmente por uma batalha que se está fazendo já há alguns anos de inteiração de Educação Física na Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos ao Prof. Cláudio Boschi, e pediríamos que a constituição objetiva, redacional, inclusive, para o texto constitucional que traz, pudesse ser passado a esta Presidência para que determinássemos a sua publicação nos Aneis da Constituinte.

O SR. CLÁUDIO BOSCHI — Só a nível de esclarecimento. Já pedimos ao Sérgio que fizesse a reprodução do documento em quantidade suficiente que pudesse posteriormente ser distribuído também.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. S.

É um prazer imenso passar a palavra agora à Profª Maria Beatriz Moreira Lucy, ela que é a

Presidente das ANPAE, Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação.

A SRA. MARIA BEATRIZ MOREIRA LUCY — Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Constituintes:

É com muita satisfação que a ANAPE, entidade que congrega especialistas, dirigentes escolares e universitários, professores e pesquisadores, e quem vem desde a sua fundação, em 1961, promovendo o desenvolvimento da teoria e da prática da Administração da Educação, comparece nesta ocasião.

Através de reuniões, simpósios e cursos e da publicação de trabalhos científicos e de reflexão, tem também a ANAPE procurado estimular o avanço das idéias e da ação, comprometidas com 3 linhas básicas da nossa proposta de ação no atual momento; pela democratização da gestão da educação, e pela democratização do saber específico de Administração da Educação. Em todos os encontros, trabalhos e publicações da ANPAE, este triplo compromisso vem-se explicitando e aprofundando pela discussão de temas e problemas da educação brasileira.

No espaço da Associação, são postos em debates diferentes interpretações teóricas, políticas e experiências do cotidiano da Administração da Educação, já que ali estão o Diretor da pequena e distante escola, que se interessou e vem à Associação, quanto o Professor universitário que leciona nos cursos de formação de professores, nas Licenciaturas, quanto o Técnico do sistema de Ensino. Estão aqui, ou ali, em nossa Associação, inclusive aquelas que fazem a sua prática ou estudo de Administração da Educação, tanto na rede oficial quanto na rede privada de escolas.

Está também na ANPAE aquele que não teve oportunidade de aperfeiçoar-se, tomando-se um especialista de Administração da Educação, adquirindo uma titulação formal, mas se interessa e tem a prática na área de trabalho, como aquele que tem realizado estudos teóricos que servem hoje à produção intelectual brasileira na área, inclusive com reconhecimento no exterior, porque o Brasil é um dos países que têm avançado e participado do avanço teórico da Administração na Educação.

Faço-lhes este preâmbulo para dar-lhes uma idéia muito rápida da nossa Associação, e para deixar bem claro que as propostas, que aqui trazemos, são o resultado de uma história de mais de 25 anos em termos de Associação — de uma Associação que nasceu já durante os debates da própria legislação de Diretrizes e Bases que temos até hoje, e de uma Associação que traz propostas discutidas calorosamente e amadurecidas em uma assembleia geral, realizada em novembro último, na cidade de João Pessoa, quando realizamos o 13º Simpósio Brasileiro de Administração da Educação.

Sintetizando a contribuição da ANPAE aos Srs. Constituintes, gostaria de destacar três aspectos: em primeiro lugar, a ANPAE se posiciona, tal qual as entidades que aqui estiveram, e por isso mesmo ela também faz parte do fórum de entidades de Educação na Constituinte. A ANPAE se posiciona, absolutamente, pelo reconhecimento do direito à educação gratuita, pública, laica e de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, como um direito de todos os cidadãos brasileiros. E ao mesmo tempo reconhece, propõe e defende esse direito, coloca em igual me-

da o necessário para desse direito, que é o dever do Estado em prover e administrar no País o acesso ao ensino, a permanência nele e a sua contínua melhoria de qualidade.

Dizendo isso, introduz-se, de imediato, um segundo ponto que gostaríamos de destacar, dada a especificidade do trabalho da nossa Associação: é que o direito à educação e o dever do Estado em prover esse direito requerem absolutamente o comprometimento das verbas públicas com a educação pública em sentido de exclusividade.

Entendemos que é absolutamente necessário garantir na Constituição a explicitação dos direitos e deveres fundamentais acerca da educação, bem como os meios requeridos para o cumprimento desse direito e desse dever.

Há, sim, um dispêndio mínimo do poder público federal, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal com educação, calculado a partir da receita tributária e que inclui a receita de impostos e transferências; isso deve ser fixado na constituição, em nossa opinião.

Sugerimos, acompanhando decisão das outras entidades, que o mínimo a ser assegurado é o que hoje temos consagrado através da emenda Calmon. Certamente que a aplicação destes recursos nos dá alguns dados indicadores da necessidade de que se entenda realmente que este é um mínimo a ser alcançado e de que já estamos adquirindo condições de avançarmos na proposta justificada acerca de percentuais mais elevados. Não desconhecemos, entretanto, que a educação não é a única área de necessidade social, e que precisamos avançar nesse sentido, nas discussões.

O outro ponto muito importante, que a ANPAE deseja colocar a respeito dessa parte de assegurar os meios, é o de que o cumprimento desse direito e do dever de prover a educação deve passar pela integração dos diferentes orçamentos, conferindo-lhes transparência, ou seja, administrando democrática e publicamente os recursos da educação; desagregando estes orçamentos adequadamente, para permitir a sua publicização, sua divulgação e permitindo que o Congresso Nacional, a sociedade brasileira e as entidades representativas do magistério e da sociedade tenham o rigoroso controle e conhecimento dos recursos aplicados no setor de educação.

Outro ponto, já que o tempo se esvai, que gostaríamos de enfatizar e que é preocupação nossa e nos colocamos à disposição para discussão e assessoramento sobre a matéria, é diretamente vinculado ao nosso compromisso com a democratização da gestão das coisas e negócios da educação, e assim entendemos que o Estado deve partilhar com a sociedade brasileira o controle, a execução da política educacional, em todos os níveis, seja federal, estadual ou municipal, por intermédio de organismos colegiados democraticamente constituídos. Valorizamos a importância de termos um plano nacional de educação e, conseqüentemente, planos estaduais e municipais de educação, que contenham não só declarações de intenções, mas tenham os instrumentos de controle, execução e avaliação daquelas intenções e dos recursos destinados ao provimento destas, claramente explícitos. Na nossa experiência, planos são instrumentos de planejamento e administração. Um plano requer instrumentos complementares e o orçamento, o balanço e uma

série de outras informações são instrumentos absolutamente indispensáveis para que se avalie a propriedade de um plano, a possibilidade de sua execução e a sua efetiva realização.

E mais ainda, que a escola pública de 1º e 2º graus, assim como a universidade, sejam geridas de forma democrática, garantindo a participação efetiva dos pais, alunos, funcionários e educadores nas decisões relativas aos seus propósitos e funcionamento. Interrompo e encerro aqui, dado o problema de tempo, e agradecendo a oportunidade. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) - Muito obrigado, Profª Maria Beatriz.

Na ausência da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, que seria a entidade seguinte, temos o prazer de ouvir agora a palavra do Prof. Luiz Antônio Cunha, que representa aqui a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CUNHA — Exmº Constituinte Hermes Zaneti, Exmº Sr. Senador Constituinte João Calmon, Exmº Sr. Deputado Constituinte Pedro Canedo, Exmº Srs. Constituintes membros desta subcomissão, minhas senhoras e meus senhores:

A situação brasileira em matéria de ensino é das mais deploráveis em toda a América. Se, em nosso País, temos razões para nos orgulharmos de uma série de situações e atividades, de realizações — uma delas é a Assembléia Nacional Constituinte, que ora se desenvolve — temos vergonha, as pessoas conscientes dos problemas deste País, das situações terríveis a que estão submetidos nosso povo, têm vergonha da situação da educação e cultura em nosso País.

Esta constatação, este brado, trago não como um produto exclusivamente pessoal, mas da entidade que represento neste momento: a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. É uma sociedade que congrega 9 a 10 mil cientistas, estudantes de pós-graduação, principalmente, pesquisadores e professores universitários de todo o País, mantendo sócios correspondentes fora do Brasil, que desenvolve reuniões anuais, desde 1948; que constitui, na realidade, a Universidade brasileira.

Essas reuniões anuais, Srs. constituintes, são a universidade brasileira. Se dispomos hoje de 80 instituições com o nome de universidade, dificilmente conseguiremos aceitá-las, sabendo o que significa uma universidade como instituição de produção de conhecimento, de ciência, cultura e arte, e intercâmbio sistemático, aberto e livre. Temos talvez umas 20 proto-universidades, que são as universidades públicas, federais e estaduais, temos uma única universidade propriamente municipal em nosso País.

A SBPC, com suas reuniões anuais, consegue ultrapassar essa dificuldade terrível, que é a condenação dos professores e pesquisadores e estudantes, ao isolamento neste imenso País, neste imenso conjunto de ilhas acadêmicas que constituem o nosso ensino superior.

Esta indignação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência fez com que reconhecesse a procedência das reivindicações do movimento de educadores, que se desenvolve por alguns anos em nosso País, no sentido da defesa da destinação exclusiva de recursos públicos para o ensino público, na defesa de uma recuperação da qualidade que o ensino público já teve neste

País e que perdeu. Muitos de nós, das mais defezentes cidades, podemos nos lembrar, conforme nossas idades, da existência de colégios públicos da mais alta qualidade, até o fim dos anos 50, começo de 60 — isso é verdade do Norte ao Sul do País: os melhores colégios eram os colégios públicos. Estudei em um deles, na cidade de São Paulo, estudei numa escola particular da mais alta qualidade, mas nos livros escritos pelos professores do Colégio Pedro II — que foi, este colégio, como todos os demais colégios públicos, compelido a uma situação de deterioração sistemática de sua qualidade, resultado de uma política deliberada de destruição do ensino público, a nível federal e a nível estadual. Qual foi o resultado disso? O resultado é terrível: este País dispõe hoje de 25% da população de mais de 15 anos analfabetos! E quando digo analfabetos não é em termos adjetivos, é em termos absolutamente substantivos; ágrafos, 25%! Esta é uma proporção escandalosa, que deveria ser repetida a cada momento em que o homem público fala das qualidades do nosso País, porque este contrapeso da miséria moral e intelectual dissolve qualquer tentativa nossa de auto-referência, de auto-satisfação com a situação do País.

Outros países da América Latina, que já fizeram o esforço pela construção de uma rede pública de ensino, de qualidade, no século passado — enquanto este País ainda estava preso aos grilhões da escravidão — apresentam hoje na década de 80, uma proporção de analfabetos da ordem de 6%. Eu havia dito antes 25% para o nosso País miserável; pois digo que é da ordem de 6% os analfabetos da Argentina, do Uruguai e do Chile. E a Argentina apresenta essa quantidade de analfabetos, pequena em termos internacionais, justamente nas regiões próximas de nosso País.

Será que é uma indução pelo baixo nível de qualidade educacional e cultural? De todo modo nos dizem isso na Argentina e temos que engolir seco, com toda a vergonha do mundo. Mas, se não tomarmos essas proporções tão amplas e formos buscar na zona urbana qual é a escolaridade do povo brasileiro, vamos ver que os últimos dados nos mostram que a escolaridade mediana, não a escolaridade média, é da ordem de 2 anos, num país em que a escolaridade obrigatória é de 8 anos; ou seja, é 1/4 do tempo da escolaridade obrigatória. E quando digo escolaridade mediana, Srs. Constituintes, quero-me referir a uma medida estatística da mais importante qualidade, porque ela impede, pela sua capacidade de medida, que os meus 20 anos de escolaridade, como doutor que sou, atenuem, puxe para cima, a medida daqueles de baixa escolaridade. Esta medida, Srs. Constituintes, revela a pobreza educacional e cultural deste País. Na zona urbana é de 2 anos dentre a escolaridade obrigatória. Se formos para a zona rural, a escolaridade mediana é de 0 anos; o que significa dizer que, pelo menos, a metade da população tem escolaridade zero, nenhum ano de escolaridade! Seja numa escola unidocente, seja numa escola com razoáveis condições de funcionamento.

Do outro lado da ponta de um gradiente que podemos fazer, encontramos um ensino superior, que é pequeno em sua dimensão. É pequeno e de baixa qualidade. Se temos, como dizia, 80 universidades, talvez umas 20 possam se chamar de universidade propriamente. E vemos isso to-

dos os anos da reunião da SBPC. Eu as frequento há uns 15 anos, talvez.

Podemos ver isso de uma maneira objetiva: a cada ano, a SBPC publica, nas suas reuniões, um livro de 600 páginas; com este volume, com o resumo das comunicações dos sócios presentes, é muito fácil fazer um levantamento de onde vem esta produção científica, cultural e técnica: vem das universidades públicas, estaduais paulistas, estaduais paranaenses, as federais, uma ou outra universidade particular está lá presente com alguma contribuição aos seus colegas; e digo mais, estas comunicações não sofrem triagem alguma; basta ser sócio da SBPC para conquistar o direito de ter o seu resumo publicado nas reuniões anuais, desde que se atenda à formalidade do tamanho e dos prazos.

A experiência histórica nos mostra que neste País atrasado, que a muito custo consegue ultrapassar o limiar mais baixo do subdesenvolvimento e da miséria, é o ensino público que tem conseguido responder às demandas da população brasileira em termos de acesso à cultura, em termos da produção de Ciência e Tecnologia. Mas, a experiência histórica, Srs. Constituintes, mostra-nos que neste País vivemos, nos últimos vinte anos, o resultado de uma política de libertação privatização. Foram os interessados na privatização do ensino que fizeram o golpe de 1964, é possível nomeá-los e, se for instado a isso, o farei.

Nesses últimos tempos assistimos, nos Conselhos Federais e na maioria dos Conselhos Estaduais de Educação, à presença majoritária, senão exclusiva, dos agentes, dos proprietários de estabelecimento de ensino, senão eles próprios, com assento lá, e o resultado qual foi? Uma política deliberada, quase se poderia dizer orquestrada, de destruição sistemática e geral do ensino público. Onde está a qualidade e a quantidade do Colégio Pedro II, que, em 1964, tinha 15 mil alunos e desceu a 3 mil? Onde estão os salários dos professores que podiam, nos anos 50/60, se dedicar a uma atividade de ensino e pesquisa?

Nos Estados, Srs. Constituintes, é possível que os professores catedráticos dos ginásios estaduais ou dos liceus, a denominação variava nos anos 50/60, tinham os mesmo status dos catedráticos das universidades públicas lá localizadas, tinham condições de produzir material de ensino da mais alta qualidade. Hoje isto não é mais possível. É uma coincidência? É uma coincidência de um desânimo geral? Não. E hoje temos um professorado de 2º e 3º graus de uma qualidade maior do que tínhamos no passado. E por que encontramos essa situação terrível; de um lado, um corpo docente com a qualidade cada vez maior, com os cursos que fazem, com a experiência prática que fazem, com a consciência da produção do magistério, e de outro lado a qualidade do ensino caindo? A resposta é uma só: a deterioração sistemática dos salários, o enchimento das salas de aula, o desestímulo da atividade docente. É por essa razão e outras que poderia acrescentar, mais tarde, que é possível dizer, Srs. Constituintes, que a SPBC, junto a outras entidades, desenvolveram ao longo de muito tempo essas idéias reunidas no Manifesto do Fórum de Educação e no próprio Manifesto da SBPC, defendendo que os recursos públicos sejam destinados exclusivamente ao ensino público.

Se for instado, posteriormente, a refletir sobre a questão candente dos custos do ensino, comparando o setor público com o setor privado, estarei à disposição de V. Ex<sup>ª</sup>.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Pela ordem de inscrição, tem a palavra o nobre Constituinte Bezerra de Melo.

O SR. CONSTITUINTE BEZERRA DE MELO — Sr. Presidente, é muito bom, para esta Subcomissão ouvir explanações tão bem traçadas e tão inteligentes quanto as que nós acabamos de ouvir. Esta Subcomissão se informa, a cada dia que passa, dos anseios da sociedade e, sendo de educação, evidentemente se informa melhor dos anseios, dos agentes educacionais brasileiros, tão bem representados aqui por essas entidades.

Nota-se nas explanações quase que pontos comuns, do início até o fim de suas exposições.

A deterioração do ensino no Brasil, que é evidente à meridiana luz do dia. Pode-se verificar que a escola pública e a escola privada também se deterioraram de tal maneira que a qualidade do ensino hoje está absolutamente abaixo de qualquer comentário ou abaixo de qualquer nível.

Segui, com atenção, as exposições feitas, inicialmente pelo professor representando a Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física, Prof. Cláudio Boschi, a apresentação clara muito sintética mas muito inteligente da Prof.<sup>ª</sup> Maria Beatriz Moreira Lucy, e, agora, a palavra do ilustre Dr. Luiz Antônio Cunha. Sinto que há por parte destas entidades aqui representadas e das demais entidades que já falaram, como disse no início, pontos de vista comuns e quase que coincidentes. Há uma coincidência; e eu me permito novamente, como homem religioso, como homem cristão que acredita sinceramente que o homem é espírito e corpo, a insistir que a educação laica proscreve nos estabelecimentos públicos, Deus, o espírito; proscreve de maneira decisiva, arrasadora, de maneira que a família brasileira está sendo atingida, frontalmente, nos seus princípios cristãos — coisa que, dada a nossa tradição cristã, dada a nossa formação espiritual, está-nos escandalizando de tal maneira que jamais poderíamos concordar com educação o puramente laica nos estabelecimentos de ensino, mesmo públicos. Se a educação física é obrigatória, se se vai cultuar o corpo, por que não cultuar o espírito também para aqueles que o desejarem, dentro de uma liberdade democrática total nos estabelecimentos de ensino público? Acredito que esta liberdade de opção de estudante, ou dos seus pais, deve ser respeitada.

Por isso eu indago ao ilustre representante da Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física, qual seria a razão fundamental da exclusão definitiva do ensino religioso nas escolas públicas?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado.

Tem a palavra o Prof. Cláudio Boschi.

O SR. CLÁUDIO BOSCHI — Sr. Constituinte, a Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física, por ter feito a proposta para a Constituição brasileira, ela não visaria e nem visa a eliminação ou a erradicação, de uma forma rigorosa — palavra de V. S.<sup>ª</sup> — da educação

religiosa das escolas públicas. Quando dissemos que concordamos com o ponto de vista das principais entidades educacionais do País, no que diz respeito à educação laica, é exatamente do ponto de vista de que os alunos, de que a família, de que os pais, enfim de que sociedade envolvida nessas escolas tenham a sua opção de atuação. Por uma questão de formação, inclusive de caráter pessoal, nós nunca iríamos propor o banimento, vamos dizer assim — é um termo pesado mas talvez seja o termo — da educação religiosa nas escolas públicas, ou mesmo nas escolas privadas ou em qualquer tipo de educandário. O termo **laica**, quando nós corroboramos a Carta de Goiânia e outros documentos existentes das entidades de Educação, foi exatamente no sentido de uma maior amplitude de ação, mas nunca com a intenção de eliminar a educação religiosa.

Só para aproveitar a oportunidade, quando nós colocamos a situação da educação física de uma forma obrigatória, é exatamente dentro de um ponto de vista de que ela se torne uma situação dentro de uma educação geral; porque hoje, infelizmente, não é essa situação, por erros de ambas as partes, por erros nossos, de profissionais de Educação Física, professores de Educação Física, quanto por erros de outras áreas — inclusive porque a educação física, infelizmente, sempre foi muito divulgada, cresceu muito não em situações de dar-se ao corpo uma situação sã, já que o profissional de Educação Física trabalha com o corpo são e o corpo patológico é da competência da Medicina. Esforços são feitos hoje para que ele possa atuar no combate a uma situação, a nosso ver, tão preocupante que é a dos tóxicos. Documentos e pesquisas efetivamente existem mostrando que a educação física diminui um pouco essa procura dos tóxicos pela sociedade.

Finalizando, dentro da colocação do Senhor, nós não temos a pretensão, absolutamente, de provocar o banimento da educação religiosa dos estabelecimentos públicos, privados ou quaisquer que sejam. Quando nós apoiamos o termo **laica** é exatamente no sentido de que ele seja dentro de um aspecto o mais livre possível para a escolha pelos componentes da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao Constituinte Sólton Borges dos Reis.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — Na posição de apenas ouvir, sem preleção e nem debate, tenho uma única pergunta a fazer ao Prof. Luiz Antônio Cunha, a respeito do trecho da exposição que ele fez, em que afirma que, nos últimos tempos, aumentou a capacidade, a qualidade do professor do ensino de 2º grau e do professor do ensino de 3º grau, não fazendo menção à qualidade do professor do ensino do 1º grau. A minha pergunta é essa: esta afirmação é baseada em alguma pesquisa ou é uma impressão pessoal, ou a sociedade brasileira para o progresso da ciência aprofundou-se e estendeu-se nesse assunto e chegou à conclusão de que só o professor de ensino de 2º e 3º graus progrediram, o de 1º grau não progrediu, regrediu? Eu gostaria de ouvir uma palavra sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao Prof. Luiz Antônio Cunha.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CUNHA — Agradeço imensamente a oportunidade que V. Ex<sup>ª</sup> me dá

para me corrigir; eu omiti não por uma questão deliberada, mas pela pressa, o professor de 1º grau. O professor de 1º grau no Brasil também está tendo uma elevação da sua qualidade de formação. Então, desculpem-me os componentes todos desta subcomissão.

Quanto à segunda parte da questão de V. Ex<sup>ª</sup>, um dos resultados muito importantes do desenvolvimento do ensino superior em nosso País foi que, nos últimos anos, nas últimas três décadas, se desenvolveu a pós-graduação, tão importante para qualificação sistemática dos professores de nível superior. Particularmente eu leciono na pós-graduação há, talvez, uns quinze anos — pós-graduação em Educação, especificamente. E tenho verificado, essa sim é uma experiência pessoal, que a quantidade de professores de 1º e de 2º graus que fazem cursos de pós-graduação está aumentando a cada ano; é como se, no que se refere à área de Educação especificamente, os professores do 3º grau já tivessem conseguido a pós-graduação tardia e, agora, apenas os que vão entrando no ensino superior, para reposição dos quadros numa eventual expansão, é que procuram a pós-graduação, tenho visto os professores de 1º e 2º graus procurarem a pós-graduação. Esse é um indicador importantíssimo da qualidade deles, professores que fazem tese de mestrados, quicá de doutorado sobre a própria experiência de magistério no 1º e 2º graus, até mesmo no pré-escolar, tenho mesmo vários estudantes nesta situação. Um dado a mais, vários levantamentos, que têm sido feitos sistematicamente até mesmo pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Ministério da Educação, quantidade de professores do 1º grau com os estudos concluídos a nível de 3º grau, o que é uma notícia extremamente auspiciosa para o nosso País. Entretanto, V. Ex<sup>ª</sup> me dá chance de falar de uma outra miséria da educação brasileira e eu não gostaria de me estender, mas peço apenas mais 30 segundos para falar sobre mais esta miséria, este rosário infundável de miséria, que é a questão terrível e que se prolonga por décadas; é que, se de um lado temos milhões e milhões de analfabetos, milhares e milhares de professores chamados leigos, não por oposição a religiosos, mas por oposição a não-formados sistematicamente nas escolas para tanto constituídas, de outro lado temos uma quantidade crescente de professores que não atuam no magistério, devido aos baixos salários, devido à sobrecarga de trabalho, devido ao desestímulo produzido pelo descaso com a educação escolar em nosso País. Eu creio que, se este País tiver condições de fazer uma política educacional condizente com as necessidades da maioria desta população, no que o trabalho desta Constituinte vai abrir caminho, nós contaremos com recursos humanos qualificados para fazer frente a essas necessidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Cumprimentando as três entidades que nos fizeram esta brilhante exposição agora neste fim de manhã, eu pediria permissão para destacar, dentre elas, a SBPC, à qual eu tenho certeza que todas entidades aqui presentes pertencem e da qual eu tenho a honra de ter sido Secretário Exe-

cutivo, em Minas. Ao destacar a SBPC neste momento, eu não o faço apenas pela brilhante exposição desse educador, que é Luiz Antônio Cunha, mas especialmente porque foi a SBPC um fórum que permitiu durante o período do autoritarismo que se mantivesse um espaço de democracia, de debate, de discussão, de reivindicações e de luta.

Quero, especialmente referir-me aqui ao fato de que a SBPC sentiu, mais do que qualquer outra entidade, a enorme responsabilidade das entidades científicas neste momento da Constituinte, e vem dando uma contribuição importante, através de seminários permanentes, semanais, dentro do espaço físico do Congresso Nacional. Quando nós decidimos, como constituintes, por esse espaço de audiência pública, havia uma determinação de que não era possível fazer uma nova Constituição sem se ouvir a sociedade, sem deixar claro, em termos de um dispositivo regimental, que a verdadeira Constituinte acontece fora do prédio do Congresso, e que esta Assembléia Nacional Constituinte, que aqui se reúne, agora em Subcomissões, não vai responder aos anseios da sociedade se não ouvir essa sociedade. E esse prazo é muito pequeno para Cláudio Boschi, é muito pequeno para Maria Beatriz Moreira Lucy, foi muito pequeno para Luiz Antônio Cunha, como foi pequeno também para aquelas entidades que os antecederam. O que eu gostaria de pedir aqui era que essas entidades e os seus representantes, especialmente os educadores deste País, ficassem como assessores permanentes desta Subcomissão, que tem a enorme responsabilidade de passar a limpo a educação neste País para formular uma nova Constituição. Nós temos a consciência de que a Constituição não vai mudar de uma hora para outra, esta fisionomia de miséria que Luiz Antônio Cunha retratou aqui, mas temos a certeza também de que será pelos debates, pelas propostas e pelas sugestões, que aqui vierem, que nós vamos não apenas fazer uma nova Constituição que defina caminhos para essas mudanças; vamos dar a substância para uma mudança, que é urgente, da legislação ordinária da educação neste País. O que eu pediria é que essas entidades enviassem a esta Subcomissão contribuições, informações, tudo aquilo que retrata a educação que temos hoje no País e da qual nos envergonhamos; e propostas — objetivos que façam a travessia do que temos, da realidade que temos e da nossa utopia, em termos do nosso projeto, em termos de educação.

E pediria ao Sr. Luiz Antônio para finalizar, que nos desse os dados de custo comparativo entre a escola particular e a escola pública, porque eu sei que na Terceira Conferência Brasileira de Educação, exatamente por seu intermédio, essa questão foi debatida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a intervenção do Constituinte Octávio Elísio e aproveitamos para instar as entidades que hoje aqui compareceram no sentido de que procedam a esse trabalho de assessoria permanente aqui sugerida pelo Constituinte Octávio Elísio, lembrando que até o dia 11 de maio nós recebemos um primeiro relatório e o anteprojeto, através do Constituinte e Relator João Calmon. Depois, até o dia 25 de maio, esta Subcomissão dispõe de prazo para apresentar o seu relatório final e

o seu anteprojeto. A partir daí haverá uma discussão na Comissão, depois disto, na Comissão de Sistematização; aí virão os prazos para apresentação de emenda em plenário e, após isso, o debate em plenário do texto constitucional. De modo que esta assessoria permanente, aqui sugerida pelo Constituinte Octávio Elísio, encontra campo durante todo o processo de elaboração da Constituição. Tenho certeza de que todos os membros desta Subcomissão também estamos permanentemente dispostos inclusive a ir ao encontro das solicitações que essas entidades têm a fazer, no sentido desta troca de informações, experiências e especialmente neste processo de integração para garantirmos o texto constitucional no sentido da transição para a educação que queremos, usando aqui as palavras do Constituinte Octávio Elísio.

Concedo a palavra, agora, ao representante da SBPC, para que formule sua resposta, seus comentários, sobre o questionamento do Constituinte Octávio Elísio.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CUNHA — Sr. Presidente, a SBPC aceita como uma convocação essa participação permanente, segundo a proposta do Constituinte Octávio Elísio, com uma responsabilidade científica e política.

Os números variam a cada semestre, a taxa nossa de inflação torna irrealista apresentar os números do ano passado, eles seriam risíveis, porque nós estamos com taxas de inflação reais a mais de 200% ao ano. Isso torna a comparação difícil. Comprometo-me a enviar ao Sr. Presidente um livro, uma coletânea que eu organizei, intitulada Escola Pública, Escola Particular e a Democratização do Ensino, onde esses dados estão levantados. Quero apenas advertir para esse aspecto que deve nortear a leitura, porque são dados passados. O levantamento de custos só pode ser feito de uma coisa que já passou. E como é um trabalho muito demorado, principalmente porque as instituições trancam os números, não só as oficiais mas, principalmente, as privadas, é um trabalho que demora muito tempo e, por isso, os dados são sempre da ordem de cruzeiros e muito pequenos.

Mas eu gostaria de chamar a atenção para um aspecto da maior importância para esta discussão. É a diferença — por favor, não vou falar em economês — entre custo e despesa. O custo de uma atividade qualquer é o conjunto dos recursos utilizados para a sua realização. O custo do ensino corresponde ao conjunto dos recursos, principalmente, por ser tudo expresso assim, o recurso financeiro para a realização do ensino.

Quando comparamos esses custos do setor público e do setor privado, vamos encontrar os dados mais diferentes; vamos encontrar escolas públicas com um custo muito superior ao das escolas privadas, como vamos encontrar escolas privadas com um custo muito superior ao das escolas públicas. Mas, Srs. Constituintes, todo ensino bom é caro. A escola privada, que eu cursei nos anos 50 na cidade de São Paulo, era muito cara. Felizmente, meu pai podia pagar naquela época, eu já não posso fazer isso com as minhas filhas; era uma escola muito cara.

Quando essas comparações são feitas — e certamente números serão trazidos aqui por mim, infelizmente, com atraso — é preciso levar em

conta que o setor público é instado a realizar despesas que nada têm a ver com ensino.

Na universidade em que eu leciono, Srs. Constituintes, a maior parte das despesas são dirigidas para prestação de serviços que não são universitários. A universidade em que eu trabalho dispõe não do maior, mas do único hospital geral público da região norte-ocidental da Baía de Guanabara. É uma universidade que substitui o INAMPS, para ser mais preciso. O cálculo do custo do ensino deve ter que subtrair todos os recursos gastos para o mero atendimento médico: deve somar todos os insumos, os recursos detinados ao serviço médico que interessam diretamente ao ensino, sem dúvida. Mas, o que quero dizer é que há gastos, gastos e mais gastos nada têm a ver com o ensino. O que muitos opositores do setor público fazem é calcular despesa média das universidades, principalmente as públicas, que é alta, sem dúvida é alta e tem que ser alta, porque ela substitui o INAMPS; se ela custeia hospitais universitários caríssimos e se ela apresenta também qualidade, se ela desenvolve pesquisas, se ela produz ciência, tecnologia e arte, ela será cara. Para ela ir às reuniões da SBPC, com dezenas ou centenas de professores a cada ano, como viemos aqui em julho, em Brasília, é preciso gastar muito dinheiro. Agora, o que não se pode é comparar uma despesa média elevada do setor público com uma despesa média, que é muito baixa, de certos setores privados, e utilizar isso como uma desculpa da maior eficiência do setor privado; isso não é possível fazer. Vamos comparar o que há de bom no setor público com o que há de bom no setor privado, e nós vamos encontrar, muitas vezes, que o custo do setor público é mais baixo que o custo do setor privado.

Os dados que enviarei ao Sr. Presidente revelam resultados de pesquisa desse tipo, feitas aqui na cidade de Brasília. E não só com o ensino superior, onde essa comparação é mais fácil, mas com o ensino primário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado ao professor.

Eu recebo aqui uma sugestão de que na convocação do Ministro da Educação, que se lhe sugira que traga os dados, já que os pesquisadores têm tido dificuldades ao acesso a esses dados.

Eu faria um convite às entidades, que aqui estão, que nos ajudassem a formular os questionamentos, já que, por sugestão do Constituinte Octávio Elísio, e uma outra sugestão feita aqui pelo Constituinte Gumercindo Milhomem, nós vamos, através da assessoria desta subcomissão, fazer chegar dados sobre os quais o Sr. Ministro será questionado durante o seu comparecimento. Então, fica aceita a sugestão e o pedido de que esses dados sejam também identificados e haja essa contribuição para que se possa explicitar e fazer conhecer ao Ministro, com antecedência, os interesses, curiosidades, depoimentos e dados científicos que esta subcomissão gostaria de receber da parte do Sr. Ministro.

Temos inscrito, a seguir, o Sr. Ubiratan Aguiar.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Nós gostaríamos de fazer uma indagação ou ao Prof. Luiz Antônio ou à Prof.<sup>a</sup> Maria Beatriz, sobre um assunto que foi aqui levantado, quando da exposição da ANDES, e também objeto de uma

colocação de constituintes sobre o ensino laico. Qual o pensamento dessas entidades a respeito do assunto? — mesmo porque a subcomissão vai necessitar de ter presente o pensamento dos educadores, daqueles que, como falou há pouco o Presidente Hermes Zaneti, fora desta sala, está no dia-a-dia, conhecendo de perto, ouvindo, sentido a necessidade e a realidade da educação, da escola de nosso País. E é fundamental para nós termos presentes, esses temas, principalmente esses mais polêmicos, até para que o Relator e cada um de nós possa considerar o pensamento da educação nacional, o testemunho e o depoimento.

Era esta a indagação e esta formulação que nós gostaríamos de fazer, e pedir a qualquer um dos dois ou aos dois que se posicionem sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

Como havíamos combinado, por sugestão do Constituinte Octávio Elísio, os dois poderão responder, cada um tendo os seus três minutos nos termos da sugestão formulada.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, dou a palavra ao Constituinte, Relator João Calmon, para uma comunicação a esta subcomissão.

O SR. RELATOR (João Calmon) — O Sr. Presidente, Hermes Zaneti e os demais membros desta subcomissão são testemunhas da minha preocupação obsessiva em relação à assiduidade e pontualidade nesta subcomissão. Mas, infelizmente, eu acumulo a minha função de Relator com a de Coordenador da Bancada Federal do PMDB. E, hoje, nós temos uma reunião a que eu não posso deixar de comparecer.

O meu pedido é de escusas. Eu pediria ao nobre Presidente Hermes Zaneti que designasse um dos nossos companheiros para me substituir e, ao mesmo tempo, apresento o meu pedido de desculpas por não ser possível participar desta reunião até o fim. Mas eu não saíria daí sem uma palavra de agradecimento aos Professores Cláudio Bochi, Maria Beatriz Moreira Lucy e Luiz Antônio Cunha, que deram uma contribuição valiosa para o meu trabalho como Relator; esses depoimentos foram realmente muito instrutivos e vão-me ajudar na tarefa de relatar os trabalhos desta subcomissão.

Gostaria também de fazer uma referência especial à Prof.<sup>a</sup> Maria Beatriz Moreira Lucy, que nos trouxe aqui a contribuição da Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação, que até agora é a mais avançada e a mais completa que esta subcomissão recebeu. É que a ANPAE foi muito mais longe do que as demais entidades, e apresenta a seguinte sugestão: "O cumprimento do direito à educação, por parte do poder público, será assegurado pelo dispêndio mínimo de 13% dos recursos orçamentários da União e 25% dos estados e municípios, incidentes receitas de impostos, incluindo o proveniente das transferências".

Parecem palavras não de importância excepcional, mas têm extraordinária importância. Está-se travando hoje, nos dias que estão correndo, uma batalha na área do Supremo Tribunal Federal, que está examinando uma representação de prefeitos do Estado de São Paulo, que arguem

a inconstitucionalidade da lei que regulamenta a chamada Emenda Calmon.

Considero muito feliz esse adendo que a Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação apresenta nessa sua sugestão.

Deculpem-me a insistência: renovo o apelo para que todas as entidades ligadas à educação nos ajudem nessa cruzada nacional para obtenção de um aumento dos percentuais, na pior das hipóteses, na área federal — porque, incluindo os impostos transferidos e até que esta Assembleia Nacional Constituinte tome uma decisão sobre o sistema tributário, a política de distribuição de tributos, eu acredito que todos devemos lutar fraternalmente unidos para obter um aumento das verbas na área federal, se não para 20%, pelo menos para 15% ou, quem sabe, 18%. Muito obrigado e o meu pedido de perdão por ter-me de retirar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> Constituinte Relator João Calmon.

Convidamos para nos dar a honra da presença na Mesa o Primeiro-Vice-Presidente desta Subcomissão, Constituinte Aécio de Borba.

Por outro lado, atendendo à solicitação do Constituinte Relator João Calmon, designamos o Segundo-Vice-Presidente, Constituinte Pedro Canedo, para que desenvolva as atividades de Relator, em função da ausência amplamente justificada e compreendida por nós, do Relator João Calmon.

Passo a palavra, pelo prazo regimental de 3 minutos, primeiro, ao nosso convidado, Prof. Luiz Antônio Cunha, representante da SBPC.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CUNHA — A tradição da educação pública republicana é que o ensino seja laico. Não era assim no tempo do Império, quando havia uma religião oficial do Estado. Hoje, temos uma religião oficiosa, não oficial — e quem lhes responde é um cristão, que trabalha numa universidade pública, onde o ensino é laico. Em todas as universidades públicas brasileiras o ensino é laico e isso não causa escândalo e nem nos sentimos agentes de uma exclusão da religião da universidade brasileira. É preciso dizer que para os setores mais conseqüentes, pelo menos do cristianismo brasileiro, eu não saberia dizer de outras confissões religiosas, a maneira da educação religiosa, especialmente feita, é pelo testemunho, mais do que pelo ensino; para os seminários religiosos certamente, para aqueles que frequentam escolas dominicais, certamente é uma prática legítima, adequada, que tem dado muito certo nos países mais desenvolvidos. Mas o testemunho é a maneira pela qual a educação se dá de um modo privilegiado para os cristãos.

E essa coincidência das diferentes posições dessas entidades não se prende a alguma coisa muito especial ou estranha, mas resulta de posições e de acordos e de congressos em que todos participamos, numa filiação que é explícita; resulta de que hoje o ensino da religião nas escolas públicas acaba tendo o papel de compulsório. Ele é facultativo por lei, mas os pais têm que requerer que as crianças não participem. Sabemos da dificuldade que a maior parte da população tem de requerer qualquer coisa burocraticamente, até porque já conhece a longa prática de ser espezinhada, quanto mais a requerer a não-assistência

de aulas de religião, que em muitos Estados é feito no meio do currículo. A criança não pode voltar para casa depois. O que vai ficar fazendo na escola nesse meio tempo? Mais do que isso, o tempo de escolarização das crianças na escola pública é muito curto. Precisamos aproveitar ao máximo as três horas e meia de que as crianças, hoje, dispõem e precisamos estender isso para mais uma, duas, três, quatro, cinco horas. Isso é muito pouco. Somos dos países com a menor densidade de escolarização em todo o mundo. Cento e oitenta dias letivos de aula por ano é muito pouco; ainda mais se multiplicamos isso por três a três e meia hora por dia, incluindo a merenda e as festividades cívicas. Precisamos utilizar todo esse tempo disponível para a densidade do ensino, aquilo que só a escola pública pode fazer: Português, Matemática, Geografia, História Pátria. Agora, o que a escola não pode fazer é substituir-se às comunidades religiosas. Isto, não. Isto, só essas comunidades podem fazer. Não consideramos legítimo que a escola pública seja utilizada, seja porque religião for, para um instrumento de difusão das suas idéias. Que os professores estejam lá presentes, como estão na minha universidade, como estão na rede pública do Estado em que moro — estão lecionando cotidianamente, não são obrigados a abjurar a sua fé e cotidianamente apresentam o testemunho da fé que têm, e até mesmo, da fé que não têm.

É importante distinguir, Sr. Constituinte, a escola laica da escola atéia, porque muitas vezes nos jogam a pecha de militantes do ateísmo. Não. Eu, cristão, defendo a escola pública laica, até para preservar a religião que eu tenho do uso da escola pública para um resultado que não é favorável à religião que eu adoto com a liberdade que a Constituição me garante. A escola atéia é aquela que rejeita todas as religiões. Queremos a escola laica.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado, Professor.

Com a palavra a Prof.<sup>a</sup> Maria Beatriz.

A SRA. MARIA BEATRIZ MOREIRA LUCY — Obrigada.

Eu, realmente, fico muito satisfeita com as colocações do meu colega Luiz Antônio Cunha, que de certa forma cobrem uma ampla gama dos argumentos que eu também teria para colocar neste momento. Dada a especificidade da área em que trabalho, com os problemas do cotidiano, acho que podemos juntar aos argumentos de natureza política, de natureza mais ideológica, alguns mais, porque o Luiz Antônio igualmente trouxe alguns, da natureza prática que a educação também tem.

Eu gostaria de colocar algumas situações e dilemas que o ensino religioso tem trazido para o cotidiano da administração da Educação, quer ao nível da escola, quer ao nível dos sistemas da Educação. Retomando um pouco o que o nobre Constituinte Bezerra de Melo havia afirmado na sua introdução, que a escola não pode descuidar da educação do espírito, como não pode descuidar da educação do corpo, eu colocaria, que a escola não se descuida; e a escola pública não pode descuidar e precisa estar cada vez mais atenta à educação do espírito. A escola pública está aí para formar o cidadão, formar o homem, o ser humano no seu sentido mais integral.

Agora, colocamos a educação religiosa como uma matéria curricular, como uma disciplina na escola de 1° e de 2° graus, surge, a partir dessa proposta uma série de problemas. Para enumerar alguns, em primeiro lugar, a educação do espírito, o próprio sentido religioso, como afirmou o Luiz Antônio, acontece pelo testemunho e acontece na aula de Português, de Matemática, de História, de Geografia e de Educação Física; ali se ensinam os princípios da solidariedade, da dignidade humana, da convivência e assim por diante.

Problemas do nível operacional do sistema escolar. A seleção, o concurso para professores, é um princípio básico da carreira do magistério nos diferentes Estados e Municípios. Como se faria legitimamente o provimento de professores para a educação religiosa e para lecionarem qualquer religião, em qual escola? Esse é um problema concreto, com que as secretarias de educação vêm lidando, fazendo com que não exista; vem tomando medidas, cujos critérios não são claramente explicitados, e que trazem problemas tanto do questionamento das comunidades, quanto da escola para o sistema e do sistema para a escola. O que está havendo, muitas vezes, é o deslocamento do professor de Ciências, do professor de Português, do professor de Matemática ou do professor das séries iniciais ou de Educação Física para atender a essa exigência, já que não há o concurso e a designação para lecionar essa disciplina.

Exemplos mais do dia-a-dia: a questão da carga horária destinada aos conhecimentos. Sabemos que em vários Estados brasileiros e em vários sistemas municipais temos, hoje, ocorrência de três, quatro e até cinco turnos ou turmas funcionando em cada escola, em cada ambiente escolar. São poucas horas. Três horas e meia não é a média das horas de ensino que os nossos estudantes têm. E isso tudo ainda está sendo dividido com uma série de outras atividades, inclusive a educação religiosa.

Já que o meu tempo se esgota, eu traria apenas mais um exemplo que tem surgido principalmente da aproximação que temos conseguido realizar de escola e comunidade: a disputa e o difícil papel que tem sido colocado para as direções de escola, para os conselhos técnicos administrativos que os tem, de decidir quem é autorizado a lecionar religião nas escolas. Com a proliferação dos credos, das seitas e das igrejas, isso tem sido difícil e é um problema que ocupa o tempo e a energia dos nossos diretores de escolas, dos nossos professores em estar mediando disputas entre pastores, padres, rabinos, conforme a comunidade onde se localiza a escola pública. Eu poderia trazer n outros exemplos também do cotidiano e da prática da administração da educação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Com a palavra o Constituinte Pedro Canedo.

O SR. RELATOR (Pedro Canedo) — Cumprimentando os três professores, pelas entidades que representam, pela brilhante explanação e também pela contribuição que nos trazem, eu gostaria de salientar especialmente a contribuição, já aqui referida pelo ilustre Constituinte João Calmon, que a Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação nos traz, especialmente pelo item 7:

“É obrigação do Estado estender a oferta de educação pré-escolar pública a todas as crianças de quatro a seis anos.”

Não tivesse eu conseguido a oportunidade e a felicidade de participar desta subcomissão, estaria eu na subcomissão da Criança. Divirjo apenas com relação à idade, que acho que deveria ser de cinco a seis anos.

Eu gostaria de questionar o item 4 e solicitar explicação mais detalhada sobre ele.

“O direito à educação é assegurado também pela obrigação das empresas vinculadas à Previdência Social de proporcionar ensino de 1° grau, gratuito e completo, aos seus trabalhadores e aos filhos destes.”

De que forma seriam as empresas conveniadas com as escolas particulares, já que o ensino público estaria assegurado? Eu gostaria de uma explicação a respeito do item 4.

Eu gostaria de exemplificar objetivamente o que diz o Prof. Luiz Antônio Cunha, com relação ao ensino universitário ministrado em décadas anteriores. Eu, formado que sou pela Universidade Federal do Rio de Janeiro — Faculdade de Medicina — lembro-me bem daqueles catedráticos, por cujas mãos tive a felicidade de passar e de obter os seus conhecimentos, e hoje vejo a precariedade da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por conhecimento que tenho de universitários acadêmicos de Medicina, que hoje lá estudam — apesar do excelente nível da classe docente, não só de recursos, principalmente no Hospital do Fundão.

A par disso, gostaria que o Prof. Luiz Antônio Cunha pudesse também trazer subsídios a respeito, se a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tem debatido e de que forma poderia contribuir com relação ao acesso à universidade? Fiz essa pergunta à Prof.ª Miriam Limoeiro Cardoso da ANDES e repito-a ao Prof. Luiz Antônio Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Aécio de Borba) — Com a palavra o Prof. Luiz Antônio Cunha, para a resposta.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CUNHA — A precariedade do material de ensino nas universidades é enorme. Como sabe o nobre Constituinte, os professores das universidades federais estão em greve, uma greve prolongada, infelizmente até o momento sem uma perspectiva de atendimento das nossas reivindicações — que são com destaque ao reajuste das verbas que são transferidas pelo Ministério da Educação às universidades. A situação inflacionária é de tal ponto neste País, o mecanismo de controle autoritário dos orçamentos das universidades chega a tal ponto, que os reitores das universidades federais já não assinam cheque. Apesar de as universidades federais se chamarem autárquicas, que significa agir, mover-se por si própria, há uma sistema **on line** que liga a caixa do Ministério da Educação, que está no Ministério do Planejamento, a cada universidade; e mais, a cada conta de banco daqueles que são destinatários dos recursos. Estamos numa situação terrível. E a Nova República, com todas as esperanças que temos, tem arrocado o parafuso desse controle autoritário pelo que há de mais vital no sangue que movimenta a universidade brasileira — os recursos, o dinheiro. É com dinheiro que se paga qualquer reagente, que se paga um rolo de esparadrapo de um hospital. Como isso pode

ser feito se esse controle é cada vez mais centralizado? Se os orçamentos das universidades são sistematicamente cortados pelas instâncias superiores, para se encaixar nas disponibilidades nominais? Os reitores das universidades brasileiras, crescentemente com uma qualidade muito melhor do que tivemos no passado — afirmo isso com conhecimento de causa — como podem esses reitores administrar suas universidades se sabem que os recursos alocados ao início de cada ano dão para cada universidade funcionar até abril, até maio? São reitores que sistematicamente precisam funcionar de pires na mão. Isso, nas universidades autárquicas. E as fundações estão na mesma situação; são fundações sem fundo. E isso não é apenas um trocadilho. Elas não têm recursos. Elas dependem das dotações de verbas e que a cada trimestre têm que ser repostas. Infelizmente, têm que ser repostas às vezes à custa da paralisação do que temos de mais nobre na nossa atividade, o que me dói profundamente, que é a própria atividade docente.

O nobre Constituinte se referiu à questão dos catedráticos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro provavelmente Universidade do Brasil à época. Quero lembrar de dois catedráticos, talvez S. Ex.º tenha na lembrança, que eram da Microbiologia e da Biofísica, que eram simples cátedras e hoje são institutos: o de Biofísica, um, o de Microbiologia, outro, que estão nos níveis internacionais. Não fazemos vergonha, na área da Microbiologia e da Biofísica a qualquer universidade do mundo. E temos grande orgulho desta nossa capacidade. Infelizmente, os recursos ainda não permitem que nós respondamos a isso em termos de qualidade do ensino.

A segunda questão é a questão do acesso ao ensino superior.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência não endossa propostas de extinção dos concursos vestibulares. Conhecemos as experiências que se desenvolvem no mundo e sabemos que, apesar de todos os problemas, os concursos vestibulares constituem a maneira mais democrática, ainda, nas condições da sociedade que temos, de propiciar um acesso baseado no mérito. Claro que a nossa sociedade desigual faz com que o mérito seja, ainda, coincidente com as situações de classe. Isso será tão menor quanto mais o ensino público de 1° e 2° graus se desenvolva na quantidade, na velocidade e na qualidade que nós todos desejamos. Sabemos que a extinção dos concursos vestibulares e a substituição deles por um processo de mensuração do conhecimento dos estudantes — as notas — ao longo do 1° grau e principalmente do 2° grau, exclusivamente, uma maneira de reforçar o caráter apenas propedêutico do ensino de 1° e 2° graus, absolutamente antieducativo, antipedagógico, condenado em todo o mundo; e, em outros países, onde esse processo está sendo utilizado, já o estão abandonando em proveito da seleção via vestibular. O que não pode continuar acontecendo é que os concursos vestibulares sejam como foram há algum tempo atrás, em que o respondente passava a escolher determinadas alternativas, consideradas certas, para computar um certo número de pontos e, com isto, conseguir a sua vaga. Mas, isso diz respeito à maneira de se realizar o concurso vestibular, que, certamente, é de competência de leis que não têm a dignidade de uma



Constituição e, até mesmo do âmbito interno de cada universidade.

O SR. PRESIDENTE (Aécio de Borba) — Com o nosso apelo de que cada um se adstrinja aos seus 3 minutos, concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Silva.

O SR. CONSTITUINTE PAULO SILVA — Sr. Presidente, solicito transferir minha vez para após a oradora que falará a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Aécio de Borba) — Concedo a palavra à Prof.<sup>a</sup> Maria Beatriz Lucy.

A SRA. MARIA BEATRIZ MOREIRA LUCY — Eu agradeço e agradeço especialmente às referências elogiosas ao nosso documento. A intenção da ANPAE, ao aprofundar a questão da educação na Constituinte foi, exatamente, a de zelar pela manutenção do que já se obteve em termos de conquistas, tanto na explicitação dos direitos quanto dos deveres na educação, e de, em mantendo o que já se obteve, avançar um pouco mais. E, foi nesse sentido, exatamente, que nós colocamos a proposta de que o Estado estenda a oferta de educação pré-escolar pública às crianças de 4 a 6 anos. A realidade das nossas escolas públicas é a de que muito poucas têm o Jardim de Infância. E, este Jardim de Infância, a maior parte dessas vêm atendendo à faixa dos 4 e meio, aos 6 e meio, na média, porque exatamente na maior parte dos Estados, a criança completando os 7 anos, durante o primeiro semestre, ela pode ingressar na 1ª série do 1º grau.

Entendemos que, na medida em que tivermos uma oferta de educação pré-escolar, de mais de 1 ano, ou seja, não só aquele nível chamado pré-escolar propriamente dito, estaremos oferecendo à criança uma educação antes da escola, no sentido de pré-escolar antes da escola e não aquela que prepara precipuamente para a escola. É nosso entendimento que a educação pré-escolar pública é, hoje, uma necessidade da família, dadas as condições sociais e econômicas da maior parte da população brasileira, é uma necessidade e um direito da criança, porque lhe assegura uma oportunidade de socialização organizada e de uma assistência pedagógica numa faixa muito importante do seu desenvolvimento intelectual, físico, motor, psicológico, entendido neste sentido. Temos que, colocando 1 ano, entre os 5 e 6 anos, aí nós estaríamos compreendendo somente 1 ano escolar; se nós colocássemos dos 4 aos 6, estaríamos propondo, no mínimo, 2 anos de um trabalho pré-escolar, sem sentido propedêutico. Isso aí para nós seria da maior importância.

Com relação à sua outra referência, a do item nº 4, para os que ainda não dispõem do documento, que eu creio já esteja em condições de ser distribuído, ele diz o seguinte:

“O direito à educação é assegurado também” além daquele do dever do Estado — “... pela obrigação das empresas vinculadas à Previdência Social, de proporcionar ensino de 1º grau, gratuito e completo, aos seus trabalhadores e aos filhos destes.”

Isto, diz respeito, diretamente, à manutenção de um preceito que já existe e que está relacionado definitivamente, também, à questão de tributos específicos para a área de educação.

Temos, também, o item 14, onde salientamos a importância da contribuição do salário-educa-

ção que, vemos, deva ser calculado sobre o lucro líquido das empresas e, não, exatamente, sobre a folha de pagamento ou qualquer outra modalidade. Esta sugestão nos vem a partir de estudos que estão sendo realizados sobre esses tributos específicos das empresas ou dos diversos setores da área de educação. Sem dúvida, a nossa Associação continua envolvida acompanhando os estudos e, inclusive, estimulando estudos nessa área, já que a área de financiamento é uma parte muito importante dentro da administração da educação e nos colocamos realmente à disposição para juntos avançarmos no questionamento inclusive destas propostas. O salário-educação é algo que tem que ser examinado mais atentamente; e eu traria, assim, tomando a oportunidade da palavra, também a sugestão da nossa Associação, de um entrosamento já, neste momento inicial dos trabalhos da Subcomissão de Educação, com os trabalhos da Subcomissão de Tributos, da área de orçamento; porque tememos que toda essa discussão que aqui se trava sobre orçamento, sobre se é 13%, se pode ser mais, por que mais, que dados justificam isso, se é sobre receita de impostos, se inclui transferências, e uma série de outros quesitos, possam não ser acompanhados por aqueles outros Constituintes, que estão trabalhando especificamente nessa área de arrecadação, tributo e orçamentação. E, assim, as nossas sugestões carecerão de um trabalho de base, serão mal-interpretadas. Com entrosamento eventualmente até, dada a especificidade da área financeira, poderemos nos esclarecer com eles sobre a melhor das postulações da área da Subcomissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos e passamos a palavra ao nobre Constituinte Paulo Silva.

O SR. CONSTITUINTE PAULO SILVA — O Prof. Luiz Antônio Cunha disse que, se instado, diria aqui, nesta subcomissão, que organismos trabalharam e ainda o fazem agora, contra a escola pública, que durante um período muito longo da nossa História foi, sem dúvida alguma, o veículo mais importante, o instrumento que tinha o Estado para a democratização do ensino. É evidente o desgaste da escola pública e me parece que isso tem acontecido de forma sistemática.

Parece-me, ainda, que historicamente o momento nos impõe responsabilidades profundas.

Pediria ao Prof. Luiz Antônio Cunha que dissesse, aqui, para esta Subcomissão, quais são os organismos, quais são suas ações, para que possamos fazer uma reflexão a respeito disso e, a partir daí, adotarmos atitudes políticas, no sentido de que a valorização da escola pública seja da maior importância para o futuro deste País. E este momento, como disse, histórico, nos impõe responsabilidades de que não podemos fugir.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao Prof. Luiz Antônio Cunha.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CUNHA — Nobres Srs. Constituintes, este é um momento grave, não é um momento de acusações, é um momento até mesmo de autocrítica. Mas não posso me furtar, neste momento, de dizer que nos anos 50, quando tramitava no Congresso Nacional a elaboração de um Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que iria justamente dar a forma do disposto na Constituição de 1946, havia

um grande temor por parte das escolas católicas de que pudesse haver uma espécie de monopólio do ensino pelo Estado. (Im temor, no meu entender, injustificado, nesse momento em que se desenvolvia uma campanha sistemática, gloriosa, profunda, de defesa da escola pública — tenho a satisfação de ver o Prof. Florestan Fernandes, um dos mais importantes baluartes, formuladores de idéias desse período — nesse momento em que se temia que pessoas como o Prof. Florestan Fernandes, o Prof. Anísio Teixeira, de saudosa memória, tivessem uma espécie de concepção um tanto tenebrosa ou conspiratória de acabar como o ensino particular e instituir um temido monopólio da educação escolar pelo Estado, não era nada disso. O que defendíamos, naquela época — eu, em espírito, era talvez, antecipatório — era que os recursos públicos pudessem ser destinados ao ensino público, até porque mecanismos sóciopáticos da sociedade brasileira — estou usando uma categoria do meu mestre maior — fossem dissolvidos, pelo menos, estes, ao lado de outros pelos quais temos que lutar, ainda muito tempo. Pois bem, nessa época a Associação de Educação Católica, que reunia os estabelecimentos de ensino católicos, principalmente, os de 1º e 2º graus, foi, no meu entender, instrumentalizada, utilizada como instrumento adequado pela legitimidade que tem de apoio ao projeto privativo, que foi apresentado como substitutivo e que acabou ganhando no bojo da crise da renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional só foi sancionada pelo Vice-Presidente, então Presidente João Goulart, em dezembro de nesta confusão política, criada pela renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, que esse substitutivo privatista conseguiu ser apresentado ao Senado e atropelar o projeto de apoio à escola pública, que já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados. Como está a situação hoje? A Associação de Educação Católica já não é mais aquela. Isto porque aquela unanimidade que os educadores católicos tinham àquela época já não há mais. Eles sabem, hoje estão muito conscientes — um setor muito importante está consciente — de que o papel das escolas católicas, como preparadoras de elites, precisa ser cada vez mais substituído pela influência da Igreja Católica, que não passa pelas elites. Rejeitam esses educadores católicos o papel tridentino da educação escolar, que foi formulado há muito tempo e que muitos, ainda, permanecem nele por uma questão de inércia de movimento determinado até pelo carisma próprio das suas congregações. Os pensamentos, os educadores católicos, hoje, já não têm essa unanimidade em torno desse temor terrível, desse monopólio da educação pelo Estado.

Creio que respondi a sua questão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS — Essa questão do ensino religioso nas escolas é um assunto complexo, como sempre expliquei, porque envolve um processo de desenvolvimento de capacidades, ou seja, físicas, intelectivas, morais, religiosas... Essas realmente devem ser desenvolvidas para o homem no seu meio, seja individual, seja socialmente.

Estava observando a sua exposição, quando chegou um momento em que ela discutiu essa questão de lecionar. A religião ficaria em qual escola ou a mercê de quem? Então, é justamente nesse assunto que deverá haver preparação.

Tenho, aqui, um item, já como proposta, que diz que nas escolas públicas ou privadas de todos os níveis e graus de ensino fica proibido o proselitismo religioso, excetuando-se tão-somente as organizações de ensino teológicas. Há organizações específicas para cuidarem dessa parte, para que não haja o proselitismo religioso em si.

Ainda, fazendo uma retrospectiva sobre o nosso povo brasileiro, até ironizando-o um pouco: etnologicamente, tem as suas raízes fundamentadas e num pouco de degradação do branco. Temos de convergir todas essas situações e ver onde nasceu o Brasil, que ficou cerca de 180 anos preocupado em escravizar índios — até 1680. Depois, até 1888 se preocupava — principalmente até 1850 em transportar ou contrabandear pretos, chegando a um número de mais de 500 mil. Tudo isso envolve uma complexidade. Então, quando se abrem assim, os horizontes para uma educação no seu caráter laico, como discorreu o Prof. Luiz Antônio Cunha — não vai ser no caráter ateu, mas no caráter laico — isso me deixa, como Constituinte, mais reforçado ao saber que mais alguém se preocupa com isso. A educação não vai defender unicamente uma teoria para tentar ferir princípios morais ou religiosos, que devem ser respeitados. São três instituições fundamentais da formação e do desenvolvimento da personalidade: família, escola e religião.

Neste instante, fica aqui a minha proposta para que haja organizações teológicas específicas, não com proselitismo religioso: se possível, até múltiplas organizações do gênero para lecionarem a matéria, respeitando, sobretudo, o princípio curricular e a formação de cada estudante.

A SRA. MÁRIA BEATRIZ MOREIRA LUCY — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra a V. S<sup>a</sup>

A SRA. MARIA BEATRIZ MOREIRA LUCY — Gostaria de completar e dizer que, pelo menos, não percebi uma pergunta diretamente formulada. Acho que a oportunidade de discutirmos este assunto, como vários outros na área de Educação, é preciosa.

Realmente, não estamos pensando na formação do cidadão brasileiro ateu como uma decisão de Constituição, como uma decisão impositiva. A família me parece ser a instituição fundamental na decisão que concerne à religião. Posicionando-nos no sentido de uma educação pública laica para preservar o valor maior que é a democracia, a igualdade de oportunidades não só ao cidadão mas aos créditos religiosos. A escola pública, eu temo, não teria condições de regular a concessão democrática do espaço — nós poderíamos cair nisso que V. S<sup>a</sup> chama de proselitismo religioso. Teríamos casos inúmeros para contar, se a gente tivesse tempo; problemas, inclusive, enfrentados em função disso e de outras tantas coisas na escola. Vejo, realmente, com bastante interesse essa sua sugestão da criação de institutos de estudos teológicos, inclusive a expansão de tais institutos em nosso País. Registramos, hoje, as próprias instituições de oficialização de institutos de estu-

dos superiores teológicos com muito mais variedade, com número maior de matrículas do que víamos nos últimos anos. Parece que há um renascimento dos institutos de estudos teológicos, atendendo a uma gama mais variada de seitas e de ramos religiosos, para usarmos uma expressão mais de acordo com outras religiões, o que daria, de certa maneira, uma condição diferente daquela que, historicamente, tínhamos, que era a da predominância, quase que exclusividade, — dominância, diríamos de formação teológica dada pela Igreja Católica, que é a religião predominante e ainda a responsável pela manutenção da maior parte dos institutos de estudos teológicos em nosso País. Então, isso seria uma precondição interessante para que a democracia, em termos de educação religiosa, não necessariamente na escola pública, pudesse vir acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado.

Com a palavra o Sr. Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Peço a palavra somente para pedir desculpas: primeiro, à minha colega e amiga Miriam Limoeiro Cardoso, cuja exposição eu só ouvi em parte; depois, aos três professores, que vieram trazer a sua contribuição, inclusive o querido amigo Luiz Antônio Cunha, que eu tinha muito interesse de ouvi-lo, porque há tempos que não temos a oportunidade de um encontro como este. Infelizmente eu fui chamado para outra subcomissão, isso me obrigou a ausentar. Lá a regra do jogo é outra: o expositor fala à vontade, e o debate vai tão longe quanto desejam os circunstantes, e eu acabei ficando muito tempo, maior do que eu previa, então fui privado desta contribuição.

Quero pedir desculpas, e, ao mesmo tempo, agradecer aos colegas: Prof. Cláudio Boschi, Maria Beatriz Moreira Lucy e Luiz Antônio Cunha, pela contribuição que trouxeram e que eu vou poder aproveitar, graças às anotações do meu colega Octávio Elísio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra o Constituinte inscrito Louremberg Nunes Rocha.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Vou me dirigir ao Prof. Luiz Antônio Cunha com três questões apenas.

Houve várias discussões nesses dias em torno dos percentuais para o ensino básico e para as universidades. Há dúvidas, mas me parece que o percentual oscila entre 70 e 80% para a Universidade e o restante ficando para o ensino de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus. Eu gostaria de saber se a SBPC tem uma posição sobre isto e se considera satisfatória essa distribuição do bolo federal para os vários níveis de ensino, ou se tem uma proposta diferente para essa distribuição do bolo federal, para os três níveis de ensino?

Uma outra questão que eu queria colocar é a da escola particular e da escola pública. Eu também trago o meu testemunho, assim como o próprio conferencista, de que eu tive uma excelente escola pública, e por acaso, no Estado de São Paulo. Estudei em Franca, e fiz lá um curso clássico, que eu costumei dizer que eu não troco por nenhuma dessas faculdades de Letras que existem pelo Brasil afóra. E depois me formei na Universidade de São Paulo, onde cursei Direito

e, depois, fui professor, fiz curso de graduação e outros cursos.

O que eu vejo, caro Professor, é o seguinte: não tenho nenhum apego às escolas particulares; as minhas filhas estudam na escola pública, na Escola Classe, em Brasília — acho-a uma escola excelente, inclusive. Mas está-me parecendo, quando se trata dos argumentos que mostram as deficiências nossas na educação, que eles acabam sempre redundando no argumento final de escola particular, como uma espécie de "bode expiatório" que o Brasil utiliza muito. No começo da Nova República o culpado, por tudo, neste País, eram as residências oficiais em Brasília. Houve uma campanha nacional, e o Brasil inteiro se emocionou com a campanha contra aquelas residências de Ministros, de Presidentes e de Diretores de Empresas. Depois de três ou quatro meses, os problemas do Brasil se resolveriam se acabassem com as mordomias das residências. Agora, nós temos os "marajás". Então, parece que todos os problemas do Brasil vão-se resolver porque vão acabar com estes "marajás" que em determinados Estados ganham cem a duzentos mil cruzados. Durante estes três ou quatro meses só se falou nisso. E aqui eu sinto, que ao tratar da escola pública, acabam concluindo com os argumentos de que as escolas particulares são culpadas de tudo, ainda, que o nosso Relator tenha dito hoje que, dos recursos do MEC, apenas 2% vão para a escola pública. Tive a oportunidade de estudar em São Paulo, posteriormente, mas particularmente, tive no primário a única oportunidade de ensino; era de uma Escola Salesiana — assim como existem escolas evangélicas, no Estado de Mato Grosso, como referido aqui pelo Constituinte Antônio de Jesus, que não só é de excelente qualidade, filantropia, mas a única opção de ensino em determinadas e várias regiões do Estado. Então, tenho a impressão que tomar determinadas bandeiras para uma nação da diversidade da nossa e tomar isso como verdade absoluta a ser imposta em qualquer recanto deste País, é um risco muito grande, podendo cair, daqui a pouco, nas normas vazias que não terão implementação e não terão execução.

Então, eu gostaria que esse problema fosse caracterizado devidamente.

A minha última questão: entre as deficiências da educação se colocou os baixos salários e regime de trabalho. Lá, em Mato Grosso, a Lei n<sup>o</sup> 5.076, a vigorar a partir do ano que vem, coloca no ensino fundamental 50% de dedicação à aula, 50% de hora-atividade. Eu gostaria de saber a sua opinião, se isso seria uma das soluções e como V. S<sup>a</sup> vê a colocação disso na Constituição, ou nessa legislação complementar?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra o Prof. Luiz Antônio Cunha da SBPC.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CUNHA — Se me permite, eu retificaria o entendimento do que eu havia dito antes. Eu não fiz uma escola boa pública em São Paulo, no 2<sup>o</sup> grau, no ginásio. Eu fiz uma boa escola particular, que já não é mais aquela. Acho a sua expressão "bode expiatório" foi muito feliz, porque me dá chance de dizer que eu não sou contra a escola particular; eu defendo que ela exista, que a boa escola particular exista, que a má escola particular saia de campo pela simples

fiscalização do Estado, somente isso. O que eu não posso aceitar é que a má escola particular sobreviva às custas dos recursos públicos; a boa escola particular não precisa disso, ela tem uma boa clientela que lhe paga. Poderia dizer que se a boa escola particular não é acessível às crianças pobres, sim; mas o culpado disso é o Poder Público. Por que não se formam neste País de tantas generosidades, fundações com objetivo de conceder bolsas de estudos para as crianças pobres estudarem nas escolas particulares da boa qualidade? Por que não? Por que não se formam associações beneméritas, com especial interesse, para facilitar a vida educacional das crianças pobres, por que é que pedem que o Estado faça isso? Porque certamente essa não é a demanda das boas escolas particulares. Tenho certeza de que essa não é a demanda do Colégio Loyala, de Belo Horizonte, ou do Anchieta do Rio Grande do Sul, ou do São Luis, de São Paulo, ou do Bennett do Rio de Janeiro. A reivindicação de que haja recursos públicos para a escola particular é a reivindicação da má escola particular, aquela que vive às custas de bolsas de estudos — por sinal minguadas, muito pequenas — e não sei como algumas conseguem dar ensino de boa qualidade. Aliás, sei! As que não dão são aquelas escolas que despedem os professores no início de dezembro para recontratá-los em março, que assinam as carteiras com valores inferiores, são aquelas que não pagam as chamadas "janelas" ao Magistério, são aquelas que estão em dívida com o FGTS e com a Previdência Social. É esse tipo de empreendimento de negócio que vai pressioná-los, Srs. Constituintes, para que mantenham a possibilidade que eles conquistaram há algum tempo, e reforçaram sobre o manto da ditadura, da transferência de recursos públicos para o setor privado.

Esta Constituição deve manter um lugar para o setor privado, mas que ele mantenha a si próprio, como estabelecimento de ensino, nesta sociedade; e com a garantia e o incentivo de fundações que se criem especialmente para isso, fundações que mantenham o ensino particular, inclusive com orientação religiosa, e confessional por quê? Mas que existam, e que não sejam mantidas pelas contribuições dos estudantes e pelos subsídios públicos, como as atuais chamadas mantenedoras — não mantenedoras, são mantidas. Acho que isso é preciso acabar.

Quanto à segunda questão sobre a destinação dos recursos públicos, creio que essa é uma questão para os diferentes graus de ensino. Se me permitem a sugestão, a Constituição não deve manter uma destinação fixa. Isso porque a cada momento ele precisará ser diferente, e será muito difícil alterar a Constituição para determinadas conjunturas, dar um peso maior, por exemplo, ao ensino de 2º grau. Nos meus estudos, tenho visto que tem havido, recentemente, depois das eleições de governadores em 1982, um razoável incentivo ao ensino de 1º grau. O ensino de 3º grau tem outra dinâmica, mas o de 2º grau tem ficado com uma espécie de definição negativa, sem o apoio governamental. Pode ser que em determinadas conjunturas ele mereça um reforço que, na conjuntura seguinte, não será este. Então, seria extremamente interessante que não houvesse uma fixação rígida. No passado já houve a constituição de fundos de educação em 1/3, 1/3, 1/3. Acho que não deve ser fixado isso, mas

pela legislação ordinária, e até mesmo pelos planos de Educação submetidos ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado. Concedo a palavra ao nobre Constituinte Áttila Lira.

O SR. CONSTITUINTE ÁTILA LIRA — Meu caro Prof. Luiz Antônio Cunha eu queria que nos desse uma idéia sobre essa questão da autonomia da universidade e, sobretudo, o enfoque dessa autonomia no que diz respeito a essa universidade servir realmente às comunidades a que elas prestam serviços ou, pelo menos, em que estão localizadas. Nós sabemos, hoje, que há uma tradição das universidades nas universidades federais, onde predomina a presença do Governo Federal, e sabemos também que geralmente elas se comportam como poderes concorrentes do Estado. Gostaríamos de ver o seu pensamento nesta questão da autonomia, principalmente uma autonomia voltada para servir mais diretamente a cada região.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado. Concedo a palavra ao Prof. Luiz Antônio Cunha.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CUNHA — Sr. Constituinte, com sua licença, eu repetiria uma expressão chula, mas creio que adequada a essa questão, da qual uma vez me utilizei no conselho universitário de minha universidade, do qual eu faço parte como representante docente, eleito pelos meus pares: tem-se a impressão de que a universidade brasileira é uma universidade "biruta" — este é um instrumento aeronáutico que serve para indicar a direção do vento, é uma peça de pano de forma afunilada, que se posiciona conforme o vento. Infelizmente, a universidade brasileira é coagida, na sua autonomia — que nunca teve, ao contrário da tradição hispânica na América — pelo dinheiro; o vento da nossa universidade é o dinheiro. As universidades federais não tem condições de dizer "não" ao Ministério da Educação, quando este transfere recursos, por exemplo, para ampliar o atendimento médico-assistencial numa determinada área. Não pode dizer "não" a uma situação dessas. E, hoje, por incrível que pareça, a maior rede de hospitais públicos deste País não é do Inamps, mas do Ministério da Educação, com as universidades federais. Nós encontramos aí, outro ponto importante que eu gostaria de substituir, se me permitir, a sua expressão "universidade com atividades concorrentes no setor público". Creio que o situação talvez fosse um pouco pior: não concorrente, mas substitutiva do poder público.

Conheço uma universidade que até mesmo desenvolve um projeto de coleta de lixo domiciliar, em termos da separação dos produtos orgânicos e não-orgânicos. Isso não traz nenhuma contribuição ao ensino, à pesquisa e menos ainda à arte e à cultura. No entanto, essa atividade de coleta de lixo, que é das prefeituras, está sendo transferida às universidades públicas, coagidas pela pressão dos recursos controlados pelo ministério.

Não é possível a autonomia da nossa universidade, sem a autonomia na gestão dos recursos, e sem um quantitativo que permita que os reitores possam dirigir um processo de elaboração da política universitária, do caminho do ensino, da

pesquisa, da experimentação, sem ter que percorrer os ministérios e gabinetes, de pires na mão, para conseguir suplementar os orçamentos já zerados em abril e maio. Portanto, a autonomia das universidades é algo que é preciso ser conquistado conceitualmente. Não temos, ainda, o conceito da autonomia universitária, que faz parte da prática da tradição hispânica; até mesmo eles colocam esse nome no próprio título da universidade. Existe a Universidade Nacional Autônoma do México, de Santo Domingo, e dezenas de outras. E, para nós, autonomia é uma letra morta nas leis e decretos. Precisamos inventar o conteúdo para essa palavra, que por enquanto é vazia, e precisamos desde já, até para poder inventá-la e para rejeitar o que sabemos que não devemos fazer, ter pelo menos essa folga, essa base de recursos, para podermos trabalhar. Isso é o que nós queremos: voltar a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao último Constituinte inscrito, Tadeu França.

O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA — Os nossos agradecimentos aos eméritos professores. Mas, para efeito de registro, nós gostaríamos de deixar bem claro uma colocação que fez a Profª Myriam Limoeiro Cardoso sobre a universidade privada e a universidade pública. Particularmente, sou totalmente favorável a que as verbas públicas sejam destinadas exclusivamente a universidades públicas. A colocação que fizemos — e que foi bem interpretada — é no sentido de que, por exemplo, o professor de uma universidade privada tem que receber, pelo menos, a remuneração mínima equivalente ao professor da universidade pública — até mesmo para dignificar o magistério, porque nós temos assistido a essa literal "picaretagem" que tem, de certa maneira, feito do professor, ou daquele que se prepara para a educação, alguém espoliado, explorado pela má escola pública que aí está.

Gostaríamos, finalmente, de ouvir as opiniões dos professores a respeito. Claro que através do concurso público é que deve haver o ingresso ao magistério. Mas, na minha opinião, o concurso teria que ter apenas um caráter seletivo, porque na medida em que em nome de um concurso eventual se reprova um professor formado por uma faculdade, nós estamos condenando essa faculdade a uma situação de absoluta falta de idoneidade para a função em razão da qual ela existe.

Além disso, os professores têm se subordinado historicamente a uma prática de estágio probatório, que está previsto na atual Constituição, de dois anos. O professor já cumpriu o estágio probatório com disciplinas da faculdade. Então, gostaríamos de saber se corroborariam a nossa opinião de que nós temos que eliminar o estágio probatório, que representa um resquício que não se justifica. Temos conhecimento de um caso em que o professor está aposentado por um padrão de ensino e está ainda na mesma disciplina, cumprindo o estágio probatório pelo segundo padrão. Nós, a nível de Paraná, temos uma experiência, na área de ensino, em termos de democratização dos colégios. No Paraná, há quatro anos que os diretores são eleitos pelos professores, funcionários, alunos do 2º grau e pais de alunos. Gostaríamos muito de saber a opinião de V. Ex.<sup>ca</sup> sobre —

essa experiência, em termos de amplitude a nível nacional.

É desta forma, portanto, na condição de último indagador, apesar do tempo, e se nós todos aqui estamos e V. Ex.<sup>a</sup> nos suportam ainda, é com a certeza de que todos nós estamos imbuídos da mesma causa, no sentido de encontrar caminhos válidos para a educação.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aécio de Borba, pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — A pergunta envolveria um outro detalhe que eu gostaria de acrescentar: Como os novos professores vêm a inclusão, na Constituição, da obrigatoriedade de concurso para a admissão e a promoção à carreira final?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. Concedo a palavra à Prof.<sup>a</sup> Maria Beatriz Moreira Lucy, Presidente da ANPAE.

A SRA. MARIA BEATRIZ MOREIRA LUCY — Obrigada pela oportunidade.

A questão da valorização profissional do magistério tem preocupado e realmente merece ser contemplada na Constituição.

O concurso público, que é a nossa proposta, instrumento da seleção dos professores, se faz necessário — no nosso entender — no atual momento em que se existem inúmeras não controladas instituições formadoras de professores. Temos, hoje, um descompasso total entre a oferta de licenciados e os empregos disponíveis no setor da educação. Estamos lidando — e por isso é perigoso nos atermos a esta simples relação — com uma oferta de licenciados, feita com o problema de distribuição pelas diferentes regiões e localidades, e estamos lidando, de outro lado, com uma oferta de empregos, tanto do setor público quanto do setor particular, que, de outro lado, não atendem ao nosso critério de universalização da educação básica e de oferta de ensino de 2º e de 3º grau e todos que o desejarem.

Para ser mais clara: no momento atual cremos que o concurso público para a seleção dos professores ao ingresso na função pública é uma necessidade. Temos posições divergentes, ainda não elaboradas de modo suficiente, com relação à sua utilidade, à sua qualidade como instrumento de verificação da qualificação da pessoa durante o desempenho da função e, portanto, como instrumento de promoção dentro da carreira.

Particularmente preocupada com este assunto, eu teria outros instrumentos a propor como avaliação em serviço: por verificação pelos pares, por superiores pelos alunos, pela própria comunidade de pais, participando como instrumentos também próprios, que seriam examinados para a promoção interna na carreira.

Segundo: o estágio probatório. Nós temos, hoje, o estágio supervisionado, como exigência curricular nas licenciaturas. É um estágio que tem sido descaracterizado na maior parte das instituições — e falo da grande massa, principalmente das faculdades isoladas que oferecem a licenciatura pelo País afora. Os professores cumprem com 3, 6, 10 horas/aula que deveriam ter sido acompanhadas na sua preparação, na sua execu-

ção e na sua avaliação pelo professor supervisor do estágio, e não o são. Quer dizer, temos o preceito curricular legal do estágio supervisionado, que não é executado, na nossa maneira de ver, dentro dos padrões de qualidade que deveria ter.

Terceiro: o estágio probatório é uma medida do serviço público em alguns Estados, com características que variam muito a nível nacional. Então, o caso do Paraná requer um período talvez maior do que de outros Estados e permite, inclusive, essas discrepâncias ininteligíveis da pessoa que já está com 25 anos de experiência, e porque o salário é insuficiente, a sua aposentadoria não lhe permitirá sobreviver, vê-se na contingência de fazer um outro concurso para um reingresso numa outra matrícula, numa outra carreira, e assim por diante para reativar — digamos — a sua condição através do concurso público.

Realmente, precisamos examinar detidamente um plano de carreira do magistério a nível nacional, onde parâmetros e critérios genéricos sejam estabelecidos a nível nacional e, depois, os sistemas estaduais e municipais estabeleçam subcritérios de acordo com as suas possibilidades e necessidades das regiões. Seria o encaminhamento inicial que eu daria hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado, Professora Maria Beatriz.

Como um Constituinte indagou às três entidades, oferecemos agora a palavra ao Prof. Luiz Antônio Cunha.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CUNHA — Eu gostaria apenas de completar determinados pontos já apresentados pela colega, mas ressaltar que estas, neste momento, não são as opiniões da SPBC; são opiniões minhas pessoais, sujeitas a problemas ainda maiores do que as de uma entidade.

No que se refere ao problema das eleições de Diretores, creio que é uma questão muito importante. Na experiência de alguns Estados têm havido problemas, situações indesejáveis, como até manipulação política para a eleição de um ou outro diretor e, até o uso de certos padrões muito rasteiros da política populista.

Entretanto, creio que esse é um caminho da maior importância: eleição de Diretores, é apenas o primeiro passo da participação direta dos destinatários da educação no controle da educação.

Gostaria de dizer que esta é a outra face da moeda e toda a defesa que fiz aqui, da destinação exclusiva dos recursos públicos para a escola pública, entendendo a escola pública não travestida de comunitária, ou delegada, ou que outro nome tenha mas escola pública como sendo sinônima daquele mantida, dirigida e criada pelos Municípios, pelos Estados e pela União. A contraparte dessa destinação exclusiva dos recursos públicos para o ensino público, por permitir, através da mediação do Estado, um controle de todo o ensino pela sociedade, é o controle também direto dos destinatários da educação, sejam os pais dos estudantes, sejam eles próprios, como no caso do 2º grau — e, ainda, com maior razão, no ensino superior, no controle de ensino, da sua participação nos conselhos de educação.

Portanto, no meu entender, acho que é da maior importância que esse tipo de experiência se aprofunde. A despeito de problemas que surgem aqui e ali, o amadurecimento desse processo conduzirá a uma situação muito satisfatória.

Com os mesmos argumentos com que eu rejeito a política autoritária que diz que os Deputados são eleitos através de outros mecanismos, eu rejeitaria a política que diz que os professores têm que ser nomeados, porque senão quem vai fazê-lo vai ser o chefe político local, ou os diretores políticos, pois eles poderiam ser controlados pelo chefe político local ou pelo poderoso, pela pessoa de dinheiro, ou pelos fazendeiros locais. Isto poderá e deverá ser ultrapassado, pelo próprio amadurecimento do processo, que só estamos iniciando.

Outra questão é quanto aos concursos — e aqui me parece que o problema está mais propriamente ligado ao ensino superior — a questão da exigência de concurso para os níveis inicial e final da carreira do magistério.

Lembrando uma proposta feita há muito tempo na Universidade de São Paulo, no início dos anos 60, eu gostaria que houvesse o contrário: que o primeiro nível da carreira docente, que até não precisaria ser chamada carreira docente — poderia ser um nível até de uma situação probatória, não fazendo parte da carreira —, seria a do professor-auxiliar e a carreira começaria como professor-assistente; mas que este pudesse ser contratado a título precário, a título de experiência, por um tempo limitado, findo o qual ele comprovaria, pela prática, pelo julgamento, até mesmo dos próprios estudantes, dos seus pares professores, dos títulos de pós-graduação que atingisse, estar apto a conquistar a entrada na carreira do magistério como assistente.

Então, esse primeiro nível não é da carreira do magistério. Se assistente fosse, que se exigisse concurso, sim, mas que houvesse um vestibular, sem confusão com os dos estudantes, em que essa pessoa, esse candidato ao magistério da universidade pudesse comprovar a sua situação, na prática, como tendo qualidade docente, com avaliação feita pelos estudantes, pelos seus pares e pelos cursos de pós-graduação conseguidos.

A exigência de concurso público para o nível final da carreira, eu gostaria que fosse a regra — e não é porque eu acabo de sair há três meses de um concurso para titular, onde fui vitorioso. Creio que isso é importante, mas creio que é da maior importância a possibilidade de aproveitamento dos veteranos para as universidades novas, e que eles não sejam compelidos à situação de visitante por prazo determinado de dois anos, como a legislação federal, hoje, determina. O que ocorre com a expansão das novas universidades brasileiras é que elas só podem se expandir por três mecanismos: pela improvisação — infelizmente o engenheiro vai ensinar Física, o médico vai ensinar Biologia, o juiz de Direito vai ensinar Sociologia, o pároco vai ensinar História. Só por acaso isso poderá dar certo. A segunda via da expansão é a contratação de missões estrangeiras. Dois exemplos brasileiros foram bem-sucedidos nisso: a Universidade do Distrito Federal, na derrubada pelo autoritarismo do Estado Novo, e a Universidade de São Paulo, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A terceira via é o aproveitamento dos veteranos internos, daqueles que se aposentam numa universidade e que, no meu entender, devem ter o direito de entrar no último grau da carreira docente numa universidade nova. Não a título precário, mas com o aproveitamento de toda a sua experiência, para a formação dos jovens naquele local. Não há ne-

nhuma proposta específica sobre como isso devesse ser feito. A direção me parece extremamente importante, mas que não sirva como mais uma dessas entradas paralelas de titulares, como a sociedade brasileira encontra tanto. No Rio de Janeiro, estamos tendo agora a triste situação dos titulares "biônicos", que são professores que conseguiram fazer concurso de livre-docente; a quem a justiça federal concedeu, infelizmente, a equivalência a titular. Então, são titulares por decreto. Infelizmente, a universidade brasileira ainda padece desse caráter cartorial em que um título e um degrau da carreira de docente é conquistado na justiça e não na sala de aula, não perante bancadas dos pais, não no laboratório, mas conquistado no cartório ou no tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado.

Concedo a palavra ao Presidente da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física, Cláudio Boschi.

O SR. CLÁUDIO BOSCHI — Com relação à situação de concurso, é óbvio e extremamente natural que a federação seja amplamente favorável a toda atitude que determine a transparência administrativa. Isso em função exatamente de que permite a avaliação pública das atitudes tomadas. E, graças a Deus — e esse "graças a Deus" é de boca bem cheia mesmo — nós temos tido notícias de que em vários Estados está havendo contratação de um número significativo de professores de Educação Física, todos eles pela efetiva via de concurso, na área principalmente de 1º e 2º graus.

No que diz respeito ao processo de eleição de diretores, existe um ditado meio chato, mas que, em alguns casos — e quem participou de administração pública sabe disso — a burocracia salva o Poder Público. Estou deixando bem claro que não sou nenhum apologista, nenhum defensor de burocracia, muito antes pelo contrário. Mas, pura e simplesmente, fazer a experiência de eleição de diretores, sem mudança de uma série de outras situações, sem mudanças de um contexto, infelizmente nós poderíamos cair em situações de fazer a fachada e não ter a arrumação interna. Nós somos amplamente favoráveis a essa situação, porém dentro de um contexto em que, efetivamente, toda seqüência desse processo de eleição dos diretores ou de eleição dos dirigentes escolares fosse complementada; para evitar a situação de ser eleito o diretor — como se vê em alguns Estados, e em um Estado especificamente — e o vice-diretor é nomeação política.

Então, é aquela história em que se vai acabar levando para dentro da escola uma briga política de uma situação muito mais séria, talvez transpassando situações pessoais, situações de coligações partidárias ou que o sejam, e que acabam a nível da escola, como disse anteriormente a Profª Miriam Limoeiro Cardoso, que deveria ser o local que, mesmo que ilusoriamente, fosse diferente da vida em geral; que pelos menos, lá dentro, a pessoa sentisse que lá é igual. E acaba acontecendo o que não poderia ocorrer.

Quanto à situação de estágio probatório, é uma posição que em alguns casos é humilhante. Concorde plenamente com o Constituinte Tadeu França quando ele diz que é humilhante você ver um profissional de 20 anos ou de quantos anos sejam, ter que provar a sua capacidade. Não

sei efetivamente, ainda, o mecanismo convincente que pudesse substituir esse processo, mas é uma situação dentro da dinâmica, do entusiasmo e do que a subcomissão já colocou aqui, por várias vezes, de uma possibilidade de manutenção desses trabalhos em termos de legislação ordinária, para que não houvesse um hiato, para que não houvesse uma paralisação entre a promulgação da Constituição e a legislação ordinária. O desejável é que já se tivesse mecanismos, quando nada referenciais, o que é óbvio, pois o País tem uma extensão continental e a mesma situação que seja no Amazonas, não será a do Rio Grande do Sul, não será a de Minas Gerais e não será a dos outros Estados. Mas que, pelo menos, houvesse parâmetros, porque apesar de que não são em todos os Estados, os mecanismos, hoje, utilizados, infelizmente são mecanismos muito antigos e mecanismos de uma realidade que a nível nacional já estão ultrapassados há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado.

Com esses depoimentos, nós estamos concluindo esta primeira sessão pública. Agradecemos, sensibilizados, a presença da Associação Nacional de Educação, da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física, da Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, por sua extraordinária contribuição trazida a esta subcomissão.

Conforme já havíamos combinado antes, esta contribuição iniciou-se hoje e, seguramente, perdurará por todo o processo de elaboração da Constituição, tanto a esta subcomissão como ao todo do processo em geral.

Mais uma vez, os nossos melhores agradecimentos e, antes de encerrar, gostaria de convocar esta subcomissão para hoje, às 18 horas e 30 minutos, já que dentro dos próximos 20 minutos estaremos iniciando a sessão plenária da Constituinte. Após essa sessão plenária, portanto às 18 horas e 30 minutos — para a qual estamos convocando — teremos uma reunião extraordinária desta subcomissão, oportunidade em que ouviremos o Conselho Federal de Educação, o Foro Nacional de Secretários da Educação e o Grupo de Trabalho Educação e Constituinte do MEC.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 14 horas e 14 minutos.)*

*DOCUMENTOS RECEBIDOS PELA SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES A SEREM PUBLICADOS EM ANEXO À ATA DA 12ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1987, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO, CONSTITUINTE HERMES ZANETTI.*

IV CONFERÊNCIA  
BRASILEIRA DE  
EDUCAÇÃO

2 a 5 de setembro de 1986

Carta de Goiânia

Os educadores presentes em Goiânia na IV Conferência Brasileira de Educação, no período

de 2 a 5 de setembro de 1986, vêm a público divulgar as resoluções votadas no encerramento dos trabalhos. Atendendo ao convite das entidades organizadoras — ANDE (Associação Nacional de Educação), ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação) e CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade) — seis mil participantes, vindos de todos os Estados do País, debateram temas da problemática educacional brasileira, tendo em vista a indicação de propostas para a nova Carta Constitucional.

Os profissionais da educação declaram-se cientes de suas responsabilidades na construção de uma nação democrática, onde os cidadãos possam exercer plenamente seus direitos, sem discriminação de qualquer espécie. Estão, por isso, empenhados em debater, analisar e fazer denúncias dos problemas e impasses da educação brasileira e, ao mesmo tempo, em colocar sua capacidade profissional e sua vontade política para a superação dos obstáculos que impedem a universalização do ensino público de qualidade para todo o povo brasileiro.

A IV Conferência Brasileira de Educação, ao propor princípios básicos a serem inscritos na Constituição, tem presente que o País enfrenta graves problemas sociais e econômicos, de natureza estrutural, que entravam a efetiva democratização do conjunto da sociedade. Tem presente, também, que o não — enfrentamento urgente de tais problemas acarretará o comprometimento da viabilização das políticas sociais, especialmente da política educacional.

De fato, dados divulgados pelo próprio Governo Federal mostram que cerca de 60% dos brasileiros encontram-se em estado de extrema pobreza material, em contraste com uma minoria de grupos privilegiados que detêm o usufruto privado da riqueza que é social. Isso significa que as aspirações da coletividade pela democracia econômica, social e política são obstaculizadas por uma organização social injusta e, em decorrência, por políticas governamentais incapazes de promover a justiça social. Persiste uma política econômica e particularmente salarial, marcadas pela distribuição desigual da renda, cujas expressões são a questão agrária e a violência social contra os trabalhadores rurais; o enorme endividamento externo; a dívida pública; o precário atendimento às necessidades de escolarização da população e de outras políticas sociais como a saúde, a assistência e previdencial social.

No âmbito da educação, o País continua convivendo com problemas crônicos referentes à universalização e qualidade do ensino, a gratuidade escolar, as condições de trabalho do magistério e a escassez e má distribuição das verbas públicas. Não é demais lembrar alguns dados que revelam o estado lastimável em que se encontra a educação nacional:

— mais de 50% de alunos repetentes ou excluídos ao longo da 1ª série do ensino de 1º grau;

— cerca de 30% de crianças e jovens na faixa dos 7 aos 14 anos fora da escola;

— 30% de analfabetos adultos e numeroso contingente de jovens e adultos sem acesso à escolarização básica;

— 22% de professores leigos;

— precária formação e aperfeiçoamento profissional de professores de todo o País;

— salários aviltados em todos os graus de ensino.

Há dois anos, os participantes da III Conferência Brasileira de Educação aprovavam um Manifesto em que expressavam suas esperanças de que tais problemas crônicos viessem a ter um encaminhamento mais efetivo. Os educadores se envolveram num clima de positiva expectativa que tomava conta da sociedade brasileira, em face das possibilidades abertas pelas mudanças na vida política do País, uma vez cessado o longo período de regime militar. Havia razões para esperanças: governos estaduais haviam sido eleitos pelo voto popular; profissionais da educação foram chamados a ocupar postos administrativos e técnicos; outras áreas da administração pública passaram a contar com profissionais comprometidos com ideais e práticas convergentes com os interesses majoritários da sociedade; algumas reivindicações há anos exigidas pelos educadores, como por exemplo a priorização do ensino de 1º e 2º graus, foram anunciadas pelos governos.

Entretanto, passado esse período, os educadores continuam denunciando a incapacidade do sistema político em assegurar a concretização de diretrizes educacionais voltadas para o atendimento dos interesses majoritários da população brasileira. Insistindo em práticas políticas arcaicas, os governos federal e estaduais continuam recorrendo a programas de impacto político e de favorecimento a grupos que colocam a educação a serviço de interesses menores. Promoções nacionais como o "Dia D da Educação", Educação Para Todos, Programa Nacional do Livro Didático, Projeto Educar, Projeto Nova Universidade, Projeto das 200 Escolas Técnicas, como também a sucessiva criação das chamadas "comissões de alto nível", não chegam a produzir mais do que efeitos de visibilidade política, já que são medidas descontínuas e desconectadas de um plano global de atendimento ao conjunto dos problemas educacionais. Tais promoções criam uma expectativa ilusória, contribuindo para desviar a atenção dos reais problemas.

Em relação às políticas públicas estaduais, essas mesmas práticas tem sido reiteradas, acrescentando-se que alguns programas de governo pretendem utilizar-se da estrutura e dos recursos do setor educacional para resolver problemas afetos a outros setores das políticas públicas, tais como a substituição da educação escolar por meros programas de assistência, saúde e treinamento profissional.

Cabe destacar, ainda, a questão das verbas públicas para a educação, destinadas sobretudo aos projetos de impacto político e não às prioridades efetivas, e freqüentemente desviadas para instituições privadas. Esta situação tende a agravar-se com as ações dos grupos privatistas organizados para assegurar seus interesses na Carta Constitucional.

Neste momento em que a Nação se prepara para eleger seus representantes ao Congresso Constituinte, os educadores brasileiros renovam sua disposição de luta, exigindo que os problemas educacionais sejam tratados de maneira responsável e coerente, tendo em vista as reais necessidades e interesses da população.

Os participantes da IV Conferência Brasileira de Educação reivindicam, assim, que a nova Carta Constitucional consagre os princípios de direito de todos os cidadãos brasileiros à educação, em todos os graus de ensino e de dever do Estado em promover os meios para garanti-la. Ao mesmo tempo, se comprometem a lutar pela efetivação destes princípios, organizando-se nas suas entidades, exigindo compromissos dos candidatos às Constituintes a nível federal e estadual e cobrando o cumprimento de medidas propostas para a democratização da educação.

Finalmente, propõem que os princípios formulados a seguir sejam inscritos no texto constitucional:

1. A educação escolar é um direito de todos os brasileiros e será gratuita e laica nos estabelecimentos públicos, em todos os níveis de ensino.

2. Todos os brasileiros têm direito à educação pública básica comum, gratuita e de igual qualidade, independentemente de sexo, cor, idade, confissão religiosa e filiação política, assim como da classe social ou da riqueza regional, estadual ou local.

3. O ensino fundamental com 8 anos de duração é obrigatório para todos os brasileiros, sendo permitida a matrícula a partir dos 6 anos de idade.

4. O Estado deverá prover os recursos necessários para assegurar as condições objetivas ao cumprimento dessa obrigatoriedade, a ser efetivada com um mínimo de 4 horas por dia, em 5 dias da semana.

5. É obrigação do Estado oferecer vagas em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos e 11 meses de idade, com caráter prioritariamente pedagógico.

6. São assegurados aos deficientes físicos, mentais e sensoriais serviços de atendimento pelo Estado, a partir de 0 (zero) ano de idade, em todos os níveis de ensino.

7. É dever do Estado prover o ensino fundamental, público e gratuito, de igual qualidade, para todos os jovens e adultos que foram excluídos da escola ou a ela não tiveram acesso na idade própria, provendo os recursos necessários ao cumprimento desse dever.

8. O Estado deverá viabilizar soluções que compatibilizem escolarização obrigatória e necessidade de trabalho do menor até 14 anos de idade e, simultaneamente, captar e concentrar recursos orçamentários para a criação de um Fundo de Bolsas de Estudo a ser destinado às crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, matriculados na escola pública.

9. O Ensino de 2º grau, com 3 anos de duração, constitui a segunda etapa do ensino básico e é direito de todos.

10. O ensino, em qualquer nível, será obrigatoriamente ministrado em língua portuguesa, sendo assegurado aos indígenas o direito à alfabetização nas línguas materna e portuguesa.

11. Será definida uma carreira nacional do magistério, abrangendo todos os níveis e que inclua o acesso com o provimento de cargos por concurso, salário digno e condições satisfatórias de trabalho, aposentadoria com proventos inte-

grais aos 25 anos de serviço no magistério e direito à sindicalização.

12. As universidades e demais instituições de ensino superior terão funcionamento autônomo e democrático.

13. As universidades públicas devem ser parte integrante do processo de elaboração da política de cultura, ciência e tecnologia do País, e agentes primordiais na execução dessa política que será decidida, por sua vez, no âmbito do Poder Legislativo.

14. A lei regulamentará a responsabilidade dos Estados e Municípios na administração de seus sistemas de ensino e a participação da União para assegurar um padrão básico comum de qualidade dos estabelecimentos educacionais

15. Os recursos públicos destinados à educação serão aplicados exclusivamente nos sistemas de ensino criados e mantidos pela União, Estados e Municípios.

16. Será de responsabilidade exclusiva dos setores da saúde pública a atenção à saúde da criança em idade escolar.

17. A merenda escolar e qualquer outro programa assistencial a ser desenvolvido nas escolas devem contar com verbas próprias, desvinculadas, dos recursos orçamentários para a educação "stricto sensu", porém gerenciadas por órgãos da área educacional.

18. É permitida a existência de estabelecimentos de ensino privado, desde que atendam às exigências legais e não necessitem de recursos públicos para sua manutenção.

19. O Estado deverá garantir à sociedade civil o controle da execução da política educacional em todos os níveis (federal, estadual e municipal), através de organismos colegiados, democraticamente constituídos.

20. O Estado assegurará formas democráticas de participação e mecanismos que garantam o cumprimento e o controle social efetivo das suas obrigações referentes à educação pública, gratuita e de boa qualidade em todos os níveis de ensino.

21. Fica mantido o disposto pela Emenda Calmon (24, § 4º do art. 176 da atual Constituição), assim como pelas Emendas Passos Porto (EC 23) Irajá Rodrigues (EC 27) e a lei estabelecerá sanções jurídicas e administrativas no caso do não — cumprimento destes dispositivos.

Consideram, outrossim, essencial sua participação, através das entidades de representação na área, tanto na elaboração da Constituição, quanto da lei acima referida.

Os educadores presentes à IV Conferência Brasileira de Educação consideram indispensável que seja elaborada uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional, a partir dos princípios inscritos na Constituição.

Consideram, ainda, que devem ser mobilizados todos os recursos no sentido de tomar público este posicionamento e de conchamar os candidatos dos diversos partidos à Constituinte, para a defesa dos princípios aqui enunciados.

Goiania, 5 de setembro de 1986.

ANDES  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO  
ENSINO SUPERIOR

PLATAFORMA  
EDUCACIONAL

Para  
a  
Constituição

Abril 1987

Ensino público  
e gratuito:  
direito de todos  
dever do  
Estado

CONSTITUINTE  
Plataforma e formas de ação

1 — PLATAFORMA EDUCACIONAL

1.1 — Apresentação

Originária das grandes mobilizações de trabalhadores do século XX, a luta pelo ensino público e gratuito no Brasil representa, com clareza, um exemplo da divergência existente entre os interesses da maioria da população brasileira em obter serviços públicos de boa qualidade e aqueles das classes mais privilegiadas que controlam o Estado e suas políticas.

Lutamos por uma educação pública, gratuita, crítica, democrática e competente. Uma luta já antiga e hoje, mais do que nunca, necessária. Uma luta, portanto, para a transformação da realidade que temos entre nós.

Se de um lado é importante, na ação transformadora, dispor de análise lúcida da realidade que queremos transformar, de outro, é preciso ter clareza quanto às concepções que informam a nossa luta e as direções que a pautam.

Marcada — como foi anteriormente — pela tendência à privatização do ensino e da produção do saber e por uma concepção de educação que privilegia a transmissão de conhecimento em detrimento da reflexão crítica, a política educacional do governo se desenvolve em ritmo acelerado, na direção de eximir do Estado de sua responsabilidade social com a educação, que passa a cumprir uma função preponderantemente integradora, acrítica e com caráter fortemente conservador. Essa política se evidencia na falta de vagas nas escolas públicas com mais de 10 milhões de crianças que estão sem escolas e na existência de turnos curtos, entre tantos outros exemplos. Significa ainda o tratamento do ensino como mercadoria, com a própria política educacional favorecendo a que empresas privadas de ensino se tomem negócio altamente rentável. Assistimos ao lobby privatista controlar uma fatia lucrativa do mercado ao mesmo tempo em que controla a própria política educacional com sua presença ou representação em comissões, no CFE e no Congresso Nacional.

Ao lado da tendência à privatização do ensino, assistimos ao controle do Estado sobre a educação através de uma política de verbas contrária

aos interesses populares de melhoria, ampliadas (CEC, art. 385), assegurando, assim, como norma constitucional explícita, o direito do capital privado de mercantilizar o ensino. Estabelecido o princípio, as instituições privadas procurarão abocanhar a parte que "por direito" agora lhes caberá dos recursos públicos, cuja dotação mínima será definida constitucionalmente. Mais do que isto: procurarão assegurar-se de que a "lei regulará a transferência de recursos públicos ao ensino privado a todos que a solicitem..." (CEC, art. 391).

Os casos citados indicam que os defensores do capital na esfera da educação almejam o mais drástico retrocesso já visto na história das Constituições brasileiras. Sua força é demonstrada pelo vigor com que introduzem seus interesses nos citados anteprojetos.

Propomos resistir e avançar, contrapondo concepção a concepção, mobilização e luta à tentativa de controle hegemônico da Constituinte Congressional pelos interesses que defendem a privatização do ensino e da produção do saber no País.

A educação que queremos não se reduz apenas à transmissão de conhecimentos, mas conjuga saber crítico e compromisso social.

Volta-se, acima de tudo, para o desenvolvimento da capacidade de pensar, refletir, de julgar. Propõe-se a conseguir estabelecer a relação com a própria realidade, rompendo com os mecanismos sutis da dominação ideológica, desenvolvendo, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, o conhecimento, a consciência crítica e a capacitação à vida e ao trabalho em nossa realidade social. Esta concepção de educação pretende criar e desenvolver as oportunidades facilitadoras da formação da consciência social crítica.

Entendemos a educação como uma das formas e a escola como um dos lugares do desenvolvimento da capacidade crítica, cujo campo próprio, bem o sabemos, é a luta, são os enfrentamentos concretos da prática cotidiana, que desenvolvem a crítica tanto mais quanto mais globais e organizados politicamente forem aquela luta e aquele enfrentamento.

Pela própria natureza da educação que propomos, são pontos inegociáveis e que devem pautar sua organização concreta: a democracia, a qualidade, a gratuidade, o interesse público e a autonomia.

Consubstanciada a partir de vivência cotidiana e fruto da reflexão e deliberação coletivas de base, a plataforma educacional apresentada abaixo reflete nossas aspirações, hoje, sobre os princípios norteadores da organização do ensino público no Brasil. Todo nosso empenho estará em, somando-nos com as forças efetivamente progressistas e populares no País, contribuir, no duro embate que se inicia após instalado o Congresso Constituinte, para a defesa de condições mais dignas de vida, trabalho, educação, saúde e participação política da maioria da população brasileira.

1.2 — Plataforma

1.2.1 — A educação é um dos agentes promotores da capacitação ao trabalho, à sustentação da vida e dos meios de elaboração e reflexão crítica da realidade social em que vivemos, sendo dever do Estado prover ensino público, gratuito e laico para todos, em todos os níveis, inclusive o pré-escolar.

Parágrafo único. A educação de 1º grau será obrigatória em todo o território nacional.

1.2.2 — Compete à União elaborar o Plano Nacional de Educação, prevendo a participação harmônica dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Neste Plano cabe ao Estado garantir na escola pública um número de vagas suficiente para atender a demanda da população escolar potencial. O Estado garantirá a todos a realização desse direito através de outros programas sociais devidamente orçamentados no seu setor específico, tais como transporte, alimentação, material escolar e assistência à saúde.

1.2.3 — É livre a manifestação pública de pensamento e de informação, proibida toda e qualquer forma de censura. O ensino, a pesquisa e a extensão serão organizados e exercidos em todo o território nacional de forma a garantir, plenamente, a sua autonomia, sem quaisquer imposições ou restrições de natureza filosófica, ideológica, religiosa ou política.

1.2.4 — É permitida a existência de escolas particulares desde que não recebam verbas públicas, estejam organizadas segundo os padrões unitários de qualidade e não tenham fins lucrativos e sejam subordinadas às normas mínimas ordenadoras da estrutura educacional nacional.

§ 1º A existência da escola privada estará condicionada à observância das normas previstas no caput deste artigo, à garantia da participação dos professores e funcionários nos órgãos deliberativos da instituição, bem como à garantia de que a entidade mantenedora sustentará de forma integral, econômica e financeiramente, o funcionamento da instituição.

§ 2º Cabe ao Estado garantir, através da fiscalização, a observância permanente dessas normas e condições, sob pena de cassação da permissão de funcionamento e intervenção administrativa na instituição.

§ 3º Ficam proibidas isenções tributárias às mantenedoras e aos proprietários de empresas particulares de ensino.

1.2.5 — Fica o Estado obrigado a alocar ao ensino público e gratuito uma parcela fixa da receita tributária, cabendo à União aplicar nunca menos de 13%, e aos Estados e Municípios nunca menos de 25%, de modo a atender às necessidades públicas do setor, garantindo o desenvolvimento e a independência do ensino público e gratuito. A lei estabelecerá as sanções pelo não cumprimento desses dispositivos.

1.2.6 — As verbas públicas destinam-se exclusivamente às escolas públicas criadas e mantidas pela União, Estados e Municípios.

1.2.7 — A União se responsabilizará pela criação de mecanismos de controle e fiscalização da arrecadação e aplicação das verbas destinadas à Educação, com ampla participação da comunidade escolar, acadêmica, científica e das entidades da classe trabalhadora.

1.2.8 — As instituições de ensino e pesquisa brasileiras devem ter garantido um padrão unitário comum de qualidade, indispensável para que sejam capazes de cumprir seu papel de agente de soberania cultural, científica, artística e tecnológica do país, contribuindo para a melhoria das condições de vida, trabalho e participação política da população brasileira.

1.2.9 — A gestão acadêmica, científica, administrativa e financeira de todas as instituições de

ensino e pesquisa e de todos os organismos públicos de financiamento de atividades de pesquisa, extensão, aperfeiçoamento de pessoal docente e desenvolvimento científico e tecnológico deverá ser democrática, conforme critérios públicos e transparentes.

1.2.10 — Nas instituições de ensino e pesquisa, as funções diretivas serão preenchidas através de eleições, pela comunidade da instituição respectiva, sendo garantida a participação de todos os segmentos dessa comunidade.

Parágrafo único. As funções de diretor e supervisor deixarão de ser cargos públicos providos por concurso, passando a funções eletivas, garantidos os direitos dos efetivos e de escolha dos já concursados, respeitados os prazos legais.

1.2.11 — As Instituições de Ensino Superior terão plenamente garantida a sua autonomia pedagógica, científica e administrativa em relação ao Estado ou entidades mantenedoras que garantirão os recursos financeiros a seu pleno funcionamento, respeitadas as condições dos artigos anteriores.

1.2.12 — As Instituições de Ensino Superior brasileiras serão necessariamente orientadas pelo princípio da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

1.2.13 — O magistério público dos diversos níveis deve estar organizado sob as carreiras unificadas, garantindo-se a isonomia salarial, o provimento de cargos e funções por concurso público de títulos e provas, salário e condições dignas de trabalho, aposentadoria com proventos integrais e direito à sindicalização.

§ 1º Fica assegurado o direito dos professores de requerer aposentadoria integral aos 25 anos ou da aposentadoria proporcional aos 20 anos de efetivo exercício do magistério.

§ 2º Todos os profissionais terão garantido o 13º salário e férias anuais de 45 dias.

§ 3º O salário dos aposentados corresponderá, a todo momento, àquele dos ativos no mesmo nível, em cada categoria.

Disposição transitória: A incorporação da jornada de trabalho, para efeito de aposentadoria, ocorrerá considerando os últimos 3 anos, cinco anos quaisquer consecutivos, ou sete anos quaisquer intercalados, sendo adotada a mais vantajosa para o beneficiário.

1.2.14 — O ensino em qualquer nível será obrigatoriamente em língua nacional, sendo garantido aos indígenas o direito à alfabetização em língua materna e portuguesa.

1.2.15 — A edição de material didático pelo poder público deve ser submetida ao controle social e democrático da comunidade, garantindo-se a representatividade dos diferentes pontos de vista e respeitadas as especificidades regionais e culturais.

1.2.16 — As normas mínimas ordenadoras da estrutura nacional de ensino serão definidas por um organismo colegiado superior de educação, que deverá ter caráter público, total autonomia do Estado e constituição democrática.

§ 1º Ao colegiado do **caput** estará ligado um organismo colegiado específico denominado Conselho Interuniversitário, que deve ter caráter público e permanente, completa autonomia do Estado, tendo, entre suas atribuições, a definição de normas mínimas ordenadoras da estrutura nacional de ensino superior.

§ 2º O Conselho Interuniversitário do parágrafo primeiro será constituído de representantes democraticamente eleitos em cada Instituição de Ensino Superior do País.

Brasília, abril/1987

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE  
ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
FBAPEF  
PROPOSTA DA FBAPEF  
PARA A NOVA  
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

A FBAPEF propõe que os princípios formulados a seguir sejam inscritos no texto constitucional:

● A educação escolar é um direito de todos os brasileiros e será gratuita e laica nos estabelecimentos públicos, em todos os níveis de ensino.

● A educação física, de matrícula obrigatória, constitui disciplina nos horários normais em estabelecimentos de ensino de 1º, 2º e 3º graus.

● Todos brasileiro tem direito à educação física, ao desporto e ao lazer, independentemente de sexo, de cor, de idade, de confissão religiosa e classe social.

● Compete ao Estado com participação dos diversos segmentos da sociedade, a estruturação da política nacional de educação física, desportos e lazer, que objetive reconhecer a atender o direito e as necessidades do povo brasileiro e todos os profissionais que com ele trabalhem nas áreas citadas.

#### Justificação

É direito fundamental de todo brasileiro o acesso à educação física, aos desportos e ao lazer, os quais são indispensáveis à sua formação e ao desenvolvimento de suas qualidades físicas, psíquicas, sociais, intelectuais e morais. Será garantido nas políticas de educação, saúde, trabalho, previdência e assistência social, meio ambiente e da cultura.

A Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação — ANPAE, com base em decisões tomadas durante a realização do XIII Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, em João Pessoa, PB, de 3 a 7 de novembro de 1986, integrando-se ao esforço dos educadores brasileiros e dando continuidade às reflexões de debates já realizados, expressos publicamente em documentos tais como os da ANPED e da IV CBE, apresenta as seguintes propostas à Assembléia Nacional Constituinte:

1. Todos os brasileiros têm direito à educação gratuita, pública e laica em todos os níveis e modalidades de ensino.

2. É dever do Estado prover ensino gratuito a todos os brasileiros, oferecendo as condições necessárias para o cumprimento deste preceito.

3. O direito à educação implica o dever do Estado em garantir o acesso, permanência e contínua melhoria da qualidade do ensino.

4. O direito à educação é assegurado, também, pela obrigação das empresas vinculadas à Previdência Social de proporcionar ensino de 1º grau gratuito e completo aos seus trabalhadores e aos filhos destes.

5. O ensino de 1º grau deverá ser obrigatório e completo para todos os brasileiros, independente da faixa de idade, sendo permitida a matrícula a partir de seis anos.

6. O ensino de 1º grau funcionará com um mínimo correspondente a quatro horas de aula diárias, em 180 dias letivos.

7. É obrigação do Estado estender a oferta de educação pré-escolar pública a todas as crianças de quatro a seis anos.

8. O Estado deve garantir a oferta do ensino de 2º grau de qualidade, compatível com a demanda efetiva.

9. É ainda dever do Estado prover os meios necessários ao atendimento da educação especial.

10. O ensino, em qualquer nível, será obrigatoriamente ministrado em língua portuguesa, sendo assegurado aos indígenas o direito à alfabetização nas línguas materna e portuguesa.

11. O Estado proverá a integração dos diversos orçamentos, conferindo-lhes transparência, desagregando-os adequadamente e criando condições para sua divulgação, de modo a permitir, por parte das entidades representativas do magistério e da sociedade, o rigoroso controle dos recursos aplicados no setor da educação.

12. O cumprimento do direito à educação, por parte do poder público, será assegurado pelo dispêndio mínimo de 13% dos recursos orçamentários da União e 25% dos Estados e municípios, incidentes na receita de impostos, incluindo os provenientes de transferências, e aplicados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino nos estabelecimentos oficiais dos sistemas educacionais.

13. Os recursos orçamentários serão aplicados prioritariamente no ensino público de 1º grau.

14. A contribuição do salário-educação, na forma a ser estabelecido por lei, terá por base a alíquota incidente sobre o lucro líquido das empresas, e sua arrecadação deverá ser distribuída igualmente entre as três esferas administrativas do poder público, sendo a parcela dos municípios redistribuída de acordo com critérios baseados na relação demanda e renda **per capita**.

15. A existência de estabelecimentos de ensino privado estará condicionada às exigências legais, não sendo permitido o provimento de recursos públicos para sua criação, manutenção e desenvolvimento.

16. O Estado garantirá às universidades públicas o provimento de recursos que assegurem sua autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira.

17. O Estado deverá partilhar com a sociedade brasileira o controle da execução da política educacional em todos os níveis (federal, estadual e municipal) por intermédio de organismos colegiados democraticamente constituídos.

18. O poder público deverá assegurar as condições para a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino, em especial das instituições de ensino superior, com a participação dos diversos segmentos da comunidade universitária.

19. A comunidade científica, especialmente a das universidades, deve ser parte integrante no processo de elaboração da política de ciência e tecnologia do País.

20. A escola pública de 1º e 2º graus será gerida de forma democrática, de modo a garantir



a participação efetiva de pais, alunos, funcionários e educadores nas decisões relativas a seus propósitos e funcionamento.

21. O Estado assegurará condições de participação dos pais na gestão das escolas, através de dispositivos legais que os dispensem do trabalho nas horas à sua presença em reuniões e eventos escolares.

22. Será definida uma carreira nacional do magistério, abrangendo todos os níveis, e que inclua o ingresso por concurso público para o provimento de cargos, pisos salariais e condições satisfatórias de trabalho, aposentadoria com proventos integrais e direito à sindicalização.

23. Aos educadores será garantida a liberdade no exercício de sua prática educativa, sem quaisquer restrições de caráter político-ideológico, econômico, religioso e racial.

João Pessoa, 7 de novembro de 1986

## SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

### Proposta da SBPC para a Constituinte

#### Educação e instrução

##### Justificação

A questão educacional tem estado presente em todos os momentos decisivos do País, no nosso período de modernidade. Sua discussão ampliou-se para todos os setores sociais, e pode-se dizer que a educação é um anseio social generalizado. Como resultado, o Estado tem sido chamado a criar escolas, formar e contratar professores, ampliar as matrículas em todos os níveis e, não obstante, a educação ainda constitui um problema nacional. Temos uma taxa decrescente, mas ainda alta de analfabetismo (quase 20%).

Se considerada a alfabetização funcional (o nível primário de 4 anos no sistema antigo, e o 1º grau de 6 anos no sistema vigente, que a lei define como obrigatório), aquela taxa se eleva consideravelmente, estando por volta de 50%. A evasão e a repetência são maiores sobretudo nos primeiros anos de escolarização.

Em conseqüência, milhões de crianças brasileiras continuam fora da escola. E no entanto o ensino se tornou um grande negócio, por omissão do Estado e pelo processo de sua "comercialização". O desafio está posto de maneira flagrante. Não há como contorná-lo, sob pena de se vir a pagar um alto custo social, que significa a morte cívica de gerações e gerações de brasileiros. As proposições abaixo apresentadas são o resultado de amplas discussões por parte dos membros das associações educacionais e por parte da comunidade científica. As teses básicas aqui contidas têm sido debatidas em numerosas reuniões de educadores de todos os níveis e de cientistas de todas as áreas do conhecimento. Representam, pois, uma plataforma que julgamos fundamental venha a ser levada em conta pelos constituintes.

Art. 1º A educação escolar é um direito de todos os brasileiros e será gratuita e laica nos

estabelecimentos públicos, em todos os níveis de ensino.

Art. 2º Todos os brasileiros têm direito à educação pública básica comum, gratuita e de igual qualidade, independentemente de sexo, cor, idade, confissão religiosa e filiação política, assim como da classe social ou da riqueza regional, estadual ou local.

Art. 3º O ensino fundamental com oito anos de duração é obrigatório para todos os brasileiros, sendo permitida a matrícula a partir dos seis anos de idade.

Parágrafo único. O Estado deverá prover os recursos necessários para assegurar as condições objetivas ao cumprimento dessa obrigatoriedade, a ser efetivada com um mínimo de quatro horas por dia, em cinco dias da semana.

Art. 4º É obrigação do Estado oferecer vagas em creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos e onze meses de idade, com caráter prioritariamente pedagógico.

Art. 5º São assegurados aos deficientes físicos, mentais e sensoriais serviços de atendimento pelo Estado, a partir de zero anos de idade, em todos os níveis de ensino.

Art. 6º É dever do Estado prover o ensino fundamental, público e gratuito, de igual qualidade, para todos os jovens e adultos que forem excluídos da escola ou a ela não tiverem acesso na idade própria, destinando os recursos necessários ao cumprimento desse dever.

Art. 7º O Estado deverá viabilizar soluções que compatibilizem escolarização obrigatória e necessidade de trabalho do menor até 14 anos de idade.

Parágrafo único. Serão captados e concentrados recursos orçamentários pelo Estado para a criação de um fundo de bolsas de estudos a ser destinado às crianças e aos adolescentes de famílias de baixa renda, matriculados na escola pública.

Art. 8º O ensino de 2º grau, com 3 anos de duração, constitui a segunda etapa do ensino básico e é direito de todos.

Art. 9º O ensino, em qualquer nível, será obrigatoriamente ministrado em língua portuguesa, sendo assegurada aos indígenas o direito à alfabetização nas línguas materna e portuguesa.

Art. 10 Será definida uma carreira nacional do magistério, abrangendo todos os níveis e incluindo o acesso com o provimento de cargos por concurso, salário digno e condições satisfatórias de trabalho, aposentadoria com proventos integrais aos 25 anos de serviço no magistério e direito à sindicalização.

Art. 11. A universidade se caracteriza pela atividade de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, e será gerenciada segundo um regime jurídico próprio, garantida a plena autonomia da instituição.

Parágrafo único. As universidades públicas devem ser parte integrante do processo de elaboração da política de cultura, ciência e tecnologia do País.

Art. 12. A lei regulamentará a responsabilidade dos Estados e Municípios na administração de seus sistemas de ensino e a participação da União para assegurar um padrão básico comum de qualidades dos estabelecimentos educacionais.

Parágrafo único. Os recursos públicos destinados à educação serão aplicados exclusivamente

te nos sistemas de ensino criados e mantidos pela União, Estados e Municípios.

Art. 13. Será de responsabilidade dos setores da saúde pública a atenção à saúde da criança em idade escolar.

Art. 14. A merenda escolar e qualquer outro programa assistencial a ser desenvolvido nas escolas devem contar com verbas próprias, desvinculadas dos recursos orçamentários para a educação **stricto sensu**, porém gerenciada por órgãos da área educacional.

Art. 15. É permitida a existência de estabelecimento de ensino privado, desde que atendam às exigências legais e não necessitem de recursos públicos para sua manutenção.

Art. 16. O Estado deverá garantir à sociedade civil o controle da execução da política educacional em todas as esferas (federal, estadual e municipal), através de organismos colegiados, democraticamente constituídos.

Art. 17. O Estado assegurará normas democráticas de participação e mecanismos que garantam o cumprimento e controle social efetivo das suas obrigações referentes à educação pública, gratuita e de boa qualidade, em todos os níveis de ensino.

Art. 18. Fica mantido o disposto pela Emenda Calmon (Emenda Constitucional nº 24, § 4 do art. 176 da atual Constituição), assim como pelas Emendas Passos Pôrto (Emenda Constitucional nº 23) e Irajá Rodrigues (Emenda Constitucional nº 27).

Parágrafo único. A lei estabelecerá sanções jurídicas e administrativas no caso do não cumprimento destes dispositivos.

São Paulo, 6 de abril de 1987

### ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 1987

Aos seis dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas, na Sala da Comissão de Municípios — Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão de Família, do Menor e do Idoso, sob a presidência do Senhor Constituinte Nelson Aguiar, com a presença dos seguintes Constituintes: Roberto Augusto, Antônio Salim Curiati, Eraldo Tinoco, Cássio Cunha Lima, Eliel Rodrigues, Ervin Bonkoski, Eunice Michiles, Flavio Palmier da Veiga, Iberê Ferreira, Maria Lúcia, Matheus Iensen, Rita Camata, Sotero Cunha, Vingt Rosado, Ronan Tito, como membros da Subcomissão e Constituintes Alcenir Guerra, Antônio Carlos Mendes Thame e Agripino de Oliveira Lima, como participantes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos e solicitou fosse dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que foi considerada aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou que tomassem assento à mesa Dom Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB, Dr. José Mendo Mizaél de Souza, representante da Escola de Pais do Brasil; Dr. Eiji Murakami e Drª Jandira de Castro, representante da Seichono-Te do Brasil, para discorrerem sobre o tema "Sistema de Adoção". Concluídas as exposições, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos Senhores Constituintes para debate com os palestrantes e convidou o Primeiro-Vice-Presidente, Constituinte Roberto Augusto, para assumir a Presidência, tendo em vista a necessidade de ausen-

tar-se por alguns momentos. Participaram dos debates os seguintes Constituintes: Roberto Augusto, Antônio Salim Curiati, Cássio Cunha Lima, Iberê Ferreira, Eunice Michiles, Ervin Bonkoski, Eraldo Tinoco e Maria Lúcia, como membros da Subcomissão e o adolescente Marco Pereira Rocha, como ouvinte. Reassumindo a presidência, o Senhor Presidente, Constituinte Nelson Aguiar agradeceu a presença e as abordagens de Dom Luciano Mendes de Almeida, e dos Drs. José Mendo Mizaél de Souza, Eiji Murakami e Jandira de Castro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos às quatorze horas e quinze minutos, cujo teor publicado, na íntegra, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, convocando os Senhores Constituintes para a próxima reunião, a realizar-se dia sete de maio, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte pauta: depoimentos e debates com as entidades — Casa do Candango; Grupo dos Mais Vivos (SESC) e Ministério da Cultura, que abordarão os aspectos da Proteção ao Idoso. E, para constar, eu, Antônio Carlos Pereira Fonseca, Secretário, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Constituinte **Nelson Aguiar**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da reunião da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Já temos presente Dom Luciano Mendes de Almeida, a quem convidamos para tomar assento à Mesa. Estamos aguardando a presença do Dr. Juiz de Menores.

Convidamos também o Dr. José Mendel Mizaél de Souza, da Escola de Pais do Brasil, e o Dr. Eiji Murakami, ou a Dr<sup>a</sup> Jandira de Castro.

Na pauta dos nossos trabalhos de hoje temos: sistemas de adoção. Os Srs. debatedores estão livres para trabalhar todo o elenco do Direito da Família, mas gostaríamos naturalmente de enfatizar, com mais insistência, especialmente a questão da adoção por cidadãos estrangeiros, não-residentes no Brasil.

Por ordem, passamos a palavra a Dom Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB, que dispõe do tempo de até 30 minutos para sua exposição.

Queremos lembrar que todos os nossos trabalhos são gravados e, posteriormente, taquigrafados. O fato de não termos ainda todos os Srs. Constituintes aqui decorre da reunião que tivemos ontem até quase às 22 horas e, naturalmente, foram jantar muito tarde, mas já estão vindo. Contudo, não há prejuízo, quanto à parte expositiva.

A SRA. CONSTITUINTE EUNICE MICHILES — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Pois não.

A SRA. CONSTITUINTE EUNICE MICHILES — Só para complementar; aquilo que a gente recolhe, aqui, pode ser transformado em proposta à Constituição. Ontem e hoje são os últimos dias de que dispomos e tive que me levantar de madrugada, para estudar os subsídios que colhemos aqui para transformar isso em alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Exatamente. Muitos dos Srs. Constituintes estão consolidando suas propostas individuais, porque hoje é o derradeiro dia para que essas propostas sejam encaminhadas ao Plenário da Constituinte; essas propostas são encaminhadas, através do Plenário, e a Mesa da Constituinte as distribui para as diferentes Subcomissões. Muitos dos Srs. Constituintes estão nesse trabalho.

Passamos a palavra para Dom Luciano Mendes de Almeida.

O SR. DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA — Saúde, em primeiro lugar, o Presidente da Subcomissão, Dr. Nelson Aguiar, todos os demais componentes e aqueles que estão aqui, trazendo, com a sua participação, eventuais aperfeiçoamentos às exposições feitas pela manhã. Vejo que é de um conjunto de contribuições, dessa participação de vários setores, que vai surgindo a possibilidade da Constituição atender aos vários aspectos que estão ligados ao tema da Família, do Menor, e do Idoso e, hoje, particularmente, à questão da educação.

Evidentemente, que esse tema da educação tem muitos desdobramentos; talvez pudéssemos concentrar a atenção inicial sobre o tema proposto e, depois, ver como há pré-requisitos para que isso se dê, que estão relacionados, justamente, com uma visão mais ampla da família.

A questão da adoção, pelo menos na experiência daqueles que trabalham na pastoral do menor, em São Paulo, e também com o conhecimento de outras atividades em determinadas áreas, particularmente, da Igreja, no País, ela levanta não tanto o problema da criança, que é claro, que é quem vai ser adotada, mas o problema de quem adota essa criança, qual é, realmente, o pré-requisito de adoção, que qualidades deve ter a pessoa, o casal, a família, a comunidade, em que acolhe uma criança, e, por outro lado, que condições tem a sociedade de auxiliar àqueles que adotam uma criança; em primeiro lugar, para que se preparem para isso e depois, para que sejam auxiliados naquele dia—a—dia, do início da adoção.

Lembro-me de uma criança, que hoje já é uma mocinha, de seus 15 ou 16 anos, que estava abandonada no Largo São José do Belém, com quem conversei de madrugada, e essa criança me dizia que ela tinha sido adotada duas vezes, e abandonada três vezes. Abandonada inicialmente pelos pais e depois pelos dois casais que a tinham adotado, e que, agora, ela não queria mais pensar em adoção, queria viver na praça. Para mim, é quase um fato de extremo realismo a percepção de como é difícil as pessoas saberem enfrentar a adoção de uma criança. Outro fato: um operário simples, trabalhador, amante de sua família, sem filhos, adota um criança com 3 ou 4 meses, e essa criança teve, depois de adotada, poliomielite, e teve outras doenças sucessivas, estando, hoje, entrevada numa cama, e esse casal que não tinha filhos e continua não tendo, adotou essa criança, e encontrou-se diante de uma situação muito diferente daquela que era desejada. Esse casal queria uma criança brincando, crescendo, respondendo aos sinais de afeto, e de repente, encontrou-se diante de uma criança deficiente. Temos que preparar os casais e as famílias para tudo que possa advir como consequência de uma adoção. O caso clássico da menina bonitinha que

foi sonhada e que vem para a casa como um presente, acho que não deveria ser a verdadeira imagem da adoção.

Conheço uma obra na Colômbia — aliás dentro em pouco aqui estará o seu diretor — que promove a adoção só de crianças deficientes, no mundo inteiro, a partir da Colômbia. Visitei essa obra, onde eles, com extremo carinho, diagnosticam o caso, e buscam, no mundo inteiro, quem seja capaz de assumir a adoção de uma criança deficiente, muitas vezes, incapaz de responder aos estímulos mais fundamentais de quem se ocupa desta criança.

Acho que devemos abrir nosso coração, neste momento, para entender que o problema da adoção é muito maior do que parece, à primeira vista, e está ligado à habilitação do casal, da família, da comunidade que assume a adoção de uma criança. E quando esses fatores não se dão, não quer dizer que a criança não vai ser adotada, mas deveríamos, então, ter condições de preparar o casal, a família e a comunidade para chegar a esse ato de amor — adotar é um ato de amor — e quem adota essa criança pensando em si, já oferece um requisito que não deveria permitir a esse casal a adoção, porque esta deve se dar em função da criança, quer dizer, o casal deve estar preparado para querer fazer bem a essa criança, para querer se devotar a essa criança e não querer se compensar com a presença em casa, arrimo de velhice, ou, então, suplência de algum sonho desejado de um filho que não teve.

Acho que aqui, realmente, o exame, e o pré-requisito que está, evidentemente, exigindo esse exame, é uma habilitação do casal adotante e aí já passamos para um nível maior que é superar o nível de nacionalidade. O ato de amor não tem fronteiras, acho que temos que ter convicção disso. Se há um casal capaz de adotar uma criança deficiente e oferecer a ela amor permanente, sacrificado, não deveria haver o empecilho do fato da pessoa não ser nascida na mesma área, porque não existe só problema de nacionalidade, existe o problema cultural, existe o problema não sei até de raça, ou de sinais externos de inserção na família. Então, devemos aqui condicionar os adotantes à criança, à capacidade de se dedicar ao bem dessa criança. Esse é o critério fundamental, ao qual devem estar servindo todos os outros critérios e, portanto, dessa perspectiva, não basta que o casal tenha meios, recursos materiais, muitas vezes, são os que menos condições têm de educar uma criança, porque estão habilitados sim a se inserir numa sociedade consumista e altamente egoísta e o que condiciona o ato de amor é a capacidade da pessoa se devotar dia e noite à formação e ao crescimento de uma criança. Dentro desse princípio fundamental de que a adoção é um ato de amor e o que leva esse ato de amor a se manifestar, e o critério para identificar as condições de educação e adoção, entendemos que temos um princípio para tratar, depois de vários outros aspectos de aplicação, inclusive, se uma criança brasileira pode ou não ser adotada por alguém que não nasceu no Brasil.

Conheço muitos casos de adoção, tenho visitado, inclusive no estrangeiro, e posso lhes dizer que a minha resposta é muito positiva, acho que onde há amor, há direito de adotar uma criança. Lamentável seria que em no nosso País não hou-

vesse esse amor e que tivéssemos que importá-lo. Mas, quando temos o caso concreto de uma criança numa casa de reeducação, onde ela vai ficar largada, sem nenhum cuidado maior do que aquele que se pode dar simultaneamente a 30, 40, 50 crianças e aparece um casal brasileiro capaz de assumir, com amor, Deus seja louvado. Mas, se não aparece um casal brasileiro e sim um casal que quer assumir a vida de um brasileiro, e com amor, creio que isso não deveria encontrar nenhum óbice em nossa lei. Porque se estabelecemos o critério do amor e da adequação e da preparação para assumir uma vida, temos já depois todas as conseqüências que daí se seguem.

Evidentemente, há fatores que complicam. Por exemplo, a comercialização do ato de adoção, isso é um absurdo, e a meu ver, é um crime que deveria ser banido, não só em relação a pessoas que vêm de fora do País, mas também a pessoas que estão aqui. Quantas vezes vemos pessoas que, para assumir a vida de uma criança, são capazes de pagar, e através desse dinheiro, pensar que se habilitam mais do que outro que daria amor com mais simplicidade. É claro que a autoridade judicial que vai, em cada caso, discernir sobre a condição real de adoção, deve ter um discernimento tão bem preparado e tão bem aplicado, que saiba realmente colocar como fato primário essa capacidade de educar essa criança com amor até o fim da vida, assumindo, com vimos, até mesmo a possibilidade de adotada vir a ter uma poliomielite, depois de 3 meses da adoção, o que a deixa entevada até hoje, com 18 anos de idade, incapaz de se movimentar na própria cama. Dentro dessa perspectiva, se pudéssemos colocar na nossa lei realmente, como fator habilitante da adoção, a capacidade real de um casal amar a criança que vai ser adotada e ser capaz de provar esse amor por uma vida dedicada e sacrificada dou como caso limite, para percebermos a força dessa tese, a criança deficiente. O caso da criança normal, da criança até externamente agradável, o caso da criança esteticamente atraente, não oferece maior dificuldade e não deveria atrair a atenção de quem quer legislar sobre a adoção. Acho que o ponto principal na questão de adoção, é quem vai assumir a criança que é, não só sem pais, mas é, inclusive, doente, enferma, deficiente e que precisa de um cuidado personalizado para poder se desenvolver.

Uma sociedade como a nossa que não seja capaz de assumir os órfãos deficientes é uma sociedade que não merece falar de adoção, senão vamos nos equivocar gravemente a esse respeito, vamos transformar a adoção numa espécie de suplência de filhos para o casal que não teve filhos. Não é essa a perspectiva. A perspectiva é a suplência de pais para criança que não tem pais, é o inverso. Sou até mais favorável a que adote uma criança, casais já com filhos, que sejam capazes de oferecer a essa criança, não só o amor de pai e mãe, mas até mesmo a presença, que na educação é fundamental, de irmãos e irmãs e toda uma preparação do exercício de amor paterno e materno, que o casal que não teve filhos nem sempre tem. Não excluo a possibilidade de um casal sem filhos adotar uma criança, é claro, mas, o critério da adoção é a necessidade da criança, e como resposta é a capacidade de amar, efetivamente, de modo sacrificado essa criança, e como precedência deveriam ter as crianças mais necessitadas, que são, portanto, aquelas que

não só carecem de pais, mas de recursos para poderem se desenvolver harmonicamente.

Como lhes dizia, está aqui conosco, o Monseñor Pierre Climeau, que na Colômbia, em Bogotá, deu atendimento a uma casa de crianças que são adotadas, no mundo inteiro, exatamente por casais que aceitam levar à frente uma vida com problemas de deficiências e essas crianças são todas acompanhadas por fichário, por cartas, por fotografia, são milhares de crianças, até hoje adotadas.

Minha pequena contribuição, a respeito da adoção, martela e reforça a questão do critério fundamental; quem é capaz de adotar uma criança? É o casal, ou a pessoa, se o casal não for possível, nesse caso concreto, ser encontrado que pode se dedicar com amor e com sacrifício ao desenvolvimento, ao crescimento, e à educação de uma criança por toda a vida. Evidentemente, que quando não se encontra isso, temos que partir para formas supletivas, seria muito bom que uma criança tivesse sempre um casal de adoção — e permitam-me fazer aqui um elogio da Nicarágua. Passei por lá e havia aproximadamente 25 mil crianças sem lar depois da revolução, que iam ser colocadas em casas, espécie de grandes lares de reeducação e os organizadores desse processo, dentro do tema da revolução, estavam procurando saber como construir essas casas, onde colocá-las. E no meio de uma reunião, levantou-se um cidadão e disse assim: "Absolutamente não." Essas crianças não vão para casas de reeducação coisa nenhuma, essas crianças são nossos filhos, são os filhos de nossos companheiros que morreram na revolução e elas irão para as nossas casas, porque elas têm direito de encontrar em nós, que sobrevivemos, o lar que elas perderam, são filhos dos companheiros que deram a vida pela revolução". Não ficou nenhuma criança em casa de reeducação, todas foram levadas para lares bem formados. Temos aqui um fator fundamental que é, inclusive, a analogia histórica com situações de um país bem mais pobre, bem mais sofrido, mas que soube encontrar um amor tão forte que levou famílias, até mesmo desprovidas inicialmente de recursos, a assumir, por amor, a formação dessas crianças.

Eu enfeixaria, esse primeiro tema da adoção, reforçando que o Juiz que decide sobre a adoção deve, realmente, ser capaz de discernir as condições de quem adota, no sentido de ser hábil suficiente para dedicar a essa criança um amor tão forte, que se essa criança ficasse deficiente ou já o fosse, com mais razão seria adotada. E um casal que não é capaz disso não é capaz de ser pai nem mãe, porque na vida real, sabemos que uma criança que nasce, por mais bela que seja, amanhã pode haver na vida dela um problema e tornar-se deficiente. Qual é o pai e qual é a mãe que vai deixar de dar amor a uma criança deficiente?

Digo isso, porque sabemos que, na história da adoção, há crianças que são menos amadas, porque ficam doentes, ficam deficientes ou até mesmo são rejeitadas por qualquer razão, como aquela a qual me referi, dando o exemplo inicial de uma criança que foi abandonada três vezes, pelos pais e por dois casais, sucessivamente adotantes.

É claro que a temática da adoção nos leva também a falar de uma família supletiva, no caso de não ser verdadeiramente capaz de adoção, e são formas mais tênues de educação. Mas onde

isso também não acontecesse, creio que em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, todas as grandes cidades, isso valeria também, nas devidas proporções, para as pequenas cidades. Lembro, aliás, que numa conferência em Ouro Preto, um professor muito conhecedor da história da cidade se alguém aqui conhece melhor, poderia confirmar esse testemunho, dizia que na cidade de Ouro Preto nunca houve orfanato, porque qualquer criança que ficasse sem os pais era assumida por vizinho, era assumida por casais desejosos de educar essa criança.

De modo que, não precisamos ir à Nicarágua, nós temos Ouro Preto aqui perto, pelo menos na sua história.

Também dentro dessa perspectiva, nós vemos que onde não acontecesse o casal supletivo, o casal adotante, é preciso prover a essa criança que está sem pais. Aqui, nós temos a forma clássica do grande internato, que tinha aquele nome terrível de orfanato, que não podemos usar mais; dentro da perspectiva desses internatos, o que aconteceu é que foram se multiplicando a presença de crianças e, geralmente, essas casas ficaram com mais crianças do que era possível educar conjuntamente. Parece-me que se deveria dar precedência a casas pequenas, verdadeiros lares, de certo modo.

Nós temos exemplo disso na Fundação Helen Drexel, lá em São Paulo, onde um casal é preparado, com o apoio de 7, 8, 9, 10 casais, para assumir a educação conjunta de 7, 8, 9, 10 crianças, até mesmo de idades um pouco diferenciadas.

Forma-se assim, uma casa onde uma família, mesmo que não tenha o papel passado de adoção, assume a educação durante muitos anos, dessas crianças, que recebem ali um ambiente de acompanhamento no estudo, atendimento na saúde, de compreensão recíproca de idade e, sobretudo, aquele carinho, aquele atendimento, aquela atenção personalizante.

Lembro-me de que, em São Paulo, e o Sr. deve estar lembrado, nas suas atividades junto a essas entidades, quando, visitando uma grande casa onde se acolhiam crianças, eu vi, numa sala que podia ser metade desta, crianças engatinhando pelo chão como se fossem bichinhos, e ninguém as chamava pelo nome, ninguém as colocava no colo; havia uma atendente, de pé, na porta, lendo um livro, e as crianças engatinhando por ali sem identificação. Nós sabemos que o fator que mais faz desenvolver uma criança é ela ser levada ao colo, levar um beijo e ouvir seu nome. Se não houver condições de dar colo a uma criança, dar um beijo e de chamá-la pelo nome nós não podemos instituir essas casas, porque vão dar traumas terríveis pela vida afora.

É importante que o Poder Público, não diretamente, o Estado não é educador — vão nos permitir dizer isso — o Estado não educa, quem educa é a sociedade, e a sociedade deve respeitar os grupos educadores. Quando o Estado educa ele mistura muito de favoritismo, de partidarismo, de nomeações por amizade e não é por aí que vai o fator educação. Deve haver, realmente, o reconhecimento e a identificação de grupos hábeis, na sociedade, financiados pelo dinheiro público, porque vem de todo o povo, e se esse casal, se esses grupos de casais se habilitam, devem receber subvenção pública para isso. Essa questão de dizer que o dinheiro do Estado é para

obras públicas, é, realmente, falaciosa, o dinheiro do Estado é do povo e deve se destinar a todas as iniciativas válidas do povo, e muitas delas não são diretamente estatais. Está aqui o Dr. Curiati, que desenvolveu tantas creches conveniadas, também em São Paulo, e sabe disso, que onde há um grupo que seja capaz de levar à frente com amor e com habilitação uma obra, deve ser reconhecido como de utilidade pública e deve receber os benefícios para isso.

Não estou aqui preconizando que, agora, o Estado, seja em nível do próprio Estado, seja em nível do município, vá abrir "n" casas, entregando a pessoas nomeadas de repente. Acho que deveria haver uma habilitação de grupos da sociedade que fossem, definitivamente, aliviados do ônus de ter que fazer ao mesmo tempo duas coisas; ser pai e mãe e dar amor, e sair mendigando, pelas ruas, recursos para trazer comida e dar para essas crianças.

De modo que, de uma vez para sempre, a nossa instituição seja capaz de inovar no sentido do bem comum e de garantir recursos públicos para as obras, de iniciativa da sociedade, que respondam àquele padrão de qualidade que é necessário para todas essas iniciativas, entre as quais o atendimento de deficiente e de crianças sem lar.

Por favor, já que estamos aqui com os Srs. Constituintes, vamos inovar na nossa Constituição e acabar com esse **slogan** que estava, inclusive na bandeira do PMDB, lá em São Paulo, durante a campanha; recursos públicos para escolas públicas. De onde vem isso, de onde vem essa aberração, quem é que dá o recurso público? É todo o cidadão. Quem é que deve ser destinatário de todo esse recurso? É todo o cidadão.

Não se pode filtrar a devolução do recurso público àquele que o partido do Governo quiser beneficiar, em determinado momento. Deve haver um alargamento de fronteira e uma compreensão, realmente, de que o fluxo de entrega e de retorno deve ser totalmente adequado. Onde houvessem grupos habilitados para isso deveria haver o direito, como há na Bélgica, na Holanda é em tantos outros países; quer dizer, o reconhecimento da capacitação é que dá o direito de contar com o recurso público para fazer uma obra de bem.

Falando aqui das casas que devem servir para atender a essas crianças sem pais, no caso delas não terem um casal ou uma família adotante, acho que deveríamos, em primeiro lugar, colocar aqueles que mais se assemelham à família, são grupos de famílias, são pessoas que já têm experiência na área, e que não podem se tomar — quero repetir —, também, pessoas obrigadas a buscar recursos para fazer o bem, deveriam ser reconhecidos pela sociedade como fazendo jus àqueles recursos que são justamente para isso.

Nessa perspectiva, nós poderíamos multiplicar. Por exemplo, numa cidade como São Paulo, Fundação do Tipo Helen Drexel, em que pequenas casas alugadas, ou cedidas, ou compradas, educam 12 ou 15 crianças com um casal permanente, residente, e com 5 ou 6 casais de apoio.

Conto mais um fato: num dos grandes orfanatos de São Paulo, onde se educavam 90 crianças deficientes, todas elas, meninas, havia algumas mais deficientes que as outras, essas crianças mais deficientes estavam destinadas a ir para uma outra entidade, onde o nível de convivência era ainda mais rude, porque não estava acompanhando

do o desenvolvimento daquelas deficientes mais educáveis, então seriam deficientes não recuperáveis. Quando vi aquelas 7 ou 8 crianças, eu disse: "Meu Deus, essas crianças já estão aqui, elas precisam mais de atendimento e vão, agora, sair deste ambiente e serem levadas, como bois para o matadouro, para uma outra casa, onde não conhecem ninguém, irão ter um trauma muito pior". Reuni a comunidade inteira e disse: "Como é que isso vai acontecer? Isso é um absurdo! São as 7 ou 8 mais necessitadas e nós vamos tirá-las daqui? Estão atrapalhando as outras? É o contrário, são as outras que as estão atrapalhando, elas é que são muito mais necessitadas". Vamos criar uma dependência derivada. Reunimos 150 casais da comunidade e perguntamos: Onde está a dignidade dessa comunidade, diante dessas 7 ou 8 crianças que não têm pais e são deficientes? Eles se reuniram a portas fechadas, destacaram 12 casais, estes 12 casais abriram uma casa, que até hoje funciona, está aberta para visitarem, essas 10 crianças foram para uma casa especializada, mantidas por esses casais com pessoas residentes e, hoje, as meninas do grande internato continuam lá e as 7 ou 8 meninas já estão indo à escola pública. Escola pública! Recuperadas simplesmente porque tiveram mais amor, mais presença, mais sacrifício de quem se dedica a elas.

Por favor, não vamos reduzir esta subcomissão a dizer se o casal estrangeiro adota ou não adota uma criança brasileira, sem isso seria perder a visão da proporção das coisas.

Creio que nós temos aqui milhares de crianças esperando uma solução para que elas possam crescer com normalidade, sejam deficientes ou não. o verdadeiro problema é da educação da criança desamparada, da criança abandonada. E dentro desse conjunto os casos de adoção onde for possível e, para que sejam possíveis esses casos, habilitação daqueles que vão fazer esse trabalho. E, onde houvesse, mesmo não nascido no Brasil, quem quisesse assumir uma vida de brasileiro, com condições para isso, que nós respeitássemos essa vocação. Porque se somos capazes de recorrer a países estrangeiros para tudo, tecnologia, problemas de saúde, empréstimos, não vamos recorrer à amizade internacional para educar uma criança que precisa? excluídos é claro os aspectos de comércio, que eu já disse, é crime, excluído a entrega de uma criança para quem não tem capacitação para isso, dentro ou fora do Brasil. Porque se o critério, realmente, é amor, é por aí que nós devemos entrar. É claro que, falando de criança abandonada, nós não podemos simplesmente ficar atendendo àquelas que já são abandonadas. Nós temos que impedir que as crianças sejam abandonadas. É coisa muito mais séria. Dirijo-me ao antigo prefeito de São Paulo, por quem tenho uma estima muito grande, o Sr. conhece as periferias de São Paulo, o Sr. conhece os cortiços de São Paulo, são 4 milhões de pessoas morando em cortiços. A pergunta é esta: Não vamos ajudar essas famílias dos cortiços e educarem seus filhos? Ou nós queremos esperar mais 2 ou 3 anos e recolher mais crianças desamparadas? É a isso, evidentemente, que a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso tem que estar ligada, por cordão umbilical, com quem, nesta constituição, vá trabalhar com o solo urbano e com a terra. Impossível falar-se de famí-

lia, sem se falar de casa. Até o "joão-de-barro" faz uma casinha para por os seus filhinhos lá. E não queremos falar de criança desamparada, de adoção, sem corrigir a coisa mais importante, que é a casa para o brasileiro morar.

Estou chegando de Belo Horizonte e desde ontem, pela manhã, quem mora lá sabe há uma fila de rodar quarteirão para inscrição da casa popular. É um desfile de miséria. Coisa torpe, torpe! Será que a inteligência dos nossos responsáveis não pode ver o que é evidente, que a prioridade neste País é habitação? porque ninguém agüenta mais aluguel de nada. Sabem quanto custa um quarto de cortiço, hoje em São Paulo? Dois milhões e duzentos, quer dizer, 2,200 cruzados. Qual é a criatura que pode pagar isso? sem janela, com porta de papelão, sem água e sem luz. Portanto, isso é um absurdo.

Não podemos tratar, na Constituição, de adoção e de menor, sem tratar do programa habitacional. E não podemos tratar do programa habitacional sem fazer uma redistribuição dos terrenos vazios das cidades. São Paulo tem mais de 30% de áreas vazias. Resolvamos o problema da habitação, do trabalho e do trabalhador rural na terra que lhe compete, e poderemos extinguir esses problemas em 90%. Seria muito mais fácil, muito mais inteligente.

Aqui está uma força de pressão. Os senhores que têm especialização nisto — eu reconheço aqui pessoas habilitadas — têm que colocar, realmente, um daqueles martelos de feira de amostra, que bate o peso que sobe lá em cima para bater o gongo, não é? É impossível falar de menor sem falar de política habitacional. Uma casa para a família viver, dar-lhe-á ter estabilidade, para depender um vasinho de flores, poderá ter um passarinho, vai ter alguma coisa qualquer, e vai criar os seus filhos. Famílias nômades? Fomos à periferia de São Paulo e perguntamos dentro de uma igreja: quem nasceu em São Paulo? Fica todo mundo olhando um para o outro. Quem nasceu fora de São Paulo? Quase todos levantam a mão. É um País de nômades. E procurando até hoje casa para morar. Creio que, numa subcomissão que trate da família, nós temos por pressuposto a força desta Subcomissão para exigir condições de vida familiar. Evidentemente, trabalho, salário, casa, tudo o mais. E depois nós vamos tomar conta dos naufragos da vida, aí sim. Mas querer a toda hora recolher naufrago sem consentir o escaler do navio, vai ser dar crianças aos tubarões. Não é possível.

Dentro dessa perspectiva, eu creio que uma subcomissão como esta tem um poder de influência muito grande em todo o contexto da vida nacional; a criança deveria ser prioridade. Porque a nossa Constituição não pode inovar, dizendo: A criança será a prioridade deste País. Deveria ser assim: De tal forma que tudo, depois, deriva do reconhecimento do valor da vida, desde o primeiro momento de sua concepção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Ou o menor. O menor teria a prioridade nacional.

O SR. DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA — Sim, aceito a correção, desde que fique, digamos assim, o conteúdo. Eu queria lhes dizer que um País que elimina, por aborto provocado, 4 milhões de brasileiros que não nascem, é um País que não é de nada. É um País homicida.

Temos que ser coerentes. Se nós queremos realmente a promoção da vida, nós temos que reconhecer o direito à vida, não mais de um deficiente, como eu lhes falei, mas de uma criança indefesa no seio materno. A Subcomissão do Menor será realmente, incapaz de cumprir a sua missão, se não colocar como base de toda a sua atuação, o reconhecimento do valor da vida. E o reconhecimento do valor da vida tem de ser coerente. Vida é vida, desde o primeiro momento de sua concepção. E esta subcomissão tem que defender o direito da vida, e tem que defender esse direito desde o primeiro momento de sua concepção.

Nessa última Assembléia dos Bispos, saibam que tratamos de todo esse trabalho da Constituinte, e o primeiro enunciado apresentado foi que nos comprometamos com a dignidade da vida humana desde o primeiro momento da sua concepção, excluindo-se, portanto, o aborto provocado, a tortura e a eutanásia.

Aqui está sendo passado um texto que fala exatamente da importância de uma proposta neste sentido, e eu me congratulo, é claro, com o autor do texto, depois eu vou ler com toda a atenção.

Eu queria ficar dentro do tempo que me foi dado, por isso, vou terminar, agradecendo a contemplação por mais minutos que usei, mas gostaria de lhes dizer que poderíamos organizar um pensamento assim: A adoção é um ato de amor. Quem for capaz deste ato de amor que se habilite. Segundo lugar: Onde não houver casal capaz desse ato de amor, que entre as formas supletivas, as mais próximas de um casal adotante. E que sejam capazes de repetir, mais de perto, o ambiente familiar. Concretamente, essas casas menores, apoiadas pela comunidade, e não só, digamos assim, domínio de um casal excepcional, não é isso não. É toda a comunidade que se reúne para dar apoio àqueles que são casais permanentes, e há também os casais, digamos assim, colaboradores. Daí nós passamos também a perceber um pouco melhor quais são os pré-requisitos para um país se devotar ao problema da adoção. É entender a questão do menor desamparado, mais largamente, e perceber que a origem de todos esses desastros e desamparos, evidentemente, está na questão da normalidade, da estabilidade e do vínculo conjugal. Mas, muitas dessas dissociações do vínculo estão na impossibilidade da pessoa ter um local estável para se firmar como família. Basta ver a grande imigração para as áreas do interior ou para as cidades, para aquelas zonas de colonização ou para as nossas cidades que dissociam inteiramente a família. E o pior é quando a família chega a cidades como São Paulo, Rio, Belo Horizonte e etc., e não tem onde ficar.

Então se a prioridade é o menor, na correção do Dr. Curiati, se a prioridade é a criança, se nós gostarmos mais dessa pergunta, eu creio que, evidentemente, uma subcomissão como essa irá influenciar muito positivamente para a questão da reforma agrária, que é devida ao povo brasileiro com rapidez, e mais importante até, que é a questão da reforma do solo urbano. É impossível que nós tenhamos áreas como lá em Sapopemba, a perder de vista, esperando decisão, e aquele povo se acumulando em casebres, em cortiços. Porque não há capacidade de agilizar uma redistribuição de áreas, dentro das grandes cidades, com

construção de casas. Evidentemente, que partimos da adoção para o problema do desamparo para que a Constituição possa prever as condições de vida para que um casal possa ter estabilidade, e para que sejam coerentes com a preservação da criança. Eu faço votos para que esta subcomissão seja a primeira capaz, realmente, de colocar como frontispício de tudo aquilo que se fizer, no Brasil, a dignidade da pessoa humana, reconhecida desde o primeiro momento da concepção. E porque a criança é a mais desamparada, começar justamente pela criança. Um país que colocar a criança como prioridade, pode estar certo de que está viabilizando o seu compromisso com a dignidade da vida humana, está firmando na sociedade uma hierarquia de valores, em que os fatores econômicos serão subordinados aos sociais, em que os fatores políticos serão subordinados aos éticos. E só, então, nós teremos realmente capacidade de recompor esta Nação, dentro de uma trajetória que seja iluminada pelo reconhecimento da dignidade da pessoa humana. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Nós temos outros senhores expositores e queríamos aproveitar para ouvi-los. Estão presentes os Constituintes Rita Camata, membro dessa Subcomissão; Deputado Cassio Cunha Lima; Deputada Eunice Michiles; Deputado Mateus Iensen; Deputado Iberê Ferreira; Deputado Salim Curiati; Deputado Ervin Bonkoski; Deputado Vingt Rosado; Deputado Roberto Augusto, Vice-Presidente desta Comissão, e naturalmente Nelson Aguiar que a preside. Passamos a palavra ao Dr. José M. Mizael de Souza. Estamos aguardando a chegada do Dr. Nilo Gonçalves, Juiz de Menores do Distrito Federal.

O SR. JOSÉ M. MIZAE DE SOUZA — Muito obrigado, Sr. Presidente, Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que me ajudasse no controle do tempo, porque o entusiasmo pelo tema, talvez, nos faça perder essa noção.

Em primeiro lugar, desejo saudar os Srs. Constituintes desta Subcomissão. A Escola de Pais do Brasil se apresenta embasada, fundamentalmente, nos seus 24 anos de atividade, conforme documento que será distribuído aos Senhores onde se verifica o mapa do Brasil, com a visão dessa escola na prática do cotidiano da família brasileira, no seu trabalho. Nossa colocação, aqui e agora, perante os Senhores parte dessa nossa vivência nacional.

A Escola de Pais é um movimento voluntário e reúne casais em todo o Brasil, é um movimento que nasceu na França, naturalmente com o nome de Escola de Parents, pós II Grande Guerra, quando houve toda uma preocupação de uma sociedade emergente, com toda a derrubada de valores, até então estabelecidos, e os pais perplexos perante aquela oportunidade de poder criar os seus filhos, educá-los dentro de uma visão de um mundo diferente que se colocava. E aí, pela primeira vez, provavelmente na história, viram-se os pais não podendo transmitir, exclusiva e especificamente, valores, padrões e papéis que tinham recebido de gerações anteriores. Isso hoje é muito mais forte, e nós vemos isso pintado com cores muito claras, quando o Dom Luciano colocou aspectos que se iniciaram pela questão do amor, e perqueriram toda uma visão sócio-econômica.

E aí caiu, naturalmente, dentro da questão da família. Porque a visão de Dom Luciano, evidentemente, fundamental no contexto da adoção ela caracterizou, com nitidez cristalina, que é a família, onde esta criança será recebida, que poderá ou não criá-la adequadamente, e se o fizer de maneira inadequada, gerará traumas muito sérios.

A partir daí, eu gostaria, de colocar como primeiro ponto, a missão histórica que V. Ex.<sup>as</sup> têm de fazer o Brasil despertar para importância da família. Não preciso lembrar para todos os Srs., aqui presentes, que os meios de comunicação internacionais e nacionais, de uma maneira ampla, não valorizam a família. Usando uma linguagem mais chã, eu diria que família não dá lbope o que dá lbope é exatamente a destruição da família. Todos os meios de comunicação, em especial, na característica cultural brasileira, a novela, ela é prenhe e ampla em mostrar uma dissociação familiar tremenda,...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Também temos a presença — se o Sr. me permite — do Deputado Alcenir Guerra, Vice-Presidente Nacional do PFL, que está nos visitando. O Sr. pode continuar, por favor.

O SR. JOSÉ M. MIZAE DE SOUZA — Pois não, obrigado Sr. Presidente... dando uma visão, justamente, distorcida dos fatos, como se tudo se resolvesse dentro de 30 minutos de um dia, dentro de ambientes luxuosíssimos, que não são a realidade brasileira média.

A Escola de Pais, através da metodologia de seu trabalho — os Srs. verão isso detalhadamente, no documento que lhes será distribuído — ela vai ao cerne da questão familiar. Reúne os pais e, ao reuni-los, debate temas da psicopedagogia familiar, voltada à realidade do cotidiano. E, em todo o tempo de existência, ela observou e, evidentemente, tendo em vista os cenários mundiais que essa família está vivendo, o rompimento cada vez maior, de aspectos que levariam a família à sua meta formadora. Vale então, aqui, já que nós estamos tratando de família, e a Escola de Pais procura traduzir — e trará aqui para os Srs. — exatamente a realidade do cotidiano, como é que a família pode avaliar a sua meta formadora de definições concretas com o cotidiano. Na medida em que o marido e a mulher e os seus filhos se integram, é real e é cotidiano. Muitas vezes certos aspectos que falamos aqui podem dar uma idéia até mística, no cotidiano eles são cotejados, verificados e debatidos à última instância, com grande dose emocional. Daí por que algumas definições nos parecem fundamentais para os Senhores Constituintes, para que possamos entender com mais profundidade esse tema. A primeira começaria com a definição de amor.

Dom Luciano falou, várias vezes, no amor e centrou sua palestra no amor. No cotidiano da família, nós temos que saber exatamente o que é o amor. Porque se nós tivéssemos possibilidade de fazer isso, aqui, agora, de pedir, a cada um dos Senhores Constituintes e a cada um dos presentes, que definisse o amor na sua visão, nós teríamos talvez um número de definições do número das pessoas que estão aqui. Na Escola de Pais nós procuramos definir claramente o que é o amor, para que a família saiba perfeitamente se ela está sendo um local provedor de amor e basicamente é o único, de modo que a sua

eficácia enquanto agente formador e educador esteja comprovado. Eu vou propor a vocês uma definição, e aos Senhores Constituintes que se aceitarem trabalharemos com ela. Eu diria, dentro da nossa visão de Escola de Pais, que amar é fundamentalmente assumir o outro, assumir integralmente. E assumir significa não julgar, significa procurar uma visão do outro, para que somada à minha visão, ela seja eficaz no processo de crescimento humano.

Nós temos nesta subcomissão, graças a Deus, é uma felicidade numa subcomissão da Família, a Constituinte Rita Camata cujo marido é também Constituinte. Nós temos uma família Constituinte. Evidentemente, pelo nível de obrigações sociais que esse casal já assumiu enquanto governando o Estado do Espírito Santo, e vive enquanto casal para a Constituinte, eles têm a perfeita consciência de que são a família símbolo aqui. E nele nós depositamos toda a esperança de vivência de família, enquanto Constituinte. Porque todos vocês também a têm. Nesse aspecto, eu me dirigiria especificamente à Constituinte Rita Camata, neste momento, e no cotidiano da sua vivência conjugal com o Constituinte Gerson Camata. Na medida em que vocês assumem um ao outro, em qualquer momento, e antes de julgar um ao outro, procuram e praticam a compreensão, de modo a caminhar juntos, nada, em nenhum momento, poderíamos quebrar essa ligação básica no alicerce familiar. Se vocês estão de acordo conosco, caminharemos, então, para uma segunda definição. A definição do que é a família. Porque no passado, sabíamos perfeitamente bem, os retratos de família eram uma prática. Hoje, nós vamos às salas de visitas e não temos retrato de família, temos, normalmente, quadros de pinturas. Os retratos de família tinham o pai, a mãe, os filhos e, às vezes, os netos em volta, e davam um sentido claro de integração, e, mais do que isso, davam um sentido claro de realidade humana.

Nós, na sociedade em que vivemos, especialmente na sociedade urbana — já devem ter visto, o IBGE, recentemente, fez a divulgação de uma estatística em que prevê que o Brasil deve urbanizar-se a nível de, pelo menos 70%, já na próxima década, ou seja, a nova Constituição e uma Constituição de um País urbano — em que as famílias se perdem nas grandes metrópolis, duas, três horas por dia, simplesmente em tráfego. A qualidade do transporte urbano é vital para o exercício da família, suas reais potencialidades e capacidade. Não é possível que, pai e uma mãe de família, se ambos trabalham fora, que invistam 6 horas por dia, em ida e volta, tenham condições de sequer conviver com o seu filho. Esse ponto é fundamental, é um desafio que, não temos dúvida, é muito grande para o País. Porque a capacidade de mudar certos padrões comportamentais numa velocidade incrível, que, obviamente, necessita também de recursos nesse particular. Essa família, na visão da realidade humana, do “pé no chão”, precisa ser valorizada, para que ela possa desempenhar todos os seus papéis enquanto composta de seres humanos. E o papel do casal, que o casal tenha condição de, numa vivência adequada, transmitir a vivência.

Educação, Srs. Constituintes, minhas Srs. e meus Srs., não entra pelo ouvido, ela entra pela vista, se se educasse pelo ouvido bastaria gravar alguns rolos de magnético de educação, colocar

para as crianças ouvirem e estaria todo o mundo super bem-educado.

O que as nossas crianças vêem, as educam ou as deseducam, ou não as educam? Esse é um ponto fundamental, o papel desempenhado pelo casal é essencial na capacidade de introjeção da visão familiar. Os amigos dos amigos dos nossos filhos, nós temos que prever a questão da educação.

A questão da profissão, inclusive do desemprego; a Escola de Pais, na sua proposta, lembra esse aspecto. Que o desespero do desemprego, embora focado por uma visão econômica, não pode perder de vista a visão da dignidade humana, para que não haja, por parte dos pais, a vergonha, perante os filhos, de não estarem tendo a oportunidade de estar saindo de casa para o trabalho. Eu conheço um caso, nessa recessão que o País viveu, de profissionais, de elevado nível profissional, que saíram de casa, dizendo que iam para o trabalho, porque tinham vergonha de ficar em casa o dia inteiro e o filho perder aquilo que é fundamental para o educando, o respeito por quem educa.

Finalmente, a questão fundamental da doença: Dom Luciano deu o exemplo dessa organização da Colômbia e é muito importante. A Escola de Pais é de inspiração cristã, mas não faz nenhum proselitismo, nem religioso e nem político, aceita todos os seres humanos enquanto pais.

Nós gostaríamos de lembrar casos especiais de que aquilo que nós chamamos de plano de Deus, e eu chamo de plano transcendental, que muitas vezes, eventos acontecem na família e que nós só vamos perceber a sua importância posteriormente, daí por que a valorização da família.

Eu conheço o caso de um casal que tinha quatro filhos absolutamente normais, tiveram o quinto filho, que era humano só na aparência, mas vegetava. O casal criou esse filho até os dez anos e mudou toda a rotina da família. Mas, quando esse filho faleceu, a família percebeu como foi importante os valores que foram colocados a nível de uma hierarquia necessária. E é essa hierarquia que acho fundamental, a Constituição como a *lex máxima*, ter condições de colocar. Se nós não hierarquizarmos esses valores, nós só seremos colocados perante eles e por eles desafiados em momento como esse

Li um livro muito interessante, que os Senhores já devem ter lido, do Locéo Biscagnée, sobre o amor, em que ele abre, dizendo do suicídio de uma menina jovem, toda cheia de vida, que participou de uma palestra dele e se suicidou dois dias depois, e ele dizendo da impotência dele de ter abertos os seus olhos para o ser humano. E é essa abertura dos olhos para o ser humano que é o trabalho fundamental dos Srs. Constituintes que aqui estão. E para isso nós precisamos ter essa família vista, tratada e considerada como prioridade, porque é dela que nascerão os futuros homens que vão conduzir nosso País, como nascemos nós, que estamos, hoje, com as nossas missões.

Nesse mesmo livro, há o depoimento de uma mãe, questionando os valores gerais de educação e dizendo o seguinte: Será que nós seremos filhos que geraremos filhos que, embora educados como engenheiros, médicos, técnicos, padres, pastores, etc, praticaram os horrores da II Grande Guerra Mundial, por exemplo? Quais são os nos-

so valores. O que nós estamos, de fato, traduzindo?

Vou, depois, fechar com vocês, que tudo isso tem a ver com adoção, obviamente porque, como o próprio Dom Luciano colocou, a adoção pressupõe um ambiente em que o adotado irá crescer, enquanto pessoa. E aí nós entramos necessariamente na carícia. No momento de traduzirmos para os outros o toque de sermos seres humanos. Nós poderemos fazer aqui com vocês um teste que é fatal, porque, todas as vezes, ele atinge profundamente todos aqueles que deles se tocam, para que possamos vivenciar com a característica fundamental, o valor da carícia, de como ela é importante.

Sr. Presidente, posso fazer o teste, em dois minutos, aqui?

Assentimento da Presidência.

Eu vou pedir a um dos Srs. constituintes que sirva de elemento para o teste e que os outros participem, porque eu acho que isso é fundamental para que, além do discurso, nós introjetemos o conhecimento da importância porque isso irá depois desaguar na questão da adoção.

Eu gostaria de ter um constituinte voluntário. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Chamo o Deputado Cássio Cunha Lima, que ainda está na época de ser adotado.

(É feito o teste.)

O SR. JOSÉ M. MIZEL DE SOUZA — O que isso procura mostrar aos Srs.? E os Srs. podiam mostrar ao Dom Luciano, porque era essa a nota que iam dar, embora eu não tenha cumprimentado nenhum dos aqui presentes, cumprimentei só a ele. Nós seres humanos nos integramos e a qualidade do reconhecimento da pessoa humana nos diz respeito diretamente. É é nisso que a adoção tem um aspecto comunitário. É tão comunitário que, aqui agora, fazendo um exercício, todos nós nos integramos na carícia e essa carícia, segundo os teóricos no estudo da carícia, pode ser condicional ou incondicional, positiva ou negativa, ela deve ser condicional positiva, sempre, na adoção. Ou seja, se eu me dirigir ao meu filho, seja ele legítimo ou adotado eu tenho que dizer a ele sempre, eu te amo, independente dele ser um filho que tenha deficiência intelectual ou física, que não seja o filho que eu esperava, loiro de olhos azuis, ou moreno de olhos pretos, e se ele saiu moreno de olhos azuis ou loiro de olhos pretos, não interessa. É aquele que veio. E aí é o grande desafio da adoção enquanto família, porque nós também não podemos deixar de perceber que nós os pais somos humanos e sendo humanos temos os nossos sonhos. É muito importante que na questão da adoção haja um

em si, deve ter um momento de crescimento humano. Não sejamos ingênuos, evidentemente, nós temos as nossas aspirações, as aspirações constituem um mecanismo psicológico complexo, e quando houver essa frustração de que aquele ideal nosso de filho, e que normalmente é o ideal do que não fomos. Eu conheço muita gente que gostaria que o filho fosse um craque no basquete ou no futebol, e que não sabe nem chutar, nem encostar uma bola, e exige que o filho seja aquele craque que ele idealizou, e o menino cresce, vira um jovem de 1,50m e quer que o filho seja um campeão, num colégio em que todos têm 1,80m.

Esses aspectos que dizem respeito à família, no cotidiano, deságüam necessariamente na importância da família em si. Para que não aconteça o que o Dom Luciano de Almeida chamou a atenção com muita propriedade, que tenhamos de adotar filhos de pais vivos. O fato de não caminhar para a construção de uma sociedade que permita à família exercer a sua meta formadora, ele vai ser obrigado, na luta pelos valores que são divulgados, a abandonar os seus próprios filhos. Esse, aliás, é um cuidado muito grande que nós na escola de pais temos, de que os pais que participam do movimento não sejam pais de todos os filhos e não dos seus próprios filhos. É muito fácil educar os filhos alheios. Falar em educação para os filhos dos outros é fácil, não está envolvido o aspecto emocional. Precisamos ter isso muito claro. Outro aspecto da função clara na criação de uma nova sociedade que apóie fundamentalmente a família, está no conhecimento básico daquilo que motiva o ser humano. A motivação é energia essencial para que o ser humano cresça e atinja a sua meta fundamental, inclusive transcendental. Essa motivação, segundo um dos seus estudiosos, Maslov, lembra que na base, na raiz de tudo, está o atendimento às necessidades fisiológicas. O indivíduo precisa alimentar-se, beber água, respirar. Se não atendermos a tais necessidades, estamos fazendo mera retórica. Não é possível que se tenha motivação, seja como casal adotante, seja como adotado, se não temos condições de provê-lo do mínimo das proteínas necessárias para que ele se desenvolva.

Em segundo lugar, a questão da segurança. E o Constituinte Salim Curiati viveu isso intensamente, em São Paulo, e os outros; infelizmente, em Vitória, que conheço desde 1972 e a admiração desde então, como cresceu e explodiu, e a violência urbana também cresceu. Vejam que vamos enfrentar um novo Brasil em que, ao mesmo tempo em que se urbaniza, cada vez mais se tem uma violência urbana mais crescente. No meu Estado, Minas Gerais, fui Diretor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e, na época, preocupava-nos a geração das chamadas cidades-dique, que eram cidades do interior que tinham toda a condição de uma vida sadia com tudo aquilo que a cidade grande atrai: a televisão, serviço médico, escolaridade. Muitas vezes, é melhor para o indivíduo ser alguém sem nenhuma qualificação na cidade grande do que no interior. Brasília, por exemplo, começa com os guardadores de carros; perguntem se eles querem ser registrados com salário mínimo? Ninguém quer. Porque, conforme o ponto em que trabalham, ganham de cinco a seis salários mínimos, sem desconto de INPS, Imposto de Renda etc. Por que a nível do Imposto de Renda, não se tem um tratamento muito mais claro, corajoso e correto no que respeita ao desempenho da família? Quem hoje, a nível das deduções do Imposto de Renda, cria bem uma família? Nós sabemos disso. E a hora de mudar é agora, tomar consciência clara disso.

Por outro lado, numa exposição feita na Subcomissão de Tributos, foi dito, com muita clareza, por um especialista na área, que se houvesse um aumento de quinze a vinte mil fiscais, no Brasil, a arrecadação do Imposto de Renda dobraria. Estamos arrecadando na fonte dos assalariados, que

são famílias; o assalariado paga o Imposto de Renda e sustenta tudo. Quem não é, tem "n" maneiras de não contribuir. Esse pai que é descontentado na fonte e que vê o outro, com condição melhor que a sua, que, às vezes, é o seu vizinho, e que por não pagar o Imposto de Renda tem o seu carrinho, que ele, o que paga, não tem, uma televisão nova, etc., e o seu filho cobra desse pai a incompetência profissional, porque não pode colocar certas coisas dentro de casa que o seu amiguinho vizinho tem. Eu sou pai de família e sei disso. Ninguém cobra mais, do que o próprio filho, quando vê, no vizinho, alguém que está crescendo. Esse é um ponto que diz respeito diretamente à família e que tem que ser agredido agora, porque estamos a somente treze anos do século XXI. É uma data mágica, em parte, porque a humanidade sempre trocou de século com muita ênfase, tanto que passou a contar os séculos com o nascimento de Cristo. Mudou até os calendários. Nossos filhos já, agora, fizeram teste para direção e a carteira deles só será renovada em 2003.

Temos todo um desafio diante de nós. É evidente que ninguém tem a ilusão de que a Constituinte vá resolver tudo. O que se espera, fundamentalmente, é que ela dê clareza ao brasileiro do que se espera do País, do que ele tem que construir. E, mais do que isso, o que vale é a Constituinte, porque ninguém a estava lendo antes. Agora com todo esse movimento e com os meios de comunicação, temos que ter claramente esses aspectos. Li na revista **Veja** desta semana, que o Constituinte Marcelo Cordeiro, responsável pela programação e divulgação da Constituinte, está preocupado com o nível de qualidade da divulgação, que está muito metódica e detalhada.

Tema como esse deve ocupar de cinco a dez minutos, para que haja tradução de tudo, porque senão ficamos com manchetes de assuntos que não se aprofundam. A Assembléia Nacional Constituinte deve decidir hierarquicamente. Os seres humanos não têm condições de apreender cinco ou seis assuntos em poucos minutos.

O SR. ANTÔNIO SALIM CURIATI — Quanto a isso chamamos a atenção ontem do Presidente da Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, fizemos um alerta de que as mensagens produzidas pelos Srs. Constituintes, têm sido numerosas em todos os setores e não estão sendo divulgadas nem publicadas. Ficamos com as mãos atadas. E o nosso Presidente prometeu publicá-las o mais rapidamente possível.

O SR. JOSÉ M. MIZEL DE SOUZA — Muito obrigado. Esta é uma Casa de decisão democrática. Se sabemos que os seres humanos se perdem, tendo mais de cinco assuntos em determinados momentos, — vamos tomar como exemplo a AIDS, que nunca foi tão informada, tão noticiada e tão pouco informada — quais são os cinco assuntos que hierarquicamente mais interessam à construção do Brasil no futuro? É o mandato do Presidente ou é a situação da família? (Palmas.) Isso é o que se tem de votar. E ao votarem, têm que dar prioridade a este Brasil. Se a família é prioridade dentre os cinco assuntos, ela vai ter vinte minutos de exposição. Se não é, vamos parar de retórica e ver o que é. Esse é o ponto fundamental. V. Ex<sup>as</sup> têm a responsabilidade, porque,

escolhidos numa eleição livre, são os nossos representantes, e confiamos em V. Ex<sup>as</sup>.

Do ponto de vista da família; a adoção ou a própria razão de ser da família, está em uma ação. A família está sempre em marcha. Em nenhum dia, um pai e uma mãe, levantam e têm um dia igual ao anterior. É preciso haver uma postura muito clara. Não conheço nenhum pai e nenhuma mãe que se levante de manhã e diga: hoje, vou "sacanear" meu filho, "vou avacalhar" com ele, vou beliscá-lo, bater em sua cara. Pelo contrário. Se antes teve uma disputa muito séria com o filho, levanta com a firme intenção de ser a melhor mãe ou o melhor pai. Temos que conhecer, e ao conhecer, temos também que valorizar. Quando cremos que a família é um dado fundamental — e Dom Luciano disse — a definição do orçamento tem que prever uma alocação de recursos para o desenvolvimento da família, a fim de que possamos traduzir para todos os brasileiros, enquanto família, as condições psicopedagógicas do conhecimento.

A Escola de Pais é um movimento voluntário e, assim sendo, trabalha com os colégios, paróquias, com qualquer associação que agregue, mas ela precisa de divulgação. Temos uma belíssima gráfica aqui, no Senado, quantos documentos a gráfica divulgou sobre a família? Esta subcomissão deve chegar lá inclusive os Srs. Senadores e os Srs. Deputados, devem ver as publicações que estão saindo, o quanto está, de fato, se dirigindo a formação e ouvir as entidades — não só a Escola de Pais, não queremos ter o monopólio da família, nada disso — aqueles que têm visão clara de que não se muda se não, se educar. Estamos vendo, agora, o problema de Brasília: de um lado, o problema dos colégios, enquanto empresas; de outro, os professores, enquanto profissionais. E os filhos, os destinatários da educação? Os destinatários da educação estão correndo o risco de ficarem um ano sem nada. Ora, como é que vamos formar jovens, alguns deles no último ano, desafio do vestibular, que estão, aqui em Brasília, correndo o risco de perder até o ano inteiro? Isso é motivação para um jovem? Será possível que nós, enquanto sociedade, estamos tão destreinados na nossa prática democrática, que não conseguimos sentar e nos conciliar, em benefício do educando? A Escola sem educação fecha, não existe, não tem sentido. Se a escola está vivendo uma dicotomia fundamental porque não se acerta entre o agente da educação, que é o Professor, e o ambiente da educação que é a escola? Então, se ela falhou, temos que criar uma outra entidade. É inadmissível que os alunos de Brasília percam um mês, dois, sem saber por que pela lei ela perde o ano inteiro. Onde é que nós estamos, meus amigos? Não é na Constituinte? Esta consideração, na minha opinião, não é função dela, mas é função dos representantes do povo, especialmente dos eleitos aqui por Brasília, terem uma atuação de convite às partes e chegarem ao diálogo, à prática do diálogo. Caso contrário, estaremos criando uma sociedade que não acredita no diálogo, e, conseqüentemente, não será democrática.

Encerrando, Sr. Presidente, um tema muito vasto, eu gostaria de fechar; como uma família vê a adoção? A família vê adoção dentro da realidade do cotidiano. Ela é, e sabe que é um instrumento fundamental dessa adoção, sabe que é a ela que

cabe, ninguém mais do que a ela, gravar naqueles que constituem, naqueles que por elas são educados, os valores futuros, e aqueles valores devem ser praticados, eles têm que entrar pela vista, de todos aqueles que estão sendo educados, em caso contrário, nenhum discurso poderá chegar lá. A carícia que nós identificamos aqui, ela tem que ser o cotidiano da família, e de todos nós, seres humanos. Que nos abracemos, que nos toquemos, e que possamos transmitir enquanto seres humanos, que nos gostemos, porque ninguém transmite amor se não viver amor. Ninguém é capaz de mostrar amor, se não é do seu cotidiano.

O que a família precisa, meus senhores, é de ter a sua função insubstituível, colocada com clareza, na Constituição. E que o Estado, enquanto reunião de pessoas que pode administrá-lo, proveja essa mesma família de condições de crescimento, e de auxílio na superação dos seus problemas, mas que ela cresça, não sejamos paternalista, vamos fazer com que cada um cresça e traduza a sua criatividade e a sua maneira de ser, e assim chegaremos lá.

Não me referi a este documento, ele contém as nossas propostas, da Escola de Pais, para a Constituinte, tem a justificativa do por quê, mas ninguém melhor do que os senhores, que têm uma visão ampla de todas as propostas, poderão julgar quais são as melhores, quais não. A Escola de Pais, do Brasil, estará com sempre esteve, a disposição dos Srs. Constituintes, para qualquer momento voltar aqui, e trazer a sua experiência de centenas de milhares de casais, deste País. Experiência de vida, do cotidiano, independente do nível social, a Escola de Pais atende desde a periferia ao nível econômico mais alto, conhece as diferenças, as angústias de vivência de cada um, e está aqui como o próprio mapa que está aí, no documento, que mostramos para os senhores.

E eu gostaria, ao encerrar, reforçando nosso agradecimento a todos os senhores pela atenção, pela importância de sua missão, deixar este documento "Educação e Massificação", conforme foi distribuído aos senhores, é um documento de um congresso da Escola de Pais, do Brasil, e aí ao final do documento tem todos os congressos que a Escola de Pais fez, anuais, com toda a temática, e ela existe nas capitais de todos os senhores, e existe também na cidade do interior, em que nós tratamos de educação e massificação. Embora isso tenha sido feito, ainda na década anterior, têm assuntos que dizem respeito exatamente a tudo que estamos vivendo hoje. como por exemplo, comunicação e diálogo. Não existe família sem diálogo, e dizia Rui Barbosa: "A Pátria é a família amplificada". A Constituinte é a norma da família unificada, nela tem que haver diálogo, nela tem que haver amor. Se conseguirmos resolvermos a adoção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Estão nos visitando, não são membros desta subcomissão os Constituintes Agripino de Oliveira Lima, Antônio Carlos Mendes Thame, e também com muita alegria para nós, Antônio Britto, Maria Lúcia e Sotero Cunha, que são membros desta subcomissão.

Temos agora, o nosso último debatedor. Parece-me que esse tempo está dividido; ele representa a Igreja Seicho-no-le, do Brasil, o Dr. Eiji Murakami, e a Dr<sup>a</sup> Jandira de Castro. Os Senhores

dispõem de 30 minutos, e a forma de dividi-lo fica a critério de ambos e queremos dizer aos nossos debatedores, que este tempo será ampliado depois, no debate com os Srs. constituintes

O SR. EIJI MURAKAMI — Sr. Presidente, queremos deixar patente o nosso público agradecimento por esta oportunidade e trazer uma breve mensagem.

A Igreja Seicho-no-le do Brasil, oficialmente registrada como entidade filantrópica, na verdade, é um movimento filosófico. Seicho-no-le pela tradução literal é o lar do progredir infinito. Ou seja, a família. Toda filosofia gira em torno da família. É uma entidade reconhecida de utilidade pública, pelo governo estadual e municipal de São Paulo, onde se localiza a sua sede central. A Seicho-no-le não poderia ficar silente perante a Assembléia Nacional Constituinte, acontecimento máximo deste século na vida política do Brasil.

O tema adoção é parte integrante de um contexto amplo, de um ciclo que se inicia a partir da concepção, gestação, educação, maternidade, e, no enfoque da família, inclui o instituto da adoção como instrumento específico no resguardo do direito do menor sem amparo, oportunidade em que, sugerimos a inclusão de algum dispositivo que o tome expresso dentro da Constituição. Acreditamos que seja incluído o título a família, o menor e o idoso. A família que seria constituída pelo casamento, e o direito à proteção, através dos poderes públicos, tomando por base a atual Constituição. Neste aspecto, nós queremos que seja sugerida a inclusão, na próxima Constituição, de um parágrafo em que seja instituída a lei essencial que disporá sobre esse sistema da adoção de menores abandonados. Agora, eu gostaria de convocar a Dr<sup>a</sup> Jandira Castro, para fazer uma pequena fundamentação doutrinária de nossa Igreja.

O SRA. JANDIRA DE CASTRO — Muito obrigada, Sr. Presidente da Subcomissão dos Direitos da Família, do Menor e do Idoso, e demais Constituintes presentes desta subcomissão que trata deste direito que é inerente à vida. Como muito bem posicionou e estou aqui também para tecer elogios a essa exposição do Constituinte Nelson Aguiar, que começou "insira-se onde couber, no texto constitucional à sociedade e ao Estado incumbe proteger o direito à vida, a partir da concepção". Caso esse item não seja inserido na Constituição, nós nem estaríamos aqui, perdendo esse tempo todo para falarmos nos demais institutos que, no fim, não teriam nem objetivo, se não estivéssemos tratando, aqui, da vida, para que depois pudéssemos chegar a esse instituto da adoção. Porque, assim que a criança nasce não há possibilidade de adotá-la. E a Igreja Seicho-no-le do Brasil e outras entidades religiosas expressivas, como a Igreja Católica, a Federação Espírita do Brasil, Igreja Batista e outras, já estão terminando seu trabalho na consecução das 30 mil assinaturas de eleitores, que serão enviadas posteriormente à Assembléia Nacional Constituinte, na defesa da pequena vida.

E não poderíamos, de forma alguma, deixar de estar presentes neste momento em que se trata especificamente do instituto da adoção, não poderíamos estar de fora, quando nós também tratamos da instituição da defesa à vida, e quando também temos que tratar da instituição da defesa

do viver. Primeiro o direito de nascer, depois tratamos do direito de viver, e viver bem. E esse instituto virá de forma preponderante, sem dúvida alguma, a resolver um problema, que eu não digo de todo, mas de uma forma grandiosa, a grande problemática que o Brasil enfrenta, neste momento e eu creio que não só o Brasil, mas todos os países, que é a problemática do menor abandonado.

Como vamos resolver problema do menor abandonado, se a Constituinte não tratar especificamente desse instituto que vai dar um lar àquele que não o tem? Que vai dar pais àquele que não teve a felicidade de ter.

Foi, assim, uma oportunidade que a Igreja Seicho-no-le do Brasil está tendo, no momento mágico que essa nossa Nação está vivendo, de estar aqui presente para falar deste instituto maravilhoso, que vem abrir os corações das pessoas que, até então, achavam que para ser pai é necessário que a criança tenha nascido dele.

O nosso ensinamento da Seicho-no-le, transmitido pelo Dr. Masaharu Taniguchi não faz distinção entre pais adotivos e pais verdadeiros, pois seus ensinamentos pregam a verdade de que o homem é "filho de Deus", e ele sendo filho de Deus, portanto, sua hereditariedade vem de Deus. Se a hereditariedade vem de Deus, portanto, ela é boa.

Nós não devemos nos preocupar, no momento dessa adoção, dessas contingências de que será que ele vai ter o olho azul? Será que ele vai ser assim, ou que ele vai ser como? Não. A hereditariedade vem de Deus e o mestre diz textualmente assim:

"Na verdade o homem é filho de Deus. Portanto, sua hereditariedade vem de Deus, e, vindo de Deus, é boa, não havendo distinção entre pais verdadeiros e pais adotivos, pois ambos são legítimos, trazendo em seu interior essa concepção divina da paternidade e da maternidade."

Esclarecendo melhor, o mestre nos dá um exemplo maravilhoso... do pé de narciso, que, embora seja podado, florescerá novamente, tanto o primeiro, como o segundo narciso, brotando da mesma raiz.

Se nós somos filhos de Deus, na nossa essência divina, então, essa abrangência vai dar, assim, uma amplitude maior para que todos os casais, orientados dentro dessa filosofia, poderão levar para os seus lares aquela pessoa que tanto tem vontade de ouvir essa palavra.

Saio assim um pouquinho da doutrina, para lhes fazer um comentário muito particular de um fato que me aconteceu. Como o Dr. Masaharu Taniguchi diz: que não existe o pai adotivo nem o pai legítimo, que ambos são verdadeiros, porque a sua origem vem de Deus, eu mesma fui uma pessoa que deixou de ser órfã depois que conheci a Seicho-no-le. Eu tinha madrasta e achava que a madrasta não era a minha mãe. Eu tinha a felicidade de ter uma mãe. Estudando os ensinamentos da Seicho-no-le, o mestre me disse: "A sua mãe é esta que está aí agora", como o exemplo que ele deu do pé de narciso. Ela veio para substituir, ela veio numa seqüência, e naquele momento, eu pude transformar a minha mente e, pela primeira vez, ouvi a minha mãe dizer: "Minha filha"



Isto é maravilhoso e no ensinamento da Seicho-no-ie, desta forma nós estamos sensíveis à grandeza e à importância desse instituto da adoção, neste momento desta realidade nacional do menor abandonado. Cremos firmemente, que a Seicho-no-ie poderá contribuir de forma acentuada na mudança da visão do homem-matéria, para o homem-espiritual, porque até agora, ele vem sendo encarado numa visão totalmente materialista. Nós passaremos a tratar desse homem numa visão, totalmente espiritual, do homem filho de Deus, criando condições mentais de amor ao próximo, de que eu e o outro somos um.

Desta maneira eu fiquei bastante sensibilizada, quando vi aqui a justificação do ilustre Constituinte Nelson Aguiar, dizendo que está recebendo muitas entidades e de pessoas terem-se insurgido contra essa proposição, considerando que ela colide com algumas conquistas das mulheres. Seria isso uma conquista da mulher, do direito de matar? Não. Seria uma conquista da mulher, sim, no direito de preservar a vida. Achei muito bonito a justificação dele e nós estamos aí, da Seicho-no-ie, e cremos que temos uma bagagem muito grande para ajudar nessa parte da educação, não só da concepção, mas como meio e como fim, porque a Seicho-no-ie, como já disse o que me antecedeu, Dr. Murakami, a Seicho-no-ie significa lar do progredir infinito. A Seicho-no-ie nos ensina como amar o próximo e aqui eu deixei separado, exatamente com as palavras do mestre, quando ele diz:

"Assim explica o verdadeiro amor: que tem uma ferida sabe como é doloroso se tocar nela. Até a ferida, já quase cicatrizada, quando a tocamos repentinamente, ela volta a piorar. Para curar uma ferida deve-se enfaixá-la, para que ninguém a toque."

Nós da Seicho-no-ie do Brasil confiamos integralmente nos Srs., de que esse instituto da adoção, dentro das nossas leis formais, venha, de uma maneira clara, facilitar a adoção e não torná-la inviável, como até agora nós temos encontrado obstáculos nessa parte da adoção. Vamos, assim, conscientizar a população, desse amor infinito que as pessoas podem dar. As pessoas só sentem realmente a sua verdadeira importância, quando elas praticam o amor.

Nós vimos pela ilustração prática, do expositor, sobre o cumprimento e nós ainda iríamos mais profundo. Esse livro, recentemente traduzido, de um preletor da Seicho-no-ie do Japão, que não temos em Brasília, eu trouxe para os Srs. Constituintes - Convite à Felicidade - e é uma das obras do Dr. Maxharu Taniguchi, homem de que agora temos conhecimento; talvez, seja o homem que mais escreveu até hoje em matéria filosófica e religiosa. Seus livros estão atingindo quase 400 livros escritos, e só falando sobre o amor e, primordialmente, sobre a família, porque ele diz: "A família é a célula **mater** da sociedade. Não adianta nós cairmos na escola para falarmos de amor, quando dentro do lar ainda não existe o amor. Não adianta nós pregarmos o amor, enquanto nós não sentirmos realmente o que é o amor."

O homem que escreveu esse livro conta que, buscando o amor dos pais, era um rapaz que tinha sido abandonado pelos seus pais e estava, até aquela idade em que ele conheceu a Seicho-no-ie, vivendo uma vida de infelicidade, porque ele não aceitava o pai que o criara como pai.

E no momento em que ele compreendeu essa verdade, ele abraçou fortemente esse pai e pôde sentir realmente aquela felicidade que nós temos de poder dizer assim: "Papai, muito obrigado".

Naquela presença que eu vi, aqui, do nosso expositor, sobre o cumprimento, a Seicho-no-ie faz um cumprimento muito mais interior, nós não cumprimos esse filho carnal, mas nós transcendemos além das aparências físicas e nós vamos cumprimentar aquele filho espiritual, aquele filho que Deus nos deu, não porque nós o escolhemos, mas porque nós precisávamos ter aquele filho, para que nós pudessemos com ele aprender ou tirar alguma lição.

É nesse princípio que a Seicho-no-ie do Brasil, e como preletora dessa organização, gostaria de acrescentar que nesse instituto da adoção, eu tenho certeza de que os Srs. serão orientados pela infinita sabedoria de Deus no momento de inserir na Constituição esse título "família". Isso será tido como uma ampliação nos nossos conceitos institucionais do País, levando a família àquele ponto em que ela realmente deve estar. Porque com a família bem constituída, nós teremos pessoas bem constituídas numa sociedade. E é para isso que a Seicho-no-ie, crendo firmemente que nós podemos contribuir nesta visão de harmonia, de amor e de agradecimento, nós entramos nesse mundo perfeito e maravilhoso dessa visão, de que o homem é filho de Deus. Sendo filho de Deus, nós vamos acreditar que a hereditariedade de Deus é perfeita e é boa.

Aqui termina a minha modesta explanação, orando a Deus para que os nossos Constituintes sejam realmente orientados, como têm sido até agora, pela infinita sabedoria deste Pai universal que nunca era.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) - Muito bem. Nós estávamos ainda na expectativa de receber o Dr. Nivel Gonçalves, Dr. Juiz de Menores do Distrito Federal, que até agora não compareceu.

Passamos à fase dos debates e temos inscritos, pela ordem, o Constituinte Roberto Augusto, o Constituinte Antonio Salim Curiati, o Constituinte Cássio Cunha Lima, o Constituinte Iberê Ferreira, a Constituinte Eunice Michiles.

Passo a palavra, em primeiro lugar, ao Constituinte Roberto Augusto.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO AUGUSTO — Sr. Presidente, Dom Luciano e representantes que, com satisfação, recebemos hoje na nossa Subcomissão.

Achei muito válida a colocação de Dom Luciano sobre a adoção e aprovo, realmente. Sobre a família em si, que nós tratamos também, eu só gostaria, já que a Professora colocou muito bem o tema igreja e, nestes dias, esse tema tem tido evidência, eu gostaria de saber de Dom Luciano, o que realmente a Igreja Católica faz, ou tem feito, para proteger a família católica contra essa onda de desmoralização que se propaga através dos filmes e revistas pornográficas, expostas aí nas bancas de jornais, ao acesso do menor, da criança etc.? Tratamos, nesta semana, da influência dos meios de comunicação na família. Porque essa orientação já é uma praxe nas igrejas evangélicas ou protestantes, em suas escolas dominicais, escolas essas que são em salas separadas, aos

domingos, e que abrange desde o pequenino, a criança, o adolescente, o jovem e o adulto.

Já que se está falando muito em igreja, é esta orientação que eu coloco aqui, para saber de Dom Luciano o que a Igreja Católica está fazendo, porque na Igreja Evangélica esta já é uma praxe nas escolas dominicais; a orientação, não somente moral, social para as crianças, adolescentes e adultos, enfim, para a família, como também a orientação espiritual. É a realidade, o testemunho atual é de que, no Brasil, temos hoje um crescimento muito grande desse movimento evangélico protestante, que abrange a mais de 25 milhões de brasileiros e o testemunho é comprovado em qualquer setor da sociedade, da imprensa escrita, falada, televisada, que nesse contexto de Igreja Evangélica, nesta maneira que eu estou colocando aqui dessa orientação que é feita, não se tem o menor abandonado, não tem a família desgarrada, perdida. Muito pelo contrário, há a reconciliação.

Eu gostaria de fazer igual colocação para a expositora da Seicho-no-ie, já que estamos falando em igreja. A igreja que eu conheço foi estabelecida na terra por Jesus Cristo — Dom Luciano é um ministro da palavra de Deus, está capacitado tanto quanto eu, ou mais do que qualquer um de nós, para fazer essa colocação — as igrejas espalhadas, ou a Igreja em si, real, verdadeira, falando-se em família, como há pouco foi colocado pela expositora, e falando em mestre, segundo o que eu conheço nas escrituras, mestre é um só: Jesus Cristo como pai, no Brasil, colocou e há quase dois mil anos foi estabelecido isso.

Eu me lembro, falando em família, já que temos aqui também homens de igreja de uma passagem fundamental um dia, o Mestre estava atendendo, orientando, conversando, falando do reino que Ele trouxe e algumas pessoas lá fora foram encarregadas de chamá-lo. E chegando lá dentro disseram: "Mestre, lá fora estão sua mãe, seus irmãos e suas irmãs". Ele virou-se para aqueles que o assistiam e ouviam a sua pregação, que hoje a igreja tem a missão de fazer da mesma forma, e disse: "Não, meus pais, minhas irmãs e meus irmãos são esses que fazem a vontade do Pai".

Eu sabia que Dom Luciano estaria aqui, e gostaria de fazer a pergunta ontem, mas deixei para hoje. Como foi colocado aqui, com muita sabedoria, numa explanação da Irmã Maria do Rosário Cintra, que achei fabulosa, na área do campo, da cidade, desde quando a criança sai do ventre, eu gostaria de ter uma palavra de Dom Luciano. Além de tudo aquilo, se, acima de tudo aquilo, não é necessário injetar a orientação espiritual para o coração do homem e da mulher? Porque não adianta colocar ouro em pó nas mãos de uma família — quando falamos muito hoje em reforma agrária — se essas pessoas não forem conscientizadas, primeiramente, de um valor maior, já que se fala muito em igreja aqui e o que eu conheço de igreja, é um corpo espiritual, cuja cabeça é Cristo, e Dom Luciano está de cabeça para afirmar isso, tenho certeza.

Esse corpo espiritual é uma missão da igreja, para sair numa missão maior, real de uma visão missionária de evangelização, para a mudança. Como, ontem aqui, um casal de jovens, uma coisa maravilhosa, depois da nossa sessão da noite que terminou muito tarde, ficamos aqui o Relator, o Presidente, eu e outros Constituintes conversando

com aquele casal de jovens que veio com a Irmã. E o rapaz disse algo, quando fizeram uma pergunta a ele aqui, já que entramos nesse assunto que envolve a moral, o social e o espiritual, perguntaram como ele sobrevivia com essa missão de ajudar o menor, ou a criança que está aí jogada à rua, e o que ele tem feito com grande proveito, e ele disse: "Não tenho poder aquisitivo, não tenho um salário, não tenho ninguém que me socorra, assim, como obrigação". Mas afirmou algo que saiu do coração daquele jovem que estava fazendo o bem — porque só pode dar amor quem tem amor, a palavra amor é muito comentada, mas o amor, que é o dom supremo de Deus, tem que estar estabelecido dentro do coração das pessoas. E esse jovem disse que ele não tinha proventos de ninguém, mas ele estabelecia a sua confiança, o seu amor para dar a alguém, baseado num cálculo que ele mencionou aqui. Ele disse: "O Mestre disse: Buscai em primeiro lugar o reino de Deus e as demais coisas serão acrescentadas".

Ele disse que a sua vida, com a sua companheira, tem sido suprida através desta esperança e deste fundamento. Eu gostaria de ter, hoje, a resposta para essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Nós queremos lembrar aos Srs. Constituintes que, conforme ficou decidido por esta subcomissão, os Srs. Constituintes teriam um prazo de até 5 minutos para promover as suas interações e fazerem as suas perguntas.

O SR. DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA — Quero agradecer e perguntar ao Sr. Presidente de quanto tempo disponho para responder.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Os debatedores têm tempo mais livre.

O SR. DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA — Vou procurar ser conciso, porque o Sr. Deputado Roberto Augusto, a quem eu queria homenagear, tocou em pontos tão importantes que eu seria, sem dúvida, talvez breve demais e não capaz de atender a toda a amplitude da sua pergunta. Assumindo alguns pontos e querendo reforçar a sua colocação, em primeiro lugar, é notável o bem que as Igrejas Evangélicas, que V. Ex.<sup>a</sup>, dignamente representa, têm feito através das escolas dominicais. Acho que é um exemplo, sem dúvida, de devotamento, a formação do caráter e educação da fé e, sobretudo, a iniciar a criança no conhecimento da palavra de Deus e como é que ela pode, à luz da palavra de Deus, realmente, se confortar com a vida cotidiana e com enorme auxílio à família. Então, acho que esse ponto merece todo o nosso apoio.

Da parte da Igreja Católica, creio que devemos reconhecer que não temos as escolas dominicais tão organizadas, mas tem havido uma grande força, agora, na colocação das famílias, através da formação das comunidades, chegarem a todo um ritmo de convivência, que não é apenas o do momento da escola dominical, mas é uma convivência fraterna que tem também prolongamento através de outras ações durante o dia. Eu posso lhe dizer que, na área onde eu resido, seguindo mais de perto as comunidades, eu vejo que elas se transformaram em um grande lugar de formação; primeiramente, através da palavra de Deus, mas numa dimensão muito simples de quase uma fraternidade muito companheira, onde, através de quem se prepara melhor, são veiculadas,

também, toda uma série de princípios que eu creio, coincidem, perfeitamente, com aqueles que V. Ex.<sup>a</sup> desejaria ver aplicados.

Temos também hoje, uma iniciativa, que são os grupos de rua. São milhares, milhares, e milhares, no Brasil inteiro, são famílias que se reúnem toda semana para colocarem em comum a sua fé, não sob a forma de comunidade, uma comunidade pode ter oitenta grupos de rua, quarenta grupos de rua, há paróquias com quatrocentos; hoje é muito divulgada, esta iniciativa, que não aparece na reunião, dentro da Igreja, mas aparece dentro das casas e aí, é claro, como na casa há televisão, uma das perguntas maiores, é como é que você reage diante dos meios de comunicação social. Eu creio que por aí teríamos uma pequena pista; em primeiro lugar, reconhecendo bem que já se faz e onde se faz por exemplo, nas Igrejas Evangélicas.

Em segundo lugar, mostrando outras iniciativas. Eu me refiro à Igreja Católica, pois a pergunta foi feita a mim, e parece-me que além de um catecismo mais tradicional, tem havido essas inovações mais recentes da multiplicação de comunidades e mais do que a comunidade, os famosos grupos de rua, grupos de reflexão. Antigamente, tínhamos alguma comunicação a fazer, fazíamos por cem comunidades, hoje tenho que multiplicar por trinta mil para atingir os grupos de rua na mesma área. Então, é uma inovação, realmente, menos conhecida, mas muito promissora.

Em relação à uma disposição mais de tomada de posição inicial, estamos saindo dessa Assembléia dos Bispos católicos do Brasil, aliás, com uma grande participação das Igrejas Evangélicas. E V. Ex.<sup>a</sup> sabe que tivemos representantes das Igrejas Evangélicas acompanhando o curso de toda a assembléia, e um dos pontos que marcou a novidade dessa Assembléia foi escolher três pontos de destaque, de prioridade do trabalho da Igreja nos quatro anos que agora, vamos ter pela frente. Primeiro, foi o dos meios de comunicação social. Quer dizer, como atuar nos meios de comunicação, seja tendo a televisão, seja tendo o rádio para uma ação mais de acordo com a dignidade da pessoa humana, superando um pouco essas entidades que têm condições mas também vantagens econômicas e seja também criando a capacidade crítica diante daquilo que apresentaram. Então, a primeira prioridade da Igreja Católica, hoje, escolhida a menos de uma semana, é justamente aquela que V. Ex.<sup>a</sup> achava também tão importante que são os meios de comunicação social. Em segundo lugar, a família e juventude. São três itens com a mesma votação, família e juventude; de modo que para a tranquilidade do nosso grande orador, queria dizer que a família; agora, voltou a se constituir nessa preocupação prioritária para o episcopado nacional, uma votação muito significativa, assim como a juventude, porque as duas coisas vão juntas, é impossível trabalhar com a família sem trabalhar com a juventude.

Em terceiro lugar, quanto à questão também dessa capacidade, que as comunidades evangélicas têm, de atender à criança que fica desamparada, assumindo-a na comunidade, é um exemplo belíssimo, de fato, e que podemos acrescentar outros aspectos, por exemplo, o desempregado; ele é logo atendido na comunidade evangélica, há uma visita ao lar, há um apoio na situação

de dificuldades. De modo que devemos, mais uma vez, elogiar o que está sendo feito, mas é verdade também que, para nós que temos a alegria de nos valermos do ensinamento de Jesus Cristo, temos também, um ponto muito curioso: assim como Jesus dizia que a família eram todos que estavam ali ouvindo a sua palavra, nós também, procurando, na Sagrada Escritura, no Novo Testamento, alguma palavra de Jesus sobre a criança, nós constatamos que Jesus nunca usou a palavra órfão, nunca a usou. E por que nunca a usou? Porque para Ele o seu Pai fica sendo o nosso pai. Nesse sentido é que, quando nós rezamos o Pai-Nosso — afinal, é a oração de quase todos nós aqui e sem dúvida de todos nós no sentido mais profundo — Jesus queria dizer que não havia mais órfãos, porque a paternidade de Deus deveria se comunicar sob uma forma de fraternidade de quem assume isso aí e aquilo que vai sendo feito já de uma forma mais organizada nas Igrejas que V. Ex.<sup>a</sup> citava, eu creio que em todas as comunidades deveria acontecer. Aliás, quando eu tenho que falar um pouquinho ao povo sobre isso, eu sempre digo: "Uma criança pode não ter família, mas tem que ter comunidade". Comunidade é o segundo nível de atendimento a uma criança. É também o que nós vemos, às vezes, numa favela. Digamos que o pai seja assassinado em um tiroteio de madrugada, a mãe nem sempre tem condições, às vezes nem existe mais e a família do lado acolhe a criança. É como numa sociedade tribal. E isso está faltando nas nossas comunidades, onde, às vezes, morrem os pais de um morador de um apartamento e os outros desconhecem totalmente aquele infeluz, nem se interessam, apenas, acabou, morreu, foi embora. Não há essa solidariedade que eu acho que as Igrejas deveriam, evidentemente, incentivar.

E finalmente, quanto à questão do ensinamento mais espiritual, espiritual quer dizer do espírito, nesse sentido, é claro que quando há pouco, eu me referia à uma política habitacional, à reforma agrária, que, aliás, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que apoiassem, porque, talvez seja o ponto mais precário neste momento nas discussões de subcomissões, parece que há dúvidas sobre a reforma agrária, e quem defende família tem que defender o solo para que essa família possa viver e trabalhar. Evidentemente, que quando tratamos de casa, estamos pensando em casa para alguém, estamos pensando numa família organizada, estamos pensando também que é impossível organizar a família, se não houver o verdadeiro amor, e não haverá o verdadeiro amor se não houver capacidade de compreensão e perdão, e nós sabemos que ninguém consegue perdoar ninguém sem a graça de Deus. Podem experimentar para ver se conseguem. Não conseguem.

É claro que estamos de acordo que a coisa mais importante é o ensinamento que o próprio Deus nos dá, sobre como nós devemos nos relacionar com Ele entre nós. Agora, é claro também, que, dentro do ensinamento de Jesus Cristo, nós vemos que ele diz: "Olha, você, no fim da sua vida, vai ser julgado sobre o seu comportamento. Se você deu de comer a quem tinha fome, deu de beber a quem tinha sede, se você visitou quem estava doente". Ninguém fará isso sem a graça de Deus, mas se não fizermos isso, também não somos filhos de Deus. Como nós estamos no

"beabá" do encaminhamento da sociedade, acho que não podemos, de modo nenhum, querendo o mais importante, deixar de ver também todos os seus desdobramentos. Então, é claro que nós vamos nos complementar, eu sei que esta subcomissão é dotada de pessoas muito experimentadas e a sua intervenção, Deputado, mais que uma pergunta, é uma complementação indispensável. É claro que o importante é esse ensinamento espiritual. Aliás, indiretamente, eu me referi a ele, dizendo que era preciso o amor para adoção e eu falava a palavra amor, como V. Ex<sup>a</sup> também, eu entendo aquilo que vem do próprio Deus, porque nós não seríamos capazes de amar ninguém, se Deus não nos desse a sua própria graça.

Mas fica aqui, como resposta globalizante, sua vontade de somar. Acho que onde houver essa iniciativa positiva em prol da família, nós deveríamos somar. Agora, uma coisa é certa, eu volto ao ponto da exposição: a nossa Constituição deveria abrir, com o direito da pessoa humana à vida, porque sem isso, todos os outros direitos são inconsistentes e esse direito à vida vem do reconhecimento da dignidade da pessoa humana e, para nós, que temos em comum a mesma fé, vem da alegria de saber que Deus ama a cada pessoa humana, com um ano realmente infinito.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO AUGUSTO — Eu queria agradecer a colocação e a resposta de Dom Luciano, fiquei muito feliz mesmo, por saber que há esses grupos de evangelização de ruas, que envolvem todos, espiritual, moral e socialmente. E mais também, porque li e a imprensa toda divulgou, que na última reunião da CNBB ficou estabelecido que 1988 seria o ano de uma renovação espiritual na Igreja Católica. Fiquei muito feliz, porque quando a Igreja se unir, dentro desse contexto, as demais coisas serão mais fáceis de serem supridas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Nós temos conosco, membros desta Subcomissão, o nosso Relator, Deputado Eraldo Tinoco e o Deputado Eliel Rodrigues. A pergunta também foi dirigida a Sr<sup>a</sup> Jandira de Castro.

A SRA. JANDIRA DE CASTRO — Muito obrigada pela ilustre e belíssima colocação do ilustre Constituinte, embora D. Luciano tenha deixado muito pouco para elucidação, mas como a pergunta foi dirigida também a Igreja Seicho-no-le do Brasil, então, eu tentarei só colocar aquelas vaguinhas que ele deixou, porque, realmente, a explanação dele foi excelente. Como o tema muito enfocado pelo nobre Constituinte foi a palavra Igreja quero ressaltar a V. Ex<sup>a</sup> que essa palavra Igreja só está inserida neste contexto, por força de registros e outros contextos. Mas, agora, segundo me informou o Dr. Eiji Murakamil, que faz parte da organização da parte administrativa, essa palavra vai ser até retirada, porque a Seicho-no-le não é uma seita religiosa, ela não tem o sectarismo religioso. E foi muito boa, foi muito providencial a pergunta de V. Ex<sup>a</sup> para que isso fique esclarecido. Eu, por exemplo, sou católica apostólica romana e é explicado pelos ensinamentos do Dr. Masaharu Tamiguchi de que nós devemos continuar naquela religião que nos levou até a Seicho-no-le. Se ele é batista, ele deve continuar como batista; se ele é espírita, ele vai continuar sendo espírita. Nós temos que respeitar a hereditariedade também dos nossos antepassados

com relação às religiões. E nós temos aí budistas, temos batistas, todas as religiões pertencem à Seicho-no-le, porque a Seicho-no-le é a filosofia da harmonia universal e já me informou o Dr. Murakamil que quanto a esse título igreja, já estão até trabalhando na organização, no sentido de ser retirado. Ela terá outra denominação: Movimento Filosófico da Seicho-no-le.

Quanto a palavra Mestre que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, eu me referi, simplesmente no conteúdo do nosso dicionário, onde mestre quer dizer professor. E como eu estudo com ele e a filosofia da Seicho-no-le é abrangente na parte educacional, eu a estudo há doze anos, então, para mim, ele é o meu professor, Dr. Masaharu Tamiguchi.

Quanto a outra pergunta, que foi estendida a mim, sobre o que a igreja está fazendo, nesse ponto, então, a Seicho-no-le também tem que responder: o que ela está fazendo, nesse mesmo sentido em que ele perguntou a D. Luciano, Presidente da CNBB.

A Seicho-no-le é sustentada por três organizações fundamentais: a associação das senhoras Seicho-no-le, que, em japonês, é chamada Hiro-rai; temos a associação dos homens que é chamado, em japonês, So ai; e temos a associação dos jovens. Essas três organizações trabalham num só sentido, que é o movimento de iluminação da humanidade. Eu, por exemplo, sou presidente do núcleo da Associação das Senhoras. O que eu faço no meu núcleo? Nós temos núcleos em todas as cidades satélites do Distrito Federal. Nós começamos as reuniões nas casas de família. A reunião é chamada reunião de vizinhança, a reunião em que nós vamos estudar a filosofia, no sentido de aprimorar o amor aos pais e o amor dos pais para com os filhos, colocando como coluna central, dentro do lar, o marido. Os homens vão para as suas reuniões para também aprender dentro da filosofia como reverenciar os seus filhos, como amar os seus filhos e, como foi muito bem colocado, sem Deus dentro de nós não há possibilidade de praticarmos o amor.

Os jovens têm as suas reuniões também no sentido de aprimorar esse amor maior, porque nós acreditamos que dentro do homem está Deus. Deus está dentro do homem. Assim disse Cristo: "O reino de Deus está dentro de vós. Não busqueis as coisas fora, porque tudo que vós desejais está dentro de vós." Isso é que a Seicho-no-le está fazendo.

Nós temos as reuniões de senhoras, aprimorando a mulher na educação do filho, aprimorando a mulher no respeito mútuo ao marido, marido e mulher, vice-versa, filios etc., e, nessa harmonia, nesse contexto de amor, temos também uma parte, que já ia me esquecendo, sobre a educação da criança, o Kdo neo hai, que, em português, significa reunião das crianças. Vamos ensinar à criança, desde pequena, você é filho de Deus e dentro de você existem todas as possibilidades. Tudo vai depender de você. Porque se nós não incutirmos na criança, desde cedo, que a origem dela é divina, ela não vai acreditar nisso. Se ela não acreditar que a origem dela é divina, ela vai praticar qualquer ato e achar que tudo aquilo é legal. Mas, quando nos conscientizamos de que somos filhos de Deus, perfeitos, aí, aquilo é diferente. Aquela atitude que eu gostaria de tomar eu não posso, porque ela não é condizente com a minha pessoa, daquilo que professo, por-

que sou filha de Deus. E isso Cristo disse antes de Pilatos, quando ele perguntou: "Voce anda dizendo que é filho de Deus" e Cristo disse: "Eu sou filho de Deus."

E Cristo nos ensinou uma oração maravilhosa que se chama Pai Nosso. Quando ele disse Pai Nosso, ele não se referiu "meu pai" e nós somos todos filhos de Deus. E se houver algum ponto que eu não tenha deixado claro, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Eu vou fazer uma sugestão que já foi feita antes. Se nós individualizarmos as perguntas para depois individualizarmos as respostas, é evidente que ficaremos aqui até a noite. Vou sugerir — não sei se a sugestão vai ser aceita, a Comissão é que decide — que nós deveríamos, todos, formular, as nossas sugestões, e depois daríamos oportunidade, aos senhores debatedores, de globalizarem as respostas, mesmo porque, muitas perguntas ocorrerão no mesmo nível.

Nós temos inscrito o Deputado Constituinte Sallim Curiati, Cássio Cunha Lima, Iberê Ferreira e Eunice Michilles. Mas antes dessa decisão, nosso debatedor, à direita, gostaria também de dar alguma sugestão.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO AUGUSTO — Solicito que seja, também, marcado o tempo dos expositores. Para que possamos ampliar o debate, acho que o tempo dado para a pergunta deverá ser o mesmo tempo dado para a resposta, de forma que nós tenhamos tempo e possamos ampliar a participação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Quanto a esta parte, para mim, enquanto pessoa, é pacífico, se os senhores debatedores dispuserem de tempo e permanecerem conosco, sacrificando outros compromissos e horário de almoço, para mim não há problema. Mas esta é uma decisão que não posso tomar. Não tenho autoridade para fazê-lo.

O SR. JOSÉ M. MIZEL DE SOUZA — Sr. Presidente, nós estamos à disposição, evidentemente, em nome da Escola de Pais. O assunto meios de comunicação, que é muito importante, dentro da prática cotidiana, e esse é o nosso objetivo, aqui e agora, eu gostaria de lembrar dois aspectos que me parecem fundamentais, nessa tradução às famílias, da questão dos meios de comunicação.

Primeiro, o que a Escola de Pais centra na educação para a liberdade. Liberdade é você poder fazer e poder não fazer. E, pelo menos, até hoje, não vi nenhuma televisão, por exemplo, que não tenha um botão que o desligue. Agora, também, quando se desliga o botão, deve-se ter a consciência de que se deve ser criativo para ocupar o tempo da família e o diálogo ou coisa que o valha. Hoje se diz que não há muito diálogo simplesmente porque a televisão conversa para todo mundo. Há de haver, da nossa parte, decisão e ação, daí a educação para a liberdade.

Em segundo lugar, a consciência de nossos direitos enquanto cidadão, que é o fato de que os meios de comunicação, em geral, são comerciais e, por exemplo, nas bancas de jornais há alguma chamada a determinada revista que achamos que não está atendendo, basta que nós, usuários, vamos lá até o dono e digamos que

se continuar com aquela apelação não vamos comprar mais nada.

O que temos que ter é exatamente o cotidiano da prática, porque até agora temos tido é a prática do discurso e não a prática da ação. Vamos ter a prática da ação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Quero lembrar aos Srs. Constituintes que o tema proposto hoje é sistema de adoção, embora seja sábio colher todas as propostas que venham em função do direito da família, estou colocando essa questão, porque é o que nos angustia hoje. Por causa da adoção e dos cidadãos estrangeiros, não residentes no Brasil, estamos tendo uma coisa escandalosa que é o tráfico de crianças para fora do País. Por causa da adoção, temos as chamadas casas de adoção que são verdadeiras agências de contrabando de crianças. Isso nos preocupa porque nós, como legisladores, temos que definir isso.

Eu quero lembrar-lhes que não foi a lei que fez a família, para que não se pense que nós, através da Constituição, vamos garantir a estabilidade da família, vamos garantir uma família sólida, indissolúvel.

Quero lembrar ainda que eu, como pessoa jamais admitirei que os movimentos de consciência e a idéia do direito, sejam obra do legislador. Não é o legislador que vai fazê-lo. O fato social antecede à lei e esta, por razões lógicas, a este está condicionada. Não podemos perder esta perspectiva. Não nos é dado direito de dissociar a estrutura social da conduta, não temos como deixar de fazer uma reflexão sobre isso, para que não se pense amanhã ou depois, que esta Subcomissão não cumpriu o seu dever.

Nós estamos conscientes do papel que nos cabe, e ele é enorme. Mas não basta que nós formulemos o ideal texto da lei, se nós não levarmos em conta que a família não é obra do legislador, não resultou da elaboração do jurista. A família é uma sociedade natural. Não podemos perder de vista também este fato de que os movimentos de consciência e a idéia do direito sejam obras do legislador. Não o são.

Ouvi ontem as exposições e o apelo que foi quase que no sentido de que esta Subcomissão salve a família do Brasil. Quase que um apelo nesse sentido seria muito fácil, então, era só botar no texto da lei, mas nós sabemos que a coisa também não passa por aí. E na própria resposta de D. Luciano ao Deputado Roberto Augusto, nós ouvimos esta preocupação. Ela passa por outros fatores.

Eu, gostaria que tivéssemos a preocupação com respeito à questão da adoção, mesmo porque dentro do aspecto da adoção, nós temos o aspecto da cidadania. Esse aspecto é muito importante, porque ele é um aspecto político. O mundo seria a sociedade de todos, mas a verdade é que as nações têm fronteiras e tem bandeiras, têm leis, têm exércitos, têm negócios, têm bancos. As nações exploram as nações, os povos subjagam os povos. Um livro do Dr. Hime Groon Spoon de São Paulo, dos direitos da criança traz uma denúncia grave. "Crianças adotadas do Terceiro Mundo país da Europa, hoje estão trabalhando em minas de carvão da África." Isto é sério. Então, temos aí aberta a adoção para cidadãos estrangeiros, quero encerrar, lembrando que somente o Dr. Aginaldo Baía, Juiz de Menores da cidade

de Salvador, expediu mil cento e quatro processos de adoção para a Europa, só em 1985, só naquele ano. Um mil cento e quatro processos de adoção.

Quero lembrar, ainda, o aspecto emocional das adoções que, às vezes, estão atendendo o interesse de quem vai adotar, não o interesse de quem vai ser adotado.

E por último esta questão de por que a criança está abandonada. Nós vamos encontrar nisso uma justificativa para o processo de adoção e por isso nós vamos, justificando a nossa omissão, entregando as crianças brasileiras para cidadãos estrangeiros.

Vamos lembrar de se eu quiser me nacionalizar, naturalizar cidadão estrangeiro, tenho que passar por todo um processo formal. Em relação a algumas nações, eu tenho que negar minha bandeira e jurar a outra. Como é que vamos, então, apanhar uma criança nascida aqui, e portanto, uma criança detentora do direito original à cidadania brasileira e decidir esta questão no momento da vida e numa circunstância em que ela não pode opinar, não pode decidir.

Por último, vamos nos lembrar do gesto da Nicarágua, depois da revolução, que não se permitiu, nem se estimulou que adoções das suas crianças por estrangeiros fossem feitas, mas todos se reuniram e disseram: "Não, internato, não. Vamos colocar os filhos dos nossos companheiros, que morreram na guerra, nos nossos lares." E a família nicaraguense terminou adotando todas as crianças. Reconheço este fato como o mais comvente gesto de solidariedade humana, que tenho visto no mundo inteiro, nos últimos tempos, principalmente, quando consideramos os horrores que vêm acontecendo com a criança brasileira.

O SR. SALIM CURIATI — Quero dizer da satisfação de estar aqui com meus companheiros, Sr<sup>es</sup> e Srs. expositores e da alegria de termos aqui conosco Dom Luciano Mendes de Almeida e cumprimentá-lo pela posse transitória da CNBB. E eu digo com alegria, porque Dom Luciano, quando eu fui Prefeito em São Paulo, deu um apoio total à nossa mensagem, essa mensagem traduzida aqui nesta Subcomissão, inclusive da Escola de Pais, Secretaria da Família e do Bem-Estar Social, levando em consideração que ela é fundamental para a nossa comunidade, para a nossa existência, e uma série de eventos de toda natureza, com relação ao atendimento do menor, do jovem nos seus aspectos mais diferentes, do idoso. Realmente, hoje, eu não teria pergunta nenhuma a fazer, uma vez que D. Luciano e os representantes da Seicho-no-le trouxeram, a esta Subcomissão, mensagens com as quais realmente, já estamos afeitos. Eu apenas lembraria a D. Luciano, quando ele expôs os problemas de ordem curativa e de ordem terapêutica, sobre a importância, também — e eu tive muito contato com S. Ex<sup>a</sup> Revem<sup>a</sup> a respeito desse setor — da educação familiar, do planejamento familiar que seria um comportamento preventivo. E mais uma lembrancinha, sem maiores implicações, porque sei que a hora já vai tarde, e precisamos realmente, acelerar as nossas manifestações.

Com relação à adoção, Sr. Presidente, tivemos uma experiência que deu resultado, que foi a criação do instituto de adoção. Fizemos, com o apoio da igreja, em São Paulo, e todos os setores da comunidade, um trabalho estimulando a adoção, lembrando que o menor não tem cor, porque

havia uma discriminação muito séria com relação à adoção, e os resultados foram altamente favoráveis. De modo que, o que precisamos ver, de maneira prática, é que há uma dificuldade muito grande para se fazer a adoção, os diferentes tipos de adoção. O Código de Menores está aí para exigir uma série de coisas e o Código Civil. De modo que é importante que se analise isso.

Com relação à participação da comunidade, nós tivemos também, inspirado nos trabalhos de D. Luciano, um comportamento que, realmente, deu resultado, criando o Conselho Municipal de Auxílio e Subvenções.

O que faria esse conselho? Esse conselho forneceria numerário para as organizações comunitárias, nos seus diferentes segmentos, que defendem o menor, nos diferentes aspectos: os jovens, no atendimento e na prevenção contra o tóxico, o idoso, na sua recuperação, enfim, oferecia numerário para a manutenção de entidades de grupos assistenciais à comunidade, para aquisição de equipamento e até para reforma e construção. De modo que os resultados foram favoráveis. Quando o Estado, ou Município ou a Federação, realmente, oferecem condições para a comunidade, nas condições concretas para que ela possa desenvolver um trabalho a contento, como disse D. Luciano, aí se obtém bons resultados.

Tudo isso nós fizemos e os resultados foram realmente favoráveis. É um testemunho que trouxe, e a mensagem que trouxe aqui D. Luciano e todos os expositores é, realmente, uma mensagem séria.

Com relação ao setor de habitação, nós tivemos oportunidade, levando em consideração todos esses aspectos, de estimular a habitação em São Paulo, a habitação popular, em termos de fazermos com que a cidade de São Paulo recebesse, aproximadamente, três mil habitações dessa natureza, por mês. Foi, realmente, um índice elevado e os resultados favoráveis. Deixo aqui registrado, Dom Luciano, a minha satisfação por sua presença que, além de ser honrosa e altamente gratificante, ela fornece dados da maior validade a esta Subcomissão.

Agradeço a Deus a sua presença, ao Dr. José, à representante da Seicho-no-le, porque estão trazendo, realmente, subsídios valiosíssimos e concretos, dados concretos, com uma experiência comprovada que esta Subcomissão, sem dúvida alguma, pode torná-los concretos.

Mas eu quero deixar registrado, para finalizar, que os setores constituintes, todos eles, D. Luciano — e o nosso presidente é testemunha disso — já apresentaram propostas dessa natureza, defendendo o menor, defendendo o jovem, o idoso, defendendo a família em todo o seu contexto. Mas, infelizmente, D. Luciano — e eu fiz esta reclamação ontem ao Presidente — essas propostas dos constituintes, que estão trabalhando diuturnamente, elas não foram publicadas e a sociedade não tem conhecimento. Inclusive, nós, constituintes, não sabemos onde estão as nossas propostas para acompanhá-las nas diferentes Comissões. Existe, realmente, um descaso muito grande com relação a esse episódio. E a imprensa também não tem conhecimento das propostas oferecidas por todos os seus constituintes.

Deixo, mais uma vez, meu caro Presidente, esse apelo e o Presidente da constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, disse ontem, aqui, que iria tomar pro-

vidência urgentes, mas até agora não senti nada.

Desejo, ao terminar minha manifestação, que V. Ex.<sup>a</sup> reitere o apelo ao nosso Presidente, porque senão, vamos ficar desmoralizados, como ocorreu ontem, aqui, quando uma pessoa, que estava fazendo depoimento disse que os Deputados têm mordomia, que os menores não têm e uma série de mensagens de ordem negativa que não são reais. Encerro, cumprimentando V. Ex.<sup>a</sup> e fazendo esse apelo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Eu gostaria de seguir a ordem de inscrição para salvar guardar este direito.

Temos a seguir o constituinte Cássio Cunha Lima.

O SR. CONSTITUINTE CÁSSIO CUNHA LIMA — Vou procurar ser bastante objetivo. Os três expositores deixaram de forma clara, que a adoção representa um ato de amor, um ato supremo de amor. E vou ser bastante rápido, como foi a minha promessa; como seria possível incluir, na frieza da lei, o calor do amor, para que nós possamos trazer, real e efetivamente, a solução para o problema da adoção? Infeliz ou felizmente, sou um pouco cético nesse aspecto, apesar de jovem e o jovem tem, às vezes, característica de sonhador, mas eu não acredito muito, infelizmente, que a Constituição possa resolver esse problema da adoção, da família ou da criança. Creio que a atual Constituição poderá apenas garantir os direitos sociais e coletivos da população. Ao meu ver, será o grande avanço da Constituição que está por ser elaborada. E no tocante aos direitos mais simples, mais supremos da vida da família, creio que será um pouco difícil, como eu disse, através da frieza da lei, conseguirmos uma solução efetiva para estes problemas.

A pergunta: Como incluir, na frieza da lei, o calor do amor?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Eu quero só inquirir se o ilustre constituinte permite que os outros senhores constituintes formulem as suas perguntas da resposta?

O SR. CONSTITUINTE CÁSSIO CUNHA LIMA — Está permitido, não proíbi nada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Concedo a palavra ao nobre constituinte Iberê Ferreira.

O SR. CONSTITUINTE IBERÊ FERREIRA — Sr. Presidente, inicialmente, nós queremos dizer que hoje, mais uma vez, estamos tendo um dia da maior importância para nós, proveitoso pelos depoimentos que estão sendo trazidos aqui a esta Subcomissão.

Quero dizer a Dom Luciano que nós concordamos de que a adoção é um ato de amor e que ela, realmente, não tem fronteiras. Acho apenas que é necessário que haja uma instituição que acompanhe, para evitar casos como os que citou há poucos instantes o nosso Presidente, Constituinte Nelson Aguiar.

Concordo, também, Dom Luciano, que a adoção deve significar a suplência dos pais e nunca a suplência de filhos. Concordamos e queremos ainda concordar, com V. Rev.<sup>a</sup> quando disse que o Estado não é o educador. Sob todos os aspectos,

achamos que é fundamental que a sociedade se organize para desempenhar a sua função maior. E queríamos indagar — embora D. Luciano já tenha respondido em parte, quando falava ao Deputado Roberto Augusto — sobre o conceito de família. Porque, na realidade falamos muito em família e temos a impressão daquela família que nós sonhamos, aquela família tradicional de pai e mãe e os filhos, quando, na realidade, nós temos 30% de famílias cujos chefes são mulheres, são dados do IBGE. Minha pergunta é sem a poesia, sem o brilhantismo do constituinte Cássio Cunha Lima, mas eu ia perguntar se os debatedores tinham trazido alguma proposta concreta.

Ontem, a constituinte Eunice Michiles referiu-se a esse aspecto. O tempo está terminando e, evidentemente, estamos precisando de propostas ou sugestões mais concretas, no que diz respeito à adoção, e se houver tempo gostaríamos de ouvir o conceito no que diz respeito ao planejamento familiar, que acho que, de qualquer maneira, é a oportunidade que temos de ouvir pessoas como D. Luciano, como o representante da Escola dos Pais do Brasil, como a professora: essa oportunidade tão rara que é fundamental que quanto mais informações nós tivermos, melhor seria para que pudéssemos tomar decisões tão importantes para o destino, para o futuro do Brasil e da sua família.

Agradeço e cumprimento todos os senhores pela presença e pelas exposições.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Concedo a palavra à constituinte Eunice Michiles.

A SRA. CONSTITUINTE EUNICE MICHILES — Sr. Presidente Srs. debatedores. Muito mais para concordar com o que foi dito aqui, do que mesmo para perguntar.

Gostei muito da exposição de D. Luciano e, sobretudo, do enfoque de que amor não tem fronteiras, não tem nacionalidade. E ainda mais sobre o assunto que ele comentou de as entidades particulares fazerem um trabalho e serem subvencionadas pelo Estado. Concordo plenamente, porque na experiência curta que tive como Secretária de Trabalho de Serviços Sociais, pude constatar que, quando entra o ingrediente religião, o custo cai verticalmente; qualquer trabalho feito por técnicos pagos, ele gasta pelo menos quatro a cinco vezes mais do que as entidades que põem aquele ingrediente, aquele tempero; religião. Porque fazem, naturalmente, por um sentimento mais nobre, por um sentimento maior. Ainda mais, para dizer que aprecio muito o trabalho feito pela Igreja Católica com os meninos de rua, pelas instruções dadas aos casais antes do casamento. Acho que isso é muito importante, porque não acredito mais, Dom Luciano, em religião só de púlpito, acho que ela está realmente mofada, precisa alguma coisa mais prática, alguma coisa mais vibrante, alguma coisa de resultados mais concretos. E também apreciei muito o seu enfoque de que não adianta nós estarmos falando aqui de adoção, de meninos e de famílias se não levarmos o assunto até a reforma agrária, a reforma urbana, o problema da habitação. Lamentavelmente, a nossa Subcomissão é setORIZADA, mas entendo perfeitamente que sem esse gancho nós não chegaremos a nada.

Há uma pergunta que eu gostaria de fazer — por favor, não me leve a mal e não leve isso como ofensa — mas fala-se muito, pergunta-se muito: Por que a Igreja Católica, que tem, de certo modo, assumido a bandeira da reforma agrária, não começa por fazê-lo pelas suas próprias terras? Por que a Igreja Católica que é considerada uma Igreja rica também não começa a dar um exemplo prático disso?

Eu quero apenas ter a resposta disso, vinda do Sr. Dom Luciano, não que essa pergunta seja propriamente minha, mas é o que se ouve até pela imprensa. E eu gostaria de ouvir a sua opinião.

Primeira pergunta concreta, seria essa e depois a questão das famílias supletivas. Na prática, como funciona, quando pai e mãe da família supletiva que são funcionários, que são empregados e, de repente, saem. Isso não cria um novo trauma na criança? Quer dizer, não é novamente uma segunda rejeição? Como é que isso acontece na prática? Isso lhe tem causado alguma preocupação?

Agora para o Dr. Mendel, eu não entendi bem a sua colocação sobre o Imposto de Renda e isso interessa muito e eu gostaria que o Sr. repetisse. E para discordar um pouquinho do que disse sobre a questão da televisão, em que há uma liberdade. Eu perguntaria o seguinte: é também liberdade colocar-se no mercado alimento contaminado? Não tem que passar por um controle sanitário? O alimento do corpo tem que passar, e por que não o alimento do espírito, o alimento da mente, não obrigatoriamente ter que passar por um controle? Porque, dizia o Sr., que isso compete aos pais serem criativos. Quer dizer, apaga a televisão e ocupa o tempo da criança com alguma coisa mais útil. Concordo plenamente. Mas, isso, na prática, não é factível, quer dizer, o filho da empregada doméstica, o filho do operário, daquele menino que fica num quartinho a que se referiu D. Luciano, só com uma porta de papelão, mas tem uma televisãozinha lá, quem é que vai desligar a televisão dele? Parece que há um conceito ou uma regra em termos de comunicação que diz o seguinte: que ouvindo 14 vezes a mesma mensagem você a introjeta, de tal forma que passa a fazer parte do seu subconsciente. Não é verdade isso, também em relação à violência, à imoralidade, enfim aquela deseducação que, hoje, traz a televisão? Eu gostaria de saber também a sua opinião sobre isso.

E, enfim, para a Dr.<sup>a</sup> Jandira dizer que concordo plenamente na questão de que a adoção precisa ser desburocratizada, sem nenhuma dúvida. Não é nenhuma panácea, a adoção não vai resolver o problema do menor abandonado, mas é um elemento a mais, dentro de um leque de assuntos que nós precisamos ter para enfrentar o problema.

Eram essas as perguntas e as considerações. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. CONSTITUINTE ERVIN BONKOSKI — Dom Luciano, entre todas as questões postas, vou-me resumir numa pergunta; como militante da Igreja e vivendo sempre o problema das periferias, sabemos que estamos diante de um problema econômico-social grave, a habitação é o fun-

damental para a família, mas entendo também que a educação e a qualificação profissional são os ingredientes principais para uma dignidade viável da pessoa humana e, conseqüentemente, da família. Então, eu perguntaria: A Igreja tem um programa para desenvolver, junto à classe média e à classe inferior, a de periferia, no sentido de conscientizá-la para uma qualificação profissional. As comunidades, tidas de base ou as comunidades paroquiais desenvolvem, efetivamente, um trabalho de formação? Porque acredito que, através desse trabalho, porque o mal do Brasil, já que ainda estamos em desenvolvimento, está sendo a educação, a formação e a qualificação profissional. Quando isso efetivamente ocorrer, eu tenho certeza, e isso é conseqüência natural, teremos a qualificação dentro de um padrão digno das famílias.

Ao Dr. José M. Mizael de Souza. Eu já participei da Escola de Pais no meu Estado, o Paraná, tenho quase todos os líderes, inclusive o Dr. Felipe, como meus amigos. É maravilhoso, também já trabalhei com casais, dentro do aspecto de conscientização cristã. Porém, eu queria fazer só uma observação. As Escolas de Pais, hoje, não estão eletizados dentro desse prisma que eu coloquei ao Dom Luciano, não poderiam ser desenvolvidos essas Escolas de Pais, junto às periferias? O que não vem sendo feito.

Seriam essas as duas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eraldo Tinoco.

O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO — Ilustre Presidente. Conferencistas: Inicialmente, cabe-me pedir desculpas por não ter estado aqui desde o início da reunião, naturalmente isso não decorre da minha falta de interesse pelo assunto, porque considero que o maior prejudicado fui eu mesmo, em perder a oportunidade de ouvir tão brilhantes conferencistas. Mas, nesta Casa, há uma realidade brutal, que é a múltipla atividade e múltipla responsabilidade que temos muitas vezes, cada um de nós, para atender compromissos dos mais diversos e, às vezes, nem sequer a eleição da prioridade pode nos fazer abrir mão de determinadas providências. Mas, eu tenho uma indagação específica a fazer, especialmente a D. Luciano, pela sua experiência, pela sua vivência, pelo que ele representa em termos de conhecimento global dos problemas do País.

Refiro-me, justamente, a essa parte da influência dos meios de comunicação sobre a criança.

Nós temos dois discursos que, a meu ver, são contraditórios; um é o discurso da não censura, quer dizer, a total liberdade à criação e à divulgação da criação artística e cultural e o outro lado, é esta realidade da televisão, que já foi tão bem exposta por outros companheiros e que eu concordo inteiramente, que, em muitas circunstâncias, a mera decisão de desligar o interruptor da televisão não é resposta para isso. Então, como nós podemos, efetivamente, conciliar essas duas realidades? Eu ouço muito opiniões a respeito de que os principais responsáveis pelo que a televisão divulga são os proprietários dos meios de comunicação. Ouço até, muitas vezes, propostas de que esses meios de comunicação devem sair das mãos particulares, para cooperativas ou para o Estado ou para sindicatos, enfim, há uma variedade muito grande de proposituras a esse respeito.

Entretanto, eu verifico, muitas vezes, que não é a pessoa que detém a concessão de um meio de comunicação que pode efetivamente influenciar no que esse meio de comunicação divulga, que entra aí todo um contexto profissional. Técnico, também de liberdade de manifestação. Qual é, por exemplo, o humorista que vai apresentar o seu programa de televisão e aceita a imposição de um dirigente de que ele deve tratar, no seu programa, este ou aquele aspecto, se ele deve tratar de aspectos morais com maior ou menor liberalidade. Essa interferência, na prática, não existe, não existe também muitas vezes essa possibilidade de um controle do que os meios de comunicação colocam a disposição poder ser feito por cooperativas ou por outro tipo qualquer de órgão colegiado, até mesmo de conselho, como também já ouvimos sugestões, porque muitas vezes, os padrões morais, os padrões culturais, os padrões éticos dessas pessoas são diferentes da realidade de um consumidor, da realidade da pessoa que vai se utilizar daqueles meios de informação.

A meu ver, nós temos aí uma dificuldade muito grande de que, efetivamente, no meu entender, passa pelo aspecto da consciência moral de cada pessoa, consciência moral que quase sempre está vinculada também à consciência religiosa.

Qual a sua visão a esse respeito? O que o Sr. pode nos trazer, diante da sua experiência, como uma opinião que possa ser refletida, analisada por esta Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Nós não poderíamos então cercar o depoimento de Marcos Pereira Rocha, jovem que está sentado lá atrás, pois ele me fez um apelo, logo que chegou, no sentido que eu abrisse essa exceção então, vamos dar a palavra a ele.

O SR. MARCOS PEREIRA ROCHA — Antes de começar a fazer minha pergunta vou contar um caso que aconteceu na minha caminhada de 35 dias.

Estava lá em Uberaba, numa casa de menor, onde os menores têm tratores, mas, ela é aberta, ela não é como a FEBEM de São Paulo, é um sítio aberto, tem cercas, tem criação de porcos, tem de tudo, os menores não fogem de lá, são bem atendidos.

Isso é o que nós temos que fazer para o menor, não adianta pensarmos em casa, não adianta criar nada, o trabalho para ele é na agricultura, porque é onde ele se distancia da cidade.

Minha pergunta aos Srs. Constituintes é: Leis para os menores e para o agricultor existem muitas, mas não são obedecidas, quero saber como é que vocês vão fazer leis para serem obedecidas pelas multinacionais e pelos ricos brasileiros?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — A Constituinte Maria Lúcia gostaria de fazer uma pergunta.

A SRA. CONSTITUINTE MARIA LÚCIA — Ouvei a palestra da representante seicho-no-ie e tenho muita preocupação, porque fui presidente de uma fundação em que as pessoas nos procuravam para adotar crianças, quando essas crianças chegavam à presença dessas famílias que queriam adotá-las quase sempre essas mães não queriam quando as crianças eram pequenas, só queriam mocinhas de 12, 13 anos, ou meninos com 12, 13 anos, porque eles iriam tomar conta dos filhos

delas e, futuramente, esses adotados seriam domésticos.

Acho perigosa, essa adoção, porque às crianças nós devemos dar um lar digno e seria interessante que não usássemos essa palavra, criança abandonada, no País. Que as famílias tivessem condições de manter os seus filhos dentro de seus próprios lares.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Eu gostaria de solicitar ao nosso Vice-Presidente, Roberto Augusto, que assumisse a Presidência. Nossos debatedores estão com a palavra, Dom Luciano.

O SR. DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA — Vamos seguir a ordem das nove perguntas, é preciso que reconheçamos a sua importância.

Por exemplo, D. Maria Lúcia de Araújo, tocou num ponto que já tratamos, aqui. Eu pediria aos outros membros, que comigo tiveram a oportunidade de ser convidados, que falassem também porque não quero monopolizar as respostas. Mas tanto os Constituintes Antonio Curiati, como Iberê Ferreira quanto o Cássio Cunha Lima, quanto Eunice Michiles, Erwin Bonkoski, Eraldo Tinoco e Maria Lúcia, eu ia fazer um pedido mais do que a resposta que saísse daqui, no fim da sessão, que levassem à frente essas causas, porque, no fundo, a pergunta mostra um interesse notável, que irá repercutir depois, não só na elaboração da Constituição, mas, no decorrer de todos os trabalhos. A minha sugestão seria que ficassem ligados como um grupo quase que interpartidário, nessa grande causa da família, do menor e do idoso, porque isso depois vai transbordar para além desses prazos que são muito restritos. Haverá uma série de aperfeiçoamento de leis que podem servir e irão encontrar, aqui, nos nobres Constituintes, para usar essa expressão tão bonita, defensores dessas causas, que nós sabemos, têm sido deixadas de lado, nos últimos tempos.

Em relação a como colocar amor na frieza da lei, eu diria que a lei não é fria, a lei pode ser até muito quente. O importante aqui é encontrar o instrumento para salvaguardar esse aquecimento da lei. Se nós realmente queremos focalizar a adoção, que foi o grande tema de hoje e, evidentemente, merece um destaque especial, é preciso que haja um cuidado da parte da sociedade pelo estatuto da adoção. Por exemplo, aqui o nosso amigo José Mendel, lembrou que um rapaz hoje pode obter habilitação de carta para o ano 2002, 2003, e achou tão bonito. Pergunto: e habilitação para adoção vai até que ano? Não se rever mais o casal, ele entra no espaço? Não há ninguém que verifica se a criança está sendo bem atendida? E quem que dá a carta de habilitação para a adoção? Um carro vale mais que uma criança? Existe um DETRAN e não existe um departamento, realmente bem instituído, como se referiu o Constituinte Antonio Salim Curiati, em São Paulo, o Instituto de Adoção. Não haja adoção, onde não há instituto de adoção. Porque não basta o sim de um juiz para fazer a mágica de tornar um casal hábil, ele pode dizer que entre os que se apresentaram é o menos frágil, mas ele não pode assegurar condições, é preciso que haja, e nós teremos que focalizar o sistema de adoção no instituto de adoção. E que ali não seja um instituto venal, mas seja feito, e por que não, com

as Escolas de Pais, com Conselhos de Pais que trabalhem gratuitamente. Porque, se não houver gratuidade nós não podemos assegurar a idoneidade. Não é que o dinheiro não seja bem justificado, mas é que o parecer pode ser, às vezes, um pouco alterado. É importante que haja um grupo que represente a sociedade nesse Instituto de Adoção, e que o Instituto tenha também um cadastro das pessoas adotadas, com a obrigação de que voltem ao Instituto para dar notícia de como está, seja do Brasil, seja fora do Brasil. O Instituto de que Monsenhor Pierre Primaux me deu notícia, quando estive com ele em Bogotá, tem um cadastro atualizado com fotografia, para saber se a pessoa está mesmo sendo bem acompanhada, se está mesmo sendo bem atendida.

Nós temos que levar muito a sério o instituto da adoção. Não basta dizer que adota brasileiro ou não brasileiro, quero saber o que acontece com essa vida, como é que ela está se desenvolvendo?

E, cada prefeitura tem que ter o seu Instituto de Adoção, que seja representante da solicitude da sociedade, da comunidade inteira, por essas crianças. De modo que, aquilo de dizer: "não vou contar para ninguém". Não. Isso acabou. É adotado mesmo com todo o direito. E nada de esconder a adoção, porque não tem nada de ignominiosa. Começamos com o subterfúgio de que não pode contar, porque talvez seja verdadeiro. A criança adotada tem na realidade de sua vida, a sua adoção. Senão vai acontecer, como ocorreu quando eu ensinava na Faculdade de Engenharia Industrial, em que um rapaz queria se suicidar, porque encontrou na gaveta de um móvel da mãe o atestado de nascimento dele, que não tinha nada a ver com a realidade em que estava inserido. E resolveu implodir com a vida, de repente. Quer dizer, a falsidade não alimenta nenhuma educação. Criança adotada tem que ser conhecida como adotada, e tem que ser valorizado o ato de amor que adota. Isso talvez pudesse até constar realmente. De outro modo, começamos a preparar traumas futuros de gravíssimas consequências. (Palmas.)

Quem bateu palmas foi uma criança, quer dizer quem percebe a realidade é quem está na realidade. E nós temos pseudas soluções. E eu poderia lhes contar, como padre, tanta coisa a esse respeito. Acho que é possível o amor entrar desde que a sociedade saiba amá-la. Não é a lei, é a sociedade. Se não criarmos o acompanhamento da adoção é claro que a lei é fria. É como se dissesse: ninguém pode bater em carro nenhum. Bato, você não põe multa, não verifica se a pessoa está bêbada, não é? Então, claro que vai haver um encontro total entre os carros. A questão é a seguinte: vida vale mais do que carro. Aqui deveria sair a obrigação de que não houvesse mais adoção, neste País, sem o instituto reconhecido com a habilitação para tal, e que a sociedade se fizesse representar, através de escolas de pais e de outras instituições voluntárias que pudessem também acompanhar, pelo menos durante um determinado tempo, os que são adotados.

Fala-se aqui de planejamento familiar; eu pergunto: não era o caso de se abrir mais espaço para isso, mesmo independentemente dos termos marcados? Porque é um assunto muito importante. O que pode dizer alguém de nós sobre

isso, em pouco tempo? Mas, eu lhes diria, em primeiro lugar, que o planejamento familiar tem se tornado uma grande preocupação para muitos, mas às vezes ilusoriamente. Primeiro, porque, nós estamos de acordo que o Brasil não tem isso como urgência. Seria ridículo. Vamos comparar com a Suíça. Não é esse o problema. Segundo lugar, que é preciso que nós nos tenhamos precavidos contra injeção de outros países. Quando fui, em 1980, representar o Brasil no Símbolo Universal dos Bispos, em Roma, eu tive o tema das famílias incompletas e do dinheiro que vem de instituições não estatais dos Estados Unidos para o Brasil. Aqui está o Sr. Pierre, que tem autoridade sobre isso e que me mostrou uma lista do dinheiro que, ainda hoje, entra no Brasil por debaixo dos panos, alimentando todas essas instituições que disseminaram, muito mais do que quatorze ou quinze vezes nos meios de comunicação, a idéia de que é preciso fazer um planejamento familiar. Mas, só que o modo de fazer esse planejamento familiar alimentou a terceira indústria do mundo. A primeira é a indústria da guerra, a segunda dos tóxicos e a terceira é dos meios anticonceptivos. Nós alimentamos essa indústria. E muitas vezes com produtos já cancelados, no seu uso, em países que descobriram outras substâncias menos ofensivas. E a saúde da mulher brasileira? Nós não temos médicos como é que se vai acompanhar uma criatura que está tomando pílula?

Eu me lembro de uma Sr<sup>a</sup>, no Nordeste, que colocava três ou quatro no prato de sopa da criança e disse: "se isso é bom para mim é bom para vocês." Total desconhecimento do que aquilo significava. Eu acho que nós estamos diante de uma realidade que é gravíssima. E a essa vontade de diminuir a pobreza mistura-se uma ignorância total de como isso se dá, e vai-se por um atalho errado, que é o planejamento familiar, que, no fundo, é um controle do nascimento dos pobres, ninguém está controlando o rico. Acontece que, de fato, nós estamos com os critérios muito alterados. Se nós quisermos realmente o planejamento familiar, temos que apelar de novo para a liberdade, para a educação e para a apresentação dos meios que sejam os mais convenientes com a natureza humana. Nesse sentido, os métodos de planejamento natural são muito importantes. Não se parte hoje para o macrobiótico, para o **cooper**, para ir à praia um pouquinho, para ter ar dentro da sala e, de repente, a gente quer justamente na coisa mais importante do mundo que é a vida, agir artificialmente. São substâncias que a pessoa tem que ingerir, são deformações do ato sexual, são um série de preservativos que, no fundo, a natureza e a história vão mostrar que estão errados. E hoje nós podemos mostrar isso, como agir sobre o hipotálamo da pessoa, faz da mulher uma pessoa prejudicada através de pílulas, que ela nem sabe o que tem lá dentro, quando a ingere. É preciso sim, se nós queremos um planejar o casal para a liberdade, deve ser um casal com mútuo acordo, que chegue realmente a isso e tem muito que ver com adoção. Muita criança que necessita de adoção é porque ela foi rejeitada; e é rejeitada, porque ela foi indesejada; e é indesejada, porque a pessoa vai ao casamento sem saber quando vai ter filhos. Por que não pode programar o filho para o momento certo, através justamente dos métodos naturais? Saber quando vai

ter a criança? Por que vai ter essas criança? Como vai acolher essa criança? Isso é muito importante. No entanto, até hoje, nós não tivemos uma verba, deste Governo, senão recentemente, recentíssimamente para dar alguns cursos de planejamento familiar. Como é que o povo vai conhecer o planejamento familiar, pelos métodos naturais, se não há condição de explicar? Faz-se uma mistura de todos os métodos; eu pergunto aos Srs. se alguém aqui acredita no método macrobiótico de alimentação? Pode ir a um restaurante e dizer assim: eu quero uma sopa, por exemplo, macrobiótica. Depois um bife com batatas bem grelhado e bolo de sobremesa, não pode! Mas é isso que nós estamos fazendo com os métodos de planejamento familiar. Faz uma lista de tudo; é lista de métodos artificiais, mistura com o natural, o médico diz que natural é, digamos, por exemplo, aplicado, misturando com **condon**. Quer dizer, invertem-se todos os valores. O método natural é um princípio de vida, exige que o casal leve a sério a procriação. Não é uma listagem que aparece lá como método natural.

É muito importante isso, porque se nós não focalizarmos assim continuaremos com muitos equívocos. A decisão aqui é sempre em favor da dignidade da pessoa humana.

Terceiro lugar, a questão a que se referia a Constituinte Eunice Michiles, enquanto ela dizia que as sociedades particulares gastam menos. É verdade. Mas não devia ser esse o critério, embora seja um bom critério, dentro do balanço, digamos assim, nacional. Eu acho que as pessoas que trabalham bem devem ser bem pagas, agora, que elas trabalhem com amor. Isso é que é importante. E esse amor não se pode obter quando as pessoas são nomeadas por nepotismo, por amizade, não são habilitadas. Naquelas iniciativas, de São Paulo, que foram feitas em convênio, uma das cláusulas era que as pessoas morassem perto, para pertencerem um pouco à comunidade envolvente, para assumirem as famílias também, para haver um transbordamento da parte de contrato de salário, com todo aquele aquecimento do interesse mais voluntário pela pessoa. É claro que essas entidades funcionam, é por causa disso, é pela maior relação de pessoa a pessoa. Eu acho que deveriam ser igualmente bem pagas, não é? Eu concordo com a Sr<sup>a</sup>, quero só aproveitar a deixazinha tão simpática que deixou, para entrarmos por aí também. Eu sei que a sua intenção era mostrar que o amor não tem pagamento, ele trabalha por si mesmo. Mas eu diria também que é bom que ele tivesse uma restituição, que essas pessoas mais abnegadas, às vezes, passam por enormes sacrifícios. Basta ver certas entidades hoje que não têm como melhorar as suas instalações, porque não têm verbas.

E, finalmente, dentro dessa seqüência, apareceu também a questão da reforma agrária — eu tenho muito prazer em me referir a esse tema, primeiro porque estudei bastante, recentemente, nesses oito anos de Secretário-Geral da CNBB. Nós pedimos ao INCRA que fizesse um levantamento objetivo, de quanta terra a Igreja tem? E o cadastro é oficial, poderia vir "A", como poderia vir "B". A relação do INCRA é de 194 mil hectares e 194 mil hectares, realmente, é muito pouco.

(Comissão regravada. O casamento continua no quarto n° 18). Se a senhora pensar que vinte famílias têm 20 milhões de hectares no Brasil

e se pensar que, nos últimos seis anos, houve um acréscimo do latifúndio brasileiro em 96 milhões de hectares e que a reforma agrária está orçada em 46 milhões de hectares. E a Igreja tem 194 mil em todo o território nacional, sendo que a maior parte dessas terras já são ocupadas por escolas, por hortas comunitárias. E onde há um pouco de terra, que é na parte mais árida do Piauí, do Maranhão isso não soma, está ali e qualquer um pode pegar. Modifica o percentual, mas não abre posição para uma reforma imediata

No entanto, eu posso lhe dizer que, fiscalizando um pouco as iniciativas de igrejas, nesses últimos tempos, eu creio que são pouquíssimas as áreas que já não têm iniciativas sociais em curso. E isso é um demonstrativo, nós podíamos trazer aqui, por exemplo, um filminho sobre os projetos alternativos feitos nesses últimos anos, sobretudo na parte do Nordeste. Não há Bispo que não tenha sido sensibilizado por isso. Evidentemente, pode ser que alguém trabalhou menos bem que o outro. Mas, nessa parte, eu acho que não há; realmente é um engano pensar-se que a Igreja tenha terra, é um tabu. E que as terras que ela tenha e não tenham sido aplicadas é mais do que um tabu, uma falha de atualização do conhecimento, evidentemente, não da parte dos Srs., mas dos meios de comunicação que divulgam isso. Não há isso. A Igreja estaria deliberadamente voltada a dar tudo que ela tem, desde que isso atendessem a alguma coisa. O que vemos, infelizmente, é que a reforma agrária está muito atrasada no País e não é falta de exemplo por parte da Igreja. O pouco que podia ser feito já foi feito, inclusive com muitas mortes de padres, de agentes de pastoral, de advogados, trabalhando na área, que foram sacrificados em prol dos latifúndios. Esta é que é a realidade. Quanto às famílias supletivas, a Sr.<sup>a</sup> falou também muito bem. Aliás, é importante a questão do casal que toma conta. Vamos fazer o tipo de um conjunto de dez pessoas, o que acontece quando esse casal tem problemas, separa-se ou se afasta da obra? Primério eu diria que é justamente muito importante que não seja só um casal, que a família supletiva seja uma expressão da comunidade que atende com sete, oito, nove casais ali, como se fossem parentes chegados daquele casal. E isso é muito importante, porque quando o casal tem algum problema, eles já vão estudando como fazer, a adaptação, e o outro não se afasta totalmente e venha visitar também para não perder os vínculos que se estabeleceram. Mas é muito importante isso. E volto ao caso da lei quente, em que só o instituto de adoção deve zelar, acompanhando, mas deve preparar a pessoa. E essa preparação é indispensável. Nós não temos curso para tudo? Será que não pode haver um tempo necessário para o casal de adoção se habilitar. Na Itália é assim, a pessoa que quer adotar tem que passar por toda uma tramitação e toda uma experimentação daquilo que é necessário, para depois, poder realizar a sua missão.

Depois vejam a questão do Constituinte Erwin Bonkoski, eu acho que realmente é fundamental, porque a educação, nós dizíamos, falando da habitação, que a habitação era importante, mas é para criar condição da família existir. É claro que a família, uma vez estabelecida, ela vai ter que progredir é justamente através da educação dos filhos e da habilitação profissional. É fundamental.

Muita coisa tem se projetado a esse respeito. Mas eu lhes pediria que, nas conexões com a Comissão que trata mais diretamente de educação, vissem se é possível se instaurar, neste País, a noção clara de que existe só o direito de ser educado, mas o direito de educar. E não é o Estado que detém o direito de educar, quem detém o direito de educar é a sociedade. São os pais aqueles que continuam a sua missão. O Estado é servo da sociedade para executar esse direito. E onde a sociedade se habilita por ela mesma, o Estado deve subvencionar. De modo que, eu diria que a escola pública é de dois tipos: estatal e não estatal. E são conceitos que temos que rever. O direito de educar compete a todo aquele que tem capacidade para isso e deve ser reconhecido por recursos que tomem possível a educação gratuita. Todo o brasileiro deveria se educar gratuitamente mas naquela escola que fosse mais adequada ao princípio de seus pais. Por que descendentes de judeus, no Brasil, não podem querer que seus filhos conheçam tudo aquilo que é origem do povo, é a sua história e através, também, da presença da escola? E por que nós não podemos garantir também, não sei que famílias, por exemplo, evangélicas encontrem o verdadeiro ensino religioso dentro das salas de aula. Isso é um direito que tem a criança. E há muito caminho que se deve fazer para entender, finalmente, que a educação é um direito, e também que a sociedade tem de educar.

Nesse sentido, é claro que eu concordo com o Sr., que a primeira coisa que se deve fazer, quando se faz uma instituição para a criança, não é só dar comida, a criança não está aí só para engordar, mas é dar condições de um crescimento integral que realmente é o desenvolvimento harmônico. A começar naqueles ensinamentos que o Sr. lembrava, do Constituinte Roberto Augusto, e também daquilo que nós sabemos que é todo o conjunto de qualidade na educação que vai também para as primeiras iniciações de trabalho. Mas aí também um gancho com o trabalho. Tem-se preconizado muito, no País, o trabalho do menor assegurado por lei e tudo o mais. Atenção! Também aqui não é possível nos fazermos uma lavagem cerebral: criança não deve trabalhar. Menor não deve trabalhar. Quem deve trabalhar somos nós os adultos. Criança deve se formar e brincar. E pouco a pouco ser iniciada no trabalho. Mas isso de nós quererem impor sobre a criança ganhar a própria vida com dez, onze e doze anos, isso é um crime. E as últimas leis que saíram, neste País, foram nessa direção. E quando houve o lançamento dessa lei me demaram 10 minutos para falar e o que eu falei nunca saiu em nenhum jornal deste País. Por isso, justamente não é por aí que começa. Criança não deve trabalhar. Se um dos Srs. tivessem filhos — eu não tenho — de dez anos de idade iria querer que esse garoto fosse trabalhar para ganhar a vida? Se é garoto é garoto. Criança tem que passar pela fase da criança.

Outra coisa é desenvolver a arte, a habilitação manual, artesanato, mas não fazer leis para defender trabalho da criança. Mas, fazer leis para a criança ter como viver dignamente sem trabalhar. E um dia chegará o acesso dessa criança ao mercado de trabalho. São teses que talvez não consigamos defender suficientemente, mas que são muito sérias para a renovação do País.

Finalmente, o Constituinte Eraldo Tinoco falou dos meios de comunicação, como fazer? É claro que uma das causas, parece-me, que realmente é o fato de que esses grandes canais são latifúndios da comunicação. Aí ninguém penetra, tem cerca de arame farpado. Como é que você consegue falar numa televisão? Como é que você consegue dar acesso ao povo, a não ser naquela forma inglória do Chacrinha, de todo mundo despedido. Como é que você entra? Não entra. Não há dinheiro que pague. Enquanto as concessões forem dadas por dinheiro, não for o direito de um município de ter o seu canal aberto ao povo, direito de abrir espaço para o povo conseguir se expressar, vai continuar tudo isso aí. É claro que não é a única explicação, porque aí há a demanda, o povo pede aquilo que na parte comercial se dá. Mas é necessário que nós percebamos, porque nós temos falado muito contra o latifúndio da terra, mas pior é o latifúndio da comunicação; jornais, rádios e televisões. Enquanto não houver popularização dos meios de comunicação, nós não teremos condição de exercer a autocritica com a modificação desses programas. E aquilo que o Sr. disse, respeitando a sua observação, mas somando com a minha, de que não há limitação entre o que escreve ou que desenha a pessoa e o que é publicado, eu diria que, nesses oito anos de CNBB, em Brasília, a minha observação é diferente. Nós temos sete ou oito repórteres que trabalham conosco muitas vezes, diariamente na CNBB, quase nunca sai o que eles escrevem. Quase nunca! E eles, às vezes, têm deixado a profissão por desrespeito à originalidade da própria composição. De modo que, é uma observação complementar, mas eu acho que isso é extremamente importante.

Agora, eu gostaria só de completar um pouquinho, já que estou falando, um minuto só. Eu queria agradecer demais a atenção que nos deram e também depositar, mais uma vez, nas mãos dos que aqui estão, a começar pelo Presidente Nelson Aguiar, a esperança de que esse tema não seja só um tema de uma Subcomissão, mas que ele vá ao frontispício da Constituição sob a afirmação clara da dignidade da pessoa humana com todas as suas conseqüências, e que os Srs. continuem sendo assim, realmente os promotores e defensores da grande causa da família, do menor e do idoso na nossa Constituição. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO AUGUSTO — Sr. Presidente, eu quero aproveitar, ante o que o Dom Luciano falou, se o Sr. Relator me permite, para aproveitar a presença de Dom Luciano, já que falamos em reforma agrária. Eu estive em Israel duas vezes — Dom Luciano deve conhecer esse processo — e foi surpresa para mim, há duas ou três semanas, ler num jornal de Brasília, o Presidente José Sarney, falando sobre esse processo. Eu gostaria de saber da colocação, do pensamento de Dom Luciano sobre os **kibutzim**. Já falamos em reforma agrária. Há pouco esse jovem o Marcos, falou lá de Uberaba ou Uberlândia onde ele teve um espaço, onde ele trabalhou, uma coisa muito pequenina, mas que o satisfiz, que o deixou alegre. Os **kibutzim**, lá em Israel — existem na Rússia e em Cuba, mas eu os conheci em Israel — fui, numa das vezes, numa peregrinação espiritual e fiquei hospedado



O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Temos Deputados demais que criam casos aqui, de modo que um Senador, criando mais um caso, não vai fazer muita diferença não. V. Ex.<sup>a</sup> está à vontade para criar os seus casos.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Pois bem. Eu ouvi a preocupação do jovem aqui, em relação às multinacionais e aos poderosos. Quem teve a oportunidade de compulsar o compêndio elaborado por Raimundo Faoro, vai ver que isso é prática que acontece no Brasil desde o seu descobrimento. Há uma elite que preserva para si todos os direitos, principalmente através da educação, através da cultura, deste País, que está preservando para si todos os direitos do progresso e do crescimento. No entanto, eu não gostaria também que nós nos colocássemos, de maneira xenófoba, diante das multinacionais, embora eu seja um Parlamentar conhecido até como radical, nesta casa, durante o meu passado todo, na luta pelo direito da pessoa humana, como também na luta pelos direitos, inclusive, dos menos favorecidos, visto até eu estar agora colocado dentro da Comissão da Ordem Social. Mas, eu gostaria de dizer para o jovem e para todos aqui presentes, que a multinacional é um fato mundial.

V. Ex.<sup>a</sup> citou a Constituição russa. Eu pude me deparar, na Rússia, com as multinacionais lá dentro, como Pepsi-Cola, como o caminhão Ford, a Fiat e outros.

Devo dizer também que, na China, onde estive estudando e verificando experiência, extraordinária dos chineses, verifiquei também lá a presença das multinacionais, como Coca-cola, como a dos Hotéis Sheraton.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) Com uma diferença.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, eu serei capaz de dar vazão a todo o meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Só para complementar o pensamento de V. Ex.<sup>a</sup> porque acredito que isso tem a ver com ele, só que por medida de Gorbachev, estamos sabendo, elas podem operar lá, desde que os lucros sejam aplicados naquele país.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Continuando no que eu pretendia expor, e V. Ex.<sup>a</sup> me garantiu a palavra no início de minha falação, eu me submeti a V. Ex.<sup>a</sup> inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Vou lhe garantir 5 minutos a mais do que devia ao Sr., para que o Sr. possa ter garantia de seu tempo.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Acredito que uma das funções dos Parlamentares, e principalmente nossa, na Constituição, neste momento, é também uma função pedagógica, como o de criarmos um relacionamento maduro dentro da sociedade brasileira. Se as multinacionais têm a sua presença assegurada em todo o mundo capitalista e em todo o mundo socialista, e isto é uma realidade, não estou discutindo se elas devem ou não estar lá, deveríamos desenvolver, de nossa parte, capacidade para um relacionamento maduro. Se ela não nos interessa, então

vamos tomar a posição xenófoba e dizer que é proibida a entrada das multinacionais neste País. O que eu acho que não é o caso. Porque as transnacionais ou as multinacionais, e hoje somos aqui, no Brasil, sede de algumas; como a Petrobrás, que é uma multinacional, que tem sua atividade em diversos países do mundo; o Banco do Brasil é uma multinacional, porque tem agências em mais de 60 países do mundo.

Penso que a nossa obrigação, e sinto — com respeito ao jovem que está aqui presente — a necessidade de dizer que temos que ter, diante das multinacionais e diante dos poderosos, uma relação de maturidade. Temos necessidade delas, porque a prática é que comprova. Por exemplo, no desenvolvimento de tecnologia hoje, só nos grandes aglomerados é possível a apropriação do custo desta tecnologia. O que precisamos, no entanto, jovem, não é só a multinacional, mas é criarmos, dentro da Constituição e da Legislação brasileira, uma condição de que a legislação — e você feriu uma coisa muito importante — seja viva, tenha raízes na Justiça, proteja, como disse Noel Azevedo, no II Encontro Latino-Americano de Jurista, no México: "a função da lei é proteger o fraco do forte". E instado a responder nas relações sociais quem é o fraco e quem é o forte, Noel Azevedo disse: "O forte é o patrão, e o fraco é o empregado; forte é o credor, fraco é o devedor; forte é o latifundiário, fraco é o arrendatário, é o posseiro é o meeiro, é o parceiro". E Noel Azevedo foi desfilando quem era o forte e o fraco nas relações sociais. É a função da lei, repito, proteger o fraco do forte, porque senão voltaremos à lei da selva.

Mas, por outro lado, por que muitas leis nossas, mesmo a Constituição e leis não são cumpridas? Porque padecem de legitimidade. Foram leis urdidas nos gabinetes, e às vezes, militares. Se o jovem compulsar a nossa última Constituição, ele vai verificar que no capítulo I diz o seguinte:

"Todo poder emana do povo, em seu nome será exercido". E, se não em engano, virando a página:

"Os Ministros Militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército resolvem."

Mas como, se o poder emana do povo e os Ministros resolvem revogar tudo aquilo? É a falta de legitimidade. O que é que estamos buscando nesta Constituição? Estamos buscando legitimidade. Estamos ouvindo todo o povo. Estamos abrindo os corredores.

E meus parabéns, Sr. Presidente, pela maneira como V. Ex.<sup>a</sup> conduz esta subcomissão. Não precisa ser parlamentar e nem senador do modesto Estado de Minas Gerais, para usar da palavra. (Um jovem chega aqui e usa da palavra. Parabéns! E isso é chamar a população brasileira, toda, à participação. E aleluia! Hosana! Não é só nesta subcomissão, Sr. Presidente. Felizmente a participação brasileira está — se fazendo de uma maneira entusiasmante.

Ontem, eu visitei, mais ou menos 10 subcomissões. E estou vendo isso. E espero que a primeira coisa que esta Constituição tenha, a partir desta Constituição, seja a legitimidade. E todos nós que estamos aqui participando, estamos querendo emprestar a ela legitimidade. E depois a questão de cumprir a lei, isto vai depender muito não só das duas Câmaras do Congresso Nacional, mas da população como um todo.

Mas, Sr. Presidente, foi para mim muito enriquecedora essa minha visita aqui. Quero agradecer a gentileza de V. Ex.<sup>a</sup> que me concedeu tão gentilmente a palavra. E quero, novamente, repetir os meus cumprimentos a D. Luciano Mendes de Almeida, à CNBB, e a nós, que somos católicos da sociedade brasileira como um todo. Porque esta grande entidade que se chama Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tem hoje um extraordinário Presidente, como tem acontecido nos últimos tempos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Ilustre Senador, agradecemos a sua presença, inclusive, reservamos em nosso livro um lugar para a sua assinatura. Ficamos gratificados com a sua palavra e eu quero a dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que estou inscrito no grande Expediente da Câmara, para a próxima semana, para um período de 30 minutos. E quero reservar metade desse tempo para debater com V. Ex.<sup>a</sup> esta questão das multinacionais, da relação das multinacionais com o Terceiro Mundo. Para mostrar a V. Ex.<sup>a</sup> que o adjetivo xenófobo tem sido usado por elas mesmas. Na União Soviética, como V. Ex.<sup>a</sup> mesmo disse, as multinacionais estão lá operando, porém os lucros têm que ser reaplicados lá. Seria excelente se as multinacionais fizessem isso em nosso País. O problema é que elas têm bandeira. E os seus homens quando vêm para cá, vêm com passaporte. Estão operando aqui e levando daqui para fora o seu lucro. Isso é que é dramático. Ah! se esses lucros pudessem ser reaplicados aqui! Se eles o fossem o nosso Ministro não teria caído por causa do seu questionamento, de que não iria mais pagar a dívida externa com a fome e a morte da criança abandonada deste País.

Eu não sou xenófobo. Mas quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> se me chamam de nacionalista xenófobo, eu vou, com muita honra, continuar carregando esse título.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que nunca pensei, quanto mais disse, que V. Ex.<sup>a</sup> é um nacionalista xenófobo. Eu disse apenas que não podemos e não temos o direito de incutir na cabeça das pessoas o nacionalismo xenófobo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — E não queremos isso. Mas desejar que o lucro das multinacionais seja reaplicado neste País, jamais seria xenofobia, seria um gesto de brasilidade que precisamos defender.

Eu quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, terei o prazer de comunicar em seu gabinete para reservar a metade do meu tempo, no grande Expediente, para debater com V. Ex.<sup>a</sup> a relação das multinacionais com o Terceiro Mundo e este pensamento com o nosso País.

Temos ainda dois debatedores. As questões foram dirigidas à Mesa, e gostaríamos de saber se eles desejariam ainda fazer alguma interferência.

O SR. JOSÉ M. MIZEL DE SOUZA — Em que pese o adiantado da hora, mas tendo em vista que hoje é o último dia, e que alguns constituintes tiveram que se deslocar, mas a gravação está aí, e nos prometeram que iriam as notas taquigráficas posteriores, e a Escola de Pais gostaria de registrar suas respostas, não apenas pela própria atenção que têm aos Constituintes que colocaram as questões.

até num hotel que era um **kibutz** o que foi uma alegria muito grande. Esse processo do **kibutz** ser implantado no Brasil. Eu gostaria da sua opinião, Dom Luciano, porque vai fazer com que a pessoa do campo fique no campo e vai fazer, segundo uma modesta opinião minha, com que aqueles que saíram do campo e vieram para a cidade, vivem hoje nas favelas, numa miséria tremenda, retornem para o campo.

Eu gostaria de ouvir a sua colocação, eu sei que o Sr. conhece este tipo de problema.

O SR. DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA — Serei extremamente rápido. O **kibutz** tem engenheiros, advogados, professores, pesquisadores. Israel é um País de cultura excepcional. De modo que, eu não sei como é que levaríamos para um **kibutz** advogados, médicos e engenheiros convivendo. Quer dizer, haveria uma diferença de qualidade. O nome seria igual, mas a realidade seria diferente.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO AUGUSTO — Estou falando sobre o plano, a mudança do plano.

O SR. DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA — Eles são totalmente preparados por uma cultura intensiva e técnica. Para que possamos ter grupos de famílias assessorados, convivendo uma vida comunitária, acho que isso seria um grande ideal, mas não seria exatamente como um **kibutz** de Israel, porque aquilo é assim como um hotel "5 estrelas", não é?

O SR. CONSTITUINTE ERWIN BONKOSKI — A diferença começa do princípio de que, em Israel, não existe propriedade da terra por particular.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO AUGUSTO — Eu só estava colocando um plano que pode ser ou não imitado. É claro que, em Israel, eles fizeram no deserto, hoje, coisas que devem ser vistas para nelas se acreditar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Antes de D. Luciano, deixe-me ler esta cartinha que acabei de receber, porque ela tem muito a ver com a nossa discussão. Vejam bem, Srs. Constituintes, que coisa interessante. Uma Sr<sup>a</sup> de São Paulo, Dalva Ambrósio Dezoti. Ela diz:

"Como é do conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>, a lei da adoção do menor só permite que uma criança seja adotada plenamente, quando adotada antes dos 7 anos de idade.

Adotei um menino de 10 anos de idade, que está em minha companhia à 9 anos. Desde esta data, venho lutando para conseguir sua adoção plena, sem ter obtido sucesso. Considero isso uma injustiça, pois adotei também uma menina com 3 anos de idade, com todos os direitos de um filho legítimo. Como ficam os dois filhos, na mesma casa, com a mesma mãe e com os direitos diferentes perante a lei?"

Vejam que negócio dramático, e que só tem a ver com nosso trabalho aqui. Sabem por quê? Porque no art. 30, do Código de Menores está escrito o seguinte:

"Caberá a adoção plena de menor de até 7 anos de idade, que se encontra em situação irregular definida neste Código."

Definida no § 1º do art. 30 deste Código. Ela tem duas situações dentro de casa, porque adotou uma criança acima dos 7 anos, e esse menino não pode ter o direito à adoção plena. É uma coisa que temos que rever.

O SR. MARCOS PEREIRA ROCHA — Sr. Presidente, ainda não responderam à minha pergunta sobre a lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — O Sr. poderia formulá-la novamente? Ela foi dirigida a quem, ao Presidente?

O SR. MARCOS PEREIRA ROCHA — Não. Ela foi formulada a um dos Constituintes.

Eu perguntei o seguinte: A lei existe, mas elas não são cumpridas pelas multinacionais e os ricos brasileiros. Como é que os Srs. irão fazer para que a lei seja realmente cumprida?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Muito bem. O Sr. coloca uma coisa grave. Na verdade, as leis são cumpridas. Elas são cumpridas em favor daqueles para quem elas são feitas. Dizer que a Constituição brasileira não é cumprida, não é verdade. A Constituição brasileira está garantindo os direitos daqueles para quem ela foi feita. Os que têm fazendas estão com os seus direitos garantidos, o mesmo ocorrendo para aqueles que têm carro, que têm casa, etc. Os que têm mandato têm os seus direitos garantidos. O direito de ir e vir está garantido para quem pode ir e vir. Agora, a Constituição não está garantindo é o direito do agricultor sem terra, o direito da população que vive nas periferias e que não tem casa. Temos que pensar numa Constituição que garanta o direito a todos. Veja bem, temos estado sempre preocupados com a qualidade, sem estar preocupados com a igualdade.

Eu falei isso aqui a respeito da educação. Quando lutamos pela qualidade da educação sem lutarmos pela igualdade, vamos distanciar o direito de educação daquele que não tem nenhuma. Vamos conferir esse direito, em termos de igualdade, só para aquele que já o tem. No dia em que tivermos educação igualitária para todos, todos juntos lutaremos pela sua qualidade. Hoje estão lutando pela qualidade somente aqueles que detêm o direito da educação. Você tocou numa questão séria, não é mesmo? E a questão da exploração da educação, deste País, pelas multinacionais. O nosso ex-Ministro da Fazenda o Sr. Dilson Funaro, fez um alerta muito sério; eles vêm aqui não para ajudar a construir o Brasil, mas para ganhar dinheiro. Temos que rever isso também.

A respeito do cumprimento estrito da lei, eu tenho, aliás, uma proposta para a futura Constituição que é adotada, por exemplo, pela Constituição da União Soviética, que é tornar a Constituição auto-aplicável. Aqui temos aquele negócio, lei especial, etc... Aí não se faz a lei especial e a Constituição não se cumpre. Na questão, por exemplo, do § 4º, do art. 175, que trata da família, a Constituição diz:

"Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais."

Só que esta lei é especial. Quer dizer, a Constituição ficou sem ser cumprida, no tocante ao preceito do § 4º, do art. 175.

E o que diz a Constituição russa no seu último artigo?

"A Constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas tem soberana força de lei."

Ela tem soberana força de lei, isto quer dizer, aplica-se a Constituição na ausência da lei. Aplica-se a Constituição em primeiro lugar. Acredito que seja uma providência que se possa tomar.

Você coloca uma preocupação fundamental, que é a exploração deste País, que está aí, a olhos vistos, a proteção, por lei, desses que vêm explorar o direito de ganhar dinheiro no Brasil, e está aí bem claro. Você coloca uma preocupação que não é só para esta Subcomissão, porém uma preocupação para a Constituinte, e acima de tudo, uma preocupação para a sociedade brasileira. Quisera Deus, que esta preocupação que você tem fosse a preocupação de todos os brasileiros! Iríamos nos livrar facilmente desse problema.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Sr. Presidente, eu cheguei agora e não sei como é a ordem de inscrição. Eu gostaria de saber se é possível usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — V. Ex<sup>a</sup> não é membro desta Comissão, mas pelo Regimento Interno, V. Ex<sup>a</sup> tem direito à palavra no momento que quiser.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Sr. Presidente, eu participo da Comissão da Ordem Social, a Subcomissão da Proteção ao Trabalhador e aos Funcionários. No entanto, hoje, eu gostaria de estar presente aqui, primeiro porque o assunto é extraordinário, é do interesse de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Para facilitar nosso serviço, eu pediria que V. Ex<sup>a</sup> declinasse o seu nome e seu Estado de origem.

O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO — Meu nome é Ronan Tito, e meu Estado de origem é Minas Gerais, e sou membro do PMDB de Minas Gerais.

Eu gostaria muito de participar não só desta reunião, mas de todas as reuniões desta Subcomissão, por se tratar de um assunto do maior interesse. Mas, a minha vinda hoje tinha um motivo especial, que é a presença de D. Luciano Mendes. Primeiro, eu gostaria de cumprimentá-lo pela sua eleição como Presidente da CNBB. Nós todos cristãos, engajados na Igreja Católica, estamos felizes e sabemos que a CNBB continuará a trilhar esse caminho que ela escolheu já há muito tempo, desde a sua fundação, pelo seu Primeiro-Secretário-Geral, D. Hélder Câmara. Esta CNBB que tem sido o último refúgio dos sem voz e sem vez, durante esse período negro que antecedeu, agora esse período de abertura, que foi durante estes últimos 21 anos, lutou e ofereceu o ombro aos sem voz e sem vez. Mais do que isso, lutou lado-a-lado. E por isso mesmo é da maior importância, na sociedade brasileira, a presença forte da CNBB. Temos certeza de que ela terá esta presença forte, embora muitas vezes discreta, tendo à frente, D. Luciano Mendes de Almeida.

Mas, Sr. Presidente, eu sou um criador mérito de casos. Na minha vida toda, acho que passei criando casos.

Sr. Presidente, com licença, esse assunto que os dois travaram, acredito que seja muito complexo, e valerá um conhecimento, porque até nos animaria a entrar no debate, mas não é aqui e nem agora, mas a qualquer hora que se quisesse. Dirigindo-me diretamente às perguntas formuladas.

O Constituinte Carlos Cunha Lima colocou a questão de como colocar na frieza da lei o conceito de amor.

Outro Constituinte, se não me falha a memória, a ex-Senadora, e hoje Deputada, Constituinte Eunice Michiles, que pediu sugestões concretas. A Escola de Pais distribuiu, a todos os constituintes, sugestões concretas: a forma de articular e das justificativas particulares. E nós, na exposição, claro, amor tem um milhão de conceitos, mas é muito importante o conceito operacional. Nós aqui o trouxemos, e ninguém o questionou. Se não foi aceito, se vai ser aceito, então deve ser praticado. E como praticá-lo? Nós, como a Escola de Pais o colocamos com muita clareza.

No art. 1º, do capítulo sobre a família, onde colocamos que ela é constituída pelo casamento, ou pela união estável, gozará de especial proteção do Estado, sendo plena a igualdade de direitos e obrigações entre o homem e a mulher, ou seja, os agentes da família têm reconhecidos na Constituição, que nada mais é, fundamentalmente, do que uma declaração de princípios da nossa Nação brasileira, que eles terão igualdade de condição para cada um assumir o outro. E em assim fazendo, amar. E isto está bem claro e colocado pela nossa Escola de Pais.

Um outro ponto que colocamos nessa mesma linha, e a nível da questão da adoção, foi que colocamos com clareza também no articulado proposto, à página 3/6, que a Constituição assegure aos pais assim adotivos, como naturais — vejam que adotivo está na frente de naturais, pela ênfase necessária, não por hierarquia de valores — o direito à autonomia na criação e educação dos filhos, de acordo com seus princípios e valores. Não há educação sem valores. Não há sociedade sem valores. E a Constituinte, nada mais é, do que a expressão clara dos valores da sociedade que através dos seus representantes, legitimamente eleitos, e por ela escolhidos, vão estabelecer a Constituição. Aqui está a nossa participação. Esta é a resposta à pergunta do constituinte Cássio Cunha Lima.

O nobre Deputado Iberê Ferreira colocou dois aspectos: a questão do conceito da família quando a mulher se torna chefe da família e a questão do planejamento familiar. A primeira questão, a Escola de Pais, sem nenhuma prioridade, coloca-se naturalmente como uma das mais atualizadas instituições hoje existentes. D. Luciano falou que se ele, como padre, pudesse dizer o que ouve poderia ser mais amplo. Nós, como Escola de Pais, também temos esse múnus de ouvir e procurar ajudar. Verificamos que na sociedade urbanizada, e o Brasil transforma-se cada vez mais numa, são inúmeras as formas de constituição, seja enquanto casal, seja enquanto pátrio poder ou poder materno. Os meios de comunicação estão mostrando que o mundo tende, pela virada de século e pela primeira vez na história, no caso dos Estados Unidos, que a família é constituída de pai e mãe casados, seja que forma for, será minoria absoluta na virada do século. Estamos com homossexuais que se reúnem para educar

seus filhos. A mãe, separada. Agora temos a questão do pai. Na Escola de Pais, temos vivenciado os nossos filhos que, inicialmente, vem a mãe que ficou com os filhos e agora estão vindo os pais que ficaram com os filhos. Estamos tendo casos, não são ainda estatisticamente muito grandes, mas começam a indicar a tendência de mulheres que, por quererem crescer profissionalmente, não concordam que os filhos fiquem somente sob a guarda dela e estão entregando para o marido, usando aquele velho aforismo de que quem pariu Deus balança, não é mais, mas quem pariu e fez parir Deus balança também. Esse é todo movimento que a Escola de Pais agasalha e que traduz com clareza. Vamos centrar no filho a preocupação. O amor centra-se na pessoa amada, no caso o filho. Mas, não tenhamos ilusões. Se não centramos também no amor do casal, daqueles que geraram, seja biologicamente, seja que aceitam a geração psicológica através da adoção, esse ser humano terá uma deformação. Estamos vendo no mundo o que está acontecendo. Na China, por exemplo, que compromete o planejamento familiar, uma das grandes questões aos estudiosos do comportamento é como será uma nação de filhos mudos? Não temos isso. São vários aspectos que vêm por aí e eu diria ao nobre Constituinte, Iberê Ferreira, que a Escola de Pais se preocupa, sim, muito e procura adotar, através dos seus conhecimentos pedagógicos, alertando para as dificuldades que o pai sozinho vai ter. Nós não embarcamos nessas ilusões cor-de-rosa e pintadas em alguns meios de comunicação. “É muito melhor ficar sozinho. Vamos separar, os filhos compreenderem”. Há pouco tempo, na França, uma criança atravessou a França inteira, sozinha, de carona, para procurar o seu pai. Esse é um aspecto importante. E a Escola de Pais prevê as condições de conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Se o Sr. me permite, só para lembrar as preocupações do Constituinte Cássio Cunha Lima. Ontem tivemos aqui uma grande reunião, várias entidades, aqui ficou cheio até o meio-dia de crianças e as crianças trouxeram quadros; os quadros eram o asfalto, onde elas escreveram isto: primeiro, queremos que nossos pais paguem nossos colégios. Que ganhem mais dinheiro. Queremos ter casa grande para a gente dormir, comer, tomar banho, brincar. Queremos que nossos pais parem de beber, brigar e bater na gente. Não há Constituição que possa resolver tudo isso. Queremos ter sempre roupa e sapato. Queremos estudar, passear e viajar. Gostaríamos de ter dinheiro. Nós não queremos roubar. Não queremos ser presos nem apanhar da polícia. Queremos trabalhar e ser alguém. Isso é comovedor, porque a gente sabe que é a palavra de quem não leu no livro; é a palavra de quem viveu na vida. Uma coisa é falar daquilo que li na enciclopédia, que aprendi na universidade. Outra coisa é alguém falar daquilo que está sofrendo na carne. Esta é a infância do nosso País e temos que dizer, temos que lembrar que isso é produto de uma estrutura. Às vezes, ficamos nas questões formais, mas temos uma questão de conteúdo, uma questão de estrutura, que temos que mexer nela; que é a questão das relações do capital com o trabalho, que existe no mundo capitalista, onde a supremacia do capital é colocada acima do trabalho. Enquanto não pensarmos em estabelecermos relações justas,

e para pensarmos nessas relações justas, não precisamos ir atrás de O Capital, de Kark Marx, basta examinarmos o Livro Eterno, onde temos lá o mesmo Deus que diz “Trabalhai de dia e de noite, para que não sejais pesados a vossos irmãos. Declara digno é o obreiro do seu salário”. Quando olhamos em Tiago, Capítulo 5, quando ele diz: “Ai de vós que explorai o suor daqueles que cultivaram as vossas terras, porque o grito daqueles que cultivaram as vossas terras chegou aos ouvidos do Senhor dos Exércitos”. Quando temos nas Escrituras Sagradas, o Deus que criou a terra para todos que vivem nela e não para alguns, dizendo, no Salmo 24 — Do Senhor é a terra, é a sua plenitude, o mundo é daqueles que nele vivem.” Lá na frente, encontramos: “Minha é a terra, diz o Senhor”. Quando sabemos hoje que alguns grupos, alguns homens, inclusive de grupos multinacionais, possuem a terra, neste País, e o agricultor sem terra se vê atirado na periferia das cidades, sem um quintal para cultivar, e por isso, seus filhos vão para a rua, suas filhas vão-se prostituir, seus filhos vão mendigar por aí e escrever coisas dessas no asfalto da cidade, para entregar aos Constituintes deste País. Acho que temos que pensar nessas coisas todas e tudo que os Senhores estão falando, são coisas fundamentais e de extraordinário conteúdo filosófico, que mexe fundo na nossa consciência. Aqui está uma questão fundamental que temos que mexer que a estrutura da sociedade e das relações que existem dentro dessa estrutura entre aquele que produz e aquele que consome, entre aquele que emprega e aquele que é empregado.

Fiz referência ao Sr. Sílvio Santos, da TVS, que hoje é dono de uma TV e, portanto, dono de meio de comunicação e informa o que ele quer. A informação é um direito do indivíduo, um direito do cidadão. Mas quem detém o meio de comunicação está nos informando o que ele acha que é bom.

D. Luciano fez, referência ao jornalista que vai lá, colhe o fato como ele é e depois o cidadão publica no jornal, como ele acha que deve publicar. É a multinacional da informação.

E a questão do Sílvio Santos ele estava na TV e o Governo brasileiro deu a concessão da televisão para um cidadão, para um grupo. E esse cidadão, diante das Câmaras, conversando com um amigo dele, diz que possui 195 mil hectares de terra, onde existem noventa mil cabeças de gado. Era só a gente perguntar: qual a relação que está havendo lá? Sabemos que, quando o bezerro nasce, neste País, ele já está cercado de todos os cuidados médico-veterinários. É colocado num lugar seco, tratado. E nas mesmas fazendas, onde eles estão nascendo, o filho do vaqueiro não dispõe sequer dos cuidados, das mãos de uma pobre parteira, por esses interiores afora. Por que? Porque está instalado um sistema para o qual é mais importante o filho da vaca do que o filho do vaqueiro. Temos que mexer nessa estrutura. Temos que ir fundo nessa questão. Do contrário, vamos continuar fazendo leis para os mesmos.

O SR. JOSÉ M. MIZEL DE SOUZA — Respondendo à pergunta do Constituinte Iberê Ferreira com relação a planejamento familiar. A Escola de Pais coloca com clareza na sua sugestão de articulado que “O planejamento familiar será baseado em métodos que respeitem a fisiologia e

a psicologia humana". Os métodos devem respeitar o ser humano naquilo que ele tem de mais importante. Não podemos também, por uma Constituição que se pretende duradora pedir para que seja aprendida e praticada, desconhecer o que há de tecnologia, de evolução humana e tudo o mais, mas desde que centrado no respeito à fisiologia e à psicologia humana e à informação, que também colocamos no articulado "que compete ao Estado, na forma que a lei estabelecer, divulgar métodos de planejamento familiar, expondo suas vantagens, desvantagens e limitações". Evidentemente, não só diretamente, mas apoiando aqueles que podem fazer adequadamente.

A pergunta da Constituinte Eunice Michiles, dirigida a nós especialmente, abordou dois temas: a questão do Imposto de Renda e a questão da televisão. Quanto à questão do Imposto de Renda o que nós colocamos, é que já é tempo e espero que esse tempo esteja nascendo agora, em que retorne ao Congresso as suas prerrogativas, ou seja, que os valores que a sociedade vá praticar sejam os três Poderes e não exclusivamente o Poder Executivo. O Imposto de Renda nada mais é, que o instrumento de distribuição de renda em função das prioridades nacionais. Se esta Sub-comissão concorda, consegue convencer a Comissão, consegue convencer a Comissão de Sistematização e o Plenário, de modo que, a Constituição coloque com clareza a prioridade da família, as leis relativas ao Imposto de Renda têm que considerar isso com clareza. Aquilo que for colocado em relação à família tenha um tratamento adequado com o ponto de vista econômico. Não tenhamos ilusões. Vivemos numa sociedade em que o *tônus econômico* é muito forte. Ele tem que caminhar. Isso é mundialmente conhecido inclusive a questão dos incentivos fiscais, a nível de Imposto de Renda. Quando colocamos Imposto de Renda, coloquemos que não seja imposto sobre salário, seja um imposto que tenha duas características: primeiro, que seja igualmente pela população como um todo e não somente com aqueles que são descontados na fonte; em segundo lugar, que haja prioridade intrínseca da sociedade refletidas no Imposto de Renda. De maneira que, aqueles cidadãos brasileiros, que têm condições de praticar esse tipo de atitude, possam refletir. Exemplo claro, o da doméstica que reside com a família e gera o seu filho como mãe solteira e essa família, por convicções cristãs, acolhe esse filho, não como substituição de paternidade, que criaria uma situação absolutamente artificial, mas com apoio para que ela possa ter esse filho, principalmente na base da vida, alimentado, para ser um cidadão útil, esses valores não serem obrigados a ter, na adoção ou na caracterização pelo Juiz, de retirada do pátrio poder de quem o gerou. São aspectos que temos que trabalhar, para que a burocracia jurídica não atropela a capacidade formadora de homens, que não espera. As pessoas crescem nos anos cronológicos independente se temos leis rápidas ou não.

A questão da televisão, que obviamente colocamos numa frase curta, porque o prazo era curto e ela comporta uma grande avaliação, eu voltaria a ela, para responder à Constituinte Eunice Michiles. Ela deu o exemplo da questão do alimento deteriorado e que deve ser verificado.

A questão da televisão faz parte da questão dos meios de comunicação. E a questão dos meios de comunicação passa, exatamente, pela grande discussão da parte ética, da parte da criação e da censura. Temos na Escola de Pais, de Brasília, a fundadora, que está aqui conosco, que teve a experiência vivida no Conselho de Censura. O que é isso? Penso que precisamos, como membros da sociedade, de ter coragem de defender nossos valores. Muitas pessoas não têm coragem de dar uma entrevista, na televisão ou nos meios de comunicação, dizendo que ela reconhece o limite de expressão, porque imediatamente leva o rótulo de que é retrógrada, é atrasada, é quadrada e ninguém quer esse rótulo. Hoje, o bom é ser avançadinho, progressista, etc. Com isso os valores entram numa mutabilidade tão rápida que não há nem o que transmitir para as gerações seguintes. Os valores ficam descartáveis, como são os produtos, hoje em dia, muitos deles bastante vendidos.

Na questão da televisão: primeiro, temos que ter humildade, porque os estudiosos da questão da televisão, no mundo inteiro, ainda não concluíram a questão da televisão, simplesmente porque não têm ainda gerações completas de pessoas que nasceram submetidas à televisão. No Brasil, se eu fizer um levantamento e fizer um corte, tenho certeza que muitas pessoas não nasceram com televisão, não foram criadas com ela e novos outros foram, são duas expectativas diferentes. Outro dia, o jornal anunciou, que o Japão tem 98% dos lares com televisão. A televisão é um fato. Quem conhece pessoas idosas, que hoje estão aposentadas e que vivem sozinhas, sabe o quanto a televisão preenche o seu vazio existencial.

Como ela mesma divulgava, é claro, que nos leva, a nós pais, a questionar para poder debater com nossos filhos.

Um dado é fundamental: sociedade que não tem limites é como os pais que não dão limites a seus filhos. Eles não amam seus filhos. Temos que ter, sim, o debate democrático. Mas também, sim, o estabelecimento de valores. Vamos questionar a televisão. Assim como você aperta o botão para ligar e quem aperta pode, ter dois ou três anos, e fica assistindo um filme pornográfico na televisão, até uma hora da manhã. Porque ninguém pode obrigar que um sujeito à uma hora da manhã esteja dormindo, porque tem menos de 10 anos. O que temos que fazer é, ao mesmo tempo que gerar a liberdade de expressão, gerar também a oportunidade de maturidade na decisão.

Permita-me, D. Luciano, vou tocar num assunto polêmico apenas como ilustração, dada a complexidade da questão. Recentemente, assistimos no Brasil, um grande debate do **Je vou Saluer Marie**. Sou católico praticante e numa Igreja de Belo Horizonte colocaram isso. Se a CNBB tivesse colocado em votação, eu votaria contra a questão da censura. Acredito que temos que ter no Brasil, isso sim, isso não é um problema constitucional, é problema administrativo, locais onde o indivíduo, maior de 21 anos, assista ao que quiser. Se ele tem maioridade jurídica, ele tem maturidade. Não na televisão, não no cinema, de maneira geral, mas criamos esses aspectos, porque aquilo levantou uma celeuma muito grande e eu, católico, muito pouco instruído, evidentemente,

perante cristãos muito mais doutos do que eu, aqui presentes, penso que nenhum filme, nenhum Godard, tem como abaixar meio milímetro do meu conceito de Nossa Senhora. É uma visão pessoal. Quem debateu por isso conhece muito melhor do que eu, mas creio que isso suscitou uma série de espectos que eram desnecessários se tivéssemos clareza dos nossos valores. Se a maturidade do ser humano é importante naquilo que ele vai ser influenciado, criemos então uma oportunidade. A televisão, que entra na casa de cada um, tem a lei "a", o rádio tem lei "b", "c", "d", "e", "f", de acordo com a complexidade e com o aspecto ético. A questão da televisão passa por essas considerações que são muito mais amplas do que o tempo nos permite.

A questão do problema da periferia, em relação à Escola de Pais, levantada pelo Constituinte Ervin Bonkoski, a Escola de Pais trabalha a periferia, sim. Trabalha todos os aspectos. Ela não tem de ser acusada de elitista porque trabalha também a elite. Se fizermos um corte vertical na Assembleia Nacional Constituinte, vamos ver que a grande representação aqui são de pessoas que o espelham. Se a Escola de Pais não fosse a elas, elas não poderiam trazer aqui a capacidade de influir no texto constitucional.

O nosso querido Constituinte Ervin Bonkoski foi um dos que viveu a Escola de Pais. Mas a messe é grande e os operários são poucos. O desafio é gigantesco. Tentamos formar e montar líderes para a área de periferia, porque a Escola de Pais é vivencial, não é dogmática. Acredita na teoria, porque a prática sem teoria é um atraso tremendo. Agora, como coloquei na minha exposição se os pais saem às 4 horas da manhã para trabalhar, ficam três horas para se movimentar, trabalham, gastam mais três horas em casa às 10 horas da noite, a que horas eles têm condições de participar da Escola de Pais? Temos que resolver problemas que são gigantescos e aí entra a questão da moralização do interior, das cidades — que de modo que o indivíduo não seja obrigado a ir para uma São Paulo, que se tornou praticamente inadministrável, pela rapidez da demanda que a televisão dá e gera a motivação, o desejo e a necessidade. A Escola de Pais está consciente, sabe que está muito aquém do que deveria ser, mas continua acreditando, porque a fé é que move montanhas e outras coisas mais.

Finalmente, o Constituinte Eraldo Tinoco colocou a questão: De como conciliar a liberdade de expressão com televisão? Fizemos umas considerações sobre esse assunto e para uma solução definitiva ela é de longo prazo: Educação. Há que gerar no indivíduo o espírito crítico, para que ele desligue, na hora que começariam os programas ruins e o IBOP registre, o anunciante fica sabendo e, imediatamente, o programa sai do ar. A questão é que usamos pessimamente a força que a comunidade tem e nós não dizemos que ela tem. E este é o maior desafio para os senhores como Constituintes eleitos e nós como operários do dia-a-dia. A televisão não diz o que nós queremos. Não diz, porque o que ela diz todo mundo está apoiando. Você faz críticas, por exemplo, a programas da TV Globo, mas o IBOP registra 90%. É aí que o mecanismo funciona. Temos que criar oportunidades de programas comunitários e da televisão regional, que já existiu. A TV Itacolomi de Minas Gerais transmitia cultura

local e hoje a cultura virou global, sem nenhum pejorativo. Precisamos ver esses aspectos também. Aí, podemos conceber a liberdade de expressão na televisão, mas desde que a liberdade de expressão não seja liberdade única e ditatorial, que ela se curve aos valores que a sociedade democraticamente impõe.

E, finalmente, a colocação geral da questão que eu me permitiria fazer. É que o assunto é obviamente complexo, envolve a emoção, envolve o futuro, envolve nossos filhos e nos envolve. Esta Subcomissão, a qual nos dirigimos com o maior orgulho, tem um trabalho transcendental, e não se esgota aqui obviamente, ninguém tem essa idéia. Ele vai à Constituinte depois vai à lei ordinária, porque é muito importante. Faço minhas as palavras de Dom Luciano, de que este núcleo, que demonstrou tamanho interesse, tamanho cuidado por essas questões transcendentais, não vai criar nação forte se não tiver limites fortes. É o recurso humano, apoiado na riqueza do solo e do subsolo que vai continuar o País forte, mais o recurso humano. E esse recurso humano tem que ser visto pela Constituinte, mas detalhado numa lei ordinária. É nessa hora, que os senhores que são núcleos dessa família na Constituinte, devem estar atentos, ouvir todos nós, convocarmos, porque este é um direito da cidadania, mas ainda mais do que um direito, é um dever, devia dizer o que sabemos, sem nenhum interesse de dizer que sabemos tudo. Não. Quanto mais sabemos mais sabemos que não sabemos.

Muito obrigado, ao Sr. Presidente e aos membros da Comissão, a Escola de Pais está a disposição e por isso trouxemos educação e massificação, para nosso progresso nacional para as considerações dos Srs. Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — D. Luciano quer fazer uma rápida consideração.

O SR. DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA — Menos de um minuto, só para dizer ao Sr. José Mendel que a CNBB nunca pediu a censura de **Je vous salue, Marie**, ela apenas indicou a distorção doutrinária da mãe não aceitar o filho. Nós estamos aqui justamente dentro da verdade evangélica e até do tema da família. Isso desde o começo nós colocamos numa ficha técnica. Agora o uso que os meios de comunicação fizeram disso, foi como se estivesse armando uma celeuma sobre censura no País inteiro, até hoje, porque a Escola de Pais está me dizendo isto. Fique bem registrado que não houve esta ação, houve uma distorção contra o conteúdo que é o direito nosso de discordar. A ingerência no processo de censura do País, não houve, e quem vetou foi, espontaneamente, o Senhor Presidente da República, que é um direito que a ele cabe, e que até hoje nós também não sabemos com que motivação fez isto. Mas isto é bom que fique registrado, porque a impressão que dá, é de que a CNBB tivesse tido uma ingerência nisso, nunca dela nós falamos. De modo que é importante perceber o seguinte: ou a Nação amadurece no seu próprio censo político ou não adianta nenhuma censura. Evidentemente, eu acho que o debate à censura é mais amplo porque um país deve ter o direito, digamos assim, de saber até onde deve e pode se expressar. E os senhores sabem muito bem, que os meios de comunicação estão ao alcance da política. Isso de deixar ou não deixar,

é muito aleatório, o senhor sabe muito bem o que acontece hoje, os ricos têm televisão no próprio quarto, que a criança tem televisão no próprio quarto, até de madrugada, liga-se a televisão. E o pobre tem televisão no próprio barraco. Agora, o que deva ter realmente um repensamento de toda essa questão, isso é evidente. E sob o aspecto da liberdade, às vezes, engolimos, cada sapo, do tamanho do tempo dos mamutes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Agradeço a D. Luciano pela sua colocação que, realmente, volto a dizer, era a oportunidade da Igreja, pela palavra dele, se posicionar com clareza, e ao fazer isso, trazer uma contribuição que nós ouvimos. E comunicação é o maior problema, hoje, no mundo. Quantas vezes não ocorre em função dela? E isso é muito importante, como eu disse na questão da censura: quem não põe limites, não ama. Amar exige limites.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Ainda mais depois do video-cassete.

A SRA. JANDIRA DE CASTRO — Muito obrigada. Eu serei breve: porque o pensamento da Seicho-no-le sobre o planejamento familiar é exatamente o que já foi exposto por D. Luciano, que a Seicho-no-le adota um pensamento, o mais natural possível, uma vez que ela preserva a vida e coloca a vida num ponto muito alto. Este planejamento ensinado por Masaharu laniguchi, somente deve ser usado no planejamento mais natural. Uma vez que ao homem é concedido o direito de decidir sobre o sexo, ele não é como o animal que só tem sexo naquele período. Então, é muito importante que seja difundido esse pensamento do planejamento familiar, pela educação e pelo poder que o homem tem de realizar o sexo naquele período certo e tudo direcionado para aquele planejamento familiar.

Até ele fala, inclusive, sobre o planejamento, que a mulher não deve ter criança, assim, quando a outra ainda está muito pequena, para que a mãe possa dedicar, naquela fase da infância da criança, o que ela merece, que a mãe a ponha no colo, lhe dê carinho, atenção, etc. E dois filhos pequenos para fazer duas mamadeiras, para colocar os dois no colo, já fica um pouco difícil. Esse planejamento, explicado por D. Luciano, é exatamente o que preconiza o ensinamento da Seicho-no-le.

As outras perguntas, eu deixarei de responder, porque elas não foram direcionadas a mim, e sim a D. Luciano. É sobre a colocação do amor na letra da lei.

Na minha exposição anterior e até foi ampliada pelo nosso Presidente, achei assim maravilhoso, porque ele completou aquele pensamento nosso de que a lei surge dos fatos, os fatos é que vão direcionar a letra da lei. E nós da Seicho-no-le nos propomos, inicialmente, que antes de levarmos uma pessoa a adotar uma criança, nós temos que levantar, dentro desta pessoa, o sentido da adoção.

E respondendo à pergunta, da Constituinte Maria Lúcia, de que muitas pessoas querem adotar uma criança para o uso do trabalho. Temos que fazer este trabalho, nas comunidades, nas entidades idôneas, filantrópicas, que trabalham já com o menor, elas vão ter este trabalho na conscientização da adoção, que nós não vamos adotar uma criança para que ela venha trazer benefícios

para nós, nós vamos adotar essa criança para que ela tenha os mesmos direitos que os nossos filhos. Como orientadora da Seicho-no-le, certa vez, tive uma experiência brilhante de uma senhora que veio me perguntar, por que ela tinha tantos problemas com a filha adotiva e que ela não teve nenhum problema com os filhos legítimos. Em primeiro lugar, a senhora não colocou essa filha dentro da relação dos seus filhos, nessa posição mental em que ela foi criada, essa criança já se rebelou. Por que o seu filho, quando ele estava na adolescência, a Sr<sup>a</sup> enfrentava todos os problemas sem se queixar? Por que ele era seu filho? Inclusive ela foi até a nossa orientação, dizendo-me que queria levar a criança de volta aos pais. Será que quando nossos filhos apresentam problemas na fase de adolescência ou em outra fase qualquer, nós vamos procurar o Juiz de Menores, nós vamos procurar alguém para entregar nossos filhos? Aí eu disse a ela, existe, uma coisa fácil para se resolver este problema: o filho, como eu já disse na minha exposição anterior, não é filho da carne, é filho de Deus, e no momento em que a senhora adotou essa criança, ela tem que ser adotada integralmente na sua espiritualidade e tudo. A senhora quer resolver esse problema? Ela disse, quero. Então aceite essa filha dentro do seu coração, assuma. Se ela for para a cadeia, a senhora vai visitá-la como mãe de uma filha que está na cadeia. A senhora não fez uma adoção nas condições de se ela não se der bem, vou devolvê-la. Entregar para quem? Posso até dizer para os senhores, que essa experiência de se falar aqui, a gente a vive também. Eu trouxe uma criança da Bahia — e foi por isso que numa das minhas colocações, a Constituinte Eunice Michiles disse que eu pedi a desburocratização da adoção — era um menino problemático naquela cidade, ninguém queria o menino, eu o trouxe e todas as semanas a diretora me chamava na Escola. Chegou um dia que meu marido foi à escola e a Diretora disse: "O senhor vai ter que tirar o menino daqui". E ele respondeu: "Não, vocês passam 4 horas com ele aqui, eu passo 20; ele não tem mãe, não tem pai; e eu vou entregar ele para quem? Para ir para uma instituição de menores, onde ele vai encontrar menores em condições piores do que a que ele está? Não. Vocês vão ter que me ajudar, vocês ficam 4 horas e eu fico 20. E não adianta mandar falar para mim, porque ele não pode sair daqui. Ficar com essa criança em casa sem estudo? Houve uma coisa maravilhosa, a Diretora inclusive já o conhecia da Seicho-no-le, meu marido também é professor da Seicho-no-le, e ela disse: "Não tem problema não, não vou mais chamar o senhor". Nós declaramos a ela, nós vamos entregar esse menino para o Juizado de Menor? Ele não tem mãe, ele não tem pai, não tenho a quem entregar, quem tem que criar somos nós. E vamos dividir com os senhores esta responsabilidade. E nós não o traríamos para cá, simplesmente, se ele não desse problema: nós sabíamos que ele ia dar. E essa criança está há um ano conosco. O menino não tinha condição nenhuma, e já está lendo, e já estão nos chamando na escola, mandando bilhete: "A senhora vem aqui, mas não é para reclamar não, é para contar que o Flávio está tendo uma evolução".

A adoção tem que ser feita com amor, e ela tem que ser feita integralmente. Não é porque

é meu filho adotivo que ele apresentou um problema e vou jogá-lo na rua. De maneira nenhuma. Ou a adoção é feita nessas bases ou ela não deve ser feita. Porque criar a pessoa como simplesmente se cria um animal, não adianta, porque a mente da pessoa não recebe aquele amor. Se ele não recebe, não existe nada neste mundo que faça com que nós possamos enganar ao próximo. Quando nós nos deparamos com alguém com quem não simpatizamos, imediatamente nós emitimos uma faixa de luz naquela pessoa, e a pessoa, por sua vez, também não simpatiza conosco. Por quê? Por causa da lei da mente. Se nós tratamos essa criança — e aí nesse ponto discordo da exposição de D. Luciano, que disse que a criança adotada deve ser criada como adotada. Não. A legislação tem que dar condição à criança que foi adotada para ser filho daquela família. E não com discriminação. Porque se a lei já começa a discriminá-la, imagine então a sociedade como não vai discriminá-la. Nós temos que ter recursos para que essa criança seja criada como filha, realmente. Não entra aí nesse caso, se a pessoa vai ou não contar, isto é outra coisa, mas naquele momento, a lei tem que dar segurança para, quando ela olhar lá no registro dela, não sofrer aquelas discriminações

Eu mesma quando tive uma pessoa para fazer essa adoção, quando verifiquei que eles queriam fazer discriminações a essa menina, disse não. Vou esperar que a lei melhor, porque ela não vai ter discriminação, ela tem que ser registrada com todos os direitos que os outros têm. E a pessoa disse assim: A senhora espera que a Constituição vem aí para ver se ela muda. E o nosso Presidente já disse, aí naquela artigo, que faz aquela diferenciação nas adoções. Quanto a essa posição, o pensamento da Seicho-no-je, é esse. E como levar o amor para as leis. Levar o amor nesse trabalho, que a Igreja Católica, a Igreja Batista, e outras que aqui já falaram, estão levando à população essa conscientização do amor ao próximo, não como a pessoa carnal, mas como o homem, que é nosso irmão, na sua essência. E aí, levando essa conscientização não vai fazer adoção por mero pensar: vou adotar aquele menino porque amanhã ele vai me servir. Não, nem com os nossos filhos nós não podemos fazer isso. O Dr. Masaharu Taniguchi ensina que nós criamos nossos filhos não para que eles nos venham a servir, mas os criamos como intermediários de Deus, que somos, para criar o filho de Deus, respeitando a sua individualidade, na sua integridade. Como já foi até aventado hoje nesta Subcomissão, não é queremos que o filho vá ser jogador de futebol e, ao mesmo tempo, aquele filho dizer: "Não mamãe, eu quero ser um cantor". Nós vamos respeitar a individualidade de cada filho, dentro deste amor maravilhoso.

Quanto à outra parte, que também me deu oportunidade de falar, e já foi bastante debatida, é assunto muito polêmico, que é sobre a televisão. Quanto aos ensinamentos do Dr. Masaharu Taniguchi, ele diz que a criança já começa a sofrer a influência da televisão com esses programas de violências, desde o ventre. Ele diz que, muitas vezes nós vamos nos deparar com uma criança que não tem conhecimento de nada, e ela chega perto do irmão e já quer agredir o irmão, e ninguém sabe por que ele quer bater no irmão. Por quê? Porque ele está na frente da televisão, o

subconsciente dele está registrando tudo o que está passando na televisão. Então, como ele vai reagir diante das pessoas? Como está registrado no subconsciente. E se ele registra uma vez, e se registra outra vez, o subconsciente dele vai começar a manifestar aquilo que nós não queremos: "Puxa vida, criei meu filho com tanto amor, ele chega perto do irmão e bate nele". Eu tive isso na minha casa, as crianças bastavam olhar uma para outra, e perguntavam: — que foi? Está me achando bonito? E era tapa para cá e tapa para lá... Levamos os meninos para o judô, botamos os quatro meninos no judô, e não resolvia o problema. Só quando começamos a adotar os ensinamentos da Seicho-no-je, quando começamos a trabalhar com as mentes deles, foi aí que conseguimos. Por quê? Porque a televisão está aí. Mas, como já disseram os expositores com muito conhecimento de causa, isso talvez seja um problema que nós não vamos resolver de imediato.

E também sobre a colocação da Constituinte dizer que desliga a televisão. Desliga nada. Muitas mães vão trabalhar e deixam as crianças com a empregada, com a "mamãe televisão". Eu estou com uma neta desse jeito. Minha filha, você desliga essa televisão. E ela diz assim: "Como vou desligar se a empregada não dá conta de olhar?" A televisão olha a criança. E aí é um problema que a televisão não pediu licença para nós, para entrar dentro de casa, e também desligar o botão não vai ser fácil. Se assim fosse, nós já estaríamos com muitas coisas resolvidas.

E parece que o que coube a nós, da Seicho-no-je, foram estas colocações, porque a Srª Constituinte só se referiu à conotação da legislação para desburocratizar. Uma pessoa que está com uma criança em casa e chega lá no Juizado de Menores, para facilitar, a pessoa, às vezes, já está com aquela criança há 8 anos em casa e chega lá, eles dão tanto papel para se preencher, é a burocratização. Uma vez, tive um problema de uma menor na minha casa, e quase que vou responder processo por causa da menor. Ela não tinha para onde ir, ficou na minha casa, e depois a menina saiu. Isso não pode acontecer. Nós temos que resolver esse problema, desburocratizando esta lei, facilitando as famílias, orientando, como disse D. Luciano, a pessoa que pega um filho para criar não é soltar ele não, tem que ter alguém que vá orientá-lo. Nós que somos os pais estamos sempre fazendo curso de casais, de educação, para que nos aprimoremos, quanto mais aqueles que nunca tiveram idéia de ter filhos, esse deve ser mais assessorado.

E parece-me que foi essa a colocação, de que o amor deve ser colocado no trabalho das entidades filantrópicas religiosas idôneas, que se propõem a trabalhar. E na minha colocação, também sugerir que neste instituto da adoção haja aqueles orçamentos do Governo Federal, Estadual, Municipal, o apoio e o estímulo financeiro, tributário e material, para que essas pessoas também não venham a desistir, como disse D. Luciano, que a pessoa tem tanto amor para dar, mas ele acaba se perdendo nesse amor, porque ele não tem condição financeira de oferecer aquilo a que ele se propõe a uma criança adotada.

E aqui, ficam nossos sinceros agradecimentos da Igreja Seicho-no-je do Brasil aos Constituintes, e às pessoas aqui presentes, por esta oportuni-

dade, de estarmos aqui presentes, neste momento nacional, maravilhoso, da redação da nossa nova Carta Magna, que breve estará aí, nas nossas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Citado pela depoente tem a palavra D. Luciano.

O SR. DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA — Claro que a criança deve ter todos os direitos. Agora, entre os direitos está a verdade. Creio que ajuda muito dizer à criança que ela é amada, como a Srª explicou, mas que ela é amada, através de um ato que é novo na vida dela, e que um dia ela não venha a saber que foi escondido dela, o fato dela ser amada deste modo. Pode-se discutir, acho que isso não pertence diretamente a Comissão, contar ou não contar, assumir com todos e até com mais amor, creio que a Srª está pensando o que todos nós pensamos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Só nos compete, agora, agradecer aos nossos debatedores, pela consciência, e lembrar um pensamento de alguém que disse: "uns são filhos do ventre, outros são filhos do coração". Muito obrigado pela contribuição de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 4 minutos.)

#### ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Aos dois dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Plenário do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Raimundo Bezerra, Gerson Peres, Adolfo Oliveira, Joaquim Bevilacqua, Sandra Cavalcanti, Paulo Ramos, Virgílio Távora, Nelson Jobim, Bernardo Cabral, Aluizio Campos, José Thomaz Nonô, Paulo Pimentel, Haroldo Sabóia, Plínio de Arruda Sampaio, Nilson Gibson, Ademir Andrade, Jamil Haddad, Renato Vianna, José Lins, Luís Eduardo, Antônio Carlos Konder Reis, Nelson Friedrich, Antonio Carlos Mendes Thames, José Freire, Haroldo Lima, José Ignácio Ferreira, Pimenta da Veiga, Antonio Farias, Cid Carvalho, Arnaldo Preto, Mário Lima, Francisco Benjamim, Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Osvaldo Coelho, Francisco Rossi, Christóvam Chiaradia, José Santana, Virgildásio de Senna, Oscar Corrêa, Rodrigues Palma, José Geraldo, Eraldo Tinoco, Gastone Righi, Lysâneas Maciel, Nelson Wedekin, José Genoino, Vilson Souza, Roberto Balestra, Paes Landim, Mozarildo Cavalcanti, Chagas Rodrigues, João Natal, Luiz Salomão, José Queiroz, Ottomar Pinto, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, João Agripino, João Menezes e Leal Varella — todos membros da Comissão e mais os Senhores Constituintes José Mendonça de Moraes e Divaldo Suruagy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi dispensada a requerimento do Senhor Constituinte Nilson Gibson, tendo sido a mesma aprovada. O Senhor Constituinte Ademir Andrade solicitou, oralmente, retificação da Ata que se aprovava, no sentido

de fazer dela constar a relação nominal dos membros que participaram da votação — que não se perfez, por falta de **quorum** — do Parecer do Relator oferecido ao Projeto de Decisão nº 3/87-ANC, na apreciação do mérito que foi pela rejeição. Esta solicitação foi apoiada pelo Senhor Constituinte Jamil Haddad, tendo sido deferida pelo Senhor Presidente. Em seguida o Senhor Presidente anunciou a matéria constante da pauta para votação — Projeto de Resolução nº 1/87 — CS (Substitutivo e Emendas), relativo às normas de trabalho da Comissão. Após falarem os Senhores Constituintes Jamil Haddad, Paulo Ramos e Joaquim Bevilacqua, o Senhor Presidente submeteu a votação as seguintes matérias: 1) Substitutivo — aprovado, unanimemente, ressalvadas as emendas e os destaques; 2) Emendas de Parecer Favorável — aprovadas, ressalvados os destaques; 3) Emendas de Parecer favorável, em parte — aprovadas, ressalvados os destaques. A seguir, passou-se à apreciação da matéria destacada, mediante requerimentos dos Senhores Constituintes: 1) José Genoio — Subemenda do Relator — § 2º do art. 12 — “Aos Constituintes que não sejam membros da Comissão de Sistematização é facultado assistir às reuniões e usar da palavra nos termos e prazos estabelecidos na presente Resolução, sendo a eles vedado suscitar questões de ordem, apresentar requerimento ou emendas, conforme dispõe o art. 14, § 1º, do Regimento Interno da ANC.” — para fins de rejeição, por considerá-lo colidente com o § 1º do art. 14 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; em votação, pelo processo nominal, o pedido foi rejeitado por 31 votos contrários e 18 votos favoráveis; o Senhor Constituinte José Genoio, diante do resultado, informou que recorrerá da decisão do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte; 2) Antônio Carlos Konder Reis — inciso III, do art. 17 — “pelo prazo de sete minutos, os Suplentes da Comissão, não convocados;” — para fins de supressão desse dispositivo; em votação simbólica, foi aprovada a solicitação, considerando-se suprimido o inciso indicado, por unanimidade; 3) Gerson Peres — § 1º do art. 12 — “Os membros da Comissão devem falar de pé, ressalvados os pedidos deferidos pelo Presidente, para que falem sentados, em virtude de enfermidade ou impossibilidade física”. — No sentido de suprimir o dispositivo; em votação simbólica, o requerimento foi rejeitado, prevalecendo a redação do Relator; 4) Gerson Peres — § 3º do art. 12 — “Da decisão da Presidência em questão de ordem caberá, com apoio de, no mínimo, três integrantes da Comissão, recurso escrito, sem efeito suspensivo, à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte”. — Para suprimir o dispositivo; em votação simbólica, o requerimento foi rejeitado por 30 votos contrários a 17 votos favoráveis; 6) Gerson Peres — art. 13 — “As deliberações da Comissão sobre matéria constitucional, projeto de resolução sobre consulta plebiscitária, serão adotadas pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes”. — Para considerar os Projetos de Decisão como matéria inserta nesse dispositivo; em votação, pelo pro-

cesso nominal, o requerimento pedindo o destaque não chegou a ser apreciado, por falta de **quorum**. Falaram durante a reunião, ainda, os seguintes Senhores Constituintes: Paulo Ramos, Joaquim Bevilacqua, Bernardo Cabral, José Genoio, José Freire, Gerson Peres, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Ademir Andrade, Virgildásio de Senna, Jamil Haddad, Francisco Benjamim e João Agripino. O Senhor Presidente, diante da ausência de **quorum** para deliberação, convocou nova reunião destinada à apreciação da matéria restante, no próximo dia quatro de junho, às nove horas, no Plenário do Senado Federal e, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às doze horas e doze minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Se houver retificações a fazer, os nobres membros da Comissão poderão enviá-las, para constar da ata da reunião de hoje.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Sr. Presidente, eu gostaria de registrar uma sugestão sobre a ata, e preferiria fazê-lo oralmente.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Pode V. Exª fazê-la e depois remeter sua retificação por escrito, para constar da ata da reunião de hoje.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Creio que a ata mais lida e consultada, para se saber o que aconteceu na reunião, de fato, é esta, embora saibamos que é a ata sucinta dos fatos. Entendo que tivemos duas votações na última reunião — a votação que decidiu a questão da preliminar e a que teve o propósito de votar o mérito do Projeto de Decisão nº 3. Nesta ata consta o número dos Constituintes que votaram a preliminar, mas não consta o resultado da votação do mérito e muito menos os nomes dos constituintes que estiveram presentes para votar o mérito do Projeto de Decisão nº 3. Entendo que isso deveria constar da ata sucinta da nossa reunião. Esta a sugestão que faço a V. Exª, esperando que não seja necessário fazê-lo por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — V. Exª será atendido na parte em que pede o registro dos que permaneceram presentes para votação do mérito, mas não houve a votação, porque não havia mais número regimental.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Houve a votação, o número é que não foi suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Não houve a votação, não pôde haver a votação porque não houve **quorum**; houve a votação da preliminar, mas não houve do mérito; apenas se registraram os nomes daqueles que ficaram presentes.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Peço vênha a V. Exª para dizer que houve a votação, foi votado, mas não se atingiu, o número; portanto houve uma votação e um resultado, o qual, não tendo atingido o número não foi a matéria nem aprovada, nem rejeitada quanto ao mérito, embora tivesse havido, de fato, uma votação.

O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jamil Haddad.

O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, não há dúvida alguma de que houve uma votação; houve uma votação inicial sobre a preliminar com **quorum** e, posteriormente, quanto ao mérito, da matéria, em que se verificou uma falta de **quorum**, devido à necessidade de mais sete votos. Não há dúvida alguma, isso é flagrante, é patente.

De modo que eu acho que a solicitação do nobre Constituinte Ademir Andrade é correta, que visa a constatar realmente quais os Constituintes que estiveram em plenário até o final da reunião votando a matéria.

A matéria apenas não foi aprovada porque houve uma solicitação de verificação de **quorum** e este não foi suficiente para que houvesse a deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — A informação transmitida à Presidência da Constituinte foi exatamente a que V. Exª acaba de mencionar.

Nós devolvemos ao Presidente da Constituinte o processo informando que houve rejeição da preliminar, mas não houve votação do mérito, por falta de **quorum** e é isso que está registrado na ata. Porém nada impede incluímos na ata o nome daqueles que aqui permaneceram porque desejavam votar a favor do mérito.

Agora vamos passar à votação do projeto de Resolução nº 1, relativo às normas de trabalho da Comissão. Informo aos presentes que se encontram sobre a mesa formulários para pedidos de destaques. Nós faremos a votação do projeto, ressalvadas as emendas e os destaques; depois votaremos as emendas com parecer favorável, salvo os destaques; e depois as emendas com parecer favorável em parte, também salvo os destaques; e por último, as emendas com pareceres contrários, também salvo os destaques. Será esta a metodologia da votação. Então...

O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Antes de conceder a palavra, pela ordem ao nobre Constituinte Jamil Haddad, gostaria de concluir ainda um esclarecimento. É que, como os serviços auxiliares do Congresso se encontram assoberbados com a impressão das emendas, que estão sendo apresentadas às Comissões, nós apenas distribuímos a V. Exª o parecer do Relator como um adendo, que não pôde ser incorporado ao texto, mas que faz parte integrante do parecer.

Eram esses os esclarecimentos que eu desejava prestar, porque V. Exª receberam o parecer com o adendo apresentado pelo Relator.

Com a palavra o Constituinte Jamil Haddad.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Está com a palavra o Constituinte Jamil Haddad.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Querida rapidamente um esclarecimento da Presidência: V. Ex.<sup>a</sup> falou sobre um adendo; ele está anexado aqui no Relatório?

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Sim, está anexado ao Relatório; foi distribuído juntamente com ele.

O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, a matéria sobre a qual levanto a questão de ordem refere-se justamente a esse adendo ao parecer do Relator da Comissão, segunda versão.

Sr. Presidente, tivemos um anteprojeto de autoria do nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis; posteriormente, houve um Substitutivo do Relator Bernardo Cabral; foi aberto um prazo para as emendas apresentadas em cima do trabalho do nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, o que resultou no Relatório do nobre Relator, relativo ao Substitutivo. Agora, após termos um parecer a um substitutivo, com pareceres favoráveis e contrários às emendas apresentadas em plenário, nesse instante recebemos um adendo ao parecer do relator da Comissão sobre novas emendas!

Sr. Presidente, parece-me que não mais caberiam emendas, porque o Relator já havia apresentado parecer por um substitutivo, dando parecer favorável e contrário às emendas apresentadas pelos Srs. Constituintes membros da Comissão; de modo que me parece uma aberração, depois de já termos o parecer com substitutivo, novamente termos emendas com parecer numa segunda versão, revista e melhorada, provavelmente; é uma segunda versão revista e melhorada do parecer do nobre Relator Constituinte Bernardo Cabral.

Sr. Presidente, não procede, na realidade, esse adendo ao parecer do Relator da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — A Presidência deseja ponderar a V. Ex.<sup>a</sup> que, nesta fase em que não existe prévia disciplina para os trabalhos da Comissão, estamos trabalhando um tanto informalmente, com o propósito de elaborar normas de trabalho tão boas quanto o resultado, exatamente, das discussões sobre a proposta do Relator; de maneira que não podemos estar sacrificando em nome do formalismo um resultado que seja melhor considerado na elaboração do relatório. De sorte que já esclareci que o adendo é uma parte integrante do parecer do relator, que apenas não foi impressa conjuntamente pelas dificuldades que já mencionei. De maneira que peço que V. Ex.<sup>a</sup> considerem o adendo como uma peça do Relatório para efeito de votação.

Vamos, então, passar à votação.

O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS — Sr. Presidente, considerando o elevado espírito públi-

co que norteou a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, em relação à questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Jamil Haddad, alguns fatos ocorreram na Comissão de Sistematização, fatos relativos à votação dos projetos de decisão, no tocante a presença dos Constituintes no momento da votação de preliminar, e a ausência dos mesmos Constituintes no momento da votação do mérito.

Durante este final de semana, meditei a respeito do tema — considerando imprescindível que a Comissão de Sistematização sempre deva se posicionar de forma clara, em relação não só aos projetos de decisão, mas em relação a todas as matérias que forem objeto de apreciação por esta Comissão — e há pouco solicitei a uma das secretárias que redigisse uma emenda a mais, qual seja, a de que pudéssemos considerar como abstenção o voto dos Constituintes que, mesmo estando presentes à votação da preliminar já vencida, se ausentem na ocasião da votação do mérito, e desde que não haja o suplente para Substituí-lo. Mandei redigir e gostaria de contar com o beneplácito de V. Ex.<sup>a</sup>, considerando o mesmo espírito que orientou a decisão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — A matéria levantada por V. Ex.<sup>a</sup> é estranha ao objeto que estamos, no momento, votando e diz respeito à ata da reunião anterior.

O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS — Não. Estou querendo considerar não as situações passadas, mas as futuras.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — A matéria será decidida pela Presidência, depois da votação do projeto de Regimento.

Passa-se à votação do projeto de regimento, com o parecer do Relator, salvo as emendas e os destaques.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — O que está em votação é o substitutivo apresentado pelo Relator como conclusão do seu parecer.

Tem a palavra o nobre Constituinte Joaquim Beviláqua, para encaminhar a votação.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA — Sr. Presidente, em auxílio à Mesa, informo que há um equívoco de datilografia na página 2 do adendo, onde, ao acolher uma emenda, no art. 17, diz:

“Dar ao § 5º do substitutivo a seguinte redação: se o parecer do Relator não for acolhido, o Presidente, etc...”

Não se trata do § 5º, mas do § 7º. É apenas uma questão da datilográfica, que pode provocar equívocos na votação.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Em votação o substitutivo, ressalvadas as emendas e os destaques.

Os Srs. Constituintes que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o substitutivo.

Passemos à votação das emendas com parecer favorável.

São 21 (vinte e uma) emendas que tiveram parecer favorável. Foram as de números: 2, 3,

7, 9, 13, 17, 18, 20, 26, 30, 36, 37, 41, 42, 49, 50, 64, 72, 73, 76 e 78.

Foi pedido destaque para a Emenda de nº 64.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Sr. Presidente, peço a palavra para esclarecer. Foi feito o pedido de destaque à Emenda de nº 64, porque, neste roteiro, a redação que foi dada...

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Peço permissão a V. Ex.<sup>a</sup> Vamos votar, se aprovado o destaque, oportunamente, V. Ex.<sup>a</sup> esclarecerá o problema da Emenda nº 64.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Se essa emenda estiver de fato aprovada, não haverá necessidade do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Mas essa emenda tem parecer favorável.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Mas na montagem que foi feita, no roteiro da redação final, ela não foi colocada como emenda aprovada.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — A Emenda de nº 64?

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Sim, nobre Relator.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — Tem parecer favorável, só falta o plenário aprová-la.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Sendo favorável o parecer, V. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque?

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Não havendo destaque para as emendas com parecer favorável, os Srs. Constituintes que se pronunciarem a favor queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas as vinte e uma emendas com parecer favorável.

Passaremos, agora, às emendas com parecer favorável apenas em parte.

São as Emendas de nºs 6, 12, 19, 43, 45, 46, 51, 56, 63, 65, 71, 74 e 77.

Estas emendas receberam parecer favorável, em parte, e foram introduzidas no texto do Relatório. Não há pedido de destaque para nenhuma delas.

Os Srs. que aprovam as emendas com parecer favorável, em parte, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovadas as emendas.

Estamos recebendo um pedido de destaque do Sr. Constituinte José Genoíno sobre a Emenda nº 2. Passo palavra ao Sr. Relator, para se pronunciar sobre os dois destaques, porque tenho a impressão de que emendas já foram aprovadas.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE — Sr. Presidente, estou acompanhando a votação, mas gostaria de ter um avulso para saber quais as emendas que foram aprovadas e as que não foram.



O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — V. Exª será atendido.

Eu gostaria de esclarecer que os pedidos de destaque se encontram aqui. O primeiro destaque é do Sr. Constituinte José Genoíno, que se refere à Emenda nº 2, do Relator, ao art. 12, a qual já foi aprovada.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Vamos, então, ouvir o Relator.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Estou pedindo destaque para a rejeição.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Quero encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON — Já foi aprovada!

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Não, salvo os destaques, nobre Constituinte Nilson Gibson.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Esta emenda é ao art. 12 do adendo. V. Exª tem a palavra para encaminhar a votação.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, na montagem do roteiro para a redação final, na página 7, a Emenda nº 2, do Sr. Relator, ao § 2º do art. 12, diz que "aos Constituintes que não sejam membros da Comissão de Sistematização é facultado assistir às reuniões e usar da palavra nos termos e prazos estabelecidos na presente Resolução, sendo a eles vedado suscitar questões de ordem e apresentar requerimentos ou emendas, conforme o art. 14, § 1º do Regimento Interno.

Acontece, Sr. Presidente, que pelo art. 14, § 1º, do Regimento Interno fica claro e facultado ao Constituinte assistir às reuniões de todas as comissões e subcomissões. Assistir às reuniões das comissões e subcomissões significa participar das reuniões das subcomissões e cita como exemplo discutir o assunto em debate e proíbe votar. Portanto, a restrição é específica, é pontual e é clara.

E a emenda ao art. 2º, Emenda nº 2, amplia a restrição. Não se pode ampliar uma restrição passando pelo Regimento Interno, que especifica qual é a restrição aos que não são membros das Comissões: "Sendo-lhe vedado o direito de voto". Esta é a especificação daquilo que o Constituinte que não é membro efetivo da Comissão não pode fazer; essa proibição é clara, pontual e precisa.

No entanto, nos termos em que está apresentada aqui pela Emenda nº 2, ao § 2º: "Sendo-lhes vedado suscitar questão de ordem, apresentar requerimento ou emendas", ampliou a restrição. Portanto, a Emenda nº 2 colide com o dispositivo regimental no seu § 1º; por isso é que solicito neste destaque a rejeição.

Porque, veja bem, Sr. Presidente, esta questão tem aparecido nas Comissões e nas Subcomissões, e estas têm interpretado corretamente o Regimento, proibindo o direito de voto, mas, se se apresentam emendas, fazem-se destaques, usa-se da palavra. A proibição do Regimento Interno é algo muito concreto e não podemos ampliar essa restrição. Como é que se pode ampliar restrição numa resolução que contraria e colide com o regimento Interno da Constituinte, que é a dispo-

sição maior para as normas de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte? Por isso que o meu argumento central é que esta emenda colide com o § 1º do art. 14 do Regimento Interno. Esta ampliação das restrições não tem cabimento na medida em que o § 1º começa com uma visão abrangente em que fica facultado ao Constituinte "assistir reuniões". "Assistir reuniões", Sr. Presidente, se formos analisar simplesmente a expressão "assistir" no sentido de ver, qualquer pesoar pode assistir às reuniões, independentemente de ser constituinte. Quem está lá nas galerias também assiste às reuniões; quando se está falando em um Constituinte assistir às reuniões, é que ele tem direito à palavra, nas reuniões, e é vedado o direito de voto, e cita, discutir — discutir especifica o exemplo. Então, assistir e discutir têm um sentido amplo, isto é, apresentar emendas, questão de ordem, matéria esta incorporada pelo § 1º de discussão e participação das reuniões. Não podemos aceitar esta ampliação como pretende a Emenda nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Concedo a palavra ao Constituinte José Genoíno, autor do destaque para encaminhar a votação.

O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON — Encaminhamento de votação não tem contestação, não foi questão de ordem. Proponho a V. Exª conceder a palavra ao Relator, a fim de se possa votar a matéria.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — V. Exª tem a palavra.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — O Deputado José Genoíno incorre num erro muito grave, quando S. Exª não atenta para o significado do verbo assistir. O verbo assistir tem dois significados. O direto e o indireto. O indireto, como está aqui, com crase, "assistir às reuniões", é apenas presença, participação. E assistir, sem crase, quer dizer ajudar; assim, "assistir às reuniões", significa apenas presenciar as reuniões.

Na segunda etapa S. Exª comete um grave equívoco, quando atribui à palavra "discutir" um significado de apresentar, contribuir; logo, a palavra expressa uma limitação bem clara. Os membros que não são titulares desta Comissão não podem, seria um absurdo, ter atribuições para apresentar questões de ordem que modificam determinados comportamentos dos titulares da Comissão, apresentar emendas que alterem toda a sistemática dos membros desta Comissão. O que S. Exª pode é discutir. E da discussão, Sr. Presidente, da qual S. Exª participa, S. Exª pode elucidar. De forma que aqui não existe nada de contrariar o § 1º do art. 14. Pelo contrário, quem colocou essa consideração, colocou muito bem. O Sr. Relator colocou muito bem. O participante aqui vem apenas para dar uma contribuição de elucidação, mas não pode interferir nos trabalhos daqueles que estão compatibilizando as matérias temáticas, levantando questões de ordem ou apresentando emendas sobre os nossos trabalhos, uma vez que S. Exª não está investido legalmente para esta função.

Eram estas as considerações que desejava fazer.

O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Com a palavra o nobre Constituinte Adolfo Oliveira, para encaminhar a votação da mesma matéria.

O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA — Sr. Presidente, pouco teria a aduzir às palavras do emeinte colega Constituinte Gerson Peres. A sua interpretação ao § 1º do art. 14 é perfeita. Gostaria de alertar à Comissão para o risco que existe no tumulto que reinaria nos nossos trabalhos ao recebermos aqui mais de 450 colegas apresentando questões de ordem, emendando, requerendo, etc., isso não pode acontecer. Cada coisa neste trabalho da Constituinte tem o seu momento próprio.

Só para concluir, Sr. Presidente, queria lembrar também que o art. 21, **caput**, do Regimento Interno da Constituinte, diz:

"Cada Comissão fará a distribuição do seu trabalho e marcará prazo para a duração dos debates."

É exatamente o que o Regimento, preparado pelo eminente Relator, prevê, quando há um prazo para que cada um possa usar da palavra, Membro ou não da Comissão. Mas ainda, temos a figura do autor da chamada emenda popular. Ele virá aqui a terá vinte minutos para expor as suas razões. Daí não pode se inferir que ele pode também levantar questões de ordem, apresentar emendas, requerimentos, etc., o que levaria a uma absurdo. Tenho o maior respeito pelo nobre colega José Genoíno, geralmente estou com S. Exª Mas, neste caso, não posso concordar com S. Exª.

O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON — Sr. Presidente, queria apenas fazer um esclarecimento. O que o nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral, estabeleceu dentro do Regimento da nossa Comissão de Sistematização, evidentemente, é uma reprodução do que dispõe o art. 14, § 1º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Com grande lucidez, S. Exª acompanhou o Regimento maior da nossa Assembléia Nacional Constituinte. Assim, é desnecessário o debate sobre esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — A disposição que se encontra em votação é a seguinte:

"Aos Constituintes que não sejam membros da Comissão de Sistematização é facultado assistir às reuniões e usar da palavra nos termos e prazos estabelecidos na presente Resolução, sendo a eles vedado suscitar questões de ordem, apresentar requerimentos ou emendas, conforme dispõe o art. 14, § 1º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

É esta a matéria que está submetida à votação. Com a palavra o Relator para encaminhar à votação da disposição.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, antes da palavra ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Já está com a palavra o Sr. Relator V. Exª, por favor, faça a gentileza de aguardar.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta Comissão sabe do respeito e do apreço que tenho pelo Constituinte José Genoíno, extensivos àqueles que representam a Maioria nesta Casa.

Quando da redução do número de membros para o pedido de votação, quando após a emenda do Constituinte Renato Vianna no problema da liderança, outra coisa não moveu este Relator senão a aquiescência

O problema que se discute — parece-me que o ponto nodal da controvérsia — se fixa de forma distorcida, se me permite o Constituinte José Genoíno, quando proíbe aqueles que não são membros desta Comissão de virem para cá no sentido de tumultuar os trabalhos.

A regra que se adota é apenas a da disciplina. O que se quer, o que se deseja, evidentemente, não é tolher, impedir, coagir aqueles companheiros Constituintes que, não participando desta Comissão, para cá poderiam vir tumultuar o trabalho daqueles que são Titulares e Suplentes.

Não foi este e nem seria outro o motivo que moveria o Relator. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, mantenho a idéia de perfil traçado nesta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Vamos submeter à votação a disposição que já foi lida pela Mesa.

O Srs. Constituintes que aprovam a disposição queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o texto, sendo rejeitado o destaque para o fim de eliminar a disposição.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Os Srs. Constituintes que concordam com o pedido de verificação de votação queiram se manifestar, porque será concedido o pedido se o mesmo for aprovado pelo menos por três Srs. Constituintes. (Pausa.)

Está aprovado.

Convido o nobre Constituinte Adolfo Oliveira para que proceda à chamada nominal.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Sr. Presidente, quero chamar a atenção para uma questão nesta emenda, antes de começar a votação. Parece-me que tal emenda fere frontalmente o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ — Exato!

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Porque, veja vem, Sr. Presidente: nesta emenda — e eu concordo em parte com ela neste artigo — podemos aceitar que o Constituinte não membro da Comissão não levante questões de ordem ou não apresente requerimento. Mas, apresentar emenda é um direito nato de S. Ex.<sup>as</sup> garantido pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Qualquer Constituinte desta Casa pode apresentar emenda. Então, isto aqui não pode ser aprovado, no meu entendimento, da maneira como está. Poderia ser aprovado da seguinte forma.

“Sendo a S. Ex.<sup>as</sup> vedado suscitar questões de ordem, apresentar requerimento sobre processo de trabalho, etc.”

Agora, não pode, em hipótese alguma, vedar ao Constituinte a apresentação de emendas. Isto é um direito garantido pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Isto está claro no nosso Regimento. Gostaria de ouvir a manifestação do nobre Relator sobre esta questão, porque acho que esta é uma questão clara.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Nobre Constituinte, estamos em processo de verificação de votação. A votação sobre a disposição já se verificou e, infelizmente, foi aprovado o texto do Relator. Em face do exposto, não há mais oportunidade para discussão da matéria.

Peço ao Sr. Constituinte Adolfo Oliveira que proceda à chamada dos membros da Comissão.

O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA — Os Srs. Constituintes que aprovarem o texto votarão “sim”; os que seguirem o pensamento do nobre Constituinte José Genoíno, votarão “não”. (Procede-se à votação.)

O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Com a palavra o Constituinte Pimenta da Veiga.

O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON — Sr. Presidente, estamos em processo de votação.

O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA — É sobre o processo da votação, se V. Ex.<sup>a</sup> não se incomoda.

O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON — A mim não me incomoda. Mas acho extravagante o pedido de V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA — Uma questão de ordem sobre o processo de votação?

O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON — Dúvida sobre o processo de votação é quando se está iniciando a votação, não quando se está no processo propriamente dito. V. Ex.<sup>a</sup> se equivocou. V. Ex.<sup>a</sup> foi um dos mais ilustres Líderes desta Casa.

O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA — Eu divirjo do entendimento de V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON — Continuamos divergindo.

O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA — Sr. Presidente, não tendo podido acompanhar a votação desde o início, e não pretendendo votar contra o texto do Relator, indagado de V. Ex.<sup>a</sup> se há algum pedido de destaque que vise a suprimir ou que vise a permitir a continuação, no texto, da possibilidade de qualquer Constituinte suscitar questões de ordem, porque a minha divergência quanto ao texto é apenas quanto às emendas. Eu votarei: a favor se houver algum destaque que permita continuar, no texto, o direito às questões de ordem. Esta, apenas, a divergência. Então, gostaria de me informar, para orientar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Houve um destaque apresentado pelo Constituinte José Genoíno a respeito da participação de Constituintes que não são membros da Comissão. Esse destaque foi rejeitado: permaneceu a redação do Relator, a cuja leitura não sei se V. Ex.<sup>a</sup> assistiu.

O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA — Eu assisti à leitura, Sr. Presidente. Daí em diante eu acompanhei.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Estamos fazendo a verificação dessa votação, a pedido do Constituinte José Genoíno. Nós estamos em processo de verificação de votação, mas a matéria já foi votada.

O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA — Não havendo esse destaque, lamentavelmente terei que divergir do Relator, votando contra. (Continua a votação.)

O SR. SECRETÁRIO (Adolfo de Oliveira) — Votaram “Sim” 19 Srs. Constituintes; e “Não” 17. Houve uma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Foi aprovado o texto.

Passamos, agora, à votação das emendas.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, não há **quorum** para aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Tivemos 19 votos “Sim”, e 17 votos “Não”. Está aprovado, porque estamos votando por maiorias simples, em face de não se tratar de matéria constitucional. Aliás, de acordo com a sugestão do nobre Constituinte José Genoíno, estamos votando essas matérias por maioria simples.

Estão aprovadas as emendas com parecer favorável, sem rejeição de nenhuma delas.

Há pedido de destaque sobre a mesa, do Constituinte Gerson Peres, para o art. 23, mas o parecer do Relator foi favorável. S. Ex.<sup>a</sup> pediu destaque para a rejeição.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Qual é o artigo?

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Art. 23 do adendo. V. Ex.<sup>a</sup> pediu destaque para a votação em separado...

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Eu pedi destaque, Sr. Presidente, porque acho que falta uma complementação aqui. Estamos dando à Mesa, e a 1/3 desta Comissão, a iniciativa de um projeto de resolução que altera pura e simplesmente as nossas normas de trabalho; aqui não se fala em encaminhamento ao Plenário para ser aprovado ou não, conforme segue:

“Estas normas de trabalho poderão ser alteradas mediante projeto de resolução de iniciativa da Mesa ou de 1/3 dos membros da Comissão.”

Deveria ser mais claro isto.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — V. Ex.<sup>a</sup> refere-se ao inciso X do art. 16 do adendo? Porque aqui V. Ex.<sup>a</sup> diz:

“Requiro destaque para a votação em separado do § 2º, no art. 2º do adendo.”

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Por ter recebido dois papéis, torna-se complicado, e ficamos numa situação difícil para ordenar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — V. Ex.<sup>a</sup> quer ler, por gentileza?

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Vou ler, Sr. Presidente. Veja bem V. Exª, à página 4 do adendo:

“Essas normas de trabalho poderão ser alteradas mediante projeto de resolução de iniciativa da Mesa ou de 1/3 dos Membros da Comissão.”

Dispõe apenas isso e mais nada? Há que se dizer aí se é sob aprovação do Plenário, ou outra coisa qualquer, senão amanhã 1/3 da Comissão resolverá alterar isso e...

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — A norma é só quanto é iniciativa, nobre Constituinte Gerson Peres.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Eu queria apenas tornar mais claro o texto. Retiro o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Muito obrigado a V. Exª. Está retirado o destaque.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Nobre Constituinte José Genoino, estamos em processo de votação e a matéria referente às emendas com parecer favorável já foi votada completamente, porque o nobre Constituinte Gerson Peres acabou de retirar o seu pedido de destaque. Há um outro destaque de S. Exª, que é sobre o art. 16, que possui vários incisos. Qual é o destaque, nobre Constituinte Gerson Peres? V. Exª tem alguma objeção?

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — É o inciso 5º. Eu me referi ao inciso 5º, do art. 16. Eu apresentei uma sugestão aqui ao Relator, na reunião passada, no sentido de que este fizesse uma revisão para a votação em globo, salvo o destaque por 12 integrantes. Eu gostaria, para que se tornasse mais coerente, que se colocassem 6 integrantes.

O inciso 4 diz:

“As emendas com parecer contrário serão votadas em globo, salvo os destaques requeridos com apoio de 6 assinaturas de integrantes da Comissão;”

Já para o parecer favorável concedem-se 12 assinaturas, enquanto para o parecer contrário são concedidas seis.

Quería saber qual o critério usado e a razão desta mudança de 6 para 12?

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — O Relator em reunião, durante a discussão, já prestou esclarecimento sobre a matéria.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Apresentei uma sugestão para haver coerência, compatibilidade, com relação ao inciso anterior no sentido de que também fossem 6 membros.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Quando o parecer é contrário, é a metade do número para o apoio do número adotado, a fim de que, a matéria tenha parecer favorável. De maneira que, como o parecer já foi favorável, o pedido de destaque deverá receber um apoio maior. É esta razão apenas; eu não vejo nenhuma inconveniência.

O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON — Sr. Presidente, vamos ouvir o Relator.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Eu não ouvi bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Sr. Relator, V. Exª poderá melhor esclarecer ao Constituinte Gerson Peres. Peço ao Sr. Relator que preste os esclarecimentos necessários a S. Exª sobre o inciso V do art. 16.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — Eminente Constituinte Gerson Peres, a idéia inicialmente apresentada pelo relator era o destaque requerido por dezoito integrantes, que depois foi acolhida para doze, se não me falha a memória, de autoria do Líder do PDT, eminente Constituinte Brandão Monteiro. Esclarecia àquela altura no sentido de que a idéia era para proteger o companheiro que, sendo minoritário e tendo obtido parecer favorável, poderia se ver frustrado por uma maioria esmagadora. Apesar desses esclarecimentos o Constituinte Brandão Monteiro a manteve, e para que todos os Srs. constituintes verificassem que a idéia do relator era aquela de prestigiar a minoria, eu acolhi pedindo que se registrasse em ata que o acolhimento, se amanhã fosse tido como prejuízo à minoria, não imputasse esse prejuízo ao relator. Quero dizer a V. Exª que — continuo na minha tese —, se V. Exª achar que doze será prejudicial à minoria, se esse é o entendimento de V. Exª, não tenho absolutamente nada em contrário. Não quero que amanhã digam que um parecer favorável formulado por este Relator em favor da minoria, possa ser modificado por uma maioria da qual, como sabe V. Exª, não dispõe o seu Partido.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Pedi o destaque justamente para dois argumentos que apresento no caso. Primeiro, o argumento de V. Exª é válido, em parte, porque também pode haver a hipótese contrária, de a maioria precisar do apoio de seis Membros para ver destacada uma matéria com parecer favorável que ela queira reexaminar ou discutir novamente, visando a obter um resultado favorável a suas idéias, e não poder realizar seu intento. Nós aqui nunca teremos possibilidade de obter 12 integrantes nesta Comissão para dar apoio a um destaque quando os pareceres das emendas forem favoráveis.

Então, pedi a V. Exª para reexaminar e reiteraria a V. Exª esse apelo, para ver se o Plenário — já que V. Exª não tem nenhuma restrição a este número — nos ajuda a colocar seis membros para o parecer favorável, e para o parecer contrário. Temos o apoio de seis membros. Isso garante maior tranquilidade à minoria nesta Comissão.

V. Exª está de acordo. Vamos ver se o Plenário concorda, a fim de aqui podermos amigavelmente, encontrar como uma nova forma.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — O ponto de vista de V. Exª continua colidindo com o meu, e como V. Exª não conseguiu me convencer, o que é fato raro, porque V. Exª tem a propriedade de convencer qualquer um, eu continuo com o meu ponto de vista, para ficar com a minha consciência.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Apresento a proposta com destaque para seis. Foi uma sugestão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — O Relator mantém o texto, tendo em vista que resultou de uma emenda do Constituinte Brandão Monteiro, que foi acolhida. Já implica em uma reedução do prazo.

Na verdade, o que o nobre Constituinte Gerson Peres está pretendendo com a sua sugestão é, inteligentemente, apresentar uma emenda numa hora em que já estamos encerrando a votação.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Sr. Presidente, não estou apresentando emenda; apresentei-a anteriormente. Não estou apresentando, repito, apenas destaquei a minha emenda que foi vencida no parecer na reunião anterior, a fim de que tal destaque fosse submetido a votação, no sentido de se saber se o quorum de seis é válido para os pareceres favoráveis ou não, ou se teria validade o **quorum** de 12, com essas observações feitas pelo nobre Constituinte, por mim — que sou representante de um Partido minoritário — e pelo nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Já manifestei, antes de V. Exª chegar, o esclarecimento de que a Presidência estava se portando com certa liberalidade nesta fase, dada a inexistência de nomes na relação de incritos, porque nosso objetivo comum é o de, tão informalmente quanto possível, atingir um resultado que seja melhor para todos visando à redação das normas de trabalho da própria Comissão.

Concedo a palavra ao Relator, para apreciar a ponderação de V. Exª

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — Sr. Presidente, inegavelmente, não vejo nenhuma dificuldade em que se coloquem as duas propostas; a primeira, que o Relator não acolheu, de autoria do eminente Constituinte Gerson Peres; e a segunda, que foi acolhida, do Constituinte Brandão Monteiro.

Assim me pronuncio, Sr. Presidente.

Só não gostaria que esse substitutivo, ao final, se visse tão mutilado que desfigurasse aquilo que idealizei; não para prejudicar ninguém. Se a minha primeira tomada de posição foi contrária à do eminente Constituinte Gerson Peres e como V. Exª não trouxe subsídios... Sou um homem acessível, acolhi o testemunho do eminente Constituinte Ademir Andrade, quando já me havia manifestado contrário à emenda do Constituinte Renato Vianna, e S. Exª me convenceu do problema de a Liderança retirar daqui outros Constituintes. Voltei atrás e aceitei tal sugestão.

No momento, portanto, a Emenda do Constituinte Gerson Peres foi suplantada, no meu entendimento, pela emenda do Constituinte Brandão Monteiro.

No entanto, Sr. Presidente, não vejo nenhum inconveniente em que V. Exª ponha em votação as emendas Gerson Peres e Brandão Monteiro, a fim de que a vencedora seja acolhida pelo Relator.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON — Sr. Presidente, V. Exª, **data venia** primeiro teria que proceder à votação para depois conceder a palavra para questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Na verdade, não existem questões de ordem sobre a votação. Concedo a palavra ao Deputado José Genoíno.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo é exatamente nos seguintes termos: estou recorrendo à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte da decisão sobre a votação anterior, tanto pelo mérito da emenda aprovada como porque considero que não havia **quorum** para deliberação.

Quero deixar aqui bem claros os termos da minha questão de ordem levantada na reunião anterior da Comissão de sistematização. A deliberação era por maioria simples, mas era necessário que houvesse **quorum** para se tomar deliberação por maioria simples e não está havendo.

Lembro que era favorável à deliberação por maioria simples no Projeto de Decisão, a partir do estabelecimento do **quorum**. O problema é que não há **quorum**. São necessários 47 Membros da Comissão de Sistematização, e não existe esse número. Portanto, recorro à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte da decisão tomada sobre a votação anterior, tanto pela maneira como se deu a questão quanto pelo seu mérito, que fere dispositivo regimental, art. 14, § 1º

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Estamos votando as normas de trabalho da Comissão e esta votação não pode ser mais interrompida.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON — Estamos em votação, Sr. Presidente, e V. Exª concede a questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade, pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Sr. Presidente o que está ocorrendo, hoje, nesta Comissão, não pode, de forma nenhuma, acontecer. É um verdadeiro absurdo, é uma incoerência.

Sou uma pessoa presente, tenho a maior pressa na aprovação deste Regimento Interno, não tenho faltado às reuniões, mas não posso admitir que V. Exª use dois pesos e duas medidas — para aprovar projetos de decisão exige um **quorum**, para aprovar um requerimento exige outro **quorum**.

Afinal de contas, temos que, pelo menos, dar um pouco de moralidade ao serviço da Comissão de Sistematização. Essa decisão de V. Exª, **data venia** é absurda, inaceitável. O **quorum** é de 47 membros.

Esta questão já foi discutida aqui, em inúmeras reuniões. Como agora V. Exª quer aprovar uma matéria com outro **quorum**? Não há cabimento, Sr. Presidente.

O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON — É matéria vencida. Já houve recurso.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Se houve recurso, até nos será favorável, porque,

neste caso, o Projeto de Decisão nº 3 terá sido aprovado, no seu mérito, por esta Comissão, porque havia, naquele instante, 44 Constituintes nesta reunião plenária. É preciso dar um pouco de moralidade aos nossos trabalhos.

O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON — Sr. Presidente, já houve um recurso. É matéria vencida.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Concedo a palavra a V. Exª, para uma questão de ordem.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA — Sr. Presidente, estou como o Constituinte Ademir Andrade, acompanhando os trabalhos desta Comissão com muita atenção, com muito cuidado, com frequência, mas considero também, e ponderei junto a V. Exª, que, em determinados instantes, a defesa da legalidade e da continuidade dos trabalhos depende do rigor com que se aplicam o Regimento e as normas de trabalho. Pessoalmente, era favorável a que votássemos essas normas de trabalho com certa liberalidade, como V. Exª estava encaminhando.

Não via como da máxima importância estabelecêssemos uma questão regimental e terminássemos levantando uma questão de **quorum** para que determinado item dessa norma de trabalho não fosse votado e nossos trabalhos fossem suspensos. Pessoal e politicamente não via muita importância nisso. Pelo contrário, muito importante é avançarmos no trabalho. Contudo, ponderei a V. Exª, não sendo este o pensamento de alguns, seria mais conveniente nos atermos à letra regimental, porque não houve um acordo para liberarmos um pouco o nosso trabalho, e decidirmos de forma conscienciosa, a despeito de não haver **quorum** regimental.

Já que não há acordo neste sentido, era, inclusive o meu ponto de vista, o mais normal, o mais correto, o mais justo, para garantir a continuidade dos nossos trabalhos, é que a letra regimental seja atendida e, por conseguinte, não haja, por parte da Presidência, a deliberação de **quorum** para a decisão a respeito das questões que estão em votação.

O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para falar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Antes do início da votação, a Presidência esclareceu que iria adotar o critério da maioria simples, que foi adotado também para a votação dos projetos de decisão, por sugestão, inclusive, dos elementos que apoiavam aqueles projetos. Não houve nenhuma impugnação nem recurso dos presentes a respeito do critério adotado pela mesa.

A votação está sendo processada e não vai mais ser interrompida. No livro de presença constam 51 assinaturas. De sorte que estamos...

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Refiro-me à votação anterior, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — ... votando conforme sugestão do Constituinte José Genoíno.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Não, Sr. Presidente. A sugestão é de maioria simples com **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Não podemos mais permanecer nessa situação. Já estamos no dia 2 de junho, e os nossos trabalhos começarão oficialmente a partir do dia 15, quando receberemos os relatórios e os anteprojetos das Comissões Temáticas, e é de toda conveniência aprovarmos o texto do Regimento.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Sr. Presidente, já houve um recurso...

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Sr. Constituinte, a Presidência não pode ser interrompida.

Está encerrada a votação das emendas que tiveram parecer favorável e parecer favorável parcialmente. Ambas já foram submetidas à votação e aprovado o texto do parecer do Relator. Agora só nos resta votar as emendas com parecer contrário, não havendo sobre a mesa pedido de destaque para essas emendas.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA — Sr. Presidente, para uma questão de ordem. (Assentimento da Presidência.)

Ponderei à Mesa, mais uma vez, correndo o risco de ser repetitivo, que devemos encaminhar os nossos trabalhos de forma harmônica, que não colida abertamente com o Regimento e com as normas de trabalho. Estou, inclusive, com o ponto de vista de V. Exª, e, neste particular, defendo opinião contrária à do nobre Constituinte Ademir Andrade. O **quorum** para decidirmos essas questões deveria ser por maioria simples, e, mesmo que não haja o **quorum** regimental, mas havendo um acordo, podemos levar em frente os nossos trabalhos. Contudo, não houve esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Art. 33 do Regimento.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, o **quorum** para deliberação é de maioria simples.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA — É maioria simples dentro do **quorum** existente dentro da maioria de votos.

Minha sugestão a V. Exª, com o objetivo de encaminhar os nossos trabalhos e não esbarrar num impasse, é que as votações feitas até agora, e que foram simbólicas, ou, então, as que tiveram **quorum** para ser aprovadas por maioria simples, sejam liquidadas; as votações que não conseguiram **quorum** sejam prejudicadas.

Penso mesmo, Sr. Presidente, que neste instante já temos **quorum** nesta reunião. Por conseguinte, podemos retomar a votação de alguns preceitos que, quando foram postos em votação não contavam com **quorum**, mas agora contam.

Portanto a minha proposta é no sentido de que os próximos artigos sejam postos em votação, respeitada a maioria simples, havendo **quorum**, e particularmente que aquele artigo que no passado não obteve **quorum** para ser votado seja repostado em votação e, assim possamos avançar os nossos trabalhos, respeitando as normas até agora existentes.

O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA — Sr. Presidente, peça a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — A Presidência já está decidindo uma questão de ordem.

A Presidência esclareceu que havia **quorum** para iniciarmos os nossos trabalhos, pois havia mais de 47 assinaturas no livro de presença. Agora já há 51. Quando atendemos ao pedido de verificação de votação do único destaque apresentado, do nobre Constituinte José Genoíno, foram apurados 19 votos a favor e 17 contra. Então, estava dentro da maioria simples com que podíamos deliberar, porque havia a presença de mais da metade mais um dos membros da Comissão.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA — Mas não houve **quorum**, Sr. Presidente. O **quorum** é de 47.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — É um absurdo, Sr. Presidente.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA — O **quorum** é verificado não pela listas de presença, mas, regimentalmente, é contado pela lista de chamada.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — A matéria é vencida e, depois de proclamado o resultado da votação, não houve nenhuma impugnação do resultado. V. Ex.<sup>as</sup> estão apenas utilizando um processo, na verdade, de obstrução da votação do Regimento. Evidentemente, há número agora e por maioria simples aprovamos a matéria.

O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA — Sr. Presidente, peça a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Pimenta da Veiga, para uma questão de ordem.

O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA — Sr. Presidente peça a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup> e do Plenário para a insistência com que volto a este assunto, o qual julgo o da máxima importância.

Não é possível, Sr. Presidente, prevalecer aqui decisão de minoria. Não conheço registro em nenhuma Câmara, em nenhuma Comissão, onde possa haver decisão sem a presença, pelo menos, de maioria absoluta, e que, por absurdo, não poderíamos admitir que apenas três Constituintes decidissem e aprovassem o Regimento desta Comissão.

Portanto, peça a V. Ex.<sup>a</sup> que, diante da controvérsia que está instalada, e seguindo uma atitude de bom senso que se não resolver mudar o entendimento que tem —, pelo menos aguarde a decisão do Presidente da Constituinte, para quem já foi encaminhado recurso do nobre Constituinte José Genoíno, porque, se assim não agir, corre o risco de ver uma decisão desta Comissão ser anulada pelo Presidente da Constituinte, o que não é agradável.

Por isto apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que suspenda a votação até a decisão do Presidente Ulysses Guimarães.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — V. Ex.<sup>a</sup> reconsidere o seu posicionamento, que está errado.

O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA — Ou, então, vamos fazer um entendimento, que é um entendimento único. Quando V. Ex.<sup>a</sup> disse que havia no livro de presença a assinatura de 51 Srs. Constituintes, V. Ex.<sup>a</sup> mesmo concorda que há necessidade da presença da maioria absoluta. Ocorre que, quando foi feito o pedido de verificação, não se confirmou a presença de maioria absoluta, tomando-se, portanto, sem sentido tal pedido de verificação. Quando se pede a verificação, entre outras coisas, o que se pretende é comprovar a existência de **quorum** de maioria absoluta. Concordo com V. Ex.<sup>a</sup> que a decisão pode ser adotada por maioria simples, sem a presença de maioria absoluta.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Sr. Presidente V. Ex.<sup>a</sup> é um homem preparado e culto. Reconsidere a sua posição e vamos tocar o barco para a frente.

O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, peça a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para contraditar a questão de ordem.

O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, desejo contraditar apenas em parte. Estou de acordo com o pronunciamento do nobre Constituinte Pimenta da Veiga no fundamental, ou seja, é necessário que haja **quorum** no momento da votação. Discordo de S. Ex.<sup>a</sup> quanto à solução do problema. Não há nada que impeça V. Ex.<sup>a</sup> reconsiderar e determinar uma nova votação, para que a façamos nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — A questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Pimenta da Veiga implica em renovarmos a votação da emenda destacada, porque a verificação ocorreu apenas em relação à emenda apresentada pelo nobre Constituinte José Genoíno. A votação verificada diz respeito a essa emenda.

Peço ao nobre Relator se manifeste sobre a matéria, porque, havendo concordância, poderemos fazer nova verificação, para expurgar de qualquer dúvida a votação que está sendo realizada pela Comissão. Se o eminente relator concordar, vamos fazer novamente a verificação para suspender a votação do Regimento, se não houver **quorum** suficiente.

Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dar uma resposta àqueles que entendem que V. Ex.<sup>a</sup> é um ditador. No fundo, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de considerar a sua posição, e, por uma questão de gentileza, até de carinho com o Relator, V. Ex.<sup>a</sup> quer ouvi-lo. Compartilho com V. Ex.<sup>a</sup>, compartilho das agruras de todos, do tempo que se perde, das filigranas que se usam, filigranas perfeitamente dispensáveis, mas que em bom nome, a fim de que amanhã não se diga que aqui se torpedeou a vontade da minoria. Não vejo porque V. Ex.<sup>a</sup> não deva retomar o processo, colocando a matéria novamente em votação, ouvindo a maioria que aqui se encontra no momento, para que se sanem as irregularidades. É bom que se distinga, no campo do direito, sanar irregularidades de interpor nulidades, de coisas que não existem. Comete-se um pouco de confusão a este respeito, recorrendo-se da nulidade. Não é bem isso. Sanar irregularidades no campo

do direito é uma coisa, interpor recurso em termo de alguma nulidade que poderia prejudicar é outra. Sr. Presidente, estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> e com o que deseja esta Comissão, qual seja, que V. Ex.<sup>a</sup> faça reabrir a votação dos processos que anteriormente aqui se verificaram.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Peça ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira que proceda à chamada nominal.

O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA — Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, quero congratular-me com a Mesa e particularmente com V. Ex.<sup>a</sup>, pela judiciosa decisão que acabou de adotar. Creio que esta é a forma de conduzir os trabalhos, porque, de fato, a decisão estava eivada da falta de número para a votação, que vai impor a toda a Comissão decisões daqui para a frente. Acho que a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> é acertada e V. Ex.<sup>a</sup> dá à Casa e a todos nós um testemunho de democracia e de convencimento de que precisamos trabalhar com a vontade da maioria. Mas, aqui me permito lembrar — com a aquiescência da Presidência, tendo em vista esses problemas regimentais, essas questões que não permitem que o mérito das questões seja examinado — as palavras do vate lusitano em "Os Lusíadas", que todos conhecem, em sua estância 40, que rezam: "Somente no venéreo ajuntamento há mais licença e menos regimento". É preciso que haja mais licença e menos regimento em nosso trabalho, para que as coisas possam avançar.

O SR. SECRETÁRIO (Adolfo Oliveira) — Srs. Constituintes, o texto que vai ser votado é o seguinte:

"§ 2º Aos Constituintes que não sejam membros da Comissão de Sistematização é facultado assistir às reuniões e usar da palavra, nos termos e prazos estabelecidos na presente resolução, sendo a eles vedado suscitar questões de ordem, apresentar requerimentos ou emendas, conforme dispõe o art. 14, § 1º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte."

Este é o texto que vai ser votado.

Os que aprovarem o texto dirão "sim", os que o rejeitarem dirão "não".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Votaram sim 31 Sr. Constituintes e não, 18. O resultado demonstra a existência de **quorum**. Está aprovado o texto do Relator.

Agora, como começamos a repetir a votação, devem ser votados todos os destaques que foram apresentados à Mesa. Há um destaque...

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente sobre a votação desse destaque, não vou mais tomar o tempo dos colegas desta Comissão.

Agora quanto ao conteúdo de emenda aprovada, quanto à materialidade desse conteúdo, o mérito dele, vou recorrer ao Presidente da Comissão Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — A matéria é vencida, mas a Presidência encaminha o recurso de V. Ex.<sup>a</sup>, o qual não tem efeito suspensivo.

O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON — Sr. Presidente, prossiga a votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Vamos agora aos destaques apresentados à Mesa sobre outras matérias. O nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis pede destaque para a votação em separado, do inciso III do art. 17, que é o seguinte:

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Sr. Presidente, pela ordem. Estava na ordem dos nossos trabalhos o meu destaque sobre o inciso V do art. 16, e o Relator já concordou que V. Ex.\* o submeta a votos.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Estou colocando em destaque as matérias. Inclusive a de V. Ex.\* vai ser votada logo após colhemos a votação já anunciada pela Presidência.

O Constituinte Konder Reis pede destaque para o inciso III do art. 17, que estabelece o prazo de 7 minutos para os suplentes da Comissão não convocados poderem discutir a matéria.

Diz o texto:

“Art. 17 Durante a discussão de qualquer matéria poderão usar da palavra sucessivamente:

I — pelo prazo de 20 (vinte) minutos, improrrogáveis o Autor e o Relator;

II — pelo prazo de 10 (dez) minutos, qualquer dos integrantes da Comissão;

III — pelo prazo de 7 (sete) minutos, os Suplentes da Comissão não convocados;

IV — pelo prazo de 3 (três) minutos, os Constituintes que não sejam membros da Comissão.”

Então, o destaque solicitado é para a rejeição desse prazo de sete minutos estabelecido para os suplentes da Comissão não convocados.

Passo a palavra ao eminente autor do pedido de destaque, para encaminhar a votação.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — Sr. Presidente, queria declarar que o Relator está de acordo com o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — O Sr. Relator concorda com o destaque pela supressão desse prazo.

Os Srs. Constituintes que aprovam o destaque queiram permanecer sentados. (Pausa.)  
Aprovado.

O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Concedo a palavra Constituinte Adolfo Oliveira.

O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA — Gostaria de explicar ao Plenário que o texto do Relator visa a dar uma situação melhor àqueles que são suplentes da Comissão e que não estiverem convocados em virtude da presença dos titulares e dar-lhes oportunidade para que possam falar durante sete minutos. Esse é que foi objetivo do Sr. Relator. Se eliminarmos esse inciso, estaremos colocando os suplentes na mesma condição daqueles que não são membros da Comissão e somente poderão falar durante três minutos. Esta que é a verdade.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Concedo a palavra, pela ordem, ao eminente autor do pedido de destaque.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS — Sr. Presidente, **data venia**, o nobre Constituinte Adolfo Oliveira incorre em grave equívoco. Os integrantes da Comissão são os efetivos e os suplentes. O suplente é integrante da Comissão, tanto assim que o meu destaque tem por objetivo corrigir a redação, porque diz o art. 17, conforme redação proposta pelo seu Relator:

“Art. 17 Durante a discussão de qualquer matéria, poderão usar da palavra, sucessivamente:

I — pelo prazo de 20 (vinte) minutos, improrrogáveis, o Autor e Relator;

II — pelo prazo de 10 (dez) minutos, qualquer dos integrantes da Comissão;

III — a Comissão é integrada pelos efetivos e pelos suplentes; e

IV — pelo prazo de 3 (três) minutos, os Constituintes que não sejam membros da Comissão.”

O que eu desejo é que os suplentes tenham o mesmo tempo que o membro efetivo. Até porque, no outro dispositivo do projeto, em que se estabelece o mecanismo de substituição do membro efetivo, quando ausente, pelo suplente, será muito difícil à Presidência estabelecer essa gradação de tempo que, aliás, é insignificante. As normas estabelecem que, para o membro efetivo são 10 minutos e para o suplente, 7 minutos. Quando o Sr. Presidente tiver um controle absoluto na Mesa é que S. Ex.\* poderá estabelecer essa diferença. Tanto o membro efetivo como o suplente, ambos são integrantes da Comissão: um, na categoria de efetivo, e o outro, na categoria de suplente.

De modo que acho que se deve uniformizar o tempo destinado aos membros da Comissão, sejam eles efetivos ou suplentes, e aos não integrantes, então, um prazo menor. Portanto, o entendimento do nobre Constituinte Adolfo Oliveira, no meu modo de ver, não procede.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — O esclarecimento do autor do destaque demonstra que, na verdade, S. Ex.\* quer ampliar o prazo para 10 minutos, nele abrangendo todos os suplentes. Porque se os suplentes são, evidentemente, membros da Comissão, desde que eles compareçam e participem da discussão, eles poderão votar a matéria discutida e, para isso, dispõem de 10 minutos para a discussão.

Com este esclarecimento, acho que deve ser mantida a votação já apurada.

Em votação.

O Srs. Constituintes que aprovam o destaque para a supressão, que permaneçam sentados. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁCQUA — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Concedo a palavra a V. Ex.\* para encaminhar a votação.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁCQUA — O inciso II reza “Pelo prazo de 10 minutos, qualquer dos integrantes da Comissão”.

O suplente em exercício equivale ao titular. Portanto, ele tem 10 minutos, pelo inciso II. Parece-me totalmente despidendo, portanto, o inciso III, quando reza: “Pelo prazo de 7 minutos, os suplentes da Comissão, não convocados”.

Ao suplente não convocado, não em exercício, não estando participando do processo, está garantida a sua palavra no inciso IV. Suprimido o inciso III, prevaleceria o inciso II. Não vejo como, Sr. Presidente, não ser o suplente o substituto do titular.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — V. Ex.\* concorda com a supressão já foi aprovada.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁCQUA — Com a supressão do inciso III Muito agradecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Passamos, agora, à emenda do nobre Constituinte Gerson Peres ao destaque que propõe...

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Concedo a palavra a V. Ex.\* para uma questão de ordem.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA — Sr. Presidente, V. Ex.\* acaba de anunciar o resultado de uma votação, com a qual aliás estive de acordo, porque votei favoravelmente à supressão desse dispositivo.

Mas estou entendendo que existem duas interpretações diametralmente opostas. Então, não se sabe direito o que é que se votou. Na verdade, todos estão de acordo em retirar o item III, por uma interpretação oposta à que foi dada pelo nobre orador que acaba de se referir. Em síntese, o suplente da Comissão é um membro da Comissão e, por conseguinte, tem direito a 10 minutos, ou não é membro e tem direito a 3 minutos? Este é o mérito da questão.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — O que acaba de ser aprovado é a supressão do inciso III, do art. 17, exatamente por se considerar membro da Comissão o suplente, de maneira que está inteiramente de acordo com o pronunciamento de V. Ex.\*

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA — Estou de acordo. muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Temos um pedido de destaque do Constituinte Gerson Peres, quanto ao apoioamento...

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Artigo 16, inciso V — passar de doze para seis.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Artigo 16, inciso V S. Ex.\* apresentou uma emenda que foi rejeitada pelo Relator, de maneira que a votação desse destaque será procedida quando formos votar as emendas com pareceres contrários. Peço ao nobre Constituinte Gerson Peres que aguarde a oportunidade de ser votada a matéria.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Pela ordem, Sr. Presidente. A minha matéria foi objeto de acordo. Não entendo V. Ex.\* Tenho por

V. Exª um profundo respeito, Mas, há pouco, pediu o parecer do Relator, o Relator concordou em que a matéria fosse liquidada. V. Exª está procrastinando a matéria, eu não entendo, V. Exª quer ganhar tempo. Então vamos ganhar tempo, está na ordem dos trabalhos, e está na hora de ser votada e discutida. V. Exª chegou até a colocar em votação a minha matéria, já colheu o resultado e depois voltou atrás. Assim não dá, veja bem que eu não quero me aborrecer, e nem V. Exª, mas vamos colocar a coisa harmonicamente, pondo em votação a minha matéria. Perdeu, perdeu, ganhou, ganhou.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — O Nobre Constituinte Gerson Peres está equivocado, nós estamos em processo de repetição da votação daquelas emendas que receberam parecer favorável. Então, há destaques que ainda não foram votados, porque a Mesa deliberou repetir a votação das emendas e dos destaques, principalmente. Foi mantido o destaque solicitado pelo nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis. Existe também um outro destaque, o do Constituinte Gerson Peres, sobre a Emenda nº 3, § 1º, colocada sobre a mesa, a respeito do § 1º, do art. 12. V. Exª confirma? O art. 12 diz:

“Os membros da Comissão devem falar de pé...” É isso?

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Acho que os integrantes desta Comissão não têm por que falar de pé ou sentados. Porque esse primarismo de termos que falar de pé? Estamos em trabalho de Comissão, às vezes queremos consultar um livro e de pé se torna mais complicado, rever uma página de um parecer, elucidar um problema. De pé fica difícil. Acho que é desnecessário e deveríamos eliminar isto.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — V. Exª apresentou pedido de dois destaques; do § 1º, do art. 12, que acaba de ser confirmado. Dou a palavra ao eminente Relator para se pronunciar sobre a matéria.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — Sr. Presidente, quem conhece o trabalho de um taquígrafo sabe a dificuldade imensa, hercúlea, em registrar as palavras de um Parlamentar que fala sentado. Ele não consegue divisar. A recomendação não foi para dar um tom colegial, mas para colaborar com o serviço de taquigrafia, esta foi a idéia.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Então, vamos submeter à votação o destaque do Constituinte Gerson Peres, supressivo do § 1º do art. 12.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que aprovam a redação do texto do Parecer do Relator, que determina que os Membros da Comissão devam falar de pé, ressalvados os pedidos deferidos pelo Sr. Presidente, para que falem sentados em virtude de enfermidade ou impossibilidade física, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do autor do destaque.

O segundo destaque do Constituinte Gerson Peres, é sobre o § 3º, do mesmo artigo, que é o seguinte:

“Da decisão da Presidência em questão de ordem caberá, com o apoio de no

mínimo três integrantes da Comissão, recurso escrito sem efeito suspensivo, à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte.”

V. Exª pede o destaque também para a supressão? Qual o sentido do destaque?

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Não, e acho que temos um Plenário que está acima de qualquer suspeição e que pode rejeitar ou não a decisão da Presidência, encaminhar à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte. Podemos ter a decisão de V. Exª e a apreciação do recurso seria feita pelo Plenário desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Consulte o Relator, porque tenho a impressão de que esse texto repete disposição do Regimento Interno da Constituinte.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — O que aceitei foi uma emenda do Constituinte José Bonifácio de Andrada, que se coaduna melhor com o nosso trabalho.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Veja bem, a Emenda nº 24, do Constituinte Ademir Andrade diz: “Decididas as questões de ordem e as reclamações, cabe recurso ao Plenário como o apoio de três Constituintes”.

Houve uma emenda, inclusive, que, parece-me o ilustre Relator não acatou e isto torna-se muito mais lógico, porque decidiríamos em Plenário. Por exemplo: vamos esperar agora a questão de ordem que foi levantada pelo Constituinte José Genoíno, e S. Exª não quis esperar o Presidente da Comissão decidir para ir à Assembléia Nacional Constituinte e decidir, lá então teremos que suspender os nossos trabalhos e aguardar?

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — Desculpe, Excelência, não há efeito suspensivo. A emenda é clara, não temos que aguardar a decisão e não há suspensão dos trabalhos.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Sim, mas na seqüência...

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — Emenda Bonifácio de Andrada diz o seguinte, se V. Exª permitir e me der o privilégio de ler para V. Exª...

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Pois não.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — ...eu o farei com muito gosto:

“Da decisão da Presidência, em questão de ordem, caberá:

Com o apoio de no mínimo, três integrantes da Comissão recurso escrito, sem efeito suspensivo.”

Não teremos então que aguardar.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Teoricamente, ilustre Relator, isto vale, mas na hora em que V. Exª estiver debatendo um problema que tem uma seqüência lógica entre artigos, parágrafos, incisos etc, vamos ter que interromper aquele artigo todo, para aguardar a decisão da questão de ordem sobre a matéria e vamos suspender, então, uma etapa do trabalho para prosseguir lá adiante. Quer dizer, não haverá, assim, um ordenamento. Acho que se decidissem em plenário a coisa seria muito mais prática, porque

esperar que o Presidente (Ulysses Guimarães) dê uma decisão levaria de 10 a 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — O Constituinte Gerson Peres, autor do destaque, acaba de esclarecer que o destaque não é supressivo; ele se destina a modificar o texto no sentido de que o recurso seja para o Plenário da Comissão e não diretamente para o Presidente da Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA — Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA — Parece-me que a proposta do Constituinte Gerson Peres, como disse o Relator, procura dar ao recurso efeito suspensivo, o que tornaria infundável a votação de qualquer matéria neste plenário. Compreendo as preocupações que S. Exª tem, mas me parece absolutamente inadequada a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Então, vamos colocar em votação o pedido de destaque.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Queria lembrar que a Comissão vai ficar subordinada ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Aqueles que concordam com o texto do parecer permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer, rejeitado o destaque.

Vamos votar as emendas com o parecer contrário, ressalvados os destaques.

O primeiro pedido de destaque é do Constituinte Gerson Peres. Vamos, então, submeter à votação, salvo os destaques das emendas que têm parecer contrário.

Os Srs. Constituintes que aprovam o parecer do Relator, quanto à rejeição destas emendas, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer.

Vamos agora passar aos destaques.

O destaque do Constituinte Gerson Peres diz respeito ao apoio de seis Constituintes. A emenda refere-se ao inciso V do art. 16. O parecer do Sr. Relator foi contrário, que adotou uma emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada. Leio:

“A Comissão, na discussão e votação da matéria, obedecerá às seguintes normas, além de outras que constem desta Resolução e do Regimento Interno.

V — As emendas com parecer favorável serão votadas em globo, salvo destaque requerido por 12 (doze) integrantes da Comissão.”

A emenda que recebeu parecer contrário pretende reduzir esse apoio para seis integrantes da Comissão. Esta é a proposição do ilustre Constituinte Gerson Peres.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Sr. Presidente, para a votação deste destaque, peço que se proceda à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — O Constituinte Gerson Peres solicita a votação nominal.

Os Srs. Constituintes que apóiam o requerimento de votação nominal de S. Ex<sup>a</sup> queiram se pronunciar. Precisamos de pelo menos três apoia-mentos. (Pausa.)

Aprovado o requerimento. Vai-se proceder à chamada nominal para o destaque do Constituinte Gerson Peres.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Secretário para proceder à votação.

O SR. SECRETÁRIO (Adolfo Oliveira) — Os Srs. Constituintes que votarem com o parecer do Relator, acolhendo a Emenda Brandão Monteiro, que estabelece um **quorum** de 12 apoia-mentos para o destaque de emendas com o parecer favorável, responderão "SIM". Os que concederem o destaque para a Emenda n<sup>o</sup> 24, que estabelece um **quorum** de 6, votarão "NÃO".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Quem não votou, ainda pode fazê-lo.

O Constituinte Adolfo Oliveira vai proclamar o resultado da votação.

O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA — Nobre Constituinte Lael Varella, como vota?

O SR. CONSTITUINTE LAEL VARELLA — Sim.

O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA — Sr. Presidente, 30 votaram "SIM" e 17 votaram "NÃO".

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Votaram exatamente 47 Srs. Constituinte, sendo 30 pela manutenção do texto e 17 a favor do destaque.

O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS — Sr. Presidente, simplesmente para fazer um registro em homenagem à respeitabilidade dos trabalhos. É claro que para a proclamação do resultado houve uma óbvia procrastinação para que o **quorum** fosse devidamente completado. De qualquer maneira, esperamos que igual procedimento se verifique em outras ocasiões.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Gostaria de ponderar que a diferença entre os votos "SIM" e "NÃO" foi tão expressiva que a maioria apenas foi considerada para que nós pudéssemos aprovar a matéria do Regimento das nossas normas de trabalho, que não devem ser mais procrastinadas.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Sr. Presidente, peço a palavra apenas para um registro no que pese V. Ex<sup>a</sup> estar muito satisfeito com esse resultado, porque encaminhou a matéria à votação várias vezes. (Risos.) Eu queria lembrar a V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: quando houver outra votação, que seja chamada a pessoa e dito logo em seguida o número da presença, o que não foi obedecido nesta votação, como V. Ex<sup>a</sup> sempre procede.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

Vamos, agora, submeter à votação um destaque do nobre Constituinte Haroldo Lima, sobre o art. 13 do projeto de Regimento.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Eu tenho um destaque também sobre esse artigo. V. Ex<sup>a</sup> pode verificar aí, para compatibilizar logo e não perder muito tempo em duas votações.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Mas nós temos que votar um destaque de cada vez.

O texto é o seguinte:

"Art. 13. As deliberações da Comissão sobre matéria constitucional e projeto de resolução sobre consulta plebiscitária, serão adotadas pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes": (1)

E o destaque apresentado pelo Constituinte Haroldo Lima diz o seguinte:

"As deliberações da Comissão sobre matéria constitucional, projeto de decisão e projeto de resolução sobre consulta plebiscitária serão adotadas pelo voto da maioria absoluta dos seus integrantes."

Inclui S. Ex<sup>a</sup> o projeto de decisão na maioria absoluta quando, antes, nós havíamos aqui, numa decisão anterior, resolvido submeter à maioria simples. Então, V. Ex<sup>a</sup>, creio eu, deseja retirar o destaque.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA — Sr. Presidente, retiro o destaque.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Ele não pode retirar, Sr. Presidente, porque S. Ex<sup>a</sup> infringe o § 2<sup>o</sup> do art. 21 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Ele poder retirar o destaque.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Ele pode retirar o destaque dele, mas não o meu. Foi por isso que eu pedi a V. Ex<sup>a</sup> que mantivesse meu pedido de destaque para o artigo. Eu apresentei um destaque, que pedi à secretária que o encaminhasse, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Já esclareci a V. Ex<sup>a</sup> que iria ser submetido à votação o destaque do Constituinte Haroldo Lima. O de V. Ex<sup>a</sup> também o será.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Mas é o mesmo destaque.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — O Constituinte Haroldo Lima retirou o destaque, mas existe um pedido, do Constituinte Gerson Peres, conforme segue:

"Requeiro o destaque para votação, em separado, do art. 13"

V. Ex<sup>a</sup> requer o destaque para que fim? Não está esclarecido.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Vou esclarecer. Este art. infringe, frontalmente, o art. 21 § 2<sup>o</sup> do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. Pode verificar. O art. 21 diz o seguinte:

"Cada Comissão fará distribuição do seu trabalho e marcará prazo para a duração dos debates.

§ 1<sup>o</sup> .....

§ 2<sup>o</sup> As deliberações nas Comissões exigirão maioria absoluta de votos, e, nas Subcomissões, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros."

Esta é uma Comissão, e todas as deliberações, dela, quer para Projeto de Resolução, quer para Projeto de Decisão, terão que ser por maioria absoluta.

S. Ex<sup>a</sup>, no art. 13, retirou a expressão "Projeto de Decisão", e deixou apenas, Projeto de Resolução sobre consulta plebiscitária.

O art. 30 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte também demonstra as razões das nossas considerações. E se V. Ex<sup>a</sup> verificar vai ver que ele diz:

"Concluída a votação, a matéria voltará à Comissão de Sistematização que, no prazo de até 5 (cinco) dias, oferecerá a redação final."

Art. 33. As deliberações sobre matéria constitucional serão sempre tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia. As demais serão tomadas por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico, salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido."

Ora, Sr. Presidente, maior razão existe para os meus argumentos, porque os Projetos de Decisão versam sobre matéria de natureza constitucional, e objetivam justamente o sobrestamento de medidas que possam ameaçar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que está votando nada menos do que matéria de ordem constitucional.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — A matéria deve ser colocada em votação.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Sr. Constituinte Ademir Andrade, quando V. Ex<sup>a</sup> fala, eu escuto, apesar de muitas vezes até ser desnecessário ouvi-lo, mas quero que V. Ex<sup>a</sup> ouça os meus argumentos. Não trago a V. Ex<sup>a</sup> apenas expressões e falatórios, estou citando: o § 2<sup>o</sup> do art. 21 do Regimento Interno exige maioria absoluta para a votação das Comissões.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — V. Ex<sup>a</sup> não tem capacidade de interpretar o Regimento.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Sr. Presidente, ainda estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Já terminou o prazo de V. Ex<sup>a</sup>, de 5 minutos. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua.

O SR. CONSTITUINTE JESSÉ FREIRE — Não existe o art. 21 conforme leu V. Ex<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Peço um minuto de sua atenção. Peço que V. Ex<sup>a</sup> leia o art. 21 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, § 1<sup>o</sup>; Constituinte Ademir de Andrade, a fim de que eu não seja atingido com a pecha de que estou discutindo de maneira irresponsável: leia que V. Ex<sup>a</sup> vai encontrar. Então o art. diz que as deliberações nas Comissões exigirão maioria absoluta de votos e nas Subcomissões, serão tomados por maioria de votos.

Esta Comissão é uma Subcomissão ou é uma Comissão? Eu pergunto aos dois Constituintes. Esta é uma Comissão e é a única comissão que não se pode desmembrar, como queria o ilustre Presidente desta Casa; subdividir a Comissão de Sistematização em Subcomissões? O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte veda



a divisão da Comissão de Sistematização em Sub-comissões; ela é única. Então, as nossas decisões terão, pelo art. 21, § 2º, de ser por maioria absoluta. Não está mal interpretado.

É preciso que V. Ex<sup>a</sup>, antes de se levantarem contra os meus argumentos, parem para raciocinar com a cabeça.

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Vamos mencionar o objeto do destaque. O Constituinte Gerson Peres esclareceu, oralmente, que o seu destaque foi solicitado por considerar que todos os Projetos de Decisão, necessariamente, envolvem matéria constitucional, porque visam a sobrestar medidas que possam perturbar a normalidade do funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. Mas o Relator entendeu, conforme a maioria da Comissão de Sistematização em outra oportunidade também já manifestou, que os Projetos de Decisão, necessariamente, não se enquadram como matéria constitucional. Daí termos admitido, na reunião anterior, que a preliminar sobre o último Projeto de Decisão, aqui discutido, fosse votada por maioria simples; então, o que está sendo submetido à votação é o destaque. O texto do projeto das nossas normas só exige maioria absoluta, de acordo com o art. 21, citado pelo Constituinte, quando a matéria é de natureza constitucional ou consulta plebiscitária que, necessariamente, também há de o ser.

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Benjamim, para encaminhar a votação.

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM — Sr. Presidente, essa matéria é pertinente à colocação do nobre Constituinte Gerson Peres, que a colocou muito bem, me dispensaria até de fazer aqui, novamente, considerações sobre a questão, porque no debate da preliminar do Projeto de Decisão que aqui tivemos, na reunião anterior, foi uma questão fundamental. O Projeto de Decisão é, necessariamente, um projeto de decisão constitucional, porque ele envolve, justamente, aspectos que estão ligados ao interesse da Constituinte que é o interesse, portanto, da elaboração constitucional.

Então, Sr. Presidente, fico com a posição do Constituinte Gerson Peres, como da vez anterior, ocasião em que requeri a V. Ex<sup>a</sup> e levantei a questão de ordem, manifestando que o art. 21, no seu § 2º, dizia, claramente, que a decisão desta Comissão deveria ser adotada por maioria absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Vou colocar, então em votação.

Os Srs. Constituinte que mantêm o texto do Projeto de Resolução, queiram ficar de pé. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Vamos levantar; é por maioria absoluta.

O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS — Aprovado por nove votos.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Sr. Presidente, recorro desta decisão para a Presi-

dência da Assembléia Nacional Constituinte, por ela ter infringido frontalmente o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — O recurso de V. Ex<sup>a</sup> será encaminhado, sem efeito suspensivo.

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM — Sr. Presidente, peço verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Como V. Ex<sup>a</sup> tem o apoio de mais três Constituintes, vamos proceder à verificação da votação. (Pausa.)

O Constituinte Adolfo Oliveira esclarece que os Constituintes que votarem a favor do texto, digam "SIM", os que votarem a favor do destaque, digam "NÃO".

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — Sr. Presidente, é preciso esclarecer que o Relator acolheu a emenda do ilustre Constituinte Haroldo Lima. De que forma V. Ex<sup>a</sup> vai colocar em votação? O texto original? O texto do parecer do Relator acolhendo outro texto?

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — O Constituinte Haroldo Lima retirou o destaque, que não foi submetido à votação. O destaque que estamos submetendo à votação, por uma questão de respeito ao seu autor, e ele apresentou uma emenda idêntica, que não era o propósito do nobre Constituinte Haroldo Lima apresentá-la, já foi votado simbolicamente, agora procederemos, portanto, à verificação.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — Sr. Presidente, perdê-me V. Ex<sup>a</sup>, mas o Constituinte Haroldo Lima teria pedido destaque, porque S. Ex<sup>a</sup> havia entendido que o Relator acolhera a sua emenda. Consequentemente, foi incorporada pelo Relator. V. Ex<sup>a</sup> acolherá o parecer do Relator tal qual se encontra, dizendo sim, ou V. Ex<sup>a</sup> acolherá o destaque do Constituinte Gerson Peres, voltando, portanto, ao *status* anterior, da redação original.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — O destaque do Constituinte Gerson Peres é com o propósito de restabelecer a redação anterior de S. Ex<sup>a</sup> ao apresentar o projeto de normas. Isso é que está em votação.

O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte João Agripino.

O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO — Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que procedesse à leitura dos dois textos.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — A leitura já foi procedida. Infelizmente, V. Ex<sup>a</sup> não se encontra na Casa. Porém, não custa atender à solicitação de V. Ex<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — A redação anterior submetia à votação, por maioria absoluta, os projetos de decisão. Dizia o seguinte:

"As deliberações da Comissão sobre matéria constitucional, projeto de decisão e projeto de resolução sobre consulta plebiscitária, serão adotadas pelo voto de maioria absoluta dos seus integrantes."

Atendendo a uma emenda do Constituinte Haroldo Lima, apoiada pelo Relator, foi retirado do texto o projeto de decisão. Atualmente, o que está sendo submetido à votação é o art. 13 do projeto, com a seguinte redação:

As deliberações da Comissão sobre matéria constitucional e de projeto de Resolução sobre consulta plebiscitária serão adotadas pelo voto de maioria absoluta dos seus integrantes. Em síntese, admite-se nessa redação que o projeto de decisão seja votado por maioria simples."

O SR. CONSTITUINTE ADOLFO DE OLIVEIRA — Aqueles que quiserem conceder o destaque para o texto original do substitutivo original do Relator, destaque solicitado pelo nobre Constituinte Gerson Peres, votarão "Sim"; os que votarem pela nova redação proposta que exclui os projetos de decisão, votarão, "Não". (Procede-se à votação.)

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Sr. Presidente, seria indispensável que o Relator fizesse um esclarecimento para o Plenário. Portanto, gostaria que o Relator esclarecesse ao Plenário, porque existe muita gente aqui equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — É exatamente o que a Presidência irá fazer. A Presidência já anunciou que aqueles que apoiarem o texto do Relator, excluindo o projeto de decisão da maioria absoluta, votam "Sim"; e os que votarem a favor do destaque, votam "Não". Essa é a colocação para a votação.

Peço ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira que proceda à chamada.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Pela ordem, Sr. Presidente. V. Ex<sup>a</sup> me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade.

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE — Essa questão, Sr. Presidente, já é uma questão decidida por esta Comissão. É uma questão que atende ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, porque o art. 21, levantado pelo Constituinte Gerson Peres, trata das questões do processo de elaboração constitucional. As demais deliberações fogem completamente a este assunto e, portanto, o nosso próprio Regimento da Assembléia Nacional Constituinte estabelece que a votação é por maioria simples. Esta questão já foi levantada na Comissão de Sistematização e já foi decidida pela Presidência da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos.

Já votamos três projetos de decisão nesta Casa e é por isso que o Relator, atendendo a essa questão, que é uma questão de lógica, colocou a matéria como escreveu. Então, acho que essa votação é até uma votação indevida. Não há porque votar uma questão que já é uma questão decidida por esta Comissão. É uma questão prejudicada. Levanto a prejudicabilidade desta questão que está

sendo votada. Essa questão prejudicada, porque esta Comissão já decidiu a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Estamos votando o texto das normas de trabalho da Comissão. A votação anterior, sobre o **quorum** para o projeto de decisão, foi adotada especificamente por ocasião da deliberação da Comissão sobre um determinado projeto. De maneira que não se pode fazer coisa julgada para a votação do Regimento. Peço ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira que proceda à chamada nominal.

O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA — Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que anuncie ao Plenário quem vota "Sim" e quem vota "Não".

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Já anunciei quem vota "Sim" e quem vota "Não".

Quem vota "Sim" é quem aprova o texto do projeto adotado pelo Relator; quem vota "Não" é quem apóia o destaque do Constituinte Gerson Peres, para que a votação seja por maioria absoluta.

O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA — Então, votarão "Não" aqueles que votarem com o ponto de vista do Constituinte Gerson Peres, e votarão "Sim" aqueles que votarem pela exclusão do projeto de decisão de maioria absoluta. (Procede-se à Votação)

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Votaram Sim 23 Srs. Constituintes e Não, 19 Srs. Constituintes.

Não houve **quorum** para a apreciação.

Não havendo **quorum** para a votação, vamos suspender a presente reunião, convocando uma próxima, extraordinária, para quinta-feira, às 9 horas, para o local que está anunciado pela Secretaria.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA — Sr. Presidente, uma indagação para esclarecimento. Não houve **quorum** para derrubar o parecer do Relator, ou seja, não houve **quorum** para aprovar a emenda que derrubaria o parecer do Relator. Então, prevalece o parecer do Relator. A próxima reunião será quando, Sr. Presidente?

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Não prevalece nada, porque não houve **quorum**.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA — Não houve **quorum** para votar a emenda que derrubaria o parecer do Relator.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES — Não tem validade nenhuma.

O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS — Com a devida vênia, Sr. Presidente, peço à Taquígrafia que registre as minhas palavras, para que constem da ata. Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que, na próxima reunião da Comissão de Sistematização, inicie os trabalhos dando uma solução definitiva ao que aqui hoje ficou pendente.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) — Está encerrada a reunião.

## COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA

### ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta

e nove minutos, na Sala da Comissão de Finanças, Anexo II, Senado Federal, reuniu-se a Comissão da Ordem Econômica, sob a Presidência do Sr. Constituinte José Lins, com a presença dos seguintes Constituintes: Dirceu Carneiro, Expedito Júnior, Gidel Dantas, Ivo Mainardi, Jorge Viana, Luis Roberto Ponte, Nyder Barbosa, Gil César, Raquel Capiberibe, Severo Gomes, Vicente Bogo, Alysson Paulinelli, Assis Canuto, Edison Lobão, Jalles Fontoura, Jonas Pinheiro, José Lins, Manoel Castro, Raquel Cândido, Myriam Portella, Virgílio Galassi, Amaury Müller, Luiz Salomão, Fernando Santana, Beth Azize, Denisar Arneiro, Luiz Alberto Rodrigues, Mauro Miranda, Nelton Friedrich, Ruy Nedel, Eraldo Tinoco, Jesus Tajra, Darcy Pozza e Joaquim Bevilacqua. Havendo número regimental, o Sr. Presidente solicitou a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi dada como aprovada. O Sr. Presidente esclareceu que a sessão destinava-se à análise das normas regimentais da Comissão e Subcomissões e, compatibilizar às mesmas, algumas informações colhidas junto à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte. Usaram da palavra os Srs. Constituintes Jonas Pinheiro, Amaury Müller, Fernando Santana, Denisar Arneiro, Raquel Cândido, Gil César, Luiz Alberto Rodrigues, Joaquim Bevilacqua, Dirceu Carneiro, Nyder Barbosa, Alysson Paulinelli, Edison Lobão, Jorge Viana, Jesus Tajra, Severo Gomes, Virgílio Galassi, Assis Canuto, Vicente Bogo, Luis Roberto Ponte, Raquel Capiberibe, Rosa Prata, Nelton Friedrich e Manoel Castro, todos discutindo as normas regimentais. Findos os debates, o Sr. Presidente colocou o Regimento Interno da Comissão em votação, sendo, este, aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques apresentados. Continuando, o Sr. Presidente pôs em discussão e votação os destaques, sendo aprovados os apresentados ao art. 5º; parágrafo único do art. 9º; parágrafo único do art. 10; art. 16, com alteração proposta pela Mesa; inciso I do art. 14, com redação sugerida pela Presidência; art. 23, com texto sugerido pelo Sr. Constituinte Amaury Müller e, finalmente, o art. 25, com sugestão do Sr. Constituinte Joaúa, acolhendo proposta do Sr. Presidente. Nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião, cujo teor será publicado, na íntegra, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**. E, para constar eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

*ANEXO À ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL, ÀS 9 HORAS E 39 MINUTOS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO, CONSTITUINTE JOSÉ LINS.*

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Concedo a palavra pela ordem ao nobre Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Esta reunião foi convocada para que nós analisássemos essas normas regimentais das Subcomissões e, também, para compatibilizarmos às Subcomissões algumas informações que foram colhidas

junto à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, por solicitação dessa própria Comissão.

Nós tentamos simplificar aquele primeiro documento, relativo às normas, e resultou essa simplificação nessa redação que os Senhores dispõem agora em mãos: porque que a coisa ficou bastante mais simples e mais fácil de compulsar?

Há algumas modificações que foram introduzidas naquele trecho inicial e outras que, por sugestão dos assessores, estão sendo agora recordadas.

Não sei se os Senhores leram este documento; receberam agora.

As sugestões e modificações deste texto são as seguintes: no art. 5º diz o seguinte, à pág. 2:

"As Comissões e Subcomissões reunir-se-ão ordinariamente, de segunda a quinta-feira, das 9 às 12:30 horas."

Esta sugestão, naturalmente, porque o Regulamento da Assembléia Nacional Constituinte prevê que as Subcomissões e as Comissões se reunirão pela manhã. Eu acho que é uma hora boa, realmente, 9:00 horas.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Essas mudanças que V. Ex<sup>a</sup> está propondo no texto original serão discutidas uma após a outra ou teremos que pedir destaque para discuti-las?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Eu sugiro que V. Ex<sup>a</sup> devam orientar a Mesa. Essas normas não são propriamente, digamos, coisa nova. Elas são praticamente um resumo do que está no Regimento da Assembléia Nacional Constituinte e quando este não trata da matéria, no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Faço essa indagação, Sr. Presidente, porque eu já, por exemplo, não concordo com este art. 5º. Acho que a dinâmica deve ser outra. Isto é objeto de um projeto de resolução que encaminhei, com mais de cem assinaturas, à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, na última quinta-feira.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Sua sugestão era passar as Comissões para as tardes.

Quero informar a V. Ex<sup>a</sup> que levei a sua sugestão também a alguns Presidentes de outras Comissões. Entretanto, evidentemente, somente uma decisão da Mesa ou do plenário poderia modificá-las. De qualquer modo, nós não poderíamos sugerir, nestas normas, alguma coisa que fosse incompatível com o Regimento.

De modo que, sugiro o seguinte: que nós adotássemos o texto atual do Regimento e se houvesse modificação nós reveríamos, então, essa norma que não traz transtorno algum. A não ser que V. Ex<sup>a</sup> tenha outra sugestão.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Eu apenas lembro a V. Ex<sup>a</sup> que já é objeto de um projeto de resolução, que deverá ter uma definição.

Fiz a indagação para saber se as questões serão discutidas separadamente ou de forma contínua, na medida em que V. Ex<sup>a</sup> for destacando algumas mudanças que foram operadas no texto original.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Eu estou apenas informando ao plenário o que está aconte-

cendo; depois nós decidiremos como vamos votar, se em bloco, com destaque etc.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Quanto à questão do nosso colega Amaury Muller, nós assinamos essa modificação no Regimento da Constituinte, mas não há nada que impeça, se aprovarmos isto aqui, porque se a nossa proposição, lá, for aceita, e eu espero que o bom senso leve os Constituintes a aceitarem, então, a modificação aqui será automática, não há necessidade de se perder tempo. Vamos aprovar, porque se houver modificação, ela se refletirá, imediatamente aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

Outra modificação: foi introduzido no § 1º do art. 14, e este art. 14 diz o seguinte: "os trabalhos da Comissão..." — aí está no plural, evidentemente, nós temos que falar na nossa Comissão. A sugestão inicial foi feita para tentar unificar as normas para todas as Comissões, todavia, aqui, no momento, nós não podemos falar senão na nossa.

O SR. CONSTITUINTE JONAS PINHEIRO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

O SR. CONSTITUINTE JONAS PINHEIRO — Nós estávamos discutindo o art. 5º e que diz que nós vamos nos reunir de segunda à quinta-feira, das 9 às 12:30 horas. Logo depois diz que, também, podemos nos reunir das 17 às 20 horas. No art. 7º diz, já no último trecho que: "em hipótese nenhuma as Comissões ou Subcomissões funcionarão concomitantemente com as sessões plenárias da Assembléia Nacional Constituinte".

Nós sabemos que no Regimento Interno a reunião do plenário da Assembléia Nacional Constituinte começa às 14:30 e termina às 18:30 horas. Então, nós estamos vendo um choque e quero ver como vamos decidir.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Apenas numa reunião que houve sexta-feira passada, entre os Presidentes de Comissões e Relatores, ficou acertado que a Mesa passaria a encerrar seus trabalhos às 17 horas. Evidentemente que isto não devia constar, no momento, deste texto, já que a modificação não foi tomada oficialmente. O nobre Constituinte Amaury Muller tem razão, certamente.

Neste caso eu até sugeriria que nós cortássemos, ou então que deixássemos aí para haver a confirmação do plenário.

O que me parece é que, de acordo com o entendimento entre o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Presidente de Comissões, Subcomissões e Relatores já teria ficado acertado que o plenário da Assembléia encerraria seus trabalhos às 5 horas e que as Comissões, a partir das 5 horas, poderiam se reunir. A sugestão é interessante e é uma alternativa a proposta do Constituinte Amaury Müller. Nós trabalharíamos de manhã e de cinco da tarde em diante. De qualquer modo, é uma proposta alternativa.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Sempre. Aqui seria um horário normal, de 17 às 20 horas, podendo ser prorrogado. Por hora, estou apenas citando as modificações do texto anterior, para que passemos a discutir o texto.

Estava me referindo ao art. 14, na pág. 3:

"Os trabalhos da Comissão e Subcomissões serão iniciados com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros e obedecerá à seguinte ordem:

Leitura, discussão e votação da Ata; leitura sumária do expediente; debate da matéria constitucional."

Aqui no item 1, eu sugiro que naturalmente alguém do plenário possa pedir a dispensa da Ata.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, eu considero a Ata um documento histórico da maior importância...

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — É uma gestão, se alguém pedir e o plenário julgar...

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — ... lê-la, discuti-la, e se necessário, alterá-la.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Apenas a sugestão é que se alguém pedir, que o plenário julgue.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — A menos que fosse distribuída, antecipadamente, uma cópia da Ata a todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Aqui cita que a Ata é uma Ata sumária, e que a Ata completa vai publicada no **Diário do Congresso**.

De qualquer modo, é normal pedir dispensa e, aliás, o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte prevê esta hipótese.

O § 1º do art. 14 especifica que qualquer membro da Comissão ou Subcomissão poderá a ela apresentar — aí, tem: "propostas". Vamos mudar a sugestão para compatibilizar com o termo que está no Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. Então diz que: "qualquer membro da Comissão ou Subcomissão poderá a ela apresentar propostas, por escrito, até três dias antes da apresentação do parecer pelo Relator". Isso é para deixar os membros da Comissão e da Subcomissão, à vontade, porque não é possível numa Comissão ou Subcomissão, que um membro dessa instituição não possa fazer uma apresentação de proposta que lhe surja na medida em que os debates progredam e avancem.

O SR. CONSTITUINTE DENISAR ARNEIRO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE DENISAR ARNEIRO — Eu estou fazendo uma sugestão, que fizéssemos proposta, porque sugestão é o que faço agora, e que vamos fazer no decorrer dos trabalhos. Parece-me, proposta, uma coisa mais abrangente. O espírito do artigo é, exatamente, de proposta constitucional. A parte de sugestão pode ser sugestão, no decorrer do trabalho. Eu sugeriria que ficasse proposta.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que propusesse na época oportuna. No

momento eu estou apenas indicando as modificações do texto anterior.

Nós solicitamos essa prorrogação em função, principalmente, dos trabalhos dos Relatores. Os prazos estão muito curtos, porque o debate é importante e o Relator precisa de algum tempo para se pronunciar sobre a matéria debatida. E o Presidente, Ulysses Guimarães, numa reunião que teve com todos os Presidentes de Comissões, Subcomissões e Relatores, sugeriu a formação de uma Comissão para analisar a questão. Ele pede que não se prorogue o tempo final previsto, hoje, para, Assembléia Nacional Constituinte. Nós fizemos essa segunda reunião com a Comissão e a Comissão chegou à conclusão de que sem aumento de pelo menos sete dias, no prazo previsto para a Constituinte seria praticamente impossível melhorar as condições de trabalho nas Subcomissões. Essa matéria está sendo analisada e certamente vai ser levada ao Presidente para que se tome uma decisão definitiva.

O SR. CONSTITUINTE DENISAR ARNEIRO — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — No art. 16, das Deliberações das Comissões e Subcomissões, há uma sugestão para que se inclua, depois de Subcomissões, sobre matéria constitucional; é o que prevê o art. 33, do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, e que as outras votações, por exemplo, pedido de destaque na votação, qualquer deliberação da Comissão, mas que não seja matéria constitucional, possa ser tomada apenas por maioria simples. Finalmente, eu chamo a atenção para o art. 24, na pág. 4 — isso está implícito, eu acredito, na sistemática de trabalho das Comissões e Subcomissões, mas me parece importante de explicitar. "As Comissões e Subcomissões não serão submetidas a voto e proposições relativas à matéria constitucional, salvo após iniciado o processo de apreciação do parecer do Relator".

Isso é o seguinte: suponhamos que um membro de uma Subcomissão, apresente uma sugestão, uma proposta, para incluir no parecer do Relator, e que a Comissão vote imediatamente, negando ou aprovando. A sugestão é que na votação o grande trabalho será a apresentação das propostas, debate e o Relator deverá anotar em cada Subcomissão. Depois fará o seu parecer, traduzindo o pensamento da Comissão, e somente na análise do parecer é que as propostas seriam realmente submetidas a voto, de acordo com sistemática aqui previstas.

Então estas foram as modificações introduzidas, e eu pergunto ao plenário, primeiro, se temos número para deliberar.

Nós não temos número para deliberar, mas poderíamos debater a matéria.

Eu pediria aos colegas que se inscrevessem. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE DENISAR ARNEIRO — Sr. Presidente, sobre o art. 23, eu queria um esclarecimento: não serão admitidos pedidos de vista da matéria, inclusive dos pareceres proferidos. Mas, de forma nenhuma, nem uma hora, duas ou vinte quatro horas, no máximo? Acho que isso aí vai nos deixar, às vezes, numa situação difícil.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — O problema é o seguinte. Os prazos nas Comissões e Subco-

missões estão pesados, medidos, contados, e os pedidos de vista normalmente implicam em dois, três dias, pelo menos.

O SR. CONSTITUINTE DENISAR ARNEIRO — Estabelecer-se-ia um prazo máximo. Quer dizer: dar-se-ia vista de manhã para entregar de tarde.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Ou uma hora ou duas.

O SR. CONSTITUINTE DENISAR ARNEIRO — Até para se conversar com os colegas. Para evitar um debate aqui, paralelo.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — E se cada um pedir vista de uma hora, nós vamos realmente sofrer danos no processo de andamento dos trabalhos.

Há aqui uma válvula que poderia talvez resolver: a sessão pode ser sempre suspensa por solicitação do Presidente ou do plenário.

O SR. CONSTITUINTE DENISAR ARNEIRO — Quería somente levantar o assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Esse dispositivo, se não me engano, é também do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

Acho que nós podemos analisar e pôr em votação no momento oportuno e fica registrada a sua observação.

Concedo a palavra ao Constituinte Amaury Müller.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou preocupado com o texto do art. 9º, das Normas, as quais V. Exª submete à Comissão.

“O Presidente de cada Subcomissão fixará as datas das reuniões destinadas às audiências e entidades representativas e segmentos da sociedade, cabendo ao plenário das respectivas Subcomissões selecionar, para serem ouvidas, as pessoas interessadas e os especialistas na área de sua competência a fim de serem expedidos os convites.”

O art. 14, do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, alude de cinco a oito reuniões, que as Subcomissões realizarão para a audiência das sociedades civis organizadas.

Primeiro ponto: eu creio que as datas, depois de selecionadas as entidades que participarão dessas reuniões, devem ser fixadas pelo plenário, segundo a conveniência do plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — De cada Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — De cada Subcomissão. E eu gostaria de indagar a V. Exª se é possível dirimir uma dúvida que eu tenho: fica a presunção de que, de cinco a oito reuniões, não significa que sejam apenas oito entidades, no máximo, as convidadas a participar dos debates. Eu penso que se houver uma mudança no sentido de dar uma reunião contínua das 14:30, digamos às 20:30, 21 horas enfim, enquanto houver assunto a debater poderão ser ouvidas mais de duas entidades em cada reunião, o que permitiria maior cooperação da sociedade, nos debates constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Eu pediria a V. Exª para analisar logo isto. É claro que o Presidente fixará as datas, mas ouvido o plenário.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Seria bom ficar isto claro no texto.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Eu acho que a Comissão, através do seu Plenário é que tem que tomar a decisão sobre o seu calendário.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — O texto esclarece que, apenas a indicação dessas entidades será competência do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — E quanto à segunda parte da sua primeira indagação, é claro que aqui não se fixa o número de entidades que devem ser ouvidas. Isso cabe à própria Subcomissão fazer uma avaliação do tempo disponível e verificar quantas entidades poderiam ouvir. É claro que lá adiante, em outro artigo, V. Exª verá que cabe ao porta-voz da entidade dispor de 15 a 20 minutos e a cada membro da Comissão interpellá-lo ou fazer indagações por 3 minutos, cabendo, novamente, ao apresentador 3 minutos para informações. Baseado nesse tempo, naturalmente o Plenário da Comissão irá...

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, eu ainda não encerrei a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — É claro.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Art. 10º —

“Aos representantes de cada entidade será facultado usar da palavra no prazo máximo de 15 minutos.”

A exemplo do que aconteceu na reunião anterior eu também acho que os 10 minutos, originalmente sugeridos eram poucos; os 15 minutos continuam sendo poucos. De modo que, eu me permitiria sugerir que se mantivesse aquele lapso de tempo particamente estabelecido na reunião da semana passada, ou seja, 20 minutos. São temas complexos, a temática econômica é complexa em si, e penso que seria impossível, para alguém, fazer uma exposição ampla, pormenorizada, de questões importantes, no período de 15 minutos.

Creio que 20 minutos seria um tempo razoavelmente satisfatório para uma exposição.

No parágrafo único não está estabelecido o número de pessoas que irão interpellar o expositor. Se nós deixarmos a critério dado pelo próprio Plenário, todo o Plenário poderá ouvir essa pessoa e nós teremos uma reunião com este segmento bastante arrastado. Não sei se é antidemocrático, mas eu acho que deveria haver um número máximo de interpellantes, porque senão poderemos passar toda tarde ouvindo uma exposição e os debates em torno dela, embora eu reconheça que os temas são importantes.

É isso que o Regimento é cauteloso, reduzindo o prazo dos expositores para 15 minutos.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Quero me referir, não ao tempo de interpellação e não ao tempo que o expositor terá, mas ao número de interpellantes.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Eu me refiro à primeira parte da sua proposição e, ao invés de 10 minutos passamos para 15, e V. Exª queria 20. É claro que nós estamos subtraindo tempo disponível pelos membros da Comissão e da Subcomissão para dialogar com o apresentador.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Esses 5 minutos, Sr. Presidente — desculpe insistir no assunto — são, a meu juízo, muito importantes para o expositor e, a sua eliminação ensejaria, apenas, mais um interpellante o que não alteraria muito o conjunto das interpellações, mas seria um tempo bastante importante para quem vem expor um tema igualmente tão importante. Por isso insisto em que 20 minutos seria o tempo ideal talvez não o melhor, talvez não o ideal, mas o que melhor se ajusta aos temas que serão tratados aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Peço a V. Exª que anote as suas sugestões porque, como não temos número para deliberar, V. Exª voltaria num momento oportuno.

Concedo a palavra nobre Constituinte Raquel Cândido.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Sr. Presidente, para complementar que o nobre Constituinte Amaury Müller surgeriu há pouco, vai apenas uma sugestão: o elemento que convive aqui, com a entidade civil para vir debatar o assunto, seja o elemento que traga essa representatividade para a Comissão, tendo condição, também, de encaminhar ou que seja encaminhado por três ou quatro pessoas, aqui, a entidade representada para realizar os debates. Então, obviamente, nós passamos a nos assessorar, por não termos condição de convidar e saber da necessidade dessa entidade aqui representada a fim de podermos interpellá-la. Somente para que o nobre Constituinte Amaury Müller aprecie na sua interpellação que a pessoa aqui da Comissão, ou os Constituintes que encaminharem a entidade à propositura para ouvi-la tenha oportunidade de encaminhar aqui, também, as perguntas, porque geralmente será com fundamento para uma discussão mais ampla de conhecimento da sociedade civil lá fora. E que, a esses elementos que fizeram o convite lhes seja assegurado o encaminhamento das perguntas. E que nós possamos fazer, os convites, talvez em número de dois, de três ou de quatro, se houver interesse e seja proposto aqui e se abra um leque para o convite dessa entidade.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gil César.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, como está explicitado nos art. 9º e 10, eu consulto ao Plenário, à Mesa se seria possível o deslocamento, no caso específico da Subcomissão, para esse ou aquele Estado, para se discutir. Porque me parece que a vinda à Brasília, talvez em alguns casos, seja mais difícil do que a ida de alguns membros. Vamos explicitar o setor mineral, por exemplo, — o Constituinte Fernando Santana também é muito interessado — e há colegas por exemplo, aqui na Comissão e na Subcomissão e ficaria muito mais fácil — entendo eu — se fora, inclusive dessa agenda proposta, de segunda a sexta-feira, se fosse possível revisar essa ida aos Estados, no sábado, por exemplo, para se ouvir as entidades a nível local; por exemplo, uma reunião na Assembléia Legislativa. Vou citar Minas Gerais — nós temos uma Comissão no setor de energia no setor mineral. Então, se fôssemos a Minas, ou ao Pará, ou ao Maranhão

ou a Rondônia, poderíamos ouvir na Assembléia Legislativa as entidades de classe, os Deputados e, possivelmente, outra pessoa interessada. Isso não está previsto aqui e eu pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se seria possível, independente da previsão regimental, nós estabelecemos isso, explicitamente em cada Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — A Mesa não está preparada para responder a V. Ex<sup>a</sup>, porque isso depende de aprovação e, inclusive, da execução de despesas, mas a Mesa poderia consultar à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, para verificar da viabilidade de atender à Comissão e à Subcomissão em algum caso concreto, referente ao assunto levantado por V. Ex<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Mas a questão é a seguinte: eu pergunto a V. Ex<sup>a</sup> — deveria essa possibilidade constar do Regimento?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Essa possibilidade só poderá constar do Regimento se houver, digamos, necessidade real. Nesse caso é preferível termos alguma informação da Presidência porque não vai invalidar a análise dessa nota. Sugiro a V. Ex<sup>a</sup> que a Presidência da Comissão faça uma consulta à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, para verificar da viabilidade de um procedimento dessa natureza.

Alguém mais deseja usar da palavra? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente, o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte deixa claro que temos um primeiro tempo dos nossos trabalhos, que é o tempo das Subcomissões; evidente que há um interesse desse trabalho integrado das Subcomissões na própria Comissão. Mas o Regimento Interno, em alguns dos seus artigos, parece que está fixando normas para as Subcomissões: Normas de funcionamento, de tempo e de prazo. E no nosso entender, cada Subcomissão pode e deve decidir, no seu plenário a condução dos seus trabalhos questão das audiências públicas, nas Subcomissões, nós já tomamos uma decisão, numa outra Subcomissão, de fazermos sempre painéis. É uma sugestão que eu queria deixar aqui, também, para as Subcomissões que compõem esta Comissão, em lugar de ser ouvido uma entidade, fazermos sempre painéis com entidades afins, com três ou quatro expositores do mesmo setor. Vamos fazer isso numa outra Comissão ouvindo quatro entidades, por exemplo, ligadas ao municipalismo. E com normas já determinadas na Subcomissão, para interpeação, para debates, com prazo de 20 minutos para exposição. Então, eu queria deixar aqui, também, essa sugestão, que as Subcomissões organizem os seus trabalhos de maneira a ter, sempre, mais de uma visão de uma entidade, assim fazendo exposição a respeito do mesmo assunto. E, de outro lado, eu queria agregar à questão que a Presidência da Comissão vai à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, a respeito da pergunta do Constituinte Gil César.

É evidente que um grande número das entidades organizadas têm condição de vir aqui, de auto-próprio, às suas expensas, fazer a sua exposição e trazer a sua contribuição.

Por outro lado é evidente que se formos trazer qualquer tipo de associação, por exemplo, de conselhos comunitários, associações de bairros, lá de Joinville, será importante sabermos se a Assembléia Nacional Constituinte vai patrocinar a despesa, principalmente de setores mais carentes de recursos, de organizações que existem, mas que não têm condições de arcar com as despesas necessárias de vir à Brasília fazer a sua exposição.

É esse o adendo que queria fazer à pergunta que foi colocada pelo Gil César.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Escutamos a V. Ex<sup>a</sup> que desde o primeiro momento que nos reunimos essas normas não são impositivas. Apenas, a Presidência acha que as nossas três Subcomissões deveriam trabalhar sob o regime da mesma norma que, aliás, não é outra senão aquela que está implicitamente contida no Regimento da Assembléia Nacional Constituinte ou no Regimento da Câmara, quando aquele é omissivo. Quanto a isso não há dúvida.

O importante é que tomemos uma decisão rápida a respeito disso. Sugiro até, antes que essas normas sejam aprovadas, se não houver condições de aprová-las hoje, agora, que as Comissões iniciem imediatamente os seus trabalhos, e já há três delas convocadas, se não me engano, uma para às 10 horas de hoje — já são 10, 30, estamos tomando um pouco do seu tempo ou vamos tomar daqui a pouco —, a de Princípios Gerais está convocada para amanhã às 10 horas, nesta sala e disse-me o Presidente da Reforma Agrária que também se reunirá amanhã.

O SR. CONSTITUINTE (Joaquim Bevilacqua) — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVLÁQUA — É praxe do sistema de Comissões do Congresso, Comissões Parlamentares de Inquérito, para exemplificar, que o Relator apresente um roteiro básico de trabalho em cima do qual, membros da Comissão possam meditar, sugerir, acrescentar, alterar, de acordo com a decisão do Plenário.

Sugiro, pois, a V. Ex<sup>a</sup> que leve ao Relator da Comissão de Ordem Econômica, e também aos Relatores das 3 Subcomissões, a sugestão para que, em data, em sessão, em reunião marcada por V. Ex<sup>a</sup> submetam ao Plenário da Comissão, e, posteriormente aos Plenários das Subcomissões esse roteiro básico, porque senão vamos ficar, todos os membros dentro do plenário da Comissão quanto dos plenários das Subcomissões, fazendo sugestões, alterações, inovações. V. Ex<sup>a</sup> trouxe hoje um trabalho louvável, normas sobre a direção e, de uma forma geral, com pequenas alterações. Parece-me que são de bastante bom senso mas V. Ex<sup>a</sup> já viu, pelas sugestões aqui trazidas pelos nobres Constituintes que cada um tem um pensamento. Um quer a Comissão de determinados lugares com relação aos debates, à presença das entidades representativas. Poder-se-ia, talvez, utilizar em parte as normas pertinentes à convocação de Ministro de Estado ou um determinado número de inscrições, enfim, uma série de coisas. Acho que o nobre Relator poderia apresentar um roteiro básico. Naturalmente esse roteiro já viria após uma discussão

do Relator, com os Relatores das Subcomissões, e nós apreciaríamos este roteiro básico, em reunião plenária da Comissão de Ordem Econômica e posteriormente nas três Subcomissões.

Era a sugestão que queria fazer a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Em primeiro lugar, essa norma mesmo chama a atenção para as fontes de informações ao Relator para iniciar o seu trabalho.

Aqui no art. 14, § 2º, citam-se as fontes principais que são as propostas ou sugestões dos membros da Comissão, as propostas formais encaminhadas através da Mesa da Assembléia e, finalmente, as propostas que surgem das entidades ouvidas. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Acho que uma vez a Comissão reunida, ela deve preparar o seu roteiro e o Relator poderá dar sugestões de como encaminhar o seu trabalho.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — A sugestão do nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua está contida no art. 17, do Regimento, da Assembléia Nacional Constituinte

“O Relator na Subcomissão, com ou sem discussão preliminar, elaborará o seu trabalho com base nos subsídios encaminhados nos termos estabelecidos neste Regimento, devendo no prazo de 30 dias apresentar relatório fundamentado com anteprojeto da matéria.”

Acho que o roteiro é exatamente o anteprojeto.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVLÁQUA — O roteiro instrumental de trabalho?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — O roteiro instrumental é da Presidência do Plenário.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVLÁQUA — Acredito que o nobre colega Amaury Müller não entendeu a proposta que fiz.

Quando falei em roteiro falei, evidentemente, num roteiro quase que um organograma, um roteiro físico. Evidentemente, não se trata já do anteprojeto ou do trabalho substantivo, seria com relação a essas normas apresentadas pela Presidência, hoje. Parece-me, com pequenas alterações consensuais, em cima dessas normas o Relator apresentará na próxima reunião ou em uma reunião a ser designada já um roteiro básico.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MULLER — Não da matéria substantiva.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVLÁQUA — Não, não da matéria substantiva, mas um roteiro de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Tem a palavra o Presidente da Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE DIRCEU CARNEIRO — Devemos tomar com a nossa Subcomissão algumas decisões, nesse sentido. Isto é, selecionar as entidades que já se apresentam como pretendentes ou as que a Subcomissão tiver interesse em indicar para serem ouvidas e agilizar rapidamente esses contatos, como também o estabelecimento de um roteiro com prazos, estabelecimento de um programa de trabalho nesse período, que é muito rápido e irá passar muito rápido também. Acho que é uma preocupação de todos, Relator, do Presidente e de todos os membros da Comissão. Creio que na primeira reunião será isso resolvido.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Srs. parece que já temos número para deliberar.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE NYDER BARBOSA — A matéria não é propriamente da Comissão, mas, me parece de ordem geral.

O art. 14 da Resolução nº 2, do Regimento Interno, da Constituinte, em seu § 2º, estabelece que os Constituintes terão 30 dias, a partir da promulgação do Regimento, para oferecerem sugestões para a elaboração do anteprojeto de Constituição.

De forma, Sr. Presidente, que este projeto foi promulgado no dia 24 de março, e pelos meus cálculos esses 30 dias se expirarão no dia 22 de abril.

Tive o cuidado, Sr. Presidente, de consultar a Assessoria da Casa e a opinião unânime é de que os 30 dias começam a fluir a partir da data da promulgação, ou seja, do dia 24 de março. Logo, nós teremos até o dia 22 de abril para oferecermos sugestões à Constituinte. Dia 22 de abril, Sr. Presidente, parece-me que é a próxima quarta-feira. Ocorre que os assessores da Casa estão assoberrados com o grande número de proposições. Então, nós estamos na contingência de nós mesmos termos que elaborar os nossos projeto e, muitas vezes, pedimos as assessorias para elaborarem um projeto dentro de uma idéia que surge, e esse projeto vai para lá e vem incompleto, não vem de acordo com a idéia e tem que retornar, tem que ser refeito.

Parece-me, Sr. Presidente, que esse prazo precisaria ser prorrogado.

Acho que não seria o Constituinte que teria força junto à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte e sim, muito mais força teriam os Presidentes das Comissões e Subcomissões.

Queria deixar a sugestão para que V. Ex<sup>a</sup> com seus colegas Presidentes, junto ao Presidente da Casa, estudassem a possibilidade de adiamento desse prazo, no mínimo por mais dez dias.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Conforme a Comissão tinha sugerido na nossa primeira reunião, fizemos uma reunião com o Presidente (Ulysses Guimarães, com todos os Presidentes das Comissões, Relatores, e ficou acertado que o Presidente analisaria a possibilidade de prorrogar esse prazo. Mas de qualquer modo chamaria a atenção para o que diz o § 1º do art. 14, sobre essas normas:

§ 1º Se o Constituinte não tem condições de apresentar sugestão à Mesa, na sua comissão, pelo menos, terá o direito de fazê-lo a qualquer hora.

Apenas com uma ressalva, a de que o faça até três dias antes da apresentação do parecer do Relator, porque, do contrário, o próprio Relator não teria condições de analisar a proposta.

Mas já foi pedido a prorrogação desse prazo de um mês a mais.

Mais alguém quer fazer uso da palavra? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Fernando Santana.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Se já temos número para deliberar, proponho

que façamos uma votação em prol dessa proposta que V. Ex<sup>a</sup> nos entregou, fazendo destaques, de minha parte...

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Pediria ao Secretário que anotasse os destaques.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — e entrássemos logo no processo de votação.

O destaque que desejo fazer é apoiando o do Constituinte Amaury Müller, para o expositor convidado ter vinte minutos...

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex<sup>a</sup> poderia citar o artigo?

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — É o 10. Em vez de quinze minutos, elevar para vinte minutos a possibilidade do expositor convidado falar.

Em segundo lugar, quero reiterar e dar todo o meu apoio à proposta do Gil César, quanto à possibilidade do deslocamento de alguns membros da Comissão para apreciarem logo a questão mineral, como outras questões importantes que em cada Subcomissão haverá.

Não acho que se justifique a falta de recursos para tal coisa, porque bastaria que nas nossas comitivas internacionais fosse reduzida pelo menos um membro, para que tivéssemos recursos internos, para fazer todas essas viagens.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Sugiro, como essa matéria não é tratada nesse texto, que V. Ex<sup>a</sup> fizesse uma proposta objetiva para que o Presidente da Comissão a levasse à Presidência da Mesa.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Estamos votando aqui o nosso Regimento Comum. Acho que poderemos aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Esta Comissão não têm condições de garantir as viagens de V. Ex<sup>a</sup> porque não tem meios materiais

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — V. Ex<sup>a</sup> não ficará responsável pelos meios. Não quero responsabilizar V. Ex<sup>a</sup> em adquirir os meios, mas considero que esta Comissão poderá determinar, em seu Regimento Interno, que haja a possibilidade do deslocamento de alguns membros para verificarem *in loco* questões, como a mineral e outras. Então V. Ex<sup>a</sup> não ficará obrigado a ter os recursos, mas a Comissão poderá votar esse dispositivo. Era o que queria sugerir.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que formulasse a proposta. Não um objeto de destaque, mas uma proposta nova.

Tem a palavra o nobre Constituinte Gil César.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, acho que poderíamos iniciar a votação do Regulamento, tal como está, sem prejuízo dos destaques. Os destaques penso que são aqueles, em relação aos quais V. Ex<sup>a</sup> já os anotou à margem de cada artigo; então votaríamos um por um.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Praticamente está iniciado o processo de votação. Vamos votar o Regimento, em bloco, exceto os destaques. Estou dando oportunidade aos nobres Constituintes para fazerem os destaques que acharem conveniente.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Peço destaque, Sr. Presidente, para os arts. 5º, 9º e 10.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Mas alguém deseja fazer destaque (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI — Peço para o de nº 24.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — A Presidência submete a votos, o Regimento.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Eu proporia a votação de um artigo, o de nº 25.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex<sup>a</sup> poderia formular e entraria em seguida a votação. Então, submeto à votação, a aprovação do Regimento, exceto os destaques.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos, então, a análise dos destaques. Destaques inicial, art. 5º

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Vou encaminhar à Mesa a proposição de deslocamento específico membros de Subcomissão aos seus respectivos Estado ou mediante proposta ilegível ou mais.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Já foi solicitado, inclusive, a ilegível ao Constituinte Fernando Santana.

Está em debate o art. 5º

"Art. 5º As Comissões e Subcomissões reunir-se-ão ordinariamente de segunda a quinta-feira, das 9:00 às 12:30 horas e das 17 às 20 horas.

A dúvida neste artigo é apenas no que se refere ao segundo horário para a reunião, das 17 às 20 horas.

Quero esclarecer ao plenário, como já o fiz, que há um entendimento de que a Mesa suspenderia as reuniões às 17 horas. De qualquer maneira poderíamos suprimir essa segunda fase da reunião, para incorporável que haja uma autorização do Plenário ou da Mesa, para isso.

Eu queria saber o objetivo daquele que pediu destaque.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Para ressaltar que há um projeto de solução tramitando, o qual terá que ter observado os seus prazos suscitará ou não mudanças nessas normas, se for aprovado ou rejeitado.

A sugestão é a de que as sessões plenárias sejam realizadas pela manhã, reservando-se o período da tarde para as sessões das Comissões e Subcomissões. Isso se aplica às segundas-feiras, no caso a sessão é da Câmara à tarde e as reuniões das Comissões serão pela manhã, e às sextas-feiras, uma vez que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte já funciona pela manhã às sextas-feiras. Teríamos praticamente os cinco dias da semana.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Gostaria de lembrar que o Regimento Interno da Constituinte prevê a realização de sessões, tanto

da Câmara, como do Senado e até do Congresso, em situações anormais, isto é, convocadas sessões extraordinariamente, a juízo dos Presidentes das duas Casas, Câmara e Senado. Normalmente temos tido, no Senado, sessões às quartas-feiras, sessões que começam às 18 horas. Aí já haveria um conflito com o art. 5º. E todos as segundas-feiras temos tido sessões que se prolongam até às 18, 19 horas e, às vezes, até mais tarde.

O que proponho é que se faça um acréscimo ao art. 5º, dizendo que essas sessões das 17 às 20 horas são permitidas, desde que não haja sessões dos Plenários da Câmara e do Senado, para não haver conflito. Essas são as nossas normas internas; elas não se sobrepõem ao Regimento Interno; portanto, é bom que se faça uma coisa com o cunho de legalidade. É a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Eu sugeriria, em primeiro lugar, que se votasse o art. 5º, como o texto está. Vamos depender da aprovação da sugestão do Constituinte Amaury Müller, que se for aprovada, evidentemente irá modificar e prevalecer sobre este texto, e vamos depender também da decisão da Mesa de abrir esse horário de 17 horas em diante. Finalmente, sugeriria que a solicitação do Constituinte Edison Lobão fosse feita no art. 7º:

“Em hipótese nenhuma, as Comissões ou Subcomissões funcionarão concomitantemente com as sessões plenárias da Assembleia Nacional Constituinte ou da Câmara e do Senado.”

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Porque as sessões extraordinárias, de um modo geral, serão do Congresso Nacional.

Veja V. Exª que a lembrança muito oportuna do nobre Constituinte Edison Lobão se ajusta à minha proposta; haverá prejuízo necessariamente. E temos temas que não podem ser relegados a um plano secundário, e que deverão ser analisados isoladamente pela Câmara ou pelo Senado ou em conjunto pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Quem estiver de acordo com a proposta da Mesa, mantenha-se como está. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos à análise do destaque do art. 9º.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Parece que houve de parte de V. Exª compreensão quanto ao poder do Plenário de decidir as datas e as entidades que serão convidadas. Seria apenas um ajustamento do texto.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Edison Lobão.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — O art. 9º, estabelece que o Presidente de cada Subcomissão fixará as datas das reuniões detidas às audiências com entidades representativas de segmentos da sociedade, cabendo ao Plenário da respectiva Subcomissão selecionar os convidados. Quer dizer, a seleção já é feita pelo Plenário. O Presidente terá apenas a atribuição de fixar as datas.

Eu, aqui, gostaria de ponderar ao meu eminente companheiro e amigo Amaury Müller, que não temos poderes para fixar o dia e a hora em

que o convidado deverá comparecer. Nós convidamos: ele dirá o dia em que poderá comparecer, e nós, então, à vista disso, estabeleceremos o nosso roteiro.

Penso que o Presidente da Subcomissão, não apenas no meu caso, mas nos demais casos, também, agirá sempre em consonância com Plenário, ele terá maior mobilidade para tomar essas providências. De outro modo, a Subcomissão teria que ser reunida a cada instante para deliberar sobre se marca, para amanhã às 10 horas ou às 11:35 horas o depoimento do Ministro tal e qual.

Não haveria nada de mais aqui, o Presidente ter esta atribuição, apenas com o caráter da mobilidade que tem um membro só da Comissão em lugar da Comissão inteira.

É a ponderação que faço.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Com a palavra o Constituinte Jorge Vianna.

O SR. CONSTITUINTE JORGE VIANNA — De-sejaria, também, nesse § 9º acrescentar, frente ao pedido do Constituinte Fernando Santana, que caberia ao Presidente da Subcomissão fixar as datas para as reuniões destinadas às audiências com entidades representativas dos segmentos e audiências fora do âmbito do Congresso Nacional, de acordo com o pedido de acréscimo do § 2º do art. 10, que é a proposta do Constituinte Fernando Santana.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — sugiro a V. Exª que seja votada a início a proposta do Constituinte Amaury Müller e que ficasse a de V. Exª na dependência da aprovação do artigo proposto especificamente sobre o assunto. Se aprovada, por uma emenda de redação, incluiríamos.

O SR. CONSTITUINTE JORGE VIANNA — A proposta do nobre Constituinte Amaury Müller é, concretamente, no sentido de trazer para o âmbito do Plenário decisão sobre as datas?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Exatamente. É o Constituinte Edison Lobão sugere que fique com o Presidente, porque vai haver necessidade de compatibilizar com a entidade, etc. Facilitaria para a Comissão.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Mas a presunção, Sr. Presidente, é a de que os Parlamentares Constituintes tenham vínculo com essas instituições e poderão, evidentemente, ser os seus porta-vozes na fixação dessas datas, o que, inclusive, facilitaria o próprio trabalho da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Nesse caso, de qualquer modo, seria obrigação da Presidência da Comissão fazer um contato, mas poderia fazer esse contato também com o representante e combinar com ele. Se o Plenário votar é provável até que o representante da entidade perca a votação e não fique assegurado aquilo que ele pretendia.

De qualquer forma, parece-me mais fácil de combinar se ficar na alçada do Presidente que, certamente, irá consultar os representantes dessas entidades.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Sr. Presidente, e se nós tivéssemos estabelecido um calendário logo após essa discussão para, em data “X”, convidarmos as entidades?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Exª vai discutir esse assunto na Subcomissão e, certamente, acertar com os seus pais.

Pergunto se alguém ainda quer se pronunciar sobre este assunto, senão submeto a votos o texto do artigo como está, ou melhor, teria preferência a alternativa do...

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Sr. Presidente, acho que não precisaria submeter a voto, se V. Exª me permite, porque, realmente, creio que essa mobilidade da Subcomissão com o Presidente, facilitaria mais. Marcar com antecipação pode não dar certo, acontecer de a entidade não poder se deslocar, pode faltar isso, pode faltar aquilo. Então, a Subcomissão também tem o direito de votar e decidir com o Presidente.

Proporia ao companheiro Amaury Müller, se possível, que V. Exª aceitasse a decisão proposta pela Mesa, que me parece razoável e que resolverá as coisas de uma maneira mais prática.

Marcar por antecipação fica meio difícil, acredito.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Não estou propondo que haja uma fixação da data por antecipação. Deverá haver um entendimento entre a Presidência da Subcomissão com os seus membros e as entidades que serão convidadas.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Exª retira o destaque?

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Retiro.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Passamos à análise do 10º. É a questão do tempo disponível pelo representante das entidades.

Está aberto o debate. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Exª tem a palavra.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — O Constituinte Amaury Müller propõe que se eleve para vinte minutos o tempo destinado aos representantes de cada entidade. Não vejo nenhum mal em que se faça essa alteração: elevar de quinze para vinte.

Todavia, o que me parece mais grave — S. Exª mesmo já abordou o problema — é o debate. Cada membro da Comissão terá três minutos. Nós somos em média vinte, em cada Subcomissão, embora algumas tenham mais. Ora, se acrescentarmos o convidado, teremos, então, quarenta vezes três, são cento e vinte minutos, se todos se limitarem aos três minutos. Só aí, nesse debate, teríamos duas horas e não teremos paucal...

O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI — Vinte vezes três, sessenta: uma hora.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Mas o debatedor responde a cada interpelante. Então, são vinte mais vinte: são quarenta. Além do mais, os Suplentes também têm direito. Fora os Suplentes, todos os Constituintes também podem participar do debate das Comissões. Então, nós levaríamos um século para concluir um debate dessa natureza.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — A minha preocupação, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, é quanto ao § 1<sup>o</sup>, parágrafo único do artigo 10.

Temos que limitar o número de debates. A sugestão que eu faço é que seja observada a proporcionalidade de cada bancada, a fim de que nós não tenhamos um número excessivo de interpellantes, o que prorrogaria demais o debate e impediria uma participação mais efetiva de outros segmentos na mesma reunião.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Mas veja, Constituinte Amaury Müller, como o próprio Regimento Interno da Constituinte permite a cada Constituinte participar dos debates, das Comissões e Subcomissões. Então, nós estamos aí, realmente, diante de um problema grave. Nós não podemos impedir que os membros da Constituinte, que pertencem a outras Comissões e Subcomissões participem do debate; confesso que não encontro solução para o problema.

O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI — Se me permite, Sr. Presidente. Esse é um problema de difícil solução. Ninguém pode prever se os vinte membros vão participar, se teremos a presença de vinte, se vão participar mais trinta ou quarenta Constituintes, evidentemente, também com direito à palavra. Parece, Constituinte Edison Lobão, que esse é um caso que se deve deixar em aberto, para a Presidência a Mesa Diretora dos trabalhos, na oportunidade do debate, julgar, evidentemente que de acordo com a ordem de inscrição, e com a disposição dos membros da Comissão de continuarem os trabalhos. Pode ser que haja grande interesse de continuarmos com os trabalhos por três, quatro, cinco horas.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — A proposta do Constituinte Amaury Müller me ocorrerá também, mas, como bem explicitou o Constituinte Edison Lobão, ela fica vetada pelo próprio Regimento Interno da Constituinte, que possibilita a participação, não só dos Suplentes da Comissão, como dos demais Constituintes. Parece-me que isso deva ficar em aberto, a critério da Mesa Diretora e, evidentemente, do plenário da Comissão.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁCCUA — Eu tenho a impressão que a solução estaria no artigo 5<sup>o</sup>, que estabelece reuniões de nove às doze e de dezessete às vinte, isto é, a reunião não poderia ultrapassar de doze horas, nem de vinte horas, quer dizer, o debate irá se prorrogar.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Srs. Constituintes, pediria a V. Ex<sup>a</sup> que não fizessem debate paralelo e que se identificassem sempre, em repito, porque a gravação está tendo problema. Por favor, identifiquem-se para a gravação.

O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI — Eu também fui um daqueles que julgou os dez minutos, para apresentação desses representantes das entidades, muito pequeno. Mas, por outro lado, estou verificando que, na questão desta proposição de Regimento há um outro fato que eu julgo preocupante. É que no artigo 18, no item I, a, os Constituintes, também, para apresentarem as suas defesas só têm quinze minutos

Então, eu perguntaria ao prezado Constituinte Amaury Müller, se esse representante trouxesse a sua exposição por escrito, com uma antecedência de vinte e quatro horas, depois do debate ele teria tempo suficiente para esclarecer. Assim, nós teríamos a oportunidade de manter a isonomia dos representantes e dos próprios Constituintes. Acho que quinze minutos dariam para ele fazer uma síntese daquilo que irá fazer, e nós, ao verificarmos a sua exposição por escrito, naturalmente também nos limitaríamos à perguntas daqueles itens, em, que cada um tivesse dúvida sobre ele. Acho que seria uma intermediação. Eu também achei pouco os dez minutos e, se o Constituinte, estiver de acordo, tudo bem. Se não estiver, eu vou propor também que nós tenhamos os mesmos vinte minutos, para uma isonomia, em termos de representantes de entidades e os próprios Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Com a palavra o Constituinte Luiz Alberto Rodrigues.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente, acho que esse assunto não pode fugir da faixa do bom senso. É extremamente difícil trazer um palestrante, por exemplo, para falar a respeito da questão da intervenção urbana, da questão urbana, das regiões metropolitanas e dar a esse expositor dez minutos para falar a respeito desse assunto, ou de qualquer um outro assunto. Eu quero ficar com o Constituinte Amaury Müller — vinte minutos é um tempo razoável, é um tempo que dará para se fazer uma exposição. Fora disso, é trazer o representante, para não colocar nem, vamos dizer, o núcleo central do seu pensamento e fundamentar essa exposição.

De outro lado, é evidente que não só os membros das Subcomissões ou das Comissões, mas todo e qualquer Constituinte, pelo Regimento Interno, tem direito à voz, a participar, a ir lá, conversar e debater esse assunto. Aí nós fugiríamos da faixa do bom-senso, se não tivéssemos uma referência e se, de acordo com o desenrolar de cada exposição, de cada audiência pública, nós não pudéssemos ter flexibilidade para dar seqüência aos trabalhos. Se tivéssemos lá um assunto palpitante, cinquenta Constituintes, é preciso que a Subcomissão possa, no momento, ter flexibilidade para administrar essa situação. É evidente que se nós formos querer fixar isso aqui, rigidamente, num texto de um Regimento Interno, nós iremos, na verdade, fazer alguma coisa para, definitivamente, não ser cumprida.

Gostaríamos de ficar com o Constituinte Amaury Müller — vinte minutos para o expositor, que é a razão principal da reunião, para ele poder expor seu pensamento, senão também não adiante ele vir aqui, trazer sempre, nós podemos pedir, as propostas de abordagem constitucional, por escrito. Isso ele pode trazer, mas a exposição ele irá fundamentar, evidentemente, e terá três minutos para perguntas e respostas.

O que exceder a isso, será administrado pelo bom-senso, pelo Presidente da Subcomissão, Relatores e pela situação do momento.

Vamos supor que o tema seja tão palpitante, que essa reunião pode até, informalmente, continuar à tarde. Paciência.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Tem a palavra o Constituinte Fernando Santana.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Sr. Presidente, no *ad infinitum* que o Edison Lobão concluiu, apenas acrescentaremos cinco minutos, porque essa imensidão de tempo seria a mesma apenas com mais cinco minutos. Quanto ao argumento do Constituinte Alysson Paulinelli, que deveria haver igualdade até nesse caso, eu lembraria ao nobre Constituinte Alysson Paulinelli, que nós temos quinze minutos todas as vezes, todas as horas, todos os dias, em todos os assuntos que sejam debatidos aqui, nós vamos ter esse tempo.

Então, um cidadão que prepara um trabalho sobre um tema importante, não é nada demais que se dê a ele os vinte minutos, apesar de nós termos quinze, porque ele só terá vinte minutos uma vez, e nós teremos quinze minutos em todos os assuntos que serão debatidos na Casa.

Fica aí a nossa preponderância no tempo, ao longo de todo o debate da elaboração constitucional.

O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI — Nobre Constituinte, só para esclarecer que está escrito aqui: uma só vez.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Sim, nesse dia, mas em todos os dias, aqui no Regimento diz, nosso Constituinte Paulinelli que para cada assunto ser debatido, o membro da Comissão efetivo, ou o Suplente em exercício terá quinze minutos. Os extras, que são aqueles que não são da Comissão terão cinco, em qualquer assunto. Isto está aí no Regimento. Ora, nós vamos ter, realmente, bastante tempo e esse cidadão que vem aqui para depor uma só vez, tendo vinte minutos, não nos coloca, absolutamente, em nenhuma posição de inferioridade, *acredito*. Então, dentro desse raciocínio e também considero os argumentos do Presidente Lins, nós acrescentaríamos a esse *infinitum* apenas cinco minutos, o que não é nada demais.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, por favor se identifique.

O SR. CONSTITUINTE JESUS TAJRA — Sr. Presidente, embora possa parecer vencida a matéria que nós estamos discutindo há já um século, eu quero correlacionar com o quinto; a mim, me parece que este tempo de nove às doze há de ficar um tempo um pouco estreito.

Acho que nós poderíamos antecipar o início da sessão para as oito horas. Eu concordo com o Constituinte Amaury Müller que quinze minutos, para uma pessoa que vem de qualquer canto do Brasil falar, não irá expressar nada, não dará o seu pensamento, jamais! Acho que deveríamos dilatar um pouco o tempo dessa pessoa e restringir um pouco o tempo do interpellante; em vez de 3, 2 minutos, e conceder a ele os 3 que ele tem, para poder responder à pergunta. Para formular uma indagação não exige tanto tempo assim, a não ser que a pessoa queira, paralelamente, fazer uma outra exposição. Eu sugeriria que houvesse uma ampliação de tempo do início dos trabalhos, para as 8 horas, e mantivesse pelo menos os vinte minutos, reduzindo o tempo do interpellante de 3 para 2 minutos e mantivesse os 3 minutos para o expositor.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Tem a palavra o Senador Severo Gomes.



O SR. CONSTITUINTE SEVERO GOMES — Sr. Presidente, o Constituinte Edison Lobão colocou aí uma questão, mostrando que ela é de uma certa maneira, insolúvel, quer dizer, o número de participantes da Comissão e a liberdade de todos os Constituintes de participar dos debates.

Eu traria uma sugestão de que, pelo menos, os membros da Comissão tivessem a prioridade para o debate e deixando aberto o espaço para os demais membros da Constituinte, na medida em que esses membros da Comissão são os que têm maior responsabilidade, com relação ao tratamento do assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) Mais alguém quer usar da palavra? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Quanto à proposição do colega Jesus Tajra, do Piauí, dependemos e acredito que também a maioria dos aqui presentes, da viação brasileira. Se nós começarmos a sessão, segunda-feira às 8 horas da manhã, nós teremos que obrigatoriamente pernoitar em Brasília no domingo.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> que o art. 5.<sup>o</sup> já está aprovado.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Bem, mais ele levantou a questão agora.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Mas já é irreversível.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Já está aprovada, mas é que V. Ex.<sup>a</sup> não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Desculpe, V. Ex.<sup>a</sup> mas já é matéria vencida, eu realmente me esqueci de esclarecer o assunto.

Acho que o assunto está suficientemente esclarecido, e eu proporia que nós votássemos por partes.

Eu submeto a votos a ampliação de 15 para 20 minutos.

Os que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Eu submeto a votos a redução de 3 para 2 minutos para interpelação. (Pausa.)

Quem estiver em desacordo permaneça sentado. (Pausa.)

Rejeitado.

Permanecem os 3 minutos.

Eu submeto a votos, agora, a sugestão também do nobre Constituinte Amaury Müller de limitar o número de debates.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, eu retiro a questão, uma vez que ela é anti-regimental. Eu queria apoiar a sugestão do nobre Constituinte Severo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex.<sup>a</sup> retira. Submeto a votos a proposta do Senador Severo Gomes, no sentido de incluir a prioridade para os membros da Comissão.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Passamos, agora, ao art. 16.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Sr. Presidente, o art. 10 tem o § 2.<sup>o</sup> do Deputado Fernando Santana.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Ficará para o fim. Vejamos o art. 16.

A sugestão aqui é do próprio Presidente.

Esta sugestão ou destaque foi feito pela Presidência para incluir as deliberações da Comissão e Subcomissões somente aquelas sobre matéria constitucional que exigirão maioria absoluta de votos. Isso está de acordo, naturalmente, com o art. 33 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

V. Ex.<sup>a</sup> quer falar sobre isto? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Não; eu havia pedido destaque para o art. 14, do item I. Queria falar sobre a leitura, discussão e votação da Ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que aguardasse já que nós estamos votando o art. 16 e passaríamos, em seguida, para o seu destaque.

Eu submeto a votos a modificação proposta pela Mesa. (Pausa.)

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao art. 14, I.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Aqui diz o seguinte:

"Discussão e votação da Ata da reunião anterior."

O que eu proponho é que se acrescente: "Quando não for dispensado a leitura e a votação da Ata". Isso se faz, inclusive, Plenário do Congresso Nacional, quando frequentemente um deputado pede para que seja dispensada a leitura da Ata e é atendido.

Isto nos toma um tempo enorme, quer dizer, é o plenário quem vai se manifestar. Alguém pode pedir a dispensa da leitura e da votação, e o plenário decidirá sempre se deseja ou não se dispensar.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁCQUA — V. Ex.<sup>a</sup> me permite.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁCQUA — Acho que isso é da praxe parlamentar; basta haver um pedido e o plenário é soberano. Não há necessidade de constar, acredito.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Vejamos, o eminente Constituinte Amaury Müller acha que não se deve dispensar a leitura, não é isso?

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Bem, eu falo como regra. Os debates que se travarão na Comissão e nas Subcomissões certamente terão uma importância muito maior, sob a perspectiva histórica do momento em que estamos vivendo, nas sessões da Câmara, onde há uma rotina. Salvo em determinados momentos, onde há denúncias muito graves e essas denúncias devem constar da Ata, é que se exige a leitura. Mas também é rara a dispensa da leitura e discussão da Ata. Normalmente esta é lida de forma atropelada, é verdade, mas é lida e aprovada muitas vezes sem o próprio conhecimento do Plenário, dado o caráter dinâmico da leitura da Ata. O secretário *ad hoc* ou secretário da Mesa lê a Ata de forma audível.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Não lê, balbucia.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Então, a minha impressão é de que o plenário terá, como disse o Constituinte Joaquim Beviláqua e como é praxe nos trabalhos parlamentares, condições de decidir ou não, pela leitura, discussão e aprovação o da Ata.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — O art. 37 do Regimento da Constituinte diz o seguinte: "Aberta a sessão, o Segundo-Secretário fará a leitura da Ata da sessão anterior, que será considerada aprovada independentemente de discussão ou votação". Quer dizer, o próprio Regimento não exige nem discussão nem votação e a leitura da Ata se faz de forma resumida; é apenas um resumo da Ata, exatamente para não se tomar tempo do Plenário. A íntegra da Ata será depois publicada no **Diário do Congresso**.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Com a palavra o nobre Constituinte Luiz Alberto Rodrigues.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente, só para dar um palpite sobre esse assunto também. É evidente que se trata da elaboração de uma Constituição. Um equívoco nesta Ata sucinta, por exemplo, poderá na verdade significar aí uma coisa incorrigível ao longo do tempo. Como se trata de uma Ata sucinta, que poderá ser lida brevemente, acho que seria desnecessário regimentalizar a dispensa da leitura da Ata.

Entendo que cada Subcomissão irá trabalhar, ler essa Ata que não será nada que ocupe mais de 2 ou 3 minutos, essa ata inicial, que é sucinta e não vejo por que regimentalizar ou institucionalizar o procedimento de pedido de dispensa de leitura da Ata de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Eu fico com o companheiro Amaury Müller.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁCQUA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁCQUA — Apenas para indagar de V. Ex.<sup>a</sup> se os trabalhos não ficam, além de taquigrafados, ficam também gravados em fita?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Além da gravação, é elaborado uma Ata completa, que será publicada no **Diário do Congresso**.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁCQUA — Creio, Sr. Presidente, que qualquer dúvida com relação ao que se passou nas discussões...

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Lendo o art. 13, V. Ex.<sup>a</sup> poderia entender melhor. E será também elaborada ao fim de cada reunião, ata circunstanciada.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁCQUA — Ex.<sup>a</sup>, apenas em abono da tese que não deva constar a leitura e se houver necessidade, eu digo ao Constituinte Edison Lobão que serei um dos primeiros a requerer a dispensa, no caso de ser desnecessária. Quero lembrar aos colegas que há gravação das reuniões e em qualquer dúvida poderão ser verificadas as gravações dos nossos trabalhos. Não é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Exato. A Mesa sugere, para ultrapassar essa dificuldade,

que a redação seja: "Leitura, discussão e votação da Ata da reunião anterior, se não for dispensada pelo Plenário". É como diz a expressão latina. **"Quod abundat, non nocet"**.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — O **caput** do art. 37 dispensa a discussão ou votação da Ata. Mas, em compensação, o parágrafo único dispõe que o Constituinte só poderá falar sobre a Ata, para retificá-la, em ponto que designará, e daí por diante.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Mas não é no momento da discussão.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — De modo que, a leitura da Ata é peça fundamental.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Mas não é no momento da discussão nem da leitura.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Eu não vejo como dispensar essa leitura, a menos que o Plenário concorde.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — É claro, a Ata é o objetivo de leitura. Só se o Plenário a dispensar.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Não a sua leitura. Creio que esta deve ser feita. Não vai tomar mais do que dois ou três minutos.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Olha, essa pequena Ata não me parece muito importante. O que é importante, a nosso ver, é a grande, detalhada, que vai ser publicada.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Mas essa não é uma pequena Ata.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Essa é a pequena Ata.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Mas, não se refere a uma Ata sucinta.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Um momentinho, Constituinte Amaury Müller, eu estou pela ordem. Se V. Exª quiser me peça um aparte, que lhe darei com muito gosto.

Gostaria de dizer que é preciso ficar garantido no Regimento — eu pelo menos acho assim — que todos devem ficar obrigados a ler a grande Ata. E se nessa, o Constituinte observar alguma coisa que não seja a exata e a fiel tradução do que se passou, então, qualquer um de nós poderá ter a oportunidade de levantar a questão, em qualquer reunião, para retificar a Ata que saiu no **Diário do Congresso**, porque isso é importante a nosso ver.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Acho que o assunto está devidamente esclarecido. O art. 2º diz que a Ata lida é a Ata sucinta.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Qual é o número?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) —

"Art. 12. Das reuniões das Comissões e Subcomissões lavrar-se-ão Atas sucintas, datilografadas em folhas avulsas, rubricadas pelo Presidente;"

"O art. 13 diz: "Será também lavrada, de cada reunião, Ata circunstanciada, contendo todos os pormenores dos trabalhos, que será publicada no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**;

O art. 14 diz: "O trabalho da Comissão e Subcomissão será iniciado com a presença, etc., etc., leitura, discussão, e votação da Ata da reunião anterior."

Aqui no caso é a sucinta, porque a outra ainda será feita.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Sr. Presidente, é justamente na grande Ata que se deveria acrescentar alguma coisa, permitindo, caso o Constituinte sintá que não foi bem traduzido o seu pensamento, ou o de outro qualquer, que ele tenha a possibilidade de levantar a questão.

O SR. CONSTITUINTE JORGE VIANNA — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Mas isso está garantido pelo Regimento. Com a palavra o Constituinte Jorge Vianna.

O SR. CONSTITUINTE JORGE VIANNA — Eu chamaria a atenção do Plenário para a sugestão que a Mesa dá quanto ao art. 1º: "Leitura, discussão e votação da Ata da reunião anterior, se não for dispensada pelo Plenário." Tenho a impressão de que nós estamos chovendo no molhado. Vamos ouvir o que a Mesa está dizendo e faço um apelo para que fiquemos com a sugestão da Mesa: se o Plenário dispensar, tudo bem! Se for algum caso grave que não se possa dispensar, vamos acatar também.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Consulto o Constituinte Luiz Alberto Rodrigues se ainda quer usar da palavra? (Pausa.)

Submeto a voto a redação proposta pela Presidência, acrescentando-se ao item 1 "se não for dispensada pelo Plenário".

Em votação.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Sr. Presidente, eu gostaria de saber se fica garantida a todos nós a possibilidade de questionarmos a grande Ata, quando depois da sua leitura?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — O Regimento garante ao Constituinte o direito de questioná-la, naturalmente, depois de lê-la.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Eu só queria saber isso. Não quero atrapalhar, não quero acrescentar nada, porque quanto mais acréscimo pior.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — É verdade.

Passamos à apreciação do destaque do art. 23. Art. 23 — "Não serão admitidos pedidos de vista da matéria, inclusive dos pareceres proferidos."

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Sr. Presidente, eu pedi destaque.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Qual é a sugestão?

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — A sugestão, inclusive é levantada por um Constituinte ali na drente, com relação à sobrecarga dos assessores, principalmente na Câmara dos Deputados. Pois se nós não estamos tendo sequer assessoria para a elaboração de alguns textos constitucionais, através da assessoria da Casa, imaginem se nós não tivermos condição de pedir vista aqui deste relatório, já no final de votação!! Isso é uma coisa que me parece muito séria, porque não serão admitidos pedidos de vista da matéria, inclusive dos pareceres proferidos. Nós não estamos tendo sequer assessoria para elaborar alguns textos constitucionais. Imaginem no final, se não tivermos condições de pedir vista, para que nós possamos pedir por um amigo ou alguma pessoa, para que se faça uma revisão constitucional, de acordo com os debates populares que serão incluídos e as entidades não terão e não têm condições de apresentar uma proposição já no final e pronta constitucionalmente. Isto me preocupa, porque nós não temos nem sequer prazo. Quer dizer, é como se quiséssemos — eu disse isso no meu último discurso, sexta-feira — colocar num liquidificador, depois botar no computador e receber tudo prontinho. O negócio é sério. O que adianta nós trazermos aqui as entidades de classe para ouvirmos as suas proposições, se nós não temos prazo sequer, para fazer uma correção, no final de um relatório a nível constitucional? Parece-me que aqui está muito rígido. Eu pediria que se fizesse uma abertura de prazo, para que pudéssemos ter vista desses pareceres.

O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Com a palavra o Constituinte Alysson Paulinelli.

O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI — Sr. Presidente, eu venho apoiar a sugestão da Constituinte Raquel, especialmente pelo pedido de vista que fiz ao 24 e que se conecta com este.

Se nós não conhecemos sequer os pareceres proferidos, como é que no 24 não serão submetidas à votação, a matéria constitucional? Quer dizer, nós entramos no escuro; isso é um voo cego. Ou se abre o pedido de vista do 23 ou se altera o 24; então, as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Eu esclareço a V. Exª que há um prazo, depois da apresentação do parecer do Relator, para o reconhecimento do texto pelos Constituintes. Haverá esse prazo, durante o qual, cada um analisará o parecer com todo o cuidado. Então, a questão do pedido de vista será, talvez, apenas na hora de votação, numa segunda fase. Mas os Constituintes já apreciarão o parecer com conhecimento de causa, porque disporão de tempo para isso.

O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI — Que tempo é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — São cinco dias para a discussão e apresentação das emendas pelos membros da Comissão. Então, o parecer apresentado à Subcomissão. É o § 1º do art. 17, do Regimento, da Assembléia Nacional Constituinte.

O parecer é elaborado, apresentado e fica à disposição de V. Exª, durante cinco dias e antes irá publicado em avulso; fica à disposição para

que cada um analise, apresente emendas; depois nós teremos setenta e duas horas para o Relator analisar as emendas apresentadas. Finalmente, após isso, se passará à nova apresentação do parecer e à votação. Em seguida há o encerramento da votação e o encaminhamento do projeto à Comissão. Tenho a impressão de que esse pedido de vista já está concedido pelo próprio Regimento.

Submeto, então, a voto o texto como está. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE JORGE VIANA — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação do 23.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Exª tem a palavra.

O SR. CONSTITUINTE JORGE VIANA — Sr. Presidente, apesar de todas as explicações de V. Exª, acho que impedir a vista do processo, da redação final do projeto, é um cerceamento indisputável do direito de modificar, inclusive, o parecer final do Relator. Eu proporia à Mesa, como Substitutivo, exatamente isto: "serão admitidos pedidos de vista da matéria, inclusive os pareceres proferidos pelo prazo de 24 horas."

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Nós não dispomos, infelizmente, deste prazo, pois ele seria anti-regimental. Neste caso, eu sugeriria uma hora.

O SR. CONSTITUINTE JORGE VIANNA — Por que não 24 horas? Uma hora não dará nem para ler.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente, é evidente que esse Regimento Interno dos trabalhos das Comissões não poderá se sobrepor ao Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte. De outro lado, se numa Comissão temos 63 membros e abre-se a perspectiva desse pedido de vista por 24 horas, para cada um, e evidente que nós iremos extrapolar este prazo. No mínimo fica subentendido que há uma superposição de prazos, incompatível com o Regimento da Assembleia Nacional Constituinte. Acho que deveríamos atender à Constituinte Raquel Cândido, e ao Constituinte Jorge Vianna, mas é evidente que os prazos devem ser compatíveis, até para ter sentido a votação aqui.

O SR. CONSTITUINTE JORGE VIANNA — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Com muito prazer.

O SR. CONSTITUINTE JORGE VIANNA — Seria aberto, mas limitando-se o número dos Constituintes que pedissem vista.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Peço que escutem a Presidência. Quanto a isso não há problema, porque o prazo é concedido a um, é o mesmo concedido aos outros. O problema é dispor de prazo do Regimento sem crescer ou sem prejudicar a data final.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Edison Lobão.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Sr. Presidente, eu voltaria ao mesmo tema para dizer o seguinte: quando o Relator apresenta o seu anteprojeto são concedidos dois dias para a publicação de avulsos. Em seguida a distribuição dos avulsos e a partir daí, todos os membros da Comissão têm cinco dias para discutir o parecer do Relator. Encerrada a discussão, ainda se tem dois dias para a apresentação final do parecer; então, esses prazos até são generosos, dentro da escassez de tempo que temos na Constituinte. Creio que o pedido de vista seria um pedido suplementar, o que viria o complicar, ainda mais, o funcionamento desta Subcomissão.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Sr. Presidente, só para contraditar. Quando o relatório vem com todos esses prazos colocados e mais a correria que nós iremos ter, inclusive com relação às Atas, virá amplamente debatido. Até concordo com V. Exª mas esta matéria é tão séria que, às vezes, para abrir um prazo, por uma vírgula ou coisa parecida, acho que deveria haver compreensão de todos os Constituintes com relação à brevidade, ao tempo, porque a sociedade lá fora está a nos cobrar; essa compreensão é inerente a todos os Constituintes. Então, acho que é apenas um prazo de pedido de vista que poderá ser uma hora; não vamos determinar mas se acharem por bem, podemos até determinar. Mas parece-me fundamental que no relatório final, possamos dar uma vista geral.

O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GALASSI — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GALASSI — Acho, Sr. Presidente, que V. Exª poderia conceder vista para a sessão seguinte, o que representaria no máximo 12 horas; quer dizer, da sessão matutina para a sessão vespertina, ou da sessão da tarde para a sessão do dia seguinte.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Na realidade, eu quero apenas esclarecer que o Plenário é soberano, desde que não fira o Regimento da Assembleia Nacional Constituinte, é claro. Mas, o parecer do Relator que é sobre a matéria apresentada e debatida na Comissão, e não poderá ser de outra forma, é apresentado, publicado em avulsos e distribuído para todos nós pelo prazo de 5 dias; depois ele volta ao Plenário para ser votado, emenda por emenda. Realmente é difícil, depois de votadas as emendas e os destaques, ainda ter alguma coisa que ver. Acho que nós poderíamos — numa concessão naturalmente à preocupação de V. Exª, e para evitar uma dificuldade momentânea — sugerir um pedido de vista por duas horas. Porque realmente é um recurso extremo depois de concedido todos os prazos.

O SR. CONSTITUINTE JONAS PINHEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Pela ordem, V. Exª tem a palavra.

O SR. CONSTITUINTE JONAS PINHEIRO — Sr. Presidente, está previsto no Regimento quando diz que o Presidente poderá suspender a sessão,

ouvido o Plenário e que este poderá também suspender a sessão. Essas duas horas seriam mais um reforço, porque nesses casos está prevista a suspensão da sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Podendo ser pedido apenas uma vez.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Exª tem a palavra.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — O pedido de vista é uma forma de obstrução, configura, portanto, um mecanismo democrático. Quem pede vista relata o vencido, em qualquer processo legislativo o voto vencido tem que vir ao Plenário. De modo que, acho razoável estabelecer-se o pedido de vista fixando um prazo, duas ou três horas, mas não se pode eliminar o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Mas, de qualquer modo, submeto à aprovação do Plenário essa proposta.

O SR. CONSTITUINTE DENISAR ARNEIRO — Sr. Presidente, se formos conceder prazo por hora, quem pedir no início irá devolver dentro da mesma sessão. Agora, quem pedir no fim terá que devolver na outra. Então, para mim, continuo com o meu primeiro ponto de vista, quando propus, logo de início, e a devolução na outra. Se for na sessão de manhã, devolver-se-á de tarde; se for na de tarde, devolve-se no dia seguinte pela manhã. Acho que não há outra solução para podermos ser coerentes.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — De qualquer modo, V. Exª mesmo prevê que poderia haver a possibilidade de voltar na mesma sessão. A proposta da Mesa permanece como está.

Submeto a votos, esclarecendo a redação que ficaria: "Não serão admitidos pedidos de vista superiores, se não uma só vez, por prazo de 2 horas, uma única vez, pelo prazo máximo de duas horas."

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, eu proporia a seguinte redação: "Serão admitidos pedidos de vista à matéria, inclusive os pareceres proferidos, uma só vez, pelo prazo máximo de 2 horas."

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Submeto a voto a proposta do Constituinte Amaury Müller, que aliás é a mesma coisa de nossa proposta.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, eu eliminaria o "não, sou muito contra a negação: "Serão admitidos pedidos de vista à matéria, inclusive dos pareceres proferidos, uma só vez, pelo prazo máximo de 2 horas."

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Em votação.

O Srs. Constituintes que aprovam a proposta, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos, agora, à apreciação do destaque do art. 24:

Art. 24. "Nas Comissões e Subcomissões não serão submetidas a votos propo-

sições relativas à matéria constitucional, salvo após iniciado o processo de apreciação do parecer do Relator."

Isto significa o seguinte: se alguns dos Constituintes, na primeira reunião da sua Subcomissão, apresentar proposta e ela for votada e negada, nem o próprio Relator poderá mais apreciá-la. E neste caso o que se sugere, o que está implícito no Regimento, é que o grande trabalho da Comissão seja o debate, e que o Relator seja aquele que procura se aperceber da posição do Plenário, já que ele vai querer que o seu parecer seja aprovado pela Comissão, e que não se prejudique qualquer proposta antes que haja um consenso sobre o texto geral, e até uma apreciação pelo Relator sobre a matéria.

Tem a palavra o Constituinte Alysson Paulinelli.

O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI — Fui eu quem pediu o destaque, especialmente preocupado com a situação do 23, já que ele tinha um destaque. Mesmo assim, ainda chamo atenção para o seguinte: como diz o nobre Constituinte Amaury Müller, o "não" sempre é muito ruim. Acho que poderia dizer que as discussões dos assuntos poderiam ser realizadas...

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — A votação.

O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI — A votação que seria...

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — A votação só seria iniciada. V. Ex<sup>a</sup> quer primar pelo positivo.

O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI — Trocaria a redação tirando a negativa, e dizer que as discussões e a votação podem permanecer, só.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Acho que é importante esse "não". Não se deve, realmente, votar antes. Mas acredito até que já foi aprovado o texto com o está.

Passamos, agora, à apreciação de sugestões novas. Pediria ao Constituinte Fernando Santana que lesse a sugestão.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Examinamos aqui o art. 9º, fica melhor nesse no que no art. 10. Então, cria-se assim o parágrafo 1º ao art. 9º:

"A Comissão ou Subcomissões poderão deslocar-se para audiências fora do Congresso Nacional, em locais determinados, por decisão da maioria dos seus membros."

Era o § 1º, ao art. 9º

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Está aberta a discussão. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Faço uma indagação ao Constituinte Fernando Santana: maioria simples ou maioria absoluta?

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Maioria simples, para facilitar.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Mais alguém que usar da palavra? (Pausa.)

Acho que a Comissão deve assumir proposições que possa cumprir. A não ser que os membros da Comissão estejam dispostos a financiar as suas próprias diárias. O que levanto é um problema de operacionalidade e difícil para o Presi-

dente aceitar, sem contraditar, uma proposta de a Comissão não poderá cumprir.

Sugeriria que o plenário autorizasse o Presidente a manter entendimentos com os outros Presidentes fazendo um movimento em torno dessa idéia, com as outras Comissões, porque, na realidade, nós sozinhos, não temos condições.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Vianna.

O SR. CONSTITUINTE JORGE VIANNA — Acho muito justas as preocupações de V. Ex<sup>a</sup>, mas a aprovação da proposta do Constituinte Fernando Santana não inviabiliza, em hipótese alguma, aquilo que V. Ex<sup>a</sup> está propondo. É claro que colocar aqui e dizer que poder viajar, que pode autorizar, é claro que pode autorizar. Agora, a viagem só será feita, acertado quem irá pagá-la, como será feita essa viagem etc.

V. Ex<sup>a</sup> sabe, quando se deseja fazer as coisas, sempre se tem a forma de fazê-las. Precisamos é da autorização para poder fazer. Isto é muito claro. De minha parte, não posso abrir mão de que a Comissão possuindo esses assentamentos que estão feitos pelo INCRA, para ver como se poderá resolver o problema fundiário. Não posso abrir mão de que se possa aprovar projetos que estão sendo certos ou errados. Isso é fundamental, sob pena de nós decidirmos coisas aqui por ouvir dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Uma preliminar: queria pedir ao Constituinte Fernando Santana que encaminhasse o texto à Mesa.

O SR. CONSTITUINTE JORGE VIANNA — Queria dizer, exatamente, a V. Ex<sup>a</sup> que as Comissões de Inquérito desta Casa ficaram vedadas, nos 20 anos de arbítrio, porque nos Regimentos Internos das duas Casas estava determinado que as Comissões só podiam se reunir no interior do Congresso Nacional. Isso inviabilizou, de certa forma, de se ver muita coisa. Esta foi a maneira de se vedar a saída e de se encontrar as fórmulas. Isso aí seria exatamente e maneira de poder-se abrir o caminho, a fim de vermos as coisas que iremos discutir aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Concedo a palavra à Constituinte Raquel Cândido.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Para reforçar a propositura e a fundamentação em defesa do Gil César, de Minas Gerais, e embora o padrasto seja baiano, o Fernando Santana, gostaria de dizer o seguinte. Nós temos que assegurar na área minerária e constitucional deste País o problema do garimpeiro, já vistoriado pelo nosso Relator, especialmente no Amapá. O Senador Severo Gomes sabe que existem diversas peculiaridades regionais, e tem que ficar assegurado no texto constitucional a reserva garimpeira. Aqui tem muito do que se ouviu falar, do que se contou, e não a visão de uma realidade. Em especial, quero fundamentar que quando é para se tratar do problema do povo lá fora, de uma coletividade enorme, como é a classe dos garimpeiros, sempre não tem recursos. E o Constituinte Fernando Santana foi feliz quando disse: quando é para visita de uma Comissão, como essa do Ministro Funaro que partiu, agora, e já o estavam esperando no exterior, há recursos. O Constituinte não pode ficar de pires na mão para mendigar, para fundamentar e retratar a realidade do povo brasileiro.

Eu, em especial, Constituinte Raquel Cândido, que lido com esse problema, que é o indiscionamento do capital estrangeiro, com relação aos alvarás concedidos e à reserva garimpeira, peço ao Presidente que veja isso com carinho junto aos demais Presidentes, e nós, de modo geral, possamos fundamentar o que pedimos e com relação aos outros companheiros, como é o caso da reforma agrária, que precisa ser visto de perto, para sentir decerto. São dois problemas iminentes. Temos que nos deslocar para ver a realidade e até poder fundamentar principalmente o problema do garimpeiro, que é de ordem social, como aplacador do problema social e de ordem econômica deste País.

O SR. CONSTITUINTE ASSIS CANUTO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Concedo a palavra ao Constituinte Assis Canuto.

O SR. CONSTITUINTE ASSIS CANUTO — Sr. Presidente, em reforço a essa tese iríamos um pouco mais longe. Acredito que o Congresso Constituinte tem uma responsabilidade muito grande, tem uma responsabilidade histórica, e o novo conceito da nova inter-relação entre as Nações, não nos possibilita manter o Brasil isolado das demais regiões do mundo, que têm problemas peculiares e pertinentes aos nossos; inclusive, se necessário for, faríamos viagens internacionais para verificar a similitude com alguns problemas, por que iremos fazer uma Constituição para o Brasil, mas o Brasil irá viver dentro de um concerto de nações do mundo todo. Inclusive, quanto mais restringir as visitas de caráter interno a regiões problemáticas, como a região de reforma agrária, a região de minérios e outras, a regiões dos índios, acho que devemos dar a maior abertura possível a esse item, e tenho certeza absoluta de que se houver necessidade, o Presidente desta Casa saberá conseguir os meios necessários para financiar esses deslocamentos.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Consulto o Constituinte Jesus Tajra se está interessado em fazer uso da palavra, porque parece que V. Ex<sup>a</sup> pediu a palavra antes. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE JESUS TAJRA — Sr. Presidente, ia pedir para que fosse lida novamente a proposta, porque durante sua leitura não atentei bem para os detalhes dela.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Lerei para V. Ex<sup>a</sup>

"A Comissão ou Subcomissões poderão deslocar-se para audiências fora do Congresso Nacional, em locais determinados por decisão da maioria simples dos seus membros."

O SR. CONSTITUINTE JESUS TAJRA — Está entendido.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Concedo a palavra ao Constituinte Jonas Pinheiro.

O SR. CONSTITUINTE JONAS PINHEIRO — Só para reforçar, talvez sirva até para V. Ex<sup>a</sup> já está previsto no art. 30, do Regimento Interno em um dos seus itens, que o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte poderá solicitar ao Presidente da República providência para a abertura

de crédito especial destinado a atender despesas com o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. Por que não inserir nessas despesas, nesses dispositivos, também recursos para essas viagens, muito importantes, das Comissões?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Mais alguém deseja fazer uso da palavra? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO — Gostaria, Sr. Presidente, de ressaltar a importância que tem, em podermos estar o máximo vinculado com a sociedade, com todos o setores, ouvir a sociedade, conhecer-lhe os problemas. Mas vejo aqui, desde o princípio da nossa reunião, exatamente a preocupação com a exiguidade dos prazos. E, de repente, abandonamos o nosso trabalho interno, inclusive deixando de privilegiar, quem sabe a audição ou a discussão com as entidades representativas que deverão ser convocadas para as Comissões e Subcomissões; penso que, talvez com isso, de deixe até de fazer a discussão. Não que se deixe, mas a exiguidade dos prazos não justifica muito, mesmo porque aqueles Constituintes, que vivem mais certas circunstâncias ou que conhecem mais de perto certos problemas, seja da reforma agrária, seja do problema mineral, seja qual for, podem oferecer suas emendas, propostas e argumentá-las, tendo o próprio conhecimento de um grupo, o que não impede que isso seja feito. Não vejo razão fundamental para que a Subcomissão se desloque, neste momento, dada a exiguidade dos prazos, embora seja a favor da plena audição e consulta popular.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar o meu preclaro amigo e eminente Constituinte Vicente Bogo.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Com a palavra a Constituinte Raquel Cândido.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — A Região Amazônica é peculiar. Primeiro, as pessoas têm medo de ir para lá, porque não querem pegar malária nem leishmaniose. Não sabem o que é uma cata, não sabem o que é uma batéia, não sabem o que é uma picareta. Não sabem. Só sabem de **O Globo** ou da revista. Isso é uma realidade. E a Região Amazônica, a Amazônica legal, em especial, é a resposta, quicá, para o endividamento e a salvaguarda da entrega e da vida que vivemos neste País.

Então, é uma realidade completamente distorcida do que muito se fala por aqui. Temos o sábado e o domingo. Quer dizer, não nos sobra tempo para viajarmos numa região dessas? E eu teria o prazer de, ao propor uma viagem dessas, convidar eminentes Constituintes do Rio Grande do Sul para conhecerem a realidade amazônica; a realidade do Brasil lá longínquo, mas é Brasil — onde há centralização das maiores jazidas minerais, sendo muitas delas as maiores do mundo, como é o caso do manganês, do ferro, do ouro e da cassiterita. E estamos propondo um disciplinamento do capital estrangeiro correlacionado exatamente com aquela Região.

Temos o sábado e o domingo para ver o que é, por exemplo, uma garimpagem no rio Madeira, onde o homem se submete a uma forma de trabalho com 15 metros de profundidade para pegar o ouro do aluvião. É preciso que isso seja retratado aqui, e com muita veracidade, com conhecimento

de causa, para que possamos fundamentar e conseguir, através dos nossos companheiros, esse voto mínimo, que é deixar uma reserva garimpeira para o homem que trabalha e que aplaca os problemas sociais deste País, volto a dizer. São 400 mil homens. Acho que o sábado e o domingo ficariam muito bem.

Finalizando, já fiz esta proposta quando da elaboração do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, tendo sido rejeitado.

Outra coisa que é do desconhecimento de muitos, aqui, é o fato de existirem verbas já alocadas para essas viagens, embora agora esteja-se pedindo uma suplementação, como colocou o colega. Já existem — tomei conhecimento — e peguei a sua rubrica aqui, no Senado, para fundamentar estudos comparativos de países co-irmãos na América Latina, que têm tese defendida, para que viessem pessoas expor as suas idéias, na praticidade de como foram elaboradas e fundamentadas, como é o caso educacional e da saúde. Temos países coirmãos com exemplos — e não vou dizer, porque corremos o risco de sermos radicais. Isso foi negado. Mas quando o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte pede verba suplementar para os estudos constitucionais temos que ter prazos. E esse prazo é para a sociedade brasileira, que talvez não possa aqui participar, como é o caso dos sem-terras, dos garimpeiros.

O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO — Pela ordem, Sr. Presidente. Desejo inclusive congratular-me com a nobre Constituinte pela sua exposição, no sentido da preocupação com as nossas reservas naturais, com o nosso garimpeiro, com o conjunto da sociedade brasileira. Esta preocupação é nossa também. Contudo, não vejo como, nesses prazos 15, 20 ou 30 dias que talvez nos restem ainda para concluir o nosso trabalho na Subcomissão, poderemos ampliar essas visitas **in loco** a regiões, para dirimir todas as questões que são fundamentais.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Se não tiver tempo, não vai.

O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO — Aplaudo a preocupação e me proponho a discutir.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Exato. Sábado e domingo estão aí, para que?

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Não precisa tirar do Regimento, se não quiser não vai.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Vianna.

O SR. CONSTITUINTE JORGE VIANNA — Congratulo-me com a Constituinte Raquel Cândido quando coloca aqui exatamente o seu ponto de vista. Não é só garimpeiro. Temos que ver como o homem está sendo assentado no interior do Brasil, como está sendo marginalizado e abandonado lá. Não adianta trazer aqui os números de hectares que foram desapropriados. Precisamos ver os homens a quem foram entregues esse hectares como estão vivendo.

Nesse fim de semana saímos, um grupo de Constituintes, e fomos a Guarapuava, no Paraná, para verificar, sábado e domingo, como estava funcionando o Projeto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores.

Então, quem quiser ir, vai. Quem não quiser ir ou não puder passar o fim de semana fora de casa, não vai. Agora, é preciso que os que querem ver, tenham oportunidade de ir ver e poder falar com os olhos vistos o que está aí.

Quero dizer inclusive que, seguramente, nós teremos a partir comissões, para averiguar um fato de relevância.

Sugiro a V. Ex<sup>a</sup>, **data venia**, e com a permissão dos ilustres autores deste parágrafo, que se acrescente "excepcionalmente". Aí conciliaríamos a preocupação do Constituinte Vicente Bogo com a preocupação legítima dos autores desta proposta, bem como da Constituinte Raquel Cândido.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Concedo a palavra à nobre Constituinte Raquel Capiberibe.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Gostaria de dizer que concordo plenamente com a companheira Raquel Cândido, minha xará, mas que também vejo a preocupação do nosso companheiro Constituinte Vicente Bogo, dada a exiguidade de tempo que temos para a marcha dos nossos trabalhos.

Como mulher da Amazônia, e que conhece palmilhando a sua Região, quero dizer que, dificilmente, teríamos a oportunidade de ir **in loco** para constatar e conhecer a nossa realidade amazônica. E isso me preocupa, porque sabemos das dificuldades que a Amazônia nos oferece para que possamos, um grupo de parlamentares, chegar a esses locais onde realmente estão situados os grandes problemas da Amazônia.

Portanto, concordo realmente com a propositura do companheiro Joaquim Bevilacqua, de que conste como sugestão, e não como uma imposição. Porque, na realidade, nós sabemos que jamais teríamos possibilidade sequer de visitar algumas regiões de mineração, algumas regiões com problemas de mineração ou regiões, mesmo na Amazônia, com problemas e conflitos de terra. Muito obrigada.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVLACQUA — A minha proposta, Sr. Presidente, é só para acrescentar a expressão "excepcionalmente". Só isso.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Rosa Prata.

O SR. CONSTITUINTE ROSA PRATA — Queremos dizer, aqui, que não vemos nenhuma imposição na propositura que foi encaminhada pela Constituinte Raquel Cândido. Esta Comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos, tem características muito peculiares, e é dentro desta peculiaridade que se está procurando meios, formas de esclarecer e de orientar esta Comissão e as suas Subcomissões, com assuntos que são muitos específicos. Evidentemente, não há nenhuma imposição; há uma disposição que se procura colocar neste nosso Regimento, para que esses assuntos possam ser conhecidos **in loco**. Existe aquele adágio muito popular, que se adapta muito bem a esta questão: quem quer vai, quem não quer manda, ou não vai. Está é a colocação que gostaríamos de fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Com a palavra o Constituinte Gil César.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Sr. Presidente, a proposição inicial que eu fiz, antes da redação elaborada pelo colega Fernando Santa-

na, sugeria, inclusive, que o Plenário normal dessas reuniões fossem as Assembleias Legislativas locais ou possivelmente a Câmara de Vereadores. Evidentemente, num País contínuo como o nosso, não haveria condições de ser *in loco* para verificar todo esse problema, especialmente na Região Amazônica, eu, modestamente, conheço uma parte dela. Isso não impede, e eu estou de acordo com a sugestão do Constituinte Bevilacqua; acho que o assunto está exaustivamente discutido e a necessidade já foi julgada oportuna pelo plenário. Vamos votar a proposição.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Com a palavra o Constituinte Edison Lobão.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, entendo junto com quase todos que compõem esta Comissão que o nosso prazo é realmente insuficiente. Penso que o Plenário da Assembleia Nacional Constituinte deveria revê-lo e aumentar por seis meses, por um ano, não vejo razão para esta pressa enorme de se votar o texto constitucional em menos de um ano, em cerca de seis, oito meses. Porém, até que se consiga isto, nós estamos submetidos a prazos rígidos, extremamente exigentes. Penso, portanto, que deslocar uma Comissão para ouvir pessoas, entidades fora do Distrito Federal, seria uma maneira de se gastar mais ainda o tempo que para nós já é escasso; isto por um lado. Por outro lado, acho que quando se sai da lei então caminha-se para o despenhadeiro. E o que diz a lei nesta matéria? Que precisa ser interpretada e penso que a interpretação é muito simples, fácil. "A Assembleia Nacional Constituinte realizará os seus trabalhos, salvo motivo de força maior, na sede do Congresso Nacional. Qual o motivo de força maior? O Congresso de repente está em reforma e não podemos usar os salões.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — E o desconhecimento da matéria?

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Para mim esse é um motivo de força maior.

A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO — Onde tem escravidão branca, por exemplo, onde nós termos, lá, corrente das multinacionais e mílicas que matam diariamente, isso é matéria relevante?

O SR. EDISON LOBÃO — Relevante sim, força maior não.

Então, eu próprio, na medida em que puder, estarei viajando para ao meu Estado, sábado e domingo, onde pretendo ouvir entidades, grupos de pessoas etc.

O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para encaminhamento dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH — Eu tenho a impressão de nós estamos há vinte e oito minutos — eu consegui cronometrar — tratando desta questão; das sobremaneiras já analisadas, é uma proposta facultativa; se nós não podemos definir em vinte e oito minutos uma questão facultativa, então, não teremos condições de trabalhar no Congresso. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup>,

colocasse em regime de votação, esse assunto que está por demais esgotado, e nós temos que facilitar as coisas, e não complicá-las.

Gostaria de dizer ao nosso Presidente, ao Constituinte Edison Lobão que efetivamente é aquilo que ele está colocando mesmo, salvo motivo de força maior. Pois é, força maior, nós temos que conhecer a realidade brasileira. Como V. Ex.<sup>a</sup> mesmo reconhece, V. Ex.<sup>a</sup> passará o tempo para ver o seu Estado, do Maranhão. É claro que se a Comissão for V. Ex.<sup>a</sup> verá que não é só V. Ex.<sup>a</sup> quem terá oportunidade de ver isso; todos os membros da Comissão terão oportunidade de ver a mesma realidade que os seus olhos vêem, porque eu já vi. É preciso que todos vejam, para que todos se convençam daquilo que ouviremos e distutiremos aqui. É esse o apelo que eu peço a V. Ex.<sup>a</sup>, como está bem escrito, como é facultativo; nós podemos pedir é que acabe com a imposição e as amarras que têm no Congresso Nacional.

O SR. CONSTITUINTE JORGE VIANNA — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE JORGE VIANNA — Sr. Presidente, o nobre Constituinte Edison Lobão invocando o art. 1º do Regimento Interno da Constituinte, que por sinal já foi rasgado por várias vezes, não aqui, mas em função da exiguidade de prazos que estabeleceu, ele próprio nos dá a saída para esse impasse regimental. Acrescentaríamos à emenda, ao invés da expressão excepcional, nós acrescentaríamos ao parágrafo da proposta do Constituinte Gil César e Fernando Santana o seguinte: "em casos de força maior." Pronto; está compatibilizado com art. 1º do Regimento.

O SR. FERNANDO SANTANA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Eu gostaria que os colegas pedissem a palavra pela inscrição, porque estão pedindo pela ordem e na realidade querem debater a matéria.

Tem a palavra o nobre Constituinte Fernando Santana.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA — Eu não quero debater. Eu só quero dizer, salvo força maior, a Constituinte, o bloco, o corpo constituinte, que são 579; mas esse "salvo força maior" e no caso, por exemplo, como disse o colega Constituinte Edison Lobão, de que a casa caia, que haja um terremoto aqui, então pode sair. Mas esse corpo Constituinte reunir-se-á aqui, mas as Subcomissões podem se descolar, porque não é a Constituinte que está indo, é um grupo pequeno que irá verificar uma questão importante, e como a do setor agrário etc. Era só o que queria esclarecer em relação a expressão "salvo" do Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Com a palavra o nobre Constituinte Luiz Alberto.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO — É Sr. Presidente, para dizer que não existe nenhuma incompatibilidade regimental o Regimento da Assembleia Nacional Constituinte trata do funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte e será exatamente o caso de uma Subcomissão, talvez

uma Comissão da Subcomissão que irá fazer uma visita.

Por outro lado, eu queria dizer à Constituinte Raquel Cândido que citou aqui um rol de minerais, que parece nós ainda temos deles lá, em Rondônia, nós já tivemos muito desses em Minas Gerais, no passado.

Também para lembrar, Sr. Presidente, que os lobbies, as multinacionais as entidades organizadas, pagarão viagens para os Constituintes, virão aqui, nos entulharão — como estão nos entulhando — de propostas, de textos, e na verdade o que nós precisamos é ter oportunidade de sairmos daqui de uma vez e de outra trazermos aqui as entidades que não têm condições de vir. Por exemplo, um Conselho Comunitário de favelas; um favelado lá do Rio de Janeiro não terá condições de vir aqui ao Congresso Nacional, se não for financiado, ou tiver as suas despesas pagas de estado. Então, voto com a Constituinte Raquel Cândido. Entendo que isso será um instrumento de negociação para o Sr. Presidente junto à Presidência da Assembleia Nacional Constituinte e, principalmente, junto ao Sr. Primeiro-Secretário. Entendo que temos que ter essa abertura.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Srs., acho que o assunto está bastante esclarecido, todavia a Presidência quer fazer algumas considerações.

A proposta é no sentido de que a Comissão se desloque, poderá deslocar-se para audiências fora da sede do Congresso Nacional. É que na realidade há vários condicionantes. Em primeiro lugar, uma viagem dessa pode até ser prejudicial à Comissão, porque nós não estamos aqui para fazer uma substituição baseada em casuísticos. Acho que a visão do Constituinte tem que ser bem mais ampla, todos nós conhecemos os problemas nacionais, e do contrário, certamente, não estaríamos preparados para discuti-los.

Segundo, acho que surgirão problemas conjunturais agudos — talvez não sejam um bom conselho — para quem irá fazer uma substituição, a longo prazo. Mas esta é, apenas, uma observação que a Mesa se acha na obrigação de fazer. E mais: a redação proposta, de certo modo, a meu ver, peca um pouco. Seria a realização de sessões extraordinárias fora de sede, ou simplesmente, uma viagem?

A SRA. RAQUEL CÂNDIDO — Uma viagem de verificação, de estudos.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Então não é de funcionamento da Comissão. Peço a atenção dos Senhores:

"A Comissão ou Subcomissão poderá deslocar-se para audiências fora do Congresso Nacional em locais determinados por decisão da maioria."

Por outro lado, há o caso da compatibilização com o art. 1º. Eu sugiro uma redação, que os Senhores poderão propor, com o objetivo de compatibilizar, realmente, para que não fírmos o texto maior, que é o Regimento da Assembleia Nacional Constituinte. Poderíamos fazer referência ao texto do art. 1º, porque é evidente que somos Constituintes. Não justifica dizer que é o todo ou a parte que fica no recinto do Congresso ou fora dele. Sugeriria que a redação, pelos próprios autores fosse compatibilizada com o art. 1º

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA — É a sugestão que eu fiz a V. Ex<sup>a</sup>, **data venia**, que fosse inserido para compatibilizar a preocupação, inclusive do Deputado gaúcho, e também a preocupação do Constituinte Edison Lobão, de que constasse ou poderia constar, em vez de audiência com a anuência dos nobres autores, diligência, pois, na verdade, é uma diligência. E para compatibilizar com o art. 1º, em caso de força maior, pois os casos que a Constituinte Raquel Cândido citou aqui são casos de força maior, no meu modo de ver. Ai, a maioria do Plenário decidiria.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Neste caso, pediria a V. Ex<sup>a</sup> que formulasse a proposta substitutiva.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA — Eu proponho esta emenda, só acrescentando "diligências", ao invés de audiências.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Então, Comissões para diligência, que não seria a Comissão toda. Deveremos designar membros na Subcomissão, para proceder à diligência.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA — Minha proposta é autorizativa, ela não é impositiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Poderá a Mesa da Comissão autorizar a um ou mais dos seus membros a fazer diligências. Vamos aos baianos, para vermos se compatibilizamos a redação.

Concedo a palavra ao Constituinte Manoel Castro.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Estamos aqui numa discussão bizantina.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Bizantina, diz V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Bizantina. Porque eu gostaria de esclarecer o seguinte: todos os jornais, ontem, de Brasília e a grande imprensa nacional, trazem notícias de que outras Subcomissões, por coincidência aquela que trata da parte jurídica do Ministério Público e do Poder Judiciário, já está com Subcomissões inclusive viajando. Então, estamos inventando o ovo, redescobrimo a América.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Nós não somos responsáveis pelas outras.

O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO — Mas se já temos o exemplo de outra, vamos pedir aos nossos colegas da outra Comissão que nos mostrem o artigo da Comissão e resolveremos isto de uma vez por todas.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Eu pediria ao Constituinte Edison Lobão que lesse a proposta alternativa.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Esta é apenas uma idéia que resulta dos debates:

"A Comissão ou Subcomissões poderão designar alguns de seus membros para realização de diligências fora da sede do Congresso Nacional."

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Quem estiver de acordo com a proposta permaneça sentado. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH — Por gentileza, poderia ler mais uma vez?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Peço ao Constituinte Edison Lobão que leia mais uma vez a proposta.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Como o Constituinte Fernando Santana foi, parece-me, o autor da proposta original, eu gostaria de ouvir S. Ex<sup>a</sup> logo após a leitura do texto.

"A Comissão ou Subcomissões", portanto, a Comissão da Ordem Econômica e suas Subcomissões, "poderão designar alguns de seus membros para a realização de diligências fora da sede do Congresso Nacional."

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Alguém gostaria de se manifestar sobre a proposta alternativa? (Pausa.)

Está em votação.

Os que estão de acordo com a proposição permaneçam sentados. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Estamos em votação. V. Ex<sup>a</sup> pede a palavra para encaminhar a votação?

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH — Nós queríamos agregar aqui, pelo menos para ficar vazado na redação desta propositura, que não vai ficar na dependência, apenas da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Da Comissão, ao plenário.

Está aprovada a proposição.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, acredito que essas diligências serão efetuadas em dias, em que as Comissões e Subcomissões não estarão funcionando.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Muito bem. Creio que é bom explicitarmos isto.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA — V. Ex<sup>a</sup> deixou para o final a apreciação de uma proposta que eu queria fazer; mas V. Ex<sup>a</sup> entendeu ser oportuno deixá-la para o final, que é acrescentar um artigo a esse elenco, o art. 25. Eu poderia lê-lo? É a oportunidade para tal?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex<sup>a</sup> pode lê-lo.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA — A proposta é a seguinte, Sr. Presidente:

"Art. 25. O Relator da Comissão e os Relatores das Subcomissões apresentarão, dentro de 5 dias, roteiro básico dos trabalhos, diligências e audiências, a ser discutido e aprovado pelos respectivos plenários, por maioria simples."

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Acho que a proposta é interessante.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA — Quero apenas justificar, Sr. Presidente.

Penso que temos necessidade de um mínimo de sistematização, desde já, para os trabalhos das Comissões e Subcomissões temáticas; porque, como disse o colega agora há pouco, já há Subcomissões viajando, trabalhando, e nós não temos, hoje, um roteiro apresentado pela Presidência, democraticamente discutido e aprovado aqui. Ainda não temos um roteiro básico do nobre Relator e dos nobres Relatores das Subcomissões. Então, acredito que o prazo de 5 dias é suficiente para que se faça este roteiro básico e, em cima dele, possamos, as Subcomissões e a Comissão, discutí-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Quem está de acordo com a proposta? (Pausa.) Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que lesse novamente.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA — Mas o roteiro básico contém as diligências, também, até em reforço à proposição de V. Ex<sup>a</sup>

Vou ler e provar que isto vem, inclusive, em reforço à proposição de V. Ex<sup>a</sup>

"O Relator da Comissão e os Relatores das Subcomissões apresentarão dentro de 5 dias, roteiro básico dos trabalhos, diligências e audiências, a ser discutido e aprovado, pelos respectivos Plenários, por maioria simples."

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — A única sugestão que dou é que não seriam 5 dias, seriam 2. Isto é urgentíssimo.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA — Eu havia colocado 3 e aumentei para 5. Se V. Ex<sup>a</sup> sugere 2, coloco 2 na minha proposta.

O Senador Severo Gomes não está aqui e é o Relator da Comissão. Mas, Sr. Presidente, a partir de que dia?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — A partir de hoje.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA — Mas aí, há um empecilho. A Subcomissão de Reforma Agrária e Política Agrícola não fez uma reunião sequer. Não tem o nosso Relator condições de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Então, vamos votar a partir da primeira reunião da Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA — Então seriam 48 horas ou dois dias, a partir da reunião.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Para nós, seria a partir de hoje.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA — A discussão me parece em torno dos dias. O Constituinte Fernando Santana propõe 3. Eu havia proposto 5, V. Ex<sup>a</sup> fala em 2. Gostaria de que V. Ex<sup>a</sup> abrisse os debates com relação ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — V. Ex<sup>a</sup> poderia dar a redação.

O Relator apresentará de imediato.

O SR. CONSTITUINTE LUIS ALBERTO RODRIGUES — Poderia acrescentar o seguinte: Aprovado, pelo recinto do plenário, por maioria simples, a partir da sessão de instalação. Certo?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Acho que o importante aí é ficar consignado que o Relator preparará um documento para submeter ao plenário. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo mantenham-se como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte, Edison Lobão.

O SR. CONSTITUINTE EDISON LOBÃO — Gostaria de fazer uma sugestão, de que em todas as reuniões plenárias da Comissão, pelo menos os Relatores das Subcomissões estivessem presentes.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — E que eles relatassem alguma coisa dos trabalhos das Comissões.

O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH — E que eles relatassem o que ouvissem também. Deixo com V. Exª esta sugestão.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Concedo a palavra ao Constituinte Gil César.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA — Só um minutinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA — Sr. Presidente, havia falado em 5 dias e V. Exª contraditou com 2 e o Constituinte Santana citou 3. V. Exª colocou em votação e foi aprovado 3 dias?

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — 3 dias. Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gil César.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Bem, é só com referência à colocação das diligências; também há necessidade do relatório apresentar este roteiro.

O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH — É um roteiro básico dos trabalhos.

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Propomos que se retire as diligências, porque elas podem ser eventuais.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA — Mas isso poderemos acrescentar...

O SR. CONSTITUINTE GIL CÉSAR — Então, ficaria explícito que o Relator teria que propor isso.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Srs. Constituintes, terminamos uma etapa importante dos trabalhos desta Comissão. Sugiro que os Presidentes de Comissão, de acordo com os seus colegas, reúnam as Subcomissões, imediatamente, o mais cedo possível, e que seja procedido esse trabalho do Relator, que seria a ordenação geral dos itens principais, do trabalho de cada Subcomissão.

Durante os próximos 35, 40 dias, o trabalho essencial irá se proceder no âmbito das Subcomissões. Naturalmente, sempre que houver conveniência ou necessidade, o Presidente da Comissão convocará os seus membros para uma reunião geral, inclusive com o objetivo de que tome-

mos conhecimento do trabalho de cada uma das outras Comissões.

Agradeço a presença de todos e chamo a atenção de que as Comissões estão convocadas. A Comissão "B" para uma reunião imediatamente depois desta reunião. As Comissões "A" e "C" para amanhã. A Secretaria naturalmente avisará a todos. A primeira Comissão é "A", Princípios Gerais que será amanhã; a "B" que é Questão Urbana e Transporte, agora; e a "C", da Reforma Agrária também amanhã.

Nada mais avendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião, convocando outra para o próximo dia, às horas.

Está encerrada a reunião.

### COMISSÃO DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO

Subcomissão da Ciência e  
Tecnologia e da Comunicação

#### 1ª Reunião

*ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 1987, ÀS 17:00 HORAS.*

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Presentes 14 Srs. Constituintes. Declaro instalada a Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

A presente reunião destina-se à eleição de Presidente e de Vice-Presidente da Subcomissão. Convido os Srs. Constituintes Fernando Cunha e Olívio Dutra para escrutinadores.

Está presente também o nobre Colega Constituinte Presidente da Comissão Temática.

A Ordem do Dia da nossa reunião consiste na eleição, como já disse, do Presidente e dos dois Vice-Presidentes. Então, vai-se proceder à chamada nominal para eleição.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário.

O SR. CONSTITUINTE ARNOLD FIORAVANTE — Pelo que sei, as Lideranças fizeram um acordo quanto aos candidatos. Há, naquela cabine indevassável os seguintes nomes: Presidente — Arolde de Oliveira, 1º-Vice-Presidente, Onofre Corrêa e 2º-Vice-Presidente, José Carlos Martinez.

O SR. CONSTITUINTE ALOÍSIO VASCONCELOS — Eu gostaria, Sr. Presidente, de declinar, de público a minha posição. Vou votar no Presidente indicado, porque faz parte de um acordo previamente estabelecido; vou aplaudir a indicação da Relatora e não vou votar nem para 1º nem para 2º-Vice-Presidente, por entender que a maneira por que foi conduzida a questão na Bancada não foi, realmente, de acordo com aquilo que eu havia conversado com os meus companheiros. Então, vou votar no Presidente — quero apenas justificar — aplaudo a indicação da Relatora pela competência que tem, pela maneira cortês com que conversamos, pela capacidade que S. Exª tem para desempenhar o papel. Gostaria que todos conhecessem o meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — É um direito de V. Exª abster-se.

Vai-se proceder à chamada nominal dos Membros da Subcomissão para a votação.

Solicitando aos Srs. Constituintes que, ao fazerem uso da palavra, declinem o nome, para efeito de gravação.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aloísio Vasconcelos.

O SR. CONSTITUINTE ARNOLD FIORAVANTE — (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CONSTITUINTE ALOÍSIO VASCONCELOS — Apenas uma questão de ordem.

Digamos que, dentro da liberdade democrática que todos temos, possa aparecer aqui, espontaneamente, outra candidatura. Não é uma candidatura absolutamente de contestação; pelo contrário, seria apenas uma alternativa.

Como se vai proceder, se a Mesa só tem três cédulas?

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Há cédulas em branco que podem ser preenchidas.

O SR. CONSTITUINTE ALOÍSIO VASCONCELOS — Então, eu me permitiria, perante V. Exª destacar as qualidades morais e intelectuais do meu amigo José Carlos Martinez. Mas, o pleito de Vice-Presidente foi realizado ontem, na reunião, para que a distribuição geográfica tocasse Minas Gerais. Não houve unanimidade, nem compromisso. Não houve, até por salutar, pois haveria ainda um regime de consulta, já que não chegamos a nenhuma unanimidade; houve votação para relatora e consulta, a posteriori. Portanto, o que houve, hoje de manhã, sem conhecimento de todos, foi uma seqüência aos entendimentos havidos. Mas, aí, ocorreu uma mudança que nos surpreendeu, — e acredito que surpreendeu até o próprio postulante — porque o nobre, o competente, o ilustre Constituinte José Carlos Martinez era candidato a Relator e o candidato a Vice-Presidente era esta modesta pessoa que se está dirigindo à Presidência, Constituinte Aloísio Vasconcelos.

Comentamos isso e, para surpresa nossa, não foi dada oportunidade a que voltássemos a discutir. Sem ferir a ética partidária e o bom conceito que acho devem existir em todas as decisões da liderança, não vejo por que aceitar a surpresa que, digo, foi para todos, não apenas para uma ou duas pessoas. Há pessoas que entraram aqui, há pouco, e não sabem, sequer, os nomes. De maneira que acho que deveria ser dada uma oportunidade, até para debate — se isto pudesse ser feito — cada um se colocar, para que eu pudesse habilitar, com os presentes, com os companheiros do PFL, os companheiros do PMDB, os companheiros do PDS, os companheiros de todos os Partidos para que também acolhêssemos a moção e eu aplaudirei qualquer dos candidatos.

Agora, o que desejaria colocar, como pleito, é que fosse considerado isto. Não quero aceitar o que, em Minas, chamamos jogo de carta marcada, ou seja, uma eleição previamente decidida.

Então, eu pediria, com toda a humildade, que considerassem o fato de que este engenheiro, Deputado modesto, que está falando, ontem realizou um pleito aberto, honesto, puro e sincero, e deu as razões por que disputava uma Presidência da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, pois fez parte do primeiro gru-



po. A Sociedade de Engenheiros criou a Comissão de Ciência e Tecnologia, da qual se originou a atual Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Espero que esta Subcomissão visite o Centro de Tecnologia de Minas Gerais, hoje bem montado, a convite nosso. Tenho a impressão de que o Governo fará os convites; se não o fizer, a Câmara fará. Estas colocações eu gostaria de fazê-las para que democratizassem a eleição, repito, com o maior respeito, admiração e amizade pelos nomes colocados.

Eu pediria, então, humildemente, que dissessem que existe outro candidato à 2ª Vice-Presidência, que se chama Aloísio Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza) — Tenho a impressão de que todo o Plenário tomou conhecimento disto, mas, se V. Exª faz questão de que eu próprio diga, existe um outro candidato, chamado Aloísio Vasconcelos, nosso eminente companheiro que acabou de falar.

Concedo a palavra ao Sr. Mendes Ribeiro.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Todos sabem da posição que tomei por ocasião da reunião da Comissão Temática. Conseqüentemente, minha posição hoje, aqui, é óbvia. Não me surpreende que V. Exª não saiba os nomes, não se sabia também na outra; então, se não se sabe na maior, não se saberia na menor, não me surpreende também que haja apenas uma chapa feita, não me surpreende coisa alguma. Apenas, sou advogado e, como advogado, gosto muito de seguir a lei. Sou formalista. No Regimento Interno, há uma disposição que preside as eleições e manda esta disposição que existam chapas dos candidatos e não chapas em branco. Tive o cuidado de ver isto por várias razões até porque, na eleição passada, eu próprio quis confeccionar as cédulas com o meu nome.

Então, eu rogaria que todos os candidatos tivessem cédulas na uma e não cédulas em branco. Caso contrário, poder-se-á inquirir esta eleição de nulidade. Mas, já se rasgou tantas vezes o Regimento!

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza) — Para isto, seria necessário que houvesse inscrição dos candidatos...

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Acabou de haver.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza) — ... Para que se confeccionassem chapas. Então, se o companheiro considera indispensável que se façam as chapas, vamos, então, suspender os trabalhos para que sejam feitas as mesmas.

Consulto o Plenário se a cédula em branco não pode ser preenchida e considerada como chapa.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Sr. Presidente, eu não quero levantar questão de ordem para complicar o trabalho. Apenas, eu acho que uma eleição secreta, escrevendo o nome do candidato, deixa de o ser.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza) — Existe aqui, estou sendo informado, um modelo de chapa, com o nome dos Constituintes em branco; então, podemos datilografar, rapidamente, estas chapas.

Peço aos candidatos que não sejam dessas chapas já preparadas, Aroldo de Oliveira, para

Presidente, Onofre Corrêa, para Primeiro-Vice-Presidente e José Carlos Martínez, para 2º Vice-Presidente. Quem tenha outro candidato que forneça o nome à Secretaria para ser datilografado.

É só o Constituinte Aloísio Vasconcelos que concorre em chapa avulsa? Mais algum companheiro quer concorrer em chapa avulsa? Neste caso, vou ter que suspender os trabalhos para que haja tempo de serem preparadas as chapas. Não quero, absolutamente, que se possa arguir qualquer problema de violação do caráter secreto da eleição.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza) — Está suspensa a reunião.

*(Suspensa às horas e minutos, a reunião é reaberta às horas e minutos.)*

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza) — Está reaberta a reunião.

O SR. CONSTITUINTE ALOÍSIO VASCONCELOS — A partir do momento em que houve uma mudança e tenho agora a opção de escolher entre os Vice-Presidentes, eu gostaria de reconsiderar e dizer ao Plenário, novamente, que eu vou participar, inclusive, da votação de vice.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza) — Muito bem. Registrada a informação de V. Exª.

Se mais ninguém quiser fazer uso da palavra ou levantar qualquer questão de ordem, vai-se proceder à chamada nominal dos Srs. Constituintes, componentes da Subcomissão, para votarem.

À proporção que que forem sendo chamados, os Constituintes se dirigirão à cabine indevassável, isto é, à caixinha indevassável, apanharão as chapas e colocarão no envelope e depositarão, individualmente, na urna.

Vai-se proceder à chamada dos presentes.

*(Procede-se à chamada nominal.)*

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza) — Esgotada a lista dos titulares, pergunto se há algum suplente presente, de vez que alguns titulares não compareceram. Se houver algum suplente presente, que venha votar. Não há suplentes? *(Pausa.)*

Concluída a votação, vamos passar à apuração. Por obséquio, chamo os srs. escrutinadores. *(Pausa.)*

Votaram 17 Srs. Constituintes. Vamos contar os envelopes. *(Pausa.)*

Confirmado: 17 envelopes.

Feita a apuração pelos srs. escrutinadores, cujo devotado trabalho devo assinalar e louvar, pelo critério e rigor com que agiram, minuciosamente, temos o seguinte resultado: para Presidente, Aroldo de Oliveira, com 15 votos e 1 voto em branco; para Primeiro-Vice-Presidente, Onofre Correia, com 15 votos e 1 voto em branco; e para Segundo-Vice-Presidente, José Carlos Martínez, com 9 votos, Aloísio Vasconcelos, com 7 votos, e 1 voto em branco. *(Palmas.)*

Portanto, proclamo eleitos Presidente, Primeiro-Vice-Presidente e Segundo-Vice-Presidente, respectivamente, os Srs. Constituintes Aroldo de Oliveira, Onofre Correia e José Carlos Martínez, ao mesmo tempo em que os convido a substituírem a Mesa provisória, a Mesa eventual, a Mesa transitória que aqui estava presidindo.

O SR. CONSTITUINTE AROLD DE OLIVEIRA — Inicialmente, desejo agradecer ao nobre Senador Constituinte que presidiu a Mesa de uma maneira tão tranqüila, fazendo com que chegássemos realmente a esse resultado, sem maiores delongas. Estou muito grato.

Eu queria dizer a todos os companheiros que irão trabalhar nesta Subcomissão que é nossa intenção termos esta Mesa como o elemento para conduzir os trabalhos de uma forma supratitular, da forma mais isenta possível, sem deixar de aproveitar todas as sugestões, dando oportunidade, de acordo com as normas regimentais, a todos os companheiros que desejem apresentar as suas sugestões.

A Mesa será transparente e é nosso desejo — afirmo em nome dos meus companheiros que integram a Mesa — sair, ao final dos trabalhos, como um bom juiz de futebol, que nem sequer foi notado em campo. Esse é o nosso objetivo. E o resultado, que seja o melhor placar para setor de telecomunicações, par o setor de comunicações, de radiodifusão e para o setor de ciência e tecnologia, enfim, o melhor placar para a Nação brasileira, que espera realmente muito de nós.

Agradeço a todos a confiança e coloco a nossa experiência, o nosso conhecimento profissional nesta área, à disposição de todos, para que cheguemos, dentro dos prazos regimentais, a bom termo.

De acordo com a norma regimental já anunciada a mim pela Liderança do PMDB, através do Constituinte Antônio Britto, recebemos a indicação, de acordo com entendimentos internos do PMDB, para Relatora desta Subcomissão, da Deputada, nobre companheira, Constituinte Cristina Tavares, a quem convido para assumir a Mesa. *(Palmas.)*

Com isso, fica instalada a nossa Subcomissão. Antes de convocarmos a nossa reunião inicial de trabalho, eu perguntaria se alguns dos nossos membros da Mesa gostaria de usar, mesmo que rapidamente, da palavra, ou alguns de nossos companheiros também do Plenário.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Quero, inicialmente, me dirigir aos companheiros do PMDB, Partido do qual tive a honra de ser uma das fundadoras quando era MDB. Agora, na Assembléia Nacional Constituinte, quero dizer que me sinto emocionada de participar como Relatora desta importantíssima Subcomissão que vai ter, como responsabilidade definir o papel do Brasil no século que vem. O vestibular do século XXI, de certa forma, será desenhado nesta Comissão, quando formos discutir as questões tecnológicas, bem como suas implicações, as implicações do impacto da tecnologia sobre a sociedade. Somos nós que vamos discutir, que vamos colocar na Constituição a posição, por exemplo, sobre a privacidade. E estamos no ano de 1982, onde uma teletela é capaz de surpreender e deixar o cidadão prisioneiro de uma máquina eletrônica.

Por outro lado, será preocupação e objeto das nossas deliberações a questão tão dramática da automação e de seu efeito sobre o emprego. São essas questões e, sobretudo, a coragem que esta Comissão vai ter que ter, para debater assuntos quase tabus neste País. Por exemplo: qual a dimensão, como deverão ser concedidos os novos canais de rádio e televisão? Como deverá ser a questão das grandes redes de televisão, de comu-

nicação social neste País? Como? E somos nós que vamos, preliminarmente, discutir e votar. Como serão utilizadas as novas tecnologias de comunicação social, a televisão por cabo? Os pleitos sobre a democratização dos meios de comunicação de massa são muito fortes, mas o **lobby** conta que os poderosos interesses também são muito fortes.

De forma que teremos que ser absolutamente gigantes para termos condições de apresentar, aqui, propostas de uma Subcomissão que se coadune, por um lado, com o desejo de política democrática de comunicação e, de outro, com o estarmos num País merecedor de passar no vestibular do Século XXI, através de pesquisas e de tecnologias modernas neste ano, neste fim de século, onde a revolução tecnológica aponta novos caminhos e novos poderes.

Quero comunicar à Comissão que já temos recebido alguns convites, os quais proclamo aqui, colocando à deliberação do Presidente e da Comissão, de visita aos centros tecnológicos. Vamos aonde se produz tecnologia, vamos aonde se produz o pensamento sobre políticas democráticas de comunicação. Temos o convite do Superintendente da Sudene, Dr. Guarani Sampaio, para que a Comissão se desloque até Pernambuco, onde ouviremos os pleitos das universidades e dos centros de tecnologia do Nordeste. Temos o convite do Centro Tecnológico de Minas Gerais, através do Deputado Aloísio Vasconcelos, para que vamos lá também, olhar onde se produz microeletrônica, onde se produz, também, tecnologia. Temos a fábrica Cobra, do Rio de Janeiro, que convida a Comissão para uma visita, a fim de que vejamos os acertos e os erros da política nacional de informática. Temos do Governador de São Paulo — os paulistas nunca estão ausentes dessas coisas — também o convite para visitas, não somente aos centros tecnológicos de São Paulo, mas também às universidades.

Além disso, eu gostaria de comunicar à Subcomissão que se realiza, neste momento, um Congresso de Engenheiros. São mais de 100 entidades — hoje, pela manhã, tivemos o prazer de estar na abertura, juntamente com o Senador Pompeu de Sousa — que estão em Brasília, formulando propostas que serão entregues a esta Subcomissão. Não sei como é o calendário, Sr. Presidente, mas o grupo dos engenheiros, tendo à frente o Presidente da Federação dos Engenheiros do Brasil, gostaria de entregar a esta Subcomissão as propostas que estão sendo finalizadas em debates, hoje e amanhã, na Universidade de Brasília.

Temos, ainda, o convite da Federação dos Jornalistas que tem também, em congressos com muitas entidades representativas da sociedade civil e das universidades, apresentado propostas para trazer a esta Comissão.

De forma que acho que os nossos calendários serão muito ativos, nesses 35 dias, em que os olhos da Nação, a inteligência da Nação, o futuro da Nação estarão depositados sobre nós. Ouso dizer que esta Subcomissão é a mais importante, porque é ela quem vai decidir o futuro, enquanto as outras estão decidindo o presente, estão consolidando situações. Nós estamos criando situações. Então, de nós será exigido muito mais do que simplesmente a sensibilidade. Será exigido de nós a ousadia de formular. Tenho a certeza de que todos nós, companheiros aqui presentes

de todos os partidos, haveremos de tomar essa tarefa juntos.

Ficam feitos os convites. Pergunto ao Presidente sobre as sessões públicas, como seriam as sugestões para virem aqui prestar — nos esclarecimentos. Em princípio eu queria colocar, como debate, que nós deveríamos seguramente ouvir uma opinião a favor e uma opinião contra, para que pudéssemos, democraticamente, ver os dois argumentos, o argumento pró e o contra a indústria brasileira de informática, por exemplo. Não quero dizer que vamos convocar, aqui, o Presidente Ronald Reagan, mas vamos seguramente convocar alguém que pensa igual a ele e que defende os interesses dos Estados Unidos, aqui no Brasil. Há muita gente. Eu perguntaria como faríamos isso.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Alguém mais da Mesa gostaria de se pronunciar? (Pausa.)

Eu gostaria, aproveitando as palavras da Relatora, de dizer que a Mesa está plenamente consciente de como deve conduzir, de acordo com a norma regimental, todo o trabalho desta Subcomissão, os prazos envolvidos. Esses convites que aqui foram relacionados têm que ser adequados à nossa realidade de trabalho interno, já que participamos como suplentes de outras Comissões, e participamos da Grande Comissão. Então, a Mesa fica aguardando esses convites e, uma vez oficializados, a Mesa vai decidir, discutindo com a Presidência da Comissão, tentando fazer um mosaico de distribuição, para fazer um cronograma viável, a fim de que todos possamos cumpri-lo. Talvez, possamos nos dividir em grupos, em subgrupos, porque talvez a Subcomissão não possa viajar. Isso terá que ser feito, naturalmente, de acordo com o cronograma maior dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte em todas as suas Subcomissões. Nós aguardamos os convites oficiais, quando chegarem à Mesa, então, a Presidência encaminhará, debaterá em plenário e nós encontraremos evidentemente a melhor solução para irmos buscar esses subsídios no Nordeste, na Amazônia, em São Paulo, enfim, nos nossos centros de pesquisas, na área de pesquisas e, também, na área de telecomunicações algumas visitas naqueles que talvez precisem fazer para ver como nós estamos trabalhando nessa área, e como é que funcionam essas empresas?

Os pólos do nosso debate meus companheiros, serão localizados, evidentemente, em cima dos temas clássicos, aqueles de maior conteúdo ideológico, no meu entender, que serão aqueles temas que dizem respeito à privatização, verba, estatização — é reserva de mercado, é o mecanismo para concessão de outorga de rádiodifusão, de rádio e televisão. E essa matéria, naturalmente, nós temos que procurar ler e dar tempo e consultar, e de certa forma, nós subsidiaremos esse trabalho dos companheiros. A Mesa estará atenta, vai receber esse convite e nós vamos debater em plenário como vamos encaminhá-lo. Estamos absolutamente conscientes disso.

O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA — (Fora do microfone) — Temos confiança de que a Mesa vai saber administrar e dirigir os trabalhos da Subcomissão com base no Regimento Interno. Acho que a Comissão vai ter que tomar a iniciativa, não só esperar o convite, mas ela mesma propor a quem convidar para as sessões públicas, aonde

ir para debater. Sobre a proposta da nobre Relatora, Companhia Cristina Tavares, eu só acrescentaria que é fundamental seja nos locais, nos Estados, nas regiões para onde um grupo da Subcomissão se deslocaria. Teria que contactar, não apenas com os empresários, com as pessoas de empresas, mas com os trabalhadores, com as suas entidades. A CUT (Central Única dos Trabalhadores) tem uma Comissão de Tecnologia e Automoção, atuando já há mais de 2 anos; a CFT, pelo que eu saiba, também tem uma preocupação desse gênero; a Federação Nacional dos Jornalistas tem um trabalho sério a respeito do tema das comunicações; o mundo da universidade, a SBPC e outras instituições que congregam os cientistas têm propostas sérias sobre a questão da ciência. Então, nós achamos que todo e qualquer deslocamento da nossa Subcomissão tem que se dirigir a todos os segmentos e não apenas ao empresariado. Nós vamos discutir aqui tudo que é reserva de mercado, o capital e também a reserva tecnológica, é a questão do trabalho, do emprego, da qualificação, etc. Então, o plano é colocar isso como uma direção já para o nosso trabalho. Toda vez que nos dirigimos para este ou aquele local o número do trabalho tem que ser contactado por esta comissão. E as entidades que representam os setores diretamente vinculados aos termos que esta comissão vai analisar sujeitos permanentes aqui nos debates públicos.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Terá que haver participação da maioria do povo. Esse é o nosso objetivo, e a Mesa naturalmente, como já disse de início, a Mesa quer ser um juiz de futebol, que não seja notado no final do jogo. E o placar será por nossa conta, para benefício da nossa Nação. É assim que nós estamos encarando a coisa; a Mesa será transparente; nós estamos aceitando qualquer tipo de sugestão e vamos, então, a partir já de hoje, fazer nossos contatos, o companheiro Olívio Dutra tem ligações com as centrais de trabalhadores DIEESE, CUT, etc., e já pode convocar para que chegue logo aqui, o mais depressa possível, um convite oficial. Eu acho que os companheiros, na realidade, não de entender, que a Mesa não poderá decidir deslocar Parlamentares, deslocar Constituintes de um lugar para o outro, se não houver uma formalização adequada para que se faça isso, e até uma pauta sobre o que vamos fazer. É importante que se faça a coisa de uma forma organizada. E nós não vamos, evidentemente, permitir ou abrir mão deste mínimo de organização, para que o trabalho de um grupo — que é um grupo grande, um grupo heterogêneo seja realmente conduzido no sentido de termos um melhor resultado final. Essa é a nossa idéia; se talvez algum companheiro tenha alguma sugestão a dar, nós acataremos e vamos tentar enriquecer então essas idéias, mas nós vamos permanecer por aí.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — O Constituinte Oliveira Dutra, quando sugere a ampliação do espectro, ele está também dizendo, e era minha intenção, talvez eu não tenha me feito entender bem, que eu ache que nós temos que tornar as nossas iniciativas, não apenas explorar os convites que foram feitos. Evidentemente, seja de forma oficial ou oficiosa, a comissão, quando se deslocar ao Estado de São Paulo, ela tomará a iniciativa, também, não só vai ficar espe-

rando por convites. Nós sabemos quais os setores perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — O que eu estou colocando é um pouco antes, nobre Constituinte Cristina Tavares. É que, para a Subcomissão se deslocar para São Paulo, ou para qualquer outro lugar do Brasil, para visitar instituições, nós, evidentemente, teremos que ter todo um trabalho prévio de montagem, dentro do quadro do organograma de trabalho da própria Constituinte. Isso ainda está para ser decidido e o Plenário vai resolver isso.

Eu gostaria de dizer, também, que nós temos de cinco a oito audiências públicas — que naturalmente serão feitas aqui na sala dos trabalhos da Comissão, e que teremos que escolher aqui em plenário, quais serão as entidades e, aí sim, nós vamos, então buscar as entidades para fazermos um cronograma bem feito para as audiências públicas sobre a matéria constitucional que será tratada dentro da Subcomissão. Eu estou entendendo dessa maneira; discutiremos com o Presidente da Comissão maior, o que é evidentemente nessa área que nós vamos encontrar a maneira de ajustar o cronograma de trabalho.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — (Fora do microfone.) Quero dizer que quando apresentarem o cronograma de trabalho nós teremos de qualquer forma que cumprir esse horário; mas, temos pela frente prazos, e esses prazos coincidem com feriados e há que ter um organograma mínimo de trabalho. Então, após conhecer como vamos trabalhar, quando vamos trabalhar, e em que horário vamos trabalhar, aí poderemos partir para outros assuntos, e outras elucubrações. Por agora, o fundamental é saber: quando, onde, como, por que, e quem — já que nós estamos falando em linguagem de comunicação, tem que dar a notícia. Eu quero a notícia de quando nós vamos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Queira dar o nome por gentileza, porque no início do trabalho a gravação precisa registrar o nome de cada um.

O SR. CONSTITUINTE PAULO MARQUES — Objetivamente, o companheiro Constituinte do Rio Grande do Sul, Mendes Ribeiro, já antecipou a questão que eu iria levantar aqui. Exatamente é esse organograma de trabalho que nos preocupa, porque, afinal de contas, nós temos um prazo para projetar esse nosso trabalho. É evidentemente saber até quando chegará a autonomia desta Subcomissão perante a grande Comissão, para tomar as iniciativas que lhe convier. A companheira Constituinte Cristina Tavares, Deputada também por Pernambuco e eminente Relatora desta Subcomissão, colocou muito bem os primeiros convites que aqui chegaram de alguns Estados brasileiros, para abordar a questão. Mas, é claro que os eventuais acontecimentos que possam estar ligados a esta Subcomissão, e que para cá nós possamos trazer para debater-las, para levá-las ao conhecimento de outros companheiros, como, por exemplo, nós estamos saindo agora de um movimento que diz respeito a essa Subcomissão lá em Pernambuco. A companheira Constituinte Cristina Tavares conhece muito bem a crise da empresa **Jornal do Commercio**, que é uma das maiores empresas de comunicação, instalada no Brasil e que, lamentavelmente, passa

por uma crise sem precedentes na sua história, desde que o saudoso Senador Pessoa de Queiroz a colocou com uma visão futurista, implantada no País. São cinco emissoras de rádio, Sr. Presidente: a Rádio Jornal do Commercio, a Rádio Difusora de Curuaru, a Rádio Difusora de Pesqueira, a Rádio Difusora de Garanhuns, a Rádio Difusora de Arcoverde; ainda dois jornais, o **Diário da Noite** e o **Jornal do Commercio** e a TV Jornal do Commercio, que estão, agora, nas mãos de um novo grupo empresarial. Mas essa empresa deve, lá em Pernambuco, a Deus e ao mundo; deve à CELPE, deve à TELPE, deve à COMPESA, deve à Prefeitura, deve ao BANDEPE, deve ao Governo do Estado, deve ao IAPAS, deve a todo mundo; e em que pese estar sob intervenção federal, ela está agora com o comando acionário nas mãos de um novo grupo. E tanto eu quanto Cristina Tavares temos conhecimento das pessoas que, isoladamente, o compõem, mas temos uma preocupação muito grande: é de que, como jornalistas que somos, esta empresa não venha a reeditar o episódio da TV Tupi, cuja concessão foi cassada há alguns anos atrás — e a de Pernambuco entrou aí nessa cassação de forma arbitrária e discriminatória, porque não tinha nada a dever, apenas porque pertencia à rede. Então, tenho que confessar o meu receio de que, se esta comissão de novos empresários, que é a quarta em dois anos, que se propõe a comandar os destinos da empresa, adquiriu o comando acionário, que ela venha realmente a resolver.

Então, como primeira proposta, eu gostaria de mobilizar essa Subcomissão — e pedir a V. Ex.<sup>a</sup> licença para fazê-lo informalmente e, depois, oficial, se for o caso, — para que esta Subcomissão pudesse se movimentar, porque quando agora passaram, Sr. Presidente — e a minha cara amiga e colega Cristina Tavares, os meus colegas radialistas e jornalistas de Pernambuco estão há trinta e sete dias parados, tiraram todos os órgãos do ar, as emissoras de rádio e televisão ficaram, então, sem saber a quem recorrer. Não havia absolutamente nada, até porque a Constituinte, que ora funciona, não havia elegido, ainda, o órgão que pudesse, especificamente cuidar da questão, que era esta Subcomissão que aqui está.

Então, eu gostaria, como primeiro passo e que trago como preocupação do meu Estado, e a saber se esta Subcomissão tem autonomia de iniciar já um trabalho de avaliação desta questão, para ajudar a salvaguardar esse patrimônio do povo de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Como existe uma questão, eu colocaria — e estou acompanhando atento a preocupação do nobre companheiro — acontece que entendo, e deixo que outros se pronunciem sobre essa matéria, que a Subcomissão haverá de tratar de matéria constitucional. Os assuntos conjuntuais servirão, no máximo, para nos dar subsídios para fazermos as correções, no mérito, da legislação e do texto constitucional. Nós não podemos, aqui, no meu entender, discutir assuntos que não conduzam diretamente à matéria constitucional. Essa é que é a nossa preocupação. Então, aquilo que for matéria constitucional nós teremos o maior prazer de colocar em debate, colocar na pauta dos trabalhos.

Do contrário, nós temos a Câmara funcionando às segundas-feiras, com o seu plenário aberto

ao debate, para conduzir o assunto constitucional e salvaguardar e permitir que todos os nobres companheiros, investidos nas suas funções parlamentares normais, como Deputados e Senadores, possam usar essas tribunas e, aí, então, tratar da conjuntura, a não ser que a conjuntura — como eu disse — traga à Subcomissão subsídios valiosos para a avaliação, no mérito, das questões constitucionais.

O SR. CONSTITUINTE PAULO MARQUES — Sr. Presidente, (V. Ex.<sup>a</sup> me permite?)

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Pois não!

O SR. CONSTITUINTE PAULO MARQUES — Senador Pompeu de Souza, é apenas uma questão de complementação do meu raciocínio.

O que quero levar, aqui, ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> e dos demais companheiros, é esse assunto evidentemente, não é uma matéria constitucional e dela nós não deveríamos tratar com especificidade na Comissão. Mas, eu queria saber até onde esta Subcomissão tem autoridade para acompanhar uma crise conjuntural como esta, que poderá reforçar, por exemplo, a questão sindical que, inclusive, foi colocada aqui pelo Companheiro Olívio Dutra. Afinal de contas, os sindicatos lá, agora, trouxeram à tona uma autoridade que não havia há alguns anos atrás. Mas, apegar-se a quem e a quem? Esta Comissão tem uma autoridade, hoje, de poder reforçar uma luta conjuntural como essa, que possa dar solução à uma questão que não deixe ir ao caos um patrimônio, como este, de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Eu não entendi bem a colocação, apenas reforço, realmente, que entendo que a autonomia da Subcomissão, respeitados apenas os cronogramas de trabalho de todas as Subcomissões, no meu entender, não é total, é uma amostra da própria Assembléia Nacional Constituinte, dentro daqueles parâmetros

Agora, a matéria a ser tratada aqui deverá ser a matéria constitucional, no meu entender. Podemos debater mais, em sessões futuras, este assunto, mas acho que é matéria constitucional.

Concedo a palavra ao nosso querido Senador Constituinte Pompeu de Souza dizendo que o Presidente da Comissão está presente e havia pedido a palavra anteriormente.

O SR. CONSTITUINTE POMPEU DE SOUSA — (Intervenção fora do microfone. Inaudível.) Eu gostaria de chamar a atenção para o problema dos nossos prazos que são estritos e a nossa missão, que é muito ampla, e queria chamar a atenção para que nós não perdêssemos de vista a amplitude dos nossos trabalhos e o pouco tempo de que dispomos, para não nos determos em atividades laterais, ou colaterais, etc, senão nós perderemos de vista o objetivo primordial, que é o de elaborar o projeto constitucional, no que se refere à nossa área específica.

Então, eu gostaria de pedir à Mesa que ela elaborasse, tão depressa quanto possível, um cronograma completo dos nossos trabalhos, mesmo porque eu me assusto um pouco com tantas viagens, que são sem propósito a meu ver. Eu, na verdade, não sou inimigo de viagem (Continuar fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. CONSTITUINTE POMPEU DE SOUZA — (Fora do microfone. Inaudível.) Acho que, normalmente, poderemos convidar as pessoas a virem aqui para centralizar os nossos trabalhos, para que possamos trabalhar e as partes interessadas se desloquem, ao invés de nos deslocarmos, porque nós é que vamos perder tempo e temos que trabalhar.

Acho, Sr. Presidente, que nós devemos nos preocupar muito é com que se faça um cronograma muito rígido para que a Subcomissão não perca de vista o nosso objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — É a nossa intenção.

Concedo, agora, a palavra ao nosso Presidente da Comissão.

O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA — Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente, de me congratular com os Constituintes eleitos: Presidente Arolde de Oliveira, com o Primeiro-Vice-Presidente, Onofre Corrêa; com o Segundo-Vice-Presidente, José Carlos Martinez e com a Relatora indicada, Cristina Tavares.

Naturalmente, a hora é de começar a trabalhar e todos devem estar se perguntando sobre o problema do programa, do roteiro a ser cumprido, prazos, etc. e atividades que teremos de desempenhar.

Eu gostaria de dar uma palavra sobre a Comissão. Naturalmente que as Subcomissões têm plena autonomia para escolherem os seus roteiros e seguirem o cronograma que entenderem conveniente. Entretanto, seria de bom alvitre que nós mantivéssemos a agregação entre as três Subcomissões, uma vez que os assuntos são imbricados, há uma intersecção temática e é importante que nos reunamos, pelo menos uma vez por semana, em Comissão, ou seja, o conjunto das três Subcomissões. Para isso o Regimento torna até compulsória esta reunião, uma vez por semana, da Comissão como um todo.

O Art. 16, diz que "os Ministros de Estado e dirigentes de entidade de Administração Pública poderão comparecer perante as Comissões..." De modo que o **forum** adequado a convidar Ministro de Estado e alto dirigente do setor público é a Comissão como um todo. Esse será o pretexto que nós usaremos para manter esse intercâmbio, para manter essa agregação entre as comissões, pelo menos uma vez por semana.

Então, eu vou pedir ao relator-geral para que estabeleça um roteiro da Comissão, roteiro que, naturalmente, será examinado, debatido, emendado, consertado, e, afinal, será votado e adotado.

O roteiro do relator-geral será a trilha que nós vamos seguir para manter esse intercâmbio entre as comissões. Há certamente uma pergunta no ar, se nós vamos nos reunir durante a Semana Santa. No que diz respeito à Comissão, o entendimento da Presidência é que não devemos. Entretanto, as Subcomissões poderão se reunir durante a Semana Santa, se entenderem, domingo, feriado, Dia Santo, etc, se acharem conveniente e mais ainda, haverá uma indicação, haverá uma sugestão, uma orientação, vinda da Presidência da própria Assembléia Nacional Constituinte sobre atividades durante a Semana Santa. Repito, então, no que diz respeito à Comissão a idéia do Presi-

dente é de que não devamos nos reunir. Oportunamente, apresentarei às Subcomissões o roteiro do Relator geral para atividades das comissões como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Não quer significar que o fato de as Subcomissões trabalharem, ou não, feriados e domingos, os prazos não estejam correndo. Os prazos estão contando a partir de hoje. Entendo isso. A outra pergunta é se o relator-geral fará alguma proposta subjacente ao seu trabalho, no cronograma que fará para a Comissão, uma proposta de trabalho também para as Subcomissões, dentro desta idéia de agregação.

O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA — Em princípio, o relator-geral não pode interferir, em nada, quanto ao trabalho das Subcomissões. O relator-geral traça o programa, o roteiro da comissão, como um todo.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Quero discordar do Presidente. No meu entendimento, eminente Constituinte Marcondes Gadelha, a conveniência fez com que se dividisse em Subcomissões para torná-las mais flexíveis. Evidentemente, se nós temos 8 audiências públicas, se somos três subcomissões, e a subcomissão está voltada para questões da família, do menor, a outra está voltada para a questão da comunicação, se nós fazemos audiência pública em todas as três Subcomissões. Então, ao invés de ter 8 audiências públicas, para enriquecer os trabalhos, nós estamos diminuindo a capacidade. Estamos aqui reunidos para questões da comunicação e da ciência e tecnologia e, naturalmente, quando alguém da maior importância para os trabalhos da Constituinte prestar um depoimento sobre a Educação, nós poderíamos estar na Subcomissão ouvindo outra pessoa. Então, me parece que essa idéia do eminente Presidente da Comissão não é a mais feliz para os trabalhos das Subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Gostaria de fazer uma colocação. Eu entendi do Presidente da Comissão Constituinte Marcondes Gadelha, que o relator-geral da Comissão vai fazer uma proposta de cronograma de trabalhos para a Comissão. Ele declarou pessoalmente que não há qualquer interferência no trabalho das Subcomissões. Nem falou em audiências públicas.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Falou sim.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Citou apenas que no caso de convocação de Ministro de Estado e altas autoridades, é o texto regimental, só poderá ser feito pela Comissão. Está claro no texto regimental.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Não está claro, não.

O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA — Gostaria de esclarecer a nobre Constituinte Cristina Tavares, que não há nenhum conflito, nenhuma superposição de atividades da Comissão em relação às Subcomissões. Quando eu tive a idéia de imaginar esse sistema de trabalho, eu ouvi companheiros que entendem que as três Subcomissões têm profundas interligações e não podem ser tratadas como compartimento, estanques. É preciso que haja uma conti-

nuidade, pelo menos uma continuidade dessas atividades. Veja por exemplo, Constituinte Cristina Tavares: a questão da ciência e tecnologia não pode ser tratada separadamente da questão da educação, sobretudo a educação de nível superior, que dá o suporte tecnológico, suporte de conhecimento para o País. Então, embora sejam tratadas de maneira dissociada no texto do Regimento, na prática são assuntos profundamente interligados. Então, como nós manteríamos a conexão? Como nós manteríamos a ponte? Apenas ocasionalmente, uma vez por semana, convidando, nos termos do Regimento, uma figura, cujo alcance dos trabalhos abrangesse duas ou três Subcomissões. E neste caso o Regimento, no seu art. 16, faculta, não torna imperiosa que seja feita pela Comissão, mas ele cria o caminho para se manter essa ligação entre as três Subcomissões, que a maioria dos companheiros entendem necessário. Diz o art. 16:

"Os Ministros de Estado e dirigentes de entidade da Administração Pública poderão comparecer perante as Comissões, quando devidamente convidados para prestarem informações acerca de assunto relacionado com a elaboração do Projeto de Constituição."

Creio que quando o Regimento reservou um tratamento especial para a convocação de Ministro de Estado e relacionou com reunião da Comissão quis dar não apenas um espaço nobre, mas quis dar um sentido de maior abrangência e quis evitar essa separação, essa estanqueidade que só existe no papel, porque na prática não existe, entre os assuntos que nós estamos tratando.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Não exatamente ao contrário, eminente Presidente, existe na prática.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Pediria à Constituinte Cristina Tavares que esperasse que o Senador concluísse o seu raciocínio.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — O Senador pode ser interrompido por um aparte? O pensamento dele é muito mais consistente, não vai desaparecer por Um aparte.

O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA — Claro!

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Quería dizer que é exatamente ao contrário. Se nós estaremos aqui discutindo, só teremos 8 sessões para sessões públicas, e nós vamos discutir aqui a questão da privacidade e vem alguém especializado na questão do menor, os trabalhos vão ficar prejudicados com essa sugestão.

O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA — V. Ex.<sup>a</sup> me permite?

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA — Se V. Ex.<sup>a</sup> reclama por que nós temos apenas 8 sessões públicas, essas sessões são das Subcomissões; nós estamos criando mais um espaço para convocação de mais gente. Isso não impede que as 8 sessões sejam todas preenchidas, de acordo com o roteiro traçado pela Relatora da Subcomissão.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Agora eu estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Havia pedido a palavra o Relator da Comissão, o nobre Constituinte Artur da Távola.

O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA — A Comissão possa trabalhar sem conhecer as diretrizes dos trabalhos da Comissão. A sua Comissão vai defender essa diretriz? No meu entender, deveria haver um cronograma.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Gostaria de fazer algumas colocações muito rápidas à Mesa. Estou ouvindo-os para ver as inquietações e preocupações de todos.

Acabamos de instalar a Subcomissão. Mas aqui já estou para a convocação de nossa reunião que, infelizmente, não poderá ser amanhã, porque amanhã é o dia em que será instalada a Comissão de Sistematização, onde os Relatores e o próprio Presidente da Comissão-Geral participam também. E onde temos vários companheiros que têm interesse nessa Comissão. Então, amanhã não poderá ser feito o trabalho na parte da manhã, como prevê o Regimento Interno, na parte da tarde será Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Convocaremos então para o sábado. Tomarei as providências, com a nossa Relatora, para que ela faça o mesmo roteiro que o Relator-Geral da Comissão fará. A nossa Relatora vai fazer uma proposta de um roteiro de trabalho, discutiremos hoje esse roteiro, como será, já tenho idéia de como será feito, para submetemos ao Plenário da Subcomissão e ela, em contato direto com o Relator-Geral, para poder haver compatibilização de horários e dias. E nessa reunião convocarei os Srs. para quinta-feira, às 9 horas e 30 minutos.

Aqui, o primeiro item da pauta será o estabelecimento da regra do jogo de nosso trabalho. Então essas questões são importantes, já deu para se ter o perfil das preocupações. Vamos aguardar quinta-feira, estaremos aqui com um esboço deste trabalho. Esta é a postura.

Com a palavra o nobre Constituinte Mendes Ribeiro.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Pedi a palavra para uma questão de ordem.

A primeira pergunta que fiz foi exatamente a colocação do Constituinte Gadelha e de V. Ex<sup>a</sup>, ou seja, quando, onde, como e de que forma vamos trabalhar. É evidente que S. Ex<sup>a</sup> tem razão. Há uma interligação entre as Subcomissões. Tanto é que a Comissão Temática tem um Presidente que engloba o trabalho das três e é exatamente o que V. Ex<sup>a</sup> acabou de propor agora, que resolve a questão de ordem que coloquei no início, ou seja, que V. Ex<sup>a</sup> e os membros da Mesa — e fez muito bem V. Ex<sup>a</sup> — tratem de apresentar um cronograma a nós outros que seja adequado ao trabalho proposto pelo Presidente. Agora já temos as primeiras respostas e as primeiras notícias. Quinta-feira, às nove e meia, e o resto é depois.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Com a palavra o Sr. Constituinte Artur da Távola, por favor.

O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA — Srs. Presidentes da Comissão e Subcomissão, eu gostaria de transmitir a todos o que é um

primeiro pensamento meu, a respeito do que colocou o Constituinte Marcondes Gadelha. Inclusive, nós dois ainda não tivemos tempo de meditação. A minha idéia é estar na condição de Relator, na primeira etapa dos trabalhos, inteiramente à disposição das Subcomissões.

Tenho a impressão de que a tarefa do Relator, nessa fase, é a de ouvir, em extensão e profundidade, o trabalho das três Subcomissões. Porque ele só formará um juízo aprofundado e amplo das matérias tão extensas dessa Comissão se ele se dedicar, nos primeiros dias, a um modesto trabalho de ouvir o desenvolvimento. E tenho a impressão que o germe da matéria constitucional nasce nas Subcomissões. E o trabalho delas é extremamente importante, porque é o único momento de toda a elaboração do processo em que a discussão pode ser específica. V. Ex<sup>as</sup> observem que em nenhum outro momento a discussão será mais específica. Na Comissão a discussão já não será específica. Ou V. Ex<sup>as</sup> estarão discutindo e votando assunto menor, assunto de família. Terminada a etapa da Comissão, na Sistematização, para onde irá o Relator e alguns outros, também a discussão não é específica, é geral. A fase das Subcomissões, no meu entender, é uma fase em que o Relator-geral, que não tem a pretensão de enciclopedista, até porque não vivemos mais os tempos do enciclopedismo, devido ao tamanho, a extensão do conhecimento humano, é uma fase em que o Relator-geral precisará de enorme atenção ao trabalho da Subcomissão. Aqui se discutirá tecnicamente.

O que entendi, da colocação do Presidente Marcondes Gadelha, é que quando a Subcomissão desejar ouvir alguma autoridade, então a Comissão, por ser aquela a que está destinado regimentalmente fazê-lo, convocará essa autoridade. Posteriormente, ao fim dos trabalhos da Subcomissão, então a Comissão organizará a sua pauta de trabalho.

Eu estaria à disposição da Subcomissão, se alguma Subcomissão desejar reunião da Comissão.

Então, eu deixaria como sugestão ao Presidente, no primeiro trabalho na quinta-feira, ter isso em conta com o Relator da Comissão Geral cada vez que seja do interesse das Subcomissões, em razão do andamento do trabalho, convocar a Comissão para alguma compatibilidade. Lembrando, todavia, que a compatibilidade vai-se fazer na Comissão. Esta é a hora da pesquisa mais difícil, que é o levantamento dos temas específicos que vão constar na Constituição futura.

Portanto, acho que esse é um trabalho eminentemente da Subcomissão. É a impressão que tenho. E é da qualidade desse trabalho que se beneficiará todo o trabalho posterior. Tendo esse entendimento, nada obstante, estou à disposição dos companheiros para, se for o caso da proposta do companheiro, organizarmos, desde já, o roteiro geral de trabalho. Não me oponho, estou à disposição, mas em função de necessidade da Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE — (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — O Senador não está presente, mas esse conflito é na forma de encaminhar a convocação. Talvez na quinta-feira, se o nobre colega nos permitisse,

é que teríamos essas respostas. Porque, também, não pude reunir-me com a Relatora, nem vimos ainda os trabalhos.

Alguém mais tem alguma sugestão?

O SR. CONSTITUINTE JOACI GÓES — Sr. Presidente, tenho uma questão a colocar. Enquanto conversavam, eu estava aqui, pelo hábito de fazer essas coisas, de compreender que o tempo é o mais escasso, o mais importante de todos os recursos e representa uma limitação crucial para o desenvolvimento de qualquer trabalho.

Temos quarenta e cinco dias, na Subcomissão, para apresentar os seus trabalhos à Comissão. Isto significa que a Subcomissão, a partir da sua constituição, terá um prazo de quarenta e cinco dias para encaminhar à respectiva Comissão, § 4º do art. 17.

Vamos ter a Semana Santa, e como a Comissão quer se reunir uma vez por semana, nós teremos a oportunidade de nos reunirmos cinco vezes. Ora, se quisermos ouvir Ministros de Estado, dirigentes de entidades da Administração Pública, etc., que não estão obrigados a comparecer, diga-se em nome do Regimento, poderão comparecer, se quisermos que essas autoridades sejam ouvidas, acho que neste encontro, já da próxima quinta-feira, num esforço que poderíamos desenvolver daqui para lá, já teríamos que estabelecer: primeiro, qual o dia da semana que a Comissão vai-se reunir, para que possamos saber como desdobrar o nosso trabalho e, em segundo lugar, temos essas audiências públicas. Portanto, deveríamos, antecipadamente, fixar qual o dia em que essas audiências vão ocorrer. Não podemos ficar ao arbítrio das autoridades ou das lideranças sindicais, para que elas digam quando podem comparecer. É preciso que sejamos suficientemente convincentes para que tenhamos condição de estabelecer esse cronograma de trabalho, de modo que tenhamos condições de organizar nossa própria vida. Em seguida, teremos que fazer algumas viagens, não sabemos para onde, mas acredito que será inevitável o deslocamento da Comissão para alguns lugares. **A priori**, dentro desse esforço que estabelecemos no nosso cronograma, teríamos de fixar quais são essas datas em que faremos os deslocamentos. Se não o fizermos, tenho impressão de que poderá ocorrer algo desagradável: sermos colhidos pela surpresa — das decisões da Mesa, tenho certeza, isso não vai acontecer aqui — e tem sido, inclusive, um dos fatores mais responsáveis pelo elevado grau de improdutividade nos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, até agora.

Se não o fizermos, tendo em vista, sobretudo, a Semana Santa que aí está, já vejo na minha frente uma perda de, no mínimo, dez dias.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> sua intervenção e as sugestões apresentadas. A Relatora já as anotou mentalmente, e vão ser parte da pauta dos seus trabalhos nessa proposta na quinta-feira.

Também faço uma sugestão aos nobres companheiros. Todos estamos aqui, naturalmente, vindos por desejo a esta Comissão, e temos alguma contribuição a dar:

Então, dessa pauta de quinta-feira, embora não seja hoje especificada, vai constar, basicamente, na primeira fase, o estabelecimento desse esquema geral de trabalho, esse cronograma geral e

algumas datas marcantes da semana, dias da semana importantes para os trabalhos. Assim, já proporia à Subcomissão que, já na quinta-feira, pudéssemos trazer nossas propostas, que já estão, talvez inscritas, ou que já estão, quem sabe, na mente de cada um, passem para o papel em forma de sugestão clara, para começarmos a alimentar a Relatora, começarmos a fazer uma pauta dos debates e darmos uma forma de como vão ocorrer esses debates já na próxima reunião, e nos reuniremos nesta sala as 9 horas e 30 minutos até às 12 horas e 30 minutos, um espaço de tempo para um trabalho, de início, de aquecimento, para podermos localizar os temas principais.

Imagino que vamos ter, inclusive, aqui Ciência e Tecnologia. Embora haja certa continuidade, como falou o Senador, entre esses assuntos. Ciência e Tecnologia vai ter um enfoque em certas áreas, tipo microeletrônica, informática. Vai ser, mais ou menos, o pólo, telecomunicações vai ser a grande questão, vai ser o problema de privatização; comunicação se abre em telecomunicações, serviços postais e rádiodifusão. Já estou abrindo o leque.

Esta Comissão é similar à Comissão Técnica da Câmara dos Deputados, que era a Comissão de Comunicação. Hoje, é a Comissão de Comunicação e Informática, envolvendo, justamente, essas três áreas da Comunicação, no seu sentido mais amplo: telecomunicações, como serviços públicos, serviços limitados evidentemente, rádiodifusão como rádio e televisão, aí sim, como meio de comunicação de massa, e mais a área específica de serviços postais, etc. Nisto a Constituinte Crítina Tavares tem mais experiência.

Então, este é o escopo de Comunicação, e presto o esclarecimento ao nobre Senador. Abri o leque dos grandes itens. Pólo dinâmico do nosso debate, aqui, no meu entender, pela minha experiência no setor, é o problema da informática, reserva de mercado, etc., que está na Ciência e Tecnologia; problema de pesquisa, que é muito importante; telecomunicações, bater muito em privatização, em estatização, vamos debater na rádiodifusão. Basicamente, seria, no meu entender, o mecanismo para a concessão dessas outorgas. Na área da mídia impressa, realmente, talvez haja alguns temas, não sei quais seriam agora. O fato é que cada um de nós já tem idéias e peço que já tragam essas sugestões, dentro da forma regimental, comecem já na quinta-feira a apresentar as suas propostas, para que possamos iniciar os trabalhos na própria quinta-feira.

O SR. CONSTITUINTE POMPEU DE SOUSA — (Fora do microfone) — ...angustia-me o prazo curtíssimo de que disponho, 45 dias, e já se diz que na próxima semana não funcionaremos. Pergunto: 45 dias úteis ou 45 dias corridos?

Peço a V. Ex., Sr. Presidente, dê a resposta se são corridos.

O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA — Lamento informar que são 45 dias corridos. Não me angustiará por este fato, porque, na verdade já houve circunstância em que já se redigiram textos mais longos do que este. Até uma Constituição inteira já foi redigida em prazo igual a este.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — É tema que está fora, inclusive, dos nossos debates.

O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA — Estou-me referindo ao avesso de Francisco Campos, estou-me referindo à Constituição de 46. Sabe V. Ex. que essa Constituição foi redigida.

Esses prazos foram estabelecidos em função de angústia não nossa, mas da sociedade, que quer essa Constituição num prazo bastante curto. Veja V. Ex. que os mais otimistas estavam pensando que concluiríamos esse trabalho em setembro, já foi prorrogado para 15 de novembro e tenho absoluta consciência de que, cumprindo esses prazos com dias corridos, trabalhando dia santo e feriado, sem recorro no mês de julho, não concluiremos antes de 15 de dezembro.

Então, nobre Constituinte Pompeu de Souza, estamos sendo injustiçados por aí fora. As pessoas não compreendem que a discussão de um Regimento leve tanto tempo para chegar a qualquer acordo, a qualquer entendimento. Ora, se reúne três ou quatro pessoas para discutir um assunto só e se toma uma tarde inteira. Um casal passa, às vezes, uma vida inteira e não chega a um entendimento. Imagine seiscentas e tantas pessoas para chegarem a um entendimento. No entanto, por aí fora a Constituinte está sendo acusada de lerda, de morosa, que os Deputados estão preocupados apenas com a parte adjetiva da questão, e há uma discussão intensa sobre forma e não se discute conteúdo, substância nem o fundo das questões.

De modo que, lamento informar, vamos ter que correr com os trabalhos.

Sobre questão de celeridade, a Subcomissão tem plena autonomia para estabelecer o seu ritmo, se quiser trabalhar três vezes por dia, se quiser trabalhar de madrugada, se quiser trabalhar dia santo... Então, o ritmo compete à responsabilidade de cada um e à coordenação do Presidente e do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — O nosso querido Vice-Presidente José Carlos Martínez pediu a palavra.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ CARLOS MARTINEZ — Peço ao nosso Presidente, que é o nosso representante também na Mesa, para conversar com o Presidente da Constituinte, porque a palavra que V. Ex., Senador Marcondes Gadelha, usou me parece importante, essa questão do prazo me angustia. Estamos fazendo uma Constituição que esperamos seja duradoura, não por um, dez, ou vinte anos, mas por muitos e longos anos.

Então, quando se discute mais um dia, menos dois dias, menos dez, quinze dias, realmente me angustia, Senador, tenhamos que dizer à opinião pública a mentira, que não é verdade, que tenhamos que correr atrás de um texto constitucional, porque temos que cumprir um prazo que, de maneira nenhuma, resolve o problema de qualquer um de nós.

Agora temos um detalhe muito importante: nesta resolução, neste relatório, aprovamos um companheiro, Marcelo Cordeiro, que é o Primeiro-Secretário, e se não me engana, é o homem responsável para transmitir o pensamento da Constituinte junto à sociedade, junto ao público, em

geral, e isso ele fará através das rádios e televisões. Está na hora de alguém transmitir à sociedade que devemos ouvi-la, que devemos visitar os Institutos de Ciência e Tecnologia que não conheço e não sei como vou dar a minha opinião.

Gostaria de levar companheiros a conhecer os órgãos de comunicação que conheço, para que eles pudessem formar suas opiniões. Gostaria tivéssemos tempo para discutir os assuntos que são necessários. É também que esse prazo da Semana Santa não fosse contado, porque todos temos nossas obrigações e temos que dar conta daquilo que fazemos.

De forma que, Sr. Presidente, a preocupação que levo, como proposta é no sentido de que V. Ex. converse com o Presidente da Constituinte, em primeiro lugar, para com, seriedade, transmitir ao povo brasileiro que isto daqui não é correria. Não estamos disputando corrida de bicicleta nem de automóvel, que devemos terminar a Constituinte no dia em que ela realmente esgotar as suas discussões. Este, me parece, o primeiro ponto.

O segundo ponto: que se obedeça, as formas normais. A Comissão deve-se reunir diariamente, é o meu ponto de vista. A Comissão, como os debates serão naturais, deve-se reunir diariamente, salvo nos feriados, salvo nos dias santos, que é o tempo que vamos ter para consultar os nossos companheiros, porque não estamos aqui como onipresentes e oniscientes para fazer a nossa Constituição sozinhos, temos também que conversar com nossos companheiros, em nossos Estados, para saber se estamos fazendo corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Darei, agora, as definições finais da Mesa, o que vamos fazer.

Fica convocada a Comissão para uma reunião ordinária na próxima quinta-feira, dia 9, às 9 horas e 30 minutos, para debater a seguinte pauta:

Item 1: a organização interna dos trabalhos;

Item 2: matéria constitucional.

Por isso, peço, primeiro que a nobre Relatora prepare uma proposta de cronograma de trabalho, com os devidos temas, nos dias da semana, de preferência ajustado com o Relator-Geral da Comissão, para que não haja incompatibilidade de dias e horários, e aos nobres Companheiros que já tragam matéria constitucional para a segunda parte dos nossos trabalhos da próxima quinta-feira.

Esta, então, é a primeira decisão da Mesa de hoje, antes de encerrarmos os trabalhos.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaci Góes.

O SR. PRESIDENTE JOACI GÓES — Mais uma vez, Sr. Presidente, uma questão de ordem muito prática.

É claro que, se escolhemos esta Subcomissão, cada um de nós já tem um pensamento mais ou menos formado a respeito desses vários assuntos. No entanto, seria muito pretensioso, seria impróprio que qualquer um de nós viesse para um colegiado deste, adotando uma postura de impermeabilidade em relação aos temas e às abordagens desses temas.

Por isso mesmo, como uma sugestão de natureza prática, proponho que os trabalhos, ao longo das três horas da sua duração, sejam separados.

como se faz no plenário da Câmara e da própria Assembléia Nacional Constituinte. Por exemplo, cada um dos Constituintes deveria ter ocasião de expor amplamente o seu pensamento doutrinário a respeito de cada um desses assuntos. Em razão disto, uma proposta, para ser minutada nesta reunião de quinta-feira, poderíamos, pelo menos para as duas semanas subsequentes, já que a redação final demorará pouco tempo, é preciso sabermos o que vamos redigir, porque, se somos vinte e quatro Subcomissões e admitindo-se que queiramos ser donos de uma das mais extensas Constituições do Mundo, e, ainda mais uma vez, admitindo que cada Subcomissão — é apenas um raciocínio — vai esgotar o seu tema em 10 artigos, teremos 240 artigos, o que é muita coisa, mas a redação disso não é coisa que demore muito tempo.

Então, essa parte expositiva e doutrinária deverá, na minha visão, consumir a maior parte do tempo das primeiras semanas. Nessa reunião de quinta-feira, quem sabe, poderíamos definir o modo, o tempo e o horário em que esses Constituintes, que são vinte e um, poderão escolher a sua oportunidade. Para evitar improvisações, poderíamos fazer sorteios para saber e, à proporção em que fôssemos sendo sorteados, iríamos escolhendo os horários dos encontros das semanas subsequentes para fazermos a exposição, e, se for acolhida, seguida de debates.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — A Srª Relatora já anotou as sugestões. Naturalmente vai considerar este fato.

Alguém mais deseja fazer uso da palavra? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE JOACI GÓES — Sr. Presidente, solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaci Góes.

O SR. CONSTITUINTE JOACI GÓES — Seria interessante que todos os Membros desta Comissão, Sr. Presidente, conhecessem a nossa Secretária da Subcomissão, porque vamos ter trabalhos intensos.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Dona Heloísa é Secretária da Subcomissão e os seus auxiliares são Magna Lúcia e Flávia, que vão trabalhar conosco.

Aliás, nesta oportunidade, devo dizer que os Srs. Constituintes têm as suas assessorias, os seus auxiliares nos seus gabinetes, evidentemente, eles também poderão ser assessorados aqui na Comissão. É lógico que temos que ter um processo de crachá de identificação, que a própria Constituinte já está providenciando, para que as pessoas possam circular. Tem que ter a maior assessoria possível.

Vamos também debater este assunto na quinta-feira. (Pausa.)

Se não há mais nada a tratar, reafirmando os nossos agradecimentos ao nosso querido Senador Pompeu de Souza pela maneira tranqüila, serena, a experiência com que conduziu a eleição, agradecemos a sua presença.

Agradecemos a presença do Presidente da Comissão, Senador Marcondes Gadelha, e do Relator-Geral.

A Mesa procurará conduzir os trabalhos da forma mais efetiva possível, e a Mesa tem experiência suficiente para fazê-lo. Porque, como disse na instalação da outra Subcomissão, estamos muito preocupados com os cargos. Cada um dos Constituintes aqui presentes tem condições de exercer qualquer cargo, tanto nesta Constituinte quanto na própria República. Então, apenas uma questão de escolha e de opções. Vamos trabalhar juntos e vamos concluir este trabalho na forma como esperam todos os brasileiros. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19 horas e 10 minutos.)

## 2ª Reunião

### ANEXO ATA, DA "REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 1987 ÀS 9:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Está aberta a reunião.

Estamos hoje, na Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Comunicação, sendo prestigiados com um grupo muito denso, muito significativo da comunidade científica e tecnológica do Brasil.

Foi realizado um encontro de ciência e de tecnologia para o desenvolvimento social, coordenado pela Federação Nacional dos Engenheiros. Está presente aqui o coordenador da Comissão que reuniu algumas centenas de instituições oficialmente operando em nosso País, num fato, como disse o próprio coordenador, inédito dentro das nossas fronteiras. É um prazer muito grande, para nós que estamos iniciando os nossos trabalhos, recebermos, logo no primeiro dia que vamos nos instalar, uma visita tão significativa de uma área que é da nossa atribuição, que é da nossa atuação para interpretarmos os anseios de toda essa comunidade, e de outras que digam respeito à Ciência, à Tecnologia e à Comunicação, a fim de canalizarmos esses anseios para o texto constitucional que se pretende dar à Nação, nos próximos meses. Agradecemos a presença deste grupo, que está aqui conosco.

Eu pediria ao Dr. Antônio Otaviano, que antes havia feito um contato conosco, para fazer uma entrega formal de um documento provisório, que inclusive será distribuído a todos os membros da Comissão. Numa das nossas primeiras audiências públicas, nós agendaremos à Federação Nacional dos Engenheiros como responsável para trazer, formalmente, à Comissão o seu pensamento sobre como deveremos selecionar, neste amplo e importante universo que é o da Ciência e Tecnologia, a matéria constitucional, e de que forma deveremos fazer com que ela seja rigidida e incluída no texto constitucional. Estas sugestões serão muito valiosas e com prazer teremos uma das nossas audiências públicas para este fim.

Eu pediria ao coordenador da Federação Nacional dos Engenheiros, Dr. Antônio Otaviano, que viesse aqui à frente. Peço aos nobres Constituintes para que a Mesa faça uma exceção, permitindo ao Dr. Otaviano que, ao fazer a entrega do documento provisório, num ato de reconhecimento à importância desse movimento, ele possa

apresentar um documento num prazo não maior do que três minutos.

Concedo a palavra ao Dr. Antônio Otaviano.

O SR. ANTÔNIO OTAVIANO — Sr. Presidente da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, Constituinte Arolde de Oliveira, Sra. Relatora desta Subcomissão, Constituinte Cristina Tavares, Sr. Relator da Comissão que engloba esta Subcomissão, Constituinte Artur da Távola:

É com muito prazer que em nome da Federação Nacional dos Engenheiros, em nome da Comissão Organizadora do Encontro, que reúne a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, a Federação Nacional dos Arquitetos, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que nós, em nome desta Comissão, fazemos a entrega deste documento singular e provisório, como o Presidente mesmo disse, fruto de um encontro que reuniu mais de uma centena de entidades e instituições, nos dias 7 e 8, aqui em Brasília, documento que é oriundo deste fato histórico e inédito, que foi a reunião de toda a Comunidade Técnica e Científica, e nele expomos rapidamente as preocupações e os aspectos gerais que se originaram dos debates e das posições assumidas durante o encontro.

Para nós, a instalação desta Subcomissão se reveste de grande importância, porque entendemos de fato que os assuntos que ela tratará, sem dúvida alguma, caracterizarão o nosso País, neste instante, como se estivesse abrindo uma vasta e ampla estrada para o seu futuro.

Nós gostaríamos, também, neste instante, de desejar a toda a Subcomissão e aos Constituintes que a integram, os nossos votos de sucesso, de profícuo trabalho, colocando-nos à disposição para qualquer novo esclarecimento, qualquer auxílio que nós possamos, em nome das entidades e instituições que estão reunidas neste grande movimento, prestar nos trabalhos desta Subcomissão. E a nossa vinda aqui hoje, como o Sr. Presidente mesmo disse, constituiu-se para nós um fato importante, porque acontece um dia após à realização do nosso encontro; também a nossa presença aqui, na instalação desta Subcomissão, é para nós um reconhecimento e um testemunho de sua grande importância, e que o seu trabalho se revista de êxito, o que certamente terá, porque toda a Nação, particularmente a nossa Comunidade Técnica e Científica, espera que esta Subcomissão tenha.

Gostaríamos, ainda, de deixar este documento provisório ao Sr. Presidente, e à Srª Relatora desta Subcomissão, para o encaminhamento aos demais membros desta subcomissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Agradeço as palavras do Dr. Antônio Otaviano, em nome de toda a comunidade científica. Reafirmo aqui a nossa disposição de acolhermos todas as sugestões que forem encaminhadas, porque acreditamos que dada a grande representatividade e o número de entidades que participam desse movimento, nós teremos retrato exato do que é a vontade nacional nesta área, e vamos enriquecer o texto constitucional da maneira que todos desejamos.

Agradeço esta colaboração e marcaremos então uma audiência pública, que será oportunamente comunicada nos próximos dias, com o,

dia e a hora, para termos o privilégio de ouvir, formalmente, nesta Subcomissão, as colocações desta comunidade. Muito obrigado. Eu pediria a todos uma salva de palmas a esta Subcomissão. (Palmas.)

Enquanto aguardamos o número regimental, eu gostaria de adiantar aos nobres Constituintes algumas coisas que nós já temos, mais ou menos, não decidido mas alinhavado de como vamos desenvolver os nossos trabalhos.

Nós não podemos, nesta Subcomissão, fugir ao ritmo de todas as demais Subcomissões e Comissões na maneira de trabalhar. A idéia geral é que as reuniões — ontem uma foi realizada com os Presidentes, Relatores de Comissões e de Subcomissões — sejam realizadas nas terças, quartas e quintas-feiras, em sessões ordinárias, de acordo com as normas regimentais, das 9:30 às 12:30 horas.

A nobre Relatora, Constituinte Cristina Tavares, fez uma sugestão que acho muito importante: é que na primeira hora dessas reuniões ordinárias, nós fizéssemos as audiências públicas, sempre procurando trazer, dentro de um mesmo tema, dois ou três oradores que pudessem expor as suas sugestões e as suas preocupações. Na hora seguinte, faríamos debates sobre a matéria exposta, objeto da audiência pública; e na última hora entraríamos na nossa pauta normal de debates da matéria que, a essa altura, estaria em discussão na Subcomissão para subsidiar a Relatora. Então, esta é a idéia que achei boa. Mas eu gostaria de ouvir opiniões dos colegas Constituintes sobre este assunto.

Apenas para complementar, nós sentimos, na última reunião, a vontade de um bom segmento da nossa Subcomissão, no sentido de se inteirar melhor, de como anda a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico do nosso País, através de visitas. Evidentemente, como é uma vontade, nós temos que deixar este espaço aberto, e também levar em conta que, regimentalmente, os trabalhos constitucionais, a não ser por razão de força maior, são desenvolvidos aqui. Então, se limitarmos a terça, a quarta e a quinta-feira para o funcionamento formal da nossa Subcomissão, nós liberaríamos a sexta e a segunda-feira, portanto dois dias úteis, facilitando a organização de visitas de grupos ou subgrupos a instituições de pesquisas, às instituições científicas, enfim, aquelas visitas que forem julgadas convenientes para esses dias.

Acho que seria uma maneira de atendermos a esse tipo de fazermos essas visitas. Mas eu gostaria de ouvir algumas opiniões sobre isto.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mendes Ribeiro.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Eu pretendo, hoje à tarde, terminar em plenário o que comecei ontem, logo após a manifestação do meu querido amigo e correligionário gaúcho Olívio Dutra. Olívio disse ontem, com muita propriedade, que temos de agilizar os trabalhos e deixarmos os firuletes de lado. Lamentavelmente, é o meu Partido que, com brigas intestinas, está propiciando isso, quando não deveria fazê-lo.

Vejam bem V. Ex<sup>as</sup>, nós estamos trabalhando sem número. Tudo o que fizemos aqui não terá

nenhuma validade. Sei bem, porque a emenda ao Regimento é de minha autoria. Nenhuma Subcomissão pode deliberar nem se reunir, se não tiver pelo menos 11 Constituintes presentes. Nós temos agora 8 Constituintes. Estamos conversando aqui entre amigos, não há reunião da Subcomissão. E não há, por uma razão muito simples, e vejam os absurdos que se cometem aqui. Vou exemplificar a V. Ex<sup>a</sup>, porque V. Ex<sup>a</sup> não é do meu Partido; logo eu fico muito à vontade: o PMDB convocou, ao mesmo tempo, uma sessão para a eleição do Relator da Comissão de Sistematização, e, ontem à noite, telefonaram para a minha casa dizendo que eu deveria comparecer às 10 horas, na Comissão de Organização dos Poderes e Sistemas de Governo, da qual faço parte na Subcomissão do Poder Judiciário, e ainda, se fosse levar ao extremo, eu e o olívio deveríamos estar no Palácio do Planalto, em audiência que a bancada do Rio Grande do Sul tem com sua Excelência o Presidente da República. Então, teríamos que ser quatro — e não apenas dois. Isso demonstra, única e exclusivamente, uma total indisciplina proveniente de rasgarem o Regimento Interno, de colocarem questúnculas partidárias acima dos interesses nacionais, e de nos atarem a isto que está aqui. Nós estamos conversando, com muito prazer, mas nós não estamos em reunião.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — A propósito, se o nobre colega me permite, até gostaria de ouvir alguma opinião.

O Regimento fala sobre deliberações, mas como nós não estamos deliberando nada, nós podemos ter esse tipo de reunião, porque trata-se de votação, e em muitas delas as deliberações serão sempre pelo voto da maioria absoluta. É o que fala aqui. Desde que estamos prestando informações, desde que estamos discutindo ou conversando sobre assunto de nosso interesse.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Eu até acho que a lei deve ser interpretada o mais largamente possível para não atrapalhar. Mas eu fui muito enfático quando disse que essa reunião com menos de 11 Constituintes, não tem **quorum** decisivo.

V. Ex<sup>a</sup> há de convir que o mínimo que se possa exigir de um plenário de 21 é que a maioria esteja presente. Agora, hoje, é impossível e eu estou detectando as causas.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — O problema é que, por exemplo, V. Ex<sup>a</sup> é titular desta Subcomissão e suplente de outra Subcomissão. Então, a sua prioridade seria ser titular desta Subcomissão.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — É por isso que eu estou aqui. Agora, veja bem que isto não ocorreu com os outros, nobre Relatora, mas como ocorreu comigo, a minha opção foi estar aqui, porque aqui eu sou titular, mas há outros Constituintes que entenderam que a primazia hoje seria estar ouvindo os candidatos e eles têm toda razão de optarem por isso. Outros optaram por ir ao Palácio do Planalto e eles têm toda a razão em fazer isso, eu não sou crítico de ninguém.

Porque nós vamos ter três reuniões, se eu fiz bem as contas, para decidirmos o nucleamento dos nossos trabalhos.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Eu pediria a palavra ao nobre Presidente Arolde de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Com muito prazer, nobre Constituinte Cristina Tavares.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Não estamos com um **quorum** de decisão, mas eu colocaria em discussão a proposta que estivemos, em algumas conversas, elaborando. A proposta seria, como disse o nosso Presidente, dividir as nossas reuniões em 3 etapas: as reuniões deverão ter 3 horas de duração. Na primeira hora, a proposta é de que, dentro de uma temática que exporei aqui, sobre a Política Tecnológica e depois sobre a Política de Comunicação, nós convidemos especialistas sobre o assunto. Por exemplo, a Política de Telecomunicações. E os membros das Subcomissões sugeririam os nomes desses especialistas para a relatoria e nós, de acordo com o Regimento da Casa, faríamos os convites.

Na segunda hora, os membros da Subcomissão discutiríamos os assuntos com os convidados.

Na terceira hora, as pessoas com propostas a esta Subcomissão poderiam defender por um prazo equânime a todos, isso de acordo com o Regimento Interno, para que prevaleça o conjunto, e as propostas possam ser defendidas, discutidas e debatidas.

A proposta que o Presidente fez, e que acho interessante, é que as reuniões regulares se façam na terça, quarta e quinta-feira.

Neste sentido, a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> sobre o **quorum** é uma preocupação que assola a todos nós. Todos temos essa preocupação: hoje é uma audiência no Palácio do Planalto para a Bancada do Rio Grande do Sul; amanhã a Bancada de Pernambuco vai ter uma no Ministério da Agricultura, enfim, somos sempre muito solicitados. O importante é que os membros desta Subcomissão tenham absoluta consciência da prioridade dos seus trabalhos. E como somos todos Constituintes fica mal a gente fazer este tipo de cobrança, mas não podemos fazer pelos outros. Nós não podemos decidir se não tivermos 11 Constituintes. É cobrar dos Constituintes que estiverem ausentes a presença aqui.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Eu não estou cobrando a presença de ninguém aqui.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Eu estou, V. Ex<sup>a</sup> não está. Estou dizendo que apesar de reconhecer a responsabilidade constituinte de cada um, se esta Subcomissão não tiver número para deliberar, nós vamos ser responsabilizados. É por isso que estou fazendo essa cobrança.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Principalmente porque V. Ex<sup>a</sup> tem a responsabilidade regimental de, caso não conseguirmos fazer a tempo, fazê-la sozinha.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Fazê-la sozinha eu não gostaria jamais. A minha proposta, que eu queria encaminhar, seria que nós dividíssemos os nossos trabalhos, os nossos debates, claramente, em dois blocos. Há uma convergência da política tecnológica com a comunicação; a telemática é o ponto em que as duas se encontram, mas nós temos que discutir



não só as tecnologias de ponta, mas o que existe, com a sua legislação, as suas implicações. Então, eu dividiria os primeiros debates — e não sei se deveríamos começar com política tecnológica ou com política de comunicação — mas, evidentemente, os nossos trabalhos vão ter uma duração de três ou quatro semanas, no máximo, vai depender das reuniões que os Relatores e os Presidentes terão com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de saber se algumas preliminares vão ser acatadas, como a do Constituinte que acaba de propor, formalmente, e pode ser que tenhamos mais tempo ou menos tempo. Mas temos que estabelecer o nosso calendário com os tempos que hoje nós dispomos. Talvez sejam três semanas, o que daria 9 sessões. Há a possibilidade de termos sessões extras convocadas nas quartas à noite. Porque tenho a impressão, pela minha proposta, que eu quero submetê-la aqui a todos, de que nós temos alguns blocos que não podemos deixar de passar. Por exemplo: na política tecnológica temos que examinar as tecnologias tradicionais e as tecnologias de ponta, tipo informática, biotecnologia, essas que irão até o século XXI. Não vamos desprezar, também, as tecnologias tradicionais como, por exemplo, a Embrapa. Então, eu colocaria um bloco como Política Tecnológica e Indústria, com isso vem o peso da tecnologia sobre a indústria; Política Tecnológica na Agricultura, que abrange da biotecnologia às pesquisas da Embrapa, o impacto da tecnologia sobre a sociedade: as questões do emprego, da privacidade e outras que venham, eventualmente, a ser sugeridas.

Pesquisa e desenvolvimento — a questão da Universidade. Aí vêm os pesquisadores, os cientistas e a questão da soberania, pois ninguém ignora que há uma questão sendo colocada, sobretudo, na Política Nacional de Informática. Ela é questionada não só internamente, quanto à reserva de mercado, mas até pelo Presidente dos Estados Unidos. E a Política Tecnológica e Serviços, que é também uma questão muito controversa. Os organismos internacionais estão debatendo este assunto, o GATT, o que é serviço e o que não é serviço. Então, seriam cinco blocos que discutiríamos quanto à pesquisa tecnológica. Acredito que só vamos poder esgotar, por exemplo, esses 5 blocos em uma semana e meia, se tivermos essas reuniões extraordinárias à noite, senão nós não vamos esgotar isso.

Na Política de Comunicação temos a Política Industrial de Comunicação e Telecomunicação; temos as novas tecnologias de comunicação, a TV por cabo e essas tecnologias que estão nos chegando e não estão regulamentadas. Nós temos a possibilidade até de termos novas tecnologias, mas nenhuma regulamentação e isso está muito solto por aí.

Políticas Democráticas de Comunicação são propostas que também nós vamos receber inúmeras sugestões de Associações, de Entidades; Política de Comunicação e Identidade Cultural e as Políticas de Concessões de Comunicações. Também são cinco blocos.

É uma proposta que está em discussão, não é uma proposta fechada. Eu coloco aqui para os Constituintes discutirem e esperamos pelo **quorum** para podermos deliberar e seguir este roteiro.

Já recebi algumas sugestões, e gostaria de receber mais sobre especialistas, se aprovarmos este roteiro, que possam falar destas matérias. A idéia é que sejam dois ou três para estabelecermos o contraditório, alguém que venha falar a favor, e outro contra, pois, necessariamente, seria muito ruim se tivéssemos aqui apenas a favor ou contra alguma coisa. Eu acho que a sabedoria nos colocou juntos na Mesa, eu e o Presidente. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Talvez. (Risos.)

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Então, coloco em discussão para, depois, termos número para deliberar.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mendes Ribeiro.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Eu acho que V. Ex<sup>a</sup> está sendo muito correto na distribuição de tarefas. Eu apenas insisto que a proposição caso venha a ser acolhida hoje, irá facilitar o nosso trabalho. Não creio que venha em prejuízo do trabalho da Constituição abolir-se as sessões plenárias em benefício das Subcomissões, durante este período que é tão curto, porque é muito difícil começarmos às 9 horas da manhã e seguirmos até à meia-noite com o mesmo proveito. Pelo seguinte: em plenário, não há nenhuma decisão por tomar, em plenário ninguém vota, e em plenário está-se fazendo aquilo que é específico desta Subcomissão, e aqui junto a minha primeira sugestão à douta Mesa: que se recolha as sugestões enviadas às outras Subcomissões, mas que vão dizer respeito a esta. Por exemplo: há uma sugestão de minha autoria no sentido de colocar no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais a liberdade de manifestação de pensamento. Isto significa o fim da censura prévia, com a máxima responsabilidade em contrapartida, direito de resposta, etc. Embora isto tenha sido sugerido à Comissão das Garantias, porque é lá que eu quero ver colocada para ter mais força, diz respeito também a esta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Apreciei muito a colocação de V. Ex<sup>a</sup>, que faz levantar um outro assunto, do qual eu não queria tratar hoje; mas, depois da intervenção do nobre colega, eu vou falar sobre esse tema, especificamente, de como nós estamos com dificuldades, dado o fato de não termos uma diretriz geral para a elaboração desta Constituição. Também tenho sugestões neste sentido — mas apenas sobrecarregar a Comissão de Sistematização que terá que fazer, então, a alocação correta dessa matéria constitucional. Mas, com o encaminhamento lá ou aqui, ele será debatido também nesta Subcomissão. Eu vou dar outros exemplos para V. Ex<sup>a</sup> e acho que esse é o nosso ponto fundamental.

V. Ex<sup>a</sup> já concluiu a sua intervenção?

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Já.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Eu gostaria, aproveitando esta colocação, e falando mais como Parlamentar de Plenário do que

como Presidente da Mesa, eu gostaria de colocar algumas preocupações que realmente nós temos: a primeira delas diz respeito à falta de uma diretriz geral. Nós estamos fazendo uma Constituição baseados num roteiro que está no Regimento, alocando os trabalhos de Comissões e Subcomissões, mas a integração disso será entregue a uma outra Comissão que é a de Sistematização. Nós não temos uma prioridade para a abordagem desses temas, porque a matéria constitucional é toda encadeada, e muito mais envolvida com conteúdos ideológicos. Que tipo de Constituição? O que nós vamos adotar como forma de Estado? Será República, Monarquia? Será República, Federação, República Unitária, Municipalista, etc?

Quanto aos poderes, nós temos algumas induções no Regimento Interno que nos mostram que vamos tratar de uma República Federativa e Municipalista, etc. porque ele já dividiu as Subcomissões que tratam desta matéria, mas é indutivo, porque temos Constituintes que estão defendendo a monarquia, existem propostas monarquistas na Constituinte e que têm de ser respeitadas, e ouvidas, evidentemente, e no entanto, não foram decididas.

O Regime Legislativo: vai funcionar com duas Câmaras ou com uma Câmara única? Há uma indução bicameral, porque nós temos Deputados e Senadores que são membros de uma Assembléia Nacional Constituinte. Mas poderá mudar. O que é mais sério, inclusive, é a forma de governo, o regime de governo: será um parlamentarismo, será um presidencialismo? Se for parlamentarismo, qual das dezenas de formas de parlamentarismo vamos adotar? Porque tudo isto são decisões antecipadas e prévias que iriam subsidiar as Comissões.

Há um outro aspecto muito importante, como subsídio, que são as decisões prévias do Plenário da Constituinte, e que, no meu entender, seriam a forma e o tipo de Constituição que vamos fazer. Nós vamos fazer uma Constituição mais sintética, ou vamos fazer uma Constituição mais detalhada, ou mais analítica? Qual é a orientação que nós temos? Nós corremos o risco de termos Relatores em Subcomissões sintetizando, ao máximo, as informações, as tendências das suas Subcomissões, e outros com verdadeiros tratados. Vai depender muito do gosto de cada um. Então, são coisas que vão nos atrapalhar. Temos que debater isso aqui. Como vamos tratar desse assunto? Quer dizer, são coisas importantes que têm de ser colocadas.

Agora, vamos ver como vamos redigir as nossas propostas. Se pegarmos uma das Constituições recentes, ou a de 46, certas matérias como as referentes a serviços postais, que é da nossa área, a serviços de radiodifusão, a serviços de telecomunicações, alguns deles estarão lá. Mas ciência e tecnologia é uma coisa muito recente. Ciência e tecnologia nós temos que criar alguma coisa para saber em que nível vamos colocar e o que nesta Constituição. Porque nós não temos, a não ser nas áreas que falam de informação de forma muito genérica, nós não temos nada na Constituição. Nós temos que definir, estudar o que vamos colocar lá, levando em conta certas coisas que são muito importantes. Nós não sabemos qual vai ser o grau de rigidez da nossa Constituição. Qual é o grau de rigidez da nossa Constituição, nós vamos alterá-la como na atual, confor-

me 2/3 dos votos favoráveis a qualquer emenda, ou ela será por maioria absoluta? Então, dependendo da rigidez que terá a Constituição, vai repercutir na maneira como vamos trabalhar, inclusive porque trabalhamos exatamente numa área mais dinâmica, onde o ciclo tecnológico a cada dia é mais curto e que as coisas mudam a cada dia. Imaginem se amarrarmos a um texto constitucional certos princípios que hoje são válidos, mas que o desenvolvimento tecnológico, em muito pouco tempo — três, cinco, dez anos — dite como a solução mais adequada justamente o contrário. Estamos com o problema do **quorum**, se a rigidez da Constituição modificá-lo para 2/3, aí fica meio complicado. Então, são informações importantes que tinham que estar à disposição de todos nós para trabalharmos. Estou levantando uma série de elementos para vermos, mais ou menos, o grau da dificuldade que teremos, com a inteligência, circular nesse caminho, e que não cabe, evidentemente, à Presidência, à Mesa da Subcomissão, nem da Comissão, nem da Sistematização, mas cabe ao Plenário, quer dizer, caberia à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte baixar essas diretrizes, que são simples. O que nós estamos fazendo aqui é um trabalho de grupo, existe toda uma gerência de como produzirmos o resultado final que é um texto redigido, com um conteúdo político, e político todos nós aqui somos, e isso virá naturalmente dentro das propostas de cada um. Quer dizer, todas essas dificuldades nós teremos e cabe-nos aqui definir alguma dessas coisas.

Os conceitos básicos. Por exemplo: nós temos a área de telecomunicação. Se analisarmos os acordos internacionais que o Brasil realmente tem honrado, muitos deles, dependendo desta Constituição, talvez tenham que ser denunciados, mas nós temos que possuir conhecimento disso. A definição de telecomunicação, universalmente aceita na UIT, envolve os serviços públicos limitados, os serviços telegráficos, os serviços de rádio e de televisão. É assim que está entendido lá. Nós aqui temos algumas classificações um pouco diferentes, porque separamos radiodifusão de telecomunicação, serviço postal, etc. Então, sobre isso nós temos que conversar aqui, ouvir especialistas, numa audiência pública, para que todos tenhamos parâmetros básicos, um referencial comum para raciocinarmos e podermos subsidiar o Relator, para que o projeto do Relator seja um projeto que, quando submetido aqui nesta Subcomissão, ele passe naturalmente, porque traduz efetivamente a vontade da maioria; senão nós vamos ficar depois com aquelas dificuldades para modificações e alterações e V. Ex<sup>as</sup> sabem que para esse trabalho, o Relator tem a possibilidade de fazê-lo uma unidade. Aí começam as emendas, os destaques... Além do processo ser demorado, ainda corremos o risco de sairmos com um projeto que não traduz nem aquilo que é o pensamento do plenário da Subcomissão, muito menos da Nação. É preciso que trabalhem muito ajustados aqui.

A Constituinte Cristina Tavares falou que nós temos um exemplo de contra e a favor aqui na Mesa, mas não é verdade, a nossa posição na Mesa, volto a insistir, é de transparência. Quando eu quiser dar as minhas opiniões sobre a Constituinte eu vou dá-las aqui ou em outras Comissões, mas eu estarei sentado no plenário, vou apresentar as propostas, e alguém vai presidir

aqui. É a maneira de nós conduzirmos os trabalhos. Sei exatamente como devo conduzir, o que devo fazer aqui para que tenhamos esse resultado. Agora é preciso que tenhamos, realmente, o estabelecimento dessa cultura comum, para que possamos em cima disso trabalhar. E essas serão as audiências públicas que nós vamos fazer, logo nas primeiras sessões.

São alguns assuntos que deixo à reflexão dos nobres Constituintes para que possamos ir pensando a respeito.

O Constituinte Ângelo Magalhães havia solicitado a palavra antes, e peço-lhe desculpas pela demora.

**O SR. CONSTITUINTE ÂNGELO MAGALHÃES** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Eu queria sugerir à Mesa, tendo em vista a situação da presente reunião, que oficiasse ou enviasse memorandos aos componentes da Subcomissão, declarando aberta uma pauta, aceitando sugestões, para que organizássemos melhor o nosso trabalho para terça-feira. A programação, resultaria melhor, acho, se fosse aberta uma pauta para colher sugestões daqueles que aqui não vieram, por encargos outros, por problemas de divergência de horário — não cabe a mim discutir isso, cada um é senhor de si — e todos têm responsabilidade de fazermos juntos a Constituinte. Acho que seria de bom alvitre a Mesa oficial a todos que acolheria sugestões por 48 horas para a elaboração de uma programação que a partir de sexta-feira seria rigorosamente cumprida.

**O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira)** — Acho a sugestão válida, vamos anotá-la aqui, e ouvir mais alguns companheiros para, no final, fazermos uma síntese.

**O SR. CONSTITUINTE ARNOLD FIORAVANTE** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira)** — V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ARNOLD FIORAVANTE** — Estamos tratando aqui de ciência e tecnologia. Assim não nos interessa ideologia, forma de governo, nem religião, credo, cor e raça. Aqui nos interessa, pura e simplesmente, a tecnologia, e como o nosso País vai se comportar daqui para frente, para não ficarmos, como há pouco tempo houve, na sugestão de se colocar novamente os burros puxando as charruas e os arados. Então, a minha visão é que não devemos nos incomodar com nada e com ninguém, só com a ciência, a tecnologia e a comunicação. Isto, não visando ao Brasil, porque na minha opinião não existe no contexto atual esse tipo de divisão, o que existe é o mundo, e nós temos que estar de acordo com o que está acontecendo neste mundo.

A título de exemplo — e depois falarei melhor, com um pouco mais de técnica — digo o seguinte: o Estado buscará o desenvolvimento científico e tecnológico, provendo e incentivando o ensino, a pesquisa, amparando os inventos e, na forma da lei, estenderá benefícios de sua atuação à iniciativa privada de organização nacionais estrangeiras, desde que as últimas amplamente radicadas no País.

Esta é a minha visão de como se deva conduzir a tecnologia.

Terão prioridade nos incentivos de que trata o artigo as pesquisas que busquem aumento de

produtividade de bens que visem à paz social. Mas a paz social é nossa, é do nosso vizinho, é a paz social internacional.

Para consecução dos seus objetivos, deverá o Estado utilizar de recursos humanos nacionais ou estrangeiros e propiciar convênios com qualquer nação, independentemente de seus sistemas de governos, ideais políticos ou convicções religiosas.

Eu vejo assim, Sr. Presidente e demais membros da Mesa, a ciência e a tecnologia. No que concerne à reserva de mercado, é coisa que me preocupa muito, eu tenho a seguinte visão: poderá haver reserva de mercado no universo da tecnologia, desde que não comprometa o seu desenvolvimento ou avanço da ciência, tudo definido em lei e aprovado pelo Congresso Nacional. Coloco aprovado pelo Congresso Nacional, porque estamos cansados de ver exemplos de aproveitamento de dispositivos legais que ficam à mercê de favores de X ou Y pessoas.

A minha visão de ciência e tecnologia é universal. Eu gostaria que os meus nobres pares ponderassem sobre isso, porque não estamos fazendo um desenvolvimento unicamente para o Brasil, porque o Brasil só aproveita, e graças a Deus, de uma vacina SABIN ou de qualquer outro invento descoberto em qualquer ponto do País, e nós devemos seguir esta linha de usufruir, mas também de apresentarmos alguma coisa de novo para o mundo.

**O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira)** — Com a palavra o nobre Constituinte Carlos Alberto Caó.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Já foi caracterizado aqui o caráter deste nosso encontro, que é de troca de informações. Não tem, portanto, nenhum caráter decisório. Por isso, para não repisar nesse tema, gostaríamos de apresentar as nossas lamentações pela ausência do **quorum** necessário para que pudéssemos iniciar hoje os nossos trabalhos, porque essa ausência de **quorum** penaliza a todos nós: os que estão presentes e aqueles que não vieram, dada a exigüidade de tempo de que dispomos. Mas, gostaríamos, substantivamente, de comentar o breve relatório apresentando aqui pela Relatora Cristina Tavares. Achamos que o roteiro cronológico, vamos assim chamar, a distribuição de tempo, foi muito bem concebida, estamos plenamente de acordo, e foi uma forma criativa de não ficarmos presos à letra do Regimento Interno, que se refere a cinco ou oito audiências públicas, e de forma imaginosa e criativa nós criamos o nosso próprio sistema de audiências públicas que já prevejo com elevada produtividade e rendimento para os trabalhos desta Subcomissão. Isso é uma demonstração de que quando quisermos imaginar e criar, nós poderemos, sem ficarmos sós à letra do Regimento, definir o roteiro específico de trabalho para esta Subcomissão.

A segunda questão que gostaríamos de comentar se refere ao que chamaríamos de roteiro temático, que envolve o conjunto de temas que serão amplamente debatidos e discutidos no âmbito desta Subcomissão. Nós só teríamos na verdade um acréscimo, não um reparo, a fazer: achamos que o item relativo às comunicações, quando a nobre Constituinte Cristina Tavares se refere à política de democratização de comunicação, não

sei se anotamos corretamente, mas achamos que era preciso especificar um pouco mais, porque se colocar dessa forma tão genérica, que política democrática de comunicação pode exatamente se prestar a toda e qualquer tipo de discussão, ser tudo e não ser nada.

Na nossa concepção, no nosso entendimento, duas questões são fundamentais para o debate do que seria, do que se pretende formular como uma política democrática de comunicação: é a questão da cidadania e do respeito aos direitos civis. Nós gostaríamos de oferecer a nossa contribuição, de modo que nesse item — política democrática e comunicação — constasse uma referência expressa a essas duas questões que aparentemente não estão ligadas ao problema de comunicação, mas a comunicação as atinge, as limita, as afeta ou as beneficia de forma negativa ou positiva. Como aqui, aliás, já salientou o nobre Constituinte Mendes Ribeiro, política de comunicação, no nosso entendimento, política científica e tecnológica tem uma relação orgânica e direta com os direitos e garantias individuais. É por isso que respeitamos o ponto de vista aqui expresso, acho que temos que estabelecer limites estritos para a discussão dentro desta Subcomissão. Não podemos resvalar para discutir problemas, temas e questões atinentes à ordem econômica ou atinentes à ordem social; mas como se diz na gíria, "nem tanto ao mar, nem tanto à terra", também não podemos nos autarquizar de tal maneira em imaginar que as questões relativas à definição de uma política científica, de uma política tecnológica, de uma política de comunicação nada tenha a ver com as demandas sociais, econômicas, culturais e até político-institucionais da nossa sociedade. Tem sim, há relação, há uma associação, há o imbricamento; agora o que não podemos ao, esse imbricamento em prejuízo de um debate específico do que seja política científica, política tecnológica e política de comunicação. Então, creio que é preciso ter em vista bastante esta associação.

Um outro tema que gostaríamos, também, de tecer, nessa troca de informações, que no meu ponto de vista pessoal está sendo extremamente produtivo, é uma questão que me preocupa, são os elementos de apoio administrativo e de apoio técnico a nossa subcomissão. Acho que o problema que estamos enfrentando e vamos enfrentar se estende a todas as outras subcomissões. Para mim, em nossa opinião, seria desejável que não só a relatora, de modo particular, como toda a Mesa e os integrantes desta subcomissão dispusessem de uma consultoria especializada para buscar informações de natureza legal, de natureza administrativa, científica e tecnológica e mesmo na área de comunicação, porque não se pode exigir, de cada um de nós aqui, que sejamos especialistas em política, em ciência, tecnologia e comunicação. Nós somos constituintes, alguns com certo grau de experiência, de vivência e até de informações especializadas, mas necessariamente não temos o dever de sermos especializados na matéria. E ontem eu tive a possibilidade de transmitir esta nossa preocupação, tanto ao Presidente da subcomissão quanto à relatora, para que cuidássemos em ver qual realmente a infra-estrutura, os elementos de apoio administrativo e técnico de que vamos dispor para o nosso trabalho. Isso é um zelo pela responsabilidade, pela

competência, pelos encargos que assumimos aos sermos eleitos e ao optarmos por esta subcomissão.

Gostaria de divergir um pouco do nobre Constituinte Mendes Ribeiro, no que diz respeito às sessões plenárias. Estou plenamente de acordo com que nós façamos gestões junto à Mesa, junto às outras lideranças para que se limitem as sessões plenárias da Constituinte a uma ou duas vezes por semana, não estaria bastante claro, mas essas sessões têm que existir, porque a extinção dessas sessões, durante o período de 45 dias, pode fazer com que convirja e desemboque nas subcomissões temas que são específicos e devem ser tratados no próprio plenário Constituinte. Então, estamos de pleno acordo. Agora, eu gostaria de saudar a Relatora Cristina Tavares, tanto pelo seu roteiro cronológico de trabalho quanto pelo seu roteiro temático. A grande virtude de ambas as contribuições que foram aqui apresentadas é que elas permitem que os diferentes segmentos da sociedade e também as tendências políticas possam aqui se manifestar plena e claramente. Eu não vejo como seja possível discutir política científica e tecnológica sem termos a presença de especialistas ao lado de empresários que operam nesse setor; não vejo como seja possível discutir questões como política democrática de comunicação sem termos aqui, além da representação dos empregados da Federação Nacional de Jornalistas, os empresários do setor, principalmente aqueles que têm uma posição de dominância e até de predominância no meio da comunicação.

Por exemplo: eu gostaria de ter aqui, lado a lado, quem sabe, talvez esteja sonhando, ou seja a minha utopia pessoal, desde o Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas até o Dr. Roberto Marinho, para que nós possamos conhecer exatamente essa problemática em todas as suas dimensões, em todas as suas vertentes.

Era essa a nossa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Antes, eu queria lembrar ao nobre Constituinte Arnold Fioravante que S. Ex.<sup>a</sup> tem razão, o nosso assunto aqui, a nossa subcomissão é muito restrita, e dei como exemplo a falta de diretrizes, porque têm outras comissões que precisam disso. A Comissão dos Poderes, por exemplo, precisaria saber que poderes vão tratar para não ter que estudar todos. Então, foi uma questão para exemplificar que eu fiz.

Também não é só ciência e tecnologia, se me permitem dar um esclarecimento, porque tenho estudado e lido sobre o assunto, para me inteirar, para poder participar melhor. Sobre ciência e tecnologia nós encontramos muito pouca coisa a nível constitucional, nós temos alguma coisa a nível de legislação ordinária, mas a nível constitucional não temos praticamente nada, a não ser na área de pesquisa e na área do ensino superior, que eu não estou muito bem lembrado.

Quanto à comunicação como um todo, que diz respeito à telecomunicação, digamos, o rádio, a televisão, nós temos dois ou três artigos na Constituição, e não mais do que isso. A Lei nº 4.117, que é realmente um artigo recente que entrou na Constituição, mais moderno, como deverão entrar outros, dependendo da nossa criatividade, da nossa capacidade de acharmos a forma de não nos cercearmos, não nos manietarmos ao que já falei, da agilidade tecnológica, e colo-

caro alguma coisa, nesta Constituição, no que diz respeito à ciência e à tecnologia. Vai depender de nossa criatividade e da própria relatora como vamos fazer isso.

Nas comunicações, no que trata da competência da União, diz lá: "compete à União manter e explorar os serviços postais e o Correio Nacional. "Por exemplo: tem que modernizar isso, modificar em cima disso aí, explorar diretamente, ou através de concessões, os serviços de telecomunicações, nas telecomunicações estão implícitos o rádio e a televisão. E mais um outro artigo que diz: legislar sobre, também compete à União; quer dizer, não é nem o Estado nem o município, é a União; e é a legislação complementar ordinária quem regula isso. Depois, qual é a forma, se é estatizado, o que o Estado vai alterar... No meu entender, nós não podemos detalhar muito isto aqui na Constituição.

Sobre outra matéria correlata, mas que está em outro capítulo — e acho que nenhuma subcomissão tem um capítulo específico, a não ser do Estado, do Município e da própria União — a nossa matéria está diluída dentro do texto Constitucional. Nós temos o que diz respeito à privacidade da comunicação, por exemplo, o do direito e garantia. Há o direito de propriedade, por exemplo, de meios, de veículos de midielectrônica, rádio, televisão, que também no estrangeiro deve constar isto lá, mas é matéria que se deve discutir e contribuir também aqui. Então, a matéria constitucional da nossa subcomissão ela vai se diluir naturalmente em vários capítulos, de acordo com a natureza da Constituição. Essa é uma das nossas características, nós temos um capítulo. Nós vamos ter que discutir o grau de estatização dos meios de serviços, talvez no capítulo da União, como é que vai ser prestado o serviço. A nível de Constituição, o projeto final será uma coisa muito reduzida, no meu entender. Deixo isto à reflexão de todos, nós vamos debater muito isto aqui.

A Constituinte Cristina Tavares havia-me pedido a palavra, mas se S. Ex.<sup>a</sup> me permitir, eu gostaria de ouvir o Constituinte Olívio Dutra, que ainda não uso da palavra aqui.

O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA — Dou a preferência à nobre Relatora.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Eu queria dazer um rápido comentário a respeito da exposição do Constituinte Carlos Alberto Caó.

Acho que S. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Nós temos, como integrantes da Mesa, auxiliados pelo nosso Vice-Presidente, de entrar em entendimento com a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte para ampliarmos o suporte administrativo, a assessoria e a coordenação que temos. Tenho a impressão, vi hoje pela imprensa, que a Assembléia Constituinte mandou comprar 70 automóveis para serviços de secretaria, de funcionamento, etc... Então, acho que devemos disciplinar o pouco dinheiro que temos, ou o muito dinheiro, eu não sei se temos pouco ou muito, mas se temos o dinheiro para comprar 70 carros, seguramente, para contratar assessorias nós vamos poder. E ter assessoria e informação é poder.

Só queria dizer que essa contribuição do Carlos Alberto Caó é extremamente válida. Cabe a nós da Mesa usarmos as nossas forças políticas, o poder de convencimento que temos para ver se

podemos ampliar o nível de assessoria. Carlos Alberto de Oliveira, talvez até cada partido ou constituinte possa ter a sua assessoria. Falava ontem com o Presidente sobre isso, e ele me disse que poderia montar uma consultoria mas esta teria muito a sua fisionomia, o seu pensamento. Acredito que isso é correto. Sempre defendi, inclusive na Câmara dos Deputados, que as assessorias fossem partidárias, porque podem ter uma visão sobre a reforma agrária e um outro partido pode ter uma outra visão. No mínimo que fosse partidária, que nós do PMDB, nós do PT, ou não sei se cada um de nós teria direito de fazer, de pagar alguns trabalhos de consultoria externa, fora do Congresso, porque muitas vezes não se tem aqui, mas em outros locais que não necessariamente em Brasília. Talvez se tivesse alguma coisa nesse sentido.

Parece-me que o Constituinte Carlos Alberto Caó dá algumas sugestões sobre isso. Quero reforçar e pedir que a nossa Mesa trabalhe politicamente para ver se conseguimos da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte essa assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Debateremos um pouco sobre este assunto, ontem. Pretendo, pessoalmente, fazer primeiro uma reunião, se Deus quiser, com os Membros da Mesa para que tenhamos uma articulação. Acho que isso é um trabalho paralelo o que não pode afetar o nosso trabalho normal aqui. Temos que continuar trabalhando e executando o nosso com o que dispomos. E não é difícil fazer isso. Vamos ver o que podemos ter de suporte para fazer isso.

Cedo a palavra ao nobre Constituinte Olívio Dutra.

O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Membros da Mesa e demais Membros da Subcomissão:

Penso que todas as subcomissões são especializadas, o que não quer dizer que o Constituinte membro de cada subcomissão deva ser um especialista. Mas, por serem especializadas, as subcomissões naturalmente não terão que ter muita preocupação com o geral. Vamos ter foros dentro da Constituinte para adaptar as peculiaridades, as especificidades das subcomissões, no texto geral, global da Constituição. Esses foros serão o primeiro plenário da comissão temática, à qual está subordinada a nossa subcomissão; depois, o próprio foro do próprio Plenário do Congresso Constituinte. É lá, então, que vamos buscar, no conjunto, adaptar as particularidades dos temas de cada subcomissão à questão geral da ordem econômica, da ordem social, da ordem política. Então, é um compromisso da subcomissão ter propostas sobre os seus temas objetivamente. Acho que nós, por isso, precisamos ter não só as assessorias que os partidos e as bancadas possam ter — e isso vai depender muito de uma série de coisas, de injunções, de poder econômico das estruturas partidárias. Acho que a subcomissão, efetivamente, tem que ter uma assessoria que sirva a toda a subcomissão. Então, não é uma assessoria desse ou daquele partido, mas uma assessoria da Casa, servindo ao conjunto dos membros da subcomissão, sob pena de o trabalho de cada um de nós se resumir, a se fechar numa sala para estudar e ficar ali, quando somos aqui, expressões políticas de setores da sociedade, e temos que fazer um trabalho que

não é só se encerrar para estudar, o que é também uma obrigação, mas que não pode se tornar a principal e exclusiva função do parlamentar. Por isso, a assessoria é indispensável para fazer esse **deslobby**.

Acho que a proposta de trabalho, tanto temático, quanto roteiro de encaminhamento dos nossos trabalhos aqui da comissão, feito pela companheira Cristina Tavares, nova Relatora, é boa. Acho que, seguindo esse roteiro, essa proposta, podemos, em tempo normal, chegar a bom termo. Só lembro que temos duas formas de consultar, dois tipos de consulta que podemos fazer, aqui, para enriquecer o trabalho da subcomissão: uma é trazer aqui, às audiências públicas, especialistas, figuras de destaque e responsáveis por várias áreas do campo científico e tecnológico das comunicações; outra, não menos importante que essa, é o deslocamento da subcomissão a determinadas áreas, regiões, centros e pólos, o que não quer dizer deslocar para lá o caráter deliberativo da subcomissão. Chegaríamos a esses pólos para ter contato direto com as realidades, com as pessoas propostas, no seu hábitat. Naturalmente que é aqui, no Congresso, no local da reunião da nossa comissão, que vão se dar as deliberações.

Portanto, podemos e devemos, acho, fazer esses dois tipos de consulta: ouvindo pessoas e entidades, aqui, bem como deslocando a comissão para determinadas realidades, para o conhecimento localizado de determinadas realidades em cima das questões que a subcomissão vai tratar.

Quero entender e transmitir também para os companheiros, uma preocupação: a questão tanto de ciência, de tecnologia e de comunicação não interessa apenas ao Estado, à sua máquina, aos seus eventuais detentores de poder nessa máquina, nem ao campo do capital, dos empresários. As três questões colocadas aqui para esta Subcomissão interessam profundamente ao conjunto da população e, em particular, aos trabalhadores das mais diferentes categorias do campo e da cidade. E os trabalhadores têm pensado, refletido sobre essas questões, tendo propostas. Vamos, então, estar aqui, nesta Subcomissão, chamando a atenção — e penso que vamos encontrar eco entre os companheiros — para a participação direta dos trabalhadores em qualquer questão a ser colocada aqui, mesmo aquela mais especializada. Sobre ela os trabalhadores têm que opinar. Penso que o movimento sindical, o movimento popular está capacitado para opinar sobre essas questões. Antes de serem técnicas — e mesmo sendo técnicas — são questões políticas, e é dever de cada cidadão, independente do seu grau de instrução e de conhecimento, opinar politicamente. Então, vamos estar chamando a atenção para esse tipo de participação. Assim, não é somente o setor estatal, o setor privado que tem que estar sendo ouvido aqui e participando efetivamente de debate dos temas desta Subcomissão nas suas áreas, mas também o setor de trabalho.

Achamos que vamos ter questões a serem discutidas sobre independência tecnológica, sobre a criação científica, sobre a autonomia do país, sobre a reserva de mercado restrita a apenas esta ou aquela área ou estendida para outras áreas. São questões que esta Subcomissão vai ter que tratar e vai ter que discutir, sobre elas. O controle social dos meios de comunicação, bem co-

mo da ciência e da tecnologia são temas que vamos ter que tratar também aqui. Por isso, vamos ter que ouvir a diversidade de opiniões que existem, e trazer alguém desse ramo, do setor do trabalho.

Creio que nossas reuniões vão ter que fugir um pouco do esquema rígido do **quorum** regimental, sob pena de ficarmos protelando os trabalhos e as decisões. Esse pode ser até um esquema de determinadas forças para se esvaziar reuniões, tendo que protelar, sendo a responsabilidade de todos nós. Creio que vamos ter que, criativamente, superar, contornar essa questão. Acho que há de se liberar, mesmo não tendo os onze, mas chamando à responsabilidade, **ad referendum**, inclusive, dos demais, na próxima sessão, porque acho que quem se omite não governa. Não podemos estabelecer, aqui, uma forma de que a omissão passe a jogar as deliberações para mais adiante. E se demorar, temos que dar para a Relatora a tarefa de ela fazer, da sua cabeça, o relatório. Assim, solicito à Mesa que tenha a preocupação nesse sentido. Vamos ter que não nos submeter a esse esquema de se esvaziar as sessões, ninguém deliberando nada para que, de repente, um ou dois façam tudo. Não dá para cair nessa situação.

Já de antemão queria justificar à Mesa e aos demais Membros da Subcomissão que na próxima terça-feira não poderei estar presente aos trabalhos, mas estarei tratando de questões que serão discutidas por esta Subcomissão, pois estaremos em São Paulo, na Comissão de Tecnologia e Automação da CUIT, discutindo com o Ministério de Ciência e Tecnologia, através do seu Secretário-Geral, o Economista Luciano Coutinho, a política do Ministério de Ciência e Tecnologia, no momento em que a Assembléia Nacional Constituinte e esta Subcomissão vão estar discutindo sobre isso. Portanto, uma área do movimento sindical — a CUIT — se prepara para intervir, aqui, via suas direções diretamente e via esta representação, primeiro procurando ter conhecimento de causa e conhecer as diferentes opiniões, nessa verdadeira ...

O SR. CONSTITUINTE ONOFRE CORRÊA — Peço um momento para interrompê-lo.

O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE ONOFRE CORRÊA — Neste momento, já houve formação de **quorum**. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> abreviasse, para que passássemos às deliberações.

O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA — Perfeito. É uma notícia alvissareira, o que me faz, de imediato, concluir a minha intervenção, dizendo que a nossa ausência, na terça-feira que vem, será em razão de trabalho da nossa representação, diretamente ligado aos temas desta Subcomissão. Mas entendo que por ausência de ninguém deve a Subcomissão interromper os seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Vamos abrir os trabalhos propriamente ditos. Estou substituindo o Presidente, neste momento, durante uns 20 minutos. Parece-me que os companheiros terão que se retirar novamente, para a votação que o Presidente do PMDB está nos convocando. A Relatora quer fazer uso da palavra?

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Quero fazer duas questões de ordem. A primeira é que a reunião foi aberta. O Regimento Interno — e o Presidente alertou e está certo — fala em **quorum** decisório e não em **quorum** de abertura. Se aplicarmos às Subcomissões o critério que rege a abertura dos trabalhos em plenário, teremos **quorum** para a abertura. Estamos em sessão desde às 10 horas. Esta é a primeira questão de ordem.

A segunda questão de ordem é que, já que agora há **quorum** decisório, é preciso que se coloque alguma coisa para decidir. Como todos já manifestamos que estamos, em princípio, de acordo com o roteiro apresentado pela Relatora, acho que há uma fórmula de consenso colocada, com muito brilhantismo, aliás, pelo colega que falou logo depois de mim.

Veja bem. Se fomos onze e três conversam...

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Peço desculpas. Tive que me retirar por um minuto, justamente para chamar alguns companheiros a fim de que viessem para cá. Devem chegar algumas pessoas. Realmente, essa votação que está havendo na bancada do PMDB está nos atrapalhando.

Creio que já temos **quorum**, agora. Podemos, então, talvez deliberar sobre alguma coisa. O que é importante na deliberação das propostas colocadas é aquela proposta simples...

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Eu não terminei.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Não ouvi a sua questão de ordem. Desculpe, nobre colega Constituinte Mendes Ribeiro. Pode repetir-la, por favor?

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO — Estava dizendo que temos dois assuntos concretos a votar. O primeiro é a proposição da Relatora que, pelo que vejo, tem o consenso de que está inicialmente muito boa. O segundo foi colocado pelo nobre colega que logo depois se manifestou, dizendo coisas muito importantes. A primeira delas é que não nos cabe, aqui, pretender hermetizar as coisas; isso vai para esse ou aquele capítulo. Esta Comissão vai colocar aquilo que diga respeito à comunicação, à ciência, à tecnologia e, afinal, o que está no título da Subcomissão.

Quero chamar apenas a atenção para algumas coisas. Hoje, em Comunicação, temos duas grandes alas: a mídia eletrônica e a mídia impressa. A primeira engloba rádio e televisão, e a segunda, diz respeito ao jornal. Temos o problema da automação que, acho, é uma preocupação do colega Olívio Dutra. O problema da automação de que falou, há pouco, diz respeito à substituição do homem pela máquina. Tudo isso e mais alguma coisa leva a sua proposta, ou seja, que na próxima reunião cada um de nós traga uma proposição de roteiro a ser seguida, tendo por linha geral o que a Relatora afirmou. E aduzo a segunda proposta, no sentido de que nós, membros da Comissão, já na próxima reunião, sejamos portadores das linhas mestras do nosso pensamento, para que cada um fique conhecendo o posicionamento do outro e as propostas iniciais, das quais partiremos para discutir.

Então, objetivamente: aceitar, em princípio, o roteiro proposto pela Deputada Cristina Tavares,

e cada um de nós trazermos, a partir da próxima reunião, as nossas propostas iniciais, para serem discutidas dentro desta Comissão, sem a preocupação de que isso vá caber neste ou naquele capítulo, porque para isso existe a Comissão de Sistematização.

Como minha primeira intervenção aqui, quero dizer que, a rigor, os direitos e garantias individuais prevendo o fim da censura, a livre manifestação de pensamento, diz respeito à nossa Comissão. Entretanto, está nos Direitos e Garantias Individuais.

Enfim, Sr. Presidente, é essa a proposta que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Obrigado pela primeira questão de ordem. Agora que há número regimental, declaramos abertos os trabalhos desta Comissão. Veremos sobre qual matéria iremos deliberar. Já debatemos e discutimos anteriormente; não vamos voltar a essas discussões. Vamos apenas ver a matéria. Temos uma proposta também que foi feita pelo nobre colega Constituinte Ângelo Magalhães, a qual ainda temos que analisar para deliberarmos depois.

A proposta concreta que está colocada como trabalho, as sugestões feitas pela Relatora, é no sentido de que trabalheemos ordinariamente nas nossas sessões das 9:30 às 12:30h, às terças, quartas e quintas-feiras, semanalmente, podendo ser convocadas sessões extraordinárias tantas quantas necessárias. Dentro da proposta da Relatora ainda está colocada a divisão do tempo, a primeira hora seria para audiências públicas; a segunda hora, para debates, discussões sobre o objeto da audiência pública, e a última hora, então, seria a discussão da nossa matéria constitucional, já em forma de propostas, de textos etc. Esta é a proposta que está feita. Perguntaria aos nobres companheiros se todos estão de acordo. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Fica aprovado, então, esse esquema de trabalho sintético.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Gostaria de encaminhar a segunda proposta, que é sobre o poder temático.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Pois não. Deixa só comentar um pouco sobre isso.

A outra proposta da Deputada Cristina Tavares é interessante, porque de certo modo abre o leque da abrangência, da competência, do escopo dos trabalhos desta Subcomissão, abordando a área de ciência e tecnologia, de comunicação como um todo, telecomunicação etc. Ela sugere blocos de trabalho. Naturalmente, isso mais como uma estrutura organizacional, porque a condução dos trabalhos e dos debates, aqui, vai depender da excitação do próprio plenário. Quer dizer que são as propostas dos Constituintes que vão, afinal de contas, subsidiar as nossas discussões e os nossos debates.

Esta proposta feita pela Constituinte Cristina Tavares vai orientar a nossa organização das audiências públicas, para subsídio aos nobres colegas. É uma proposta que está colocada, a qual ela vai novamente ser sintetizada. Se for do acordo, passaremos a adotá-la para a orientação das audiências públicas, quer dizer, para quem vier aqui, porque as propostas para discussão real-

mente surgirão dos companheiros da Assembléia Nacional Constituinte. Todos terão a ampla participação. Pediria à relatora, então, que a apresentasse.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Queria modificar a minha proposta, porque entendo que a do Constituinte Ângelo Magalhães seria mais democrática. Então, refazendo a minha proposta, queria colocar como bloco de discussões, mas a Relatoria aceitaria nas próximas 24 ou 48 horas sugestões para compatibilizar, bem como sugestões dos Constituintes de nomes de pessoas que viessem para abordar os assuntos.

Para que a Comissão não perca uma só sessão, já que temos tão poucas e estamos tão preocupados com isso, se o plenário aprovasse que na primeira sessão pudessemos falar sobre a política tecnológica e industrial, já faria uma sugestão de nomes, para que na próxima reunião de terça-feira tivéssemos um funcionamento da Subcomissão com todo o seu temário elaborado.

Para esta primeira reunião, pensei que deveríamos convidar três pessoas com posições diversas, para estabelecer aquele contraditório importante a fim de que a Comissão decida dele. Ivan da Costa Marques é Presidente da Cobra Computadores, uma empresa estatal de fabricação de computadores. Dr. Luís Guinle é o Presidente do Grupo Docas. Seu segmento é o de telecomunicações, onde há a tendência da **joint venture**, uma posição completamente diferente da posição. A terceira sugestão é o Dr. Edson Fhreiheim, o Presidente da Scopos, uma empresa brasileira de computadores, que agora está entrando na área do **software**. Ele tem uma posição histórica na luta da reserva de mercado. Desta forma, são posições diferentes, divergentes. Esta seria uma proposta de emergência para que na terça-feira não estivéssemos ainda deliberando.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — A nobre Relatora se refere a que terça-feira? Só para o nosso controle.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Decidimos, há pouco, que não temos sessão na sexta nem na segunda-feira. Assim, a nossa próxima sessão ordinária será na terça-feira, a não ser que na Semana Santa haja um recesso branco. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Essa é a preocupação.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ — Queria fazer uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Em princípio será na próxima semana, terça-feira. Se não for, será no dia 21, porque o feriado de 21 será antecipado para segunda-feira. Vamos articular com a Mesa para providenciar os convites.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Se for aprovada.

O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA — V. Exª poderia aduzir à proposta que faz a humilde sugestão que dei, ou seja, que já na próxima reunião os Membros que constituem essa Subcomissão tragam as propostas iniciais que têm.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Isso já foi aprovado. Nossa sessão deve ter

a duração de três horas e na terceira hora os membros constituintes deverão trazer as suas propostas.

O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA — As decisões constitucionais.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — As suas propostas constitucionais.

O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA — Estou sugerindo que qualquer contribuição para enriquecer o primeiro roteiro de trabalho seja trazido também na próxima terça-feira.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Eu estava fazendo uma proposta um pouco menos abrangente, apoiando a proposta do Constituinte Ângelo Magalhães, para que nas próximas 48 horas recebêssemos as propostas dos Constituintes para o roteiro temático e o roteiro de sugestões dos especialistas que vão ser convidados. Pediria um pouco menos do que a outra sessão, isto é, 24 horas, para que na próxima sessão já possamos decidir e não ficarmos adiando.

O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA — Hoje é quinta-feira.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Hoje é quinta-feira. Então, receberíamos até a outra segunda-feira. Poderia encaminhar à Secretaria, a qual me encaminharia.

O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA — Até segunda-feira? Mas não são 48 horas.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Então, se tivermos sessão na próxima terça-feira, na próxima terça já teríamos um convidado, bem como as decisões a serem tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Tenho uma informação, se me permite a Relatora. O relator da Comissão, o Constituinte Artur da Távola, está nos informando, está sondando, está nos dando apoio, em nome da Comissão, evidentemente. Ele está acompanhando os trabalhos nas três subcomissões, o que, aliás, é algo muito importante, porque estaremos sempre com ligação à Comissão. Ele está nos informando que a tendência nas outras subcomissões é de que será muito difícil de se obter **quorum** para os trabalhos. Lamentamos realmente isso e sabemos que todos nós que aqui estamos, estaremos dispostos — eu, pessoalmente, estarei em Brasília durante toda a semana, para tratar do assunto.

Como vamos envolver convites a terceiros, poderíamos definir, para depois não termos que alterar convite, quem vamos convidar, então, para o primeiro dia. Depois a Mesa vai se reunir para definir, talvez, mais para o segundo e terceiro dias, na área de telecomunicações, quem sabe o Grupo da Telebrasil, da Abine, que são industriais. Fariamos, então, no dia 21 de abril, terça-feira, este grupo que está envolvido. A Constituinte Cristina Tavares foi muito adequada na escolha dos perfis das pessoas — as quais, casualmente, conheço-as todas — que têm posições ortogonais ou diferentes em relação a essa matéria. Irão, sem dúvida alguma, enriquecer bastante os nossos debates. Fariamos para o dia 21, então, terça-feira, se for o caso.

Vamos tentar, agora, algumas instituições da área de telecomunicações, para a quarta-feira ou quinta-feira.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Alberto, pela ordem.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO — Estamos de acordo com que, como envolve convites a terceiros, já fique marcada, como primeira audiência pública, o dia 21. Mas gostaríamos de observar que, quando aprovamos, em princípio, tanto o roteiro cronológico e principalmente o roteiro temático, a posição de princípio aqui estabelecida foi de que nós, em cada audiência pública, gostaríamos de ter a presença de diferentes segmentos da sociedade.

Pelo que entendi da proposta da nobre Constituinte Cristina Tavares, temos, para essa primeira sessão impactos da tecnologia sobre o setor industrial — três nomes mais ligados ao setor empresarial. Creio que seria bom, para manter esta posição de princípio, abrir um pouco o leque. A nossa sugestão é de que se convidasse um representante da Federação Nacional de Engenharia.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Aproveitando essa primeira audiência, já poderíamos incluir talvez a Federação Nacional de Engenharia, que esteve aqui hoje.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Ivan da Costa Marques é um engenheiro que está dirigindo uma empresa estatal. Ele não tem uma posição empresarial. Tudo bem, eu aceito.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ — É uma posição empresarial.

O SR. CONSTITUINTE (Artur da Távola) — Sr. Presidente, eu também peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Só um minuto.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ — Ou então, alternativamente, levando em conta a intervenção anterior do nobre Constituinte Olívio Dutra, que convidássemos algum representante da Central Única dos Trabalhadores. Neste momento a Central Única dos Trabalhadores está, pelo que me consta, discutindo o problema dos impactos sociais, econômicos e até esses do cenário da tecnologia.

A minha sugestão principal, até com uma certa dose de pragmatismo, é que, estudando aqui em Brasília, ao que me consta, a sede da Federação Nacional de Engenharia, seria extremamente mais fácil contactá-los e resolver esses problema do convite de forma mais efetiva. O que estou querendo ressaltar, claramente, é que devemos manter essa preocupação de que em cada audiência pública, ao lado do empresário, ao lado do especialista, deveremos ter tanto quanto possível a presença institucional de um representante do mundo do trabalho. Quando eu me refiro ao mundo do trabalho, quero qualificar claramente, não estou me referindo apenas ao setor proletário, estou me referindo ao setor assalariado, ao trabalhador especializado ou não, qualificado semi-qualificado ou não.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Quero dar um aparte ao nobre Constituinte Carlos Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Um minutinho, por gentileza, Relatora. Concedo a palavra ao Constituinte Olívio Dutra, para o seu comentário.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ — Sr. Presidente, já pedi a palavra por três vezes, parece até que estou sendo preterido.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Não. V. Ex.<sup>a</sup> não está preterido.

O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA — Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Então vamos ouvi-lo se o Constituinte Olívio Dutra abrir mão da palavra.

O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA — De repente, é uma questão de ordem, porque dela depende a decisão, ela é apenas formal.

Nota que esta Comissão está marcando para o dia 21 essa reunião sobre a qual está havendo a discussão. Lembro-me que em outras subcomissões houve a lembrança de que no dia 21 é feriado em Brasília, feriado nacional, e, neste dia, o Congresso Nacional terá uma sessão solene, comemorativa do vigésimo-sétimo aniversário da cidade. De forma que apenas lembro à Comissão, se entrar no mérito da questão, de que o que está sendo marcado para o dia 21 fosse mais oportuno o ser para o dia 22.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Quero fazer um contraditório desta questão de ordem.

E que a Assembléia Nacional Constituinte está adiando, adiando, e isso não é bom. Se nós já adiamos uma semana, por ser Quinta-feira Santa, não vamos trabalhar na terça e na quarta e, então, vamos adiar porque 21 de abril de tarde vai haver uma sessão solene, daqui a pouco não trabalharemos mais. Nós não trabalhamos mais. Isso é bom. Peço que mantenhamos a reunião no dia 21 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Está certo, vamos manter o dia 21 de abril.

Tenho o pedido de palavra do Constituinte Olívio Dutra, depois Arnold Fioravante também o nosso nobre colega que pediu a palavra, Antonio Gaspar. Então, vamos ouvi-lo nessa ordem, por favor.

O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA — Sr. Presidente e Sra. Relatora Cristina Tavares:

Também vou reforçar a argumentação do companheiro Caó. Acho que a lembrança dos três empresários para a primeira audiência pública da Subcomissão, pelo nome deles, são figuras importantes na luta no sentido de atualização do nosso País na área tecnológica. Agora, temos que convir que são do setor empresarial. Os três, se não são empresários, são executivos de empresas privadas ou estatais. Então, é o setor empresarial que estaria isoladamente na nossa primeira reunião.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Um aparte para dizer ao companheiro o seguinte: concordo com as colocações, mas Ivan Costa Marques é um engenheiro assalariado. Não está sendo convidado como empresário, porque não é um empresário.

O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA — Mas estará aqui falando enquanto gerente de empresa

e como um representante de uma empresa ou de setor empresarial. Então, aí cabe ter a Federação dos Engenheiros e até cabe, por que não? Penso que nós não podemos ficar aqui só vendo as contradições básicas que vamos ter que tratar: as contradições que há entre a visão estatal, as empresas estatais, a visão do Estado sobre a questão, a visão do setor privado e da visão do mundo do trabalho. O ideal seria que em cada sessão pública as opiniões desses três setores sendo expressas. Então, em vez de termos três representantes do mundo empresarial, teríamos um da área do Estado, teríamos um representante do campo do trabalho, poderia ser nessa primeira, da Federação dos Engenheiros, depois teríamos que ver em uma outra o DIESE, em uma outra a CUT, em uma outra a CGT. Mas quero lembrar à Mesa e à companheira Relatora que já poderíamos desta primeira audiência pública estarmos marcando essa visão global da Comissão. São três questões que vão estar em jogo aí a visão do Estado da empresa estatal, a visão da empresa empresarial...

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Então, a sua sugestão seria um empresário da área estatal...

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Pediria a Relatora e aos Constituintes por gentileza, que digirisssem o pedido da palavra ao Presidente da Mesa, e eu, o Presidente da Mesa, aloca-rei e concederei a palavra a cada um, inclusive à Relatora.

O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA — Sr. Presidente, concedi um aparte à Sra. Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — De acordo. Estou falando em relação aos fatos que aconteceram antes.

Está, então, com a palavra a nobre Relatora.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Agradeço o aparte, e também estou querendo ordem e lucidez.

Perguntaria concretamente, a sua proposta seria que fosse convidada uma pessoa da área do Estado, a visão estatal, a visão do empresariado privado e sugere também para esse primeiro debate a Federação dos Engenheiros, um representante deles? É isso?

O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA — Perfeito, é isso.

A SRA. RELATORA CRISTINA TAVARES — Entendi. Era isso que queria saber.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Com a palavra o Constituinte Arnold Fioravante.

O SR. CONSTITUINTE ARNOLD FIORAVANTE — Sr. Presidente, gostaria de propor primeiro que houvesse uma relação desses nomes para que nós decidíssemos sobre eles, pois se fala isso, aquilo, mas não se sabe quem é? É claro que os nobres Constituintes iriam escolher elementos totalmente desprovidos de tendências e que fossem homens inteligentes a ponto de chegarem aqui despidos de qualquer pretensão, que não fosse aquela de esclarecer. Como também Constituintes, hoje, devemos estar despidos de qualquer pretensão política para resolver o problema do Brasil.

De outro lado, acho que estamos rodando um pouquinho em falso, chegamos às conclusões um pouco lentamente demais.

Esses homens, essas pessoas iriam ser convidados nas terças, quartas e quintas-ferias à noite?

A SRA. RELATORA CRISTINA TAVARES — Foi aprovado aqui que na primeira hora das reuniões ordinárias às terças, às quartas e às quinta-feiras haveria audiências públicas na primeira hora.

O SR. CONSTITUINTE ARNOLD FIORAVANTE — Então, vamos correr o risco de decidirmos sobre questões que não ouvimos ninguém falar. Se bem que tenho quase certeza que todos já ouviram e conhecem o pensamento de toda essa gente por intermédio de outras conferências que assistiram ou por alguma coisa que leram. Porém, se é para ouvir para que se tenha alguma noção, além do que já lemos, vimos ou acompanhamos, então, deve acontecer isto antes das soluções dos assuntos. É claro que é o mínimo que se pode desejar. A minha proposta é que ouvíssemos primeiro as pessoas, para depois deliberarmos sobre os assuntos, desde que sobre cada assunto viessem mais de duas ou três pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — A Mesa vai, nobre Constituinte, fazer com que a matéria, o debate constitucional, siga um fluxo normal dentro do plenário. Vamos, evidentemente, ouvir essas pessoas. A nossa fase deliberatória vai acontecer após todo esse período, depois que o relator apresentar o seu projeto, digamos assim, de redação ao texto constitucional, de inclusão no texto constitucional. Então, aí é que nós vamos deliberar. Todo o resto acontecerá antes, vamos receber proposta, vamos discutir na ordem de entrada. A matéria também não é tão vasta, não é tão extensa naquilo que não podemos discutir aqui.

Entendo a sua preocupação, e nós também estamos preocupado com esse aspecto.

O SR. CONSTITUINTE ARNOLD FIORAVANTE — A outra questão é simples: acho que ninguém virá na semana próxima. O dia 21 também é problemático, queria uma definição, se vai ser 22...

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — As duas Subcomissões, desta Comissão, decidiram que a primeira audiência pública será no dia 23, quinta-feira da semana posterior à próxima.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Quero encaminhar contra.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Um minutinho, por favor. Só estou informando as sugestões. Vamos depois submetê-las aqui. Antes, quero ouvir o Constituinte Antônio Gaspar.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO GASPAR — Sr. Presidente, antes de mais nada, temos que estabelecer aqui o nosso objetivo.

Evidentemente, não poderemos detalhar no texto constitucional tudo aquilo que gostaríamos que tivesse. Na área de Ciência e Tecnologia, no meu entender, temos que estabelecer marcos. Evidentemente, a área de informática é uma área importante, mas há outros segmentos de tanta importância quanto a de informática. Sabemos que existe um tabu neste País que se chama química fina e que se chama subsector de medicamento. Então, é fundamental que nós tenhamos uma definição do que significa para a Nação brasileira a química fina e, mais particularmente, o subsector de insumos farmacêuticos e de fárma-

cos. Por isso, acho o seguinte, que essas discussões têm que ser preliminares, preliminares até à proposta. A minha sugestão é que sacrificássemos o nosso sábado e domingo, e mais a segunda-feira, e que ficássemos de recesso, de fato, a partir de terça e ganhássemos todos esses dias para que nós possamos esclarecer esses assuntos entre nós. Porque se nós não tivermos uma idéia do que nós vamos fazer poderemos nos perder em discussões muito informativas, mas até pouco práticas.

Quero, também dizer que concordo com a idéia do nosso companheiro Caó e do nosso companheiro Olívio Dutra, porque acho que tudo isso que estamos tentando fazer é para melhorar, para tornar a Nação brasileira mais digna. Então, é fundamental que nós escutemos quem será, no fim, objeto de tudo isso que vamos fazer.

Eram essas as minhas considerações e fica aqui a minha proposta de que fiquemos aqui até na segunda-feira, tentando encontrar alguns pontos comuns, no que devemos colocar de fato no texto constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Muito obrigado.

Boa parte das colocações do nobre Colega Constituinte já foram aqui debatidas anteriormente. Tivemos, inicialmente, problema de **quorum**, mas iniciamos os trabalhos e fomos debatendo e as idéias foram assim colocadas. A própria Relatora, ao analisar a abrangência dos nossos trabalhos em blocos, colocou esses aspectos de que temos que nos ater a todos os aspectos da ciência e da tecnologia, e também tem a área de comunicação, enfim, todas essas áreas.

Bom, agora acredito que já estamos com todas as idéias formadas, a nossa reunião, hoje, foi muito prejudicada devido e essas reuniões de bancadas, a não — instalação, ainda, da Comissão de Sistematização. Então, os trabalhos estão começando a assentar. Mas já vemos, agora — e sempre procurando comparar com a maneira com que as outras subcomissões estão trabalhando, já temos agora um esquema de trabalho. Restamos saber o problema da semana que vem, que ainda está no ar e somente no final da tarde teremos uma resposta e, depois, por telegrama. Então, daremos as datas. Se na semana que vem nós, efetivamente, tivermos reuniões lá na Subcomissão, já temos matéria preparada, proposta de Deputados que serão, então, discutidas aqui. Nós vamos discutir. Vou propor alguma coisa na área de telecomunicação, na área de radiodifusão. Vamos debater e vamos discutir.

Vamos, então, agora, acertar o problema da data, depois de relacionar todos os temas levantados, muito rapidamente.

Primeiro, dia 21, realmente, do ponto de vista prática, não será feriado, porque pela lei foi antecipado para segunda-feira. Mas de um outro ponto de vista, daqui de Brasília, é feriado, vai ter solenidades aqui em Brasília. Então, poderá ou não prejudicar também o trabalho da Subcomissão. Acho que não deveríamos ligar para isso, deveríamos estar ligados no nosso trabalho aqui, mas não podemos ser mais realistas que o rei. Então, a minha proposta — porque vamos envolver terceiros — é de que neste primeiro convite aceitássemos a proposta original da relatora de convidar aquelas três pessoas, porque teremos oportunidade, depois, de corrigir, convidando outras pes-

soas. A Mesa vai decidir isso aqui para o início dos nossos trabalhos e, aos poucos, retomaremos ao nosso leito. Pediria aos Constituintes o seguinte: vamos nos preocupar com o trabalho, com o seu aspecto técnico, procurando incentivar a que participem dessas audiências públicas instituições voltadas para a matéria de que estamos tratando, voltadas para a ciência, tecnologia, para que possam nos subsidiar.

Nos aspectos político e ideológico, todos nós representamos aqui milhares de eleitores, representamos os mesmos segmentos, somos profissionais nisso, vamos colocar. Mas, do ponto de vista técnico, nós temos que nos informar para que possamos fazer o melhor juízo. Então, deixaria como proposta que a primeira audiências pública fosse realizada no dia 22 de abril.

Todos estão de acordo com o dia 22 de abril?

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Gostaria de insistir, se o Sr. Presidente me permite, que não podemos nos dar ao luxo de perdemos audiências públicas. Nossa pauta de decisões é enorme, é extensa, não podemos perder tempo.

Em segundo, uma questão de ordem, também, Sr. Presidente, eu tinha referido a minha proposta inicial de que sejam convidadas uma pessoa da área estatal, que é o Dr. Ivan da Costa Marques; o Presidente da Federação dos Engenheiros, Engenheiro Antônio Otaviano, que hoje esteve aqui, que é o Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, e coordenador da Comissão; e a terceira pessoa seria, então, um empresário que sugiro que seja o Edson Fregue, pela história que tem. Nós temos uma hora, teríamos quatro pessoas para debater durante uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Ou, talvez, o Luiz Guinle, que seria uma pessoa.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Um ou outro, o Sr. Edson Freguei ou o Sr. Luiz Guinle. Só acho que quatro pessoas, em uma hora, é muito. Nós vamos ter que ouvir os Ministros. Então, nós não vamos chamar o Ministro para falar por vinte minutos. Acho que quando formos ouvir a política total de tecnologia vamos ouvir o Ministro Renato Archer, que vai falar por uma hora sozinho; quando formos ouvir sobre a política de comunicação, vamos ouvir o Ministro Antônio Carlos Magalhães. Não se pode fazer, somente, durante a noite. Temos que fazer um sacrifício, temos que ser sintéticos, temos que ouvir, no mínimo por vinte minutos e, depois, debatermos por mais vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — As primeiras reuniões são sempre assim, até encontramos a melhor maneira. Temos que a ouvir o pensamento e as idéias de cada um. Inclusive, esses problemas das definições de audiências públicas, convites, etc. é uma coisa muito afeta à Mesa. Nós estamos abrindo ao plenário o debate porque queremos fazer uma coisa mais democrática possível. Aceitamos sugestões e, depois, a Mesa deliberará, não são matérias para serem deliberadas e ocuparem todo o nosso tempo, nós temos que tratar da matéria constitucional realmente. Mas quero ouvir, porque quero ter essa sensação.

Então, nós vamos, realmente, reunidos à Mesa, a Mesa é composta por Constituintes de todos os Partidos que acordaram e acertaram. Então, temos condições de resolver isto aqui. Mas acre-

dito que convidando o Presidente da Seção Nacional, fica, mais ou menos, não totalmente, mas coberto nessa primeira audiência o trabalhador, o trabalho, etc.

Concedo a palavra ao Constituinte Carlos Alberto Caó, que havia pedido, não sei se já esgotou a sua matéria.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ — Sr. Presidentes, de maneira muito objetiva, o que iria até manifestar com um pouco de estranheza, é que a Relatora já havia aceito a proposta feita pelo nobre Constituinte Olívio Dutra, que se convidasse um representante do setor estatal, um representante do setor privado e a Federação Nacional dos Engenheiros. Então, isso já me parecia matéria vencida. Em nome da objetividade reclamada pelo nobre Constituinte Fioravanti, com muita razão, creio que já deveríamos considerar isto como matéria vencida. Tenho a impressão de que há um certo consenso aqui do nosso plenário. Agora, com relação ao dia 21, creio que a Relatora tem razão. Nós não podemos perder nem mais um só dia, temos que respeitar a realidade política, que são as comemorações da data de aniversário de Brasília, mas acontece que as nossas reuniões se realizam pela manhã. Então, temos a tarde e a noite para participarmos das solenidades de comemoração do aniversário de Brasília. Eu, pessoalmente, a não ser que haja qualquer imprevisto ou fato novo que não conheça, sugeriria que se realizasse a sessão no dia 21, pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Não, a proposta da Mesa, que já havia falado, é de que nos teremos a reunião da Subcomissão no dia 21. Apenas queria propor, porque temos que convidar terceiros, que nos fizéssemos a primeira audiência no dia 23, que é quinta-feira, como as outras subcomissões estão fazendo. Apenas isso, para nos darmos curso ao nosso trabalho, porque temos, também, as sessões ordinárias.

Querida, por gentileza, apenas por uma questão regimental, aprovar a nossa Ata, uma vez que agora já há quórum, a Ata está nas mãos dos Srs., se alguém tiver alguma modificação. Agora, gostaria de prestar aos companheiros um esclarecimento. Esta Ata, na realidade, suscita, serve muito mais como um dicionário do que foi tratado em cada reunião da subcomissão, por tudo o que aqui foi falado, tudo o que aqui foi dito, todas as intervenções e pronunciamentos estão sendo gravados e passados para a taquígrafia e publicados nos diários e, depois, vão para os Anais da nossa Assembléia Nacional Constituinte.

Então, pedi e orientei à secretária para que fôssemos os mais sucintos possíveis na elaboração desta Ata, apenas para tocar os tópicos essenciais, para servir, como disse, como dicionário de entrada na redação detalhada do que aqui se faz.

Se todos os Srs. estão de acordo, considero, então, aprovada a ata da reunião anterior. (Pausa.) Muito obrigado.

Com isso e dada a hora em que nós já nos encontramos, ficamos assim definidos, para sintetizar: as nossas reuniões serão às terças, quartas e quintas, ordinariamente de 9:30 às 12:30, e, extraordinariamente, quando o plenário julgar conveniente, poderemos fazer convocações extraordinárias. Cada sessão será dividida em três blocos: a princípio, um bloco de audiência públi-

ca, que será o primeiro, à primeira hora; o segundo será de discussão sobre o objeto da audiência pública; e a terceira hora discussões sobre matérias constitucionais — isso tudo em princípio, naturalmente, porque quando não houver audiência pública, nós teremos que alterar esta ordem e sempre teremos a pauta. Procuraremos, sempre, entregar antecipadamente, a cada Constituinte, a pauta da sessão. Então, isto estamos providenciando, será o nosso trabalho dessa semana.

Acho que, agora, poderíamos decidir uma coisa, aqui, que é fundamental, se trabalharemos ou não na semana que vem e como faremos a reunião. Acho que podemos decidir isso como subcomissão. A minha proposta seria a de que, realmente, não convocássemos sessão para a semana que vem. Se alguém tem uma opinião favorável a convocarmos, que se manifeste. (Pausa.)

Então, na semana que vem nós não faremos sessões. A nossa próxima sessão será no dia 21 de abril, às 9:30 da manhã, terça-feira.

A nossa primeira audiência será, então, no dia...

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Estou propondo que seja no próprio dia 21.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Nós vamos ter que resolver, porque temos que ter alguma flexibilidade, inclusive porque algum dos convidados pode não vir.

Vou dar a seguinte sugestão: a Mesa vai se empenhar no sentido de que a audiência pública seja no dia 21 e todos serão informados, nas suas casas, por telegrama, de como ficou essa pauta.

A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES — Mais uma coisa que ficou decidida. Até a próxima segunda-feira pode até, talvez, adiar — vamos receber sugestões para o roteiro temático e para o roteiro de especialistas, de trabalhadores, de empresários, que os Constituintes entendem ser importante virem.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Até o dia 20, então, a Relatora aceitará sugestões sobre audiências públicas.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Pois não.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ — Gostaria de sugerir à Relatora para que distribuisse, ainda hoje, aos integrantes da Subcomissão, o texto contendo o roteiro temático para que possamos fazer sugestões, porque houve uma leitura aqui, breve, que aprovamos em princípio, mas alguns aspectos desse roteiro podem fugir da nossa memória. Seria um documento da Subcomissão a ser entregue a todos os Constituintes para, a partir desse documento, eles formularem as sugestões que acharem mais adequadas, mais convenientes.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira) — Qualquer alteração que haja com respeito a essas datas, os Constituintes serão informados nas suas casas, nos seus gabinetes, por telegrama. Essa é a maneira que encontro.

Não havendo mais ninguém inscrito para se pronunciar, neste momento declaramos encerrados os nosso trabalhos desta manhã.

Muito obrigado.

(Encerrada a reunião às 12 horas e minutos).



# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

### SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral .....	Cz\$	264,00
Despesa c/ postagem .....	Cz\$	66,00
(Via Terrestre)		
TOTAL		330,00
Exemplar Avulso .....		2,00

### SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral .....	Cz\$	264,00
Despesa c/ postagem .....	Cz\$	66,00
(Via Terrestre)		
TOTAL		330,00
Exemplar Avulso .....		2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PS - CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do:

**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.  
CEP: 70.160

# **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

## **Quadro Comparativo**

**(5ª edição — 1986)**

— Comparação de cada dispositivo do texto constitucional vigente consolidado ao texto originário da Constituição de 1967 e à Constituição de 1946.

— Notas explicativas das alterações.

— Índice temático da Constituição vigente.

**Preço: Cz\$ 80,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas. — Senado Federal (Anexo I, 22º andar, fone: 211-3578)

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. (Brasília, DF — CEP: 70160)

Atende-se também pelo reembolso postal.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 93

Está circulando o nº 93 (janeiro/março de 1987) da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.  
Este número, com 344 páginas, contém as seguintes matérias:

**ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**  
Instalação — Ministro José Carlos Moreira Alves  
**COLABORAÇÃO**  
A Constituição brasileira de 1934 e seus reflexos na atualidade — Pinto Ferreira  
Excessos da instabilidade constitucional — Cláudio Pacheco  
Bicameralismo ou unicameralismo? — Alaor Barbosa  
Origem, conceito, tipos de Constituição, Poder Constituinte e história das Constituições brasileiras — Carlos Roberto Ramos  
Liberdades públicas — Geraldo Ataliba  
O partido político na Constituição — Ronaldo Poletti  
O Ministério Público na Constituição — proposta de enquadramento — José Dilermando Meireles  
Apontamentos sobre imunidades tributárias à luz da jurisprudência do STF — Ruy Carlos de Barros Monteiro

A concepção cristã da propriedade e sua função social — A. Machado Paupério  
A Justiça Agrária na Constituinte de 87 — Otávio Mendonça  
Justiça Agrária: proposta à Assembléia Nacional Constituinte — Wellington dos Mendes Lopes  
A natureza especial da Justiça do Trabalho e sua origem democrática — Júlio César do Prado Leite  
A proteção jurídica das comunidades indígenas do Brasil — Antônio Sebastião de Lima  
O controle dos contratos administrativos. Questões constitucionais — José Eduardo Sabó Paes  
Do regime jurídico dos encargos moratórios no sistema financeiro após a reforma monetária — Arnoldo Wald  
Regulamentação do Estudo de Impacto Ambiental — Paulo Affonso Leme Machado

À venda na Subsecretaria  
de Edições Técnicas —  
(Telefone: 211-3578)  
Senado Federal, anexo I  
22º andar  
Praça dos Três Poderes  
70160 — Brasília — DF

PREÇO DO  
EXEMPLAR:  
Cz\$ 40,00

Assinatura  
para 1987:  
Cz\$ 160,00  
(números 93 a 96)

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência de ECT Senado Federal — CGA 470775.  
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 94

Está circulando o nº 94 (abril/junho de 1987) da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 368 páginas, contém as seguintes matérias:

A Constituição do Império — Paulo Bonavides  
A Constituição de 1934 — Josaphat Marinho  
A transição constitucional brasileira e o Anteprojecto da Comissão Afonso Arinos — Jorge Miranda  
Mudança social e mudança legal: os limites do Congresso Constituinte de 87 — José Reinaldo de Lima Lopes  
A Constituição em questão — Eduardo Silva Costa  
O bicentenário da Constituição americana — Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza  
Constituinte e a segurança pública — José Alfredo de Oliveira Baracho  
Relações exteriores e Constituição — Paulo Roberto de Almeida  
Os novos Estados como novos atores nas relações internacionais — Sérgio França Danese  
O Ministério Público Federal e a representação judicial da União Federal — Edylcéa Tavares Nogueira de Paula  
Constituinte e meio ambiente — Paulo Affonso Leme Machado

Interesses difusos: a ação civil pública e a Constituição — Álvaro Luiz Valery Mirra  
Suspensão da excoutoriedade das leis — Carlos Roberto Pellegrino  
Natureza das decisões do Tribunal de Contas — J. Cretella Júnior  
Apontamentos sobre imunidades tributárias à luz da jurisprudência do STF — Parte 2: A imunidade tributária dos partidos políticos e das instituições de educação — Ruy Carlos de Barros Monteiro  
Dias feriados — Sebastião Baptista Affonso  
Do voto distrital — Paulo Gadelha  
A liberdade de culto no pleito de 15-11-86 — Jessé Torres Pereira Júnior  
Derecho penal y derecho sancionador en el ordenamiento jurídico español — Miguel Polaino Navarrete  
Asistencia religiosa. Derechos religiosos de sancionados a penas privativas de libertad — Antonio Beristain  
Integração do preso (condenado) no convívio social — o modelo da APAC de São José dos Campos — Armida Bergamini Miotto

À venda na Subsecretaria  
de Edições Técnicas  
(Telefone: 211-3578)  
Senado Federal, anexo I  
— 22º andar  
Praça dos Três Poderes  
70160 - Brasília - DF

**PREÇO DO  
EXEMPLAR:  
Cz\$ 40,00**

Assinatura  
para 1987:  
Cz\$ 160,00  
(números 93 a 96)

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência da ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

# CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal está lançando a obra **Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras**.

A publicação, em 3 volumes, apresenta os textos integrais e um índice temático comparativo das Constituições de 21 Países.

## **Volume 1**

BRASIL — ALEMANHA, República Federal da — ARGENTINA

CHILE — CHINA, República Popular de

CUBA — ESPANHA — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FRANÇA — GRÃ-BRETANHA — GUINÉ-BISSAU

## **Volume 2**

ITÁLIA — JAPÃO — MÉXICO

PARAGUAI — PERU — PORTUGAL — SUÍÇA

URSS — URUGUAI — VENEZUELA

## **Volume 3**

ÍNDICE TEMÁTICO COMPARATIVO

**Preço = Cz\$ 300,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Telefone: (061) 211-3578) Senado Federal, Anexo I, 22º Andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

# CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal está lançando a série **Constituições Estrangeiras**, com índice temático comparativo.

À venda o 1º volume contendo os textos constitucionais de países socialistas do Leste europeu: **República Democrática da Alemanha, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia.**

**340 páginas — preço: Cz\$ 80,00**

**Postos de venda: Senado Federal**

Anexo I — 22º andar

Anexo II — 1º andar

Encomendas pelo reembolso postal ou mediante cheque visado ou vale postal a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (Brasília-DF — CEP 70160)

# Anteprojeto Constitucional

Quadro comparativo:

- Anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (Comissão Afonso Arinos).
- Texto constitucional vigente.

Notas e índice temático.

**326 páginas**

**Preço: Cz\$ 50,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 272/PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 2,00**